

DICIONÁRIO CRÍTICO DO PENSAMENTO DA DIREITA

Idéias, Instituições e Personagens

Organizadores:

Francisco Carlos Teixeira da Silva
Sabrina Evangelista Medeiros
Alexander Martins Vianna

Rio
Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro - FAPERJ
1999

COMISSÃO EDITORIAL:

Francisco Carlos Martinho (UERJ)

Flávio Limoncic (UFRJ)

Alice Werner (UFF)

Denise Rolemberg (UERJ)

Paulo Fagundes Vizentini (UFRGS)

Marion Brepohl de Magalhães (UFPR)

Alessandra Carvalho (UFRJ)

Carlos Leonardo Bahiense da Silva (UFRJ)



CONSULTORIA EDITORIAL:

CARLOS GILBERTO WERNECK AGOSTINO

REVISÃO GERAL:

ALEXANDER MARTINS VIANNA

INSTITUIÇÕES DE FOMENTO QUE TORNARAM POSSÍVEL O LANÇAMENTO DESTA OBRA:

FAPERJ/ PRONEX/ PROIN

*Agradecimento especial à iniciativa da instituição de fomento à pesquisa
FAPERJ pelo financiamento do projeto e sua edição.*

Dedicamos este livro a Maria Yedda Linhares e a Leandro Konder

NOTA DOS ORGANIZADORES

O Projeto “Dicionário Crítico do Pensamento de Direita” começou em fevereiro de 1996, sob iniciativa de um grupo de professores e alunos que pretendeu trazer ao público uma obra de qualidade que pudesse ratificar a importância da continuidade da existência dos campos direita/esquerda como espectros fundamentais dos debates políticos contemporâneos. Nosso projeto surge justamente num contexto quando cada vez mais, à luz da fragmentação da percepção do espaço e do tempo, pretendeu-se refutar tal distinção como ferramenta mental para a discussão dos projetos políticos e programas sociais, deslocando-a para o campo das identidades culturais e livres iniciativas individuais, esvaziando, assim, a percepção dos conflitos de uma lógica econômica marcadamente excludente.

Os processos de organização do dicionário, proposição de verbetes e convite de autores não poderiam estar menos marcados por tal momento. Foi grande a satisfação encontrada no apoio daqueles que participaram do projeto e reconheceram a importância de sua empreitada, mas não foi menos emblemática a rejeição de muitos outros em aceitar a sua validade. No final da contas, o processo de organização do dicionário serviu quase como um instrumento de inferência do posicionamento da academia em relação aos desafios apresentados pela fragmentação do espectro político. Talvez por isso não tenhamos alcançado todos os objetivos iniciais no que diz respeito à proposição de muitos verbetes cuja ausência não foi menos sentida pelos organizadores.

Pretendemos que esta obra não seja fechada, ou seja, que suas contribuições para os debates político e acadêmico estejam sempre em movimento com o tempo presente, daí, para além de sua forma na imprensa tradicional, buscaremos dar-lhe o corpo mais flexível do universo On-Line para que outras contribuições possam ser acrescentadas à medida que novas experiências nos possibilitem discutir novos problemas.

Outra especificidade do projeto foi a sua multiplicidade de vozes e lugares, dentro e fora da academia, evitando qualquer tipo de hierarquização que desqualificasse uns em relação aos outros. Por isso, desejamos que o público possa desfrutar os efeitos da pluralidade dialógica que lhe é inerente e, desta forma, perceber a validade da recomposição da díade do espectro político que fundamenta o nosso trabalho.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2000

INTRODUÇÃO: REDEFININDO A DIREITA

Resumo: *O artigo pretende expor uma revisão do conceito de conservadorismo, em especial negar a visão dominante, surgida com Karl Mannheim, do conservadorismo enquanto ideologia reativa, anti-racionalista e herança de uma sociedade de Antigo Regime. Pretende-se, assim, destacar o papel do conservadorismo como uma das vias de formação da modernidade e conformado às suas exigências técnicas.*

Sob o impacto político e principalmente mental da crise generalizada do socialismo de tipo soviético – em especial com a derrubada do Muro de Berlin em 1989 e a desintegração da União Soviética em 1991 – muitos jornalistas e cientistas políticos apressaram-se em declarar o fim das ideologias. Assim, ao lado do fim da história, do fim de uma determinada ordem internacional, do fim do conflito social e de muitos outros fins, declarou-se também o fim da distinção, velha há mais de dois séculos, entre direita e esquerda. Este era o fim das ideologias.

Muitos propunham colocar em seu lugar a oposição entre moderno *versus* atrasado, identificando com o moderno a nova ordem mundial baseada na globalização e na ortodoxia neoliberal. O atraso seria tudo aquilo que pudesse lembrar o Estado intervencionista, o que abria um espectro amplíssimo, indo do velho e esclerosado socialismo soviético até as formas sofisticadas de *Welfare State*, desenvolvidas no Ocidente.

Desde 1991, a euforia com o fim da Guerra Fria e com a vitória da chamada Nova Ordem Mundial imposta ao mundo pela Administração norte-americana de George Bush não permitiu que fosse percebido que sob o novo rótulo de moderno se escondiam as velhas idéias já marteladas nos anos de 1920. Assim, muitas das novíssimas idéias surgidas com a hegemonia da Nova Ordem Mundial se assemelhavam surpreendentemente àquelas desenvolvidas por Herbert Hoover na campanha presidencial de 1932 contra Franklin Roosevelt – e que, por fim, foram derrotadas. Naquela ocasião, embora vendo o país mergulhado na maior crise econômica de sua História, Hoover insistia em afirmar que não cabia ao Estado intervir e regular a economia. Por conta disso, perdeu as eleições e em seu lugar Roosevelt, munido das idéias de Keynes, organizou um imenso aparato de intervenção estatal na economia, o que garantiu o fim da crise nos Estados Unidos e lançou as bases de mais de três décadas de bem-estar social¹.

Hoje, após o colapso do socialismo burocrático e, é claro, em plena crise mundial do modelo globalizante neoliberal, podemos ver que muitas das idéias consideradas modernas em 1991 eram, na verdade, já bastante velhas.

Da mesma forma, a supressão do socialismo burocrático - obra de milhares de pessoas que se revoltaram nas ruas de Berlin, Moscou, Praga ou Bucareste - não representou de forma alguma o fim do embate de idéias em torno da organização de suas vidas: opções políticas, sociais, intelectuais e mesmo mentais continuaram dividindo grupos sociais, partidos, populações... mesmo que agora boa parte dos conteúdos antes reconhecidos como de esquerda ou de direita tenha sido esvaziada, transmutada ou sofrido perda de seu valor. Assim, mais do que o fim das ideologias – resposta simples e desejada por aqueles fascinados pelo advento do admirável mundo novo saído da Guerra Fria –, o que observa é, na verdade, uma redefinição dos campos da esquerda e da direita.

¹ SHERWOOD, Robert. Roosevelt e Hopkins. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. pp. 54 e ss.

A percepção de que o espectro político mudava, que seus valores também mudavam, ocorreu a alguns estudiosos que não aceitaram facilmente a tese do fim das ideologias. A idéia básica contraposta ao simplismo político contido na idéia de fim da direita e da esquerda se baseava no conceito de luta de interesses, choques e pressões contraditórias existentes na moderna sociedade de massas. Assim, era necessário redefinir o conteúdo de esquerda e direita.

Três autores dedicaram-se amplamente ao tema e seus trabalhos marcaram nitidamente a postura afirmativa sobre a permanência da díade. Em primeiro lugar, o trabalho coletivo organizado por Michel Winock e intitulado *La droite depuis 1789* (Paris, Seuil, 1995). Neste livro, com quase duas dezenas de colaboradores, surge uma detalhada análise do pensamento político de direita no mundo contemporâneo. Devemos destacar no contexto do livro o artigo do historiador René Remond (figura ligada ao *Institut de Histoire du Temp Présent*), intitulado *Droite-gauche: où est la difference?* Para Remond a diferença se redefine a cada momento político, onde o conflito e o seu objeto dizem onde se localiza a direita e onde se localiza a esquerda. Assim, a diferença existente na díade seria uma *topológica* e, portanto, algo definido pelo próprio conflito político e por sua natureza.

Numa postura diferenciada, o filósofo italiano Norberto Bobbio insiste numa essencialidade da direita e da esquerda, marcando estruturalmente a diferença existente na díade². No seu entender, a esquerda confunde-se de forma inarredável com o conceito de igualdade, meta e razão de sua existência, enquanto a direita busca na liberdade absoluta, inclusive de qualquer responsabilidade social, sua essencialidade. Assim, as posições polares do espectro político encontrariam ressonância, hoje ainda mais do que na época de pleno funcionamento do Estado de Bem-Estar Social, nos amplos grupos sociais atingidos pelo desemprego ou por aqueles que almejam a ilimitada liberdade de ação econômica.

Por fim, o cientista político alemão Jürgen Link procurou ancorar a atuação da direita pós-Derrubada do Muro de Berlin num conjunto de fatores culturais, dotados de forte simbolismo político. Para Link, a sociedade estaria realizando suas escolhas políticas através da visualização imagética de fatores étnicos concebidos claramente como étnico-culturais, tornados dominantes na análise de processos sociais e políticos³. Podemos ver, assim, uma vigorosa reafirmação da existência e validade do conceito de direita e, mais importante, sua instrumentalidade política.

Para melhor entendermos a ancoragem de tal persistência no cenário político contemporâneo, procuraremos explicar a abrangência histórica do campo da direita, compreendido aqui em suas diversas manifestações, como o conservadorismo, o tradicionalismo e o reacionarismo. Assim, mais do que a existência de uma direita, poderemos visualizar diversas direitas.

Direita e Modernidade

Foi CHATEAUBRIAND quem cunhou com seu sentido político atual a expressão *conservador*. Com tal termo procurava, então, definir uma postura militante, e para ele positiva, de reação clerical e política às conseqüências da Revolução Francesa. O seu uso já nos anos iniciais de 1830 ganhou expressão universal, com largo sucesso na Inglaterra e na

² BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp, 1995.

³ LINK, Jürgen. *Le symbolisme collectif du politique en Allemagne fédérale et l'émergence du parti-néo-raciste de Schönhuber*. *Sociocriticism*, 1989(6): pp.83-107.

Alemanha. Ao mesmo tempo, quanto mais se alargava o emprego da noção – e com isso o espectro de idéias, posturas e comportamentos que encobria –, mais indefinida e vaga se constituía enquanto conceito. Assim, surgia uma forte tensão entre a prática política, dita conservadora, e o conceito de *conservadorismo* tal como viria a ser operado nas nascentes ciências sociais.

Em face a isso, Karl MANNHEIM se debruçou sobre tal questão em um artigo, escrito em 1927, que se tornaria uma referência obrigatória até os nossos dias - para o bem e para o mal - não superada⁴. A preocupação central de MANNHEIM era estabelecer as bases teóricas de como operava o pensamento conservador, superando de vez a ambigüidade e amplidão indevida do termo. Assim, partiu de uma postura teórico-metodológica explícita, utilizando o conservadorismo enquanto *objeto-piloto* de sua análise. Tal comportamento inscreve-se com clareza no programa de trabalho por ele desenvolvido e direcionado para a sociologia do conhecimento, obrigando-o previamente a definir e discutir os critérios de sua análise. Antes mesmo de se constituir em um texto clássico sobre o pensamento conservador, o texto de MANNHEIM é um marco na História das Idéias⁵: partindo de um suposto *estilo de pensamento*, ou seja, grandes formações que crescem, se desenvolvem, se fundem e/ou desaparecem, procurou historicizar as idéias ou, conforme expressão original, **die geistige Gebilde**, as formações espirituais. No entanto, as idéias não eram algo em si, auto-explicáveis:

“...a chave para a compreensão das mudanças nas idéias deve ser encontrada nas circunstâncias sociais em mudança, principalmente no destino dos grupos ou classes sociais que são portadores [traeger] desses estilos de pensamento”⁶.

Neste sentido, pode-se dizer que MANNHEIM se inseria decididamente numa vasta tradição intelectual alemã, então com cem anos de existência, que buscava no contexto as explicações necessárias para a compreensão de um *estilo* de pensamento. Muitas vezes chegara a um verdadeiro paralelismo entre pensamento e vida social, observando que o destino dos grupos sociais está refletido claramente nas menores mudanças que se dão em um *estilo de pensamento*⁷. Utilizando tal análise “sociológica” do pensamento, MANNHEIM propõe uma abordagem histórica das circunstâncias sociais do advento do conservadorismo: este surgirá como uma ideologia defensiva face aos sucessos desintegradores [da antiga sociedade] provocados pela Revolução Francesa, retomando a tradição de Edmund BURKE. Assim, o conservadorismo é a contraposta das “idéias de 1789”:

“...sob a pressão ideológica da Revolução Francesa se desenvolveu na Alemanha um contramovimento intelectual que reteve seu caráter puramente intelectual por um longo período e, assim, foi capaz

⁴ MANNHEIM, K. “Das Konservative Denkens”: In: Archiv fuer Sozialwissenschaft, 57, H.1-2, 1927, pp.68-142; MANNHEIM, K. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro, Zahar, 1968 (1929).

⁵ Ver REILL, H.P. The German Enlightenment and the Rise of Historicism. Berkley, The Universitu Press, 1975.

⁶ MANNHEIM, K. “Das Konservative Denkens”, Op. cit., p. 78.

⁷ Idem, Ibdem Op. cit., p. 81; BURKE, E. Reflections on the Revolution in France. Londres, J. Dodslev, 1790. (5th. ed.)

de desenvolver suas premissas da forma mais extensa possível”⁸.

Definia-se, desta forma, o conservadorismo como uma ideologia reativa e, ao mesmo tempo, a Alemanha como o *topos* privilegiado para sua análise.

O conteúdo ideático do conservadorismo, definido por antonomásia à matriz das “Idéias de 1789”, seria uma reação ao Iluminismo, entendido aqui como a representação intelectual do *capitalismo burguês*⁹. Ora, a *AUFKLAERUNG*, a Iluminação, havia erguido como temas básicos de sua argumentação um corpo de idéias bastante característico: a doutrina do *estado de natureza*, o contrato social, a decorrente soberania popular e a existência inalienável dos direitos do homem (à vida, à propriedade, à liberdade, à felicidade, etc...). Em suma, a argumentação iluminista se concentra em torno da origem, extensão e características do pacto social, residindo aí, por um lado, a origem da Teoria Social moderna (MONTESQUIEU, LOCKE, ROUSSEAU) e, por outro, o pensamento político moderno (Liberalismo, Socialismo e Comunismo). Enquanto contramovimento, o conservadorismo deveria produzir, então, uma explicação inversa: uma teoria social anti-contratualista e um pensamento político consequentemente anti-igualitário.

Para MANNHEIM, o cerne do pensamento conservador se agrupa em torno dos seguintes pontos: (i) a descrença na Razão como guia e medida da experiência humana, o que levaria a uma profunda desconfiança em relação a qualquer abstração *ahistórica*, e (ii) a compreensão da sociedade enquanto um organismo vivo, enraizado *num solo e sob um céu* - como era afirmado na cara expressão do romantismo alemão -, o que impossibilitaria a transferência de experiências históricas. Recusava-se ainda, e em decorrência dos dois supostos anteriores, o atomismo social – base da visão liberal (de acordo com a crítica anti-liberal) da sociedade como uma reunião de indivíduos - e a existência de direitos *naturais*, posto que estes estariam determinados pela experiência e pela tradição, não existindo, desta forma, nada de *natural* ou *a priori* no Direito dos Homens.

De um ponto de vista geral, como uma grande aproximação, o *estilo* conservador de MANNHEIM descreve bem o que tradicionalmente chamamos de *conservadorismo*. Entretanto, quando nos aproximamos mais detalhadamente das fontes consideradas pelo autor, instaura-se uma certa perplexidade. Os autores citados, para a Alemanha na primeira metade do século XIX, como formuladores de um pensamento conservador (HEGEL, MUELLER, STAHL, MÖSER e RANKE) apresentam tantas e tamanhas diferenciações entre si que somos levados a questionar sobre existência de *um* único conservadorismo¹⁰.

O próprio MANNHEIM, argutamente, percebe a dificuldade e, por isso, debita-a à dinâmica social, o que deveria reforçar seus pressupostos contextualizantes da idéia de *estilo de pensamento*. Porém, a própria metodologia proposta, com sua apreensão histórico-sociológica, depõe contra tal explicação: a questão se complexifica particularmente quando se introduz, ao longo do ensaio, o conceito de *Direita* como sinonímia de conservadorismo¹¹. Neste sentido, o próprio autor trata de diferenciar do *conservadorismo*, seu tema básico, um *tradicionalismo*: enquanto o conservadorismo expressaria circunstâncias sociais historicamente definidas, o tradicionalismo, retomando uma análise de WEBER, seria a expressão de um comportamento natural, instintivo e psicológico. Assim, não seria de admirar encontrarmos *tradicionalistas* de *Direita* e de *Esquerda*¹². Ocorre que, nos textos básicos

⁸ MANNHEIM, *Ibidem* Op. cit.. p. 87.

⁹ *Ibidem* Op. cit.. p. 95.

¹⁰ Ver EPSTEIN, K. *The Genesis of German Conservatism*. Princeton, The University Press, 1966.

¹¹ *Idem*, *Ibidem* Op. cit.. p. 97.

¹² *Ibidem* Op. cit.. pp. 100-102.

formuladores do pensamento conservador, com BURKE à frente, a tradição assume um papel bastante específico e mesmo fundamental para a compreensão do conservadorismo. Assim, as fantasias *medievais* de MÖSER ou HALLER dificilmente poderiam ser comparáveis ao elogio do sistema britânico de governo feita por BURKE ou RANKE. Particularmente grave é uma certa confusão, já num texto posterior de MANNHEIM, entre as propostas *regressistas* (em direção a uma sociedade de *Ancien Régime* ou, ainda mais complicado, a uma sociedade de caráter estamental e corporativo ainda anterior ao Absolutismo) de cunho religioso e aquelas abertamente clericalistas, como nos casos dos irmãos SCHLEGEL e GERLACH. Grande parte do conteúdo de tais proposições, que foram extremamente populares nas áreas católicas da germanidade (como a Baviera e a Áustria), irá influenciar fortemente as formulações de uma *doutrina social da Igreja* no final do século XIX. O conjunto de tais posições reunidas na rubrica *conservadorismo* cria mais confusão do que esclarecimento, trazendo o risco de um retorno a um momento em que o conservadorismo, para além de categoria das ciências políticas, impunha-se como frente única política de reação face às *Idéias de 1789*.

Ao mesmo tempo, MANNHEIM afirma a impossibilidade de o conservadorismo, enquanto ideologia reativa, gerar sua própria utopia. Contrariamente ao liberalismo e ao socialismo, ambos formuladores de utopias perfeitas e conseqüentemente do fim da História, o conservadorismo definir-se-ia como o pensamento satisfeito com o *aqui e o agora*¹³. Ao conservadorismo cabia a defesa da sociedade existente, com a qual se declarava solidário, o que portanto eliminava a possibilidade da construção de grandes sistemas utópicos que apontassem em um futuro melhor.

Na mesma linha de raciocínio caminharia Robert NISBET, onde tais questões surgem ainda mais empobrecidas¹⁴. Entretanto, os autores paradigmaticamente analisados, a exemplo de Justus MOESER, trabalham claramente com a noção de *fantasia*, o que é, aliás, o nome de uma das obras mais importantes do período. Ora, as visões “inspiradas” no mais das vezes na Idade Média – com a idealização, por um lado, de uma sociedade estamental organizada corporativamente e sem lutas de classes (vetor antisocialista) e, por outro lado, solidária, orgânica e sem a atomização e anomia do indivíduo (vetor anti-liberal) - não seriam *utopias*? Poder-se-ia argumentar que utopias são visões de futuro, como fez MANNHEIM: politicamente, de um ponto de vista hodierno, é assim; porém, historicamente, não o é. Na sua acepção original, com Thomas MORE, a utopia é um mundo paralelo, real e do tempo presente: a sua existência serve de contraponto exato para se falar de um presente e, reconhecidamente, as características ideais da ilha de Utopia são contrapostas ao que MORE considerava nefasto na ilha da Inglaterra.

A Utopia com caráter de descrição da sociedade do futuro tornar-se-ia uma *verdade incontestada* com a caracterização feita por Karl MARX do pensamento social de SAINT-SIMON, FOURIER e OWEN¹⁵. Mesmo aí, MARX não conseguirá operar uma cesura definitiva entre *passado* e *futuro*, posto que as utopias que descrevem a sociedade ideal são todas, a seu ver, *reacionárias*:

“A literatura revolucionária que acompanhava esses primeiros movimentos do proletariado teve forçosamente um conteúdo reacionário”¹⁶.

¹³ IDEOLOGIA E UTOPIA, *Ibidem* Op. cit., pp. 253-254

¹⁴ NISBET, Robert. *Tradition and Revolt*. New York, Vintage Books, 1970. p. 121.

¹⁵ MARX, Karl. *Das Manifest der kommunistischen Partei*. Berlin, Marx-Engels Institut, 1970. p. 45.

¹⁶ *Idem*, *Ibidem* Op. cit., p.44.

ou ainda

“Eis porque se em muitos aspectos os fundadores desses sistemas eram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos são sempre reacionárias, pois se aferram às velhas concepções de seus mestres...”¹⁷

Em MARX, neste texto, *reacionário*, como veremos mais à frente, liga-se a uma visão de elogio do passado em termos de “Idade do Ouro”, uma espécie de doença infantil das revoltas populares antes da organização da classe operária. Assim, aqueles que classicamente serviriam de paradigma para a construção das utopias tinham no passado a matéria-prima de seus sonhos do futuro. A maioria dos estudiosos passaram a adotar (com, contra ou apesar de MARX) tal modelo de utopia. Assim, constituiu-se, inclusive em MANNHEIM, uma visão unilateral de utopia, de forma alguma amparada no que seria o modelo inicial, conforme o proposto por Thomas MORE.

Doravante Utopia referir-se-ia, exclusivamente, ao futuro. Se assim o for e contra tudo o que argumentamos anteriormente, o conservadorismo não teria de fato utopias. Estas residiriam inequivocamente num tempo futuro, numa terra do *porvir*, transferindo para um amanhã, agora terreno, o reino da felicidade e da fartura.

Tanto MANNHEIM como NISBET, entretanto, concordam que o *tempo conservador* é outro que o *tempo liberal*. Enquanto o tempo aparece desmembrado, partido e atomizado no pensamento liberal – com vagas sucessivas que tomam seu sentido na relação com uma idéia que terá sua certa e inexorável realização no tempo que se desprende de todos os outros tempos, representando o fim de sucessivos estados temporais –, no pensamento conservador o entendimento do tempo só é possível no momento em que percebe o passado que existe no presente, a aliança indestrutível entre as épocas, numa sucessão infinita e sempre atual de *jetztzeit*, de *tempos do agora*. Desta forma, o futuro nada mais é do que o resultado da aliança entre mortos, vivos e não-nascidos (para recuperarmos uma expressão de BURKE) e nunca um rompimento com o que ficou para trás¹⁸. Portanto, a construção utópica do passado é um elemento fundamental da possibilidade do presente e única condição de pensar o futuro. A questão torna-se, desta forma, tática: se renego o passado, devo necessariamente construir no futuro; porém, se venero o passado, a única garantia do presente é construí-lo à imagem da minha vontade sobre o passado. Neste sentido, as premissas de MANNHEIM/NISBET são redutoras e ao mesmo tempo contraditórias visto que insistem num tempo liberal diferente do tempo conservador (ou mesmo, de ver o tempo como liberal) e medem por este tempo liberal o sentido conservador de devir. NISBET insiste, em relação aos conservadores, na volta ao passado e nega simultaneamente a possibilidade de construção teórica de uma visão de mundo no interior do pensamento conservador:

“Os princípios do conservadorismo filosófico trazem tão simplesmente um retorno aos postulados de tipo cosmológico-religiosos fundamentais da cultura medieval”¹⁹.

¹⁷ Ibidem Op. cit.. p.45.

¹⁸ Para uma discussão sobre o tempo e o devir ver HABERMAS, J.. “Bewusstmachende oder rettende Kritik. Zur Aktualität Walter Benjamins”. In: Kultur und Kritik. Frankfurt am Main, 1973. pp. 302-344.

¹⁹ NISBET, Ibidem Op. cit.. p. 75

Ora, que *cultura medieval* é esta? As *fantasias* de MÖSER e GOERRES ou, em escala europeia, o universo de Walter SCOTT, HUGO ou HERCULANO? São exatamente estas obras que trazem um verdadeiro culto à Idade Média, uma idealização profunda e desprovida de qualquer apoio documental de um mundo harmônico, guiado pela fé e pelo afeto, marcado por heróis pálidos, perdidos em bosques de plátanos e carvalhos, como nos quadros de Caspar David FRIEDRICH. Na Alemanha, HEINE mostrará claramente que o culto do gótico encobre um projeto político de tipo estamental e aristocrático ao mesmo tempo anti-liberal e anti-absolutista. A Idade Média, com seus princípios de ordem, autoridade e harmonia, surgia como uma utopia contrária à utopia liberal, base e arsenal de onde se sacavam as armas para a luta contra a maré montante do liberalismo. Para esta corrente política cabia reafirmar as autoridades locais, negar a construção de uma entidade alemã supra-regional, colocando-se claramente ao lado das pretensões austríacas de manutenção de uma Alemanha de sábios e poetas, distante do projeto nacional-liberal, onde aparecia uma Alemanha de industriais e militares. Grande parte de tais idéias formara o futuro arsenal do clericalismo e do conservadorismo ultramontano na Áustria, na França e na própria Alemanha. Assim, a utopia conservadora é correntemente construída no passado, pois o futuro nada mais é do que o desdobrar da História. Alguns poderiam argumentar que se trataria, neste caso, bem mais da construção de um mito do que de uma utopia. A bem da verdade, são tais mitos da *Idade do Ouro Perdida* que informam as utopias, mesmo as progressistas. Seria possível a construção da sociedade sem classes no futuro sem a idéia da sociedade sem classes – a comuna primitiva – no passado ?

Tais questões levam, necessariamente, a um outro ponto recorrente na análise do pensamento conservador: a questão do papel atribuído ao passado. NISBET afirma que o objetivo último do conservadorismo seria *a anexação dos dogmas religiosos ao poder temporal do Estado* e, necessariamente, a instauração de uma teocracia²⁰. Ora, a quem se referem tais assertivas? De forma alguma ao conservadorismo britânico do final do século XVIII e começo do XIX, absolutamente laicizado, senhor de uma religião de Estado mecânica e exteriorizada consubstanciada na Igreja Anglicana; também não serviria para HEGEL, caracterizado como conservador, e muito menos para RANKE. Para os ingleses era evidente que o universo havia sido dessacralizado e a questão religiosa se apresentava com o pudor do *bom-tom*. Para HEGEL e RANKE a questão principal residiria numa retomada de MAQUIAVEL, controlada e temperada na tradição. Quem são, então, os conservadores de NISBET e MANNHEIM? As citações recaem em DE MAISTRE, BONALD e STAHL. Aqui chegamos a um ponto fundamental: a necessidade de diferenciação no interior do chamado *conservadorismo*.

VON DER GABLENTZ, embora concordando com MANNHEIM que somente ao ser questionada coube à ordem uma racionalização conservadora, procurava avançar tal questão distinguindo ao menos três situações diversas no conservadorismo: legitimistas restauradores, reformistas conservadores e reacionários²¹.

Na análise de VON DER GABLENTZ, largamente tributária da obra do historiador austríaco RITTER VON SRBIK, os *legitimistas* aparecem divididos em dois grupos: *legitimistas institucionais* e *legitimistas feudalizantes*. Os primeiros eram defensores da ordem anterior a 1789, propunham a continuidade institucional e dinástica e, como tal, desempenham um papel chave no Congresso de Viena; já os últimos propunham um recuo maior, com o retorno à situação anterior à primeira “revolução”: anterior ao Estado Absoluto de feição iluminista. Considerava-se as dinastias legítimas anteriores a Napoleão como usurpadoras ao

²⁰ NISBET, *Ibidem* Op. cit., pp. 75-76

²¹ V.D. GABLENTZ, O. “Reaktion und Restauration”. In SCHUMANN, H.-G. *Konservantismus*. Frankfurt, Kiepenheuer, 1974. p. 79.

assumirem os programas reformistas dos filósofos do Iluminismo. A legitimidade residiria na tradição corporativa-estamental anterior ao Despotismo Esclarecido. Tais conservadores estarão no plano estético, filosófico e histórico ao lado dos românticos *regressistas*, atuando como defensores de uma Idade Média idealizada em torno das noções estamentais de Estado. HALLER, MÖSER, GOERRES e os GERLACH serão grandes nomes desta corrente. De qualquer forma, ambas as correntes estão unidas política e filosoficamente na recusa ao racionalismo iluminista e a qualquer forma de constitucionalismo, posto que o Estado se funda sobre a ação de grandes personalidades. Em seu conjunto, poder-se-ia falar de *restauradores* já que almejavam o restabelecimento de formas sociais e políticas que não mais existiam. Devemos destacar com precisão a forte componente católica no interior desta corrente, em especial no anseio pela restauração de uma cristandade estamental e agrária.

O conservadorismo reformista ligava-se, por sua vez, claramente à ação da monarquia absoluta, ao ideal de um Estado munido dos meios e da capacidade de conduzir a sociedade *sem a ditadura da burocracia e sem a ditadura da soberania popular*. Tratava-se de um modelo intermediário, paternalista e de difícil observação histórica²².

Por fim, a *Reação* era caracterizada pelo oportunismo da classe dirigente (não se fala em classe dominante) e pelo seu temor face à qualquer mudança:

“O reacionário não tem nenhuma relação com a História. Do seu desenvolvimento nada lhe interessa. Porém, ele não deve também se entusiasmar pelo passado. A ordem existente não deve ser perturbada, pois é, ao menos, ordem. Ela serve aos interesses dos poderosos e justifica esses mesmos interesses, que correspondem à ordem e ao equilíbrio. Movimento é sempre suspeito, pois fundamentalmente é desordem (**Unordnung**). O reacionário vive no presente e teme todo movimento, inclusive a Restauração”²³

Ora, tal análise, por maior que seja o mérito de buscar uma certa historicidade, acaba por dissolver seu objeto. Enquanto para MANNHEIM/NISBET todos são conservadores, para GABLENTZ, na prática, ninguém é conservador²⁴.

Com o risco de chamar o diabo para rezar a missa, poderíamos dizer, conforme Alan de BENOIST – o chefe de fila da *Nova Direita* francesa –, que se permitiu o domínio dos *mitos incapacitantes*, através dos quais se engloba sob o mesmo rótulo as mais diferentes tendências de pensamento²⁵.

Se as diferenciações propostas por GABLENTZ padecem de incorrigível artificialismo, a iniciativa é em si louvável. Já MARX, diferenciando correntes políticas e intelectuais, havia distinguido entre *conservadorismo* e *reacionarismo*.

MARX vincula o reacionarismo com a aristocracia feudal, batida pela burguesia em ascensão e incapaz de *travar uma luta política séria*, por isso, travavam sua guerra perdida no domínio literário:

“Se por vezes a sua crítica amarga, mordaz e espirituosa feriu a burguesia no coração, a sua impotência absoluta de compreender a marcha da

²² V.D. GABLENTZ, *Ibdem Op. cit.*, p. 84.

²³ *Idem*, *Ibdem Op. cit.*, p. 84.

²⁴ *Ibdem Op. cit.*, p. 79.

²⁵ BENOIST, Allan de. *Vu de Droite*. Paris, Albin Michel, 1975. p. XXIV.

história moderna terminou sempre por um efeito cômico”²⁶.

Neste grupo, incluía-se como reacionários os legitimistas franceses, restauradores alemães e certa intelectualidade inglesa reunida em torno de Thomas CARLYLE. Indo mais além, MARX lembra que o processo de modernização não isolou apenas a aristocracia fundiária: a pequena burguesia e o campesinato formavam uma *fração complementar da sociedade burguesa que se reconstitui incessantemente*²⁷. Face à expansão capitalista, ele se viram isolados e condenados, reagindo com acrimônia ao novo. Assim, esperavam restabelecer as *antigas relações de propriedades e toda a sociedade antiga* ou, bem ao contrário, forçar o novo a conformar-se às antigas relações de propriedade:

“Num e noutro caso, esse socialismo é ao mesmo tempo reacionário e utópico”²⁸

De qualquer forma, o alvo principal da luta de ambos os segmentos reacionários, o aristocrático e o popular, é a modernização burguesa.

Conservadorismo, por sua vez, é visto como uma forma de pensamento moderno e, malgrado a antipatia devotada ao mesmo por MARX, pensamento implicado com o progresso:

“Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionem e a dissolvam. Querem a burguesia sem proletariado. Como é natural, a burguesia concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos”²⁹.

Ora, estamos aqui face a dois procedimentos interessantes: (i.) a diferenciação operacional dos conceitos conservador e reacionário e (ii.) o deslocar do pensamento conservador para o campo da modernidade, bem ao contrário do procedimento de inúmeros críticos liberais do século XX. Evidentemente, e para um certo desconforto de MARX, o liberalismo deslocava-se simetricamente mais à esquerda, o que era, enfim, real nos anos de 1847 e 1848.

MARX não está sozinho na caracterização do conservadorismo como um pensamento inscrito na modernidade. W. RIBHEGGE, cientista político alemão, caracteriza o conservadorismo como vertente política burguesa tanto em 1848 quanto em 1918³⁰. Da mesma forma, o historiador M. VALJAVEC reage contra a caracterização do conservadorismo como uma ideologia reativa, criada em função da Revolução Francesa. VALJAVEC concebe o conservadorismo como uma força ativa, já em ação em pleno século XVIII, *contrapondo-se ao Iluminismo de cunho materialista e radical*. Assim, poder-se-ia falar em um “Iluminismo conservador”³¹.

²⁶ MARX, *Ibidem Op. cit.* p. 38.

²⁷ *Idem, Ibidem Op. cit.* p. 40.

²⁸ *Ibidem Op. cit.* p. 40.

²⁹ *Ibidem Op. cit.* p.43.

³⁰ RIBHEGGE, W. “Konservantismus. Versuch zu einer Kritisch-historischen Theorie”. In *Konservantismus, Ibidem Op. cit.* p. 122.

³¹ VALJAVEC, F. “Die Entstehung des europaischen konservativismus”. In *Konservantismus, Ibidem Op. cit.* p. 147.

A relação entre o Iluminismo e o Conservadorismo já havia sido destacado por Adalbert WAHL em um artigo pioneiro de 1912. Dedicando-se à análise da obra de MONTESQUIEU, WAHL mostra como a relação entre Direito, condições naturais (“o clima e o céu”) e a tradição são elementos fundamentais na constituição dos regimes políticos. Da mesma forma, tais especificidades desaconselhariam qualquer tentativa de imposição de regimes, devendo-se, pois, respeitar a originalidade dos povos, que emprestam seu espírito aos regimes sob os quais vivem³².

Samuel HUNTINGTON nos apresenta uma proposta interpretativa próxima daquela quando, por exemplo, afirmar já haver um conservadorismo desde o século XVII. Neste contexto de luta contra o avanço da centralização absolutista, muito antes do liberalismo problematizar o Estado, estariam as origens do pensamento conservador. Trata-se de uma formulação pluralista-medieval, com seu fulcro nos corpos intermediários da sociedade, como as corporações e as cidades. MONTESQUIEU teria captado largamente tal movimento e centraria a defesa dos *Parlements* provinciais na importância dos corpos intermediários³³ e como um antídoto aos excessos da centralização monárquica. Assim, a crítica de MONTESQUIEU ao absolutismo fundamentaria muito mais o nascente pensamento conservador do que o pensamento liberal.

O ponto principal a ser considerado aqui é uma caracterização muito forçada das oposições existentes entre Iluminismo e Conservadorismo – compreendendo este último em seu viés romântico e historicista. É assim que Steve SEIDMAN observa a tentativa monopolista de liberais dos séculos XIX e XX de opor às Luzes tudo o que não se inscrevesse claramente no seu ideário³⁴. O Iluminismo seria necessariamente racionalista, abstrato, sintético e progressista. Ao mesmo tempo, ocorre um gigantesco esforço em relacionar os críticos do *racionalismo abstrato* – que, *note bem*, não representa necessariamente todo o Iluminismo – ao anti-progresso, às continuidades imóveis, a uma história noturna e pessimista. Ora, os principais pensadores do início do século XIX – como BURKE, RANKE e HEGEL –, se não são devedores da ideologia do progresso, são outrossim racionalistas e críticos, posto que dividem os mesmos métodos e apontam claramente para uma História em movimento.

O desconcerto em insistir em tais dicotomias absolutas levará BAUMER a falar em um *neo-iluminismo* para a primeira metade do século XIX na exata medida destes autores³⁵. Os métodos das Luzes, em especial a linguagem do racionalismo – com a crítica aos textos e o aprofundamento da Hermenêutica –, mostram-nos que o Iluminismo não era único ou monolítico. Em larga escala, a reação romântica e historicista é dirigida contra a imposição da ideologia do progresso ou, ao menos, a um determinado conteúdo da idéia de progresso; contudo, em sua crítica à própria noção de progresso não abre mão dos métodos racionalistas e da análise crítica fundamentada numa Hermenêutica iluminista. Não é gratuito o apego de RANKE à crítica do texto, cabendo ao mesmo a criação do moderno *seminário* enquanto método de estudo.

O progresso, enquanto movimento linear em direção às idéias da fraternidade burguesa e do mercado auto-regulável, será recusado veementemente por românticos e historicistas. Ora todo o Iluminismo poderia ser reduzido à idéia de progresso? São os que pensam assim que promovem de forma unilateral a filiação ao Iluminismo do liberalismo, do socialismo e do comunismo como as únicas vias abertas da modernidade. O conservadorismo seria não só oposição mas também estaria ainda encerrado no passado. Muitos não hesitarão em buscar aí

³² WAHL, A. “Montesquieu als Verlaeuffer von Aktion und Reaktion”. In: H.Z., 1912(109): pp. 129-148.

³³ HUNTINGTON, S. “Konservatismus als Ideologie”. In: Konservatismus, Ibidem Op. cit., p. 93.

³⁴ SEIDMAN, Steven. *Le Liberalisme et la Théorie Sociale en Europe*. Paris, PUF. 1987 (1983). pp. 20-21.

³⁵ BAUMER, F. *O Pensamento Moderno*. Lisboa, Edições 70, 1977. p. 30.

as origens do totalitarismo, esquecendo-se que no Estado-máquina de Frederico da Prússia, ou no *Staatspolizei* de Luís XIV e do Marquês de Pombal, as ações do Estado invadiam as dimensões metapolíticas da sociedade ³⁶.

De qualquer forma, o debate é ainda intenso: à tese tradicional da dicotomia radical aliam-se TROELTSCH, MANNHEIM, NISBET e BRUNSCHWEIG com sua absurda noção de *trahison des clerics*; por outro lado, não só pensando continuidades, em especial de métodos, mas fundamentalmente uma filiação única, teríamos CASSIRER – que deveríamos voltar a ler –, DILTHEY, MEINECKE, Peter GAY e SEIDMAN. Numa posição especial, toda bordada de detalhes e valorizando as antinomias originais, estaria Paul HAZARD.

Malgrado as diferenças, e elas existem, estaríamos repondo no corpo da tradição do Ocidente as grandes correntes de pensamento vinculadas por continuidades e oposições ao Iluminismo, como nas antinomias de DILTHEY ³⁷. Desta forma, MONTESQUIEU poderia facilmente ser apropriado por liberais e historicistas; VOLTAIRE emprestaria o método crítico a historiadores liberais e conservadores; e ao ROUSSEAU do CONTRATO SOCIAL poder-se-ia sempre opor o ROUSSEAU do DISCURSO SOBRE A ORIGEM DA DESIGUALDADE, ponto de inspiração de uma História original dos povos e nada devedor, neste contexto, de HERDER.

Em especial, a presença de MONTESQUIEU recobre as fontes do pensamento conservador, marcando uma oposição nítida ao Estado-Máquina provido da filosofia iluminada – numa época em que a burguesia ainda não era oposição. Neste sentido, a exigência de uma partilha, pela sociedade, dos atributos da soberania é uma exigência comum. Para os conservadores, bem ao contrário do liberalismo, terá um significado muito particular: Günther BARUDIO dirá que o objetivo de tal movimento era a defesa das *Libertäte Verfassunge*, as constituições libertárias de origem medieval³⁸. Liberdade, aqui, era a expressão da conservação dos privilégios, leia-se autonomias, dos corpos estamentais face ao avanço da autoridade régia. Neste sentido, é importante marcar a origem e conteúdo diferenciado do conceito liberdade. Enquanto no pensamento liberal refere-se à esfera de ação do indivíduo, no pensamento conservador liberdade é concebida como a garantia da autonomia dos diversos corpos sociais, no interior dos quais – e, só aí – os indivíduos se qualificam. Fora de tais corpos não há liberdade, posto que a atomização do indivíduo é a desordem. Kurt VON RAUMER, utilizando-se recursos do idioma alemão, contraporá uma *Korporative Libertät* a uma *Persönliche Freiheit*, como forma de evidenciar as diferenças.

Efetivamente, ocorreu tanto com MONTESQUIEU como com HERDER uma leitura liberal onde a doutrina da partilha dos poderes ou do Estado sem povo, com seu caráter anti-absolutista, eram encaradas como naturalmente liberais. Assim, todo conteúdo libertário-estamental é esvaziado em favor de um doutrina do Estado cujas bases serviriam também ao conservadorismo³⁹. Neste sentido – e aqui podemos buscar a motivação de MARX em deslocar o conservadorismo para o campo da modernidade –, não se poderia falar em ideologia reativa, em especial face à Revolução Francesa. Liquidada a fratura *feudal* – isso já em agosto de 1789 – a Revolução teria se constituído, para além do entendimento ideológico-edificante, em um violento choque entre facções da própria burguesia. Não se trata de uma *dérápape* ou de uma fase *popular* da Revolução. Os diversos projetos tentados e as fases

³⁶ Para a discussão do liberalismo alemão, seus limites e contradições, ver GALL, L. “Liberalismus u. bürgerliche Gesellschaft” In: H.Z., 1975(220): pp. 324-357 e, na mesma revista, “Die deutsche Liberalismus zwischen Revolution u. Reichsgründung”, In: H.Z., 1979(228): pp. 98-108.

³⁷ DILTHEY, Wilhelm. Teoria das Concepções do Mundo. Lisboa, Edições 70, 1992. pp. 107-160. (Vide em especial a Parte II).

³⁸ BARUDIO, Guenter. Das Zeitalter des Absolutismus un der Aufklaerung. Frankfurt, Fischer, 1981.

³⁹ VON RAUMER, K. “Absoluter Staat, Korporative Libertaet, persoenliche Freiheit”. In: HOFMANN, H.H. Die Entstehung des modernen souveraenen Staates. Frankfurt, Kiepenheuer, 1967. p. 173.

vividas resultariam do experimentalismo racionalista e abstrato das lutas inter-burguesas. Assim, a Revolução Francesa não se explicaria nem por SOBOUL, nem por FURET e sim com BURKE. O conservadorismo não seria uma reação feudal, anti-burguesa, à Revolução Francesa. Estaríamos face a uma reação das parcelas estabelecidas da própria burguesia. Em BURKE, GENTZ ou RANKE não há nenhum desejo de retorno ao passado: quer-se a ordem presente, sem as contradições então vividas. Muitas das idéias geradas ainda no seio do Iluminismo serão retomadas e incorporadas. A argumentação já utilizada contra o absolutismo régio será atualizada contra o absolutismo do povo. Na expressão de BURKE, nem tirania do rei, nem tirania da massa.

Evidentemente, existe uma reação à Revolução Francesa: os que querem o passado, as dinastias, a aristocracia e os camponeses (reacionários, feudalizantes e legitimistas) envolver-se-ão com o clericalismo militante, com a reconstrução da unidade do cristianismo, cuja melhor expressão (embora não única) será DONOSO CORTÉS⁴⁰. No limite, não hesitarão em apelar à violência, ao golpe e mesmo à Revolução contra a ordem vigente, como na França da Terceira República⁴¹. Ao contrário dos conservadores, estarão fora do campo da modernidade. Os primeiros, por sua vez, deverão com urgência ser recuperados como uma das vias da construção do mundo moderno.

Um retorno ao estudo do pensamento conservador afigura-se, hoje, como um procedimento fundamental. Num momento em que presenciamos a ressurgência do fascismo e, contraditoriamente, alguns afirmam com ênfase a indiferenciação dos campos políticos, devemos voltar-nos com atenção para as fontes de um rico filão do pensamento moderno ⁴². Para além de vestígio de uma outra época, anterior a 1789, ou meramente reação ao Iluminismo, podemos vislumbrar no conservadorismo um corpo teórico articulado, musculoso e seminal, capaz de combinar apego à técnica e sonhos românticos sobre uma Idade Média que nunca existiu; racionalidade tecnológica e os mais profundos preconceitos sociais ou raciais, desenhando contradições que marcaram o século XX e ameaçam invadir o século XXI.

Francisco Carlos Teixeira da Silva
Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1999

⁴⁰ DONOSO CORTÉS, J. Ensayo sobre el Catolicismo, el Liberalismo y el Socialismo. Buenos Aires, Americalle, 1943 (1851).

⁴¹ IGLÉSIAS, Francisco. “Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. II, 1962(2): pp. 3-52.

⁴² VEBLÉN, Thorstein. “A Alemanha Imperial e a Revolução Industrial” In: Os Pensadores. São Paulo, Abril, 1974. pp. 265-276.

LISTA DE PARTICIPANTES:

Alcides Freire Ramos

Alcir Henrique da Costa
Ciências Políticas - Flacso (Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales)

Alessandra Carvalho
Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Alexander Martins Vianna
Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Alexandre Mansur Barata
Departamento de História -UFJF

Altemar da Costa Muniz
Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central - UECE

Ângela Azevedo Silva B. Âncora Da Luz
Escola de Belas Artes - UFRJ

Angela Maria Mendes de Almeida
CPDA – UFRRJ

Angela Moulin Penalva Santos
Faculdade de Ciências Econômicas - UERJ

Angelo Priori
Departamento de História - Universidade Estadual De Maringá

Anita Leocádia Prestes
Departamento de História - UFRJ

Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright
Coordenadora Geral do NAPENA (Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos Norte Americanos – USP)

Antônio Augusto Pereira Prates
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG

Antônio Celso Ferreira
Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Assis

António Costa Pinto
História - I.S.C.T.E. / Lisboa

Antônio Paulo Rezende
Departamento de História – UFPE

Bernardo Ferreira
Departamento de História – PUC/Rio

Bernardo Kocher
Departamento de História - UFF

Brigitte Bailer-Galanda
Dokumentationsarchiv Des Österreichischen Widerstandes

Carlos Alberto Coutinho Neves de Almeida
Laboratório de Estudos do Tempo Presente - TEMPO

Carlos Augustos P. dos Santos
PPGHIS – UFRJ/UFCE

Carlos Fico
Departamento de História – UFRJ

Carlos Gilberto Werneck Agostino
Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Carlos Leonardo Bahiense da Silva
Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Departamento de História – UFRGS

Claudia Wasserman
Departamento de História – UFRGS

Cláudio DeNipoti
Departamento de História – UEPG

Cristina Buarque de Hollanda
Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Daniel Aarão Reis
Departamento de História - UFF

Daryle Williams
Department Of History - University Of Maryland

Denise Nonato
Mestrado em Sociologia Urbana - UERJ

Dominichi Miranda de Sá
PPGHIS – UFRJ

Eli Diniz
Instituto de Economia – UFRJ

Elizabeth Cancelli

Estevão C. de Rezende Martins
Departamento de História – UnB
Fernanda Guimarães Correia
Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Flávio Limonic
Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Flávio Silva Farias
Departamento de Genética do Instituto de Biologia – UFRJ

Francisco Carlos Martinho
Departamento de História – UERJ

Francisco Carlos Teixeira da Silva
Titular de História Moderna e Contemporânea ; Coordenador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Francisco César Alves Ferraz

Departamento de História - Universidade Estadual de Londrina

Francisco José Silva Gomes
Departamento de História – UFRJ

Francisco M. Salzano
Titular do Departamento de Genética, Instituto de Biociências – UFRGS

Francisco Rogido Fins
PPGHIS – UFRJ

Franklin Trein
Departamento de Ciências Sociais - UFRJ

Frederico Alexandre de Moraes Hecker
Departamento de História – UNESP/Assis

Frederico José Falcão
Colégio Técnico - UFRRJ

Frederico Oliveira Coelho
Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Helga Iracema Landgraf Piccolo
Titular de História do Brasil e do Rio Grande do Sul – UFRGS

Henri Acselrad
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

Ibirapuan Bernasconi Nunes Avênia Puertas
História – UFRJ

Jean Mac Cole Tavares Santos
PPGHIS – UFRJ/UFC

Jean-Yves Camus
Integrante do Centre Européen de Recherches et d'Action sur le Racisme et antisémitisme (Cera)

Jessie Jane Vieira de Souza
História - UFRJ

João Azevedo Fernandes
Departamento de História - UFPA (Campus I - João Pessoa)

João Bôsko Hora Góis
Escola de Serviço Social - UFF

José Antônio Segatto
Departamento de Sociologia - UNESP/Araraquara.

José Brito Roque
Departamento de Ciências Sociais – UFRJ

José Carlos Barreiro
Departamento de História - UNESP/Campus de Assis

José Luís Bendicho Beired
Departamento de História – UNESP/Campus De Assis

José Luís Fiori

Titular do Instituto de Economia – UFRJ

José Miguel Arias Neto
Departamento de História - Universidade Estadual de Londrina

José Murillo de Carvalho
Titular de História do Brasil - UFRJ

Keila Grinberg
História - UFF

Lauro Álvares da Silva Campos
Senador (1995-2003)

Leandro Konder
Filósofo - PUC-RJ

Leila Maria Corrêa Capella
Departamento de História - UFF

Lincoln de Abreu Penna
Departamento de História - UFRJ

Lorraine Slomp Giron
Departamento de História - Universidade Caxias do Sul

Lúcia Grinberg
História – UFF

Lucília de Almeida Neves
Departamento de História – UFMG

Lúcio Flávio Vasconcelos
Departamento de História – UFPB/Campus I

Luís Edmundo de Souza Moraes
Pesquisador "Das Zentrum Für Antisemitismusforschung" - Technische Universität Berlin

Luiz Carlos Ribeiro Santana
Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Marcello Otávio N. de C. Basile
Laboratório de Estudos do Tempo Presente - TEMPO

Marcelo Ramalho
Instituto Rio Branco – IRB/MRE

Marcelo Ridenti
Departamento de Sociologia – UNESP

Marcelo Solino Cristino
História – UFRJ

Marco Aurélio Santana
Departamento de Filosofia e Ciências Sociais - UNIRIO

Maria Clementina Pereira Cunha
Departamento de História - UNICAMP

Maria Efigênia Lage de Resende
Titular de História do Brasil, UFMG

Maria Luiza Nabinger de Almeida
Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia - UFG

Maria Luiza Tucci Carneiro
Departamento de História – USP; Coordenadora do Projeto Integrado Arquivo/Universidade: Inventário Deops/SP

Maria Manuela Ramos Souza e Silva
Departamento de História - UFRJ

Mario Cacciaglia

Mario Grynszpan
*Departamento de História – UFF
CPDOC – FGV*

Mário Kleber Lanna Jr.
Pesquisador da Fundação João Pinheiro (MG)

Marion Brepohl de Magalhães
Departamento de História – UFPR

Marta Rosa Borin
Faculdades Franciscanas – FAFRA (Santa Maria, RS)

Marta Skinner de Lourenço
Faculdade de Ciências Econômicas - UERJ

Maurício Murad
Departamento de Ciências Sociais – UERJ; Diretor do Núcleo de Sociologia do Futebol

Michel Gherman
História - UFRJ

Miriam Gomes Saraiva
Departamento de História – UERJ

Monica Velloso
Pesquisadora do CPDOC - FGV

Muniz Ferreira
Departamento de Relações Internacionais - Universidade Estácio de Sá (Unesa)

Nanci Nigri
História - UFRJ

Norma Breda dos Santos
Departamento de História - UnB

Patrícia Teixeira Santos
NEC/Universidade Federal Fluminense

Paulo Fagundes Vizentini
Titular de História Contemporânea – UFRGS

Paulo Penalva Santos
Procurador do Estado do Rio de Janeiro

Rachel Soihet
Titular de História Moderna - UFF

Raimundo Barroso Cordeiro Junior
Departamento de História – UFPB

Raymundo Nonato Santos
CPDA – UFRRJ

Renato Lemos
Departamento de História - UFRJ

Roberto Charles Feitosa de Oliveira
Departamento de Filosofia e Ciências Sociais - UNIRIO

Rodrigo Patto Sá Motta
Departamento de História - UFMG

Ronaldo Vainfas
Titular de História da América - UFF

Rosângela de Oliveira Dias
História - UFF

Rosângela Patriota

Sabrina Evangelista Medeiros
Laboratório de Estudos do Tempo Presente - TEMPO

Samantha Viz Quadrat
Laboratório de Estudos do Tempo Presente - TEMPO

Sérgio Luiz Monteiro Mesquita
Mestrado de História Política - UERJ

Sérgio Murillo Pinto
História - UFF

Sidinei Munhoz
História – Universidade Federal de Maringá

Sílvio de Almeida Carvalho Filho
Departamento de História - UFRJ/UERJ

Sônia Fleury
Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

Valéria Lima Guimarães
PPGHIS - UFRJ

Valéria Marques Lobo
Departamento de História - UFJF

Williams da Silva Gonçalves
Relações Internacionais – UERJ
Departamento de História - UFF

Wolfgang Neugebauer
Dokumentationsarchiv des Österreichischen Widerstandes

A

ABORTO. No bojo das lutas feministas dos anos de 1960 e 1970, um dos pontos considerados básicos das militantes era o direito de as mulheres disporem do seu próprio corpo, o que na verdade significava o direito de interromper uma gravidez indesejada. (v. [Feminismo](#)) A partir da encíclica *Humanae Vitae* em 1968 – de autoria do papa Paulo VI –, a Igreja Católica e a maioria das igrejas reformadas assumiram uma clara postura de condenação radical à interrupção da gravidez, considerando-a um pecado mortal. O interdito da Igreja foi extensivo a qualquer método anticoncepcional, tais como a pílula ou os preservativos, tudo em nome da preservação da [família](#). Evidentemente, a publicação da *Humanae Vitae* no ano tão emblemático de 1968 não foi um acaso, representando um interdito de consciência lançado sobre o conjunto da [revolução](#) comportamental que avassalava o [Ocidente](#). (v. [Liberalismo](#) & [Homossexualismo e Revolta](#)) Em face de uma recusa coletiva da moral vigente por parte dos jovens, erguendo lemas do tipo *make love not war*, assumindo comportamentos pan-sexuais e organizando experimentos coletivos de criação de filhos, a Igreja surgiu como um esteio do [conservadorismo](#), inclusive atraindo parte da elite [política](#) laica, promovendo uma conjugação inesperada de política e religião que alimentará boa parte dos fundamentalismos dos anos de 1980 e 1990. (v. [Fundamentalismo Cristão e Política](#)) A atuação das mulheres foi particularmente alvo de extrema atenção, em grande parte derivada da certeza de que uma geração inteira criada sem a devida educação cristã poderia causar danos irreversíveis a uma visão de mundo simultaneamente religiosa e conservadora. (v. [MONICA LEWINSKY, O Caso](#)) Assim, a atuação de Paulo VI (1963-1978) voltou-se largamente para a reafirmação de uma moral católica e para garantir a disciplina na Igreja, inclusive a reafirmação do celibato e sua exclusividade masculina, limitando o papel das mulheres nas celebrações, o que reafirmava as suas funções de mulher e mãe. (v. [Masculino/Feminino](#)) A atuação de João Paulo II, com sua preferência pelo culto mariano – em detrimento da cristologia –, reafirma um visão conservadora sobre as mulheres, atribuindo-lhes um papel diferenciado e subalterno (v. [Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade](#)). Assim, já em plena década de 1960, e daí em diante, a Igreja ergueu-se como uma fonte de ensinamentos e interditos contra a revolução comportamental experimentada pelo Ocidente. A questão do aborto tornou-se, neste contexto, o ponto crucial do debate. O avanço de partidos laicos e a pressão do voto feminino – cada vez mais importante nas grandes democracias ocidentais – acabaram por liberar a prática do aborto, inclusive – e esta era a exigência básica – *assistida* e *orientada* pelo poder público. Nos Estados Unidos, país onde mais avançou o movimento feminista, ergueu-se em pouco tempo uma vasta rede de clínicas especializadas em “planejamento familiar”, na maioria das vezes uma eufemismo para a interrupção da gravidez. No ano 2000, funcionavam no país cerca de 600 clínicas especializadas, com 2500 médicos e uma média de 1.200.000 abortos realizados a cada ano, com um sistema assistencial garantindo certo conforto emocional às mulheres que optarem pela interrupção da gravidez. Na [Europa](#), os partidos de extrema-direita – tradicionalmente natalistas – identificaram na luta anti-aborto uma forma de atrair a opinião pública católico-integrista, particularmente na França, na Itália e na Alemanha Católica. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#)) Na França, a [Frente Nacional](#) de [Jean-Marie Le Pen](#) participa ativamente das associações anti-aborto, inclusive de comandos que invadem clínicas especializadas. (v. [Fascismo](#)) No caso francês, a *Union des Nations de l'Europe Chrétienne* (União das Nações da Europa Cristã) organiza viagens periódicas a Auschwitz para comparar o [Holocausto](#) ao atual “genocídio francês” praticado pelos ateus e socialistas através do aborto. (v. [História](#) & [Tradição](#)) Dá-se aqui uma operação dupla de mascaramento: por um lado, a banalização do Holocausto; por outro, a culpabilização da [democracia](#). (v. [Historiografia do Fascismo](#)) Nos Estados Unidos, por sua vez, a oposição contra tal ação do Estado originou uma forte resistência, com ligações com o [fundamentalismo cristão](#), associando diretamente o aborto ao assassinato a partir da idéia central da existência de um

sopro divino, ou alma, desde a concepção. Incapazes de derrubar a legislação existente por meios legais, sem contar com a maioria da opinião pública, os antagonistas do aborto optaram por uma ação direta contra as clínicas especializadas. Tal opção pelo terrorismo marca um *turning point* fundamental na prática política da direita americana, inclusive definindo claramente o divisor de águas entre a direita tradicional e a extrema-direita. (v. [ARMAS, Posse de](#)) Os grupos fundamentalistas são responsáveis anualmente por mais de cem ataques às clínicas, além do assassinato de vários médicos, atentados com bombas e a construção de uma página na Internet expondo médicos e assistentes sociais como assassinos (“Os açougueiros de bebês”). O mais atuante dos grupos em questão é o Comitê Nacional do Direito à Vida, apoiado e financiado por um grande número de igrejas e associações conservadoras, inclusive a Associação de Advogados Cristãos Americanos. No outro pólo do debate, Hillary Clinton assumiu ativamente o papel de defensora do direito de opção das mulheres, conseguindo uma dotação de U\$ 4.5 milhões de dólares para criar sistemas de segurança para as clínicas especializadas. O objetivo da administração Clinton seria tornar o aborto uma opção “segura, legal e rara” (Hillary Clinton, 1999) para o maior número possível de mulheres. (v. [Casamento](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

AÇÃO CATÓLICA. O projeto restaurador de uma neo-Cristandade do catolicismo ultramontano e intransigente [v. [Intransigentismo](#)], no século XIX, levou a Hierarquia católica e, em particular, o Papado a partir de Pio IX (1846-78) a convocar de modo sistemático a colaboração dos leigos nesse projeto e a definir o papel de um laicado militante na reconstrução de uma Cristandade num mundo em processo de secularização (dizia-se então “descristianização”) e nos confrontos com o Estado liberal, laicista e aconfessional. (v. [Ultramontanismo](#)) Os leigos deveriam defender a Igreja e os interesses católicos; assegurar à Igreja pela intervenção [política](#) a proteção que os Estados liberais lhe negavam; “recristianizar” a sociedade segundo princípios da doutrina cristã. A “ação dos católicos” fez-se então movimento social católico [v. [Catolicismo Social - século XIX](#)] e foram criadas as instituições confessionais por excelência: o partido, a escola, as associações operárias [v. [Rerum Novarum](#)], a imprensa. As primeiras manifestações dessa ação ocorreram na Alemanha - D.Ketteler em Mogúncia, em 1848 - na Bélgica e na França. Na Itália, com a Questão romana (1870), os católicos também saem da atitude de gueto para criarem o *Movimento Cattolico* e a *Opera dei Congressi* (1874), muito embora sofressem a limitação da proibição de intervenção política em decorrência do *non expedit* (1874). (v. [Liberalismo & Revolução](#))

Foi com Pio X (1903-14) que o termo e a Ação Católica propriamente dita surgiram. O papa, menos confiante que Leão XIII (1878-1903) na eficácia dos partidos católicos, serviu-se da crise no seio da *Opera* para decretar a sua dissolução (1903). A ala jovem liderada pelo Pe. Romolo Murri desejava ampla autonomia com relação à Hierarquia e o engajamento político, colocando, embora parcialmente, em discussão o projeto de “sociedade cristã”. Na encíclica *Il fermo proposito* (1905), Pio X enunciou firmemente os princípios que deveriam presidir a Ação Católica (AC) como a forma específica de apostolado organizado dos leigos que caracterizou a primeira metade do século XX durante os pontificados pianos (Pio X, Pio XI, [Pio XII](#)). Pio X organizou a AC italiana de forma centralizada, uniforme, como iniciativa da hierarquia e por ela controlada, como um prolongamento da ação do clero, da sua missão apostólica. O papa passou a atribuir cada vez mais à organização da AC italiana o caráter de modelo para outros países. (v. [Conservadorismo](#))

O “papa da AC”, Pio XI (1922-39), iniciou todavia uma nova etapa decisiva e mais representativa dessa forma de apostolado leigo. Percebia-se então a especificidade da ação dos leigos como complementar à do clero, como um dever de “participação no apostolado hierárquico”, como um “mandado” da Igreja. (v. [Comitês Anticomunistas](#)) Pio XI com a AC desejava congregar os leigos católicos para grandes ações de massa na sociedade como forma de pressionar os Estados autoritários e totalitários, e reconstruir uma “sociedade cristã” sob o signo do “reinado universal de Cristo”(Cristo Rei). (v. [Autarquia](#)) A AC tinha, portanto, por finalidade a formação dos leigos, preparando-os para a ação política, social, econômica, cultural de transformação da sociedade segundo o Evangelho de Cristo. O ideal de refazer “a sociedade cristã” não a partir de uma rede de obras católicas – como ocorrera no século XIX e durante o pontificado de Pio X –, mas a partir da ação “temporal” dos católicos formados pela AC, levou o ideal de neo-Cristandade, em sua nova fase, para a solução da “terceira via”, igualmente equidistante das soluções liberais e socialistas. Emergia desse modo um apostolado dos leigos mais adaptado à vida urbana, às camadas médias, à secularização crescente. (v. [Anticomunismo](#))

Dá a insistência de Pio XI no modelo italiano de AC de tipo unitário, com quatro ramos (masculino, feminino; adultos e jovens), estabelecida em âmbito nacional, muito dependente das autoridades eclesiásticas, reorganizada por ele em 1922 (encíclica *Ubi Arcano Dei*) e adotada em países de grande maioria católica (Espanha, Polônia, Portugal, países da América Latina, nomeadamente o Brasil em 1935). Desde cedo, o papa incentivou igualmente a AC, especializada por meio e profissão (1925), a agir com grande autonomia de métodos e

objetivos: trata-se do modelo belga que nasceu com as experiências do Pe. Cardjin, desde 1913, com a JOC (Juventude Operária Católica) e seu método de Ver, Julgar e Agir. O modelo belga logo foi adotado pela França, Canadá francês, África da francofonia e pela maioria dos países que já tinha o modelo italiano, justapondo os dois modelos na prática. O Brasil, por exemplo, integrou a AC especializada a partir de 1950.

Após a Segunda Guerra Mundial, o papa Pio XII (1939-58) estimulou o desenvolvimento da Democracia Cristã (DC) e reorientou a AC. Toda a ação organizada dos leigos católicos com finalidades apostólicas passou a integrar a AC como, por exemplo, os chamados “Movimentos”. Na Holanda, na Suíça românica, nas Filipinas, por exemplo, sob o nome de AC estavam reunidas, numa espécie de federação, organizações heterogêneas, cada uma com seu nome próprio e suas finalidades. No mundo anglo-saxão, na Alemanha, na Suíça germânica, na Ásia, o termo AC não era praticamente utilizado, ainda que houvesse numerosos movimentos ativos de leigos, herdeiros daqueles criados no século XIX ou surgidos no século XX. (v. [Partido Político de Direita](#))

O desgaste político da DC, a renúncia de certos militantes católicos ao ideal de uma “sociedade cristã” e à “política cristã”, logo ao ideal de neo-Cristandade, a aceitação de uma sociedade pluralista e de uma “política dos cristãos” no contexto do Concílio Vaticano II (1962-65) levaram a que grande número de leigos da AC se inclinasse para um compromisso mais radical com a transformação do mundo e até para a esquerda política. A Hierarquia não aceitou essa inclinação política, levando à grande crise da AC a partir de 1956-1968, a seu esvaziamento e à sua sobrevivência residual. Sucederam-lhe os “Movimentos” típicos deste final de século (Focolares, Renovação Carismática, Comunione e Liberazione, Opus Dei).

Francisco J.S.Gomes

Referências Bibliográficas:

Fontes: *Apostolicam Actuositatem*, Decreto sobre o apostolado dos leigos, promulgado a 18 de novembro de 1965 pelo concílio Vaticano II (a doutrina deste decreto deixou de ser pertinente precisamente a partir da época em que foi definida).

AUBERT, Roger. Nova História da Igreja. Petrópolis, Vozes, 1975-1976. ts. 1 e 3
CIVARDI, Luigi. Manual de Ação Católica. Rio de Janeiro, Editora ABC, 1937. 2^o vol.
COMBLIN, José. Os ‘Movimentos’ e a pastoral latino-americana. In: **Revista Eclesiástica Brasileira** 43(170), junho de 1983: pp. 227-262.
DI ROSA, G.. Storia del movimento cattolico in Italia dalla restaurazione all'età giolittiana. Bari, Laterza, 1966.

AÇÃO SOCIAL BRASILEIRA (1930/1935).

Ação Social Brasileira (1930). Partido político nacionalista de cunho fascista criado em 1930. Entre os seus objetivos estava o fortalecimento moral, intelectual e material do Brasil. (v. [Sociedade Integral](#)) Para isto, as atividades da Ação Social Brasileira calcavam-se na **vontade** de ordenar e na **disciplina** para obedecer a estas ordens. (v. [Autarquia](#)) No que diz respeito à *vontade*, a Ação Brasileira afirmava que o Brasil deveria se transformar em um todo homogêneo, ao contrário do regime federativo que dividiu a nação. Propunha a modificação da bandeira nacional e a reorganização das forças armadas para a reconquista do verdadeiro lugar do Brasil no continente americano. (v. [Império](#)) Com relação ao aspecto econômico, fazia parte de seu projeto a racionalização das tarifas alfandegárias – impedindo a taxação sobre as exportações –, o acirramento das leis contra o suborno e a sonegação de impostos, a consolidação das finanças nacionais por meio da conversão da dívida externa do país em moeda nacional e a proibição de novos pedidos de empréstimos por 20 anos, assim como a emissão de apólices desde o âmbito federal até o municipal.

Entre os projetos da Ação Social Brasileira no âmbito da *vontade*, podemos ainda destacar: a valorização da agricultura como o grande baluarte da economia nacional, a legalização do jogo, medidas de proteção ao trabalhador das indústrias – sem prejuízo ao capital – e a criação de zonas francas de comércio de produtos estrangeiros destinados à reexportação. (v. [Legislação Trabalhista no Brasil](#)) A Ação Social Brasileira também propunha um entendimento com as nações superlotadas de "sem-trabalho" para colonizar o Brasil, evitando, pois, a formação de núcleos antinacionalistas dentro do país. No entanto, tal imigrante deveria ter mais de 1.60 m., se fosse homem, e as mulheres mais 1.50 m. (v. [Oliveira Vianna](#)) Influenciada pelas teorias científicas da época, o partido defendia o fortalecimento da raça. (v. [Eugenia](#)) Para tanto, afirmava que era necessário uma mudança nos hábitos alimentares do brasileiro, incompatíveis com o clima do país; a criação de sanatórios para doenças infecto-contagiosas, a racionalização das roupas, o exame pré-nupcial obrigatório, assim como a prática da ginástica nas escolas primárias e secundárias. (v. [Asilo](#)) A fabricação e venda de bebidas alcoólicas também deveriam ser severamente controladas. (v. [PENNA, Belisário](#))

Para a imprensa, havia a proposta de transformá-la em um veículo educativo para o povo, inclusive com a criação de uma escola de jornalistas e a contratação de redatores e repórteres para os quadros do Estado. Para os jornais dos grandes centros que não tivessem renda própria, a Ação Social Brasileira tinha como projeto a sua encampação e suspensão a partir da decisão de um Conselho formado pelos donos de jornais. Com relação ao [cinema](#), literatura, [teatro](#), o partido propunha uma forte censura para que estes três pontos tivessem um caráter educativo e formador da moral, ao contrário da depravação que estava ocorrendo, de acordo com o ponto de vista do partido. Para tanto, o partido propunha a criação de uma polícia de costumes para menores. (v. [Civismo](#), [Conservadorismo](#) & [Sociedade Civil](#))

No aspecto judicial, a Ação Social Brasileira defendia a substituição do júri popular por um júri técnico, a prisão perpétua e a pena de morte. No que diz respeito à *disciplina*, o partido defendia que, para que todos os pontos acima relacionados fossem cumpridos, seria necessária a indicação de um chefe soberano que deveria ser auxiliado por um Estado-Maior por ele próprio escolhido. Este Estado-Maior seria formado por 10 pessoas, cada qual responsável por organizar dez legiões, que dariam origem a dez cortes, cada uma destas cortes a dez centúrias, estas por sua vez a dez decúrias. Os membros da Ação Social Brasileira deveriam colaborar financeiramente na campanha e ter um comportamento exemplar ao moldes do que foi proposto pelo partido. (v. [Política](#)) Neste sentido, não poderia faltar às reuniões, às paradas e ao cumprimento do compromisso assumido. Deveria também trajar uma camisa azul celeste com o cruzeiro do sul todo em branco sobre o coração, gravata azul marinho, calças beges, meias e sapatos pretos e, quando o clima exigir, chapéu "escoteiro" com oito centímetros de

aba. Para a execução de todas essas propostas, a Ação Social Brasileira defendia a criação de brigadas de choque.

Ação Social Brasileira (1935): Em 1935, a Ação Social Brasileira se reorganizou no Rio Grande do Sul com a proposta de fazer do catolicismo um partido político. E, sob o comando de D. João Becker, demonstrou que o fascismo ainda encontrava terreno fértil para se desenvolver no Brasil. A Ação Social Brasileira de 1935 estava baseada na doutrina social-cristã e considerava o comunismo uma barbárie que ameaçava a civilização e a pátria. (v. [Anticomunismo](#) & [Revolução](#)) Em seu programa havia 7 pontos, dentre os quais podemos destacar: a reunião das forças nacionais independentes de orientação partidária para a resolução dos problemas sócio-econômicos com base na Sociologia cristã; o combate à atuação dos comunistas; a busca de soluções razoáveis para os problemas sociais que eram identificados pela propaganda comunista; providenciar ajuda do Estado às iniciativas e organizações que visassem promover o bem-estar nacional de acordo com o seu programa. Quanto à ligação da Ação Social Brasileira em pleitos eleitorais, de acordo com o programa, isto só ocorreria quando estivesse em jogo a defesa dos princípios fundamentais que a orientavam. Por fim, propunha-se a valorização do [nacionalismo](#) sem prejuízo do culto da solidariedade cristã que deve existir entre os povos. (v. [Partido Político de Direita](#))

Samantha Viz Quadrat

Referência Bibliográfica:

CARONE, Edgar. A Segunda República. São Paulo, DIFEL, 1974.

ACTION FRANÇAISE. Surgido na França a partir da crise gerada pelo caso Dreyfuss, o Comitê de L'Action Française, criado por Henry Vaugois e Maurice Pujo, teve sua importância ampliada quando seus dirigentes passaram a publicar a Revue de L'Action Française em 1899. De cunho ultranacionalista (defendia o “nacionalismo integral”), a revista tornou-se logo propagandista de idéias monarquistas por interferência de [Charles Maurras](#), que a ela aderiu ainda no ano de sua criação. (v. [Chauvinismo](#)) Maurras, tornado líder do movimento e responsável pela revista, defendia uma monarquia hereditária e anti-parlamentar. (v. [Autarquia](#)) O seu pensamento conservador, anti-republicano e antidemocrático postulava um [nacionalismo](#) que em nada se assemelhava aos movimentos revolucionários do século XIX. Ao contrário, lamentava as derrotas francesas (Guerra Franco-Prussiana, perda da Alsácia-Lorena) firmando-se como um dos arautos da pregação revanchista anti-germânica que se espalhou na França em fins do século XIX. (v. [Chauvinismo](#)) A influência da revista foi ampliada a partir de 1905 com as disputas imperialistas no Norte da África e o conflito entre os católicos e o governo francês relacionado à discussão sobre a separação Igreja-Estado. (v. [Imperialismo](#)) Naquele ano foi fundada a Liga de Action Française à qual se reuniu o Instituto de Action Française e os “camelots du roi”. Estes eram, em geral, jovens membros da nobreza responsáveis por seguidas e ruidosas manifestações, tais como as contrárias à anulação da condenação de Dreyfuss (1906), ou à transferência das cinzas de Émile Zola para o Panteão (1908).

A partir de 21/03/1908, a revista foi transformada em jornal diário, sendo dirigido por Maurras e aglutinando sob sua influência diversos intelectuais da época, como: Léon Daudet, Jacques Bainville, Georges Bernanos e Jacques Maritain, fruto do crescimento do nacionalismo francês às vésperas da Primeira Guerra Mundial. A derrota eleitoral não diminuiu o prestígio do jornal que, entre assinaturas e vendas avulsas, distribuía por volta de 100 mil exemplares diários. A doutrina da Action Française ultrapassou, na época, as fronteiras da França: em diversos países europeus, agrupamentos conservadores assumiam concepções oriundas do pensamento de seus congêneres gauleses. O próprio ditador Salazar reconheceria as relações do regime ditatorial implantado em Portugal com as idéias de Maurras. (v. [Conervadorismo](#) & [Salazarismo](#))

Em dezembro de 1926, sobreveio a grande crise entre os partidários da Action Française, com a condenação de suas posições doutrinárias pela Santa Sé: os católicos foram proibidos de ler o jornal sob pena de exclusão dos sacramentos. Dois anos depois, a Action Française foi declarada herética. As ações contra os partidários de Maurras podem ser entendidas pela sua crescente influência sobre uma [juventude](#) que o Papa Pio XI desejava ver organizada em movimentos de [ação católica](#) (Juventude Operária Católica, Juventude Estudantil Católica, etc.). Além disso, o nacionalismo intransigente do jornal prejudicava políticas voltadas à maior colaboração internacional. A reação da Action Française manifestou-se através de críticas ao Papa e manifestações anti-clericais, gerando o afastamento de muitos católicos, como Maritain, e a queda pela metade da tiragem do jornal. O próprio Duque de Guise, pretendente ao trono francês, afastou-se do movimento na década de 1930, preocupado com a pregação anti-clerical. (v. [Política](#))

Esse quadro de esvaziamento teve oportunidade de reversão aquando da crise ministerial e os desdobramentos do “caso Stavisky” em 1932. Os diversos grupos da direita francesa mobilizaram-se na perspectiva da tomada de poder. (v. [Partido Político de Direita](#)) Porém, o posicionamento vacilante de Maurras determinou naquele momento o afastamento de muitos militantes da Action Française, engrossando fileiras de organizações como a Croix-de-Feu do coronel Rocque. Mesmo a eleição de Maurras para a Academia Francesa em 1938 e a suspensão no ano seguinte de sua condenação pela Santa Sé, após a sagração de [Pio XII](#), não estancaram o sangramento das hostes da Action Française. No período que precedeu à Segunda Guerra, o jornal criticava o líder nazista [Adolf Hitler](#), sem entretanto poupar o

governo francês de Léon Blum (1936-7), utilizando-se inclusive de argumentos anti-semitas. (v. [Judeu](#)) A derrota francesa, em 1940, não impediria Maurras de saudar o governo Pétain em Vichy (a “[revolução](#) nacional” sob o lema “Trabalho, [Família](#) e Pátria”). (v. [Regime de Vichy e os Judeus](#)) O jornal continuou a ser publicado até agosto de 1944, condenando a resistência aos alemães, aos judeus, aos comunistas e aos democratas-cristãos. (v. [Anticomunismo](#)) Com o fim da ocupação alemã, em 1944, Maurras foi preso, sendo condenado no ano seguinte à prisão perpétua e vindo a falecer em 1952. O desaparecimento da Action Française não impediu que sua herança ideológica fosse acolhida por diversas publicações do pós-guerra, como Aspects de la France, La Nation Française ou Defense de L’Occident. (v. [Fascismo](#))

Frederico José Falcão

Referências Bibliográficas:

- ARIÉS, Pierre et alli. L’Action Française. Qu’était-elle? Qu’en rest-il?. In: France - Forum, novembre/1964.
- GIRARDET, R. L’Héritage de l’Action Française. In: Revue Française de Science Politique, octobre - décembre/1957.
- MARITAIN, Jacques. Primauté du Spirituel. Paris, Librairie Plon, 1927.
- MAURRAS, Charles. La Démocratie Religieuse. Paris, Nouvelle Librairie Nationale, 1921.

AIDS. Definição Clínica. Do Inglês Acquired Immunodeficiency Syndrome ou SIDA, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, como usado na maior parte dos países latino-americanos. Caracteriza-se por um conjunto de enfermidades cuja manifestação ocorre devido ao enfraquecimento gradativo do sistema imunológico de indivíduos contaminados pelo HIV (do Inglês Human Deficiency Virus). A transmissão do HIV se dá pela troca de fluídos corporais, principalmente o sangue e o esperma, entre um indivíduo infectado e outro não-infectado.

Interpretação Sociocultural. Além da sua definição clínica, a AIDS deve ser entendida como uma entidade cultural cuja modelação depende menos da ação de um vírus e mais de um processo que envolve um amplo movimento de disputas sobre o controle do estatuto de verdade de um determinado fenômeno social. Em termos gerais, este processo inclui o desenvolvimento de relações de poder que, anteriores à própria entidade em disputa, trazem-na à vida real enquanto um objeto social ao agregar-lhe significados e conferir-lhe uma denominação. No ato de denominar, o agente atribuidor tenta definir o seu significado universal, o modo como ela será entendida pelos seus pares, superiores, subordinados e correlatos; define também, ao prescrever as expectativas sobre aquilo que se espera, o seu modo de funcionamento; e, por fim, descreve um seu passado social, ainda que um passado recente, o qual indicará, por analogias, o seu possível comportamento futuro. É esse o caso da nossa discussão.[v. [Alteridade](#) & [Conservadorismo](#)]

Um primeiro discurso oficial sobre a AIDS – ao vinculá-la à homossexualidade (e não a atos sexuais específicos realizados sob certas condições) e depois mais amplamente, mas com o mesmo resultado político-ideológico, a usuários de drogas injetáveis, hemofílicos, prostitutas, etc. – determinou a sua essencialidade, a sua [natureza](#) e, por conseguinte, atribuiu-lhe um significado trans-histórico e trans-cultural. (v. [Homossexualidade e Política](#))

Dentre várias outras, uma das funções mais relevantes do ato de atribuir nomes e definições às doenças é a formação de um senso de controle sobre o mundo exterior e a produção de uma sensação de segurança da nossa posição de dominação individual e coletiva em situações de risco e tensão. “Encontrar as causas de um mal”, lembra Jean Delumeau, “é recriar um quadro tranquilizador, reconstituir uma coerência da qual sairá logicamente a indicação dos remédios.”(DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente, 1300-1800*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1993. p.138) Uma das estratégias mais usuais neste domínio é, através da definição, a localização do risco e circunscrição da sua fonte no “Outro” (o estrangeiro, o [judeu](#), a prostituta), retirando, assim, de “Nós” mesmos a possibilidade de ser um agente causador. No caso específico das epidemias, a agregação da doença a um tipo de indivíduo, sua antropomorfização, o "torná-la visível" - seja através do melancólico na tuberculose, o depressivo e reprimido no câncer, o promíscuo na doença venérea, o homossexual na AIDS - cumpre esse papel. Como assinala Sander Gilman, “Em alguns casos o temível é transformado em não perigoso ao ser transmutado em algo cômico; em alguns outros casos, ele se apresenta como uma ameaça controlada apenas para ser tornada visível. Como nós vemos o doente, o louco, o que polui é um reflexo do nosso próprio senso de controle e os limites inerentes a ele.”(GILMAN, Sander. *Disease and Representation: Images of Illness from madness to AIDS*. Ithaca, Cornell University Press, 1988. p.3) Na epidemia de AIDS, foi a disputa em torno de definir ou, inversamente, impedir a definição de um “Outro” que pôs em um campo de disputas agentes sociais tão diversificados: médicos, oficiais de governo, ativistas, intelectuais, etc. Ali, a luta por quem estabelece o “que” é a entidade e quem é o seu “portador” esteve longe de apresentar uma divisão igualitária de poderes entre os contestantes. Ao contrário, desníveis enormes entre os capitais dos agentes fizeram com que as regras do jogo fossem com inusitada frequência determinadas (e sejam ainda hoje) por setores e posturas os mais conservadores. No entanto, isto também mostrou - evidenciando a

inexistência de um poder tão concentrador que não possa ser desafiado - a possibilidade de disputa, sobreposição e reversão de conceitos e das relações de força que lhe dá sustentação.

História. Os primeiros casos de AIDS foram identificados nos Estados Unidos no final da década de 1970 entre homossexuais masculinos residentes em grandes centros urbanos. (v. [Homossexualidade e Revolta](#)) Ao tentar entender as dimensões biológicas daqueles achados, as autoridades sanitárias americanas buscaram estabelecer as balizas principais para a compreensão sócio-política da nova doença e dos indivíduos por ela afetados. A partir de tal busca, e em face à ausência inicial de identificação rápida de um microorganismo conhecido que pudesse ser responsabilizado por quadros clínicos estranhos à prática médica de então, partiu-se para a procura, entre as vítimas, de denominadores comuns que permitissem a formulação de uma hipótese causal. Dentre as disciplinas médicas, coube à epidemiologia identificar as similaridades entre os afetados e apontar um denominador comum que pudesse ser visto como responsável pelo surgimento da doença. Parte significativa da literatura médica apontou então a multiparceria sexual, práticas eróticas anais e o uso de drogas estimulantes entre indivíduos homossexuais como uma das causas do seu surgimento. Paralelamente, construiu-se a idéia de que a AIDS era uma doença vinculada a um “estilo de vida” – gay, branco, urbano, sexualmente promíscuo, etc. – que tornava os seus adeptos mais suscetíveis ao adoecimento. Tal postura ganhou amplo espaço no estabelecimento médico e, rapidamente, sob versões mais ou menos modificadas, espalhou-se pelo conjunto das nossas sociedades, encerrando uma primeira etapa de formação das representações sociais sobre a AIDS. Pela sua capacidade de condensar diferentes significados, a idéia de “estilo de vida” serviu, dentre outras coisas, para articular numa categoria explicativa inteligível os temores de sociedades tomadas pelo medo, fornecendo-lhes, na indicação de que o homossexual promíscuo era o grande alvo da nova epidemia, um recanto de segurança indicador de que o cidadão dito “normal” dela estava protegido. Tal posição, além de contribuir para o retrocesso da aceitação da homossexualidade nas sociedades ocidentais, também favoreceu um movimento mais amplo de repressão das formas de expressão sexual consideradas “anormais”. Em outros termos, valendo-se do surgimento de uma doença até então incurável, setores conservadores dos veículos de comunicação, de diversas denominações religiosas e políticas, do estabelecimento médico, dentre outros grupos, empreenderam uma ampla cruzada repressiva que apontava os chamados excessos morais dos anos de 1960 e 1970 como os responsáveis pelo surgimento da nova enfermidade. Reciprocamente e arrancando de antigas idéias religiosas ainda correntes, a AIDS foi então tomada em muitas leituras sociais como um castigo – natural e divino – àqueles excessos. Durante os anos de 1980 assistiu-se a uma gradativa inserção de novos coletivos humanos considerados mais propensos a contrair a nova moléstia: usuários de drogas injetáveis, receptores de produtos sanguíneos, negros haitianos, dentre outros, agrupados nos denominados “grupos de risco”. Embora este movimento tenha servido para reduzir a pressão acusatória contra os homossexuais e para sugerir a existência de outros mecanismos de infecção que não o sexual, ao mesmo tempo reforçou enormemente o consenso de que a AIDS tratava-se de uma doença de estranhos à “sociedade média”.

AIDS e sua Espacialização. A noção de “grupo de risco” – consistentemente com a tradição de busca por um “Outro” na história social das doenças - levou também à insistente reafirmação das raízes não-nacionais da epidemia. No início da epidemia de AIDS, numa simbiotização da pessoa com o espaço, o negro habitante do continente africano, costumeiramente visto como detentor de um corpo estranho e de um baixo padrão de higiene, foi apontado como um dos grandes responsáveis pela devastadora enfermidade. A descoberta de organismos semelhantes ao HIV em macacos desencadeou ondas especulativas nas quais o componente racista pouco se escondia. Dizia-se então que proximidades anátomo-fisiológicas entre o homem africano e outros primatas e a “regularidade” de práticas sexuais entre ambos permitiram a inserção daquele vírus entre humanos.

A busca das origens da AIDS na África dependeu de e deu continuidade a antigas linhas de investigação presentes na história das relações euro-americanas com a África as quais, de um lado, possuem uma estrutura teórico-metodológica previamente formulada para encontrar a diferente natureza do corpo negro e que, de outro lado, assentam-se na força dos séculos de dominação colonialista e a sua forma peculiar de perceber o elemento (não-, semi-, in-) humano africano. Esse olhar sobre o continente africano, longe de ser retórico, moldou as formas do investimento científico internacional nessa região. O campo da produção e principalmente testagem de vacinas foi uma delas. Ali, às questões mais gerais da herança colonialista juntaram-se percepções mais recentes trazidas junto com a epidemia de AIDS sobre o continente africano que serviram para reforçar a noção de que era mesmo naquele continente que a testagem de vacinas experimentais –com todos os seus riscos - deveria se dar. A devastação produzida pela epidemia de HIV/AIDS adicionou um elemento essencial a esse diagnóstico não somente, mas principalmente, quando as autoridades epidemiológicas mundiais passaram a reconhecer a extensão e a forjar o discurso da quase incontabilidade da AIDS na África. Ao mesmo tempo, a visão colonialista da inferioridade, na idade da AIDS, dada à explosão daquela epidemia na região desdobrou-se na certeza de que os africanos, em função de um *handicap* intelectual e civilizacional, seriam incapazes de alterar hábitos sócio-sexuais (sexo anal como método anticoncepcional) e de adotar práticas sanitárias (notadamente o uso de condoms) que reduzissem as taxas de infecção pelo HIV entre eles. Neste contexto, era quase que natural a escolha da África - sem esperança - como cenário de experimentação. Erigia-se assim uma África perdida, mas também uma África corajosa que, mais uma vez, emprestaria os seus corpos para a prosperidade mundial.

A especulação, tornada por muito tempo como certeza, sobre as associações entre AIDS e raça afinou-se, no caso americano, em direção a uma população específica – os haitianos residentes nos Estados Unidos - e acendeu clamores racistas de limitação ao acesso de não-brancos àquele país. Ali a nacionalidade haitiana, em função de pronunciamentos de autoridades científicas, passou a equivar à condição de soropositivo ou doente de AIDS. A forte tendência americana em identificar no outro a fonte da doença não ficou, contudo, sem resposta num mesmo diapasão da comunidade internacional. Assim, os franceses localizaram a origem da doença em produtos - materiais (inalantes) e culturais (adoção de um estilo de vida) - importados dos Estados Unidos. Na União Soviética elaborou-se, em meados dos anos de 1980, uma explicação articulada ao clima político da [Guerra Fria](#): a AIDS seria a resultante da perda de controle por cientistas de experimentos destinados, sob encomenda do Pentágono, à guerra biológica. Já as autoridades africanas, seguindo a trilha da luta anti-colonialista, reafirmaram a origem branca-ocidental (e, com frequência, homossexual) da epidemia. (v. [Sexualidade](#))

Uma não menos importante demarcação de limites entre o “outro-geográfico doente” e o “eu sadio” se deu ainda pela afirmação da AIDS, a exemplo do que ocorreu no Brasil, como uma doença do moderno indivíduo do sexo masculino habitando a caótica vida das grandes cidades. A imagem da cidade como foco de doença, além de reatualizar polarizações no plano da topografia comunitária, também o faz na descrição, na infantilização e sublimação ou, inversamente, demonização do homem do campo e das grandes cidades respectivamente. Assim, é na cidade-pecado, em contraposição ao rural saudável, onde exponencialmente se desenvolvem fontes de poluição física e moral e os degenerados de todas as ordens (gays, prostitutas, usuários de drogas injetáveis, os não-casados de vida sexual ativa, etc.) encontram terreno fértil para crescer. Alheio às análises dos nossos jornalistas, epidemiologistas e daqueles que as incorporavam, o HIV se valeu de Sodomas e Gomorras não-urbanas e tomou de assalto muitos nem tão cidadinamente pecadores. A explosão da AIDS em Santos-SP talvez fosse o melhor exemplo disso se aquela cidade portuária, com seu movimento diário de viajantes e aquelas (e também aqueles) prontos a lhes proporcionar diversificados prazeres da

carne, não tivesse adquirido uma feição por demais urbana. Daí porque foi a ainda crescente e menos maculada Itajaí-SC que atraiu a atenção nacional quando se verificou a explosão das taxas de incidência entre seus novos sodomitas morais, os socialmente recém-descobertos usuários de drogas injetáveis. É importante assinalar a principal implicação desse modelo de análise. Embora a AIDS tenha mantido seu maior número de casos no centros urbanos, isso não a impediu de expandir-se pelas cidades localizadas nos entornos desses centros e para tantas outras mais distantes. Seguindo tendências mundiais nas quais se diversificaram as áreas afetadas pela epidemia, a AIDS brasileira também se interiorizou nos anos de 1990. Só que, como em outros países, esta interiorização se deu sem um acompanhamento de recursos – culturais e materiais – que lhe fizessem frente. A AIDS rural pode ter tomado de surpresa uma população "menos desviante", mas também uma população mais desprotegida.(v.[Aborto](#))

AIDS e a Vitimização do Outro. Um outro “grupo de risco” foi o dos receptores de derivados sanguíneos, especialmente os hemofílicos. Ao contrário dos homossexuais, viciados em drogas injetáveis, prostitutas e negros, a descrição inicial do receptor de sangue contaminado foi feita de uma forma mais simpática. É nesse sujeito, portador de uma condição genética e, portanto, fora do seu controle e responsabilidade, que se encarna a figura do “portador-vítima”. Sua descrição é a do homem comum, cidadão, pai de [família](#), heterossexual. A forma como a modelação da imagem do portador-hemofílico se construiu, entretanto, não o isenta de toda a culpa por sua condição. A repetição do papel de uma diferença genética inscrita no seu corpo conduz à demarcação da *otherness* desse sujeito. Vítima, mas nem por isso um qualquer outro membro da sociedade, o seu diagnóstico e a sua condição lhe confere uma posição de exterioridade em relação à população geral – algo que se acentua quando ele é tornado perigoso pela agregação à sua individualidade do dilema da infecção perinatal dos filhos.

AIDS: Por uma Nova Definição. O processo de identificar a então nova e crescente epidemia menos como uma questão de saúde pública e mais como uma questão moral, de inferioridade genética ou racial modelou muito das respostas sociais à doença e ao doente. No que concerne às ações governamentais, assistiu-se a um retardamento significativo na montagem de uma estrutura de vigilância sanitária e assistencial àqueles já afetados ou em maior risco. No Brasil, por exemplo, somente em torno de 1990, quase 10 anos após a notificação dos primeiros casos, é que se consolidaram as bases mínimas de um programa nacional de combate à AIDS. A ausência de uma intervenção efetiva rápida teve várias implicações, das quais duas merecem ser destacadas. A primeira delas foi o aumento do próprio número de infectados, ocasionado pela carência de medidas informativas e educacionais consistentes e, posteriormente, pela parcial indisponibilidade do instrumento de prevenção até hoje o mais eficaz: o preservativo de borracha. A segunda residiu na consolidação de mitos sobre a origem e natureza da doença permitida pela ausência de um discurso oficial que se opusesse às explicações mais conservadoras e dotadas de menor rigor analítico. Dentro de tal contexto avolumaram-se as elaborações as mais irracionais sobre a AIDS, gerando uma sub-epidemia: a de significados sociais criados por populações assustadas diante de uma enfermidade pouco explicada. Nesta voga foi erigida a figura do doente como culpado, possuidor de um corpo imundo, de uma moral degradada e portador de instintos auto-destrutivos e assassinos. Como conceitos são mais do que operações intelectuais, aqueles significados desdobraram-se em um conjunto de práticas marcadas pela discriminação tanto daqueles com a doença quanto dos supostamente em maior risco de contraí-la. A partir deles desencadearam-se ações que continham (e ainda contém) a marca da violência física, verbal e uma série de abusos de direitos já mais ou menos consolidados no campo civil na formação social brasileira e alhures. Um balanço das conseqüências mais profundas deste cenário na revitalização do preconceito e da intolerância mais ampla ainda está por ser feito.

Ao redor do mundo, em face ao quadro mais ou menos generalizado de descaso governamental e contando com uma vasta tradição de trabalho voluntário, muito do cuidado inicial às vítimas da epidemia recaiu sobre as organizações assistenciais de caráter comunitário já disponíveis ou criadas especificamente em torno da nova doença. Processo similar ocorreu no Brasil. Aqui, contudo, devido às características do nosso quadro político-econômico, da precariedade dos nossos serviços de saúde no momento em que a AIDS começa a atingir números alarmantes – meados de 1986 – e das limitações técnico-financeiras daquelas organizações (em geral conhecidas como ONGs/AIDS), a ação não-governamental se viu impossibilitada de responder ao volume de demandas postas pela doença. Em função disso, tais organizações especializaram-se em trabalhos interventivos de diferentes naturezas: pesquisas, auxílio espiritual, orientação para testagem, educação para sexo seguro, assistência social, distribuição de medicamentos, apoio a travestis e prostitutas, etc. O elemento de ligação entre todas estas atividades tem sido os esforços de redefinição (a construção de um discurso crítico), a partir de uma ótica mais humanista, do que sejam a doença e os seus afetados para se contrapor às interpretações conservadoras correntes sobre ambos. Neste processo, os números da epidemia entre nós têm sido tomados como objeto de reflexão intelectual por parte destas organizações, enfatizando-se neste domínio a subnotificação e a inadequação do nosso sistema de vigilância sanitária. Conceitos técnicos têm sido desafiados pelo discurso crítico: o uso da noção de “grupo de risco”, por exemplo, é severamente antagonizado por vincular a doença mais a culturas humanas particulares do que a comportamentos específicos que colocam um determinado indivíduo em maior risco. Em seu lugar, propõe-se que se deveria assumir o conceito de “comportamento de risco” – nomeadamente a recepção na corrente sanguínea de alguns fluidos corporais de outro indivíduo infectado pelo HIV -, demarcando com isso a natureza biológica e não moral do processo de contaminação. Assim fazendo, o discurso crítico busca evitar que a epidemia seja utilizada como mecanismo de inibição ou redução das formas de expressão sexual, principalmente dos grupos socialmente minoritários, ao mesmo tempo em que reafirma que, mesmo em tempos de AIDS, as nossas vidas sócio-sexuais podem permanecer como antes e que as medidas de controle a serem tomadas devem pautar-se pelo respeito a esta posição. Neste sentido, o discurso crítico anti-AIDS se erige como uma medida de controle sanitário mas que em seu interior contempla a defesa de um princípio político – o da liberdade das múltiplas expressões do desejo sexual.

A partir da acumulação de conhecimento produzido por uma série de estudos e pesquisas, as ONGs legitimam um vocabulário descritivo da epidemia e seus afetados que proporão como substitutos da descrição conservadora sobre um e outro. “Aidéticos”, “promíscuos e promíscuas”, “culpados”, “castigados” e “praga”, “maldição” e “punição” serão substituídos por vocábulos talhados dentro de uma perspectiva mais humanista e com suporte das ciências sociais. Neste quadro perceptivo os doentes não deveriam ser amaldiçoados ou vistos como objetos de piedade social. Pessoas vivendo com HIV e AIDS seriam controladores da sua condição e, por isto, como cidadãos de primeira categoria, deteriam um grau de normalidade em nada diferente daquele possuído pelas outras pessoas. Com isso reafirmavam-se os seus direitos profissionais, educacionais, familiares e sexuais. Esta perspectiva de defesa, entretanto, não criava uma situação de acomodação para o afetado. Na verdade, ela sugeria a necessidade da sua inserção na comunidade anti-AIDS, na ajuda a ele mesmo e no auxílio aos outros. Ao mesmo tempo em que se busca reagrupar os componentes da “personalidade espoliada” da pessoa vivendo com HIV/AIDS e atribuir-lhe uma nova constituição, largo esforço tem sido feito na redefinição da própria doença. Por que caracterizar a AIDS a partir dos seus impactos no organismo? Por que apresentar as suas faces mais cruéis, sejam aquelas produzidas pelas lesões, sejam aquelas resultantes do abandono e isolamento social? Por que, enfim, atribuir à doença a dramaticidade de uma catástrofe? Neste contexto, quaisquer

estratégias educativas que se concentrem na exposição da doença como uma entidade mórbida são recusadas. Aqui, dar-se-á um contínuo movimento de normalização da AIDS no qual se apela para a sua “simplicidade” e pelo seu lugar no mesmo grupo de tantas outras doenças que já afetaram e afetam a humanidade. Com isso, principalmente após o advento de medicações terapêuticas e profiláticas, em vez de tragédia individual a AIDS passa a ser tomada como doença tratável e manuseável.

Além disso, o discurso crítico recusa-se a conceber a doença como uma entidade biológica que afeta corpos individuais ou mesmo de inteiros grupos humanos. Inversamente, a doença tem sido repetidamente tomada como uma pandemia que afeta o conjunto da humanidade, mesmo os não infectados pelo HIV. Com isso, ela deixa de ser uma enfermidade “deles” e passa a constituir um problema de todos “nós”, independentemente de opções sexuais, nacionalidade ou raça. Na base desta linha de raciocínio tem estado a idéia de que só uma percepção da AIDS deste tipo será capaz de construir a “solidariedade”, vista – em par com a educação - como remédio mais eficaz contra ela: à medida em que se buscasse integrar, planetariamente, as pessoas aos dilemas postos pela AIDS, delas obter-se-ia um posicionamento político mais avançado e formas de periodização com aqueles com HIV/AIDS humanamente mais fraternas e socialmente mais justas.

João Bôsko Hora Góis

Referências Bibliográficas:

- ALTMAN, Denis. Poder e Comunidade: Respostas Organizacionais e Culturais à AIDS. Rio de Janeiro, ABIA/IMS/Relume-Dumará, 1995.
- BARBOSA, R. "Feminismo e AIDS". In PARKER, R. e GALVÃO, J.. Quebrando O Silêncio: Mulheres e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro, ABIA/IMS/Relume-Dumará, 1996.
- CHIRIMUTA, R.. AIDS, Africa and Racism. London, FAB, 1989.
- CZERESNIA, D. et alii. AIDS. Pesquisa Social e Educação. São Paulo, HUCITEC, 1995.
- GÓIS, João Bôsko Hora. Vestígio da Força das Palavras: escritos sobre a AIDS. Tese de Doutorado. PUC-SP, 1999. (mimeo.)
- GÓIS, João Bôsko Hora. "A Conservadorização do Discurso anti-AIDS nos Estados Unidos - anos 90. Revista Serviço Social e Sociedade, ano XIX, n.58.
- GUIMARÃES, C.D. et alii. "Homossexualidade, Bissexualidade e HIV/AIDS no Brasil: uma bibliografia anotada das Ciências Sociais e Afins. Physis, vol. 02, n 01.
- HERLIZCH, C.; PIERRET, J. "Uma Doença no Espaço Público: A AIDS em seis jornais franceses". Physis, vol. II, n 01.
- LOYOLA, M.A.(org.) AIDS e Sexualidade: O Ponto de Vista das Ciências Humanas. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/UERJ, 1994.
- ODETS, W. In The Shadow of The Epidemic. Being HIV-negative in the age of AIDS. Durham, Duke University Press, 1995.
- PARKER, Richard. A Construção da Solidariedade: AIDS, Sexualidade e Política no Brasil. Rio de Janeiro, ABIA/IMS/Relume-Dumará, 1994.
- PARKER, Richard et alii. A AIDS no Brasil. Rio de Janeiro, ABIA/IMS/Relume-Dumará, 1994.
- PARKER, Richard; TERTO Jr., V.(orgs.). Entre Homens: Homossexualidade e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro, ABIA, 1998.
- PARKER, Richard.(org.). Políticas, Instituições e AIDS: Enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/ABIA, 1997.
- ROSENBERG, C.E.; GOLDEN, J. (eds.) Framing Diseases: Studies in Cultural History. New Brunswick, Rutgers University Press, 1997.

ALIANÇA ANTICOMUNISTA ARGENTINA (AAA). Também chamada Tríplíce A, foi um esquadrão da morte criado em 1973 com o objetivo exclusivo de aniquilar indivíduos vinculados à esquerda argentina. (v. [Baderna](#), [Ditadura](#) & [Revolução](#)) Após o regime militar de 1966-1973, o poder político retornou aos civis, levando à presidência o peronista Héctor Cámpora. O ambiente era de democratização, de mobilização popular, de ativação do movimento sindical peronista e de fortalecimento da esquerda armada e não-armada, peronista e anti-peronista. (v. [Política](#)) O objetivo da AAA consistia em combater a escalada da esquerda em geral e, em particular, dentro do peronismo, movimento político dentro do qual a organização nasceu e se desenvolveu. A história da AAA está pois indissolúvelmente associada à polarização e às lutas intestinais dentro do peronismo. [v. [Peronismo](#)]

O principal mentor e dirigente da AAA foi José López Rega, secretário particular de [Juan Domingo Perón](#) em seu exílio na Espanha, a partir de 1965, e Ministro de Bem-Estar Social desde maio de 1973, quando Cámpora assumiu a presidência. O “batismo de fogo” da AAA ocorreu no famoso episódio do retorno de Perón à Argentina em junho de 1973, pelo aeroporto de Ezeiza, quando franco-atiradores armaram uma cilada para assassinar membros da esquerda peronista que foram receber o ex-presidente. A operação resultou em 13 mortos e 400 feridos. A partir de então, atentados a bomba, seqüestros e assassinatos praticados pela AAA tornaram-se rotina. A primeira ação assumida publicamente ocorreu em novembro de 1973, com o atentado frustrado contra o senador Hipólito Solari Yrigoyen, da União Cívica Radical. (v. [Política e Direitos Humanos](#)) O ministério de Bem-Estar Social – também conhecido como “Ministério da Morte” – transformou-se no centro de operações da AAA, uma vez que boa parte dos dirigentes e demais membros do esquadrão foram ali contratados sob a gestão de López Rega. No entanto, a eficácia da organização só foi possível graças à conivência e participação das autoridades policiais. O governo alegava desconhecer a existência da AAA, e ela nunca foi incomodada pela lei. (v. [Anticomunismo](#))

As atividades da AAA dirigiram-se principalmente contra membros da esquerda peronista, tais como: os Montoneros, a [Juventude](#) Peronista e líderes sindicais. Padres progressistas, professores, estudantes, militantes de base e membros de partidos políticos também foram condenados à morte pela organização. (v. [Autoritarismo](#) & [Conservadorismo](#)) As suas atividades foram apoiadas pelas tradicionais forças de extrema-direita, de modo geral filofascistas e orientadas pelo catolicismo ultramontano. (v. [Fascismo](#) & [Ultramontanismo](#)) Os seqüestros, as torturas e o despejo das vítimas crivadas de balas nos arredores das cidades tornaram-se prática constante dos métodos terroristas acobertados pelas autoridades governamentais. As cifras sobre as vítimas da AAA não são conclusivas, mas estima-se que assassinaram mais de 2.000 pessoas. Seguiu-se à risca o lema da revista anti-semita e ultradireitista *El Caudillo*, financiada pelo Ministério de Bem-Estar Social: “o melhor [inimigo](#) é o inimigo morto”. Além da influência da tradicional direita argentina sobre a AAA, também não se deve desprezar as relações de López Rega e de outros direitistas argentinos com grupos terroristas de extrema-direita franceses, espanhóis e italianos durante o exílio de Péron em Madri. (v. [Ditadura e Violência](#), [Subsecretaría de Informaciones](#) & [Tortura](#))

Com a morte de Péron em 1974, na qualidade de presidente da república, a ação da AAA libertou-se das travas que o líder do peronismo lhe impusera, de modo a manter a frágil unidade do movimento. [v. [Direita Argentina](#)] Sob a presidência de Maria Estela Martínez de Perón, a AAA pôde atuar da forma mais indiscriminada até López Rega ser obrigado a renunciar, em julho de 1975, em virtude de pressões das Forças Armadas e da burocracia sindical peronista. Com o golpe militar do ano seguinte, as forças armadas assumiram o controle da repressão interna, tornando desnecessária a AAA. Adotaram muitas das práticas da organização e inclusive ex-membros da mesma foram contratados pelo governo para colaborar na “guerra suja”. Em suma, a Tríplíce A desenvolveu os métodos que se tornariam

uma das marcas registradas do terrorismo de Estado vigente a partir de 1976. (v. [Partido Político de Direita](#))

José Luís Bendicho Beired

Referências Bibliográficas:

GILLESPIE, Richard. Soldados de Perón: Los Montoneros. Buenos Aires, Grijalbo, 1987.

GONZÁLEZ, Ignacio Jansen. La Triple Aliance. Buenos Aires, Contrapunto, 1986.

RIZ, Liliana de. Retorno y Derrumbe: El Ultimo Gobierno Peronista. Buenos Aires, Hyspamérica, 1987.

VERBITSKY, Horácio. Ezeiza. Buenos Aires, Contrapunto, 1986.

ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL). Entidade de âmbito nacional, lançada publicamente no Rio de Janeiro a 30/03/1935, ocasião em que Luiz Carlos Prestes foi aclamado seu presidente de honra. Constituiu uma ampla frente em que se reuniram representantes de diferentes correntes políticas (comunistas, socialistas, antifascistas e muitos dos antigos “tenentes”, desiludidos com a [Revolução](#) de '30), expressando os anseios de setores sociais heterogêneos, que incluíam principalmente elementos das camadas médias urbanas (intelectuais, profissionais liberais, militares), mas também do proletariado. O seu presidente e secretário-geral foram, respectivamente, os capitães-tenente da Marinha Herculino Cascardo e Roberto Sisson. (v. [Política](#))

A criação da ANL representou a culminância de um processo de aglutinação de grupos, setores, organizações e personalidades decepcionados com o Governo Vargas e, em particular, com os resultados alcançados pela Constituinte de 1933/34. Ao mesmo tempo, segmentos ponderáveis da opinião pública brasileira, à medida que se afastavam de Vargas, voltavam-se para a liderança de Luiz Carlos Prestes e para o programa por ele proposto em seu Manifesto de Maio de 1930 - em que aderira publicamente às teses do Partido Comunista do Brasil (PCB) e da Internacional Comunista (IC) -, que na época não havia encontrado eco junto àqueles setores, então iludidos com Vargas e a plataforma da Aliança Liberal.

A formação da ANL insere-se no panorama mundial de resistência ao avanço do fascismo e de criação de frentes populares em vários países. No caso brasileiro, a ANL adotou o programa *antiimperialista, antilatifundista e democrático (antifascista e antiintegralista)* levado pelo PCB com apoio da IC. A especificidade do movimento consistiu em que, dada a debilidade dos comunistas brasileiros, a adesão de Prestes ao PCB e à IC tornou-se um fator decisivo para a penetração e a aceitação desse programa em setores sociais que os comunistas, sozinhos, não teriam condições de atingir. (v. [Frentes Populares Antifascistas no Brasil](#))

Sob o lema de “Pão, Terra e Liberdade”, a ANL cresceu rapidamente, tendo alcançado 100 mil filiados, organizados em 1600 núcleos distribuídos por todo o país. Na atividade de divulgação de seus pontos programáticos, a ANL publicou folhetos, boletins e volantes, promoveu atos públicos e colaborou em jornais como *A Manhã* e *A Pátria*, no Rio de Janeiro, e *A Platéia*, em São Paulo. A participação da ANL foi particularmente intensa na luta contra o avanço do movimento integralista, dirigido pela Ação Integralista Brasileira (AIB). (v. [Plínio Salgado](#)) A partir de maio de 1935, sob influência dos comunistas, a ANL adotou a consigna de luta por um “Governo Popular Nacional Revolucionário” (G.P.N.R.), proposta por Prestes em carta pública dirigida a H. Cascardo. Proclamou também a necessidade de um governo surgido do “povo em armas”, posição que seria reafirmada no manifesto, assinado por Prestes, de 5 de julho daquele ano, no qual era lançado o apelo de “Todo poder à ANL!”. A radicalização das posições da ANL, aliada ao temor dos grupos dominantes diante de sua inegável penetração junto a amplos setores populacionais, serviu de pretexto para que o Governo decretasse, a 11/07/1935, o fechamento da ANL, desencadeando-se a seguir violenta repressão policial contra os aliancistas.

Lançada na clandestinidade, a ANL continuaria lutando pelo G.P.N.R., vindo a participar dos levantes antifascistas de novembro de 1935, rapidamente debelados pelo governo. Ainda que não se tratasse de levantes comunistas, com a vitória da direita no país, forjou-se uma História Oficial, segundo a qual, em novembro de 1935, teria havido uma “Intentona Comunista”, ou seja, uma tentativa de supostos agentes de Moscou implantarem o comunismo no Brasil. Embora hoje bastante desacreditada, esta versão continua a ser difundida por autores como Robert Levine (*O Regime Vargas*), Stanley Hilton (*A Rebelião Vermelha*) e William Waack (*Camaradas*). (v. [Estado Novo no Brasil](#))

Anita Leocádia Prestes

Referências Bibliográficas:

LEVINE, Robert. O Regime de Vargas, 1934-1938: Os Anos Críticos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil, 1934-1935. Petrópolis, Vozes, 1997.

VIANA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 35: Sonho e Realidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

VIANA, Marly de Almeida Gomes (org.). Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro/Arquivo Nacional, Universidade Federal de São Carlos, 1995.

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA). A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político brasileiro que apoiou a [ditadura](#) entre 1965 e 1979, foi criada após a extinção dos partidos políticos em atividade desde 1945. (v. [Baderna](#) & [Conservadorismo](#)) A ARENA, assim como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), organizou-se a partir das exigências do Ato Institucional nº2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar nº 4, que limitavam fortemente a organização dos partidos. Estes só poderiam ser organizados por membros do Congresso Nacional (em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores), não poderiam usar quaisquer símbolos dos partidos extintos e tampouco a palavra partido em seus nomes. O objetivo do governo era criar um sistema partidário novo, procurando descaracterizar as organizações partidárias em atividade até o AI-2. (v. [Política](#) & [Revolução](#))

As análises sobre a ARENA são marcadas pela idéia de artificialidade, seja pela limitada influência no governo ou pela diversidade de origens partidárias de seus membros. Porém, se a sigla era recente e podia não ter identificação popular, as lideranças que formaram o partido eram representantes de forças políticas enraizadas em cada estado. Portanto, se a ARENA foi inventada, seus membros não o foram, tendo em sua maioria longa prática na política partidária durante os anos de 1945 a 1964. A extinção dos partidos pelo AI-2 e a criação de um sistema bipartidário deixaram a ARENA sob o signo de partido ligado estreitamente ao governo. A sua posição não foi consensual nem mesmo entre os políticos que apoiaram o movimento de 1964. (v. [Oposição/Situação](#)) Esse dissenso suscitou duas ordens de questões entre os arenistas. De um lado, a subordinação da ARENA ao governo foi forjada através de um processo já que, inicialmente, sua criação não implicou em apoio irrestrito de seus parlamentares ao Executivo. As principais crises nas quais parlamentares da ARENA discordaram do governo envolviam seus interesses de políticos profissionais. Vários parlamentares da ARENA, ao terem suas prerrogativas cerceadas, iniciam uma disputa pela autodeterminação partidária, tendo em vista a viabilidade de projetos políticos a longo prazo. Após 1974, quando a competição eleitoral tornou-se acirrada, aquelas amarras que os atavam ao governo —constituídas a partir de 1965 e reforçadas, em 1968, pelo AI-5 e, em 1971, pela nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos— começaram a dificultar o desempenho eleitoral da ARENA ou, pelo menos, os resultados eleitorais foram usados por alguns arenistas como um argumento para que aquelas relações de subordinação fossem modificadas. (v. [Tortura](#))

Por outro lado, como a ARENA foi organizada principalmente por membros da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), e por políticos do Partido Libertador (PL), do Partido Republicano (PR), do Partido Social Progressista (PSP) e mesmo por alguns quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre outros, as lideranças de cada estado e município procuraram conquistar na ARENA posições compatíveis com sua representatividade no sistema partidário extinto. Na organização dos diretórios (municipais, estaduais e nacional) e na seleção de candidaturas da ARENA, observou-se que o pertencimento aos partidos extintos era um dos elementos da identidade de muitos arenistas, aparecendo como critério para acordos e classificação das partes em disputa. Este processo de reorganização interna dos membros dos partidos extintos converge para a tese de que o sistema partidário vigente até as eleições de 1965 encontrava-se em processo de consolidação. O fim do bipartidarismo, além de constituir um projeto estratégico do governo para enfraquecer o MDB, era uma idéia cara a muitos arenistas favoráveis à liberalização da organização partidária, ou pelo menos à criação de mais dois ou três partidos. Não só para possibilitar cisões no MDB, mas também como uma maneira de solucionar dissensões internas na ARENA. Afinal, ARENA e MDB foram extintos em 29 de novembro de 1979, quando o Congresso Nacional aprovou uma legislação modificando as exigências para a constituição de partidos políticos e extinguindo os partidos então em atividade. A maior parte

dos membros da ARENA fundaram o Partido Democrático Social (PDS), posteriormente, uma dissidência fundou o Partido da Frente Liberal (PFL). (v. [Partido Político de Direita](#))

Lúcia Grinberg

Referências Bibliográficas:

BEIGUELMAN, Paula. O pingo de azeite. A instauração da ditadura. São Paulo, Perspectiva, 1994.

BRANCO, Carlos Castelo. Os militares no poder. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. (3 vols.).

GRINBERG, Lúcia. *ARENA*. A criação do bipartidarismo e do partido do governo, 1965-1979. Niterói, UFF, 1998.

KINZO, Maria Dalva Gil. Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB. São Paulo, IDESP/Vértice, 1988.

NEVES, Maria Manuela R. de N. Ruptura institucional e consolidação política: Mato Grosso e a hegemonia arenista. In *Dados*, vol. 3. Rio de Janeiro, 1989(32): pp. 363-388.

ALTERIDADE. Recorrente nas Ciências Sociais, especialmente na história cultural, o conceito de alteridade se refere às visões acerca do “outro” e às atitudes em face do “outro”, podendo referir-se ao *ethos* cultural, religioso, político, étnico, sexual ou a qualquer grupo, enfim, distinto da identidade auto-construída pela sociedade emissora de discursos sobre o “outro”. Examinar as visões e atitudes de uma dada sociedade ou grupo em face da alteridade implica, pois, segundo T. Todorov, contemplar três eixos de observação: 1) os julgamentos de valor; 2) as ações de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro; 3) o processo de conhecimento ou de ignorância do outro, processo de natureza epistêmica. No campo da direita, o melhor exemplo de visões e atitudes acerca da alteridade encontra-se nos regimes totalitários dos anos de 1930-1940, a exemplo do nazismo alemão, caso extremo de negação de tudo o que não fosse genuinamente germânico e ariano, e que levou, no limite, a variadas políticas de genocídio. Pensar a questão da alteridade no caso do [totalitarismo](#) nazista significa, assim, referir-se sobretudo à sua [ideologia](#) racista, a seu nacionalismo xenófobo e à sua negação radical, quer do comunismo, quer da democracia. No próprio [Mein Kampf](#) (Minha Luta), escrito em 1923, [Adolf Hitler](#) maldizia Viena, onde passara parte da juventude, por ser a capital austríaca uma *Babilônia das raças*: “O conglomerado de raças que a capital da monarquia mostrava, toda esta mistura de tchecos, poloneses, húngaros, ucranianos, iugoslavos e croatas me parecia repugnante, sem esquecer o bacilo dissolvente da humanidade, judeus e mais judeus”. O anti-semitismo hitlerista, emblema da negação radical da alteridade pelo nazismo, não passava, porém, de uma vulgarização do *racismo científico* mais sistemático, de forte mas não exclusiva coloração anti-semita, ideário que grassava na [Europa](#) desde a segunda metade do século XIX. Data de 1853-55, por exemplo, a célebre obra do Conde de [Gobineau](#), *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, obra muito respeitada entre os nacionalistas de direita no início do século atual, na qual se apregoava a inevitável decadência da Europa pela mestiçagem. (v. [Conservadorismo](#)) Entretanto, vale dizer que Gobineau não era anti-semita, nem estabeleceu a pureza da “raça ariana”, embora considerasse a branca superior. Contemporâneo de Gobineau foi o médico Cesare Lombroso, mentor da medicina legal na Itália, ciência que, impregnada de darwinismo social de inspiração racista, considerava que havia indivíduos predestinados ao crime desde o nascimento, o que se poderia provar sobretudo por meio do exame do crânio (craniologia, frenologia). Hitler concebeu seu ideário racista e anti-semita não a partir da leitura dos “clássicos” do racismo científico, mas através de jornais vienenses e alemães de vulgarização ou pelo contato direto com discípulos extremistas daquele ideário, a exemplo do inglês H. S. Chamberlain, naturalizado alemão, autor de *Fundações do século XX* (1899), livro anti-semita e apologético do arianismo. Outras poderosas influências foram o livro do francês Gougenot des Masseaux, *Os judeus, o judaísmo e a judaização dos povos cristãos* (1869), traduzido para o Alemão por [Alfred Rosenberg](#), destacado membro do NSDAP, e o de Dietrich Eckart, amigo do *Führer*, intitulado *O bolchevismo de Moisés a Lenin*. No plano político, esta negação total da alteridade, cujo alvo maior foi o [judeu](#), resultou numa estratégia metódica de exclusão (cancelamento de direitos civis e políticos), segregação (deportação e confinamento em guetos ou [campos de concentração](#)) e finalmente a eliminação (a chamada *Solução Final* concebida pelo Terceiro [Reich](#) em 1941). (v. [Repressão e Violência](#)) Vale dizer que, no caso do nazismo, a negação da alteridade foi a mais abrangente possível. Atingiu o “outro político”(comunista, social-democrata, liberal ou qualquer opositor do regime); atingiu outros grupos considerados racialmente inferiores (os ciganos e também os eslavos não passíveis de germanização); vitimou os homossexuais e os que, como eles, eram considerados aberrações que contaminavam a saúde do povo alemão: doentes mentais, loucos, sífilíticos, criminosos, deficientes físicos, etc. (v. [Homossexuais e Fascismo](#), [Leis de Nuremberg](#) & [Operação Eutanásia](#)) No caso do [fascismo](#), considerados os eixos de Todorov, a problemática das relações em face da alteridade assumiu, portanto, um radicalismo total: 1) detração completa

por meio de variados estigmas; 2) distanciamento progressivo por meio da exclusão do “outro”, sua segregação e eliminação física; 3) ignorância completa da alteridade e recusa de qualquer atitude compreensiva, no sentido epistêmico, se bem que ancorada num vasto saber científico de tipo raciológico. O racismo genocida, atitude política em si mesma direitista e que teve no totalitarismo alemão o seu exemplo mais notável, não foi, nem é, no entanto, uma exclusividade histórica do Terceiro Reich. Discursos racistas e práticas genocidas estiveram igualmente presentes nas políticas colonialistas das democracias ocidentais (Inglaterra, França) aquando da expansão imperialista na África e na Ásia ao longo do século XIX, baseadas, vale lembrar, no mesmo racismo científico difundido na Alemanha. O discurso “civilizador” de um Cecil Rhodes, por exemplo, implicava na clara negação da alteridade de diversos grupos culturais africanos. O mesmo se poderia dizer das políticas segregacionistas de países como a África do Sul [v. [Apartheid](#)] até a década de 1990 ou de alguns estados norte-americanos até bem entrado o século XX, sem falar nas práticas de eliminação movidas por sociedades secretas e paramilitares como a *Ku Klux Klan*. [v. [Ku Klux Klan](#)] Enfim, à história dos regimes comunistas do leste-europeu, do sudeste asiático ou de Cuba não faltam exemplos de “posturas direitistas”, entendidas aqui como discursos e ações de segregação e mesmo de extermínio da alteridade política, moral ou cultural: expurgo e assassinato de críticos e dissidentes considerados contra-revolucionários; segregação e confinamento de homossexuais; censura de manifestações culturais distintas e, por isso mesmo, consideradas opostas aos modelos oficiais de identidade. (v. [Masculino/Feminino](#))

Ronaldo Vainfas

Referências Bibliográficas:

- DARMON, Pierre. Médicos e assassinos na belle époque. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- DUPEUX, Louis. História cultural da Alemanha(1910-1960). Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1992.
- FERRO, Marc. História das colonizações. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- FONTENAY, Elizabeth de. “Hitler, Adolf (1899-1945) – Mein Kampf (Minha Luta), 1925” In: Chatelet, F. et alli (orgs). Dicionário de obras políticas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993, pp. 477-491.
- TODOROV, Tzvetan. Nós e os outros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

ANTICOMUNISMO. O comunismo foi, de fato, um espectro rondando a sociedade capitalista, como imaginara Karl Marx. No entanto, embora tal afirmação tenha sido feita em meados do século XIX, ela se aplica melhor ao século atual, quando o fantasma do comunismo adquiriu um poder sem precedentes de amedrontar os setores mais conservadores da sociedade. (v. [Baderna](#) & [Revolução](#)) Na verdade, durante os cerca de 70 anos compreendidos entre a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo real na virada da década de 1980 para 1990, o comunismo tornou-se muito mais que um espectro. A tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia causou um impacto muito forte: o que antes era somente uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta. O entusiasmo e a esperança dos revolucionários, somados à crise da sociedade liberal, provocaram um enorme crescimento da influência dos ideais comunistas. Significativamente, o que para algumas pessoas era a concretização de um sonho dourado, para outras era um pesadelo tomando formas reais. O comunismo despertou paixões intensas e opostas: por um lado, os defensores encaravam-no como revolução libertadora e humanitária, que abriria acesso ao progresso econômico e social; por outro lado, os detratores viam-no como uma desgraça total, a destruição da boa sociedade e a implantação do caos social e do terror político. (v. [Repressão e Violência](#) & [Tortura](#))

A força do comunismo, a expansão e o crescimento dos partidos e dos ideais comunistas engendraram o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça comunista”, expressão aliás reveladora de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando combater o perigo revolucionário. (v. [Ditadura](#) & [Inimigo](#)) Genericamente, podemos dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. (v. [Segurança Nacional](#)) No entanto, transformou-se em movimento a partir da necessidade percebida por algumas lideranças de conter a escalada revolucionária. (v. [Autoritarismo](#)) É importante observar que os momentos na história de maior militância anticomunista geralmente coincidiram com as fases de ascensão da esquerda. O fenômeno anticomunista possui duas manifestações distintas, embora complementares, que podem ser denominadas pelos pares: [política](#) e [ideologia](#), ação e discurso ou prática e representação. Independente da terminologia, o fundamental é compreender a ocorrência dos dois distintos níveis ou facetas. O anticomunismo deve ser entendido, por um lado, como um corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que possui um discurso e um imaginário próprios e, por outro, como um movimento político que engendra a ação e a militância de grupos organizados. (v. [Conservadorismo](#) & [Oposição/Situação](#))

No entanto, embora representando uma frente unida na luta contra o “perigo vermelho”, o anticomunismo não deve ser encarado como um fenômeno absolutamente coeso. Do ponto de vista do ideário, a inspiração tem origens diversas, desde o [liberalismo](#), passando pelo catolicismo tradicional, até o [fascismo](#). (v. [Catolicismo Social](#)) Quanto à ação política, também encontramos a marca da diversidade. No decorrer das últimas décadas, vários grupos e movimentos distintos reivindicaram para si a bandeira do combate sem tréguas aos comunistas. (v. [Partido Político de Direita](#)) Internacional por essência, o anticomunismo tornou-se uma das peças centrais do jogo político ao longo do atual século, sendo utilizado com muita eficácia na luta contra as tendências revolucionárias. Cumpriu principalmente o papel de mobilizar os setores sociais conservadores através da manipulação de seus temores, muitas vezes exagerando a força real dos revolucionários. Além disso, houve também uma manipulação político-eleitoral na medida em que alguns líderes se arvoraram em campeões do anticomunismo, visando com isso atrair o apoio do eleitorado. (v. [Pacto Anti-Komintern](#))

Rodrigo Patto Sá Motta

Referências Bibliográficas:

- ABRAL, Padre J. A Igreja e o Marxismo. São Paulo, Panorama, 1949.
- BACKHEUSE, Everardo. A sedução do comunismo. Ed. Centro Dom Vital, 1933.
- BERSTEIN, Serge; BECKER, J.J.. Histoire de l'anticommunisme. Paris, Olivier Orban, 1987.
- HEALE, M.J. American Anticommunism: Combating the enemy within, 1830-1970. Baltimore, Johns Hopkins, 1990.
- PEREIRA, Alfredo Severo dos Santos: As Falsas bases do comunismo russo. Rio de Janeiro, Flores e Mano, 1931.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE (TFP). Meio século de epopéia anticomunista. São Paulo, Vera Cruz, 1980.

ANTIGO REGIME. Esta noção surge como marco político a definir tudo aquilo que os integrantes da [Revolução](#) Francesa em 1789 pretenderam negar da ordem social anterior, entendida por eles como regime feudal: os privilégios de nascimento como definidores do acesso a cargos e benefícios na organização administrativa, assim como temperadores dos efeitos punitivos da justiça; os privilégios senhoriais que causavam desequilíbrio na distribuição das obrigações fiscais; as justiças particulares senhoriais que prendiam a população rural a uma série de obrigações pecuniárias ou de serviço que não mais pareciam justificáveis frente às alterações dos papéis sociais e o lento solapar das relações de dom e contra-dom da nobreza em relação aos seus subordinados político-jurídicos devido à venalização dos ofícios e privilégios jurisdicionais. Neste sentido, o termo Antigo Regime já nasce como um atestado de óbito daquilo que os revolucionários liberais negavam na outra sociedade. A partir de 1790, o termo se populariza e, por fim, ganha o lugar como discussão [política](#) e acadêmica a partir da obra de Alexis de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), lançada oito anos após a experiência da revolução democrática de 1848, a partir da qual [democracia](#) e [liberalismo](#) pareceriam andar de mãos dadas.

A obra de Tocqueville tem algo de bastante original num contexto onde os Estados que se consolidavam na [Europa](#) viviam a pleno vapor um processo de burocratização, ou seja, de eliminação da lógica senhorial-patrimonial da administração estatal, havendo um nivelamento político e jurídico da sociedade e a efetivação política da idéia de indivíduo. (v. [Burocracia](#)) Antigo Regime, segundo a sua interpretação, seria um tipo de sociedade, não podendo ser confundido com este ou aquele sistema político. Neste sentido, uma monarquia não era “antigo regime”, [atraso](#), obsolescência e, portanto, não poderia servir como escala a aumentar o lustre dos projetos republicanos. Para complicar mais ainda as propagandas republicanas, Tocqueville lembraria que muitas das reformas que os republicanos reivindicavam pra si já estavam sendo implementadas pelos últimos monarcas franceses. Indiretamente, afirmava-se que os eventos “radicais” que marcaram a primeira fase da Revolução Francesa teriam sido desnecessários, questão que seria convenientemente reapropriada por intelectuais franceses nos anos de 1970 e 1980 para acentuar o seu suposto caráter de *derrapagem*. (v. [Jacobinismo](#)) Durante o processo de nivelamento jurídico, político e fiscal da sociedade no século XIX, visto como forma de estimular o mercado nos termos concebidos pelo liberalismo, o termo Antigo Regime passou a representar tudo o que fosse visto como resistência à burocratização do Estado, sendo confundido com [tradição](#) e, portanto, atraso. Quem resistisse necessariamente estaria obliterando o assim constituído *Interesse Público*, pois estaria impedindo o livre fluxo de bens e pessoas e, portanto, os efeitos moralmente unificadores que o comércio promoveria na consciência dos povos. (v. [Imperialismo](#)) No entanto, para além da crítica liberal, a noção de Antigo Regime foi apropriada como categoria política pela crítica conservadora anti-liberal que, embora falasse de uma volta à sociedade anterior à Revolução, não deve ser confundida com o desejo de uma volta ao sistema administrativo pré-burocrático. (v. [Conservadorismo](#))

Antigo Regime como categoria política serviu como instrumento de parte da crítica conservadora ao sistema representativo parlamentar-liberal – mesmo que não necessariamente democrático – por este supor o *indivíduo* como agente político, o que representava o facciosismo ou a atomização do corpo social. Assim, não se tolera a arena política e os órgãos representativos da sociedade como lugares de expressão de divergências visto que, como um corpo, não pode haver nela conflito entre as partes – e não só não pode haver, mas também não se concebe que a imagem do conflito possa representar os interesses das diferentes partes da sociedade. (v. [Baderna](#) & [Sociedade Civil](#)) Eliminada da sociedade a idéia do conflito como base necessária da expressão do interesse geral, Antigo Regime como categoria política dos conservadores anti-liberais não necessariamente nos reporta para “um tipo de sociedade” tal como fora pensado por Alexis de Tocqueville.

O conservadores anti-liberais não queriam a sociedade de Antigo Regime nos termos que hoje historicamente se conhece; pelo contrário, resgataram *afetivamente* apenas um aspecto daquele anterior *modus vivendi* e generalizaram como ferramenta de crítica ao sistema representativo parlamentar-liberal: as corporações de ofício, que pressupunham imaginariamente hierarquia e cooperação interna e, para o espaço público (o *inter-corpus*), a expressão funcional do interesse de uma parte. Redimensionando esta categoria para os seus debates políticos, os conservadores anti-liberais puderam questionar a efetividade do modo de representação liberal, que para eles muito mais parecia dizer respeito ao interesse de uma facção, ou da elite de uma facção, do que ao interesse de todo o corpo social. Pensar a sociedade como um corpo pressupõe, portanto, a negação do conflito *político* e *social*, a aceitação da funcionalidade da desigualdade e, portanto, o entendimento da hierarquia social como a expressão de uma consciência – divina ou não – que garante a sobrevivência do todo porque mantém as partes em *seu devido lugar*, esteja o sujeito político enquadrado numa lógica administrativa patrimonial ou burocrática. (v. [Natureza](#))

No final do século XIX e no início do século XX, em grande parte como reação contrária à hegemonia liberal sobre a sociedade, diversos pensadores – muitos vinculados aos esforços de renascimento católico – foram buscar no Antigo Regime um modelo de ordenamento social. (v. [Intransigentismo](#) & [Ultramontanismo](#)) Assim, tanto a doutrina social da Igreja quanto as diversas formas de corporativismo vislumbraram nas instituições de antigo regime – em especial as confrarias profissionais ou corporações de ofício que reuniam aprendizes, oficiais e patrões – um modelo alternativo ao sindicalismo moderno e capaz de evitar o conflito de classe, substituído por formas de cooperação. (v. [Catolicismo Social](#) & [Corporativismo: Teoria](#)) Da mesma forma, muitos pensadores buscaram as raízes do mal-estar moderno, a anomia social, no desenraizamento do homem, privado dos anteparos sociais típicos da sociedade pré-industrial anterior à Revolução Francesa. Assim, o Antigo Regime constituiu-se, em especial na Alemanha, numa fonte de inspiração para diversas utopias regressistas e conservadoras. (v. [Fascismo](#) & [Teoria Amigo-Inimigo](#))

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

- GOUBERT, Pierre. L’Ancien Regime: la société, t.1. Paris, Armand Colin, 1969.
- GUERRY, Alain. l’Historien, la Crise et l’État. In **Construction de l’État**, Annales – Histoire, Sciences Sociales – Mars/Avril. Paris, Armand Colin, 1997(2): pp. 233-256.
- HESPANHA, Antônio Manuel. Às vésperas do Leviathan. Coimbra, Almedina, 1994.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Europa ou o Concerto das Nações: idéias conservadoras e política internacional na obra de Leopoldo von Ranke (1795-1886). Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, Tese para Professor Titular de História Moderna e Contemporânea, 1993.(mimeo.)
- TOCQUEVILLE, Alexis de. The Old Regime and the French Revolution. New York, Doubleday Anchor Books, 1955.
- VIANNA, Alexander Martins. O Ideal e a Prática de governar: o Antigo Regime no Brasil colonial, 1640-1715. Dissertação de Mestrado, PPGHIS-UFRJ, 2000. (mimeo.)

ANTI-SEMITISMO NO BRASIL. O anti-semitismo enquanto fenômeno social pode se expressar através de diferentes nuances, variando desde um simples pensamento até casos mais extremos que atentam contra a vida dos judeus. Além dos momentos de crise e desorganização social, o sentimento anti-semita também se desenvolve motivado por evidentes diferenças étnicas, culturais e econômicas, podendo surgir de situações artificiais, mediante cálculos políticos. Geralmente, cria-se o problema desfigurando-se os fatos reais, que passam a ser ajustados de acordo com as necessidades do anti-semita, que delega aos judeus poderes e culpas sem qualquer fundamento científico e lógico. (v. [Inimigo](#))

No limiar do ano 2000, o anti-semitismo voltou a rondar a sociedade brasileira endossado por grupos de jovens que, como partidários do neonazismo, propõem o extermínio de raças consideradas como “impuras”. Defendendo a supremacia branca e adotando a [Ku Klux Klan](#) e o nazismo como modelos, estes jovens – liderados pelos [Skinheads](#) – defendem a idéia de que “[Hitler não estava errado](#)”. Instigados pelos movimentos nacionalistas e extremistas que atualmente se proliferam por toda a [Europa](#) Ocidental e alimentando-se de um substancial material de propaganda racista importado dos Estados Unidos e da Alemanha, esses grupos expressam seu ódio às minorias propondo o extermínio de nordestinos, negros, judeus, homossexuais, ciganos, prostitutas e mendigos. [v. [Alteridade](#) & [Chauvinismo](#)] Como anti-semitas, retomam o mito da conspiração judaica para dominar o mundo lendo e reeditando, em versão atualizada, os [Protocolos dos Sábios de Sião](#). (v. [Revolução](#)) Ainda que pequenos, mas espalhados por várias capitais brasileiras, estes grupos são adeptos de uma nova forma de intolerância, o *neo-racismo cultural*. [v. [Neo-racismo Diferencialista](#)] O seu ideário circula via Internet e encontra-se editado em CDs, vídeos e *fanzines*, revistas produzidas artesanalmente, verdadeiros manuais de práticas racistas. Aos jovens neonazistas somam-se ainda autores revisionistas que negam as câmaras de gás e o [Holocausto](#), fazendo verdadeira apologia a Hitler e ao [fascismo](#). [v. [Revisionismo/Negacionismo](#)] No entanto, este momento não é único na História do Brasil, país marcado pelo mito da [democracia](#) racial. Manifestações de anti-semitismo podem ser identificadas desde os tempos coloniais, quando herdamos da Península Ibérica valores preconceituosos que classificavam os judeus e os cristãos-novos como representantes de uma raça infecta (infame) cujos integrantes são *impuros de sangue*, em contraposição aos limpos de sangue, os cristãos por [tradição](#). Estas idéias – de fundamentação teológica e características do anti-semitismo tradicional – persistiram no Brasil até o século XIX, sendo retomadas na década de 1930 à luz das teorias racistas européias. A idéia de que o [judeu](#) era um semita e, como tal, uma raça estrangeira e inferior, havia se transformado desde a última metade do século XIX na marca etnológica dos anti-semitas europeus, que fundamentavam muitas de suas idéias estereotipadas na clássica obra *Essay sur l'Inégalité des Races Humaines* (1853-1855) de [Arthur de Gobineau](#), que advertia contra o cruzamento das raças. Fazendo distinção entre as raças *semita* e *ariana*, os modernos anti-semitas – sem abandonar alguns dos pressupostos sustentados pelo anti-semitismo tradicional – classificavam a primeira como sendo física, moral e culturalmente inferior à ariana, rotulando os judeus de inassimiláveis e perversos. Como tais, estes eram, portanto, uma raça híbrida, branca e bastarda. Tais teorias influenciaram o pensamento de vários intelectuais brasileiros, dentre os quais Sílvio Romero e [Oliveira Vianna](#). Uma vasta literatura anti-semita proliferou no Brasil inspirada nas idéias eugênicas e em clássicas publicações anti-semitas que nos anos de 1930 alcançaram grande repercussão entre os grupos identificados com as idéias fascistas. Dentre estes, cabe citar *O Judeu Internacional*, de Henry Ford (1933) e os *Protocolos dos Sábios de Sião*, panfleto apócrifo que recebeu várias edições no Brasil. Esta obra, apontada como um dos maiores blefes da História, foi traduzida pela primeira vez no Brasil, em 1933, pelo integralista Gustavo Barroso, autor de vários outros livros de teor anti-semita. (v. [Conservadorismo](#) & [Ideologia](#))

Além de ser endossado por grupos identificados com o pensamento da extrema-direita no Brasil, o anti-semitismo prestou-se também como instrumento político, sendo acionado durante o [Estado Novo](#) (1937-1945). Uma política imigratória restritiva à entrada de judeus no Brasil foi colocada em prática através da emissão de várias circulares secretas de teor anti-semita e que persistiram até o governo Dutra. Esta prática fazia parte do projeto étnico idealizado pelo Estado que cooptou importantes intelectuais, médicos eugenistas e educadores. Sustentando a tese da seleção étnica, este grupo defendia a idéia de que a verdadeira raça brasileira só poderia ser atingida mediante completa arianização da população brasileira, livrando-a da influência dos negros e mestiços, tratados como ralé. [v. [Eugenia](#)]

Diante da derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial e da denúncia das atrocidades cometidas pelo Terceiro [Reich](#) contra os judeus, homossexuais, ciganos, Testemunhas de Jeová e dissidentes políticos, o anti-semitismo político enfraqueceu sem, entretanto, desaparecer ao nível da mentalidade popular brasileira. (v. [Campos de Concentração](#)) E esta, independente de posições partidárias de esquerda ou direita, facilita a proliferação do anti-semitismo entre os jovens que, de uma ou outra forma, vivenciam momentos de crise, desemprego e educação de má qualidade. [v. [Punks](#), [Skinheads e Anomia](#) & [ZANINE, Armando](#)]

Maria Luiza Tucci Carneiro

Referências Bibliográficas:

- CARNEIRO, M.L.T. O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração. São Paulo, Brasiliense, 1994. 2ª ed.
- CARNEIRO, M.L.T. O racismo na História do Brasil: mito e realidade. São Paulo, Ática, 1997. 5ª ed.
- LESSER, J. O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro, Imago, 1994.
- MAIO, M.C. Nem Rotschild, nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- ROSENFELD, A. Mistificações Literárias: Os protocolos dos Sábios de Sião. São Paulo, Perspectiva, 1982. 2ª ed.

APARTHEID. Termo do idioma *afrikaans*, derivado do holandês antigo, cujo significado pode ser entendido como “separação”. É uma política de segregação da maioria da população sul-africana, os negros (75,3%, em 1990), por uma minoria da população, os brancos (13,3%), em sua grande parte descendentes de holandeses - os *afrianders* - e de ingleses.

Esta segregação, justificada pela superioridade racial, fora defendida pelas Igrejas Reformadas com base em análise deturpada de relatos bíblicos. Dentre eles, a estória de Cam, filho mais novo de Noé que, por ter visto a nudez do pai e propagado o fato, foi amaldiçoado, juntamente com sua descendência, a ser escravo de seus irmãos e descendentes, sendo tomado como ascendente bíblico da raça negra. Apesar de ainda persistir a idéia do *afriander* como um povo escolhido por Deus para uma missão “civilizatória” junto aos povos africanos, também se preferiu recentemente uma justificativa laica, baseada na atribuição de inferioridade cultural aos negros. (v. [Imperialismo](#)) Os brancos, portanto, formavam a “nação” mais avançada enquanto as “nações” negras estavam “em desenvolvimento”, devendo a primeira exercer uma tutela sobre as segundas no intuito de levá-las ao “pleno desenvolvimento”, já que as culturas *bantus* raramente inventam novas técnicas e apenas adaptavam os suportes culturais de outros povos às suas necessidades. (v. [Autoridade/Tradição & Ideologia](#))

O *apartheid* já existia parcialmente na África do Sul, através de uma série de diretrizes legais, antes de sua implantação constitucional pelo Partido Nacional em 1948. A Constituição da União da África do Sul, por exemplo, determinava que só os brancos podiam eleger e serem eleitos para o Governo e Parlamento. Havia o “pequeno *apartheid*”, que segregava os negros dos *afrianders* quanto às relações afetivas e sexuais, ao local de residência, serviços, lazer, à gestão pública e aos meios de transporte. Na prática, os negros eram considerados “menores”, não sendo iguais aos brancos perante a lei. (v. [Autarquia & Civismo](#)) A posição e os direitos políticos dos indivíduos eram determinados pela sua classificação “racial”, registrada no documento de identidade, submetendo-se os que possuíam categoria racial “indefinida” a testes para definir a sua “raça”. (v. [Alteridade & Sociedade Civil](#))

Além desse, o “grande *apartheid*” almejava a criação de uma nação sul-africana exclusivamente branca através da expulsão dos negros para áreas sucessivamente denominadas de reservas “tribais”, batustões e *homelands* (terras natais). Tais reservas originaram-se da Lei da Terra de 1913 que destinara 87% da superfície do país aos brancos, onde se encontra a mais rica potencialidade mineradora e agrícola do país, reservando aos negros os restantes 13% das terras, os futuros *homelands*. Defendeu-se esta distribuição fundiária, afirmando falsamente que o povoamento branco naquelas regiões é historicamente anterior ao negro. (v. [Tradição](#)) A expulsão dos negros foi justificada pela necessidade de preservar a variedade racial e cultural de cada grupo, evitando a submissão dos brancos por uma maioria negra, o que seria considerado um retorno à “barbárie”. Negava-se aos negros a possibilidade de dividir a riqueza sul-africana supostamente criada apenas pela administração e tecnologia dos brancos. Após a década de 1970, os territórios reservados aos negros adquiriram a promessa de se tornarem formalmente independentes. Pelas repercussões internacionais contrárias, o governo sul-africano evitava utilizar o termo *apartheid*, substituindo-o por “desenvolvimento separado” ou “multinacional” ou mesmo “democracia pluralista”. Criou-se, inclusive, um slogan: “separados, mas iguais”. (v. [Democracia](#))

A concentração dos negros nos *homelands* trouxe o superpovoamento e o esgotamento de seus solos, obrigando-os a migrarem para as regiões brancas como mão-de-obra barata, uma exceção permitida pelo “grande *apartheid*”. Por isso, até 1986, todo negro devia carregar, em território dos brancos, um documento onde constava sua história de vida, licenças de trabalho, de viagem, de entrada em área branca etc, controlando, assim, o fluxo de negros, separando-os de suas [família](#) que, muitas vezes, eram obrigadas a permanecer nos *homelands*, desintegrando-as. (v. [Conservadorismo](#)) Após a chegada numa área destinada aos brancos, os

negros deviam conseguir um emprego em seis dias, caso contrário poderiam ser multados, presos ou expulsos. Tal premência obrigava-os a aceitar salários irrisórios, freqüentemente menores que o custo da reprodução de sua força de trabalho, tornando-se subsidiados por suas próprias comunidades domésticas, situadas em sua maioria nos *homelands*. Além disso, o *apartheid*, desde 1924, em nome do combate à pobreza branca, garantia reservas percentuais de mercado de trabalho aos brancos nas empresas e repartições públicas. Na medida em que são considerados estrangeiros fora de suas reservas, os negros não podiam, até 1979, organizar sindicatos, estabelecer contrato coletivo de trabalho ou realizar [greves](#). Nas áreas brancas, os negros, embora essenciais à economia branca, só podiam morar nos *townships* – [favelas](#) situadas nas periferias das cidades –, possuíam departamentos de previdência sociais separados e freqüentavam escolas específicas com uma educação formal mais precária que os colocava, social e culturalmente, em desvantagem. (v. [Partido Político de Direita](#)) Entrando o *apartheid* em crise a partir de 1985, suas leis foram abolidas em 1991. (v. [Política e Direitos Humanos & Revolução](#))

Silvio de Almeida Carvalho Filho

Referências Bibliográficas:

- CORNEVIN, Marianne. L'Afrique du Sud en Sursis. Paris, Hachette, 1977.
CORNEVIN, Marianne. Apartheid, Poder e Falsificação. Lisboa, Edições 70, 1979.
GERHART, Gail. Black Power in South Africa: The evolution of an Ideology. Los Angeles, University of California Press, 1979.
JONGE, Klaas de. África do Sul: apartheid e resistência. São Paulo, Cortez-EBOH, 1991.
SAMPSON, Anthony. O Negro e o Ouro. Magnatas, Revolucionários e o Apartheid. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

ARDITI. Sobre o modelo das *Sturmtruppen* (tropas de choque) constituídas no exército alemão em março de 1915 e, em seguida, no exército austríaco em maio de 1917, também foi criada no exército italiano pela primeira vez uma tropa de choque quando o capitão C. Baseggio no Trentino formou com voluntários de todas as armas e de todas as idades, uma unidade que foi chamada “Companhia da morte” e distinguiu-se em operações de guerrilhas. Então, pensou-se em reunir oficiais e soldados que tivessem demonstrado a sua valentia. Se formou novas unidades que se chamaram Arditi (ousados), chamadas pretas (os distintivos colocados na lapela eram chamadas pretas estilizada) e, oficialmente, unidades de choque. No princípio, haviam soldados agrupados em companhias com 300 homens e depois em grupos maiores, até constituir em Maio/Agosto de 1918 duas divisões. Em Janeiro de 1917, entraram em ação e foram usados em quase todas as batalhas: *Carso* (entre Gorizia e Monfalcone, Junho de 1915, Outubro de 1917, 12 batalhas), nos *Planaltos* (Asiago e Tonezza, Maio e Julho de 1916, Novembro de 1917, Junho de 1918) e durante a retirada depois do desastre de Caporetto (24 de Outubro – 1 de Novembro de 1917). A primeira divisão de choque participou na batalha do rio Piava (9 de Novembro de 1917 – Outubro de 1918). As unidades de Arditi foram utilizadas exclusivamente em ações ofensivas e contra-ofensivas em qualquer lugar que fossem necessárias as qualidades de ousadia, iniciativa e coragem. Durante os intervalos entre uma ofensiva e outra, os Arditi estavam reunidos em campos nos quais eram exercitados para o uso do punhal, lançamento de bombas, lutas corpo a corpo, avançadas sob o tiro de artilharias, etc. O armamento individual dos Arditi foram o mosquete, punhal, bombas à mão. Os Arditi não tinham a mochila. A farda era cinzenta esverdeada com chamadas pretas como distintivo, perneiras pretas, fez preto, malha preta, galhardete de batalha preto sobre qual era bordado em ouro um punhal entre um ramo de louro e outro de carvalho. Essa farda também foi usada nas esquadras que participaram da marcha sobre Roma (28 de Outubro de 1922) e, no ano seguinte, foram recolhidos por [Mussolini](#) na *Milizia*, exército do partido que participou, junto ao exército regular, em todas as operações bélicas até o final do fascismo. (v. [Fascismo: Movimento](#)) Os Arditi criaram no primeiro após guerra o Arditismo, uma “filosofia”, uma atitude espiritual e psicológica inspirada numa visão ativística, voluntarística e irracional da vida, que caracterizou na Itália um grande movimento de caráter quase político. (v. [Guerra & Militarismo](#)) O Futurismo de [Filippo Tommaso Marinetti](#) e o D’Annunzianismo difusos entre a burguesia, complicados e exacerbados pela experiência da guerra, constituíram a raiz do Arditismo, o qual queria transplantar na vida civil e social o gosto pelo perigo e o desafio, típico sem dúvida dos Arditi particularmente no momento bélico. Difuso especialmente entre a pequena burguesia devastada por uma violenta crise social transcorrida de caprichos anárquicos, o Arditismo alcançou o extremo sobretudo durante a expedição de Fiume comandada por Gabriele D’Annunzio, convergindo depois no fascismo no qual deixou inicialmente uma marca anárquica e, em seguida, um grande equipamento de símbolos e costumes que duraram até o final. [v. [D’Annunzio, Gabriele & Futurismo](#)]

Mario Cacciaglia

Referências Bibliográficas:

- CORDOVA, F.. Arditi e Legionari dannunziani. Padova, 1969.
- COSELSCHI, Eugenio. Da Vittorio Veneto alla marcia su Roma. In *II Decennale Vallecchi*. Firenze, 1932. pp. 180-229.
- GUBITOSI. Gli arditi del popolo e lo squadristico fascista. In: *Materiali di Studio*. Perugia, Università di Perugia, 1977.
- SPINOSA, A. D’Annunzio il poeta armato. Milano, 1987.
- TRICCHIONE, Gaetano. Riparti di Assalto. In: *Enciclopedia Italiana*, Vol.4. Roma, Istituto Giovanni Treccani, 1929. pp.980-981

ARMAMENTISMO. Política que objetiva a expansão e/ou o desenvolvimento qualitativo de arsenais bélicos de nações ou blocos de nações. O armamentismo está intrinsecamente ligado a outro fenômeno característico do século XX, o [militarismo](#). Em um sentido lato, ambos compartilham a mesma perspectiva: as atitudes e práticas sociais que vêm a [guerra](#) e sua preparação como atividades sociais normais e desejáveis.

No período compreendido entre o final do século XIX e meados do século XX, a corrida armamentista, estimulada pela competição imperialista ou por [ideologias](#) de revanche e expansão, mobilizou os recursos industriais das potências imperialistas, assim como quase toda sua população. (v. [Chauvinismo](#)) Dessa maneira, para as classes dirigentes dessas potências, um poder bélico cada vez maior significava, no plano externo, a expressão do poder nacional contra Estados rivais, assim como a manutenção e consolidação da ordem neocolonial. (v. [Imperialismo](#) & [Neocolonialismo](#)) No âmbito interno, a competição pelo fortalecimento bélico trazia consideráveis vantagens, alardeadas abertamente pelos líderes dessas potências e seus acólitos: por um lado, reforçava as instituições militares nacionais, tornando-as expressões armadas do poder nacional, exemplo de disciplina e vigor para o povo e, por outro, favorecia o desenvolvimento industrial e tecnológico, com a conseqüente utilização da força de trabalho e de meios de produção que estavam estagnados.(v. [Futurismo](#)) O período seguinte, caracterizado pela [Guerra Fria](#) e pela divisão bipolar do arsenal nuclear, implicou em novas estratégias para as lideranças do mundo capitalista. A corrida armamentista significou o crescimento espetacular dos gastos norte-americanos e soviéticos com defesa, pesquisa e desenvolvimento militares. O crescimento do “Complexo Industrial Militar” (termo cunhado pelo então presidente dos Estados Unidos Dwight Eisenhower) agregava os sistemas educacional, científico, parlamentar e sindical ao esforço armamentista já desenvolvido por indústrias de armamentos e pelas Forças Armadas dessas potências. Enquanto eram desenvolvidos artefatos nucleares cada vez mais complexos, destrutivos e onerosos, as duas superpotências atraíam e armavam aliados e clientes com armas convencionais, reservando para si os armamentos de ponta. (v. [Segurança Nacional](#))

Em meados dos anos de 1970, uma nova onda de movimentos e revoluções de esquerda na África, na Ásia e até nas Américas desafia a ordenação política capitalista. (v. [Revolução](#)) As forças de direita protagonizaram uma reação conservadora, restabelecendo a competição nuclear, subordinando a pesquisa aeroespacial aos fins estratégicos e investindo recursos e armamentos convencionais em facções de direita no chamado “Terceiro Mundo”. (v. [Partido Político de Direita](#)) No tocante à potência soviética, a estratégia norte-americana consistiu no recrudescimento da corrida armamentista, obrigando aquela a comprometer seu orçamento com gastos de paridade estratégica, desviando recursos que seriam utilizados para o apoio de revoluções no “Terceiro Mundo”. (v. [Guerra Fria e a Direita Norte-Americana](#))

Apesar da desestruturação da União Soviética e do fim da Guerra Fria, o aparato nuclear distribuído por todo o globo ainda requer cuidados extremos, e não existem perspectivas a curto prazo para seu desarme. Por sua vez, as armas convencionais continuam sendo aperfeiçoadas e usadas massivamente, em especial em conflitos regionais, étnicos e religiosos pelo mundo, o que torna necessário, portanto, a busca por instrumentos de análise adequados para a compreensão do papel desempenhado pelo armamentismo nas sociedades contemporâneas. (v. [Democracia](#))

Francisco César Alves Ferraz

Referências Bibliográficas:

- DELMAS, Claude. Armamentos nucleares e Guerra Fria. São Paulo, Perspectiva, 1979.
KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1991.

McNEIL, Wiliam. The pursuit of power. Tecnology, armed force and society, since A.D. 1000. Chicago, University of Chicago Press, 1982.

THOMPSON, E. P. et alii. Exterminismo e Guerra Fria. São Paulo, Brasiliense, 1985.

VÁRIOS AUTORES. The Cold War and the expert knowledge: new essays on the history of the National Security State. Radical History Review. n.63, Fall 1995.

ARMAS, Posse de. As seguidas tragédias envolvendo francos-atiradores – em grande parte adolescentes –, inclusive em escolas, colocaram em evidência a questão do livre acesso, aquisição e posse de armas nos Estados Unidos. O governo federal procurou sob a administração de Bill Clinton legislar sobre o tema, limitando ao máximo o acesso às armas. Conforme a administração avançava sobre o tema, constituiu-se um poderoso *lobby* de oposição, reunindo a indústria de armas, o Partido Republicano e associações de extrema-direita. (v. [Fundamentalismo Cristão e Política](#) & [Ku Klux Klan](#)) A argumentação básica, desenvolvida pela direita procurava buscar na [história](#) dos Estados Unidos elementos de justificação para a posse de armas. (v. [Partido Político de Direita](#)) Assim, durante a [Revolução Americana](#) no século XVIII, os *minutmen* teriam lutado com suas próprias armas para garantir a liberdade e a independência americanas; da mesma forma, a conquista do *Far West* se fez por homens que portavam armas. Grandes figuras da história do país, como o presidente A. Jackson, foram seguidamente retratadas com armas na cinta. (v. [Baderna](#)) Enfim, a própria história americana foi feita por homens armados e a tentativa de desarmar o país ocultaria, na verdade, uma grande conspiração contra a liberdade nos Estados Unidos. (v. [Liberalismo](#) & [Democracia](#)) Assim, para a extrema-direita, por exemplo, o desarmamento do país seria uma medida prévia para que um poder supranacional de origem sionista – o ZOG, governo sionista de ocupação – e sediado na [ONU](#) pudesse iniciar, sem resistência, a dominação dos Estados Unidos. (v. [Fascismo](#), [Inimigo](#) & [Judeu](#)) O impacto, entretanto, de seguidos assassinatos coletivos (principalmente, a chacina provocada por dois adolescentes armados na *Columbine High School*, em Denver, e o ataque de um neonazista a uma creche judia em Los Angeles, ambos em 1999) levou grande parte da população americana a desconfiar dos argumentos da direita e simpatizar com a legislação restritiva proposta pelo governo federal. O Partido Republicano, por outro lado, tem feito todos os esforços possíveis – e até agora com sucesso – para bloquear na Câmara dos Deputados qualquer medida restritiva. O argumento republicano, além de englobar a *visão histórica* da extrema-direita, acusa as reformas liberais (progressistas na concepção [política](#) americana) realizadas nas últimas décadas como a causa da violência e não o porte de armas e seu fácil acesso. (v. [MONICA LEWINSKY, O Caso](#)) Assim, o fim das preces nas escolas e da rígida educação religiosa, ao lado da pornografia e da violência veiculadas pela TV e pelo cinema – em suma, a sociedade permissiva – seriam as causas da violência. (v. [Conservadorismo](#)) Socialmente conservadores – claramente contrários ao [aborto](#) e à união civil de homossexuais –, tais políticos e pregadores religiosos transferem para a sociedade a responsabilidade pela explosão de violência em escolas e em locais públicos. (v. [Homossexualidade e Revolta](#))

Durante o período de hegemonia republicana, com [Ronald Reagan](#) e George Bush como chefes de Estado, todos os esforços de controle de armas foram desacreditados, com o próprio ex-presidente Bush saindo em defesa da indústria de armas: “..é necessário retirar as armas das mãos dos marginais e não dos cidadãos honestos”. Os conservadores, em mais essa *cruzada pela liberdade dos americanos*, recebem forte apoio, inclusive financeiro, da *National Rifle Association* (NRA), um poderoso *lobby* dos fabricantes de armas presidido pelo ator Charlton Heston e que possui nos seus quadros inúmeros políticos conservadores. Apesar da grande propaganda em favor das armas e do financiamento da campanha de políticos influentes, a maioria da população americana (74%, em 1999) apoia um programa federal de controle de armas. O problema, claramente colocado pelos partidários do controle de armas, reside na dificuldade – ou impossibilidade – de garantir quem são os “cidadãos honestos” capazes de portar armas. As grandes chacinas de 1999 e de 2000 não foram praticadas por marginais vinculados ao tráfico ou mafiosos conhecidos pela polícia. Os assassinos na *Columbine High School* foram adolescentes com acesso às armas compradas e (mal) guardadas por adultos e o criminoso que atirou contra o centro social judaico em Los Angeles era um extremista de direita até então considerado inofensivo. Ocorre que a arma que utilizou

para atirar em crianças – uma pistola Glock 26 – era de uso da polícia do estado de Washington e havia sido colocada à venda ao público num grande lote para financiar a compra de equipamento novo.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

ARQUITETURA. Por definição, a palavra Arquitetura refere-se à arte de construir e decorar edifícios, estendendo-se a atividades como projetar, riscar e edificar. No decorrer dos anos, pode-se haver entendimentos diferentes desta sua ampla definição inicial. A partir de 1914, fortemente influenciada pelo modernismo, a arte expressava ideais cubistas e expressionistas. Na arquitetura, apresenta-se uma tendência maior à falta de ornamentação em favorecimento do funcionalismo, agora ponto principal. Dentro dos movimentos vanguardistas, apresenta-se o dadaísmo e seus sucessores: o surrealismo no [Ocidente](#) e o construtivismo soviético. Todos continham a característica comum de fuga da ordem formal e a tentativa de causar impacto. Seguindo este caminho da funcionalidade, destaca-se o alemão Walter Gropius (1883-1969), fundador da Escola Bauhaus em 1919, que foi o centro de estudos da arquitetura moderna. (v. [Modernismo nas Artes](#))

A arquitetura funcional, ao defender a utilização verdadeira do estritamente necessário, encaixa-se numa visão moderna de conforto, rapidez e, principalmente, eficácia. Dentre os materiais utilizados, pode-se citar o uso preferencial do vidro, do concreto e do aço. A propagação de um uso do estritamente necessário, sem espaço para ornamentações, opunha-se frontalmente ao ideal de valorização das virtudes do Estado e de seu líder uma vez que tinha como ponto chave o espaço aberto – o espaço das multidões em cena que será a marca política dos movimentos de massa no [fascismo](#). No cenário do entre-guerras e da emergência de uma nova ordem baseada em regimes fascistas – voltados para a idéia de uma sociedade moderna, orgânica e funcional –, a monumentalidade da arquitetura de massa seria convenientemente posta a serviço da estetização da política, criando-se a impressão de engajamento ao regime ao mesmo tempo que se anulava a individualidade dos atores da cena. Neste sentido, não enquadrar-se às novas regras tornaria a arquitetura desfuncional. O caso específico do [fascismo na Itália](#), pelo seu caráter futurista, dava preferência a uma estrutura arquitetônica marcada por grandes edificações que combinavam ao moderno temas anacrônicos do revisitado passado imperial romano. (v. [Futurismo](#)) No caso do [fascismo na Alemanha](#), por ser [Hitler](#) um pintor frustrado assumido, os seus ideais de construção foram postos em prática por um arquiteto ainda jovem, chamado [Albert Speer](#).

A arquitetura dos regimes totalitários esteve fortemente influenciada e engajada nos acontecimentos políticos e nos movimentos de massa sob o controle e o comando de seus respectivos líderes: Hitler, [Mussolini](#), Franco, Stalin, etc. (v. [Franquismo](#) & [Totalitarismo](#)) Os arquitetos e os demais artistas que identificavam seu trabalho com tal ideal de valorização do objeto nacional recebiam incentivos governamentais em nome de um reconhecimento oficial. As fachadas dos edifícios, as estátuas e as demais construções deste período retratavam uma visão dura de forma reta e contínua, sem deixar transparecer maiores sentimentos. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#)) O modelo estético dominante poderia ser resumido, de acordo com Eric Hobsbawm, como: “a relação entre dinheiro e as artes é sempre ambíguo (...), a não ser na arquitetura onde, em geral, grande significa belo” (p. 491). A individualização perdeu espaço para obras com caráter unificadores e que ressaltavam a nacionalidade, contribuindo, assim, para a intensificação do processo de anomia característico dos regimes fascistas e nazistas. (v. [Nacionalismo](#)) A imagem monumental passada pela escala e pela grandiosidade deste estilo arquitetônico serviu aos ideais megalômalos de tais regimes e foi instrumento opressor que sustentou a imagem destes governos. Esta arquitetura enquadrava-se como um pano de fundo ideal para a sociedade que estes países desejavam instalar. (v. [Estado Novo: Historiografia](#))

Diferente dos regimes fascistas e ditatoriais, o caso brasileiro contém um exemplo de estilo arquitetônico em proveito do Estado sem a anulação do indivíduo: a construção de Brasília (1960), cujo projeto foi de Oscar Niemeyer e do urbanista Lúcio Costa. (v. [Urbanismo](#)) No governo de Juscelino Kubitschek, a transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior envolveu questões referentes à formação de uma unidade nacional e, ainda mais, referia-se a

um período desenvolvimentista. A construção de Brasília exemplifica nas devidas proporções todo o imaginário desenvolvimentista associado à modernidade ao materializar grandes vias, eixos monumentais e traçados reticulados. Apesar das especificidades dos regimes: [democracias](#), [ditaduras](#) civis ou militares, com legitimação nas massas ou no uso arbitrário da violência, a arquitetura foi sempre um dos objetos utilizados para a expressão destes governos. O estilo arquitetônico adotado em determinados momentos revela o tratamento, as diretrizes e os questionamentos que estavam eclodindo nas sociedades. De uma forma geral, o Estado sempre “financiou” seu estilo próprio, estilo este que expressava exatamente suas potencialidades e suas políticas. (v. [Arte Degenerada](#))

Fernanda Guimarães Correia

Referências Bibliográficas:

- BURNS, Edward. História da Civilização Ocidental. São Paulo, Globo, 1995. v.2
HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
KOCH, Wilfried. Dicionário dos Estilos Arquitetônicos. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
PEVSNER, Nikolas. Panorama da Arquitetura Ocidental. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
REICHEL, Peter. La fascination du nazisme. Paris, Ed. Odile Jacob, 1993.

ARTE DEGENERADA (ENTARTETE KUNST). Poucos dias após [Hitler](#) ser nomeado Chanceler da Alemanha, os nazistas já anunciavam diversas medidas institucionais em relação ao plano cultural e artístico alemão. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Na edição de 2 de fevereiro de 1933 do *Völkischer Beobachter*, jornal oficial do Partido, [Alfred Rosenberg](#), um dos mais importantes ideólogos do [fascismo](#) alemão, anunciou a depuração da vida intelectual e artística de acordo com o ideário [Völkisch](#), baseado em pressupostos atemporais do Sangue e Solo (*Blut und Boden*) – fundamentalmente contrários à arte moderna –, tidos como responsáveis pela modelação do homem alemão e da Comunidade do Povo. (v. [Modernismo nas Artes](#) & [Guerra](#)) Utilizando regularmente a expressão degeneração, conceito que originalmente foi utilizado para caracterizar a idéia de impureza racial, a primeira ofensiva nazista neste sentido deu-se contra a seção literária da Academia de Belas Artes da Prússia, instituição weimariana que reunia nomes expressivos do meio cultural como Thomas Mann e Heinrich Mann. (v. [Eugenia](#)) Seguiu-se uma série de sanções institucionais, intimidações através de força e manifestações contra os intelectuais e artistas considerados ameaçadores da pureza cultural alemã, sendo o ritual da queima de livros em praça pública o mais emblemático de todos. (v. [Ditadura e Violência](#))

No Congresso de Nuremberg em 1935, Hitler afirmou ser necessário acentuar o ajuste de contas com os criminosos da cultura alemã. (v. [Chauvinismo](#)) Para o Führer, a arte degenerada deveria ser extirpada em nome dos verdadeiros valores estéticos da Alemanha Nacional-Socialista. (v. [Arquitetura](#) & [Estética](#)) Algumas exposições onde eram apresentadas a degeneração artística foram organizadas nesta época, destacando-se a exposição de Dresden em 1935. Em relação ao controle do universo cultural por parte do Estado, [Joseph Goebbels](#), Ministro da Instrução e Propaganda, declarou: “ Concedi aos críticos alemães quatro anos após nossa ascensão ao poder para que se adaptassem aos princípios do Nacional-Socialismo. [...] Uma vez que o ano de 1936 findou sem nenhuma melhoria satisfatória da crítica de arte, estou proibindo a partir de hoje a crítica de arte tal como vinha sendo feita até agora. [...] No futuro, somente poderão falar sobre arte aqueles editores que se dedicarem à tarefa com um coração tocado por convicções nacional-socialistas.” (v. [Ditadura](#) & [Totalitarismo](#))

Em Munique, foram paralelamente organizadas duas manifestações artísticas em 1937, simbolicamente representando a expressão da dicotomia que os nazistas se comprometiam em superar. No dia 18 de julho, denominado “Dia da Arte Alemã”, inaugurou-se a “ Grande Exposição da Arte Alemã”, anunciando a apresentação de dois mil anos de arte germânica. Desfiles nas ruas contaram com embarcações vikings, modelos com antigos trajes guerreiros, representações do Renascimento Alemão e temas wagnerianos, até culminar com unidades da Wehrmacht, da SA e da SS. Recebendo um público muito aquém das expectativas, a Exposição foi um fracasso em termos comerciais, sendo que muitas das obras expostas acabaram sendo compradas pelo próprio governo. No dia 19 de julho, inaugurou-se a “Exposição da Arte Degenerada”, apresentada como antítese dos valores genuínos da Alemanha renascida. (v. [Alteridade](#)) As crianças eram proibidas de entrar, alegando-se falta de “segurança espiritual”. (v. [Homossexualismo e Fascismo](#)) As obras expostas haviam sido retiradas de museus, contabilizando mais de 100 artistas. Em uma inscrição na parede lia-se: “ Nós agimos como se fôssemos pintores, poetas, ou sei lá o quê, mas o que somos é simples e estaticamente impudentes. Em nossa impudência fazemos troça do mundo inteiro e treinamos os esnobes para nos bajularem”. Comparecendo ao que chamou de exposição da vergonha, Hitler seguiu as indicações apresentadas no catálogo, dividido em seções temáticas como o expressionismo, o pacifismo, a influência judia, a arte proletária, entre outros. (v. [Judeu](#)) Em relação ao abstracionismo, o catálogo era taxativo: “loucura total”. Após ser inaugurada em Munique, a “Exposição da Arte Degenerada” percorreu várias cidades alemãs, sendo visitada por mais de dois milhões de pessoas, um número bem maior do que aquele que visitara a “Grande Exposição da Arte Alemã”. Com o encerramento da exposição,

as obras foram enviadas para Berlim, onde [Hermann Göring](#), reconhecendo o potencial econômico de muitas das telas “degeneradas”, apoderou-se daquelas que tinham maior valor no mercado internacional, incluindo Cézane, Munch e até mesmo Van Gogh. Após um leilão em Lucerna que atraiu *marchands* do mundo todo, o que restou da chamada arte degenerada acabou sendo incinerado no pátio do Corpo de Bombeiros em Berlim. Em 1951, na República Democrática Alemã, a expressão arte degenerada foi adotada para caracterizar obras que se contrapunham aos valores estéticos e temáticos do Realismo Socialista. (v. [Anticomunismo & Guerra Fria](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

- GRUNBERGER, Richard. A Social History of the Third Reich. London, Penguin Books, 1991.
- MILZA, Pierre; ROCHE-PÉZARD, F.. Art et fascisme. Paris, Éditions Complexe, 1989.
- NICHOLAS, Lynn H.. Europa Saqueada. São Paulo, Companhia das Letras. 1996.
- RICHARD, Lionel. Le Nazisme et la Culture. Paris, Éditions Complexe, 1988.

ASILO. Embora o termo asilo designe também lugares de internação de mendigos, idosos e outros segmentos considerados "problemáticos", sua forma mais acabada nas sociedades modernas foi o espaço médico dedicado à loucura, também conhecido como "hospício". Tais instituições têm sido objeto de uma crítica severa por parte de setores da sociedade civil e também de agentes terapêuticos menos apegados às certezas de sua área de atuação profissional. Diante deste coro de condenações, tem-se argumentado que a face deletéria que eles assumiram deve ser atribuída ao desvirtuamento de um instrumental científico, portanto, originalmente neutro e verdadeiro. Tal argumento, de fundo eminentemente conservador, constitui um ardil cada vez menos capaz de convencer. A literatura recente sobre a história da psiquiatria e do asilo tem avançado em outras direções e hipóteses instigantes: em última análise, tal "desvirtuamento" não faria mais que revelar ou exasperar uma vocação inscrita na própria história deste conjunto de prescrições e práticas que têm por objeto os "loucos". Mais que entendê-los ou defini-los, a ordem burguesa tratou de aprisioná-los, anulá-los, transformá-los em objeto de saber e criar espaços próprios para sua reclusão – cuja eficácia pode ser medida pela sua notável longevidade e por terem constituído no [Ocidente](#) matrizes importantes para um amplo conjunto de instituições totais, como presídios e casas correcionais. (v. [Baderna](#), [Política](#) & [Sociedade Civil](#))

Em meados do século XIX, a loucura já tinha um espaço definido de assistência e "cura" na [Europa](#). Produto do final do século XVIII, o alienismo revelara-se uma estratégia vitoriosa no interior do processo de aburguesamento das sociedades de classes. (v. [Alteridade](#) & [Inimigo](#)) As antigas práticas de exclusão passavam a ser entendidas como medidas a um só tempo de defesa coletiva e *em favor* dos indivíduos doentes. [v. [AIDS](#)] O asilo veio preencher um espaço decisivo no sentido de equacionar um problema central na ordenação de uma sociedade fundada na idéia do contrato social entre indivíduos conscientes e juridicamente iguais: diante dela, os "loucos" constituíam uma categoria perturbadoramente difícil de enquadrar em termos meramente legais. Sua exclusão constituía, assim, uma pré-condição; porém, já não podia, na nova conjunção política que se instituiu desde as revoluções burguesas ser fruto do arbítrio. O alienismo forjou um arsenal teórico e político capaz de solucionar tal dilema, internando em asilos medicalizados aqueles cidadãos que consideravam abandonados pela Razão. Rapidamente, no entanto, a sua abrangência vai estender-se para além destes indivíduos, compreendendo uma ampla gama de [comportamentos](#) "indesejáveis" que já ultrapassavam de muito as noções iniciais relativas à delusão ou delírio como sinônimos de loucura. (v. [Homossexualidade e Política](#)) Isto dizia respeito sobretudo ao universo da pobreza que, crescentemente concentrada nas cidades, tornou-se objeto de um novo enfoque: de virtuosa e próxima de Deus, como havia sido vista até a idade clássica, passava a ser entendida como desmoralização e perigo a serem controlados com as armas da polícia e da ciência. No entanto, os seus tentáculos estendem-se também a outras esferas: a [família](#), vigiada sobretudo através do comportamento das mulheres e das [sexualidades](#) inconventionais; o trabalho, defendido através da patologização dos bebedores, vagabundos, jogadores e outros tipos que freqüentam assiduamente as páginas de revistas científicas do período e os pavilhões dos asilos de alienados. (v. [Autarquia](#), [Autoridade](#) & [Masculino/Feminino](#))

Lugares de exercício desta medicina especial, os asilos consolidam-se inicialmente como espaços destinados à regeneração e às tarefas de "assistir, tratar e consolar" enfermos da Razão. Neste sentido, os asilos são, em outras palavras, instituições sob o comando de especialistas em uma modalidade médica que então se inaugurava para tratamento desta doença única que não atingia o corpo de suas vítimas. Acompanhando as direções do saber que lhe deu origem, os asilos visaram inicialmente apenas o indivíduo delirante e sua cura. No correr do século XIX, no entanto, eles atingiram um outro patamar quando o alienismo alargou seus limites, voltando-se para um enfoque crescentemente profilático. O parentesco

entre loucura e crime, presente desde a primeira metade do século em concepções como a *loucura moral*, constituiu um aporte básico para a sua expansão: ao dissociar loucura e razão abriu-se a possibilidade teórica de uma loucura sem delírio, remetida exclusivamente à esfera dos comportamentos. A ampliação desta concepção – reforçada em meados do século pela teoria da degenerescência hereditária – tornou a psiquiatria um dispositivo mais eficaz e refinado: de "furiosa" e evidente, a loucura tornava-se insidiosa, grudava-se à pele do indivíduo e seus descendentes; tornava-se ademais invisível, exceto para o olhar treinado do especialista, que reforçava sua competência exclusiva para desvendar a alma humana. Ela torna-se, então, uma ameaça infinitamente maior a ser enfrentada, identificada na imensa corte de "degenerados" das cidades, perseguida por um olhar que identificava certos sinais físicos e um elenco de comportamentos como sintomas de um mal incurável que ameaçava tanto os indivíduos quanto a sociedade e seu futuro. A vocação preventiva ganhava o centro da cena científica, relegando os asilos a um segundo plano ao mesmo tempo em que, em um aparente paradoxo, ampliava rapidamente os contingentes da população asilar. (v. [Ideologia](#))

Novos são os personagens desta psiquiatria voltada fundamentalmente para a "defesa" da sociedade: o *demi-fou*, o "tarado", o degenerado a caminho de uma potencial – mas inevitável – demência. Um dos argumentos mais fortes aí será o componente do perigo sempre associado à patologia mental. Para Pinel, Tuke e os primeiros alienistas, ele tinha a forma de surtos transitórios e furiosos. Para Esquirol, formulador da teoria da *monomania*, que criou na primeira metade do século XIX figuras aterrorizantes como o maníaco homicida ou o maníaco sexual, o perigo se amplia: deixa de ser um estado transitório e visível para tornar-se uma segunda [natureza](#) que só o especialista podia revelar. Com Morel e os teóricos da degenerescência, em meados do século, esta imagem será ainda mais enfatizada: marca de Caim, será transferida através das gerações, aprofundada nas proles degeneradas dos semi-loucos escondidos na multidão das ruas. Sob o rótulo de degenerados, categoria tão eficaz quanto imprecisa, foi possível deixar diferentes segmentos sociais sob suspeição tanto quanto explicar, deter e controlar, fora do âmbito criminal, indivíduos considerados problemáticos e perturbadores toda vez que contrariassem padrões de convivência de suas respectivas classes. Caracterizados também como espaços de defesa social - condição que não perderam mesmo quando o organicismo afirmou a etiologia física da loucura e a capacidade virtual da medicina para enfrentá-la com seus recursos convencionais -, os asilos completam aí o seu perfil de instituições médicas devotadas tanto ao tratamento de doenças quanto ao controle permanente da desordem. Por isso, a medicina mental nunca pode abrir mão deles: mesmo quando reduzidos a espaços da incurabilidade, repletos do que consideravam como meros detritos sociais, os asilos permaneceram como principal símbolo do poder ilimitado do alienista e como última cidadela da ordem. (v. [Eugenia & PENNA, Belisário](#))

O otimismo terapêutico dos primeiros tempos já ficara para trás: o asilo assume aí o rosto que conhecemos hoje, no qual a disciplina e o controle dos internos aparecem como a preocupação central de instituições devotadas sobretudo a guardar a incurabilidade e, cada vez mais, aquela dos pobres que não têm acesso aos divãs ou às clínicas "de repouso" que proliferaram mais recentemente para quem pode pagar. Estes homens e mulheres – produtos de uma doença ainda pouco explicada pela medicina, mas também certamente da pobreza, da miséria humana e social, da infelicidade que ronda as nossas ruas e praças – ainda se amontoam hoje em pavilhões superlotados das alas de penitenciária, provocando a indignação e repulsa que alimentam a já longa polêmica sobre formas alternativas de tratamento que prescindam do asilo, particularmente no Brasil e em outras partes do mundo em que tais instituições conservam claramente o seu caráter violento e excludente. No debate, surpreendentemente, os defensores destas bastilhas alienistas ainda parecem ter a palavra final. Produtos da Razão, da Ordem, da Moral - todas assim no singular e com letras maiúsculas, como as concebeu a direita - os asilos são hoje um incômodo resíduo que, mesmo

convenientemente escondido sob o tapete, evidencia as mazelas de quem os criou e lhes deu forma. (v. [Conservadorismo](#) & [Democracia](#))

Maria Clementina Pereira Cunha

Referências Bibliográficas:

- BASAGLIA, Franco (org). A Instituição negada. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- CASTEL, Robert. A ordem psiquiátrica. A Idade de Ouro do Alienismo. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- FOUCAULT, Michel. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- HARRIS, Ruth. Assassinato e loucura. Medicina, lei e sociedade no *fin de siècle*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- MACHADO, Roberto (org.). Da(n)ação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- PORTER, Roy. Uma História social da loucura. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- ROTHMAN, David J.. The discovery of the Asylum. Social Order and Disorder in New Republic. Boston, Little-Brown, 1971.
- SCULL, Andrew Scull. Museum of Madness. The social organization of insanity in Nineteenth-Century England. Londres, Penguin Books, 1982.

ATATÜRK, Mustafá Kemal (Biografia Política). Nascido em 1881, em Salonica, que então era uma cidade otomana (hoje grega), Mustafá perdera cedo o seu pai, Ali Rîza, que passou de oficial de alfândega a mercador varejista. Desde então, Mustafá e sua irmã seriam criados apenas por sua mãe, Zubeyde, mulher devota e de opiniões fortes. Começou os seus estudos em uma escola tradicional religiosa, mas cedo trocou-a por uma escola moderna. Em 1893, entraria para uma escola de cadetes em Tessalônica, onde receberia de seu professor de matemática o nome de *Kemal*, que significa *perfeição*. A partir de então, seria conhecido como Mustafá Kemal. Depois de uma curta passagem na escola militar de Monastir, na Macedônia, foi enviado, em 1902, à Academia de [Guerra](#) de Constantinopla e depois à Escola Superior de Guerra de Istambul, de onde saiu graduado como capitão, em 1905, e foi enviado para a Síria.

As sucessivas escolas militares pelas quais passou Mustafá Kemal eram organizadas segundo as interpretações que se fazia do positivismo, o que significa que seus alunos, além de terem a formação técnico-militar, recebiam uma doutrinação política que defendia as forças armadas como agente político modernizador e aglutinador da sociedade, particularmente quando o “poder civil” se mostrasse fraco para resolver problemas de segurança externa e estabilidade interna. (v. [Militarismo](#)) Estas escolas eram cenários de difusão de pensamentos anticlericalistas, de ideais republicanos e [nacionalismo](#), tanto que Mustafá Kemal foi preso em dezembro de 1904 por dirigir uma sociedade secreta de jovens oficiais que se opunham ao regime político-religioso do [Império](#) Otomano. Cedo fora absolvido e, quando assumiu o seu posto como capitão em Damasco, formou uma outra sociedade clandestina, “Pátria e Liberdade”. Em 1907, Mustafá Kemal volta para Tessalônica, onde entrará em contato com oficiais que faziam parte do grupo “[Jovens Turcos](#)”, alguns dos quais compunham também o movimento “União e Progresso”. Participará com estes oficiais do golpe que deporá, em 1909, o sultão Abdul Hamid II e Maomé VI será proclamado sultão em seu lugar. A mobilização de tropas na Macedônia contra o governo deposto dava prova que o novo sultão não poderia rasgar a Constituição de 1876, como fizera o seu antecessor. Mesmo sob regime constitucional, a continuidade do sultanato seria encarado por Mustafá Kemal como símbolo do atraso e da fragmentação territorial em um momento de violenta expansão das potências ocidentais; por manter tal opinião, logo seria afastado do núcleo arquitetante do golpe.

No entanto, Mustafá Kemal acumularia notoriedade militar nas fronteiras do Império Otomano: em Trípoli, lutou contra os italianos (1911-1912) e impediu o acesso dos búlgaros a Galípoli (1912-1913). Já no plano declarado da Primeira Guerra Mundial, o seu sucesso militar em Anafarta (agosto de 1915) decidiu a vitória militar dos Aliados em Dardanelos. Em 1916, é promovido general e, neste mesmo ano, livrou as duas maiores províncias da Turquia Oriental das tropas invasoras. Nos dois anos seguintes, serviria como comandante de vários exércitos otomanos na Palestina, Aleppo e outros lugares, alcançando a sua maior vitória ao deter o avanço inimigo em Aleppo.

Frente ao fim da guerra e aos termos do Tratado de Sèvres, Mustafá Kemal não ignorava a intenção imperialista das potências vencedoras – “lutadores pela liberdade e autodeterminação dos povos”, como afirmaria ironicamente – e percebia que a fragmentação distrital do Império Otomano e as divisões étnicas – muitas etnias tinham legislação própria – abriam a possibilidade de anexação direta (invasão sob justificativa de salvaguarda de minorias ameaçadas) ou indireta (mandatos de segurança). (v. [Imperialismo](#)) Por conta de religiões e tradições revivificadas, o território do Império Otomano ficava sob risco permanente do desencadeamento de alianças que poderiam reduzir a sua extensão. Em seus discursos, Mustafá Kemal cita, em 1927, a existência de várias organizações que, em 1919, refletiam estas tendências: Defesa dos Direitos Nacionais da União das Províncias do Leste, sob justificativa de proteger os armênios do jugo muçulmano; Liga da Ressurreição dos Curdos, cujo objetivo era formar um Estado Curdo sob proteção Inglesa – as principais províncias

envolvidas eram Diyarbakir, Bitlis e Elâzig –; Sociedade pela divisão do Território de Trabzon, que objetivava constituir um domínio separado da influência grega; “União e Liberdade” e “Paz e Salvação”, que queriam reviver o islã expansionista; Sociedade dos Amigos da Inglaterra, que pretendia induzir a proteção inglesa sob os antigos distritos do Império Otomano.

A invasão grega de Ismîr, com o apoio britânico, deu a justificativa necessária para que Mustafá Kemal liderasse um movimento nacionalista oposto às exigências do Tratado de Sèvres, colocando-se, pois, em clara oposição ao governo de Maomé VI que, após a Primeira Guerra, praticamente o havia isolado na Anatólia Ocidental com a missão de restabelecer a ordem nos distritos, por se temer que a sua crescente influência política pudesse intervir nas negociações de paz. Desde então, reuniu um exército de libertação na Anatólia e convocou um congresso em Erzurum (julho de 1919) e Sivas (setembro de 1919) e, em 23 de abril de 1920, a Grande Assembléia Nacional em Ankara, onde foi eleito presidente de um comitê executivo que passou a fazer as funções de um governo provisório.

Mustafá Kemal teve que organizar forças tanto contra invasões externas quanto contra rebeldes internos: tomou as cidades de Kars, Trebizonda e Ardahan dos armênios em outubro de 1920, ratificando a sua conquista com um tratado com a Rússia em março de 1921; reprimiu violentamente os curdos; tomou dos franceses Bozanti e dos italianos Konya; contra os gregos travou uma batalha que se estenderá de janeiro de 1921 a agosto de 1922, tendo como resultado a expulsão dos Gregos da Ásia e da Trácia Oriental. Em 2 de novembro de 1922, destronaria Maomé VI e seria saudado como Ghazî (o triunfante). É, então, proclamada a república.

O governo provisório havia tornado o Tratado de Sèvres totalmente caduco, assinando a 24 de julho de 1923 o tratado de Lausanne com a Grã-Bretanha, a França e a Grécia, ratificando os limites conquistados. Em 11 de agosto de 1923, Mustafá seria escolhido presidente da nova Assembléia Nacional e, em 29 de outubro, seria eleito presidente da República Turca.

Renunciando aos sonhos “pan-turcos” dos Jovens Turcos, Mustafá criou num restrito quadro geográfico uma nação turca de tipo ocidental, transferindo, simbolicamente, a capital de Istambul para Ankara. (v. [Ocidente](#)) Isto foi feito às custas do massacre de curdos revoltados com a centralização do novo governo, assim como dos armênios. Os gregos da Ásia seriam trocados pelas minorias turcas da Grécia. Um nova soberania seria construída em claro contraste com o multi-étnico Império Otomano: a vontade nacional representada pelo voto. (v. [Autarquia](#) & [Revolução](#)) Em 1932, a Turquia seria admitida na Sociedade das Nações; em 1935, o já ghazî Mustafá Kemal assumiria como patronímico o título que a assembléia turca lhe dera em 1929, Atatürk (pai dos turcos). Em 10 de novembro de 1938, Mustafá Kemal morreria após alguns meses de doença.

Mustafá Kemal Atatürk e o Kemalismo. A Turquia foi o primeiro Estado muçulmano a se tornar república e seria um modelo para muitas nações emergentes do mundo entre-guerras. Os elementos norteadores da [ideologia](#) de governo de Mustafá Kemal Atatürk ganhariam posteriormente a definição de “kemalismo” ou “atatürkismo”, e seus princípios eram: governo republicano baseado no poder do voto, processo parlamentar e [democracia](#) representativa; administração secular; nacionalismo; economia mista, com participação ativa do Estado em setores vitais, cujas prioridades de investimentos seriam definidos em planos econômicos; modernização. (v. [Conservadorismo](#))

Entre o conceito e a prática houve certa distância, visto que o governo de Mustafá Kemal Atatürk desenvolveu a economia ao mesmo tempo que eliminou qualquer oposição, mantendo um regime de partido único, o Partido Republicano Popular. A modernização e a secularização não poderiam, pois, esconder os seus traços brutais. (v. [Civismo](#), [Estatismo](#) & [Repressão e Violência](#)) Veremos nas linhas que se seguem os pontos básicos de seu programa de modernização, para em seguida inseri-lo em uma perspectiva conservantista/conciliadora,

bem de acordo com o reformismo econômico do entre-guerras, cujo objetivo era conter qualquer impulso revolucionário de caráter mais abrangente. Em seguida, veremos quais elementos foram selecionados para a construção de uma imagem de chefe de Estado “peacemaker”, rememorado pelas Nações Unidas e pela UNESCO, que organizaram a comemoração do centenário de seu nascimento em 1981.

Entre 1926 e 1930, a república turca transformou todo o seu sistema legal: leis religiosas foram abolidas, adotando-se como modelos o Código Civil Suíço, o Código Penal Italiano e as leis de negócios da Alemanha; a religião passa a ser matéria de foro individual, sem privilégios às maiorias islâmicas ou às minorias cristãs e judias. De acordo com suas palavras, constituir-se-ia uma nação “sem classes ou privilégios especiais”, embora em nenhum momento se tenha questionado a existência da propriedade privada. O processo de ocidentalização da Turquia foi mais adiante: o chapéu substituiria o fez, os cidadãos da república carregariam patronímicos, adotou-se o calendário ocidental assim como o seu sistema gráfico latino (sob justificativa de acelerar o processo de alfabetização que, na forma anterior, levava pelo menos cinco anos); as mulheres deixariam de vestir o véu e entrariam no mercado de trabalho, escolas e universidades em pé de igualdade com os homens; o sistema escolar, em todos os níveis, seria declarado livre, secular e co-educacional, sendo afirmado como compulsória a educação primária. (v. [Atraso](#) & [Sociedade Civil](#))

Na década de 1930, Mustafá Kemal ganharia notoriedade internacional e seu governo passaria a ser encarado como modelo para países que pretendessem se tornar independentes de qualquer jugo estrangeiro: fez investimentos pesados na agricultura, mineração, transporte, manufatura, bancos, exportação, serviços sociais, habitação, comunicação, energia, mecanização e outras áreas vitais, com participação ativa do Estado e investimentos privados, todos organizados com base em planos econômicos quinquenais. Segundo seus discursos, sem independência econômica não há soberania nacional e respalda a sua ação com o não prosseguimento de qualquer política de expansão territorial. Em um discurso singular, concilia nacionalismo e cosmopolitismo ao afirmar que uma nação deve funcionar bem e não querer a doença das outras porque faz parte de um único corpo, a Humanidade. A guerra só seria justificável quando a opressão viesse de fora.

O sonho modernista da década de 1920 era conciliar a utilização de todos os elementos viáveis da herança nacional com as artes e técnicas do “mundo civilizado”. Por isso, Mustafá Kemal investirá nas pesquisas das Antigas Civilizações da Anatólia – as culturas pré-islâmicas. (v. [Tradição](#)) Era necessário estabelecer um fio condutor retrospectivo para a Nação de forma a constituir uma base comum identitária, um legado perene de valores civilizacionais que pudesse inserir a Turquia em um humanismo universal, que pusesse longe o passado recente do “atrasado e despótico” Império Otomano. Enfim, o Estado deveria homogeneizar as nações em Nação. (v. [Völkisch](#)) As circunstâncias de comemoração do centenário de nascimento de Mustafá Kemal cunharam sua imagem como homem virtuoso, conciliador, justo, guerreiro sacrificado e desinteressado que modernizou a Turquia, tornou-a “civilizada”, equilibrando a ação do Estado e a iniciativa privada, sem qualquer pretensão expansionista. No mesmo contexto em que se reclamava o fim do stalinismo na ex-URSS, os representantes de Estados nas Nações Unidas e na UNESCO não expuseram uma linha sobre a [ditadura](#) de partido único que modernizara a Turquia. (v. [Autoritarismo](#) & [Neocolonialismo](#))

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

ATATÜRK, Mustafá Kemal. A Speech. Istanbul, Ministry of Education Printing Plant, 1963. (delivered in 1927).

GUIOMAR, Jean-Yves. La nation entre l’histoire et la raison. Paris, La Découverte, 1990.

IM HOF, Ulrich. La Europa de la Ilustración. Barcelona, Crítica, 1993.

LECA, Jean. La citoyenneté en question. In Pierre-André TAGUIEFF, *Face au racisme*, vol.2. Paris, La Découverte, 1991.

MANSILLA, H.C.F..O dilema da identidade nacional e do desenvolvimento autóctone em uma era de normas e metas universais. In *Estudos Históricos*, vol.5. Rio de Janeiro, FGV, 1992(9): pp. 60-74.

ATRASO. Os países colonizados tiveram problemas específicos para construir suas identidades nacionais. Daí, a idéia de atraso está sempre presente na construção do seu imaginário social. A discussão sobre os rumos a serem seguidos para superar o atraso continua sendo alvo de polêmicas e de criação de modelos externos à nossa história. [v. [Ocidente](#)] A década de 1920 é rica visto que acena com temas dessa discussão: havia uma pensamento que cultuava o Estado como sujeito da história responsável pela salvação do país. [v. [Estatismo](#)] Os discursos do tenentismo revelam bem que para vencer o atraso era preciso investir na moralização do setor público. [v. [Jovens Turcos](#) & [Militarismo](#)] O atraso é visto como um dificuldade de se desfazer dos laços coloniais, de uma herança tão nefasta. (v. [Imperialismo](#)) O [autoritarismo](#) se faz presente, acompanhado de um discurso de modernização apresentado pelos teóricos da época. No movimento de 1930, afirma-se a necessidade de modernização. O período histórico anterior, chamado de República Velha, com seu agrarismo e suas oligarquias conservadoras é considerado símbolo de atraso. (v. [Conservadorismo no Brasil República](#)) Assim, fundamentou-se o varguismo com seu [populismo](#), sua louvação à pessoa de Getúlio, prometendo uma ruptura com as práticas ultrapassadas. (v. [Estado Novo no Brasil](#)) O integralismo ganhou força na década de 1930 seguindo as trilhas do [nacionalismo](#), com sua simpatia explícita ao [fascismo](#). (v. [Sociedade Integral](#)) O modelo vencedor para o atraso era o da centralização e da industrialização que não desprezasse os chamados valores nacionais. [v. [Civismo](#)] A direita brasileira estava encantada com o corporativismo europeu, basta verificar a Constituição de 1937. [v. [Corporativismo: Debate Político](#)]

Os laços com o desenvolvimento marcam o pensamento da direita em sua busca de superação do atraso, relacionando-o com a falta de riquezas materiais que funcionaria como entrave para a implantação de um capitalismo dinâmico. A direita brasileira, abraçando a [ideologia](#) do progresso e da ordem, mantinha-se coerente com muitas de suas raízes positivistas. Tudo se justificava para se superar o atraso: lido na sua dimensão econômica mesmo nos tempos da redemocratização, o atraso era combatido sobretudo com a gestão de políticas econômicas. (v. [Governabilidade](#)) O governo de Juscelino é emblemático no que se refere ao combate ao atraso e Brasília se tornou o sinal mais visível da modernidade brasileira. Quando os militares assumiram o poder com o golpe de 1964, as suas estratégias políticas – basta lembrar que um dos estrategistas desse período é Golbery do Couto e Silva – ressaltavam a necessidade de romper com o atraso, mas sem perder de vista a ordem, a [segurança nacional](#). [v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)]. O modelo continuava sendo aquele advindo das nações desenvolvidas, sobretudo, os Estados Unidos. (v. [Neocolonialismo](#))

Mesmo com o fim dos governos militares, mantiveram-se os mitos do *american way of life* e as lutas para resgatar as liberdades democráticas não conseguiram se livrar dos estigmas do atraso. (v. [Autarquia](#) & [Burocracia](#)) Por isso, quanto a este aspecto, não há mudança radical no caminho, diferente do que alguns esperavam: a insistência nos planos econômicos como salvadores da nação continuaram a deixar de lado os aspectos políticos. (v. [Revolução](#)) Assim, a direita dominante não deixou de se encantar com os modelos externos do [liberalismo](#): com o neo-liberalismo, o atraso continuou sendo entendido como obstáculo econômico a ser vencido, seguindo a velha suposição de que é preciso concentrar a riqueza para depois dividi-la. (v. [Economia](#) & [Elites Empresariais](#)) A questão da [cidadania](#) termina sendo secundária ou escamoteada, seja na fase do estado intervencionista, seja na fase em que o Estado é visto como um mal necessário e, portanto, carente de reformas. O atraso tem como seu contraponto o avanço e a direita resisti a discuti-lo como projeto político que amplie os direitos sociais. [v. [Política](#) & [Partido Político de Direita](#)]

Antonio Paulo Rezende

Referências Bibliográficas:

CRIPPA, Adolfo (coord.). As idéias políticas no Brasil. Vol. II. São Paulo, Editora Convívio, 1979.

FAUSTO, Bóris (org.). O Brasil Republicano, 1930-1964, Vol.III. São Paulo, DIFEL, 1981.

JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Estado Novo: Ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

XIMENES, Tereza. Novos paradigmas e realidade brasileira. Belém, Universidade Federal do Pará, 1993.

AUTARQUIA. A palavra autarquia tem origem grega. Pode significar governo absoluto com controle pleno sobre os seus cidadãos, tendo a mesma dimensão de autocracia, governo exercido por um só. Possui também um significado mais jurídico, vista como entidade autônoma da administração pública, com patrimônio constituído por recursos próprios. Na perspectiva política do pensamento da chamada direita brasileira, fica evidente a prevalência da idéia de organização sobre aquela de participação. (v. [Civismo](#) & [Sociedade Civil](#)) Isso implica uma constante preocupação com o controle da [cidadania](#) e não com a abertura para exercê-la com plenitude. (v. [Baderna](#) & [Ditadura](#))

Na década de 1920, já circulava na elite culta brasileira concepções autoritárias como aquelas de Alberto Torres, [Oliveira Vianna](#) e [Lindolfo Collor](#), com influências na construção do modelo adotado pelos vitoriosos do movimento de 1930. (v. [Conservadorismo](#)) Neste modelo, o povo é visto como incapaz de construir sua autonomia política e o Estado aparece como o grande Demiurgo da sociedade. A ação integralista, liderada por [Plínio Salgado](#), seguia também o ideário de um Estado forte, condutor da sociedade. É importante salientar que Salgado fez parte do movimento modernista que tinha, no geral, uma preocupação com a identidade nacional.

A implantação do [Estado Novo no Brasil](#) consagra um modelo político ditatorial que satisfaz à direita e afasta os perigos de uma propalada subversão de esquerda. Assinale-se a presença do exército no golpe de 1937 como garantidor da segurança e da ordem. O discurso da modernização estava, assim, atrelado à existência de uma sociedade tutelada pelo poder executivo. Essa convivência com um Estado centralizador não se extingue com a derrubada do Estado Novo. Mesmo as partidos representativos das ditas forças liberais não se desvinculavam de uma prática golpista, haja visto os exemplos da UDN e, mais tarde, da [ARENA](#). (v. [LACERDA, Carlos](#))

O [populismo](#) construiu a imagem de uma Estado-Pai associado à figura do Presidente da República. O golpe de 1964 assumiria, por sua vez, o discurso modernizador comprometido em organizar a nação para a possibilidade de uma convivência política democrática. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) Os sucessivos governos militares, com apoio das forças políticas civis da direita, usaram e abusaram dos atos institucionais que garantiam os privilégios do poder executivo. O governo do General Médici foi, inclusive, marcado por uma forte repressão política, acompanhada de um sistema de propaganda para ressaltar que a nação caminhava para o desenvolvimento sem desprezar a ordem e a [segurança nacional](#). [v. [Conservadorismo no Brasil República](#), [Doutrina da Segurança Nacional](#) e [Atraso](#)]

A figura de um Estado centralizador foi questionada durante a abertura política, sob os governos de Geisel e de Figueiredo, pela formação de uma grande frente partidária que exigia eleições diretas para Presidente e respeito às liberdades democráticas. (v. [Transições Tuteladas](#)) No entanto, nem tudo aconteceu como os mais otimistas esperavam. José Sarney assumiu a presidência devido à morte de Tancredo Neves (21 de abril de 1985), que havia sido eleito indiretamente para presidente. Mesmo assim, mudanças promoveram a volta gradual do estado de direito. É importante frisar que as forças de direita, quando se sentem ameaçadas, não hesitam em usar mecanismos autocráticos. Mesmo os governos chamados neoliberais de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-___), que anunciaram reformas para redução dos gastos sociais do Estado, lançaram mão de medidas provisórias para estabelecê-las precariamente enquanto tramitavam no Congresso Nacional. A herança autoritária está presente e os nossos liberais querem, sobretudo, manter-se no poder. (v. [Autoritarismo](#) & [Ditadura e Memória](#))

Antonio Paulo Rezende

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; SORJ, Bernardo (coords.). Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983.

BOSCHI, Renato. Corporativismo e Desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ/Rio Fundo Editoras, 1989.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Estado Autoritário na América latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SCHWARTZMAN, Simon. As Bases do Autoritarismo no Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 1982. 2ª Ed.

AUTORIDADE/TRADIÇÃO. O termo autoridade provém do latim *autorictas* e indica, em sentido genérico, a capacidade inata ou adquirida de dar ordens e ser obedecido de forma voluntária. Há, na origem do conceito, um núcleo ético que se funda na responsabilidade que envolve o ato de mandar e o de obedecer. (v. [Civismo](#)) A relação entre quem manda e quem obedece é de hierarquia, que se institui pelo reconhecimento de ambas as partes de seu direito e legitimidade. Hierarquia e legitimidade fundam uma [tradição](#) — alicerçada na experiência histórica das sociedades —, que se constitui em base para o exercício da autoridade. Na modernidade, no campo do político, impõe-se a crença de que a legitimidade transforma o poder em autoridade. No universo das teorias políticas, autoridade e tradição aparecem como um par indissociável. Tradição, do latim *tradere*, é comumente utilizada para identificar o que há de mais profundo no passado de uma sociedade e carrega consigo uma certa aura de sagrado. Weber, em suas reflexões teóricas sobre formas de dominação, aponta a tradição, ao lado das fontes racional-legal e carismática, como um tipo puro de dominação legítima. Nela, afirma, a autoridade emana da “crença cotidiana na santidade das tradições vigentes”. Tradição, enquanto conceito formal, pode ser associada a qualquer conteúdo, independentemente do seu valor moral, benéfico ou nocivo. Pode ser indistintamente associada a ideologias tanto de direita quanto de esquerda. E, ainda, não tem necessariamente de referir-se a tempos imemoriais, como sugerem os mitos fundacionais. A idéia de tradição, como fundamento de ação política, é nitidamente explicitada por [Edmund Burke](#), apontado como fundador do pensamento conservador. (v. [Conservadorismo](#))

Em 1790, ele trava uma alentada polêmica contra a Declaração dos Direitos do Homem, criticando os franceses por haverem realizado um movimento revolucionário apoiado em especulações abstratas, em oposição à prática inglesa, fundada no respeito à tradição e na adaptação contínua de suas instituições às necessidades sociais. (v. [Jacobinismo](#)) Na França, o surgimento formal da direita tem sido fixado, pela historiografia, como o momento da Restauração (1815). Nessa conjuntura, nasceu o ultra-realismo, marcado pelo princípio da contra-revolução — idéia de restauração do [Antigo Regime](#). Louis de Bonald e Joseph de Maistre, que se autodenominavam tradicionalistas, expressam sua crítica à sociedade burguesa contrapondo a harmonia perdida dos tempos medievais à desordem da sociedade revolucionária francesa. Pela insistência na exclusividade do valor da tradição, fazendo dela a única norma de comportamento e de seu programa de ação — “fazer o relógio andar para trás” —, considera-se o tradicionalismo uma [ideologia](#) reacionária e obscurantista. No Brasil, o movimento restaurador em favor do retorno de D. Pedro I alinha-se ao reacionarismo tradicionalista. A defesa da ordem estabelecida é ponto comum entre as muitas direitas, tanto do século XIX quanto do XX, embora comporte, em situações diversas, formulações também diversas. Ao reacionarismo — um retorno ao passado — da direita legitimista (ultra-realista, contra-revolucionária ou tradicionalista) opõem-se as direitas orleanista e bonapartista, para as quais a idéia de ordem implica mudança e transformação, ainda que dentro de um horizonte pré-concebido e presumidamente controlável. Na idéia de ordem, em sua acepção mais geral, está subjacente a tradição, na medida em que ela se funda na noção de ordem natural, deduzida por analogia com as leis da natureza — a regularidade constante do movimento dos astros e dos ritmos das estações —, em confronto com o fato revolucionário, que impõe uma transformação deliberadamente realizada pela ação do homem. As direitas, de modo geral, mantêm uma visão idealizada de uma evolução lenta e gradual da sociedade, processando-se de forma espontânea, no curso natural do tempo, em contraposição ao esforço sistemático em direção ao progresso, sob o império da razão. Acreditam na importância de uma ordem natural preestabelecida — tradicional, hierárquica e harmônica —, que traduzem numa metáfora biológica: organicismo. A metafísica organicista implica um entendimento do mundo, de sua realidade, como um espécie de organismo vivo, cujas diversas partes cumprem sua função dentro de uma hierarquia naturalmente dada. Ordem

natural e organicismo, ao lado da recusa a qualquer generalização sobre os homens, são fundantes de uma concepção de comunidade hierarquizada, de desigualdade natural da estrutura social, de utopia de uma harmonia social. Dentro dessa lógica, o cidadão só se reconhece pelo cumprimento da função que lhe está determinada no interior da sociedade. É importante, ainda, destacar que a idéia de [revolução](#) não está ausente do discurso político das direitas. O fato pode ser verificado tanto nos movimentos chamados de autoritarismo moderno — os fascismos, em suas muitas nuances — quanto nos autoritarismos ditos tradicionais de que são exemplos o getulismo no Brasil e o peronismo na Argentina, embora se possa dizer que essas revoluções têm em si a marca de contra-revoluções preventivas. Sem generalizações abusivas sobre as idéias fundadoras do pensamento das direitas, é preciso atentar para as especificidades de cada movimento que, em contextos nacionais diferenciados no espaço e no tempo, conferem uma marca identitária às diversas direitas na contemporaneidade. Numa perspectiva geral, as noções de tradicionalistas e conservadores não mantêm uma relação obrigatória entre si e não são categorias políticas exclusivas das direitas.[v. [Autoritarismo](#)]

Maria Efigênia Lage de Resende

Referências Bibliográficas:

- ARENDDT, Hanna. Entre o passado e o futuro. São Paulo, Perspectiva, 1972.
FRIEDRICH, Carl J.. Tradition and authority. New York, Macmillan, 1978.
REMOND, René. La droite en France *de 1815 a nos jours*. Paris, Aubier, 1954.
RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O novo/velho discurso da ordem conservadora. Belo Horizonte, *RBEP*, 1992.
SALGADO, Plínio, O que é o integralismo. Rio de Janeiro, Ed. Star, 1933.
SIRINELLI, Jean-François. *Histoire de droites en France*. Paris, Gallimard, 1992.

AUTORITARISMO. No pensamento político dos séculos XIX e XX, legitimidade, poder e [autoridade](#) passam a constituir uma tríade que é considerada a base de maior eficácia, coesão e estabilidade dos governos. Há que se considerar, porém, que as relações entre autoridade e legitimidade, por um lado, e poder, por outro, são complexas. Partindo-se do princípio de que a legitimidade transforma o poder em autoridade, instaura-se uma situação de autoritarismo todas as vezes em que aqueles que lhe estão subordinados não mais lhe reconhecem a legitimidade, embora seu detentor considere seu poder legítimo. Se não há legitimidade, a autoridade do governo funda-se em algo que lhe é externo, que transcende a esfera política. Nessa situação, a coerção e a violência tornam-se a base da sustentação do poder. Para as direitas, de forma mais ou menos acentuada, estabilidade e crise de autoridade são equacionadas a partir de uma díade básica ordem/desordem no interior da sociedade. Nesse caso, em termos da prática histórica, a relação entre autoridade e autoritarismo pode se estabelecer em decorrência de tensão entre desordem e crise de autoridade. A garantia da ordem, pelo reforço da autoridade, tem sido, freqüentemente, uma porta aberta ao autoritarismo. No século XIX, o [liberalismo](#), com sua teoria da representação das elites no campo político e do *laissez-faire/laissez-passer* no campo econômico, assegurando a preponderância dos mais ricos em detrimento dos menos favorecidos, choca-se de frente com as reivindicações democráticas, cujos movimentos têm raízes nas revoluções americana e francesa. Alexis de Tocqueville aponta, de forma exemplar, o difícil caminho de conciliação entre as liberdades fundamentais do liberalismo e a igualdade democrática. Já na metade do século, a colisão entre liberalismo e [democracia](#) torna-se um grave problema político para a estabilidade da Europa. Embora se possa dizer que, no início do século XX, se tenha estabelecido um certo equilíbrio entre liberalismo e democracia, a fragilidade do arranjo fica literalmente comprovada com o advento da crise das democracias liberais no entre-guerras e a implantação de regimes autoritários — modernos ou tradicionais —, que procuram impor uma utopia corporativa para a negação da luta de classes. Os movimentos em favor dos princípios democráticos batem de frente com as idéias hierárquicas e inigualitárias que predominam nas diversas variantes da direita. Representando questionamentos à ordem existente, esses movimentos, interpretados como crise de autoridade, pela incapacidade de gerir o conflito, situação própria das regras do jogo democrático, acabam por incriminar o sistema representativo. (v. [Ditadura & Fascismo](#))

Para os reacionários, as competições partidárias não passam de simples processos de aliciamento eleitoral, operando pelo suborno e por promessas demagógicas indiferentes aos interesses nacionais, sendo o sufrágio universal uma máscara que dissimula os apetites dos interesses privados. Na retórica da direita radical, a idéia de “reforço da autoridade” pode conduzir a saídas que levam ao fortalecimento do poder executivo e à supressão do legislativo. Duas noções irredutíveis separam as direitas liberais da democracia: a idéia democrática da igualdade e a crença liberal na superioridade necessária das elites. Falando sobre as posições da direita ao longo dos tempos, Sirinelli afirma que a direita pode aceitar a democracia, porém, querer reservar a certas categorias sociais o exercício dos direitos e dos deveres políticos. E, além disso, ela pode aceitar a pluralidade política, mas segundo critérios prévios e identitários, que podem ser políticos, sociais e até biológicos. As ondas democráticas instauram, em particular, uma enorme tensão entre ordem e liberdade. Nos discursos políticos da direita, desde o século XIX, instaura-se nas situações de conflito um verdadeiro discurso da crise, cujo vocabulário político se define na freqüência de palavras e expressões como [tradição](#), ordem, desordem, caos, anarquia, subversão, (des)harmonia social, crise de autoridade. (v. [Civismo](#)) A dificuldade em conciliar ordem e liberdade propicia o surgimento de uma direita autoritária, que se dá, historicamente, no 18 de Brumário. Face à [Revolução](#) de 1848, cujo objetivo inicial era a reforma eleitoral com a ampliação do sufrágio, as direitas clássicas na França — legitimistas e orleanistas — fundaram uma coalizão de

correntes da direita liberal — Partido da Ordem — em defesa da propriedade, da [família](#), da religião e da ordem. Vitorioso sobre o movimento do proletariado e com a maioria no Parlamento, o Partido da Ordem acaba por perder o controle da situação. O Golpe de 02 de dezembro de 1851 levaria ao poder a direita bonapartista e autoritária que, apoiada numa certa idéia de nacionalismo, buscava justificar-se na “necessidade” de conciliar autoridade e democracia. (v. [Conservadorismo](#))

Carl Schmitt, no final da década de 1930, diante da crise da República de Weimar, defende a tese da incompatibilidade da democracia com o sistema de representação parlamentar, em razão do compromisso tático entre os partidos, que fazia desaparecer os interesses públicos do processo de decisão política. No Brasil, na década de 1930, [Plínio Salgado](#), o mais importante ideólogo do integralismo, em um ataque visceral ao comunismo e à liberal-democracia, considerando que os anseios de direitos e liberdades só favoreciam aos “mais fortes”, clama pela instauração da harmonia social por meio da disciplina e da hierarquia —, para ele, a única forma de evitar a luta interna em desrespeito à autoridade da nação. Essa postura, em que se evidencia a supremacia do princípio da autoridade sobre o de liberdade, é um caso exemplar do pensamento da direita radical. (v. [Partido Político de Direita](#)) Segundo Resende, às vésperas do golpe de Vargas que implantaria o [Estado Novo no Brasil](#) em 1937, reaparece no Brasil o tradicional discurso da ordem conservadora: na defesa de uma ordem natural preestabelecida, de uma nação conservadora petrificada no tempo, apela-se para o reforço da autoridade, pelo apoio incondicional ao chefe da nação, ampliação de seus poderes e suspensão do sistema representativo. Getúlio Vargas, ao justificar o Golpe de 1937, referindo-se ao Poder Legislativo, afirma que sua manutenção era completamente desaconselhável por ser um aparelho inadequado e dispendioso. Há de se considerar que a relação das direitas com o autoritarismo define uma posição de extremo e que nas direitas de todos os países sempre houve homens profundamente liberais ligados às instituições parlamentares, convencidos de suas virtudes e opostos aos regimes que as desrespeitam. (v. [Sociedade Civil & Oposição/Situação](#))

Maria Efigênia Lage de Resende

Referências Bibliográficas:

- BERSTEIN, Serge. *Démocraties, régimes autoritaires et totalitarismes ao XX^o Siècle*. Paris, Hachette, 1992.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O novo/velho discurso da ordem conservadora*. Belo Horizonte, RBEP, 1992.
- ROSAS, Fernando. Um estudo comparado do fascismo: o “autoritarismo moderno” do Estado Novo português. In: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe; o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1991.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- SIRINELLI, Jean-François. *Histoire de droites en France*. Paris, Gallimard, 1992.
- STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de Política*. Paris, Aubier, 1954.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo, EdUSP, 1977.

B

BADERNA. O termo baderna faz parte integrante do vocabulário político brasileiro, em especial após a redemocratização do país em 1945. (v. [Conservadorismo no Brasil República](#)) O termo advém, conforme Edgar de Decca, de uma senhora de nome Baderna cuja origem era italiana e que, no século XIX, dirigia uma casa de tolerância no Rio de Janeiro e que freqüentemente impunha a presença da polícia para a manutenção da ordem. O termo, de uso corrente entre militares desde a República Velha, ficou marcado no jargão militar como o contrário do ideal imaginado de ordem e disciplina. Em pouco tempo, em virtude do caráter tutelado da transição democrática de 1945, o termo colonizou o universo político brasileiro, em especial dos meios liberais, sempre temerosos frente à possibilidade de um descontrole das massas populares. (v. [Transições Tuteladas](#)) Em verdade, tais preocupações face à ordem pública explicitam uma concepção arraigada em meios conservadores quanto ao risco gerado pela presença das massas na cena [política](#). A constituição das modernas sociedades industriais de massa, em especial nas grandes cidades modernas, assim como as exigências crescentes de participação social e política constituíram-se nas origens de uma visão catastrofista da participação popular na política (v. [Favela](#) & [LE BON, Gustave](#)). Inicialmente pensadores e políticos conservadores viram com grande horror a pressão popular vinda das ruas e vaticinaram um futuro terrivelmente cinza, marcado pela necessidade de um Estado forte, policial e repressor. (v. [Autarquia](#)) Assim, a *ralé* e sua irrupção na cena política seriam a origem das grandes [ditaduras](#) no Ocidente. O grande risco neste caso seria o surgimento de um líder de massas, levando a uma usurpação absoluta do poder que destruiria a [tradição](#) e comandaria “ao som dos tambores” (F. Meinecke) as massas depauperadas e incultas (v. [Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas](#)) .Talvez mais terrível ainda fosse a antevisão do acesso das massas ao poder, constituindo um governo incrivelmente autoritário, aniquilador dos princípios básicos da cultura e da tradição européias. (v. [Europa](#)) Assim, a irrupção das massas no processo histórico seria sempre um desvio ou *dérápaga* do processo democrático tradicional. (v. [Jacobinismo](#)) Neste sentido, sem dúvida alguma episódios fundamentais de mudança histórica, como os atos violentos dos colonos americanos contra propriedades privada e pública – a chamada *Festa do Chá de Boston*, origem da [Revolução Americana](#) – ou a tomada da Bastilha – ponto de partida da Revolução Francesa – seriam badernas intoleráveis. (v. [Antigo Regime](#))

Na política brasileira, fazendo eco aos postulados conservadores sobre o papel das massas nas [democracias](#) modernas, acostumou-se a utilizar, de forma preventiva ou não, a expressão baderna como uma advertência ou condenação que deveria conformar a participação política das massas. (v. [Governabilidade](#)) Assim, qualquer político – seja liberal ou conservador – funcionário público, civil ou militar se autoriza a definir os limites da liberdade de manifestação com frases clássicas que expressam tais limites, tais como: “*liberdade sim, libertinagem não*”, “*a democracia não pode tolerar a baderna*”. As grandes democracias acostumaram-se com todo o tipo de manifestação, tais como obstrução de lugares públicos, acorrentar-se a monumentos ou órgãos públicos, tingir fontes, obstruir conferências (como a reunião da OCM em Seattle em 1999, ou do FMI em Washington, em 2000) ou atirar tortas ou ovos em figuras públicas (como Bill Gates ou Stanley Fischer), sem nenhum discurso apocalíptico sobre o risco de quebra da ordem institucional ou advento de uma ditadura. Na verdade, os políticos liberais entram em choque ao perceber que não são amados, que podem ser alvo de grande desafeto. É comum, nestes casos, exigir a conformação com os mecanismos de representação liberal, como o voto, enquanto elemento legitimador muito acima da violência advinda das ruas. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Evidentemente, as alianças políticas não consagradas nas urnas, as políticas oferecidas – com as mãos abertas – e não realizadas, a aplicação de políticas de desmonte de mecanismos de amparo social não discutidas nas campanhas eleitorais – todas estas práticas típicas da democracia liberal e que configuram um verdadeiro estelionato eleitoral – não são consideradas ameaças à

credibilidade da própria democracia. (v. [Estado do Bem-Estar Social & Liberalismo](#)) Enquanto liberais e afins se sentem injustiçados e incompreendidos, já a direita, tradicional ou extremada, vê na violência advinda das ruas apenas a ponta de um imenso *iceberg*. A baderna nada mais é do que o ponto mais sensível do “complô contra a nação”. (v. [Fascismo & Enéas Ferreira Carneiro: Fenômeno Político](#)) Assim, no auge de um período de particular ativismo dos movimentos sociais no Brasil, um conhecido parlamentar da extrema-direita publica matéria paga nos jornais afirmando que: “...as badernas se atribuem a uma ação internacional orquestrada para desestabilizar não apenas o governo brasileiro, mas a própria nação brasileira, de modo a justificar uma intervenção estrangeira na Amazônia” (O GLOBO, 04.06.2000). (v. [Inimigo](#)) Os grandes conspiradores por trás das badernas seriam Al Gore, Tony Blair, M. Thatcher e o príncipe Philippe, que teriam nas ONGs voltadas para a defesa do meio-ambiente o braço armado da nova desordem mundial. Assim, num discurso delirante e fantasmático, a extrema-direita esgrima seus fundamentos anti-globalizantes, nacionalistas e conspirativo. (v. [Conservadorismo](#)) Assim, o recurso político à denúncia da baderna sempre serviu a objetivos eleitorais ou à legitimação de medidas de força em nome de uma suposta ameaça à democracia. (v. [Ideologia](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

CAPELATO, Maria Helena R. Multidões em Cena. Campinas, Papirus, 1998.

CARVALHO, Alessandra. Do Autoritarismo à Democracia. Rio de Janeiro, IFCS/ PPGHIS, dissertação de mestrado, 2000. (mimeo.)

DECCA, Edgar de. O silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.

FURET, François. Pensando a Revolução Francesa. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Europa ou o Concerto das Nações. Rio de Janeiro, IFCS, Tese de Titular de História Moderna e Contemporânea, 1993. (mimeo.)

BORMANN, Martin Ludwig nasceu em 17 de junho de 1900, em Halberstadt, cidade pequena entre Weimar e Berlin da Alemanha. Durante a Primeira Guerra Mundial, serviu como “Homem da Artilharia” no fronte do Ocidente. Em 1925, ligou-se ao Partido Nazista e, em 1930, foi posto na direção do “fundo especial de propaganda política”. Em 1933, integrou-se aos mais altos cargos do Partido como diretor da chancelaria em Munique, controlando todas as entradas e saídas de membros no Partido Nazista, para que este sempre se constituísse como corpo homogêneo. (v. [Fascismo na Alemanha](#) & [Leis de Nuremberg](#))

Dentro da polícia secreta do exército nazista, Bormann foi o chefe de seção da [GESTAPO](#), tendo ele a incumbência de supervisionar todos os líderes do partido, incluindo os próprios líderes como [Hermann Göring](#) e [Hudolf Hess](#). Substituiu Hess, em 1941, como deputado do *Führer* e, depois de [Hitler](#) e [Himmler](#), foi o homem mais poderoso da Alemanha nazista. Em 1943, Bormann tornou-se secretário particular de Hitler, tendo acompanhado todos os planos e evoluções até o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo assim conhecido como a “Eminência Parda”. Foi apontado, em 29 de abril de 1945, como um dos integrantes e executores mais importantes do nazismo.(v. [EICHMANN, O Caso](#)) Quando os Russos invadiram a Alemanha, capitulando-a definitivamente, Bormann chegou a ser ouvido pela radiotransmissão oficial diretamente do quartel-general, mas os russos não conseguiram alcançá-lo a tempo e ele fugiu. A 1 de outubro de 1946, realizou-se o Julgamento de Nuremberg, quando Bormann foi então condenado à morte por crimes de guerra sem estar presente à sessão, sendo julgado *in absentia*. (v. [Holocausto](#) & [Política e Direitos Humanos](#))

Com a retomada das discussões sobre o cinquentenário da Segunda Guerra Mundial, em 1995, colocou-se em pauta também o destino de Bormann após a guerra. Durante alguns anos após o seu julgamento, continuou-se a procura por Bormann desde a África até América. Alguns acreditavam que Bormann tivesse morrido com a capitulação da Alemanha, porém, outros já acreditavam que tivesse fugido possivelmente para a América Latina. Com a abertura dos arquivos da guerra e com as novas discussões sobre o possível destino do patrimônio dos judeus apropriado pelo governo nazista (incluindo jóias, dinheiro e outros bens), os especialistas têm falado na grande possibilidade de Bormann ter ido para a Argentina. Sabe-se que Bormann manteve contatos com o governo argentino de [Perón](#) (apesar de este, oficialmente, apoiar os Aliados) e, assim, teria enviado o butim, antes depositado no *Reichsbank*, à Argentina em nome de Perón e de sua concubina Eva Duarte. Todas as transações teriam sido feitas a partir de uma reunião de militares e chefes do governo alemão, feita em Estrasburgo quando a França estava ainda ocupada, para decidir sobre o pós-guerra no exterior. Embora não haja provas da existência deste tesouro, os arquivos abertos em 1993 durante o governo de Menen na Argentina confirmariam, definitivamente, a estada de Bormann naquele país. Documentos e testemunhos dão consistência à suspeita, mas nada fora categoricamente confirmado.

Sabrina Evangelista Medeiros

Referências Bibliográficas:

- FONTAINE, Eucret O.; COUCH, Willian T. Collier's Encyclopedia. New York, P.F. Collier & Son Corp., 1955. v.3
- GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE. Rio de Janeiro, Ed. Delta S. A., 1970.
- KAAN, Leo. Julgamento em Nuremberg. Rio de janeiro, Ed. Renes Ltda, 1973.
- WHITING, Charles. À caça de Martin Bormann. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S. A., 1977.
- ZIEMKE, Earl F. A Batalha de Berlin: O fim do Terceiro Reich. Rio de janeiro, Ed. Renes, 1975.

BULHÕES, Otávio Gouveia de (1906-1990). Otávio Gouveia de Bulhões formou-se em Direito em 1930 e, desde este tempo, já iniciara sua vida profissional no Ministério da Fazenda onde fez toda sua carreira, chegando ao mais alto posto, Ministro da Fazenda, em 1964. Apesar de ter cursado Direito e de não ter afinidade com a matemática, estudou [Economia](#) através da leitura atenta de Adam Smith, Ricardo e Wickesell, que reconhecia ter sido seu grande mestre. Teve também a oportunidade de acompanhar cursos de Economia na American University, onde foi aluno de Harry White, responsável mais tarde pelo Plano White, vencedor na Conferência de Bretton Woods em 1945. Essa aproximação lhe valeu o convite, mais tarde, pelo próprio Harry White para participar, como representante do Brasil, das conversações preliminares da Conferência de Bretton Woods e, ainda como delegado oficial na missão brasileira, ao lado do ministro Sousa Costa e de [Eugênio Gudin](#), na sessão da Conferência que criou o Banco Mundial.

Esses acontecimentos representaram o início de sua ascensão na carreira pública e na formação da elite burocrática do país. Fez parte do grupo de professores, sempre sob a liderança de Eugênio Gudin, que formou dentro da FGV o Núcleo de Economia que mais tarde gerou o IBRE, do qual foi vice-presidente, assim como integrou o grupo responsável pela reestruturação do currículo da antiga Faculdade Nacional de Economia e Administração da UFRJ, onde lecionou várias disciplinas, formando grande parte da [burocracia](#) do país. Foi também responsável pelo projeto da SUMOC e, mais tarde, tornou-se seu diretor.

Bulhões foi sempre um fiel discípulo de Gudin, mas sem ter sido um ideólogo. Foi, antes de tudo, um servidor do Estado identificado com a doutrina liberal que teve como prioridade o rigor orçamentário, sendo um conservador no sentido daquele que colocava o interesse do Estado, qualquer que fosse esse Estado, democrático ou não, acima dos interesses da sociedade. (v. [Autarquia](#) & [Estatismo](#)) Era um pragmático e obsessivo no combate à inflação. Por outro lado, pouco se identificava com as questões nacionalistas de seu tempo, como a campanha do petróleo, que interpretava como uma questão religiosa, eivada de fanatismo, logo, desprovida de razão. Fazia questão de frisar que não discriminava o capital estrangeiro, tendo sido designado pelo próprio presidente Getúlio Vargas para ser o implementador das “Instruções da SUMOC”, que facilitaram a remessa de lucros e a importação sem cobertura cambial, beneficiando as empresas multinacionais. (v. [Governabilidade](#))

O seu nome acha-se comprometido diretamente com o primeiro governo do regime militar, no qual coordenou a política econômica como Ministro da Fazenda, junto com [Roberto Campos](#), na pasta do Planejamento. A dupla Bulhões-Campos foi responsável pelas várias reformas implementadas após o golpe militar, como a reforma do Estado, a reforma bancária e a do Mercado de Capitais. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#) & [Ditadura](#)) A sua marca distintiva estava no rigor com que preconizava as políticas monetaristas para equilibrar o orçamento, que na sua visão era o ponto de partida para a contenção da inflação. Para tal fim, utilizou uma dura política de estabilização, restringindo drasticamente as despesas governamentais, a começar pelos salários dos funcionários públicos, e aumentando as tarifas públicas. Na sua opinião, para derrubar a inflação deveria ser usado um tratamento de choque, mesmo que provocasse recessão. Um fato curioso, no entanto, revelou seu espírito conciliador: diante das exigências duríssimas impostas pelos técnicos do FMI e das considerações de outros membros da sua equipe, Bulhões defendeu um programa gradualista frente ao FMI. Apesar disso, a política de estabilização desenvolvida na sua gestão é considerada a mais rigorosa que se experimentou no país e provocou grandes sofrimentos às empresas e aos assalariados. Em São Paulo, chegou a ser lançado um *slogan* dizendo que a equipe econômica matava “os pobres de fome e os ricos de raiva” e chamavam-na de “trindade maldita”. (v. [Empresários](#)) O ajuste fiscal promovido foi severíssimo, com uma ampla reforma tributária que aumentou consideravelmente a capacidade de extração de recursos da União em detrimento dos Estados, gerando uma enorme centralização de poder

nas mãos do governo central. Bulhões chegou mesmo a propor uma delegação ao Conselho Monetário, através do Congresso, com poder de criar impostos. Desses mecanismos de aumento da receita, a criação da correção monetária representou a marca original da sua gestão. A intenção primeira dessa criação foi atualizar os débitos com o governo e atrair poupadores a ceder seus recursos para financiar o Estado, quando necessário, através da venda de títulos públicos, as ORTNs.

A reforma bancária foi marcada pela criação do Banco Central, em substituição à SUMOC, assim como pela criação do Conselho Monetário Nacional. Fiel ao pensamento liberal, Bulhões defendia a criação de um Banco Central rigorosamente independente para reduzir as pressões sobre o Orçamento. No entanto, esta idéia deu margem a discussões calorosas no seio da equipe, em função da conjuntura da época, e acabou sendo vencida. O seu caráter não autoritário levou-o a curvar-se diante das opiniões contrárias de seus assessores e criar um BC em outros moldes. No final de sua vida, foi um duro crítico das políticas de endividamento da gestão Delfim Neto no Ministério da Fazenda e, principalmente, da gestão de Simonsen, devido ao aumento da dívida do setor público, da criação dos conglomerados bancários e da ciranda financeira que ele próprio reconhecia ter sido ensejada, em grande parte, pela sua mais original obra – a correção monetária. (v. [Liberalismo](#))

Marta Skinner de Lourenço

Referências Bibliográficas:

Revista Brasileira de Economia, vol.44, nº4, out/dez 1990.

Bulhões, Otávio Gouvêa de. Depoimento/Memória do Banco Central. Programa de História Oral do CPDOC/FGV . Rio de Janeiro.

BURKE, Edmund (1729-1797). Edmund Burke nasceu em Dublin (Irlanda) em 1729, descendendo de tradicional família católica cuja religiosidade esteve bastante presente em sua vida e marcou os seus sentimentos *pro patria* em relação às questões irlandesas. Durante toda sua vida política, esteve junto ao governo britânico e suas maiores contribuições textuais se referem à questão dos colonos na América e, principalmente, à crítica comparativa da [Revolução](#) Francesa em relação à Revolução Inglesa. Tornou-se escritor reconhecido em meados do século XVIII, tendo sua obra *Reflexões sobre a Revolução na França* atingido grande reconhecimento sem que o autor sentisse seus reais efeitos visto que morreria em 1797 logo após a primeira publicação do livro. (v. [Antigo Regime](#))

Desde o início, Burke se ligou politicamente ao grupo dos *Whigs* - representada por parte da oligarquia inglesa, que deu o apoio necessário à sua estabilidade enquanto teórico do governo. Assim, todos que pudessem ameaçar a estabilidade deste grupo foram encarados por ele como ameaça particular.

Para Burke, o significado do que poderia ser a Revolução Francesa estava diretamente ligado à questão da ordem social. A ameaça que correspondiam os conceitos de igualdade, liberdade e fraternidade ocasionava a reação automática por parte dos *Whigs* e de Burke. A idéia de que poderiam ser destruídos os laços de família, de classes e, principalmente, de propriedade rompia com as mais sólidas tradições. A questão da perda da propriedade é realmente central, posto que implicaria no esvaziamento do poder que era garantido por ela aos aristocratas (nobres e clérigos). Portanto, a aristocracia laica e religiosa temia ser nivelada ao resto da população e perder, assim, a sua hegemonia. Segundo Burke, “o homem deve ter uma certa dose de moderação para ter liberdade, para que ela não se torne nociva e prejudicial ao corpo social”. Subverter a monarquia seria o objetivo único dos rebelados franceses que, vistos por uma lógica claramente conservadora, não entendiam as questões proclamadas como igualitárias. (v. [Democracia](#))

As considerações atuais colocam Burke como um dos “mestres do [conservadorismo](#)” e analisam sua obra como aquela que luta abertamente contra os ideais libertadores e constrói a reação segundo modelos hegemônicos de classe. O discurso de classe tendeu a ser uma constante no que diz respeito ao pensamento conservador. É nesse sentido que Burke abre as condições para a existência de um pensamento Conservador autônomo, presente e reativo a todo momento, como uma [ideologia](#) constante na história.

As *Reflexões sobre a Revolução na França (1790)* foram muito hostis à experiência francesa e, ao mesmo tempo, serviu para a defesa da experiência revolucionária inglesa como um modelo a ser seguido, o que se relacionava com a crítica conservadora contra os ideais de liberdade e igualdade do governo jacobino que, ainda hoje, é referência para o entendimento do pensamento conservador. As tentativas, mesmo que incipientes, de revolução fora da França dariam ensejo para a organização de uma política contra-revolucionária preventiva. Assim, ao abstrato ideal de progresso proposto pelos revolucionários das “luzes” contrapor-se-iam os ideais contra-revolucionários, tal como foram apresentados no Congresso de Viena em 1813, que têm por base o discurso da conservação da ordem social e política, o reconhecimento de que as reformas, quando necessárias, devem partir das próprias instituições estabelecidas. (v. [Baderna](#) & [Liberalismo](#))

Sabrina Evangelista Medeiros
Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda, razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Unesp, 1995.

BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília, UnB, 1996.

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução na França. Brasília, Ed. UnB, 1982.

BURKE, Edmund. Textos Políticos. México, Fondo de Cultura Económica, 1996.

FURET, François e OZOUF, Mona. Dicionário Crítico da Revolução Francesa. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1989.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conservadores, Reacionários e Restauradores. In: Europa: Idéias Conservadoras e Política Internacional na obra de Leopold Von Ranke. Tese de Titular Para a Cadeira de História Moderna e Contemporânea da UFRJ. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1993. (mimeo.)

BUROCRACIA. Na teoria política liberal clássica, o Estado era visto como monopolizador do poder político frente à sociedade e, por isso, a burocracia não tinha lugar como centro autônomo de poder. Assim, a burocracia é apresentada como mero instrumento através do qual o Estado se relaciona com a sociedade. Esta concepção do aparelho administrativo é contrastante com a forma na qual se apresentava no Estado do [Antigo Regime](#): neste há um autonomia de poder visto que os cargos administrativos são patrimoniais, daí que se evite, de acordo com a tipologia weberiana, chamar de burocracia a esta forma de aparelho administrativo.

A concepção liberal clássica de burocracia a situa num lugar distante das contradições da sociedade civil, funcionando como racionalizadora do poder do Estado e colocando-o ao serviço do interesse geral. As leituras de Max Weber reforçariam ainda mais a visão sobre a burocracia como instrumento privilegiado do Estado na tarefa de racionalização da sociedade. No entanto, coube a K. Marx abalar o mito liberal da irrelevância política da burocracia: os seus interesses não mais coincidiriam com o “interesse geral” e nem completamente com o interesse das classes dominantes; no jogo político, ela orientar-se-ia segundo estratégia própria que, não sendo abertamente incompatível com os grupos detentores do poder, visaria antes de tudo defender os seus próprios interesses. Porém, com Marx se constituiu a idéia da burocracia como “grupo parasitário”. (v. [Ideologia](#) & [Teoria Amigo-Inimigo](#))

Nos anos ‘50 do século XX, R. [Michels](#) escreveria um texto, a partir da experiência partidária alemã, que se tornaria clássico: a burocracia levaria a cabo um *deslocamento de objetivos* dos centros políticos que supostamente deveria servir. [v. [MOSCA, Gaetano](#) & [Governabilidade](#)] Esta idéia da “disfuncionalidade” da burocracia ganharia mais força nos anos ‘60 e ‘70 frente às análises das correntes desenvolvimentistas sobre as burocracias nos países subdesenvolvidos – particularmente pela questão da identidade étnica tão fortemente sentida no processo de descolonização africano – e à polémica em torno dos desvios autoritários nos países socialistas. Por sua parte, a dilemática multiculturalista da década de ‘70 ratificaria a visão da burocracia como algo insuficiente e insensível às particularidades – vistas como irreduzíveis – das “minorias”, que paralelamente se afastavam dos partidos de esquerda tradicionais e se fragmentavam em múltiplos grupos de defesa de direitos civis (contra discriminação de cor, gênero e etnia). (v. [Homossexualidade e Revolta](#) & [Tradição](#)) A fragmentação da identidade política perdurou até os anos ‘80 e ‘90 que, somada ao fim do paradigma socialista do leste-europeu entre 1989 e 1991, manteve a continuidade da máxima que somava burocracia com ineficiência, o que foi facilmente apropriado pelos neoliberais para assinar o atestado de óbito do [Estado do Bem-Estar Social](#) e ratificar a importância do “Estado Mínimo” como modelo de eficiência administrativa. Aliás, isto é um ponto interessante: “administração” não poderia mais se situar no mesmo campo semântico de “burocracia”, que se tornou um termo pejorativo e ficou com o sentido praticamente restrito à administração do setor público. [v. [Economia](#), [Estatismo](#) & [Liberalismo](#)]

O discurso neoliberal sobre o “Estado Mínimo” – entendendo por isso “burocracia mínima” e redução das obrigações sociais do Estado que garantam a distribuição equitativa de rendas, jogando para a sociedade a responsabilidade de se autogerir – afasta-se completamente do ideal que se pregava no século XIX, quando o objetivo era justamente acabar com as autarquias políticas do Antigo Regime e concentrar todo o poder e a força do direito em um único centro. Neste contexto, tudo que fosse contrário a esta expansão da ordem administrativa “mais eficaz”, “mais racional”, era visto como “rústico”, “atrasado”, “iletrado” – o mesmo raciocínio valendo para os povos que sofreriam com o domínio colonial. Hoje, no entanto, quando já se vive em uma sociedade politicamente nivelada e em um espaço economicamente integrado, o centro não desapareceu, mas coube à sociedade o papel de *causa mobile* dos valores do “salve-se quem puder”, de “a concorrência aperfeiçoa”, de “os

mais fortes sobreviverão”, de “o mercado resolve” da fraternidade neoliberal. [v. [Darwinismo Social](#) & [Elites Empresariais](#)]

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

BEAU, Olivier. Ouverture: L'honneur perdu de l'État. In *Droits – Revue Française de Théorie Juridique*, L'État/1. Paris, PUF, 1992(15): pp.3-10.

CASSIRER, Ernst. *El mito del Estado*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992. (1ª ed. de 1946)

GUERRY, Alain. l'Historien, la Crise et l'État. In **Construction de l'État**, *Annales – Histoire, Sciences Sociales* – Mars/Avril. Paris, Armand Colin, 1997(2): pp. 233-256.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Às vésperas do Leviathan*. Coimbra, Almedina, 1994.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Mutações do Mundo do Trabalho*. Rio de Janeiro, SENAC, 1999.

C

CAMPONÊS E POLÍTICA. O termo camponês foi introduzido no Brasil pelas esquerdas como tentativa de explicitar as lutas dos trabalhadores do campo que irrompiam em várias partes do país nos anos de 1950. Apesar dos riscos e dificuldades apresentados pelo transplante dessa concepção de outras realidades, o termo camponês tem sido empregado com êxito para o esclarecimento da situação, das lutas e do lugar social dessa categoria no Brasil. Em virtude da conotação [política](#) de que se revestiu o termo camponês, os grupos de direita passaram a contestá-lo, substituindo-o pelo termo rurícola. Assim, os termos camponês e rurícola revestem-se de sentidos políticos e compreensão teórica, cuja distinção vale a pena apresentar. Do ponto de vista do [comportamento](#) coletivo, ao designar como movimento camponês a luta e a ação dos que vivem e trabalham no campo, as análises de esquerda reconhecem tais movimentos como portadores de ações sociais cujos conflitos redundariam em fator de mudança rumo a sistemas sociais mais justos. Já o termo rurícola tem servido à direita para conferir aos movimentos camponeses uma conotação identificada com as análises que vêem os comportamentos coletivos da multidão e a irrupção das massas na cena política como manifestações de irracionalidade que podem levar a um rompimento perigoso da ordem existente. (v. [Baderna, Conservadorismo](#) & [LE BON, Gustave](#))

Quando a questão é tratada sob o ponto de vista da cultura, as distinções não são de importância menor. Setores da esquerda mais renovados em relação à teoria tendem a interpretar a cultura camponesa no sentido antropológico do termo. Isso explica a valorização, nessas análises, de estudos fundados na reconstituição da experiência camponesa em termos amplos, incluindo aí questões como fé religiosa, impulsos milenaristas, antigos costumes, festas e relações familiares. Esse suposto torna possível interpretar o movimento camponês como portador de práticas sociais que não são atrasadas nem adiantadas, mas complexas, específicas e ambíguas. Por outro lado, associado ao termo rurícola e à direita, desenvolve-se em relação ao camponês a concepção de que sua cultura é atrasada e inferior. (v. [Atraso](#) & [Ocidente](#)) Sob essa perspectiva, a cultura deixa de ser um processo que envolve criação e luta, passando a ser entendida como “coisa”, isto é, como algo que é criado pelos dominantes e simplesmente internalizado pelos dominados. (v. [História](#)) Exemplo deste procedimento foi a ação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), criada em 1952, com o propósito não explicitado de combater as Ligas Camponesas e o “perigo” comunista nos meios rurais. (v. [Anticomunismo](#)) Para a CNER, os “rurícolas” eram “incultos” e “atrasados”, sendo necessário “civilizá-los” através da educação. (v. [Comitês Anticomunistas](#)) Isso evitaria deixá-los à mercê de [ideologias](#) “alienígenas”, ao mesmo tempo que os prepararia para aceitar as inovações tecnológicas a serem introduzidas no campo pelo processo de modernização ocorrido naqueles anos. (v. [Revolução](#))

A direita sempre definiu os camponeses como irracionais e perigosos, o que serviu historicamente como justificativa das ações violentas desencadeadas contra suas manifestações. (v. [Natureza](#) & [Partido Político de Direita](#)) Os exemplos dos movimentos liderados por Antonio Conselheiro e Lampião vêm logo à mente. Desconsiderada a sua condição de vítimas do poder econômico e político do latifúndio e as motivações mais profundas vinculadas a uma tradição cultural que dava sustentação àquelas lutas, os “cangaceiros” e “fanáticos” foram tratados a canhões e trabucos pelos governos estaduais e federal. Além disso, esse mesmo pressuposto alimentou também a idéia de que grupos particulares deveriam se armar (retirando do Estado o monopólio da violência legítima para garantir a pacificação da sociedade) e conter a ação camponesa contra os latifúndios. (v. [Coronelismo](#) & [Prussianismos Brasileiros](#)) Os Congressos Agrícolas de fins do século XIX foram precursores dessas idéias, que se renovam atualmente como estratégia de luta da UDR (União Democrática Ruralista) contra os trabalhadores sem-terra. (v. [Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade](#))

Cabe, por fim, enfatizar o caráter sempre instrumental de que se revestiram as propostas de reforma agrária surgidas das ações e do pensamento político da direita. No início do período republicano, a ação conjunta do capital agrário e bancário da burguesia cafeeira, contando com a participação do Estado, instituiu uma experiência pioneira de reforma agrária em São Paulo: constituiu-se ela na compra e divisão de grandes propriedades e sua transformação em pequenos lotes de terra, que foram vendidos a trabalhadores com pagamentos facilitados em parcelas. Contudo, tal reforma não redundou senão em benefícios ao grande fazendeiro de café que, graças à instalação de pequenas propriedades estrategicamente localizadas, pôde utilizar-se da mão de obra camponesa para ampliar os seus próprios lucros. Na crise brasileira dos anos de 1970, essa mesma concepção instrumental esteve também presente em certos setores da Igreja ligados à direita e no projeto nacionalista do governo Goulart. (v. [Governabilidade](#)) A Igreja, sob a influência da pastoral do D. Inocêncio, queria a transformação do trabalhador rural em pequeno proprietário para evitar a ampliação da proletarização, evitando tornar o trabalhador vulnerável ao aliciamento dos comunistas – ou seja, a ampliação do número de pequenos proprietários objetivaria salvar a propriedade privada. Já o projeto do governo Goulart e do PTB visava ampliar as bases do campesinato para potencializar o mercado interno e desenvolver a indústria nacional. A extensão do [populismo](#) ao campo propiciaria também a contenção das tensões sociais, o que abriria caminhos a soluções reformistas para a reforma agrária. (v. [Legislação Trabalhista Rural](#))

José Carlos Barreiro

Referências Bibliográficas:

- AI SPURU, Pilar Gonzalbo (coord.). Educación Rural e Indígena en Iberoamérica. México, El Colegio del México, 1996.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Lutas Camponesas no Nordeste. São Paulo, Ática, 1986.
- BARREIRO, José Carlos. Campesinato e Capitalismo. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1966.

CAMPOS, Roberto (1917-___). Ex-seminarista e diplomata de carreira, Roberto Campos foi um dos precursores de nossa tecnocracia que encontraria no processo de industrialização tardia do Brasil um campo fértil para se expandir. De formação liberal, nunca apoiou a expansão do papel do setor público na economia, o que vinha ocorrendo desde a Revolução de 1930. (v. [Estado Novo no Brasil](#)) Esta intervenção crescente era identificada como [populismo](#) que, longe de resultar num processo sustentável de desenvolvimento econômico, fragilizaria o Estado. Este se endividaria para sustentar demandas populares e disto derivaria um processo inflacionário que comprometeria o sistema de preços como alocador eficiente das atividades econômicas. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Em face do contexto desenvolvimentista pela via da industrialização, seu [liberalismo](#) cedeu ao pragmatismo, tendo sido inclusive acessor dos presidentes Getúlio Vargas e Kubitschek. Integrou a delegação brasileira em Bretton Woods e participou da elaboração de diagnósticos e planos de desenvolvimento da [economia](#) brasileira dos quais resultaram o Plano de Metas de Kubitschek.

Do mesmo modo, o festejado liberal dos anos de 1990 foi, junto com [Otávio Gouveia de Bulhões](#), responsável pelas “reformas estruturais” na economia brasileira quando, no governo Castello Branco, foi Ministro do Planejamento. Enquanto o ministro da fazenda preocupava-se em criar condições para que o Estado pudesse se financiar de modo não inflacionário, Campos tratava de planejar a inserção do Brasil na economia mundial. A opção de política econômica em sua passagem pelo ministério do primeiro governo militar foi notadamente de redefinição do espaço para o capital estrangeiro, ameaçado pela onda nacionalista e antiamericanista na América Latina nos anos de 1960. (v. [Nacional-Populismo](#)) As reformas instituídas a partir de 1964 incluíam a reforma tributária, a reforma bancária e a instituição da correção monetária, buscando criar condições para a expansão das poupanças pública e privada. As empresas privadas seriam beneficiadas também pela flexibilização das relações trabalhistas com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que substituiu o antigo sistema pelo qual o custo de demissão era muito elevado para as empresas. (v. [Elites Empresariais](#)) Outra importante iniciativa deste período refere-se à criação do Sistema Financeiro da Habitação e o gestor da política de habitação, o Banco Nacional de Habitação (BNH). Paralelamente, eram criadas condições para o ingresso do capital estrangeiro, através da adoção de “Instruções” da autoridade monetária, facilitando-lhe o acesso ao crédito internacional. Estas medidas foram identificadas como instrumentos de desnacionalização da indústria brasileira, porém, eram consideradas por Campos como necessárias para impor maior concorrência e eficiência na economia nacional.

Apesar de sua concepção liberal, o conjunto destas reformas contribuíram para o fortalecimento do setor público e para a centralização política, econômica e financeira em torno do governo federal, em detrimento das esferas estadual e municipal de poder público. (v. [Autarquia](#)) Este processo resultaria na hipertrofia do governo central como líder de um projeto de “modernização conservadora” que teria seu auge durante os anos de 1970, sob o governo Geisel. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) As reformas estruturais do período pós ‘64 foram hesitasas para a retomada do crescimento a médio e longo prazos. No curto prazo, contudo, elas contribuíram para o agravamento da crise econômica e social, já que o ônus do ajuste recairia principalmente sobre os trabalhadores e a empresa nacional. A mudança de direção da política econômica seria feita com novos gestores, com o que Campos foi afastado do centro de poder com o fim do primeiro governo da Revolução de 1964. Após uma passagem pouco hesitosa pela iniciativa privada, voltaria à área pública em 1974, mas na condição de embaixador na Inglaterra, onde permaneceria até 1982, a tempo, portanto, de presenciar o renascimento das políticas econômicas liberais implementadas pelo governo de Margareth Thatcher. (v. [Consenso de Washington](#))

Apesar de liberal, mas também precursor do [estatismo](#) no Brasil, Roberto Campos somente voltaria à cena política na condição de senador pelo seu estado natal, Mato Grosso, em 1982. Nesta época, o regime militar já estava enfrentando séria crise de legitimidade, pressionado pelo esgotamento de sua capacidade de liderar o crescimento econômico. Esta crise suscitaria o debate sobre a excessiva intervenção do Estado na economia, tornando moderno o discurso liberal. (v. [Burocracia](#)) Nestas condições, Campos afirmou-se como um propagandista das reformas liberalizantes, o que lhe permitiu reeleger-se para o parlamento a partir de 1990 na condição de deputado federal do Estado do Rio de Janeiro. (v. [Legislação Trabalhista no Brasil](#))

A reemergência do discurso liberal, agora chamado de “neoliberalismo”, abriu novos espaços para os discursos de Roberto Campos. Além da tribuna parlamentar, passou a assinar colunas em jornais de grande circulação (o carioca O Globo e o paulista Folha de São Paulo). Através desses veículos, vem se constituindo em um dos principais defensores das novas reformas estruturais, dentre as quais destacava-se a privatização do setor produtivo estatal. A sua posição é sustentada na crença de que os atores econômicos privados são mais competentes que o Estado para produzir bens e que a ineficiência do Estado tem produzido déficits públicos geradores de inflação e outros problemas econômicos dela decorrentes. (v. [Empresários](#)) Nestas condições, diminuir o papel do Estado tornou-se uma imposição num mundo dominado pela internacionalização do capital. (v. [Conservadorismo](#))

Angela Moulin S. Penalva Santos

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A Ordem do Progresso. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- ALMEIDA, J.S. Gomes de. As reformas financeiras de 1964-65: objetivos, rumos e desvios. Rio de Janeiro, Texto para Discussão nº 59/IEI-UFRJ, nov. 1984.
- CAMPOS, Roberto. A Lanterna na Popa - Memórias. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.
- IANNI, Otávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. São Paulo, Civilização Brasileira, 1977.

CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO. De acordo com UNTERMAN (1992), são campos estabelecidos pelos nazistas após terem assumido o poder na Alemanha, em 1933, com o propósito original de encarcerar prisioneiros políticos e opositores do regime, mas começaram a ser usados mais amplamente com a prisão em massa dos judeus depois da destruição das sinagogas alemãs, na [Noite de Cristal](#), em 1938. (v. [EICHMANN, O Caso](#))

Para LUSTING (1991), a palavra *konzentrationslager* despertava medo paralisante, pois a pessoa que passasse pelo portão de tal campo era futuro cadáver. A SS os chamava de *KZ Kazett* e os dividiram em três categorias: os campos de primeira categoria eram destinados aos prisioneiros menos perigosos; os campos de segunda categoria eram destinados àqueles que eram processados por crimes pesados, porém tinham chances de ser reabilitados; e os da terceira categoria eram destinados àqueles que eram considerados incorrigíveis. (v. [Leis de Nuremberg & Operação Eutanásia](#))

A primeira categoria a frequentar os campos eram os políticos comunistas, socialistas, antifascistas alemães, acusados ou suspeitos de serem [inimigos](#) do [Reich](#). A categoria dos criminosos era dividida em dois grupos: aqueles que já haviam cumprido suas penas há muito tempo, mas tinham sido recapturados por serem considerados pessoas não confiáveis; e aqueles que tinham 5, 10 ou 20 anos de prisão a cumprir eram tirados de suas celas e enviados ao KZ. O maior número, que chegava à casa dos milhões, era formado por detidos por motivos racistas: judeus e ciganos. À categoria de anti-sociais pertenciam os vagabundos, mendigos, caçadores clandestinos, ladrões, prostitutas, jogadores embusteiros. Categorias especiais eram formadas por estudiosos da bíblia, homossexuais, emigrantes que tinham fugido da Alemanha e recapturados mais tarde nos países conquistados, os prisioneiros de guerra... (v. [Alteridade & Homossexualidade e Fascismo](#)) Através de novos decretos, criou-se inúmeras categorias. Assim, as mais variadas categorias sociais conviviam nos campos de concentração. (v. [Holocausto](#))

Para Hannah Arendt, os campos de extermínio nazistas eram o modelo social mais extremo de domínio absoluto sobre o homem. (v. [Fascismo & Totalitarismo](#)) Os campos foram o lugar onde se concretizou a barbárie nazista, para quem tudo é possível, de que não há quaisquer limites éticos para a violência. De acordo com Cytrynowicz (1990), os campos de Sobibor, Belzec, Chelmno (Kulmhof) e Treblinka foram construídos para o extermínio, mas também eram lugares nos quais foram instaladas indústrias que empregavam o trabalho forçado dos presos. Nos campos de concentração de Dachau e Theresienstadt, foram construídas câmaras de gás. Todos os campos de extermínio, da mesma forma que os guetos, foram construídos em locais próximos a importantes entroncamentos ferroviários para facilitar as deportações. (v. [Repressão e Violência & Tortura](#)) Ao chegarem aos campos de extermínio, os judeus eram levados para as câmaras de gás, sendo que uma parte dos que chegavam era selecionada para os trabalhos forçados. Na lógica nazista, embora não admitissem que estavam praticando genocídio e o ocultasse, a morte por asfixia de milhões de judeus era entendida como uma morte misericordiosa, posto que era rápida e sem sofrimento uma vez que de qualquer forma morreriam pela “seleção natural da história”. (v. [Ditadura e Violência, Natureza & Política e Direitos Humanos](#))

Marta Rosa Borin

Referências Bibliográficas:

CITRYNOWICZ, Roney. Memória da barbárie: A história do genocídio dos judeus na Segunda guerra mundial. São Paulo, Nova Stella/EUSO, 1990.

LUSTIG, Oliver. KZ: Dicionário do campo de concentração. Rio de Janeiro, Imago, 1991.

MICHAMAN, Dan. El holocausto, un estudio histórico. Tel Aviv, Universidade Aberta, 1986.

UNTERMAN, Alan. Dicionário judaico de lendas e tradições. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

CARTA DEL LAVORO. A Carta del Lavoro data de 1927, aprovada pelo Grande Conselho Fascista e publicada na Gazzetta Ufficiale del Regno, número 100; foi marco e símbolo político do [fascismo na Itália](#). Esse documento associou as relações entre o capital e o trabalho a assuntos próprios do Direito Constitucional, sobre a nação, a sociedade e o Estado italiano. Escrita em trinta e três artigos, a Carta foi dividida em quatro subtítulos, na seguinte ordem: do Estado corporativo e de sua organização; do contrato coletivo de trabalho e das garantias do trabalho; dos ofícios de colocação; e, por último, da previdência, da assistência, da educação e da instrução. (v. [Corporativismo: Teoria](#))

Do ponto de vista legislativo, existiram textos fascistas mais relevantes e para a Carta del Lavoro ter valor legal foram necessárias outras leis. O mérito deste documento está, entretanto, em estabelecer o ordenamento corporativo como fundamento da sociedade italiana, o que lhe conferiu o *status* de Constituição. No primeiro subtítulo foi constituída a nação italiana, uma unidade moral, política e econômica realizada no Estado Fascista. O trabalho foi definido como dever social e dessa forma tutelado. A organização sindical foi declarada livre, mas o direito de representação ficava condicionado ao reconhecimento pelo Estado. (v. [Democracia](#)) Instituiu-se a solidariedade e a conciliação entre o capital e o trabalho, subordinados ao interesse superior da produção, realizadas mediante Contrato Coletivo. (v. [Sindicato](#)) As associações eram corporações consideradas órgãos do Estado, com o poder de ditar norma sobre a disciplina do capital e do trabalho e coordenar a produção; obrigadas a buscar o aumento, o aperfeiçoamento da produção e a diminuição dos custos. Representavam, juridicamente, patrões e empregados nos conflitos resolvidos pela Magistratura do Trabalho, por meio da qual o Estado intervinha para resolver os problemas pendentes depois de as associações profissionais já terem tentado a conciliação. Foi estabelecida a organização unitária das forças de produção com o objetivo de desenvolver a potência nacional. A iniciativa privada foi respeitada como instrumento eficaz de produção e, por isso, do interesse nacional, mas o Estado intervinha na economia quando era do seu interesse político ou nos casos de a iniciativa privada ser insuficiente. (v. [Estatismo](#))

Um dos aspectos mais avançados da Carta del Lavoro foi, em termos sociais para a época, estabelecer os direitos dos trabalhadores por meio de Contrato Coletivo. O horário de trabalho, o salário, o descanso, as férias, os feriados e as indenizações ficavam garantidos em contrato realizado entre as partes através das respectivas associações profissionais. Esse foi o tema do segundo subtítulo do documento, no qual destacou-se a solução para o salário, fixado por sentença da Magistratura do Trabalho, dentro das exigências normais de vida e de acordo com a ação dos sindicatos conciliados nos órgãos corporativos. O terceiro subtítulo da Carta del Lavoro criou o *Ufficio de Collocamento* para tratar das ocupações e das desocupações da mão-de-obra, controladas pelo Estado de acordo com o interesse da produção e do trabalho, cabendo às associações profissionais selecionar os trabalhadores e elevar a capacidade técnica da mão-de-obra. O quarto e último subtítulo tratou de assuntos importantes para o [fascismo](#), o da previdência, da assistência, da educação e da instrução. Concebeu-se a previdência como uma alta manifestação de colaboração; determinou-se a proporcionalidade das contribuições e coube ao Estado, a seus órgãos corporativos e às associações profissionais coordenar e unificar o sistema e o instituto previdenciário. A Carta del Lavoro atribuía ao Estado o dever de aperfeiçoar o sistema de seguridade, o seguro contra acidentes, o seguro maternidade, o seguro desemprego e adotar formas específicas de proteção ao jovem trabalhador. A tutela administrativa e jurídica relativa à seguridade era feita pelas associações profissionais. A assistência era direito e dever da associação profissional, que a exercia diretamente sem poder delegá-los, como também era dever das associações cuidar da educação e da instrução do trabalhador, principalmente a instrução profissional. (v. [Legislação Trabalhista no Brasil](#))

Impacto no Brasil, a Carta del Lavoro entrou no cenário político brasileiro com força suficiente para definir o destino do [Estado Novo](#), em 1945, no falso impasse criado por

liberais brasileiros sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Evaristo de Moraes Filho criou esse impasse, no Correio da manhã, em 19 de abril de 1945, ao apontar aspectos fascista do Estado Novo presentes na Constituição de 1937, especificamente no artigo 138. Esse artigo instituía a unidade sindical e condicionava o sindicato ao reconhecimento do Estado para exercer a representação legal, uma cópia traduzida do artigo III da Carta del Lavoro. A permanência de Getúlio Vargas no poder era interpretada como uma incoerência política; o país, na Europa, lutou contra o fascismo, mas internamente continuava governado por um regime autoritário. (v. [Ditadura](#)) Foi um equívoco a inserção da Carta del Lavoro na história brasileira: prova disso é a permanência por longos anos da estrutura sindical criada no Estado Novo. É justamente estranho que a característica fascista apontada por Evaristo de Moraes Filho continue presente na política e ocupando espaços relevantes nos governos democráticos e autoritários do pós 1945.

A semelhança da Constituição de 1937 e da Carta del Lavoro foi, em específico os artigos mencionados, limitada aos aspectos textuais e irrelevante para definir o significado do Estado Novo e do fascismo. Ambas instituía um sistema de sindicato único reconhecido pelo Estado, mas ao fazê-lo tinham diferentes objetivos. A Carta del Lavoro era fascista porque considerava os sindicatos parte da estrutura do Estado e os agrupavam em grandes setores da economia, com patrões e empregados representados na mesma associação profissional dentro da filosofia de conciliação e solidariedade. A Carta del Lavoro almejava uma organização social sem o conflito de classe, com todos os interesse absorvidos pelo Estado fascista e submetidos ao interesse maior da produção e do desenvolvimento nacional. A Constituição de 1937 propunha, como a Carta fascista, organizar a sociedade civil, mas tratava dos mais variados assuntos, não se limitava ao conflito de interesses entre capital e trabalho, o que evidenciava as diferenças entre os dois textos. Na Constituição de 1937, estabeleceu-se uma clara separação entre Estado e sociedade civil, ao contrário da Carta del Lavoro, para a qual a sociedade era o Estado. No conflito entre trabalho e capital, o texto brasileiro oficializava os sindicatos sem transformá-los em parte da estrutura do Estado. Os interesses eram organizados de acordo com a profissão, mas respeitava-se a estrutura de classes, com patrões e empregados representados em associações distintas. Diferentemente da Carta del Lavoro, a Constituição de 1937 admitia a luta de classes e criava um Estado capaz de controlar as relações de trabalho sem transformar as forças sociais em Estado, ou desprezar o antagonismo existente entre os interesses presentes na sociedade. (v. [Conservadorismo](#) & [Sociedade Civil](#))

Mário Kléber Lanna Jr.

Referências Bibliográficas:

- BORTOLOTTI, Guido. Política corporativa. Milano, U. Hoepli, 2 ed., 1937.
- ENCICLOPEDIA italiana de scienza, lettera e d'arti. Milano/Treves/Treccani, Edizioni Istituto G. Treccani, 1932.
- FEDELE, Pietro. Grande Dizionario Enciclopedico UTET. Torino, UTET, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro. A invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro, Vértice, 1988.
- MILZA, Pierre. Les fascismes. Paris, Édition du Seuil, 1991.
- PARIS, Robert. Histoire du fascisme en Italie. I - Des origines à la prise du pouvoir. Cahier Libres n. 37-38. Paris, François Maspero, 1962.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano**. Tomo 3, vol 3. São Paulo, Difel, 1986.

CASAMENTO. Na história do casamento, tal como na história da [família](#), a propriedade, ou seja, o patrimônio, desempenha o papel fundamental. Quer seja na Antiguidade, entre gregos e romanos, por exemplo, quer seja entre tribos primitivas, o casamento – a consagração institucional da união sexual entre homem e mulher – envolveu sempre, mesmo antes do cristianismo, as respectivas famílias, ou clãs, e uma cerimônia de troca de dons, de presentes, das partes em patrimônio. O casamento é, portanto, uma união sexual institucionalizada, complementada pela troca de bens estipulada de forma contratual, ainda que verbal. Assim sendo, o casamento é originalmente uma instituição civil, um contrato. Os noivos, antes da ascensão da burguesia e de seus valores, eram importantes do ponto de vista ritual, porém, acessórios na definição do ato, na escolha dos cônjuges e das cláusulas do contrato. (v. [Conservadorismo](#) & [Liberalismo](#))

Durante muitos séculos, simbolizando esta situação, a cerimônia que celebrava o contrato matrimonial era mais importante que o casamento. Em Portugal, ela se chamava "esponsais". No direito medieval português, esta instituição veio do código visigótico e caracterizava-se por uma espécie de compra da noiva pela família do noivo, que pagava ao pai um *pretium* (preço), ou *dos* (doação). Em tempos mais remotos, a doação era entregue ao pai da noiva, mas depois passou a ser entregue a ela mesma, sob o nome de *arras*, permanecendo como um patrimônio individual da esposa. É necessário ressaltar que, antes do direito burguês, consubstanciado essencialmente do Código Civil Napoleônico no início do século XIX, a esposa podia ter seu patrimônio individual formal já que, na vigência do casamento, ela não era uma pessoa jurídica, nada podia fazer ou assinar sem o consentimento do marido. (v. [Feminismo](#)) Em Portugal, as *arras* eram o pilar do casamento, tanto assim que a expressão "mulher arrada" era oposta à de "mulher barregã", ou seja, a primeira casada legalmente, a segunda amancebada. Entretanto, desde a Idade Moderna começou a desenvolver-se o regime de comunhão de bens obtidos depois do casamento, que se transformou depois em comunhão total de bens (denominada "carta de metade") que, no entanto, devia ser estabelecida no ato contratual. (v. [Masculino/Feminino](#))

Como em todo o mundo cristão, o casamento herdado dos romanos era um ato civil e assim permaneceu em Portugal durante longos séculos. A implantação do casamento religioso como obrigatório é um longo processo, uma verdadeira luta opondo a Igreja às famílias poderosas que durou cerca de nove séculos. O que estava em jogo desde o início era que, sendo o casamento civil um ato contratual, era passível de dissolução se alguma das partes não cumpria o contrato. A razão mais invocada para a dissolução do matrimônio, ou seja, o divórcio, era a infecundidade da mulher. Tradicionalmente, o homem tinha o direito de repúdio da esposa infecunda; com o tempo esse direito passou a ser usado pelo homem para seus desejos e simpatias pessoais – e isso a hierarquia eclesiástica não podia tolerar. Em sua luta, a Igreja cada vez mais começou a se imiscuir no ato civil do casamento, cujo ritual, a uma certa altura, passou a integrar a bênção do padre aos noivos, no leito nupcial ou na porta da igreja. As autoridades eclesiásticas também se imiscuíram no casamento através das regras do incesto: criando definições complicadíssimas sobre o parentesco que coibia a união sexual, definições que só essas autoridades eram capazes de destrinçar. Assim, a Igreja foi lentamente ganhando terreno e, no século XIII, conseguiu impor o casamento como sacramento religioso e, portanto, obrigatório. Desde essa época, entretanto, o casamento contratual continuou existindo nas margens da sociedade entre as comunidades camponesas mais distantes e, naturalmente, na Colônia.

No Brasil, os postulados da Igreja definidos no Concílio de Trento desde meados do século XVI tiveram vigência absoluta durante o Império. Assim, em pleno século XIX, os casamentos reconhecidos eram apenas os realizados pela Igreja católica, o que valia ainda para os registros de nascimento e de morte, criando não poucos constrangimentos aos raros cidadãos protestantes e judeus. (v. [Conservadorismo no Brasil República](#)) Durante o século

XIX, a modernização burguesa que se impunha mundialmente obrigou os meios governamentais e jurídicos brasileiros a discutir a reforma da legislação – pautada ainda pelas Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603, e por variadas leis complementares que foram recenseadas pelo jurista Teixeira de Freitas em meados do século XIX (*Consolidação das Leis Civis*). O grande debate no Brasil dava-se em torno do seguinte: sabia-se que a modernização burguesa impunha a implantação de um Direito Civil desvinculado do Direito Eclesiástico e que o modelo teria que ser o Código Civil Napoleônico. Ora, esse código, entre diversas novidades, reconstituiu o casamento contratual civil baseado no Direito Romano, inclusive com a possibilidade de divórcio. Nossos juristas, então, esmeraram-se em fórmulas teóricas complicadas que levassem à aceitação do casamento civil como registro legal, proibindo, entretanto, o divórcio e um novo casamento. E foi assim promulgado o Código Civil Brasileiro em 1916. Já o divórcio só seria transformado em lei na década de 1970, depois de árduas polêmicas. (v. [Homossexualidade e Revolta](#) & [Sexualidade](#))

Angela Mendes de Almeida

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Angela Mendes de. O gosto do pecado - Casamento e sexualidade nos manuais de confesores dos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes, in: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.), *História da vida privada - 2*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Revista Brasileira de História: Família e grupos de convívio, nº 17. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família. São Paulo, Marco Zero, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo, Queiroz Ed./EDUSP, 1984.

CASSIANO RICARDO. Cassiano Ricardo Leite, poeta, ensaísta e jornalista, nasceu na cidade paulista de São José dos Campos em 24 de julho de 1895. Iniciou seus estudos de Direito em São Paulo, finalizando-os no Rio de Janeiro em 1917. Ainda como estudante, publicou em 1915 seu primeiro livro de poesia, “*Dentro da Noite*”, de características parnasianas. Cassiano Ricardo não havia, então, despertado para o modernismo, o que veio a ocorrer em meados da década de 1920. Esteve ligado, principalmente, à corrente nacionalista do movimento modernista brasileiro. Participou ativamente dos grupos “*Verde-Amarelo*” e “*Anta*”, formados no decorrer dos anos de 1920, ao lado de Menotti del Picchia, Cândido Motta Filho, Raul Bopp e [Plínio Salgado](#). A recusa às influências estrangeiras – inclusive todos os “ismos” das correntes européias da época – e a busca de uma literatura que expressasse a realidade e a essência brasileiras foram os principais lemas destes grupos, o que derivou num [nacionalismo](#) mítico, cheio de apelos e exaltações à natureza e à raça. Tristão de Athayde chamou Cassiano Ricardo de “o mais nacional de nossos poetas modernos”. Para Roger Bastide, a poesia nacionalista de Cassiano Ricardo assumiu uma feição sociológica, de análise histórica da gênese do Brasil e dos elementos constitutivos de sua organização social. (v. [Conservadorismo](#) & [Oliveira Vianna](#)) O Brasil tupi e colonial estaria na origem da nação, configurando um paraíso tropical no qual se formou a grande raça brasileira, uma mistura orgânica do português desbravador – especialmente o bandeirante que domou e se integrou à natureza –, do índio, do negro e do imigrante. (v. [Eugenia](#)) Como resultado desta mistura bem sucedida estaria a [democracia](#) brasileira, construída com base no amor e sentimentos religiosos. Daí o fato, segundo Bastide, de a democracia de Cassiano Ricardo não se desdobrar em nenhum tipo de crítica ou reivindicação contra as desigualdades existentes entre os brasileiros e se colocar como a democracia do homem cordial, fundada na ausência de preconceitos de qualquer tipo – como podemos encontrar em *Martim Cererê*: “*E assim, esmagada a cabeçorra azul da última légua, o Brasil ficou sendo o que é hoje / No rastro da grande marcha brotaram as cidades, os cafezais; fundou-se a nova civilização baseada no amor por todas as raças*”. Deste período, marcantes são os livros “*Borrões de Verde e Amarelo*”, “*Vamos Caçar Papagaios*” e “*Martim Cererê*”. Neste último, Cassiano Ricardo faz a epopéia da conquista do Brasil, desde a penetração do bandeirante – o gigante – até a São Paulo do século XX, terra do café, do imigrante e metrópole do arranha-céu. Em 1936, integrou ainda a “*Bandeira*” junto com Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Paulo Setúbal, Menotti del Picchia, Monteiro Lobato, Paulo Prado e Mário de Andrade, grupo formado com o objetivo de defender o pensamento brasileiro e os valores culturais, específicos e americanos. Nos anos de 1930, a poesia de Cassiano Ricardo retirou-se da trincheira nacionalista, adquirindo um tom mais lírico e intimista a partir de “*O Sangue das Horas*” e “*Um Dia depois do Outro*”. Em 1937, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, onde defendeu arduamente o reconhecimento e valorização da literatura modernista brasileira. Trabalhou ainda como jornalista no *Correio Paulistano* e em *A Manhã*, periódico carioca. Morreu no Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1974. [v. [Modernismo nas Artes](#)]

Alessandra Carvalho

Referências Bibliográficas:

Cassiano Ricardo. POESIA: *Dentro da Noite*, 1915; *O Evangelho de Pã*, 1917; *Jardim das Hespérides*, 1920; *A Mentirosa de Olhos Verdes*, 1924; *Borrões de Verde e Amarelo*, 1926; *Vamos Caçar Papagaios*, 1926; *Martim Cererê*, 1928; *Canções de Minha Terra*, 1930; *Deixa Estar Jacaré*, 1931; *O Sangue das Horas*, 1943; *Um Dia Depois do Outro*, 1947; *A Face Perdida*, 1950; *Poemas Murais*, 1950; *25 Sonetos*, 1952; *Meu Caminho até Ontem*, 1955; *João Torto e a Fábula*, 1956; *O Arranha-Céu de Vidro*, 1956; *Poesias Completas*, 1957; *Montanha Russa*, 1960; *A Difícil Manhã*, 1960; *Jeremias Sem Chorar*, 1964; *Poesias Escolhidas*, 1965; *Os Sobreviventes*, 1971. PROSA: *O Curupira e o Carão* (col.), 1928; *O*

Brasil no Original, 1936; *O Negro na Bandeira*, 1938; *Elogio de Paulo Setúbal* (discurso de posse na Academia Brasileira de Letras), 1938; *Pedro Luís visto pelos Modernos*, 1939; *Pedro Luís, precursor de Castro Alves*, 1939; *A Academia e a Poesia Moderna*, 1939; *Marcha para o Oeste*, 1940; *A Academia e a Língua Brasileira*, 1941; *Paulo Setúbal, o Poeta*, 1943; *O Tratado de Petrópolis*, 1954; *A Poesia na Técnica do Romance*, 1953; *Pequeno Ensaio de Bandeirologia*, 1956; *João Ribeiro e a Crítica do Pré-Modernismo*, 1956; *Gonçalves Dias e o Indianismo*, 1956; *O Homem Cordial*, 1959; *22 e a Poesia de Hoje*, 1962; *Algumas Reflexões sobre a Poética de Vanguarda*, 1964.

CATOLICISMO SOCIAL (século XIX). No século XIX, numa “era de revoluções” (capitalismo, [liberalismo](#), socialismo, comunismo) e de industrialização, o movimento operário organizou-se graças, principalmente, à iniciativa dos socialistas. Os católicos, contudo, não esperaram a encíclica de Leão XIII (1891), a [Rerum Novarum](#), para enfrentar a Questão Social (muito particularmente a condição dos operários) e se defrontar com as [ideologias](#) liberal, socialista e comunista.[v. [Ação Católica](#) & [Anticomunismo](#)]

Diante da sociedade liberal em formação, os católicos partiram de uma atitude comum: condenavam o amoralismo econômico, o individualismo, o liberalismo nos planos ideológico e político, proclamando sua ilegitimidade ética; afirmavam todavia a inviolabilidade da ordem social respaldada no direito *natural* da propriedade privada. Quanto à intervenção ou ao absentismo do Estado na economia, à determinação do justo salário e ao associacionismo operário as tensões eram notórias. (v. [Política](#) & [Sociedade Civil](#))

Duas tendências muito genéricas dividiram os católicos: a tendência “conservadora” que exortava os pobres à paciência, à resignação, à aceitação da pobreza por seu valor religioso, que recusava encarar a necessidade de reformas de estruturas com medo de “subverter” a ordem estabelecida, que estimulava uma ação caritativo-assistencialista e paternalista; e a tendência “social” (ou reformista) que considerava a pobreza uma questão de [justiça](#) sem deixar de ser objeto da caridade, que distinguiu - muito embora tardia e penosamente - pauperismo e operariado, que reconhecia as reivindicações operárias, que aceitava as reformas de estruturas sem abandonar a ação caritativa.

Paradoxalmente, enquanto os adeptos da primeira tendência eram provenientes do horizonte do catolicismo “liberal”, os da tendência “social” vinham do catolicismo “intransigente” [v. [Intransigentismo](#)]. Este nascera contra-revolucionário, fixara-se posteriormente na defesa da religião e na restauração da Cristandade, fez-se protestatário em consequência da Questão romana (1870-1929), a qual resultara da Unificação italiana e do *Risorgimento*. Durante o pontificado de Leão XIII (1878-1903), tornou-se um catolicismo de movimento e reconquista mediante um apostolado popular - os estímulos do papa de “sair da sacristia e ir ao povo”, de sair do “gueto” católico - e uma ação social na base, definindo-se então como um catolicismo *social* e *integral* [v. [Integrismo](#)] - no plano das representações e dos discursos - e um *movimento social católico* - no plano das práticas. (v. [Conservadorismo](#))

Até a publicação da *Rerum Novarum*, o catolicismo social conheceu duas fases: a primeira perdurou até 1870-78 e viu as primeiras reflexões ainda insuficientes e as primeiras realizações prevalentemente caritativo-assistenciais. A segunda fase compreendeu o pontificado leonino até 1891, quando ocorreram as discussões fecundas em torno da consideração de uma “doutrina social cristã” e as primeiras experiências, díspares, no plano associacionista como os *Cercles Ouvriers* (França), os *Vereine* (Alemanha), a *Opera dei Congressi* (Itália), os *Knights of Labour* (EUA). Esta fase encerrou-se com a *Rerum Novarum*. Durante todo o século XIX, os católicos sociais estiveram profundamente divididos quanto à Questão Social e, em particular, ao movimento operário. Uma das vertentes do catolicismo social agrupava os adeptos da Escola de Angers, apoiada por D. Freppel, pelos jesuítas dos *Études* e pelo professor de economia política, Charles Périn (Lovaina). Recusavam o intervencionismo do Estado, afirmavam que o salário era determinado somente pela lei da oferta e da procura e esperavam que a solução da Questão Social seria resolvida com o espírito cristão dos patrões e com as obras de beneficência.

A outra vertente, majoritária, seguia um organicismo social de corte associacionista. Teve um grande impulso com os discursos proferidos por D. Ketteler na catedral de Mogúncia (1848) e seu livro *Die Arbeiterfrage und das Christentum* (1864), datadas respectivamente do Manifesto comunista e da Primeira Internacional. Esta vertente do catolicismo social encarava o salário justo como aquele que levava em conta as exigências mínimas do operário, às vezes eram consideradas igualmente as da [família](#) e, raramente, era incluídos certos aspectos de

providência social. As divergências eram maiores quanto a outros temas, levando ao aparecimento de três ramos desse catolicismo: a Escola austríaca, animada por von Vogelsang, pensava que as corporações (associações mistas de patrões e operários) deveriam ser impostas pelo Estado; a Escola francesa, liderada por La Tour du Pin, Albert de Mun, Léon Harmel, preconizava que as corporações deveriam ser livres, espontâneas, mas reconhecidas pelo Estado; a Escola de Liège, apoiada por D. Doutreloux e seu vigário geral Pottier, que defendia a intervenção do Estado e dos sindicatos (associações de operários somente). Estas também eram a opção dos *Knights of Labour*, protegidos pelo arcebispo de Baltimore, D. Gibbons. Os diversos grupos associacionistas da Europa mantinham contatos regulares graças à União de Friburgo (Suíça), que se reunia anualmente sob a presidência de D. Mermillod. Todas as tensões do movimento social católico confluíram para Roma. Leão XIII pronunciou-se com a *Rerum Novarum* em 1891, texto de consenso no qual tentou atender, em graus diversos, todas as correntes do catolicismo social.

Francisco J.S.Gomes

Referências Bibliográficas:

- AUBERT, Roger. Nova História da Igreja: a Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno, vol. 5, t. 1. Petrópolis, Vozes, 1975.
- MARTINA, Giacomo. La Chiesa nell'età del totalitarismo, vol.4. Brescia, Morcelliana, 1979⁴.
- MAYEUR, Jean-Marie. Catholicisme social et démocratie chrétienne. Paris, Cerf, 1986.
- POULAT, Émile. Église contre Bourgeoisie. Paris, Castermon, 1977.
- PRÉLOT, Marcel; GALLOUEDEC-GENUYS, Françoise. Le libéralisme catholique. Paris, A.Colin, 1969.

CAUDILHISMO. Na América Latina, o caudilhismo corresponde ao período de organização dos Estados nacionais, com a emergência de lideranças regionais que resistiam à centralização de poder que os grupos exportadores tentavam impor nos nascentes países. O caudilhismo ocorreu por todo o continente, mas especialmente no Prata foi muito marcante desde Maio de 1810 até o início deste século. Os caudilhos platinos eram todos, sem exceção, proprietários de grandes estâncias de criação; estes, no fim do período colonial, produziam para o mercado controlado pelos comerciantes monopolistas, além do contrabando com os luso-brasileiros e com os ingleses. A Independência, liderada por Buenos Aires, desarticulou as economias regionais, ao mesmo tempo em que não criou um mercado interno: a expressão política dos produtores refletia uma desconformidade contra as autoridades que pretendiam centralizar as decisões e uma reação contra a nova ordem econômica que priorizava as exportações de Buenos Aires e estagnava as economias interioranas. (v. [Conservadorismo](#))

A emergência dos caudilhos causou o fracionamento das antigas Intendências, dando origem às várias províncias que, em conjunturas adversas, manifestavam-se através dos seus grandes comandantes: a Banda Oriental com Artigas, mais tarde Oribe e Rivera; Entre-Rios com Ramirez, depois Urquiza, Santiago del Estero com Ibarra, mais tarde os Taboadas; Salta com Martin de Güemes; La Rioja com Facundo, depois Peñaloza, e muitos outros mais. O Rio Grande, com uma história colonial análoga à do Prata, também foi marcada pelo caudilhismo, como no caso dos Farrapos insurgentes contra o Império, e mais tarde as Revoluções de 1893 e 1923. (v. [Caudilhismo: Debate Historiográfico](#))

Apesar de o caudilhismo estar associado a uma concepção *federalista* de organização política, oposta à visão *unitária* daqueles que construía o Estado nacional em função da economia exportadora, as disputas entre as diferentes regiões-província impediram que se concretizassem quaisquer propostas mais sólidas de confederação. Por outro lado, o predomínio de *federales* no poder em Buenos Aires durante o governo de Rosas não reverteu a penúria das províncias, e muitos caudilhos fizeram causa comum com os *unitários* que combatiam o chefe *porteño*. Assim, a guerra civil que caracterizou o Prata do século XIX mostra um quadro aparentemente caótico, o que se deve a uma óptica que examina a realidade a partir do Estado nacional, enquanto a unidade política mais palpável era a região-província com sua relativa ordem pública e manutenção das atividades produtivas. Nestas, as relações sociais prevalecentes eram aquelas entre os estancieros e seus peões, trabalhadores rurais livres cujas relações de trabalho – arrendamento da terra – condicionavam vínculos pessoais que tornavam os patrões capazes de converter os empregados em milícias privadas, as *montoneras*. Sempre que os interesses dos estancieros estivessem em jogo, formavam-se os contingentes de cavalaria ligeira para as guerras de movimento, adequadas à falta de recursos e aos hábitos dos campeiros. *Montonera* foi uma expressão criada pelos espanhóis para nomear as forças irregulares no Prata, derivada de *montón* (plebe ou ralé); os liberais *porteños* manteriam o seu sentido pejorativo. Os caudilhos negavam a si próprios este qualificativo, intitulado-se chefes ou comandantes, bem como o de *montoneros* aos seus soldados, usando tais expressões para denegrir os seus adversários. Na medida em que o caudilhismo era indissociável das guerras civis, era muito comum designar de *anarquistas* ou *bárbaros* aos caudilhos e seus *montoneros*, que também usavam tais expressões em relação aos seus [inimigos](#) políticos. (v. [Oposição/Situação & Política](#))

A visão liberal sobre o caudilhismo, que se tornou o discurso oficial do Estado Oligárquico argentino, vê o fenômeno como resultado do [atraso](#) inerente à plebe rural da campanha, condicionada pelo meio físico e pelas características étnicas, reproduzindo em terras americanas os senhores feudais e suas hordas. Para a superação do caudilhismo era necessária não apenas a eliminação de caudilhos e *montoneros*, “não economizando sangue de gaúchos”, mas também uma modernização que levasse ao interior as estradas de ferro, o telégrafo e as escolas, “não havendo mais meio de acabá-los que terminando com o deserto” [v. [Caudilho](#) &

[Völkisch](#)]. Mais pragmaticamente, o Estado Oligárquico cooptou os caudilhos oferecendo compensações econômicas (participação nas rendas aduaneiras e incorporação das suas dívidas) e políticas (manutenção dos poderes provinciais e representação no parlamento nacional). Os chefes provincianos mantiveram suas bases regionais e a população rural apoiaria os seus senhores, comparecendo agora nas listas eleitorais. (v. [Sociedade Civil](#))

O pensamento de direita no Prata reiterou neste século a associação do caudilhismo com o atraso e a anarquia, contrapostos ao progresso e à ordem que ditava o Estado nacional. Quando ocorreram crises que comprometiam a dominação liberal, levando os trabalhadores a apoiar propostas anti-oligárquicas, esta adesão dos *cabecitas negras* oriundos do campo foi facilmente associada àquela dos *montoneros* aos seus caudilhos: a oligarquia exportadora, o alto clero, os pensadores liberais e os comandantes das Forças Armadas referiram-se aos populistas e seus seguidores como representantes da ignorância e do desgoverno. Por outro lado, o que era pejorativo podia ser construído como dignificante e, não por acaso, [Perón](#) foi também visto pelos seus seguidores como um continuador de Rosas: a direita peronista resgatava o *Restaurador de las Leyes*; a esquerda, o feroz contendor do elitismo pró-europeu dos liberais, sendo *Montoneros* o nome escolhido pelos que optaram pela guerrilha para combater as [ditaduras](#) militares na Argentina.[v. [Populismo](#) & [Direita Argentina](#)]

César Augusto Barcellos Guazzelli

Referências Bibliográficas:

ALBERDI, Juan Bautista. Bases y Puntos para la Organización Política para la Republica Argentina. Buenos Aires, Plus Ultra, 1981.

CHIARAMONTE, José Carlos. Nacionalismo y Liberalismo Económicos en Argentina. Buenos Aires, Hyspamérica, 1971.

PLÁ, Alberto J. Ideología y Método en la Historiografía Argentina. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo o Civilización y Barbárie. Buenos Aires, Sopena, 1952.

ZORRILLA, Ruben. Extracción Social de los Caudillos. Buenos Aires, La Pleyade, s/d.

CAUDILHISMO: DEBATE HISTORIOGRÁFICO. A edição de 1729 do dicionário de espanhol da Real Academia de España dá-nos uma perfeita definição da noção de cacique ou [caudilho](#), referindo-se a uma realidade espanhola que será rapidamente conhecida na América latina: *tratase del dominio del más enérgico o el más violento, que se convierte en el primero de su pueblo o de la república, el que tiene más mando y poder, y quiere por su soberbia hacerse temer y obedecer de todos los inferiores*. Assim, com grande capacidade de síntese, pode-se observar uma característica básica apontada no *cursus honorum* do cacique ou caudilho: o seu caráter de líder sendo construído junto ao prestígio que lhe é conferido pelo grupo social envolvente. (v. [Autoridade](#) & [Coronelismo](#)) A sua origem, assim como a explicação de sua longa sobrevivência na [história](#) latinoamericana, explicar-se-ia através do vazio institucional surgido na esteira das invasões napoleônicas e das guerras de independência no alvorecer do século XIX. Assim, frente ao colapso do estado espanhol – derrotado na própria metrópole –, personagens locais, na maioria das vezes *criollos*, até então apartados do poder político por medidas discriminadoras espanholas, açambarcam o poder. A escala ou extensão desse poder é bastante desigual e mesmo conjuntural, porém, um dado é comum a partir daí, como nos diz Chevalier: *el gobierno nacional, regional y local fue constantemente acaparado por estos personajes todopoderosos*.

A explicação clássica, não de todo desprovida de certo preconceito, volta-se para um atavismo incontornável, explicado à luz de um iberismo mal definido e oposto a uma [tradição](#) de *self-governement* típica dos países de origem anglo-saxã. (v. [Atraso](#) & [Liberalismo](#)) Na verdade, as questões conjunturais, ao lado das estruturas econômicas e sociais implantadas na América Latina desde os primeiros tempos da colonização, deveriam explicar melhor a emergência de tais homens. A instituição de grandes domínios agrários – tornados produtivos através de uma série de formas compulsórios de organização do trabalho (desde a mita até a escravidão sem peias) e onde o poder público desempenhava um papel frouxo, ou era mesmo ausente – deveria ser um elementos central na teoria explicativa do [caudilhismo](#). Quando este estado, mesmo frouxo em seu alcance, desaparece durante as guerras de independência é natural que muitos desses homens tomem para si as prerrogativas estatais, muitas vezes avançando até a conquista de um poder político supra-regional. Assim, o caudilhismo surge num espaço de vazio institucional e burocrático, onde muitas vezes a única esperança de justiça, proteção ou de distribuição de favores e dons residia na grande morada senhorial.

Dois casos de exceção face ao caudilhismo ilustrariam, *in contrario*, esta hipótese de trabalho: por um lado, a monarquia brasileira, quando consolidada, atravessa um longo período de estabilidade e prosperidade, relegando para o domínio local a atuação dos caciques (no caso, os chamados *coronéis*); por outro lado, quando o México consegue estabelecer um regime centralizado forte, primeiro com [Porfirio Díaz](#) em 1876 e depois com a institucionalização do PRI, o fenômeno do caudilhismo desaparece do cenário político. Em ambos os casos, não se trata da inexistência de chefetes locais desejosos de dispor do poder ou dividir entre si as benesses públicas. A origem comum do fenômeno – a grande propriedade e a coação da mão-de-obra – garante a universalidade do fenômeno no continente. Entretanto, em ambos os casos, os poderes centrais do Rio de Janeiro e da Ciudad de México souberam e puderam constituir um poder suficientemente forte para enquadrar (e não extinguir) o caciquismo – nestes casos, reduzido a fenômeno local, base capilar dos próprios regimes centralizados.

Da mesma forma, a hipótese de que o caciquismo representaria um fenômeno de transição entre as estruturas sociais e políticas de [antigo regime](#) e as formas mais modernas de organização [política](#) afigura-nos incompleta. Na verdade, a longa ressurgência do caudilhismo no cenário continental mostraria o seu alcance para além de uma pretensa transição. O risco aqui seria voltarmos, ao reconhecermos a sua constante reinvenção, à tese da patologia latinoamericana. (v. [Revisionismo Histórico Argentino](#)) Antes disso, dever-se-ia ter claro que as condições de mudança social não se realizaram no continente e as permanências do

latifúndio e do trabalho compulsório são constantes. Para aceitarmos a tese do caudilhismo como fenômeno de transição, deveríamos avançar na caracterização da mesma transição enquanto incompleta e mesmo permanente (neste caso, valeria a comparação com os países anglo-saxões), incapaz de eliminar as estruturas econômico-sociais arcaicas geradoras do mandonismo: o latifúndio e o trabalho compulsório. Assim, a ausência de mudanças estruturais profundas – alguns diriam a ausência de uma revolução burguesa – implicaria na constante possibilidade de emergência de experimentos autoritários. (v. [Conservadorismo & Ditadura](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

CHEVALIER, François. América Latina. Barcelona, Labor, 1979. p. 191.

LAMBERT, Jacques. América Latina: estructuras sociales y Instituciones Políticas. Buenos Aires, Ariel, 1973 (1968).

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

MOTTA, Marcia. Nas fronteiras do poder. Rio de Janeiro, Arquivo Público, 1998.

POMER, Léon. As independências na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1981.

ROUQUIÉ, A. Le rôle politique des forces armées en Amérique Latine: État des travaux. Revue Française de Sciences Politiques, 1969(4): t. XIX.

CAUDILHO. Caudilho é a tradução da palavra espanhola *caudillo*, derivada das expressões latinas *caput* e *capitellum*, respectivamente “cabeça” e “capitão”. O sentido mais genérico de caudilho seria o de alguém que é o “cabeça” ou que “capitaneia” um grupo numeroso, um chefe político ou militar, um comandante de tropas armadas, o que serviria para Alexandre, para El Cid, ou na América para San Martín ou Bolívar. No entanto, interessa um sentido mais estrito da palavra, que remete para as lideranças afiançadas em bases regionais que se insurgem contra as organizações políticas que pretendem um nível mais centralizado de poder. Classicamente, o caudilho é o líder de uma região-província que recusa obediência às instituições dos emergentes Estados nacionais que se construíam na América latina durante o século XIX. (v. [Caudilhismo](#) & [Caudilhismo: Debate Historiográfico](#))

Presentes em todo continente, foi no Prata que os caudilhos tiveram sua máxima expressão política, num prolongado processo de guerras civis que avançou no século XX. Em consequência, foram também autores platinos os que primeiro tentaram explicar os caudilhos e desenvolver projetos para a superação do que lhes parecia um fenômeno ligado à natureza da colonização e às condições ambientais do mundo americano. Assim, o que hoje pode ser identificado como uma visão da “direita” sobre os caudilhos é um corolário do pensamento dos liberais do século XIX, entre os quais sobressai o nome de Domingo Faustino Sarmiento. Escritor de grande produção, Sarmiento foi também um político atuante, tendo sido governador de San Juan e presidente da Argentina, com diversos enfrentamentos pessoais com os caudilhos. Ímpar em sua obra é o livro “Facundo”, cujo subtítulo “Civilização e Barbárie” criou uma dicotomia que se tornou clássica nas análises da América latina do século XIX. A Civilização tinha um *topos*: era a [Europa](#), com suas instituições, seu desenvolvimento econômico e sua refinada cultura. A barbárie era a América, onde não existiam instituições políticas estáveis além da estagnação econômica devida ao [atraso](#) e incultura de suas populações. Desfazer a dicotomia significava impor a “civilização”, ilhada em Buenos Aires, destruindo o mundo “bárbaro” das províncias, sendo essencial um diagnóstico adequado destes males. (v. [Ocidente](#))

Para Sarmiento a existência dos caudilhos tinha duas determinações básicas: a primeira delas derivaria de uma combinação de etnias inferiores – índios, negros e europeus meridionais –, que teriam “resultado num todo homogêneo que se distingue pelo amor à ociosidade e à incapacidade industrial”. (v. [Eugenia](#)) A segunda era dada pela dureza de condições do ambiente, com o *desierto* impondo “o predomínio da força bruta, a preponderância do mais forte, a autoridade sem limites e sem responsabilidade dos que mandam”. Como resultado, a América estava num estágio “feudal”, com alguns núcleos civilizados – como Buenos Aires, com suas instituições, debates políticos e cultura urbana – cercados pelos caudilhos: “algo parecido com a feudalidade da Idade Média, em que os barões residiam no campo e, desde aí, hostilizavam as cidades e assolavam os campos”. A adesão da plebe rural aos caudilhos também seria uma característica feudal, onde “a tradição é a arma coletiva destas estólicas multidões embrutecidas pelo isolamento e pela ignorância”. (v. [Oliveira Vianna](#))

Outro liberal que combateu os caudilhos como governador de Buenos Aires e como presidente da Argentina foi Bartolomé Mitre, também autor de uma extensa obra. No livro “História de Belgrano”, estabelece com clareza que caberiam às minorias civilizadoras o papel de guiar a humanidade e que os liberais *porteños*, herdeiros do unitarismo de Rivadavia, portavam também os verdadeiros ideais do Movimento de Maio e da [Revolução](#) Francesa. Os caudilhos, recusando a liderança nacional que se construíam, impediriam que as populações atrasadas trilhassem os caminhos da civilização. A capacidade de mobilização dos caudilhos, “alimentada por uma paixão política e ao mesmo tempo por uma idolatria pessoal”, tornava-os obstáculos para o mundo moderno, como no exemplo de Artigas, que poderia ter-se “erguido ante a história se tivesse possuído alguma das qualidades do patriota ou do guerreiro”. (v. [Conservadorismo](#))

Os liberais do século XX reiteraram este pensamento legitimador dos seus atos: o extermínio dos índios e dos gaúchos, a imigração européia, a economia agroexportadora do porto e o papel subsidiário das províncias, a submissão ou o desaparecimento dos seus caudilhos foram medidas necessárias em prol da civilização. Ramón Cárcano, por exemplo, no livro “Juan Facundo Quiroga”, explica a liderança exercida pelo caudilho em função da barbárie que caracterizaria as províncias, onde “nos espíritos simples a devoção alcança o fanatismo, especialmente entre as agentes sem a menor cultura”. Outro autor, Julio Aramburu, atribuiu a Mitre o papel de verdadeiro fundador da nação, qualificando as enérgicas ações militares do seu governo contra os caudilhos que ainda insistiam na manutenção das autonomias provinciais como uma obra de “pacificação da República”. (v. [Autoritarismo](#) & [Ditadura](#))

A historiografia liberal, em suma, manteve aquela visão dual da sociedade criada por Sarmiento, onde aos “civilizados” caberia a imposição do seu modelo. O Estado nacional afirmara-se e a destruição dos caudilhos fora uma tarefa cumprida em nome do progresso. Mais tarde, a crise econômica e do modelo de Estado excludente que se construía traria novamente manifestações contrárias à oligarquia exportadora. Os trabalhadores que haviam migrado do campo para os centros urbanos eram sensíveis a este discurso, que havia sido formulado pelos caudilhos do século XIX. A liderança carismática de alguma forma recriava uma forma de participação que o Estado liberal-oligárquico não reconhecia. (v. [Porfírio Díaz](#))

César Augusto Barcellos Guazzelli

Referências Bibliográficas:

- ARAMBURU, Julio. Historia Argentina. Buenos Aires, El Ateneo, 1949.
- CÁRCANO, Ramón J. Juan Facundo Quiroga. Buenos Aires, Losada, 1960.
- MITRE, Bartolomé. Historia de Belgrano. Buenos Aires, EUDEBA, 1967.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. El Chacho. In VARIOS, Vida del Chacho. Buenos Aires, Rodolfo Alondo Ed., 1973.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo: Civilización y Barbárie. Buenos Aires, Sopena, 1952.

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE OLAVO BILAC (1965). Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac nasceu a rua da Vala, no Rio de Janeiro, a 16 de dezembro de 1865. Sua biografia geralmente envolve uma imagem muito cultivada no meio literário brasileiro de que, por ser parnasiano, Olavo Bilac seria alienado aos temas políticos e que só teria se inserido nos debates políticos tardiamente. Assim, para o governo militar instaurado de 1964, ao homem da não-ação, ao contemplativo, reunir-se-iam o civismo, a idéia de progresso e a crença no exército como interventor político, como salvador da Nação contra “estrangeirismos políticos”. É isto que está presente nas intenções da comissão formada por membros do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério Militar ao organizar as solenidades comemorativas do Centenário de Nascimento de Olavo Bilac, que transcorreria em todo território nacional no dia 16 de dezembro de 1965, coincidindo também com a semana do reservista. Desta forma, o Golpe Militar do ano anterior seria remontado a uma tradição de meio século, começada nas campanhas civilistas e “reafirmada” nos livros didáticos de Bilac. (v. [Conservadorismo](#) & [Ideologia](#))

As dezoito conferências de Bilac durante a Campanha Civilista, feitas entre outubro de 1915 e dezembro de 1916, foram reunidas sob o título “A Defesa Nacional” e a Biblioteca do Exército reeditou-as por ocasião das solenidades do centenário de seu nascimento, com o preâmbulo “O que significa este livro?”, escrito por Carlos Maul, deixando, portanto, entrever as intenções que cercaram o evento. (v. [Liga de Defesa Nacional](#))

Toda a produção escrita de Olavo Bilac não poderia ser registrada aqui, pois nela contamos mensagens publicitárias, notícias literárias, peças não assinadas, romances, sátiras de costume e política, crônicas, contos, poesias, traduções de peças de Shakespeare, livros didáticos, um guia para viajantes no Brasil e uma ininterrupta vida como publicista em jornais mineiros, paulistas e cariocas. A sua produção literária, *estrito senso*, não ficaria encastelada e protegida do fluxo da experiência, por isso mesmo, deveria ser analisada à luz dos vários contextos em que foi elaborada. O próprio poeta, em entrevista a João do Rio, diria que o artista sente mais fortemente as dores do mundo, que não era um trabalho ou aspiração à parte, pois todas as preocupações humanas se enfeixam e misturam de modo inseparável. Portanto, não há torre de marfim e a arte está sujeita ao meio e ao tempo.

Em uma afirmação como esta, que muitos poderiam pretender afirmar que é contraditória com um poeta parnasiano, torna presente a maneira que o poeta pensa o parnasianismo e uma provável influência do *gestaltismo*: os homens não podem contar com suas idéias antes que elas encontrem a sua forma verbal e sem a busca das palavras exatas não há idéias vivas que possam ser expressas com segurança e clareza, não há perfeita comunicação de sentimentos. Isto envolve, conseqüentemente, estudo e trabalho que aperfeiçoe os sentidos, daí a importâncias dada por ele à necessária expansão do ensino gratuito como base para o progresso.

Ao comparar os discursos de Bilac em suas conferências literárias aos discursos da campanha civilista, podemos ver se desenhar um projeto modernista conservador, mas voltado para uma realidade social e política bastante distinta da pretensa continuidade que foi pensada pelos organizadores das solenidades de seu centenário.

Inventar tradições legitimadoras, encontrar razões para se viver junto e definir um projeto de futuro comum, tais são as tarefas que se espera dos dirigentes de um Estado que pretende se constituir em Nação. (v. [Nacionalismo](#)) Tais tarefas são difíceis quando se depara com grandes disparidades sociais e regionais, banhadas por um miscelânea étnica, onde a própria presença européia é desagregante. (v. [Coronelismo](#) & [Caudilhismo](#)) Foi uma minoria dominante que pretendeu traçar um perfil civilizacional para o Brasil com olhos para a [Europa](#). Como Bilac se comportara frente a essas questões?

O Brasil guardaria em suas tradições uma origem diferente, absorvedora das diferenças raciais, cuja união seria colocada sob o abrigo da unidade da língua – elemento básico

conformador de um espírito comum. Por isso mesmo, Bilac acreditava que nenhuma condição é imutável, que não há organismos superiores e inferiores, incapazes de força, defesa e progresso. Assim, a instrução seria fundamental para modernizar os indivíduos, fazendo deles cidadãos conscientes de seus direitos e deveres com a Pátria, respeitoso da propriedade privada, submetidos à autoridade pública (zeladora do bem comum). Os indivíduos devem ser modernizados para que desempenhem bem o seu trabalho, para que alcancem o máximo possível de sua própria energia, para que seus máximos individuais não se percam egoisticamente, pois “tão útil é o lavrador que cultiva a terra como o filósofo que fecunda as almas, tão útil é o comerciante que propaga os produtos do trabalho como o poeta que propaga as idéias e sentimentos”.

Percebe-se, portanto, que em muitas de suas conferências dirigidas a acadêmicos, Bilac conclamava estes a abandonarem preceitos científicos que prescreviam que meio, clima e raça definem as aptidões de um povo ao progresso ou ao [atraso](#), e os incitava a atuar no projeto civilizador. (v. [Eugenia & Ocidente](#)) Desta forma, se às populações do litoral e do sertão faltava instrução, o ensino gratuito seria um meio de aperfeiçoamento físico e moral que possibilitaria um melhor aproveitamento e organização do trabalho, não colocando em questão as estratificações sociais. Neste sentido, a pobreza antes de ser um mal social é um mal moral, de responsabilidade dos sucessivos governos que não prestaram a assistência adequada. Assim, através da instrução poderia haver uma depuração moral com base no [civismo](#) e todos na sociedade ver-se-iam com uma função a completar numa comunhão moral. Afinal, “a divisão do trabalho é uma lei fundamental e soberana da vida social” e quanto mais é dividido o trabalho humano, “maior é a ação do homem sobre a [natureza](#)”.

Bilac tinha consciência do baixo investimento que se fazia na ampliação das instituições de ensino “ao lado do quartel”, por isso, imaginou que a obrigatoriedade do serviço militar associada à instrução primária obrigatória seria uma forma de nivelamento moral e político (não esqueçamos que o voto era proibido aos analfabetos), um filtro apurador: na caserna, a “massa amorfa e triste da multidão” sairia consciente de possuir pátria, seria higienizada, regenerada fisicamente e psiquicamente, saindo da indiferença e da letargia; por outro lado, quem já possuísse a independência do dinheiro teria a chance de ter seu espírito elevado, sendo capaz de sobrepor-se aos próprios interesses e livrar-se do ceticismo. Aqui é possível identificar uma hierarquização com relação à [cidadania](#): o primeiro grupo, ao se tornar adulto com certo grau de desenvolvimento intelectual e com consciência de sua razão, direitos e deveres, seria – se deturparmos o sentido dado ao termo por Benjamin Constant – “cidadãos passivos” com capacidade de votar; o segundo grupo, investido de uma formação intelectual e moral completa e capaz de sobrepor-se aos próprios interesses, teriam a “sagrada missão de governar e dirigir as multidões”. Ora, uma república dirigida por notáveis superaria os jogos partidários, tornando-os inúteis, marcas do egoísmo e do regionalismo. Aqui, diferente da perspectiva de August Comte, o governo dos sábios não desconfia da soberania do Povo expresso nas assembléias, pelo contrário, forma-se a partir dela. [v. [Conservadorismo no Brasil Império & Partido Político de Direita](#)]

Na República Velha, disputas partidárias eram necessariamente disputas regionais, trocas de favores e intervenções nas escolhas políticas dos estados. Na compreensão de Bilac, esses “egoísmos” incapacitavam qualquer governo a estabelecer uma uniformidade jurídica, econômica e cívica do território nacional; o próprio comércio que, em sua perspectiva moral-liberal, era um “repartidor do trabalho e da riqueza”, aproximador dos povos, uniformizador dos costumes e idiomas, empreendedor da solidariedade entre os homens, elucidador da geografia, estava então travado por barreiras fiscais que um estado impunha ao outro menos por questões financeiras do que políticas. (v. [Oposição/Situação](#))

A realidade política e econômica que cerca o discurso modernizante e conservador de Olavo Bilac é bem distinta, pois, daquela do Golpe Militar de ‘64. Bilac jamais defendera o

[militarismo](#); pensara, isto sim, o exército como laboratório de civismo (entendido como *responsabilidade moral* com a Pátria e *liberdade cívica*) e seus oficiais como educadores e disciplinadores no sentido moderno do ensino, ou seja, formador de aptidões mas sem imposição de opiniões ou sufocador da vontade alheia, estimulador do espírito e da razão, das sensações, sentimentos e idéias. (v. [Liberalismo](#)) Elogiou Deodoro da Fonseca por imaginá-lo como braço forte necessário para concretizar institucionalmente a república, o corpo de uma idéia; atacou em Floriano Peixoto tudo aquilo que caracterizava uma intervenção autoritária do Exército sobre a política e o risco de continuidade do estado de sítio. De acordo com suas idéias, o Exército deve estar preparado para intervir na guerra quando esta é um “fato”, pois “todo organismo que não se defende enfraquece-se e desaparece”.

Entretanto, para os atores do Golpe Militar de ‘64, a “guerra” era contra um [inimigo](#) interno “estrangeirado” e o discurso belicista de Bilac ante à Grande Guerra pôde, então, ser transfigurado em um cerimonial legitimador de sua ação militar contra o “perigo comunista”, enquanto os seus atores puderam se arvorar em “poder moderador” – frente à subversão dos valores morais da nacionalidade – e “restaurador” da ordem ao pretender expulsar os “invasores”. [v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar & Governabilidade](#)]

Olavo Bilac morreria na madrugada de 28 de agosto de 1918, contrário a qualquer rima forçada entre despotismo, restrição da liberdade individual e progresso. Se, como diria a Afonso Arinos na ocasião em que este seria eleito para a cadeira de número 40 da Academia Brasileira de Letras (18 de setembro de 1903), as aspirações políticas da humanidade não poderiam caber dentro de um círculo partidário, menos ainda poderiam ser sufocadas por um cerco militar. (v. [Autoritarismo](#), [Baderna](#) & [Ditadura](#))

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

- BILAC, Olavo. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1965.
BILAC, Olavo. Conferências Literárias. Paris, Aillaud-Alves e Cia, 1912.
FAURÉ, Henri. Race et Nation au Mexique: De l’Indépendence à la Révolution. In Annales HSS, Julho-Agosto, 1994(4): pp.951-976.
IM HOF, Ulrich. La Europa de la Ilustración. Barcelona, Crítica, 1993
JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os subversivos da República. São Paulo, Brasiliense, 1986.
JORGE, Fernando. Vida e Poesia de Olavo Bilac. São Paulo, T.A. Queiroz, 1992. (4ª ed.)

CHATEAUBRIAND, François René de (1768-1848). Escritor e homem de Estado, ministro dos negócios estrangeiros de 1823 a 1824 e várias vezes embaixador nas grandes capitais européas sob a Restauração, passou sem razão a ser considerado instável em matéria de política. Entretanto, do jovem fidalgo provinciano que embarcou para a América, em 1791, alimentado de leituras de Jean-Jacques Rousseau, ao dirigente do partido ultra-regalista que publica *La Monarchie selon la Charte* (1816) permanece uma mesma fidelidade à monarquia constitucional, à idéia de liberdade individual e à religião católica. Esta última, para o autor de *Génie du Christianisme* (1801), ferozmente contrário à incredulidade sistemática de Voltaire e que verá os estragos causados pela impiedade e pela perseguição anti-religiosa durante a [Revolução](#) de 1789, encarnaria ao mesmo tempo a [tradição](#) e a fonte criadora da civilização européia. (v. [Ocidente](#)) Chateaubriand foi, além disso, o mestre do pensamento da escola romântica que, ao lado de Victor Hugo e Alfred Vigny, esteve resolutamente engajado no movimento regalista legitimista e católico. (v. [Catolicismo Social: século XIX](#))

Chateaubriand, que recusou o absolutismo do [Antigo Regime](#), freqüentara as monarquias reagrupadas em torno de Malouet e de Lally-Tolendal durante o seu eixo londrino de viagens (1793-1799). Foi favorável a uma monarquia à inglesa, na qual o soberano exerce o *poder neutro* teorizado por Benjamin Constant. Foi favorável ao poder das Câmaras, convicção que o fará sustentar a *Câmara Inencontrável* contra o próprio Luís XVIII e a liberdade de imprensa, que para ele parecia ser um contra-poder. (v. [Conservadorismo](#) & [Liberalismo](#))

Entretanto, embora autor, em 1797, de um *Ensaio* histórico sobre as revoluções que desagradou aos emigrados contra-revolucionários, Chateaubriand foi efetivamente um dos pilares do partido *ultra*, um partidário indefectível do tronco primogênito dos Bourbons, um chefe legitimista que pôs fim à sua carreira política, em 1830, quando recusou prestar sermão a Louis-Philippe. Tudo isto, desde o início, por **fidelidade**: em 1804, enquanto foi embaixador do império em Valais, a execução do duque d'Enghien o fizera romper com Bonaparte, ao qual atacou sem concessões em sua brochura de 1814 – *De Bonaparte, dos Bourbons e da necessidade de se aderir aos nossos príncipes legítimos*. E também por **convicção**: se Chateaubriand jamais aderiu ao dogma republicano da soberania popular, compreendeu, entretanto, que era impossível seguir os regalistas dogmáticos em sua vontade de restaurar sem alteração o Antigo Regime. A respeito disso, Chateaubriand sempre teve o olhar crítico do pequeno nobre de província, que constatou, vislumbrando Versalhes, como a alta nobreza de corte – à qual ele detestava – provocou, por sua imperícia e sua decadência, a queda da realeza. (v. [Burocracia](#)) Foi, enfim, por sentido de honra, sentimento, segundo ele, inseparável da nobreza, que adere ao Conde de Chambord sob a Monarquia de Julho.

Sobre a noção de liberdade, central em sua obra e em sua ação política, Chateaubriand evoluiu. No *Ensaio* histórico, ele a entendeu, como os Antigos, no sentido de liberdade confinada na esfera do privado. (v. [Sociedade Civil](#)) Em 1826, nas notas que acompanhavam suas obras completas, ele aderiu à idéia de uma *liberdade filha das Luzes*. Até o fim, ele entendeu que a República poderia salvaguardar, tanto quanto a monarquia temperada, os valores essenciais da liberdade. (v. [Democracia](#)) Ele insistira nas *Memórias de além-túmulo* que o futuro da [Europa](#) era republicano e queria, de uma certa maneira, curar as feridas nascidas da Revolução Francesa combinando a estabilidade e a tradição do poder monárquico com a liberdade republicana que se encarnava em uma Câmara soberana. (v. [Política](#))

Jean-Yves Camus

Referências Bibliográficas:

BARBERIS, Pierre. Chateaubriand, une réaction au monde moderne. Paris, Editions Larousse, 1976.

CHATEAUBRIAND, François-René de. Grands écrits politiques. Paris, Imprimerie Nationale, 1993. 2 vols. (Edição organizada por Jean-Paul Clément)

CLÉMENT, Jean-Paul. Chateaubriand politique. Paris, Hachette, 1987.

CLÉMENT, Jean-Paul. Chateaubriand, biographie morale et intellectuelle. Paris, Flammarion, 1998.

PAINTER, George D.. Chateaubriand: Une biographie. Paris, Gallimard, 1979.

CHAUVINISMO. O termo chauvinismo teve sua origem na França, tendo como base a atitude nacionalista extremada manifestada por Nicolas Chauvin, um soldado dedicado e corajoso que lutou no exército nos períodos revolucionário e napoleônico. Suas ingênuas manifestações denotavam um patriotismo fanático e uma fidelidade absoluta ao Imperador Napoleão I. Sua figura foi, posteriormente, popularizada pelas peças teatrais de A. Scribe, *Le soldat laboureur*, e dos irmãos Gogniard, *La cocarde tricolore, épisode de la guerre d'Alger* (1831). Esta última, de grande sucesso durante o reinado de Louis-Philippe, constituía uma espécie de sátira do nacionalismo extremado dos bonapartistas e de seus sucessores. A partir de então, o termo foi incorporado pela literatura e pela ciência política como sinônimo de orgulho nacional exacerbado e cego. O patriotismo fanático denotava opiniões simplistas, ignorantes e estreitas, tanto sobre os demais povos, encarados com desconfiança e desprezo, quanto em relação aos conterrâneos, que tinham suas “virtudes” destacadas e exageradas.

Em fins do século XIX, o termo chauvinismo passou a ter uma conotação explicitamente pejorativa por parte dos políticos socialistas, anarquistas, democratas, anti-clericais e até liberais, como forma de denúncia de seus adversários de direita e extrema-direita, bem como de certos argumentos justificadores da arrogância colonialista. Na Inglaterra a expressão mais utilizada é *jingoísmo*, derivada da deusa japonesa Jingo e empregada numa canção popular nacionalista da década de 1870. (v. [Conservadorismo](#))

Durante a fase que antecedeu à Primeira Guerra Mundial, o termo que até então havia sido empregado em um sentido relativamente satírico a respeito de um fenômeno considerado mais prosaico que perigoso começa a referir-se a uma realidade sombria. A exaltação patriótica foi habilmente utilizada pela direita, chegando mesmo a influenciar setores da esquerda, como o *social-patriotismo*, o que levou as classes trabalhadoras a apoiar majoritariamente seus respectivos governos na Grande Guerra, desferindo um duro golpe na II Internacional.

No século XX, o termo associou-se ainda mais à novas formas de nacionalismo extremado, como o nazi-fascismo, entre outras correntes políticas. As manifestações de chauvinismo também espalharam-se por outras regiões do mundo, geralmente vinculando-se a formas antidemocráticas (mas não exclusivamente), anti-individualistas e anti-internacionalistas. O chauvinismo têm extrapolado a dimensão exclusivamente nacional ao abarcar dimensões éticas e religiosas, como os fundamentalismos islâmico ou judaico; ou regionalista, como o *chauvinismo soft* de certas regiões autonomistas da [Europa](#) Ocidental e o *chauvinismo hard* na ex-Iugoslávia e ex-URSS. Teorias como o *Choque de Civilizações* de Samuel Huntington, temendo o “declínio do Ocidente”, reforçam no fim do século concepções que embasam nova onda de chauvinismo. [v. [Nacionalismo](#)]

Paulo Fagundes Vizentini

Referências Bibliográficas:

(Ver Nacionalismo)

CHURCHILL, Winston Leonard Spencer (Biografia Política). Homem de Estado como seu pai, lord Randolph Henry Spencer Churchill (1849-1895), Winston Churchill nasceu no palácio de Blenheim, Oxfordshire, a 30 de novembro de 1874, tendo falecido em Londres a 24 de janeiro de 1965. Cedo foi posto por seu pai em Harrow, onde foi estudante medíocre, o que levou seu pai a transferi-lo para o colégio militar de Sandhurst, tendo concluído com êxito os seus estudos e ingressado na armada em 1895. Interessado em jornalismo e história, aproveitou a sua formação militar para ingressar em comissões militares em Cuba e nas Índias, notabilizando-se pelas matérias que enviava para os jornais londrinos. Durante os conflitos coloniais na África do Sul (Guerra dos *Boers*, 1899-1902), Churchill foi feito prisioneiro pelos holandeses, em 1899, enquanto cobria os eventos, mas conseguiu escapar. Tal fuga lhe rendeu momentânea popularidade e a vitória nas eleições parlamentares de 1900, tendo sido eleito como deputado conservador por Oldham.

Por nutrir amizade com Lloyd George, o jovem Churchill aproximou-se dos liberais, ocupando vários cargos: entre 1905 e 1908, foi subsecretário de Estado para as colônias no gabinete Campbell-Bannermann, lutando a favor da autonomia das repúblicas *boers* e da *Home Rule* irlandesa; entre 1908 e 1910, foi ministro do comércio; entre 1910 e 1911, foi ministro do interior, promovendo assistência social em acordo com algumas demandas dos trabalhadores; em outubro de 1911, é nomeado *lord* do Almirantado para que acelerasse as reformas necessárias da armada visto que a guerra era já encarada como iminente. Como resultado de sua atuação, a armada britânica pôde resistir aos ataques alemães em Anvers e Calais; no entanto, foi derrotado na sua intervenção em Dardanelos e Constantinopla em 1915, quando pretendeu se aproveitar da suposta fraqueza do império Turco em guerra com o Império Russo. Tal derrota afastou Churchill do governo até 1917. (v. [Revolução](#))

Durante o governo de coalizão Liberal-Conservador, chefiado por Lloyd George, Churchill recebeu deste o ministério das Munições (1917) e, depois, o da Guerra e Ar (1918), cargo que manteve até 1921, ou seja, sob o contexto do pós-guerra, quando já era grande na opinião pública a rejeição a qualquer plano que pretendesse defender a continuidade de uma [política](#) de armamento. (v. [Armamentismo](#)) Ironicamente, Churchill teria sob seu encargo os últimos esforços militares e de desmobilização, o que não lhe impediu de manter uma ferrenha atuação contra o governo socialista instalado na Rússia, tendo apoiado os russos brancos sob o comando de Koltchak e formado um exército expedicionário de 8 mil homens para cobrir a retirada dos ingleses. Além disso, em 1920, contra toda a oposição dos dirigentes operários ingleses, agiu decididamente na remessa de armas aos poloneses que invadiram a Ucrânia. Tal postura manteria Churchill cada vez mais isolado no interior do Partido Liberal, perdendo as sucessivas eleições parlamentares de 1922, 1923 e 1924. Depois de amargar tais derrotas, Churchill retornou ao Partido Conservador e, na segunda eleição de 1924, entra na Câmara dos Comuns como representante constitucionalista. Em 1926, nutriria simpatias pelo [fascismo na Itália](#) de [Mussolini](#), que dera conta dos movimentos trabalhistas e evitara o fortalecimento dos comunistas; no entanto, internamente, manteria mordazes críticas contra a política de apaziguamento dos liberais e trabalhistas, apontando para o risco do rearmamento da Alemanha, encarada por ele como potência imperialista rival. (v. [Ideologia](#))

Durante os sucessivos governos que anteciparam a ascensão de Churchill ao cargo de Primeiro-Ministro (1940-1945) – do trabalhista J.Ramsay MacDonald (1929-1935), do conservador Stanley Baldwin e do *new technocratic style* do conservador Neville Chamberlain (1937-1940) –, os acontecimentos do *entre-guerras* foram dando respaldo político às críticas de Churchill que, mais uma vez, voltaria para o Almirantado em setembro de 1939 e, a 10 de maio de 1940, substituiria Chamberlain, assumindo um governo de coalizão Liberal-Trabalhista. (v. [Partido Político de Direita](#) & [Oposição/Situação](#))

Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, Churchill corporificou um tradicional senso de unidade patriótica, êxito que não fora obtido por nenhum outro de seus contemporâneos,

tendo a seu favor o Parlamento, a imprensa, a oratória, a confiança dos militares e a imagem de anti-democracia e anti-humanismo ofensivamente belicista do [fascismo na Alemanha](#) de [Hilter](#) em relação à Grã-Bretanha. Por isso mesmo, a derrota dos nazistas e o horror do [holocausto](#) recrudesceriam o pacifismo e a defesa dos direitos civis e sociais que possibilitassem bases sólidas para a [democracia](#). Tal contexto daria vitória eleitoral aos Trabalhistas, tendo Clement Attlee como primeiro-ministro entre 1945 e 1951. Enquanto era vencido em casa pelos Trabalhistas, Churchill projetava a sua figura internacional como negociador das condições de paz em Potsdam (1946), ao lado de Stalin e do presidente norte-americano Harry Truman. Afastado do governo e diante do sistemático não cumprimento por Stalin dos pontos levantados em Yalta (1945) sobre as condições de paz, particularmente no que se referia à constituição de um governo democrático na Polônia e o respeito à sua autonomia política, Churchill manteria destacada figura no exterior como porta-voz do [anticomunismo](#), tendo feito em Fulton (Missouri - EUA), a 5 de março de 1946, o famoso discurso onde difundiu a expressão cortina de ferro (*iron curtain*), criada por [Joseph Goebbels](#), desenhando uma imagem terrificante de uma Europa Oriental submetida à “dominação totalitária”, lançando, assim, a pedra fundamental da [Guerra Fria](#).

Os anos 1940-1945 possibilitaram uma identificação entre um Churchill prisioneiro de um [nacionalismo](#) arcaico e os acontecimentos, conferindo à sua figura um *status* providencial de cruzado das democracias. No entanto, passado o perigo, tudo apelava para a paz e os anos seguintes à Vitória Aliada tornariam a opinião britânica consciente da decadência de seu [império](#). Os britânicos viveriam o dilema dos reajustes econômicos face às pesadas dívidas do pós-guerra, que deveriam ocorrer sem afetar as conquistas de bem-estar social obtidas na década de 1930. Sobre este último aspecto, já não haveria diferença entre Trabalhistas e Conservadores (novos tecnocratas não mais identificadas com o passado vitoriano), o que se reverteu na vitória eleitoral destes sobre os primeiros, com uma diferença de apenas 26 votos, em outubro de 1951, trazendo de volta Churchill para a pasta de primeiro-ministro. No entanto, renunciaria em abril de 1955 a favor de seu secretário do Exterior, Anthony Eden, que sofreria, no ano seguinte, grave derrota na crise do canal de Suez, alimentando mais ainda um apelo popular em favor de uma postura menos intervencionista por parte da Grã-Bretanha nos assuntos de outros países. (v. [Imperialismo](#)) Antes de morrer, Churchill permaneceria na Câmara dos Comuns e ajudaria os conservadores na vitória eleitoral de 1959, sendo já encarado pelos parlamentares como uma figura paternal. (v. [Conservadorismo](#))

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

- BÉDARIDA, François. Churchill. In Dictionnaire Critique: 1938-1948, Les Années de Tourmente - de Munich à Prague. Paris, Flammarion, 1995. pp. 553-559.
- CHURCHILL, Winston S.. Memórias da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.
- MASON, David. Churchill. Rio de Janeiro, Renes, 1973.
- MORGAN, Kenneth O.. The Twentieth Century, 1914-1991. In The Oxford Illustrated History of Britain. New York, Oxford University Press, 1996. pp. 523-591.

CIDADANIA. O vocábulo cidadania é utilizado em dois sentidos. De forma genérica, o conceito de cidadania é freqüentemente definido como sinônimo de Direitos Fundamentais, ou seja, cidadania seria o direito a ter direitos essenciais. Nessa ótica, a cidadania seria composta de direitos de três gerações. (v. [Conservadorismo](#) & [Política](#))

Os direitos de primeira geração seriam aqueles elencados no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, tais como o direito à vida, à igualdade e à propriedade; seriam, em síntese, os denominados Direitos e Garantias individuais, sendo que a palavra *garantias* significa na realidade as medidas judiciais necessárias à proteção dos direitos fundamentais. O surgimento dos direitos econômicos e sociais, conhecidos como direitos de segunda geração, é resultado do reconhecimento da necessidade de impor ao Estado a obrigação de garantir aos indivíduos uma vida com dignidade. (v. [Política e Direitos Humanos](#)) Os direitos sociais compreendem a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, etc. Já os direitos de terceira geração são aqueles que decorrem de uma nova ordem internacional, conhecida como *globalização*, que abrangeriam, por exemplo, o direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, etc. A questão é que essa terceira classificação não é aceita de forma pacífica, pois alguns autores, como o Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, entendem que não são direitos propriamente ditos, mas meras aspirações, pois são despidos de coerção jurídica. Neste caso, considerando o modelo constitucional do Brasil, não seria possível utilizar a palavra cidadania como sinônima de nacionalidade, como ocorreu na primeira definição. No Brasil, a distinção decorre do fato de que o nacional e o cidadão não têm o mesmo *status* político. A nacionalidade é o vínculo ao País por nascimento ou por naturalização. A cidadania é o *status* ligado ao regime político. É ela que permite a participação do cidadão no Estado Democrático. O conceito de direitos políticos, para efeitos de cidadania, tem um sentido específico de normas que regulam o direito eleitoral. Assim, os direitos políticos encarnam o poder que dispõe o indivíduo de interferir na estrutura governamental *através do voto*. Em síntese, o cidadão é o titular dos direitos políticos *de votar e ser votado*. Tal direito de cidadania adquire-se através do *alistamento eleitoral*, que é obrigatório entre 18 e 70 anos de idade. (v. [Sociedade Civil](#))

A amplitude do conceito de cidadania não deve ser limitado à participação do indivíduo no processo político apenas através do voto. A cidadania deve ser interpretada como efetiva participação nas decisões políticas. Como exemplo, ela pode ser exercitada através de instrumentos de defesa dos interesses da coletividade, como no caso da ação popular. Note-se que essa ação se funda no direito político do cidadão que, tendo o poder de escolher seus governantes, pode ainda fiscalizar seus atos. (v. [Democracia](#) & [Ditadura](#))

Paulo Penalva Santos

Referências Bibliográficas:

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. Comentários à constituição do Brasil. São Paulo, Editora Saraiva, 1990.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo, Editora Saraiva, 1990.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. Rio de Janeiro, Editora RJ, 1990.

MELLO FILHO, José Celso de. Constituição federal anotada. São Paulo, Editora Saraiva, 1984.

MIRANDA, Ponte de. Comentários à constituição de 1967. Rio de Janeiro, Forense, 1987.

CINEMA. As relações existentes entre o cinema e o universo da luta [política](#) trazem muitas dificuldades de definição e análise. A principal delas diz respeito à necessidade de discutir não somente o modo como um determinado filme de propaganda ou ficção foi concebido, mas fundamentalmente como esta obra foi consumida/recebida por seu respectivo público. Deste ponto de vista, apresenta-se a seguinte questão: como verificar historicamente o papel político desempenhado por um filme? Quais parâmetros devem ser utilizados para caracterizá-lo como uma obra de Direita? A simples análise temática é suficiente ou necessária para a discussão relativa à linguagem cinematográfica?

Um exemplo emblemático dessas dificuldades pode ser encontrado na apreciação estético-política dos filmes de propaganda nazista. Neste sentido, cabe salientar que imediatamente após a tomada do poder pelos nazistas foi montada na Alemanha uma eficiente estrutura para dar suporte à produção fílmica por meio da criação, em julho de 1933, de um Departamento Cinematográfico, presidido por [Goebbels](#). Sabe-se que este líder nazista, assim como [Hitler](#), recomendava *O Encouraçado Potemkin*, de S.M. Eisenstein, à sua equipe de cineastas como um excepcional exemplo a ser seguido: “quem não tem uma [ideologia](#) firme pode se tornar bolchevista vendo esse filme”, teria dito. Com efeito, a exortação foi aceita e o projeto realizado. De acordo com S. Kracauer, *Vitória no Ocidente* e *Batismo de Fogo* “seguem os clássicos russos em vez de os filmes das democracias ocidentais”(p.331). (v. [Guerra](#))

Na verdade, as aproximações e/ou afastamentos existentes entre os filmes de propagandas nazistas, ocidentais e soviéticos constituem-se num excelente exemplo das dificuldades de caracterização do engajamento político na arte, especialmente no cinema. Como diferenciar os filmes nazistas dos ocidentais? Para Kracauer, os primeiros “preocupam-se exclusivamente com o destino de uma coletividade”, ao passo que “os filmes norte-americanos em geral refletem a sociedade ou a vida nacional através da biografia de algum herói representativo de sua época”(p.331). A partir desta comparação, é possível perguntar: um filme de direita é aquele que se volta para personagens coletivos por meio do apagamento da individualidade? Como sustentar esta definição quando se sabe que *O Encouraçado Potemkin* salienta, do mesmo modo, a supremacia do coletivo sobre o individual? Como se vê, é preciso encontrar as diferenças em outros aspectos de modo a repropor adequadamente a distinção entre direita e esquerda no universo cinematográfico. (v. [Partido Político de Direita](#)) Em seu esforço de análise, Kracauer se vê obrigado a afinar os seus instrumentos interpretativos e, ao cabo, oferece o seguinte quadro: “os propagandistas nazistas usaram as técnicas de montagem esquerdistas de modo inverso; não tentaram extrair a realidade de um conjunto de retomadas sem significado, mas cortaram pela raiz qualquer real significado que o trabalho objetivo da câmera pudesse realizar”(p.338). Para Kracauer, a distinção básica entre os filmes de propaganda russos (esquerda) e nazistas (direita) não deve ser apenas buscado na diferenciação de programas políticos constatáveis em planos isolados, na construção de personagens ou em mensagens colhidas a partir de um resumo de enredo. Trata-se, pois, de estabelecer a distinção com base num componente chave da linguagem cinematográfica: a *montagem*. Num caso, ela é utilizada para falsear a realidade (direita), noutra ela é responsável pela produção de uma verdade (esquerda).

Se os filmes de propaganda (que obviamente são mais explícitos em seus propósitos) exigem que o estudioso chegue a tal detalhamento, é possível perceber que apreciar historicamente o engajamento político dos filmes de ficção é uma empreitada ainda mais complexa. Para Furhammar e Isaksson, “isto se deve em parte à situação ambivalente da platéia em frente a uma tela de cinema. Com um filme de ficção, todos podem se lembrar que estão olhando uma série de acontecimentos construídos, artificiais e irreais”(p.224). Com efeito, o esforço de determinar com algum grau de precisão o impacto dos filmes sobre os espectadores (recepção) é tão complexo e importante quanto analisar a estrutura das obras e/ou discutir os

objetivos explícitos dos diretores. (v. [L.U.C.E/Istituto Nazionale L'Unione Cinematographica Educativa](#))

Alcides Freire Ramos

Referências Bibliográficas:

FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. Cinema e Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

KRACAUER, Siegfried. De Caligari a Hitler. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

LEBEL, Jean-Patrick. Cinema e Ideologia. São Paulo, Edições Mandacaru, 1989.

STAM, Robert. O Espetáculo Interrompido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

XAVIER, Ismail. O Discurso Cinematográfico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

CIVISMO. O ideário de direita confere à palavra civismo um significado cujo sentido vincula-se ao princípio da ordem. Assim, compete aos cidadãos exercerem suas atividades sem restrições, desde que respeitem os preceitos que regulam uma determinada organização social e política. Esta possui a primazia sobre os direitos de todos, estando os cidadãos, portanto, subordinados aos imperativos das estruturas institucionais. A idéia de [cidadania](#) presente na visão do pensamento conservador levou esse princípio às últimas conseqüências, dotando o Estado e as instituições em geral de mecanismos que assegurassem o cumprimento de uma série de dispositivos garantidores da ordenação social. (v. [Autarquia](#) & [Estatismo](#)) Daí, a existência de limites ao exercício dos direitos de cidadania em sociedades governadas por orientações predominantemente direitistas ou conservadoras. Ambas, apesar das diferenças que possam ser destacadas, operam no sentido de estabelecer certos parâmetros com vistas à observância do conjunto dos indivíduos. (v. [Democracia](#) & [Autoritarismo](#)) Segundo Karl Mannheim, a perspectiva de ver as coisas autenticamente como um conservador “é viver os acontecimentos em termos de uma atitude nascida de circunstâncias e situações presas ao passado”. (v. [Tradição](#)) Daí, o culto que os regimes políticos, orientados por essa concepção, fazem de épocas que marcaram o domínio dos impérios e das civilizações que se caracterizaram pelo exercício amplo do poder. Esse vínculo estreito ao passado, explica a sentença de Paul Elmer More, em 1915, quando diz: “Para o homem civilizado, os direitos de propriedade são mais importantes do que o direito à vida”. (v. [Conservadorismo](#) & [Ideologia](#)) A [autoridade](#) é, juntamente com a propriedade, um dos dois principais conceitos da filosofia conservadora. A conjugação desses dois princípios define um Estado governado à luz dos preceitos direitistas, porque combina o fator de mando com um suposto direito caro aos ideólogos do pensamento de direita. Assim, o exercício da autoridade e o culto da propriedade privada caracterizam a maneira de ser da direita. Logo, ser cidadão numa sociedade orientada por esses preceitos é estar disposto a defendê-los como prerrogativas inalienáveis e intransferíveis. O civismo visto pela perspectiva direitista obedece a uma lógica inerente ao próprio sistema de idéias que plasmou essa visão de mundo. Neste sentido, o cidadão cumpre deveres impostos pelo poder de Estado, ou pelas instituições que o tornam um agente da ordem. Agindo dessa maneira, o indivíduo torna-se um cidadão na concepção de direita, isto é, um *reprodutor* dos valores cultivados pelos dirigentes que controlam o poder político em vigor. A estes devem obediência, atitude inerente aos que se assumem como subalternos de uma organização de poder que exalta a *hierarquia*, o *mando* e a *disciplina*. (v. [Política](#) & [Sociedade Civil](#))

Lincoln de Abreu Penna

Referências Bibliográficas:

- FELICE, Renzo de. Fascism: An informal introduction to its theory and practice. New Jersey, Transactions Books, 1977.
- KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo, Rio de Janeiro, Graal, 1974.
- MANHEIM, Karl. Essays on Sociology and Social Psychology. Nova York, s/d.
- MAURRAS, Charles. Mes idées politiques. Paris, 1937.
- NISBET, Robert. O Conservadorismo. Lisboa, Estampa, 1987.
- TOGLIATTI, Palmiro. Lições sobre o Fascismo. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978.
- SOUZA, Amaury de (org. e introdução). Sociologia Política, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966.

COLLOR, Lindolfo (1890-1942). Político, jornalista e escritor, Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor nasceu em São Leopoldo (RS) no dia 4 de fevereiro de 1890. Seus pais, de origem social humilde, descendiam dos primeiros colonos alemães chegados ao Brasil. Educado em um seminário presbiteriano, recebeu forte influência do pensamento liberal francês e do ideário do papa Leão XVIII, que conheceu após estudar a Bíblia. (v. [Liberalismo](#))

Em 1911, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital da República, onde trabalhou como jornalista e aproximou-se de um grupo de gaúchos, como Getúlio Vargas, que viria a exercer importantes papéis políticos, tanto regional quanto nacionalmente. Convidado a disputar uma cadeira na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, retornou ao seu estado natal, onde por indicação de Borges de Medeiros, mais importante dirigente do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), assumiu em 1919 a direção do jornal *A Federação*, órgão do partido. No exercício dessa atividade, fez contato com a doutrina do republicanismo gaúcho, orientado pelo pensamento de Júlio de Castilhos, fundador do PRR. Internalizando a base positivista do castilhismo, incondicional ao chefe, bem como o projeto de incorporação do proletariado à sociedade moderna.

Em maio de 1923, elegeu-se para completar um mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul até dezembro, retornando em seguida ao Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de redator-chefe do jornal *O País*. Embora trabalhasse num órgão da imprensa situacionista, identificava-se com a oposição ao Presidente Artur Bernardes. Discordava, contudo, de quaisquer atitudes políticas que pudessem pôr em risco a ordem e a [autoridade](#) constituída. Por isso, acompanhou a bancada federal gaúcha na condenação ao movimento tenentista de 1924. (v. [Autarquia](#)) Reeleito nesse ano e em 1927, assumiu a liderança de sua bancada na Câmara dos Deputados em substituição a Getúlio Vargas, nomeado para o Ministério da Fazenda por Washington Luís. (v. [Conservadorismo no Brasil República](#))

Em 1929, Lindolfo Collor aderiu à Aliança Liberal, formada em torno de nome de Vargas por grupos oligárquicos dissidentes e jovens oficiais representantes do movimento tenentista, para combater a candidatura situacionista às eleições presidenciais do ano seguinte. Autor do manifesto eleitoral da aliança, deu uma ênfase tão especial quanto inédita em documentos do gênero à questão social no país. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Defendeu a liberdade sindical irrestrita e algumas reivindicações que os trabalhadores organizados vinham levantando desde o início do século: jornada de trabalho de oito horas diárias; aperfeiçoamento e ampliação da Lei de Férias; a instituição do salário mínimo e de leis de proteção às mulheres e menores trabalhadores. (v. [Corporativismo: Debate Político & Sindicato](#))

Pouco confiante na possibilidade de vitória eleitoral, Lindolfo Collor se opunha, contudo, a uma solução violenta, proposta pela jovem oficialidade no interior da aliança. (v. [Autoritarismo](#)) No seu modo de ver, “um mau governo [era] ainda preferível à vitória de uma insurreição, geradora de outras insurreições”. Com a eleição do candidato situacionista, porém, tornou-se um dos chefes da conspiração que, em outubro de 1930, conduziu Getúlio Vargas ao poder.

Antes de o novo governo completar o seu primeiro mês de existência, em 26 de novembro, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), confiado a Lindolfo Collor. Até então, as classes dominantes brasileiras haviam tratado os problemas relativos ao trabalho como uma questão que interessava mais à ordem pública que à ordem social, como definira exemplarmente o ex-presidente Washington Luís. (v. [Economia & Empresários](#)) Em seu discurso de posse, Lindolfo Collor anunciou que estava assumindo o “Ministério da [Revolução](#)”, o que indicava que os problemas sociais passavam a ser encarados como uma questão de Estado. Respondia-se, assim, a uma dupla pressão: de acordo com o Tratado de Versalhes, o Brasil deveria submeter-se ao Direito Internacional do Trabalho para que não obtivesse uma posição relativamente forte no mercado internacional por meio do desrespeito

aos encargos sociais; por outro lado, o movimento operário brasileiro se encontrava em ascensão, desencadeava greves sucessivas e exigia a satisfação de suas reivindicações históricas. O governo precisava, portanto, estabelecer uma correlação adequada entre a [justiça social](#) e as necessidades de acumulação de capital, partindo da premissa de que o Brasil deveria “ser um ótimo mercado interno para o Brasil”. Para isso, Lindolfo Collor reuniu uma equipe que expressava, como o próprio nome do ministério, a tentativa de harmonizar as relações entre capital e trabalho. Entre seu colaboradores, estavam homens como Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta, advogados com larga militância na luta por uma legislação social na década de 1920, e Jorge Street, industrial paulista pioneiro na modernização das condições de trabalho. Por essa visão do relacionamento entre as classes, Lindolfo Collor seria associado ao [fascismo](#), em cuja solução para os problemas sociais reconhecia aspectos positivos que a primeira Constituição gaúcha já incorporara em 1891. (v. [Carta del Lavoro](#))

Da atuação do MTIC na sua gestão, surgiram as bases da [legislação trabalhista no Brasil](#) de que mais tarde resultaria a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Antigas reivindicações do movimento sindical em relação aos direitos dos trabalhadores tornaram-se lei. As funções dos sindicatos foram, contudo, normatizadas de forma a reduzir o poder contestatório dos trabalhadores. (v. [Greve](#)) Incorporadas ao Estado pela legislação, as organizações dos trabalhadores transitaram da jurisdição do direito privado para a do direito público e sua existência passou a depender do reconhecimento do Ministério do Trabalho. Na exposição de motivos do Decreto nº 19770 de 19 de abril de 1931, que reformulou a Lei Sindical de 1907, Lindolfo Collor explicou que os sindicatos deveriam funcionar como “pára-choques” nas relações entre o trabalho e o capital, perseguindo um “resultado apreciável na justa e necessária conjugação dos interesses patronais e proletários”. (v. [Sociedade Civil](#))

O novo enquadramento legal das organizações sindicais foi energicamente criticado pelas forças oposicionistas de esquerda, que o entenderam como um projeto de dissimulação das contradições entre o trabalho e o capital, que estariam sendo canalizadas para um arranjo corporativista. A repercussão negativa da legislação explica o fato de que, nos primeiros anos, os sindicatos que basicamente buscaram o enquadramento da legislação estivessem em áreas pouco industrializadas e, portanto, politicamente menos experientes. (v. [Estatismo & Populismo](#)) Em 1932, diante da exacerbação das tendências autoritárias do governo Vargas, em especial o cercamento à liberdade de expressão, Lindolfo Collor deixou o MTIC e aderiu à oposição. (v. [Ditadura](#))

De volta ao Rio Grande do Sul, engajou-se no movimento pela reconstitucionalização do país. Após a derrota da Revolução Constitucionalista deflagrada em São Paulo em julho daquele ano, da qual participou militarmente, exilou-se no exterior. Viajou por diversos países da América do Sul, fixando-se por algum tempo no Peru, onde foi representante de uma companhia de seguros. De volta ao Brasil após a anistia decretada por Vargas em 1934, radicou-se inicialmente no Rio de Janeiro, retornando em seguida a Porto Alegre, onde voltaria a fazer oposição ao governo federal. Em março de 1937, liderou a fundação do Partido Republicano Castilhistas a partir de uma dissidência do partido Republicano Rio-Grandense. Após a implantação da ditadura do [Estado Novo no Brasil](#), em novembro de 1937, partiu novamente para o exílio. Na França, escreveu para revistas brasileiras artigos em que combatia a [política](#) nazi-fascista. Deflagrada a Segunda Guerra Mundial em 1939, mudou-se para Portugal, dedicando-se à literatura. De volta ao Brasil em fins 1941, ainda esboçou algumas atividades de oposição ao Estado Novo, apesar de suas más condições de saúde. Em setembro de 1942 morreria no Rio de Janeiro.

Renato Lemos

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. O Batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

BELLOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (coord). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983). Rio de Janeiro, Forense Universitária/FINEP/FGV, 1984, v. 1.

BOEIRA, Nelson. “O Rio Grande de Augusto Comte”, In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (org). RS: cultura e ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p. 34-59.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

COMITÊS ANTICOMUNISTAS. Surgem no Ceará como consequência da campanha anticomunista promovida principalmente pela Igreja Católica através de seus jornais,

principalmente “*O Nordeste*” de Fortaleza e “*Correio da Semana*” de Sobral. Desde a década de 1920, a reação católica ao comunismo no Ceará manifestava-se através de organismos patrocinados e inspirados pela Igreja Católica que se abrigavam nas associações pias (*Liga Feminina de Ação Católica, Congregação dos Moços Marianos, Juventude Católica*, entre outras) com o objetivo de combater o chamado “perigo vermelho”, a “hidra de Moscou”, o “regime de Stalin e Lenin” – expressões estas bastante correntes nas páginas dos jornais acima referidos. (v. [Anticomunismo](#)) Exemplo de organização da [Ação Católica](#) foi a [Liga Eleitoral Católica – LEC](#), que no Ceará tornou-se efetivamente um [partido político de direita](#), abrigando os seus mais diversos setores, apoiando e recomendando candidatos, vencendo eleições. (v. [Liga Eleitoral Católica no Ceará](#))

No período da efêmera legalidade do Partido Comunista, experimentada entre 1945-47, os comitês anticomunistas intensificaram o embate de ideologias uma vez que pretendiam conquistar o operariado para as suas hostes e, conseqüentemente, evitar que os comunistas plantassem sua semente nas “almas” dos operários. (v. [Rerum Novarum](#)) Portanto, para fazer frente às promessas de futuro apresentadas pelos comunistas, a Igreja buscou também realizar alguma ação concreta no sentido de atender materialmente e espiritualmente os “pobres incautos”. ([Baderna](#) & [LE BON, Gustave](#)) Por isso mesmo, os comitês anticomunistas eram sempre instalados naquelas cidades onde o Partido Comunista possuía alguma base e desenvolvia algum trabalho de organização e assistência aos operários. A instalação de suas bases se dava quase sempre após uma “cruzada” de evangelização, que durava por volta de uma semana, onde os religiosos envolvidos visitavam as periferias das cidades, ministrando aulas de catecismo, realizando comícios, instalando postos de distribuição de medicamentos, arrecadando alimentos, entre outras iniciativas. Depois de criado este campo prévio de instalação, eram os comitês que passavam a realizar este trabalho. (v. [Ideologia](#)) As *Semanas Sociais*, como ficaram sendo chamados esses eventos, tinham na área de jurisdição da diocese de Sobral (zona norte do Ceará) a sua maior penetração, sendo o Monsenhor Sabino Loyola o líder católico de maior proeminência, visto que nessa região algumas cidades como a própria Sobral, Viçosa do Ceará, Cariré, Crateús e, principalmente, Camocim tinham uma militância comunista bastante atuante. O jornal “Correio da Semana” teve papel destacado neste processo, dando ampla cobertura a essas semanas de catecismo e à posterior atuação dos comitês anticomunistas, cuja tática era difundir um terror generalizado sobre os perigos do comunismo através de textos jornalísticos. Notadamente falseadas, as imagens criadas sobre a Rússia Soviética surgiam aos borbotões nas páginas desse jornal, que ganhavam ares verossímeis por serem o resultado de supostos relatos de “enviados especiais” que teriam visto *in loco* as agruras do povo soviético. (v. [Alteridade](#) & [Inimigo](#)) Assim, pareciam justificadas a luta contra o perigo comunista e a organização das semanas sociais, que quebravam o cotidiano das cidades escolhidas para serem o seu palco.

A composição dos comitês anticomunistas seguia também a tradição hierárquica da Igreja. Se tomarmos como exemplo o comitê instalado em Camocim, veremos que o mesmo é composto pelas autoridades municipais, membros destacados das famílias tradicionais, enfim, o [conservadorismo](#) desde os tempos da LEC. (v. [Conservadorismo no Brasil República](#)) É essa composição que deverá agir no sentido de revelar a “verdade” dos fatos sobre o comunismo, são eles os “escolhidos” para atuarem junto à população “ignara”, “incauta”, que não sabe discernir sobre sua própria vida e, em determinados momentos, tornando-se o “partido da ordem”. (v. [Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade](#) & [Ação Social Brasileira](#))

Carlos Augustos P. dos Santos

Referências Bibliográficas:

FARIAS, Damião Duque de. Em Defesa da Ordem. Aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo, Hucitec, 1998.

NOCA, Francisco Wilson. Sermões, matracas e alcatrão: religiosos e comunistas na luta pelo poder, 1946-1950. Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, 1996.

RIBEIRO, Francisco Moreira. O PCB no Ceará: ascensão e declínio, 1922-1947. Fortaleza, Edições UFC/Stylus, 1989.

COMPORTAMENTO. De um ponto de vista biológico, o termo abrange todos os processos através dos quais um animal percebe o mundo externo e o estado interno de seu corpo e o

modo que responde às mudanças percebidas. O estudo do comportamento a cargo da Etologia se baseia não apenas na abordagem das respostas individuais aos estímulos mas também na comparação entre espécies e na análise dos aspectos fisiológicos, ecológicos e evolucionários do comportamento. Seria de todo impossível traçar aqui sequer um resumo do que é feito em termos de estudo biológico do comportamento, mas é perfeitamente plausível isolar alguns aspectos que nos esclareçam a respeito da perspectiva conservadora sobre o assunto. (v. [Masculino/Feminino](#)) O comportamento, entendido aqui como *comportamento social humano*, foi historicamente encarado pelo pensamento direitista como algo a ser definido e, principalmente, *controlado*, notadamente no que se refere àqueles comportamentos considerados potencialmente perigosos, como é o caso, por exemplo, da [sexualidade](#) ou da agressão. (v. [Homossexualidade e Política](#) & [Natureza](#))

O caso da agressão é particularmente útil na tentativa de se compreender a abordagem do comportamento humano por parte da direita. É claro que a pretensão de se chegar a um controle do comportamento agressivo está presente em qualquer sociedade que possua um Estado que arrogue a si a exclusividade, através do exército ou da polícia, do exercício da violência. O que é próprio da direita contemporânea é uma progressiva e coerente tentativa de *naturalizar* (termo que, tanto para o pensamento conservador em geral quanto para a visão popular da biologia, possui o sentido de “essência imutável”) as diferenças sociais e individuais: a agressividade, por exemplo, é caracteristicamente concebida como um apanágio indesejável e eterno de determinados indivíduos ou de grupos sociais mais amplos, como classes sociais ou “raças”. Vejamos o caso da antropologia criminal de C. Lombroso, extremamente influente em muitos círculos na virada do século: este autor acreditava que boa parte dos criminosos agia de forma violenta por possuir uma tendência “atávica” para o crime, sobrevivência dos violentos antepassados da espécie humana. Tais comportamentos - o assassinato, o roubo - teriam sido bastante úteis para estes antepassados, mas eram inteiramente indesejáveis no mundo moderno e “civilizado”, devendo ser extirpados através da ação racional e científica, vale dizer, através da esterilização e isolamento dos portadores destas características, detectados a partir de certas particularidades fisionômicas. Nem é preciso dizer que estas particularidades estavam fortemente associadas aos tipos físicos não-europeus, como os africanos e ameríndios.

Nem sempre com tanta crueza, a [ideologia](#) conservadora do século XX continuou a manter uma postura essencialista quanto ao comportamento humano, quer na definição do comportamento, quer nas medidas imaginadas para o controle dos comportamentos “perigosos”, o que aliás pode ser observado mesmo na literatura: Aldous Huxley, em seu *Admirável Mundo Novo*, concebeu um mundo em que a clonagem, a manipulação genética e embrionária e o uso de drogas tranqüilizantes permitiria o fim das tensões sociais e o fácil controle dos indivíduos por parte de uma elite sibarítica. Contudo, é a própria etologia que fornecerá uma das principais bases do essencialismo do século XX ao propor a noção de “instinto”. Os fundadores da etologia moderna, homens como K. Lorenz e N. Tinbergen, tentaram explicar a existência, empiricamente demonstrada nos animais, de comportamentos geneticamente herdados através de uma noção francamente tautológica: assim a existência de um instinto era inferida de um dado fenômeno social e este instinto era então usado como explicação do mesmo fenômeno. O mais grave, ao menos segundo o aspecto político, é a idéia de que no homem se intercalam aspectos inatos e aspectos adquiridos. O comportamento como um todo é visto como formado por componentes bem discerníveis: agressão, inteligência, altruísmo, fuga, etc. Alguns destes componentes, como o altruísmo por exemplo, seriam necessariamente adquiridos pela educação, enquanto outros, como a agressão, seriam hereditários e essencialmente imutáveis, devendo ser controlados de alguma forma. Lorenz acabou por usar suas idéias em apoio ao [totalitarismo](#) nazista e à política eugenista do [Reich](#), reafirmando a necessidade de controle social do comportamento agressivo.

O princípio do essencialismo é crucial para a compreensão de uma das principais ações recentes da direita no âmbito do controle do comportamento: a Iniciativa Federal sobre a Violência (Federal Violence Initiative), lançada em 1992 pela administração George Bush, e capitaneada pelo então diretor do Instituto Nacional de Saúde Mental, Frederick Goodwin. Observando que em algumas espécies de primatas os machos costumam matar outros machos e, imediatamente após, copular com as fêmeas, Goodwin imaginou que poderia retirar daí algum tipo de conclusão a respeito de um dos problemas centrais das políticas da direita: o controle da violência urbana. Baseando-se na descoberta de que existe uma correlação, em animais e homens, entre altos níveis de agressividade e baixos níveis relativos de um neurotransmissor, a serotonina (eu disse *correlação*: no atual estágio de conhecimentos é impossível afirmar a existência de alguma *causação* entre os dois fenômenos), Goodwin imaginou poder estabelecer um “marcador biológico” para a violência: crianças das áreas mais afetadas pela violência urbana, majoritariamente negras e pobres, deveriam ter seus níveis de serotonina periodicamente acompanhados para se fazer um tratamento “preventivo”, quiçá com o uso de tranqüilizantes. Embora o programa federal não tenha prosseguido, submerso em acusações bem fundadas de racismo, versões locais foram postas em prática a um custo estimado de US\$ 400 milhões. Como afirma S. Rose, este tipo de discussão sempre atinge unicamente a classe trabalhadora: “ninguém estuda a hereditariedade da tendência a cometer fraudes nos negócios, ou os fatores bioquímicos pertinentes em homens de classe média que espancam suas esposas”. Além disso, é evidente que Goodwin e muitos outros cientistas aderem firmemente a uma concepção essencialista, “instintiva”, do comportamento social em geral, e do agressivo em particular; não existe qualquer motivo científico para recusarmos, por exemplo, a idéia de que os baixos níveis de serotonina sejam não a causa, mas um *efeito* da agressividade provocada por fatores sócio-ambientais. (v. [Conservadorismo](#)) Embora os exemplos possam ser multiplicados, fica já clara a tendência à “biologização” das sociedades humanas por parte da direita contemporânea, como se depreende do artigo de S. Rose citado na bibliografia. Isto acarreta, quase como um subproduto, uma tendência crescente por parte dos setores de esquerda, seja no interior ou fora da academia, de se negar validade a qualquer pesquisa biologicamente embasada do comportamento humano. Esta é, creio, uma postura em última análise obscurantista: a presença de determinações biológicas ou ambientais do comportamento deve emergir do trabalho de pesquisa e não assumida aprioristicamente. O artigo de R. Wright a respeito da *Iniciativa sobre a Violência* demonstra que uma abordagem biológica da questão da serotonina pode perfeitamente escapar tanto da falsa dicotomia “determinismo biológico X determinismo cultural” quanto da equação “estudo biológico do comportamento humano = posições políticas de direita” assumida por muitos cientistas sociais e ativistas da esquerda. [v. [Sociobiologia](#)]

João Azevedo Fernandes

Referências Bibliográficas:

- GOULD, Stephen J. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- JOHNSON, Roger N. *Agressão no Homem e nos Animais*. Rio de Janeiro, Editora Interamericana, 1979.
- ROSE, Steven. “A Perturbadora Ascensão do Determinismo Neurogenético”. *Ciência Hoje*, 21 (126): 18-27, 1997.
- THOMNHILL, Randy, Thornhill, Nancy W. e Dizinno, Gerard A. “A Biologia do Estupro” in Silvana Tomaselli e Roy Porter (coords.) *Estupro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1992.
- WRIGHT, Robert. “The biology of violence”. *The New Yorker*, 13/05/1995; pp. 68-77.

CONCORDATA E FASCISMO. Logo após a chegada de [Hitler](#) ao poder em 1933, os nazistas assinaram com a Igreja Católica uma Concordata, estabelecendo as relações entre o

nacional-socialismo e a Santa Sé. Enquanto a conquista do Estado ainda era engendrada, Hitler não podia admitir atritos com a Igreja e com o catolicismo alemão, considerando que eram vinte milhões de católicos, atuando em diversas organizações religiosas, um grande sindicato católico – [Ação Católica](#) – e representados por um partido atuante: o *Zentrum*. (v. [Partido Político de Direita](#)) A postura de conciliação defendida pelos nazistas já havia sido esboçada no lançamento do programa do Partido Nacional-Socialista em 1920, quando foi apresentada a idéia de “Cristianismo Positivo”, expressão vaga e oportunista, novamente utilizada em [Mein Kampf](#) – publicado alguns anos mais tarde. Não podemos esquecer que durante a escalada do [fascismo na Alemanha](#) muitos bispos se pronunciaram contra as atividades nazistas, levando Hitler a optar pela transigência nos atos oficiais, embora confidenciasse a elementos mais próximos a incompatibilidade entre o Nazismo e o Cristianismo. (v. [Alteridade](#), [Fascismo](#) & [Guerra](#))

A Concordata de 1933, tendo como signatários o aristocrata católico Von Papen e o Papa Pio XI, determinou as áreas de atuação do Estado e da Igreja Católica na Alemanha. Para figuras eminentes da Cúria Romana, o acordo era uma tentativa de firmar uma relação com o Nazismo nos moldes do [Tratado de Latrão](#), assinado anos antes com [Mussolini](#). Assim pensava o Cardeal Eugenio Pacelli, secretário do Vaticano e futuro Pontífice [Pio XII](#). A Concordata garantia à Igreja Católica direito à liberdade religiosa, a ligação entre os bispos e a Santa Sé e o sistema de ensino católico. Por outro lado, os negócios temporais passaram a ser geridos pelo Estado, comprometendo a existência do *Zentrum*, que foi dissolvido por orientação de Roma. Os bispos deveriam prestar um juramento de fidelidade ao *Führer*, que poderia influir nas nomeações episcopais. (v. [Regime de Vichy e os Judeus](#)) A estratégia nazista sugeria que os católicos poderiam manter as suas tradições culturais e religiosas caso abrissem mão da autonomia [política](#). Neste momento, muitos elementos da hierarquia católica alemã aderiram ao novo regime, assistindo aos rituais nazistas com o braço erguido e saudando o *Führer* com a expressão *Heil Hitler!*. Algumas vozes se pronunciaram contra a lei de esterilização aprovada pelo governo, sem ameaçar, entretanto, a fase de conciliação entre o Nazismo e a Igreja Católica. (v. [Operação Eutanásia](#) & [Homossexualidade e Fascismo](#)) Foi nesse sentido que alguns grupos católicos alemães acreditaram que Hitler promoveria um amálgama entre o cristianismo e os princípios do nacional-socialismo dentro dos moldes do [Salazarismo](#). (v. [Franquismo](#)) Não podemos esquecer que dois aspectos aproximavam a Igreja Católica e o nacional-socialismo: o anti-racionalismo e o [anticomunismo](#). (v. [Baderna](#) & [Intransigentismo](#)) Muitas foram as obras produzidas com este sentido de conciliação, como a coleção [Reich und Kirche](#) ([Império](#) e Igreja), publicada ainda em 1933 por uma editora católica, onde se afirmava “a convicção de que não existe contradição fundamental entre o renascimento nacional dos nossos dias e a ordem espiritual da Igreja (...). Totalmente alemã e totalmente católica, esta é a ordem que nossa coleção quer postular, favorecendo as relações entre a Igreja e o Nacional-Socialismo e mostrando o caminho para uma cooperação fecunda (...).” (v. [Leis de Nuremberg](#))

Nos anos seguintes, o Estado Nazista aproveitou as brechas existentes na Concordata de 1933 e promoveu o desmantelamento da imprensa católica, da Ação Católica e das associações para a [juventude](#) ligadas à Igreja. (v. [Ditadura](#)) Enquanto via a sua atuação limitada, o clero católico defendia os direitos garantidos na Concordata, contudo, sem questionar diretamente o *Führer*. Um dos momentos críticos deste processo foi a ascensão política do ideólogo nazista [Alfred Rosenberg](#) a partir de 1934, abrindo novas fontes de tensão entre a Igreja Católica e o Nazismo. Alguns bispos questionavam as concepções racistas do Terceiro Reich, enquanto uma das obras basilares da [ideologia](#) nazista – *O Mito do Século XX*, da autoria do próprio Rosenberg – foi inscrita no *Index*. Durante o biênio 1934-1935, leis utilizadas por Bismarck na *Kulturkampf* foram editadas pelo regime nazista. Escolas confessionais foram fechadas e muitos professores sofreram perseguições. (v. [Ditadura e Violência](#)) Padres chegaram a ser

enviados aos [campos de concentração](#), sendo acusados de tráfico de divisas. (v. [Repressão e Violência](#) & [Tortura](#)) Estava aberto o caminho para a *Kirchenkampf* (Luta contra a Igreja) promovida pelos nazistas. No decurso dos doze anos em que os nazistas dominaram a Alemanha, este foi o momento de maior tensão entre a Santa Sé e o Regime Nacional-Socialista. A eleição de Eugenio Pacelli, assumindo o posto pontifical como Pio XII em 1939, abriria um período de maior omissão por parte da Cúria Romana em relação às atrocidades nazistas, enquanto muitos eclesiásticos alemães – inclusive protestantes – lutavam isoladamente contra a lógica do Estado Nacional-Socialista. (v. [Estado Novo: Historiografia](#) & [Hitler: Historiografia](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

CORNWELL, John. Hitler's Pope: The Secret History of Pius XII. New York, Viking Penguin, 1999.

Dossier Les Combats des Papes. In **Historia**, nº 597. Emmanuelle Eyles, 1996.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. Os Carrascos Voluntários de Hitler. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

LEVISSE-TOUZÉ, Christine; MARTENS, Stefan (orgs.). Des Allemands contre le Nazisme. Paris, Éditions Albin Michel, 1997.

CONSENSO DE WASHINGTON. Este termo criado pelo economista John Williamson – membro do *International Institute for Economy*, centro de intelectuais responsável, em 1989,

pela reunião que discutiu nos termos do neo-liberalismo as bases das reformas econômicas que deveriam tirar a América Latina da situação de estagnação econômica – refere-se à visão das instituições financeiras internacionais, sob a hegemonia norte-americana, acerca da condução das políticas econômicas no mundo inteiro, mas de forma muito mais específica para os países da América Latina. (v. [Ideologia](#)) Como nos sugere José Luís Fiori (1996), o Consenso de Washington é um condicionamento comercial explícito: trata-se de um programa compacto de políticas e reformas econômicas ao qual os países da América Latina deveriam aderir como condição para reintroduzirem-se no sistema financeiro internacional. As instituições financeiras internacionais, lideradas pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), injetam recursos nas economias dos países periféricos quando estes adotam e aceitam o monitoramento das políticas sugeridas pelos técnicos dessas instituições. Mediante o cumprimento de uma agenda mínima de reformas, o Banco Mundial e o FMI passam a intervir indiretamente na própria legislação dos países em desenvolvimento que solicitam apoio do capital internacional. Os acordos com o BIRD e o FMI tornaram-se, pois, pré-requisitos para a captação de recursos nas mais diversas instituições financeiras internacionais. Segundo Maria Clara Couto Soares (1996), “o Banco Mundial tornou-se o guardião dos interesses dos grandes credores internacionais, responsável por assegurar o pagamento da dívida externa e por empreender a reestruturação e abertura dessas economias, adequando-as aos novos requisitos do capital globalizado”. (v. [Economia](#), [Estatismo](#) & [Liberalismo](#)) Afinal de contas, não há confiança para emprestar dinheiro a quem não tenha o orçamento fiscal equilibrado, não tenha uma moeda estável, não tenha economia aberta, os mercados financeiros desregulados, o comércio desprotegido e o papel regulativo do Estado como distribuidor de renda diminuído. (v. [Governabilidade](#) & [Elites Empresariais](#)) Em nome de tal estabilidade econômica, deve-se realizar corte de salário dos funcionários públicos, demissões, corte dos investimentos sociais, reforma da previdência social, desoneração do capital especulativo para que ele possa aumentar a sua competitividade no mercado internacional, privatização das estatais – principalmente as lucrativas –, flexibilização dos contratos de trabalho, cooptação de lideranças dos trabalhadores e uma ofensiva política e policial contra os movimentos sociais reivindicatórios. (v. [Conservadorismo](#), [Greve](#) & [Sindicato](#))

Resguardadas a euforia e a pressa de teóricos e agentes do governo norte-americano da década de 1990 em determinar a vitória do capitalismo neoliberal e globalizado sobre o socialismo e o [Estado do Bem-Estar Social](#) – decretando-se com isso o fim da [história](#) –, a [política](#) adotada na América Latina e em outros países não solucionou os problemas de [atraso](#) e crise econômica, aumentando o fosso entre a base e o topo da pirâmide social dos países onde foi implantada: a produtividade cresceu ao escopo do *just in time* ao mesmo tempo que os salários perderam grande parte de sua anterior participação na distribuição da riqueza nacional. O medo do desemprego num mercado de trabalho desregulado e flexível obrigou o trabalhador a aceitar a redução de salário e a perda de direitos históricos conquistados por décadas de lutas sociais. A miséria cresceu vertiginosamente: um terço da humanidade passa fome enquanto uma pequena elite se gaba das maravilhas da integração dos mercados mundiais. Como conseqüência, a violência explode por todos os lados. (v. [Democracia](#) & [Neo-racismo Diferencialista](#)) Neste sentido, parece clara a necessidade de superação do consenso que se firmou como hegemônico nos últimos anos do século XX e que em pouco tempo decretou a exclusão de bilhões de pessoas em todo o mundo. (v. [Burocracia](#))

Jean Mac Cole Tavares Santos

Referências Bibliográficas:

FIORI, J.L. O Consenso de Washington. Disponível na INTERNET via <http://www.aepet.org.br/consenso2.html>. Arquivo consultado em 2000.

SOARES, M. C. C. Banco mundial: políticas e reformas. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

TEIXEIRA, F. J. S. et al. Neo-liberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo/Fortaleza, Cortez/Universidade Estadual do Ceará, 1996.

CONSERVADORISMO. O pensamento conservador surge a partir da negação da razão iluminista e o que se passou a considerar como as suas derrapagens políticas. (v. [BURKE](#),

[Edmund](#)). No pensamento conservador, a [História](#) é entendida como um processo orgânico de evolução; no entanto, o caráter “orgânico” do pensamento conservador não deve ser confundido com “pensamento estático”: a imagem da árvore é constantemente evocada para significar *evolução* e *enraizamento*, em oposição aos ideais do universalismo abstrato e progressivista de uma razão entendida como supra-temporal – daí a ênfase na estabilidade e na continuidade institucional consagradas pela [tradição](#). Como parte desta árvore, as *raízes* são a metáfora-chave do conservadorismo, tomando diferentes conotações políticas conforme as épocas. Assim, a História segue o seu curso, mesmo que não seja no rio do Iluminismo, pois tal como neste o tempo orgânico da evolução do corpo social é linear. (v. [Darwinismo e Evolução](#)) Em função de sua [natureza](#) orgânica, a História teria um poderoso papel e a pretensão iluminista de eliminar os preconceitos da tradição já seria para os conservadores um preconceito: seria pretensioso e perigoso erigir um tipo de razão que, ignorando o que a experiência aponta, deixasse de operar uma decantação da experiência e impusesse princípios abstratos à realidade concreta. É neste sentido que a razão iluminista é entendida pelo pensamento conservador como possuidora de um potencial de Terror e é em oposição a ela que concebe a sua idéia de liberdade. (v. [Jacobinismo](#))

Como reação ao Iluminismo, à [Revolução](#) Francesa e à sua expressão político-discursiva – o [liberalismo](#) democrático –, o conservadorismo teria que lutar para alterá-los em sua própria base, o debate político. Neste sentido, ele teve que racionalizar o irracional e isto não mais será feito nos moldes dos enquadramentos políticos do [Antigo Regime](#) e sim no plano parlamentar-liberal. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Na prática [política](#), no final das contas, o conservadorismo não necessariamente se oporá às vencedoras instituições políticas do Estado pós-Antigo Regime, mas às possibilidades de o povo participar do governo de uma forma democrática. À parte algumas tendências regressistas – saudosas de um Antigo Regime ou mesmo de uma Idade Média afetivamente revisitada –, o conservadorismo entenderá a política – enquadrada no sistema parlamentar-liberal – como a habilidade de distinguir entre o amigo e o [inimigo](#) da nação, da [família](#), de instituições como o [casamento](#), dos valores religiosos e da economia nacional, não poupando esforços para neutralizar quem os “ameaçasse”. (v. [Baderna, Homossexualidade e Revolta, Neo-racismo Diferencialista & MONICA LEWINSKY, O Caso](#)) O conservadorismo opera com idéias-força e aniquila a autonomia do indivíduo em entes metafísicos – o que explica, numa era de incertezas, a sedução de líderes carismáticos de direita que, estetizando ou etnizando a participação política, dão à população a precária e aparentemente compensativa sensação de estabilidade, pertencimento e proteção, definindo-se a partir disso os “entes” que ameaçam. (v. [Alteridade, Fascismo, IUGOSLÁVIA, Crise da, Nacionalismo](#)) Neste sentido, tanto no século XIX quanto no século XX, o conservadorismo nos possibilita diferenciar liberalismo de [democracia](#), podendo estar no campo do primeiro mas sendo totalmente incompatível com a segunda. (v. [Governabilidade](#))

Nos mais de dois séculos de pensamento conservador, a participação política progressivamente foi perdendo o seu caráter elitista e as massas não puderam mais ser ignoradas na arena política – dentro ou fora dos parlamentos. Poder-se-ia dizer que o *Demos* progressivamente avançou sobre o *Povo* de cada país. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico desembocaria numa produção de massa que alimentaria novas formas de abundância, concentração demográfica urbana e exclusão social. As experiências revolucionária francesa de 1848 e o bonapartismo, assim como a Comuna de Paris (1871), seriam exemplos modelares de participação política das multidões que os conservadores tentariam evitar, mas que se confirmariam no século XX. (v. [Ditadura](#)) Neste sentido, como todos estavam passando por um novo processo de educação política ao mesmo tempo que o [Ocidente](#) estava avançando sobre o mundo, o conservadorismo teve que lidar com o inevitável problema do decisionismo da política, com os mitos de legitimação, com o “comportamento irracional” das multidões, assim como com a realidade da [geopolítica](#). (v. [LE BON, Gustave](#))

Os conservadores terão que decantar as experiências do presente para controlar os seus desdobramentos futuros e evitar mudanças drásticas, baseando-se na idéia de “forças históricas” das quais julgariam ser os legítimos intérpretes. Em nome do crescimento orgânico da nação, governos conservadores tentariam conter internamente os avanços da democracia e buscariam a criação de reservas – humanas, materiais e bélicas – para além de suas fronteiras. (v. [Darwinismo Social](#))

Além do irracionalismo, o conservadorismo também pode ser campo para o pessimismo, ou seja, uma compreensão de que a história e a existência humana formam uma ordem que não pode ser racionalmente explicada. Ela simplesmente é. Aqui se manifesta um vazio em *acreditar* e *conhecer* que é preenchido atualmente por diferentes opções: New Age, outras formas de religiosidade, comunitarianismo [völkisch](#), etc... e, no campo da política, pelo **conservadorismo radical**. Por sua parte, o conservadorismo radical super-enfatiza os sentimentos e a intuição, negligenciando a possibilidade de conhecimento e cooperação através das margens de cultura – ou seja, é contrário às próprias possibilidades comunicativas para além da *comunitas* que ainda haviam no jogo parlamentar tolerado pelo conservadorismo, caindo no insulamento radical do relativismo cultural. Neste sentido, é extremamente anti-intelectual, valoriza o mito como forma de saber e, diferentemente do conservadorismo, torna-se uma potencial [ideologia](#) para a mobilização política dos marginalizados. Tal especificidade fez com que o conservadorismo radical borrasse as fronteiras de muitas demandas de minorias que formaram o discurso anti-Ocidente esquerdista dos anos de 1960 e 1970. (v. [Burocracia](#)) No entanto, não devemos nos enganar com as aparências: ação revolucionária, energia, vontade e povo pressupõem um concepção anti-universalista dos direitos e um apagamento da autonomia do indivíduo em nome do “lugar” de fala. O conservadorismo radical combina uma reação anti-burguesa, anti-globalização, anti-liberal e a crítica da homogeneização da cultura com uma postura anti-reflexiva. Assim, como no conservadorismo, valoriza os progressos materiais e espirituais que o saber científico pode trazer, mas os aceita enquadrando-os em certas exigências morais: a dominação da política sobre a economia de forma a conter os efeitos socialmente e culturalmente desastrosos do neo-liberalismo. Como não se considera possível o diálogo entre as culturas, não se deseja uma civilização mundial misturada, sendo um erro a escravidão, o [imperialismo](#) e o [neocolonialismo](#) – todo povo só pode pertencer a si mesmo. (v. [Europa](#)) Aceita-se o progresso material mas não o questionamento do ponto de vista da “comunidade”, que simplesmente é aceito como algo recebido, dado, não havendo liberdade fora dela; ao mesmo tempo, o mercado pode prover produtos sagrados para alimentar as identidades culturais pós-modernas.

A atitude básica dos intelectuais do conservadorismo radical tem a ver com um nihilismo moderno, um sentimento de perda de força e a falta de disposição para tomar decisões fortes e corretas. A teoria da sociabilidade torna claro que os seres humanos não são somente seres econômicos – como aparece no neo-liberalismo e no pensamento econômico – ou somente seres políticos, que é o ponto de partida do conservadorismo radical. O indivíduo também é um ser social e a negação disso é uma contradição em si mesma e um convite para o terrorismo. Pode-se dizer que a sociabilidade é triádica: é a relação entre três pessoas ao menos, enquanto a relação diádica é pré-social – a relação de espelhamento entre duas pessoas. Isto é um argumento contra toda forma de relativismo cultural e “Pensamento *Sonderweg*”: troca e interação sociais são mais do que pura conjunção ou uma quase privada interação entre dois povos. Tão logo haja uma relação triádica, a comunicação existe. Entretanto, vivemos em uma sociedade (pós)moderna onde as instituições existentes não são em si um meio perfeito para responder processos de conflito, para mediação de ações, etc... Algumas vezes, por exemplo, novos movimentos sociais podem tornar as pessoas conscientes da necessidade de mudança ou mesmo da abolição de instituições, mas isso deve ocorrer não

como efeito de um plano divino da História e sim como um simples e empírico manuseio da matéria concreta – evitando-se qualquer perda de autonomia do indivíduo em nome de entidades metafísicas novas ou velhas.

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

DAHL, Göran. Radical Conservatism and the future of Politics. London/Thousand Oaks/New Delhi, SAGE Publications, 1999.

RENAUT, Alain. O Indivíduo: reflexões acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro, DIFEL, 1998

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Europa ou o Concerto das Nações: idéias conservadoras e política internacional na obra de Leopoldo von Ranke (1795-1886). Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, Tese para Professor Titular de História Moderna e Contemporânea, 1993.(mimeo.)

TODOROV, Tzvetan. O Homem Desenraizado. Rio de Janeiro, Record, 1999.

VIANNA, Alexander Martins. O Ideal e a Prática de governar: o Antigo Regime no Brasil colonial, 1640-1715. Dissertação de Mestrado, PPGHIS-UFRJ, 2000. (mimeo.)

CONSERVADORISMO DURANTE A DITADURA MILITAR. Não havia um pensamento político idêntico entre os militares que tomaram o poder no Brasil em 1964.

Embora possuíssem traços comuns que os distinguiam justamente como militares, existiam diferenças significativas, por exemplo, entre os que eram considerados integrantes da “linha dura” (tendentes a rigores repressivos e a uma longa permanência no poder), e os “moderados”; ou entre os que defendiam a possibilidade de um desenvolvimento autônomo brasileiro, de viés nacionalista, e os que eram simpáticos à idéia de participação do capital estrangeiro; ou ainda entre a jovem oficialidade, mais propensa a mudanças radicais, e os oficiais superiores, que resguardavam tradições políticas brasileiras como a concialibilidade e o legalismo. Porém, além do indefectível espírito corporativo dos militares, um certo conjunto de idéias os unia, conformando um pensamento que se pode classificar mais autoritário do que conservador. Note-se que cientistas políticos, sociólogos e historiadores tradicionalmente têm atribuído grande importância ao caráter sistêmico e sistematizador do conjunto de idéias conhecido por “[ideologia](#)” ou “[doutrina da segurança nacional e desenvolvimento](#)”. Tal enfoque tem sido especialmente útil quando nos auxiliar a perceber a visão orgânica que possuíam certas instâncias partícipes da conspiração que levou ao Golpe de 1964, notadamente a [Escola Superior de Guerra](#) (ESG), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – organizações que congregavam, basicamente, [empresários](#) e militares de elite. (v. [Militarismo](#)) Essa visão, entretanto, deve ser matizada pelas recentes descobertas empíricas que apontam para: (a) a grande diversidade, já aludida, entre os militares e (b) a importância relativamente pequena que planos de ação e doutrinas sistemáticos tiveram, posteriormente, em ocasião da implantação de políticas efetivas dos governos militares. A doutrina ou ideologia de segurança nacional e desenvolvimento teve de se adaptar, ao longo do tempo, aos ditames dos mandantes do momento. Aliás, observou-se uma gradual decadência da ESG no pós-1964. Em se tratando de fenômeno tão recente, é natural que existam dificuldades analíticas e lacunas de informação. Ao que parece, somente alguns oficiais superiores estavam adstritos, em uníssono, aos cânones do “complexo ESG/IPES/IBAD”. O amálgama ordinariamente reduzido à expressão “os militares” compunha-se de uma variada gama de cores políticas que, como já sugerido, estendia-se desde aqueles que eram comprometidos com as formalidades da legislação democrática (especialmente os militares oriundos da ESG) até despóticos que a desprezavam *vis-à-vis* suas utopias autoritárias (extremistas de direita que tinham posições anticomunistas e anti-populistas fanáticas); ou desde os que se batiam por um nacionalismo ufanista baseado nas “grandezas brasileiras” e os que admitiam as insuficiências do país tendo em vista um projeto global de desenvolvimento. Entretanto, não é equívoco falar-se de *um* pensamento autoritário no período. De fato, houve uma proposição sistemática de idéias e planos que, corretamente, pode-se chamar de “doutrina da segurança nacional e desenvolvimento”.(v. [Ditadura e Violência & Liberalismo](#))

Produzida, basicamente, no âmbito da ESG, tal concepção supunha que o Brasil integrava-se ao contexto internacional da [Guerra Fria](#), tendo em vista: (a) sua grande população e extensão territorial; (b) seu posicionamento geopolítico, que lhe conferia importância estratégica no âmbito das relações políticas internacionais e (c) sua vulnerabilidade ao comunismo, tendo em vista as fragilidades internas (população “despreparada” e políticos “corruptíveis”). Desse diagnóstico, decorria que: (a) o Brasil tinha condições de se tornar uma das grandes potências mundiais e (b) era necessário precaver-se contra a “ameaça comunista”. Como consequência, a ESG elaborou caminhos brasileiros possíveis para: (a) as hipóteses de guerra entre os países capitalistas e comunistas; (b) os mecanismos internos de combate ao comunismo e (c) um desenvolvimento econômico que reforçasse o destino brasileiro de “grande potência”, isto é, de país superiormente desenvolvido do ponto de vista industrial e, também, estratégico quanto à interlocução política internacional. Essa elaboração intelectual encontrou em Golbery do Couto e Silva seu principal proponente, especialmente quanto ao aspecto geopolítico (a variável econômica, orientada por técnicos altamente especializados, tendeu ao favorecimento

do capital estrangeiro, mesmo com resistências internas, tal como previra, aliás, a ESG). (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) No efetivo cotidiano dos sucessivos governos militares, porém, esse conjunto lógico e sistemático de idéias mesclou-se de diversos modos ou, dito de outro modo, houve momentos e/ou grupos em que certos aspectos da “doutrina” sobrepujaram-se a outros. Uma das variáveis mais importantes e unificadoras foi o sentimento anticomunista, entendido o comunismo como incompatível com a “[democracia](#) ocidental e cristã”. (v. [Anticomunismo](#) & [Baderna](#)) Do mesmo modo, grande parte dos militares supunha a população brasileira como “despreparada” para a democracia em função de certos traços de um alegado “caráter nacional” – o sentimentalismo, por exemplo, que obstaria uma avaliação racional dos problemas – e de uma precária formação educacional, além do fato de os políticos brasileiros serem desprezados por sua incapacidade de conhecer a realidade brasileira e por estarem propensos ao populismo e à demagogia. Assim, justificava-se a intervenção militar, mesmo em detrimento da democracia, pois os militares intitulavam-se conhecedores da realidade nacional e infensos aos desvios “meramente políticos”. Foi nesse contexto que assumiu grande importância o discurso sobre a “crise moral” brasileira, isto é, a elite política estava amplamente contaminada pela corrupção, sendo, portanto, indispensável promover-se uma “operação limpeza”, afastando da cena pública aqueles que fossem considerados corruptos. Da mesma maneira, administradores de alto nível, afinados com as diretrizes militares, foram chamados para ocupar o vazio gerado pela desconfiança em relação aos políticos. Esses tecnocratas assumiram um *ethos* bem ao gosto dos militares: a busca de realização de objetivos (no caso, sobretudo, os de natureza macroeconômica) a qualquer custo. Os militares, assim, viam-se como “poder moderador”, isto é, entendiam-se capazes de estabelecer metas globais universalmente legítimas e de arbitrar diferenças. Portanto, a miragem sobre o “Brasil Potência” teve grande efeito aglutinante entre eles, assumindo contornos de elaborada propaganda política durante a fase em que assessorias de relações públicas da presidência da República comandavam a produção de campanhas televisivas massificadas (1970-1978). Outro aspecto predominante foi a perspectiva de que qualquer oposição ou crítica aos governos militares constituíam-se em contestação ao regime. [Greves](#) operárias, demandas pela reforma agrária ou mesmo simples posicionamentos político-parlamentar da oposição eram vistos como “ameaças de desestabilização do regime” e, por isso, sumariamente eliminados através de um amplo aparato repressivo que incluía cassações de mandatos eleitorais, prisões arbitrárias, censura da imprensa e de manifestações artístico-culturais, tortura e assassinato. Como se vê, embora a [ditadura](#) militar brasileira não tenha contado com apoio significativo do meio intelectual (à época dominado pelo predomínio do “marxismo acadêmico”), as idéias prevalentes entre os militares repercutiram o pensamento autoritário de intelectuais da República Velha, notadamente [Oliveira Vianna](#), no que se refere à necessidade de fortalecimento do poder central, mesclado às elaborações sócio-antropológicas de Gilberto Freire e sua noção de harmonia das relações sociais. [v. [Autoritarismo](#), [Conservadorismo](#) & [Governabilidade](#)]

Carlos Fico

Referências Bibliográficas:

- ALVES, Maria Helena Moreia. Estado e oposição no Brasil, 1964-1984. Petrópolis, Vozes, 1984.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1987.
- KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. Legitimidade e coação no Brasil pós-64. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- SILVA. Golbery do Couto e. Planejamento Estratégico. Brasília, UnB, 1981.

STEPAN, Alfred. Os Militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro, Artnova, 1975.

CONSERVADORISMO NO BRASIL IMPÉRIO. Em seu clássico trabalho sobre o pensamento conservador, Mannheim define este ideário como uma reação aos efeitos desintegradores (sobre o [Antigo Regime](#)) provocados pela [Revolução](#) Francesa. Assim, o [Conservadorismo](#) seria uma [ideologia](#) que se contrapunha frontalmente ao Iluminismo e ao [Liberalismo](#) enquanto produtos do *Capitalismo burguês*, constituindo-se, portanto, em um movimento avesso ao progresso e, logo, à *modernidade*. Se no caso europeu podem ser apontadas, como o fez Francisco Carlos Teixeira da Silva, diversas ressalvas a esta dicotomia radical, no Império brasileiro a dicotomia é muito menos evidente. No Brasil, o Conservadorismo esteve intimamente associado ao Liberalismo, incorporando postulados políticos tipicamente liberais: a oposição ao Absolutismo, a defesa de um governo (monárquico) constitucional, representativo e com divisão de poderes, a idéia de pacto social e a garantia dos direitos civis e políticos dos cidadãos. Os conservadores brasileiros não deixavam, portanto, de ser liberais.

Não é de estranhar, portanto, que autores como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Nestor Duarte e Maria Isaura Pereira de Queiroz ressaltassem apenas as semelhanças entre os liberais propriamente ditos e os conservadores do Império, e outros como Paulo Mercadante e Ubiratan de Macedo apontassem a conciliação e o ecletismo como marcas do Conservadorismo brasileiro. Havia, no entanto, diferenças substanciais entre os dois grupos em termos tanto de composição social como de projeto político. José Murillo de Carvalho identificou uma maior presença, no Partido Conservador, de burocratas (especialmente magistrados) e grandes fazendeiros, sobretudo do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, além de grandes comerciantes; já o Partido Liberal era basicamente formado por profissionais liberais de extração urbana (principalmente advogados e jornalistas) e proprietários de terra de áreas menos tradicionais, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Como bem demonstrou Ilmar Rohloff de Mattos, foram os conservadores – particularmente o núcleo *saquarema* do Rio de Janeiro – os principais responsáveis pela consolidação do Império em meados do século XIX; tal tarefa foi levada a cabo (no Governo, no Parlamento e na Imprensa) por homens como Bernardo Pereira de Vasconcellos, visconde de Uruguai, visconde de Itaboraí, Eusébio de Queiroz, marqu s de Paraná, marqu s de Olinda e Justiniano José da Rocha.

Em termos de projetos políticos, a principal distinção consistia na defesa, pelos conservadores, da centralização e do predomínio do Poder Executivo, ao passo que os liberais eram favoráveis à descentralização e   prevalência do Poder Legislativo (a Câmara dos Deputados). O fortalecimento do poder central (em relação tanto às províncias, como ao Parlamento) pretendido pelos conservadores implicava na defesa do Poder Moderador, dispositivo criticado pelos liberais inspirado nas idéias conservadoras de Benjamin Constant. Este Estado forte, todavia, não se revestia de um caráter autoritário, pois estava ancorado em uma Constituição liberal a ser sempre observada. (v. [Autoritarismo](#)) Mais do que um fim em si mesmo, era antes visto como um meio, a única forma capaz de assegurar a ordem, preservar a unidade nacional e promover o progresso do país. Enquanto os liberais viam o poder com certa desconfiança, como instrumento do despotismo, os conservadores vislumbravam no Estado uma entidade neutra, acima dos grupos sociais e das disputas partidárias, gerenciando toda a sociedade e zelando pelo bem comum. Assim, enquanto os liberais julgavam que a opressão vinha sempre de cima, do Governo, os conservadores acreditavam que ela poderia vir também de baixo, do poder privado. (v. [Baderna](#) & [Civismo](#)) Neste sentido, a centralização seria o modo mais eficaz de conter o arbítrio dos potentados locais e, logo, de garantir a liberdade. Uruguai foi quem melhor sistematizou estas idéias, vendo o Estado como o principal agente de transformação política e social: seria um instrumento pedagógico de civilização, que preparasse o povo para o autogoverno. Todavia, reconhecia os males de uma

centralização excessiva, defendendo, então, como ideal para o Brasil a combinação da centralização política com certa descentralização administrativa.

Os conservadores brasileiros não eram, assim, contrários a mudanças e muito menos à modernidade. Apenas propunham uma via particular de transformação, de cima para baixo, e por meio de reformas graduais, sem grandes saltos, de forma a não ameaçar as conquistas já alcançadas. Eles se opunham (assim como a maioria dos liberais) às transformações operadas por movimentos revolucionários que levassem à anarquia e à dissolução social, produzindo mudanças precipitadas que não estariam de acordo com a *realidade nacional*.(v. [Jacobinismo](#)) Por fim, outra característica básica do Conservadorismo brasileiro era o pragmatismo: a sua preocupação com a necessária adequação das instituições e dos princípios estrangeiros às condições histórico-culturais específicas do país – costumes, usos, tradições, educação cívica e moral. Criticavam, assim, os liberais pela cópia de postulados abstratos e de instituições que seriam estranhas às condições típicas nacionais (o federalismo, o júri, os juizes de paz ou a Guarda Nacional). Não contestavam tais postulados em si mesmos, mas acreditavam que o país ainda não estava preparado para elas em virtude do incipiente grau de civilização em que se encontrava, do baixo nível moral e de instrução da população. Com isso, recorriam a tais argumentos para legitimar e fazer valer seus projetos políticos.

Marcello Otávio N. de C. Basile.

Referências Bibliográficas:

CARVALHO, José Murillo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, José Murillo de. “A Utopia de Oliveira Vianna”, in *Estudos Históricos*, v. 4 - nº 7. Rio de Janeiro, CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MACEDO, Ubiratan Borges de. “O Visconde do Uruguai e o Liberalismo Doutrinário no Império”, in CRIPPA, Adolpho (coord.), *As Idéias Políticas no Brasil*, v. I. São Paulo, Convívio, 1979.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, HUCITEC, 1990 (2ª ed.).

MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil: Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980 (3ª ed.).

NEDER, Gizlene. *Os Compromissos Conservadores do Liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “O Conservadorismo como Via para a Modernidade”, in *Anos 90*, nº 6. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dezembro de 1996.

CONSERVADORISMO NO BRASIL REPÚBLICA. O Brasil da década de 1920 era, como até hoje é, um país ainda envolvido no lento processo de construção de uma sociedade liberal e de um sistema democrático de governo. Nestas circunstâncias, surgiram pelo menos dois tipos de conservadores: os conservadores no sentido estrito e os conservadores reformistas. Os primeiros colocam ênfase na preservação da [autoridade](#), da ordem e de uma sociedade hierarquizada, quando não na restauração de uma idade de ouro medieval. (v. [Tradição](#)) Os segundos, mais importantes, não colocam ênfase na preservação mas na alteração da ordem vigente, seja em sentido liberalizante, de apressamento da implantação de uma ordem capitalista liberal-democrática, mais liberal que democrática, seja em sentido autoritário, de implantação de uma ordem corporativa, capitalista ou não. (v. [Civismo & Democracia](#)) Os conservadores em sentido estrito poderiam ser chamados de conservadores reacionários, a extrema-direita na terminologia de Bobbio. Os reformistas do primeiro tipo seriam os conservadores liberais, ou centro-direita, enquanto que os do segundo tipo seriam os conservadores autoritários, que não encontram lugar no esquema de Bobbio. (v. [Ideologia](#)) Os conservadores reacionários são representados sobretudo pelo catolicismo de direita. O fundador dessa corrente foi Jackson de Figueiredo, seguidor dos franceses Joseph de Maistre e [Charles Maurras](#) e do português Antônio Sardinha. Jackson de Figueiredo fundou a revista [A Ordem](#) em 1921 e o Centro Dom Vital em 1922, deixando como principal discípulo Alceu Amoroso Lima. D. Vital foi um dos líderes do [ultramontanismo](#) no século XIX. A corrente adquiriu feição mais agressiva na [Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade \(TFP\)](#), criada em 1960 por Plínio Corrêa de Oliveira. De forte conotação anticomunista, a TFP insiste nos temas que lhe dão nome, além de acentuar o caráter hierárquico e orgânico que, a seu ver, as sociedades possuem necessariamente. (v. [Conservadorismo](#))

Os reformistas autoritários predominaram na década de 1930, quando estavam sob ataque cerrado tanto o [liberalismo](#) oligárquico brasileiro como o liberalismo democrático europeu. Herdeiros do reformismo estatista de Alberto Torres, os autoritários propunham usar o poder arbitrário do Estado para alterar a ordem liberal oligárquica e agrária e substituí-la por outra de natureza corporativa e industrial. Tal ordem poderia ser capitalista, como queria Azevedo Amaral, Francisco Campos e os integralistas. Ou poderia assumir a aparência de um corporativismo idealizado e inclusivo, como na versão de [Oliveira Vianna](#). Traços dessa corrente podem ser encontrados na doutrina desenvolvida pela [Escola Superior de Guerra](#), sobretudo durante os governos militares. (v. [Autoritarismo & Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#))

Os conservadores liberais adquiriram projeção a partir do fim do [Estado Novo no Brasil](#), ao qual muitos se opunham seja por seus traços corporativos, seja por sua política social e trabalhista. Após o fim do Estado Novo, dedicaram-se numa primeira fase à luta política contra a herança de Vargas. Foi a época áurea do liberalismo udenista, tanto civil como militar, no qual predominaram políticos como Afonso Arinos de Melo Franco, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto. Derrotado o varguismo em 1964, a corrente passou a fase mais propositiva, cujos principais porta-vozes foram economistas que ocuparam posições administrativas importantes, como [Otávio Gouveia de Bulhões](#), [Eugênio Gudin](#) e [Roberto Campos](#). O objetivo dessa corrente era a consolidação de uma ordem liberal capitalista, se possível dentro de um sistema democrático de governo. (v. [Baderna & Governabilidade](#))

José Murillo de Carvalho

Referências Bibliográficas:

IGLESIAS, Francisco. "Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. II/julho, 1962(2): pp. 3-52.

LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In Boris Fausto, org., História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol. 2º. São Paulo, Difel, 1977. pp. 345-374.

MEDEIROS, Jarbas. A ideologia autoritária no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978.

RAMOS, Guerreiro. "A ideologia da ordem". In Crise do poder no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1961. pp. 141-151.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira". In Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo, Duas Cidades, 1978, pp. 15-63.

TRINDADE, Hélió. Integralismo (O fascismo brasileiro da década de 30). São Paulo, Difel, 1974.

CORONELISMO. Fenômeno político, social e econômico de significativa permanência na história brasileira, o Coronelismo é um conceito que traduz uma forma de controle do poder privado sobre o poder público através, principalmente, do mandonismo local. Sustentando-se em uma estrutura social hierarquizada, o Coronelismo contribui tanto para a reprodução dessa mesma hierarquia quanto se consolida através dela. O pressuposto da hierarquia inerente à prática do Coronelismo tem sua origem na Guarda Nacional, criada durante o Império no período regencial. A Guarda Nacional constitui-se como milícia civil, encarregada da segurança das diferentes regiões do país. Concebida como corporação paramilitar, acabou por funcionar como uma instância do poder civil e como legitimadora e reforçadora da estrutura social então vigente no país. A sua estruturação interna refletia as diferenciações de renda e prestígio da sociedade brasileira. O Coronel, mandatário superior da corporação, era arregimentado entre pessoas de maior poder econômico e de maior influência, especialmente no interior do país. (v. [Caudilhismo: Debate Historiográfico](#))

Reunindo em si uma tripla função de dominação (social, econômica e militar), os coronéis acabaram por se constituir prolongadamente em elementos chaves na cadeia de reprodução de poder tanto nacional quanto regional e local. Dessa maneira, mesmo ultrapassado o período de vigência legal da Guarda Nacional (1922), o fenômeno do “coronelismo” continuou persistindo no cotidiano da política brasileira, através de uma prática secular de adaptação mútua dos poderes públicos e privados. Do ponto de vista social, a estrutura coronelística e de mandonismo local em muito contribuiu no cotidiano da vida política nacional para a perpetuação da profunda fissura social que caracteriza a sociedade brasileira, especialmente nas regiões caracterizadas por uma economia predominantemente rural. Alguns autores dedicaram-se a estudar o fenômeno do coronelismo e do mandonismo local no Brasil. Dentre eles, destaca-se Maria Isaura Pereira de Queiroz. Em sua obra *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*, identifica o Coronelismo como uma forma específica de poder político, criada oficialmente no período imperial, mas que temporalmente ultrapassa tal período, tanto através da estrutura de poder semi-feudal consolidada desde o Brasil colônia quanto através de novas e atualizadas formas de coronelismo que sucederam ao período imperial e à primeira república. Vítor Nunes Leal, em seu livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, indica que o fenômeno do Coronelismo no Brasil relaciona-se ao federalismo brasileiro que, ao dispersar territorialmente a vigência do poder civil, fez do poder regional o sustentáculo do poder central através da cadeia de controle do voto pelas oligarquias locais. Já Raimundo Faoro, autor de *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*, além de destacar que o Coronelismo se insere no esquema da supremacia estadual e das eleições sancionadoras, destaca também que na República Velha o coronel integrava-se ao poder estadual, constituindo-se na espinha dorsal da vida política, representando, muitas vezes, uma forma peculiar de delegação do poder público no campo privado. O coronel, ao reunir em si poderes de controle sobre a vida da população submetida a seu mando, exercia função intermediadora entre o poder privado e o poder público. Em outras palavras os coronéis controlavam o eleitorado e, através de uma rede que envolvia os chefes políticos locais, sustentavam tanto seu próprio poder privado como de seus apoiadores. (v. [Antigo Regime](#))

O Coronelismo assumiu diferentes variedades regionais na política brasileira, especialmente em sua fase republicana: “[caudilhismo](#)” no Rio Grande do Sul, “chefismo” no Vale do São Francisco, “coronelismo” no Nordeste e interior de Minas Gerais. No entanto, todas elas caracterizaram-se por um hipertrofiamento do poder privado local sobre o poder público estadual e, muitas vezes, nacional. A fase de apogeu do Coronelismo estendeu-se de 1889 a 1930. Todavia, com a centralização do período Vargas e com a crescente industrialização e [urbanismo](#) do país implementadas a partir da década de 1930, o coronelismo como fenômeno hegemônico na política nacional entrou em declínio. (v. [Caudilho](#))

No entanto, por se caracterizar como uma tradição de longa inserção e permanência históricas, o Coronelismo não foi inteiramente banido política brasileira. Resquícios de práticas similares à coronelística ainda persistem no cotidiano da política no Brasil, inclusive em áreas urbanas. Ou seja, a política de favores, a política de clientela e a prática do voto-mercadoria são mecanismos que continuam a se reproduzir tanto em regiões do interior do Brasil quanto no dia a dia de centros urbanos, especialmente nas periferias de algumas metrópoles. Nas cidades, articulando seu poder em torno do atendimento quase que pessoal da população carente (distribuição de cestas básicas, empregos, obras públicas, etc.), os “modernos” chefes políticos urbanos contribuem para o entendimento da política como espaço de ingerência do privado sobre o público e de utilização da máquina pública para a reprodução do poder pessoal. (v. [Sociedade Civil](#))

Lucília de Almeida Neves

Referências Bibliográficas:

- FAORO, Raimundo. Os donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre, Editora Globo, 1977.
- IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória Política do Brasil 1500-1964. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- LEAL, Vítor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Alfa Omega, 1975.
- QUEIROZ, Maria Isaura. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio. São Paulo, Alfa Omega, 1972.
- QUEIROZ, Maria Isaura. “O Coronelismo numa Interpretação Sociológica”. In Boris Fausto(org.), História Geral da Civilização Brasileira, vol. 8. São Paulo, Difel, 1975.

CORPORATIVISMO (Teoria). O Corporativismo associa-se, via de regra, a movimentos e regimes anti-igualitários e anti-libertários, situando-se, portanto, em relação ao [liberalismo](#) numa posição diametralmente antagônica. Do ponto de vista da direita, o corporativismo consiste, assim, numa manifestação de sua vertente extremada, embora o centro-direita tivesse eventualmente que aceitá-lo. Em sua origem, o corporativismo “moderno” associa-se a correntes legitimistas e católicas que reagem à atomização dos indivíduos provocada pela [Revolução Industrial](#). (v. [Catolicismo Social](#)) Tais correntes postulam a restauração do caráter orgânico e hierárquico presente nas sociedades pré-industriais, onde o espírito de colaboração sobrepõe-se aos conflitos e antagonismos.(v. [Tradição](#)) Entre os principais expoentes da interpretação tradicionalista do corporativismo encontram-se o francês La Tour du Pin, discípulo de [Maurras](#), o alemão Ketteler e o padre italiano Luigi Taparelli d’Azeglio. No decorrer do século XX, entretanto, o corporativismo assumiria diferentes versões em função do estágio de desenvolvimento capitalista e da corrente política hegemônica em cada sociedade onde tal modelo de intermediação de interesses teve lugar. (v. [Conservadorismo](#)) Com base nas noções desenvolvidas por Manoilescu, Schmitter indica dois subtipos de corporativismo, distintos quanto à sua origem e natureza, mas que preservam em sua essência o ideal de colaboração: o Corporativismo de Estado e o Corporativismo Societal. A origem do corporativismo de Estado vincula-se ao rápido declínio de um pluralismo ainda nascente, num quadro de fragilidade e dependência da burguesia em relação ao Estado, assim como de sua incapacidade em atender às demandas das camadas assalariadas nos moldes do Estado liberal democrático.(v. [Ditadura](#)) Diante disto, o Estado interfere diretamente na organização da sociedade, criando e/ou controlando grupos representativos para suprimir o conflito nascente e proporcionar, assim, a “paz social” necessária à superação de uma crise capitalista ou ao desenvolvimento de um capitalismo ainda incipiente. Este modelo encontra sua melhor expressão com o [fascismo na Itália](#).

Denominado de corporativismo dirigista, por Vallauri, tal modelo vincula-se ao célebre enunciado de [Mussolini](#), de acordo com o qual tudo deveria situar-se dentro do Estado, de que não haveria nada fora do Estado. (v. [Totalitarismo](#)) As corporações fascistas, que agrupam patrões e empregados, são colocadas a serviço do Estado e asseguram a unidade e a supremacia desta entidade. Servindo-se deste modelo, a extrema-direita italiana do entreguerras visava substituir a luta de classes pela colaboração em proveito da Nação. O corporativismo mussoliniano buscou inspiração entre seguidores de Sorel, como Lagardelle, e nas formulações nacionalistas de Alfredo Rocco. Os modelos adotados na Alemanha nacional-socialista e na França de Pétain constituem derivações do corporativismo dirigista, que pode ser considerado como um formato de organização social próprio dos regimes totalitários de direita.

Durante a [Guerra Fria](#), a extrema-direita latino-americana também recorreria ao corporativismo de Estado para controlar camadas populares altamente mobilizadas. Em alguns casos, tratar-se-ia apenas de reformular o corporativismo criado durante a fase inicial do processo de substituição de importações, subtraindo-lhe aqueles elementos que haviam possibilitado a ativação dos trabalhadores. Por excluir as organizações do trabalho de qualquer participação nos centros decisórios, o modelo adotado no regime burocrático-autoritário seria contraposto ao corporativismo inclusivo, próprio do [populismo](#), e receberia de Stepan o adjetivo Exclusivo. Assim, se no varguismo, no cardenismo ou no [peronismo](#) o corporativismo constituía uma via através da qual, diante de uma crise de hegemonia, as elites buscavam forjar um novo equilíbrio sociedade/Estado implementando políticas destinadas a incorporar grupos importantes da classe trabalhadora no novo modelo político e econômico através da cooptação, o formato adotado no regime militar brasileiro pós-64 ou no Chile pós-Allende apoiava-se em políticas coercitivas, a fim de garantir a ordem necessária à continuidade do desenvolvimento do capitalismo associado. Segundo M.H.T.Almeida, no

regime burocrático-autoritário o caráter excludente do corporativismo transforma-o numa via de mão única, já que interrompe-se o canal que permitia o acesso das lideranças dos trabalhadores à burocracia estatal, embora permaneça a intervenção do Estado nos sindicatos. Conforme G.O'Donnell, tal modelo é também segmentário já que é mantido às elites econômicas o acesso às instituições estatais. Sob a égide do [autoritarismo](#), aprofunda-se, assim, o caráter inigualitário destas sociedades.

Diferentemente do corporativismo de Estado, o neocorporativismo fundamenta-se juridicamente no Direito Privado. Tal formato consiste, conforme Panitch, numa estrutura política própria do capitalismo avançado e expressa, do ponto de vista ideológico, as correntes majoritárias nas democracias liberais européias do segundo pós-guerra: a católica, a liberal conservadora e a social-democrata. A emergência do formato neocorporativo de intermediação de interesses ocorre não a partir de uma iniciativa unilateral do Estado, como no outro modelo, mas de acordos estabelecidos entre o Estado e as lideranças de trabalhadores para, do ponto de vista destas, proporcionar uma maior correspondência entre as demandas advindas das classes trabalhadoras e as políticas implementadas pelo Estado e, do ponto de vista deste, evitar o veto dos trabalhadores a políticas que ele próprio tenha aprovado. O formato societal surge em decorrência das políticas de pleno emprego que, ao aumentar o poder de barganha dos sindicatos, subtraem do mercado sua função de regular os salários. O neocorporativismo tornar-se-ia, assim, uma alternativa aceitável para o centro-direita durante a recuperação econômica do segundo pós-guerra. (v. [Estatismo](#)) Para Offe, o neocorporativismo deve ser compreendido como uma estratégia de dominação de classe já que, mesmo no capitalismo avançado, impõe-se mais restrições às entidades do Trabalho que às do Capital. (v. [Democracia](#)) Desta forma, ele apareceria não apenas como uma alternativa aceitável para o centro-direita, mas como a opção feita numa conjuntura na qual os mecanismos de regulação do mercado encontravam-se fragilizados diante do fortalecimento dos sindicatos. Neste ponto, o caso inglês é paradigmático: a preferência por parte de setores da direita pelos sindicatos fortes como forma de evitar que protestos espontâneos e desorganizados pudessem afetar o modelo de acumulação vigente remonta aos tempos de Lloyd George, passa por [Churchill](#) e se estende até os anos de 1960.

Com a crise dos anos de 1970, as críticas ao [Estado do Bem-Estar Social](#) e suas políticas de pleno emprego avolumam-se e diversificam-se, irradiadas por diferentes correntes ideológicas. De acordo com as formulações de Mancur Olson, por exemplo, a presença de *coalizões distributivas* enrijece a [economia](#). As decisões tornam-se por demais lentas e a adoção de políticas de racionalização econômica é obstada, reduzindo-se, assim, o ritmo de crescimento econômico. Já os neoliberais, partindo da noção de que os assalariados são agentes econômicos e que estes são em princípio homogêneos, assinalam que, tal como as empresas, os trabalhadores devem estar sujeitos a riscos – os riscos da concorrência no mercado de trabalho, da queda da oferta de emprego, da redução de salários de acordo com a indicação do preço de mercado etc.. Como proprietário do fator trabalho, o assalariado deve agir como agente econômico individual, livrando-se das referências tradicionais de classes antagônicas e do recurso a medidas sociais coletivas. Assim, a organização corporativa perde significado, juntamente com as negociações coletivas em torno dos salários, que seriam substituídas pela fórmula *me-too deal*, ou seja, pelo empenho pessoal do assalariado no sentido da obtenção de benefícios na empresa. Noutra perspectiva, F. de Closets assinala que nas sociedades capitalistas os grandes privilégios usufruídos pelo reduzido número de indivíduos que ocupam o topo da pirâmide social são menos onerosos e, portanto, menos prejudiciais ao desenvolvimento econômico que as pequenas vantagens corporativas usufruídas por muitos. Os benefícios setoriais representariam uma anomalia e um atentado à evolução natural da economia, devendo, portanto, ser abolidos. [v. [Burocracia](#) e [Sindicato](#)]

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, M.H.T..O Sindicalismo Brasileiro Entre a Conservação e a Mudança. In: Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BRUNHOFF, Suzanne. A Hora do Mercado: Crítica do liberalismo. São Paulo, Ed. da UNESP, 1991.
- DAHRENDORF, Ralf. O Conflito Social Moderno: um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro, Zahar / São Paulo, EDUSP, 1992.
- O'DONNELL, Guillermo. O Corporativismo e a Questão do Estado. In: Cadernos DCP. Belo Horizonte, 1976 (3).
- OFFE, Claus. Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- OLSON, Mancur. The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation, and Social Rigidities. Yale University Press, 1982.
- PANITCH, L. Os Sindicatos e o Estado no Capitalismo Avançado. In: Revista de Cultura e Política. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1987(nº 5 e 6, abr/jun e jul/set).
- SCHMITTER, Philippe. Still the Century of Corporatism?. In: PIKE, F. e STRITCH, T., *The New Corporatism: Social Political Structures in the Iberian World*. Notre Dame e Londres, University of Notre Dame Press, 1974.
- STEPAN, Alfred. Estado, Corporativismo e Autoritarismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CORPORATIVISMO (Debate Político). O conceito de corporativismo, no seu sentido moderno, origina-se no século XIX, embora venha a ser grandemente utilizado como projeto e organização institucional de movimentos e regimes políticos no nosso século. Originalmente, remete-se às antigas corporações de ofício e, assim, opõe-se às formas de organização individual do [liberalismo](#), fundamentadas na disputa de interesses, como partidos e sindicatos. A defesa do corporativismo, que se fortalece a partir dos anos de 1920, tem, portanto, um caráter de oposição às sociedades liberais, assim como ao socialismo, na medida em que seu postulado oposicionista não apresenta exatamente um projeto de futuro, mas sim uma [tradição](#) que se quer resgatar. Da mesma forma, ao contrário do liberalismo e do socialismo, o projeto corporativo nega a disputa entre interesses de classe, buscando conciliá-los em defesa dos interesses do Estado, da Nação, ou de ambos. Para a direita conservadora, portanto, a defesa do corporativismo representa a constituição de projetos que visam a organização política e social de forma verticalizada, estando no topo da organização o Estado, representante do “bem comum”. (v. [Estatismo](#) & [Sindicato](#)) Nestes termos, o corporativismo pretende a destituição das sociedades marcadas pelo conflito de projetos e [ideologias](#). Tais conflitos, dentro desta ótica, visam apenas a desestabilização e o domínio dos grupos econômicos dominantes. A ordem corporativa, ao contrário, garante a convivência harmônica entre grupos diferenciados, porém, não antagônicos. Acima dos interesses específicos de um indivíduo ou de um grupo, está o interesse do Estado ou da Nação. (v. [Corporativismo: Teoria](#))

A grande maioria dos regimes de tipo corporativo que se organizaram de acordo com a perspectiva apresentada acima nasceu nos anos de 1920 e 1930, sendo que o seu mais importante exemplo foi o [fascismo](#). No entanto, não se deve confundir, de forma reducionista, fascismo com corporativismo. Todo fascismo é corporativo, embora o contrário não seja verdadeiro. Além dos casos italiano e alemão, outros Estados corporativos surgiram no período do entre-guerras (1918-1939) como, por exemplo, os casos de Portugal, Espanha e Áustria. Além destes, na América Latina, regimes corporativos e anti-liberais também se organizaram, embora não se possa dizer que tivessem eles um perfil político e ideológico de direita como, por exemplo, são os casos do Brasil com Getúlio Vargas e a Argentina com [Juan Domingo Perón](#). Os regimes corporativos, em geral, defendiam uma democracia autoritária regulada a partir do Estado e das instituições corporativas. (v. [Ditadura](#)) Nas sociedades de tipo liberal, frente à ausência de um Estado forte e regulador, os segmentos dominantes agiam de acordo com seus interesses particulares, confinando as classes mais desfavorecidas ao isolamento e à permanente fragilização. O socialismo, por seu turno, ao invés de conduzir à unidade entre as classes, incentiva, ao contrário, a luta entre elas, fragilizando o todo que representaria a Nação em favor de projetos e interesses particulares. A forma de regular a sociedade e os interesses particulares é exatamente a institucionalização do corporativismo. (v. [Civismo](#) & [Conservadorismo](#))

No pós-Guerra (1945), nas sociedades liberais, um outro modelo corporativo instituiu-se: neocorporativismo. Nestes casos, tratavam-se de sistemas políticos que buscavam um “pacto” entre as organizações sindicais hegemônicas tanto pela social-democracia quanto pelos comunistas, assim como entre os patrões e os governos instituídos na Europa após o conflito mundial. Por um lado, os sindicalistas e os partidos que lhes davam sustentação ideológica reconheciam a legalidade democrática e a propriedade como direitos inalienáveis, abandonando, portanto, os objetivos revolucionários de superação do capitalismo. Por outro lado, embora a legislação pudesse prever a existência de mais de um sindicato por base territorial, na prática os patrões negociavam apenas com as organizações sindicais da esquerda social-democrata ou comunista. Assim, forçava-se a existência de apenas um único sindicato, o que foi chamado por alguns estudiosos de corporativismo societário, em oposição ao corporativismo estatal dos regimes autoritários dos anos de 1920. Este modelo opunha-se tanto às formas de organização propostas pela direita estatista dos anos de 1920 quanto pela

direita liberal que se opunha a qualquer ingerência do Estado na vida pública. Entretanto, o conceito de “corporativismo societário” em detrimento do “corporativismo estatal” deve ser revisto na medida em que nega que, no segundo caso, hegemônico na crise liberal do entreguerras, possa haver também uma escolha da sociedade ou de parte dela. (v. [Democracia](#))

Francisco Carlos Martinho

Referências Bibliográficas:

HOBBSBAWM, Eric. A queda do liberalismo; In: *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. pp.113-143.

MANOILESCO, Mihail. O século do corporativismo. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

NOLTE, Ernst. La guerra civil europea, 1917-1945: nacionalsocialismo y bolchevismo. México, Fondo de Cultura, 1994.

PIKE, Frederick B. e STRITCH, Thomas (orgs). The new corporatism. University of Notre Dame, 1974.

STEPAN, Alfred. Estado, corporativismo e autoritarismo. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

WILLIAMSON, Peter J. Varieties of corporatism. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

CORPOS FRANCOS (FREIKORPS). Destacamentos militares de efêmera porém significativa existência. O seu aparecimento se verificou no contexto da desagregação do exército imperial alemão (Reichswehr) ao final da Primeira Guerra Mundial. Naquele ocasião, as forças armadas do [Reich](#) encontravam-se fortemente divididas: enquanto algumas guarnições da marinha iriam ter uma participação importante na proclamação da República de Weimar, as tropas procedentes da frente ocidental permaneciam subordinadas à influência de uma oficialidade conservadora e monarquista. A capitulação e conseqüente desmobilização do Reichswehr ocorria simultaneamente às ações insurrecionais dos “delegados revolucionários” (revolutionären Obleute) e da Liga Spartakus (Spartakusbund), esta última dirigida por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Para fazer frente ao quadro de instabilidade político-institucional e desbaratar a ofensiva revolucionária, o governo do social-democrata moderado Friedrich Ebert e o alto comando das forças armadas empreenderam a desmobilização do exército e promoveram a constituição de “destacamentos de voluntários” integrados por oficiais, suboficiais e soldados obedientes ao comando supremo. Tais formações militares desempenhariam um papel fundamental no esmagamento da insurreição espartaquista de janeiro de 1919, em Berlim, assim como na reversão da república dos conselhos da Baviera em abril do mesmo ano. Os Freikorps foram uma espécie de academia contra-revolucionária. (v. [Arditi](#) & [Fascismo na Alemanha](#)) Antes de serem reintegrados ao Reichswehr, ou se diluírem no interior das SA e dos Capacetes de Aço (Stahlhelm), participariam ainda do assassinato de Walther Rathenau, ministro das Relações Exteriores na república de Weimar e da resistência à ocupação do Ruhr pelas tropas francesas. (v. [Autoritarismo](#) & [Ditadura](#))

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

- AMBELAIN, Robert. Os arcanos negros do hitlerismo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
BEZIMENSKI, L.. O militarismo alemão com/sem Hitler. Rio de Janeiro: Saga, 1967.
GALLI, Giorgio. Hitler e o nazismo mágico. Lisboa: Edições 70, 1990.
MILZA, Pierre ; BERSTEIN, Serge. Dictionnaire Historique des fascismes et du nazisme. Bruxelles: Éditions Complexe, 1992.
HÁJEK, Milos. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha. In Eric J. HOBBSBAWM (org.), *História do Marxismo*, vol. 6. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

CSU. A União Social Cristã (Christlich-Soziale Union-CSU) tem sua origem mais remota nos quadros do Partido Popular Bávaro (Bayerische Volkspartei). No período imediato à Segunda Guerra Mundial, Adam Stegerwald e Josef Müller foram os principais responsáveis pela organização do partido como uma agremiação presente em todo o estado da Baviera. A sua fundação se deu em Munique a 08 de janeiro de 1946. A União Social Cristã se caracteriza por ser um partido conservador situado à direita do espectro político alemão. O seu programa define claramente como princípios político-ideológicos inalienáveis aqueles valores característicos da tradição cristã, como a [família](#), e ainda alguns elementos próprios do [liberalismo](#), como a propriedade privada e o livre mercado. Como um partido cristão, a União Social Cristã se declara aberta às diferentes vertentes do cristianismo. No entanto, efetivamente mais de 80% de seus militantes são de confissão católico-romana.

Circunstâncias históricas locais e nacionais relativas não só ao período em torno da criação da República Federal da Alemanha como Estado Nacional em 1949, mas também às velhas rivalidades com a Prússia levaram a USC a permanecer uma partido autônomo e regional. A atuação partidária da União Social Cristã está restrita ao estado da Baviera, onde vem tendo responsabilidades de governo desde 1946, com uma única interrupção nos anos de 1954 a 1957. Este fato, de qualquer modo, não impede a USC de se fazer representar politicamente a nível federal. Ela sempre esteve presente tanto no Conselho Federal (Bundesrat) quanto no Parlamento (Bundestag). Nas esferas federais, a USC compõe uma fração parlamentar junto com a União Democrata Cristã, contribuindo assim para a formação da maioria parlamentar de sustentação dos gabinetes democratas cristãos desde a era Adenauer até o presente com o chanceler Helmut Kohl. (v. [Partido Político de Direita](#) & [Neofascismo na Alemanha](#))

Entre os muitos nomes de projeção local e nacional dentro dos quadros da União Social Cristã, um merece destaque especial: Franz Josef Strauss. Strauss, que governou a Baviera de 1978 a 1988, é não só o nome de maior projeção da USC mas também foi uma das figuras que mais influenciou a vida política da República Federal da Alemanha ao longo de suas primeiras quatro décadas de existência. Conservador, mas pragmático, fez desta agremiação regional uma força política presente e atuante em todas as principais questões da vida pública alemã. Inteligente e orador de grande carisma, participou das principais definições internas da USC no sentido de torná-la um partido de massa que não se sentisse incomodado diante de propostas políticas de inspiração liberal, contudo, sem abrir mão de seus princípios conservadores. (v. [Conservadorismo](#))

Para uma atuação político-ideológica ampla, a USC conta com o apoio de seis grupos de trabalho, são eles: a União das Mulheres, a União dos Trabalhadores, a União de Políticas Comuns, a Sociedade de Trabalhadores Classe Média, o Conselho Econômico da União e a União Jovem. Os dois últimos são formados juntamente com a União Democrata Cristã, portanto, integrados pelos militantes das duas agremiações. (v. [Democracia](#))

Franklin Trein

Referências Bibliográficas:

- GUTJAHR-LÖSER, P.. CSU – Porträt einer Partei. München, Olzog Verlag, 1986
HÖLLER/ZWICK, Taschenatlas – Wahlen 1986 – Bundesrepublik Deutschland. Braunschweig, 1986
OLZOG/LIESE. Die politischen Parteien München. Olzog Verlag, 1987.
SCHÖNBOHRN, W.. CDU – Porträt einer Partei. München, Olzog Verlag, 1986
SCHUBERT/KLEIN. Das Politischelexikon. Bonn, Dietz Verlag, 1987.

D

D'ANNUNZIO, Gabriele. (Pescara 1863 – Gardone Riviera, Brescia 1938) Poeta e escritor italiano. Quando era ainda um estudante no ginásio Cicognino em Prato, publicou o seu primeiro livro de poesias, *Primo vere* (na primavera – 1870) e, em 1882, publicou *Canto Novo*, no qual se encontra uma inspiração sensual e naturalística. (v. [Modernismo nas Artes](#)) Em Roma, onde começou em 1881 os seus estudos na Faculdade de Letras sem, no entanto, ter concluído o curso, entrou no círculo de intelectuais dos jornais *Capitan Fracassa* e *Cronaca Bizantina*. Casou-se em 1883 com a Duquesa Maria Hardouin do Gallese e, nos anos 1884-1888, colaborou com o jornal *Tribuna*, escrevendo artigos brilhantes na coluna social, os quais assinou muitas vezes como *Duca minimo*. Vivia mundanamente tendo como insígnia o estetismo e procurando sempre novas sensações eróticas às quais ficou fiel até o final da sua vida. Tomava emprestado do decadentismo os ideais de sensibilidade e elegância, além de um requintado tecnicismo formal; ao mesmo tempo, juntamente com alguns livros de poesias, publicou em 1889 a novela *Il Piacere* que, com *A Rebours* de Joris Karl Huysmans e *The Picture of Dorian Gray* de Oscar Wilde, constitui um dos textos fundamentais do decadentismo europeu. No mesmo ano prestou o serviço militar como subtenente no regimento de cavalaria “Lanceiros de Alexandria” em Roma. No ano seguinte, ficou na reserva e publicou a novela *Giovanni Episcopo* e, em 1892, publicou *L’Innocente*, duas novelas nas quais se nota um influxo de Tolstoy e Dostoievsky com uma ostentação lânguida e morbosa. Da mesma sugestão nasceu em versos o *Poema Paradisiaco* (1893). O poeta havia se transferido para Nápoles a fim de colaborar com o jornal *Il Mattino*. Nas novelas sucessivas, *Il Trionfo della Morte* (1894), *Le Vergini delle Rocce* (1896), *Il Fuoco* (1900), *Forse che si forse che no* (1910), ele procurou exaltar personagens que encarnavam os seus ideais de super-homem, tomados em parte da leitura de obras de Nietzsche, porém, substituiu ao pensamento do filósofo alemão, que teorizava a “vontade de potência” em nome da qual o super-homem podia viver “além do bem e do mal” - ideais estetizantes que compunham mosaico de uma “vida inimitável”. Entre as novelas, nota-se um ponto de vista autobiográfico em *Il Fuoco*, na qual narrou também com detalhes íntimos a relação com a maior atriz do seu tempo, Eleonora Duse, 5 anos mais velha. Ele a havia encontrado, em setembro de 1895, no Hotel Danieli de Veneza e começou um amor que durou até 1904, quando o poeta enamorou-se de uma jovem de 27 anos da nobreza, Alessandra Starabba di Rudini. D’Annunzio amou muitas mulheres das quais não se tratou aqui. Da união com Duse nasceram os seguintes dramas: *Sogno d’un mattino di primavera* (1897), *Sogno d’un tramonto d’autunno* (1898), *La Città morta* (1898) e *La Gioconda* (1899), *La Gloria* (1899), todos representados pela famosa atriz.

O poeta havia começado também a sua experiência política. No livro *L’Armata d’Italia* (1888) e nas *Odi Navali* (1893), era já deputado da direita, que naquele tempo havia a maioria. Em 1900, fez um gesto clamoroso para protestar contra os procedimentos reacionários do governo Pelloux, unindo-se aos deputados da extrema-esquerda. Em 1898, retirou-se para viver em Toscana, na aldeia de Settignano, numa vila, *la Capponcina*, que foi esplendidamente reformada, onde teve uma vida tão faustosa quanto aquela dos senhores do Renascimento. Ele propôs um modelo de vida tão charmoso quanto perigoso à burguesia italiana, que começava a imitar o complexo das atitudes políticas e literárias, a sua maneira de escrever e, em alguns casos, até o seu aspecto físico. Nasceu o D’Annunzianismo. Em Settignano, ele deixou, porém, sedimentar as suas ambições e escreveu algumas obras primas: os primeiros três livros (*Maia*, *Elettra*, *Alcyone*) das *Laudi del cielo, del mare, della terra, degli eroi*, publicadas em 1901; as tragédias *Francesca da Rimini* (1902), *La figlia di Jorio* (1904), *La fiacciola sotto il moggio* (1905), *Più che l’amore* (1908), *Fedra* (1909); e a novela *Forse che si forse che no* (1910). Em 1910, desgostoso pela venda forçada dos luxuosos objetos decorativos que faziam parte da vila Capponcina, seqüestrados pelos seus inumeráveis credores, o poeta se mudou para França, habitando uma casa à beira-mar perto de Arcachon

(Bourdeaux), onde escreveu num francês precioso os dramas: *Le Martyre de Saint Sébastien*, com música de Debussy (1911); *La Pisanella* (1912); *Parisina* (representado em 1913 no [Teatro](#) Scala de Milão), com música de Mascagni; *Le Chèvrefeuille* (1913). No entanto, vivendo na França, continuou a acompanhar os acontecimentos italianos, como demonstram *Le Canzoni delle gesta d'oltre mare*, escritas para exaltar a [guerra](#) na Líbia em 1911, nas quais ao mito do super-homem substitui o mito da super-nação chamada pelo destino ao império, evidenciando uma burguesia recentemente criada e desejosa de evasão. Deste período francês, também são obras notáveis: *La contemplazione della morte* e as *Faville del maglio*, que marcaram uma renovação da prosa de D'Annunzio destinada a ser evidente em obras mais tardias, como o *Notturmo* (1916), *Leda senza cigno* (1916), etc., obras nas quais a vida íntima do poeta é iluminada sinceramente e claramente. Quando foi deflagrada a Primeira Guerra Mundial, o escritor estava em Paris quando apoiou abertamente a participação da Itália contra os impérios centrais. O desejo de ação que tinha encontrado expressão somente na criação artística, na sua vida irrequieta e sem regras se reativou mais vivo no seu ânimo, visto que via próxima a possibilidade de satisfazê-lo. Regressou à Itália em Maio de 1915 e pronunciou perto de Gênova o famoso discurso *Quarto*, que pode ser considerado uma espécie de declaração de guerra à Áustria. As hostilidades estouraram no dia 24 de maio de 1915 e o poeta mais que cinquentão se alistou com o velho grau de tenente do regimento “Lanceiros de Novara”. Participou de façanhas clamorosas por terra, mar e ar, entre as quais podemos lembrar o vôo sobre Viena no qual lançou pequenas folhas de propaganda escritas no seu estilo inimitável; também participou da famosa “zombaria” de Buccari (em croato Bakar) durante a qual três lanchas torpedeiras (*Mas*) penetraram na fortificada base austríaca e lançaram torpedos contra os navios ancorados. No final da guerra, foi nomeado tenente coronel e pelo seu valor recebeu 5 medalhas de prata e uma de ouro, o que é a máxima condecoração italiana que se pode receber em guerra.

D'Annunzio foi ferido muitas vezes e perdera um olho durante uma perigosa aterrissagem em 16 de janeiro de 1916 - parecia que procurava a morte numa espécie de vontade de sacrifício. As suas empreitadas serviam para manter alto o moral das tropas que o adoravam como poeta, herói e grande amador. Finalizada a guerra, a cidade de Fiume parecia perdida para Itália e, em Setembro de 1919, D'Annunzio se fez chefe de 187 granadeiros, partiu de Ronchi e com um golpe de mão ocupou a cidade contendida, que manteve contra a vontade do governo italiano até Janeiro de 1921, constituindo uma espécie de estado independente no território de Fiume e nas ilhas de Arbe e Veglia chamado "Regenza italiana del Carnaro", para o qual ditou uma constituição (a “Carta del Carnaro”) fundamentalmente corporativa mas que acolhia pedidos socialistas.[v. [Corporativismo: Teoria](#)] Unidades inteiras do exército italiano juntaram-se ao poeta, além da tripulação de vários navios e muitos aviadores com seus aviões. Fiume, que então tinha mais ou menos 30.000 moradores, chegou rapidamente a ser ocupada por 9.000 soldados. O poeta, chamado “Comandante” e sempre mais “Duce” (voz latina que significa comandante e foi depois o título oficial de [Mussolini](#)), falava em público quase todos os dias levantando os ânimos com frases cortantes, perguntas que estabeleciam um diálogo entre ele e o povo, propondo novos horizontes sociais e morais. Famosos foram os seus motes como “in alto il ferro!” ao qual os [Arditi](#) responderam levantando o seu punhal, “Me ne frego!” e o famosíssimo “A noi!”, que como os outros depois foi utilizado pelos fascistas. A façanha de Fiume foi o máximo do Arditismo, um impulso do pensamento nascido entre as tropas de choque durante a guerra e inspirado pela concepção heróica da vida, os ideais volutarísticos e generosamente anárquicos de Gabriele D'Annunzio. A um certo ponto, tão grande foi o fervor que se pretendeu marchar sobre Roma para tomar o poder central. O poeta pensava que com suas façanhas heróicas, os seus discursos e os seus livros podia ser um guia espiritual para a Itália e salvar o País da confusão e desordem. Também pensou poder

influenciar positivamente Mussolini, que com sua frieza e firme vontade realizou a marcha sobre Roma dois anos depois. (v. [Fascismo na Itália & Ditadura](#))

O [fascismo](#) deve muitíssimo a D'Annunzio: os ritos, a maneira de expressão em público de Mussolini, o grito de guerra *Eia! Eia! ...Alalá!*. Os soldados que participaram na força tarefa a lembraram por decênios como o momento mais exaltante da sua vida. Finalmente atacados pelas tropas regulares enviadas pelo primeiro Ministro Giovanni Giolitti, no final de dezembro de 1920, bombardeados pela Marinha, D'Annunzio e os seus soldados deixaram Fiume no início de 1921. Durante a ocupação, quase 50 pessoas morreram entre civis e militares; uma centena de pessoas foram feridas. (v. [Autoridade](#))

O poeta se retirou para vila Cargnacco, em Gardone, que depois comprou e chamou “Vittoriale degli Italiani”, ampliando-a e fazendo desta o seu esplendido e fantasioso lugar de retiro. Na situação difícil do após-guerra, aliou-se ao Fascismo, porém, não deu jamais uma adesão incondicionada, visto que desprezava como toda sua alma o movimento que pecava de fanatismo e faltava de estilo. Nos primeiros anos de poder, Mussolini se preocupou em manter algum gesto de compromisso com aquele que o havia ensinado o aparato dos ritos Fascistas e tinha sido um precursor do seu programa político. Isolado no seu “Vittoriale”, que depois doou ao povo italiano, D'Annunzio continuou a escrever, sendo a maior parte da obras de caráter evocativo e autobiográfico. O seu último livro foi *Teneo te, África*, em louvor à conquista da Etiópia (1936). Morreu repentinamente no dia 1 de março de 1938. Em 1924, ano em que Fiume foi unida à Itália com base em um acordo com a Iugoslávia, o Rei o nomeou “Príncipe do Monte Nervoso”. (v. [Ideologia](#))

Mario Cacciaglia

Referências Bibliográficas:

CHIARA, Pietro. Vita di Gabriele D'Annunzio. Milano, 1978.

D'ANNUNZIO, Gabriele. Opera Omnia, a cura di Egdio Bianchetti. Collana “I Meridiani”, 1980.. Vol.11.

D'ANNUNZIO. Poesie, a cura di Federico Ronconi. Garzanti, 1994. (4ª ed.).

D'ANNUNZIO. Motti Dannunziani, a cura do Pala Sorge. Roma, Newton Comptin, 1994.

FELICE, Renzo de. D'Annunzio politico. Bari, 1978.

VALERI, N. D'Annunzio davanti al Fascismo. Firenze, 1963.

DARRÉ, Walther. Nascido a 14 de julho 1895 na cidade de Belgrano (Argentina), era filho de um rico comerciante alemão. Engenheiro agrônomo de formação, interessou-se de forma particular pelo estudo dos problemas agrários. Via no campesinato a fonte de energia vital da “raça nórdica”. Identificava na relação do povo germânico com seu “solo natal” a base do desenvolvimento daquele. Racista e anti-semita extremado, opôs-se a qualquer projeto de conquista colonial que acarretasse risco de mestiçagem, comprometendo assim a pureza do “sangue ariano”, preconizando em vez disso a conquista e germanização do “espaço vital”, situado no leste da Europa. Através de suas obras, procurou manifestar todo o alcance de suas concepções chauvinistas. (v. [Eugenia](#) & [Imperialismo](#)) Em 1926, publicou “O suíno como critério para as populações nórdicas e semitas”; em 1928, publicou “O campesinato como fonte de vida da raça nórdica”; em 1933, publicou “Walther Rathenau e o problema dos povos nórdicos” e “Walther Rathenau e a importância da raça na história mundial”; e, em 1934, publicou “Na luta pela alma do povo alemão” e “A nova nobreza do sangue e do solo”. (v. [Judeu](#) & [Chauvinismo](#)) Tendo ingressado no NSDAP em 1930, ascendeu em 1933 à condição de Reichsbauernführer. Foi Ministro da Alimentação do [Reich](#) entre 1933 e 1942.

A sua obsessão pela promoção da pequena e média agricultura camponesa, vista como fundamento da vida germânica, e o seu romantismo anti-moderno levaram-no a entrar em choque com as perspectivas industrializantes do governo hitleriano, o que determinou sua demissão do Ministério da Agricultura do Reich em 1942. Ocupou ainda os seguintes cargos: Secretário de Estado da Prússia para a Agricultura, Florestas e Domínios Rurais; Presidente do Conselho de Agricultura da Alemanha, Diretor da Sociedade Kaiser Guilherme; Chefe da Divisão de Raça e Colonização das SS; Presidente Honorário da Sociedade Agrícola Alemã; Membro da Academia Alemã de Direito. (v. [Fascismo na Alemanha](#))

Frases de Darré: "Das einzige wirkliche Vermögen unseres Volkes ist sein gutes Blut" (A única verdadeira virtude de nosso povo é a qualidade de seu sangue); “Für das Bauerntum gibt es keine größere politische Realität als die Frage des Blutes” (Para o campesinato não existe nenhuma realidade política maior do que a questão do sangue). (v. [Pangermanismo](#) & [Völkisch](#)). Faleceu no dia 8 de Agosto de 1953 na cidade de Munique. (v. [Fascismo](#))

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

- AMBELAIN, Robert. Os arcanos negros do hitlerismo. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.
ANGEBERT, Jean-Michel. Hitler e as religiões da suástica. Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.
GALLI, Giorgio. Hitler e o nazismo mágico. Lisboa, Edições 70, 1990.
MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. Dictionnaire Historique des fascismes et du nazisme. Bruxelles, Éditions Complexe, 1992.
POLIAKOV, Léon; WULF, Josef. Das Dritte Reich und seine Denker - Dokumente. Berlin-Grunewald, 1959.

DARWINISMO (Teoria). Corrente de pensamento em ciências biológicas baseada na teoria do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882) sobre a evolução das espécies através da seleção natural. As suas idéias, expostas de forma sistemática no livro *A origem das espécies* (primeira edição em 1858), foram apresentadas como uma alternativa aos fundamentos nitidamente teológicos das concepções sobre a natureza viva, ainda influentes em meios filosóficos e científicos ocidentais durante o século XIX. Para Darwin, tratava-se de apresentar uma explicação materialista para os seguintes problemas: (1) como foi possível o surgimento da extrema diversidade de organismos, animais ou vegetais, observáveis no planeta; (2) qual o significado do registro fóssil e (3) como explicar - de acordo com a visão dos naturalistas de sua época - que todos os organismos possuíssem órgãos e estruturas “adequados” ao desempenho de funções biológicas precisas, ou seja, como explicar que eles se encontrassem adaptados a determinados modos de vida.

O argumento darwiniano seguiu então a seguinte linha hipotético-dedutiva: 1) os indivíduos de qualquer população natural de organismos apresentam diferenças de constituição física, morfológicas, fisiológicas, etc; 2) muitas vezes essas diferenças resultam em diferentes capacidades de realizar atividades reprodutivas ou de sobrevivência; 3) qualquer tipo de organismo tem uma capacidade reprodutiva que segue uma função exponencial, porém, o tamanho finito e muitas vezes estável das populações naturais sugere a existência de limites físicos ao crescimento numérico. Destes postulados deve resultar que: a) a maior parte do potencial reprodutivo das populações, salvo em condições excepcionais, não deve se realizar (primeira dedução); b) as diferenças de constituição física levam então a que indivíduos portadores de características que tornam o seu desempenho biológico mais eficiente (indivíduos mais aptos) contribuam, em média, com mais descendentes para a próxima geração do que determinados outros indivíduos (segunda dedução); c) parte considerável das diferenças entre os indivíduos de uma população se devem a fatores hereditários; d) logo, a reprodução diferencial (isto é, em maior número) dos mais aptos levará a que suas características herdáveis tornem-se mais freqüentes na população, como resultado disso, qualquer órgão ou estrutura apresentando uma certa faixa de variação quantitativa e implicando em diferenças de desempenho quanto a funções vitais será levado a uma gradual modificação em seu valor métrico médio ao longo das gerações, desde que aquela faixa de variação se deva, em alguma medida, a diferenças hereditárias. A este processo de reprodução diferencial dos mais aptos Darwin denominou princípio da seleção natural, segundo o qual a história da vida na terra é marcada por uma constante evolução das populações e espécies.

Com base nessa cadeia de deduções, Darwin sustentou que a extrema diversidade das formas de vida são um resultado do processo evolutivo, já que duas ou mais populações de uma mesma espécie podem evoluir de forma diferente, dependendo das condições ambientais a que estão expostas: em diferentes ambientes, diferentes características serão selecionadas. Em segundo lugar, formas que já não garantem um bom nível de sobrevivência e reprodução tendem a diminuir de freqüência até se tornarem extintas: o registro fóssil nos permitiria depreender algo sobre formas de animais e plantas já extintos e que seriam, pelo menos em certos casos, representantes de populações ancestrais (no sentido reprodutivo estrito) das populações atuais. Por fim, o constante acúmulo e aumento de freqüência das características mais aptas explicariam o porque de animais e plantas apresentarem órgãos e estruturas extremamente adaptadas à utilização de determinados recursos ambientais, sem recorrência a qualquer referência teleológica, como os desígnios conscientes de um demiurgo.

As teses darwinianas tiveram forte impacto sobre as ciências humanas: sua influência teria se estendido para além dos problemas típicos das ciências naturais, originando um “[darwinismo social](#)”. Este termo tem sido amplamente aplicado ao conteúdo de uma vasta gama de textos filosóficos e acadêmicos ou mesmo de itens em certos ideários políticos e sociais. Mais especificamente, o recurso às teses darwinianas apareceria, em geral, como fundamentação de

análises sobre as desigualdades entre os homens no interior de uma sociedade ou mesmo entre diferentes sociedades humanas. Assim, hierarquias de poder e prestígio social seriam a mera expressão de diferenças naturais (em última instância, biológicas) entre os indivíduos. Apesar da aparente clareza destas formulações, a compreensão da influência do darwinismo em diferentes concepções das sociedades humanas e na elaboração de programas de ação política requer a diferenciação de uma série de nuances, a começar pela identificação de conceitos pré-darwinianos no interior do darwinismo social. Em um primeiro momento, deve ser feita a distinção entre [evolucionismo](#) e darwinismo. Na época em que Darwin começou a desenvolver sua argumentação, predominava entre os naturalistas a idéia de que as diferentes espécies animais e vegetais eram o resultado de um (ou de vários, segundo os catastrofistas) ato especial de criação. Apesar disso, alguns naturalistas já haviam apresentado interpretações da biodiversidade como resultante de um constante processo de transmutação de espécies, sendo JB Lamarck (naturalista francês, 1744-1829) um dos mais conhecidos. Esta tentativa parece apenas refletir a forte presença do evolucionismo como uma importante componente intelectual do século XVIII em diversos campos do conhecimento, com destaque para o evolucionismo cultural. Como ficará claro mais adiante, este evolucionismo é distinto daquele encontrado em Darwin.

Darwinismo e a Origem das Espécies. Poucos autores do século XIX foram tão responsabilizados pela formulação inicial do Darwinismo Social quanto Herbert Spencer (1820-1903). Na verdade, antes da publicação de “A Origem das Espécies”, Spencer já desenvolvera boa parte dos argumentos de sua Filosofia Sintética, que procurava demonstrar a existência de dois princípios fundamentais subjacentes às realidades física, biológica e social. Tais princípios - uma progressiva diferenciação acompanhada de integração das partes diferenciadas - resultariam em um constante processo evolutivo. A partir da divulgação do conceito darwiniano de seleção natural, Spencer incorpora-o às suas formulações, entendendo-o como motor da evolução social tanto quanto da evolução biológica. Esta fusão de princípios não foi feita sem produzir tensões e contradições internas ao conjunto teórico final. O processo constante de diferenciação e integração leva à descrição da sociedade como um organismo, devendo-se ressaltar que o próprio Spencer considerava esta aproximação como uma analogia, embora fundada na ocorrência de princípios universais. Ora, na medida em que as partes diferenciadas das sociedades aparecem como “órgãos”, os conflitos - especialmente os conflitos de classes - tornam-se injustificados. No entanto, do ponto de vista da atuação dos indivíduos, a “luta pela vida” aparece como inevitável mecanismo de progresso, através da seleção dos mais aptos. Da mesma maneira, seria natural e compreensível a competição entre sociedades, resultando no predomínio daquelas que possuem padrões de organização mais aptos.

Deve-se ressaltar que a formulação inicial de Spencer aparece como mais uma variante do evolucionismo, tal como ele se apresentava já no século XVIII. Implícita a essa forma de pensamento é a identificação na natureza ou na sociedade não simplesmente de modificações mas também de um progresso contínuo, direcional e linear. Posições como a de Spencer devem ser consideradas mais exatamente como exemplos de submissão de todas as esferas do mundo a princípios universais do que propriamente como “biologização da sociedade” (embora isto também ocorra numa certa medida).

Interpretações da vida em sociedades baseadas em princípios gerais de progresso e movidas pela sobrevivência do mais apto continuam a ter bastante influência como modelos verbais, basta observar o exemplo da forma que se encara a competição entre empresas. Contudo, podemos também identificar, a partir do século XIX, hipóteses explicativas em diversos campos científicos, como ciências do comportamento e psicologia, sociologia, antropologia, baseadas na compreensão do homem como resultado de um processo evolutivo biológico. Aqui, o objetivo geral é estabelecer até que ponto nossos padrões de [comportamento](#)

individuais e coletivos são a expressão de características hereditárias fixadas nas populações humanas durante a evolução. Isto inclui também um questionamento sobre a variabilidade dessas características hereditárias entre indivíduos de um grupo ou entre diferentes grupos humanos como explicação de diferenças quanto a normas de comportamento e ação. Este é o campo em que formulações mais autenticamente darwinianas se apresentam como explicações de fenômenos sociais, a começar pelo próprio Darwin.

Em certas passagens de *A descendência do homem*, Darwin interpretou diferenças raciais ou presumidas diferenças físicas entre extratos sociais britânicos como resultantes do processo evolutivo. A sua análise chegou ao ponto de admitir uma correlação entre essas características físicas e as atitudes comportamentais ou mentais dos grupos em questão. Estas afirmações de Darwin merecem algum comentário, pois podem ajudar a esclarecer certos aspectos metodológicos breves, porém importantes, quanto à caracterização de ideários que “biologizam a sociedade”. Em primeiro lugar, a linha de raciocínio seguida por Darwin nesses textos é perfeitamente coerente com o conjunto de sua obra teórica. De fato, se todas as populações humanas compartilham um mesmo ancestral homínídeo, poderia bem ter ocorrido de algumas populações terem se diferenciado mais intensamente do que outras desses ancestrais semi-humanos. A confirmação dessa hipótese deveria se basear em comparações anatômicas entre (a) diversos tipos raciais humanos e (b) grandes macacos (símios) como chimpanzés e gorilas, dado que tanto nossa linhagem quanto as linhagens desses primatas africanos atuais devem ter sido originadas por um mesmo estoque símio já extinto. Vários evolucionistas europeus do final do século XIX e início do século XX dedicaram-se ao problema, apresentando conclusões bastante semelhantes: cada raça apresenta um grau distinto de diferenciação em relação aos nossos prováveis ancestrais, sendo que determinados grupos “primitivos” (negros africanos, por exemplo) apresentavam maior número de traços animais, ao passo que o europeu civilizado mostrava, em comparação, um elevado grau de diferenciação.

As conclusões evolucionistas acima mencionadas são compatíveis com a argumentação darwiniana, porém, não podemos considerá-las como sua única possibilidade *lógica*. Assim, se uma análise mais detalhada dos dados morfológicos mostrasse que um ordenamento das raças segundo o caráter “mais primitivo” ou mais “modernizado” não incluísse os brancos ou os asiáticos nesta última categoria, a teoria continuaria a mesma. Outra possibilidade é a de que nenhuma das raças seja significativamente “mais primitiva” que qualquer outra, o que tornaria particularmente problemática a explicação de hierarquias de dominação entre grupos étnicos *como expressão de aptidões biológicas básicas*. Com efeito, os estudos bioquímicos e moleculares dos últimos trinta anos mostram que é bastante reduzido o índice de diferenças entre populações humanas de diferentes “raças”. Esta observação tem sido seguidamente sublinhada por biólogos que admitem que as diferenças entre as raças seguramente têm que ser consideradas como um fenômeno evolutivo de divergência, provavelmente influenciado pela seleção natural, porém, afetando principalmente características morfológicas situadas na interface “corpo-ambiente” e com probabilidade irrisória de se manifestarem como diferenças cognitivas ou de hábitos culturais e sociais (Cavalli-Sforza & Cavalli-Sforza, 1994).

Uma vez estabelecidas as diferenças entre “evolucionismos que incorporaram formulações darwinianas” e um “darwinismo propriamente dito”, podemos identificar que o primeiro tipo de ideário manteve forte influência no pensamento ocidental até meados do século XX. Não é difícil, por exemplo, encontrar textos que, entre várias características ideológicas do nazismo, arrolam o termo “darwinismo social”. Esta atribuição pode ser encontrada tanto em autores que se consideram liberais ou progressistas e que tentam estabelecer os limites “corretos” de utilização do darwinismo, como em manifestos da direita conservadora (criacionista), em especial na América do Norte. Em princípio, podemos admitir que o estabelecimento de vínculos diretos entre darwinismo e nazismo só poderia ser realizado mediante a utilização

seletiva de determinados aspectos da teorização de Darwin e a necessária exclusão de outros. Assim, a variabilidade dos caracteres aparece em Darwin como um componente incontornável, ou mesmo desejável em qualquer espécie, inclusive a humana. Mais sugestiva ainda é a constatação de que em Viena e na Alemanha, durante os anos de 1920 (como de resto, talvez, em várias partes da Europa), havia uma florescente bibliografia de caráter racista e nacionalista, impregnada por fragmentos de conhecimentos biológicos, incluindo-se aí aspectos parciais do evolucionismo. Tal literatura fracamente consistente pode estar na base da pretensa ligação darwinismo-nazismo, especialmente se levarmos em conta que [Hitler](#) parece ter tido acesso a livros daquele tipo, segundo se pode depreender de seus dados biográficos.

Darwin e as Ciências Sociais. Alguns historiadores tentaram identificar o papel de outros cientistas, definíveis como evolucionistas, na formação do ideário nazista. Destacam-se aqui sugestões de Gould (1978), a partir de indicações de Gasman (1971), a respeito do naturalista alemão Ernst Haeckel (1834 - 1919). Apesar de Haeckel ter sido um importante evolucionista em sua época, entusiasta com relação a Darwin, tendo incorporado a teoria da seleção natural às suas próprias concepções da evolução biológica, existem divergências importantes entre os dois naturalistas. A linha hipotético-dedutiva de Darwin enquadra-se em um materialismo mecanicista, em tudo comparável à *main stream* dos cientistas da natureza no século XX, posto que seus fundamentos ontológicos encontram-se em elementos “empiricamente dados” como, por exemplo, fatores de herança biológica ou características reprodutivas. Este postulado permanece válido, mesmo quando consideramos a teoria da seleção natural, tal como foi formulada, um importante componente ideológico da Inglaterra no século XIX associado à ascensão do [liberalismo](#). Bem diferente é a atitude de Haeckel quando afirma que o conceito de evolução se aplica ao *Cosmos* em sua totalidade (incluindo a sociedade humana), sendo a filosofia o ponto de unificação das abordagens evolucionistas de diversas disciplinas, constituindo-se assim em uma *teoria geral da transformação*. Além de lei universal, a evolução é para Haeckel um processo direcional voltado para um horizonte definido, sempre produzindo o novo pela adição de características antes inexistentes ao estágio final de desenvolvimento das formas antigas (Lei Biogenética de Haeckel, segundo a qual a ontogenia, isto é, a embriogênese e a morfogênese recapitulam toda a história da vida, ou seja, a filogênese). Este conjunto de idéias é completamente estranho à visão darwiniana da natureza viva, *que inclui uma forte componente de acaso*, não reconhecendo nenhuma lei que estabeleça necessariamente a aditividade terminal ou qualquer outra determinação quanto ao estágio de desenvolvimento a ser modificado durante a evolução. É por este percurso que o evolucionismo de Haeckel chega a uma rígida hierarquização das raças, também com sentido genealógico e com um nítido discurso a respeito do direito de dominação a ser exercido pelas raças superiores. Os autores que o descrevem como um precursor intelectual do nazismo buscam ainda referências institucionais, ressaltando que a Liga Monista, fundada por Haeckel e ainda existente após sua morte, derivou rapidamente para posições de apoio a Hitler. No entanto, alguns historiadores têm insistido no caráter fragmentário da aproximação Haeckel-nazismo, contrariando a descrição do naturalista como precursor do nazismo.

A incorporação acrítica de aspectos parciais da teoria evolutiva darwiniana a diversas formas de evolucionismo pré-darwinianos durante mais de meio século talvez deva ser fundamentalmente explicada pela busca de legitimação científica para construções ideológicas. Observe-se que da terceira década do século XX em diante a teoria evolutiva formulada por Darwin aparece como uma corrente de pensamento “vitoriosa”, principalmente após a demonstração de sua compatibilidade com a genética mendeliana. A complementaridade dos dois campos permitiu o estabelecimento do *paradigma neodarwinista*, até hoje dominante quanto à explicação dos mecanismos da evolução e que, deve-se admitir, tem demonstrado admirável valor heurístico. De um certo ponto de vista,

aquele da História das Idéias, talvez seja possível identificar exatamente neste sucesso uma das razões do enfraquecimento de construções ideológicas acima caracterizadas como “evolucionismos que incorporaram formulações darwinianas”. Contudo, a teoria evolutiva, ou alguns de seus aspectos, continuaram a servir como base a tentativas teóricas de biologização da sociedade. Essas tentativas podem ser exemplificadas pelo desenvolvimento da [Sociobiologia](#) e por estudos a respeito da relação entre inteligência, herança biológica e desigualdade social.

Em 1975, Edward Wilson publicou seu polêmico livro *Sociobiology*, no qual apresenta um longo estudo sobre animais sociais, segundo modelos darwinianos. As estruturas sociais das espécies animais são então explicadas como adaptações populacionais resultantes da seleção natural de genes controladores do comportamento individual. Tal análise foi estendida à espécie humana na tentativa de redefinir aquilo a que o autor chamou de *natureza humana* em bases biológicas: existiria uma natureza humana, profundamente enraizada na composição genética do *Homo sapiens* e objetivamente compreensível como resultado da seleção natural das características comportamentais que permitiram às populações humanas maximizar o seu potencial reprodutivo. Desta forma, padrões sociais como religiosidade, agressividade, hábitos sexuais e capacidades cognitivas resultariam das frequências populacionais de formas alélicas (formas alternativas de um mesmo tipo de gene) relacionadas a comportamentos mais altruístas ou mais egoístas, maior ou menor sensibilidade à doutrinação e assim por diante.

A Sociobiologia ganhou a adesão de cientistas engajados nos campos de pesquisa de diversas disciplinas e suas implicações manifestam-se primeiramente no plano da pesquisa teórica em ciências humanas. Segundo E. Wilson, estando os padrões de organização social subordinados às restrições de uma natureza humana biologicamente determinada, então as ciências humanas devem ser reformuladas, pois elas só poderiam alcançar um rigor científico objetivo ao se basearem em determinados conceitos biológicos. Este argumento desdobra-se em conseqüências práticas como, por exemplo, a de que programas de reforma social ou de organização político-econômica contraditórios com a natureza humana - tal como esta é apreendida pela sociobiologia - devem ser considerados ilegítimos. Finalmente, ainda segundo E. Wilson, o conhecimento exaustivo da base genética do funcionamento do cérebro poderia permitir, no futuro, a execução de programas de [eugenia](#) visando modificar a natureza humana. Deve-se mencionar que o autor considera que esta decisão poderá ou não ser tomada pelas futuras gerações (Wilson, 1981).

Alguns cientistas, ao criticarem o conceito sociobiológico de natureza humana, afirmaram que a argumentação de Wilson apresenta uma coerência interna compatível com a teoria evolutiva de Darwin e com o neodarwinismo. Como tal, a sociobiologia é uma formulação plausível, porém excessivamente apoiada em especulações sobre o funcionamento do cérebro ou sobre a base genética desse funcionamento que estabeleceriam a base física do comportamento humano. A alternativa apresentada é que a ontogênese do cérebro humano - sem dúvida codificada geneticamente - resulta em um órgão caracterizado por uma grande flexibilidade de padrões de resposta e aprendizado. Neste caso, a seleção natural seria um agente muito pouco eficaz de fixação de padrões individuais e coletivos.

Os sociobiologistas tendem a se concentrar mais na identificação de padrões universais de comportamento do que na análise da variabilidade inter e intrapopulacional, embora estes elementos também sejam importantes para a sua formulação teórica. No entanto, a variação populacional tem sido o ponto de apoio principal de estudos que tentam descrever desigualdades sociais como função de diferenças quanto a habilidades cognitivas, fortemente condicionadas por fatores genéticos. Boa parte desses esforços são desenvolvidos segundo dois movimentos: (a) mostrar o quão extensa é a variação do caráter “inteligência” em populações humanas, através de testes padrão de Q.I. e (b) desenvolver ou citar estudos mostrando que a “inteligência” possui elevada herdabilidade (o número mágico para uma

série de estudos é 0,80, em uma escala de 0 a 1). Frequentemente, tenta-se correlacionar estas diferenças de Q.I. com a origem racial dos indivíduos testados, o que tem sido uma tendência muito comum em países multiétnicos como os EUA

Estudos deste tipo são citados como indício de que desempenhos individuais de maior ou menor sucesso na vida social se dão segundo um cenário darwiniano. Em alguns casos extremos, foi sugerido que existe uma relação de causa e efeito entre marcas de baixo Q.I. e violência criminal ou degradação moral. Contudo, nenhum desses estudos oferece qualquer esclarecimento sobre a natureza da característica “inteligência” que está sendo medida. Na falta de indícios seguros quanto ao que seja essa propriedade cognitiva geral, a “inteligência” acaba por ser definida como aquilo que é medido pelos testes padrão. Além disso, boa parte da herdabilidade em testes de Q.I. (dada pela correlação entre pais e filhos quanto ao resultado em testes padronizados) pode ser de fundo cultural, não sendo características inalteráveis que um indivíduo possui do nascimento à morte. Questionamentos como esses levantam sérias dúvidas quanto à cientificidade dos estudos sociais de inteligência como explicação darwiniana de desempenho e sucesso individual.

Como último ponto a ser discutido, resta o problema da relação entre o darwinismo e o conceito de progresso. Nos parágrafos iniciais, as teses de Darwin foram contrapostas ao evolucionismo do século XVIII, principalmente devido ao caráter não direcional da seleção natural como força evolutiva, além da influência do acaso sobre o processo evolutivo, admitida pelo modelo darwiniano. Contudo, determinados aspectos do pensamento de Darwin são fortemente marcados pela [ideologia](#) do progresso. Talvez o principal deles seja o gradualismo da evolução através da seleção natural. Durante todo o século XX - e mesmo já na época das primeiras edições de *A origem da espécie* -, diversos críticos, principalmente paleontólogos, insistiram em que os padrões de mudança observados no registro fóssil nem sempre indicam mudança evolutiva gradual, mas pequenas variações morfométricas em torno de valores médios estáveis a longo prazo. Em muitos casos, poderia mesmo ser constatado que mudanças bruscas de estrutura pontuam esses longos períodos de estabilidade. Na verdade, certos evolucionistas consideram que a questão do ritmo de mudanças durante a evolução, a longo prazo, não está inteiramente assentada. Esta discussão, embora apareça como uma polêmica interessante apenas para cientistas da natureza, talvez revele algo sobre a força do darwinismo no pensamento ocidental. Mais especificamente, ela deixa a sugestão de que a influência mais importante do Darwinismo durante o século XX talvez seja a de aparecer como componente intelectual de uma sociedade que se sente insegura diante da possibilidade de transições e rompimentos bruscos. Uma sociedade que se conforta com a idéia otimista de que mudanças fundamentais poderão ocorrer, bastando para isso o permanente fluxo do progresso, função quantitativa e contínua do tempo.

Flávio Silva Farias

Referências Bibliográficas:

CAVALLI-SFORZA, L.; CAVALLI-SFORZA, F. Qui sommes-nous ? Une histoire de la diversité humaine. Paris, Albin Michel, 1994. (traduzido da edição italiana: Chi siamo ? La storia della diversità umana. Milan, Arnoldo Mondadori, 1993).

CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, E. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997. (traduzido da edição francesa: Histoire des idées politiques. Paris, P.U.F., 1982).

DARWIN, Ch.. A Origem das espécies. São Paulo, Hemus Editorial, 1981[1859]. Dentre as diversas edições em inglês, pode ser destacada a cópia da primeira edição inglesa de 1859 em fac-símile (Harvard University Press, 1964, E. Mayr [org.]).

DARWIN, Ch.. A origem do homem. São Paulo, Hemus Editorial, 1982[1871].

ELDREDGE, N. Reinventing Darwin: the great debate at the high table of evolutionary theory. New York, John Willey and Sons, 1995.

FEST, J.. Hitler. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976. (traduzido da edição alemã: Hitler, eine studie uber die Angst. Verlag Ullstein GmbH Frankfurt / M-Berlin-Wien, 1973).

GASMAN, D.. The scientific origins of national socialism: social Darwinism in Ernst Haeckel and the German Monist League. London, MacDonald, 1971.

GOULD, S.J.. Ontogeny and Phylogeny. Harvard University Press, 1978

MCLNERNEY, J.D.. Why biological literacy matters: a review on commentaries related to the curve bell - intelligence and class structure in american life. The Quarterly Review of Biology, 71(No 1): 81-96. 1996

SPENCER, H.. Do progresso: sua lei e causa. Lisboa, Editorial Inquérito, 1939[1857].

SPENCER, H. Principes de Sociologie. Paris, Librairie Germer Baillière, 1882

TORT, P. La pensée hiérarchique et l'évolution. Paris, Editions Aubier Montaigne, 1983.

WILSON, E.O.. Sociobiology. Cambridge, Harvard University Press, 1975

WILSON, E.O. Da natureza humana. EDUSP, São Paulo, 1981. (edição original: On human nature. Harvard University Press, 1978)

DARWINISMO E EVOLUÇÃO. O termo deriva de Charles Darwin (1809-1882), naturalista britânico. A visão original que ele desenvolveu em sua célebre obra “A origem das espécies por meio da seleção natural” (John Murray, Londres, 1859) e em muitas outras formam o corpo de doutrina que hoje denominamos de [darwinismo](#). O ponto principal desta doutrina é o de que o fator primário responsável pela evolução dos organismos [v. [Evolucionismo](#)] é a seleção natural, definida por ele como “a preservação de diferenças e variações individuais favoráveis e a destruição das que são prejudiciais”. Este princípio, que continua aceito hoje, não era novo mesmo na época em que Darwin viveu. No entanto, somente após estudos persistentes e incrivelmente minuciosos desenvolvidos por Darwin é que o princípio alcançou um “status” realmente científico. Em seu livro sobre a origem das espécies, Darwin evitou cuidadosamente a extrapolação das observações feitas em plantas e animais à espécie humana, assunto que ele só veio a abordar detalhadamente, em 1871, no livro “A descendência do homem e a seleção com relação ao sexo” (John Murray, Londres). Entretanto, logo após a publicação do livro de 1859, a polêmica que se criou com relação ao significado da teoria para a compreensão da natureza humana foi enorme, com reflexos até os dias atuais.

Darwin era uma pessoa notavelmente metódica, que registrava em papel e guardava tudo que lhe parecesse de interesse. O resultado foi a formação de um acervo considerável. Talvez se saiba mais sobre ele do que sobre qualquer outro pensador moderno, incluindo-se entre eles os seus ilustres quase contemporâneos Sigmund Freud (1856-1939) e Karl Marx (1818-1883).

Qual é o significado do darwinismo em termos de [ideologia](#) política? Para se compreender isto de maneira adequada, deve-se mencionar outro personagem famoso, Herbert Spencer (1820-1903), cujo nome está geralmente vinculado ao movimento denominado de “[darwinismo social](#)”. Alguns adeptos do mesmo pretendiam, basicamente, apenas deixar a seleção natural seguir o seu curso, sem excesso de interferência humana (“Não matarás, mas não deverás esforçar-te muito diligentemente para manter a vida alheia”, como escrevia, sarcástica e amargamente, o poeta Arthur Clough). Outros, no entanto, achavam que se deveria promover ativamente o que seria o objetivo da seleção, impedindo a reprodução dos menos aptos e favorecendo a dos mais bem dotados. Embora Darwin, de certa maneira, concordasse com o argumento de que as instituições sociais beneficentes poderiam levar ao afrouxamento da seleção natural, ele nunca advogou uma regra sem freios neste sentido, ou o reforço intencional da ação da seleção. Paradoxalmente, portanto, Darwin não poderia ser considerado, estritamente, como um darwinista social.

Em uma análise marxista da obra de Darwin, Marvin Harris postulou uma ligação entre Darwin e Spencer, considerando-os como ideologistas do “capitalismo industrial incipiente”, afirmando além disto que os princípios darwinistas “seriam uma aplicação dos conceitos da ciência social à biologia”. Ele também sugeriu que Darwin teria esperado 21 anos para tornar pública a sua teoria (de 1838 a 1859) porque ele temia as suas conseqüências; e que ela teria sido finalmente apresentada porque “já havia uma audiência de pares científicos ávidos de sustentarem a nova doutrina do progresso material e espiritual baseado na sobrevivência do mais apto”. Esta posição foi fortemente criticada por Derek Freeman, que salientou: (a) serem basicamente diferentes as visões evolucionistas de Darwin e Spencer; (b) a maturação basicamente científica dos princípios esposados por Darwin; e (c) que, ao contrário do afirmado, o livro de Darwin tinha sido recebido com uma tempestade de protestos. Em outra análise marxista do darwinismo, Richard Levins e Richard Lewontin afirmaram que o darwinismo teria sido “a quintessência da [revolução](#) intelectual burguesa”, salientando, no entanto, que seu aspecto materialista e a proposta de universalidade da mudança seriam visões basicamente dialéticas.

As descobertas da genética e da biologia molecular só têm reforçado as idéias de Darwin sobre a evolução biológica e também têm havido tentativas de aplicá-las à evolução cultural.

A sua utilização equivocada em questões éticas não implica em que esses princípios devam ser rejeitados. A ciência, em si, não é nem boa nem má. A sua aplicação é que deve seguir normas éticas estritas.

Francisco M. Salzano

Referências Bibliográficas:

DESMOND, A. & J. Moore. Darwin: A Vida de um Evolucionista Atormentado. São Paulo, Geração Editorial, 1995.

FREEMAN, D. The evolutionary theories of Charles Darwin and Herbert Spencer. *Current Anthropology*, 15:211-237.

HARRIS, M. *The Rise of Anthropological Theory*. London: Routledge and Kegan Paul, 1968.

LEVINS, R. & R. Lewontin. *The Dialectical Biologist*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

RUSE, M. *Levando Darwin a Sério*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1995.

DARWINISMO SOCIAL. O darwinismo social foi uma extensão às sociedades humanas das hipóteses de Charles Darwin (1809-1882) a respeito da evolução biológica, extensão esta feita não pelo próprio Darwin, mas por seu primo, o eugenista Francis Galton (1822-1911) e, principalmente, por Herbert Spencer (1820-1903). Spencer foi o maior divulgador do termo “evolução” e o verdadeiro criador da expressão “sobrevivência dos mais aptos”, ambos só posteriormente adotados por Darwin, bem como da própria expressão “darwinismo social”. Para Spencer, a evolução biológica ou social se caracteriza por um caráter progressivo e linear, visando sempre uma maior diferenciação e especialização: “(...) o progresso não é um acidente, é uma necessidade. A civilização, em lugar de ser um artefato, é parte da [natureza](#) (...) As modificações que a humanidade sofreu e está sofrendo são resultado de uma lei que subjaz a toda criação orgânica” (*Social Statics*, 1850). Spencer era um ardoroso defensor do capitalismo “selvagem”, posicionando-se contra qualquer sistema de proteção pública aos pobres e contra qualquer ameaça à propriedade privada e à livre empresa: os seres humanos são desiguais por natureza, possuindo qualidades *inatas* “superiores” e “inferiores”, e as sociedades humanas são tão marcadas pela luta pela existência quanto o mundo natural. É perfeitamente justo, portanto, que as elites ocupem os postos de comando da sociedade e é absurdo que o Estado “entreve” a luta pela existência através de medidas beneficentes que afastem as classes, raças ou povos “inferiores” de seu destino natural: a morte precoce e sem descendentes. Sua influência foi decisiva nas obras de autores que se caracterizavam pela defesa das características mais cruéis do desenvolvimento capitalista, como A. Carnegie, W. Bagehot, J. L. O’Sullivan (criador do “destino manifesto”), T. Roosevelt e W. G. Sumner. Embora a influência do darwinismo social enquanto defesa do capitalismo extremado ainda se exerça sobre algumas formulações neoliberais contemporâneas, sua maior contribuição ao pensamento e práticas da direita se deu com a mescla, feita por Galton, entre a noção de seleção natural e os princípios racistas dominantes em muitos círculos intelectuais do século XIX. Esta mescla serviu como ponto de partida para as práticas eugênicas exercidas não apenas pelos nazistas mas também por uma série de países, incluindo o Brasil: de fato, e só como ilustração, enquanto este verbete estava sendo escrito, descobriu-se que o governo sueco esterilizou, entre as décadas de 1930 e 1970, milhares de mulheres consideradas incapazes ou de raça inferior com o intuito de “melhorar a raça”. Naturalmente, não foi Galton o inventor do racismo; ele nem sequer era mais reacionário do que muitos de seus contemporâneos, como o conde de [Gobineau](#), verdadeiro precursor do nazismo ao imaginar as raças como entidades eternas e imutáveis, irremediavelmente ligadas a um destino preciso: vitória e domínio para as raças “superiores” ou derrota e desaparecimento para as “inferiores”. Já Galton, assim como Darwin, acreditava na *perfectibilidade* das raças humanas: todos os povos poderiam, teoricamente, alcançar os níveis de civilização apresentados pelos povos “mais avançados”, isto é, os europeus ocidentais. Seria irracional, contudo, esperar que a seleção natural ou a educação fizessem o serviço: cabia aos cientistas, pensava Galton, oferecer mecanismos que acelerassem o melhoramento racial, tal como se fazia na seleção artificial dos animais domesticados. Este mecanismo deveria ser a [eugenia](#), um conjunto de leis e métodos estatísticos (Galton foi um dos principais fundadores da estatística contemporânea) que favoreceriam a reprodução dos “melhores” indivíduos (a elite) e impediriam a reprodução dos “menos aptos” (classes e raças “inferiores”). A influência de Galton exerceu-se através da fundação - inclusive no Brasil - de uma série de ligas e associações que divulgavam os princípios eugênicos, assim como através das obras de seguidores como o francês G. Vacher de Lapouge (1854-1936), que acreditava, como Gobineau, que o “êxito social” estava irremediavelmente ligado à raça. (v. [Conservadorismo](#)) Embora o darwinismo social e a eugenia estivessem um tanto fora de moda nos meios acadêmicos ao raiar dos anos de 1920, graças principalmente à influência da antropologia de Franz Boas, seria um equívoco imaginar que não existam contemporaneamente tentativas

acadêmicas de se misturar preconceitos racistas com procedimentos cientificamente duvidosos, como os testes de QI. Não estou me referindo aqui à cômica tentativa de W. Shockley, vencedor de um prêmio Nobel, de criar bancos de sêmen de “gênios” (ele próprio fazia parte deste seletivo grupo) que fertilizariam mulheres escolhidas por sua saúde e inteligência (medida por testes de QI) com o intuito de se criar uma “super-raça”. No contexto norte-americano, em que os cortes dos programas sociais está produzindo uma nova classe miserável artificialmente “negra”, estão surgindo livros como *The Bell Curve* (Richard J. Herrnstein e Charles Murray, 1994), no qual se defende a tese de que as diferenças encontradas nos testes de QI entre as populações branca e negra norte-americanas - os brancos atingem escores maiores - são devidas à raça. Baseados nos trabalhos fraudulentos e eugenistas de Richard Lynn, editor do periódico racista *Mankind Quarterly*, Herrnstein e Murray argumentam, tal como Spencer, que são totalmente inúteis os gastos públicos com vistas a aumentar o nível de vida e a educação da população negra, já que esta *sempre* estará abaixo da população branca em termos de desempenho medido por QI. Os trabalhos apresentados na bibliografia ajudarão o leitor interessado a observar que tanto os testes de QI, inteiramente absurdos à luz da biologia e neurobiologia contemporâneas, quanto a própria utilização fraudulenta dos resultados destes e de outros métodos tão duvidosos quanto os testes de QI nada mais são do que uma tentativa pretensamente científica de justificação e eternização das diferenças sociais. [v. [Darwirmismo \(teoria\)](#) e [Sociobiologia](#)]

João Azevedo Fernandes

Referências Bibliográficas:

- BLANC, Marcel. Os Herdeiros de Darwin. Lisboa, Editorial Teorema (existe uma edição brasileira da Martins Fontes), 1991.
- GOULD, Stephen J. A Falsa Medida do Homem. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- HERRNSTEIN, Richard J. e Murray, Charles. *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life*. Free Press, 1994.
- ROSE, Steven. “A Perturbadora Ascensão do Determinismo Neurogenético”. *Ciência Hoje*, 21 (126): 18-27, 1997.
- SCHWARCZ, Lilia M. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

DEMOCRACIA. Dentre as diversas tendências de interpretação da democracia enquanto princípio político em uma sociedade marcada por quase três séculos de [liberalismo](#), a originalidade que o termo adquiriu foi conceder capacidade [política](#) ao indivíduo autônomo de escolher, participar e sentir-se responsável pelos meios administrativos que governam a sociedade sem ser pessoalmente o proprietário dos mesmos. A máxima política contemporânea que surge na Constituição dos EUA em 1776 – “governo do povo, através do povo e para o povo” –, em plano modelar, não mais permitiria dissociar forma de Estado (Monarquia ou República) de forma de governar (polisinodismo \times despotismo; parlamentar-representativa \times [ditadura](#)). Desde então, falar de democracia nos termos tomistas de um poder supremo legislante cuja origem assentava no povo, independentemente da forma de exercício do poder, não seria mais suficiente para ser aplicável à realidade contemporânea visto que o mesmo argumento foi usado para justificar ditaduras de direita e de esquerda e muitas atrocidades de uma nação contra outra. (v. [Völkisch](#) & [Teoria Amigo-Inimigo](#))

Os pensamentos conservadores liberal e anti-liberal do século XIX, à luz da experiência jacobina da [Revolução](#) Francesa, criticariam a capacidade de o número se governar, pois, segundo a sua interpretação, nada mais representaria do que a vontade irrefreada da multidão elevada em sua paixão pela sedução do discurso e, portanto, não poderia representar a coisa/ordem pública. (v. [Jacobinismo](#) & [LE BON, Gustave](#)) Contra esta tendência, cada uma dessas linhas de pensamento proporia suas alternativas: na visão liberal, a capacidade política de o indivíduo votar e ser votado era norteadas pelo conforto do dinheiro, definindo censitariamente a experiência parlamentar-representativa; na visão anti-liberal, propor-se-ia a volta, ou suposta volta, dos corpos estamentais como meios de constituir uma unidade orgânica de participação política polissinodal, definidora do interesse público e da manutenção do *status quo*. (v. [Burocracia](#)) Ambas as alternativas são formas de contraponto, respectivamente, à ditadura e ao despotismo baseadas na desigualdade como princípio de ordem pública, embora na solução liberal a desigualdade se desse dentro de uma lógica de mercado livre e nivelamento jurídico onde o sucesso econômico era necessariamente mérito individual que ratificava a capacidade política, enquanto na solução conservadora a capacidade política era hierarquizada pelo nascimento e inserção funcional-profissional, sendo a concorrência entre as partes (econômica ou política) vista como elemento de desagregação da ordem social. (v. [Antigo Regime](#) & [Baderna](#)) Tratam-se, pois, de duas propostas contrárias entre si e que não devem ser confundidas com a democracia pelo simples fato de que em ambas há, em bases distintas, oposição à plena autonomia de todos os indivíduos da sociedade e uma não preocupação de assegurar os meios que fariam a manutenção de sua dignidade. (v. [Conservadorismo](#) & [Fascismo](#))

No final do século XX, em vários países da África e da [Europa](#), passou-se a confundir [cidadania](#) com etnia, valendo-se de muitos tópicos do relativismo cultural, sendo que vários líderes políticos começaram a se levantar como defensores da democracia em nome das etnias e/ou nacionalidades que afirmavam estar sendo ameaçadas. (v. [Neo-racismo Diferencialista](#) & [LE PEN, Jean-Marie](#)) Diante de tal quadro de *fin-de-siècle*, valeria uma precisão conceitual para que o termo não continue a ser usado como arma política nas mãos de atores e autores que desconhecem ou ocultam o que está na sua base. (v. [IUGOSLÁVIA, A Crise da](#)) Democracia não se confunde com uma *tolerância indiferente* a todas as idéias, visto que deve estar em afinidade com ela tudo que preserve a *autonomia* e a *dignidade do indivíduo*. Neste sentido, a sua base é o *diálogo* e não a violência; a *argumentação racional* e não a entrega acrítica a uma doutrina ou a entrega a um líder carismático; a *ação voluntária* e não a submissão fatalista às tradições ou às formas corporatistas e corporativas de representação; as idéias de *universalidade* e de *igualdade* e não o culto aos particularismos. (v. [Ideologia](#) & [Tradição](#)) Portanto, há uma contradição de princípio entre a autonomia democrática e a estrutura étnica como princípio de política e, tendo por base a sua expressividade numérica e

territorial, os conflitos étnicos do final do século XX tornaram evidente que a democracia não pode ser simplesmente a lei do número. Talvez a forma mais expressiva de renúncia à autonomia seja a recusa de o indivíduo sentir-se responsável por seu próprio destino e, por fim, acomodar-se como vítima; quem assume tal papel necessariamente concede ao Outro o papel menos confortável de culpado. Impossibilitando o *diálogo* e a *argumentação racional* sobre sua condição, a vítima de hoje pode ser o algoz de amanhã. (v. [Alteridade & Oposição/Situação](#))

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

- GOSSIAUX, Jean-François. Yugoslavie: quand la démocratie n'est plus en jeu. Paris, Annales HSS, Juillet-Aôut, 1996(4): pp. 837-848.
- McCLELLAND, J.S.. A History of Western Political Thought. London/New York, Routledge, 1998.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Europa ou o Concerto das Nações: idéias conservadoras e política internacional na obra de Leopoldo von Ranke (1795-1886). Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, Tese para Professor Titular de História Moderna e Contemporânea, 1993.(mimeo.)
- TODOROV, Tzvetan. O Homem Desenraizado. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- VIANNA, Alexander Martins. O Ideal e a Prática de governar: o Antigo Regime no Brasil Colonial, 1640-1715. Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). Repartição federal brasileira criada pelo Decreto-Lei 1.915 de 27 de dezembro de 1939 com o mandato de fiscalizar e censurar os meios de comunicação, divulgar as realizações do governo federal, cultivar a cultura cívica e homenagear os chefes do [Estado Novo no Brasil](#) (1937-1945). Como o órgão federal incumbido com a censura da mídia e a divulgação da propaganda oficial do governo, o DIP representava papel principal na modelagem da cultura [política](#) nacionalista-autoritária do Estado Novo. Foi extinto em maio de 1945.

Embora a trajetória do DIP estivesse intimamente associada à ascensão e queda da máquina estatal autoritária do Estado Novo, o órgão era herdeiro de várias iniciativas programáticas e institucionais que antecederam o golpe de 10 de novembro de 1937. Já em julho de 1931, Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório instalado na [Revolução](#) de 1930, autorizou a criação do Departamento Oficial de Publicidade [DOP] para ser a porta-voz oficial do governo. Em julho de 1934, logo após a constituição do regime Vargas, o DOP foi substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural [DPDC]. Sob a direção do jornalista sergipano Lourival Fontes, simpatizante dos regimes totalitários europeus, o DPDC sistematizou uma fiscalização governamental do [cinema](#), [radio](#), [teatro](#) e imprensa. Enquanto censurava o conteúdo moral e político dos meios de comunicação e entretenimento, o DPDC divulgava notícias positivas dos trabalhos do governo. As atividades censórias do DPDC cresceram durante o período de polarização política que culminou na instalação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Depois do golpe, o DPDC participou diretamente no ataque aos interesses liberais e da esquerda. (v. [Conservadorismo](#) & [Ditadura](#))

Em maio de 1938, quando o DPDC foi reformado em Departamento Nacional de Propaganda [DNP], Lourival Fontes e outros personagens conservadores do governo Vargas tinham consolidado uma base institucional para a administração censória dos meios de comunicação e a produção direta de propaganda favorável aos trabalhos e personalidades do governo autoritário. Logo após o encerramento da Exposição do Estado Novo/Exposição Anticomunista, organizada pelo DNP no Rio de Janeiro para celebrar a passagem do primeiro aniversário do golpe, Vargas transformou o DNP no Departamento de Imprensa e Propaganda, um órgão subordinado diretamente à Presidência da República. Lourival Fontes continuou dirigindo a nova repartição.

A criação do DIP sinalizou uma mudança na base institucional do [autoritarismo](#) estatal na medida que o Ministério de Justiça —responsável pelos DOP, DPDC, e DNP— perdeu o controle dos meios de propaganda para concentrar-se na supressão direta de atividades subversivas através de espionagem doméstica, policiamento e encarceração, enquanto a Presidência se responsabilizou pela propaganda e a censura. Assim, a criação do DIP significava uma discriminação entre as instituições de repressão direta e as instituições de produção de consenso. (v. [Oposição/Situação](#) & [Subsecretaría de Informaciones](#))

Organizado em cinco divisões (Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo, Imprensa) e um setor de Serviços Auxiliares, o DIP se responsabilizou pela propaganda e publicidade de todo o governo federal, além de coordenar a censura da imprensa, o cinema, o rádio e o teatro nacionais. O órgão publicava e distribuiu inúmeros panfletos, livretos, cartazes e monografias que elogiaram o Estado Novo; produziu o programa radiofônico *A Hora do Brasil* e o noticiário cinematográfico *Cine Jornal Brasileiro*; programava, com a colaboração dos Ministérios de Educação e Trabalho e as Forças Armadas, grandes manifestações no Rio de Janeiro para celebrar o calendário cívico estadonovista; montou duas exposições nacionais no Rio de Janeiro, em 1940 e 1942; divulgava uma boa imagem do Brasil no exterior e publicava várias revistas que debateram as diretrizes do regime, inclusive a destacada *Cultura Política* (1940-1945). Em 1940, o DIP coordenou a criação do Departamento Estaduais de Imprensa e Propaganda [DEIPs]. Ao longo do Estado Novo, o DIP era o principal divulgador do culto à personalidade do presidente-ditador Getúlio Vargas

através da mídia e das grandes manifestações cívicas que homenageavam Vargas como o herói-salvador da Pátria. (v. [Civismo](#), [Conservadorismo](#) & [Conservadorismo no Brasil República](#))

A partir de 1942, o DIP enfrentou mudanças na paisagem política que enfraqueceram a orientação autoritária da repartição. Enquanto o governo Vargas mantinha-se neutro na Segunda Guerra Mundial, os admiradores dos regimes totalitários, como Lourival Fontes, encontravam-se bem acomodados dentro do aparelho estatal. Porém, a aproximação definitiva do governo brasileiro aos Aliados minou a posição dos autoritários e os veículos governamentais deles. A entrada do Brasil na guerra exacerbou os rachas ideológicos dentro do regime e precipitou a demissão de Lourival Fontes e outros autoritários em julho de 1942. Sob a direção de Major Antônio Coelhos dos Reis (1942-1943) e Amílcar Dutra de Menezes (1943-1945), o DIP mantinha a programação nacionalista, acrescentando-a de uma propaganda pró-Aliados, mas deixou de propagar ataques diretos aos liberais e aos comunistas. (v. [Anticomunismo](#)) Em fevereiro de 1945, o DIP parou de censurar as reivindicações para a redemocratização. Contra o pano de fundo das severas críticas a respeito da incompatibilidade de um regime autoritário com uma mobilização militar contra o Eixo e a cronometragem das eleições presidenciais, em 25 de maio de 1945, Vargas extinguiu o DIP e substituiu-o pelo Departamento Nacional de Informações [DNI], órgão de divulgação de notícias culturais. O DNI não assumiu as atividades censórias do DIP. (v. [Guerra Fria](#) & [Governabilidade](#))

Existe uma vertente na herança política anti-varguista e na historiografia brasileira da década de 1980 que argumenta que o DIP chegou a ser uma versão brasileira dos órgãos propagandísticos dos governos totalitários europeus da Segunda Guerra Mundial. No entanto, embora existissem semelhanças entre as realizações do DIP e dos ministérios de propaganda na Alemanha nazista e na Itália fascista (e.g. a propaganda anti-esquerdista; o hiper-elogismo ao regime; as grandes espetáculos nacionalistas; o culto à personalidade do chefe do governo), o DIP nunca chegou a dispor dos recursos nem da mobilização popular logrados pelos congêneres europeus. (v. [GOEBBELS, Joseph](#)) De fato, alguns ideólogos conservadores brasileiros lamentavam a inabilidade do governo Vargas em replicar os sucessos propagandísticos dos totalitários europeus. Nota-se também que a programação cultural de outras repartições federais, como o Ministério de Educação, moderou o alcance cultural das iniciativas autoritárias do DIP. Finalmente, é fundamental lembrar que o arquivo central do DIP se perdeu após o golpe de Estado que derrubou o Estado Novo em 29 de outubro de 1945. (v. [Democracia](#)) Sem acesso à documentação interna do DIP, é difícil fazer comparações definitivas aos casos europeus, que são bem mais documentados. Não obstante, é inegável que a trajetória do DIP associa-se aos aparelhos estatais autoritários institucionalizados ao longo do século XX. (v. [Ideologia](#))

Daryle Williams

Referências Bibliográficas:

ACHILLES, Aristheu. Aspectos da ação do DIP. Rio de Janeiro, Departamento da Imprensa e Propaganda, 1941.

GARCIA, Nelson Jahr. Estado Novo e propaganda política: a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas. São Paulo, Edições Loyola, 1982.

GOULART, Silvana. Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo, Marco Zero, 1990.

PRADO, Heloísa Helena de Jesus. "Aspectos da ação do DIP: a divulgação de censura e a censura de divulgação," *LPH/Revista de História*, 1:1 (1990), pp. 90-104.

VELLOSO, Mônica Pimenta. "Uma configuração do campo intelectual," in *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso, e Ângela Maria Castro Gomes, orgs. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 71-108.

DIREITA ARGENTINA. Essa corrente foi composta por um arco de forças que englobava, além dos partidos políticos, amplos setores das forças armadas, intelectuais, organizações nacionalistas e uma plêiade de jornais e revistas. Em 1916, a direita oligárquica e conservadora foi desalojada do poder nacional em virtude da ascensão da União Cívica Radical, partido de posições anti-oligárquicas. Os radicais ampliaram a [democracia](#) política e as bases de legitimidade do poder, mas foram derrubados por um golpe militar em 1930 que tentou implantar sem sucesso um regime autoritário. O poder retornou à direita civil, rearticulada em torno de uma aliança partidária denominada *Concordância*, que governou até 1943, utilizando-se das antigas práticas da fraude eleitoral e da repressão política contra os opositores. (v. [Ditadura e Violência](#) & [Tortura](#))

Em 1943, um grupo de coronéis tomou o poder mediante um golpe e implantou uma [ditadura](#) de traços nacionalistas, corporativistas e católicos que apostava na vitória do Eixo na Segunda Guerra Mundial. O coronel [Juan Domingo Perón](#) teve destacada atuação nesse governo, construindo uma aliança com o movimento sindical que forneceu a base para a sua eleição presidencial em 1946 e para a formação do [Peronismo](#). Este movimento, em virtude do seu antipluralismo, [autoritarismo](#) e [anticomunismo](#) pode em boa medida ser qualificado como de direita, apesar do seu reformismo social. Com o tempo, o peronismo dividiu-se em correntes que iam da extrema-esquerda à extrema-direita, o que deu lugar a conflitos intestinos e sangrentos, com traumáticas repercussões na política nacional dos anos de 1970. A criação da [Ação Anticomunista Argentina](#) em 1973 por integrantes do peronismo foi um dos elementos dessa divisão. (v. [Baderna](#) & [Conservadorismo](#))

A Argentina foi o país latino-americano onde houve o maior desenvolvimento de organizações e de um mercado editorial nacionalista e de extrema-direita. A chamada direita nacionalista ou [nacionalismo](#) restaurador desenvolveu-se vigorosamente a partir dos anos de 1920, tendo importante atuação no golpe de 1930 e mantendo uma excelente relação com a alta hierarquia da Igreja Católica. Assumindo posições que foram do [fascismo](#) ao catolicismo ultramontano, essa corrente produziu uma [ideologia](#) de ampla repercussão e forneceu uma série de quadros que alimentaram os mais diversos governos autoritários. (v. [Ultramontanismo](#))

Os militares constituem um dos principais protagonistas da direita argentina. Entre as décadas de 1930 e 1980, todos os governos estiveram à sombra do poder militar que ora desempenhava o mando diretamente ou exerceu a sua tutela sobre o poder civil. Após derrubarem o governo peronista em 1955, os militares proscreram o peronismo da legalidade até 1973, participando de vários golpes e de governos de curta duração. Afastados da vida pública durante os governos peronistas que se sucederam depois de 1973, os militares desferiram, em março de 1976, aquele que foi o regime militar mais discricionário e sangrento da Argentina e da América Latina. A “guerra suja” movida pelo regime contra a chamada subversão consistiu na prática de um terrorismo de Estado para a conquista de legitimidade frente à opinião pública. (v. [Repressão e Violência](#)) Quanto aos partidos, tiveram uma existência recortada por períodos de legalidade e de ilegalidade após 1955, não permitindo a conformação de um sistema estável de partidos. Apenas o peronismo e o radicalismo sobreviveram até a década de 1990, divididos entre correntes centristas e direitistas. Não se desenvolveram partidos conservadores significativos do ponto de vista eleitoral de maneira que as importantes posições direitistas existentes na Argentina não tiveram um partido político para se expressar e disputar o poder. Muitos autores atribuem os sucessivos golpes e a instabilidade institucional à incapacidade política da classe dirigente argentina para criar um grande [partido político de direita](#). Outra hipótese, mais plausível, é que um partido dessa natureza não seria necessário para que os setores dirigentes conservadores exercessem influência direta sobre o Estado. (v. [Oposição/Situação](#) & [Subsecretaría de Informaciones](#))

Referências Bibliográficas:

CIRIA, Alberto. Partidos y poder en la Argentina moderna (1930-1964). Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1975.

GERASSI, Marysa Navarro. Los nacionalistas. Buenos Aires, Jorge Alvarez, 1968.

ROCK, David. La Argentina autorit aria: Los nacionalistas, su historia su influencia en la vida publica. Buenos Aires, Ariel, 1993.

ROMERO, Luís Alberto. Breve historia contempor nea de Argentina. México, Fondo de Cultura Econ mica, 1994.

ROUQUIÉ, Alain. Sociedad, Poder militar y sociedad política en la Argentina. Vol.2. Buenos Aires, 1982.

DIREITA NO PERU. A partir da década de 1920, o Peru foi cenário de uma profunda polarização [política](#) em decorrência de um rápido desenvolvimento urbano e a crise do regime liberal e oligárquico. Com a emergência do proletariado, houve a organização, em 1924, da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), liderada por Victor Haya de la Torre (1895-1979), partido de forte penetração nos setores urbanos por sua prática populista. Em 1928, ocorreu a formação do Partido Comunista Peruano, tendo José Carlos Mariátegui (1895-1930) como um dos seus dirigentes. Diante do fortalecimento do [populismo](#) e do socialismo, os setores oligárquicos reagiram incentivando as correntes intelectuais e organizações partidárias que se posicionavam contra as forças de esquerda. (v. [Partido Político de Direita & Oposição/Situação](#))

Geração Novecentos. Formada por jovens intelectuais oriundos da oligarquia limenha que haviam rompido com o positivismo e incorporado o pensamento do uruguaio José Enrique Rodó, tinha como tema a realidade peruana em seus múltiplos aspectos. (v. [Ideologia](#)) O seu maior representante foi José de la Riva Agüero (1885-1944) que, através de uma vasta obra intelectual, formulou um indigenismo pautado na exaltação das conquistas imperiais dos incas e um [nacionalismo](#) resultante da simbiose da cultura indígena com a herança hispânica. Os membros da Geração Novecentos fundaram o Partido Nacional Democrático (1916) com o intuito de ampliar a participação política através da valorização do tradicionalismo e do catolicismo. (v. [Conservadorismo, Família & Tradição](#))

Pensamento Social Cristão. Com as transformações políticas e sociais ocorridas nos anos de 1930 e o fortalecimento dos comunistas com os trabalhos teóricos de Mariátegui, a Igreja Católica e os grupos conservadores reagiram intelectual e politicamente na formulação de uma corrente que colocava a religião e o papel da igreja no centro da história peruana. Víctor Andrés Belaúnde (1883-1966), professor da Universidade Católica e membro do Congresso Nacional, elaborou uma vasta obra composta de artigos, ensaios e livros onde desenvolveu suas críticas ao comunismo e elaborou uma tese sobre a necessidade da aproximação entre história e religião. (v. [Anticomunismo & Repressão e Violência](#))

Militarismo. Desde a independência ocorrida em 1828, os militares desempenharam um papel decisivo na política do país. Até 1895, os caudilhos se revezavam na presidência através de sucessivos golpes. Entre 1895 e 1930, durante o período compreendido como República Aristocrática, as oligarquias ocuparam diretamente o poder e as Forças Armadas passaram por um processo de modernização. (v. [Caudilhismo](#)) Com o golpe do general Sánchez Cerro em 1930, os militares exerceram a função de guardiães do regime oligárquico no combate ao populismo e comunismo. (v. [Ditadura](#)) Na década de 1950, foi criado o CAEM (Centro de Altos Estudos Militares) para difundir a [Doutrina da Segurança Nacional](#) entre os oficiais. Depois de combater e destruir as guerrilhas esquerdistas em 1965 e temendo um governo populista da APRA, os militares deram um golpe e implantaram o governo reformista do general Velasco Alvarado (1968-75). (v. [Ditadura e Violência & Tortura](#))

Nova Direita. Com o fracasso do governo populista de Alan García (1985-90), o país entrou numa profunda crise política, social e econômica. Dois grupos guerrilheiros, Sendero Luminoso e Tupac Amaru, abalaram a credibilidade da [democracia](#) no Peru. Em 1990, Alberto Fujimori, por não pertencer a partidos tradicionais, assumiu a presidência com propostas renovadoras. Em abril de 1992, Fujimori promoveu um auto-golpe e adquiriu plenos poderes. Apoiado pelas Forças Armadas, controlou a inflação e eliminou o Sendero Luminoso. Foi reeleito para presidência do Peru em 1994. (v. [Baderna & Liberalismo](#))

Lúcio Flávio Vasconcelos

Referências Bibliográficas:

COTLER, Julio. Clases, estado y nación en el Perú. Lima, IEP, 1986.

NUÑEZ, German. Pensamiento político peruano: siglo XX. Lima, Universidad de Lima, 1993.

PLANAS, Pedro. El 900: Balance y recuperación. Lima, CITDEC, 1994.

SAMANEZ, Alvaro Rojas. Partidos políticos en el Peru. Lima, CDI, 1887.

SOBREVILLA, David. Las ideas en el Peru contemporáneo. Lima, Ed. Juan Mejia Baca, 1981.

DITADURA. Tanto Maurice Duverger quanto Nicos Poulantzas concordam com um mesmo ponto para a definição de ditadura: *a importância de definirmos as relações entre o poder executivo e o poder legislativo*. Residiria na autonomia e heteronomia possível dos poderes constitucionais a chave para a compreensão e, ao mesmo tempo, para estabelecer a extensão dos regimes ditatoriais. Em ambos os autores, embora com análises diferentes, valoriza-se o papel das assembleias eleitas como base da legitimidade democrática e representação heteronômica da nação. A tais assembleias se contraporiam os executivos com suas tendências concentradoras, principalmente sobre o que – em determinado momento – insistiu-se em denominar de *aparelhos de Estado*: a [burocracia](#), a polícia, a administração e as forças armadas. Tais instituições, com normas e foros específicos, relativamente autônomas na sua *performance* face às assembleias, tenderiam, com executivos fortes e autônomos, a superdimensionar sua ação, escapando dos controles das assembleias representativas. Muitas vezes, tal processo, típico a partir dos anos de 1930, principalmente face às necessidades de interferência do político sobre o econômico – referimo-nos à crise de 1929 com a imposição de uma gestão mais eficiente do capitalismo –, foi explicado como resultado natural da tecnificação da vida [política](#) contemporânea, envolvendo a política com pesado jargão técnico capaz de convencer o homem comum da complexidade da gestão pública e, ao mesmo tempo, de sua ignorância. (v. [Conservadorismo](#))

Franz Neumann, num estudo clássico sobre o tema, propõe uma classificação formal para as ditaduras, compreendendo o fenômeno a partir da noção de *...governo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que se arrogam o poder e o monopolizam, exercendo-o sem restrições*. Assim, a proposição de Neumann encontra perfeito acolhimento na análise de Duverger e Poulantzas, permitindo-nos avançar em direção à tipologia proposta pelo primeiro ao classificar as ditaduras como: **ditadura simples** – *o poder político é monopolizado pelo ditador, que pode exercer o seu poder somente por meio do controle absoluto dos meios tradicionais de coação, ou seja, a polícia, o exército, a burocracia e o judiciário*; **ditadura cesarista (ou bonapartismo)** – *neste caso, o ditador pode se sentir compelido a criar um apoio popular, a conseguir uma base na massa para a sua ascensão ou manutenção no poder, articulando-se diretamente sobre a população como meio de ignorar ou abolir as instituições representativas, combinando coação monopolizada e apoio popular*; **ditadura totalitária** – *são os casos onde o grupo no poder sente a necessidade, para a continuidade do exercício do poder, do controle sobre a educação, os meios de comunicação e as instituições econômicas e, assim, atrelar toda a sociedade e a vida privada do cidadão ao sistema de dominação política, sempre controlado por um partido único*. (v. [Fascismo & Totalitarismo](#)) A tipologia formulada por Neumann parece atender basicamente aos experimentos históricos, inclusive os vividos pela América Latina.

Assim, as ditaduras militares, com o exercício de poder baseado na coação fornecida por aparelhos de Estado do tipo exército e/ou polícia, afigura-se como o modelo perfeito para o caso latino-americano nas últimas décadas do século XX. Logicamente, restaria um ponto fundamental de definição das ditaduras latino-americanas para além da tipologização de sua forma, como fizemos aqui. Trata-se de definir a sua natureza. Um aspecto que salta aos olhos de qualquer pesquisador da realidade continental é a naturalidade das relações das ditaduras com os partidos de direita ou, mais comumente, com os setores tradicionais da oligarquia ou do empresariado. (v. [Partido Político de Direita](#)) Em suma, as ditaduras latino-americanas são ditaduras de direita e implementam regimes que favorecem os setores mais conservadores e antipopulares do continente. A isso, que Poulantzas denomina de *sobredeterminação das relações entre o executivo e o legislativo nos regimes de exceção*, Neumann denomina de *função social da ditadura*. Assim, para um estudo completo sobre a natureza das ditaduras latino-americanas, deveríamos considerar: o sistema econômico; a afinidade de classes e a estrutura da personalidade. Contudo, devido à amplitude do programa de estudos de

Neumann, caberia registrar, em plano teórico, a imperiosidade de tal procedimento e, no plano empírico, o fato de que as ditaduras no continente trabalharam em íntima associação com o latifúndio e o empresariado, muitas vezes promovendo e sustentando uma forma especialmente espoliadora de capitalismo, como o milagre brasileiro nos anos de 1970, a Argentina sob a gestão do ministro Martínez de Hoz ou o experimento ultra-liberal no Chile sob [Pinochet](#). No entanto, deve-se considerar uma notável exceção na simbiose ditadura/exploração popular na América Latina: referimo-nos ao regime implantado no Peru pelo general Juan Velasco Alvarado entre 1968 e 1975, que expropria as empresas americanas e aprofunda a reforma agrária no país. (v. [Direita no Peru](#))

Desta forma, podemos considerar as ditaduras continentais como regimes de novo tipo, distintos do fenômeno clássico do [caudilhismo](#) (caciquismo ou [coronelismo](#)), com novas formas de exercício do poder, com novos tipos de vinculação a grupos sociais internos, com laços de dependência apoiados e retroalimentados pelas ligações com o exterior. (v. [Elites Empresariais](#)) O momento de sua irrupção na cena política continental – os anos de 1930 –, enquanto ensaio, mostra-se como um período generalizado de crise das democracias e, apesar disso, um momento crucial para a implantação de regimes democrático-representativos em virtude da crise do caudilhismo/coronelismo oligárquico. Desta forma, desde 1930, as duas formas de regime, [democracia](#) e ditadura, irão concorrer abertamente entre si pela hegemonia no continente. O impacto da [Guerra Fria](#) no pós-Segunda Guerra Mundial e o fato de a América Latina ter sido arrastada para o conflito [Ocidente](#)/Oriente explicam, ao nosso ver, a vitória da ditadura por quase toda parte. (v. [Guerra Fria e a Direita Norte-Americana](#))

O Caso Brasileiro: Formação e Crise. Entre 1945 e 1964, inúmeros golpes, deposições de presidentes, pronunciamentos e quarteladas são produzidos por uma baixa oficialidade altamente politizada e fortemente envolvida no clima de [anticomunismo](#) típico da Guerra Fria. Neste sentido, desempenha um papel central a criação e a atuação da [Escola Superior de Guerra \(ESG\)](#), centro de formulação e planejamento de um regime militar capaz de regenerar a nação. (v. [Militarismo](#)) Daí emanam os princípios básicos que constituirão a [ideologia da segurança nacional](#), fundamental na constituição da ditadura de 1964 e de forte impacto sobre o continente. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) Na ESG, formula-se uma doutrina de alinhamento automático aos Estados Unidos – alguns dos seus líderes, como o general Golbery do Couto e Silva será mais tarde representante da *Unión Carbide* no Brasil –, com a crença no [liberalismo](#) econômico e numa visão otimista da ação dos capitais estrangeiros. Da mesma forma, a autonomia sindical e a ação dos partidos políticos são consideradas impatrióticas e divisionistas.

O golpe militar deslanchado em 1 de abril de 1964 conta com o apoio dos partidos de direita, da Igreja Católica e de boa parte dos meios de comunicação. O processo de transformação pelo qual passava o país – as chamadas *Reformas de Base*, inclusive a Reforma Agrária – era visto como o caos preparatório de um golpe comunista, ou ao menos a prévia da implantação de uma *República Sindicalista* (posto ser absolutamente impossível caracterizar o governo Goulart e sua *entourage* como *comunistas*). A ditadura militar viu, logo após um período inicial de aceitação, um vertiginoso crescimento da oposição. (v. [Governabilidade & Oposição/Situação](#)) Parte das classes médias que havia apoiado o golpe, amedrontada por uma forte propaganda da Igreja Católica, afasta-se do governo. Os vultosos recursos enviados pelos Estados Unidos e pela Alemanha Ocidental para a propaganda anticomunista, antes e imediatamente após o golpe através da ação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) – fachada montada por militares, entre os quais Golbery do Couto e Silva, e que associava grande número de [empresários](#), dando origem mais tarde, já sob a ditadura, ao [Serviço Nacional de Informações](#) (polícia política de onde surgiram inúmeros quadros da ditadura, inclusive dois generais-presidentes) –, não conseguem melhorar a aceitação da desacreditada ditadura, causando especial mal-estar a dureza da política econômica. A constante ação da

oposição – capaz de reunir estudantes, líderes trabalhadores e intelectuais que passam a ocupar as ruas do Rio de Janeiro e São Paulo entre 1966 e 1968 – acentua a crise do regime militar. (v. [Baderna](#))

Dada a grande participação civil no golpe, os militares, em profunda concordância com os partidos políticos conservadores, procuraram a manutenção de um arremedo de regime representativo-liberal com um *rump-parliament*, expurgado – em meio ao silêncio dos demais parlamentares – dos políticos considerados esquerdistas. Na verdade, o comando militar do *putsch* edita, em 9 de abril de 1964, o Ato Institucional no.1 (o AI-1), medida jurídica desprovida de qualquer base constitucional que deu plenos poderes ao general Castello Branco, rompendo com os limites entre o poder executivo, legislativo e judiciário, caracterizando classicamente a condição de ditadura do novo regime. O AI-1, primeiro de uma série de atos que culminarão no famigerado AI-5, suprime mandatos parlamentares, suspende a vigência dos direitos civis, a intocabilidade e vitaliciedade da magistratura e a estabilidade dos funcionários públicos de carreira. Assim, os Atos Institucionais, como mais tarde na Argentina e no Chile, serão a base do terror militar e sua ferramenta na repressão política. (v. [Repressão e Violência](#))

A derrota da linha defensora do retorno aos quartéis – o general Castello Branco e os profissionais – leva ao poder a ala mais radical – a chamada *linha dura* – das forças armadas, sendo o seu líder o general Costa e Silva, indicado presidente. A reação e a resistência civil e, mais tarde, armada acabam por convencer os militares que o arremedo de democracia organizado desde o golpe de 1964 era inútil e mesmo contrário aos interesses da ordem. As grandes manifestações de rua no Rio de Janeiro (a *Passeata dos Cem Mil*), assim como as greves operárias nos centros industriais de São Paulo, abalam o consenso no interior das forças militares e a credibilidade da classe média na saída golpista. Uma ampla frente de artistas e intelectuais produz uma verdadeira *cultura da resistência*, onde o [teatro](#), a música popular (Chico Buarque de Hollanda, Geraldo Vandré, Sérgio Ricardo), a literatura e a ação de professores e estudantes isolam a ditadura de seus apoios populares iniciais. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Assim, em 1968, no bojo de uma profunda crise econômica, da perda de controle das ruas e do avanço da guerrilha urbana – seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, por exemplo –, produz-se o chamado *golpe dentro do golpe*, quando uma Junta Militar impede a posse do vice-presidente depois do afastamento do general Costa e Silva por motivos de saúde, e impõe ao país uma dura série de medidas policiais, consolidadas numa sexta-feira 13 de dezembro de 1968 pelo chamado Ato Institucional no.5, dando início a uma longa noite de terror e formando o arcabouço durável da ditadura no Brasil. A Junta Militar dá posse a um general desconhecido, Garrastazu Médici, saído da presidência do temível Serviço Nacional de Informações (SNI), que reúne em suas mãos a maior concentração de poderes jamais vista na [história](#) do país. Um amplo projeto econômico – a Segunda [Revolução Industrial](#) no país – é iniciado, sendo acompanhado por violenta repressão. É editada uma Lei de [Segurança Nacional](#) em 18 de setembro de 1969 – que será copiada por outras ditaduras latino-americanas –, sendo institucionalizado tanto a pena de morte quanto o banimento por crimes políticos – prerrogativas ausentes em todas as constituições republicanas anteriores. Da mesma forma, é instituído o exílio interno, com os oponentes enviados para o meio da selva amazônica, lembrando os mecanismos de banimento interno da URSS. As polícias civil e militar, os órgãos de informação e os mecanismos de punição das forças armadas – os famosos IPM, Inquéritos Policiais-Militares – adquirem autonomia e agem com desenvoltura, seqüestrando, torturando e matando opositores. (v. [Ditadura e Violência](#)) Com o apoio do empresariado, que financia os quadros da repressão, e treinamento militar americano – o famoso caso Dan Mitrione –, surge a *Operação Oban*, responsável por um grande número de seqüestros e assassinatos. Por todo o país, surgem os chamados Destacamentos de Operações e Informações e os Centros de Operações de Defesa Interna (os [DOI-CODIs](#)), em íntima

associação com o empresariado e os militares, onde praticar-se-ia a [tortura](#) em larga escala. A vida pública também é atingida desde 1969 com a militarização da polícia e a expansão da chamada Polícia (ou Brigada) Militar – polícia aquartelada e fardada que passa a ser responsável pelo policiamento ostensivo. Em pouco tempo, a PM tornar-se-ia sinônimo de truculência, incompetência e corrupção.

Manipulando habilmente os meios de comunicação, criando a imagem do Brasil “grande potência” – o lema do governo é: *Brasil, ame-o ou deixe-o!* –, capitalizando a vitória do Brasil no campeonato mundial de futebol de 1970, o governo atinge grande sucesso. Sem qualquer limite ou condicionamento trabalhista ou sindical, praticando violento arrocho salarial, o governo gere o chamado *Milagre Brasileiro* – um crescimento econômico contínuo ao longo do início da década de 1970, com taxas anuais em torno de 11%. O movimento sindical é inteiramente decapitado e os [sindicatos](#) e federações do trabalho colocados sob intervenção. Apenas são autorizados a funcionar dois partidos políticos: uma oficialista, a [Aliança Renovadora Nacional \(ARENA\)](#); o outro de oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ação partidária é, entretanto, severamente controlada, com censura prévia à imprensa, prisão e desaparecimento de parlamentares (como no caso Rubens Paiva) e cassação de mandatos. No início da década de 1970, a ditadura militar no Brasil terá seu ponto de maior sucesso, aliando o chamado milagre brasileiro a um relativo sucesso popular e será capaz de intervir em outros países latino-americanos, apoiando golpes e a repressão militar. (v. [Operação Condor](#))

No entanto, a crise do petróleo, no rastro da Guerra do Yom Kippur, e a fuga dos capitais estrangeiros levam ao estrangulamento do modelo. De posse de informações produzidas por seus próprios órgãos de espionagem, a Ditadura realiza eleições para o parlamento em 1974. As urnas, malgrado as limitações da censura, dão estrondosa vitória à oposição. O governo se cinde e a ala radical acelera as prisões, torturas e violências, particularmente em São Paulo (assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do sindicalista Manuel Fiel Filho num quartel do exército). O final da década de 1970 assiste aos primeiros sinais de esgotamento dos modelos econômicos latino-americanos, praticados até então com sucesso. As exportações que haviam feito da Argentina e do Uruguai países de nível europeu ou o milagre brasileiro mostravam-se exaustos. A resposta imediata, o superendividamento destes países, chega ao seu limite com a crise mundial e a busca pelos grandes mercados financeiros dos investimentos petrolíferos – os petrodólares. Da mesma forma, descobria-se a imensidão do endividamento externo, o peso que representava para o futuro dos países do continente e, o mais dramático, que na maioria dos casos grande parte dos capitais fora desviado pela corrupção. Sem capacidade de exportar, incapazes de oferecer produtos competitivos e com as fontes de financiamento cortadas, estes países apresentavam-se em colapso no início dos anos de 1980. O exemplo mais didático, pelo gigantismo de sua economia assim como de sua crise, é o Brasil, quando o então general-presidente João Figueiredo anuncia, em 1982, a incapacidade de o país pagar as suas dívidas. Todo um ciclo de crescimento econômico encerrava-se neste momento. Largamente baseado na repressão sindical, no arrocho salarial e na repressão política, o fim do “milagre” arrastava consigo a credibilidade dos militares e as bases sociais da ditadura.

A oposição popular por toda a América Latina organizou-se em amplas frentes para enfrentar as ditaduras em seu final, na maioria das vezes entregando a liderança do movimento de abertura política a homens recém-saídos dos próprios quadros da ditadura – como no Paraguai ou Brasil –, ou através de amplos acordos negociados pelas frentes de partidos políticos com as ditaduras (onde os crimes contra os direitos humanos e o patrimônio público eram previamente anistiados ou esquecidos, como no caso da *Aliança Democrática* no Brasil, da *Multipartidaria* na Argentina ou da *Concertación por la Democracia* no Chile), tolhendo e limitando o alcance das transições democráticas. (v. [Transições Tuteladas](#)) No entanto, as vitórias sucessivas da oposição em 1976 e 1979 comprovam a recusa popular ao regime

militar no Brasil. O general sucessor, Ernesto Geisel – batido pela oposição permanente, pela crise econômica e pela nova política dos direitos humanos de Jimmy Carter – compromete-se com a anunciada *abertura lenta, gradual e segura*. Toda a sua gestão é uma sucessão de idas e vindas, com o fechamento do congresso e do Supremo Tribunal Federal e, ao mesmo tempo, um duro enfrentamento com os militares radicais. O seu sucessor, o general João Figueiredo, indicado pelos meios militares já em crise e sob risco permanente de golpe, promete continuar a abertura, mesmo *prendendo e arrebatando*, como ele próprio diria.

Diante dos sinais evidentes de saturação e decrepitude da ditadura, o movimento popular cresce e ocupa as ruas. Primeiro em torno da luta pela anistia e o retorno dos exilados, depois em prol das eleições diretas (o Movimento *Diretas-Já!*, em 1983). Oportunisticamente, a ditadura se apossa da luta pela anistia e apresenta um projeto que concede anistia dupla, ou seja, para as vítimas e seus algozes, evitando desta forma que qualquer ato de violação dos direitos humanos pudesse ser mais tarde apreciado pela justiça. Desempenha um papel fundamental na percepção dos militares o desfecho, no início dos anos de 1970, das ditaduras na Grécia e em Portugal, onde os regimes ditatoriais – em especial, os coronéis gregos – não foram capazes de preparar a sua retirada do poder e acabaram por ser levados para a prisão. Ao contrário, a solução pactuada na Espanha oferecia um modelo que desde logo cativou os militares e a direita latino-americana. A morte de Franco, *el caudillo*, permite a reorganização da direita tradicional, não-fascista, em torno da monarquia e do partido *Unión del Centro Democrático*, tendo Adolfo Suárez como seu líder. (v. [Franquismo](#)) Em torno do imperativo da reconstrução institucional do país e sem uma derrota eleitoral da direita (vitória da UCD nas eleições de 1976), houve condições para a assinatura em 1978, por parte de todas as forças vivas da sociedade espanhola, do chamado *Pacto de Mançloa*. Entretanto, diferente das ditaduras latino-americanas, a direita espanhola – eleitoralmente forte – negocia a legalização de todos os partidos, inclusive o tradicional PC espanhol e, o que é fundamental, a autonomia das nacionalidades históricas existentes na Espanha. Ou seja, numa situação confortável, o governo de transição de Suárez oferece mudanças estruturais profundas, algumas vezes avançando além das propostas da República de 1936. Na América Latina, em especial no Brasil, fala-se insistentemente em *pactuar a transição*, embora em um contexto inverso. Os partidos de direita, inclusive de apoio à ditadura, como o Partido Democrático Social (PDS), herdeiro da ARENA, são frágeis e, mesmo assim, não oferecem garantias estáveis para o funcionamento democrático. O pacto na América Latina é apenas uma forma de deter as aberturas políticas e garantir uma tutela militar continuada sobre a sociedade, como é evidente no caso chileno. O governo de João Figueiredo, último general-presidente, é marcado pela inépcia econômica, com a declaração da moratória brasileira (1983), e pela recusa da chamada *comunidade de informações* em aceitar a abertura (conjunto de militares engajados nos órgãos de repressão e espionagem política), que organiza inúmeros atentados contra personalidades e instituições da oposição. Entretanto, face a uma intensa mobilização popular, o general é obrigado a conceder a anistia – nos termos que já vimos – e permitir um amplo debate eleitoral. As ruas das principais capitais brasileiras são tomadas por multidões contrárias ao regime e, no Rio de Janeiro, centro tradicional de oposição ao regime, um milhão de pessoas exigem eleições *diretas já!* Embora o movimento popular fosse derrotado no congresso – dominado por senadores eleitos indiretamente, os chamados *biônicos* –, a oposição consegue armar uma ampla frente partidária, inclusive com o Partido da Frente Liberal (PFL) – dissidência do partido da ditadura –, sob a denominação de Aliança Democrática (AD), e elege um oposicionista, Tancredo Neves, para presidente da república em 15 de janeiro de 1985. O último general-presidente abandona o arrojado palácio presidencial construído por Oscar Niemeyer, em Brasília, pela porta dos fundos. Terminava, assim, a ditadura militar no Brasil.

O Caso Argentino: Formação e Crise. Foi na década de 1930 que se deram os primeiros experimentos de ditaduras militares na Argentina e no Peru. Assim, em 1930, através do golpe do general José Uriburu, inicia-se uma longa década de domínio militar, a *Década Infame*, sendo substituída pela dominação justicialista de [Juan Domingos Péron](#) que, embora de origem militar, afasta-se dramaticamente da forma clássica de ditadura militar para instaurar um regime de perfil bem mais cesarista (ou bonapartista), como tinha sido a experiência de Getúlio Vargas entre 1937 e 1945 no Brasil. (v. [Populismo](#)) Da mesma forma que Vargas havia conseguido reciclar a sua ditadura, ressurgindo nas eleições de 1951 como líder de um vasto movimento trabalhista – liderado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, Perón reorganiza o trabalhismo argentino, criando em 1948 o *Partido Justicialista* e levando para a cena política – e ainda aqui mantemos o paralelismo com o trabalhismo de Vargas – as multidões urbanas aglomeradas nas cidades (explosão urbana de São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Ayres) pelo processo de industrialização induzido (a chamada *industrialização por substituição de importações*). É com base na mobilização desta vasta população que ambos, Vargas e Perón, são eleitos democraticamente para a presidência em 1951.

A opção por uma plataforma desenvolvimentista, com uma mistura de trabalhismo e [nacionalismo](#), provoca o definitivo rompimento na Argentina e no Brasil entre os movimentos populares e os militares, gerando uma violenta convivência entre trabalhismo/[justicialismo](#) e as forças armadas. Tal enfrentamento culminaria em apenas alguns anos no suicídio-espetáculo de Vargas (1954) e na deposição de Perón (1955). No caso da Argentina, o golpe do general Pedro Aramburú em 1955 contra Perón traz consigo um novo período de *pronunciamentos*, impedindo a conclusão normal das presidências de Arturo Frondizi, deposto em 1958, e Arturo Illia, deposto em 1966. O golpe militar do general Juan Carlos Onganía em 1966 abre definitivamente um novo ciclo na história argentina. Não se tratava mais de impedir a posse ou derrubar um presidente considerado corrupto ou incompetente, ou mesmo esquerdista. Agora, os militares se declaravam imbuídos da missão de salvar a pátria. Assim, de 1966 até 1983, com exceção do episódio de retorno de Perón (com Isabelita) entre 1973 e 1976, a Argentina viverá sob brutal ditadura militar. (v. [Direita Argentina](#))

Entre 1966 e 1973, os militares argentinos procurarão, através da chamada *Revolución Argentina*, extirpar o [peronismo](#) da vida política nacional. A incompetência econômica e as divisões internas no próprio meio militar (golpe do general Roberto Levingston, em 1970, contra Onganía e do general Alejandro Lanusse, em 1971, contra Levingston) mostravam a incapacidade de o regime criar bases populares de apoio – a resistência operário-estudantil mostrar-se-ia tímida, deixando os militares perplexos face à eclosão da rebelião popular em Córdoba, *El Cordobazo*, em 1969. O retorno de Perón em 1973, a renúncia do *tertius* Hector Cámpora e a eleição de Perón com Isabelita – o que torna absolutamente irresistível a aplicação da frase de Karl Marx sobre as condições em que a história se repete – pareciam bem mais um intervalo, uma pausa, para a retomada ainda mais brutal do regime militar. O caráter do justicialismo dos anos de 1970, dividido entre esquerda e direita, e a preeminência de um personagem de perfil rasputiniano, *el brujo* López Rega – figura que não poderia ter qualquer papel na sociedade argentina se não fossem as condições excepcionais de ascensão de Maria Estela Martínez de Perón, a Isabelita, ao poder –, anunciam algo perturbador para a análise do jogo entre democracia e ditadura no continente. Na verdade, a brutal repressão da ditadura já se delimitava sob Isabelita, através da ação da *triple A*, a [Ação Anticomunista Argentina](#), que praticava o terrorismo contra figuras proeminentes da esquerda argentina. O golpe desencadeado em 24 de março de 1976 é, pois, a culminância de uma série de medidas de controle contra a esquerda tradicional e a esquerda peronista, em luta contra um dos regimes mais ineficientes e corruptos do continente encabeçado por Isabelita.

Profundamente marcados pela experiência de 1966-1973 e pela forma humilhante com que tinham abandonado o poder ao peronismo, os militares – organizados em uma Junta Militar

integrada pelo general Jorge Videla, pelo almirante Emílio Massera e pelo brigadeiro Orlando Agosti – declaram o caráter permanente do regime, batizado como *Proceso de Reorganización Nacional*. Da mesma forma, ainda sob o impacto de *El Cordobazo* e das grandes marchas operárias diante da Casa Rosada, são convencidos de algo terrível: *Nesse ano [1980], os grupos guerrilleros, as pessoas que participavam de movimentos sociais ou militavam em partidos políticos considerados de esquerda pelos militares tinham sido aniquilados. O desenvolvimento dessa metodologia imprimiu nos altos escalões das forças armadas argentinas a convicção da necessidade da eliminação física dos inimigos e seu potencial desaparecimento.* Tal metodologia faria escola e seria seguida à risca, desde os seus primeiros momentos, pelo golpe de Pinochet no Chile.

Aos poucos, o país cobriu-se de 365 [campos de concentração](#), onde um número incerto de pessoas – entre 9000 e 30 000 – desapareceu após indescritíveis sessões de tortura. Dois procedimentos brutais tornaram a ditadura argentina inesquecível: os *vôos da morte* – através dos quais a Aeronáutica lançava em alto mar seus prisioneiros, procedimento, aliás, inaugurado na Base Aérea do Galeão no Rio de Janeiro, evidenciando a troca de métodos e técnicas entre as diversas ditaduras latino-americanas – e o seqüestro de recém-nascidos, filhos de prisioneiras que eram em seguida assassinadas.

No entanto, a tensão geral que acompanha os primeiros sinais da crise econômica no país acaba por levar à substituição dos membros iniciais da Junta, composta a partir de 1981 pelo general Roberto Viola, pelo brigadeiro Omar Graffigna e pelo almirante Armando Lambruschini. Coube a Viola perceber a perda de prestígio dos militares e o descontentamento popular, criando vias para a chamada abertura através da autorização do funcionamento de um amplo acordo (uma plenária) entre os partidos políticos argentinos, prontos para negociar as condições de retorno à normalidade. Em 1981, os dirigentes da Unión Cívica Radical (UCR), do Partido Justicialista (Peronista), do Movimiento de Integración e Desarrollo (MID), do Partido Intransigente e da Democracia Cristiana criaram a chamada *Multipartidaría*, que terá a função de negociar a transição para a democracia.

As condições de negociação da transição são claramente colocadas pelos militares e envolve, principalmente, *a superação e o esquecimento das divergências do passado.* (v. [Ditadura e Memória](#)) O retorno à democracia começava a cobrar o seu preço, escamoteando um legado de lutas e dor acumulado sob os *anos de chumbo*. O descontentamento amplia-se e o movimento popular – principalmente o sindicalismo, fortemente vinculado ao justicialismo – faz a sua reaparição na cena política: greves e passeatas operárias marcam uma tentativa de o movimento popular não deixar a transição ser monopolizada pelos políticos da *Multipartidaria*, em conversações com os militares. Por fim, Viola é substituído por Leopoldo Galtieri, que discorda da condução do processo de abertura e, em acordo com os militares, opta por uma velha jogada: o apelo ao nacionalismo como forma de constituir uma sólida base de apoio popular. Em 2 de abril de 1982, o general Leopoldo Galtieri, cabeça da Junta, invade as Ilhas Malvinas, território sob ocupação britânica e desde muito reclamado pela Argentina. A maior parte da população e a *Multipartidaria* aderem ao choque de nacionalismo imposto ao país. Após um breve sucesso, a Argentina é brutalmente derrotada, arrastando na derrota inúmeras vítimas – como os jovens marinheiros do encouraçado *General Belgrano*. O jubilo inicial da população, já manipulado habilmente pela *Junta* no campeonato mundial de [futebol](#) de 1978, transforma-se em perplexidade e frustração, levando o apoio à ditadura ao seu ponto mais baixo. Os sucessores de Galtieri na *Junta*, reorganizada em 1982, tendo à frente o general Reynaldo Bignone, decidem-se por acelerar a transição para a democracia, cabendo à *Multipartidaría* a condução das negociações com os militares em nome da [sociedade civil](#). As eleições são marcadas para 1983 e o período entre a derrota no Atlântico e as novas eleições foi nervosamente ocupado pela tentativa dos militares em delimitar a abertura e, principalmente, garantir a impunidade dos atos cometidos pela ditadura

tanto em matéria de direitos humanos quanto no tocante à corrupção. (v. [Política e Direitos Humanos](#)) O esforço militar de manter-se fora do alcance dos tribunais resultou num documento intitulado *Documento Final Sobre a Luta Contra a Subversão e o Terrorismo*, produzido em 28 de abril de 1983. Criava-se, assim, as bases jurídicas da impunidade, somando-se a um Ato Institucional que considerava os atos militares praticados durante a ditadura como atos em serviço e, portanto, fora da jurisdição dos tribunais civis. Assim, eram estabelecidas as condições da *auto-anistia*. O processo de transição tutelada argentina fará escola no continente, somando-se à experiência brasileira e à experiência chilena. Um ponto em comum poderá ser sublinhado: a continuada presença dos militares na vida pública.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- BEIGUELMAN, Paula. O pingo de Azeite: estudo sobre a instauração da ditadura. São Paulo, Inep, 1991.
- CAPELATO, Maria Helena. Multidões em Cena. Campinas, Papirus, 1998.
- CATELA, Ludmila S.. Argentina: do autoritarismo à democracia, da repressão ao mal-estar castrense 1976-1989. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, Texto 28, 1998. p. 8.
- CHERESKY, I.; CHONCHOL, J.. Crise e Transformação dos Regimes Autoritários. Campinas, UNICAMP, 1986.
- DUVERGER, Maurice. Les Régimes Politiques. Paris, PUF, 1966.
- GARCÉS, Joan. El Estado y los Problemas Tácticos en el gobierno de Allende. Madrid, Siglo XXI, 1973.
- MacSHERRY, P.. Incomplete Transition. Military Power and Democracy in Argentina. New York, St. Martin's Press, 1996.
- MATHIAS, Suzeley K.. Distensão no Brasil: o projeto militar. Campinas, Papirus, 1995.
- NEUMANN, Franz. The Democratic and the Authoritarian State. New York, The Free Press of Glencoe, 1957.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L.. Transiciones desde un gobierno autoritario. Buenos Ayres, Paidós, 1988.
- POULANTZAS, Nicos. Pouvoir Politique et Classes Sociales. Paris, F. Maspero, 1968.
- REIS, Daniel Aarão. 1968: O curto ano de todos os desejos. In: ACERVO/Arquivo Nacional. Brasília, 1998(11): pp. 25-38.
- SADER, Emir. Da Independência à Redemocratização. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- SADER, Emir. Democracia e Ditadura no Chile. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1968: Memórias, Esquinas e Canções. In: ACERVO/Arquivo Nacional. Brasília, 1998(11): pp. 7-24.

DITADURA E MEMÓRIA. No final do século XX, a América Latina conhece um novo surto de inquietações militares, ameaçando a frágil e recente vida democrática instaurada no continente. O silêncio sobre a *era das ditaduras* que se abateu sobre o continente – em grande parte promovido pelos novos regimes democráticos, com o esquecimento da [tortura](#), da censura e das violações dos direitos civis – é, em grande parte, o responsável por um certa nostalgia do [autoritarismo](#). (v. [Operação Condor e Memória](#)) O Paraguai, o Equador, a Bolívia e a Colômbia são, sem dúvida, os elos mais fracos da nova corrente democrática. Entretanto, nos países de maior implantação e vigor institucional, como Argentina, Brasil e Chile – os países do *ABC* –, a presença militar mostrou-se nos últimos tempos tão forte e decisiva a ponto de se poder questionar a chamada transição democrática aí operada, chegando-se mesmo a reconhecer uma tutela militar sobre os regimes democráticos. (v. [Transições Tuteladas](#)) No Brasil, a Nova República evitou ao máximo a demolição dos aparatos policiais herdados da [ditadura](#) e, mesmo hoje, o Estado se utiliza de recursos como a Lei de [Segurança Nacional](#) para controlar movimentos sociais e [sindicatos](#). Grande parte da nova instabilidade – como no Equador e Venezuela, mas também nos países do *ABC* – advém da nova [política econômico-financeira](#), de recorte nitidamente neoliberal, implantada exatamente pelos governos democráticos saídos das chamadas *aberturas políticas*. (v. [Consenso de Washington & Estado do Bem-Estar Social](#)) Assim, a maioria desses governos acaba por ver-se face a uma oposição dupla: por um lado, o saudosismo dos tempos autoritários e, por outro lado, as pressões populares em favor de uma maior igualdade social. Na maioria dos casos, a reação dos novos regimes democráticos foi um retorno aos métodos repressivos dos tempos das ditaduras. Ocorre que, no caso específico da América Latina, a busca da ampliação da [cidadania](#) política – traço principal da luta contra as ditaduras – fundiu-se de forma inextricável com a luta pelo acesso a uma melhor qualidade de vida. Foi, por exemplo, o caso das exigências sociais inscritas na nova constituição brasileira de 1988 e na constituição venezuelana de 1999. Assim, quando os novos governos democráticos mostram-se incapazes ou desinteressados em diminuir a exclusão e a desigualdade social, a crença nos regimes democráticos é fortemente questionada por uma população que poucos anos antes enfrentara nas ruas, com grande risco pessoal, as ditaduras militares.

Por toda a parte, vê-se a rearticulação de uma direita *putchista* e militarizante, pronta para exigir moralidade, eficiência e segurança para o povo, além de brandir com vigor o espantinho do [nacionalismo](#) frente à globalização invasora. (v. [Enéas Ferreira Carneiro: Fenômeno Político](#)) Para a perplexidade dos políticos que insistem em não reviver o passado e em trabalhar pelo esquecimento, muitos chegam a pedir o fuzilamento de líderes democratas (os mesmos líderes, por sinal, que se negaram a levar aos tribunais os *putchistas* e torturadores das ditaduras decaídas). Um importante grupo, liderado pelas [elites empresariais](#), chegará mesmo – principalmente a partir do impacto das crises financeiras mundiais desde 1994 – a lamentar a perda da estabilidade econômica alcançada pelos regimes militares, esquecendo-se da corrupção endêmica e do descalabro da dívida externa sob a administração dos militares e, é claro, sem mencionar as condições de vida da maioria da população não alcançada pelos milagres econômicos promovidos nos anos de 1970. Tal saudosismo, embalado na decepção e na descrença, pode desabrochar em países como Paraguai, Argentina, Brasil ou Chile em função exatamente da ausência de uma memória – e nem mesmo exigimos uma [história tout court](#) – do tempo presente e, ao mesmo tempo, de um bem sucedido esforço em apagar o passado e em promover o esquecimento como a melhor forma para a recuperação da harmonia nacional. As transições latinoamericanas tiveram no esquecimento do tempo presente o pano de fundo dos seus dramas contemporâneos.

Neste sentido, a história recente nestes países – o nosso tempo presente – merece uma reflexão aprofundada no sentido de reviver os momentos que precederam a implantação das ditaduras, assim como a natureza e alcance de sua obra política e econômica, visando-se

impedir, desta forma, a instrumentalização do esquecimento como arma política contra as democracias. Assim, contra o esquecimento da história do tempo presente – esquecimento apenas paradoxalmente pregado pelos responsáveis pelas ditaduras e pelos condutores das transições em direção à [democracia](#) –, propomos um voltar-se cuidadoso sobre uma história que é ao mesmo tempo recente e esquecida. (v. [Ditadura e Violência](#)) Assim, a insistência numa memória das ditaduras deverá, *em primeiro lugar, construir o lugar da violência e do arbítrio na história recente dos povos latinoamericanos* – para além dos interesses imediatos dos políticos que articularam as chamadas *aberturas*, convencidos dos méritos (em alguns casos em proveito próprio) do esquecimento; *em segundo lugar, dever-se-á assegurar a multiplicidade dos lugares de fala, dos diversos atores qualificados como enunciadores de uma memória dos chamados anos de chumbo; devemos ter claro que boa parte do que nos próximos anos será denominado de história terá agora a delimitação de sua legitimidade como objeto histórico*, o que nos exige, enquanto historiadores, *um claro engajamento em direção à salvação de acervos, depoimentos, arquivos e lugares de memória* – atingidos claramente como alvos a serem destruídos em nome da *unidade nacional*. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Em torno de arquivos e lugares de memória, ameaçados pela ainda onipotente ação das forças militares e policiais no continente – as diversas negativas em abrir e publicizar arquivos – e pelos políticos engajados no esquecimento, trava-se hoje uma acirrada luta pela preservação de uma memória do tempo presente. (v. [Repressão e Violência](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- BÉDARIDA, François. L'histoire entre science et mémoire. In: RUANO-BOBALAN, Jean-Claude. **L'Histoire Aujourd'hui**. Paris, Ed. Sciences Humaines, 1999. pp. 335-343
- BOBBIO, Norberto. *Destra e Sinistra: Ragioni e significati di una distinzione politica*. Roma, Donzeli Ed., 1994.
- CASTRO, F.R. “Instabilidade mostra sua cara: América latina revive tensão social com protestos e ameaças de estado de exceção”. In: O GLOBO (Rio de Janeiro), 01.08.1999, p. 37.
- NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire - La République*, vol.1. Paris, Gallimard, 1984. pp.15-42.
- LEITÃO, Miriam. “Ditadura Econômica”. In: O GLOBO, 15.12.1998, p. 42
- “Militar diz que saída é a revolta”. In: JORNAL DO BRASIL (Rio de Janeiro), 25.07.1999, p. 4.

DITADURA E VIOLÊNCIA. Os regimes ditatoriais estabeleceram a violência como forma básica de garantir a sua existência, recorrendo à polícia [política](#) e aos tribunais especiais para segregar, afastar e aniquilar não só os seus oponentes políticos mas também todos aqueles que não se enquadrassem nas normas que embasavam as suas concepções de mundo. (v. [Repressão e Violência](#)) Assim, a violência administrada pelo Estado foi, em tais regimes, o elemento central de sua ação. Criar, manter, reordenar e adequar tribunais que deveriam dar respeitabilidade e legalidade a uma ação distributiva da violência tornaram-se um dos objetivos básicos da ação estatal e, na maioria das vezes, a única justificativa para a existência de tribunais e dos seus ritos jurídicos em tais sociedades. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Devemos operar uma clara distinção, acompanhando os passos de Walter Benjamin, entre a violência mantenedora da lei, simultaneamente normativa e regulada em todos os regimes considerados de direito, e a ação do que denomina de *violência posicionadora*, a que traz consigo uma possibilidade nova de ordenamento do poder. (v. [Estado Novo: Historiografia](#))

Para uma melhor compreensão do papel da violência política na sociedade moderna, Benjamin propõe uma clara diferenciação entre ambas as formas de violência emanadas do Estado e, da mesma forma, uma permanente tensão entre ambas. O que denomina de *lei da oscilação* entre ambas as ações (*Schwankungsgesetz*) de violência no Estado gera uma luta em que o próprio princípio fundante do Estado – muitas vezes um ato de violência contra uma condição de injustiça anterior – enfraquece-se face ao argumento, defendido pelo próprio Estado quando já estabelecido, da intolerância perante a violência. (v. [Democracia](#)) Assim, constitui-se uma outra violência: a repressão contrária ao surgimento (a imposição) de um novo princípio de gestão da violência para cuja eficácia deve-se munir o Estado – mesmo o liberal e representativo – de instituições mantenedoras da lei da violência aceita, desta forma, como normativa. (v. [Governabilidade & Oposição/Situação](#))

No caso das [ditaduras](#), dois processos agem como detonadores do equilíbrio – frágil e instável, é verdade – entre o caráter, por um lado, mantenedor e, por outro, impositivo da violência. Vejamos: as ditaduras rompem com os limites da violência normativa e regulada (a violência mantenedora da lei) e se utilizam ao mesmo tempo de um potencial crescente de violência impositiva como instrumento de constituição permanente do *novo* Estado. Este caráter permanente da violência impositiva, superando a cada momento o caráter mantenedor da violência, acaba por transbordar qualquer limite da violência normativa do Estado e a reduzir-se a uma ação terrorista do próprio Estado. (v. [Totalitarismo & Tortura](#)) Os tribunais são um cenário excepcional para a análise de tal processo: por definição, deveriam constituir-se em limites da ação impositiva e em trincheiras da violência mantenedora, esvaziando o caráter explosivo da violência vinda das ruas ou de outras instâncias do poder, e que fora, em sua origem, conformadora dos próprios regimes ditatoriais. O fato de os tribunais se conformarem segundo ritos (*a liturgia jurídica*) obriga-os de qualquer forma a um agir estabilizador, mantenedor, longe, portanto, do caráter impositivo da violência. Entretanto, a prática da violência impositiva típica de tais ditaduras – são regimes que se caracterizam pela necessidade permanente de ação violenta para não serem constrangidos a lidar com a ausência de objetivos racionais, daí a criação constante de *inimigos objetivos* cujo destino último é o tribunal – acaba por superar o ordenamento mais avançado – quer dizer autoritário – que tenha sido criado num determinado momento. Assim, os tribunais literalmente correm atrás de patamares cada vez mais avançados da violência, sob risco de tornarem-se obsoletos e, no limite, hostis às necessidades impositivas da violência. Na maioria das vezes, tal processo será inútil, com a superação *in limine* dos tribunais como lugares – *topoi* – da violência por outras instituições menos ancoradas na idéia de *rito* como, por exemplo, as polícias. No final da contas, em um regime de exceção que provoca a *politização do cotidiano*, o perigo maior está menos nos ritos dos tribunais do que no guarda da esquina. (v. [Baderna](#))

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. Zur Kritik der Gewalt. Gessammelte Schriften, v. II. Suhrkamp, Frankfurt, 1977.

CHARTIER, R. A história Cultural. Rio de Janeiro, Bertrand, 1990.

FOUCOULT, M. Surveiller et Punir. Paris, Gallimard, 1975.

FRIEDRICH, Carl J. "Dictadura". In: Marxismo y Democracia. Série Política 2. Madrid, Rioduero, 1975. pp. 102-118.

NEUMANN, Franz. Behemoth. The Structure and Praticce of National-Socialism, 1933-1944. Nova York, Lyndon & Co., 1944.

DOI-CODI. Sigla que designou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão repressivo do Regime ditatorial brasileiro que se inaugura em 1964. Ancorado no espírito da [Doutrina da Segurança Nacional](#), disseminada a partir da *National War College* norte-americana e, no Brasil, da [Escola Superior de Guerra \(ESG\)](#), o regime militar brasileiro constitui uma série de órgãos voltados para dar combate ao assim chamado "[inimigo interno](#)". (v. [Ideologia](#)) Cria-se, então, progressivamente, uma estrutura verticalizada que ia desde instâncias de controle e gerenciamento da atividade repressiva (no topo) até os agentes que levavam a cabo tal atividade (na base), inaugurada com a criação do [Serviço Nacional de Informações \(SNI\)](#) em 1964. (v. [Autoritarismo](#) & [Ditadura](#))

A partir da decretação do Ato Institucional nº 5, o regime tenta pela primeira vez estabelecer uma conjugação dos esforços repressivos também na base do sistema, que até então eram realizados de forma autônoma por cada uma das forças envolvidas no combate do "inimigo interno" (polícias estaduais civis e militares, polícias políticas estaduais, Polícia Federal, Aeronáutica, Marinha e Exército). Constitui-se, então, em São Paulo, a oficioso Operação Bandeirantes (OBAN), que objetivava agrupar, sob uma direção unificada, efetivos de todas estas forças sob o comando extra-oficial do II Exército. Este traço extralegal potencializa as ações e os métodos "de combate ao inimigo interno" levadas a cabo por esta agência, fazendo com que, em pouco tempo, esta estrutura fosse tomada como referência para um modelo de agência repressiva passível de ser estendido em nível nacional, chamado, a partir de janeiro de 1970, de DOI-CODI. (v. [Anticomunismo](#), [Baderna](#) & [Conservadorismo](#))

Com uma estrutura legal definida e dotação orçamentária correspondente, tais "Destacamentos" implicaram na unificação sob o comando de um oficial do Exército das agências repressivas das três armas e subordinaram todos os outros organismos de segurança existentes numa mesma jurisdição territorial. Formalmente, os DOI-CODIs desenvolviam atividades relacionadas a todos os níveis da repressão política: desde investigações, diligências e prisões até os interrogatórios. (v. [Ditadura e Violência](#) & [Segurança Nacional](#))

Contudo, é chave ressaltar que é precisamente a dimensão extralegal desta estrutura que se torna o seu elemento constitutivo: segundo o *Relatório sobre alegações de tortura no Brasil*, a operação destas unidades era balizada pelo "terror organizado". (v. [Repressão e Violência](#)) Estes grupos autônomos "raptavam, torturavam e, com frequência, matavam os suspeitos" (1976:69). É também relacionada às ações dos DOI-CODIs, assim como das outras agências repressivas do regime militar, a qualificação progressiva dos *meios de obtenção de informações*. Dito de outra forma, os DOI-CODIs constituíram-se também em centros de experimentos "científicos" de sistemas de tortura, buscavam identificar métodos de maximizar o sofrimento do interrogado ao limite de sua suportabilidade física, implicando que, para além dos métodos de coerção física (espancamentos, choques elétricos, o *pau-de-arara*, *afogamento* etc.), aplicavam-se métodos sofisticados de tortura com sons estridentes, grandes variações de temperatura, isolamento, exposição e tortura a familiares, utilização de répteis, insetos, etc. Além disso, inúmeras denúncias constantes dos doze volumes do relatório da pesquisa "Brasil: Nunca Mais", desenvolvida pela arquidiocese de São Paulo, indicam que os DOI-CODIs caracterizaram-se por ser também centros de formação de métodos e técnicas de interrogatório por meio de torturas, onde se realizavam cursos que tinham os presos políticos como cobaias das *sessões de aprendizado*. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#))

Luís Edmundo de Souza Moraes

Referências Bibliográficas:

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO (Coord.) Projeto Brasil Nunca Mais. São Paulo, 1985, 12 volumes (mimeo).
Esp. Tomo I *O Regime Militar*; Idem, Brasil Nunca Mais. Rio de Janeiro, Vozes, 1985
Idem. O Perfil dos Atingidos . Rio de Janeiro, Vozes, 1985
AMNESTY INTERNATIONAL. Report on Allegations of Torture in Brazil. London: Amnesty International Publications, 1976.

DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL. Conjunto de idéias e princípios desenvolvidos e aplicados por governos nacionais e instituições militares e diplomáticas dos países do “Bloco Ocidental”, sob hegemonia dos Estados Unidos, com a finalidade de combater o irrompimento e expansão do socialismo, em escala mundial, durante o período conhecido por “[Guerra Fria](#)”. (v. [Geopolítica](#) & [Oposição/Situação](#)) Desenvolvendo com maior sistematicidade um universo de idéias e valores de direita que lhe era anterior, a Doutrina da Segurança Nacional (DSN) constitui-se em um corpo ordenado de conceitos e projeções, formulados ou reformulados a partir da noção de que a guerra é a realidade humana fundamental que subordina todas as outras atividades. Radicalizando, portanto, as concepções já militarizadas da Guerra Fria, a DSN concebia que o combate contra as investidas do comunismo travava-se em todos os domínios — militar, político, econômico e psicossocial. (v. [Autoritarismo](#) & [Inimigo](#)) Assim, governos e instituições de defesa do “mundo livre” deveriam conceber todas suas ações e iniciativas visando o objetivo maior: a [Segurança Nacional](#). Para a consecução de tal objetivo, todos os recursos materiais e humanos da nação deveriam estar disponíveis, sob controle e subordinados à Estratégia Nacional. Para a instauração e o aprofundamento das políticas de segurança nacional durante a Guerra Fria em nações de vários tipos, houve a confluência de três processos históricos: a) o crescimento do papel político das Forças Armadas, seja nas potências industrializadas, seja nas nações de industrialização incipiente; b) a liderança hegemônica dos Estados Unidos na formulação e aplicação de estratégias de manutenção e expansão do capitalismo mundial; c) o aproveitamento, em variada intensidade, de práticas e idéias anteriores à Segunda Guerra Mundial, como o [anticomunismo](#), o pensamento geopolítico e as várias doutrinas sociais de direita. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#), [Partido Político de Direita](#) & [Militarismo](#))

Originada a partir das preocupações estratégicas da superpotência norte-americana, a DSN compreendia de início, prioritariamente, as estratégias de confronto nuclear e convencional. Com a intensificação dos movimentos revolucionários e de descolonização por todo o mundo nas décadas de 1950 e 1960, a DSN conquistou importantes espaços entre as Forças Armadas dos países em desenvolvimento, especialmente na América Latina. Nessas nações em freqüente instabilidade [política](#) interna, a DSN visualizava uma nova configuração de guerra: a guerra revolucionária. Os seus ideólogos ressaltavam que, diferentemente das modalidades nuclear e convencional, priorizadas anteriormente, a guerra revolucionária envolvia todas as dimensões da vida social, constituindo-se numa estratégia comunista para o controle progressivo da nação através dos conflitos internos, sendo apoiada por uma [ideologia](#) de “luta de classes”. (v. [Baderna](#), [Conservadorismo](#) & [Revolução](#)) Envolvidos diretamente na luta contra qualquer ameaça de movimentos de esquerda, setores civis de direita e centro-direita latino-americanos perceberam na DSN uma linguagem que possuíam em comum com segmentos assim politizados das Forças Armadas. Por sua vez, através da DSN, esses últimos vislumbravam a conquista de objetivos intrínsecos aos quartéis, como a unidade institucional, o ideal de ordem e disciplina e, *last but not least*, a condução do esforço do potencial nacional. Assim, apesar de originada nos Estados Unidos, a DSN só conquistou espaço em Estados e forças armadas de nações onde já existia terreno favorável para sua sedimentação. (v. [Civismo](#) & [Nacionalismo](#))

Voltados para uma concepção paranóica e reacionária de sociedade, os regimes de segurança nacional instaurados durante as décadas de 1960 e 1970, criaram mais cedo ou mais tarde as próprias condições para sua crise, principalmente a excessiva politização das Forças Armadas, o que ameaçava a hierarquia e disciplina institucionais. (v. [Ditadura e Violência](#)) Nos anos de 1980, presenciou-se em todo o mundo o seu fim, com a triste herança de crimes, corrupção e

crises econômicas e sociais. Embora contemporaneamente ainda seja observável a existência de [ditaduras](#) militares, essas não podem ser comparadas com aquelas que se basearam na DSN visto que, com a nova ordenação mundial, perderam o sentido de sua existência. (v. [Política e Direitos Humanos](#), [Repressão e Violência](#) & [Tortura](#))

Francisco César Alves Ferraz

Referências Bibliográficas:

COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

COUTO E SILVA, Golbery. Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

NUNN, Frederick. The South American Military and (Re) Democratization: professional thought and self-perception. Journal of Interamerican Studies and World Affairs. Vol.37, n.02, Summer 1995.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Vozes, 1978.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). Militares: pensamento e ação política. Campinas, Papirus, 1987.

DUSE, Eleonora. Atriz italiana (Vigevano 1858 – Pittsburg, Pennsylvania 1924). Filha de atores, apresentou-se no palco desde muito pequena: com quatro anos recitou em Chioggia, perto de Veneza, e representou a parte de *Cosetta* numa adaptação cênica dos *Miseráveis* de Victor Hugo. Com cinco anos já tinha visitado em *tournées*, seguindo a companhia do pai, toda a Itália do Norte e Dalmácia. Em 1870, substituiu a mãe que estava doente - e que veio a falecer logo depois - no papel de protagonista da *Francesca da Rimini* de Silvio Pellico e em *Pia de Tolomei* de Leopoldo Marengo. Em 1873, interpretou a ingênua na companhia Duse-Lagunaz; em 1875, atuou como segunda atriz na companhia de Luigi Pezzona e Icilio Brunetti e, em 1878, foi escolhida para representar o papel de primeira amorosa da companhia Ciotti-Belli-Blanes. Conquistou o primeiro sucesso em 1879 interpretando *Teresa Raquin* de Émile Zola. No seu repertório, figuravam os dramas dos autores italianos contemporâneos e também aqueles de Alexandre Dumas. Desde 1880, depois de um encontro com Sarah Bernhardt, que foi determinante para a sua carreira como artista, a sua fama aumentou e passou a se destacar como a maior atriz italiana do seu tempo, estando entre os seus maiores sucessos: *A princesa de Bagdá*, *A mulher de Claudio*, *A dama da Camélias* e outros dramas franceses de Sardou, Dumas e Renan. Em 1884, levou ao sucesso a *Cavalaria Rusticana* de Giovanni Verga. Em 1885, efetuou uma *tournee* no Uruguai, Brasil e Argentina, na qual obteve um grande triunfo, sendo consagrada como atriz mundial. Permaneceu dois meses no Rio de Janeiro e se apresentou na Áustria, França, Rússia, Inglaterra, Alemanha, Países Escandinavos, Estados Unidos, etc.

Atriz muito sensível, preocupou-se em aprimorar os seus talentos com estudos mais intensos. Depois, procurou um repertório que tivesse um nível artístico maior, interpretando, entre outros dramas, *Antônio e Cleopatra* de Shakespeare, traduzido por Arrigo Boito, *Casa de Boneca* de Henrik Ibsen, etc. Recitou, levando ao sucesso, alguns dramas de [Gabriele D'Annunzio](#): *A cidade morte*, *A Gioconda*, *Sonho de uma manhã de primavera*, *A Glória* - esta última, representada somente uma vez, foi um fiasco. Uniu-se com o poeta de Abruzzo entre os anos de 1895 e 1904, contribuindo, com sua recitação dos dramas, para a difusão das suas idéias estéticas super-omísticas.

D'Annunzio se lembrou dela em muitas páginas e, sobretudo, na novela *O Fogo*, na qual imaginou os amores de um jovem (Efrema, personificação do poeta) com uma mulher muito mais velha (Foscarina, a própria Duse), tendo ao fundo uma Veneza esplendidamente decadente da qual compreendeu plenamente a fascinação e a glória, contando também alguns episódios íntimos da relação que causaram muitíssimo embaraço à grande atriz. [Mussolini](#) copiou bastante D'Annunzio, tornando populares algumas de suas idéias e atitudes sem ser muito bem entendidas.

Nos primeiros anos do século XX, Duse juntou ao seu repertório outros dramas de Ibsen, como *A mulher do mar*, *Edda Gabler*, *Rosmersholm*, que apresentou pela primeira vez em Florência, em 1906, com as cenas de Gordon Craig. Em 1906, foi para a Noruega e apresentou, naturalmente em italiano, *Rosmersholm* e *Edda Gabler* de Ibsen e *A Gioconda* de D'Annunzio. Em 1907, voltou para o Rio de Janeiro e São Paulo, sendo universalmente conhecida como uma das maiores atrizes de todos os tempos. A partir de 1909, retirou-se do palco por mais de 10 anos. Neste interlúdio, chegou a experimentar o cinema em 1916, com o filme *Cinza*, uma novela de Grazia Deledda (prêmio Nobel em 1926). Em 1921, voltou ao [teatro](#) com a *Mulher do mar*; em 1923, fez recitações em Londres. Morreu durante uma longa *tournee* nos Estados Unidos. A sua última apresentação foi o drama *A porta fechada*, de Marco Praga, em Pittsburg. Pouco antes da sua morte, diria: “Agir, agir!”

Mario Cacciaglia

Referências Bibliográficas:

CACCIAGLIA, Mario. Eleonora Duse, ovvero vivere ardendo. Milano, Rusconi, 1998.

E

ECONOMIA. O termo economia é uma derivação de outro, economia política. A economia política foi a primeira forma autônoma de compreensão dos fatos econômicos na era moderna. Separando-se de outros campos de conhecimento, ela se constituiu no século XVIII numa proposta de interpretação da realidade que se dispunha a legitimar o nascente capitalismo. (v. [Ideologia](#)) As suas preocupações iniciais e seu desenvolvimento conceitual ajudam a compreender porque a expressão economia transformou-se em expressão contemporânea da percepção do fato econômico. Desde os primórdios, no século XVII com William Petty ("Aritmética Política"), a disciplina dispôs-se a buscar a racionalidade existente na economia de trocas realizada num mercado em desenvolvimento. As suas principais questões neste sentido eram: a explicação do lucro, a compreensão da propriedade privada, a natureza da riqueza dos Estados Nacionais, a assistência social, a origem do capital, uma teoria monetária, a intervenção do Estado na economia, a concorrência entre produtores individuais e entre Estados Nacionais, a formação dos preços das mercadorias (assim como a inflação dos preços), a tributação, questões demográficas, o assalariamento da força de trabalho e o nível de remuneração desta, o comércio externo, entre outras. O importante a ser observado é que no encaminhamento da busca de sentido para o desenvolvimento da vida econômica sempre havia uma forma de alocação das categorias acima no entorno de uma abstração, o VALOR DAS MERCADORIAS. A compreensão do significado desta dimensão não material das relações econômicas chamou a atenção de vários economistas políticos que tentaram caracterizá-la como sendo igual ao preço que as mercadorias alcançavam no mercado através de uma "razão natural". Coube a Adam Smith ("Uma Investigação sobre a Causa da Riqueza das Nações") a definição clara de uma visão do valor das mercadorias que não se fundamentava exclusivamente no mercado, mas sim no trabalho. Assim: "O trabalho (...) é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias."(SMITH, p. 32) Contraditoriamente, no entanto, o trabalho não vai fundamentar plenamente esta relação: "(...) se bem que o trabalho seja a medida real do valor de troca de todas as mercadorias, não é por ele que seu valor é usualmente avaliado."(SMITH, p. 32) A partir desta tensão entre o trabalho que define o valor das mercadorias e o mercado como agente da formação do valor é que encontraremos a razão da transformação da economia política em economia. A economia política foi se afastando com o tempo das premissas iniciais e desenvolvendo apenas o viés mercadológico do tema, acabando ao fim por eliminar a busca de um sentido para a vida econômica através do valor das mercadorias. No século XX, o "consumidor" assume um papel central no pensamento econômico, através da escola marginalista, substituindo o trabalho como *locus* de pensamento das questões econômicas. Associado à profissionalização do economista está a transformação da denominação deste campo de conhecimento. Ele desenvolve amplos cálculos matemáticos para procurar a única relação pensada como possível entre preços e consumidores: a liberdade do mercado. "Daí a proposição que milhões de estudantes têm aprendido desde então: mantendo-se os outros fatores constantes, a utilidade de qualquer bem ou serviço diminui com a sua crescente disponibilidade; é a utilidade da última e menos desejada unidade – a utilidade da unidade marginal – que determina o valor de todas."(GALBRAITH, pp. 97-98). (v. [Burocracia](#), [Conservadorismo](#) & [Malthus](#))

Na década de '80 do século XX, o pensamento econômico liberal se fortaleceu em virtude da crise do modelo de intervenção macroeconômica pautado no "keynesianismo". A intervenção econômica do Estado na economia após a Segunda Guerra Mundial, associada a um modelo de concessão de direitos sociais que negavam o papel do indivíduo no mercado (o "welfare-state"), limitou o pensamento liberal ao universo "microeconômico". No momento da crise do sistema de intervenção estatal nos anos de 1970, abalado pôr uma forte estagnação (crise de crescimento econômico associada a inflação dos preços), o pensamento liberal fortaleceu a

orientação das políticas públicas em direção ao mercado. (v. [Liberalismo](#)) Retoma-se com força o viés mercadológico da interpretação do fato econômico e a economia como uma disciplina voltada para a formação de um mercado em equilíbrio. [v. [Estado do Bem-Estar Social](#) & [Empresários](#)]

Bernardo Kocher

Referências Bibliográficas:

DENIS, Henri. História do Pensamento Econômico. Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

GALBRAITH, John Kenneth. O Pensamento Econômico em Perspectiva. Uma História Crítica. São Paulo, Pioneira/EdUSP, 1989.

NAPOLEONI, Cláudio. O Pensamento Econômico do Século XX. São Paulo, Círculo do Livro, s.d.

SMITH, Adam. Uma Investigação sobre as Causas da Riqueza das Nações. s.l., Tecnoprint, 1986.

EICHMANN, O Caso. Nascido em Solingen em 1906, Adolf Eichmann foi criado em Linz, na Áustria, vindo a frequentar a mesma escola que [Hitler](#) estudara. Não completando os estudos, trabalhou como vendedor em uma companhia petrolífera e ingressou no Partido Nazista em 1932, tornando-se membro das SS. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Dois anos mais tarde, candidatou-se a um posto no Serviço de Segurança da *Reichsführer (SD)*, fundada por [Heinrich Himmler](#) e controlada por Reinhardt Heyndrich. Em pouco tempo, Eichmann ficou conhecido como um especialista na questão judaica, conhecendo a obra de Theodor Herzl e chegando a visitar a Palestina em 1937, onde estudou a possibilidade de emigração de judeus alemães. A esta altura, a sua dedicação ao Nacional-Socialismo já era percebida pelos círculos superiores, o que lhe rendeu, após o *Anschluss*, a transferência para Viena em 1938. Nesta cidade, assumiu o seu primeiro cargo importante dentro da estrutura nazista, operacionalizando um centro de emigração para judeus austríacos baseado na extorsão e no medo. Taxando os judeus mais ricos, Eichmann conseguiu subsidiar a expulsão daqueles que não tinham recursos para ingressar em outros países. (v. [Regime de Vichy e os Judeus](#)) A eficácia deste sistema burocrático garantiu-lhe reconhecimento e promoção, assumindo grau de oficial equivalente a tenente – *Untersturmführer*. Um pouco mais tarde, seria transferido para Praga com a missão de organizar um centro de emigração como o de Viena, tido como modelo para todo o [Reich](#). Fascinado com sua própria ascensão, mas ainda sentindo-se inferiorizado dentro da SD, onde predominavam acadêmicos e militares de carreira, Eichmann ficaria conhecido por sua inclinação à mentira, dizendo-se criador de inúmeras soluções para o problema judaico, como a emigração para Madagascar, segundo ele, capaz de tornar o Reich *Judenrein*, ou seja, livre de judeus. Já cogitado anteriormente pelo governo polonês, o projeto Madagascar foi descartado pela cúpula nazista, considerando que a questão judaica exigia soluções mais radicais que a emigração. (v. [Holocausto & Leis de Nuremberg](#)) Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em setembro de 1939, Hitler colocou em prática a [Operação Eutanásia](#), desenvolvendo técnicas que em breve seriam direcionadas para a Solução Final, eufemismo utilizado para caracterizar o extermínio de todos os judeus do Reich. Esta expressão insere-se no que Hannah Arendt chamou de “regras de linguagem”, conjunto de termos utilizados pelo comando nacional-socialista para tratar de questões referentes ao extermínio, de modo a evitar expressões do tipo eliminação, assassinato ou mesmo morte. Burocrata obediente e disciplinado, atuando no Escritório Central de Segurança do Reich (RSHA), Eichmann se adequou muito bem a estas expressões. Logo se tornaria uma das peças da engrenagem posta em funcionamento a partir das decisões da Conferência de Wannsee (subúrbio de Berlin), reunida em 1942, quando Heyndrich convocou diversos comandantes nazistas para cuidar dos detalhes da Solução Final, proposta por Hitler. A experiência adquirida por Eichmann em suas funções anteriores, juntamente com a frieza com que executava os comandos superiores, capacitou-o para transformar-se de um “portador de ordens” para um “portador de segredos” dentro da esfera de poder nazista, cumprindo um importante papel na deportação de milhões de judeus para os campos de extermínio. (v. [Política e Direitos Humanos](#)) No final da guerra, ao ser perguntado por um oficial nazista quantos judeus haviam sido mortos, sua meticulosa organização burocrática apontou o número de seis milhões, sendo quatro milhões executados nos campos de extermínio e dois milhões mortos por doenças e pelas tropas de extermínio – *Einsatzgruppen* –, das quais recebia informes regulares. (v. [Campos de Concentração & Ditadura e Violência](#)) Com a queda do Nazismo, Eichmann conseguiu fugir e começar nova vida no Norte da Alemanha com o nome de Otto Heninger. Sentindo o cerco se fechando na Europa – o seu nome havia sido citado no Julgamento de Nuremberg em 1950 –, Eichmann transferiu-se para a Argentina, assumindo o nome de Ricardo Klement. Em Buenos Aires, em abril de 1960, foi

detectado pelo Serviço Secreto Israelense a partir de informações coletadas pelo caçador de nazistas Simon Wiesental. Seqüestrado e levado para Israel, foi julgado na Corte Distrital em Jerusalém, sendo objeto de diversas acusações, destacando-se aquelas referentes a crimes contra o povo [judeu](#), crimes contra a humanidade e crimes de guerra. (v. [Repressão e Violência](#) & [Tortura](#)) Para David Ben Gurion, Primeiro-Ministro de Israel, o julgamento de Eichmann traria à tona outros nazistas refugiados, além de demonstrar as ligações de nazistas com países árabes, questão política importante para Israel àquela altura. Em parte, as expectativas de Ben Gurion foram alcançadas, já que pelo menos dez nazistas que ocuparam postos importantes no processo da Solução Final foram capturados e julgados nos meses seguintes, apesar de as prisões não envolverem diretamente os países árabes.

Defendido pelo Dr. Servatius, mesmo advogado de outros criminosos nazistas em Nuremberg, o julgamento de Eichmann foi o primeiro a ser transmitido pela televisão. Condenado à morte por enforcamento, o réu foi executado em 1º de junho de 1962, declarando como últimas palavras “ Viva a Alemanha, Viva a Argentina, Viva a Áustria, não as esquecerei”. A sua execução provocou protestos de grupos neonazistas na América do Sul e na [Europa](#). (v. [Fascismo](#) & [Revisionismo/Negacionismo](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
BURRIN, Philippe. Hitler e os judeus. Porto Alegre, L&PM, 1990.
GRYNBERG, Anne. La Shoah: L'impossible oubli. Paris, Gallimard, 1995.
MARRUS, Michael R. The Holocaust in History. Londres, Penguin Books, 1987.
POLIAKOV, Léon. Le Procès de Jerusalem. Paris, Gallimard/Julliard, 1963.

ELITES EMPRESARIAIS. O grande marco do desenvolvimento do empresariado no Brasil, notadamente do setor industrial, foi a [Revolução](#) de 1930, que representou um ponto de inflexão na trajetória de construção da sociedade urbano-industrial no país, determinando um corte com o sistema oligárquico tanto em termos econômicos quanto políticos. A partir de então, pode-se dividir a evolução da classe empresarial em duas grandes fases. A primeira delas, que se desenvolve entre as décadas de 1930 e de 1980, corresponde historicamente à implantação e consolidação do modelo da industrialização por substituição de importações, caracterizado pela liderança do Estado que expande seus poderes, torna-se altamente centralizado e adquire grande capacidade de intervenção na economia e na sociedade, norteando-se por diretrizes nacionalistas e protecionistas voltadas para o fortalecimento da empresa privada nacional, com a colaboração de empresas estatais e de capital estrangeiro. (v. [Estatismo](#) & [Estado Novo: Historiografia](#)) Esta fase, por sua vez, comporta várias subdivisões, como a nacional-estatal do primeiro governo Vargas (1930-1945), a nacional-desenvolvimentista da chamada [democracia](#) populista (1945-1964) e a do desenvolvimentismo-estatista dos governos militares (1964-1985), ao longo das quais a industrialização seria conduzida na maior parte do tempo sob a égide de regimes autoritários (Diniz, 1978; Boschi, 1979). (v. [Ditadura, Populismo & Militarismo](#)) A segunda fase, que se define sob o impacto da globalização e da crise internacional dos anos de 1980, corresponde à hegemonia do modelo neoliberal, enfatizando-se a primazia do mercado, da inserção internacional em bases competitivas e o predomínio das grandes corporações multinacionais, paralelamente ao refluxo do Estado e da empresa nacional. (v. [Consenso de Washington](#)) Liberalização econômica, abertura externa, desregulação e privatização seriam as novas prioridades da agenda pública. (v. [Burocracia](#) & [Liberalismo](#)) Apesar de formado à sombra do Estado forte e protetor, o empresariado não foi passivo. Ao contrário, as elites empresariais exerceram um papel ativo na consolidação da via da industrialização substitutiva, participando das arenas de negociação no interior da burocracia governamental de acordo com o modelo corporativo de articulação Estado-sociedade, que promoveu a inclusão dos [empresários](#) nas instâncias decisórias paralelamente à exclusão dos trabalhadores. (v. [Corporativismo: Debate Político](#)) De teor setorial e bipartite, o corporativismo estatal brasileiro estimulou a fragmentação dos interesses empresariais e não criou espaços multi-setoriais capazes de incentivar a aglutinação dos interesses e a formulação de plataformas abrangentes e inclusivas voltadas para a defesa de interesses de caráter geral. Historicamente, o empresariado brasileiro caracterizou-se pela incapacidade de articular pactos de ampla envergadura, dada a sua dificuldade de formular propostas que transcendessem seus interesses de curto prazo. Os parâmetros de convivência e os marcos institucionais responsáveis pela regulamentação das relações capital-trabalho não estimularam estratégias de alianças e acordos inter-idade, como ocorreu com o neocorporativismo europeu. (v. [Política](#) & [Sociedade Civil](#)) Desenvolvendo uma visão restrita e particularista, bem como uma prática de maximização de ganhos imediatos, os empresários revelaram fraca disponibilidade e reduzida abertura para o enfrentamento das questões sociais ligadas à desigualdade na distribuição da riqueza e no acesso aos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico. Sempre que vinham à tona sob o impacto de movimentos de base popular, as reformas sociais seriam percebidas predominantemente sob a ótica do aumento dos custos das atividades empresariais e, portanto, como um mal a ser evitado ou ameaça a ser debelada. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Tal tendência foi reforçada pelos longos períodos de convivência com as práticas políticas e a discricionariedade legal típicas das fases de domínio de regimes autoritários. (v. [Corporativismo: Teoria](#))

Na fase atual, de predomínio das diretrizes neoliberais, tais tendências não se reverteram. A distância entre os interesses do capital e do trabalho não se atenuou e, sob certos aspectos, acentuou-se. O que se observa é o divórcio e não a convergência de interesses entre os dois setores. Dados de pesquisa realizada em 1994 mostram que, ao invés do declínio da polarização, o que parece caracterizar o momento presente é o contraste entre uma subcultura sindical com forte ênfase na dimensão social da democracia e uma [ideologia](#) empresarial unilateralmente comprometida com a eficiência econômica da ordem capitalista em reestruturação (Lima & Cheibub, 1994; Diniz & Boschi, 1997). Revelando adesão aos aspectos centrais da agenda neoliberal (Diniz & Boschi, 1993), as elites empresariais apontaram a inflação, dificuldades de natureza política e de gestão estatal, além de educação e saúde como problemas prementes, enquanto as lideranças sindicais salientaram a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda. Enfrentando dificuldades ligadas ao refluxo do movimento sindical, as lideranças do setor enfatizaram a democratização das decisões políticas e a erradicação da pobreza como objetivos prioritários do país, em contraste com as elites empresariais que salientaram a redução do tamanho do Estado e a melhoria do nível educacional. [v. [Sindicato](#)]

Do ponto de vista político, as lideranças empresarias revelaram historicamente um comportamento essencialmente pragmático, apoiando, no decorrer das seis décadas entre os anos de 1930 e 1980, regimes autoritários e democráticos. No final do regime militar, principalmente a partir de 1975, os empresários, por razões econômicas e políticas – estas ligadas ao seu alijamento do processo decisório –, passam a questionar o sistema, desencadeando e liderando a campanha contra a estatização da economia. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) Sob esse aspecto, observa-se uma certa mudança, configurando-se, na atual etapa, a tendência à valorização da democracia. Entretanto, a pesquisa aludida revela que, entre os empresários, prevalece uma visão de democracia que desvaloriza a dimensão participativa e atribui maior importância à liberdade, paralelamente a um certo desprezo pela classe política (Diniz & Boschi, 1997). Essa constatação está em consonância com um traço histórico relativo à prática política empresarial, qual seja, o não comprometimento com determinado [partido político de direita](#). Em geral, o comportamento eleitoral da classe caracterizou-se pela dispersão do apoio entre diferentes partidos situados no espectro centro-direita, sem escolher claramente um deles como representante e nele concentrando a votação da categoria. A falta de vinculação orgânica com partidos políticos, aliás, é outro fator que contribuiu para o desenvolvimento, no capitalismo brasileiro, de uma classe empresarial refratária à prática de pactos e alianças inter-classes. (v. [Governabilidade](#))

Em consequência dos efeitos combinados da globalização e das políticas governamentais de estabilização e ajuste, o empresariado passa hoje por um profundo processo de reestruturação e de renovação internas. Setores inteiros foram desativados ou desnacionalizados, como o têxtil, o de calçado, o de bens de capital e o de autopeças. Inúmeros líderes outrora desfrutando de grande prestígio e alta visibilidade política perderam essa projeção, dadas as dificuldades de sobrevivência diante do aumento da competição externa e dos efeitos adversos das políticas governamentais. Por um lado, os grandes conglomerados capitaneados pelo capital estrangeiro, por outro, a profusão de pequenos e micro-empresários tornam ainda mais difícil definir hoje o perfil do empresariado brasileiro. Este segue sendo um segmento heterogêneo, altamente diversificado e fragmentado setorialmente e em termos de tamanho da empresa, não tendo ainda surgido lideranças alternativas capazes de exercer o papel de porta-vozes do setor como um todo. Persiste o apoio às diretrizes neoliberais, em seus aspectos gerais, porém, não se observa um acordo quanto ao tipo de capitalismo mais adequado ao país e suas consequências sobre as diferentes camadas da sociedade brasileira. A reduzida propensão a estratégias de alianças pluri-classistas e a relativa rigidez em face das questões

sociais constituem ainda a principal dificuldade para se chegar a uma via negociada e consensual de construção de uma nova ordem. (v. [Conservadorismo](#))

Eli Diniz

Referências Bibliográficas:

BOSCHI, Renato. Elites Industriais e Democracia. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. “Lideranças Empresariais e Problemas da Estratégia Liberal no Brasil”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.23, ano 8, outubro de 1993.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. “Estabilização e Reformas Econômicas no Brasil: a Visão das Elites Empresariais e Sindicais”. Teoria & Sociedade, UFMG, n.1, 1997.

LIMA, Maria Regina Soares de; CHEIBUB, Zairo Borges. “Elites Estratégicas e Dilemas do Desenvolvimento”, Relatório de Pesquisa, IUPERJ/Conjunto Universitário Cândido Mendes, outubro de 1994.

EMPRESÁRIOS. O empresário é figura central no capitalismo. Sobre ele recaem as expectativas de que o equilíbrio de mercado seja alcançado (ficando a outra responsabilidade com o consumidor), pois os investimentos e, conseqüentemente, a produção de mercadorias são decisão exclusiva deste agente social. Em momentos de crise social, a criação de postos de trabalho é vista a partir da ótica do investimento privado. Quando tal não acontece, alega-se que uma intervenção externa ao mercado inibiu a "decisão de investir" dos agentes privados. O *mercado* é, assim, o *locus* de realização econômica de uma sociedade constituída de proprietários-investidores responsáveis pela produção de todos os bens e serviços necessários à reprodução social. São várias as formas de abordar este assunto no ideário liberal. Jean-Baptiste Say foi um dos mais proeminentes articuladores nesta direção. Para ele: "quanto mais os produtores são numerosos e as produções multiplicadas tanto mais os mercados são fáceis, variados e amplos".(SAY, J.B., p. 139). Adam Smith desenvolve o conceito de que o mercado é elemento de progresso material: "Todo homem, assim, vive pela troca, ou se torna, até certa medida, mercador, e a sociedade cresce até ser uma sociedade comercial propriamente dita."(SMITH, p. 27) Existem ainda correlações sociológicas estabelecidas entre o ato de ser empresário e a necessidade de uma ética relacionada ao trabalho. Esta se manifestaria no "espírito do capitalismo" que, segundo Max Weber, é a forma material da construção de uma sociedade baseada na mentalidade do empresário que combate o "tradicionalismo". Segundo este autor: "A velha atitude de lazer e conforto para com a vida deu lugar à rija frugalidade que alguns acompanharam e com isso subiram porque não desejavam consumir, mas ganhar, enquanto outros, que conservavam o antigo modo de vida, viram-se forçados a reduzir o seu consumo."(WEBER, M., p. 44) O equilíbrio do mercado como elemento central da economia capitalista foi abalado pelas constantes crises econômicas do século XIX, até ser relativizado pelas políticas de intervenção do Estado na economia preconizadas por John Maynard Keynes. Este consagrou a intervenção do Estado na economia praticada a partir do pós-guerra como um meio de compensar as deficiências no mercado que existiam segundo esta interpretação na Lei de Say("a oferta sempre cria sua demanda"). O "keynesianismo" não negou o mercado nem o empresário, pois a limitação estatal ao livre fluxo de capitais circunscreveu-se ao nível *macroeconômico*, enquanto que as empresas eram livres para definir preços e salários (nível *microeconômico*). O impacto do keynesianismo nublou a [ideologia](#) do empresário coordenador dos investimentos e dos preços das mercadorias, pois diversos investimentos estatais concorreram para fazer da produção de mercadorias uma atividade partilhada entre capitais públicos e privados. A crise do [Estado do Bem-Estar Social](#), nomenclatura da intervenção estatal da economia associada à concessão de amplos direitos sociais à classe trabalhadora, a partir de fins da década de 1960, fortaleceu as críticas liberais ao papel do Estado. (v. [Conservadorismo](#)) Desenvolvido no ambiente de virtuosa associação entre intervenção econômica estatal e crescimento econômico contínuo, esta estrutura de intervenção econômica foi sendo erodida pela inflação dos preços, que foi diagnosticada pelos críticos como decorrente da falta de oportunidades dos empresários em investir livremente, envolvido pelo ambiente burocratizado das decisões econômicas e da natureza deficitária do Estado, que passa a demandar constantes aumentos de impostos para compensar a crise fiscal. Na direção destas críticas, destaca-se o economista austríaco Friedrich August von Hayek que, desde os anos de 1940 do século XX, condena mecanismos de limitação das leis de mercado que alterassem o papel do empresário, pois assim se constituiria a "servidão moderna". Em fins dos anos de 1970, as vitórias eleitorais de [Ronald Reagan](#) nos Estados Unidos da América e de Margareth Thatcher na Inglaterra fortaleceram políticas públicas inspiradas no mercado e que denominam uma corrente de pensamento

econômico, o neo-liberalismo. Este contexto coloca o empresário numa posição central não só na gestão econômica, mas também nas necessidades de reprodução da vida social, pois a ele são atribuídas tarefas de benemerência social, financiamento das artes e dos [esportes](#), etc. Este papel contemporâneo do empresário é visto como um símbolo de integração social necessária à atividade, pois os empresários do século XVIII e XIX limitaram-se a gerir seus investimentos e a usufruir de seus lucros de forma egoísta. [v. [Elites Empresariais & Governabilidade](#)]

Bernardo Kocher

Referências Bibliográficas:

- HAYEK, Ludwig von. A Servidão Humana. ("The Road to Serfdom", 1ª edição em 1944. S.A. Dicionário de Economia. São Paulo, Abril Cultural, 1985.
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo(orgs.). Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- SAY, Jean-Baptiste. Tratado de Economia Política. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Coleção "Os Economistas".
- SMITH, Adam. Uma Investigação sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Brasília/São Paulo, UnB/Pioneira, 1981.

ENÉAS FERREIRA CARNEIRO (BIOGRAFIA). Enéas nasceu a 5 de novembro de 1938 em Rio Branco (Acre), sendo segundo filho do barbeiro Eustáquio José Carneiro. Aos 9 anos, perde o pai e transfere-se à casa de parentes, em Belém (PA), onde destaca-se no curso primário como principal aluno da sala. Em 1958, com a mãe Mina Ferreira Carneiro, muda-se para o Rio de Janeiro ao prestar concurso para a Escola de Sargentos do Exército, na qual fora aprovado em primeiro lugar. Permanece em tal instituição até dezembro de 1959, quando termina o curso também com a primeira colocação. Em fevereiro de 1960, presta exame vestibular para a Faculdade Fluminense de Medicina e, em fevereiro de 1962, para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG, formando-se em Medicina na primeira e em Física e Matemática na segunda.

Durante o período que estudou na Fluminense, fez algumas incursões pelo marxismo, chegando até a frequentar reuniões do Partido Comunista. Quinze anos depois, lançou seu livro "O eletrocardiograma", que se tornou um clássico da eletrocardiografia e é adotado pelas principais escolas de Medicina. Em 1980, integra-se ao corpo médico do Hospital do Câncer, no Rio de Janeiro. No mesmo ano, é contratado para lecionar na UERJ como professor auxiliar do Instituto de Biologia. Em 1981, começa a trabalhar no Hospital da Lagoa, na época atrelado ao INAMPS (extinto Instituto Nacional do Ministério da Previdência Social). No ano seguinte, é dispensado pela UERJ por não cumprir o número de horas-aula para as quais havia sido admitido.

A partir de 1988, demonstra aos amigos sua insatisfação com as organizações políticas vigentes e decide lançar-se como candidato à Presidência da República. No início de 1989, funda o PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional. Em Abril do mesmo ano, este elege uma comissão que encaminha ao TSE um requerimento solicitando o registro provisório do partido. Dois meses após o pedido, o TSE confere a capacidade jurídica provisória ao PRONA (o partido consegue o registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral em outubro de 1990), podendo Enéas disputar pela primeira vez as eleições presidenciais. Utilizando o bordão "meu nome é Enéas!", consegue arregimentar mais de 360 mil votos (0,5% do total). Em 1990, o seu cargo no Hospital do Câncer é posto em disponibilidade por excesso de faltas. Dois anos depois, é colocado mais uma vez em disponibilidade no mesmo Hospital, porém, em seguida, consegue uma licença não-remunerada. Em junho de 1994, obtém outra licença daquela instituição, sendo dessa vez beneficiado com a remuneração. Em outubro do mesmo ano, pede demissão do Hospital do Câncer logo após vencer sua licença. Ainda nesse mês, em uma sindicância realizada no Hospital da Lagoa, é descoberto que, ao longo de nove anos, Enéas pagou um substituto para trabalhar em seu lugar. Contudo, neste mesmo ano, lança-se novamente como candidato à Presidência da República, alcançando quase 5 milhões de votos, exatamente 7,3% do total. Em junho de 1997, apresenta a sua candidatura à Presidência durante a filiação do deputado De Velasco - ligado à Igreja Universal do Reino de Deus – ao PRONA. (v. [Enéas Ferreira Carneiro: Fenômeno Político](#))

Carlos Leonardo Bahiense da Silva

Referências Bibliográficas:

- FERNANDES, Luís. Muito Barulho por Nada? In : Dados/Revista de Ciências Sociais, vol. 38. Rio de Janeiro, 1995 (1): pp.107-144.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil em Direção ao Século XXI In : LINHARES. Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1996. pp. 335-379.

Vide: *O Globo*, 30 de Setembro de 1994; *O Globo*, 01 de Outubro de 1994; *Folha de São Paulo*, 16 de Outubro de 1994; e *Folha de São Paulo*, 21 de Julho de 1998.

ENÉAS FERREIRA CARNEIRO (FENÔMENO POLÍTICO). Em 1989, um mês após a sua primeira aparição no horário eleitoral, o presidente do PRONA já havia conseguido um dos seus principais escopos: registrar na memória do eleitor o bordão “Meu nome é Enéas !”. Em 59 dias, falando durante 15 segundos, arregimentou 0,5% de votos válidos, o que correspondeu a 360.561 votos. Doravante, ao compararmos esse resultado com as eleições presidenciais de 1994, percebemos como o dirigente do PRONA ganhou crédito perante amplas parcelas da sociedade brasileira. Naquele ano, Enéas Carneiro foi o representante dos partidos de direita que angariou o maior número de votos: sem realizar qualquer aliança, obteve quase 8% (no Rio de Janeiro recebeu mais de 11%), posicionando-se bem à frente dos outros adversários do mesmo pólo. (v. [Partido Político de Direita](#)) Basta dizer que o segundo lugar (PPR) adquiriu, se tomarmos como referência a votação absoluta, a soma de 1.740.231 contra 4.672.092 do PRONA. O mais surpreendente desse resultado é que a falta de tradição política de Enéas e o caráter eminentemente recente do seu partido não impediram o seu êxito nessas eleições, alcançando a terceira posição e colocando-se à frente de políticos renomados, tais como Leonel Brizola (representante da coligação de esquerda formada pelos PDT-PMN) ou Orestes Quércia (representante da coalizão de centro composta pelos PMDB-PSD). Aqui residem dois problemas importantes: a) Quais as cores que pintam esse estranho quadro do crescimento de Enéas Carneiro? b) Quais as principais características do seu discurso ?

Vivendo um momento preocupante no que concerne à prática [política](#) no Brasil, os atores sociais perderam completamente o estímulo para exercer os seus direitos políticos – votar, escolher um partido, um pólo político-ideológico. (v. [Ideologia & Democracia](#)) Isto significa que a possibilidade de transformação da sociedade através da ação político-partidária vinha paulatinamente caindo na descrença. (v. [Oposição/Situação](#)) Tal fenômeno pode ser datado em inícios dos anos de 1990, quando ocorrem sucessivos escândalos de corrupção na política brasileira: "Esquema PC", *Impeachment* de Collor, "Anões do Orçamento", etc.. Não seria exagero sugerir que tais elementos contribuíram para a formação de um certo estado de mal-estar, onde parte significativa da população estava descrente de qualquer debate político sobre seu próprio futuro. Este fenômeno é o que Franz Neumann definiria como apatia política, em outras palavras: o desprezo consciente pelo sistema político, pois o indivíduo se vê impotente para mudar o que quer que seja no sistema. Mas qual a relação existente entre a apatia política e a ascensão de Enéas ? (v. [Ditadura & Neofascismo na Rússia](#))

O discurso de Enéas Carneiro tem como viga-mestra um caráter *pseudo-apolítico* bastante forte que o difere dos demais políticos. Trata-se da construção de uma estética da “não-política” – obviamente falsa, pois a opção pelo caráter não-político é um estratagema inequivocamente político –, onde a figura de Enéas aparece à sociedade desvinculada do sistema democrático-liberal e de suas organizações políticas (Congresso, classe política, etc). (v. [Autoritarismo & Fascismo](#)) É essa a idéia-força fundamental, corroborada pela apatia política, que possibilita a identificação de parcelas do eleitorado com a política proposta pelo presidente do PRONA. Se acrescentarmos à essa viga-mestra a noção de "pares antitéticos" proposta por Eliana Dutra ao analisar o imaginário político brasileiro dos anos de 1930, vislumbraremos mais facilmente os pilares sobre os quais se apoia o programa político-partidário do PRONA. Eliana Dutra, ao reler a categoria constituída por Mafessoli, demonstra como a “sedução de dupla-face” legitima o exercício do poder. Quando se esquadrinha o material de divulgação do partido, pode-se notar o quanto Enéas instrumentaliza o seu discurso em torno desse ardid. Assim, em maior ou menor grau, diríamos que três pares antitéticos permeiam o discurso do dirigente do PRONA: a) a noção de ordem/desordem; b) de amigo/[inimigo](#); c) de [nacionalismo](#)/globalismo. Na concepção de Enéas, há um

desaparecimento da [autoridade](#) que tem como reflexo direto o estado de absoluta desordem e isto pode ser percebido nos múltiplos campos da sociedade: político, econômico, social, moral, etc. A implementação de uma política de recrudescimento da ordem nacional seria, então, o caminho para extirpar tal desordem. (v. [Autarquia](#) & [Governabilidade](#)) Nas suas palavras: “(...) não chegaremos a lugar nenhum a não ser que a sociedade, como um todo, se una em torno de uma idéia central, para que possamos emergir do fundo do oceano de inópia cultural para uma situação de ordem (...)”. Assim, para se alcançar este patamar de ordenação seria necessário preservar os nacionalistas, os colaboradores da nação, e eliminar os algozes, os não-nacionalistas, os inimigos da pátria. A construção do inimigo é algo que está presente em larga escala na fala de Enéas Carneiro, tal como em [Jean-Marie Le Pen](#) – expressão maior da extrema-direita francesa nas décadas de 80 e 90 do século XX –, onde os estrangeiros surgem como os responsáveis por todo o infortúnio do povo francês. O líder do PRONA produz o *Outro*, o diferente, dentro da sociedade brasileira; no entanto, o grupo a ser perseguido, o objeto do ódio, aparece inequivocamente revestido de um caráter oscilante, por vezes ubíquo: em um dado momento, o alvo das frustrações são os meios de comunicação; em outro, é a classe política ou o capital internacional. A tentativa de desqualificação concomitante de vários grupos também é comum. (v. [Alteridade](#) & [Baderna](#))

Em suma, pouco importa quais são os marginalizados, o objetivo é constituir um alicerce que legitime a ideologia autoritária. De acordo com tal visão, a exacerbação do nacionalismo é o caminho mais curto para a implementação da autoridade e da ordem, e somente à luz de um Estado forte e intervencionista seria possível evitar a exploração dos grandes banqueiros internacionais, isto é, daqueles que efetivamente são beneficiados pela *status quo* globalizado. No tocante às eleições presidenciais de 1998, a grande novidade das propostas políticas do dirigente do PRONA é a construção da bomba atômica, estratégia geopolítica importante, segundo ele, para que o Brasil seja respeitado no exterior, o que coincide com as idéias já desenvolvidas pelos quadros do partido a respeito da ampliação dos efetivos das Forças Armadas. (v. [Conservadorismo](#) & [Ditadura e Memória](#))

Em conclusão, podemos dizer que Enéas Carneiro apresenta um discurso típico de extrema-direita, calcado especialmente no nacionalismo extremado, na construção do inimigo e do superdimensionamento da desordem. Tal discurso tem conseguido seduzir amplas parcelas do eleitorado devido às interconexões estabelecidas entre seu caráter *pseudo-apolítico* e a falta de interesse pela política, a *apatia política*, presente nos eleitores. (v. [Sociedade Civil](#))

Carlos Leonardo Bahiense da Silva

Referências Bibliográficas:

- CARNEIRO, Enéas Ferreira. O Grande Projeto Nacional. Rio de Janeiro, Enéas Ferreira Carneiro, 1994
- CARNEIRO, Enéas Ferreira. O Brasil em Perigo. Rio de Janeiro, Enéas Ferreira Carneiro, 1996
- DUTRA, Eliana de Freitas. O Ardil Totalitário. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte, Editora da UFRJ/ Editora da UFMG, 1997.
- NEUMANN, Franz. Estado Democrático e Estado Autoritário. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1969

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). A origem da ESG está relacionada à participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, integrada ao 5º Exército dos Estados Unidos, de cujo apoio material dependia essencialmente. Dessa experiência resultou a aprovação, por muitos de seus oficiais, do sistema militar e, por extensão, dos sistemas econômicos e político norte-americanos, contribuindo para consolidar, no pós-guerra, o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos. Com a [Guerra Fria](#), a influência norte-americana e o [anticomunismo](#) exacerbado de parte da oficialidade reforçaram-se mutuamente, plasmando as concepções políticas do grupo de oficiais que veio a se constituir na ESG. (v. [Conservadorismo](#), [Ditadura e Violência](#) & [Ideologia](#))

Criada por Decreto de outubro de 1948, a ESG teve sua implantação regulamentada em 1949 e começou a funcionar em 1950. Inspirada no *National War College* dos Estados Unidos, contou desde o início com a colaboração de uma missão norte-americana, que aqui permaneceu até 1960. Como peculiaridade, conviviam em seu Curso Superior de Guerra militares e civis selecionados, seguindo uma metodologia centrada no trabalho em grupo. Concebida como um centro de altos estudos de problemas nacionais, internacionais e especificamente militares, a ESG deveria formar lideranças e formular um conceito de [segurança nacional](#) que se tornasse doutrinário para as ações de todos os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento e pela segurança do país. (v. [Repressão e Violência](#))

A criação da Associação dos Diplomados da ESG – ADESG –, em 1951, viabilizou a difusão da [Doutrina da Segurança Nacional](#), promovendo a coesão e a cooperação intelectual após o término do curso e organizando uma rede de cursinhos disseminados pelo país. Em contrapartida, a ESG viria a ser também utilizada por [empresários](#) para doutrinar militares e técnicos civis sobre o modelo de desenvolvimento mais adequado aos seus interesses. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) A partir de 1952, em decorrência da crescente polarização das discussões sobre os rumos do desenvolvimento nacional, a ESG viveu uma fase de grande iniciativa doutrinária, tornando-se pólo de referência para o grupo que criou a Cruzada Democrática no Clube Militar e se aproximou da UDN, partido então envolvido em conspirações e golpismo. O novo Regulamento, de 1954, já refletia o processo de "internacionalização" do conceito de segurança nacional, tendência acirrada pela [Revolução Cubana](#) (1959). Com a posse de João Goulart, a conspiração foi revigorada, visando a derrubada do governo, e se ampliou com a criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), um centro estratégico que atuou ligado à ESG, compartilhando e disseminando a Doutrina. (v. [Ditadura](#) & [Serviço Nacional de Informação](#))

Após o golpe de 1964, a presença de muitos oficiais do "grupo da ESG" em postos de relevo no governo conferiu à Escola considerável importância política. A sucessão de 1967, porém, fez com que essa importância se reduzisse, embora a ESG continuasse a desempenhar intenso trabalho no campo ideológico. Durante o longo processo de abertura, esse trabalho caracterizou-se por uma contínua adaptação da Doutrina aos novos rumos traçados pelo governo militar. A partir da vigência da atual Constituição, a ESG vem empreendendo uma tentativa de renovação com a ampliação do campo de estudos e a presença de conferencistas não necessariamente afinados com sua Doutrina. Entretanto, como a essência do arcabouço doutrinário se mantém, o perfil institucional continua marcadamente conservador. (v. [Democracia](#) & [Liberalismo](#))

Sérgio Murillo Pinto

Referências Bibliográficas:

ADERALDO, Vanda Maria Costa. A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. Meio Século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias – Aspásia Camargo, Walder de Góes. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

OLIVEIRA, Eliézer Risso de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969. Petrópolis, Vozes, 1976.

STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

(Essenciais para um estudo mais aprofundado são as numerosas publicações da própria ESG, disponíveis na biblioteca da instituição).

ESPORTE. Esporte é o lúdico socialmente organizado e com regras universalmente aceitas. Na História da humanidade, todas as organizações sociais conhecidas praticaram algum tipo de esporte ou jogo - este diferenciado daquele pela maior flexibilização das regras que normatizam a atividade. Historicamente, a dimensão superior do esporte é sua qualidade democrática, consagrada no princípio da igualdade de oportunidades para todos. Contrariando este princípio, o conceito de esporte concebido pela direita está fundamentado na [ideologia](#) conservadora e antidemocrática da exclusão e do autoritarismo, cuja finalidade política é manter privilégios e impedir a emancipação. Exclusão de classe, de raça, de gênero, de faixa etária e de deficientes, tornando a prática esportiva uma atividade preponderantemente preconceituosa, elitista, racista e machista. O [autoritarismo](#) no relacionamento – trabalhista, em particular – de dirigentes com atletas e com torcedores, sendo marcado por rígidas relações, baseadas nos conceitos de ordem, hierarquia, disciplina, obediência e propriedade capitalista. Autoritarismo também na compreensão do esporte como instrumento de propaganda política, de controle social, catarse coletiva e alienação, assim como da glorificação de uma determinada estrutura de poder através da megalomania na construção de praças esportivas faraônicas. (v. [GOEBBELS, Joseph](#))

A ideologia da direita radicalizada na visão do [fascismo](#) concebe o esporte como instituição social privilegiada no que diz respeito ao treinamento e preparação para a competitividade selvagem e perversa, assim como para o conflito (de referencial bélico) que elimina as diferenças pelo uso da força e da violência: trata-se do vencer a qualquer preço, da imposição da ideologia da superioridade racial ou nacional, de classe social, de gênero, ou de tribo urbana, negando, assim, os princípios éticos do *fair-play*, isto é, o respeito ao adversário, aos torcedores e às regras esportivas. (v. [Chauvinismo](#), [Darwinismo Social](#) & [Guerra](#)) Em síntese, um tipo histórico de truculência que raciocina em termos de invasão territorial e extermínio de diferenças, entre atletas e entre torcedores.(v. [Inimigo](#)) “A função social do esporte não é só tomar os indivíduos mais ágeis e destemidos, mas a de prepará-los para o ataque” – [Adolf Hitler](#), em *Mein Kampf*. No século XX, as principais conjunturas (não as únicas) que exemplificam melhor a conceituação da direita em relação aos esportes são as seguintes: a Itália fascista de [Mussolini](#), nas décadas de 1920 e 1930; a Alemanha nazista de Hitler, nas décadas de 1930 e 1940; o [Salazarismo](#) em Portugal e o [Franquismo](#) na Espanha, particularmente nas décadas de 1940, 1950 e 1960; as [ditaduras](#) militares neofascistas no Brasil (Médici), na Argentina (Videla) e no Chile ([Pinochet](#)), assim como a violência organizada das torcidas; o hooliganismo europeu de uma maneira geral e não somente inglês, que nos anos de 1980 e 1990 tiveram influência explícita e decisiva dos movimentos neonazistas e neofascistas. [v. [Skinheads](#), [Hooligans](#), [Futebol](#) & [Olimpíada e Política](#)]

Maurício Murad

Referências Bibliográficas:

CARDOSO, Maurício. De Atenas a Atlanta - 100 anos de olimpíadas. São Paulo, Editora Scritta, 1996.

ESTEVES, José. O desporto e as estruturas sociais. Lisboa (Portugal), Prelo Editora, 1975.

FILHO, Mário. O negro no futebol brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

FARIA JÚNIOR, Alfredo G. de. Futebol, questões de gênero e co-educação: considerações sob enfoque multicultural. In: "Pesquisa de Campo", n° 2. Rio de Janeiro, Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol da UERJ, 1995.

TUBINO, Manoel. O que é esporte. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL, definido como um conjunto institucionalizado de direitos sociais, gerando uma pauta de deveres entre os cidadãos (taxas e contribuições) e o Estado (políticas públicas e agências promotoras), é um fenômeno recente e localizado. No entanto, o debate em torno da proteção social é muito mais antigo, estando associado em suas origens ao próprio movimento das idéias que fundamentaram a [Revolução](#) Burguesa. A necessidade de constituição do mercado de trabalho implicou em liberar o trabalhador das relações de dependência em relação ao proprietário, rompendo com o modelo tradicional de autoridade baseado na troca de proteção por dependência. (v. [Conservadorismo](#) & [Liberalismo](#)) As justificativas para o rompimento deste padrão de proteção social deram origem às doutrinas econômicas da utilidade da pobreza, pelas quais a riqueza de uma nação repousava no número de pobres laboriosos e disciplinados que ela mantinha empregado. Assim, a pobreza passava a ser vista como incentivo ao trabalho e condição disciplinar da força de trabalho, enquanto as medidas assistenciais para aliviá-la eram vistas como redutoras dos estímulos ao trabalho, fomentadoras das fraquezas de caráter e de indivíduos desregrados. [v. [Comportamento](#) & [Elites Empresariais](#)]

O enfoque econômico sobre o crescimento populacional, desenvolvido por [Malthus](#), teve também importância no embasamento da oposição ao desenvolvimento da proteção social ao afirmar a existência de uma lei natural pela qual a população (ou, número de pobres) aumenta em velocidade maior do que aquela das reservas alimentícias disponíveis, o que levaria a crises periódicas caso esta tendência não fosse obstaculizada. Tais obstáculos, para Malthus, seriam de dois tipos: os *positivos*, que são os que fazem crescer a mortalidade, e os *preventivos*, que contribuem para diminuir a natalidade. Outro conjunto de autores anti-protecionistas, de orientação neo-darwinista (Spencer, Summer), afirmava que o mercado constituía-se em mecanismo automático de melhoria da qualidade da espécie, já que apenas os melhores indivíduos seriam capazes de sobreviver sem necessidade de proteção social. [v. [Darwinismo Social](#) & [Eugenia](#)]

Esta oposição dos liberais tanto às formas tradicionais de proteção, vinculadas à propriedade, quanto à criação de novos mecanismos públicos no campo social, foi analisada por Marshall como acarretadora de uma dissociação e até mesmo um antagonismo entre as dimensões civil e social da [cidadania](#). Seu estudo do caso inglês toma como evidência o fato de que os pobres que passaram a ser recolhidos às *Workhouses* perderam o direito de ir e vir. Um dos autores que retomam as críticas liberais em relação ao Estado do Bem-Estar Social é Friedman, buscando enfatizar as contradições entre igualdade, tal como postulada nos dias atuais, e liberdade. Segundo este autor, o ideário liberal concebia inicialmente igualdade como *igualdade diante de Deus* e, posteriormente, como *igualdade de oportunidades*. (v. [Sociedade Civil](#)) No primeiro caso, tratava-se da necessidade de reformular o arcabouço jurídico e político de uma sociedade fundada na desigualdade natural entre os homens separados em castas ou estamentos e dar condições para a consolidação do trabalho livre e das relações contratuais de mercado. A evolução para a igualdade de oportunidades decorreu da percepção de que, sem ela, nem todos os indivíduos poderiam desenvolver plenamente suas potencialidades. (v. [Democracia](#)) Daí a necessidade de implementar, por exemplo, políticas de educação básica extensivas. Para Friedman, o problema das sociedades contemporâneas fora transmutar o conceito original em *igualdade de resultados* através dos mecanismos redistributivos do Estado do Bem-Estar Social, que amparavam o indivíduo do berço à

sepultura. (v. [Estatismo](#)) Ao assim fazê-lo, as sociedades opuseram o princípio de igualdade ao de liberdade, já que para que todos tenham acesso a resultados iguais é necessário que alguém decida os patamares e mecanismos de transferência, o que acarreta alguns dos problemas atuais que ameaçam a viabilidade do capitalismo: o crescimento e fortalecimento desmesurado da [burocracia](#) pública; a desmercantilização do trabalho e o conseqüente desincentivo gerado pelo fato de que os indivíduos têm previamente assegurada a sua sobrevivência; o aumento dos impostos e das taxas com o deslocamento da poupança privada desde o mercado para o setor improdutivo estatal. (v. [Consenso de Washington](#) & [Jacobinismo](#)) Tais críticas encontram-se fundamentadas nas idéias de Hayek acerca da [justiça](#) distributiva, que sempre traz consigo algumas coerções, já que retira do indivíduo sua capacidade de ser o juiz final de seus próprios fins. (v. [Governabilidade](#)) Hayek também alerta para o perigo representado pelo egoísmo grupal organizado, denunciando o mútuo apoio encontrado entre o fortalecimento da burocracia estatal e o fortalecimento das organizações de interesses coletivos ([sindicatos](#), monopólios, etc...). Neste sentido, ao fortalecer tais organizações, o Estado do Bem-Estar Social teria elevado a um nível exagerado a rigidez nas relações produtivas, tornando o capitalismo incapaz de reciclar-se em momentos de crise. [v. [Economia](#) & [Legislação Trabalhista no Brasil](#)]

Sônia Fleury

Referências Bibliográficas:

- BENDIX, Reinhard. Estado Nacional y Ciudadania. Buenos Aires, Amorrortu, 1964.(obs.: foi recentemente traduzido para o português).
- FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. Liberdade de Escolher: O Novo Liberalismo Econômico. Rio de Janeiro, Record, 1980.
- HAYEK, Friedrich A.. Direito, Legislação e Liberdade; In: *A Ordem Política de um Povo Livre*, v.2. São Paulo, Visão, 1985.
- NOZICK, Robert. Anarchy, State and Utopia. USA: Harper Collins Publishers, 1974.(obs.: está traduzido para o português).

ESTADO NOVO: HISTORIOGRAFIA. Após uma longa predominância de estudos de ciência [política](#) sobre o varguismo e o Estado Novo, os historiadores brasileiros voltaram-se, enfim, para a análise do fenômeno. Os grandes esquemas explicativos, como de Boris Fausto e Francisco Weffort, embora tenham marcado época e inaugurado o debate em seus termos atuais, padeciam do uso restrito de fontes, quase sempre discursivas e declaratórias, além de centrar toda sua força na análise dos desejos e projetos dos personagens centrais do mundo político ou do Estado como um todo. (v. [Populismo](#) & [Estatismo](#)) Um primeiro passo na superação de tal abordagem, onde o Estado e seus agentes eram vistos como atores solitários na cena política, foi dado por Edgar de Decca quando trouxe para a cena – e, portanto, para a [História](#) – personagens até então excluídos ou não considerados. Por outro lado, coube a José Luiz Werneck da Silva ampliar os horizontes de pesquisa sobre o Estado Novo, buscando a inserção de novos objetos que permitissem uma melhor visualização das malhas de poder, de sua atuação e das suas formas de convencimento. Trabalhos recentes, voltados para outros personagens da história, assim como para a análise das instituições varguistas e estadonovistas, puderam lançar novas luzes sobre o período, permitindo novas interpretações. Entre estes novos trabalhos, devemos destacar Maria Helena R. Capelato, Jorge Ferreira, Eliana Dutra, Sílvia Zanirato Martins, de cujas pesquisas emergiram novos enfoques para a compreensão do Estado Novo.

A questão central reside em ir além da descrição e análise do Estado enquanto personagem central da cena histórica, da inquirição dos seus motivos e do infinito debate sobre sua natureza. O debate, no campo da ciência política e da história se centra, hoje, sobre a necessidade de decidir se [ditadura](#) é em si uma categoria suficiente ou não capaz de dar conta dos processos históricos efetivamente existentes no século XX. Deve-se, ainda, estabelecer qual a sua relação com categorias mais firmemente estabelecidas, tais como: [fascismo](#), [bonapartismo](#), [Estado de Compromisso](#), [Revolução Conservadora](#), etc... Da mesma forma, é fundamental firmar o campo interno do próprio conceito de [ditadura](#), a sua distinção da congênere [ditadura militar](#) (distinção fundamental para a Europa Meridional e a América Latina) e qual a relação de ambas, [ditadura](#) e [ditadura militar](#), frente ao conceito mais abrangente de [autoritarismo](#). A própria validade explicativa deste último é agora seriamente questionada. Eufemismo político usado pelas oposições durante (e sob) regimes ditatoriais, a idéia de autoritarismo mostrou-se tão ampla e flexível que sua utilidade explicativa restringiu-se em igual proporção. O caminho proposto nos novos trabalhos visando a romper com os dilemas ou insuficiências explicativas passa necessariamente pela análise das instituições que conformam as ditaduras (polícia, escola, a clínica e o discurso médico, os tribunais, a mídia e seu uso, etc...), lado a lado com a recepção por parte da sociedade de tais ações. (v. [Repressão e Violência](#)) A apropriação do discurso ditatorial, a sua eficácia e a resistência frente ao mesmo – os fenômenos polares da sedução e da rebeldia – devem, assim, constituir-se em objetos preferenciais do historiador. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#))

O mesmo ocorreu com a [teoria do totalitarismo](#) e, em especial, com as análises baseadas nas concepções de [instituição total](#) ou de [Estado-monólito](#). (v. [Hitler: Historiografia](#)) Embora este não seja o momento para fazer uma revisão do campo de análise que se valeu do totalitarismo como chave de compreensão, podemos adiantar dois pontos que, ao nosso ver, deveriam ser revisto no estudo das ditaduras. Em primeiro lugar, as afirmações sobre o imobilismo interno das ditaduras de tipo totalitário, a ausência de qualquer oposição organizada e a dominância

estatal completa da sociedade. Tal ponto, muito afirmado durante a [Guerra Fria](#) (comparação político-ideológica da URSS com o *Terceiro Reich*), comete uma tremenda injustiça com milhares de homens e mulheres que se arriscaram enfrentando o Estado (é interessante notar um subproduto destas análises: a inculpabilidade dos colaboradores das ditaduras, sob o argumento da impossibilidade de qualquer oposição). (v. [Ditadura e Memória](#)) Os estudos mais atuais – e estes se inscrevem em tais preocupações – tendem a demonstrar que o monólito não era tão firme assim, abrindo espaço para choques internos de frações de apoio da própria ditadura e de opositores muitas vezes bastante bem organizados. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#) & [RÖHM, Ernst](#)) O grande aporte teórico desta nova orientação foi buscado, paradoxalmente, num texto contemporâneo do *Terceiro Reich* e que agora tem merecido uma cuidadosa releitura. Foi assim que o conceito de *poliarquia*, conforme Franz Neumann, abriu espaço para novas possibilidades de análise. Em segundo lugar, cabe uma revisão de um postulado decorrente do primeiro (a imobilidade interna) e muito caro aos defensores da teoria do totalitarismo durante a [Guerra Fria](#): a impossibilidade de reforma interna das ditaduras. (v. [Guerra Fria e a Direita Norte-Americana](#)) Assim, somente ações armadas externas, considerando o país como um todo, teriam algum êxito no deslocamento de tais regimes do poder. (v. [Neocolonialismo](#)) As oposições internas seriam irrelevantes ou mesmo, no limite, muito pouco confiáveis. (v. [Operação Condor e Memória](#)) Estes postulados garantiram durante décadas as análises que dificultaram bastante os estudos sobre a resistência interna às ditaduras e, ao mesmo tempo, os mecanismos e estratégias desenvolvidos por estas para manter a sociedade sob controle, tais como o convencimento e a violência. (v. [Ditadura e Violência](#))

As grandes transformações havidas no cenário político internacional – o fim da Guerra Fria, a Derrubada do Muro de Berlin (1989) e o fim da URSS (1991) – provocaram mudanças substantivas nas análises das ditaduras européias contemporâneas. O acesso aos novos arquivos – na Rússia, na Alemanha, por exemplo – e o ressurgimento do fascismo enquanto movimento de massas aceleraram as pesquisas sobre o tema e ampliaram as perguntas dos historiadores. Assim, a natureza policial das ditaduras contemporâneas, a própria imagem do *Estado SS* e aquela do complexo policial no fascismo vieram à tona. (v. [DOI-CODI](#) & [GESTAPO](#)) O surgimento na cena histórica das resistências internas e das oposições passivas abriu caminho para o questionamento de várias análises clássicas sobre a coesão e a amplitude da aceitação das ditaduras contemporâneas. O traço comum no conjunto destes trabalhos – seja no Brasil, seja na Europa – é a irrupção de novos personagens na cena histórica, para além das determinações estruturais *de caráter econômico* que marcaram por mais de quarenta anos a maioria dos trabalhos sobre o tema (como as teses sobre relação onipresente *Vargas e a industrialização* ou *fascismo e grande capital*) ou *de caráter político* (as teses sobre *Estado Novo e o atrelamento da classe operária* ou *fascismo e a adesão dos trabalhadores*). Assim, a multidão anônima, os indivíduos e as formas alternativas de participação e resistência ressurgem para contar sua história, o dia a dia frente à violência e à sedução das ditaduras modernas. (v. [Baderna](#) & [Conservadorismo](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena*. Campinas, Papirus, 1998.
DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.
FRIEDRICH, Carl J. “Dictadura”. In: *Marxismo y Democracia*. Série Política 2. Madrid, Rioduero, 1975. pp. 102-118.
MARTINS, Sílvia Zanirato. *Artífices do Ócio*. Londrina, UEL, 1998.

SILVA, José Luís Werneck da. O feixe e o prima: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro, Zahar, 1991. (o texto é em verdade de 1987)

ESTADO NOVO EM PORTUGAL. A organização corporativa constituiu-se no “leitmotiv” do “Estado Novo” português. Através de três principais instrumentos jurídicos, promulgados em 1933 – a Constituição Política da República Portuguesa, o Estatuto do Trabalho Nacional e O Ato Colonial –, o presidente do Conselho de Ministros, Antônio de Oliveira Salazar, pressupôs fundamentar não só a legitimidade para governar como ainda para implantar o Estado corporativo, extensivo às ex-colônias portuguesas. [v. [Fascismo](#) & [Salazarismo](#)] A máxima do novo Estado – “nós somos uma unidade, uma só e a mesma em toda parte” –, refletiu a tentativa de uma reinvenção da concepção medieval das corporações de ofício, cujos “agrupamentos espontâneos dos homens” deveriam conferir a idéia de representação e de soberania da Nação portuguesa. [v. [Corporativismo: Debate Político](#) & [Estatismo](#)]

A supressão de um governo contratual em Portugal adveio, no entanto, do artifício contemporâneo de se criar uma estrutura orgânica de Estado, promovida pelo Conselho de Estado e pela Câmara Corporativa. (v. [Autoritarismo](#) & [Sindicato](#)) Ambas as instituições possuíam poderes concomitantes de governo, de legislar e de julgar, possibilitando a ingerência simultânea no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. A soberania da Nação portuguesa, concebida pelo “Estado Novo”, assentou-se na supremacia orgânica do poder político: por um lado, o Conselho de Estado, reunindo os presidentes do Conselho de Ministros, da Assembléia Legislativa, da Câmara Corporativa, do Supremo Tribunal de Justiça, o Procurador Geral da República e os cinco membros de notáveis vitalícios; por outro, a Câmara Corporativa, agrupando os representantes das Corporações, das Câmaras e dos Conselhos Municipais. (v. [Nacional-Sindicalismo](#)) Se o presidente do Conselho de Ministros ainda se confundia com o Governo, podendo administrar e ocupar mais de um ministério, à Câmara Corporativa caberia a tarefa de fiscalizar todos os projetos de lei apresentados na Assembléia Nacional, além de se constituir no órgão máximo das corporações econômicas, culturais e morais. (v. [Autarquia](#) & [Sociedade Civil](#))

A organização corporativa do “Estado Novo” se estruturou da seguinte forma: entre os “Elementos Primários” havia os Grêmios para o patronato, Sindicatos Nacionais para os trabalhadores urbanos, Casas do Povo para os trabalhadores rurais, Casas dos Pescadores para os assalariados da pesca, Ordens para os médicos, advogados e engenheiros; entre os “Elementos Intermediários” estavam as Federações e Uniões; nas Corporações se assentavam todos os organismos representativos do capital e do trabalho, além de estarem subordinadas ao Conselho Corporativo, que era constituído pelo presidente do Conselho de ministros, pelos ministros da Justiça, de Obras Públicas e Economia, pelo subsecretário de Estado das Corporações e por dois professores de Direito Corporativo das Universidades de Coimbra e Lisboa. Os funcionários públicos estavam em destaque na organização corporativa: eram funcionários a serviço do Estado, passíveis de serem punidos com demissão no caso de “participação em política partidária” ou em “organização de interesses particulares”. (v. [Baderna](#), [Conservadorismo](#) & [Franquismo](#))

A exemplo do Dopolavoro italiano, o “Estado Novo” português criou a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), que reunia os “elementos primários e intermediários”, objetivando desenvolver a consciência corporativa nos trabalhadores. (v. [Esporte](#)) Para a constituição de uma “grande força civil”, tornando-se a base social do “Estado Novo”, formaram-se a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, ligadas à União Nacional (fundada em 1932). (v. [Chauvinismo](#)) O Império Colonial Português, normatizado pelo Ato

Colonial e por Estatutos específicos dispendo sobre a administração política e econômica em cada um dos domínios, permitiu “por essência orgânica” que o “Estado Novo” prosseguisse na missão histórica de possuir, de colonizar e de civilizar as populações do ultramar: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, as Ilhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe do Timor, “Estados da Índia” (Goa, Damão e Diu) e Macau. (v. [Imperialismo](#)) A [Revolução](#) dos Cravos, em 25 de agosto de 1974, pôs fim ao “Estado Novo” em Portugal. (v. [Burocracia](#), [Democracia](#) & [Ditadura](#))

Maria Luiza Nabinger de Almeida

Referências Bibliográficas:

CARTILHA CORPORATIVA, Lisboa: Edição da U.N. em Colaboração com o S.P.N. no VII Aniversário da Publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, 1941.

DÉCRET-LOI: STATUT DU TRAVAIL. Decreto-Lei nº 23.048 – Promulga o Estatuto do Trabalho Nacional – 23 de Setembro de 1933 (Diário do Governo, 23 de setembro de 1933, I Série, nº 217, p.1655) In Bureau international du travail. Genève-Suisse/Bâle, Imp. E. Birkhaeusser & Cie., 1933 (Série Législative – Portugal 5)

DISCURSO DO SR. DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR (30 de julho de 1930). Estatutos da união nacional-constituição política da república portuguesa-acto colonial. Lisboa, Imprensa Nacional, 1933

PASCHKES, Maria Luiza de Almeida. A ditadura salazarista. São Paulo, Brasiliense, 1985 (Tudo é história 106)

PEREIRA DOS SANTOS, F.I. Un État corporatif – La Constitution Sociale et Politique Portugaise. Paris, Librairie du Recueil Sirey S. A, 1935 (Université Catholique de Louvain – Col. De l'École des Sciences Politiques et Sociales)

ESTADO NOVO NO BRASIL. O primeiro Governo Vargas (1930-1945) é caracterizado por três fases distintas. A primeira vai de 1930 a 1934. Conhecida como Governo Provisório, estende-se até a promulgação da nova Constituição. É uma fase de agudas crises, cujo momento mais marcante é a [Revolução](#) Constitucionalista de 1932. Liderada pelas elites paulistas alijadas do poder com a Revolução de 1930, visava a convocação imediata da Constituinte e uma [política](#) de defesa do café. (v. [Elites Empresariais](#)) Derrotada militarmente, teve suas reivindicações atendidas pelo governo tanto por conta da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte quanto pela criação do IBC (Instituto Brasileiro do Café). A segunda fase compreende o período de 1934 até 1937, chamada de período constitucional. Fase mais difícil para o governo, que fora obrigado a agir sob os limites impostos pela Constituição promulgada. Destaque no período para o levante comunista de 1935, organizado pela [Aliança Nacional Libertadora \(ANL\)](#) e, em consequência, a criação da Lei de [Segurança Nacional](#), mecanismo arbitrário que visava levar ao isolamento os opositores do regime. (v. [Ditadura](#)) Por fim, a terceira e mais longa fase – e talvez a mais polêmica – se estendeu de 1937, com a Constituição Outorgada, até 1945, quando Vargas é deposto no pós-guerra.

A criação do Estado Novo deveu-se às necessidades governamentais de agir sem os limites da lei. Para tanto, teve importância capital o redimensionamento da chamada “ameaça comunista”. (v. [Anticomunismo](#) & [Inimigo](#)) A divulgação de um “Plano Cohen”, supostamente elaborado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) com o intento de derrubar o Governo, constituiu-se no argumento que justificou o fechamento do Congresso e a imposição do novo texto Constitucional. Elaborado por expoentes do pensamento autoritário brasileiro como Francisco Campos e Azevedo Amaral, propunha a criação de um sindicalismo corporativo e de colaboração para com o Estado. Entretanto, há evidências de que o golpe vinha sendo preparado desde algum tempo. (v. [Corporativismo: Debate Político](#) & [Sindicato](#)) Em 1938, haveria eleições e duas candidaturas já se haviam colocado para a disputa: por um lado, o escritor José Américo de Almeida, Ministro da Viação e Obras Públicas e Candidato governista, que esperou em vão o aceno de Vargas em seu favor; por outro, o paulista Armando Salles de Oliveira, vinculado ao grupo empresarial do jornal O Estado de São Paulo. A retirada por parte do Governo da candidatura de José Américo evidenciava o interesse governamental em não levar a termo as eleições. Posteriormente, com a Guerra, o Governo adiou *sine die* a convocação das eleições. [v. [Autoritarismo](#), [Baderna](#) & [Conservadorismo](#)]

Do ponto de vista das relações do Estado com a sociedade, o Estado Novo deve ser dividido em dois momentos: o primeiro, de 1937 a 1942, caracteriza-se pela continuidade da onda repressiva inaugurada em 1935 com o fechamento da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e a Lei de Segurança Nacional; o segundo momento corresponde àquele no qual o Estado Novo busca a adoção de uma política de massas que se preparava para a transição democrática, visando a permanência de Vargas no poder. A idéia inicial era a criação de um partido político nos moldes do Partido Trabalhista Britânico. (v. [Estatismo](#) & [Nacional-Populismo](#)) Tal intento não foi alcançado devido tanto à oposição interna de segmentos das elites políticas que constituíam o Governo Vargas e se opunham à idéia de um Partido Trabalhista quanto externa, composta pela tradicional oposição a Vargas, cujo destaque deve ser dado às elites paulistas. (v. [Oposição/Situação](#) & [Sociedade Civil](#))

Quanto ao comportamento da direita no Estado Novo, deve-se considerar diversos ângulos. Há uma direita organizada que atua por dentro do Estado Novo, gerenciando em particular seu aparelho repressivo, cujo exemplo maior é Filinto Müller, chefe da Polícia do Distrito

Federal. Há também segmentos da direita perseguida pelo Estado Novo: por um lado, a direita fascista da Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por [Plínio Salgado](#), que é proibida de funcionamento em 1938, tendo sido presos os seus principais líderes; por outro lado, a direita liberal hegemônica pelos interesses de São Paulo que sempre se opôs ao Varguismo e considerava o Estado Novo a “fascistização” do regime – acusação que era também compartilhada pelos comunistas, que na época foram presos e perseguidos pelo regime. (v. [Ditadura e Violência](#) & [Partido Político de Direita](#))

No processo de redemocratização, entretanto, o comportamento político da esquerda comunista sofreu alterações, ao contrário da direita liberal. Quanto à direita fascista, esta perdeu definitivamente sua representatividade, constituindo-se em grupo menor – afinal, o governo Vargas havia participado da Guerra ao lado das forças Aliadas contra o [fascismo](#). Além disso, a oposição ao Varguismo vinha da excludente e tradicional direita liberal da República Velha. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) A política sindical adotada pelo governo atendia aos interesses dos comunistas, que propunham uma relação próxima com os militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), vinculado ao Varguismo. Como foi impossível que no processo de redemocratização houvesse uma unidade das forças aliadas a Vargas em torno de um único Partido, duas organizações se formaram no interior das hostes governistas: o PSD (Partido Social Democrático), que era composto predominantemente pelas elites agrárias e militares que deram apoio e sustentação a Vargas, e o já citado PTB, vinculado à burocracia do Ministério do Trabalho. A tradicional direita liberal, por seu turno, criou a União Democrática Nacional (UDN). Os três partidos acima são, de formas diferentes, vinculados a Vargas: os dois primeiros devido ao fato de o governo Vargas lhes servir de sustentação política no pós-Estado Novo; o último porque existe enquanto oposição ao Varguismo. Nas eleições presidenciais de 1945, evidenciou-se a força de Vargas. A candidatura do General Eurico Dutra, na aliança PSD/PTB, venceu as eleições, derrotando o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato udenista. (v. [Legislação Trabalhista no Brasil](#) & [Populismo](#))

Francisco Carlos Martinho

Referências Bibliográficas:

- FAUSTO, Boris (org). O Brasil Republicano; In: *História Geral da Civilização Brasileira*, t.3,v.3. São Paulo, Difel, 1986.
- GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e classe operária, 1930-1964*; In: FAUSTO, Bóris (org), *História Geral da Civilização Brasileira*, t.3, v.10. São Paulo, Difel, 1981.
- VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

ESTATISMO. O que convencionamos chamar de estatismo não tem uma relação exclusiva com a direita. Ao contrário, definimos o fenômeno como sendo todo movimento social ou político que pensa o Estado como importante agente regulador e interventor nas questões internas à sociedade como um todo, incluindo neste caso a [sociedade civil](#). (v. [Conservadorismo](#)) Há, portanto, movimentos estatistas que podem ser caracterizados à esquerda: é o caso, por exemplo, do sindicalismo trabalhista no Brasil durante a conjuntura de 1945 a 1964. Em linhas gerais, todo Estatismo é por definição anti-liberal. Por outro lado, podemos afirmar que os movimentos Estatistas de direita nascem como um projeto conservador, anti-iluminista, anti-liberal e [anticomunista](#) no período de consolidação do [liberalismo](#) no século XIX. (v. [Autarquia](#)) É, portanto, um pensamento que se forma na tentativa de resgate do [Antigo Regime](#) e de oposição à herança da [Revolução](#) Francesa. (v. [Democracia](#)) Está expresso na figura de intelectuais como o inglês [Edmund Burke](#) e o alemão Leopold von Ranke. O projeto anti-liberal do século XIX, entretanto, pouco ou nada fez em termos práticos, salvo nos processos de unificação da Alemanha e da Itália, constituindo-se mais como um projeto de futuro. Entretanto, com a crise liberal do “entre-guerras” (1914/39), as referências de oposição ao liberalismo no período histórico de seu apogeu, o século XIX, retornam como fundamentos teóricos de oposição à crise. A idéia de estatismo que se consolida visa a presença de um Estado intervencionista na economia e regulador na política. [v. [Estado do Bem-Estar Social](#)] Buscava-se definir, assim, os rumos que o Estado deveria tomar para enfrentar os obstáculos existentes e as desigualdades sociais, ao mesmo tempo que interditava toda e qualquer idéia de oposição, identificando-a como um mal que desequilibrava os interesses nacionais em favor de interesses particularistas ou de grupos. (v. [Corporativismo: Teoria](#)) Como exemplos típicos do estatismo de direita que se consolida no “pós-guerra”, podemos citar o [Salazarismo](#) em Portugal, o [Franquismo](#) na Espanha, o regime de Dolfuss na Áustria, assim como o [fascismo na Alemanha](#) e o [fascismo na Itália](#). (v. [Fascismo](#)) Entretanto, deve-se atentar para o fato de o estatismo não se constituir apenas como uma alternativa imposta a partir de cima. Os seus êxitos, em alguns regimes, evidenciam uma inquestionável adesão popular, assim como a presença de tradições fortes na cultura popular capaz de fazer com que o mesmo se realize. (v. [Populismo](#) & [Sindicato](#))

Francisco Carlos Martinho

Referências Bibliográficas:

- COINTET-LABROUSSE, Michèle. Vichy et le fascisme. Bruxelas, Editions Complexe, 1987.
- FELICE, Renzo de. Entrevista sobre o fascismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- PINTO, António Costa. O Salazarismo e o fascismo europeu: Problemas de interpretação nas ciências sociais. Lisboa, Estampa, 1992.
- WINOCK, Michel. La droite depuis 1789: Les hommes, les idées, les réseaux. Paris, Seuil, 1995.

ESTÉTICA. Inicialmente, é preciso observar que as relações existentes entre as diferentes disputas políticas do século XX e as questões envolvidas no debate estético contemporâneo se caracterizam pela complexidade e variabilidade, o que sem dúvida impossibilita o oferecimento de definições “a priori”, assim como desaconselha explicações esquemáticas. Por este motivo, para estabelecer os fundamentos de uma análise mais apropriada dos objetos artísticos, à luz do engajamento político, é preciso reconstruir mediações e diálogos mantidos entre autores/obras/público e seus respectivos momentos históricos. Em outros termos, só é possível perceber a existência de uma estética de direita se, ao mesmo tempo, recolher-se à presença de seu antagonista, a estética esquerda. (v. [Ideologia & Teatro](#))

Ao contrário do que possa parecer, a constituição de uma estética de esquerda não é concomitante às discussões e às sistematizações dos princípios do “socialismo científico” visto que, dentro de uma perspectiva científicista, se o “materialismo histórico” fosse o método por excelência para a compreensão dos processos e das leis fundamentais que regeriam a história, a adoção do Realismo permitiria ao artista, a partir da construção de personagens típicos, elaborar com maior veracidade possível retratos sociais que tivessem por base os conflitos de classe, em detrimento de uma “arte de tendência”. Dessa maneira, a estética realista passaria a corresponder à opção da “esquerda”, pois por seu intermédio as artes em geral trariam as mazelas e as injustiças sociais para o centro de suas discussões. No entanto, na passagem do século XIX para o século XX, a atuação das vanguardas estéticas contribuíram para um redimensionamento desta interpretação. Movimentos como o [Futurismo Italiano](#) e o [Cubofuturismo Russo](#) denunciariam avidamente o caráter conservador do Realismo que, em sua apreensão, não apreenderia as transformações do mundo contemporâneo, além de ilustrarem como as estéticas de direita e de esquerda só podem ser compreendidas historicamente. (v. [Arte Degenerada](#))

A experiência futurista na Itália teve em [F. T. Marinetti](#) um de seus maiores expoentes, que buscou uma nova arte fundada na ruptura com a tradição e em sintonia com o seu tempo através da exaltação da metrópole, dos arranha-céus e da velocidade, além de proclamar “a guerra como higiene do mundo”. Essa perspectiva de ruptura radical fez com que Marinetti se colocasse em oposição às idéias e às propostas do comunista Antônio Gramsci, que procurava retomar a tradição à luz da questão “nacional-popular”. Sob essa perspectiva, as experiências do Futurismo Italiano podem ser qualificadas como “direita”, pois suas premissas em nenhum momento enfatizaram idéias como igualdade e solidariedade, vinculadas à existência de uma tradição comum. A esse antagonismo pode ser acrescido o fato de que posteriormente Marinetti viria a aderir ao Estado Fascista de [Benito Mussolini](#) na busca de uma tradução política para seus princípios estéticos.

Em relação ao Futurismo Russo, deve-se recordar que Vladimir Maiakovski não se cansou de denunciar o caráter estéril do realismo e conclamar a necessidade de uma arte comprometida com o novo homem e com um novo tempo histórico. Estas bandeiras foram colocadas a serviço da [Revolução Russa](#) de 1917 e dos bolcheviques. Durante o processo revolucionário, artistas engajaram-se e transformaram seu trabalhos em instrumentos de luta, acreditando estar contribuindo para a construção de uma arte revolucionária, comprometidos com uma “estética de esquerda”. No entanto, em meados da década de 1920, estes ativistas e seus trabalhos foram qualificados pelo Comitê Central como contra-revolucionários, pois não contribuíam para a “educação das massas”. Para tanto, a alternativa estética encontrada foi o retorno ao Realismo e posterior advento do Realismo Socialista, ancorados em grandes

espetáculos de massa, desfiles, exaltação de símbolos nacionais, práticas desportivas, procedimentos que caracterizaram a maioria dos Estados Totalitários do século XX no termos do que Walter Benjamin qualificou como “estetização da política”. No Brasil, essa discussão possui desdobramentos importantes no Modernismo, principalmente se tomarmos como referências, de um lado, as trajetórias de Mário e Oswald de Andrade e, de outro, as de [Plínio Salgado](#) e Menotti del Picchia. (v. [Modernismo nas Artes](#))

Rosângela Patriota

Referências Bibliográficas:

CONTIER, Arnaldo D. Brasil novo- música, nação e modernidade: os anos 20 e 30. São Paulo, FFLCH-USP, 1988. (mimeo)

FABRIS, Annateresa. Futurismo: uma poética da modernidade. São Paulo, Perspectiva, 1987.

MEDEIROS, Jarbas. Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro, Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1978.

RIPELLINO, Ângelo Maria. Maiakovski e o teatro de vanguarda. São Paulo, Perspectiva, 1986. 2^a ed.

VASCONCELOS, Gilberto. Ideologia curupira: análise do discurso integralista. São Paulo, Brasiliense, 1979.

EUGENIA. Ao longo do século XIX, a fé no progresso como destino inexorável da humanidade manifestou-se em diversos campos do saber. (v. [Atraso](#) & [Ocidente](#)) O mundo assistia, então, entre inquieto e maravilhado, ao nascimento de novos discursos com pretensões científicas tanto no campo das ciências humanas quanto no campo das ciências naturais. Dentre estes, a eugenia, desenvolvida pelo inglês Francis Galton em sucessivos artigos a partir de 1865, apresentava-se como a ciência do aperfeiçoamento da raça humana. Utilizando-se de elementos positivistas e darwinistas, Galton acreditava que a raça humana encontrava-se em constante evolução biológica, base da evolução moral, e que a ciência eugênica deveria ajudar, e mesmo acelerar, a [natureza](#) nesta tarefa. (v. [Comportamento](#)) Assim, em uma época marcada por rápidas transformações, em que a industrialização e a urbanização aceleradas traziam consigo problemas sociais e sanitários até então sequer imaginados, a eugenia vinha afirmar, para alívio da ordem vitoriana, que a miséria dos cortiços operários não era histórica e socialmente construída, mas resultava da incapacidade de espíritos e corpos inferiores em se adaptar às novas condições que se apresentavam à evolução da espécie. (v. [Darwinismo e Evolução](#), [Evolucionismo](#) & [Urbanismo](#)) Três eram os principais conjuntos de medidas propostos pela eugenia: medidas positivas, como a educação sexual de jovens, visando ao [casamento](#) de indivíduos aptos a uma procriação sadia; preventivas, articulando o combate a *vícios morais*, como o alcoolismo e o antipatriotismo, ao das *doenças morais*, como a tuberculose e a sífilis e, por fim, medidas negativas, que visavam esterilizar ou restringir casamentos de indivíduos considerados ineptos à procriação. (v. [Asilo](#)) Longe de ter se constituído como um discurso científico monolítico, e tendo sido incorporada por diferentes correntes de pensamento e movimentos sociais, a eugenia subdividiu-se em correntes distintas. Os eugenistas cristãos, por exemplo, denunciaram o [darwinismo social](#), tão caro a alguns de seus colegas quanto desumano e contrário às leis de Deus. Para eles, a eugenia surgia justamente como uma possibilidade de simultaneamente proporcionar alívio às dores dos mais pobres e menos aptos à luta pela sobrevivência, garantindo a evolução racial da espécie ao evitar que estes mesmos pobres e desajustados procriassem. As diferentes correntes eugênicas traduziram-se em políticas públicas – sempre de eugenia negativa, como a esterilização – em alguns países nas primeiras décadas do século, como os Estados Unidos e a Suécia social-democrata. (v. [PENNA, Belisário](#)) No entanto, foi com a aproximação entre eugenistas e o pensamento científico racista e arianista desenvolvido no século XIX por homens como Houston Stewart Chamberlain e [Joseph Arthur Gobineau](#) – que, no entanto, era um pessimista quanto ao futuro da raça ariana e, portanto, refrátil aos princípios eugênicos – que a eugenia encontrou seu campo mais fértil de expansão. (v. [Conservadorismo](#)) Nesta vertente, no entanto, ela abandonaria seu projeto inicial de aperfeiçoamento da raça humana, substituindo-o pela busca da afirmação e viabilização da supremacia da raça branca e, mais especificamente, da ariana. (v. [Völkisch](#)) O ápice deste pensamento foi, já no século XX, o regime nazista, que retomaria inclusive o tema da queda e redenção, caro ao eugenismo darwinista social e a Francis Galton e, curiosamente, de tradição judaico-cristã. (v. [Operação Eutanásia](#)) Galton afirmava que a civilização, ao diminuir o rigor das leis naturais de seleção, teria permitido a sobrevivência dos menos aptos, que teriam perecido em tempos bárbaros. Para o nazismo, este tema está presente na percepção da crise da raça e, portanto, da cultura ariana, como resultado da contaminação desta pelo sangue e pela civilização cosmopolita e internacionalista judaica. (v. [Judeu](#)) Entre as primeiras medidas racistas do regime nazista, constava uma de caráter tipicamente eugenista: a proibição do casamento entre judeus e arianos. (v. [Leis de Nuremberg](#) & [Repressão e Violência](#)) No entanto, os nazistas não se

limitaram a aplicar medidas da eugenia negativa, pelo contrário, buscaram implementar medidas de eugenia positiva para desenvolver uma super-raça nórdica, para a qual não poderiam contribuir sequer os bávaros, considerados muito morenos. (v. [Alteridade](#) & [Reich](#)) Neste sentido, criaram os *lebensborn* (fontes da vida) – instituições inicialmente destinadas a acolher mães solteiras, resultado da intensa propaganda realizada nas escolas, acampamentos de verão e outros locais – para a procriação de jovens, mesmo que sem matrimônio ou consentimento dos pais. (v. [Totalitarismo](#)) Os futuros pais, no entanto, deveriam ser *racialmente válidos* e mais de 50% das candidatas a vagas nos *lebensborn* eram rejeitadas. Mais tarde, os *lebensborn* passaram a recrutar “enfermeiras” com o objetivo de “cruzá-las” com oficiais SS. Os *lebensborn* teriam, assim, um importante papel nos planos nazistas de ocupar com arianos puros o *lebensraum* (espaço vital) alemão no leste europeu. (v. [Imperialismo](#) & [Pangermanismo](#))

No Brasil, o movimento eugenista esteve profundamente articulado à [ideologia](#) do embranquecimento. No início do século XX, a classe dominante brasileira via-se diante do dilema de um enorme contingente populacional negro politicamente emancipado, porém, socialmente subalterno. Explicações racistas com pretensões científicas, como a obra de Nina Rodrigues, pregando a inferioridade genética da raça negra como fator explicativo para tal estado de coisas, não tardaram a aparecer. No entanto, já no início do século, José Veríssimo chamava a atenção para o fato de que o negro iria desaparecer da população brasileira através da miscigenação, que depuraria a raça e a levaria ao embranquecimento. (v. [Prussianismos Brasileiros](#)) Nas décadas seguintes, o embranquecimento através do recurso à imigração e à miscigenação tornou-se visão hegemônica para a solução do assim chamado problema racial brasileiro. Os eugenistas brasileiros colocaram-se inteiramente de acordo com tal proposição e, já no I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1918, Azevedo Amaral apresentou a proposta que acabou por ser aprovada e que barrava qualquer imigração não-branca para o País. A teoria do embranquecimento, no entanto, inovava em termos de propostas racistas, já que não articulava a degenerescência da raça à miscigenação. Se, para Gobineau, que esteve no Brasil, a população do país estava degenerada pela miscigenação e, portanto, fadada a desaparecer (como de resto toda a humanidade), para [Oliveira Vianna](#), um dos principais teóricos racistas do País e defensor da imigração ariana, o cruzamento entre as raças representava justamente uma forma de elevar o teor ariano do sangue brasileiro. Neste ambiente intelectual e político, a Constituição de 1934, além de estimular a educação eugênica em seu artigo no. 138, previa cotas para a entrada de imigrantes, segundo suas nacionalidades, assim como a Constituição de 1937. Com isto, esperava-se restringir a entrada de elementos raciais considerados desfavoráveis. De forma mais explícita, o Decreto Lei no. 7967 de 19.09.1945 instituiu que a imigração deveria ser orientada de acordo com a “necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características mais convenientes de sua ascendência européia”. Como o país não conheceu nenhuma onda imigratória significativa, este Decreto não chegou a ser politicamente significativo, mas é indicativo do espírito eugênico e racista do legislador.

Após a revelação dos crimes nazistas, a eugenia perdeu terreno politicamente, para não falar de seu absoluto descrédito na comunidade científica por articular a herança biológica de um indivíduo com suas características morais. (v. [Sociobiologia](#)) Ainda assim, alguns de seus temas retornaram, retrabalhados, com os avanços da genética e, nos dias que correm, já é política pública por todos defendida a realização de exames pré-nupciais e do pré-natal como formas de se buscar diminuir ou melhor controlar os riscos da gestação e do nascimento de crianças propensas a doenças como a diabetes. No entanto, as novas técnicas de clonagem – com a potencial clonagem de seres humanos e, portanto, o possível controle dos parâmetros da reprodução humana por grupos econômicos ou governos nacionais sobre futuras parcelas

da humanidade – repõem desafios éticos, morais e filosóficos básicos lançados há mais de 100 anos pela eugenia. (v. [Campos de Concentração](#) & [Tortura](#))

Flávio Limonic

Referências Bibliográficas:

DOMINGUES, Otávio. Eugenia, seus propósitos, suas bases, seus meios, em 5 lições. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

HILLEL, Marc. Em nome da raça. Rio de Janeiro, O. Pierre, 1980.

KHEL, Renato. Melhoremos e prolonguemos a vida. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1922.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

POLIAKOV, Léon. O mito ariano. São Paulo, Perspectiva, 1974.

SKIDMORE, Thomas. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

EUROPA. Espaço geográfico e cultural correspondente ao [ocidente](#) do continente europeu, com exclusão dos países de origem, língua e cultura eslavas, abrangendo desde a Península Ibérica até, no máximo, a fronteira oriental da Polônia. Concepção idílica da originalidade radical da “civilização européia” como única herdeira legítima da tradição helênica Ocidental, defensora dos valores da Cristandade medieval, da procedência transcendente, divina, da autoridade política, da naturalidade das estruturas econômicas segundo ordens desiguais de indivíduos (proprietários e operários) e da prevalência da raça branca sobre as demais. A Europa, na primeira metade do século XX, foi sucessivamente entendida como uma extensão geográfica, política e econômica de cada núcleo nacional específico nos respectivos estados-nação (Inglaterra, França, Alemanha, Itália). A sua função é a de abrir o espaço vital de expansão e hegemonia dos respectivos países: esse é o discurso do [fascismo na Itália](#) ou do [salazarismo](#) português nos anos de 1920, do [fascismo na Alemanha](#) ou da [Falange](#) espanhola nos anos de 1930. (v. [Imperialismo](#)) Após a Segunda Guerra Mundial, a derrota do [totalitarismo](#) reduziu o radicalismo de direita (extrema-direita) a um estatuto minoritário no qual a Europa passa a servir de referência substantiva da perda de força política no interior dos países – plataforma para federar estados-nação ou regiões étnicas. (v. [Alteridade](#) & [Chauvinismo](#))

Ao longo do século XX, a referência à Europa é restritiva, protecionista, auto-complacente, favorável ao sistema capitalista e liberal de produção, oposta à prática democrática e desdenhosa para com os demais povos, com exceção dos Estados Unidos “brancos, anglo-saxões e protestantes”, considerados filhos diletos da [ideologia](#) da pureza cultural e étnica da [tradição](#) “européia”. (v. [Conservadorismo](#)) A criação da União Européia, em suas diversas etapas após a Comunidade franco-alemã do Carvão e do Aço, representou uma concepção concorrente de Europa que enfraqueceu, nos anos de 1950 e 1960, a visão de uma Europa de elites de crença superior, de raça pura, oposta à imigração, voltada para si mesma, menosprezadora dos “elos fracos” da sociedade (pobre, deficientes físicos ou mentais, ciganos, homossexuais, negros, árabes, judeus). (v. [Democracia](#), [Inimigo](#) & [Homossexualidade e Revolta](#)) O contexto da [Guerra Fria](#) e do conflito Leste-Oeste manteve latente a concepção de uma Europa una, santa, ocidental e branca, visceralmente anticomunista, independente de blocos e cuja efetivação pressupunha que “cada nação tenha realizado sua [revolução](#) social e nacional”. O Movimento Social Europeu (MSE), fundado em Malmo (Suécia) em 1950, constituiu a Europa de uma “Internacional de Direita” composta por representantes da Áustria, Alemanha, Bélgica, Suíça, França, Itália e Inglaterra. O MSE desapareceu em 1960. (v. [Partido Político de Direita](#)) Esse movimento pareceu pouco agressivo aos fundadores, em setembro de 1951, da Nova Ordem Européia (NOE), por instigação de radicais de direita franceses, belgas e suíços. A publicação belga *L'Europe réelle*, defensora da “raça européia”, proclamou anos a fio que seria a trincheira de todos os “contra”: contra o comunismo, o capitalismo, os judeus-americanos, o colonialismo (por ojeriza à miscigenação). (v. [Judeu](#) & [Nouvelle Droite](#)) Com sede em Lausanne (Suíça), a NOE subsiste em 1997. A versão racista da concepção purista da Europa é defendida pela *World Union of National Socialists* (Inglaterra, 1962), pelo *NSDAP-AO* (partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães – Organização Estrangeira, proibido na Alemanha em 1971 e recriado nos Estados Unidos em 1974) e pela *Northern League* (Inglaterra, 1958, depois Holanda, 1961). O europeísmo transnacional surge com o líder fascista inglês O. Mosley e com a revista alemã *Nation Europa*. No início dos anos de 1950, aparece na Áustria

o Movimento da Ordem Social Orgânica da Europa (SORBE), filiado ao MSE e publicando o *Europaruf*, de efêmera duração. A proposta de criação de um partido nacional da Europa em 1962 fracassou diante da resistência, sobretudo dos delegados italianos e alemães, em submeter-se a uma direção única. Na Itália, o *Movimento Sociale Italiano* (MSI) reúne, desde 1968, uma Europa latina. O *Europafront*, fundado em Antuérpia, 1963 e extinto em 1965, preconizava a pureza nórdica da raça branca como único fator irrecorrivelmente europeu. Em 1972, por ocasião dos Jogos Olímpicos de Munique, reuniu-se o maior congresso europeu da (extrema-)direita. (v. [Esporte](#) & [Olimpíada e Política](#))

Embora não se tenha criado nenhuma instituição transnacional, os contatos de informação e propaganda reforçaram o intercâmbio entre as agremiações político-ideológicas da Europa ocidental. O desenvolvimento das atividades do GRECE (grupo de pesquisas e estudos sobre o desenvolvimento da civilização européia), ligado ao *Club de l'Horloge* francês, o sucesso eleitoral relativo dos *Republikaner* em Berlim Ocidental (1979) e a ampliação da [Frente Nacional](#) francesa evidenciam o esforço de dar respaldo intelectual e eleitoral à extrema-direita. Em 1979, com as eleições diretas para o parlamento europeu em Estrasburgo mediante o sistema proporcional de listas, as extremas-direitas européias passaram a ter representantes eleitos no seio de uma organização cuja filosofia política, em princípio, desprezam. (v. [Ditadura](#)) O desmoronamento ideológico do “inimigo da civilização ocidental”, o comunismo, ensejou um renascimento intra- e internacional da “Europa pura e superior” na plataforma de partidos políticos, em oposição à Europa contratual emergente dos Tratados de Roma (1957), Schengen (1985/90) e Maastricht (1991), vistos pelo Partido nacional-democrático alemão (NPD), pelos Republicanos bávaros e pela *Frente Nacional* francesa, por exemplo, como a destruição de suas especificidades nacionais, em torno das quais consideram, respectivamente, que se deveria organizar a “verdadeira Europa”. (v. [Fascismo](#) & [LE PEN, Jean-Marie](#))

Estevão de Rezende Martins

Referências Bibliográficas:

- BACKER, U.; JESSE, F.. *Polinscher Extremismus in der Bundesrepublik Deutschland*. Colônia, Verlag Wissenschaft und Politik, 1989.
- DE BOCK, W. et alii.. *L'Extrême Droite et l'État*. Berchem, Les Éditions EPO, 1981.
- DUDEK, P.; JASCHKE, H. J.. *Entstehung and Entwicklung des Rechtsextremismus tu der Bundesrepublik Deutschland*. Oplande, Westdeutscher Verlag, 1984.
- DURANTON-CABROL, A. M.. *L'Europe de L'Extrême Droite de 1945 a nos jours*. Paris, Complexe, 1991.
- FERRARESI, F.. *La Destra radicela*. Milano, Fletirei, 1984.
- HIRSCHMANN, A. O.. *Deux siècles de réthorique révolutionnaire*. Paris, Fayard, 1991.
- ORY, P. (dir.). *Nouvelle histoire des idées politiques*. Paris, Hachette, 1987.
- TAYLOR, S.. *The National Front in English politics*. Londres, McMillan Press, 1982.
- WINOCK, M.(org.). *La droite depuis 1789: Les hommes, les idées, les réseaux*. Paris, Société des Éditions Scientifiques/Le Seuil, 1995.

EVOLUCIONISMO. A palavra evolução deriva do termo latino *evolutio* e seu significado literal é desenrolar. Ela pode ser empregada neste sentido ou em outros que envolvam a idéia de mudança. Entretanto, nem toda a mudança é evolucionária: existe alteração incessante na superfície do oceano, mas isto não é um processo evolucionário. Implícitos no conceito de evolução estão: (a) mudança continuada; (b) divergência; (c) restrição de oportunidades; e, (d) em um grande número de situações, irreversibilidade. Atualmente, questiona-se se existe uma direção geral para o processo evolutivo orgânico, ou progresso no mesmo. Este, por sua vez, teria sido precedido pela evolução da matéria inorgânica. O surgimento da espécie humana condicionou o aparecimento da cultura, e esta também evoluiu. (v. [Natureza](#))

Atualmente, acredita-se que os fatores básicos que impulsionaram e impulsionam a evolução biológica são a mutação (que consiste em alterações no material genético) e a seleção natural. Em populações pequenas, fatores aleatórios também podem ser importantes e eles são englobados sob o termo geral de *deriva genética*. Já no que se refere à evolução cultural, ainda não há um consenso sobre quais seriam os seus fatores predominantes. Ela se diferencia da orgânica especialmente pela sua rapidez e pela possibilidade de incorporação dos efeitos do uso, uma característica lamarckiana (isto é, desenvolvida especialmente por Jean-Baptiste Lamarck, naturalista francês, 1744-1829) ausente na evolução biológica.

De que maneira o conceito de evolução alterou a nossa visão do mundo e a interpretação do mesmo? Se o universo se encontra em permanente mudança, posições favoráveis a um fixismo rígido devem ser evidentemente questionadas. Foi por este motivo que o livro de Charles Darwin, aparecido em 1859, e que colocou o conceito em bases estritamente científicas [v. [Darwinismo: Teoria](#)] foi tão combatido por elementos conservadores e, especialmente, pela igreja. Deve ser salientado, no entanto, que o conceito pode ser assimilado e manipulado tanto por conservadores quanto liberais, materialistas ou espiritualistas, direitistas ou esquerdistas. (v. [Conservadorismo](#) & [Eugenia](#))

A predominância na biologia moderna do reducionismo (a tendência a explicar o todo através da sua unidade constitutiva, estabelecida através de técnicas analíticas) tem levado a esquemas interpretativos polêmicos. Um deles pode ser englobado sob a denominação geral de [sociobiologia](#) (que foi definida por Edward O. Wilson, em 1975, como “o estudo sistemático da base biológica do [comportamento](#) social”). As interpretações sociobiológicas têm sido fortemente atacadas por elementos liberais que as acusam basicamente de refletirem uma visão de determinismo biológico. Se eventos humanos, condições sociais e a cultura são determinados por nossa biologia, eles não seriam passíveis à mudança (uma crítica infundada, pois biologia não significa destino). Talvez a reação mais forte tenha partido de elementos do movimento feminista, que consideraram muitos dos argumentos sociobiológicos como sexistas. Como exemplo, pode-se considerar a explicação evolucionária (ou sociobiológica) do estupro. Ele derivaria de estratégias evolutivas opostas entre os dois sexos. Como os homens podem inseminar um grande número de mulheres sem a preocupação de terem de enfrentar a gestação da prole e nunca podem ter certeza absoluta sobre a paternidade, a sua tendência “natural” seria a de, em determinadas situações, apelar para o coito forçado. Já as mulheres, que teriam de investir muito mais nos cuidados parentais, procurariam manter um controle maior sobre seus parceiros sexuais. A explicação feminista do fenômeno, por outro lado, é a de que o estupro resulta da dominância masculina nos assuntos sócio-políticos e econômicos, o ato sendo realizado para estabelecer, através da [sexualidade](#), o domínio e o controle dos homens sobre as mulheres. Outros exemplos poderiam ser apresentados, mas o

importante é salientar que os fatos científicos em si existem independentemente da ética. É nosso dever, no entanto, evitar a sua utilização de maneira que venha a prejudicar outros membros da comunidade universal. O conceito mais importante derivado do evolucionismo é o de que fazemos parte, todos, de uma grande irmandade cósmica.(v.[Darwinismo e Evolução](#))

Francisco M. Salzano

Referências Bibliográficas:

ELLIS, L. Theories of Rape: Inquiries into the Causes of Sexual Aggression. New York, Hemisphere, 1989.

FREIRE-MAIA, N. Teoria da Evolução: de Darwin à Teoria Sintética. Belo Horizonte/ São Paulo, Editora Itatiaia/EdUSP, 1988.

SALZANO, F.M. Biologia, Cultura e Evolução. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993. 2ª. edição.

SALZANO, F.M. Evolução do Mundo e do Homem: Liberdade ou Organização? Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

WILSON, E.O. Da Natureza Humana. São Paulo, T.A. Queiroz/EdUSP, 1981.

EXTREMA-DIREITA NA ÁUSTRIA. A extrema-direita como corrente político-ideológica tem causas tanto sociais atuais (mudanças na estrutura econômico-social, desemprego, convulsões políticas, migrações e os medos, frustrações e agressões a elas vinculadas) quanto nas tradições históricas, embora tenhamos que considerar que na Alemanha e na Áustria haja uma continuidade [política](#), ideológica e pessoal específica do nacional-socialismo e seus antecedentes e precursores. (v. [Fascismo](#)) A [Guerra Fria](#) entre os Aliados, a malograda desnazificação, o oportunismo político dos partidos austríacos em relação aos antigos nacional-socialistas puseram fim ao espírito do antifascismo” de 1945 no final da década de 1940 e nos anos de 1950, possibilitando a reconstituição da “Terceira Ala” (Dritter Lager) do [nacionalismo](#) alemão de extrema-direita. Na “Federação dos Independentes” (Verband der Unabhängigen-VdU) de 1949 e seu sucessor, o [Partido da Liberdade Austríaco](#) (Freiheitliche Partei Österreichs-FPÖ) de 1956 – que abrange um amplo espectro político, desde o neonazismo pouco disfarçado até o nacionalismo alemão moderado –, a ala “nacional” encontrou a sua representação parlamentar. O meio acadêmico e estudantil foi, como na década de 1930, o baluarte do nacionalismo alemão e da extrema-direita. Os membros das Agremiações Estudantis (Burschenschaften), das associações de estudantes de esgrima (schlagende Verbindungen) e do Círculo Liberal de Estudantes (Ring Freiheitlicher Studenten-RFS) entraram em cena por volta de 1960, inclusive com atos terroristas, durante a crise do sul do Tirol (deflagrada entre a Áustria e a Itália). Entretanto, o Partido Nacional Democrata (Nationaldemokratische Partei-NDP) – que resultou da cisão do FPÖ provocada por essas forças em 1966 – não pôde obter sucesso depois de 1968 devido às suas orientações gerais para a esquerda, e acabou sendo proibido mais tarde em razão de suas tendências nacional-socialistas. Durante o período de governo do SPÖ (Partido Socialista da Áustria), sob a direção de Bruno Kreisky (1970-1983), houve um processo de estagnação e declínio das organizações de extrema-direita. O RFS, por exemplo, decresceu de 30% para menos de 5% nas eleições estudantis.

Um marco decisivo para o desenvolvimento futuro de toda a “Terceira Ala” foi a convenção do partido FPÖ em Innsbruck, em 1986, quando a direção liberal em torno do vice-chanceler Norbert Steger foi derrubada e Jörg Haider assumiu o comando do FPÖ como a figura exponencial da ala tradicionalmente “nacional” de direita. Em decorrência dessa guinada para a direita, houve uma polarização: por um lado, a maior parte dos extremistas de direita, assim como alguns antigos ativistas neonazistas, seguiu Haider e seu FPÖ e, assim, logo puderam assumir funções e mandatos no partido; por outro lado, os outros restantes pequenos grupos neonazistas radicalizaram, difundindo a propaganda nacional-socialista cada vez mais abertamente, sobretudo a negação do [holocausto](#). (v. [Revisionismo/Negacionismo](#)) A condenação em tribunal de ativistas-chefe como Walter Ochsensberger, Gottfried Küssel, Hans Jörg Schimanek jun. e Gerd Honsik – possível por uma emenda da lei de proibição de partidos nacional-socialistas de 1992 – destruiu em grande parte as estruturas neonazistas. Os grupos dos [skinheads](#), [hooligans](#) e das torcidas de [futebol](#) que se desenvolveram na década de 80 não atingiram na Áustria nem as proporções nem a intensidade que alcançaram noutros países ocidentais; nem se encontrou ali o uso maciço da violência de extrema-direita e xenofóbica por parte principalmente dos jovens, como aconteceu na Alemanha. (v. [Skinheads e Anomia](#)) Os ataques com cartas-bomba contra estrangeiros e minorias desde 1993 puderam ser esclarecidos. (v. [Alteridade](#) & [Neofascismo na Alemanha](#))

A maioria das organizações austríacas de extrema-direita, em especial as federações de veteranos que ainda têm influência política, está marcada pelo envelhecimento. Uma exceção é a ÖTB (Österreiche Turnerbund), a Federação Austríaca de Atletas, embora não se possa classificar de extremistas de direita todos os seus mais de setenta mil membros. As ligações entre organizações de extrema-direita e o FPÖ – especialmente em escala individual – cresceu fortemente sob o comando de Haider, sendo que é preciso mencionar, ao lado do FPÖ, a “Corporação Austríaca” (Österreichische Landsmannschaft) com a revista ”Eckartbote” e as publicações ”Eckartschriften”. A função integradora de tais organizações fica mais evidente na “Comunidade de Ação pela Política Democrática” (Aktionsgemeinschaft für demokratische Politik-AFP) que, além de realizar “academias políticas” com participação de extremistas de direita austríacos e estrangeiros (como, por exemplo, Pedro Varela da CEDADE espanhola) e políticos do FPÖ, deu cobertura à organização paramilitar Trenck (Wehrsportgruppe Trenck) – um grupo neonazista armado. As múltiplas ligações e entrelaçamentos internacionais de grupos de extrema-direita transferiram-se do âmbito das manifestações públicas para redes de comunicação virtual em função da uma legislação austríaca mais rígida. (v. [Ku Klux Klan](#))

O FPÖ de Haider, que desde 1986 vem se deslocando continuamente para a direita radical, deve ser considerado devido à sua força parlamentar e à sua influência na política como a maior potência da extrema-direita austríaca. O que marcou o caminho do FPÖ de Haider para a extrema-direita foram a declaração de Haider acerca da “política efetiva de emprego” do “Terceiro [Reich](#)” e sua destituição em seguida do cargo de Governador de Kärnten em 1991, o “Plebiscito” contra ”Estrangeiros” do FPÖ no início de 1993 e a decorrente cisão do “Fórum Liberal”, a negação dos direitos universais do Homem e a apologia de Haider à Waffen-SS no encontro de ex-membros da SS em Krumpendorf em 1995. (v. [Conservadorismo](#)) Um dos ápices dessa tendência foi a profanação do cemitério [judeu](#) de Eisenstadt em 1992, praticada por dois jovens funcionários da FPÖ do Burgenland, que tinham sido recrutados ainda como estudantes por seu professor Karl Schweitzer, mais tarde secretário-geral do FPÖ. Eles deixaram no local um panfleto assumindo a autoria do ato, no qual enviavam uma “saudação ariana” para seu “ídolo Jörg Haider”. Os valores redescobertos na discussão do programa do FPÖ em 1997 – “patriotismo austríaco” e ”cristianismo defensável” – são uma simples camuflagem para ganhar legitimação política e tornar-se hábil em fazer coligações, o que deveria possibilitar a almejada mudança do sistema para um Estado autoritário (“Terceira República”/Dritte Republik). (v. [Autoritarismo](#)) Enquanto que grupos tradicionais de extrema-direita não representam um fator decisivo na vida política austríaca, o FPÖ de Haider pode concretizar – pelo menos parcialmente e mesmo sem participação direta no governo – concepções políticas e, sobretudo, medidas restritivas contra estrangeiros, colocando os partidos governistas sob pressão constante através dos sucessos obtidos em eleições e graças ao apoio dos tablóides. (v. [Ideologia](#) & [Partido Político de Direita](#))

Brigitte Bailer-Galanda
Wolfgang Neugebauer

Referências Bibliográficas:

- Handbuch des österreichischen Rechtsextremismus (Manual extrema-direita austríaca), nova edição atualizada e aumentada. Viena, Deuticke, 1996.
- BAILER-GALANDA, Brigitte; NEUGEBAUER, Wolfgang. Haider und die Freiheitlichen in Österreich (Haider e os liberais na Áustria). Berlim, Elefant Press, 1997.
- BAILER-GALANDA, Brigitte; NEUGEBAUER, Wolfgang. Incurrigibly Right: Right-wing Extremists, “Revisionists” and Anti-Semites in Austrian Politics Today. Viena/Nova York, 1996.

Das Netz des Hasses. Rassistische, rechtsextreme und neonazistische Propaganda im Internet (A rede do ódio. Propaganda racista, extremista de direita e neonazista na Internet). Viena, Deuticke, 1997.

Estremismo di destra e “revisionismo”: il caso austriaco. In: Qualestoria, anno XXIV, no. 1, Trieste: 1996.

EZRA POUND (1885 - 1972). Ezra Loomis Pound nasceu a 30 de outubro de 1885 em Hailey, Idaho (EUA). Poeta de grande influência, principalmente durante os anos de 1920 e 1930, Pound teria decidido ser o maior poeta vivo de seu tempo desde muito cedo. Em 1901, matriculou-se na Universidade da Pensilvânia (Filadélfia). Logo estaria lendo Catulo, Bowring e Ernest Dowson, todos, posteriormente, influências significativas na sua obra. Em 1903, deixaria a Universidade da Pensilvânia para estudar no Hamilton College, em Clinton, no estado de Nova Iorque. Voltaria à Universidade da Pensilvânia, em 1905, para os mesmos estudos e, em junho de 1906, concluiria na mesma o mestrado em artes. Em 1906, a Universidade lhe ofereceu uma bolsa de estudos de pós-graduação em línguas românicas, pelo Fundo Harrison. Assim, partiu para Europa e, ao voltar em 1907, assumiu cargo de acadêmico no Wabash College, em Crawfordsville (Indiana). No entanto, entraria em choque com o sistema acadêmico e retornaria à Europa, vivendo lá como o estrangeiro a que sempre se referiu em sua obra.

Fora para a Itália em 1908, onde publicou seu primeiro livro, *A Lume Spento*, seguido de *Personae of Ezra Pound* e *Exultations of Ezra Pound* (1909). Estabelecido na cidade de Londres, em 1909, mas com visitas freqüentes a todo o continente europeu, empenhou-se para promover sua carreira literária como poeta e crítico, permanecendo nela até 1920. Sobre as primeiras publicações, os críticos dizem serem atrasadamente românticas e muito imitativas do estilo de Robert Browning. Em 1917, começa o *Credo*, chamando por inovações na poesia, com liberdade emocional total, o que o tornaria um dos fundadores do *imagismo*. Fundou e editou a revista literária *Blast* em 1914; mais tarde foi editor de *Harriet Monroe's Chicago Poetry*. Durante o tempo que esteve em Londres, também fez várias traduções de obras chinesas, sendo um dos maiores pregadores do modernismo. (v. [Modernismo nas Artes](#))

Começaria, ao final de sua estada em Londres, investigações sobre a Primeira Guerra Mundial, tendo sido crítico atuante do que considerava democracias liberais falidas, como a dos EUA. Em 1920, dirige-se a Paris, onde se encontra pela primeira vez com James Joyce. Em 1921, muda-se definitivamente para Paris e começa a trabalhar em sua ópera *Le Testament*. Ainda em Paris, investe nos primeiros dezesseis *Cantos* – obra mais reconhecida de sua carreira. Mudar-se-ia para a Itália em 1924, dando continuidade aos *Cantos* e, um ano depois, *A Draft of XVI Cantos* é publicado em Paris. Outros *Cantos* vão surgindo, até que outras obras em prosa vão sendo publicadas como críticas literárias e econômicas. A sua obra é muitas vezes caracterizada como confusa, desarmônica, obscura, fragmentada e desorganizada, mas ainda assim assumiu respeitável lugar no movimento modernista daqueles anos.

Aos poucos, as suas atividades políticas vão se tornando organizadas, pronunciadas e obsessivas, até que Pound é apresentado à [Mussolini](#) em 1933, posicionando-se definitivamente ao lado do [fascismo](#). Em 1939, visita os EUA com o intuito declarado de impedir o seu envolvimento na guerra. Assim, seu jornalismo, literatura e volumosa correspondência vão sendo direcionados ao apoio dos regimes de Mussolini e [Hitler](#). Durante a Segunda Guerra Mundial, escrevia fortes artigos anti-semitas que seriam veiculados principalmente nas imprensas japonesa e italiana. Sempre de maneira muito exasperada, falava o que pensava, principalmente em relação ao seu declarado anti-semitismo, atribuindo à traição dos judeus os males do mundo. (v. [Judeu](#)) Em 1941, ainda tenta um requerimento para votar aos EUA, que lhe é negado. Com isso, Pound fora indiciado por traição pelo

procurador geral dos EUA em 1943 e, posteriormente, foi entregue às autoridades norte-americanas pela resistência italiana, que lhe deteve num campo em Pisa – onde escreveria os premiados e polêmicos *Pisan Cantos*. É encarcerado numa prisão em Washington até que lhe é atribuída insanidade mental – o que lhe confere o direito de não ser julgado. Assim, é transferido para o hospício de Sta. Elisabeth.

Com a retomada do interesse crítico por sua obra nos anos de 1950, Pound é libertado em 1956 após campanha na Europa e EUA e, em 1958, é retirada a acusação de traição que pesava sobre si quando volta à Itália. Morreria em Veneza a 1º de Novembro de 1972.

Sabrina Evangelista Medeiros

Referências Bibliográficas:

ACKROYD, Peter. Ezra Pound - 1885-1972. Série Vidas Literárias. Rio de Janeiro, Zahar, 1991.

CAMPOS, Augusto de (org. e crítica). Poesia: Ezra Pound. Brasília, Ed.UnB, 1983.

SULLIVAN, J.P. Ezra Pound: a Critical Anthology. In: THE Mc GRAW-HILL ENCYCLOPEDIA OF WORLD BIOGRAPHY. New York, Mc GRAW-HILL Book Company, 1973.

F

FALANGE ESPANHOLA (F.E.). Durante as três primeiras décadas do século XX, a Espanha representou aquilo que o historiador Pierre Broué chamou de "o arcaísmo do [ocidente](#)", ou seja, um país profundamente arraigado em seu passado. Durante muito tempo, as forças tradicionalistas souberam manter e vangloriar sua *hispanidad* frente às correntes políticas e econômicas modernas que despontavam desde o século XIX, mas já na década de 1930 tal situação se tornou insustentável. (v. [Atraso](#), [Conservadorismo](#) & [Franquismo](#)) A mudança da forma de Governo monárquica para a republicana, em 1931, proporcionou uma boa oportunidade para que as oposições da velha ordem (sobretudo os liberais e as forças do movimento operário) aspirassem à conquista do poder político através de eleições e de um regime democrático e parlamentar. (v. [Baderna](#) & [Liberalismo](#)) Neste contexto, as forças conservadoras ora se agruparam nos partidos existentes ora criaram novos partidos com o objetivo de restaurar seu prestígio e deter o avanço das forças progressistas no país. Um dos partidos criados por essas forças foi a Falange Espanhola (F.E.). (v. [Política](#) & [Partido Político de Direita](#))

A Falange Espanhola (F.E.), um agrupamento político paramilitar de extrema-direita, foi fundado em 29 de outubro de 1933 por José Antonio Primo de Rivera, filho do ditador Miguel Primo de Rivera y Orbaneja, que governou a Espanha de 1923 até 1930, após tomar o poder através de um golpe militar. Já no começo de 1934, a Falange Espanhola se tornou mais popular do que o isolado movimento da *Comunión Tradicionalista Carlista* – uma organização que defendia a volta da forma de Governo monárquica –, do que as *Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (J.O.N.S.) e do que todos os outros grupos direitistas espanhóis da década de 1930, recebendo o apoio de seguidores do ex-ditador Miguel Primo de Rivera, de alguns monárquicos ligados a Juan Antonio Ansaldo (procedentes da “Renovación Española”) e também de estudantes e militares. A existência de elementos oriundos de grupos heterogêneos no seio do partido muitas vezes gerou conflitos que acabaram por colocar em risco a própria existência do movimento. Para José Antonio Primo de Rivera, a F.E. representava um movimento a serviço da salvaguarda do espírito religioso espanhol, da afirmação do nacionalismo, do desaparecimento dos partidos políticos e da constituição de um Estado Totalitário, organizado sobre as bases das conhecidas unidades naturais portadoras da chamada *hispanidad*: a [família](#), o município e a corporação.[v. [Chauvinismo](#) & [Sociedade Civil](#)]

Em 13 de fevereiro de 1934, ocorre a fusão da Falange Espanhola com as Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista, uma outra organização de extrema-direita da época, formando a *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (F. E. de las J.O.N.S.). Para tornar clara a posição ideológica dessa nova organização e assegurar sua estabilidade, José Antonio Primo de Rivera (chefe da Falange) e Ramiro Ledesma Ramos (chefe das J.O.N.S.) elaboram um programa de 27 Pontos, divididos em seis partes. Na parte intitulada “Nación. Unidad. Império”, os partidários da organização conclamam uma Espanha una, indivisível, contrária a qualquer poder regional *desintegrador* (como uma “unidade de destino no universal”), com a afirmação da vocação histórica da Espanha de ser um Império, o que por si só torna evidente os objetivos de expansão territorial a serem alcançadas naquele contexto. Na parte referente à “[Economia](#). Trabajo. Lucha de Clases”, o caráter fascista do partido se torna evidente quando defende uma ordem social e econômica corporativa “*mediante um sistema de sindicatos verticais por ramos da produção, a serviço da integridade econômica nacional*”, com o repúdio ao sistema capitalista que, segundo eles, “se

afasta das necessidades populares, desumaniza a propriedade privada, aglomera os trabalhadores em massas propícias à miséria e ao desespero”. (v. [Fascismo](#)) A teoria marxista e o socialismo como alternativas para o capitalismo são igualmente repudiados, pois os falangistas “*orientam o ímpeto da classe trabalhadora*” (que se encontraria desagregada devido ao marxismo) no sentido de participar da construção do Estado nacional-sindicalista, que “*não se inibirá para acabar com as lutas econômicas entre os homens, nem assistirá impassível à dominação da classe mais fraca pela classe mais forte*”, pois o regime a ser adotado tornaria “*radicalmente impossível a luta de classes*”, exaltando o dogma de que todos cooperam com a produção e constituem uma “*totalidade orgânica*”. O ponto mais importante do programa e que causará uma grande polêmica nos anos posteriores é o referente à chamada “[Revolução Nacional](#)”, que se traduz em uma estratégia de tomada do poder somente pelos falangistas, sem qualquer interferência de outros grupos, principalmente monárquicos e militares.[v. [Corporativismo: Teoria & Estatismo](#)]

Durante o Governo de Lerroux (1934-1936) – marcado pela demonstração de força do movimento operário (com a realização de várias [greves](#)), dividido entre anarquistas, comunistas e demais partidos de esquerda –, os falangistas tentaram se impor dentro do campo da direita utilizando-se basicamente do terrorismo político e da violência (ataques a sedes de partidos e movimentos políticos de esquerda e assassinato de seus líderes) como formas de aniquilação do adversário e como parte constitutiva de seu poder. (v. [Anticomunismo](#) & [Tortura](#)) Com a vitória da Frente Popular (fevereiro de 1936), que representou uma aliança centrada na unidade de ação dos partidos de esquerda, democráticos e antifascistas, a Falange foi posta na ilegalidade. (v. [Democracia](#)) No início da Guerra Civil (1936-1939), os principais líderes falangistas foram fuzilados, entre os quais: José Antonio Primo de Rivera, Ramiro Ledesma Ramos, Onesimo Redondo e Ruiz de Alda. O partido ficou sem um líder. Francisco Franco - temendo o perigo de que os falangistas históricos (*camisas viejas*) tomassem sozinhos o poder, conforme seu programa, e também temendo o fato de as milícias do partido terem participado permanentemente da guerra - acabou se apoderando do movimento. Através de negociações dirigidas por seu cunhado e futuro Ministro das Relações Exteriores, Franco concretiza a fusão da F.E. y de las J.O.N.S. com mais uma organização, a “Comunión Tradicionalista Carlista”, formando a Falange Española Tradicionalista de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (F.E. y de las J.O.N.S.). O decreto de unificação dos partidos de 19 de abril de 1937 representou o fim da Falange em sua forma antiga, com a adoção do mesmo programa anterior e a eliminação dos pontos referentes à “Revolução Nacional”. Com o fim da guerra, o regime instaurado ficou basicamente marcado pela autoridade pessoal e absoluta do general Francisco Franco. Assim, a Falange foi transformada em uma simples parte de uma unidade maior, o chamado Partido do Movimento. Esse foi o único partido existente nos 39 anos do regime de Francisco Franco. (v. [Autoritarismo](#), [Ditadura](#) & [Tradição](#))

Carlos Alberto Coutinho Neves de Almeida

Referências Bibliográficas:

- ARTOLA, Miguel . Partidos y Programas Políticos 1808-1936. Madrid, Alianza Editorial, 1991. 2 vols.
- JÖRG- RHUL, Klaus. Franco, Falange y III Reich. Madrid, Akal, 1986.
- PAYNE, Stanley. El Régimen de Franco. Madrid, Alianza Editorial, 1987.
- PRIMO DE RIVERA, José Antonio. “Doctrina y Acción”. Buenos Ayres, Tizona, 1991.
- SCHIEDER, Wolfgang. “Fascismo”. In: *Marxismo y Democracia*, Historia 3. Madrid, Rioduero, 1975. pp. 97-132.

FAMÍLIA. O termo "família" é tido hoje em dia como denominação cristalina para o conjunto pai, mãe e filhos, forma tida como universal e "natural", isto é, conforme a [natureza](#). (v. [Homossexualidade e Política](#)) Eventualmente, inclui-se no termo as famílias de origem: avós, sogros, cunhados e irmãos. Mais recentemente, tem-se admitido essa denominação para a "família" sem um dos cônjuges, em geral, o pai. Um olhar panorâmico sobre a história humana, entretanto, desfará esta imagem, mostrará o quanto ela faz parte do conjunto ideológico de valores forjado pela burguesia em sua ascensão ao poder, especialmente a partir do século XVIII. Esse olhar mostrará que a instituição familiar, desde a sua origem, esteve sempre explicitamente associada à propriedade, isto é, ao patrimônio. Não custa lembrar as denegridas obras oitocentistas de Friedrich Engels (*Origem da família, da propriedade e do Estado*) e de Lewis Morgan (*A sociedade primitiva*), consideradas hoje superadas pelos antropólogos. Apesar de erros de detalhes e pendor para o [evolucionismo](#), essas obras, assim como todas as pesquisas históricas sobre períodos anteriores à ascensão da burguesia, reafirmam que a família, como seu próprio nome indica - *famulus* é escravo, em latim -, designa desde sua origem a propriedade pelo *pater familias* dos instrumentos, dos animais, dos escravos, dos filhos e da esposa. (v. [Conservadorismo](#) & [Masculino/Feminino](#))

Os estudos históricos de períodos anteriores ao século XVIII demonstram que o patrimônio - ainda não se usava a expressão "propriedade privada" - era composto não apenas de bens materiais, mas também de "bens morais", mais precisamente da honra, dependente direta das questões ligadas ao [casamento](#), aos dotes matrimoniais e ao [comportamento](#) das mulheres. Em Portugal, por exemplo - e isso vale para o Brasil colonial -, o patrimônio era composto da parte material, a "fazenda", e da parte imaterial, a honra, concretizada na fidelidade das esposas e na castidade das donzelas, isto é, em sua virgindade. Aquele que atentasse para com a propriedade do *pater familias* era tido como um ladrão qualquer. Desvirginar uma "moça de família" (naturalmente isso só valia para as famílias com patrimônio) era "roubar a flor". Da mesma forma, o homem que tinha relações com uma mulher casada "de família", isto é, de família de patrimônio, roubava do marido a honra e devia, para ser perdoado pela Igreja, restituir em dinheiro o dano feito. Nessa estrutura familiar, a esposa é tida como guardiã do patrimônio; não exatamente a dona de casa de hoje, mas aquela que zela pela conservação do patrimônio material e moral da "casa", isto é, da família. Mal se falava dos filhos e do dever maternal da mãe e, quando se falava, tratava-se justamente do alvorecer do espírito moderno, isto é, burguês. Os filhos deviam respeito e obediência aos pais, vale dizer, ao pai. Só disso tratam os textos antes do século XVIII. (v. [Autoridade](#))

Com a ascensão da burguesia, processo político que é precedido e acompanhado de um conjunto de mudanças no padrão de mentalidade concernente a diversas questões, desenha-se de maneira até então desconhecida uma divisão clara entre mundo privado e mundo público, passando a família a constituir o espaço privilegiado desse mundo privado, onde se expandem e se realizam os sentimentos e o íntimo do indivíduo.[v. [Asilo](#) & [Liberalismo](#)] Tal como a família tradicional, esta família continua sendo patriarcal, ou seja, o pai continua mandando, mas seu império é nuançado pela divisão entre espaço público, onde o homem exerce a política democrática, e espaço privado, onde reina a rainha do lar, a mãe amante incondicional dos filhos e sua educadora. No entanto, a partir de então a família é outra coisa, ela é o que se conhece hoje, isto é, pai, mãe e filhos, uma família nuclear, intimista, da qual estão excluídos até, idealmente, os criados. Na construção ideal desta família, tem papel primordial o iluminista Jean-Jacques Rousseau, com suas obras *Émile* e *La nouvelle Héloïse*, onde

teorizou longamente sobre o papel de sacrifício da esposa, agora metamorfoseada em mãe. O século XIX consagrou as idéias de Rousseau, a era vitoriana generalizou-as e a psicanálise de Freud viria a sistematizá-las cientificamente no padrão de normalidade feminina. No Brasil, essa [ideologia](#) burguesa referente à família chegou-nos, como tantas outras modernidades européias, no século XIX e se materializou em uma série de novas atitudes expressas na medicina, na higiene pública e na administração familiar, substituindo-se o poder do padre pelo do médico. Mas o ideal de privacidade, de defesa do espaço privado, nunca foi integralmente adotado no Brasil. Os resquícios da escravidão na vida familiar presentes com a empregada morando em casa, às vezes considerada "quase da família" e, sobretudo, com a "babá" - aquela que faz o serviço quotidiano com as crianças pequenas – prova que Rousseau só foi adotado parcialmente, ou seja, na aparência, nos detalhes estéticos. De tudo isso, pode-se concluir que a família é uma das mais sólidas instituições de conservação do *status quo*, qualquer que seja ele. A família é, pela sua natureza, ordem, instituição, o contrário do amor livre e da espontaneidade. (v. [Aborto](#), [Feminismo](#) & [Sociedade Civil](#))

Angela Mendes de Almeida

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Angela Mendes de. O gosto do pecado - Casamento e sexualidade nos manuais de confesores dos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- ALMEIDA, Angela Mendes de et alii. Pensando a família no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo, 1987.
- INCAO, Maria Angela d'. Sentimentos modernos de família. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- Revista Brasileira de História:** Família e grupos de convívio, nº 17. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A família brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1983.

FASCIO. A palavra *fascio* deriva do latim significando feixe. A denominação é usada para designar o feixe transportado pelos litores, oficiais romanos que acompanhavam os magistrados no Império Romano. A denominação "*fascio*" havia sido utilizada para designar grupos que tinham lutas ou princípios comuns. Foi o caso de Corridori e dos "fasci de [Marinetti](#)" - líder do movimento futurista - e, mais tarde, de [Grabriele D'Annunzio](#). (v. [Arditi](#)) Os fascistas se organizam, a partir de 1919, em "*fasci de combattimento*", grupos de caráter paramilitar. Os grupos de combate são organizados nas principais cidades italianas. Os membros são treinados, uniformizados, recebem armas e insígnias, sendo comandados por oficiais do exército. Industriais e proprietários de terras passam a financiar as forças fascistas, dando-lhes armas e suprimentos. Os *fasci* travaram lutas com as forças públicas e com as organizações socialistas de trabalhadores. As lutas travadas contra as forças italianas cessaram a partir de 1921, aumentando a força da ação contra os comunistas a partir de 1922, ou seja, logo após a criação do partido Comunista Italiano. O confronto entre as "brigadas" fascista e os socialistas, divididos em pequenos grupos e sem uma ação comum em nível nacional, demonstra a superioridade organizativa dos fascistas. O movimento começa a ter repercussão nacional e aumenta o número de adeptos. No início, os *fasci* conquistam e organizam a massa proletária desarticulada e desesperançada. Mais tarde, atua junto às camadas médias da população. O confronto entre grupos de socialistas e as brigadas fascistas dá início a uma guerra civil. Enquanto camponeses lutam contra os proprietários, os operários contra os patrões, os dois grupos têm ainda de lutar contra camponeses e operários alinhados no movimento fascista. A luta não é apenas travada nas ruas (com perdas de mais de 40.000 vidas), mas também na imprensa e no Parlamento. O comandante nacional dos *fasci* é o *Duce*(chefe), cargo que foi ocupado por [Mussolini](#) entre 1922 e 1945. (v. [Autoridade](#)) O *fascio* é responsável tanto pela invasão e conquista do Fiume quanto pela organização das invasões das cidades italianas que precederam a invasão de Roma. A Marcha sobre Roma foi a maior ação das brigadas fascistas. (v. [Autoritarismo](#)) As brigadas fascistas, com o apoio de industriais e proprietários de terras, ampliaram o seu poder bélico. Os "fasci" chegam ao número de 2.200, armados e organizados em toda a Itália, tendo uma tropa de 320.000 homens. A tomada de poder era apenas uma questão de tempo. Ao assumir o Gabinete em 1922, Mussolini institucionaliza o *fascio*, organizando-o como força pública. As brigadas fascistas tornaram-se força militar, sendo coordenadas por uma Secretaria de Estado. Os *fasci* ganharam em Roma o Palácio do Littorio, que passa a coordenar as atividades de organização e divulgação do [fascismo](#) italiano no mundo. Os *fasci* organizados no exterior tinham caráter político. Não havia necessidade de brigadas de choque, mas de integração mundial entre os italianos que viviam no exterior sob a égide do fascismo. No exterior, o *fascio* funcionava junto às embaixadas e consulados, reunindo as principais lideranças italianas locais. No *fascio*, funcionava o *Altar da Pátria*, local de culto e comemorações ao fascismo e a seu líder, o Duce Mussolini. [v. [Fascismo: Movimento](#) & [Fascismo na Itália](#)]

Loraine Slomp Giron

Referências Bibliográficas:

FERMI, Laura. Mussolini. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.

GIRON, Loraine Slomp. As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Parlenda, 1994.

MUSSOLINI, Benito. Scritti e discorsi. Milano, Hoelpi, 1935.

PARIS, Robert. As origens do fascismo. São Paulo, Perspectiva, 1976.

TRENTIN, Silvio; TRENTO, Angelo. O fascismo italiano. São Paulo, Ática, 1986.

FASCISMO. Memória e Historiografia. Denominamos de fascismo, algumas vezes mais corretamente no plural – *fascismos* –, o conjunto de movimentos e regimes de extrema-direita que dominou um grande número de países europeus desde o início dos anos de 1920 até 1945. Assim, as expressões nazismo, nacional-socialismo, hitlerismo, etc... recobririam uma só realidade [política](#), os regimes de extrema-direita que dominaram vários países no período em questão. A denominação genérica *fascismo* se deve à primazia cronológica do [fascismo na Itália](#), estabelecido no poder em 1922 – constituído em movimento político de identidade própria pouco antes –, e ao fato de ter servido de modelo à maioria dos regimes de extrema-direita. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) A expressão fascismo deriva de uma antiga expressão latina, [fascio](#), que denominava o feixes de varas carregados pelos *litores* na Roma Antiga e com os quais se aplicava a justiça. Esta mesma imagem foi utilizada pelos jacobinos como símbolo de liberdade durante a [Revolução](#) Francesa e, já no século XIX, foi utilizada como símbolo da unidade nacional e de ação política no *Risorgimento* italiano. No transcorrer deste “longo século”, os aspectos relativos à justiça e à igualdade foram cada vez mais valorizados, como podem ser observados a partir do movimento dos trabalhadores sicilianos no biênio 1893-94 ou, após 1914, a partir dos intervencionistas de esquerda interessados na entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial. No seu sentido atual, como símbolo de um movimento de extrema-direita, o *fascio* foi assumido pelo poeta [Filippo Marinetti](#), já em 1917, com nítido sentido nacionalista e autoritário. (v. [Chauvinismo & Futurismo](#)) Consumava-se, então, uma ampla migração de um símbolo até então típico da esquerda e dos movimentos trabalhistas para o campo da direita ultra-nacionalista. Embora constitua-se num tema clássico da [História](#) do Tempo Presente e talvez um dos fenômenos históricos com a mais ampla e contraditória bibliografia, o fascismo conheceu uma vigorosa retomada de interesse após o final da década de 1980, com novas abordagens e novas teorias explicativas. Tal fato se deve fundamentalmente a três razões: *i.* após os 50 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, vários países, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Federação Russa, começaram a publicar os seus arquivos, grande parte referente ao fascismo; *ii.* a Reunificação Alemã a partir do fim do Muro de Berlin em 1989 possibilitou a devolução e abertura de arquivos especificamente dedicados ao fascismo, como o Centro de Documentação de Berlin (antes de posse dos Estados Unidos), no qual estão incluídos os arquivos da [GESTAPO](#); *iii.* e, por fim, mas talvez de suma importância, o ressurgimento do fascismo como movimento de massas em países como a França, Itália, Federação Russa ou na própria Alemanha obrigou os pesquisadores a rever as análises do fascismo que o vinculavam diretamente à conjuntura do pós Primeira Guerra Mundial.

Desta forma, a historiografia anterior aos anos de 1980, de cunho por demais *histórico*, começou a abrir espaço para análises mais conceituais, onde o fenômeno fascista surge como uma possibilidade da moderna sociedade de massas e não apenas de um período histórico determinado e já findo da aventura humana. A insistência – em consonância com a historiografia mais atual sobre o tema – na unidade fenomênica do fascismo insere-se na preocupação em apresentar uma teoria explicativa geral deste tipo de movimento político, superando uma das características básicas dos estudos do fascismo no imediato pós-guerra: a fragmentação da análise em diversas narrativas descritivas e históricas, onde o fascismo aparecia como uma etapa da história da Alemanha (e, algumas poucas vezes, da Itália). (v. [Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas](#)) Uma das abordagens sobre o fascismo mais conhecida que surgira no imediato pós-guerra e que fora muito popularizada na mídia defendia uma visão única e exclusivista do fenômeno, centrando toda a atenção na Alemanha

e utilizando exclusivamente a expressão *nazismo*. Não se pode ignorar que, na conjuntura da [Guerra Fria](#), a interferência de fatores políticos na interpretação do fenômeno foi bastante direta. Assim, logo após a liquidação da Alemanha nazista em 1945 foram iniciados estudos que pretendiam estabelecer a natureza *mais ou menos* fascista de regimes como aqueles da Itália, Hungria, Croácia, Eslováquia ou Romênia, daí derivando o caráter *mais ou menos* profundo da punição imposta pelos aliados vitoriosos. Casos especiais – como o Japão, a Espanha e Portugal – eram rapidamente afastados do debate (especialmente pelos Estados Unidos) em função do antagonismo já nítido entre este e a URSS. Desta forma, culpabilizar um conjunto muito amplo de países poderia afastar as antigas elites políticas do poder e favorecer a sovietação dos países em questão. Por outro lado, em casos como o [Regime de Vichy](#) na França ou mesmo a Itália, a lenda da resistência recobria todo o período, relegando o colaboracionismo de fundo ideológico e voluntário ao esquecimento. Para grande parte das elites locais enfraquecidas, humilhadas e desacreditadas pela guerra, a culpabilização pelos seus horrores seria o tiro de misericórdia nas suas pretensões de retornar ao poder. Frente aos partidos comunistas fortes e atuantes (desde a luta clandestina) na França, Itália, Iugoslávia e Tchecoslováquia, era necessário garantir uma versão dos fatos recentes baseada na unidade nacional frente ao [inimigo](#), na bravura e na resistência comum. (v. [Anticomunismo](#)) Assim, fora os casos notórios, dever-se-ia esquecer os funcionários confiáveis do fascismo e utilizar os seus serviços e experiências. A primeira versão da história do fascismo – apaziguadora e restritiva – interessava diretamente à [geopolítica](#) dos Estados Unidos na medida em que contrapunha-se a uma das estratégias básicas dos comunistas: a tentativa de monopolizar e manter mobilizada a resistência, ou ao menos a resistência armada, ao fascismo. Grande parte da busca do esquecimento – ao lado de uma loquaz condenação quase que exclusiva ao que denominavam de *hitlerismo* (versão restritiva, personalística e exclusivamente alemã do fascismo) – coube à historiografia ocidental. (v. [Ocidente](#)) Muitos dos regimes de coalizão nacional que assumiam o poder na maré vazante do fascismo eram compostos de aliados políticos e institucionais de primeira hora do fascismo. Assim, o esquecimento dos primeiros tempos, a redução do fascismo a um acidente histórico e a limitação ao máximo dos agentes, dos colaboradores e dos envolvidos surgiam como projeto de recuperação política da Europa dilacerada. Em muitos casos, a administração pública na França ou na Itália manteve uma perfeita continuidade entre o período de dominância fascista e os novos regimes democratizados. O **Caso Maurice Papon** na França é parte integrante das engrenagens de salvação das antigas elites governantes e, neste sentido, é extremamente ilustrativo. Papon, então um jovem egresso da Faculdade de Direito de Sorbonne, fez carreira pública sob a ocupação alemã, chegando a ser vice-prefeito de Bordeaux, onde participou do envio de 1560 judeus para campos de extermínio. Com a libertação da França, tornou-se prefeito de Córsega e, em 1958, foi chamado pelo general De Gaulle para tornar-se chefe da polícia de Paris, sendo responsável pelo brutal massacre de 200 argelinos, que foram espancados e jogados no Sena durante a manifestação contrária ao colonialismo francês na Argélia. (v. [Neocolonialismo](#)) Chegaria mais tarde a ser ministro de orçamento do Estado à convite de Valéry Giscard d'Estaing. Somente após insistentes denúncias em 1998 é que foi julgado culpado de crimes contra a humanidade, quando já tinha 87 anos de idade. (v. [Operação Condor e Memória](#)) No Caso Papon, é importante destacar que foi chamado de volta ao poder para ocupar cargos onde o uso da força e da repressão (o *trabalho sujo* da Quinta República) tinha que ser feito: a Córsega rebelde ou o controle de Paris durante a guerra de libertação da Argélia. O Caso Papon evidencia uma questão básica no estudo do fascismo, relegada ao esquecimento pela memória oficial: as origens autônomas, nacionais, dos diversos fascismos. Muitas testemunhas e participantes da história gostariam de poder afirmar que o fascismo lhes foi imposto de fora, por tropas de ocupação (no mais alemães). Ora, o julgamento de Papon e a exposição de sua imensa rede de poder apontam claramente para a autonomia dos

movimentos fascistas. O caso notório é sem dúvida a França, onde fascismo foi durante longo tempo sinônimo de *Ocupação*. A nova historiografia revolve um terreno onde as idéias e as práticas fascistas já vicejavam antes da guerra e, com certeza, tiveram um forte papel no ânimo de guerra e nas decisões sobre a resistência e a continuidade da luta, culminando na colaboração com o fascismo ocupante. (v. [Ditadura e Memória](#))

O processo incompleto de **Desnazificação** pode ser ainda exemplificado por fenômenos bem mais contemporâneos. No caso da Alemanha, vários setores tiveram a sua desnazificação paralisada ou incompleta na magistratura, no corpo docente nacional e (aquando do rearmamento) no corpo de oficiais das forças armadas. Já em março de 1946, os Estados Unidos atenuaram a legislação sobre a desnazificação, restringindo-a apenas aos *Hauptschuldige*, os principais culpados, e dispensando os comprometidos (*Belastete*), os comprometidos menores (*Minderbelastete*) e os seguidores (*Mitläufer*). Em pouco tempo, pode-se dizer que os tribunais de desnazificação transformaram-se em *fábricas de seguidores* (todos eram considerados apenas seguidores ou aderentes, a categoria mais leve de envolvimento com o nazismo). No caso alemão, a desnazificação é marcadamente incompleta e permite uma ponte visível entre o fascismo histórico e o neofascismo. Uma forte sombra paira, por exemplo, sobre as forças armadas, acusadas pelo Partido Verde e pelo Partido Social-Democrata (SPD) de cultivarem a “preservação das tradições da Wehrmacht”. Um relatório publicado pelo parlamento alemão em 1998 (*Relatório Marienfeld, 1998*) apontava o envolvimento, 53 anos após a morte de [Hitler](#), das forças armadas alemãs *Bundeswehr* em 177 ações de espancamento e maus tratos a estrangeiros em 1997 e de simpatia ao Terceiro [Reich](#). Mais greve ainda: a maioria das ações eram de pleno conhecimento dos oficiais superiores e muitas vezes feitas sob o olhar indulgente dos mesmos. Um vídeo divulgado pela TV alemã mostrava exercícios de combate onde os soldados deveriam torturar o inimigo. (v. [Tortura](#)) A explicação para tal comportamento estaria na rápida mobilização de oficiais para o rearmamento alemão, principalmente a partir da Guerra da Coréia e da intensificação da Guerra Fria, o que teria levado de volta aos quartéis homens profundamente comprometidos com o nazismo. (v. [Política e Direitos Humanos](#)) A estes caberia a tarefa de formar os quadros do exército da República Federal Alemã, inclusive nas academias militares. Entre os mitos fundadores das novas forças armadas estaria o cultivo de uma imagem da *Wehrmacht* profissional e apolítica frente a uma SS partidária e nazista. (v. [Militarismo](#)) Assim, absolver-se-ia o exército alemão de qualquer das atrocidades cometidas durante o Terceiro Reich. Da mesma forma, o novo exército – linha de frente em um eventual choque com os soviéticos – poderia estar ombro a ombro com os exércitos ocidentais, cujos quadros foram formados na luta contra a Alemanha. O ápice da *passagem a limpo* da história da *Wehrmacht* se deu quando o chanceler Helmut Kohl levou o presidente [Ronald Reagan](#) a depositar uma coroa de flores num cemitério militar alemão em Bittburg, onde lado a lado estavam túmulos da *Wehrmacht* e da SS. Tais esforços foram, entretanto, contrariados quando um grupo de historiadores organizou, em 1997, uma exposição de fotos e documentos comprovando a brutal ação da *Wehrmacht* contra civis (inclusive mulheres e crianças), especialmente na Rússia e na Iugoslávia. O saldo das fotos e documentos é, conforme a exposição, bastante eloquente: a *Wehrmacht* participou ativamente do [Holocausto](#) e, sob a desculpa de combater *partisans*, eliminou milhares de civis, além de condenar 3,3 milhões de prisioneiros russos à morte através da fome, frio e maus tratos.

Foi com a intenção de tornar o fascismo um fenômeno restrito no espaço e no tempo que a historiografia dos vencedores da Segunda Guerra Mundial entrou na Guerra Fria e consolidou alguns mitos. O confronto baseava-se na seguinte equação: por um lado, os esforços de identificar fascistas e seus aliados; por outro lado, a preocupação crescente em estabelecer o mais rápido possível o esquecimento sobre a extensão do fenômeno fascista. Assim, o fascismo para muitos ficou circunscrito ao nazismo (a variante alemã) e associado (o que é

correto) exclusivamente (o que não é correto) à história da Alemanha. Muitas vezes, tal esforço de *esquecimento*, ou mesmo de reabilitação, ultrapassa o cenário da Guerra Fria – já superado – para impor-se como necessidade política de Estado. É o caso, por exemplo, da beatificação pelo papa João Paulo II de Monsenhor Alojsje Stepanic, cardeal croata profundamente envolvido na política fascista das tropas *ustaches* de Ante Pavelic durante a Segunda Guerra Mundial. Neste caso, o imenso debate sobre a colaboração e a tentativa de manipulação do fascismo em interesse da Igreja é simplesmente desconsiderado. (v. [PIO XII, O Caso](#)) No contexto do debate aí constituído, grandes nomes da historiografia ocidental assumiram uma posição de inequívoca condenação não só ao fascismo mas também ao conjunto da história alemã; para a maioria destes historiadores, a história do fascismo confunde-se com a história da Alemanha, marcada por uma maldição de continuidades profundas e antigas que teriam explodido em 1933. A versão mais moderna, envolvente e bem elaborada, embora não menos equivocada de tal versão, é o livro de Daniel Goldhagen, onde o Holocausto aparece como um fenômeno alemão e o próprio fascismo confundido com uma tara histórica da Alemanha, superada apenas com a democratização imposta pela ocupação ocidental. Embora confortadora tanto para vítimas quanto para algozes, tal versão surge como uma explicação simplista do fenômeno, além de reduzir o Holocausto e o fascismo a uma só possibilidade histórica e, portanto, já encerrada. Esta vertente historiográfica, que denominamos de *demonização da história alemã*, dado o furor com que condenam a Alemanha (e não só o nazismo), sente-se adequadamente livre na absolvição das demais experiências fascistas, além de considerar as demais vítimas sob a asséptica rubrica de *estudos cognatos*, como bem critica Norman Finkelstein. (v. [Revisionismo/Negacionismo](#))

Foi nesta esteira do debate sobre fascismo durante a Guerra Fria que frutificou a chamada *teoria do totalitarismo*. A construção política e ideológica do conceito se deu de forma precoce. Coube à oposição liberal italiana entre 1923 e 1925 a caracterização do fascismo como um Estado Totalitário. Na verdade, a oposição apenas apropriou-se, negativizando, de uma expressão proposta pelo próprio [Mussolini](#). Em seu afã de elevar o Estado à posição de realidade última da nação, Mussolini insistia que *...espíritual ou materialmente, não existiria qualquer atividade humana fora do Estado, neste sentido, o fascismo é totalitário* (Mussolini, *B. Scritti e Discorsi*. Milão, Ulrico Hoepli Editore, 1935, p. 7). Tal expressão foi retomada por Giovanni Amendola (1882-1926), líder da oposição liberal ao fascismo (não confundir com seu filho, o líder comunista Giorgio Amendola), que escreve inúmeros artigos e panfletos contra o *espírito totalitário* do fascismo e que do exílio na França difunde o conceito. Já em 1929, o *Times* londrino utilizava a expressão para comparar os regimes de Mussolini e da Rússia soviética. Entretanto, foi Hermann Rauschning (1887-1982) quem procedeu a operacionalização do conceito. Rauschning era membro importante do Partido Nazista, chegando a ser governador de Dantzig, hoje Gdansk. Após entrar em conflito com a liderança de Hitler em 1934, emigra para Suíça e EUA, dedicando-se a uma detalhada análise do fascismo alemão. Em a *Revolution des Nihilismus* de 1938, Rauschning utiliza amplamente a conceituação de totalitarismo. Contudo, parece ter sido a difusão dos trabalhos de Rauschning junto ao seu público norte-americano que levou a *American Philosophical Society*, em seu primeiro congresso em 1940, a iniciar formalmente um amplo debate sobre o conceito, distinguindo entre uma tradição liberal e parlamentar anglo-saxã, considerada paradigma da [democracia](#), e as tendências autocráticas e despóticas da velha tradição européia. Mais tarde, no ápice da primeira Guerra Fria, a idéia de que o enfrentamento EUA/URSS era uma continuidade da luta contra o fascismo e pela democracia serviria de base para transformar o conceito de totalitarismo em arma política da chamada *New Right* americana. (v. [Hollywood e Macartismo](#)) Tanto autores clássicos sobre o tema (Karl Friedrich, Hanna Arendt ou Raymond Aron) quanto novos autores – desvinculados do clima da Guerra Fria – continuaram adotando o totalitarismo como base teórica de seus trabalhos. Um elemento recorrente na literatura que

adota tal conceito é a ênfase nos procedimentos ora do conjunto do aparelho político (partido, Estado, forças armadas, polícia secreta, etc...), ora na liderança e condução incontestada do grande líder (daí hitlerismo, stalinismo, etc...), pautando-se sempre por uma ausência notável de qualquer análise da participação das chamadas massas populares. (v. [Hitler: Historiografia](#)) Enquanto um conceito amplo, difuso ou quase amorfo, as *massas* – sempre vistas como sinônimo de multidão, ralé, desclassificados, etc – são descritas como um elemento passivo, manipulável e capaz de furores coletivos. Tais condições específicas das massas teriam proporcionado o domínio totalitário. Pontos comuns são facilmente localizados na prática exterior de regimes díspares para dar coerência a uma teoria que engloba em si elementos tão diferentes como: socialismo e fascismo, capitalismo e ausência de propriedade privada, a política dita científica e o irracionalismo. Assim, por exemplo, à aniquilação da raça judia, com a elegia do arianismo, corresponderia a aniquilação da burguesia e a elegia ao proletariado. (v. [Jacobinismo](#)) O fundo comum seria a mobilização das massas – de forma instrumental – contra um inimigo comum, objetivado. O Holocausto, ou o *Arquipélago Gulag*, explicar-se-iam, assim, como uma grande conspiração tramada para manter as massas em permanente estado de mobilização e à disposição do líder carismático. Seja a ênfase na análise residindo nas engrenagens do regime e seus efeitos sobre o processo de decisão – o que na historiografia do fascismo denominamos de *funcionalismo* –, seja com a ênfase recaindo no exercício coerente da vontade do líder como a essência da dominação – que, então, denominamos *intencionalismo* –, o papel da massa, em especial dos trabalhadores, é largamente negligenciado. Para tais vertentes, a falta de uma verdadeira política – no sentido liberal do seu exercício – levaria ao puro e agudo sentido de oportunismo, obrigando os regimes a lançar mão de meios violentos, amparados em uma polícia secreta eficaz e em uma propaganda ideológica massiva. O resultado para as grandes massas seria a participação mecânica ou a militância fanática.

Delimitação Conceitual do Fascismo. Buscando o que a narrativa oculta a respeito do fascismo, seria válido que, antes de qualquer processo de desconstrução do fenômeno, fosse buscada uma análise da língua fascista *no interior da rede de discursos da Direita*, na qual se nutre e se destaca (como extremo) e, por fim, emerge de forma límpida. Mapeando as condições de aceitabilidade de sua fala, as suas oscilações e as suas incorporações do que era antes periferia e se transformara em centro, em agir e falar fascistas, pensamos em explicitar uma concepção de mundo que seja própria do fascismo e comum aos vários regimes onde se manifestou. Ao contrário das análises estruturalizantes, interessa-nos *levar a língua do fascismo a sério* e não apenas considerá-la como um véu que o historiador retira. (v. [Ideologia](#)) Contudo, também não interessa refazer a história como narrativa da história. O método aqui é a identificação da união permanente da língua e da ação dos agentes centrais do fascismo, *a exposição de sua própria linguagem através de sua própria consciência, de acordo com a forma que é exposta pelos mesmos e conforme a doutrina exposta por suas lideranças*, comparando com sua *praxis*, ou seja, pretende-se analisar a organização, o estilo e a impulsão diretiva do fascismo. Em suma, devemos considerar, conforme a fórmula de Pierre Ayçoberry, que *o fascismo é aquilo que ele faz e diz sobre si mesmo*. Assim, consideramos a profunda união entre o fazer e o dizer do fascismo, concebido como um conjunto de idéias levadas ao seu extremo de enunciação – o fazer com a mesma coerência de sua enunciação, mesmo que para outras lógicas pareça de forma confusa ou contraditória. As diferenças – na verdade, a oscilação típica do fascismo – não recobrem a distância entre intenção e gesto, mas sim o processo de construção das condições de aceitabilidade do próprio fascismo perante as massas. Tal enunciação, em condições adequadas de recepção, podem mudar a face e a forma das nações. (v. [Enéas Ferreira Carneiro: Fenômeno Político](#)) Considerar o fascismo enquanto fala que muda o mundo implica aceitar a proposição de que o fascismo é um movimento de caráter metapolítico que supera o fazer político do [liberalismo](#) e avança sem pudor onde o

marxismo estanca. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) O fascismo surge como uma forma de ação total, envolvente e explicativa de toda a vida, incorporando a morte e a irrazão – que tanto assustam as massas anônimas das sociedades modernas (basta observar o reviver dos fundamentalismos) –, propondo uma identidade não idêntica ao moderno, resistindo à transcendência no mundo moderno – um anteparo diante do desconhecido, uma alternativa à transcendência teórica ou mítica do liberalismo e à transcendência prática proposta pelo marxismo. Tendo chegado a este campo geral para a definição do fenômeno, seguiremos definindo passo a passo cada elemento que compõe o seu conjunto.

Uma primeira característica do fascismo é o seu **antiliberalismo**, acusando-se as formas liberais de organização e de representação, em especial o parlamentarismo liberal, de originarem a crise contemporânea. Aqui, as posturas anti-liberais tomam duas dimensões: por um lado, a idéia de falência do sistema liberal e, por outro, o caráter geneticamente desagregador do liberalismo. No primeiro caso, o sistema montado no século XIX, fruto da Revolução Francesa de 1789, não mais daria conta das novas condições de desenvolvimento da sociedade de massas contemporânea, contraditoriamente gerada pela própria Revolução Francesa e pelo domínio liberal ao longo do século XIX. Neste caso, o fascismo se apresenta como sucessor e único herdeiro de um sistema que não mais possui condições de manter a coesão nacional: “... o Estado de classes [a República de Weimar] perdera toda a sua razão de ser e não poderia servir mais do que para transformar em ódio o bom senso das grandes massas” (Discurso de Hitler, em 30.01.1944). Já em 1919, a Direita alemã recusava a constituição recém-votada: “...o direito eleitoral ampliado, a dominação do parlamento, a debilidade do governo, a insignificância do presidente e a prática do referendun... não respondem nem ao caráter nem à missão que o Estado alemão deve cumprir tanto no presente quanto no futuro próximo (Kölnische Zeitung, 04.08.1919). Quase o mesmo vocabulário é utilizado na França de Vichy, onde Pierre Laval pôde afirmar: *Posto que a democracia parlamentar combateu o fascismo e o nazismo e perdeu este combate, ela deve desaparecer.* [Charles Maurras](#), por sua vez, considerará a queda da França parlamentar e o surgimento do Regime de Vichy uma *divina surpresa*. A força do liberalismo como elemento desagregador da ordem conservadora foi sentida não só nas sociedades que efetivamente viveram experiências liberais, mas também naquelas em que o liberalismo era apenas uma ameaça. O Manifesto Integrista Tradicionalista Espanhol detectava o perigo já em 1889: *Queremos que a Espanha sacuda o jugo e a horrível tirania que com o nome de direito novo, soberania nacional e liberalismo arrancaram-na do justíssimo domínio de Deus... Queremos a Espanha livre da praga espantosa e do tremendo açoite do parlamentarismo, que a destroça e aniquila...* (v. [Franquismo](#) & [Intransigentismo](#)) Mais tarde, em 1909, o Programa Integrista lançará a palavra de ordem “*Abaixo os Intermediários*”, propondo uma idílica relação direta entre o rei e o povo, excluindo os partidos e o parlamento. No surgimento do Partido Nazista, com os seus “25 Pontos do Programa do NSDAP”, publicados em 24 de fevereiro de 1920 (republicados em 1941), o ataque ao liberalismo parlamentar é claro: “*Nós lutamos contra o parlamento corrompido, local de disputas partidárias conduzidas por pessoas desprovidas de caráter e capacidade (Ponto 6)*”. A liderança fascista propunha-se a interpretar melhor do que ninguém os anseios das massas, como faz Hitler em [Mein Kampf](#): “*Tal qual as mulheres... as massas amam mais o domínio do que a gentileza e sentem-se interiormente mais seguras através de uma doutrina que não tolera qualquer outra do que através do beneplácito da liberdade liberal*”. (v. [Autoritarismo](#) & [Masculino/Feminino](#)) A ordem liberal oriunda da Revolução Francesa é dada como morta: “*... eclodiu uma Revolução que mediante tremores e combates faz surgir um mundo novo que põe fim, depois de 150 anos de existência, ao mundo criado pela grande Revolução Francesa, em virtude da lei eterna de que tudo nasce e morre, em meio do qual nós não somos mais do que um leve tremor...*” (Gregor Strasser, *Nationalsozialismus und Geschichte*, 1932). (v. [Natureza](#)) Nos países

meridionais, onde a aristocracia fundiária e a Igreja ainda predominavam, a Revolução Francesa é apontada como origem de todos os males: *Em todas as partes, desmorona-se a eficácia do Estado liberal burguês que a Revolução Francesa do século XVIII impôs ao mundo e os povos se debatem hoje nas dificuldades de abrir caminho a um novo Estado...* (*La Conquista del Estado*, 1931). Já o manifesto das JONS, a versão fascista dos partidos de massa, no mesmo ano assinala: *assistimos hoje a ruína da democracia-liberal, o fracasso das instituições parlamentares, a catástrofe de um sistema econômico que tem suas raízes no liberalismo político.* (v. [Falange](#))

No plano político imediato, tal destruição da [Tradição](#) pelo liberalismo triunfante surgido da Revolução Francesa apontaria para a atuação do princípio da representação, considerado em si mesmo como nocivo e manipulador. Daí advém o segundo elemento do fascismo: o **anti-parlamentarismo**. Os partidos políticos não poderiam representar o todo uma vez que agrupariam interesses setoriais e de classe e, por isso mesmo, parciais e não-nacionais; tornar-se-iam, desde 1789, a fonte de todas as discórdias e divisões das nações; ao mesmo tempo, como portadores de poder, o cenário de exercício dos mesmos desloca-se para o parlamento, onde os diversos partidos – todos partes e fragmentos da verdadeira nação – agiriam como *lobbies*, defendendo interesses particulares de grupos no mais das vezes contra os interesses da nação. Por outro lado, o poder desviriliza-se no parlamento – ele que é ação torna-se debate, palavra. (v. [Guerra](#)) Corneliu Codreanu, líder da Guarda de Ferro romena, desenvolve talvez o mais completo panegírico contra a democracia em 1938: “...a democracia rompe a unidade do povo ao dividi-lo em partidos políticos que semeiam a discórdia e nos faz enfrentar desunidos a potência judia; a democracia é incapaz de dar continuidade a qualquer esforço; um partido anula os esforços e projetos do outro partido...; a democracia é incapaz de atuar com [autoridade](#); a democracia está a serviço das grandes finanças...” (v. [Historiografia do Fascismo](#)) Assim, a burguesia triunfante desde 1789 metamorfosearia o poder à sua imagem: barganha, troca, conchavo, mercancia. De exercício nobre e de poucos vocacionados ao poder, como no [Antigo Regime](#), o poder teria se transformado no seu contrário: um não-poder baseado nas versões mais banais do contrato, trazendo o Estado para o mesmo nível de prática das bolsas de valores. Parlamento e bolsa de valores são, assim, as criações do mundo liberal burguês. Um segundo aspecto destacado pela fala fascista a partir disso é a percepção da diferenciação da esfera do público e do privado – operada com a hegemonia da burguesia sobre a vida política – como elemento marcante da ordem social liberal. O fascismo denuncia aí a limitação do poder, a sua *domesticação* e seu enclausuramento em *domínios* ou *esferas* singulares como uma forma *inarticulada* de organização social, como mais um passo em direção ao afastamento entre o homem e o poder. Assim, Alfredo Rocco, jurista e teórico do fascismo italiano, afirmava em 1931: “...o Estado deve presidir e dirigir a atividade nacional em todos os seus aspectos. Nenhuma organização política, moral ou econômica pode permanecer à margem do Estado”. O poder é concebido, por excelência, como ação: um poder que reconhece limitações à sua ação está vocacionado ao não-poder, à impotência. O conjunto de medidas tomadas pela Revolução Francesa com a libertação do indivíduo dos entraves do Antigo Regime, aqui ícone da Tradição, lançaria os indivíduos na multidão anônima, no seio de uma massa amorfa, incapaz de refazer os seus laços de identidade ou de incorporar a pretensa identidade representante/representado. A destruição das instituições tradicionais (reconhecidas na positividade da antiga sociedade dos privilégios, ou seja, dos direitos privados, onde cada indivíduo só era livre – ou seja, auto-reconhecido – quando referido ao seu estamento ou ordem) gerou a perda de identidade, da noção de ordem e hierarquia. Da mesma forma, a Revolução Francesa teria destruído os vínculos do homem com o sobrenatural, com o místico e com a promessa da imortalidade, secularizando a vida pública e expondo a crueza e a pequenez da vida religiosa cristã. Muitos propõem o regresso, a restauração, enquanto outros vão avançar na tentativa de resgatar para

a política a mística religiosa: *abominamos a liberdade de consciência, de pensamento, de culto e todas as liberdades de perdição com que os imitadores de Lúcifer perturbam, corrompem e destroem as nações; com toda a força de nossas almas, queremos combater o liberalismo que se encobre do naturalismo filosófico e político...* (Programa Integrista Espanhol, 1909).

Em oposição ao liberalismo desagregador, o fascismo ofereceria uma variada gama de organicismos sociais, concebendo o ***Estado Orgânico*** como alternativa ao desagregador e desarmonioso Estado liberal. As contradições existentes neste Estado, com seu enfraquecimento devido aos embates parlamentares, deveriam ser superadas (e não extintas, posto que o fascismo reconhece a luta de classes) através de um Estado menos artificial – ou seja, cujas idéias e instituições não fossem importadas – e enraizado no sangue e no solo das nações. A referência a um Estado *artificial* volta-se diretamente contra as instituições emanadas da teoria liberal clássica, que advogariam o universalismo de sua vigência e a idéia de constituição escrita. No Estado orgânico, que aparece sob formas variadas (adjetivado de total, novo, integral, etc...), tal como na fábula romana, não há mais lutas e contradições, com todas as forças da nação dirigidas aos seus objetivos sem óbices internos. O Estado assim concebido apresenta-se como fator de coesão nacional, capaz de reerguer a nação e restaurar a identidade nacional dilacerada pelas lutas ensejadas pelo regime liberal. A própria divisão clássica dos poderes (o judiciário, o legislativo e o executivo) oriunda do debate iluminista é descartada com a captura do judiciário por um Estado identificado com o movimento/partido: *O juiz não é a mais alta autoridade do Estado no exercício da Lei sobre os cidadãos, mas um membro da comunidade viva do povo alemão. A sua função é... fundamentalmente guardar concretamente a comunidade do povo, fazendo cumprir as suas diretrizes... e, frente a uma decisão do Führer, seja sob a forma de Lei, seja revestida da aparência de um decreto, não cabe qualquer julgamento* (Código Civil Alemão, 1936, cap. 6, p. 10). A fonte de todo o Direito passa a residir na vontade do líder e num vago conceito de bem-estar da comunidade popular, do qual o próprio líder é interprete e encarnação. Toda a Itália já havia sido anteriormente coberta com o slogan “*O Duce tem sempre razão*”, expressão clara da maximização do executivo. (v. [Ditadura](#)) As garantias mínimas do indivíduo regidas desde a Revolução Francesa pelo princípio de *nullum crimen sine lege* (não há crime sem a disposição legal para tal) são substituídas pelo princípio de *nullum crimen sine poena* (não há crime sem punição), o que dá ao Estado uma liberdade nunca antes vista de [repressão e violência](#). (v. [Ditadura e Violência](#))

Assim, o ***Estado autoritário e o princípio da liderança*** eliminam a autonomia do legislativo e, conseqüentemente, o parlamentarismo e a vida partidária. Através do decreto sobre a formação dos partidos de 14 de julho de 1933, a Alemanha foi, por exemplo, declarada país de partido único e a manutenção ou organização de outros partidos punida por lei (*Gesetz gegen Neubildungen von Parteien*). Desta forma, o que era considerado como origem da fraqueza do Estado – a luta partidária – é erradicado, afastando-se qualquer possibilidade de divisões ou debates. Quase que simultaneamente, a profunda unidade entre partido e Estado é declarada, sendo o Partido Nacional-Socialista (nazista) tido, no caso alemão, como o portador da idéia germânica de Estado e a personificação do direito público da comunidade germânica (*Gesetz zur Sicherung und Einheit von Partei und Staat, 01.12.1933*). A superação da doutrina clássica do Estado de Direito emanada da Revolução Francesa era um passo fundamental na construção de uma verdadeira comunidade popular, baseada no sangue e na raça germânica e que serviria de base para a construção de um Estado de Novo tipo: o *Führerstaat*, conforme a definição clássica de Otto Koellreutter em 1934. Este novo Estado seria o contra-tipo do Estado liberal: *enraizado na autoridade estatal do povo, quer dizer, na comunidade étnica, o Estado fascista busca na unidade do povo o seu poder político...* (v. [Völkisch](#)) Da mesma forma, inaugura uma nova relação entre povo e liderança, diferente do

domínio das elites liberais e baseado no *Führerprinzip*, o princípio da liderança, *pelo qual se estabelecia a autoridade de cada líder para baixo e a responsabilidade para cima*. Esta seria a única forma de alcançar a verdadeira unidade entre Povo e Estado, a essência do Estado Autoritário. Grande parte do ordenamento jurídico no Estado fascista era herança do Estado liberal; entretanto, de tal forma deturpada ou vilipendiada que mal se reconhecia as formas constitucionais anteriores. Formalmente, a Constituição de Weimar jamais foi revogada, assim como Mussolini manteve relações formais e respeitadas com o Rei de Itália; em Portugal, a República foi mantida e, na Espanha, um regime interino perpetuou-se durante longo tempo, garantindo, entretanto, o caráter mais geral da monarquia. (v. [Salazarismo](#)) Entretanto, se nas relações formais e nas pequenas questões as regras anteriores eram mantidas, os objetivos políticos maiores do Estado fascista dependiam inteiramente de um líder, o *Führer*, *Duce* ou o Chefe Nacional. Nestes casos, independia de leis ou ordens escritas, com disposições orais estabelecendo diretrizes de grande alcance. Inúmeras vezes, dava-se recomendações claras para que as ordens fossem dadas de forma exclusivamente oral – como no caso de punição e castração de homossexuais e de extermínio de judeus, traindo claramente as suas origens no autoritarismo da [burocracia](#) militar. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#)) O *Führerprinzip* dava, pois, uma posição de poder ilimitada e absolutamente irresponsável, ou seja, não regrada por qualquer dispositivo legal, a amplos segmentos da burocracia fascista – Estado e partido –, assim como às próprias forças armadas. O Estado liberal era, desta forma, desmantelado integralmente, com sua burocracia e instituições sendo substituídas por organizações do partido e por novos organismos todos baseados no *Führerprinzip*.

Entretanto, ao contrário do que muitas vezes se afirma, o Estado fascista não é um modelo de monolitismo, a personificação do totalitário. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) Na verdade, surge bem mais como um não-Estado se olharmos do ponto de vista do funcionamento formal das estruturas estatais, muito longe da idéia de autocracia ou absolutismo. (v. [Estatismo](#)) Isso não quer dizer que o Estado fascista fosse menos terrível – exatamente por se tratar de uma *federação frouxa de poderes*, a sua capacidade de ação múltipla e superposta implicava no total desconhecimento dos direitos e garantias do cidadão. Tal federação de poderes reúne-se em torno de um líder, *Duce* ou *Führer*, que lhe dá sentido e garante a unidade mínima do Estado, configurando a chamada autonomia do executivo. Entretanto, a permanente superposição de atributos e a multiplicidade de fontes de poder tornam, contraditoriamente, este mesmo líder fraco, prisioneiro de grupos de pressão, com um pessoal político que a cada momento diminui mais a sua presença. Franz Neumann propõe, para o caso do Terceiro [Reich](#), um paralelogramo do poder onde a burocracia ministerial e as forças armadas estariam no campo oposto de forças em relação à burocracia partidária e ao patronato. O equilíbrio entre um pólo e outro era instável, altamente volátil, evoluindo rapidamente para um campo de forças onde a burocracia partidária opor-se-ia às forças armadas que, por fim, seria resolvido em favor da burocracia do partido pelo frustrado golpe militar contra Hitler em 1944. Assim, longe de caracterizar-se como uma autocracia, uma espécie macroscópica de uma instituição total, o Estado fascista surge como uma *policracia*, com fontes autônomas de poder de objetivos muitas vezes divergentes, reunidas em torno de uma doutrina que serve de argamassa, gravitando em torno de uma personalidade autoritária e carismática, o líder nacional.

Em termos de organização econômica, este Estado policrático seria marcado pelo *corporativismo*. O liberalismo de tipo *laissez-faire* deixaria de ser hegemônico, mesmo junto à burguesia, e as crescentes crises econômicas tinham aberto espaço para uma economia administrada. Tanto na Alemanha quanto na Itália (e demais países fascistizados como Espanha e Portugal), a constituição de formas corporativistas objetivavam reorganizar a economia num sistema anticrise, o que o liberalismo não podia mais fazer. (v.

[Corporativismo: Teoria](#)) Assim, às novas técnicas de organização da produção emanadas do fordismo, juntavam-se formas de intervenção econômica que deveriam garantir o mercado interno, o abastecimento e o escoamento da produção. Esta é a alma da chamada [autarquia](#), política econômica pretendida pelos regimes fascistas. O quadro social básico seria composto pela noção de corporação, espaço privilegiado de colaboração em vez do antagonismo entre capital e trabalho. Na corporação, estariam solidariamente organizados os interesses de empresários e trabalhadores num corte vertical que reuniria ambos os pólos da produção, bem ao contrário dos [sindicatos](#), onde o corte horizontal impor a luta de classes. Assim, a produção constituía-se no elemento valorizado, exaltado e não o antagonismo (como queriam o marxismo e o liberalismo). É neste contexto que se explicaria a insistência dos fascistas em caracterizar-se como um *regime de produtores*, ao mesmo tempo em que classificava o não-produtor, em especial os senhores do dinheiro e da mercadoria, como parasitas e antinacionais. A fala fascista em favor de uma comunidade solidária, harmônica, sem conflitos, fundada em um *regime dos produtores*, abria caminho para o estabelecimento de um vínculo dúbio com o socialismo que era conscientemente manipulado. Neste caso, o fascismo seria o verdadeiro socialismo, posto que seria nacional e não vinculado com o bolchevismo internacional judaico. Foi assim que alguns regimes mantiveram uma forte retórica anti-capitalista e socializante e chegaram mesmo a se classificarem como *nacional-socialistas*. Muitos fascistas esperavam por uma *Segunda Revolução* após a conquista do poder com a primeira revolução, quando ajustariam contas com o mundo das grandes finanças e com os exploradores capitalistas. Os partidos fascistas que chegaram ao poder – Itália e Alemanha – e muitos que efetivamente participaram do poder – Espanha e Portugal – tiveram grande dificuldade em afastar os setores partidários, aliás majoritários, favoráveis a uma forte política anti-capitalista. No caso alemão, apelou-se diretamente para a violência, com a eliminação dos SA – o setor popular anti-capitalista do partido – pela GESTAPO (foi a denominada *Noite das Longas Facas*), enquanto na Itália Mussolini precisou reenquadrar todo o partido e punir com a prisão em [campos de concentração](#) os recalcitrantes defensores da *Segunda Revolução* – temia-se particularmente o fascismo provincial, revolucionário, frente ao fascismo oficial de Roma, capaz de acertos com a monarquia, com o exército e com o Vaticano. Visando eliminar os elementos revolucionários, Mussolini decreta: *O Grande Conselho, comprovando que em certas zonas da Itália continua funcionando ou se reconstituindo o esquadrismo [as tropas de assalto revolucionárias fascistas]... já sem qualquer justificativa histórica ou política, e que estas não são controladas pelas hierarquias políticas do partido, e que perpetuam a ilegalidade e sabotam a inserção legal da revolução fascista no Estado (tarefa a qual o governo fascista consagra sua energia cotidiana)... ordena a expulsão do partido de todos aqueles, comandantes ou soldados, que não obedecem leal e imediatamente esta ordem”* (Decreto do Grande Conselho, 3 de janeiro 1925). Um grande número de fascistas de primeira hora vai, desta forma, encontrar-se com os anarquistas, comunistas, liberais e *gays* que havia enviado para os campos de concentração italianos. Após a conquista do Estado, cabia o restabelecimento da ordem. Ao eliminar a luta de classes, a valorização da produção atendia – e não somente no seu aspecto material de prosperidade – aos interesses coletivos nacionais e evitaria o sectarismo e os particularismos da vida e da luta sindical, criando as condições da [governabilidade](#) fascista. O fascismo revolucionário, ótimo na tarefa de destruir o Estado liberal, deveria então ser eliminado. Nas palavras do historiador Eberhard Jäckel, *...não havia mais lugar para estas proclamações de um socialismo vulgar e pequeno-burguês.* (v. [Baderna](#))

Alguns historiadores como Zeev Sternhell destacam a desconfiança perante o Outro e a possibilidade da violência como respostas características básicas do fascismo. Neste sentido, *a negação do outro* é um instrumento importante na construção da unidade de objetivos: estabelecido o que é nacional, tudo o mais é lançado ao pólo extremo do antinacional – o não-

ariano, o comunista, o cigano, o negro, o estrangeiro e aqueles que afrontam a perfeição nacional-racial – como os considerados mental ou fisicamente doentes. (v. [Operação Eutanásia](#)) Neste contexto, duas categorias de antinacionais se destacam: o judeu e o cigano. Ambos se inserem no mesmo pólo de características: são universais, cosmopolitas, falam línguas distintas, impedem a homogeneidade e a coesão nacionais. Os comunistas e anarquistas, como no caso clássico da Itália, não são diferentes na caracterização do inimigo objetivo: o partido, a luta de classes, a ênfase na transcendência prática (a libertação econômica) dividem a nação, impedem a coesão nacional e, portanto, enfraquecem o Estado. A [alteridade](#) social e individual surge, assim, como elemento central de ação do fascismo. As próprias bases da diferença – a diversidade étnica, partidária, as classes sociais – devem desaparecer face às instituições homogeneizadoras únicas: a nação, a raça e a corporação. Não se trata, tal como no comunismo – principalmente em suas vertentes trotskista e maoísta –, da transformação de uma ou outra classe social (proletariado/campesinato) em sujeito transcendental da história ou da delimitação autoritária das nacionalidades, como na ação de Stálin. No fascismo, não há qualquer espaço para o outro, mesmo o outro hierarquizado e subordinado, tão pouco para a sua educação e conversão num homem novo, como o comprova o extermínio de judeus e gays. (v. [Misoginia](#)) Uma idéia força – raça ou nação – torna-se o único *valor moral* em torno do qual ergue-se um poderoso *código de ação*. Assim, armado com um sistema ideológico e mental adequado, o fascismo identifica em si mesmo *valores absolutos* e qualquer diferença tornar-se-ia objeto de eliminação violenta. Os estudos referentes à alteridade e fascismo mal começam a ser realizados, em grande parte obscurecidos enquanto objeto por uma ênfase desmesurada no Holocausto judaico. Cabe uma explicação: a nossa referência se volta, aqui, não para a monstruosidade indiscutível do Holocausto enquanto produção industrial do assassinio e sim para as inúmeras tentativas de buscar na condição judaica, nas suas especificidades, as razões (o que em si já é uma ofensa) de tamanho crime. Ao mudarmos a ênfase de Holocausto=judeus para Holocausto=alteridade, acreditamos estar operando uma correção de rumo fundamental: descolar a condição judaica da lógica do assassinio em massa dos próprios judeus e das outras vítimas do fascismo. Partimos aqui de uma observação ao nosso ver por longo tempo esquecida: o mal do racismo deve ser buscado nos algozes e não nas vítimas. Ser judeu, cigano ou gay não encerra em si um mal atávico ou histórico; tão pouco uma condição ou especificidade histórica a ser superada; a inconformidade homicida com a condição do outro é, isto sim, um mal a ser superado. (v. [Homossexualidade e Política](#)) Coube a Theodor Adorno chamar a atenção para o fato de que *...as raízes do genocídio judaico devem ser procuradas nos perseguidores, não nas vítimas que sob os mais mesquinhos pretextos foram entregues aos assassinos*. Assim, ainda uma vez, é a anatomia do fascista que explica os seus crimes e não a anomia das vítimas. Logicamente, a escolha de uns como alvo do ódio e não de outros deve ser levada sempre em consideração, entendendo a escolha como um *elemento de eficácia no convencimento* para o crime e não como explicação do crime. Franz Neumann insiste no mesmo ponto, principalmente através da pergunta *Mas como achar um inimigo?* Tal inimigo deveria preencher alguns requisitos de veracidade para que o convencimento pudesse de fato funcionar em termos de recepção de idéias. Assim, ainda conforme Neumann, o judeu preenchia alguns destes requisitos para uma parcela importante da população: eram estrangeiros, identificavam-se com o capitalismo e ao mesmo tempo com o comunismo (Marx, Trotsky, Zinoviev, etc...), eram largamente a *avant garde* literária, musical, artística em geral; possuíam uma religião específica e um anátema multissecular brandido pelo cristianismo... Assim, a escolha de um inimigo *partia de um campo já reconhecido*. No entanto, tais características, anteriores ao fascismo, não haviam condenado os judeus – na Alemanha, por exemplo – ao desprezo e muito menos à morte em períodos precedentes. No [Império](#) (1871-1918), os judeus desempenharam um papel de relevo junto a todos os

seguimentos sociais do país, inclusive junto ao próprio Imperador; durante a República de Weimar (1919-1933), a situação não só foi a mesma, mas ainda se assistiu à chegada de judeus aos postos mais elevados do país. Em suma, contra uma visão arraigada – e que pode ser um subproduto da própria propaganda fascista –, o anti-semitismo alemão não era desde sempre *excludente* ou mesmo *homicida*. Comparativamente, o anti-semitismo polonês, russo e báltico foram, antes do fascismo, muito mais agressivos do que o anti-semitismo alemão. Portanto, deve-se por uma crítica aberta àqueles que querem filiar o Holocausto exclusivamente à história alemã. Não podemos esquecer que boa parte, para usar um termo em voga, dos *carrascos voluntários de Hitler* era formada por lituanos, polacos, croatas, húngaros ou ucranianos. O Holocausto e outros genocídios devem ser filiados a uma concepção de mundo que nega qualquer possibilidade de um contra-tipo ao seu tipo padrão e não à história específica de um povo. Para Adorno, o Holocausto está inextricável e dialeticamente ligado ao ódio e à desconfiança contra todos que são *imaginariamente* considerados fracos, débeis, felizes e fortes. Se pensarmos os tipos fechados que foram alvo do fascismo – judeus, ciganos, *gays*, só à título de exemplo –, poderíamos perceber que são grupos constituídos por uma cultura marcada por laços de solidariedade, de auto-identidade e ajuda. A família judaica, a nação cigana e o grupo de amigos *gays* são, em suma, exemplos famosos de possibilidades arrebatadoras de enfrentar desafios em nome do amor. Ora, a característica básica dos seus algozes foi (e ainda o é) a frieza, o distanciamento do outro enquanto pessoa em favor da identificação com um coletivo anônimo. Auschwitz só foi possível (tal como o Arquipélago Gulag, o massacre dos armênios, o genocídio dos trabalhadores asiáticos na Ferrovia Thai-Burma ou dos índios no Brasil e no México contemporâneos) pela frieza do indivíduo face ao outro. Esta frieza frente ao outro é apenas o mesmo nome da *incapacidade para amar*, de reconhecer em qualquer um a *possibilidade do amor* para além de um pequeno círculo constituído em *padrão merecedor do amor*, excluindo-se todos os demais, que passam a ser tratados como *estranhos*. No entanto, mesmo nestes pequenos círculos, a frieza domina. Tal estranheza é a condição psicológica básica, *sine qua non*, para o genocídio; sem ela Auschwitz não seria possível. Há ainda uma agravante: como os algozes se sentem estranhos perante o outro, são estranhos para si mesmos e sofrem a sua própria estranheza, impossibilitando-os para o amor, mesmo que o amor seja entre seus iguais. Se ao menos amassem a si mesmos, quer dizer entre eles mesmos, estariam preparados para reconhecer no outro a capacidade de dar e receber amor. No entanto, eles mesmos são sedentos de amor, foram incapazes de receber amor e, assim, não conseguiram (e tantos outros não conseguirão jamais) amar.

O fascismo reconhece que o Antigo Regime não volta mais, tendo sido definitivamente destruído pela Revolução Francesa de 1789, pelo individualismo e pela secularização. Neste sentido, a sua proposição não é o restabelecimento da Tradição – e aqui são abertas as divergências entre o fascismo e as diversas matizes de [conservadorismo](#) – e sim o estabelecimento de uma teia social de novo tipo. Para tanto, a ordem social liberal-burguesa deveria ser destruída: eis aí a idéia de *revolução social* do fascismo. O espaço social liberal-burguês – com sua distinção entre o público e o privado, com o indivíduo condenado insolúvelmente ao sucesso ou ao fracasso econômico, com a transformação da questão social em problema pessoal – deveria ceder lugar a formas solidárias e orgânicas: *Il Popolo d'Italia*, porta voz do fascismo italiano, publicava, por exemplo, em 1919, um programa fascista que afirmava: *[O fascismo é] revolucionário porque é antidogmático e antidemagógico; fortemente inovador e carece de preconceitos. Nós nos colocamos em defesa da guerra revolucionária acima de tudo e de todos.* Em vez das tensões sociais, reproduzidas no interior do sujeito culpabilizado individualmente pelo fracasso da sociedade, o fascismo propunha e propõe um quadro social no qual a relação capital/trabalho, a [família](#), a comunidade profissional e local estarão harmoniosamente unidas a bem dos supremos interesses da nação,

com caráter fortemente popular: *[Propomos] a formação de conselhos nacionais técnicos do trabalho, dos transportes, da higiene social e das comunicações...eleitos por coletividades profissionais e de ofícios, com poderes legislativos e direito de nomear um comissário geral com poderes de ministro...*, afirmava ainda *Il Popolo d'Italia*. Uma qualidade intrínseca qualquer – no mais, de caráter místico – deveria qualificar as organizações de trabalho. Assim, a raça, a história, o espírito da nação, etc...deveriam ser o cimento da nova comunidade, dando condições de identificação mútua entre seus membros. Estaríamos aí perante a transcendência do estranhamento. É neste sentido que o fascismo se oferece como uma possibilidade de restauração de identidades perdidas. Eis aí também todo o seu poder de sedução e encantamento. Em face à proposta de administração falida do conflito *trabalho x capital* do ponto de vista liberal, ou de sua superação, conforme o marxismo, pela vitória dos trabalhadores, o fascismo propunha um Estado que se apresentaria como a *corporação do trabalho*, supra-classista e acima dos mesquinhos interesses privados e de suas representações partidárias. Da mesma forma, dava-se uma nítida recuperação do político sobre o econômico: teria sido culpa dos liberais a privatização da vida pública em nome dos interesses econômicos. O fascismo, com a sua teoria do Estado potência, tendia a recuperar o primado do político, submetendo o econômico a estreito dirigismo, como na Alemanha: *A economia serve ao Estado e com isso ao povo. Ela é uma economia popular ao mesmo tempo em que é uma economia organizada cujos objetivos são servir ao povo: 1. ela não é uma economia estatal, quer dizer administrada pelo Estado; 2. tampouco é uma economia de interesses privados, voltada apenas para objetivos individuais...* (Hermann Messerschmidt, *Die Aufgaben der Wirtschaft*, 1943). Negava-se, desta forma, o marxismo e o liberalismo, definindo-se o que os fascistas queriam, e ainda querem, como uma *terceira via*. Isto seria o caminho para a paz social, para a superação dos conflitos da sociedade de massas: *Trabalharemos para favorecer a formação de organizações nacionais coordenadas de patrões e de empregados para que, com a ajuda de tribunais, evitem eficazmente as greves e os lock-out e resolvam harmoniosamente os conflitos na indústria* (Programa da *National Guards*, 1933). Em alguns casos, como no fascismo norueguês, onde a organização operária não era tão forte como na Alemanha e na Itália, a hegemonia da burguesia sobre a proposição corporativa é mais explícita, havendo menor insistência no caráter corporativo da nova sociedade a partir da empresa, com a ênfase recaindo diretamente sobre a visão organicista da sociedade: *O fundamento da criação de pontos de apoio [ao fascismo] é a idéia de empresa. Esta concepção vê na empresa um organismo vivo, autônomo, cujas finalidades e capacidade de existência são de importância muito maior que a finalidade e a capacidade de existência do indivíduo. A primeira e mais importante tarefa é propagar entre os trabalhadores e os chefes de empresa esta idéia e, através dela, construir a base da sociedade solidária, da empresa solidária* ([Vidkun Quisling](#), Pontos de Apoio da União Nacional, 1935). Nos casos alemão e italiano, a retórica fascista precisava levar em conta um poderosíssimo movimento operário e sindical, daí o fato de apropriarem-se de todo um *lay-out* socialista: *O Estado nacional-socialista trabalhará ainda mais energicamente no futuro afim de realizar um programa que nas suas últimas conseqüências deve conduzir à eliminação completa das diferenças de classes e ao estabelecimento de uma verdadeira comunidade socialista* (A. Hitler, Discurso em 21.03.1943). Em um pouco conhecido texto, o próprio Hitler indicava, sob o título, *Truques na luta pelos Eleitores* (*Tricks im Kampf um den Wähler*), como os estrategistas do Partido Nazista deveriam se apoderar dos métodos marxistas de propaganda: *1. Da mesma forma que os partidos marxistas, deve-se utilizar cartazes políticos em vermelho gritante; 2. Deve-se ter caminhões com alto-falantes e saturados de cartazes e com muitas bandeiras vermelhas; 3. Deve-se cuidar para que os membros do partido não compareçam às reuniões de terno e gravata e também não muito bem vestidos para evitar a desconfiança dos trabalhadores...* Da mesma forma, tanto na Itália quanta na Alemanha, criaram-se formas

substitutas de mobilização operária. Tratava-se de, por um lado, concorrer com a insistente atuação clandestina dos Partidos Comunistas e Socialistas (ou mesmo de militantes isolados) e, por outro lado, de estabelecer formas próprias de organização que preenchessem o vazio deixado pela extinção das organizações sindicais. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) A iniciativa coube à Itália – onde um forte movimento sindical havia se estabelecido entre 1918 e 1919 – com a criação em 1923 da *Opera Nazionale Dopolavoro*, uma organização dedicada à organização do lazer operário, daí a expressão *dopolavoro*, que significa *depois do trabalho*. Colocada sob a tutela direta do [Partido Nacional Fascista Italiano](#), a organização chegou a congregiar cerca de 4,6 milhões de operários industriais, cerca de 40% do total de trabalhadores do setor. As suas atividades voltavam-se para a organização de férias coletivas, jogos de [futebol](#), sessões de [cinema](#) e de música erudita. Na Alemanha, por sua vez, surgia em 1933, na esteira da dissolução dos sindicatos, a *Kraft durch Freunde*, a *Força através da Alegria*, com os mesmos objetivos ou, nas palavras de Robert Ley, o seu *Führer*, *...era necessário desviar a atenção das massas dos valores materiais e direcioná-las para valores morais*. Na verdade, tratava-se de mais um instrumento de enquadramento das massas e de sua vigilância. Transcorria ao mesmo tempo a tentativa de premiar a população operária em face da crescente perda de valor real dos salários tanto na Itália quanta na Alemanha. Assim, face à perda de poder aquisitivo, o Estado fascista organizava festas e diversões públicas que deveriam dar a impressão de melhoria da condição operária. Evidentemente, todo o processo era financiado a partir de desconto compulsório nos salários e recolhimento aos cofres do partido. Calcula-se que apenas 10% do total arrecadado foi efetivamente utilizado no bem-estar dos operários, sendo que a maior parte financiava as atividades partidárias. De qualquer forma, não devemos perder de vista a existência de uma real preocupação na gestão pelo Estado do tempo livre dos trabalhadores. O imiscuir permanente do Estado na vida privada dos cidadãos era parte integrante da mentalidade fascista – um espaço vazio para a livre organização, mesmo que fosse de um time de futebol, não era bem visto. No plano reivindicatório, os sindicatos foram substituídos, no caso alemão, pelo *Deutsche Arbeitsfront*, também criado em 1933. A *Frente Alemã do Trabalho* deveria regular as relações entre operários e empregadores, como a fixação de salários, férias, jornada de trabalho, etc... A idéia básica era centrada na relação de direta colaboração entre capital e trabalho, conforme o modelo corporativista. Entretanto, a *Frente do Trabalho* tornou-se rapidamente um braço do partido nazista, dedicando-se a uma regulação política – no quadro dos interesses do partido – de salários e condições de trabalho, em especial nos ramos industriais como aço, energia, minas, etc... Não havia efetivamente uma relação direta trabalhador/patrão, como na suposta constituição corporativista do Estado, e sim patrão/partido, o que evidenciava a permanente tensão entre a burocracia partidária e a burguesia.

Assim, todos os pontos levantados – antiliberalismo, anti-marxismo, organicismo social, liderança carismática, negação da diferença e discurso revolucionário – marcam a possibilidade de identificação do fascismo enquanto um regime ou forma de dominação específica. Neste sentido, insistimos em diferenciar o fascismo das diversas vertentes políticas possíveis existentes no interior da *Direita*. Diferentemente do conservadorismo (parlamentar e tolerante), do reacionarismo (restaurador e autoritário), dos autoritarismos militares ou partidários, o fascismo distingue-se por seu caráter metapolítico, mobilizado para a incorporação da nação – dos seus corações e mentes – numa concepção de mundo única, excludente e terrorista. A *Direita*, particularmente depois do apogeu do liberalismo no século XIX, procurou adaptar-se e conviver com as regras da representação e da diferença, mesmo que em muitos casos com alguma dificuldade. Entretanto, o fascismo surge como um caminho único, sem volta, de arrancar o indivíduo de uma situação de estranhamento e anomia. Dadas as suas condições genéticas iniciais – origens pequeno-burguesas, aliança de *declassés* saudosos de papéis sociais perdidos no passado –, o fascismo não consegue superar, ao na

expressão de E. Nolte, transcender teórica e mentalmente a sua imersão num mundo alienado, marcado pelo mal-estar.

O Desafio Histórico do Neofascismo. Por fim, devemos marcar bem o furacão que varre a historiografia sobre fascismo a partir de 1991. O inverno europeu deste ano foi denominado de “inverno neonazista” em face dos inúmeros atos de violência praticados por grupos neofascistas, sobretudo na Alemanha. (v. [Neofascismo na Alemanha](#)) Numa primeira explicação, deveríamos nos remeter ao processo de *Reunificação Alemã* e à onda de [nacionalismo](#) xenóforo que acompanhou o fenômeno. Entretanto, processo idêntico, com algumas especificidades, ocorreu na França a exemplo da ascensão de [Jean-Marie Le Pen](#) e na Federação Russa com o sucesso eleitoral de Jirinovsky do Partido Liberal-Democrático (sic!). (v. [Neofascismo na Rússia](#)) Ou seja, havia de fato uma nítida ressurgência do fascismo. Os episódios de violência de Waco, os atentados de Oklahoma City (1995) e das [Olimpíadas](#) nos Estados Unidos (1996) mostraram, por sua vez, a face extremista e racista das milícias brancas norte-americanas. Ora, grande parte da historiografia sobre o fascismo insistia quase que numa posição defensiva no caráter histórico, isto é, único e não retornável do fenômeno fascista. Deste ponto de vista, o fascismo enquanto fenômeno histórico era único, datado e explicável por acontecimentos históricos também únicos e datados. O fascismo inseria-se numa cadeia de acontecimentos marcados pela Unificação Alemã e pelo *Risorgimento* italiano, pela Primeira Guerra Mundial, pelo Tratado de Versalhes e pela Grande Depressão de 1929. Como tal constelação de eventos seria absolutamente não passível de repetição, o fascismo – com seu terrível corolário de atrocidades – pertenceria bem mais aos livros de história e não ao cenário político contemporâneo. É assim, por exemplo, que um especialista do tema trabalhou no fim dos anos de 1940 e ao longo dos anos de 1950: *a grande época do fascismo, o período em que pareceu um movimento internacional, capaz de resolver – por mais violento que fosse – os problemas do mundo, foi um breve e claro período na história européia*; ao mesmo tempo, bem conforme ao espírito belicoso da Guerra Fria, a historiografia e a ciência política liberais consideraram qualquer possibilidade de um neofascismo como uma invenção dos *dogmáticos de esquerda*, declarando-se em seguida perplexos quando as ruas de Dresden, Milão ou Paris foram ocupadas por milhares de jovens neofascistas. Contrariando tais posturas, o cenário político europeu nos anos de 1990 mostrou-se claramente conturbado pela presença de partidos e agrupamentos neofascistas, tais como: a [Frente Nacional](#) de Jean Marie Le Pen na França, a Aliança Nacional de Gian-Franco Fini na Itália, os Republicanos e os Nacionais-Populares (DNV) na Alemanha ou o Partido Liberal-Democrático de Jirinovsky na Rússia. Ora, a explicação histórica – o fascismo como fenômeno exclusivo de uma época – enfraquece-se perante estas novas experiências do tempo presente. Neste sentido, o ressurgimento do fascismo como fenômeno de massa não pode ser explicado hoje à luz dos fenômenos que pretensamente explicariam o fascismo nos anos de 1920 e de 1930, ou seja, a derrota alemã e o Tratado de Versalhes, a frustração política italiana em 1919 ou a crise de 1929. Podemos até mesmo duvidar se tais eventos históricos efetivamente explicariam o fascismo histórico... Assim, a ressurgência do fascismo nos obriga a lançar mão de um novo arsenal teórico e de novos métodos explicativos que possam dar conta das duas *marés fascistas* (os anos de 1920/1930 e os anos de 1990) ocorridas em nosso século e, assim, unificar a teoria explicativa do fascismo, pensando-o em termos mais fenomenológicos – enquanto *modelo de reação, organização e participação* de amplas camadas das massas populares nas modernas sociedades industriais ou em transição à industrialização – e muito menos como evento específico da história alemã ou italiana dos anos de 1920 e 1930. Enfim, parafraseando Marx, poderíamos dizer que a anatomia do neofascismo ajudaria enormemente a explicar o fascismo histórico. (v. [Extrema-Direita na Áustria](#))

Referências Bibliográficas:

- BARRACLOUGH, G.. The Origins of Modern Germany. Oxford, University Press, 1947.
- BERR, H.. L'Allemagne: Le contre e le pour. Paris, PUF,1950.
- COINTET-LABROUSSE, M.. Vichy et le fascisme. Paris, Complexe, 1987.
- FREI, N.. Der Führerstaat. Munique, DTV, 1983.
- GOLDHAGEN, Daniel. Os carrascos voluntários de Hitler. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- JÄCKEL, E.. Hitler Ideologue. Paris, Gallimard, 1973.
- MILZA, P.; BERNSTEIN, S.. Dictionnaire historique des fascismes et du nazisme. Paris, Édition Complexe, 1992.
- MONTCLOS, X.. Les chrétiens face au nazisme et au stalinisme. Paris, Complexe, 1983.
- NEUMANN, Franz. Behemoth. The Structure and Practice of National-Socialism, 1933-1944. New York, Lyndon and Co., 1942.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política e senso comum. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína. Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 1996. pp. 103-130.
- SOLCHANY, Jean. Comprendre le nazisme dans l'Allemagne des années zéro, 1945-1949. Paris, 1998.
- STERNEHELL, Zeev. La Droite Revolucionaire: les origines française du fascisme. Paris, Seuil, 1978.
- TAYLOR, A.J.P.. The Course of German History. Londres, 1945.
- WINOCK, M. (org.). La droite depuis 1789. Paris, Seuil, 1995.

FASCISMO: MOVIMENTO. O Movimento Fascista começa de forma modesta em Milão a 23 de março de 1919. O Clube Comercial e Industrial situado na parte histórica da cidade foi *cedidopela*, diretoria para sediar suas reuniões. Para a ocasião, contou com o apoio dos *arditi* (literalmente: homens destemidos) e com a proteção de outros membros do mesmo grupo que guarneceram a frente do Pallazzo Caetani, onde se realizou a assembléia. Os *arditi* constituíam tropas de elite, sendo os melhores combatentes do exército italiano. A organização comandou os movimentos de protesto e reivindicação após o fim da Primeira Guerra Mundial. Por isso, não é de estranhar que [Mussolini](#), ao criar os “*fasci di combattimento*” (grupos de combate), tenha recebido a adesão dos *arditi* e adotado seus uniformes e suas insígnias. [v. [Fascio](#) & [Militarismo](#)]. A associação de Mussolini com os *arditi* data de novembro de 1918; o jornal *Popolo d'Italia*, dirigido por ele, foi o porta-voz das reivindicações dos veteranos de guerra. A sua experiência como militante do Partido Socialista Italiano (PSI) e o conhecimento da ação dos opositores políticos davam-lhe sensibilidade para o trato das questões sociais e política. Para Mussolini, o [fascismo](#) seria uma terceira posição política (síntese) entre o liberalismo (tese) e o socialismo (antítese). O fascismo seria um recurso destinado a manter a sociedade dentro dos limites da ordem estabelecida, pois somente um Estado forte e centralizado poderia deter os movimentos que a ele se opunham. [v. [Estatismo](#)] O Programa do Movimento Fascista baseava-se em três pontos: 1. apoio às reivindicações das associações dos veteranos; 2. rejeição ao [imperialismo](#) estrangeiro sobre a Itália; 3. boicote aos candidatos neutralistas. O programa de luta contra as circunstâncias sociais e políticas do pós-guerra italiano tinha o objetivo real de sufocar os movimentos socialistas e de tomada do poder. O movimento composto de militares reunia ainda cientistas, artistas e intelectuais italianos de renome internacional. [v. [Marinetti](#)]

A ação do PSI junto aos sindicatos operários levava intranqüilidade à monarquia italiana, que se via incapaz de solucionar a questão social. Durante o período da Primeira Guerra (1914-1918), as lutas socialistas se amenizaram; as produções industrial e agrícola aumentaram; e a convocação da população masculina, ativa e adulta havia diminuído a pressão demográfica em busca de trabalho. O fim da guerra, com a volta de 3 milhões de veteranos, entre os quais quinhentos mil mutilados de guerra, renovou a endêmica questão social, sendo agravada pela redução da demanda de mão-de-obra pela indústria de guerra, o que acarretava o desemprego. O movimento fascista soube aproveitar as circunstâncias. Várias foram as suas ações contra os socialistas e de mobilização nacional, como a invasão do Fiume e a Marcha sobre Roma. A invasão do Fiume ocorreu em dezembro de 1919, tendo sido feita por tropas constituídas por desertores do exército italiano, veteranos de guerra e adeptos do fascismo, estando sob o comando do poeta [Gabriele D'Annunzio](#). Os fascistas desejavam garantir a posse da região para a Itália, opondo-se ao Tratado de Locarno, que previa o princípio da autodeterminação das nações. A invasão serviu para testar a organização corporativa da sociedade e reviver as velhas tradições no Império Romano. O Tratado de Rapallo determinaria a autonomia do Fiume, sendo expulsos os invasores pelo exército italiano. O chamado “Natal de Sangue” (1920) propiciou uma mobilização geral em torno da causa. O invasores derrotados tornaram-se heróis nacionais e o maior vitorioso foi o próprio movimento fascista. (v. [Partido Político de Direita](#))

Os líderes fascistas utilizaram as bandeiras do [anticomunismo](#) e dos valores morais italianos, como o orgulho pelo passado imperial, revivendo as antigas tradições romanas com seus gritos de guerra, as saudações e as formações militares. (v. [Baderna](#) & [Conservadorismo](#)) Os

grupos de esquerda, internacionalistas por princípio, foram responsabilizados pela desordem interna do país. O fascismo propunha a ordem, a disciplina, a hierarquia e a obediência através de um Estado forte. A mística romana serviu para envolver o povo e levar Mussolini ao poder. A “Marcha sobre Roma” foi o principal evento do movimento fascista, tendo ocorrido em outubro de 1922 e garantido o poder para os fascistas por pouco mais de duas décadas. Os fascistas marcharam para Roma vindo de todos os pontos do país: tomaram conduções, requisitaram trens e ônibus, ocuparam edifícios públicos, fizeram prisioneiros. O movimento deveria ter sido dirigido pelo quadrunvirato sediado em Perugia, mas correu desordenado e sem comando. O comando foi a força e sua direção a capital. Diante da pressão popular, Mussolini foi chamado para organizar um gabinete.[v. [Fascismo na Itália](#)]

Lorraine Slomp Giron

Referências Bibliográficas:

- FERMI, Laura. Mussolini. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,1961.
GIRON, Lorraine Slomp. As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Parlanda, 1994.
MUSSOLINI, Benito. Scritti e discorsi. Milano, Hoelpi,1935.
TRENTIN, Silvio; TRENTO, Angelo. O fascismo italiano. São Paulo, Ática,1986.
PARIS, Robert. As origens do fascismo. São Paulo, Perspectiva, 1976.

FASCISMO NA ALEMANHA. Antecedentes. Em meados de 1929, a Alemanha fora governada por uma coalizão de partidos democráticos e parecia pronta para reocupar seu espaço de grande potência econômica, com um amplo desenvolvimento industrial, inclusive introduzindo novas formas de organização do trabalho, como a produção fordista em massa. Grandes empresas, inicialmente favorecidas por capitais americanos, instalavam-se nos arredores de Berlin e na região do Ruhr e da Renânia, empregando milhares de operários. Grandes [sindicatos](#), tendo à frente a central sindical social-democrata, organizavam politicamente tais trabalhadores, fazendo exigências em torno de salários, duração da jornada de trabalho e bem-estar social. Nas coalizões onde a presença da social-democracia era forte, o ministério do trabalho invariavelmente ia para um militante saído da burocracia sindical. Ao lado dos sindicatos ligados à social-democracia, existiam ainda sindicatos católicos – inspirados na Doutrina Social da Igreja – e sindicatos comunistas, extremamente críticos da atuação da burocracia sindical social-democrata. (v. [Autoritarismo](#), [Baderna](#), [Fascismo & Política](#)) A Alemanha era uma república parlamentar de cunho liberal e representativo. (v. [Conservadorismo](#)) A sua constituição, votada na cidade de Weimar – daí a expressão usual, *República de Weimar* –, estabelecera um regime avançado de direitos políticos e sociais, com amplas garantias públicas. Dois conjuntos de partidos do chamado arco constitucional – aqueles que aceitavam a existência da República – se revezavam no poder. No início, uma coligação de esquerda composta pela social-democracia (SPD), pelo Partido Democrata (DDP) e pelo Partido do Centro Católico (*Zentrum*) formava o governo. Nestes períodos, como no biênio 1919/20, avançavam os direitos sociais e a participação sindical no governo. Aos poucos, entretanto, uma outra constelação política (de orientação direitista) ia se estabelecendo, com os católicos do *Zentrum* e o Partido Democrata preferindo uma aliança com o Partido Popular Alemão (DVP), de cunho direitista e ligado aos interesses empresariais. Uma outra possibilidade de arranjo político era a formação da *Grande Coalizão*, com a reunião no governo de todos os partidos constitucionais, desde a esquerda social-democrata até a direita popular-alemã (DVP). Esta era a situação entre 1928 e 1930, quando um velho militante social-democrata, H. Müller, organizou um amplo governo com todos os partidos que aceitavam a existência da República, restabelecendo a *Grande Coalizão*. (v. [Partido Político de Direita](#))

No outro extremo do arco constitucional, a ordem republicana era colocada em questão por dois grupos de partidos: à direita pelos nacionalistas, que nunca aceitaram a rendição alemã em 1919 e a Constituição liberal de Weimar; à esquerda pelo Partido Comunista, que tentara realizar em 1919 uma [revolução](#) e fora derrotado pela aliança da social-democracia com o arquiconservador exército alemão e os grupos paramilitares (os chamados [Corpos Francos](#)). Os nacionalistas e extremistas de direita acusavam a República e, em especial, os social-democratas de terem traído a Alemanha, consolidando o mito da *punhalada pelas costas*. Tal tema será habilmente manipulado por um até então pequeno partido de extrema-direita: o *Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães* (NSDAP), também conhecido como nazista (corruptela de nacional, em alemão, *nazional*). Este recusava a existência da República, atribuía aos partidos a derrota da Alemanha em 1918 e via em tudo uma poderosa conspiração mundial judaica, especialmente dirigida contra a superioridade racial e cultural alemã. Enfim, queriam a liquidação do Tratado de Versalhes, que pusera fim à Primeira Guerra Mundial e obrigara a Alemanha a renunciar de ter forças armadas poderosas, além de

obrigá-la a uma imensa dívida de guerra e à entrega de grandes porções territoriais para a França, Polônia e Bélgica. (v. [Chauvinismo](#), [Imperialismo](#), [Inimigo](#) & [Reich](#))

Nazismo e a tomada do poder. Em pleno funcionamento das instituições republicanas, com crescimento econômico e garantias sociais, a audiência dos nacional-socialistas foi pequena e restrita aos grupos reacionários oriundos do exército, da pequena burguesia urbana (lojistas e pequenos [empresários](#)) e a funcionários públicos nostálgicos do seu prestígio, usufruído sob o império e agora perdido. (v. [Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas](#)) O partido nacional-socialista não era homogêneo. Grupos rivais disputavam a hegemonia e o controle na hierarquia interna, particularmente a partir de 1930, quando o partido começou verdadeiramente crescer. Uma ala era particularmente ativa: os SA, tropas de choque que desfilavam fardadas e portando insígnias pelas ruas, promovendo atos de vandalismo e terror contra [judeus](#), comunistas, locais *gays*... O seu líder, [Ernst Röhm](#), desenvolvera uma virulenta linguagem anti-semita, acusando os judeus – paradoxalmente identificados com Wall Street e Moscou – de organizarem uma cruzada anti-alemã. Prometiam acabar com os *tubarões capitalistas*, a exploração usurária, identificando capitalismo e [judaísmo](#). Ao seu lado, figuravam ainda os irmãos Strasser, Gregor e Otto, que organizaram sindicatos nazistas e prometiam ir além dos programas sindicais social-democratas com uma revolução verdadeiramente nacional e socialista. (v. [Sociedade Civil](#))

Foi neste clima político que eclodiu a crise econômica mundial de 1929, repercutindo fortemente no país. A fuga abrupta dos capitais americanos e a paralisação do país, principalmente em virtude da queda das exportações, levaram a uma crise profunda, com altos níveis de desemprego, mal-estar social generalizado e perda da solidariedade social. (v. [Corporativismo: Debate Político](#) & [Totalitarismo](#)) A *Grande Coalizão* que governava o país não estava pronta para a crise, assim como os mecanismos de bem-estar social criados pela República. Com um exército de mais de quatro milhões de desempregados (e que chegará a seis milhões em 1932), as instituições começavam a dar sinais de exaustão. O ponto de ruptura deu-se no momento da discussão do seguro-desemprego: montado para funcionar em uma economia normal em pleno vapor, o seguro não mais conseguia dar conta de milhares de desempregados. A resposta óbvia era aumentar a contribuição de empresários, trabalhadores e do Estado para cobrir os valores devidos aos desempregados. O Partido Nacional Popular (DVP), representando o empresariado, recusou-se a aceitar qualquer aumento da contribuição do Estado e dos empresários, enquanto o ministro do trabalho, sindicalista social-democrata, recusava-se a aceitar o fim do amparo ao trabalhador ou o aumento exclusivo de sua contribuição. Assim, ruía o último governo democrático da Alemanha, sob o peso da crise e da incapacidade de seus partidos políticos apresentarem uma solução política viável.

O presidente da República, o velho marechal Hindenburg, sinceramente monarquista e conservador, viu chegado o momento para impor uma nova forma de governo à República. Desprezando o parlamento e os partidos, Hindenburg usa seus poderes de exceção e nomeia um governo de minoria, sem apoio parlamentar e que governaria através de decretos presidenciais. Não era um golpe de Estado visto que a própria constituição previa o caso; porém, somente em circunstâncias especiais e não como norma de governo. O escolhido como primeiro ministro foi o político católico H. Brüning, que procedeu a novas eleições após assumir o poder, tentando constituir uma maioria de centro-direita que o apoiasse. Brüning colocou em prática um programa extremamente severo e antipopular, com redução da massa salarial dos funcionários, do seguro-desemprego, das aposentadorias, anulação das convenções coletivas de trabalho e aumento dos impostos indiretos. O resultado eleitoral foi catastrófico: Brüning não conseguiu sua maioria de centro-direita; bem ao contrário, o centro político do país desabou e a extrema-direita nazista agigantara-se: os nazistas passaram de 3% para 18% do parlamento, com 107 deputados, tornando-se o segundo partido do país, atrás da social-democracia. O partido comunista também cresceu. Dá-se uma nítida crise de

representatividade, com os partidos tradicionais da direita, liberal ou nacionalista-autoritária, perdendo eleitores para a extrema-direita. Brüning apela ao presidente para continuar governando por decreto. Hindenburg, irritado com a política de impostos contra a grande propriedade agrícola – da qual era ele próprio um representante – e com a proibição das tropas SA nazistas, demite o ministro. É chamado para dirigir a Alemanha um aristocrata católico, profundamente ligado ao empresariado alemão, Franz von Papen, que se torna primeiro-ministro em 1932, com o apoio de apenas 71 dos 577 deputados. Mais uma vez, o presidente havia usado os seus poderes de exceção. Papen reverte o programa político de Brüning e procura uma aproximação com o Partido Nazista, inclusive apresentando [Hitler](#) aos grandes industriais e banqueiros do país. Através da intermediação de Von Papen, as reservas que os grandes capitalistas nutriam contra o palavreado demagógico do nazismo (principalmente em torno da idéia de revolução apregoada por Röhm e pelos irmãos Strasser) irão ceder, abrindo-se espaço para vultosas contribuições financeiras para o partido. Dão-se novas eleições em clima de extrema violência, com os nazistas dominando as ruas e estabelecendo o terror no país. O partido sai das eleições como o mais forte, com 43.9% dos votos, porém, ainda sem condições de formar um gabinete sozinho. A uma proposta de Papen de participação restrita no gabinete, com a indicação de alguns ministros, Hitler responde com vigoroso *não*. Tratava-se, na percepção do líder nazista, de assumir a integralidade do poder ou diluir-se em meio às outras organizações de direita. Von Papen – sabedor da resistência de alguns setores da direita tradicional e conservadora, como o exército – tenta negociar o apoio do empresariado aos nazistas, visando torná-los mais dignos de confiança da elite do país. Sem sucesso em convencer Hitler a aceitar um papel secundário no governo, procede-se ante o impasse a nova eleição, que resulta em grande surpresa: os nazistas perdem dois milhões de votos e inicia-se o declínio eleitoral dos nacional-socialistas; já o SPD, os social-democratas, mantém seu eleitorado e os comunistas alcançam grande vitória. A disputa entre os dois grandes partidos e o veto das forças armadas aos comunistas impedem o funcionamento do parlamento e a formação de qualquer coligação de esquerda capaz de se opor aos nazistas. A análise política da III Internacional, já dominada pelos stalinistas, e que considerava o SPD como *social-fascismo*, além da crença ilusória numa revolução mundial (em virtude da crise econômica mundial) contribuem fortemente para a paralisia da esquerda. A província da Prússia, liderada pelos social-democratas e grande centro operário, rebela-se contra Von Papen e seu governo, sendo então as autoridades prussianas demitidas ilegalmente. O velho marechal Von Hindenburg apela para a última esperança de manter a normalidade através de uma reforma autoritária da República, com o chamado direito do exército de governar: o general Schleicher assume como primeiro-ministro, negocia com a ala mais populista do Partido Nazista, em especial com Gregor Strasser, tentando formar uma base parlamentar ao mesmo tempo em que pede apoio do SPD. (v. [Populismo](#)) Entretanto, Von Papen continua conspirando em torno de uma aliança com Hitler: a sua expectativa era domesticar o nazismo e utilizá-lo contra a poderosa estrutura sindical e os partidos comunista e social-democrata, viabilizando sua própria figura como o homem providencial do empresariado alemão. Assim, aproxima Hitler dos círculos católicos e de empresários, que pressionariam por sua vez o presidente da República. Schleicher é demitido, encerrando a sua experiência sindical-autoritária e Hindenburg forma, em 30 de janeiro de 1933, um gabinete com Hitler como primeiro-ministro e Von Papen como ministro do exterior. (v. [Anticomunismo](#))

Nazismo no poder. Hitler procede imediatamente a uma série de mudanças radicais no ordenamento do país: suspende os direitos civis, declara estado de exceção em *defesa do Povo e do Estado*; através do apoio dos católicos, consegue plenos poderes já independentes do presidente, que morreria pouco depois, abrindo caminho para que Hitler unisse os cargos de primeiro-ministro e presidente sob a denominação de *Führer*, o líder. Após a farsa do incêndio do Parlamento – o *Reichstag* –, Hitler põe fora da lei comunistas e sindicalistas,

abrindo nas imediações de Berlin o primeiro [campo de concentração](#), Oranienburg. (v. [Leis de Nuremberg](#) & [Operação Eutanásia](#)) Uma série de medidas começam a ser tomadas contra os judeus, definidos como a origem de todos os males da Alemanha. (v. [Ditadura e Violência](#)) A ala populista do partido - com Ernst Röhm e os Strasser, que ameaçavam a aliança com o exército e o empresariado - é eliminada na *Noite das Longas Facas* pelas tropas SS do próprio partido nazista: inúmeros nazistas concorrentes com Hitler foram assassinados, entre eles, Gregor Strasser e Ernst Röhm, assim como o general Schleicher. (v. [GESTAPO](#)) Von Papen é demitido e enviado para a Turquia como embaixador. Iniciava-se a construção do Estado Policial SS. (v. [Ditadura](#), [Militarismo](#), [Repressão e Violência](#) & [Tortura](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- ELIAS, Norbert. Os alemães. Rio de Janeiro, Zahar, 1997;
REICHEL, Peter. La fascination du Nazisme. Paris, Jacob Ed., 1993;
FREI, Norbert. Der Führerstaat. Munique, DTV, 1983;
NEUMANN, Franz. Behemoth: The Structure and Practice of National-Socialism, 1933-1944. Nova York, Lyndon and Co., 1944;
NOLTE, Ernst. Die faschistischen Bewegungen. Munique, DTV, 1966.

FASCISMO NA ITÁLIA. Antecedentes. Como a Alemanha, a Itália se constituiu muito tardiamente enquanto Estado Nacional unificado. Foram as lutas travadas no século XIX entre nacionalistas agrupados em torno da dinastia de Sabóia (do pequeno reino do Piemonte no norte do país, em torno da cidade de Turim) contra a Igreja Católica (senhora de um vasto principado territorial no centro país) e os austríacos (que ocupavam o norte da Itália, o Milanês e o Veneto) que provocaram a proclamação do reino da Itália em 1871, tendo por capital Roma. (v. [Fascismo](#))

A luta pela unificação colocou em lados opostos os católicos, defensores das prerrogativas seculares do papado, e os liberais-nacionalistas, favoráveis à unificação, o que só poderia ser feito despojando o papa de seus poderes seculares e territoriais, abrindo, assim, um profundo fosso na sociedade italiana. Após a unificação, o papa se considerou prisioneiro no Vaticano e lançou um anátema contra a participação dos católicos na vida [política](#) nacional; por sua vez, os liberais procuravam excluir padres e monges do ensino público, da administração e da participação política, procurando reduzir o clericalismo na vida pública italiana e construir um estado laico. (v. [Sociedade Civil](#)) Com uma sociedade dividida, grande parte da população mergulhada na pobreza e com a maioria dos italianos ainda analfabeta – 74% da população no final do século XIX –, a vida política do país se dava em torno de apenas 2% da população, os únicos que tinham direito a voto. Assim, a participação política italiana era limitada ao pequeno círculo de políticos liberais, às forças armadas e à nobreza que gravitava em torno da dinastia. O novo Estado italiano parecia cumprir com a afirmação do escritor italiano Tomasi De Lampedusa: *precisava-se fazer uma [revolução](#) para que nada mudasse*. A unificação do país no século XIX, que muitos italianos chamaram esperançosamente de *Rinascità* (Renascimento), fora uma revolução frustrada. (v. [Partido Político de Direita](#))

O surgimento de um poderoso movimento socialista – além de um forte movimento anarquista autônomo – já no início do século XX começou a desestabilizar a oligarquia liberal dominante ao exigir maior participação política e colocar em pauta uma agenda social. A adoção do sufrágio universal masculino só se deu, entretanto, em 1913, e seu resultado, ao fortalecer o Partido Socialista, será o aprofundamento dos desequilíbrios existentes. O país era ainda marcado por uma clara diferenciação entre uma [economia](#) agrária, particularmente ao sul, e dinâmicos centros industriais ao norte, como Turim e Milão. A terra em grande parte do país era monopolizada por grandes famílias, que haviam aderido à Monarquia e conseguido, assim, manter seus privilégios. Uma imensa massa de camponeses e pequenos artesãos imigravam para a América, Argentina e Brasil em busca de vida melhor. A monarquia havia procurado aliviar as pressões sociais através de uma ativa política imperialista, conquistando no exterior as terras que faltavam na Itália. Porém, as aventuras militares, particularmente na Etiópia, haviam terminado em fiasco, ferindo a honra nacional. (v. [Chauvinismo](#))

A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) surge como uma possibilidade única da Itália realizar um projeto de grande potência, conseguindo prestígio e áreas coloniais para assentar sua população, sem necessidade de reformas internas radicais, principalmente em torno da questão agrária no sul do país. Embora aliada da Alemanha e do Império Austro-Húngaro, Roma negocia em segredo sua participação na guerra com os ingleses: em troca de lutar ao lado dos Aliados (França e Inglaterra), receberia territórios nos Balcãs (na atual Croácia e Bósnia) e na África. Liberais e nacionalistas agitam as ruas das principais cidades italianas em favor de uma imediata entrada na guerra, enquanto socialistas declaram-se

contrários à *guerra imperialista*. Dá-se, então, um fato inusitado: um dos mais populares líderes socialista, neutralista e antimilitaristas, [Benito Mussolini](#), redator do jornal socialista *Avanti!*, exige a entrada da Itália no conflito. Expulso por seus companheiros, Mussolini recebe apoio financeiro de [empresários](#) interessados nos gastos de guerra e do governo da França – que necessitava de aliados contra a Alemanha –, o que lhe permite fundar o diário *Il Popolo d'Italia*. O novo jornal torna-se uma forte tribuna favorável à guerra e ao *intervencionismo* (defesa da intervenção da Itália no conflito), aumentando a popularidade do então jovem jornalista e político. Os seus ex-companheiros socialistas lhe acusam de vendido ao grande capital; na verdade, Mussolini percebe as chances que a guerra abre aos determinados e aventureiros.

Fascismo e a tomada do poder. Mussolini, junto a escritores famosos como [Filippo Marinetti](#), [Gabriele D'Annunzio](#) e Mario Carli, assume uma postura favorável a uma revolução dos costumes e modo de viver, aderindo ao [futurismo](#) como visão de mundo: a guerra seria o caminho para a redenção da Itália, para a superação das oligarquias políticas tradicionais e para a abertura de caminhos para aventureiros. Depois de breve participação no conflito, quando é ferido, Mussolini retorna à Roma e reassume *Il Popolo d'Italia*, onde transforma os [arditi](#), tropas de elite italianas famosas por sua coragem e desprendimento, em modelo do novo homem italiano. (v. [Militarismo](#)) Entretanto, a paz traz graves decepções para os italianos: as promessas de um império são perdidas. Os Estados Unidos, através do *Plano de Paz do Presidente Wilson*, recusa-se a entregar povos e países ao domínio de outros. Os italianos, que haviam perdido 600 mil homens no conflito, declaram-se traídos. *Ganhamos a guerra e perdemos a paz* é a máxima que agita os meios nacionalistas. O poeta D'Annunzio toma a frente da reação nacionalista, ocupando com um punhado de homens a cidade de Fiume, que deveria ser entregue à Iugoslávia; de Roma, Mussolini agita as massas contra os *governos liberais fracos e sem condições de defender o povo e a honra nacional*. Ao mesmo tempo, uma onda revolucionária dirigida pelo Partido Comunista e inspirada pela [Revolução Russa](#) de 1917 sacode o norte industrial do país, principalmente Turim. Inúmeros conselhos de fábrica são criados aos moldes dos *soviets*. O governo liberal se vê impotente para deter o movimento operário, sendo fortemente criticado pela *Confindustria*, a grande confederação nacional dos industriais italianos. No campo, inúmeras prefeituras italianas sob influências socialistas e comunistas iniciam a reforma agrária, despertando o ódio dos grandes proprietários e o medo pânico de pequenos e médios camponeses quanto à incerteza de seu futuro. (v. [Baderna & Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas](#)) O governo, entre 1920 e 1921, é exercido por um velho líder liberal, Giolitti, que se mostrava incapaz de apresentar um plano de reformas que apontasse para a ruptura com o passado oligárquico e preenchesse as necessidades de bem-estar dos italianos após quatro anos de sacrifícios na guerra. Em outro extremo, os nacionalistas, em grande parte antigos *arditi*, com suas camisas negras, reúnem-se em [fascios](#) (velha palavra que remonta à tradição romana: feixes de varas carregados pelos litores da Roma antiga, com as quais aplicavam as penas criminais) e agrupam os jovens desesperançados com o regime vigente para combater socialistas e comunistas, principalmente nas fábricas e nas cooperativas camponesas. Liberais, pacifistas, socialistas e comunistas são os alvos principais de ação dos esquadrões fascistas: com porretes (*il santo manganello*) e óleo de rícino, humilharam, espancaram e mataram os seus oponentes. (v. [Anticomunismo, Repressão e Violência & Tortura](#))

Os representantes da propriedade agrária também apelaram para os fascistas como força da ordem: grupos punitivos partem das cidades para o campo, onde espalham o terror; nas planícies do Pó, na Emilia-Romagna, na Toscana, os esquadrões fascistas atacam os [sindicatos vermelhos](#), as prefeituras socialistas e destituem autoridades pró-camponeses. Cooperativas de trabalhadores rurais são incendiadas e seus líderes espancados - mais de 600 pessoas são mortas em ataques fascistas. Face à impotência do governo liberal, os fascistas

surgem aos olhos de proprietários e capitalistas como o partido da ordem. Em 1921, já havia 200 mil militantes fascistas e esquadrões armados com armas fornecidas pela polícia e o exército, que dominavam aldeias, cidades e províncias. Estabelecia-se um clima de quebra da ordem constitucional e a Itália mergulhava numa séria crise política. [v. [Fascismo: Movimento](#)]

O movimento fascista, marcado por certo caráter explosivo e pelo desregramento, é enquadrado por Mussolini, em 1921, com a criação do [Partido Nacional Fascista \(PNF\)](#). Fortemente centralizado – Mussolini temia seus concorrentes provinciais dentro do partido –, o PNF alia-se claramente ao grande capital, com apoio de líderes industriais como Giovanni Agnelli (FIAT) e Giuseppe Volpi (setor elétrico). Entretanto, o partido mantém forte base popular: 40% de seus membros são trabalhadores agrícolas, industriais e marítimos; outros eram estudantes, profissionais liberais, militares e funcionários públicos. A classe média urbana dominava os quadros dirigentes, com 90% dos postos de comando nas mãos das pequena e média burguesias. Mussolini acenava para estes segmentos com uma revolução anti-capitalista, ou ao menos contrária aos açambarcadores, mantendo um forte apelo popular e de massas. Com o agravamento da crise política em 1922, Luigi Facta substitui Giolitti como primeiro-ministro por ser incapaz de impor as reformas necessárias para barrar a expansão fascista. O novo *premier* é inexpressivo e incapaz de conduzir o país em meio à turbulência, o que permite que a *Confindustria*, militares e membros da família real pressionem o rei Vitório Emanuel III para buscar uma saída contrária ao ordenamento constitucional. Mussolini percebe suas chances e organiza uma *Marcha sobre Roma* com as tropas de camisas negras fascistas. Milhares de militantes, saídos de todo o país, convergem sobre a capital sem qualquer oposição da polícia ou do exército. O rei, em 28 de outubro de 1922, indica Mussolini como primeiro-ministro. (v. [Conservadorismo](#))

Fascismo no poder. Os fascistas não possuíam nem quarenta deputados no parlamento; assim, liberais e católicos acabaram apoiando o novo governo, que mereceu a confiança da indústria e do exército. Uma série de medidas começaram a subverter a ordem constitucional e Mussolini organizou a Milícia de Segurança Nacional – paramilitares sob as ordens de Emílio De Bono (chefe de polícia) que espancaram e mataram os adversários. Ao mesmo tempo, Mussolini criaria o Grande Conselho Fascista, órgão extra-constitucional que aconselha o governo. Define-se, assim, um *duplo Estado* onde as instituições tradicionais do reino vão sendo superadas pelo Estado autoritário-policial fascista. (v. [Autoritarismo, Ditadura e Violência](#) & [Inimigo](#)) Após eleições claramente fraudadas em 1924, o deputado socialista Giacomo Matteotti denuncia o Estado policial e a tortura na tribuna do parlamento; seqüestrado, aparecerá morto vinte dias depois. Mussolini resiste ao escândalo, recebendo apoio do rei, do exército e dos católicos; fortalecido após o Caso Matteotti, Mussolini exige os plenos poderes e promulga, em 1926, as *leis fascistíssimas* que instituem uma [ditadura](#), onde Mussolini assume o título de Duce, o líder. Iniciava-se, quatro anos após a Marcha Sobre Roma, a ditadura fascista italiana. (v. [Corporativismo: Debate Político](#) & [Totalitarismo](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- FELICE, R. de. Explicar o Fascismo. Lisboa, Edições 70, s/d.
MILZA, P.; BERNSTEIN, S.. Le fascisme italien. Paris, Seuil, 1980.
MILZA, Pierre. Les fascismes. Paris, Seuil, 1985.
NOLTE, Ernst. Die faschistischen Bewegungen. Munique, DTV, 1966.
PARIS, Robert. Histoire du fascisme en Italie. Paris, F. Maspero, 1962.

FASCISMO NO JAPÃO. Em 26 de fevereiro de 1936, alguns militares tentaram derrubar o governo do Japão. Dois eram os propósitos dos insurretos: eliminar os políticos corruptos e implementar uma ‘nova ordem’ no país. Após a morte de altos funcionários do governo, uma intervenção pessoal do imperador restabeleceu a paz e a ordem. Argumenta-se ter sido a maior crise interna desde a Rebelião Satsuma de 1877 – representação do definhamento do sistema feudal Tokugawa. O Incidente de fevereiro fora o prenúncio do regime fascista instaurado no Japão entre 1938 e 1940. Afirma-se que tal evento significou a derrota de uma direita anti-liberal e populista, uma espécie de ‘fascismo vindo de baixo’. (v. [Populismo](#)) Em detrimento dessa vertente, emergiria uma outra, expressa pelo movimento golpista de altos funcionários do governo: o ‘fascismo vindo de cima’. Esta última utilizaria um corpo de idéias totalitárias, rechaçando os elementos de participação política de caráter democrático-liberal. (v. [Democracia](#) & [Totalitarismo](#)) No entanto, o fascismo no Japão não forjou um partido único e poderoso como o [fascismo na Itália](#) e o [fascismo na Alemanha](#) – o pluripartidarismo fora substituído pela Associação de Assistência às Leis Imperiais, que pouco se assemelhava a um partido discricionário ocidental. Doravante, o Japão integraria o [Pacto Anti-Komintern](#) e os sindicatos seriam dissolvidos e transformados em associações de suporte do governo. (v. [Corporativismo: Debate Político](#)) Ao final da década de 1940, a nação nipônica já havia adquirido a roupagem fascista da Europa, apesar de não se reconhecer enquanto produto da mesma. (v. [Baderna](#) & [Conservadorismo](#))

Quando se compara os movimentos fascistas europeu e japonês, é possível perceber aspectos comuns e divergentes: a) em ambos os movimentos, irromperam como políticas centrais a repressão interna – antidemocratismo, [anticomunismo](#) e antiliberalismo – e o avanço de um [imperialismo](#) que também buscava o seu “espaço vital”; b) não houve no Japão um líder plebeu como na Alemanha e Itália, porém, de forma semelhante, o Imperador é re-valorizado como símbolo nacional nos mesmos moldes propagandísticos de uma sociedade de massa; c) o fascismo europeu e o fascismo japonês fortaleceram-se como regime a partir de uma coligação entre as elites industriais-comerciais (*Zaibatsu*) e a classe dirigente rural, que pretendiam enquadrar a participação política de camponeses e operários em limites menos ameaçadores para o *status quo*. (v. [Política](#) & [Ditadura e Violência](#))

Nos centros urbanos, grupos vicinais foram utilizados como instrumentos de prevenção das potenciais inquietações da classe operária, servindo como base para manter o aparente consenso dos governos que lançam mão de dispositivos totalitários de controle social. O fascismo japonês tentaria arregimentar adeptos em dois setores: primeiro, em um corpo de oficiais provenientes das camadas populares, que conheciam a experiência da pauperização e estavam insatisfeitos face aos lucros da elite econômica; segundo, em uma classe guerreira decadente (*Samurai*) que ia ao encontro das teses anti-liberais e anti-democráticas. Contudo, como a SA na Alemanha, tais focos de radicalismo de direita seriam sacrificados uma vez que o movimento se fortalecesse como regime. (v. [Autoritarismo](#) & [Ditadura](#))

Ao invés de implementar um novo panorama social, os fascistas no governo pretenderam galvanizar os principais grupos dirigentes, a iniciar pelo próprio Imperador. Objetivo: o monopólio do poder tendo como esteio a hierarquia social existente. O mito de um Japão divinizado, hierarquicamente superior, fruto da difusão do shintoísmo – religião oficial de Estado desde a Era Meiji –, nortearia o fascismo japonês. (v. [Partido Político de Direita](#)) O Japão seria uma nação criada pelos deuses para governar as demais, teria um ‘direito natural’

sobre os outros territórios. Nesse sentido, como a teoria nazi do espaço vital, legitimava-se o imperialismo nipônico no oriente. (v. [Chauvinismo](#) & [Tradição](#))

Carlos Leonardo Bahiense da Silva

Referências Bibliográficas:

JÚNIOR, Barrington Moore: as origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa, Edições Cosmos, 1975 (?).

MICHEL, Henri. Os Fascismos. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977.

NAKADATE, Jouji. O Japão venceu os Aliados na Segunda Guerra Mundial? O movimento social da Shindo Remmei em São Paulo, 1945-1949. PUCSP, Tese de Mestrado, 1988. 3 vols.

FAVELA. A favela surge no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX e tem vínculos com a abolição da escravatura e a imigração para o meio urbano devido ao surto manufatureiro e industrial. Devido a esse crescimento populacional, ocorre um aumento pela demanda por habitação num espaço urbano bastante limitado e que começava a sofrer fortes transformações. Impossibilitados de arcar com os altos custos dos aluguéis, os grupos sociais de baixa renda tiveram como última alternativa a ocupação de cortiços – habitações coletivas conhecidas pelas suas condições precárias de higiene e infra-estrutura. (v. [Baderna & Conservadorismo](#)) À proliferação dos cortiços segue-se a degradação das condições de higiene e saúde da cidade como um todo e dos bairros populares em particular. É na tentativa de o poder público expurgar esta população do núcleo da cidade que as favelas acabam surgindo. (v. [Partido Político de Direita, Repressão e Violência & Sociedade Civil](#))

Os morros cariocas começaram a ser ocupados em 1890, após a demolição do cortiço conhecido como “Cabeça de Porco”. Os seus habitantes, violentamente despejados, ergueram nas encostas moradias improvisadas, feitas com as sobras das demolições. Foi nessa época que o Morro da Providência passou a se chamar Morro da Favela. O termo tem origem na planta “favela-branca”, típica da região de Canudos: a ocupação do morro por ex-soldados da campanha militar empreendida naquela região (1897) e a presença da planta nas suas encostas valeram-lhe a designação, que se estendeu às habitações similares de outros locais.

As favelas multiplicar-se-iam a partir das obras de remodelação da capital entre 1903 e 1906 (Prefeitura de Pereira Passos). Desde então, a sua definição vem sofrendo mudanças sutis. Em 1930, as favelas eram definidas pela prefeitura da capital como “casebres construídos contra todos os preceitos de higiene, sem canalizações d’água, sem ordem, constituindo um perigo constante de infecções epidêmicas”. Pode-se perceber as preocupações higienistas e civilizadoras da época que antecipam a segregação espacial e a reforma urbana deflagradas posteriormente pelas políticas de intervenção em áreas faveladas. (v. [Conservadorismo no Brasil República, Eugenia & PENNA, Belisário](#))

Embora o “problema favela” tenha sido localizado na década de 1930, este só se torna uma preocupação central para as autoridades por volta dos anos de 1940. Entre 1941 e 1943, foi elaborado um projeto de transferência dos favelados para alojamentos temporários chamados Parques Proletários, mas o programa não ultrapassou a construção de três parques. (v. [Atraso](#)) Em 1946, surgiu a Fundação Leão XIII ligada à Secretaria de Serviço Social, propondo a recuperação das favelas; entretanto, entre 1947 e 1953, foram criadas comissões para a sua extinção. Nos anos de 1960, o Boletim Oficial da Secretaria de Serviços Sociais do Brasil descreve uma favela de modo muito próximo à concepção dos anos de 1930, acrescentando ainda a questão da alta densidade de ocupação populacional e da ilegalidade no uso dos terrenos. Embora este último ponto já apareça implicitamente em definições anteriores, é partir dos anos de 1960 que a ocupação ilegal da terra vai distinguir a favela de outras comunidades pobres. A administração [Carlos Lacerda](#) (1960–1965) inaugura uma nova forma de tratamento desta questão: a remoção levada a cabo pela Companhia de Habitação Popular – GB (COHAB). Surpreendentemente, criou-se em 1968 a Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (CODESCO) com uma proposta antagônica: urbanização das favelas. Valladares comenta que a existência simultânea de dois órgãos tão distintos na mesma administração é exemplo da contradição que se verificava na [política](#) de intervenção em favelas no Rio de Janeiro. A ambigüidade foi resolvida pelo Governo Federal, que

institucionaliza uma política de extermínio. (v. [Inimigo](#)) Neste sentido, é curioso notar que tais políticas tendiam a surgir em momentos de “fechamento” do regime político. (v. [Ditadura](#)) Assim, de 1962 a 1974, foram removidas aproximadamente 80 das 147 favelas indicados pelo censo de 1960. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) A sua eliminação significava a liberação de terrenos ambicionados pelas classes média e alta, além do desenvolvimento da construção civil com a criação dos conjuntos habitacionais para famílias removidas. (v. [Autarquia](#) & [Governabilidade](#))

Nos anos de 1990, uma nova visão vem sendo formulada pelo Programa Favela–Bairro. Ao promover intervenções físicas e sociais, o Programa busca gerar mudanças profundas nas comunidades, estabelecendo medidas específicas para questões sociais, aproveitando as construções e serviços já instalados, e priorizando sua conservação, viabilizada pelo sistema de parcerias com os moradores e a iniciativa privada – agora, conforme a letra de uma *música funk* que correu nos morros cariocas em meados dessa década, *o pobre teria o seu lugar*. (v. [Democracia](#) e [Economia](#)) Tais propostas tentam inovar o modo de conceber as intervenções urbanas, especialmente em comunidades pobres. A caracterização de favela é apresentada pelo Plano Diretor Decenal do Rio de Janeiro nos seguintes termos: área habitacional ocupada por população de baixa renda, infra-estrutura básica precária, vias estreitas de alinhamento irregular, lotes de tamanho e forma irregular e construções fora dos padrões legais. É importante ressaltar que, segundo a Secretaria Municipal de Habitação, a comunidade deixa de ser favelada se não apresenta alguns destes aspectos. (v. [Elites Empresariais](#))

Conclui-se que a urbanização de favelas tem sido entendida e definida de muitas formas distintas ao longo dos últimos 50 anos, passando de uma visão de extermínio de um *ser espacial marginal* para uma visão relativizadora que incorpora o **morro** de forma *orgânico-funcional* e, portanto, subordinada às necessidades do **asfalto**. (v. [Ideologia](#) & [Urbanismo](#)) De sinônimo de “limpeza” e implantação de infra-estrutura e serviços básicos, a urbanização das favelas passou a ser concebida como processo de introdução de valores urbanísticos da cidade formal, possibilitando a regularização fundiária e a leitura da favela como bairro. (v. [Tradição](#))

Denise Nonato

Referências Bibliográficas:

- LEEDS, Antony; LEEDS, Elizabeth. Sociologia do Brasil Urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e Vizinhança: Limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In Fernando Novaes & Nicolau Sevcenko (orgs.), História da Vida Privada Brasileira, vol. 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- OLIVEIRA, Jane S.D. “Repensando a questão das favelas”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 2, n. 1, jan/jun de 1985.
- PERLMAN, Janice. O Mito da marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- VALLADARES, Lícia. Passa-se uma casa: Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

FEMINISMO. Na segunda metade do século XIX, a diversidade de papéis entre homens e mulheres, presente nas mais diversas sociedades, adquiriu o respaldo da ciência, verdade indiscutível no momento. (v. [Masculino/Feminino](#) & [Política](#)) Reafirmavam os médicos e demais estudiosos que devido a determinações biológicas eram totais as diferenças entre os dois sexos e, por isso, deviam atuar em esferas diversas. Em que pesem tais obstáculos, as mulheres acentuaram sua luta e, em meio a uma trajetória marcada por avanços e recuos, obtiveram conquistas em diversas partes do mundo, contribuindo para o descrédito daquelas verdades. Direitos políticos, direitos civis, acesso a variadas modalidades de trabalho, à educação, controle do corpo e da [sexualidade](#) constituíram-se em algumas das suas conquistas. [v. [Família](#) & [Casamento](#)] Na década de 1970, as feministas americanas propuseram o termo gênero para acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. (v. [Aborto](#)) A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”, pois homens e mulheres eram condicionados para o exercício de papéis sociais atribuídos ao seu sexo. (v. [Homossexualidade e Revolta](#)) Em contraponto, na mesma década de 1970, ideólogos e militantes da “Nova Direita” retornaram e atualizaram aquelas teorias que se julgava desacreditadas. Teses, citações e entrevistas com biólogos, médicos, filósofos defensores dos seus pontos de vista são utilizadas visando assegurar validade científica a tais concepções. (v. [Autoridade](#) & [Democracia](#)) Alain Benoist, o ideólogo mais famoso deste movimento, recorreu a disciplinas questionadas pela comunidade científica, porém, adequadas à causa, como a [sociobiologia](#) – estudo sistemático do fundamento biológico de todo comportamento social.[v. [Comportamento](#)]

A diferença entre os sexos é afirmada como um fato da natureza que não se resume apenas a uma diferença psicológica mas também física e intelectual. Tal diferença estaria na base da civilização, que necessita de divisão e complementaridade nas funções e papéis. Não é reconhecido às mulheres o controle de seu corpo, não podendo fugir ao seu destino de esposa e mãe, função primordial na sociedade. Tais idéias são comuns aos fascismos vigentes a partir da década de 1920, que igualmente buscaram excluir as mulheres da vida pública, aprisionando-as na função reprodutiva, de transmissão do “sangue” e da tradição. Submissão, passividade, sensibilidade, ternura, receptividade, intuição e sentido dos pormenores são velhas propriedades que lhes são atribuídas em oposição ao poder, à resistência, à energia, à combatividade, ao instinto de conquista e de domínio que seriam caracteres masculinos. Essencialmente repetidoras - em contraposição ao caráter inovador masculino -, com cérebros e maneiras de pensar diferentes daqueles dos homens, destinadas à dependência material, caberia às mulheres aceitar o lugar que lhes é conferido. Recorrendo ao [darwinismo social](#), enfatiza-se que as lutas das mulheres pela “igualdade” conduzem a uma regressão na escala da evolução, já que um dos dois sexos buscando tornar-se idêntico ao outro provoca o desequilíbrio, sobrevivendo a catástrofe. Em oposição ao “igualitarismo feminino”, Alain Benoist propõe um “feminismo personalizado” que reconhece e valoriza a “natureza feminina”. Apesar de afirmarem que tais diferenças não implicam em inferioridade das mulheres, são recorrentes as referências ao temor de uma “sociedade feminilizada” nas colorações da Nova Direita. (v. [Nouvelle Droite](#)) Num ideário em que a civilização baseia-se em “valores viris” – papéis, hierarquias, princípios de ordem e autoridade – e a democracia é considerada como de essência feminina, pode-se avaliar através da citação abaixo a percepção negativa neste ideário quanto à presença marcante das mulheres na sociedade: "A sociedade

atual não é somente feminina, ela é lésbica. Menos poder, mais amor, menos história, mais natureza. Menos forma, mais matéria, eis as idéias que dominam. Há em tudo isto uma certa lógica. A mulher é menos individualizada que o homem..." (v. [Ideologia](#) & [Sociedade Civil](#))

Rachel Soihet

Referências Bibliográficas:

BENOIST, Alain de; DECROZET, Joel. "*La condition féminine*", Élements n. 14/15. Mars-Avril, 1976.

DAVID, Renée. "*La Nouvelle Droite et les Femmes*" In *L'extrême droite contre les femmes*. Paris, Archives, Recherches et Cultures Lesbiennes, 1992.

DE LEEUW, Jo; PEEMANS-POULLET, Hedwige. *L'extrême droite contre les femmes*. Bruxelles, Editions Luc Pire, 1995.

LESSELIER, Claudie. *The women's movement and the extreme right in France*. The Nature of the Right. A feminist Analysis of Order Patterns. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1988.

RENARD, Claude. *Extrême Droite et Fascismes*. Bruxelles, Fondation Jacquemotte, Cahier n. 10, février, 1992.

FERRO, Antônio Joaquim Tavares (1895-LISBOA/1956-LISBOA). Jornalista, escritor, diplomata, Ministro de Portugal junto ao Vaticano, foi editor da revista Orpheu e esteve ligado ao grupo inicial dos modernistas que tinham em Fernando Pessoa a figura principal. (v. [Modernismo nas Artes](#)) Terminada a Primeira Guerra Mundial, dedicou-se ao jornalismo (1919), tendo sido redator do Diário de Notícias (1923); dirigiu a Ilustração Portuguesa (1922) e fundou a revista Panorama (1925) e o [Teatro](#) Novo (1925). Foi comissário geral das exposições internacionais de Paris (1935) e Nova York (1938) e presidente na direção da emissora nacional (1941). Entre os diversos volumes que publicou, o de maior êxito foi: Salazar (1933), constituído de 5 famosas entrevistas feitas em 1932, que o levaram para a ribalta da [política](#). Deve-se a ele ainda a criação do Museu de Arte Popular e do grupo de Bailados Verde Gaio. Sendo uma das figuras centrais do poder salazarista com a implantação do [Estado Novo em Portugal](#), para o qual exerceu o cargo de secretário do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) durante uma década, fez executar o programa nacionalista, cumprindo com eficácia os objetivos de Salazar. [v. [Conservadorismo](#) & [Salazarismo](#)]

Antônio Ferro tinha declarada admiração pelos fascismos nascentes na Europa, por isso, fez entrevistas com algumas figuras representativas do fenómeno, tais como [D'Annunzio](#), [Mussolini](#), [Maurras](#), Primo de Rivera, que foram reunidas no livro “Viagem à volta das ditaduras”, onde faz uma apologia aos ditadores e ao Estado Forte, centrando os debates políticos na questão da ordem, da disciplina e do patriotismo. (v. [Anticomunismo](#) & [Chauvinismo](#)) Teve uma fervorosa fascinação por [Sidônio Paes](#), chegando a afirmar que a República Nova é o pensamento vivo de Sidônio Paes. Antônio Ferro operou a transformação da idéia de chefe (Salazar) em sistema: para ele, o [autoritarismo](#) nacionalista era a via regeneradora que lhe parecia melhor para controlar os excessos do [liberalismo](#). No seu livro sobre as entrevistas com Salazar, mostra a proposta de regeneração autoritária e deixa clara a osmose de propósitos e objetivos de ambos. Em Angola, durante o serviço militar, conheceu Filomeno Câmara, onde reencontrará a vontade renovadora anteriormente surpreendida no presidente-rei. Em torno de Câmara, encontra a confirmação da idéia de chefe: viu nele um grande chefe de ação, o professor do [Nacionalismo](#) prático e grande mestre de energias. Sidônio e Mussolini seriam, para ele, exemplos de chefes orgânicos que a Nação reclamava: ambos teriam emergido no panorama jornalístico nacional atraídos pela latinidade e pelo [fascismo](#). (v. [Tradição](#)) Antônio Ferro tinha o Presidencialismo como o sistema de governo ideal, evidenciando a sua postura crítica nas linhas fundamentais do oitocentismo Português: mesmo sendo ferrenho republicano, reconhecia algumas vantagens no regime monárquico, atraindo-lhe tanto a continuidade dinástica (do chefe do Estado) quanto a continuidade histórica da Nação. Porém, pensava este poder em bases duais (rei e primeiro Ministro). (v. [Partido Político de Direita](#) & [Sociedade Civil](#))

Antônio Ferro confiava aberta e sinceramente nas qualidades humanas dos ditadores, buscando neles a inspiração para um processo interior, ou seja, a espiritualização e redenção da humanidade dependeriam menos de estruturas jurídico-políticas e de teorias e leis do que dos homens e sua infinita capacidade de superação. (v. [Autarquia](#) & [Guerra](#)) A modernidade coloca o homem no centro das suas preocupações, logo, o chefe é alguém sobre o qual passam a repousar as inquietações da hora e será aquele que oferece as garantias de mobilidade. É, pois, notória e genuína a sua adesão ao regime político que Salazar preconizava. (v. [Corporativismo: Teoria](#)) E foi isso que o inspirou durante o exercício de seu cargo no Secretariado Nacional de Propaganda.

Referências Bibliográficas:

FERRO, Antônio. D.Manuel II, o desventurado. Lisboa, Ed. F.Pereira, 1950.

FERRO, Antônio. Salazar: O homem e sua obra. Lisboa, Bertrand, 1954.

HENRIQUES, Raquel P.. Antônio Ferro: poesia política, estudos e antologia. Lisboa, 1990.

LEAL, Ernesto Castro. Antonio Ferro: espaço político e imaginário social (1918-32). Lisboa, Ed.Cosmos, 1994.

FRANQUISMO. Como um corpo de idéias, o franquismo se institucionalizou na Espanha após o decreto de unificação dos três partidos de extrema-direita em abril de 1937, respectivamente: a [Falange Española](#), as *Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* e a *Comunión Tradicionalista Carlista*), que originaram a *Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (F.E.T. y de las J.O.N.S.). Francisco Franco assumiu a chefia desse novo agrupamento político. A organização mais importante de todos essas foi a *Falange Española*, cujo programa se estendeu a toda organização. Os falangistas – que num primeiro momento perderam parte de sua independência [política](#), evidenciada na eliminação do vigésimo sétimo ponto do programa que preconizava a tomada do poder pelos membros do partido sem a interferência de grupos monárquicos e militares – voltaram a possuir um papel de destaque diante da postura de Franco no final do ano de 1938 e não permitiram o predomínio das idéias de um partido sobre toda a organização. (v. [Revolução](#)) Segundo Franco, já que todos os grupos compactuavam de uma posição radicalmente contrária à ordem republicana democrática-liberal, a cooperação seria imprescindível para a vitória na guerra. (v. [Democracia](#)) Portanto, a história do Franquismo revelar-se-á como a concretização de aproximações e conflitos entre as idéias de todos os grupos presentes no chamado *Partido do Movimiento* (como passou a ser chamada a F.E.T y de las J.O.N.S.), existente como sustentação do regime em seus 39 anos de existência. (v. [Partido Político de Direita](#)) O conteúdo do programa do partido, fortemente influenciado pelos falangistas e que se tornou a base do Franquismo, pode ser caracterizado como fascista. O corporativismo passou a ser defendido como uma meta a ser alcançada mediante a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais, com a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social e as diferenças ideológicas no plano político partidário. (v. [Corporativismo: Debate Político](#)) Portanto, num ideal de colaboração entre as classes, em oposição frontal ao [liberalismo](#) e ao comunismo. (v. [Sindicato](#)) Um exemplo disso são os decretos que delinearam a estrutura sindical corporativa com o **Fuero del Trabajo** (9 de março de 1938), a **lei de unidade sindical** (26 de janeiro de 1940) e a **lei de base da organização sindical** (6 de dezembro de 1940). (v. [Carta del Lavoro](#)) O [anticomunismo](#) representou uma parte fundamental da cultura política franquista, como uma verdadeira política de Estado de integração sócio-política, funcionando como um elemento de legitimação do sistema, caracterizado por uma negação do ordenamento social socialista, da exposição falsa da política dos partidos comunistas e da teoria marxista e, sobretudo, pela proibição da existência de qualquer agrupamento de esquerda durante todo o regime. (v. [Ditadura e Violência](#) & [Inimigo](#)) Foi principalmente esse elemento que possibilitou ao franquismo existir, mediante o apoio internacional, durante o período da [Guerra Fria](#). Conforme o programa, o liberalismo era também visto como um sistema *desagregador e falido* no qual haveria uma “*perda da unidade espiritual dos povos*”. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#))

O franquismo era institucionalmente uma [ditadura](#) de partido único (o *Partido do Movimiento*) e extinguiu os preceitos liberais, tais como: a constituição de partidos políticos como canais para a expressão dos diferentes grupos sociais, a organização de eleições e a formação de uma opinião pública, entendida como a pública expressão de consenso e dissenso com relação às instituições, emergindo como a opinião emanada do Estado. (v. [Baderna](#)) Um outro “dogma” presente no franquismo que comprova o seu caráter fascista é a defesa da

violência como uma vontade de aniquilação do adversário e como parte constitutiva de seu poder, comprovada pela **lei de eliminação da maçonaria e do comunismo** (1 de março de 1940), nas truculentas ações da polícia abafando a oposição política (sobretudo no início dos anos de 1940) e nas inúmeras prisões de líderes estudantis, advogados e de membros de comissões operárias durante as grandes manifestações da oposição durante o ano de 1968. (v. [Repressão e Violência](#) & [Tortura](#)) Esse é um dos principais aspectos que comprovam a unidade internacional ideológica do **fascismo**. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Sabemos que os fascistas se utilizaram da violência em todas as formas de reclusão e de deportação para **campos de concentração** e de extermínio, ataques a sedes de partidos rivais (principalmente os comunistas), assim como ataques a estrangeiros e a todos considerados como diferentes de um tipo considerado como padrão ou contrários à sua **ideologia**. (v. [Alteridade](#) & [Greve](#)) Também devemos destacar a influência de grupos monárquicos e confessionais, contrabalançando o regime e impedindo que qualquer grupo se tornasse individualmente forte. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) O principal desses grupos era a *Comunión Tradicionalista Carlista*. (v. [Intransigentismo](#)) O Confessionalismo seria entendido como uma atitude específica por parte do Estado em matéria religiosa, que se manifestaria privilegiando um grupo ou confissão religiosa (no caso da Espanha, a Igreja Católica), assumindo os seus princípios e a sua doutrina e incorporando na própria legislação os seus aspectos doutrinários. As promulgações do *Fuero de los Españóis* (17 de julho de 1945), da **lei do referendun** (22 de outubro de 1945) e do **referendun** (6 de maio de 1947), que tornaram o regime uma monarquia, são uma demonstração dessa influência. Como o regime foi longo e passou por diversas conjunturas, as idéias iniciais que norteavam a sua fundação foram mudando de forma que isso acabou por gerar controvérsias historiográficas ao se pretender definir o franquismo ora como um fascismo na Espanha, ora como um regime conservador clerical. (v. [Conservadorismo](#))

Carlos Alberto Coutinho Neves de Almeida

Referências Bibliográficas:

- CARR, Raymond. “A Espanha de Franco ”. In: História do Século XX, v. VI. São Paulo, Abril Cultural, 1975. pp. 2572- 2576.
- GUASCO, Maurilio. “Confessionalismo”. In: BOBBIO, N. et alii. Dicionário de Política. Brasília, UNB, 1997. pp. 220-222.
- JORG-RHUL, Klaus. Franco, Falange y Tercer Reich.. Madrid, Akal, 1986.
- MORLINO, Leonardo. “ Franquismo ”. In: BOBBIO, N. et alii. Dicionário de Política. Brasília, UNB, 1997. pp. 525-528.
- PAYNE, Stanley. El Régimen de Franco. Madrid, Alianza Editorial, 1987.
- SCHIEDER, Wolfgang. “Fascismo”. In: Marxismo y Democracia. Historia 3. Madrid, Rioduero, 1975. pp. 97-132.

FRENTE NACIONAL (Front National). Partido político de extrema-direita criado em 1972 sob a liderança de [Jean-Marie Le Pen](#) e responsável pela primeira grande experiência de tipo fascista de massas na França depois da Segunda Guerra Mundial. (v. [Fascismo](#)) Em 1999, agregava cerca de 60.000 militantes inscritos, além de uma vasta rede de simpatizantes. Entre as principais associações de simpatizantes, o Front National conta com adeptos no Círculo Nacional de Agricultores da França, no Círculo Nacional de Defesa da Vida Animal, além da Fraternidade Sacerdotal São Pio X, que reúne os católicos integristas franceses. (v. [LEFEBVRE, Marcel](#)) São ainda conhecidos os seus vínculos com a Seita Moon e os estreitos laços intelectuais com a [Nouvelle Droite](#) (a Nova Direita intelectual francesa), particularmente com o Grupo de Pesquisas e Estudos pela Civilização Européia, o GRECE. (v. [Europa](#) & [Ideologia](#))

O eleitorado básico do Front National foi durante os primeiros anos de vida do partido buscado principalmente entre os camponeses e comerciantes. Com o avanço do ajuste liberal e a reestruturação industrial, um bom número de operários temerosos pela perda de seus empregos e um grande número de desempregados aderiram ao partido. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Em ambos os casos, a atitude firme do Front em defesa de um Estado forte e intervencionista, colocando-se na contramão da maré liberal, sinalizou na arena [política](#) como um porto seguro, uma garantia, face ao mal-estar social gerado no bojo da reforma neoliberal. (v. [Liberalismo](#) & [Neofascismo na Rússia](#)) Individualmente, os lepenistas são em sua maioria jovens do sexo masculino (19% de todo o partido) com nível de instrução relativamente baixo. O lema básico de Le Pen, “a preferência para os franceses” (“*a preferência nacional permitirá parar a invasão migratória e o retorno dos imigrantes instalados no país*” – o que deveria render um milhão de empregos novos para franceses), explicita uma dupla estratégia de convencimento capaz de seduzir exatamente esta faixa do eleitorado: por um lado, a idéia básica de que o desemprego se explica pelo número de estrangeiros existentes no país (e não através da reestruturação neoliberal da economia) e, por outro lado, a política de recuperação do emprego através da expulsão dos imigrantes (v. [Neo-racismo Diferencialista](#)). Le Pen utiliza-se de uma linguagem crua e brutal, no mais das vezes ofensiva, com ataques dirigidos contra estrangeiros e [judeus](#). Em 1997, em discurso em que se defende da acusação de racismo, Le Pen declara: “*o que é necessário que eu faça para não ser racista? Casar com uma negra? Com AIDS, se possível?*”. No mesmo ano, integrando o coro negacionista, afirmaria: “*...tenho dito e repito: as câmaras de gás são um detalhe da história da Segunda Guerra Mundial*”. (v. [Aborto](#) & [Revisionismo/Negacionismo](#))

O programa político de Le Pen deixa bastante clara a sua insatisfação com a forma republicana e democrática, advogando uma mudança das estruturas políticas existentes: “Sob pressão dos *lobbies*, a classe política confiscou o poder do povo” e como solução propõe formas referendárias de consulta popular e a supressão dos políticos. (v. [Antigo Regime](#) & [Democracia](#)) Embora com uma forte retórica anti-liberal, Le Pen assume plenamente a sua ancoragem no campo capitalista, que denomina de nacional e popular face ao livre-cambismo mundializante. (v. [Baderna](#)) Propõe ainda revogar o imposto de renda (*um peso para os trabalhadores*, sic!), o restabelecimento do protecionismo e das fronteiras nacionais, numa evidente crítica à Comunidade Européia. (v. [Conservadorismo](#) & [Partido Político de Direita](#))

Do ponto de vista social, o Front National se alinha diretamente com o conservadorismo integrista católico, defendendo o lar contra o abandono da mulher, que deveria retornar para os trabalhos de manutenção e conforto da [família](#). (v. [Masculino/Feminino](#)) Da mesma forma,

o *desvio sexual*, as drogas e a pornografia – tudo parte de uma conspiração contra o [Ocidente](#) – deveriam ser punidos por se oporem inclusive às normas dos Dez Mandamentos. (v. [Homossexualidade e Política](#)) O Front National chegou a ter 19% do eleitorado francês, ocupando as municipalidades de Orange, Vitrolles, Toulon e Marignane, onde implementou *políticas de limpeza* de bibliotecas públicas de livros de esquerda ou sobre o [Holocausto](#). (v. [Historiografia do Fascismo](#)) Em 1997, no congresso do partido em Estrasburgo, surgiu um forte conflito com Bruno Mégret, delegado geral do Front National, acabando num cisma do partido em janeiro de 1999. O eleitorado do Front National caiu para 14%, recebendo, entretanto, grande estímulo durante a formação de um governo xenófobo na Áustria no início de 2000. (v. [Extrema-Direita na Áustria](#), [Partido da Liberdade Austríaco](#), [Pólo da Liberdade & União Democrática do Centro](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

(Ver LE PEN, Jean-Marie)

FRENTES POPULARES ANTIFASCISTAS NO BRASIL. O fenômeno da formação e da atuação das Frentes Populares Antifascistas no Brasil situa-se entre os anos de 1933 e 1935, podendo-se afirmar que tem como seu primeiro ato significativo a constituição da Frente Única Antifascista (FUA), criada a 25 de junho de 1933 em São Paulo, e como sua derradeira e mais dramática intervenção na cena [política](#) nacional os movimentos insurrecionais de Natal, Recife e Rio de Janeiro, liderados pela [Aliança Nacional Libertadora \(ANL\)](#) em novembro de 1935. Como fenômeno particular da nossa história, situa-se no quadro maior da luta internacional contra o [fascismo](#), que recrudescer nos anos de 1930 principalmente em razão da chegada dos fascistas ao poder na Alemanha em 1933, que deram apoio material a movimentos fascistas em outros países. As frentes populares tiveram como palcos principais a França e a Espanha na Europa e o Brasil e o Chile na América do Sul, e atuaram tanto no sentido já exposto de combate ao fascismo quanto como estratégia das esquerdas junto aos setores democráticos para a conquista do poder em seus respectivos países. (v. [Oposição/Situação](#)) No Brasil, com a organização da principal vertente fascista nacional na Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1933 e com a ação ostensiva e violenta desta entidade contra as organizações operárias, esquerdistas e democráticas, a luta antifascista pôs-se como prioridade para estes setores, que passaram a interpretar o governo da Aliança Liberal – que chegara ao poder com a [revolução](#) de outubro de 1930 – como fascizante não só pelo seu caráter autoritário e centralizador, mas também pela real ou suposta simpatia de alguns de seus expoentes pelos regimes fascistas europeus, além do fato de os integralistas contarem com o apoio de vários membros nas forças armadas e em vários escalões do governo. (v. [Autoritarismo](#), [Ditadura](#), [Partido Político de Direita](#) & [Tortura](#)) Contribuíram muito para o crescimento e alcance social das frentes o descontentamento de setores da sociedade brasileira com os rumos do governo da Aliança Liberal e o agravamento das condições econômicas decorrente da crise de 1929. [v. [Fascismo na Itália](#) & [Fascismo na Alemanha](#)]

A FUA foi constituída por iniciativa da Liga Comunista do Brasil, que se tornaria, em 1934, a Liga Comunista Internacional (LCI), grupo ligado à Oposição de Esquerda Internacional (OEI), organização que seguia a orientação política de Léon Trotsky e era dissidente da III Internacional. A OEI propugnava uma política de frente única das esquerdas para o combate ao fascismo, política condenada no VI congresso da III Internacional (1928), que classificava os trotskistas, a social-democracia e outras tendências de esquerda de “social-fascista”. A FUA abarcaria desde grupos anarquistas até socialistas e, mesmo limitando-se a São Paulo, será muito atuante e combativa, participando de enfrentamentos diretos com as milícias da AIB. Os comunistas do PCB, envolvidos em problemas internos decorrentes da necessária acomodação às diretrizes da III Internacional, mesmo fazendo-se presentes na FUA, só passaram a atuar de maneira mais intensa e dominante na política de frentes a partir de 1934 na Frente Popular Contra o Fascismo e a Guerra e, depois, na ANL. A política de frente única contra o fascismo só será diretriz oficial da III Internacional a partir do VII congresso, em agosto de 1935, onde a tese de Dimitrov sairia vencedora. (v. [Pacto Anti-Komintern](#))

As Frentes Populares Antifascistas foram pontos de confluência tanto das esquerdas quanto de setores de inspiração tenentista, democrática e nacionalista, abrangendo um amplo espectro social que ia desde setores do operariado até camadas médias e setores da burguesia nacional. As suas atuações caracterizaram-se por comícios, passeatas, caravanas, enfrentamentos com as milícias da AIB e as forças policiais (com vários mortos, feridos e presos), além da publicação de vários jornais, como o *Homem Livre* de São Paulo e o *Jornal do Povo* do Rio

de Janeiro. Entre outras frentes, podemos citar: Frente Única de Luta contra a Reação e o Fascismo, Frente Comum Antifascista, Frente Unificada Antifascista, Legião Cívica Cinco de Julho, Comitê Anti-guerreiro e Antifascista e Aliança por Pão, Terra e Liberdade. (v. [Ideologia](#))

Ibirapuan Bernasconi Nunes Avênia Puertas

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Alzira Alves de; BELLOCH, Israel (Coord.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930/1985. Rio de Janeiro, Forense Universitária/FGV/CPDOC/FINEP, 1984.
- FONSECA, Vítor M.M. A ANL na Legalidade. Dissertação de mestrado. Niterói, UFF/ICHF, 1986.
- HERMANDEZ, Leila M.G. Aliança Nacional Libertadora: Ideologia e Ação. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégia da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1920-1935. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- PUERTAS, Ibirapuan B.N.A., et alli. Partido Comunista Brasileiro: Caminhos da Revolução (1929-1935). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ/FRM, 1995.
- PUERTAS, Ibirapuan B.N.A.. Aliança Nacional Libertadora, uma nova abordagem: subsídios para um capítulo da história dos Movimentos Sociais no Brasil. Monografia de bacharelado em História. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 1996.
- VIANNA, Marly de A.G. Revolucionários de 35: Sonho e Realidade. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

FUNDAMENTALISMO CRISTÃO. O termo *fundamentalismo* foi utilizado pela primeira vez em 1910 para designar um movimento eminentemente religioso dos Estados Unidos. Surgiu com a publicação de 12 volumes intitulados *The fundamentals*, que postulava, em síntese, *a virgindade de Maria, a infalibilidade da Bíblia* (cujo texto expressa literalmente a verdade divina), *a divindade de Cristo, sua morte e ressurreição e a salvação da alma pela fé*. Os seus prosélitos entendiam ser os Estados Unidos a nação abençoada e privilegiada por Deus que tinha a missão, como um novo Israel, de levar a todas as demais nações o conhecimento da verdade. A sua doutrina enfatizava a necessidade de conversão, vista como uma experiência íntima e pessoal.

Para os fundamentalistas, alicerçados na *Teologia da Queda*, o pecado (herança adâmica) levaria o homem à decadência moral e espiritual; a ruptura com Deus é tão danosa que o homem se torna incapaz de praticar o bem, não conseguindo sequer reconciliar-se com seu criador. A sua alma degenerada lhe causa angústia e sofrimento, sensações consentidas pelo próprio Deus, pois só com o desespero é que se busca a salvação, que é “sentida” mediante o arrependimento e a conversão. Com isto, descobre-se a felicidade e a vida eterna, tornando-se automaticamente um protagonista da fé.

Para que se compreendam as condições de surgimento do fundamentalismo como fenômeno religioso, é necessário identificar suas origens culturais. Diferentemente do que é aceito por alguns estudiosos, o fundamentalismo não é um mero herdeiro do puritanismo inglês. Este, apesar de seu [conservadorismo](#) moral, enfatizava, como uma religião do livro, o livre exame e a pregação racional, recusando sempre o emocionalismo. Os seus ministros defendiam o conhecimento tanto quanto a religião, a ciência tanto quanto a Teologia e o talento tanto quanto a devoção. No século XVIII, inspirado pelo pietismo germânico e pelo metodismo inglês, surge o movimento de reavivamento da fé, que foi conhecido nos EUA como *Despertar*, que guardava semelhanças com os puritanismo, uma vez que mantinha a [tradição](#) da leitura bíblica e do sermão escrito. Entretanto, dele se afastava por pregar a realidade última da experiência religiosa e associar às convicções doutrinárias um fanatismo militante. Ademais, admitiam-se pregadores leigos, o que era intolerável para o clero instituído. (v. [Autoridade](#)) Apesar da oposição dos poderes eclesiásticos, o revivalismo triunfou sobre o movimento puritano e com ele emergiu o anti-intelectualismo. O abandono da ciência se explica, sob o ponto de vista sócio-econômico, pelas origens da maioria dos neoconservadores: a população rural do Sul, tipicamente atrasada e semi-analfabeta. Daí, o livre exame é preterido pela dimensão da experiência pessoal com Deus e a Bíblia é compreendida como a única fonte de conhecimento válida, o que é ilustrado pela afirmação de um missionário: *Um ministro de grande devoção é necessariamente pouco intelectualizado e o ministro intelectualizado pouco devoto.* [v. [Fundamentalismo Cristão e Política](#)]

Esta subcultura adquire expressividade em meados do século XIX, quando as prédicas passam a ser organizadas para a massa: com megafones e diante de multidões, exige-se o reconhecimento público da culpa assim como da conversão, o que faz acompanhar por músicas e gestos histriônicos. Estas técnicas de evangelização serão mais eficazmente difundidas no século XX graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Já nos anos de 1920 deste século o movimento começaria a ganhar visibilidade, opondo-se contundentemente às teorias evolucionistas, ao consumo de bebidas alcoólicas – que contribuiu para a ementa constitucional conhecida como “Lei Seca” (1919-1933) – e proclamando que a depressão de 1929 era um castigo de Deus contra a apostasia da América.

A partir da [Guerra Fria](#), os fundamentalistas adotariam uma posição bem mais ostensiva, particularmente a partir de 1960. Neste momento, os seus líderes adentrariam na esfera política, transformando-se em um dos principais movimentos de pressão nos Estados Unidos, chegando mesmo a exercer influência na América Latina. Neste contexto, esboçou-se o caráter fundamentalista: um comportamento tipicamente autoritário (tanto no mandar como no obedecer), o apego às convenções (vista como leis e não como hábitos normatizados), o radicalismo virulento, a predisposição à militância e a simpatia pelos movimentos extremistas de direita. São estas as características que lhe conferem identidade, assim como sua semelhança a outros movimentos religiosos que objetivavam a ressacralização da sociedade. (v. [Política](#) & [Sociedade Civil](#))

Marion Dias Brepohl Magalhães

Referências Bibliográficas:

- ALTMAYER, Bob. Right-wing authoritarianism. Canada, The University of Manitoba Press, 1981
- GALDINO, Florencio C.M. O fenômeno das seitas fundamentalistas. Petrópolis, Vozes, 1994
- HOFSTADTER, Richard. O antiintelectualismo nos EUA. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- KEPEL, Gilles. A revanche de Deus: cristãos, judeus e muçulmanos na reconquista do mundo. São Paulo, Siciliano, 1991.
- MARSDEN, George. Fundamentalism and american Culture, the shapping of twentieth century evangelicalism, 1970-1925. Nova Iorque, Oxford University Press, 1980.

FUNDAMENTALISMO CRISTÃO E POLÍTICA. Antes de se tratar do fenômeno fundamentalismo em suas relações com a [política](#), convém distingui-lo do movimento carismático católico, também denominado pela imprensa como fundamentalista, visto que ambos expressam o desejo de ressacralização do mundo, o anti-modernismo, o anti-pluralismo, a rigidez moral e a prática proselitista. Entretanto, o fundamentalismo protestante se reveste de um caráter particular, portador de especificidades exclusivamente norte-americanas, servindo, inclusive, como paradigma para os demais movimentos. O fundamentalismo surgiu como uma subcultura alheia aos interesses deste mundo, inspirado em parte nos movimentos de *despertar* para a fé. [v. [Fundamentalismo Cristão](#)] Conquanto tenha adotado algumas posições na esfera pública, é somente com a [Guerra Fria](#) que sua ação política tornar-se-á relevante. Para que se entenda esta mudança, há que se distinguir uma doutrina extremamente cara aos fundamentalistas: o milenarismo e suas duas interpretações. A primeira, compreendida como pós-milenarista, consiste na crença de que se os fiéis adotarem uma ética solidária durante mil anos Jesus voltará para julgá-los e premiá-los. Daí sua ênfase na ajuda mútua, na devoção, no cuidado como os pobres. Esta compreensão foi pouco a pouco considerada utópica, donde uma segunda corrente interpretativa, o *pré-milenarismo*. É a Dwight Moody (1837-1899) que se deve a mudança; para ele, não cabe aos crentes tentar melhorar a situação do mundo, pois a decadência faz parte dos planos de Deus. A ruína precede à segunda vinda de Cristo, que virá para conduzir os eleitos até os céus e depois retornará para com eles para dominar a terra. Isto explica a apatia destas seitas, seu exílio interior e a rígida dicotomia entre mundo secular e religioso. Com a Guerra Fria, porém, o combate ao comunismo é assumido como uma guerra santa, um combate entre Deus e o demônio. Inspirado principalmente em Billy Graham, o pregador mais famoso do movimento, incentiva-se uma verdadeira cruzada religiosa por meio da mídia, inaugurando a *Igreja Eletrônica*, nervo central do movimento e que contará nos anos de 1980 com 259 canais de TV e 1393 estações de rádio, com uma média mensal de 61 milhões de espectadores. (v. [Conservadorismo](#) & [Sociedade Civil](#))

A decisão de ingressar na política se definiu a partir da vitória de J.Kennedy, que apelava para a *outra América*, a das camadas pobres discriminadas. Este discurso era solidário ao *aggiornamento* das igrejas cristãs (como, por exemplo, o Concílio do Vaticano II) e também ao *welfare state* europeu. Tais postulados se confrontavam com a doutrina pré-milenarista, segundo a qual os males sociais representavam o castigo divino aos infiéis; assim, a pobreza dos hispânicos e dos negros (cujo atendimento era financiado pelos laboriosos brancos) só seria superada pela sua conversão (*born again*). [v. [Comportamento](#) & [Estado do Bem-Estar Social](#)] É neste contexto que se organiza a *Maioria Moral*, que objetivava influir na política tendo em vista a recristianização da América. A partir dela, torna-se clara a cosmovisão dos fundamentalistas: para Jerry Fawell, um de seus principais representantes na década de 1990, o [aborto](#), a pornografia e o homossexualismo são resultantes do humanismo secular, pois este dissocia o homem de Deus, pregando a emancipação da razão, dos desejos e dos instintos em relação à fé e à obediência a Deus. (v. [Homossexualidade e Revolta](#)) Ao advogar uma liberdade completa, degenera-se para a licenciosidade, destruindo-se com isto a [família](#). Sem a família, não há comunidade, instância que se interpõe entre sociedade e governo. Logo, o homem fica à mercê de um Estado que, em sua versão social-democrata ou socialista, nada mais representa do que um poder que sufoca o indivíduo e seu direito ao livre empreendimento, com o objetivo único de garantir sua própria dominação. (v. [Democracia](#) &

[Anticomunismo](#)) Além de tudo isto, dada a sua alta carga tributária, obstaculariza a prática da caridade, um dever missiológico e não político. (v. [Partido Político de Direita](#))

Para enfrentar o humanismo secular, articulam-se duas estratégias: a primeira, de autoria de Oral Roberts, prega o exílio dos crentes para um mundo alternativo, moderno, rico, porém, ascético, onde serão recebidos todos os convertidos pela *Igreja Eletrônica*; a segunda, de Jerry Fawell, pretende alterar o mundo através de suas elites dirigentes. (v. [Elites Empresariais](#) & [Liberalismo](#)) Para tanto, deve-se conquistar o poder nas instituições oficiais e, assim, formar as elites de amanhã. (v. [Economia](#) & [Empresários](#)) É por isso que investem na *Igreja Eletrônica* e criam universidades e escolas para educarem os “seus” jovens. A *Liberty University* é o exemplo paradigmático desta tendência: ministra-se ali um ensino rigorosamente científico com disciplinas e conteúdos seculares, ao que se associa uma rígida disciplinarização moral. (v. [Masculino/Feminino](#)) Os jovens, em regime de internato, preparam-se para resistirem à sedução na modernidade quando se tornarem profissionais, o que lhes garantirá, segundo a utopia fundamentalista, *uma vitória cultural* nos Estados Unidos e depois em todo o planeta. (v. [Tradição](#)) Assim, a Nova Direita (de caráter secular) se funde com a Maioria Moral (de origem religiosa) para promover uma nova liberdade que, se não darwinista em suas concepções biológicas, assim o é no que concerne à ordenação da vida material. [v. [Darwinismo Social](#)]

Marion Brepohl de Magalhães

Referências Bibliográficas:

FRESTON, Paul. Os evangélicos e a política. UNICAMP. Tese de Doutorado, Campinas, 1993

GALDINO, Florencio C.M. O fenômeno das seitas fundamentalistas. Petrópolis, Vozes, 1994

KEPEL, Gilles. A revanche de Deus: cristãos, judeus e muçulmanos na reconquista do mundo. São Paulo, Siciliano, 1991.

LEWIS, Sinclair. Elmer Gantry. 1. Ed. Nova York, Harcourt, Brace, 1917 (foi prêmio nobel)

MARSDEN, George. Fundamentalism and American Culture, the shaping of twentieth century evangelicalism: 1870-1925. Nova Iorque, Oxford University Press, 1980.

FUNDAMENTALISMO JUDAICO. Fenômeno político-religioso que considera o Estado de Israel como parte do processo de redenção messiânica, diferenciando-se assim do [judaísmo](#) ultra-ortodoxo, para o qual este estado representa uma apostasia. Como fenômeno politicamente relevante, surgiu após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando territórios considerados bíblicos que até então estavam sob controle de países árabes – como a Cidade Velha de Jerusalém, a Samaria e Judéia (Cisjordânia), o Sinai e as Colinas do Golã – foram conquistados por Israel. (v. [Imperialismo](#) & [Völkisch](#)) A partir de então, o Rabino Zvi Yehuda Kook, líder da *yeshiva* (escola rabínica) *Merkaz Harav*, inspirado pelos escritos teológicos de seu pai, Rabino Abraham Kook, tornou-se o propagandista de uma nova idéia messiânica. Nos anos de 1930, Abraham Kook havia buscado articular o sionismo laico – proposto por Theodor Herzl em fins do século XIX e baseado na idéia de *normalização* (como todos as nações, os judeus deveriam ter o seu próprio Estado-nação) – com o início da Era Messiânica, limitando-se, assim, a apoiar a liderança sionista laica. O seu filho, no entanto, percebendo a Guerra dos Seis Dias como um momento central do processo messiânico, passou a defender uma participação ativa neste processo, principalmente através da colonização judaica dos territórios tidos como bíblicos. (v. [Conservadorismo](#) & [Tradição](#)) Como os governos trabalhistas do período, ainda que divididos quanto ao futuro dos territórios, planejavam ocupá-los apenas militarmente, tornando o choque inevitável. (v. [Chauvinismo](#)) Em 1968, os fundamentalistas obtiveram uma importante vitória ao conseguir estabelecer a colônia de Kiryat Arba nos arredores de Hebron, cidade em que se localiza a *Machpela* (Tumba dos Patriarcas) e, em 1973, a crença no processo de redenção foi confirmada pela vitória na Guerra do *Yom Kippur*. No entanto, diante da sistemática recusa governamental em permitir a colonização dos territórios, foi criado, em março de 1974, o *Gush Emunim* (Bloco dos Fiéis), objetivando a colonização ilegal da Cisjordânia. Após inúmeros confrontos, em fins de 1975, o governo Yitzhak Rabin (1974-1977), profundamente dividido, acabaria por permitir a permanência de colonos no posto militar de Kadum. A ação do *Gush Emunim* baseava-se na discussão teológica acerca da distinção entre *Maschiach Ben-Yosef* (Messias, filho de José) e *Maschiach Ben-David* (Messias, filho de David), segundo a qual a redenção deveria cumprir duas etapas: a primeira, do Messias, filho de José, seria a da realização material da nação em andamento e a segunda, como decorrência, a do Messias, filho de David, representando a remoção de todas as barreiras espirituais para a redenção. Segundo esta distinção, qualquer ato do governo israelense relativo aos territórios, ainda que legal, seria considerado ilegítimo se detivesse o processo de redenção. A importância dos territórios derivava da percepção de que haveria uma trindade santa entre *Eretz Yisrael* (Terra de Israel), o povo de Israel e a *Torah*. A compreensão de que a primeira fase do processo estava em andamento tornava o Estado de Israel parte integrante da redenção, sacralizando suas instituições. Abria-se, assim, caminho para que o *Gush Emunim* se articulasse a dois atores fundamentais da política laica israelense de direita: por um lado, os maximalistas territoriais laicos, sob a liderança de Menachem Begin, herdeiros dos sionistas revisionistas de [Vladimir Jabotinsky](#) e adversários da partilha da Palestina; por outro, os militares adeptos da doutrina da profundidade estratégica, segundo a qual Israel deveria construir um escudo territorial contra futuros ataques árabes. Assim, quando em maio de 1977 Begin tornou-se primeiro-ministro, *Eretz Yisrael* parecia consolidada e a redenção a caminho. Os Acordos de Camp David, no entanto, pelos quais Israel devolveu o Sinai ao Egito, marcaram o início de um período de tensão entre o *Gush Emunim* e o governo, resultando em violentos confrontos. Entretanto, a mais violenta

reação contra os Acordos seria revelada com a prisão do grupo *Machteret Yehudit* (Underground Judaico), cujos integrantes, ligados ao *Gush Emunim*, viam em Camp David um alerta de Deus contra alguma “abominação” que estaria impedindo a continuação do processo de redenção. Esta “abominação” acabou por ser identificada à presença do Domo da Rocha sobre o Monte do Templo que, como tal, deveria ser explodido. Simultaneamente, o grupo praticou, com sanção rabínica, atos de terrorismo e vendeta contra árabes. Por outro lado, Begin apoiou oficialmente a colonização dos territórios ocupados e, entre 1977 e 1984, o *Gush Emunim* organizou uma rede de dezenas de assentamentos, com colonos não necessariamente fundamentalistas mas com interesses econômicos na continuação do processo de colonização, controlando, assim, a cada eleição, algo em torno de cem mil votos. Nos assentamentos, criou redes educacionais e uma importante burocracia com ligações religiosas e políticas com o [Likud](#), o Partido Nacional Religioso, do qual se originaram muitos de seus militantes e escalões intermediários da burocracia estatal e do governo militar dos territórios. No início dos anos de 1980, articulado a maximalistas laicos, criou o partido *Tehiya* (Renascença), membro da coalizão governamental do Likud até 1984 com três representantes na *Knesset* (Parlamento). O sistema partidário israelense, extremamente fragmentado e com coalizões instáveis, atribui um grande poder de barganha aos pequenos partidos e, desta forma, a participação do *Tehiya* na coalizão resultou em importantes concessões aos colonos. Com o início da *intifada* (revolta palestina), em 1987, o *Gush Emunim* sofreu um duro golpe na opinião pública por sua imagem de violência e desrespeito à legalidade. Esta imagem estava ligada ao fato de que, em 1978, o governo havia permitido aos colonos andar armados, o que deu início ao processo de violência crescente nas relações entre palestinos e judeus nos territórios, com ações de vendeta indiscriminada contra as populações árabes como resposta a atos terroristas. Evidentemente, os palestinos jamais aceitaram a colonização dos territórios ocupados, o que resultou em inúmeras violências simbólicas, físicas e materiais contra eles. (v. [Repressão e Violência](#)) Ainda assim, em 1990, o *Tehiya* voltaria a fazer parte de uma coalizão governamental liderada pelo Likud. Ao lado do *Gush Emunim*, o mais notório grupo fundamentalista foi o liderado pelo rabino Meir Kahane. (v. [Inimigo & Tortura](#))

Fundador nos anos de 1960 da Liga de Defesa Judaica em Nova York, dedicada a aterrorizar todos os que considerava anti-semitas, Kahane mudou-se em 1975 para Kiryat Arba, levando o seu partido *Kach*, do qual era o único líder, teólogo e porta-voz. Sendo o seu intuito expresso o de exacerbar a animosidade entre árabes e judeus, o *Kach* tornou-se protagonista de alguns dos mais violentos conflitos na região e cresceu em meio à crise política (massacre de Sabra e Chatila), econômica (inflação e recessão) e militar (fiasco na Guerra do Líbano) do início dos anos de 1980. Em 1984, Kahane foi eleito para a *Knesset*, onde propôs leis de segregação dos árabes, por ele comparados a um câncer a ser extirpado e, em 1988, o *Kach* acabaria tendo o seu registro eleitoral cassado sob a alegação de procedimentos antidemocráticos e racismo. Kahane via-se como o único intérprete da vontade divina e, julgando-se em plena era messiânica, percebia o Deus da *Torah* como o deus da guerra, a quem se deveria prestar cega obediência. O seu programa previa a total mudança do sistema legal israelense, com a instalação da lei ortodoxa judaica, a expulsão de árabes e cristãos, a destruição das mesquitas do Monte do Templo, o estabelecimento de esquadrões judaicos para punir anti-semitas ao redor do mundo, o repúdio a todas as formas de judaísmo que não o ortodoxo e a integridade de *Eretz Yisrael*. Com seu assassinato, em novembro de 1990, por um militante egípcio, os seus seguidores fundaram o *Kahane Chai* (Kahane Vive), que iria participar de vários protestos contra os Acordos de Oslo entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o Estado de Israel em 1993. O *Kahane Chai*, no entanto, nunca conseguiu maior organicidade no campo fundamentalista. Para todos os integrantes deste campo, a cidade de Hebron sempre ocupou, política e teologicamente, lugar estratégico.

Não por acaso, nela surgiu a primeira reação violenta aos Acordos de Oslo. Em julho de 1994, o colono fundamentalista Baruch Goldstein, nascido nos Estados Unidos, matou 29 muçulmanos que rezavam na Tumba dos Patriarcas. Linchado pelos demais fiéis muçulmanos, foi enterrado como herói. Em 4 de novembro de 1995 seria a vez de Yitzhak Rabin, novamente primeiro-ministro, ser assassinado por um fundamentalista religioso, Ygal Amir, do minúsculo grupo *Eyal*. Amir, filho de imigrantes yemenitas, justificou o seu ato afirmando que Rabin, ao assinar os Acordos de Oslo, estaria impedindo a continuação do processo messiânico. Nas eleições que se seguiram em 1996, diante de seguidos atentados terroristas árabes, o Likud voltou ao poder e, com ele, o prestígio dos colonos fundamentalistas. Em decorrência, o governo de Benjamin Netanyahu praticamente suspendeu a implementação dos Acordos de Oslo. No entanto, a pressão norte-americana pelo prosseguimento do processo de paz obrigou o governo Netanyahu a algumas concessões que levariam à crise de seu governo de coalizão com maximalistas laicos e religiosos. Sem apoio político, Netanyahu viu-se obrigado a novas eleições gerais para maio de 1999, ganhas por Ehud Barak, cuja plataforma baseava-se na continuação do processo de paz. Seja como for, no momento em que Israel vive uma profunda luta ideológica e cultural entre judeus seculares e fundamentalistas, não resta dúvida de que estes constituem um importante desafio à consolidação de um Estado israelense democrático e pluralista que incorpore todos os seus cidadãos, sem distinções étnicas, políticas ou religiosas, à [cidadania](#) plena. (v. [Democracia & Política e Direitos Humanos](#))

Flávio Limonic

Referências Bibliográficas:

- SCHATTNER, Marius. Histoire de la droite israelienne. De Jabotinsky à Shamir. Bruxelas, Editions Complexe, 1991.
- SPRINZAK, Ehud. The ascendance of Israel's radical right. Nova York,/Oxford, Oxford University Press, 1991.
- DREZON-TEPLER, Marcia. Interest groups and political change in Israel. Albany, State University of New York Press, 1990.

FUTEBOL. Assim como uma série de esportes modernos – entendidos desta forma a partir da codificação estabelecida ao longo do século XIX –, o futebol pode ser interpretado como um dos múltiplos processos de regulamentação das emoções e das pulsões individuais e, em uma perspectiva global, como um dos lugares onde se exprime a divisão que a sociedade estabelece entre a violência aceitável e a violência intolerável. Para Norbert Elias, a evolução desse esporte na Inglaterra representa um equilíbrio e uma tensão entre o controle das emoções impostas pelo Estado, pela Igreja e pelas organizações de trabalho e a expressão de emoções canalizadas através do lazer, constituído em uma competição disciplinada entre iguais. A sua regulamentação, oficializada em 1863 pela *The Football Association*, está inserida no projeto pedagógico das mais importantes instituições de ensino da Inglaterra, estabelecendo a reorientação da violência “espontânea”, e sua conseqüente indisciplina, através de formas lúdicas e organizadas. Nesse sentido, obedecendo a um processo de autonomização, as regras do jogo foram regulamentadas, assim como as formas de competições e a ética – fair play –, refletindo características da sociedade industrial, tais como: a divisão do trabalho, a necessidade de disciplina coletiva e da solidariedade, sem descartar, entretanto, o valor pessoal. [v. [Esporte](#)]

Difundido pelos ingleses através dos portos e das estradas de ferro, o futebol chegou a diversos países, sendo que em muitos destes se havia formado federações nacionais já na segunda metade do século XIX. Em um breve espaço de tempo, o futebol estabeleceria uma rotina própria, firmada pela comercialização, pelo ciclo das competições, pelo papel na integração social e nacional, podendo ser caracterizado, segundo Eric Hobsbawm, como um das tradições inventadas no curso do século XIX. (v. [Tradição](#))

Em 1904, em Paris, foi fundada a *Fédération Internationale de Football Association (FIFA)*, presidida, a partir de 1921, pelo democrata-cristão Jules Rimet, que era favorável à mitologia esportiva como fator de aproximação entre os homens e reconciliação de classes. Após superar inúmeras resistências nacionais, a FIFA conseguiu efetivar, em 1930, a idéia de um torneio mundial, tendo o campeão olímpico, o Uruguai, como primeiro país sede. Em breve, a Copa do Mundo assumiria o papel de “fato social total”, passando a exercer um interesse determinante no aparelho estatal não só pela popularidade do futebol, mas também pela força que o espetáculo esportivo representava em uma sociedade de massas, conferindo inúmeras possibilidades de ritualização da fidelidade nacional e da legitimação da ordem existente.

Em 1932, caberia à *FIFA* estabelecer o país sede do segundo mundial, episódio onde a marca da obstinação fascista em relação ao esporte ficaria registrada pela primeira vez. [Mussolini](#) não mediu esforços diplomáticos para sediar a competição, incumbindo-se de cooperar com a formação da seleção italiana, facilitando a naturalização de atletas – denominados “oriundi” –, entre os quais figuravam principalmente os jogadores argentinos. Diante de um gigantesco esquema de propaganda, cada partida foi representada como uma guerra ritualizada, onde a presença dos emblemas nacionais (uniformes, bandeira, hino), assim como o próprio Mussolini, ganhavam um posição de relevo. O jargão do esporte – “atacar”, “defender”, “tática”, “capitão”, entre outros –, caracterizando metáforas belicistas, aplicava-se perfeitamente aos valores fascistas que estabeleciam o culto da força e do combate. (v. [Guerra](#)) A vitória italiana em 1934 foi saudada como reflexo de uma Nação forte, preparada para enfrentar todos os [inimigos](#), tornando-se a mais evidente antítese da idéia de Gramsci a respeito do esporte: “O futebol é o reino da liberdade humana exercida ao ar livre”. [v. [Chauvinismo](#)]

Em 1936, nos Jogos Olímpicos de Berlim, a conquista da medalha de ouro pela seleção italiana reforçaria a identidade entre superioridade esportiva e [autoritarismo](#). Em 1938, na Copa da França, a Itália reafirmaria sua hegemonia futebolística, sagrando-se mais uma vez campeã. Neste momento, a Alemanha Nazista passou a interessar-se mais decididamente pelo futebol, a ponto de [Hitler](#) articular, sem sucesso, a transferência da sede da *FIFA* para Berlim. Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o futebol acompanhou de perto a polarização do conflito. Duas equipes representando as forças republicanas (Barcelona) e o [franquismo](#) (Real Madrid) apresentaram-se em diversas cidades do mundo, divulgando e arrecadando fundos para suas respectivas causas. Durante o regime de Franco, a tentativa de estabelecer um modelo de seleção nacional, a exemplo da Itália, esbarrou nas heranças das rivalidades advindas da Guerra, sendo acrescidas pelas cisões dos nacionalismos locais.

O ciclo de governos militares na América Latina, a partir da década de 1960, retomaria a relação entre governos ditatoriais e o futebol. Entretanto, neste novo contexto, o esporte e sua principal expressão, a Copa do Mundo, foram encarados pelos governantes a partir da potencialidade de se expressar como um fator de *desideologização* e, ao mesmo tempo, capaz de promover a “unidade na diversidade”, propiciada pelas experiências coletivas em torno da afirmação identidade nacional. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) Mesmo aqueles países que não possuíam tradição futebolística internacional, como o Chile, foram marcados pela intervenção governamental, tal como o Paraguai do General Stroessner, onde todos os presidentes de clubes da primeira divisão eram filiados ao Partido Colorado e controlados pela *Comisión Nacional de Desporte*, órgão governamental ligado diretamente ao presidente. Notadamente, Brasil e Argentina foram aqueles em que utilização do futebol pelos mecanismos governamentais foram mais abrangentes. (v. [Anticomunismo, Política & Sociedade Civil](#)) Durante o governo do General Médici, a [ditadura](#) canalizou dividendos políticos com a construção de estádios grandiosos e a implementação de um campeonato nacional – o Tricampeonato no México teve grande efeito nesse sentido. (v. [GOEBBELS, Joseph](#)) Na Argentina, o General Vidella garantiu prestígio para o regime com o direito de sediar a Copa de 1978 e, principalmente, com a vitória do campeonato em um dos mais emblemáticos episódios do futebol latino-americano, visto que o técnico da seleção, Cesar Luis Menotti, tinha ligações com o Partido Comunista Argentino. (v. [Ideologia](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Desporte y Ocio en el Proceso de la Civilización*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- MIGNON, Patrick. *La Passion du Football*. Paris, Éditions Odile Jacob, 1998.
- MILZA, Pierre. *Les Fascismes*. Paris, Imprimerie Nationale, 1985.

FUTURISMO. O Futurismo surgiu sob a forma de um manifesto literário assinado por [Filippo Tommaso Marinetti](#), publicado na primeira página do jornal francês *Le Figaro* a 20 de fevereiro de 1909. De forma contundente, propunha uma ruptura radical com o passado, anunciando um novo tempo, o Futuro, materializado pelas máquinas modernas, pela presença do *automóvel rugidor* e do aeroplano, símbolos maiores da velocidade, que era cultuada por Marinetti como o fundamento de uma nova estética. (v. [Modernismo nas Artes](#))

Foi um movimento que se expressou de forma significativa através de manifestos *estético-literários*. Contrapondo-se aos meios tradicionais e a todo ou qualquer indício de passado, mesmo aquele que já se encontrava assimilado no presente, proclamou a destruição da sintaxe. Para tanto, propôs o uso das palavras em liberdade, estabelecendo relações por meio de analogias. A contundência e agressividade foi outra de suas marcas. “*Venham, portanto, os bons incendiários, escreve Marinetti, e metam logo o fogo nas prateleiras das bibliotecas! Desviem o curso dos canais para inundar as sepulturas dos museus!... Oh! que elas, as telas gloriosas, nadem à deriva!*” É possível encontrar uma fundamentação filosófica de Marinetti na obra de Bergson, *Évolution Créatrice*, onde a atividade e a liberdade são a essência do mundo, ao contrário do imutável e eterno. Para os futuristas, contra o enaltecimento da imobilidade pensativa, do êxtase e do sono, era preciso criar uma nova literatura onde fossem exaltados o movimento agressivo, a insônia febril, o passo ginástico, o salto mortal, a bofetada e o soco. (v. [Arte Degenerada & Guerra](#))

Alguns pintores e escultores vão se identificar com as doutrinas futuristas. Em janeiro de 1910, na casa de Marinetti, em Milão, eles se reuniram e, no mês seguinte, lançariam o *Manifesto dos Pintores futuristas*, dirigido aos jovens artistas da Itália. Dois meses depois, com propostas mais objetivas, proclamavam o *Manifesto Técnico da Pintura Futurista*, assinado por Umberto Boccioni, Carlo Carrá, Luigi Russolo, Giacomo Balla e Gino Severini. Em 1913, o artista e crítico Ardengo Soffici estaria ao lado do grupo, defendendo as mesmas idéias, até 1915. A partir de 1919, retornaria à [estética](#) tradicional.

Na pintura futurista, firmava-se de certa forma uma aproximação com o Divisionismo e algumas vertentes do Impressionismo, opondo-se ao que chamavam de falso modernismo, trazido pelos expressionistas, aos quais acusavam de reduzir a pintura a uma síntese infantil e grotesca. Na verdade, o ponto nodal era político visto que o exacerbado patriotismo futurista se antagonizava com qualquer acento alemão. Por outro lado, do ponto de vista técnico, no momento em que declaravam “*o movimento e a luz destróem a materialidade dos corpos*”, aproximavam-se das questões divisionistas, passando a buscar os meios de se produzir efeitos de simultaneidade nos processos de fragmentação e decomposição da forma. A expressão dinâmica seria acentuada por linhas de força que enfatizavam o caráter de construção da obra. A fotografia e o [cinema](#) implicavam em conquistas modernas, fundamentais ao futurismo, que não devem ser esquecidas. Na verdade, segundo Boccioni, “*a pintura futurista aspirará conseguir um caráter centrífugo e envolvente, contrário ao centrípeto e objectual do cubismo mais ortodoxo*”. O mais importante não é o objeto, conforme afirmaria o artista em 1914, “*mas a transfiguração que o objeto sofre ao identificar-se com o sujeito*”. (v. [Ideologia](#))

Em 1912, seria proclamado o *Manifesto Técnico da Escultura Futurista*. Nele Boccioni buscava tirar do imobilismo a escultura, trabalhando “*os planos atmosféricos que ligam e interseccionam as coisas*”, procurando plasmar, “*através de uma imagem sintética*”, o próprio fenômeno da duração. Em 1913, Gino Severini lançava mais um manifesto sobre pintura, *As analogias plásticas do dinamismo* e, em 1914, Sant’Elia seria o responsável pelo

Manifesto da [Arquitetura](#). Em 1915, o grupo se desfaria. O patriotismo iria desaguar no nacionalismo e os futuristas se inclinariam ao [fascismo](#). Por seu caráter agressivo, o Futurismo abriria caminho para movimentos como o Dadá e o Surrealismo e tornar-se-ia exemplar como arte de vanguarda e estética revolucionária. [v. [Fascismo: Movimento](#)]
Ângela Âncora da Luz

Referências Bibliográficas:

- ARACIL, Alfredo; RODRÍGUES, Delfin. El siglo XX - entre la muerte del arte y el arte moderno. Madrid, Istmo, 1988.
- ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- ATKINS, Robert. Petit lexique de l'art moderne, 1848-1945. Paris, Abbeville, 1993.
- BRADBURY, Malcolm; MCFARLANE, James. Modernismo - guia geral, 1890-1930. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- DE FUSCO, Renato. História da Arte Contemporânea. Lisboa, Presença, 1988.

G

GENTILE, Giovanni. Nascido em Castelvetro, Itália, no dia 30 de maio de 1875, vindo a morrer assassinado por comunistas, em Florença, no dia 15 de abril de 1944. Exponente do idealismo italiano, foi filósofo, educador, editor com Benedetto Croce do jornal "La Critica (Giornale critico della filosofia italiana)" e pela participação, até 1928, no governo de [Mussolini](#), foi chamado de "filósofo do [fascismo](#)". A sua produção escrita data de 1898, quando publicou a tese de *laurea* "Rosmini e Gioberti", uma comparação entre pensadores católicos italianos e os idealistas germânicos. Seguiu-se uma extensa obra, onde discorreu sobre a concepção do devir e da dialética como processo do pensamento em Hegel, o subjetivismo e a autoconsciência em Kant e a lógica do ser, a existência e a transcendência. Dessas reflexões tirou conclusões sobre o idealismo, a sociedade, o Estado e a educação. (v. [Ideologia](#))

Na filosofia de Gentile, tudo tem de ser pensado para ser reconhecido, pois o ato criador do espírito não representa nada transcendente ao pensamento e mesmo os elementos externos ao homem existem dentro da esfera do sujeito. Desse idealismo, o filósofo criou o "atualismo" ou "idealismo atual", onde as coisas são: o "Ato Puro", a atividade e o *eu sendo*, o "pronto", a "pura atividade" ou o "puro automover-se do eu", idéia sustentada no primado ontológico da atividade como tal, onde o ato se opõe ao fato, ao efeito e à coisa. (v. [Guerra](#)) Sobre a sociedade, o pensamento de Gentile pauta-se na coexistência de opostos. A não identidade entre sujeito e objeto torna o segundo incognoscível e, sem um objeto para se contrapor, o sujeito será limitado e mecânico. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Esse despertar de um pelo outro é o diálogo espiritual considerado por Gentile o momento da [alteridade](#), quando a sociedade transcendental ou "no interior do homem" se realiza. Para o filósofo : "O Eu se faz Eu enquanto se faz não-Eu" e a dialética "eu você" torna-se "todos um com nós" para o indivíduo atingir seu semelhante no âmbito da vida social. A síntese sujeito-objeto manifesta-se na [política](#) do Estado, onde atua a vontade pura do indivíduo universal, do Eu com o outro em todos nós. A real formação do "eu" auto-transcende, ser imediato e de fato, fechado em si e reencontrando-se no seio da universalidade, é a mesma da autonomia, da síntese espiritual, do indivíduo que se faz Estado. Quando o indivíduo age politicamente torna-se um homem de Estado. Ele é o Estado. Gentile valoriza o momento subjetivo, histórico e realista da vontade e propõe uma identidade entre moral, política e Estado. (v. [Conservadorismo](#) & [Tradição](#)) A vontade geral não é a soma de todas as vontades dos indivíduos, ela está presente na vontade do indivíduo universal, não particular, inseparável da ação resumida na política do Estado. O Estado não está "entre os homens", mas sim "no interior do homem". Compete-lhe a mesma moralidade do indivíduo. (v. [Totalitarismo](#)) Ele não é o limite da liberdade, mas a atualidade concreta do querer (o querendo) de um povo que se sente nação. (v. [Civismo](#)) Para Gentile, Estado e política se confundem. (v. [Autarquia](#)) Política não é o querer, mas sim o querendo em ato de um povo com consciência unificada, uma autoconsciência. (v. [Völkisch](#))

O filósofo considera, na pedagogia, que a mente é o absoluto e o processo de revelação desse absoluto é a educação. Por meio dela é possível fazer um homem com caráter e consciência, que sinta o que pensa e faça como fala, impregnado do desejo de realização de um ideal transcendente ao interesse particular. (v. [Sociedade Integral](#)) O positivismo pedagógico é criticado e a pedagogia pensada do ponto de vista filosófico. Almeja-se a autonomia do processo de educação, a substituição do método abstrato objetivo, válido para todas as escolas e professores, por um método vivo, continuamente feito pelo educador em seu concreto ato educativo. (v. [Atraso](#) & [Modernismo nas Artes](#)) A filosofia de Gentile influenciou pensadores

de esquerda e de direita: Ugo Spirito foi seu principal discípulo e, preocupado com os problemas sociais, primeiro colaborou com a teoria política e econômica do Estado corporativo fascista, depois aproximou-se da ortodoxia marxista; à direita, Armando Carlimi procurou identificar o "eu" transcendental com o Deus da teologia católica, tendência próxima do existencialismo religioso e formadora do movimento "Espiritualista Cristão". Fora da Itália, a mais notável influência está presente no trabalho de R. G. Collingwood. (v. [Futurismo](#))

Mário Kléber Lanna Jr.

Referências Bibliográficas:

CENTRO di studi filosofici di Gallarate. Enciclopedia Filosofica. Vol. 2. Venezia Roma.

EDWARDS, Paul (ed.) The encyclopedia of philosophy, vol. 3. New York/ London, The Macmillan Company & The Free Press/ Collier-Macmillan Limited.

MORA, José Ferrater. Diccionario de Filosofia, tomo I. Buenos Aires, Editorial Sudamericana.

RASI, Gaetano. "Gentile e la nuova concezione dello Stato". In: Rivista di studi corporativi. Roma, anno XIV, ns. 1-2-3, 1984.

Rivista di studi corporativi. Roma, anno XII, n. 1-2-3, gennaio-giugno, ps.123 a 155, 1982.

GEOPOLÍTICA. Geopolítica é a tradução de *geopolitik*, vocábulo alemão cunhado pelo professor sueco de História e Ciência Política Rudolf Kjellen, que começou a usá-lo desde 1900 e que o definiu na sua obra de 1916, *Staten som livsform* (O Estado como forma de vida), como: “a ciência que concebe o Estado como um organismo geográfico, tal como ele se manifesta no espaço”. A intervenção de Kjellen verificou-se no contexto do grande debate geográfico-epistemológico consecutivo à Primeira Guerra (1914-1918) na Alemanha, que marcou bem a diferença entre os professores nacionalistas de ensino médio e os politicamente neutros geógrafos acadêmicos. Para Kjellen, o Estado como organismo vivo apresenta cinco aspectos: território, povo, economia, sociedade e governo. (v. [Conservadorismo](#), [Imperialismo](#) & [Völkisch](#)) A geopolítica se ocupa do primeiro deles, o que significa dizer que geopolítica remete à terra e não à geografia. (v. [Nacionalismo](#))

O real desenvolvimento da geopolítica como objeto de estudo só se deu, entretanto, a partir da intervenção do general Karl Haushofer, que até 1914 havia servido como adido militar alemão em Tóquio. Bem antes da ascensão política do [fascismo na Alemanha](#) e da chegada de [Adolf Hitler](#) ao poder de Estado, a revista *Zeitschrift fur Geopolitik* (Revista de Geopolítica), criada em 1924 por Haushofer, já reunia geógrafos da Alemanha e também de toda a [Europa](#) do Leste, interessados em discutir o traçado das novas fronteiras européias. A sua influência ultrapassou a exercida por Friedrich Ratzel que, com forte acento acadêmico, pretendeu elaborar as “leis do crescimento espacial dos Estados”, origem da famosa teoria do “espaço vital”(Lebensraum). (v. [Pangermanismo](#)) Da confusa relação de Haushofer com o Estado nazista (“A geopolítica deve ser e será a consciência geográfica do Estado”), difundiu-se a idéia de que a geopolítica constitui uma perversão da geografia praticada pelos ideólogos do Terceiro [Reich](#). (v. [Liga Pangermânica](#)) A esquerda marxista destacou-se como a mais ardente defensora dessa tese, nunca lhe ocorrendo relacionar determinadas decisões políticas de estadistas como Lenin, Stalin e Mao Tsé-Tung com raciocínios geopolíticos.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tornaram-se importante centro de estudos geopolíticos. Sempre com o cuidado de discriminar a geopolítica alemã como fantasia ideológica, os estudiosos norte-americanos – Nicolas Spykman, Robert Strausz Hupé, Hans W. Weigert – buscarão pensar a relação espaço-política tendo os Estados Unidos como centro de referência. No Brasil, os estudos de geopolítica sofreram as influências alemã e norte-americana, cada uma a seu tempo. Nos anos de 1930 e 1940, a problemática da ocupação do espaço – que inclui as bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas, a definição da melhor localização da capital federal e a busca da hegemonia continental – marca as reflexões de matriz teórica germânica de Mário Travassos, Leopoldo Nery da Fonseca Jr e Everardo Backheuser. Nos anos de 1950 e 1960, já sob influência da geopolítica de matriz norte-americana, destacam-se obras de Carlos de Meira Mattos e de Golbery do Couto e Silva dedicadas à reflexão sobre a questão da segurança hemisférica (do Brasil em particular) e sobre a inserção do Brasil no sistema internacional. (v. [Ditadura](#), [Operação Condor](#) & [Segurança Nacional](#))

Williams da Silva Gonçalves

Referências Bibliográficas:

ATENCIO, Jorge E. Qué es la geopolítica. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1979.
CÉLÉRIER, Pierre. Géopolitique et géostrategie. Paris, PUF, 1955.

COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1967.

HENNIG, R., KÖRHOLZ, L. Introducción a la geopolítica. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1977.

STRAUSZ- HUPÉ, Robert. Geopolítica – la lucha por el espacio y el poder. Mexico, Editorial Hermes, 1945.

GESTAPO (GEHEIME STAATSPOLITIZEI-POLÍCIA SECRETA DO ESTADO). Foi [Hermann Göring](#), então ministro do Interior da Prússia, quem criou a GESTAPO em abril de 1933. Ela resultou da transformação da policia [política](#) organizada pela República de Weimar para lutar contra os comunistas em 1919. (v. [Anticomunismo](#)) Göring decidiu colocar esta policia sob a autoridade do chefe dos serviços de policia do ministério do Interior, Rudolph Diels, conferindo-lhe poderes especiais. (v. [Autoritarismo](#)) Esta nova polícia se estabeleceu rapidamente nos diversos *Länder*, tendo se desligado da administração tradicional para se submeter à autoridade pessoal de Göring. Porém, as múltiplas tarefas de Göring e a lassidão demonstrada por ele em sua execução fariam com que tal subordinação ao marechal se tornasse puramente formal. A partir de abril de 1934, o verdadeiro Chefe da GESTAPO foi [Heinrich Himmler](#). (v. [HITLER, Adolf](#)) Chefe da policia de Munique e depois de toda a policia da Baviera, ele submeteu à sua autoridade todas as policias políticas dos Länder. Como, ao mesmo tempo, Himmler era o chefe supremo da SS, a GESTAPO se tornou rapidamente a policia política do império SS. (v. [Totalitarismo](#)) A despeito dessa situação que a colocou à margem do Estado, a GESTAPO não se compunha de nazistas, mas de policiais profissionais que haviam servido à República de Weimar e que passaram sem qualquer dificuldade ao serviço do estado nazista. Este é o caso de seu chefe Heinrich Müller, que não aderiu ao partido nazista a não ser em 1939 e, mesmo assim, foi colocado à testa da GESTAPO em 1935 depois de uma longa carreira na policia política de Weimar. Não resta qualquer dúvida de que a GESTAPO foi uma peça fundamental do aparelho de repressão nas mãos dos nazis. (v. [Ditadura](#)) Em 1936, Himmler passou a chefiar o conjunto da policia alemão, que estava sob a autoridade apenas teórica de Frick (ministro do interior). Em setembro de 1939, Himmler reorganizou a totalidade dos serviços de policia até então postos sob sua direção para convertê-los na RSHA (Reichssicherheitshauptamt). A GESTAPO tornou-se então a Amt IV (4a divisão) da nova estrutura. Esta policia política encarregada da prisão dos adversários do regime, ou daqueles reputados como tais, simbolizava em todo o seu horror o aparelho repressivo do nazismo. (v. [Repressão e Violência & Tortura](#)) Em tal condição, ela foi, enquanto corporação, julgada pelo tribunal de Nuremberg e condenada. (v. [Política e Direitos Humanos](#)) No entanto, seria um erro considerá-la como o único elemento (instituição) policial do Estado nazi. (v. [Baderna & Fascismo](#)) É necessário arrolar também o SD, a policia criminal, a policia da Wehrmacht, o serviço de informação do Exército ou Abwehr, a administração dos [campos de concentração](#) que dependia das SS, etc. [v. [DOI-CODI](#)]

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

CIANO, Galeazzo. Ciano's Hidden Diary: 1937-1938. New York, E. P. Dutton & Co., INC. 1953.

FRANÇOIS-PONCET, André. Souvenirs d'une Ambassade à Berlin. Paris, Flammarion, 1946.

GEHLEN, Richard. O Serviço Secreto. Rio de Janeiro, Artnova, 1972.

SHIRER, William. À Berlin - Journal d'un correspondant américain: 1934-1941. Paris, Librairie Hachette, 1946.

SPEER, Albert. Por dentro do Terceiro Reich. Rio de Janeiro, Artnova, 1971.

GOBINEAU, Joseph Arthur de (1816-1882). Escritor, jornalista e historiador profundamente interessado nos temas orientais – vaga bastante comum no século XIX francês e inglês, marcada sem dúvida pela construção dos grandes impérios coloniais –, Gobineau tornou-se célebre, entretanto, pela obra *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (ou *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*), onde desenvolve, pela primeira vez de forma sistemática no mundo contemporâneo, uma teoria voltada ao mesmo tempo para a explicitação dos méritos das elites e das desigualdades raciais inatas entre os tipos humanos.[v. [Conservadorismo](#) & [Eugenia](#)]

Com uma infância complexa, atormentada por fantasmas de bastardia e com a mãe na prisão por fraude, inventou para si mesmo uma genealogia fantasmática que remontava aos vikings e, mesmo, ao deus Odin, marcando sua própria vida com lendas e mistérios de um passado composto por uma elite de guerreiros nórdicos (Gobineau era natural da Normandia, França). Chegando em Paris, encontrara apoio, depois de 1848, junto a Alexis de Tocqueville, então chefe da diplomacia francesa que sustentara a sua carreira como diplomata. As viagens realizadas em função do ofício, assim como uma vasta rede de relações intelectuais e políticas (de Wagner ao Imperador do Brasil, D. Pedro II), permitiriam a Gobineau um conhecimento quase enciclopédico do seu tempo. O *Essai* traduz, em grande parte, tal conhecimento. Duas idéias básicas estão presentes em seus estudos: por um lado, a crença na decadência irreversível da civilização e, por outro, a divisão radical da humanidade em três raças desiguais (a branca, a amarela e a negra). (v. [Natureza](#))

No século da vitória da burguesia, da generalização da [Revolução Industrial](#), Gobineau colocava-se claramente contra a corrente dominante do [evolucionismo](#) e da crença no progresso. (v. [Darwinismo e Evolução](#)) As principais correntes filosóficas do século e oriundas do Iluminismo, o [liberalismo](#) e o socialismo, compartilhavam uma crença comum no progresso contínuo da raça humana e na imperiosidade do progresso. O pensamento conservador, entretanto, negava a inevitabilidade da evolução assim como o seu caráter positivo. Para Gobineau, a inevitável decadência da civilização explicar-se-ia, em grande parte, pela miscigenação das raças e a imposição – mal do século – da idéia de igualdade de todos, a [democracia universal](#). De uma forma geral, as teses de Gobineau produziam uma visão pessimista da história: “A previsão melancólica não é a morte, é a certeza de lá chegar degradados; talvez mesmo esta vergonha, reservada aos nossos descendentes, pudesse nos deixar insensíveis se não soubéssemos, com um pavor secreto, que as mãos rapaces do destino já estão sobre nós...” A única nota de otimismo, ou de alguma esperança, residia na existência da *plêiade* – aliás, título do principal texto depois do *Essai*, *Les Pléiades* (1874) – de homens de qualidade, dotados de capacidade de resistir à mediocridade geral decorrente da *democracia universal*. Assim, aos “*brutos, tolos e patifes*”, contrapunha-se uma elite, a *plêiade de filhos do rei*, ou seja, aqueles nobres não contaminados pelo espírito do seu tempo, herdeiros de uma idade do ouro e portadores de seus valores, todos de caráter aristocrático e hierárquicos. (v. [Antigo Regime](#), [Baderna](#) & [LE BON, Gustave](#)) A permanência das qualidades inatas destes filhos do rei, os aristocratas, não é estranha à origem germânica de elite guerreira conquistadora que domina uma massa plebéia de origem galo-romana. Assim, em grande parte, Gobineau recolhe uma ampla [tradição](#) anterior à Revolução Francesa, onde a nobreza da França procurava mostrar-se racialmente diferenciada. Tal germanismo filosófico facilita imensamente a penetração das idéias de Gobineau na Alemanha, romântica e

conservadora, particularmente através Ludwig Schermann – amigo de Richard Wagner –, que traduz o *Essai* para o alemão em 1899. Chega-se mesmo a criar uma associação em honra a Gobineau, a *Gobineau-Vereinigung*, que adquire grande notoriedade, cunhando-se a expressão *Gobineau ist unser* (Gobineau é nosso!). Grande parte do sucesso e originalidade do autor do *Essai* reside na associação entre o tema da decadência com a idéia de desigualdade inata das raças humanas. Cada uma destas raças – amarela, branca e negra – seria possuidora de qualidades próprias, inatas, bem como de defeitos; estes, assim como as qualidades, perder-se-iam numa degenerescência geral através da mestiçagem, agora acelerada com a construção dos impérios coloniais. Decadência e mestiçagem racial seriam, assim, as duas faces do mesmo mal, oculto sob a máscara da democracia e da pretensão de todos à igualdade. As idéias de Gobineau foram apropriadas por pensadores racistas do final do século XIX e início do século XX, constituindo-se em base para as [ideologias](#) fascistas posteriores. (v. [Darwinismo Social](#) & [Fascismo](#)) Em outras vertentes, de caráter conservador, influenciaram autores como Spengler ou [Pareto](#).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- BIDDISS, Michael. Gobineau: Selected Political Writings. Londres, Jonathan Cape Ed., 1970.
- DEVYVER, André. Le sang épuré. Bruxelles, Editions Universitaires, 1969.
- GOUBERT, Pierre. L'Ancien Régime. Paris, A. Colin, 1969.

GOEBBELS, Joseph Paul (Biografia Política). Chefe da Propaganda Nazista e Ministro do Terceiro [Reich](#). Nascido em Rheydt, pequena cidade da Rhineland, em 29 de outubro de 1897, Joseph Goebbels pertencia a uma família católica, sendo seu pai contramestre de uma fábrica têxtil. Acometido de uma paralisia infantil, tornou-se um jovem voltado para leitura, com um rendimento satisfatório nos estudos. Em 1914, quando da irrupção da Primeira Guerra, viu-se extremamente frustrado ao ser considerado incapaz para o serviço militar. Obtendo uma bolsa na universidade de Heidelberg, completou seu doutorado em filosofia em 1921, enfrentando em seguida um período de dificuldades, com a sucessiva rejeição de seus escritos por jornais e editoras.

Atraído pelo discurso nacionalista dos nazistas, Goebbels tornou-se secretário de um expressivo nome da ala socializante do movimento nazista, Gregor Strasser, atuando como representante do partido na Rhineland-Westphalia, onde começou a desenvolver a capacidade de oratória que o notabilizaria nos próximos anos. As crescentes rivalidades e choques entre Strasser e [Hitler](#), entretanto, exigiram uma tomada de posição de Goebbels em relação à sua inclinação dentro do partido. A tensão chegou ao ápice no episódio envolvendo a postura dos nazistas na questão da indenização das propriedades dos príncipes alemães. Na Conferência de Bamberg, em 1926, Goebbels posicionou-se a favor de Hitler. Este, por sua vez, percebeu nele um talento a ser aproveitado na consolidação de sua liderança no norte do país, diminuindo a incômoda influência de Strasser. Com esse objetivo, Goebbels foi nomeado *Gauleiter* de Berlin, cargo que manteria até o final da vida.

Em pouco tempo, através da ação combinada dos recursos de propaganda com a violência de rua contra os [inimigos](#) políticos, Goebbels conseguiu de fato ampliar as bases do [fascismo](#), tornando o movimento cada vez mais conhecido. Neste sentido, papel importante coube ao jornal *Der Angriff* (O Ataque), onde Goebbels difundiu as posições nazistas de forma agressiva, atacando principalmente judeus e comunistas. Em 1928, assumiu a liderança da máquina de propaganda do partido, sendo também eleito para o Reichstag. Nesta época, foi responsável pela introdução da saudação “Heil Hitler”, aspecto fundamental dentro do conjunto de valores que contribuíram para forjar o culto em torno do Führer, considerada pelo próprio Goebbels uma de suas maiores realizações no campo da propaganda. Por outro lado, foram lançados, ainda nesse período, os grandes espetáculos públicos que marcariam o movimento, difundindo-se as bases de uma estetização da [política](#) em torno de princípios nazistas. (v. [Autoritarismo](#), [Ditadura](#) & [Repressão e Violência](#))

Em 1933, com a chegada de Hitler ao poder, o papel de Goebbels tenderia a ganhar uma importância ainda maior dentro da consolidação da hegemonia nacional-socialista. Assumindo o Ministério da Propaganda e da Informação Pública, o Doutor, como era conhecido em alguns círculos, passou a controlar amplos setores da vida cultural da Alemanha, moldando-os de acordo com a visão de mundo nazista. (v. [Anticomunismo](#), [Guerra](#) & [Juventude](#)) Nesse sentido, foi criada a Câmara de Cultura do Reich, tendo como uma de suas primeiras providências o requerimento de certificado de ancestralidade ariana, visando promover o banimento de [judeus](#) das atividades culturais. (v. [Totalitarismo](#) & [Tradição](#)) Paralelamente, Goebbels organizou autos-de-fé, envolvendo autores considerados contrários aos verdadeiros valores alemães. (v. [Chauvinismo](#) & [Völkisch](#)) Foram levados à fogueira desde obras de escritores liberais, pacifistas e socialistas até livros de Freud, encarado como um duplo perigo por sua ascendência judaica e pelas próprias indagações da

psicanálise. Com o decorrer dos anos, a ação da propaganda anti-semita desenvolvida por Goebbels contribuiria para criar as condições que conduziram ao grande *pogrom* de 1938, conhecido como a [Noite de Cristal](#) (*Kristallnacht*), onde centenas de propriedades judaicas foram destruídas em diversas cidades alemãs.[v. [Fascismo na Alemanha](#)]

Através de um controle extremamente centralizado de diversas áreas de influência no universo da cultura, a propaganda nazista utilizou os recursos da imprensa e das novas mídias, como o rádio e a televisão. Uma atenção especial foi conferida ao [cinema](#), não só pela importância que Goebbels conferia a este veículo como arma política, quanto em função de seu gosto pessoal pela arte cinematográfica.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a importância de Goebbels tornou-se ainda maior diante dos crescentes dilemas do esforço de guerra alemão. Na própria Alemanha, os cuidados estavam voltados para manter alta a moral da população, sustentando a crença de um exército imbatível, assim como da infalibilidade dos líderes. Nos territórios ocupados, a produção cultural era severamente vigiada, combatendo-se veementemente qualquer manifestação de resistência no plano da cultura. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Em relação aos inimigos externos, a ação de Goebbels também se fez sentir. Uma das mais atuantes foi o recurso das transmissões radiofônicas enviadas aos países inimigos, principalmente a Inglaterra, procurando minar a resistência dos civis face aos ataques nazistas.

Com a derrota alemã em Stalingrado, em 1943, Goebbels assumiu uma posição decisiva, anunciando, no Palácio dos [Esportes](#), em Berlim, a Guerra Total contra os Aliados. Exigindo um esforço do conjunto da população nesta hora crítica, estabeleceu a jornada de trabalho de 60 horas por semana e restringiu as atividades ligadas à educação e ao lazer. Diante dos ataques da aviação inimiga, foram organizados comboios de ajuda às cidades alemãs mais afetadas pelos bombardeios, onde Goebbels comparecia levando alimentos, agasalhos e remédios. (v. [Sociedade Civil](#)) Tal ação contribuía para preservar sua imagem em relação à população, em um momento onde eram impostas tantas exigências e sacrifícios. (v. [Civismo & Partido Político de Direita](#)) Por outro lado, Goebbels nunca deixou de difundir até o momento final a idéia de que uma arma secreta desenvolvida por cientistas e militares poderia reverter o curso da guerra em favor da Alemanha.

Após o atentado a Hitler, em julho de 1944, Goebbels assumiria mais uma função, tornando-se responsável pelo controle militar em Berlim. Em breve, recebeu o título de Plenipotenciário do Reich para a Guerra Total, tornando-se juntamente com [Himmler](#) um dos homens mais poderosos da Alemanha, depois do Führer. Com o avanço das tropas soviéticas, diante da derrota iminente, Goebbels defendeu, através dos recursos de propaganda que lhe restavam, a tática da terra arrasada. Em abril de 1945, transferiu-se com sua esposa e seus filhos para o *bunker* de Hitler em Berlim. Neste esconderijo, viveria seus últimos momentos, chegando a ser indicado no testamento deixado pelo Führer como seu legítimo sucessor na chancelaria do Terceiro Reich. Com a morte de Hitler, Goebbels ainda tentou uma última manobra, procurando assinar um armistício em separado com os soviéticos. Não aceitando a rendição incondicional exigida pelos inimigos, Goebbels envenenaria os seus próprios filhos e sua esposa, tirando sua própria vida logo em seguida, a 1º de maio de 1945.

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

GOEBBELS, Joseph P.. Diário: Últimas Anotações. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.
MANVELL, Roger; FRAENKEL, Heinrich. Doutor Goebbels. Editora Record, Rio de Janeiro, 1960.

PESCHANSKI, Denis. Guerre et Propagande. In Dictionnaire Critique: 1938-1948, Les Années de Tourmente - de Munich à Prague. Paris, Flammarion, 1995. pp. 123-133.

REICHEL, Peter. La Fascination du Nazisme. Paris, Éditions Odile Jacob, 1993.

WELCH, David. The Third Reich: politics and propaganda. New York, Routledge, 1993.

GÖRING, Hermann. Marechal do [Reich](#) – *Reichmarschall* – e segundo homem na linha de poder Nazista. Nascido em uma família aristocrática, em 1893, em Rosenheim, na Bavária, Hermann Göring destacou-se como piloto na Primeira Guerra Mundial, comandando o famoso esquadrão *Richthofen*. Em 1922, considerado um herói de [guerra](#), Göring entrou no Partido Nazista, participando do Putsch de Munique, de onde sairia ferido. Exilado na Áustria, depois na Itália, tentou fazer contatos com [Mussolini](#), sem sucesso. De volta à Alemanha, reingressando ao partido de [Hitler](#), foi eleito deputado do Reichstag em 1928, tornando-se uma peça chave na ascensão do nazismo através dos contatos com o meio militar e com os círculos industriais. Em 1932, como sintoma do crescimento eleitoral nazista, foi eleito Presidente do Parlamento. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Com a chegada de Hitler ao poder, em 1933, Göring assumiu no novo gabinete que se formava o papel de plenipotenciário do *Führer* – Ministro sem pasta –, além de acumular os cargos de Ministro do Interior para a Prússia e de Comissário do Reich para a Aeronáutica. Controlando a polícia, reforçada com homens da S.A, S.S e da Stahlhelm, assumiu um papel crucial na consolidação do domínio nazista, limitando de forma drástica a capacidade de mobilização dos comunistas e atuando na organização dos primeiros [campos de concentração](#). (v. [Fascismo](#)) Com o episódio do incêndio do Reichstag (23/2/1933), seus poderes cresceram ainda mais, voltando-se contra outras figuras proeminentes do partido, como [Ernest Röhm](#), líder da S.A, eliminado na Noite dos Longos Punhais. (v. [GESTAPO](#))

Corroído pelo vício da morfina, vivendo em meio ao luxo e ao esplendor, em grande parte decorrentes de ganhos ilícitos, Göring casou-se pela segunda vez em 1935 depois de uma viuvez de quatro anos. Neste casamento, um dos grandes marcos sociais do Terceiro Reich, mesclaram-se elementos cristãos com traços de um ritual pagão, tipicamente nos moldes nazistas. A esta altura, Göring já assumia um gosto espalhafatoso, conhecido por seus muitos uniformes, seu gosto pela arte e pela caça. A sua residência, denominada Karinhall, transformou-se ao longo dos anos em uma espécie de museu de obras de arte, principalmente as roubadas dos [judeus](#) ou dos países conquistados pela Alemanha durante a guerra. Não se poupando de todo tipo de excentricidade que seu poder lhe pudesse proporcionar, definia-se como um homem da Renascença, embora gostasse de ser lembrado como o paladino de Hitler.

À medida que a política rearmamentista nazista ia sendo implementada, abriram-se espaços para Göring ocupar novos cargos. (v. [Armamentismo](#)) Em 1935, quando a Luftwaffe foi tornada pública, ele foi nomeado seu Comandante, assumindo o compromisso de transformá-la na força aérea mais poderosa do mundo. Um ano mais tarde, Göring assumiu o controle do Plano Quadrienal, voltado para o rearmamento alemão, ocupando logo em seguida o lugar de Hjalmar Schacht como Ministro da Economia. Apesar de compartilhar dos planos expansionistas de Hitler e atuar decisivamente nos desdobramentos do Acordo de Munique, Göring mantinha reservas em relação a um conflito aberto contra a Inglaterra, procurando evitar um conflito generalizado na Europa. (v. [Imperialismo](#) & [Pangermanismo](#)) Em 1939, durante a ofensiva contra a Polônia, Hitler nomeou-o Presidente do Conselho de Defesa do Reich em uma cerimônia onde o *Führer* assumiu publicamente que o “companheiro” Göring seria seu sucessor, “ caso algo lhe acontecesse nestas batalhas que travava”. Com o sucesso nas primeiras campanhas da guerra, Göring foi recompensado com um posto singular, *Reichsmarschall*, atingindo o zênite de seu prestígio e poder.

A inoperância da Luftwaffe na batalha da Inglaterra (1940) representou o primeiro sério revés para o segundo homem mais poderoso do Terceiro Reich. Os desgastes foram sendo multiplicados, principalmente a partir da incapacidade de impedir os bombardeios ingleses sobre cidades alemãs e do desastre em Stalingrado. Em 1943, pela primeira vez a posição de Göring passou a ser verdadeiramente questionada, quando Hitler passou o controle da Indústria de Armamento para [Albert Speer](#). No fim da guerra, o Paladino de Hitler viu [Bormann](#) e [Goebbels](#) ganhando posições dentro do jogo de poder nazista. (v. [Hitler: Historiografia](#)) Nos momentos finais no bunker, o Führer acusou-o de tentar tomar o poder, expulsando-o do partido como traidor. Preso pelos americanos, foi a principal personalidade nazista no Julgamento de Nuremberg, sendo condenado à morte por enforcamento. Misteriosamente, tirou sua própria vida antes da aplicação da sentença com uma cápsula de cianeto de potássio.

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

- BÉDARIDA, François. Guerre Aérienne. In Dictionnaire Critique: 1938-1948, Les Années de Tourmente: de Munich à Prague. Paris, Flammarion, 1995. pp. 43-49.
- DEAR, I.C.B. The Oxford Companion to the Second World War. New York, Oxford, 1995.
- KEEGAN, John. Who's Who in World War II. London, Routledge, 1995.
- MANVELL, Roger; FRAENKEL, Heinrich. Göring. Rio de Janeiro, Editora Record, s/d.

GOVERNABILIDADE. O conceito de “governabilidade” passa ao primeiro plano do debate acadêmico das ciências sociais nos anos de 1960, assinalando uma inflexão e um desafio por parte do moderno pensamento conservador à tradicional idéia – consensual pelo menos desde o positivismo – de que o desenvolvimento político é um objetivo imanente da ordem social. (v. [Baderna](#), [Conservadorismo](#) & [Sociedade Civil](#)) Esse desafio direitista procurou deslocar o eixo do debate sobre a prática [política](#): passar-se-ia *do* problema da “construção democrática” – definida a partir de um progressismo da [democracia](#), que suporia o crescente aprimoramento dos mecanismos de participação política e a extensão paulatina das prerrogativas decisórias e consultivas para outros setores da vida social – *para* o da “estabilidade política”, definida em termos da “preservação da ordem” ou da “governabilidade”. (v. [Ideologia](#) & [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Resumidamente, a definição do conceito de “governabilidade” em sua fase inicial teve como denominador comum o que Richard Higgott resumiu como “a capacidade governamental de atender certas demandas ou, então, de suprimi-las de vez”. (v. [Civismo](#), [Ditadura](#) & [Partido Político de Direita](#))

As idéias de Huntington subsidiaram essa reação antidemocrática do pensamento neo-conservador, mas foi a “New Political Economy” que redefiniu decisivamente a noção de “governabilidade” e forneceu a sustentação teórica para a grande reviravolta neoliberal deste fim de século. Remontando ao casamento entre a chamada “teoria da escolha racional” no campo político e o neo-[liberalismo](#) econômico postulado desde Hayek, a “nova [economia política](#)” teve um efeito devastador sobre as convicções democráticas apoiadas nas idéias de “virtude” e “interesse público”. Ao aprofundar e sistematizar a metáfora de Schumpeter sobre o “mercado político” e o cálculo do interesse individual como algoritmo decisório dos agentes políticos, essa visão reduz qualquer sistema de governo a uma soma de indivíduos cuja busca de vantagens particulares através da manipulação de políticas públicas resulta em decisões invariavelmente irracionais em termos econômicos, numa inversão antipódica da operacionalidade da “mão invisível” de Smith. [v. [Estatismo](#) & [MOSCA](#), [Gaetano](#)]

Como descrição analítica implícita ficava “demonstrado” que o funcionamento das democracias de massa estaria na raiz da “ingovernabilidade” associada ao processo de crescimento e crise fiscal do pós-guerra. Nos anos de 1970, a democracia seria também responsabilizada pela instabilidade das economias centrais. Em 1980, Buchanan sintetizou a nova agenda da governabilidade: “limitar vigorosamente o número de atividades ainda submetidas ao poder regulador do Estado”. (v. [Elites Empresariais](#)) O “estado mínimo” de Nozick seria, assim, apenas a versão limite desta mesma análise. Nos anos de 1990, uma versão mais limitada do conceito de governabilidade emerge na agenda do Banco Mundial e outros organismos multilaterais, ligada à idéia de confiabilidade por parte da comunidade internacional e, mais especificamente, do sistema financeiro. Essa governabilidade instrumental é “ameaçada”, conforme a avaliação do Banco, por instituições pouco sólidas, pela falta de uma adequada estrutura legal, pela fragilidade dos sistemas políticos (*World Bank*, 1992. p. 4), dando origem a uma visão eminentemente programática do que se considera *good governance*: “a capacidade dos governos de conjugar simultânea e eficientemente as *market-friendly reforms* com a criação de condições institucionais capazes de estabilizar as expectativas dos agentes econômicos”. Tal visão está na base do programa de convergência de políticas econômicas apelidado por Williamson (1990) de “[Consenso de Washington](#)”. [v. [Estado do Bem-Estar Social](#)] Com a credibilidade financeira internacional

como objetivo, os teóricos conservadores contemporâneos puderam definir em detalhe a estratégia aconselhável, em nível nacional, para permitir a execução de seu programa de governabilidade: a concentração de poder mediante a formação de uma coalizão política que obtivesse “the allegiance of the [local] bourgeoisie” (Whitehead, 1989, p. 80), uma vez que “in practice it may take very little in material rewards to purchase the allegiance of the lower class” (*id.* p.81). (v. [Empresários](#)) Finalmente, recomendam o “insulamento burocrático” de um núcleo de *technopols* (Williamson, 1992) que possa comandar a economia distante de pressões corporativas. (v. [Legislação Trabalhista no Brasil & Sindicato](#)) Desse modo, no início dos anos de 1990, “governabilidade” e “reformas estruturais” passam a ser definidas cada vez mais, tanto na academia quanto nos órgãos multilaterais, de forma circular: a governabilidade e condição das reformas e estas são o melhor caminho de consolidar a governabilidade.[v. [Burocracia](#)]

José Luís Fiori

Referências Bibliográficas:

- BRITTAN, S. “The Economic Contradictions of Democracy”. In *British Journal of Political Science*, 5, abril, 1975, pp. 129-159.
- CROZIER, Huntington & WATANUKI. *The crisis of Democracy*. New York, Columbia University Press, 1975.
- HIGGOTT, R. *Political Development Theory*. London, Croom Helm, 1983.
- HUNTINGTON, S. “Political Development and Political Decay”. In *World Politics*, 17 (3), 1965, pp. 386-430
- NELSON, J. “The Politics of Long-Haul Economic Reform. In J. Nelson et Alh, *Fragile Coalitions: The Politics of Economic Adjustment*. Oxford, Transaction Books, 1989, pp. 79-94.
- THE WORLD BANK. *Governance and Development*. Washington, A World Bank Publication, 1989.
- WHITEHEAD, L. “Democratization and Desinflation”. A Comparative Approach. In J. Nelson, *Fragile Coalitions: The Politics of Economic Adjustment*, 1990, pp. 79-94
- WHITEHEAD, L. “In Search of Manuel for Technopols” paper apresentado na conferência sobre *The Political Economy of Policy Reform*. Washington, Institute for Internacional Economics, 1993.

GREVE. O artifício da greve surgiu e se desenvolveu historicamente como importante instrumento de luta dos trabalhadores na conquista de suas reivindicações por melhores condições de vida e trabalho. (v. [Baderna & Conservadorismo](#)) Porém, para além desta utilização mais imediata, ela foi pensada também no interior dos projetos revolucionários onde cumpriria importante papel nos processos de transformação social. (v. [Revolução](#)) O eixo condutor que sempre orienta o olhar dos conservadores em relação às greves seria aquele de que “é importante manter a lei e a ordem, com todas as coisas em seu devido lugar”. (v. [Autarquia & Civismo](#)) Isto viria da concepção de que não só a paralisação grevista seria uma afronta à propriedade privada e ao controle da produção, mas também de que por trás dela pode haver uma manipulação e instrumentalização do movimento por “agentes estranhos”, “agitadores” e uma série de denominações correlatas. [v. [Governabilidade](#), [Inimigo](#) & [Repressão e Violência](#)]

Neste sentido, pareceria óbvio pensar que os movimentos conservadores e reacionários se posicionariam, independentemente da conjuntura, contrários a qualquer tipo de mobilização grevista. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) Contudo, vale dizer que se esta idéia pode ser considerada em parte correta, ela necessita de algumas matizações. Concretamente, a relação dos conservadores não só com a greve mas também com o movimento dos trabalhadores como um todo deu-se de forma bastante complexa, dependendo sempre dos interesses políticos, imediatos e/ou estratégicos, e da correlação de forças no período. Um bom exemplo disso pode ser retirado da experiência do [fascismo na Itália](#). Baseando-se na concepção do “sindicalismo nacional”, na qual a Nação substitui a Classe como centro de preocupação e ponto básico de sustentação identitária, os fascistas, enquanto um movimento ainda fora do poder, mantiveram uma postura um tanto dúbia frente aos movimentos mobilizatórios dos trabalhadores. [v. [Fascismo: Movimento](#)] Eles chegaram mesmo a demonstrar certo apoio às greves contra “lock-outs” patronais que, na sua visão, estariam prejudicando a nação. [Mussolini](#), em 1920, expôs seu apoio crítico ao movimento dos trabalhadores da Alfa-Romeo em Milão, que ocuparam a empresa após esta ser fechada pela direção ao longo das negociações de salários e condições de trabalho. Em outras oportunidades, contudo, de forma ainda mais intensa, demonstraram muito empenho em manter os operários produzindo “sem problemas” ao atacar com massiva violência física os trabalhadores que entravam em greve e aqueles que estivessem lhe dando suporte. Diante das propostas de greve geral, conclamadas pelas centrais sindicais e/ou pelo Partido Socialista Italiano (PSI), os fascistas sempre se propunham a substituir os trabalhadores paralisados, servindo de fura-greves e como tropa de choque contra os grevistas. Com isso, diminuía o alcance e o impacto do movimento. Este tipo de prática proliferava sob as vistas do governo liberal. Na tentativa de greve geral conclamada pelo PSI, em 1919, contra a intervenção Aliada nas revoluções da Rússia e da Hungria, o governo se pronunciou aceitando, ainda que temporariamente, o “auxílio” destes grupos caso necessitasse para a “manutenção da lei e da ordem”. (v. [Revolução Russa e Direita](#)) Nestes casos, esvaziado o movimento, os fascistas não cansaram de comemorar ruidosamente sua vitória sobre os “vermelhos” e sobre a fragilidade do governo, impondo-se como alternativa a ambos. [v. [Fascismo](#)] A ambigüidade dos fascista frente às greves foi reduzida com a chegada dos mesmos ao poder. A partir de então, as greves, as manifestações de protesto e as críticas ao governo foram proibidas e tornadas ilegais.[v. [Autoritarismo](#) & [Sociedade Civil](#)]

Referências Bibliográficas:

STERNHELL, Z.; SZNAJDER, M.; ASHERI, M.. O nascimento da ideologia fascista. Lisboa, Bertrand Editora, 1995.

TANNENBAUM, E.R.. La experiencia fascista: Sociedad y cultura en Italia,1922-1945. Madrid, Alianza Editorial, 1975.

GUDIN, Eugênio. Carioca, Eugênio Gudín formou-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1903, ano em que se iniciou a “Reforma Pereira Passos”. As grandes transformações porque passava a metrópole carioca propiciaram as primeiras experiências profissionais de Gudín, tanto em funções técnicas quanto nas administrativas, em empresas de construção e energia elétrica. (v. [Favela](#)) Foi engenheiro assistente na construção de Ribeirão das Lages. Dirigiu empresas de transporte ferroviário controladas pelo capital estrangeiro, o que lhe proporcionou uma perspectiva cosmopolita sobre a dinâmica econômica.

As funções administrativas, mais que as técnicas, acabaram por lhe abrir novas perspectivas profissionais e intelectuais. A partir de 1929, publicaria muitos trabalhos, dentre os quais se destacam “As origens da Crise Mundial”, “Capitalismo e sua Evolução”, “Ensaio sobre a Estrutura Monetária e Bancária”, “Rumos da Política Econômica” e sua obra maior, que lhe concedeu grande prestígio acadêmico, “Princípios de [Economia](#) Monetária”, editada pela primeira vez em 1943. Este livro foi produto de sua experiência como professor de economia monetária. Gudín é considerado o iniciador do moderno ensino de economia no Brasil, formando várias gerações de conhecidos profissionais na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. O prestígio alcançado como economista o elevou à condição de conselheiro de presidentes nos anos de 1940 e 1950. Após a morte do presidente Getúlio Vargas e a ascensão de Café Filho à presidência da República, foi nomeado Ministro da Fazenda no biênio 1954-1955.

Gudín foi o economista mais influente no cenário brasileiro até o fim da década de 1950. Liderou uma importante escola de economistas liberais, dentre os quais se destacam [Octávio Gouveia Bulhões](#) e [Roberto Campos](#). O seu [liberalismo](#) estava fundado na convicção de que o capitalismo não tinha nenhum caráter histórico, antes, identificava-se com a ordem econômica natural e, por isso, não considerava a possibilidade de que os países mais ou menos desenvolvidos apresentassem dinâmicas econômicas distintas. Crises econômicas eram quase sempre consideradas como produto das intervenções políticas nesta ordem natural. (v. [Atraso](#)) Segundo ele, o mal é a [política](#); assim, o capitalismo deveria ser resguardado das ações insensatas do Estado. Este deveria criar um clima favorável ao progresso econômico, exercendo uma política monetária que evitasse a inflação, equilibrando o orçamento e evitando as distorções da política cambial. [v. [Governabilidade](#)] A sua preocupação original era com o equilíbrio econômico numa época em que as iniciativas de política econômica foram marcadas pela prioridade concedida ao crescimento. Neste contexto é que devem ser situados os dois grandes debates econômicos que ele protagonizou e que, apesar de sua sólida argumentação teórica e de sua vitória retórica, valeram-lhe duas derrotas práticas.

O primeiro debate ocorreu antes do fim da Segunda Guerra Mundial e do Governo Vargas, envolvendo Gudín e Roberto Simonsen, intelectual renomado e um dos maiores líderes empresariais. Importantes intelectuais e ambos conselheiros do governo federal, as suas divergências sobre planejamento econômico ultrapassaram o âmbito das discussões no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e na Comissão de Planejamento Econômico, tendo tornado-se pública. Esta discussão é considerada o primeiro debate sobre economia brasileira. Simonsen defendia uma decidida intervenção governamental na economia para viabilizar um grande esforço de investimento capaz de lançar o país na rápida eliminação do atraso econômico, buscando quadruplicar a renda nacional. (v. [Estatismo](#)) Gudín divergia, ponderando que um crescimento tão acelerado seria impossível, uma vez que, atingido o pleno emprego, os novos investimentos levariam apenas à inflação e não ao

crescimento da produção. Simonsen replica que a dinâmica econômica de países como o Brasil é distinta da prevalente em países avançados, onde se elaboraram as bases teóricas da ciência econômica, o que retiraria a validade do paradigma utilizado por Gudin.

Nos anos de 1960, protagonizou novo debate, desta vez o contendor era Raul Prébisch que, na CEPAL, liderava uma corrente de economistas desenvolvimentistas que apoiavam a intervenção estatal para acelerar a realização de investimentos industriais, a geração de emprego e diminuir a vulnerabilidade de uma economia de base primário-exportadora. (v. [Populismo](#)) Mais uma vez, Gudin vai se apoiar na existência do pleno emprego, denunciado pela inflação, para defender cortes nos investimentos, justamente o sustentáculo do Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek e que iria promover um grande ciclo expansivo na economia brasileira por cerca de duas décadas.

Nos dois debates, apesar de apoiado na economia científica, Gudin não saiu vencedor já que o Estado tornou-se um agente cada vez mais influente no processo de industrialização então em curso na economia brasileira. (v. [Elites Empresariais](#)) Apesar disso, manteve-se um defensor dos princípios liberais e, através de uma prática jornalística voltada à economia, pregava contra a irracionalidade dos nacional-desenvolvimentistas que pretendiam impor restrições ao capital estrangeiro ou que advogavam medidas intervencionistas para promover o desenvolvimento do país. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Nos anos de 1960, a crise do Estado Desenvolvimentista proporcionar-lhe-ia o ensejo para homenagens póstumas de seus seguidores liberais que, a exemplo de Roberto Campos, declará-lo-iam, finalmente, vencedor dos debates que protagonizou. (v. [Consenso de Washington](#))

Angela Moulin S. Penalva Santos

Referências Bibliográficas:

A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira. Coletânea da polêmica Simonsen X Gudin desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. IPEA/INPES, Série Pensamento Econômico Brasileiro, Vol. 3. Rio de Janeiro, 1977.

BORGES, Maria Angélica. Eugênio Gudin: Capitalismo e Neo-liberalismo. São Paulo, EDUC, 1997.

IANNI, Otávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. São Paulo, Civilização Brasileira, 1977.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Paradigmas econômicos e desenvolvimento: a experiência brasileira. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/EDUERJ, 1996.

GUERRA. A guerra constitui um dos mais complexos fenômenos da existência social humana. Clausewitz, o famoso general prussiano da época napoleônica e um de seus mais reputados teóricos, afirmou que “a guerra representa a continuação da política por outros meios”. Os pensadores da direita concebem geralmente a guerra como uma espécie de “arte”, uma atividade natural exercida por homens superiores. Outros argumentaram que, se a guerra constitui uma calamidade, também representa um fenômeno inevitável, vinculado à “[natureza humana](#)”, inatamente agressiva – somos “nós ou eles”. (v. [Masculino/Feminino](#)) Afinal de contas, segundo esta visão, a guerra acompanha a humanidade desde os tempos primitivos. Assim, os conflitos armados entre bandos ou exércitos regulares de Estados teriam, essencialmente, motivações psicológicas e/ou políticas (a sede de poder e a ambição dos dirigentes). Sem dúvida, o fenômeno da guerra possui motivações complexas, entre as quais encontram-se as psicológicas (como a agressividade, a busca de prestígio e a ambição) e as político-ideológicas. Contudo, a guerra enquanto atividade humana constitui algo racionalmente explicável: a guerra – ação armada recíproca – envolve dois sujeitos como forças antagonicas e não um sujeito e um objeto, sendo necessário considerar que o caráter violento deste antagonismo não existe apenas durante a guerra propriamente dita, pois ela apenas o acentua. [v. [Conservadorismo](#) & [Futurismo](#)]

Autores marxistas chamam atenção para o caráter econômico, *em última instância*, da guerra. O próprio Marx, ao analisar as sociedades primitivas, chama atenção para o fato de as guerras constituírem uma das formas básicas de trabalho nas comunidades naturais, seja para adquirir propriedade, seja para defendê-la. Este trabalho social ou “comunitário”, todavia, não elude o seu caráter parcialmente instintivo e animalesco (“primordial”). As guerras têm como principal causa, por um lado, o antagonismo provocado entre um sistema de relações de produção e de propriedade e, por outro, as forças produtivas vigentes no âmbito deste sistema. Tal antagonismo acarreta, num primeiro momento, o aumento da exploração do trabalho, o que possibilita simultaneamente um maior desenvolvimento das forças produtivas. No caso deste desenvolvimento ser mais acelerado do que o das estruturas existentes, abre-se um segundo período no qual afloram condições que possibilitam uma superação destas estruturas. Além disso, quando a maior exploração interna não fornece às elites os meios necessários para conter as tensões existentes, é possível lançar mão da conquista externa ao invés de acentuar a exploração do trabalho doméstico. Isto, evidentemente, desde que o grau de desenvolvimento e a consistência das forças produtivas o possibilitem. Nesta perspectiva, segundo Marx, enquanto vigorar o problema da apropriação dos meios de produção básicos, o fenômeno da guerra estará sempre presente. Seja ela feudal ou dinástica, imperialista (“injusta”) ou de libertação nacional (“justa”), revestida ou não de formas ideológicas e religiosas, o seu resultado sempre implicará em algum tipo de significado econômico. Isto, obviamente, não invalida o *caráter político* que a ação bélica assume, sobretudo quanto a seus meios e a suas formas. Do mesmo modo que os acordos diplomáticos e os princípios morais, nenhuma inovação “técnica” é capaz de evitar o desencadeamento de novas guerras. As armas termonucleares bloquearam uma Terceira Guerra Mundial igual às anteriores, mas produziram a [Guerra Fria](#) e generalizaram os conflitos armados pelo Terceiro Mundo; o fim da Guerra Fria e o advento da “globalização” estão apenas transformando a *forma* dos conflitos armados e não evitando a sua eclosão. [v. [Chauvinismo](#) & [Ideologia](#)]

Paulo Fagundes Vizentini

Referências Bibliográficas:

- BOUTHOU, Gaston. O fenómeno da guerra. Lisboa, Editorial Estudios Cor, 1966.
- CLAUSEWITZ, Carl von. Da guerra. Brasília, Editora da UnB, 1979.
- GALLIE, W. B. Os filósofos da guerra e da paz: Kant, Clausewitz, Marx, Engels e Tolstoy. Brasília/Rio de Janeiro, Editora da UnB/Artnova, 1979.
- KEEGAN, John. Uma História da Guerra. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LIDER, Julian. Da natureza da Guerra. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1987.
- VÁRIOS. Clausewitz en el pensamiento marxista. Mexico, Pasado y Presente, 1979.

GUERRA FRIA. A expressão foi empregada pela primeira vez em 1947 para denominar a existência de uma [guerra](#) não declarada entre EUA e URSS. Alguns associam a origem do termo a Bernard Baruch, assessor do governo norte-americano; outros ao consagrado jornalista Walter Lippmann. Posteriormente, foi aplicado para nomear um conflito mais amplo envolvendo os blocos ocidental e o soviético. (v. [Anticomunismo](#)) O conceito serviu ainda para caracterizar um período histórico datado de aproximadamente 1947 até a desagregação do mundo soviético. Contudo, certos autores remetem a gênese da Guerra Fria à revolução bolchevique e à invasão da Rússia por forças estrangeiras. (v. [Revolução Russa e Direita](#)) De forma anômala, o conceito foi empregado para caracterizar conflitos no interior do chamado bloco socialista como, por exemplo, as tensões sino-soviéticas. Dentre as correntes analíticas que versam sobre o tema, devem ser mencionadas:

- a) A ortodoxia norte-americana – influenciada principalmente pela análise enunciada por George Kennan em seu *Longo Telegrama* (1946) e em *Sources of Soviet Conduct* (1947) – expressa a visão da diplomacia norte-americana, responsabilizando a URSS pela Guerra Fria por se recusar a sair dos territórios conquistados pela força; como exemplos dessa tendência, além de Kennan, podem ser citados A. Schlesinger Jr. e H. Feis, dentre outros;
- b) A ortodoxia soviética constitui-se na imagem invertida desse processo, mostrando a Guerra Fria como produto da agressividade imperialista e do descumprimento pelos EUA dos acordos firmados durante a Segunda Grande Guerra;
- c) Os Revisionistas contestam a perspectiva ortodoxa norte-americana, indicando erros na interpretação da conduta interna e na compreensão das metas internacionais soviéticas e, portanto, entendem que a URSS não poderia ser responsabilizada pelo início dos conflitos visto que, ao fim da guerra, emergiram duas nações vencedoras e, enquanto os EUA estavam em pleno vigor, a URSS se encontrava arrasada; em decorrência disso, a principal meta soviética era reconstruir o país e criar uma zona de proteção para evitar novos ataques, o que significa que a URSS não ameaçava a Europa Ocidental, como afirmavam os ortodoxos, e sim reagia à agressividade norte-americana – alguns revisionistas denunciam o discurso da ameaça como uma construção justificadora da política interna e do [imperialismo](#) dos EUA, tais como W. A. Williams, G. Kolko, L. Gardner e G. Alperovitz;
- d) Os pós-revisionistas criticam o simplismo maniqueísta que estaria presente nos modelos anteriores, alguns dos quais contestam a tese da bipolaridade e resgatam múltiplos atores na arena internacional, enquanto outros questionam a tese ortodoxa norte-americana do expansionismo soviético, mas consideram um mito a tese revisionista da ação defensiva; os autores deste campo não constituem uma corrente de pensamento, pois, apesar de questionarem as análises ortodoxas e revisionistas, possuem enfoques distintos, abrigando tanto autores associados à direita quanto à esquerda, dentre os quais destacamos J.L. Gaddis, G. Lundestad, F. Holliday e M. Leffler.

As disputas surgidas durante a Guerra Fria possuíam tanto um caráter global quanto regional e desencadearam intensa corrida armamentista. Guerras localizadas, revoluções e golpes no Terceiro Mundo provocaram a morte de aproximadamente vinte milhões de pessoas. (v. [Neocolonialismo](#) & [Revolução](#)) Marcos reais ou simbólicos caracterizam esse período histórico, dentre os quais destacamos: o anúncio da Doutrina Truman e do Plano Marshall e a Conferência do Rio de Janeiro (1947); o golpe comunista na Tchecoslováquia, a Conferência de Bogotá e a expulsão da Iugoslávia do Kominform (1948); o bloqueio de Berlim (1948-1949); a criação da OTAN, o teste nuclear soviético e a Revolução Chinesa (1949); a Guerra da Coreia (1950-1953); o macartismo (1950-1954); golpes militares, intervenções e tentativas

revolucionárias no Terceiro Mundo (1945-1989); a criação do Pacto de Varsóvia, a invasão da Hungria e os conflitos na Polônia (1956); a Revolução Cubana (1959); o aumento da intervenção norte americana no Vietnã (início da década de 1960); a construção do muro de Berlim, o rompimento de relações diplomáticas entre os EUA e Cuba, a invasão da Baía dos Porcos e a criação da Aliança para o Progresso (1961); a crise dos mísseis cubanos (1962); a invasão da Tcheco-Eslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia e os movimentos estudantis em diversas partes do mundo (1968); fim da guerra do Vietnã (1975); invasão do Afeganistão pela URSS (1979) e de Granada pelos EUA (1983); a Glasnost e a Perestroika (1985); a queda do muro de Berlim (1989); e a desagregação da URSS (1991). Embora o termo tenha sido cunhado para definir um período histórico encerrado com o fim da URSS, talvez venha de ser utilizado para caracterizar conflitos não declarados, emergentes em nossa época.[v. [ONU e a Nova Ordem Mundial](#) & [Guerra Fria e a Direita Norte-Americana](#)]

Sidinei Munhoz

Referências Bibliográficas:

- CHOMSKY, Noam. Novas e velhas ordens mundiais. São Paulo, Scritta, 1996.
- GADDIS, John Lewis. We now know: Rethinking Cold War history. New York, Oxford-Clarendon Press, 1997.
- GARDNER, Lloyd . Spheres of Influence : The great powers partition Europe, from Munich to Yalta. Chicago, Elephant Paperbacks, 1993.
- KENNAN, George Frost. A Rússia e o ocidente. Rio de Janeiro, Forense, 1966.
- LAFEBER, Walter. America, Russia and the Cold War, 1945-1996. New York, McGraw-Hill, 1997.

GUERRA FRIA E A DIREITA NORTE-AMERICANA. As matrizes da [política](#) norte-americana durante o início da [Guerra Fria](#) possuem como fundamento as análises expressas por KENNAN. Para ele, na perspectiva soviética, não poderia haver um sincero compromisso entre a URSS e as nações capitalistas em decorrência do conflito inerente entre capitalismo e socialismo. Contudo, entendia que os soviéticos pensavam a inevitabilidade do socialismo como uma questão a longo prazo. Acreditava, ainda, que os soviéticos eram sensíveis às pressões, podendo deixar momentaneamente seus objetivos de lado se encontrassem força contrária. Assim, somente através de uma política inteligente e de longa duração seria possível vencer a URSS. Consequentemente, ele propunha estabelecer como principal elemento da política externa dos EUA e seus aliados a rápida e vigilante aplicação de uma contra-força a cada sinal de ação expansionista soviética. Para Kennan, o maior perigo não era a possível ação armada soviética, mas a estratégia de subversão da ordem nas nações capitalistas através da atuação dos comunistas e seus simpatizantes. (v. [Revolução](#))

No fim da década de 1940, Kennan perdeu espaço no cenário político e pouco influenciou no segundo governo Truman. Gradativamente, John Foster DULLES, um oponente da política de contenção, foi conquistando esse espaço. Ele pensava o comunismo soviético como uma política monolítica que objetivava destruir a [democracia](#) ocidental. Nesse modelo, os EUA representavam o bem, enquanto a URSS encarnava o mal. (v. [Alteridade](#) & [Inimigo](#)) Dessa forma, propôs uma cruzada pela liberação da Europa Oriental e retaliação massiva a qualquer sinal de agressão soviética. Olhando o mundo de uma perspectiva bipolar, via a neutralidade de alguns países do Terceiro Mundo como uma atitude anti-americana. (v. [Chauvinismo](#)) Em 1952, assumiu a Secretaria de Estado (Governo Eisenhower). Durante a década de 1950, Dulles comandou a política externa dos EUA, atuando nos principais conflitos internacionais como, por exemplo, o Golpe no Irã e a crise do Canal de Suez. Contudo, opôs-se ao tratado de divisão do Vietnã pelo paralelo 38 e à promessa de eleições para 1956. Dulles foi constantemente alvo de críticas da imprensa e considerado o Secretário de Estado mais impopular de sua época.

O macartismo representou a postura conservadora mais extremada da política norte-americana no início da Guerra-Fria. (v. [Autoritarismo](#) & [Repressão e Violência](#)) A origem do nome vincula-se ao Senador Joseph McCarthy que, entre os anos 1950 e 1954, empreendeu uma campanha de caça aos possíveis comunistas infiltrados no governo, na mídia e em outros setores tidos como vitais à segurança dos EUA. (v. [Hollywood e o Macartismo](#)) Em fevereiro de 1950, McCarthy denunciou a existência de pelo menos 205 comunistas em importantes funções do Departamento de Estado. Essa lista foi crescendo e dia a dia novas pessoas eram acusadas. (v. [Anticomunismo](#)) Em 1951, atacou o General Marshall (Secretário da Defesa) por sua política na China. Como chefe do Sub-comitê de Investigações do Senado, McCarthy atacou diversas outras personalidades e o próprio presidente Eisenhower (novembro de 1953). A partir de 1954, o brilho de McCarthy começou a diminuir: o senador foi acusado de métodos anti-éticos na condução dos trabalhos de investigação, ameaçando testemunhas, forjando provas, arruinando carreiras e provocando uma histeria nacional. (v. [Civismo](#) & [Governabilidade](#)) Em dezembro de 1954, McCarthy foi censurado pelo senado, apagando-se assim a sua estrela.

As décadas de 1960 e 1970 presenciaram a ascensão e declínio de outro importante diplomata norte-americano: Henry Kissinger. No início da carreira, Kissinger foi assessor político de Nelson Rockefeller. Em 1961, foi indicado assessor do Conselho de [Segurança Nacional](#). Em 1965, foi consultor do Departamento de Estado. Posteriormente, cada vez mais esteve envolvido nas negociações relativas ao Vietnã. (v. [Neocolonialismo](#)) Esse alemão

naturalizado norte-americano (originalmente se chamava Heinz Alfred Kissinger) discordava da visão da existência de uma ação comunista monolítica, predominante na diplomacia da era Dulles, embora reconhecesse nas ações soviéticas e chinesas a responsabilidade pela maior parte dos conflitos no Terceiro Mundo. Kissinger foi o homem forte da política internacional norte-americana no governo Nixon, sendo consultor para assuntos externos e, posteriormente, Secretário de Estado. Ele defendia a integração dos EUA e da China em uma política internacional, buscando o equilíbrio na balança de poder entre as potências e, assim, foi o arquiteto da exploração das rivalidades entre China e URSS, aproximando-se da primeira. Assim, objetivava ampliar a capacidade de ação dos EUA no oriente e neutralizar a URSS. A sua estratégia política foi considerada por muitos como herdeira da *realpolitik* alemã. Kissinger foi um dos principais articuladores da política de distensão (Détente) e dos acordos parciais de redução de armas e da retirada dos EUA do Vietnã. Após a saída de Nixon do governo, em decorrência do escândalo Watergate, Kissinger continuou como secretário de Estado do governo Ford, mas já sem o mesmo poder. (v. [Baderna](#) & [Conservadorismo](#))

Sidinei Munhoz

Referências Bibliográficas:

- IMMERMAN, Richard (Ed) John Foster Dulles and the diplomacy of the Cold War. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- KENNAN, George Frost. At a century's ending. New York, W.W. Norton, 1996.
- STEPHANSON, Anders. Kennan na the art of foreign policy. Cambridge(mass)Harvard University Press, 1989.
- ISAACSON, Walter. Kissinger: a biography. New York, L Touchstone, 1992.
- HOGAN, Michael J.(ed) America in the world: the historiography of American foreign relations since 1941. New York, Cambridge University Press, 1995.

H

HEIDEGGER, O Caso. O “Caso Heidegger” coloca-nos diante de uma questão intrigante: como é possível que uma das mentes mais lúcidas do século XX tenha se deixado envolver com um dos fenômenos políticos mais tenebrosos da história, o [fascismo](#)? Martin Heidegger (26.09.1889–26.05.1976) estudou matemática, teologia e filosofia em Freiburg, onde recebeu influência direta de Husserl, o pai da Fenomenologia. Em 1927, lançou sua principal obra, “Ser e Tempo”, cujo objetivo era repensar a questão pelo “Ser-aí” (Dasein). A obra causou grande impacto no cenário cultural da época, pois, a despeito de sua terminologia intrincada, abordava temas concretos tais como a morte, a angústia, o cotidiano, a massificação, a liberdade, a responsabilidade, a historicidade, etc...(v. [Fascismo na Alemanha](#))

Em abril de 1933, Heidegger é nomeado por [Hitler](#) reitor da universidade de Freiburg. Em maio do mesmo ano, o filósofo profere o famoso discurso inaugural para a posse do cargo intitulado “A Auto-Afirmção da Universidade Alemã” (Die Selbstbehauptung der deutschen Universität). Nesse discurso, Heidegger alerta estudantes, professores e funcionários para a responsabilidade de salvar o mundo ocidental da ameaça de decadência e niilismo advinda tanto pelo capitalismo americano como pelo socialismo russo (temor compartilhado por outros artistas e intelectuais de seu tempo, tais como: K. Jaspers ou G. Benn). O vocabulário usado no discurso (“decisão”, “responsabilidade”, “liberdade”) é semelhante ao de “Ser e Tempo”. A diferença é que em “Ser e Tempo” Heidegger fala da impossibilidade estrutural de uma determinação prévia do “para quê” (*Wozu*) de cada decisão do Ser- aí (cf. “Ser e Tempo, 74). (v. [Revolução](#)) Já no discurso de posse na reitoria, a partir de uma suposta ligação essencial do “Ser aí” à honra e ao destino do povo alemão seguir-se-ia a necessidade de predisposição para o trabalho, o estudo e o serviço militar “até as últimas conseqüências”.

Em fevereiro de 1934, Heidegger renuncia ao cargo e procura se afastar totalmente da [política](#). Para ele terminara aí o envolvimento com regime; entretanto, esse seria apenas o começo do Heidegger “affair”, ou seja, de uma série de investigações a respeito das possíveis relações entre seu pensamento e a [ideologia](#) fascista. Em 1946, durante o processo de desnazificação da Alemanha, o filósofo é julgado pelos Aliados como *mitläufer* (simpatizante) do regime, tem sua biblioteca confiscada e é proibido de lecionar na universidade. (v. [Eichmann, o caso](#)) Em 1951, a proibição foi suspensa. A partir da década de 1940, Heidegger desenvolve uma Segunda fase de seu projeto filosófico, a famosa *Kehre* (torção), buscando investigar o sentido de Ser não mais desde uma analítica do Ser-aí, mas desde uma reflexão acerca da essência da linguagem e uma crítica à crescente supremacia da técnica na modernidade. Não sem uma certa razão que uma das críticas mais freqüentes feitas a Heidegger durante esse período seja a de que ele não apenas teria silenciado sobre suas atividades em 1933, mas também se recusado a dedicar maiores reflexões sobre questões de ordem ética ou política. São tendenciosas e injustificadas, entretanto, as interpretações do “silêncio” de Heidegger como índice de um certo “fatalismo ontológico diante da [história](#)” (Habermas) ou como uma prova de que o filósofo seria apenas um “epígono” de uma tradição “autoritária, anti-semita e ultra-nacionalista” (Farias). (v. [Autoritarismo](#)) Embora os primeiros textos de Heidegger estejam indissociavelmente ligados ao contexto histórico-político nacionalista dos anos de 1920 e 1930, eles não devem e não podem ser reduzidos a esse contexto. (v. [Völkisch](#)) A sua obra é completamente isenta de qualquer biologismo ou racismo e influenciou predominantemente autores de orientação progressista, tais como: H. Marcuse, M. Horkheimer, H. Arendt, J.P. Sartre e, mais recentemente, E. Lévinas e J. Derrida. (v. [Eugenia](#)) Paradoxalmente, aqueles cujo único projeto intelectual parece resumir-se a denunciar o cerne supostamente “fascista” da filosofia heideggeriana acabam assumindo posições dogmáticas e anti-esclarecedoras ao defender a não-leitura de suas obras. Em parte,

isto explica o nosso enorme desapontamento em relação ao *engagement* político do filósofo devido à nossa expectativa tanto infinita quanto imprópria por respostas definitivas para os dilemas políticos e éticos do nosso século. Em 1933, no entanto, Heidegger cometeu o grave erro de acreditar ser capaz de corresponder a uma tal expectativa. (v. [Conservadorismo](#))

Roberto Charles Feitosa de Oliveira

Referências Bibliográficas:

DERRIDA, Jacques. Do Espírito: Heidegger e a questão. Campinas, Ed. Papyrus, 1990.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.

HEIDEGGER, Martin. Carta Sobre o Humanismo, In: “Heidegger – Os Pensadores”. São Paulo: Ed. Abril, 1979, pp. 147-175.

LACOU-LABARTHE, Philippe. La fiction du politique. Paris, Bourgeois, 1987.

[VÁRIOS] The Heidegger Case – On Philosophy and Politics. Ed. By Tom Rockmore & Joseph Margolis, Philadelphia: Temple University, 1992.

HIMMLER, Heinrich. Nascido em 1900, em Landshut, a nordeste de Munique, o jovem Heinrich Himmler, filho de um reputado mestre-escola, integrou o Exército Alemão no final da Primeira [Guerra](#) Mundial. Atraído pelo discurso nazista, ingressou no Partido em 1923, participando de forma secundária do Putsch de Munique. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Após o fracasso do movimento, Himmler tornou-se secretário de Gregor Strasser, aderindo a S.S (*Schutzstaffel*), até então um pequeno grupo sem maior expressão dentro do partido, vinculado à S.A (*Sturm Abteilung*). Destacando-se por seu trabalho metódico, em 1929 Himmler foi nomeado *Reichsführer S.S*, cargo que marcou o início de sua projeção [política](#). No ano seguinte, chegou a ser eleito deputado do Reichstag, embora não tenha assumido um papel tão determinante na escalada nazista como o [Joseph Goebbels](#) ou [Hermann Göring](#). Com o crescimento gradativo do número de integrantes da S.S, Himmler preocupou-se em formar um grupo seletivo que pudesse diferir das unidades da S.A. Baseado no livro de [Walter Darré](#), *Blut und Boden* (Sangue e Terra), onde era enaltecida a idéia de superioridade da raça alemã, o *Reichsführer S.S* publicou o denominado Código do [Casamento](#), definindo regras para a escolha das noivas dos integrantes da S.S. (v. [Eugenia](#) & [Leis de Nuremberg](#)) Paralelamente, o *Reichsführer* tratou de organizar de forma mais centralizada as diversas unidades sob seu controle, uma vez que estas vinham ocupando espaços em várias regiões da Alemanha. Neste momento, a atuação de Reinhard Heydrich, major das S.S, foi decisiva, angariando cada vez mais prestígio a um grupo que ainda não era encarado por todos como um esquadrão de excelência, como desejava Himmler. (v. [Fascismo](#))

Com a chegada de [Hitler](#) ao poder em 1933, Himmler organizou o primeiro campo de concentração da Alemanha, o “campo experimental” de Dachau, a dezoito quilômetros de Munique, com capacidade de 5000 prisioneiros. (v. [Holocausto](#)) Aproveitando-se das rivalidades entre [Röhm](#) e Göring, Himmler cooptou este último, conseguindo ampliar seu poder e assumindo o controle da [GESTAPO](#). Com o afastamento de Röhm na Noite dos Longos Punhais em 30 de junho de 1934, a S.S (já contando com cerca de 200. 000 homens) adquiriu a independência há tanto desejada. (v. [Hitler: Historiografia](#))

Influenciado pela [tradição](#) dos Cavaleiros Teutônicos, Himmler instalou no castelo de Wewelsburgo, na Westfália, um centro de doutrinação para a cúpula da S.S. Visando resgatar as origens raciais germânicas, o *Reichsführer-SS* criou uma instituição denominada *Ahnenerbe* (Herança Ancestral), patrocinando escavações arqueológicas financiadas por um grupo de industriais e empresários, o denominado Círculo dos Amigos do *Reichsführer-SS* (*Freundeskreis Reichsführer-S.S*). Paralelamente, Himmler criou as maternidades *Lebensborn* (Fontes da Vida), estabelecendo de forma mais acabada o projeto eugênico já anunciado no Código do Casamento e nas regras de seleção dos integrantes da S.S.

À medida que a Segunda Guerra Mundial se aproximava, a influência de Himmler continuava a crescer dentro da esfera de poder nazista. Foi denominada “Operação Himmler” a farsa montada pelos alemães para justificar a invasão da Polônia em setembro de 1939. (v. [Imperialismo](#)) Como chefe das S.S, o seu papel no extermínio de judeus poloneses foi expressivo, o mesmo ocorrendo em outras áreas sob controle nazista. Muitas de suas unidades passaram a controlar diversos [campos de concentração](#) durante a implementação da Solução Final. Em 1943, Himmler sucedeu Frick como Ministro do Interior do [Reich](#), o que contribuiu para levar adiante suas pretensões militares, arregimentando cerca de 35 divisões da S.S em combate, além de diversas brigadas e legiões. Com a evolução das derrotas militares, Himmler conspirou ativamente no sentido de controlar o projeto das bombas-voadoras desenvolvidas em Peenemünde, compartilhando a esperança de setores da cúpula nazista de que estas armas secretas mudariam o curso da guerra. Após o atentado à vida do *Führer* em julho de 1944, Himmler foi nomeado Comandante-em-Chefe do Exército de Reserva

(*Ersatzarmee*). Com a derrocada da frente ocidental, assumiu também o comando do grupo dos exércitos do Reno, sendo transferido em seguida para comandar os exércitos estacionados no Vístula. Desgastado com o Führer após estes fracassos militares, Himmler encontrou-se com o representante da Cruz Vermelha sueca, o Conde Bernadotte, comprometendo-se a transferir judeus de áreas controladas pelos alemães, em uma clara intenção de amenizar as condições de paz diante de uma derrota iminente. Ao ser informado destas negociações, Hitler destituiu-o de todas as suas funções em seu testamento político. Preso pelos ingleses em Bremervorde, Himmler cometeu suicídio em 23 de maio de 1945, ingerindo cianeto.

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

- DEAR, I.C.B. *The Oxford Companion to the Second World War*. New York, Oxford, 1995.
DELAURE, Jacques. *História da Gestapo*. Rio de Janeiro, Editora Record, s/d.
KEEGAN, John. *Who's Who in World War II*. London, Routledge, 1995.
MANVELL, Roger; FRAENKEL, Heinrich. *Himmler*. Rio de Janeiro, Editora Record, s/d.

HISTÓRIA. A partir dos anos de 1980 do século XX, na seqüência da conturbada polêmica em torno da “morte das ideologias” e das “grandes narrativas”, setores de direita e grupos neoliberais aderiram à decretação do “fim da história”, questão que tem de partida múltiplas implicações teórico-metodológicas e ideológicas. (v. [Democracia](#)) De início, assiste-se a uma apropriação por parte desses segmentos mais conservadores de algumas questões introduzidas pela crítica de esquerda. (v. [Tradição](#)) A “morte do sujeito” é, sem sombra de dúvida, a questão que exerceu maior influência na escrita da História, apropriada como pretexto para se anular, negar, a ação dos agentes históricos como capazes de adquirir consciência de suas próprias situações e, portanto, em função dela equacionar ações coletivas (*praxis*) assim como definir estratégias de resistência. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#) & [Revolução](#)) Consequentemente, as lutas sociais constituídas pelos conflitos e tensões são redefinidas como simples “rearranjos” efetuados no interior de uma engrenagem/sistema tecnoburocrático regido pela onipresença das leis do mercado. (v. [Burocracia](#) & [Elites Empresariais](#))

No entanto, reduzir o sujeito a estruturas invisíveis desencarnadas das experiências vividas e experimentadas pelos homens no tempo significa ainda a possibilidade de expressar um repúdio ao Humanismo e, por extensão, ao Marxismo, na medida em que ambos pressupunham a figura da “totalidade”, sendo que o segundo evocava a violência e a subversão. Ambos, na opinião de alguns autores, não passavam de velhas e desgastadas filosofias do século XIX decorrentes dos erros do espontaneísmo da esquerda. Igualmente, aproveitando a diluição da História nas Ciências Sociais, que teve por corolário o privilegiamento da imobilidade das estruturas (sincronia) em oposição à dinâmica histórica (diacronia), vem aí uma rara oportunidade para se desvencilhar definitivamente do “acontecimento” (leia-se político) e das análises de conjunturas sócio-econômicas, substituídas então pelas “mentalidades”, através das quais dificilmente são perceptíveis as mudanças históricas. Posteriormente, na esteira da crítica ao Estruturalismo e às visões holísticas, de agora em diante incompatíveis com os movimentos reivindicatórios (de minorias étnicas, de gênero, de idade e de religião), passam a investir num individualismo metodológico que, devido a seu caráter relativizante, tende a jogar os indivíduos uns contra os outros num constante e inútil confronto, marcado pela ausência de quaisquer vinculações *significativas* entre eles. (v. [Política](#) & [Neo-racismo Diferencialista](#)) Logo depois, ao império da imobilidade estrutural seguiu-se o reino do “ego”, dos eventos fragmentados da *psique*, dos relatos impressionistas, abrindo-se um promissor futuro para a biografia (Ego-História), que até a bem pouco tempo havia sido expulsa da discursividade histórica pela *História-Problema*. Por outro lado, dá-se o retorno à narrativa, entendida como texto, um universo de signos sem sujeitos ou significações que o transcendam, aquilo que Jay denomina de “textualismo desintegrador”, desideologizado e sem referente histórico.

Uma outra questão que marca a discursividade histórica de uma grande maioria dos estudos empreendidos pela direita e pelos demais segmentos conservadores é a noção de continuidade do processo histórico. E, ainda que as dramáticas experiências vividas com os dois grandes conflitos mundiais do século XX tenham forçado a uma revisão da concepção de tempo linear e cumulativo, mediante a introdução de recuos, retrocessos e suspensões, a [ideologia](#) da continuidade será apropriada pelo discurso conservador a partir de dois registros: o construtor de identidades (nações, estados, grupos, etnias, etc.), moldadas pelo respeito às tradições, aos valores transmitidos pelas gerações, às memórias sociais partilhadas e que forjam uma peculiar percepção da historicidade. (v. [Conservadorismo](#) & [Nouvelle Droite](#)) Aqui se introduz simultaneamente o discurso generalizador que apaga as [alteridades](#), agora neutralizadas pela incorporação no sistema de iguais/semelhantes, e uma instância reprodutora de uma ordem social fundada no respeito à propriedade privada, à desigualdade social e às

leis do mercado. (v. [Economia](#)) Já o segundo registro instaura o lugar do silêncio, do apagamento de toda e qualquer comoção social, afastando o perigo das revoluções e abafando o grito das utopias. A ideologia da continuidade implica, portanto, numa visão reformista, centrípeta, conservadora, hostil às rupturas. (v. [Homossexualidade e Revolta](#) & [Natureza](#))

Maria Manuela Ramos Souza e Silva

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Perry. O fim da História: De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992

DOSSE, F. História do Estruturalismo. São Paulo, Editora Ensaio (Unicamp), 1994. 2 vols.

FONTANA, J. La História despues del fin de la Historia. Barcelona, Crítica, 1992

JAMESON, F. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Editora Ática, 1996

THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento Althusser. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

HISTÓRIA EM QUADRINHOS. Os primórdios das Histórias em Quadrinhos (HQs) remontam às primeiras décadas do século XIX, quando algumas publicações periódicas passaram a publicar histórias ilustradas com a finalidade de atrair um número maior de leitores. Tais trabalhos consistiam, então, em uma simples associação de desenhos sequenciados e textos, sendo estes colocados em baixo ou ao lado das gravuras. Somente em 1896 apareceu nas páginas do periódico *Pullitzer*, nos Estados Unidos, *The Yellow Kid*, considerada a primeira produção a fazer uso dos balões que passariam a caracterizar definitivamente as HQs. Uma característica marcante das tiras ilustradas até o início do século XX é o seu aspecto humorístico. São típicas dessa fase histórias como *Little Nemo in Slumberland*, criada por Winsor McCay em 1905, cujos desenhos antecipam, surpreendentemente, elementos surrealistas e psicodélicos. Mais tarde, apareciam os mais convencionais e bem comportados *Mickey Mouse* ([Walt Disney](#), 1928), *Popeye* (Elsie C. Segar, 1929) e *Tintin* (Hergé, 1929). Durante a década de 1930, na qual o mundo ocidental padecia dos efeitos da Grande Depressão, apareceram os primeiros super-heróis. *Dick Tracy*, inimigo maior do *gangsterismo*, veio ao mundo pelas mãos de Chester Gould em 1931. Os anos seguintes registrariam o aparecimento do agente secreto X-9, cujo roteiro era de autoria de Dashiell Hammet e os desenhos de Alex Raymond; *Mandrake* (criado por Lee Falk), que representou a incorporação do surrealismo às HQs; e o *Fantasma*, outra criação de Lee Falk, que introduziu nos quadrinhos novos elementos sobrenaturais. Em 1933, as aventuras de *Flash Gordon no Planeta Mongo* inaugurariam um novo estilo nas HQs: a ficção científica. Em 1938, registra-se o aparecimento de *Super-Homem* e, em 1939, de *Batman*. (v. [Natureza](#)) Sensível à popularidade adquirida pelas HQs, o governo norte-americano estimularia nos anos da Segunda Guerra Mundial a criação de personagens capazes de suscitar sentimentos patrióticos e de combatividade contra os exércitos do Eixo. (v. [Inimigo](#) & [Nacionalismo](#)) Exemplo destacado, mas não exclusivo, desta instrumentalização foi o aparecimento do *Capitão América*, concebido por Joe Simon e Jack Kirby no ano de 1941. Em suas primeiras aventuras, o *super-herói USA* combatia *monstros nazistas semelhantes a seres pré-históricos* e os *macacos amarelos do norte*. Com a advento da [Guerra Fria](#) e o marxismo, os heróis quadrinizados colocariam seus super-poderes à disposição da [democracia](#), da liberdade e do modo de vida americano na luta contra o comunismo. (v. [Anticomunismo](#) & [Hollywood e o Macartismo](#)) Através da pena de Stan Lee, o inusitado príncipe *Namor*, campeão da luta pela liberdade dos atlânticos, confrontar-se-ia com o maléfico *Paul Destino*, alegoria do poder soviético. Na virada dos anos de 1970, sob a influência tardia do estruturalismo e da crise provocada pela derrota norte-americana no Vietnã, o mesmo Stan Lee produziria personagens dilacerados interiormente e psicologicamente mais complexos, como o *Surfista Prateado*. (v. [História](#) & [Tradição](#)) É nessa época que se inicia também, na região da Califórnia (EUA), o movimento *underground comix*. Liderada por artistas como Robert Crumb, Clay Wilson, Spain Rodriguez e Gilbert Sheldon, essa tendência se propunha subverter os padrões até então dominantes nas HQs, introduzindo elementos de erotismo, ironia e crítica social. (v. [Sexualidade](#)) Outro momento extremamente significativo na trajetória das HQs foi a emergência, na segunda metade dos anos de 1970, dos chamados quadrinhos de arte ou quadrinhos para adultos. Incorporando elementos inovadores das artes visuais e da literatura de ficção científica, salpicados com fortes doses de erotismo, esta vertente teve as suas bases de lançamento nas revistas *Metal Hurlant* (França) e *Heavy Metal* (EUA), revelando artistas de grande importância no gênero, como os franceses Moebius, Druillet e Claveloux, os norte-americanos Corben e Suydam e o iugoslavo Enki Bilal. Como consequência do êxito alcançado pelos quadrinhos de arte, certos elementos da [estética](#) pós-moderna dessas publicações são absorvidos pelas grandes editoras dos quadrinhos

tradicionais. (v. [Homossexualidade e Revolta](#)) Tal movimento se inicia com a publicação, em meados dos anos de 1980, de *O Cavaleiro das Trevas* de Frank Miller, que empreende uma leitura crítica dos dois grandes super-heróis tradicionais: *Batman* e *Super-Homem*. A partir de então, surge uma nova geração de heróis (ou anti-heróis) como *Wolverine* de Alan Moore e *Elektra* de Frank Miller. (v. [Masculino/Feminino](#)) As suas histórias propõem reflexões acerca de questões candentes como o terrorismo internacional, a destruição do meio-ambiente e o avanço do [conservadorismo](#) na sociedade norte-americana e no mundo ocidental. (v. [Ideologia & Ocidente](#))

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

Folha de São Paulo (várias edições). São Paulo.

Jornal do Brasil (várias edições). Rio de Janeiro.

PARESCHI, André. Filosofia da banda desenhada. Lisboa, Edições Documentário.

Revista Heavy Metal. Metal Mammoth, Inc. New York.

Revista Wizard: o “Guia dos Quadrinhos”. Rio de Janeiro, Editora Globo.

HISTORIOGRAFIA DO FASCISMO. Segundo [Mussolini](#), “o movimento é tudo”. No entanto, para além desta afirmação aparentemente negadora da reflexão teórica, teve o [fascismo](#) um importante embasamento teórico e historiográfico. Surgindo na contramão da sociedade liberal, o fascismo inspirou-se originariamente na reflexão anti-iluminista na Europa do século XIX. (v. [Antigo Regime](#)) É conhecida, por exemplo, a admiração de [Hitler](#) por Leopold von Ranke, historiador e político alemão, contemporâneo da hegemonia liberal-democrática do século XIX e para quem “tudo o que a Alemanha fez de bom até hoje, fê-lo contra a França”. (v. [Chavinismo](#)) Depreende-se desta frase a defesa de uma histórica oposição alemã, sobretudo ao que representaram os acontecimentos na França para a sociedade europeia do século XIX – em especial no que ela tinha de ruptura com o passado e a [tradição](#). Apesar do apego à tradição que permeava todo o combate à utopia liberal, o fascismo também se apresentava como corrente moderna, ainda que sua modernidade devesse ser combinada com valores tradicionais. Porém, o projeto moderno do fascismo, como de resto de quase todos os modelos autoritários do entre-guerras, ensejava o resgate do passado como um momento da modernidade. Neste sentido, modernidade assemelhava-se à ordem, à vocação do Estado e à estabilidade construída com a unidade das classes. (v. [Corporativismo: Teoria](#)) Ao contrário, a herança iluminista era vista como o significado da desordem, da vocação do mercado e da permanente instabilidade provocada pelo egoísmo individualista. (v. [Política & Revolução](#))

No século XIX, o sentimento anti-liberal obtém êxitos muito pequenos e de pouca representatividade. No século XX, o mal-estar provocado pelas sucessivas crises e pelos movimentos sociais da Europa ocasionou reações crescentes de insatisfação. (v. [Fascismo na Alemanha](#) & [Fascismo na Itália](#)) Estas reações foram percebidas por intelectuais que se opunham à ordem liberal estabelecida. Em oposição ao universalismo iluminista, eram construídos projetos de valorização nacional e da “raça” que compunha a nação. (v. [Völkisch](#)) Curiosamente, foi a França – berço da sociedade liberal-democrática – o primeiro país a assistir a uma formulação teórica mais próxima daquilo que se convencionou chamar de fascismo. Originalmente, aqueles que no futuro construirão o embrião do fascismo militavam nas fileiras do socialismo. Em oposição ao parlamentarismo partidário, passavam a defender a ação direta dos sindicatos, consubstanciada em uma “[greve](#) geral revolucionária”. (v. [Liberalismo](#)) O primeiro grande teórico deste movimento é Georges Sorel. A partir de Sorel, a [Europa](#) viu nascer uma vasta corrente propagadora da violência como forma de realizar política de massa. Esta corrente – que tinha em Edouard Berth da revista *Le Mouvement Socialiste* o seu primeiro canal de divulgação – chamava de “revisonismo revolucionário” a negação da política pacifista e parlamentar dos partidos socialistas. A [Action Française](#), movimento autoritário do início do século, foi a raiz principal de inspiração da doutrina fascista. Outro ilustre representante deste novo pensar do socialismo era [Robert Michels](#), para quem o socialismo alemão havia morrido. Na crise reformista dos partidos social-democratas, diversos intelectuais começaram a abandonar as fileiras socialistas, migrando para a “oposição de esquerda”. Aos poucos, as demonstrações de vacilação da própria classe operária levaram estes intelectuais e militantes a reverem sua fé no operariado. Assim, apontavam novas diretrizes para a ação política. A construção de um grupo minoritário e de elite capaz de dirigir as massas e salvar a nação, novo ente mitificador em substituição à classe, foi o passo decisivo para a constituição do fascismo como projeto ideológico. (v. [Noite de Cristal](#)) Do sindicalismo revolucionário e da Ação Direta, passava-se ao Estado e à direção política de uma minoria. (v. [Autarquia & Fascismo: Movimento](#))

A crise que se abateu sobre o socialismo europeu teve na Itália os contornos possíveis para a edificação fascista, em particular no pós-Guerra. Além de Berth e Michels, no caso italiano,

faziam parte deste processo revisor – do reformismo à ação direta e desta ao controle das massas por uma minoria – Arturo Labriola, Enrico Leone, Paolo Orano e Tomaso Monicelli, os lançadores das bases do fascismo. (v. [Partido Político de Direita](#)) Em linhas gerais, o seu projeto fundamentava-se na idéia de oposição à desordem democrática, a um forte [nacionalismo](#) de conseqüências anti-semitas e em um apego nostálgico a um passado pré-capitalista e pré-burguês, ao passado das corporações. A idéia de nação está fortemente vinculada à idéia de uma ordem não competitiva e regulada. (v. [Estatismo](#)) Estas características estarão fortemente presentes nas interpretações historiográficas do fascismo até sua derrocada no pós-Guerra. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) Do ponto de vista da ação política, em oposição ao parlamentarismo liberal, consideravam que as grandes realizações humanas ocorreram em Estados fortes e propagadores da violência. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Assim, ao substituir a ação das massas através dos sindicatos por uma elite dirigente, passava-se a pensar na [guerra](#) como fonte inspiradora das mudanças e da realização das vontades nacionais. [v. [Futurismo](#) & [Natureza](#)]

Hoje, embora ainda tateante, assiste-se a um revisionismo pretensamente justificador do fascismo. Um movimento que visa a sua recuperação. (v. [Revisionismo/Negacionismo](#)) Para estes segmentos, cujo centro maior de produção é a Europa, as denúncias contra o fascismo como, por exemplo, o [holocausto](#), nada mais são que invenções que visam preservar o poderio americano sob o patrocínio [judeu](#). (v. [Democracia, História & Nouvelle Droite](#))

Francisco Carlos Martinho

Referências Bibliográficas:

- BOBBIO, Norberto. Perfil ideológico del siglo XX em Itália. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.
- COINTET-LABROUSSE, Michèle. Vichy et le fascisme. Bruxelas, Editions Complexe, 1987.
- FELICE, Renzo de. Entrevista sobre o fascismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- SOREL, Georges. Réflexions sur la violence. Paris, Seuil, 1990.
- STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHÉRI, Maïa [Diretores]. Nascimento da ideologia fascista. Lisboa, 1995.
- TANNENBAUM, Edward R.. La experiencia fascista: sociedad y cultura en Italia, 1922-1945. Madrid, Alianza, 1975.
- TANNENBAUM, Edward R.. Conservadorismo como visão de modernidade: Trabalho apresentado originalmente ao Centro de Estudos do Tempo Presente. IFCS/UFRJ, s/d.
- WINOCK, Michel. [apres.]. La droite depuis 1789: les hommes, les idées, les réseaux. Paris, Seuil, 1995.

HISTORIOGRAFIA DO FASCISMO (Interpretações Marxistas). Léon Trotsky. No entender de Trotsky, o capitalismo alemão se apresentava no fim dos anos de 1920 e início de 1930 como o mais moderno, o mais progressista e avançado do continente europeu, o que acirrava as contradições internas do sistema e ameaçava sua própria sobrevivência. (v. [Historiografia do Fascismo](#) & [Fascismo na Alemanha](#)) A intensificação da luta de classes, um proletariado revolucionário e a [democracia](#) parlamentar se erguiam como barreiras à continuidade da exploração burguesa. Aliados a uma grave crise econômica, esses aspectos situavam o capitalismo alemão em sua fase de decadência e colocavam a Alemanha na iminência de uma [revolução](#) bolchevique. (v. [Anticomunismo](#) & [Revolução Russa e Direita](#)) Diante deste cenário, o [fascismo](#) surgiu como uma reação da sociedade burguesa às ameaças de sua extinção e, assim, ocupar o lugar da social-democracia e seu regime parlamentar que não conseguiam resolver a crise nacional profunda e garantir a dominação burguesa. Em outras palavras, era necessária uma outra forma [política](#) visto que a democracia parlamentar não se ajustava mais às exigências do capital. Para Trotsky, o fascismo cresceu à medida que se tornaram mais evidentes as contradições entre as necessidades urgentes da burguesia e a política da social-democracia. O nacional-socialismo seria, então, um partido burguês correspondente a uma fase específica do desenvolvimento histórico do capitalismo, em substituição à social-democracia falida. Neste sentido, a função histórica do regime fascista era exterminar as organizações operárias e todas as formas de resistência à dominação burguesa, reduzindo o proletariado a uma condição inercial permanente, sem capacidade de mobilização e espaço de atuação. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Desta forma, o fascismo se constituiria na agência terrorista da burguesia, instaurando a [guerra](#) civil aberta contra o proletariado. O projeto fascista pretendia conquistar o controle de todas as instituições – [burocracia](#), exército, polícia, [justiça](#) –, assumindo um caráter anti-bolchevique e tomando conta de todos os órgãos de domínio, direção e educação. (v. [Autarquia](#)) Segundo a leitura de Trotsky, a base social do fascismo se compunha da pequena burguesia, em pânico ao ver sua posição fortemente abalada pela crise econômica: pequenos artesãos, empregados de comércio das cidades, funcionários, empregados técnicos, intelectuais, camponeses arruinados formavam um segmento social heterogêneo, incapaz de constituir uma política própria e independente, oscilando sempre entre a burguesia e o proletariado. (v. [Fascismo: Movimento](#) & [Mussolini](#)) O partido fascista teria mobilizado e militarizado estes grupos com recursos do capital financeiro para o combate às organizações operárias. A burguesia monopolista teria financiado a ascensão do fascismo como substituto da social-democracia, embora fossem regimes diferentes, com bases sociais distintas e ainda que o fascismo apresentasse interesses próprios. No entanto, a burguesia temia os métodos fascistas: por isso, só teria recorrido a eles em condições históricas muito específicas, quando a revolução proletária se afigurou como ameaça letal. Nestas situações extremas, a burguesia dispôs-se a contratar [Hitler](#) como laçao, mas não como senhor, instaurando a [ditadura](#) aberta do capital sem nenhum tipo de maquiagem democrática.

Trotsky criticou duramente a política do Komintern e de Stalin em relação ao fascismo e à social-democracia. Afirmando o equívoco desta política, que não enxergava contradições entre nacional-socialistas e social-democratas pois ambos significavam formas de dominação burguesa. Trotsky pregaria uma aliança entre o Partido Comunista e a social-democracia na Alemanha – vista como única forma de barrar a ascensão de Hitler. Como decorrência, foi acusado de praticar atividades contra-revolucionárias e, a 30 de fevereiro de 1932, Stalin retirou-lhe a nacionalidade soviética e o direito de retornar à Rússia. Portanto, segundo Trotsky, o fascismo significou a luta aberta da burguesia contra o proletariado, que ameaçava fatalmente a sobrevivência do sistema capitalista. A pequena burguesia foi utilizada pelo alto

capital, que manipulou o desespero pequeno-burguês frente à crise econômica para atacar as massas trabalhadoras. Desta forma, as classes médias atuaram no fascismo para a satisfação dos interesses da grande burguesia. O regime fascista corresponderia à forma política de dominação burguesa quando o capitalismo se encontrasse em sua terceira etapa – a decadência – e a burguesia se visse obrigada a usar métodos de guerra civil contra o proletariado para garantir a todo custo o seu direito de exploração. Neste sentido, substituiria politicamente a social-democracia com o objetivo de destruir qualquer resistência à dominação total.

Otto Bauer. Para Otto Bauer, após as revoluções de 1918, a Europa assistiu a uma ofensiva contra-revolucionária que adotou formas particulares em cada país. Na Itália e na Alemanha, teria triunfado a mais ditatorial de todas elas: o fascismo, resultado de três processos intimamente relacionados entre si. O primeiro desses processos foi a guerra, que formou grandes massas de combatentes animados por um [ideologia](#) militarista e nacionalista. (v. [Autoritarismo](#) & [Militarismo](#)) Com o término do conflito, este grupo se viu desempregado e assistiu à ascensão dos socialistas que haviam lutado contra a participação italiana na guerra. Na Alemanha, a república instalada após 1918 foi encarada como agente das potências vencedoras e beneficiária da guerra, servindo de fachada para a oligarquia financeira do [judaísmo](#) internacional. Esses ex-combatentes, advindos da pequena burguesia, formaram as primeiras milícias fascistas, atacando tanto o grande capital especulador, visto como beneficiário da crise, quanto o proletariado. Contra este último, afirmavam que o verdadeiro socialismo consistia na união de todos os nacionais frente ao [inimigo](#) estrangeiro e na subordinação do interesse particular ao interesse comum do fortalecimento nacional. O segundo processo consistiu na adesão da intelectualidade à ideologia fascista, pois seu [nacionalismo](#) a situava junto aos fascistas na crítica à democracia instalada após a guerra, encarada como uma plutocracia, por um lado, e uma ditadura de massas incultas, por outro. Em razão disso, os intelectuais se identificaram com o ativismo das “juntas de defesa”, servindo como intermediários entre os fascistas e a grande massa pequeno-burguesa e camponesa que migrou para o fascismo. A crise econômica e social que atingiu em cheio a pequena burguesia e setores do campesinato traria uma profunda decepção com a democracia burguesa e seus partidos, incapazes de apontar soluções para a superação do caos econômico. Em contrapartida, o proletariado se organizava através de [greves](#) e paralisações e conseguia minimizar suas perdas o que, em última instância, foi visto pela pequena burguesia como a própria causa do caos e da crise econômica. Assim, só restava a defesa de um governo forte, com autoridade suficiente para impor obediência à classe operária e restabelecer a saúde da [economia](#). No entanto, o fascismo só decolou rumo à vitória quando obteve o apoio e subvenção da classe capitalista – este se constituiu o terceiro processo identificado por Bauer. A crise econômica e a crescente luta do proletariado levaram à redução dos lucros capitalistas, que só retornariam aos patamares anteriores caso se intensificasse o grau de exploração sobre os trabalhadores. A democracia burguesa, porém, impunha limites a essa exploração, o que levou a classe capitalista a apoiar as milícias fascistas com dinheiro e a utilização do aparelho estatal - exército e polícia - para subjugar a classe operária. As vitórias seguidas dos fascistas sobre o proletariado fortaleceram sua imagem como solução definitiva à crise, o que levou às suas fileiras o *lumpen-proletariado* e desempregados - além da ideologia atraente, havia os soldos e uniformes oferecidos aos “soldados” fascistas graças às subvenções dos capitalistas e grandes proprietários. O crescimento do fascismo conduziu a classe capitalista a uma encruzilhada, onde ela teria que escolher entre ceder-lhe o poder ou então proceder a um recuo que poderia dar novo impulso ao movimento operário. Venceu a primeira opção, mesmo com a implicação de que a burguesia teria que abrir mão de sua tradição democrática e trair seus representantes no Parlamento e no governo. Ao se estabelecer no poder, o fascismo teria se configurado como uma dominação de classe totalitária, ou seja, ilimitada

visto que destruiu todos os direitos e poderes de seus opositores. O fascismo teria controlado e dirigido todos os recursos de força militar, de potência econômica e de domínio ideológico sobre as massas. (v. [GOEBBELS, Joseph](#) & [Totalitarismo](#)) A dominação da burguesia no fascismo se intensificou com a destruição da democracia e a posterior extinção dos freios institucionais que limitavam essa dominação. Com a inexistência da imprensa e das eleições livres, as massas trabalhadoras não possuíam mecanismos para a defesa de seus interesses. A ascensão do fascismo ao poder teria, portanto, fortalecido a burguesia.

Embora tivesse maior liberdade e independência em relação aos capitalistas, a ditadura fascista teria se convertido em órgão executor das necessidades e interesses desta classe. A estrutura econômica continuou sendo direcionada pelo crédito para o lucro; por isso, qualquer interesse da alta finança e dos grandes industriais e proprietários podia se disfarçar de interesse nacional. (v. [Empresários](#)) Para garantir a dominação do grande capital, entretanto, o fascismo foi obrigado a apaziguar o radicalismo utópico pequeno-burguês de seus partidários. Tanto na Itália quanto na Alemanha, as violentas lutas internas acabaram com a expulsão ou a repressão no partido de todas as facções que se opunham ao governo central, agora completamente alinhado com os capitalistas. Assim, a evolução do governo fascista fez com que este tivesse sua base social reduzida continuamente. A sua ideologia nacionalista-militarista acabou por exaltar e beneficiar o grande capital ligado à guerra, transformando o governo fascista em ditadura da fração belicista da classe capitalista. A propaganda “economia dirigida” foi conduzida para uma economia de guerra, gerando conflitos entre os próprios setores capitalistas. Quando se constituiu em regime, o fascismo afastou rapidamente a pequena burguesia radical de suas alas e transformou-se em um Estado dominado por um setor específico da grande burguesia, aquele ligado à guerra.

Palmiro Togliatti. O ponto de partida para a análise de Togliatti é a definição de fascismo formulada por Stalin e sancionada na XIII Assembléia-Plenária da Internacional Comunista: “o fascismo é uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro”. Corresponhia a uma fase específica de desenvolvimento histórico capitalista, quando a luta de classes e as contradições internas do sistema atingiram um tal patamar que nada mais restava à burguesia para manter sua dominação senão apelar para a destruição das instituições democráticas para controlar as massas. Esse processo, segundo Togliatti, é característico do [imperialismo](#), fase avançada do capitalismo que tende a transformar todas as instituições burguesas, conferindo-lhes um perfil reacionário. O fascismo seria o regime típico desse período e seu caráter de classe está inegavelmente ligado aos elementos mais fortes da burguesia. A partir desta definição, entretanto, Togliatti elabora sua análise própria deste processo.

O primeiro passo para a compreensão do fascismo é encará-lo como um fenômeno em constante mudança, conflitos, ajustamentos. As formas assumidas pelo fascismo, segundo ele, se relacionam primordialmente com o grau de combatividade da classe operária e sua força na defesa das instituições democráticas – nada está dado de antemão, não há um modelo fixo, mas sim a dialética das relações econômicas e políticas reais em uma sociedade contraditória e, por isso, conflitante. (v. [Sociedade Civil](#)) O elemento a ser ressaltado na análise de Togliatti é a ênfase na atuação da pequena burguesia, o que o leva a afirmar a adequação do uso do termo fascismo somente quando sinônimo de luta contra a classe operária desenvolvida sobre uma nova base de massa de caráter pequeno-burguês. A insatisfação da pequena burguesia, atingida em cheio pela crise econômica, preparou o terreno para o surgimento dos movimentos fascistas, cujos primeiros integrantes foram ex-combatentes, desqualificados e camponeses pobres em via de enriquecimento. Todos esses segmentos profundamente insatisfeitos se tornaram massa de manobra na guerra da burguesia contra a classe trabalhadora. Assim, o fascismo se constituiu um movimento de massa pequeno-burguesa organizado pela grande burguesia e que fortaleceu a última enormemente ao lhe possibilitar

governar sem os métodos democráticos. Portanto, o fascismo carregaria uma contradição fundamental: a diferença de projetos entre a sua base de massa, a pequena e a média burguesias que carregavam pesadas críticas contra o grande capital, e a base organizadora dessas massas, a grande burguesia. Desta contradição nasceram os principais conflitos no interior do [Partido Nacional Fascista Italiano](#), do próprio movimento e do regime. Togliatti afirmava não ter sido objetivo das massas fascistas instaurar a ditadura aberta do capital, fortalecendo assim as facções mais reacionárias da burguesia. No entanto, os primeiros atos do fascismo como regime foram justamente em benefício destas. Um grande mecanismo de pacificação deste confronto interno foi a ideologia fascista: tendo como linha fundamental o nacionalismo exacerbado, esta ideologia congregou uma série de elementos heterogêneos procedentes de diversas e até mesmo antagônicas correntes políticas e pretendeu unificar diferentes setores sociais num amplo movimento de massa, forte o suficiente para combater e derrotar o movimento proletário. O corporativismo foi a principal palavra de ordem da ideologia fascista, apresentado como uma nova organização econômica que pretendia superar, transcender tanto o socialismo quanto o capitalismo. O corporativismo traria a organização da produção e a planificação da economia, eliminando as situações de anarquia. (v. [Corporativismo: Teoria](#)) Através das corporações, seria possível alcançar uma “economia organizada”, com todos os setores integrados em um só organismo visto que a nação só se constituiria e se afirmaria acima das classes. A luta de classes deveria ser diluída e resolvida dentro do sistema corporativo, onde o Estado atuava como o árbitro das divergências entre setores sociais conflitantes. Para que o corporativismo fosse implementado, entretanto, era imprescindível que o Estado apresentasse condições de manter sob seu controle as massas trabalhadoras. Neste sentido, a organização corporativa só se efetivaria após a destruição das liberdades democráticas, sendo inconcebível sem a existência do Estado fascista. Togliatti afirmaria que a ideologia e a propaganda desta nova organização econômica objetivaram esconder as formas brutais pelas quais a burguesia esperava resolver seus problemas: a articulação de uma ofensiva sem limites contra a classe trabalhadora. A planificação da economia correspondeu a uma intervenção estatal objetivando dar total liberdade de desenvolvimento às camadas mais fortes do capitalismo; criou novos monopólios, reforçou os já existentes e garantiu a supremacia do espaço da produção e a ofensiva contra as classes trabalhadoras. Longe de ser o que se propôs, um sistema diferente, o corporativismo fascista apenas apresentou o sistema capitalista no seu estágio mais elevado, o imperialismo.

Antonio Gramsci. Antonio Gramsci classifica o fenômeno fascista como um tipo de revolução passiva, quando a classe capitalista buscou reorganizar sua hegemonia para enfrentar uma crise econômica, política e social. Como objetivo desta reorganização estaria a eliminação das ameaças ao controle político e econômico exercido pela burguesia, garantindo a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas. Nessa categoria de revolução passiva, Gramsci insere também outra forma de reformismo: a introdução na Europa do fordismo (gerência científica de produção em linha de montagem).

O desenvolvimento histórico europeu no pós-guerra, para além dos problemas que o conflito desencadeou, apresentou uma nova etapa do sistema capitalista. A antiga organização do trabalho e da produção se esgotou, sendo incapaz de manter as taxas de acumulação. O fordismo, construído nos Estados Unidos, surgiu como a solução encontrada pela indústria para reverter a tendência de queda na taxa de lucro, registrada então em todas as economias capitalistas. Essa nova organização do trabalho e da produção proporcionou à economia norte-americana uma expansão e a conquista da hegemonia sobre a Europa, obrigando esta última a um novo direcionamento em sua sociedade. Entretanto, a implantação do fordismo na Europa e particularmente na Itália, segundo Gramsci, deu-se em sociedades onde alguns setores resistiram imediatamente a uma nova organização do trabalho. Esta recusa à economia programática foi sustentada por segmentos que ocupavam posições sociais baseadas no

exercício de certas atividades econômicas que não se enquadravam no fordismo, formando uma composição demográfica que impunha sérios obstáculos a esta forma de organização capitalista na Europa. Na Itália, existia uma série de camadas que não desempenhava nenhuma função na produção. Essas camadas parasitárias, de acordo com Gramsci, eram resíduos da “tradição” e “civilização” européias, que legaram a seus países um enorme grupo fossilizado, formado por antigos funcionários públicos estatais, intelectuais, clero, exército profissional e setores do comércio. Outros segmentos também faziam parte das camadas parasitárias, tais como: os burgueses de pequenos e médios centros urbanos que concentravam as propriedades agrícolas de médio e pequeno porte e estabeleciam com os camponeses relações não-capitalistas – pagamentos em mercadorias e serviços ou até mesmo a ‘enfiteuse’. Esses burgueses sustentavam-se como pensionistas e rentistas, mantendo o camponês à beira da desnutrição e sem reinvestir as rendas obtidas com as suas terras e posses em atividades produtivas. Assim, um grande número de “parasitas” exigia para sua satisfação uma outra massa semi-parasitária. Por último, podia-se encontrar ainda a décima parte da população italiana vivendo às custas das aposentadorias e pensões do Estado. Muitas vezes, essa mão-de-obra se encontrava no auge de sua capacidade produtiva, porém, apesar disso, garantia a sua sobrevivência sem exercer nenhum tipo de atividade e onerando os cofres do Estado. Para Gramsci, a questão que se colocou então era a racionalidade das proporções entre os diversos setores da população no sistema social existente, que poderiam inutilizar as nascentes da vida econômica nacional. Nos Estados Unidos, a inexistência de camadas parasitárias permitiu a racionalização máxima do trabalho e da produção alcançada pelo fordismo e a subordinação do setor de serviços, transporte e comércio à produção. A hegemonia vinha da fábrica e a garantia de sobrevivência de qualquer grupo social era a sua inserção no processo produtivo fordizado. Na Europa, a mudança na organização do trabalho e da produção tinha como premissa básica o desaparecimento destas camadas parasitárias. E foram justamente esses grupos que se levantaram contra a implantação do fordismo na Itália.

A situação econômica destes grupos, já bastante prejudicada no pós-guerra, foi ainda mais agravada com a crise de 1929. A incapacidade dos regimes liberais vigentes em controlar a economia acabou por se transformar em críticas contundentes a esses governos, que não conseguiam impor a ordem na sociedade. O aparente caos reinante deixou esses grupos extremamente desejosos de um Estado forte, capaz de interromper sua decadência econômica. O [liberalismo](#) foi identificado à própria democracia, que passou também a ser condenada. O grande capital endossou o fortalecimento do Estado para que este destruísse todos os entraves à nova organização do trabalho e ao seu pleno desenvolvimento. A situação italiana diferiu na solução encetada para estabelecer as bases do fordismo neste país: um movimento e regime como o fascismo, onde o Estado corporativo, embora apoiado por grupos decrépitos e moribundos, teve a função de reorganizar a economia italiana e todas as forças nela presentes em direção à economia programática através da coerção mais absoluta. Embora apoiado pela “gente humilde”, o Estado fascista deveria atender prioritariamente às demandas do grande capital financeiro e da burguesia, ambos interessados em derrubar os obstáculos que se erguiam contra um desenvolvimento econômico em novas bases e que lhes garantiria a continuidade da posição hegemônica. A grande contradição do Estado fascista repousou na necessidade de destruir as camadas parasitárias para redirecionar a economia de maneira a superar a crise, o que só poderia ser alcançado aderindo ao fordismo. Assim, os grupos que apoiavam o Estado intervencionista eram os primeiros alvos estatais. A sua destruição seria, segundo Gramsci, imprescindível para que a atividade econômica se apresentasse de forma mais racional. [v. [Fascismo na Itália](#)]

Alessandra Carvalho

Referências Bibliográficas:

Revolução e Contra-revolução. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1933 (?). Obra aqui utilizada como a principal fonte para o estudo do pensamento de Trotsky sobre o fascismo, reunindo vários artigos escritos pelo marxista russo entre os anos de 1929 e 1933, quando esteve exilado na Turquia, que tratam fundamentalmente da revolução proletária alemã.

O Fascismo, in: RODRIGUES, Antônio E. M. (org) FASCISMO. Rio de Janeiro, Editora Eldorado, 1974. O artigo de Otto Bauer “**O FASCISMO**”, de 1936, foi nossa principal fonte onde este autor traça a evolução do fenômeno fascista desde o aparecimento das primeiras milícias e “juntas de defesa” até o seu estabelecimento e estabilização como regime, identificando a atuação dos vários segmentos sociais e as condições conjunturais que possibilitaram a vitória fascista na Alemanha e na Itália.

Lições sobre Fascismo, aqui tomado como fonte, corresponde à publicação - na Itália em 1970, no Brasil em 1978 - de aulas ministradas de janeiro a abril de 1935 por Palmiro Togliatti a operários italianos expulsos por Mussolini e exilados em Moscou. As lições dadas em Moscou foram reconstituídas a partir das anotações de um dos operários-aluno, Giuseppe Gardi. O livro contém também um artigo do autor publicado, em 1934, na revista “L’Internationale Comunista”, com o título “Onde está a força do fascismo italiano?”.

HITLER, Adolf (Biografia Política). Nascido em Braunau, na Áustria, a 20 de abril 1889, em uma família de classe média baixa, teve uma vida escolar irregular, perdendo o rígido pai – um funcionário público austero – quando tinha 14 anos. Não admitindo seguir a carreira paterna e acreditando no seu talento para a pintura, transferiu-se para Viena, prestando exames para o ingresso na Academia de Belas Artes, sendo reprovado em dois anos seguidos. Vendendo cartões postais, sem ocupação regular, tornou-se um freqüentador assíduo de bibliotecas públicas e de encenações das óperas de Wagner. Foi neste ambiente vienense, turbilhão de idéias anti-semitas e germânicas, que traços de seu caráter foram formados, aguçando sua visão pessoal de mundo em torno de posturas racistas, marcadas pelo [darwinismo social](#) e pelo anti-semitismo. (v. [Inimigo](#)) Engajando-se no exército bávaro na Primeira Guerra Mundial, Hitler assumiu o posto de mensageiro entre o Estado Maior e as linhas avançadas. Durante o cerco de Le Barqué, em 1916, Hitler foi ferido na perna por um estilhaço de granada, sendo levado para um hospital de campanha. Voltando a servir em Munique, antes de voltar definitivamente ao *front*, os seus estereótipos em relação aos judeus e aos comunistas foram reforçados. (v. [Alteridade](#)) Pela primeira vez emitiu opiniões acerca da necessidade de extermínio dos [judeus](#), sugerindo o uso de gases tóxicos, já que os considerava seres nefastos à vida social, envenenadores do povo pelo derrotismo e pela ganância. (v. [Natureza](#)) À medida que a [guerra](#) chegava aos seus momentos finais, levando ao declínio o moral do Exército Alemão, causas extramilitares foram ressaltadas em sua consciência, fruto da negação da realidade e da visão deturpada da real situação das tropas, em consonância com as informações limitadas que um soldado na sua posição tinha acesso. Com a desmobilização em marcha, Hitler voltaria à Munique, visando ingressar no batalhão de reserva. Diante de suas opiniões políticas radicais, o comando do Reichswehr o alocou então no Secretariado de Imprensa e Publicidade do Departamento Político no posto de educador político, tendo por missão instruir recrutas e observar grupos políticos considerados ameaçadores, quer fossem socialistas ou até mesmo os próprios partidários da [democracia](#) weimariana. Neste posto, Hitler recebeu a tarefa de observar a reunião de um grupo intitulado Partido dos Trabalhadores Alemães (*Deutsche Arbeiterpartei*), já que partidos operários invariavelmente atraíam suspeitas de subversão comunista. (v. [Revolução](#)) Na verdade, o Partido fundado em janeiro de 1919 por Anton Drexler nada mais era que um minúsculo círculo de discussão, baseando sua plataforma na crítica ao sistema de Versalhes, no anti-semitismo e no [anticomunismo](#). Hitler acabou filiando-se ao Partido dos Trabalhadores Alemães, recebendo a ficha de inscrição número 555, apesar de a contagem dos membros ter sido iniciada no número 501 com o intuito de impressionar os novos filiados. Em um período relativamente curto, a ascendência de Hitler sobre os demais membros do Partido tornou-se uma realidade inquestionável. As suas idéias quanto à organização partidária e à propaganda contribuíram para que o público nas reuniões fosse crescendo gradualmente. Em breve, o partido seria chamado de Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – NSDAP), de onde se originou a expressão Nazismo. Quanto ao programa partidário, lançado em 1920, três temas centrais foram ressaltados: a definição da nacionalidade alemã, a organização da nação e o conteúdo social e político. (v. [Völkisch](#)) Os pontos de vista de Hitler destacavam-se claramente, assim como a preocupação em tornar o Programa imutável. Juntamente com os símbolos do partido e a organização de um jornal – *Observador do Povo* (*Völkischer Beobachter*) –, os alicerces do NSDAP foram consolidados com a criação em pouco tempo da Divisão de Ginásio e [Esportes](#) do Partido, rebatizada de Seções de Assalto (Sturm Abteilung), passando a ser conhecidas principalmente como SA. (v. [Suástica](#) & [Totalitarismo](#)) Em novembro de 1923, em um momento de inúmeras tensões da República de Weimar, Hitler organizou um golpe contra o governo, possivelmente inspirado na Marcha sobre Roma, de

[Mussolini](#). (v. [Fascismo na Itália](#)) Conhecido como Putsch de Munique, o episódio foi um fracasso operacional, apesar de projetar a figura do líder nazista para além da região bávara. Na prisão de Landsberg, Hitler concebeu o livro que se tornaria uma obra basilar do Nazismo: [Mein Kampf](#), onde apresentava sua trajetória de vida e sua visão de mundo. Após cumprir uma parte reduzida da pena original, o chefe nazista retomou sua atividade política, reestruturando o partido, eliminando a influência de Gregor Strasser e delegando a [Joseph Goebbels](#) a missão de ampliar as bases do NSDAP no Norte da Alemanha, notadamente Berlin. No período entre 1924 e 1929, momento de estabilidade e crescimento da República de Weimar, a influência eleitoral dos nazistas alcançava círculos ainda bastante limitados. (v. [Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas](#)) Com a Crise de 1929, entretanto, o potencial político dos nazistas elevou-se rapidamente, alcançando nas eleições de 1930 6,5 milhões de votos, equivalentes a 107 cadeiras – número que ainda cresceria nos anos seguintes. Diante deste sucesso, Hitler foi convidado para a Chancelaria, assumindo-a em 30 de janeiro de 1933, compondo um governo onde a figura do vice-chanceler, von Papen, representava o pólo de aglutinação das forças conservadoras. Em um curto espaço de tempo, Hitler atuou para que o poder legal fosse transformado em poder ditatorial, eliminando as forças concorrentes. (v. [Ditadura](#)) Ainda em 1933, o primeiro passo foi dado com o Incêndio do Reichstag, episódio que permitiu ao *Führer* alijar os comunistas do processo político e ampliar os seus poderes. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Paralelamente, a Concordata com a Igreja Católica dissolveu o partido *Zentrum*, enquanto uma série de medidas eram adotadas no sentido de garantir ao Estado Nazista o controle total sobre a sociedade (v. [PIO XII, O Caso](#)): da criação da [GESTAPO](#) e dos primeiros [campos de concentração](#) até a organização do Ministério da Propaganda, a cargo de Goebbels. (v. [Concordata e Fascismo](#) & [Tratado de Latrão](#)) Acabando com os últimos obstáculos partidários à sua liderança incontestada na Noite dos Longos Punhais (1934), Hitler tornou-se o homem mais poderoso da Alemanha, posição que ocuparia até 1945. Nos anos seguintes, o *Führer* rearticulou as bases do rearmamento alemão e institucionalizou o anti-semitismo, sendo as [Leis de Nuremberg](#), em 1935, um importante marco neste sentido. (v. [Militarismo](#)) Para Joachim Fest, biógrafo do ditador, a popularidade de Hitler atingiu seu zênite em 1938, ano em que promoveu o *Anschluss*, assinou o acordo de Munique e incentivou a [Noite de Cristal](#). Com a invasão da Polônia em setembro de 1939, seguida da declaração de guerra da Inglaterra e da França, os poderes do *Führer* foram reforçados. (v. [Imperialismo](#) & [Reich](#)) Com a irrupção da Segunda Guerra Mundial, sua inserção direta nos planos militares passou a ser total. Em 1941, através da Operação Barbarossa, a Alemanha invadiu a União Soviética. (v. [Pacto Anti-Komintern](#)) Por outro lado, o curso do conflito possibilitou-lhe estabelecer a Solução Final contra os judeus. (v. [Holocausto](#) & [Repressão e Violência](#))

Com a virada da guerra a favor dos aliados a partir de 1943, o *Führer* apareceu cada vez menos em público, postura radicalmente diferente dos primeiros anos de governo em que a estetização da política das multidões era marca indelével do regime. Em 20 de julho de 1944, um atentado contra o ditador alemão demonstrava o descontentamento de círculos militares com a condução da Guerra. Com a aproximação do Exército Vermelho, Hitler refugiou-se no *bunker*, esconderijo subterrâneo em Berlin, acompanhado de sua amante, Eva Braun, do secretário do partido, [Martin Bormann](#), e do Ministro da Propaganda, Joseph Goebbels. Diante das notícias da morte de Mussolini, seguida da exposição de seu corpo em praça pública, Hitler orquestrou seu suicídio e de sua amante, temendo ser exibido no que chamou de “Zoológico de Moscou”. Consumado o suicídio no dia 30 de abril de 1945, seus corpos foram queimados como ele próprio havia instruído, sendo encontrados carbonizados pelas tropas soviéticas. Em maio de 2000, um fragmento do crânio de Hitler foi exibido em Moscou na Exposição *A Agonia do Terceiro Reich, o Castigo*. (v. [Fascismo](#) & [Hitler: Historiografia](#))

Referências Bibliográficas:

- DELPLA, François. Hitler. Paris, Éditions Grasset & Fasquelle, 1999.
FEST, Joachim. Hitler. São Paulo, Editora Nova Fronteira, 1991.
KERSHAW, Ian. Hitler: Um Perfil do Poder. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
LUKACS, John. O Hitler da História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor 1998.
STERN, J. P. Hitler, le Führer et le Peuple. Paris, Flammarion, 1995.

HITLER: HISTORIOGRAFIA. O primeiro estudo a desempenhar um papel crucial na formação da imagem de [Hitler](#) foi desenvolvido por Konrad Heiden, jornalista alemão radicado na Suíça, correspondente do *Frankfurter Allgemeine Zeitung*. Publicado em 1932, ampliado logo após os nazistas tomarem o poder, o estudo de Heiden cobriu um período crucial da vida de Hitler, sendo considerado por muito tempo um dos registros mais detalhado de sua trajetória antes de tornar-se Chanceler da Alemanha. Heiden ressaltava a “grande inteligência e força de vontade” do líder alemão, apontando a perigosa tendência de subestimar a sua capacidade de realização. No curso da Segunda Guerra Mundial, um outro jornalista alemão emigrado, Franz Neumann, integrante da Escola de Frankfurt, lançou no Canadá o livro *Béhémoth*, analisando o Nacional-Socialismo em termos sócio-políticos, ressaltando suas contradições. Após a guerra, Allan Bullock foi o primeiro historiador a traçar um perfil completo da vida de Hitler em *Hitler: A Study in Tyranny*, publicado em 1952. Marcado pela tendência de demonização do líder nazista, seu trabalho foi favorecido pelas informações a respeito dos últimos dias do ditador no bunker e pelos depoimentos colhidos em Nuremberg, tornando-se uma biografia de referência por várias décadas.

Sob o impacto da *Zeitgeschichte* – estudos acadêmicos da História Contemporânea Alemã –, a década de 1960 assistiu a um recrudescimento das abordagens referentes ao Nazismo e à Segunda Guerra Mundial. Nesta esteira, destaca-se o trabalho do especialista alemão Andreas Hillgruber, principal representante da corrente historiográfica Intencionalista, tese que parte do pressuposto de que a [política](#) externa e militar nazista foram orientadas a partir das propostas metódicas de Hitler já anunciadas em [Mein Kampf](#). Ainda na década de 1960, contrapondo-se à corrente Intencionalista, Martin Broszat lançou uma interpretação que procurava revisar o papel de Hitler nos desdobramentos do Nacional-Socialismo. Denominada corrente Funcionalista, as idéias de Broszat consideravam o condicionamento das decisões políticas à conjuntura econômica e às pressões políticas de momento.

Marcada pela controvérsia Intencionalismo *versus* Funcionalismo, a década de 1970 viveu uma nova revalorização dos estudos referentes ao papel de Hitler, denominada *Hitler-Welle* (Onda-Hitler). (v. [Burocracia](#)) Em um contexto de perseguição a nazistas, caracterizado pela emergência do próprio neonazismo, obras fundamentais para a revalorização dos estudos sobre a vida de Hitler foram lançadas, destacando-se o livro *Hitler's Weltanschauung*, trabalho fundamental de análise da [ideologia](#) nacional-socialista, publicado em 1972 por Eberhard Jäckel. No ano seguinte, Joachim Fest publicou uma biografia de fôlego, considerada uma das mais completas já escritas até então, embora seguisse uma tendência geral da época, a pouca ênfase dada ao período da Segunda Guerra Mundial. Um pouco depois, seguindo a trilha aberta por Fest em favor da “grande biografia”, John Toland, jornalista americano, lançou mais um estudo biográfico acurado, com evidentes traços de simpatia pelo ditador alemão. (v. [Revisionismo/Negacionismo](#)) O trabalho de Toland deve ser inserido em uma série de visões reabilitadoras de Hitler, denominadas revisionistas. Expressão genérica, o revisionismo abarcou desde interpretações que procuraram reavaliar as realizações populares do [fascismo na Alemanha](#) até análises propriamente laudatórias em relação a Hitler. Neste último sentido, a obra mais expressiva, inclusive no sentido comercial, foi o livro *Hitler's War*, obra do inglês David Irving, simpatizante de movimentos neonazistas na Alemanha. (v. [Skinheads](#))

Como reverberação desta tendência à reabilitação do Nazismo, o final da década de 1970 foi marcado pela produção de grandes obras de referência, como o trabalho de William Carr e Ian Kershaw, este último preocupado em analisar o envolvimento da população alemã com o nazismo. (v. [MAURRAS, Charles](#)) Estas discussões viriam à tona com toda a intensidade em 1986, quando historiadores e intelectuais – destaque para a controvérsia entre Jürgen Habermas e Ernst Nolte – envolveram-se em um debate a respeito da avaliação histórica do

Terceiro [Reich](#), denominado pelos alemães de *Historikerstreit*. Como pano de fundo a influenciar estas controvérsias, o governo do Chanceler Helmut Kohl esboçara a intenção de construir um monumento de memória ao passado nazista, enquanto a visita de [Ronald Reagan](#) a túmulos da SS e a câmaras de gás contribuíra para reacender os debates em torno do nazismo, já que o líder americano os interpretara como traços de uma experiência histórica comum, não estabelecendo distinções expressivas entre um cemitério militar e os [campos de concentração](#). A *Historikerstreit* foi um marco historiográfico decisivo uma vez que demonstrou a complexidade das diferentes interpretações em torno da [história](#) do Nazismo e, consequentemente, do papel de Hitler em sua evolução.

O final da década de 1980 e a década de 1990 não assistiram a nenhum sinal de desgaste na produção de análises referentes ao Nacional-Socialismo e ao papel de Hitler. Novas biografias continuam a ser lançadas, nada indicando que esta tendência seja revertida. Um marco expressivo foi fixado em 1999, com o lançamento de *Hitler 1889-1936: Hubris*, de Ian Kershaw, primeiro volume de uma biografia monumental (1162 páginas) se propondo a resumir o atual estágio dos estudos sobre Hitler e considerada a obra a assumir o lugar de *Fest* como biografia de referência. O volume biográfico de Hitler já alcança mais de cem títulos, dando margem para trabalhos que se ocupam em estabelecer um balanço desta produção, como o livro de John Lukacs, *O Hitler da História*, e o trabalho de François Delpla, *Hitler*, dedicados a abordar a trajetória do ditador alemão também pela sua dimensão historiográfica. (v. [Fascismo](#) & [Neofascismo na Alemanha](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

AYÇOBERRY, Pierre. La question Nazie. Paris, Éditions du Seuil, 1979.

DELPLA, François. Hitler. Paris, Éditions Grasset & Fasquelle, 1999.

DOSSIER HITLER: Portrait Historique d'un Monstre. Revista L'Histoire n° 230, março, 1999.

LUKACS, John. O Hitler da História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

MARTEL, Gordon. The Origins of the Second World War Reconsidered. New York, Routledge, 1999.

HOLLYWOOD E O MACARTISMO. Nos anos de 1950 do século XX, aconteceu a chamada “idade de ouro” do [cinema](#) norte-americano e, naquela época, os astros e estrelas do cinema eram centro de atenções na nação que, ao sair vitoriosa da Segunda Guerra Mundial, incorporou novos valores europeus e asiáticos à sua cultura. Por conta das novas experiências vividas fora do país pelos soldados americanos, modificou-se o [comportamento](#) dos mesmos. (v. [Tradição](#)) Ao mesmo tempo, uma era de abundância sem precedentes se seguiu aos prenúncios da rebelião jovem que explodiu nos anos de 1960: Hollywood plasmava preferências, modas e atitudes. (v. [Histórias em Quadrinhos](#) & [Juventude](#)) Por isto mesmo, era alvo de críticas e verdadeiras idolatrias por parte de entusiastas e detratores da cena americana. As tiragens de jornais sempre foram elevadas em comparação com o Brasil, o mesmo podendo ser dito a propósito das revistas destinadas ao público mais amplo devido ao interesse em saber o que faziam ou não os astros de Hollywood fora das telas. Lendo as colunas referentes a Hollywood é possível detectar alguns acontecimentos relativos à onda de perseguições desencadeada contra astros famosos, como Charles Chaplin, ou sua contrapartida referente à exaltação dos valores americanos e intransigentes, como John Wayne. Examinando estes veículos de comunicação, verificamos a importância do papel desempenhado por Hollywood nas tendências culturais e artísticas do grande público. Portanto, tanto em seus comportamentos exagerados quanto rotineiros, os artistas eram os verdadeiros paradigmas do comportamento norte-americano. (v. [Baderna](#) & [Conservadorismo](#)) A febre de Hollywood não se circunscreveu apenas ao campo das artes cênicas e de seus heróis. O impacto destas personalidades era traduzido no fato de possuírem um peso político de primeira grandeza junto à opinião pública. Os artistas recrutados e seus simpatizantes através dos jornais e rádios formavam uma cadeia de propaganda – traços inerentes à criação de heróis e anti-heróis. O Congresso dos Estados Unidos refletia as diversas tendências do país, embora estivesse atento às manobras sorrrateiras que faziam de um determinado artista um herói de esquerda e de outros tantos um super-herói de direita. (v. [Revolução](#)) Direita e esquerda eram campos suficientemente identificáveis para justificar o aparecimento do conceito de personagem envolvido em atividades “anti-americanas”. (v. [Alteridade](#) & [Anticomunismo](#)) Este conceito firmou-se gradativamente e teve seus arautos e porta-vozes. Um deles foi o senador Joseph Raymond McCarthy, que a partir de 1950 empreendeu a sua cruzada anti-[totalitarismo](#) comunista. Usando a mesma técnica de espionagem comunista, os políticos americanos espionavam a URSS. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, vencida a ameaça fascista, a URSS tornar-se-ia o [inimigo](#) objetivo dos EUA e do [Ocidente](#). Ambos os lados passaram a se concentrar no aliciamento de personalidades marcantes como instrumento de propaganda para os seus respectivos credos políticos. Atingiu-se, assim, professores universitários e pesquisadores, atletas, cineastas, teatrólogos, jornalistas e outros formadores de opinião. (v. [Sociedade Civil](#))

Outro aspecto de transformação mental ocorrido a partir dos anos de 1950 foi a gradativa cosmopolitização e transformação do gosto artístico do chamado americano médio. O turismo começara a se popularizar nos anos subseqüentes à Segunda Guerra Mundial. Por esta via, muitos americanos começaram a se interessar por diferentes peculiaridades culturais e por outros países. Hollywood não perdeu esta insinuação e também os políticos sequiosos de popularidade crescente passaram a cultivar os símbolos das transformações culturais vividas pelo país. (v. [Democracia](#) & [História](#))

O senador McCarthy, do estado do Wisconsin, até a vigência da administração Eisenhower vinha mantendo um perfil discreto, embora consistentemente conservador, durante os seus três mandatos sucessivos. Chefiando um Comitê de Operações Governamentais no Senado e um Sub-comitê de Investigações, onde exercia mandato permanente, o seu poder político não era desprezível. Enorme foi o terror político de vir a ser investigado por este poderoso comitê.

(v. [Autarquia](#) & [Estatismo](#)) A tática da intimidação foi também muito usada pela Alemanha Nazista e pela URSS, portanto, as ações do Senador McCarthy não eram estranhas ao cenário mundial que se desenhou desde os anos de 1930. (v. [Ditadura e Violência](#) & [Política e Direitos Humanos](#)) A sua cruzada demonstrava inspiração [política](#) de intolerância e de sectarismo presentes na mentalidade norte-americana, se assim não fosse o senador não teria contado inicialmente com o apoio de grandes personalidades como Eisenhower ou o Senador Joseph Kennedy, pai do futuro presidente John F. Kennedy. [v. [Guerra Fria e a Direita Norte-Americana](#), [Repressão: Debate Historiográfico](#) & [Tortura](#)]

A iniciação da figura de McCarthy como gerador de notícias importantes de “caça às bruxas” data do ano de 1950, com a sua denúncia de que havia pelo menos 205 comunistas infiltrados no Departamento de Estado, o que não conseguira provar. O seu caso mais crucial e de maior impacto foi a investigação contra os funcionários civis e de importantes oficiais das forças armadas durante 36 dias, amplamente divulgada pelos meios de comunicação. O fracasso que se seguiu a isso desserviu a causa propugnada pelo senador e resultou na sua condenação pelo Senado, sendo acusado de ter agido contra as tradições daquele órgão. Apesar de tal condenação e seu curto apogeu, o macartismo não deixou de ter expressão no cenário americano. Estes extremismos têm estado presentes em várias manifestações políticas no cenário norte-americano. (v. [Ideologia](#) & [Repressão e Violência](#))

Antônia Fernanda P. A . Wright

Referências Bibliográficas:

- ABRAMS, Elliott. ‘McCarthyism’ reconsidered. National Review. 26/02/96. P. 57-60.
- BRESLER, Robert J. The death of Hollywood’s golden age and the changing American character. Journal USA TODAY. Mar/97 - p. 64-67.
- KLEHR, Harvey, RADOSH, Ronald. The Amerasia Spy Case: Prelude to McCarthyism. The Journal of American History. Dez/96 - p. 1080-1082.
- MARTIN, Stephen. Righting the wrongs of McCarthyism. Journal Chronicle of Higher Education [GCHE]. 28/03/97 - p. A10.
- MERRY, Robert W. McCarthyism’s self-destruction. Journal Congressional Quarterly Weekly Report [GCQW]. 01/04/95 - p. 923-925.
- TUCK, Jim. McCarthyism and New York’s Hearst Press: A Study of Roles in the Witch Hunt. The Journal of American History. Set/96 - p. 692-693.

HOLOCAUSTO. A palavra holocausto origina-se do grego *holokauston*, uma tradução do vocábulo bíblico (Samuel 7:9) usado para designar o sacrifício a Deus no qual as vítimas eram imoladas. Ao longo do tempo, ele passou a ser utilizado para descrever massacres em geral e, especialmente, várias formas de destruição em massa de seres humanos. Nos anos de 1950, este termo passou a ser fundamentalmente aplicado à destruição dos judeus na [Europa](#) sob o regime nazista e foi também empregado para descrever a aniquilação de outros grupos durante a Segunda Guerra Mundial, tais como: ciganos, homossexuais, opositores do regime e deficientes físicos e mentais.[v. [Inimigo](#) & [Homossexualidade e Fascismo](#)] A indústria de extermínio montada na ocasião se tornou o emblema do genocídio e, a partir de então, a palavra holocausto ficou indelevelmente ligada à tentativa do Estado nazista de destruir o [judaísmo](#) europeu. (v. [EICHMANN, O Caso](#))

O início da política nazista de extermínio em massa é objeto de várias controvérsias. (v. [Leis de Nuremberg](#) & [Operação Eutanásia](#)) Diferentes versões situam-na entre 1933, data da ascensão de [Hitler](#) ao poder, e 1942, quando foi decidido na Conferência de Wansee que o chamado problema judaico deveria receber uma “Solução Final”: foi a partir daí que, dos guetos e [campos de concentração](#) onde estavam confinados, milhões de judeus foram levados aos seis campos de extermínio a gás construídos na Polônia. A própria expressão “Solução Final” (*Endlösung*) mudou progressivamente de conteúdo. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Em 1938, ela se aplicava ao projeto de emigração total dos judeus; desde o fim de 1941, passou a significar extermínio. (v. [Regime de Vichy e os Judeus](#)) De qualquer forma, a colocação em prática do plano conhecido como “Solução Final” foi feita em três grandes etapas: em junho de 1941, no início da guerra contra a URSS, quando as populações judaicas dos territórios invadidos foram sistematicamente eliminadas em fuzilamentos por tropas especiais da SS; em abril de 1942, quando começaram a funcionar os campos de Belzec, Treblinka e Sobibor, e foi iniciada a deportação de judeus de grandes cidades, como Varsóvia e Paris; e outubro de 1942, quando todas as considerações econômicas sobre a necessidade da mão-de-obra escrava e o aproveitamento de especialistas judeus foram sendo progressivamente descartadas, sendo estes de preferência substituídos por poloneses considerados arianos. (v. [Repressão e Violência](#)) Esta prática, que resultou no desaparecimento de cerca de 2/3 dos judeus europeus – consta que a população judaica na Europa de 1933 era de 9 milhões de pessoas –, não foi alcançada, evidentemente, sem resistências por parte dos judeus. Desde a famosa batalha no gueto de Varsóvia até as pequenas estratégias cotidianas, que envolviam contrabando de víveres e fugas, muitos foram os judeus que buscaram saídas para a catástrofe que se anunciava. A primeira delas foi a emigração – metade dos judeus alemães e 2/3 dos judeus austríacos deixaram estes países entre 1933 e 1939 –, sendo seguida de movimentos em praticamente todos os guetos e campos de concentração existentes e da inserção em vários grupos de *partisans*.

Desde 1943, quando [Heinrich Himmler](#) proibiu os oficiais da SS de mencionar publicamente a operação de assassinato em massa de judeus, existem tentativas de negação do holocausto. Hoje, aqueles que o negam, geralmente ligados a grupos de neonazistas e/ou extrema-direita, exploram várias versões. (v. [Neofascismo na Alemanha](#)) A mais extrema delas defende que as autoridades do Terceiro [Reich](#) nunca planejaram o assassinato em massa dos judeus da Europa e que os campos de extermínio nunca existiram. Outros não negam totalmente os fatos, mas recusam que o extermínio tenha sido tão intenso e tenha atingido tantas pessoas. [v. [Revisionismo/Negacionismo](#)] Entretanto, por contrapartida, também são inúmeros os projetos de recuperação da experiência dos sobreviventes do holocausto, como o filme Shoah, de Claude Lanzmann, o projeto de história oral *The Survivors of the Shoah, Visual History Foundation* e o próprio Museu do Holocausto de Washington, que buscam difundir o conhecimento histórico geral sobre o período nazista, além de preservar as memórias destes

sobreviventes e, principalmente, combater as correntes negacionistas e neonazistas, que alcançam grande popularidade entre jovens através de instrumentos de difusão como a internet. (v. [Ditadura e Memória](#) & [Fascismo](#))

Keila Grinberg

Referências Bibliográficas:

GOLDHAGEN, Daniel. Carrascos Voluntários de Hitler. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

GUTMAN, Israel (edit.). The Encyclopedia of the Holocaust. New York, Macmillan Publishing Co., 1990.

LEVI, Primo. É isto um homem?. Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

TODOROV, Tzvetan. Face ao Extremo. Campinas, Papirus,

VIDAL-NAQUET, Pierre. Os Assassinos da Memória. Campinas, Papirus, 1988.

HOMOSSEXUALIDADE E FASCISMO. A instrumentalização política da homossexualidade como contra-tipo fundante da diáde ariano *versus* subumanos (*Untermenschen*) ou guerreiro *versus* burguês (como no caso da Itália), já havia se iniciado quando o [fascismo](#) identificou no catolicismo um impedimento ao seu sonho totalitário. (v. [Totalitarismo](#)) A existência de inúmeras instituições católicas aglutinando jovens e organizando uma militância política dos mesmos (a [Ação Católica](#)) surgia como um obstáculo ao esforço do [fascismo na Alemanha](#) e do [fascismo na Itália](#) de englobar todos os jovens em uma só instituição sob a tutela do partido. Tanto a organização *Balilla* – na Itália – quanto a [Juventude Hitlerista](#) deveriam ter o completo monopólio da organização dos jovens e de sua educação moral e cívica. (v. [Civismo](#) & [Conservadorismo](#)) A existência de jovens sob a tutela da Igreja (e de seus padres) era vista, pelo partido, como uma concorrência nefasta para as instituições fascistas. Assim, uma forma de levar as instituições católicas ao descrédito, sem precisar partir para o seu fechamento puro e simples (e, assim, romper com o Vaticano) era dar ampla publicidade aos julgamentos (forjados ou não) contra padres e leigos de instituições religiosas acusados de abusar de meninos. Dever-se-ia, desta forma, criar uma atmosfera de desconfiança contra padres e educadores. (v. [PIO XII, O Caso](#))

Desde sua origem, o fascismo – alemão e italiano – fez o elogio a uma raça de guerreiros cruéis e duros na luta, longe de uma mentalidade do perdão e do pacifismo do cristianismo, identificado como uma religião judaica, de escravos e de mulheres, o que acentuava a desconfiança contra padres e leigos, acusados de afeminados. Da mesma forma, o fascismo via-se – para efeito de credibilidade – obrigado a eliminar de suas fileiras os homossexuais. Ocorre que, desde as suas origens, o movimento fascista identificava-se com organizações que mantinham algum tipo de vínculo ou utopia homossexual, em particular as famosas *Männerbund* (literalmente Ligas de Homens), ou associações masculinas, de nítido caráter falocrata e misógino. (v. [Misoginia](#)) Muitas destas organizações haviam sido simplesmente englobadas nas diversas organizações masculinas nazistas, como as organizações de ginástica, de andarilhos ou alpinistas. Na maioria dos casos, práticas e utopias homossexuais foram bem vindas e mesmo incentivadas face ao elogio da ordem masculina e o desdém ao mundo feminino. (v. [Masculino/Feminino](#)) Claro está que os homossexuais que integraram as organizações fascistas foram aqueles a quem não se associava a pecha de feminilidade. Assim, o efebismo filo-helênico e o virilismo, com seu elogio caricato aos aspectos visuais mais marcantes da masculinidade, chegando-se mesmo à construção de um tipo, o homem fascista, como um cabide de caracteres sexuais masculinos exacerbados – em especial aqueles de fácil identificação física –, acabaram por ter guarida nas fileiras fascistas.

O rompimento entre [Hitler](#) e o poderoso [Ernst Röhm](#) (1887-1934), líder da mais importante organização nazista – as SA, modelo de associação masculina –, é em grande parte justificada pelo deboche (eufemismo utilizado na imprensa nazista para referir-se à homossexualidade publicamente conhecida de seus principais líderes). Na verdade, o crescimento das SA após a tomada do poder em 1933, o seu discurso violento em prol de uma “Segunda [Revolução](#)” (na qual o caráter socialista do nacional-socialismo deveria ser ressaltado), assim como os conflitos entre as forças armadas e as SA pelo monopólio da violência (o porte de armas e o uso de uniformes), foram as origens da chamada *Noite das Longas Facas*, quando as SS e a [GESTAPO](#) eliminaram a maior formação paramilitar nazista, executando inúmeros líderes nazistas, inclusive o próprio Ernst Röhm.

A *Noite das Longas Facas* marcará o ponto de viragem básico do fascismo alemão frente à questão da homossexualidade. Até então utilizada na luta contra a Igreja, a homossexualidade era vista no próprio partido como uma excentricidade, não ocupando qualquer papel de destaque nas preocupações de Hitler. No entanto, necessitando agora de uma arma política que justificasse perante o público a violenta ação contra Ernst Röhm, a homossexualidade

será alçada ao nível de preocupação permanente do Estado nazista. (v. [Repressão e Violência](#)) Mais tarde, os mesmos motivos foram usados por Hitler para varrer o Alto Comando das forças armadas, banindo os últimos adversários do fascismo na *Wehrmacht*, consolidando – contra as SA e o Alto Comando – o domínio fanático das SS. (v. [Inimigo](#)) A partir de então, o fascismo – descrente dos métodos médicos, embora prossiga com cruéis pesquisas médicas, como na Clínica Virchow e nos [campos de concentração](#) e extermínio – irá iniciar uma terrível campanha de extermínio, dirigida principalmente pela GESTAPO e pelas SS. Com ordens executivas que poupavam o poder de julgamentos públicos da homossexualidade, a polícia nazista empreendeu milhares de prisões de homossexuais, que foram seguidamente perseguidos, torturados e mortos. (v. [Ditadura e Violência](#) & [Tortura](#)) As experiências médicas – como o uso de hormônios e a castração – foram uma das muitas páginas de horror do [Holocausto](#). Nos campos de concentração e extermínio, os homossexuais recebiam um triângulo rosa que deveria distingui-los dos demais prisioneiros, e as regras de contato entre as diversas categorias de presos eram bastante claras ao impedir qualquer ajuda ou apoio a homossexuais. Na escala social perversamente montada nos campos, os homossexuais figuravam na escala mais baixa, sendo-lhes reservado os trabalhos mais duros e humilhantes. Muitas vezes, a GESTAPO valia-se de criminosos comuns, principalmente jovens, para atrair a atenção de homossexuais reservados. Assim, tais criminosos eram colocados em praças, cafés ou parques como iscas, servindo o seu testemunho como prova criminal. Na Itália, onde o tema não mereceu a mesma atenção com a qual foi tratado na Alemanha (em grande parte devido ao clima ainda discriminador contra homossexuais), os tribunais julgavam a homossexualidade como crime contra a nação e centenas de homossexuais foram condenadas a trabalhos forçados por períodos de 3 até 7 anos. (v. [Nacionalismo](#)) Diferentemente da Alemanha, onde os prisioneiros eram condenados diretamente ao extermínio, grande número de prisioneiros era posto em liberdade após o cumprimento da pena, ficando sob vigilância policial. Entretanto, devemos destacar que, na Alemanha, as inúmeras ordens de serviço contra a homossexualidade – oriundas, em especial, de [Heinrich Himmler](#) – nos quadros da SS, das forças armadas e do partido demonstram a continuidade e a disseminação da homossexualidade em pleno terror do Terceiro [Reich](#), inclusive nos altos escalões do poder nazista. Até o final de 1944, as SS executaram membros de seus quadros, assim como civis, sob a acusação de homossexualidade. No seu conjunto, calcula-se que cerca de 50 mil pessoas foram executadas sob tal alegação.

Embora tenham procurado exterminar da sociedade – e de suas fileiras – a homossexualidade, o fascismo manteve uma profunda ambigüidade até o seu final, gerada em boa parte na cultura machista, misógina e falocrata das associações masculinas do período weimariano: a estética fascista valoriza um poderoso viés virilista e falocrata expresso na escultura – como os nus de Joseph Thorack (1889-1952) ou Arno Breker (1900-1991) –, na pintura ou mesmo na literatura. Os nus masculinos que povoam o espaço público fascista deveriam dar conta – conforme seus idealizadores – de dois atributos básicos da raça de senhores (*herrenrasse*): por um lado, o vigor e poder dessa mesma raça; por outro, o companheirismo ou *kammaradschaft* existente entre os guerreiros. (v. [Arquitetura](#)) Tal cultura falocrata surge como uma clara herança dos anos de luta nas trincheiras da Primeira [Guerra](#) Mundial, constituindo-se numa cultura de machos guerreiros que formara o universo mental dos [corpos francos](#) e dos [arditi](#) no imediato pós-guerra. Assim, reunindo a mentalidade misógina das associações masculinas weimarianas e o espírito das trincheiras (como em E. Jünger ou Mario Carli), formou-se a base de toda uma [estética](#) voltada para exibição apoteótica do corpo masculino. Segundo os seus idealizadores, não existiria nas suas formas de expressão qualquer apelo à sensualidade e sim às qualidades raciais e morais dos guerreiros, para quem a luta justa, mesmo que cruel, era um valor em si. (v. [Esporte](#) & [Futurismo](#)) Negava-se a existência de uma libido difusa (segundo os nazistas, invenção de uma fraude judaica, a psicanálise), extirpando do nu a

sensualidade, o desejo e a própria identidade sexual. (v. [Homossexualidade e Política](#)) Na verdade, em todo o fascismo ocorre um grande combate contra o desejo e favorável a um encaminhamento do sexo (como na Igreja Católica) para a atividade reprodutiva e, assim, de interesse do Estado. Tal visão genitalista do sexo acabará por levar a um dos mais estranhos e amorais experimentos do nazismo: o projeto *Lebensborn*. (v. [Eugenia](#)) Para a mentalidade fascista, os fenômenos da projeção e sublimação, capazes de explicar a fixação obsessiva do fascismo no corpo nu masculino, deveriam ser recusados por sua origem judia. (v. [Judeu & Natureza](#)) Assim, a libido difusa e que encontrava um prazer reprimido na apreciação do corpo nu não como ele mesmo e sim como alegoria do partido – o Reich, o Partido, a Raça são algumas das esculturas que tomam como modelos atletas e soldados – deveria ser recalçada e negada, transferida para o outro, o diferente, o contra-tipo – o homossexual que se permitia a realização do desejo e, desta forma, aflorava toda a dor e frustração naqueles que não se permitiam a sua concretização. (v. [Alteridade](#)) Evitava-se, assim, romper o véu de uma [sexualidade](#) atormentada e cativa, que culminaria na exterminação física do homossexual enquanto possibilidade de apaziguamento e fuga.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- BURGIO, Alberto. Nel nome della razza. Bologna, Il Mulino, 1999.
FREUD, Sigmund. Artigos sobre metapsicologia. Rio de Janeiro, Imago, 1999.
GRAU, Günther. Homosexualität in der NS-Zeit. Frankfurt, Fischer, 1993.
MAINWALD, S.; MISCHLER, G.. Sexualität unter dem Hakenkreuz. Hamburg, Europa Verlag, 1999.
POPP, Wolfgang. Männerliebe. Stuttgart, Metzner, 1992.

HOMOSSEXUALIDADE E POLÍTICA. Após um acirramento das perseguições e procedimentos jurídicos contra a homossexualidade no final do século XIX (tais como o processo Eulemberg em 1907 na Alemanha, o processo Oscar Wilde em 1895 na Inglaterra e os inquéritos contra a homossexualidade na marinha dos Estados Unidos a partir de 1919), iniciou-se nos primeiros anos do século XX um procedimento de patologização da homossexualidade, com grande ênfase na sua abordagem clínica, considerada *científica*. Um vetor, com Magnus Hirschfeld (1868-1925) na Alemanha, culminaria na criação do Instituto de Promoção Humanitária em 1897, em Berlin, e no jornal *Der Eigene*, primeiro periódico voltado exclusivamente para um público homossexual. Ambas as instituições tratavam a questão com uma ótica nitidamente favorável aos indivíduos – de ambos os sexos – homossexuais (o próprio Hirschfeld era homossexual). Em outro vetor, este dominante, passava-se da caracterização moral (a condenação como depravação e pecado) para a busca de uma causa médica – física ou psíquica – e sua conseqüente cura (ou ao menos controle). (v. [Asilo & Sexualidade](#))

O primeiro grupo de simpatizantes – tendo Hirschfeld à frente – valeu-se largamente do clima permissivo da cidade de Berlin sob a República de Weimar (1919-1933) – sintomaticamente chamada de *El Dorado* – para elaborar um complexo sistema de interpretações e, principalmente, de intervenção social na defesa de homossexuais, considerando, ao lado do preconceito, as doenças venéreas e a prostituição como os principais flagelos que assolavam os grupos de homossexuais. O próprio *círculo de Berlin*, entretanto, foi desde cedo dividido por querelas interpretativas sobre a [natureza](#) da homossexualidade e dos diversos *modos de vida* dos homossexuais – o que mais tarde se chamaria de cultura gay. Assim, ao menos três grupos emergiram do debate: homossexuais com características femininas, muitos praticantes esporádicos ou não do travestismo; os cultores do amor grego, ou *Venus Urania*, voltados para o culto, platônico ou não, de jovens e adolescentes (os efebos) e, por fim, um grupo de homossexuais cultores de um forte virilismo – independente de suas preferências sexuais – e que valorizavam os atributos, próprios ou alheios, da virilidade, recusando qualquer associação entre homossexualidade e atitude ou aparência feminina. (v. [Misoginia](#)) Entre estes, muitos eram casados ou bissexuais, mantendo uma vida dupla, facilitando chantagens e alimentando intrigas. (v. [Masculino/Feminino](#))

O último vetor – a abordagem cientificista da homossexualidade – aprofundou, agora não mais entre simpatizantes, uma série de diagnósticos sobre a cura da homossexualidade e, em seguida, de sua exterminação física. Os homossexuais associados à postura feminina foram particularmente objeto de inúmeros procedimentos de normalização. (v. [Repressão e Violência](#)) O poder judiciário, chamado para coibir o risco de disseminação da *doença*, recorreu aos médicos e ao prestígio do saber clínico para fundamentar o aconselhamento médico da repressão. (v. [Conservadorismo & Eugenia](#)) Assim, supunha escapar da associação com seu antecessor, o poder inquisitorial e suas práticas repressivas, recobrando as práticas repressivas com a cientificidade do saber médico. A tese básica que fundamentava a repressão acreditava numa versão – originalmente presente em Kraft-Ebbing – do trauma infantil ou adolescente como a origem da homossexualidade. Assim, a sedução e o intercuro homossexual enquanto primeira experiência sexual do indivíduo marcaria para todo o sempre o seu [comportamento](#), originando-se, no trauma inicial, a homossexualidade. Tal diagnóstico serviu fartamente para a repressão policial nas décadas subseqüentes. O experimento homossexual seria, conforme sentenças de tribunais fascistas italianos ou diagnósticos nazistas, capaz de atrair meninos e jovens que assumiriam, a partir de então, um comportamento homossexual. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#)) Assim, tal teoria do trauma original justificava uma redobrada atenção sobre os meninos e a vigilância sobre religiosos, professores, colegas mais velhos e todos aqueles que por profissão tivessem acesso aos

meninos. Da mesma forma, avaliando que um indivíduo mantinha de 10 até 100 relações sexuais por ano, teria assim o poder de propagar o mal para até outros 100 indivíduos, os quais atrairiam outros 100 numa progressão geométrica que acabaria por afetar a própria sobrevivência da nação. (v. [Inimigo](#) & [Alteridade](#)) A ameaça à nação – o [Reich](#), a raça ou o [Império](#), conforme se trate da Alemanha ou da Itália – sustentava-se na certeza de que o indivíduo afeminado não estava em condições de defender a pátria (embora homossexuais não femininos também fossem perseguidos na Alemanha, inclusive nas forças armadas) e de que o comportamento homossexual, sendo expansivo, colocava em risco a demografia nacional com a queda da fertilidade. (v. [Guerra](#)) Num clima político que misturava eugenismo, [nacionalismo](#) e racismo, a idéia de fratura demográfica – os regimes autoritários dos anos de 1920 e 1930 são em seu conjunto natalistas – merecia a atenção do Estado como ameaça interna. Assim, a homossexualidade foi definida como ameaça ao Estado e ao bem-estar da comunidade nacional, devendo ser controlada ou exterminada. (v. [Campos de Concentração](#) & [Holocausto](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

PEIXOTO JR., Carlos Augusto. Metamorfoses entre o sexual e o social. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

SPENCER, Colin. Uma história da homossexualidade. Rio de Janeiro, Record, 1995.

PORTER, Roy; TEICH, Mikulas. Conhecimento sexual, ciência sexual. São Paulo, UNESP, 1998.

HOMOSSEXUALIDADE E REVOLTA. Uma outra etapa na descrição e na busca de uma cura para a homossexualidade surge a partir dos anos de 1990, seguindo a esteira da crise da sociedade do bem-estar social. (v. [Homossexualidade e Política](#)) Logo no pós-guerra, sob o impacto do terror médico fascista e no ambiente do bem-estar consumista, a homossexualidade começou a ser tratada como *desvio* e não mais como *doença*. Retomava-se, agora em Freud – graças em grande parte à diáspora dos analistas em virtude das perseguições fascistas –, a noção de homossexualidade como “uma predisposição sexual derivada da bissexualidade”, sendo esta considerada por Freud uma condição universal, reprimida culturalmente. Tal posição não foi, contudo, seguida por todos os especialistas, sendo que muitos (Ernst Jones, Anna Freud) insistiram na qualificação da homossexualidade como uma patologia sexual passível de cura (posição adotada pela IPA). Assim, duas correntes desenvolveram-se ao longo dos 30 anos do pós-guerra: por um lado, um grupo voltado para a cura e, por outro, interessado no alívio da dor psíquica decorrente da inadequação entre preferência sexual e cultura. O próprio véu de encobrimento foi, entretanto, rompido ao longo dos anos de 1940 e 1950, com grande parte da literatura e do [cinema](#) se ocupando, mais ou menos veladamente, com tipos que estavam “no armário” ou aqueles que escolhiam o “vão combate” – a negação de seu eu homossexual – ou ainda a odisséia do *coming out*, do assumir a condição homossexual. (v. [Sexualidade](#))

A revolta libertária entre 1967 e 1969, em grande parte transformada em uma [revolução](#) comportamental, centrou sua crítica na [família](#) repressora e na sua vinculação ora com o Estado (em especial, a escola, o quartel e a clínica), ora com as imposições do trabalho e da produtividade para explicar a persistência do preconceito e da repressão. No bojo da rebeldia dos anos de 1960, um grande número de jovens abandonou uma postura ambígua, ou dupla, ou auto-repressora, e assumiu a sua condição homossexual como um desafio político, uma afronta ao Estado e à família – identificados naquele momento com a repressão social –, como muitas jovens fizeram face à questão da virgindade. Vivia-se, então, uma época em que o corpo e seu uso assumiam as feições de uma arma contra a ordem, como no ato de ficar nu dos jovens americanos em protesto contra a guerra do Vietnã, imortalizado na peça *Hair*. Sob a influência de Hebert Marcuse, o Estado e a família, assim como os simplesmente mais velhos – com seus medos e preconceitos –, foram considerados os portadores da ordem, em oposição aos jovens que se identificavam com a revolta (face a uma classe operária cada vez mais aburguesada e interessada na manutenção do *status quo* no interior do [Estado de Bem-Estar Social](#)), tudo exemplificado no *slogan não confie em ninguém com mais de trinta anos*. (v. [Burocracia & Juventude](#)) Outros jovens, por sua vez, mesmo sem uma opção preferencial homossexual, passaram a transitar de uma relação a outra sem qualquer culpa, dando vazão ao desejo e até mesmo a um [comportamento](#) fundado no companheirismo e na solidariedade, onde o corpo era visto como uma forma de comunicação. (v. [Teatro](#)) Inúmeros romances, filmes, canções e performances avalizavam um comportamento pan-sexual. Para muitos que não tinham força ou vontade de embarcar nessa viagem, havia a psicanálise como consolo e conforto. Assim, enquanto alguns transgrediam nas ruas e na cama, outros limitavam-se ao divã. A caçada oculta, os *cruising* noturnos dissimulados em parques e cinemas foram sendo substituídos por bares, clubes e saunas específicas, muitas vezes em ruas ou quarteirões famosos no Village Greenwich, Amsterdã ou Berlin. Logo após 1969, uma nova percepção da condição homossexual surge: esgotado o momento do “ligue-se, sintonize e caia fora”, típico de 1968, jovens vindos de todas as partes viam na grande cidade – como New York, Berlin ou Rio de Janeiro – o horizonte da liberdade. Num espaço de anonimato, procuravam somar uma vida produtiva e profissionalmente realizada à sua opção sexual. Na maioria das vezes, sem ocultar a sua condição homossexual, ou ao menos sem discuti-la, assumiriam uma postura de grande eficiência compensatória, exigindo de si mesmos um desempenho superior

(e reforçando o mito do homossexual como de inteligência ou cultura superior) e mantendo círculos diferentes de amizades. A parceria com outro homossexual geralmente garantia à dupla um poder aquisitivo superior à média, transformando a parceria homossexual em grandes consumidores – para os quais se desenhava aos poucos uma linha especial de serviços. Apesar disso, o preconceito continuou cobrando um alto preço, em especial face à associação entre sucesso profissional e diferença sexual, gerando nos círculos sociais de seu entorno momentos de agressão e exclusão. A situação de homossexuais que não evidentemente femininos parece particularmente concentrar a maior parte da agressividade. Na maior parte das sociedades, a aceitação precária – e mesmo raivosa dos anos de 1950 e 1960 para aqueles que se dedicavam a profissões ditas femininas – parece basear-se na idéia de que se está diante de um erro da [natureza](#) e o indivíduo em questão é “uma alma feminina em um corpo masculino”, desenvolvendo uma teoria muito popular de “uma mulher aprisionada num corpo que não é seu” – e que provavelmente alimentou sem culpa a riqueza dos cirurgiões plásticos. O surgimento à luz do dia de homossexuais que não apresentam os sinais comumente associados ao homossexualismo, ou parcerias onde o papel feminino e masculino não são claramente perceptíveis, desperta grande animosidade, passando muitas vezes ao nível da injúria pessoal e da agressão. O homossexual afeminado, muitas vezes empurrado para tal comportamento pela pressão cultural – funcionando até mesmo como mecanismo de defesa –, havia sido encarado com uma cruel benevolência: “interiormente é uma mulher”, condição derivada de inúmeros fatores, desde uma educação errada até uma disfunção hormonal inata. Assim, a sua *getonização* em atividades associadas ao mundo feminino e seu evidente papel sexual considerado como sucedâneo de mulher tranquilizavam a sociedade já que não havia, na prática, qualquer subversão de papéis, mas apenas uma realocação social derivada de uma disfunção biológica ou psíquica. Com tal solução, afinal, todos saíam felizes: o homossexual era predestinado, não podendo ser culpado por um erro da natureza. (v. [Tradição](#)) Como a sociedade estaria diante de um erro da natureza que era exceção, não haveria risco geral de contaminação – ao contrário do que pensavam os nazista. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#)) Logicamente, o parceiro *macho* do homossexual não era englobado no diagnóstico, sendo no máximo – e em casos de parceria fixa – apontado como *sem vergonha*. Na maioria dos casos, para evitar a agressão social e garantir a sua própria condição de vítima da natureza, o homossexual refugiava-se em profissões específicas: cabeleireiros, costura, serviços hospitalares e várias atividades do ramo artístico e cultural. Quanto mais machista a estrutura social, mais facilmente os indivíduos construam nichos sociais específicos enquanto sucedâneo feminino, onde gozavam de um comportamento de aceitação natural entre clientes e fregueses. (v. [Democracia](#)) O machismo envolvente reconhecia em tais indivíduos a impossibilidade de desempenhar qualquer outro papel social devido a este “erro personológico”, chegando a ser benevolente enquanto tal indivíduo aceitasse a sua condição de *erro da natureza*.

No entanto, um novo comportamento homossexual surge e invade todos os ramos profissionais – inclusive os esportes e as forças armadas, muitas vezes associando virilidade e homossexualidade, cargos de chefias e definindo um perfil de eficiência. Isto acaba por provocar grande reação, levando os seus oponentes a utilizar a condição homossexual do concorrente ou opositor como arma desmoralizadora. Assim, a condição homossexual assemelha-se – principalmente nos anos de 1960 e ao longo dos anos de 1970 – com a situação das mulheres e negros (e outras minorias étnicas) que ascendem na mesma época, ameaçando o predomínio do *macho branco*. Tanto homossexuais quanto mulheres e negros tiveram que desenvolver certa eficiência compensatória – um *plus* de eficiência – para ocupar cargos onde brancos heterossexuais dominavam. A reação contra tais minorias foi agressiva, e mesmo humilhante, gerando forte assédio moral, agressão física e um difuso sentimento homofóbico. (v. [Alteridade](#) & [Inimigo](#))

Mesmo em locais de convívio específico, como bares e discotecas, desenrolam-se cenas de agressão, com a invasão de *gangs* ou da polícia, como no episódio da Christoph Street, no Village Greenwich, que acaba por originar a parada de orgulho gay. Em 26 de junho de 1969, a polícia de New York invade o *Stonewell Inn* – um *QB*, *Queer Bar* ou bar de viados na gíria policial –, um bar misto com grande frequência de trabalhadores pobres, inclusive latinos, gays e travestis. Após as habituais humilhações, o público reage e degenera em luta de rua, com importante participação dos travestis. Depois de vários dias de luta nas ruas de Greenwich Village, homossexuais resolvem organizar uma luta permanente contra o preconceito e a humilhação. A *Mattachine Society*, a tradicional organização gay surgida nos anos de 1950, assume uma postura conservadora, criticando as arruaças, consideradas contraproducentes para a imagem dos gays e sua integração na sociedade. Um grupo mais jovem e politizado de homossexuais abandona a sociedade e funda a *Gay Liberation Front* – copiando a denominação da Frente Nacional de Libertação do Vietnã –, alia-se aos movimentos radicais femininos e aos *Black Panthers*. (v. [Feminismo](#)) Surge em vários pontos da cidade inscrições do tipo *Support the gay Power*. Aos poucos, o incidente de Stonewell tornar-se-ia símbolo da resistência gay. Muitos continuariam sendo vítimas de chantagem e calúnias, às vezes de pretensos amantes, principalmente quando a condição homossexual não é exposta em público.

Entretanto, a partir dos anos de 1970, ao menos na [Europa](#) ocidental e Estados Unidos, ocorre uma reação diferente face à ação agressiva de representantes do Estado ou da sociedade depois da explosão libertária de 1968. (v. [Partido Político de Direita](#) & [Sociedade Civil](#)) A conscientização dos seus direitos e de sua condição singular – a recusa de muitos em aceitar a condição de mulher de segunda categoria – leva à organização de associações e grupos de autodefesa e de luta por direitos – inclusive de uma identidade feminina –, exercendo forte pressão sobre legisladores e na prestação de serviços públicos não discriminatórios. Neste processo, gays, mulheres e negros caminharam juntos contra o descaso, a humilhação e a agressão, na maioria dos casos assumindo uma postura comumente identificada como *de esquerda*. Tal processo esbarrou, no início dos anos de 1980, com o crescimento do [conservadorismo](#) – especialmente após a eleição de M. Thatcher (1979) na Inglaterra e [Ronald Reagan](#) nos Estados Unidos (1981) – e com o início do pontificado de João Paulo II em 1978. A plataforma conservadora de ambos os políticos – principalmente no tocante à educação e serviços públicos de saúde, assim como no apoio a atividades culturais – muitas vezes levou a um enfrentamento direto com o movimento social oriundo de 1968, particularmente sobre pontos relativos ao livre exercício do [aborto](#) e ao reconhecimento civil da parceria homossexual, dando origem a uma nova constelação [política](#) de onde emergiram a antiga *New Right* (agora denominada *new New Right*) e os fundamentalistas cristãos, que passam a exercer uma pressão constante sobre os legisladores, definindo um campo novo da direita: a chamada *defesa da vida*. (v. [Fundamentalismo Cristão e Política](#)) Assim, a luta contra ou a favor do aborto e da parceria civil homossexual (denominada inadequadamente de casamento gay) acaba por dar um sentido comportamental novo para a velha díade direita/esquerda. (v. [Nova Direita nos Estados Unidos](#)) Um impacto inesperado transcorreu concomitantemente ao avanço da maré conservadora com a identificação clínica da [AIDS](#) (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) em 1982. Apresentada como um *câncer gay*, gerou de imediato um brutal recuo na luta contra o preconceito. Muitos ficaram sinceramente horrorizados e passaram a considerar o mero contato social com gays um risco, atingindo primordialmente os gays que haviam se refugiado em profissões específicas onde havia contato pessoal, como nos salões de beleza. Outros, principalmente os fundamentalistas cristãos, viram na AIDS uma oportunidade de explicitar o caráter anti-natural da homossexualidade e o conseqüente castigo divino, não faltando a alusão bíblica ao sodomismo e sua punição. A associação entre a epidemia – considerada exclusiva de gays – e

o novo conservadorismo social dos anos de 1980 acabou por ter conseqüências desastrosas, atrasando a liberação de recursos para a pesquisa e para uma eficaz propaganda dos meios profiláticos, como a recomendação do uso da camisinha. A Igreja Católica teve papel de destaque no atraso causado ao necessário debate sobre o tema, que necessariamente levaria ao reconhecimento de uma prática sexual não restrita aos fins reprodutivos. O caráter reacionário da política católica se evidencia na reação contra as campanhas publicitárias de prevenção da AIDS, em especial aquelas que recomendam práticas sexuais alternativas (“beijar é bom e seguro”). A generalização da epidemia acabou por desmoralizar as interpretações fundamentalistas.

Da mesma forma, o cientificismo dos anos de 1980 acabou por criar um novo clima de patologização da homossexualidade, recusando-se a aceitar qualquer possibilidade explicativa baseada em dados culturais. (v. [Sociobiologia](#)) Assim, a homossexualidade não seria uma opção ou uma possibilidade inscrita num comportamento pan-sexual original em todas as crianças e educado (ou reprimido) até conformar-se como comportamento heterossexual. Na verdade, a homossexualidade teria origem orgânica e estaria muito possivelmente inscrita no código genético das pessoas, sendo possível mesmo identificá-la e, quem sabe, curá-la ou exterminá-la. (v. [Eugenia](#)) Em 1991, um cientista chegou a localizar a homossexualidade no hipotálamo, enquanto em 1993 outro pesquisador pretendeu isolar um pretenso cromossomo da homossexualidade e outros localizaram-na numa certa área desenvolvida no cérebro de homossexuais mortos por AIDS, ou ainda pela ação de determinadas enzimas ou hormônios. Todas estas teorias, sem qualquer base empírica comprovável, foram denominadas pela revista *Science* de reducionismo neurogenético, levando um proeminente neurobiologista, Steven Rose, a declarar: “...essas idéias ganham importância em certos países, como Estados Unidos e Inglaterra, porque o governo deles procuram desesperadamente encontrar soluções individuais para problemas sociais”. Assim, os genes ou disfunções hormonais explicam tudo, abstraindo-se de séculos de cultura e retornando a uma biologização da vida humana como se o elemento cultura – exatamente o distintivo do homem – fosse inteiramente desprezível. Por fim, o conservadorismo social e a descrença na ação educativa do Estado, em especial contra o preconceito, permitem o avanço de um cientificismo totalmente desprovido de qualquer base e capaz de forjar comportamentos clínicos altamente duvidosos.

Uma das reações mais originais à tentativa de naturalizar a condição homossexual por conta do crescente conservadorismo que invade o mundo gay – principalmente as idéias de família gay como sucedâneo de família heterossexual, a aceitação de conceituações altamente moralizantes do tipo “evite promiscuidade”(para gays) e a insistência sobre a integração – foi o surgimento do movimento *Queer*. Promovendo a subversão semântica do próprio termo *queer*, inicialmente uma expressão infamante para nomear homossexuais, o movimento recusa o eufemismo gay, a idéia de visibilidade, normalidade e integração na sociedade. O próprio conceito de homossexualidade – de condição gay ou lésbica – é colocado em questão (cf. J. Butler), sendo visto como uma invenção heterossexual reafirmadora do modelo [masculino/feminino](#) imposto autoritariamente ao conjunto da sociedade. Assim, apoiam as performances *drag queen* como uma *implosão* do modelo de feminilidade e, ao mesmo tempo, da expectativa social sobre a condição homossexual. O movimento *Queer* denunciou o conservadorismo da sociedade na época Reagan/Bush como responsável pela ampliação da epidemia de AIDS e entendeu o laxismo das autoridades públicas como expressão de um desejo incontido de extermínio. (v. [Holocausto](#) & [Fascismo](#)) Em New York, Paris e Berlin, o movimento assumirá uma feição radical, principalmente em torno da organização *Act Up*, sendo responsável pela denúncia permanente do conservadorismo integracionista baseado na noção de *um sujeito homossexual* – o que é, indiretamente, uma outra forma de *getonização* –, sendo favorável a uma militância social e política radicalizada – fragmentando

permanentemente a pretensa identidade homossexual – e sendo capaz, deste modo, de amalgamar diferenças, projetos e trajetórias.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- JIMENEZ, Stella; MOTTA, Manoel B..O desejo é o diabo. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000.
LOUREIRO, Isabel. Herbert Marcuse: a grande recusa hoje. Petrópolis, Vozes, 1999.
PEIXOTO JR, Carlos Augusto. Metamorfoses entre o sexual e o social. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
PORTER, Roy; TEICH, Mikulas. Conhecimento sexual, ciência sexual. São Paulo, UNESP, 1998.
ROUDINESCO, Elizabeth. Por que a psicanálise? Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
SPENCER, Colin. Uma história da homossexualidade. Rio de Janeiro, Record, 1995.

HOOLIGANS. Considerado não simplesmente como um jogo, mas como um “fato social total” – marcado por componentes lúdicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, tecnológicos –, o [futebol](#) torna-se um espelho da sociedade, no sentido de que reflete todas as suas tensões e conforma uma representação mimética das experiências existenciais do dia a dia. (v. [Esporte](#)) Uma partida de futebol, portanto, estabelece uma ocasião onde pulsões e emoções podem assumir um efeito catártico e libertador, representando um espaço autorizado para o extravasamento, desde que não se ultrapasse determinados limites pré-estabelecidos. (v. [Guerra](#)) Registradas desde o final do século XIX, as explosões de violência envolvendo torcedores de futebol ingleses – denominados genericamente de *hooligans* – demonstraram que tal equilíbrio nem sempre era possível de ser mantido, especialmente levando-se em conta a capacidade que o futebol confere à afirmação de identidade coletivas e antagonismos locais, regionais ou nacionais.[v. [Chauvinismo](#) & [Inimigo](#)]

Branco, geralmente oriundo do meio operário e ressaltando essencialmente as virtudes masculinas de força e de virilidade, os *hooligans* foram encarados como um problema social na Inglaterra no início dos anos de 1960, momento decisivo para a modernização do futebol neste país. Tal transformação foi marcada pelos contratos com a televisão, pela liberação dos salários dos jogadores, pelas transferências milionárias (não só entre clubes ingleses) e melhorias das instalações esportivas, notadamente os estádios. Perdendo seu caráter local ou regional, esta nova realidade do futebol permitiu a divulgação em escala nacional dos emblemas das torcidas – cantos, *slogans*, injúrias –, acirrando antagonismos e semeando confrontos em um momento em que se permitia ao torcedor um poder de deslocamento muito mais amplo, capaz inclusive de compensar o que Patrick Mignon chamou de “desposseção”, ou seja, a perda de influência direta sobre o clube, cada vez mais burocratizado. (v. [Burocracia](#)) Esta burocratização, levando os dirigentes a estabelecer negociações com agentes cada vez mais diversificados – como meios de comunicação, federações nacionais e internacionais –, ao marginalizar os torcedores, ampliou a arena de confronto, antes representada potencialmente pelo campo de jogo. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#))

Extrapolando os horizontes ingleses, o *hooliganismo* não pode ser dissociado da tendência de crescimento e multiplicidade de clubes. Tais aspectos devolvem diferenças perdidas – ou relegadas – entre os trabalhadores, estabelecendo uma nova forma de sociabilidade e acirrando desigualdades e hostilidades a partir de um processo de autonomização das rivalidades entre torcidas. (v. [Tradição](#)) Neste sentido, adquire muita relevância a cultura dos “ends”, expressão oriunda das instalações do *FC Liverpool*, designando a parte do estádio onde os torcedores mais exaltados se reúnem – representação simbólica do espaço urbano a ser resguardado ou principalmente conquistado. Denominado “*Kop*” na Inglaterra, “*curve*” na Itália e “*virages*” na França, os “ends” transformaram-se, a partir da década de 1980, em espaços de contestação às transformações não só no futebol mas também na sociedade, reunindo extremistas de direita marcados pela xenofobia e pelo racismo. (v. [Skinheads e Anomia](#)) Na Inglaterra, clubes como o Newcastle United e o Chelsea têm muitos de seus torcedores ligados a organizações direitistas, tais como o British Movement e o National Front, empenhadas em recrutar jovens operários desempregados e potencialmente hostis aos estrangeiros.[v. [Alteridade](#) & [Nouvelle Droite](#)]

A partir da chegada de Margaret Thatcher ao poder em 1979, a ação do Estado inglês em relação aos *hooligans* se intensificou com as diretrizes governamentais da “lei e ordem”. Legislação mais rigorosas, ação policial intensa, mobilização conjunta com aparatos repressivos de outros países, chegou-se mesmo a utilizar métodos de infiltração semelhantes aos usados contra o IRA em Ulster. (v. [Autarquia](#)) Apesar de toda a estrutura montada de combate aos *hooligans*, os avanços foram limitados, não chegando a impedir os confrontos

entre torcidas e a disseminação da violência. Em 1985, no final da Copa da [Europa](#), em Bruxelas, quando jogavam a *Juventus* de Turim e o *Liverpool*, torcedores ingleses arrombaram uma barreira que dividia as torcidas e esmagaram os italianos contra um muro, deixando um saldo de trinta e nove mortos, todos torcedores da *Juventus*. No mesmo ano, um incêndio no estádio do Bradford deixou cinquenta e sete mortos. Quatro anos mais tarde, na Holanda, os torcedores *Feyenoord Rotterdam* colocaram uma bomba na tribuna do *Ajax Amsterdam*, considerando este clube como representante da comunidade judaica. (v. [Fascismo & Judeu](#)) Ferindo dezenove pessoas, os torcedores do *Feyenoord* estenderam a provocação, imitando o barulho de gás com assobios. (v. [Juventude & Olimpíadas e Política](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

- BOZONNET, Jean-Jacques. *Sport et Société*. Paris, Le Monde Éditions, 1996.
- BROMBERGER, Christian. *Football, la bagatelle la plus sérieuse du monde*. Paris, Fayard Éditions, 1998.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilización*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- MIGNON, Patrick. *La Passion du Football*. Paris, Éditions Odile Jacob, 1998.

HORTHY, Miklos. Almirante de uma nação sem mar e regente de uma monarquia sem rei, Miklos Horthy von Nagybanya foi possivelmente o mais controvertido chefe político da extrema-direita na Europa centro-oriental no período situado entre as duas guerras mundiais. A sua emergência ao primeiro plano da política austríaca se deu na sequência do desmantelamento da República Húngara dos Conselhos, que havia sido proclamada na primavera de 1919 e derrotada em agosto do mesmo ano. Apoiado no poderio militar de tropas romenas convidadas a colaborar na destruição da “comuna vermelha” e contando com a sustentação diplomática da França, o governo encabeçado por Miklos Horthy – antigo comandante em chefe da marinha austro-húngara – e pelo Conde Bethlen representou, após a Alemanha social-democrata, o primeiro governo de resistência à onda revolucionária que se espalhou pela Europa no imediato do pós-guerra. (v. [Anticomunismo](#), [Militarismo](#) & [Revolução](#))

Em 1920, Miklos Horthy foi nomeado regente da “monarquia sem soberano” pela Assembléia Nacional de seu país. Tendo Horthy como chefe de Estado e Bethlen como primeiro-ministro, o regime húngaro praticou uma política violentamente repressiva contra os judeus, os comunistas, os sociais-democratas e todos aqueles que de uma forma ou de outra haviam apoiado a República Húngara dos Conselhos. (v. [Repressão e Violência](#)) Apesar disso, o sistema político húngaro preservava uma aparência de legalidade e parlamentarismo, contando com uma arremedo de vida partidária, hegemonizada pelo Partido Nacional Cristão e pelo Partido dos Pequenos Agricultores. (v. [Ditadura](#)) Porém, a partir de 1931, sob influência direta do [fascismo](#) europeu ocidental, o regime de Horthy passaria a se sustentar sob o equilíbrio entre correntes políticas fascizantes como a União dos Oficiais (MOVE) – cujo líder Julius Gömbös substituiria o conde Bethlen na chefia do governo húngaro a partir de 1932 –, o Partido Operário e Camponês Nacional-Socialista e o Partido da Vontade Nacional, posteriormente rebatizado como Cruz Sagitada (ou flechas cruzadas). (v. [Suástica](#)) No âmbito da política externa, a Hungria horthysta praticou uma política agressiva e de estreita aliança com as potências do eixo. (v. [Imperialismo](#) & [Reich](#)) Como consequência, obteve a incorporação da parte sul da Ucrânia Transcarpática ao seu território ainda em 1938. Após a invasão da Polônia, foi contemplada com a totalidade da Ucrânia Transcarpática. Em agosto de 1940, ocupou o norte da Transilvânia romena e, em dezembro do mesmo ano, invadiu a Voivodina iugoslava. (v. [Nacionalismo](#))

País membro do [Pacto Anti-Komintern](#) desde 1939 e do pacto Tripartite (Alemanha, Itália e Japão) desde 1940, Hungria horthysta participou da guerra das potências do eixo contra a União Soviética a partir de 1941. Com a iminência do colapso das forças alemãs na frente oriental e o avanço dos exércitos soviéticos em direção à Hungria, Horthy tentou uma manobra: em setembro de 1944, enviou um representante ao Quartel General Aliado para solicitar o ingresso de tropas britânicas na Hungria antes da entrada dos destacamentos soviéticos. Tendo fracassado em tal intento, procurou persuadir a Alto Comando Ocidental a impedir a invasão de seu país pelas tropas soviéticas. Diante de novo fracasso, Horthy decidiu enviar uma delegação a Moscou para negociar com os próprios soviéticos. Informado das articulações húngaras, [Hitler](#) ordenou a destituição do almirante Horthy e nomeou Szálasi, então chefe da cruz sagitada (ou flechas cruzadas), para o cargo de primeiro-ministro. Identificado desde então como [inimigo](#) do governo hitlerista, Horthy conseguiu a sua última grande proeza ao incluir quatro de seus correligionários (num total de 9 membros que, diga-se de passagem, eram encabeçados pelo coronel-general horthysta Bela Miklos) no primeiro governo provisório constituído nas áreas da Hungria libertadas pelo Exército Soviético.

Referências Bibliográficas:

CIANO, Galeazzo. *Ciano's Hidden Diary: 1937 - 1938*. New York, E. P. Dutton & Co. INC, 1953.

FĂTU, Mihai; MUSAT, Mircea (orgs). *El terror horthysta-fascista en el noroeste de rumanio, setiembre de 1940 - octubre de 1944*. Bucarest, Editorial Meridiane, 1986.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. *Europa do Leste: da resistência antifascista às democracias populares*. In Osvaldo COGGIOLA (org.), *Segunda Guerra mundial - Um balanço histórico*. São Paulo, Xamã/EDUSP, 1995.

GRECHKO, A. A. (org.). *Missão libertadora das forças armadas soviéticas na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Livraria Ciência e Paz, 1985.

MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. *Dictionnaire Historique des fascismes et du nazisme*. Bruxelles, Éditions Complexe, 1992.

HUGENBERG, Alfred (1867-1951). Nascido em Hanover dia 19 de junho de 1867, inicia a sua vida profissional como industrial. Entre 1909 e 1918, atua como diretor das indústrias Krupp. Após a Primeira Grande Guerra, passa a ser dominado pelo desejo de desempenhar um papel político. Com essa finalidade em mente, cria uma empresa de comunicação – a Hugenberg-Konzer –, que logra em transferir para seu controle uma grande parte da imprensa alemã, como a agência de informações União Telegráfica e a empresa cinematográfica UFA. (v. [Cinema](#), [GOEBBELS, Joseph](#) & [L.U.C.EU](#)) Uma vez adquirida uma enorme influência sobre a opinião pública alemã, Hugenberg a coloca a serviço da extrema-direita nacionalista e monarquista, reagrupada desde 1918 no DNVP (Deutschnationale Volkspartei – Partido Nacional do Povo Alemão). Em 1919, consegue se eleger deputado pelo DNVP no Reichstag e, em 1928, torna-se presidente do partido. A partir do verão de 1929, lidera a agitação nacionalista contra o plano Young – que tratava da questão das reparações –, organizando uma vasta campanha ao longo de toda a Alemanha, para a qual conta com o apoio da grande indústria. (v. [Chauvinismo](#)) É nos marcos de tal movimento que [Hitler](#) realiza uma rodada de discursos que iria ampliar sua audiência em todo o país às vésperas da “grande crise”. Foi através de sua mediação que o ex-cabo austríaco estabeleceu os seus primeiros contatos com grande parte dos representantes do mundo dos negócios, os quais até então haviam sido reservados ou hostis em relação a Hitler. (v. [Historiografia do Fascismo: interpretações marxistas](#)) Em outubro de 1931, foi também Hugenberg que tomou a iniciativa de criação da frente de Harzburg contra o governo Brüning, aproximando Hitler da oposição tradicionalista e anti-republicana. (v. [Fascismo](#)) Como reconhecimento pelos serviços prestados e como resultado de alianças estabelecidas por ocasião das eleições do final do ano anterior, ascende ao poder com Hitler em 30 de janeiro de 1933.

No governo hitleriano, Hugenberg acumulou as funções de ministro da Economia e ministro da Agricultura e Abastecimento. Por esta época e até a votação que lhe conferiu plenos poderes em 1933, Hitler se associa aos nacionais-alemães, dos quais necessitava para a realização de seus projetos junto ao Reichstag. Neste período, Hugenberg pode colocar em prática um certo número de medidas que correspondiam à suas perspectivas políticas, particularmente no âmbito da agricultura: elevação das tarifas aduaneiras para proteger os produtos alemães, proteção dos camponeses contra as ações judiciais, subvenções, suspensão de dívidas camponesas, etc. (v. [Estatismo](#)) Porém, a partir de março de 1933, começam a se manifestar limites às suas aspirações. A economia passa às mãos de Schacht e Hugenberg tem que aceitar uma drástica redução de suas prerrogativas. Como consequência, assiste-se a um rápido declínio de sua influência. Ao mesmo tempo, a migração de importantes contingentes de membros do DNVP para as fileiras do NSDAP começa a colocar em risco a própria possibilidade de sobrevivência daquele partido. Na tentativa de sobreviver diante da hegemonia do partido nazista, o DNVP converter-se-ia, em maio de 1933, na Deutschnationale Front/DNF (Frente Nacional Alemã). Providência inútil: em junho de 1933, os escritórios do partido são invadidos na maioria das cidades alemãs. (v. [Autoritarismo](#) & [Ditadura](#)) Os protestos de Hugenberg e um apelo do presidente Hindenburg permaneceram sem resposta. Como protesto, o presidente da DNF demite-se do gabinete em 26 de julho de 1933. Desde então, Hugenberg se mantém à margem de qualquer atividade [política](#) até a sua morte em Kükenbruch a 12 de março de 1951. [v. [Fascismo na Alemanha](#)]

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

AMBELAIN, Robert. Os arcanos negros do hitlerismo. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.
BEZIMENSKI, L.. O militarismo alemão com/sem Hitler. Rio de Janeiro, Saga, 1967.

CROUZET, Maurice. História Geral das Civilizações - volume VII: A época contemporânea. São Paulo, DIFEL, 1961.

MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. Dictionnaire Historique des fascismes et du nazisme. Bruxelles, Éditions Complexe, 1992.

SPEER, Albert. Por dentro do Terceiro Reich. Rio de Janeiro, Artnova, 1971.

I

IDEOLOGIA. O termo ideologia surgiu no início do século XIX com um sentido positivo: segundo Destutt de Tracy, a “ideologia” seria a ciência das idéias, que por sua vez seriam as sínteses dos conhecimentos obtidos a partir das experiências sensoriais dos seres humanos (conforme a teoria do conhecimento elaborada por John Locke e adotada pela maioria dos representantes do Iluminismo ao longo do século XVIII). O grupo dos “ideólogos” constituído em torno de Destutt de Tracy dispôs-se a “orientar” Napoleão Bonaparte e foi asperamente repellido e criticado pelo imperador. Napoleão ridicularizou as pretensões dos “ideólogos”, afirmou que eles não entendiam nada de [política](#) e se tornou, assim, o primeiro a usar o termo ideologia com um sentido negativo. Karl Marx retomou a palavra na acepção crítica que lhe conferira Napoleão e desenvolveu toda uma teoria a respeito: para o teórico comunista, todo conhecimento e toda representação da realidade em geral se ressentem de pressões que derivam da divisão social do trabalho, da existência na sociedade de classes e grupos com interesses particulares distintos que colidem uns com os outros. (v. [História](#)) Não só um reflexo do mundo real, mas também nos seus projetos, todos tendem a atribuir uma dimensão significativa forçadamente universal à sua percepção e aos seus valores particulares. Do ponto de vista da direita, duas atitudes são possíveis em face à questão da ideologia, tal como Marx a apresentou: a interdependência entre a construção do conhecimento e os interesses e desejos particulares de grupos ou classes é reconhecida como inevitável e todo e qualquer conhecimento é encarado como ideológico (caso em que ocorre uma redução do conhecimento à ideologia), ou então a distorção ideológica é vista como mera falha decorrente de malícia ou deficiência na busca do conhecimento “verdadeiro” (caso em que a distorção ideológica passa a ser a consequência de um defeito, que precisa ser superado por uma disposição mais honesta ou mais lúcida na elaboração do conhecimento).(v. [Inimigo](#)) Um exemplo da primeira atitude se encontra em [Mussolini](#), que caracterizava os fascistas como progressistas ou conservadores, reacionários ou revolucionários, legalistas ou subversivos, dependendo do momento e das circunstâncias (Opera Omnia, vol.XVI, p. 212); a segunda atitude, mais freqüente, é comum a diversos tipos de perspectivas conservadoras, que vão desde os tradicionalistas de matriz religiosa aos “positivismos” em sentido lato. Durkheim, por exemplo, compara os preconceitos ideológicos a doenças que perturbam a visão, como o “daltonismo” e o “glaucoma” (*La science sociale et l’action*). (v. [Natureza](#)) Em ambos os casos, a questão da ideologia deixa de ser encarada como um desafio dramático que exige o desenvolvimento da dimensão crítica e autocrítica na construção do conhecimento e no seu tenso confronto com a ação. Desse modo, o tema tende a perder sua importância aos olhos da direita. (v. [Revolução](#))

Leandro Konder

Referências Bibliográficas:

- APTER, David Ernest. Ideology and its discontent. Berkeley (Califórnia), Ed. Institute of International Studies.
- BELL, Daniel. O Fim da Ideologia. Brasília, Ed. UnB, 1980
- CONNOLLY, William E. Political science & ideology. New York, Ed. Atherson Press, 1967.
- MEYNAUD, Jean. Destin des idéologies. Lausanne, Ed. Etudes de science politique, 1961.
- SELIGER, Martin. The marxist concetion of ideology: a critical essay. Cambridge, Ed. Cambridge University Press, 1977.

IMPERIALISMO. A expressão imperialismo, embora muitas vezes empregada em sentido amplo, é recente e possui um significado histórico-conceitual preciso. Foi cunhada na década de 1870 para designar a política do Primeiro Ministro britânico Disraeli, mas adquiriu um conteúdo científico em 1902, com a publicação do livro *Imperialismo*, do economista inglês Hobson, que definiu-o como um fenômeno de fundo econômico. O grande clássico, contudo, foi a obra escrita por Lenin durante a Primeira Guerra Mundial, “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*”, onde o revolucionário russo identifica como força motriz deste fenômeno a necessidade de expansão econômicas das potências capitalistas, particularmente a exportação de capitais. (v. [Ideologia](#)) Isto o diferenciaria das anteriores fases de colonialismo, baseados predominantemente no comércio. (v. [Império](#))

Historicamente, o imperialismo configurou-se nas décadas finais do século XIX com as alterações político-diplomáticas decorrentes da unificação alemã e com o desencadeamento da Segunda [Revolução Industrial](#), de tendências oligopolistas e hegemonizado pelo capital financeiro. (v. [Empresários](#)) No quadro das crescentes rivalidades entre as potências européias, foi procedida uma verdadeira partilha do mundo entre elas, o Japão e, numa perspectiva um pouco diferente, os Estados Unidos. O modelo de tal processo foi a Conferência de Berlim, que em 1885 procedeu à repartição da África. O imperialismo na fase que vai até a Segunda Guerra Mundial não se associou exclusivamente ao modelo dos impérios coloniais recriados pela [Europa](#), mas também aos nexos informais existente, por exemplo, entre os EUA e a América Latina, ou em relação aos Estados ditos “semi-coloniais”. (v. [Ocidente](#))

Ideologicamente, o imperialismo embasou-se nas políticas de força dos Estados após as unificações ítalo-alemã, na “vontade de potência” de Nietzsche e na “luta pela existência” que fundamentava filosoficamente o [darwinismo social](#). Num mundo de crescente competição, a supremacia dos brancos afirmava-se como uma missão histórica civilizatória natural sobre os povos “atrasados”. Aliás, a idéia de uma predestinação a determinado papel de liderança mundial não foi exclusiva do [pangermanismo](#) ou do pan-eslavismo, mas estão presentes nos EUA, Inglaterra, França, Japão e outros, e constitui um padrão dos países imperialistas.

O imperialismo unificou o mundo em torno da [economia](#) capitalista e expandiu o modo de vida e as técnicas Ocidentais em escala planetária, subjogando e às vezes eliminando povos inteiros. Os processos históricos autônomos foram subjogados ao Atlântico norte, embora a competição inerente ao imperialismo tenham tido como resultado justamente as devastadoras guerras mundiais. Após 1945, o fenômeno imperialista sofreu considerável transformação, mas não desapareceu. A [Guerra Fria](#) permitiu o disciplinamento das disputas intercapitalistas e a hegemonia norte-americana tornou o imperialismo mais global e mais informal, com o [neocolonialismo](#) e o retorno de um livre comércio temperado. (v. [Armamentismo](#))

Para os autores marxistas, de Lenin a Baran e Sweezy, o imperialismo constitui um fenômeno inerente ao capitalismo, enquanto para os social-democratas (desde Kautsky) trata-se de uma manifestação que pode ser corrigida dentro deste sistema através de medidas políticas e econômicas. Para os pensadores liberais, como Schumpeter, o imperialismo constitui um fenômeno irracional e pré-capitalista, uma espécie de atavismo histórico, que será eliminado com o próprio desenvolvimento global do capitalismo (o que serve de legitimação à política dos EUA). Já para os adeptos da “razão de Estado”, como Max Weber e Luigi Einaudi, o imperialismo configura-se como resultado da anarquia das relações internacionais e nada tem a ver com as estruturas internas. Uma variante mais “direitista” desta posição argumenta que o imperialismo representa uma necessidade vital para a estabilidade do mundo, inclusive hoje, quando vozes se levantam no hemisfério Norte denunciando a incapacidade político-econômica do Sul. (v. [Atraso](#) & [Guerra](#))

Referências Bibliográficas:

- BRAILLARD, Philippe; SENARCLENS, Pierre de. O imperialismo. Lisboa, Europa-América, 1982.
- BROWN, Michael Barrat. A economia política do Imperialismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- HOBSON. O imperialismo. São Paulo, Abril Cultural, 1981. (Coleção Os Economistas).
- LENIN, V. I. Imperialismo, etapa superior do capitalismo. São Paulo, Global, 1982.
- LICHTHEIM, Georg. El Imperialismo. Madrid, Alianza Editorial, 1972.
- MAGDOFF, Harry. A era do imperialismo. São Paulo, HUCITEC, 1978.

IMPÉRIO. O conceito de Império refere-se tanto à existência de uma mega-autoridade dentro de um espaço político interno quanto à expansão territorial externa, e possui como inspiração básica o modelo romano de mesmo nome. Historicamente, os impérios configuraram-se como uma alternativa para regimes que alcançavam um determinado clímax em sua evolução, buscando estabelecer uma forma superior de poder para lograr a superação de seus desafios e dificuldades. (v. [Pangermanismo](#) & [Reich](#)) Neste sentido, constituiu um instrumento por excelência para buscar a harmonização de interesses crescentemente conflitantes na realidade interna de determinada entidade [política](#), ou seja, está associado à noção de um desenvolvimento do poder interno como condição para a expansão externa. Trata-se de buscar canalizar um consenso popular que se encontra difuso e não é mais expresso por instituições representativas ou pela opinião de certos grupos sociais, com vistas a um projeto de conquista e expansão, tanto com a finalidade de “exportar” contradições quanto de aprofundar e alargar o próprio poder de forma crescente. (v. [Nacionalismo](#))

Cada império procurou, ao longo da história, impor-se como centro organizador (*unicum*) da humanidade como um todo ou, mais comumente, de um segmento desta que possuísse uma mesma herança cultural, étnica ou afinidade político-civilizacional. (v. [Völkisch](#)) Nesta perspectiva, também é portador de uma concepção de perenidade (conceito de necessidade e continuidade), indispensável para a salvação do universo a ele vinculado. Em alguns casos ou momentos históricos, esta forma de legitimação buscou suporte inclusive numa concepção divina. A concepção romana original foi desenvolvida pela experiência bizantina, que reforçou o caráter de dignidade do cargo de imperador, dotando-o de formas mais complexas. Exemplos históricos de verdadeiros Impérios foram o Romano, o Bizantino, o Sacro Império Romano-Germânico, a Dinastia austríaca dos Habsburgos e, de certa forma, um novo tipo de Império, os coloniais ibéricos. O Tratado de Westfalia, ao consagrar em 1648 um sistema de Estados como agentes básicos das relações internacionais, pôs termo às condições históricas nas quais os Impérios haviam existido. A partir de então, o título imperial foi usado como sinônimo e símbolo de poder monárquico forte, mas não se embasava verdadeiramente em impérios. Embora os Czares (= Césares) se intitulassem, por exemplo, imperadores (seguindo a tradição bizantina de que eram depositários), na verdade a Rússia constituía apenas um Estado, embora de dimensões continentais. Assim, os Impérios constituíram um fenômeno ligado a uma época histórica específica. O Império Britânico, por exemplo, vincula-se a outra realidade, a do [imperialismo](#).

Paulo Fagundes Vizentini

Referências Bibliográficas:

- BRAILLARD, Philippe; SENARCLENS, Pierre de. O imperialismo. Lisboa, Europa-América, 1982.
- FERRO, Marc. História das Colonizações. da conquista às independências. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- MAURO, Frédéric. A expansão européia. Lisboa, Estampa, 1993.
- STRACHEY, John. El fin del Império. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1972.

INIMIGO. A noção de *inimigo*, considerada historicamente, guarda estreitas relações com a [guerra](#) e, portanto, com a [política](#). É o que sugere o tratado clássico do alemão Karl von Clausewitz (1780-1831), *Vom Kriege* (Da Guerra, 1816-1831), verdadeira bíblia dos Estados-maiores europeus, nas palavras de Alain Renaut, desde a década de 1870. “A guerra nada mais é do que a continuação da política por outros meios”, fórmula adotada quase literalmente pelos estadistas europeus entre 1914 e 1945, sem falar no [imperialismo](#) nipônico dos anos de 1930-1940. Mas é o caso da Alemanha hitlerista que ilustra melhor a aplicação radicalizada desta fórmula no campo da direita, pois, uma vez alçado ao poder, o [fascismo](#) fez da guerra a meta por excelência da política. (v. [Repressão e Violência](#)) Fortemente ideologizada, a noção nazista de *inimigo* ultrapassou em larga medida a noção de adversário militar e o objetivo da vitória na guerra – várias guerras na realidade –, passando a ser não apenas o triunfo no campo de batalha, mas a destruição total dos sistemas políticos e sociais dos virtuais oponentes, quando não a eliminação física das populações inimigas. (v. [Campos de Concentração](#), [Homossexualidade e Fascismo](#) & [Leis de Nuremberg](#)) A guerra adquiriu, neste caso, o sentido que Marx descreve nos *Grundrisse* (1857-1858), pensando sobretudo nas sociedades arcaicas: “a guerra é a tarefa global, o grande trabalho comunitário que se exige seja para ocupar as condições objetivas da existência vivente, seja para defender e perpetuar a sua ocupação”. O inimigo do Terceiro [Reich](#) – decerto múltiplo – passou a ser, assim, o conjunto de pequenas nações que lhe obstavam o “espaço vital” (*Lebensraum*), das quais a primeira vítima seria a Polônia em 1939. (v. [Pangermanismo](#) & [Völkisch](#)) Os grandes inimigos militares e políticos seriam, porém, por um lado, as democracias ocidentais, sobretudo a Inglaterra e, por outro, os soviéticos Democratas e Bolcheviques que, destruídos internamente pelo NSDAP, reapareceram como inimigos estrangeiros por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Aos primeiros o fascismo alemão reservava o epíteto de “nulidades democráticas”, apregoando que logo seriam esmagados, a exemplo do que sucedera à França em 1940. (v. [Chauvinismo](#)) Quanto aos bolcheviques – e seriam eles a oferecer a maior resistência ao expansionismo alemão –, a noção de inimigo combinaria repulsas político-ideológicas com o estigma racial típico dos nazistas: “*Nossas tarefas na Rússia, instruiu Hitler a seus generais: esmagar o Exército, dissolver o Estado. Luta entre duas concepções do mundo. Condenação radical do bolchevismo, do tipo de crime social que ele representa...Lutar contra o veneno da desintegração. Os chefes devem ter consciência do que está em jogo. Os comunistas...são todos criminosos e devem ser tratados como tais...Os chefes devem ser bastante fortes para dominar seus escrúpulos*”. Decretos e material de propaganda hitlerista só fizeram confirmar este ânimo genocida, qualificando-se os russos como “sub-homens eslavos”, “avalanches mongóis”, “hordas de tártaros selvagens” e o próprio bolchevismo como “instinto de destruição manifestado outrora contra a [Europa](#) por Átila e Gêngis Cã”. (v. [Anticomunismo](#) & [Natureza](#)) O resultado deste ânimo anti-bolchevique de inspiração ultradireitista e racista foi a morte de vários milhões de russos, militares e civis, em circunstâncias amiúde trágicas. Comparável ao ódio contra o comunismo – o grande inimigo do fascismo – foi o devotado aos judeus – inimigo a um só tempo interno e externo, vítimas do chamado [Holocausto](#) –, muitas vezes associados ao comunismo, outras vezes ao capitalismo (a “finança internacional judaica”).

Por todos os meios e modos, a propaganda hitlerista veiculava a imagem do [judeu](#) como “inimigo da nação alemã” e mesmo “inimigo da humanidade”, a exemplo da filmografia nazi. (v. [Cinema](#)) Foi o caso de *O Doce Judeu* (1940), de Veit Harlan que, invertendo a história real, mostrava a violação da filha de Stürm, conselheiro do conde de Wuttemberg, pelo judeu que dá título ao filme. Associação muito freqüente, aliás, era a que se fazia, na propaganda nazi, entre o judeu e o bolchevique, um e outro marcados pelo estigma da perversão sexual.

(v. [Comportamento](#) & [Sexualidade](#)) É importante registrar que, no pós-1945, iniciada a [Guerra Fria](#), as potências ocidentais utilizariam o mesmo discurso anti-bolchevique dos nazistas para estigmatizar a URSS. (v. [Europa](#)) O próprio [Churchill](#), conservador, daria o tom deste discurso ainda nos anos da guerra: “*o regime nazista é indistinguível dos piores aspectos do comunismo. É desprovido de qualquer tese ou princípio, excetuadas a ganância e dominação racial...*”. Estigmas similares seriam utilizados pelos EUA, não só na Guerra Fria, mas também nas conflagrações abertas no pós-1950 (Coréia, Vietnã, etc), passando-se a imagem do inimigo como bárbaro a ser eliminado. A mídia anticomunista do [Ocidente](#) deve muito, portanto, aos discursos e métodos de propaganda empregados pelo [totalitarismo](#) alemão no tempo do nacional-socialismo.(v. [Alteridade](#))

Ronaldo Vainfas

Referências Bibliográficas:

- BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, UNESP, 1995.
- CHURCHILL, Winston. Memórias da segunda guerra mundial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.
- FERRO, Marc. História da segunda mundial. São Paulo, Ática, 1995.
- FEST, Joachim. Hitler. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.
- RENAUT, Alain. “*Clausewitz, Karl von – 1780-1831. Da guerra, 1816-1831*”. In: Chatelet, F. et alli (orgs). Dicionário de obras políticas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993. pp.239-244.

INTRANSIGENTISMO. Intransigentismo faz parte hoje de uma vasta constelação lexical e de um campo semântico que ultrapassou o seu marco inicial. O Intransigentismo católico serviu primeiramente na Itália, a partir de meados do século XIX, para designar a oposição da maioria dos católicos e do clero, dos Papas ao processo de formação do Estado unitário e ao *Risorgimento* que intentavam eliminar os Estados pontifícios e implementar um Estado liberal aconfessional e laicista. (v. [Casamento](#) & [Conservadorismo](#)) A ocupação da Roma papal em 1870 deu origem à Questão Romana e ao recrudescimento do Intransigentismo. Os Acordos de Latrão (1929) na época de Pio XI (1922-39) encerraram a Questão, tendo a Igreja finalmente aceito a *Conciliazione*. (v. [Concordata e Fascismo](#) & [Tratado de Latrão](#))

Atualmente, o uso do termo Intransigentismo apresenta correlações bem amplas com o [ultramontanismo](#), o tradicionalismo, o fundamentalismo, o [integrismo](#). Em toda a extensão deste campo semântico, pervaga uma atitude, uma tendência – tanto no nível das representações e discursos quanto no nível das práticas – de oposição e negação da sociedade nascida da [Revolução](#) Francesa e de suas matrizes intelectuais, a Ilustração. O Intransigentismo é assim uma recusa de transação, concessão, composição, conciliação “com o progresso, com o [liberalismo](#) e com a civilização moderna” (Artigo 80 e o último do *Syllabus* [1864] de Pio IX, 1846-78). (v. [Baderna](#)) O Intransigentismo viu no liberalismo a [ideologia](#) que sintetizava todos os males – como viu no socialismo e no comunismo, posteriormente, um exacerbamento do liberalismo – contra os quais era necessário travar uma luta intransigente para conservar os fundamentos integrais da fé e da tradição. (v. [Política](#))

Diante do mundo moderno, da “modernidade”, o Intransigentismo pendia para o anátema, não para o diálogo; para o isolamento defensivo – levando a um risco muito concreto de guetização –, não para a abertura. Essa postura de Intransigentismo durou até o concílio Vaticano II (1962-65) e mesmo depois (o cisma de Écône - D. Lefebvre, 1988). Para o Intransigentismo, a “modernidade” nasceu do orgulho da civilização Ocidental, da sua *hybris*, desmedida de um processo de emancipação ilimitado com relação a Deus, à fé, à [tradição](#), à Igreja, única mediação verdadeira entre Deus e os homens (*Extra Ecclesiam nulla salus*), levando desse modo a Cristandade para a “revolução” permanente num movimento incessante de tudo transformar de maneira ímpia. (v. [Ocidente](#)) Este processo de autonomia excessiva tivera, segundo o Intransigentismo, os seus primórdios com a Reforma protestante e seu livre exame; prosseguira com a Ilustração e seu racionalismo, naturalismo, deísmo; com o liberalismo e seu laicismo, indiferentismo, anticlericalismo, economismo; com o Socialismo e seu ateísmo, [estatismo](#), cientismo.

O Intransigentismo enaltecia a fé e a tradição integrais, estimulou um duplo processo de clericalização e de romanização na Igreja, propiciou a reforma “ultramontana” do catolicismo tridentino. (v. [Sigma](#) & [Sociedade Integral](#)) Contra a “era das revoluções” (Ilustração, liberalismo, capitalismo, socialismo, comunismo), o Intransigentismo preconizava a Restauração da ordem, da [autoridade](#), da Cristandade – uma sociedade e um Estado “cristãos”, isto é, com uma religião oficial –, dos fundamentos da fé e da tradição. Numa pastoral, D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro (1869-90), dizia: “Sem a Igreja, não há religião; sem a religião, não há moral; sem a moral, nada de dever (...); sem o dever, a sociedade é impossível”.

O Intransigentismo procurava recriar uma ordem social cristã como suporte de uma civilização cristã na medida em que considerava que a “modernidade” descristianizara a Cristandade ocidental. O projeto restaurador de uma Cristandade “constantiniana”, isto é, anterior às revoluções liberais e à revolução industrial, perdurou até o Concílio Vaticano II. As diversas tentativas de construir uma neo-Cristandade manifestam, todavia, uma mesma estrutura formal, a saber: um modelo retrospectivo – a Cristandade medieval –; um modelo

prospectivo – uma Cristandade parcialmente dessacralizada que admitia a autonomia das realidades “profanas” (visão da neo-escolástica que distinguia a ordem sobrenatural e a natural, a graça e a criação) –; uma teoria da práxis pública dos católicos – a chamada Doutrina Social da Igreja, que buscava uma “terceira via” entre o liberalismo e o socialismo–; uma determinada acentuação das representações teológicas – a Soberania de Deus e do seu Cristo (Cristo Rei) e a doutrina do Corpo Místico de Cristo, conceito este que evidencia uma certa homologia entre as tendências corporativistas da Doutrina Social da Igreja e o “corporativismo” místico da eclesiologia. (v. [Catolicismo Social](#))

Francisco J.S.Gomes

Referências Bibliográficas:

JEDIN, Hubert. Storia della Chiesa, vol. 8-10. Milano, Jaca Book, 1985³.

MARTINA, Giacomo. La Chiesa nell’età del Liberalismo, vol.3. Brescia, Morcelliana, 1980⁴.

MAYEUR, Jean-Marie et alii. Histoire du Christianisme des origines à nos jours, t.12. Paris, Desclée,(?).

POULAT, Émile. Catholicisme, démocratie et socialisme. Paris, Casterman, 1977.

POULAT, Émile. Intégrisme et catholicisme intégral. Un réseau secret international: la “Sapinière”, 1909-1921. Paris, Casterman, 1969.

INTEGRISMO. No confronto entre a Igreja católica e o mundo moderno no século XIX, houve a tendência de constituir-se uma dupla atitude, a saber: o anátema, o isolamento defensivo – levando a um risco muito concreto de guetização, a restauração da Cristandade –; e o diálogo, a abertura, muito embora ligada igualmente ao ideal de Cristandade. Em outras palavras, houve a dificuldade para um grande número de católicos de articular coerentemente o primado do “espiritual” com a urgência do “temporal”, de preservar a sua identidade sem sacrificar a sua credibilidade. (v. [Política](#)) Essas opções quase sempre antagônicas, contraditórias, unilaterais pervagam toda a história do catolicismo dos séculos XIX e XX, levando muitas vezes quer a uma abertura incontrolada, quer a uma intransigência extrema. Foi o que ocorreu na oposição entre o catolicismo liberal e o catolicismo intransigente, entre o modernismo e integrismo. (v. [Modernismo no Catolicismo](#))

Do [intransigentismo](#) originou-se o catolicismo *social e integral*. (v. [Catolicismo Social: século XIX](#)) A unidade relativa do movimento social católico só durou até a publicação, em 1891, da [Rerum Novarum](#). A partir dos últimos anos do pontificado de Leão XIII (1878-1903) e durante o de Pio X (1903-1904), o movimento se cindiu em duas tendências: os católicos *sociais*, acusados por seus adversários de “modernismo social”; e os católicos *integristas*, que se vangloriavam ante aos católicos sociais, aos católicos liberais e aos modernistas – “*Somos católicos romanos integrais, isto é, colocamos acima de tudo e acima de todos não apenas o ensino tradicional da Igreja na ordem das verdades absolutas, mas também as diretrizes do papa na ordem das contingências práticas. A Igreja e o papa constituem um todo único*” (La Vigerie, 5.12.1912). (v. [Baderna & Sociedade Integral](#))

Os integristas mantiveram estreitas colusões com o integralismo, por exemplo, de uma [Action Française](#). (v. [Charles Maurras](#)). Aliás, em muitas línguas, os termos integrismo e integralismo são sinônimos. Alguns integristas radicais chegaram a criar como que uma rede internacional “anti-modernista” com sede em Roma, o *Sodalitium Pianum* ou *Sapinière* – termo de código, organizado por D. Umberto Benigni (1862-1934) –, próxima da Secretaria de Estado, que muitas vezes barrou os excessos da organização. Bastante censurada por seus métodos de espionagem e delação contra seus adversários, levou o papa Bento XV (1914-22) a pronunciar-se na sua encíclica *Ad beatissimi* (1914) com severa advertência, e a Congregação do Concílio a suprimi-la em 1921. O integrismo sobreviveu, contudo, até o concílio Vaticano II (1962-65) e mesmo depois (o cisma de Écône-D.Lefebvre, 1988). Hoje em dia, o termo é aplicado aos “extremismos” religiosos em geral, também apelidados freqüentemente de fundamentalismo. (v. [Conservadorismo](#))

Francisco J.S.Gomes

Referências Bibliográficas:

- AUBERT, Roger. Nova História da Igreja: A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno, vol.5, t.1. Petrópolis, Vozes, 1975.
- JEDIN, Hubert. Storia della Chiesa, vol.9. Milano, Jaca Book, 1985.
- LEMAIRE, J.; MARX, J. (org.). Les Intégrismes. Bruxelles, 1986.
- POULAT, Émile. Intégrisme et catholicisme intégral. Un réseau secret international: la “Sapinière”, 1909-1921. Paris, Casterman, 1969.
- SICCARDO, F.. “Intégriste” e “Intégrisme” Stratigrafia di due vocaboli francesi. Genova, Il Melangolo, 1979.

IUGOSLÁVIA, Crise da. Até 1992, a Bósnia fazia parte de um próspero e prestigiado Estado: a República Socialista Federativa da Iugoslávia, um país que teria hoje cerca de 34 milhões de habitantes, com um projeto desenvolvimentista bastante avançado e um regime sócio-econômico que, embora de orientação claramente marxista, baseava-se no sistema de autogestão cooperativa e distinguia-se claramente do socialismo burocrático soviético. (v. [Burocracia](#)) A Iugoslávia tinha, entretanto, uma terrível franqueza: os seus quase 34 milhões de habitantes estavam divididos em cerca de 17 nacionalidades, agrupadas em seis repúblicas federadas e duas províncias autônomas. Tais nacionalidades, conforme os dados disponíveis em 1994, distribuíam-se da seguinte forma: Croácia, 4.900.000; Eslovênia, 2.000.000; Sérvia e Montenegro (juntos), 20.800.000; Macedônia, 2.000.000; a Bósnia, 4.500.000 habitantes. Além desta diversidade, nenhuma das regiões étnicas apresentavam uma clara homogeneidade, com minorias espalhadas por todas elas. Tratava-se de compor um país com duas nacionalidades bastante ocidentalizadas, como a Eslovênia e a Croácia, com outras três nitidamente mais tradicionais: o Montenegro, a Macedônia e a Sérvia. (v. [Alteridade](#)) A Bósnia era um caso especial: não era bem uma nacionalidade, posto que os bósnios eram (são) sérvio-croatas e sua especificidade residia na religião que professavam: 43.7% dos bósnios, embora de etnia e língua sérvio-croata, são muçulmanos sunitas, enquanto sérvios ortodoxos formam 31% da população e croatas católicos cerca de 17%. Assim, entre católicos croatas e ortodoxos sérvios, os muçulmanos formavam a maior das minorias e queriam ser respeitados e ter suas tradições reconhecidas. (v. [Tradição](#)) A Eslovênia e a Croácia rapidamente evoluem em direção a uma economia industrial moderna, com grande diversificação econômica; enquanto isso, a Bósnia e a Macedônia, como a própria Sérvia, permaneceriam vinculadas a uma economia fortemente agrária e camponesa. As duas primeiras, em virtude de sua longa permanência sob domínio Habsburgo, utilizam o alemão como segundo idioma, mantêm-se vinculadas ao catolicismo romano e usam o alfabeto latino como forma de expressão do sérvio-croata. A linha divisória entre estas duas realidades forma uma fronteira esvanecida por entre centenas de vilas e lugarejos da Bósnia: é o preço de ter permanecido tantos séculos na fronteira de três civilizações: a eslavo-ortodoxa, a austro-católica e a turco-muçulmana. Em [política](#) externa, o novo reino da Iugoslávia encontra inúmeros [inimigos](#): húngaros e austríacos, pouco conformados com a derrota de 1918; a Itália, que detestava a idéia de um grande Estado confrontante no Mar Adriático, até então pensado como um “mar italiano”; os búlgaros, que reclamavam a Macedônia; e, por fim, a Albânia, que queria a província de Kossovo ou ao menos a sua independência.

Entre 1981 e 1990, a Iugoslávia atravessa uma seríssima crise: inicialmente, a presidência coletiva funcionava bem, porém, quando a recessão mundial atingiu a sua economia e atçou o mal-estar de milhares de trabalhadores, as tensões acumuladas eclodiram. As ocidentalizadas e industrializadas Eslovênia e Croácia, fortemente influenciadas pelas idéias do [neoliberalismo](#) e pela crise geral do socialismo de Estado no leste europeu, exigem reformas profundas de caráter anti-socialistas, com cortes no sistema educacional e de saúde. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Em Kossovo, a população – particularmente os mineiros de carvão de origem albanesa – se revolta e exige autonomia, provocando uma reação nacionalista intensa na Sérvia. Por todo o país, mais de 2000 [greves](#) eclodem, envolvendo 350 000 trabalhadores. Ante Markovic, croata na presidência do país, implanta uma política neoliberal com o receituário exigido pelo FMI para garantir empréstimos estrangeiros para o país e o pagamento do serviço da dívida externa (US\$ 21 bilhões em 1989); o desemprego bate seu recorde, atingindo 1.200.000 trabalhadores industriais (sobre uma força de trabalho calculada em 6.224.000 pessoas) e a inflação chega a 490% ao ano. (v. [Consenso de Washington](#)) O padrão de vida dos iugoslavos – o melhor de todos os tempos – desaba fortemente, com

perdas de 40% na qualidade de vida dos cidadãos. Todo o sistema baseado nas chances iguais e na busca de uma qualidade de vida superior verga, permitindo que o mal-estar exploda sob a forma de exigências nacionais. (v. [Chauvinismo](#)) A Sérvia, onde a Liga Comunista é fortemente implantada, acusa a política econômica do *staff* croata pela crise, enquanto croatas e eslovênios acusam o sistema socialista defendido pelos sérvios de ser o responsável pela estagnação. Em meio à crise, é convocado em 1990 o XIV Congresso da Liga Comunista Iugoslava (o partido dirigente) para discutir medidas de recuperação do país. A principal medida tomada é a total abertura política, com o estabelecimento de liberdade partidária, de imprensa e manifestação. O governo federal racha imediatamente, com os membros eslovenos, croatas, bósnios e kossovares formando partidos de caráter nacional. Primeiramente, Kossovo se proclama independente já em 1990, sendo seguido pela Eslovênia, a Croácia (em junho de 1991) e a Bósnia (outubro de 1991). A república do Montenegro, em plebiscito popular, confirma a sua união com a Sérvia.

A Sérvia, a república militarmente mais poderosa da federação, assume uma política diferente para cada caso. Em Kossovo, predominantemente habitado por albaneses, usa de meios militares abertos, ocupando o país e tomando Pristina, a capital, o que originará uma violenta luta entre 1998 e 1999, com cenas dramáticas de limpeza étnica. A intervenção da OTAN com seus violentos bombardeios sobre a Sérvia levará a uma virtual independência de Kossovo. No entanto, considerando como província sua, a Sérvia não admite a autonomia de Kossovo. Na Eslovênia e Croácia, a política sérvia é diferente: conscientemente não poderia negar o direito de autodeterminação dos dois povos, aliás assegurado na Constituição de 1971. No entanto, a Sérvia não admite que, ao separarem-se, as duas províncias levem consigo significativas populações sérvias. As lembranças ainda vívidas da ação de croatas na Segunda Guerra Mundial fazem com que os sérvios temam o extermínio de suas minorias na Eslovênia e na Croácia; daí advém uma guerra localizada, visando destacar dos novos países regiões limítrofes (como na auto-proclamada república sérvia de Krajina) e anexá-las à Sérvia. Em outubro de 1991, a proclamação de independência da Macedônia acarreta o mesmo processo, sendo que a inexistência de uma minoria sérvia significativa no país macedônio e a rápida interposição de tropas da [ONU](#) evitou qualquer conflito mais grave. Na Bósnia, o conflito se torna mais agudo: croatas e sérvios atacam simultaneamente o novo Estado, procurando anexar as parcelas de território bósnio povoadas por suas etnias. A ONU acaba por intervir enviando um contingente de “boinas-azuis” (tropas internacionais sob seu controle) para separar os beligerantes. Ao mesmo tempo, declara-se algumas cidades muçulmanas zonas de proteção. Em 1993, apresenta um plano de pacificação que previa a partilha da Bósnia em dez zonas étnicas autônomas, garantindo a defesa das minorias. O plano é aceito pela Croácia e a Sérvia e recusado pelo governo do Bósnia. Para este, a partilha do país acarretaria na prática a desaparecimento do Estado bósnio e seria apenas um passo para a anexação de territórios pela Croácia e Sérvia. A guerra retoma a sua violência, com cenas quotidianas de violentos bombardeios de populações civis. Sarajevo, a capital bósnia, agoniza estrangulada pelo cerco das forças sérvias. A opinião pública mundial chocada pede a intervenção da OTAN – o pacto militar ocidental liderado pelos EUA. O embargo geral das partes em conflito é reforçado e declaram-se zonas de exclusão sobre várias áreas do país. A ação parcial tanto da ONU quanto da OTAN acaba por desmoralizar ambos os organismos, com suas tropas transformando-se em peões no xadrez bósnio.

Embora seja parte geral da guerra decorrente da desintegração do Estado iugoslavo, o conflito na Bósnia é diferente. Não se trata de uma guerra entre dois Estados em disputa por territórios e populações. Neste caso, os sérvios não reconhecem a existência de uma nacionalidade “bósnia”, insistindo que os bósnios são, na verdade, sérvios ou croatas de religião muçulmana. Mesmo estes seriam apenas a maior das minorias locais, ao lado dos bósnios croatas e dos bósnios sérvios. Além disso, ao contrário das minorias sérvias encrustradas nas fronteiras da

Croácia com a Sérvia, os bósnios sérvios vivem espalhados por todo território bósnio desde antes da formação da Iugoslávia, constituindo um mosaico étnico inextricável. Para poder agir com maior liberdade e sem provocar uma reação direta do [Ocidente](#), o governo sérvio de Slobodan Milosevic apoia e arma uma pretensa república sérvia da Bósnia (dominada pelo Partido Democrático Sérvio de Radovan Karadzic), contraparte ao governo bósnio muçulmano estabelecido em Sarajevo. Neste caso, a proposta sérvia – inicialmente apoiada pela Croácia – é a pura e simples partilha da Bósnia entre croatas e sérvios. Ao mesmo tempo, a Sérvia mantém a sua união federal com Montenegro tomando para si a denominação de República Federal da Iugoslávia. Em outubro de 1991, a Macedônia proclama a sua independência. A reação parte agora da Grécia: tendo uma província do país denominada de Macedônia e povoada por uma minoria macedônica, os gregos consideravam que um país autônomo e vizinho com igual denominação acabaria por criar tensões sobre suas fronteiras. O processo de reconhecimento internacional do novo país é, então, congelado pela pressão helênica.

Entre 1991-93, prosseguem as lutas entre as três etnias na Bósnia: croatas e sérvios atacam territórios bósnios e procuram ocupar a maior área possível com base na idéia da continuidade étnica. Com o aguçamento da disputa entre sérvios e croatas – e sob a intensa pressão dos EUA, da União Européia e, em especial, da Alemanha –, a Croácia muda de lado a partir de março de 1994, passando a agir em comum acordo com o governo bósnio muçulmano contra os sérvios. Mesmo assim, a Croácia pratica uma política dúbia ao pretender que os territórios bósnios habitados por croatas sejam anexados à Croácia. Entretanto, o governo bósnio (os muçulmanos sediados em Sarajevo) encontra imensa dificuldade em exercer o seu poder sobre o país – controlam apenas 20% de todo o território bósnio. Para assegurar os seus direitos, cada lado – croatas, sérvios e bósnios muçulmanos – procede com extrema violência contra as populações civis dos seus inimigos: limpeza étnica generalizada, bombardeio indiscriminado de alvos civis, destruição de aldeias e vilas, estupros como forma de atemorização, tomada de reféns, etc... (v. [Repressão e Violência](#)) A guerra não deve, porém, ser encarada como uma questão “religiosa” ou uma questão “nacional” clássica. As fronteiras étnicas e religiosas são muitas vezes entrecortadas por fronteiras mentais e psicológicas. O caráter nacional da Bósnia é, a partir do entendimento clássico sobre [nacionalismo](#), altamente discutível. Além disso, a sensação de insegurança da Sérvia e dos sérvios fora da Sérvia aproxima-se largamente do espírito de insegurança dos colonos judeus nos territórios palestinos ou dos armênios do Azerbaijão. Um passado recente, pouco discutido e congelado no esquecimento pelo sistema oficial iugoslavo aflora agora sem qualquer grande sustentação filosófica. Não se trata de um fenômeno exclusivamente “iugoslavo”: os franceses discutiram muito pouco a colaboração com o nazismo ou a participação no [Holocausto](#), enquanto muitos alemães e italianos gostariam mais de esquecer o passado do que entendê-lo. (v. [Fascismo & Regime de Vichy e os Judeus](#)) Assim, as novas gerações croatas, sérvias e bósnias deparam-se frente a uma memória construída pelo imaginário particular, regionalizado e instrumentalizado. (v. [Neo-racismo Diferencialista](#)) É neste ambiente que os ódios afloram mais fortemente. Trata-se de um fenômeno da [História](#) do tempo presente particularmente desconsolante: o fundamentalismo. Os projetos concebidos como vitais por cada grupo em questão são considerados de forma *absoluta, peremptória* e sem *necessidade de qualquer explicação*. O recurso à violência é, assim, o único instrumento para a realização desta vontade peremptória que encontra no passado construído enquanto imaginário de grupo todas as razões necessárias. Assim, em vez do diálogo, predomina a força; em vez da discussão, mesmo que apaixonada, só o silêncio. O Outro é tomado como alvo e a existência do “eu” é enredada na destruição do diferente. O *fundamentalismo* – e aqui trata-se apenas de uma de suas manifestações – é uma das características básicas da vida política no final do século XX e marca largamente o dilema entre *o ser igual* e *o elogio à diferença*, entendida como óbice à

plena realização do “eu” coletivo. (v. [Conservadorismo](#) & [Democracia](#)) A atuação mediadora de países e organismos internacionais tem sido marcada por uma reafirmação do particular, no caso, do “étnico” e do religioso em detrimento do igual, do geral e do laico. Assim, os planos de paz (Owen, Vance, Stoltenberg, etc...) apresentados sob o patrocínio da União Européia ou da ONU reafirmam um padrão de arrinconamento (transformar a Bósnia em um conjunto de rincões étnicos autônomos), contribuindo para que as discussões se mantenham no atoleiro do infundo cálculo de “quanto território para tantas etnias”. A idéia generosa de uma [cidadania](#) (pertença a um Estado) independente de uma nacionalidade (pertença a um grupo nacional ou étnico) é descartada, abrindo-se vias para uma miríade de Estados-Etnia impotentes e fracos. A violência tornou-se, pois, uma rotina cruel e desumana em plena [Europa](#) do limiar do século XXI. (v. [Ideologia](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- GELLNER, Ernest. Antropologia e Política: Revolução no Bosque Sagrado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- GOSSIAUX, Jean-François. Yugoslavie: quand la démocratie n'est plus en jeu. Paris, Annales HSS, Juillet-Aôut, 1996(4): pp. 837-848.
- JÄGGI, Charles; KRIEGER, David. Fundamentalismus. Zuriq, Orell Füsli, 1999.
- TODOROV, Tzvetan. O Homem Desenraizado. Rio de Janeiro, Record, 1999.

J

JABOTINSKY, Vladimir Zeev. Vladimir Zeev Jabotinsky nasceu em Odessa no ano de 1880. Tendo estudado em colégio de língua russa, tornou-se um profundo conhecedor da literatura daquele país. A sua atividade de escritor e tradutor começou aos 17 anos, quando traduziu os poemas de Edgar Allan Poe para o russo, introduzindo os poemas deste para o público deste país. Jabotinsky logo entra no Jornal russo “A Águia” e é enviado, conforme seu pedido, para ser correspondente em Berna, onde estabelece contatos, junto a uma grande colônia judaica, com estudantes revolucionários emigrados e exilados da Rússia.

O encontro do jovem jornalista, que em pouco tempo havia conquistado o público leitor russo, com a causa nacional judaica só ocorreu em 1903. Como aconteceu com seu inspirador teórico Herzl em relação ao caso Dreyfuss, a defesa da causa nacional judaica por Jabotinsky também se deveu no primeiro momento às ondas de anti-semitismo e matanças generalizadas contra os judeus. (v. [Inimigo](#)) Em 1903, após o programa de Kishinev, criou um grupo de autodefesa judaica. Este momento foi de estruturação de unidades armadas de contra-ataque, paralelamente à publicação dos versos de Bialik, chamados *A cidade da matança*, mais tarde traduzido para o russo pelo próprio Jabotinsky e tido como um marco de [revolução](#) na/de mentalidade do judeu russo. Também foi eleito em 1903 por Odessa para participar como delegado do sexto congresso sionista. Este seria o último congresso de Theodor Herzl, nome ao qual Jabotinsky se ligou profundamente até o final da vida.

Por sua profissão e a serviço da militância sionista, Jabotinsky passou a visitar com frequência vários países e ter contatos nas relações de poder da política internacional. Isto ajudou-o a firmar sua visão herzilianiana do sionismo, passando a dar primazia absoluta à visão herzilianiana do sionismo e à visão “[política](#)” do Estado, em contraposição às outras concepções que delineavam a importância primordial de considerações políticas e sociais em relação aos métodos de colonização. (v. [Fundamentalismo Judaico](#)) Em 1909, como chefe da missão sionista na Turquia, visitou a Palestina pela primeira vez. A partir desta visita, passou a se inteirar mais dos problemas da língua hebraica e de sua revitalização. Conduziu a campanha pela hebraicização da diáspora e sua prioridade de ensino em colégios judaicos, o que lhe acarretou sérios problemas com os judeus russo, idishistas em sua maioria.

Em 1914, trabalhava como correspondente de um conceituado jornal liberal russo e, desta forma, viajou pelos diversos países envolvidos no conflito internacional. Porém, a partir do momento em que a Turquia apoiou a Alemanha, Jabotinsky passou a propugnar a entrada de forças judaicas e sionistas ao lado dos Aliados, contrastando com a confusa neutralidade dos sionistas de então. Depois de esforços ao lado de Yossef Trumpeldor, Jabotinsky conseguiu formar a “Zion Mules Corps”, força auxiliar composta por três batalhões nos quais o próprio Jabotinsky servira. Terminada a guerra, Jabotinsky permanece na Palestina, onde foi condenado por um tribunal inglês à prisão por ter formado uma resistência de grupos armados para defender-se dos ataques árabes de 1920, sendo solto logo após por pressão internacional. Jabotinsky, então integrante da executiva sionista mundial, entra em choque com a orientação “Achad Hamista” de Weismann, que defendia um sionismo apenas cultural, encarando de forma cética a cooperação da potência mandatária britânica e discordando da subordinação política ao departamento das colônias, que contrariava a retirada de uma das margens do Jordão. Enfim, retira-se de sua função na organização sionista em 1925.

Jabotinsky volta às suas atividades políticas: funda o revisionismo e forma um corpo partidário descendente político do pensamento herziliano, que traria um fluxo maciço de imigração judaica com auxílio de países europeus que tinham amplas comunidades judaicas e que não viam com bons olhos a presença de judeus em seu interior. O partido previa, a partir de sua “[ideologia](#) do Betar”, um organismo de arbitragem nacional em relação ao conflito capital-trabalho e a formação de uma central sindical neutra que congregasse em pé de

igualdade trabalhadores e patrões, todos subordinados ao Estado nas suas decisões. (v. [Estatismo](#)) O fosso entre socialistas e liberais se ampliou e suas diferenças foram tão grandes que em 1936 foi criada uma nova organização sionista. (v. [Corporativismo: Debate Político](#)) Herói da unidade nacional para alguns e demagogo mussoliniano para outros, Jabotinsky morreu em 1940 num acampamento da organização juvenil que ele ajudara a formar, deixando demarcado para os nossos dias questões primordiais para o conflito no Oriente Médio e no cerne da política sionista. (v. [Conservadorismo & Judaísmo](#))

Michel Gherman

Referências Bibliográficas:

- KATZ, Mordechai. The father of Betar. New York/ N.D
Las ideas basicas de Jabotinsky. Jabotinsky, Mexico, 1950.
KATZ, Samuel. A biography of Jabotinsky. New York, Barricade Books, 1995.
JABOTINSKY. La ideia sionista. Cazandra, Buenos Aires, 1943.
Maioria judia em Palestina. Betar, Mexico ano 7, Num. 3/48

JACOBINISMO como *Dérápagem*. Um ano antes das comemorações do bicentenário da [Revolução](#) Francesa, foi lançado o Dicionário Crítico da Revolução Francesa, organizado por François Furet e Mona Ozouf, onde se reinicia, após os anos de 1960 e 1970, uma retomada crítica deste fenômeno histórico. A atenção pode ser chamada particularmente sobre François Furet, que havia lançado alguns anos antes o livro “Pensando a Revolução Francesa”, no qual tentou reduzir, à luz do fenômeno jacobino, todo o processo revolucionário a uma *dérápagem*. Para tanto, contou com a releitura de dois autores que interpretaram o fenômeno: Augustin Cochin e Alexis de Tocqueville. (v. [Baderna](#) & [Política](#))

A escolha de ambos os autores é bastante reveladora: com Tocqueville, François Furet afastava-se da interpretação corrente que pensava a Revolução como uma ruptura, minimizando o fenômeno ao afirmar que o trabalho de dissolução da ordem estamental já havia sido iniciado pela monarquia; com Cochin, pôde trazer uma dimensão sociológica para a interpretação que se aproximava do pressuposto da ruptura revolucionária e, assim, acentuar a idéia da fácil corrupção do ideal de democracia social em direção ao [totalitarismo](#) (colocando bolchevismo, stalinismo e nazismo no mesmo campo). Assim, a partir de ambos os autores, Furet pôde estabelecer duas soluções de continuidade com finalidades políticas evidentes: primeira, deslegitimar na academia, após ter assumido a cadeira de [História](#) da Revolução Francesa na Universidade de Sorbonne, a linha de interpretação marxista de Georges Lefebvre, com a qual muitos partidos de esquerda se identificavam; segunda, enfraquecer o pressuposto da Igualdade, desvinculando-o do pressuposto da Liberdade, para afirmar a sua fácil dissolução autoritária e o *no future* da revolução comunista.

François Furet não era contrário à [democracia](#) restrita ao jogo parlamentar-liberal e sim contrário à idéia de igualdade social; suas idéias não se confundem, portanto, com as dos conservadores do século XIX ou com todo manancial de idéias anti-liberais e antidemocráticas que alimentaram o [fascismo](#). (v. [Antigo Regime](#) & [Conservadorismo](#)) Por isso, seria prudente não confundir a finalidade crítica de suas obras com a perspectiva de Augustin Cochin, da qual se apropriou para desvalorizar o aprendizado político representado pelo fenômeno revolucionário. (v. [Sociedade Civil](#) & [Tradição](#))

Nascido em 1876 e descendente de família de notáveis remontantes ao século XVII, Augustin Cochin hostilizava o mundo democrático e do livre pensamento da Revolução, desenvolvendo a sua crítica contra a democracia em geral a partir da experiência jacobina. Daí, pretendeu negligenciar os seus detalhes e isolar “linhas de força” que pudessem definir o “espírito do jacobinismo”, que dizia estar presente na república dos *philosophes* das “luzes” que, ao separarem o pensamento do mundo da experiência, professaram a possibilidade da “democracia pura”. Cochin desenvolve uma linha argumentativa que reduz o jacobinismo a um fundamentalismo, “regime dos princípios” que se habitua à unanimidade frente a seus ideais – Liberdade, Fraternidade, Igualdade, [Justiça](#), Felicidade – e em nome dos quais o menor de seus agentes justifica os seus atos brutais “como um bom muçulmano cita seu Corão”. É interessante observar que a sua crítica à “democracia pura” se insere na mesma linha argumentativa da crítica conservadora contra a democracia liberal: a liberdade democrática seria dissolvente e isoladora, posto que quebrou o quadros sociais e colocou os eleitores no vazio. Por quadros sociais se entende os corpos estamentais, onde não se conhecia o papel de cidadão ou indivíduo, não havia o “entruncamento parlamentar” intermediando a relação entre o Rei e a Nação e se reconhecia a esta, organizada em ordens, um papel ativo verdadeiro. Numa perspectiva nostálgica, a experiência política anterior ao Terror dava voz às histórias, aos costumes e tradições locais ao passo que o nivelamento político havia desagregado a matéria votante, reduzindo-a a um estado inorgânico, livre ao instinto e à sugestão do momento. (v. [Burocracia](#)) Por fim, sintetiza a sua definição do “espírito do jacobinismo”: *A liberdade que mata é irmã da liberdade que aprisiona, da fraternidade que*

espiona, da razão que excomunga – e todas juntas formam este estranho fenômeno social que se chama jacobinismo. (v. [Ideologia](#))

Cochin morreu em 1916, acreditando que a sua participação na guerra era um dever que o nome da [família](#) lhe impunha pela Pátria, posta ao lado de outros dois valores: Deus e a Religião Católica. Portanto, jamais conheceu o bolchevismo, o stalinismo, o leninismo ou o fascismo. No entanto, se observarmos as vezes em que é citado no *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, perceberemos que foi fácil modernizar ligeiramente o seu vocabulário para que sua análise conformasse uma linha de continuidade com as críticas ao totalitarismo, cuja intenção não obedece a outro propósito senão àquele de desvalorizar as experiências políticas nas quais o ideal de igualdade ultrapassa o formalismo puramente jurídico e, assim, realçar sua “inevitável derrapagem” para o [autoritarismo](#).

Ora, é importante lembrar que as qualidades específicas do jacobinismo não opõem igualdade à fraternidade ou à liberdade. Muitos movimentos operários dos séculos XIX e XX, em sua prática política, oporiam os dois elementos, pois a existência de suas organizações e a sua salvaguarda face às oposições dependeriam de uma certa submissão ou lealdade excessiva às lideranças e a implementação de um quadro de funcionários experientes. (v. [Oposição/Situação](#)) Tal estrutura demonstrou ser uma fonte de normas e controles burocráticos. Nada seria mais oposto à concepção jacobinista da *dignidade humana*: todo procedimento no interior dos comitês estava baseado na crença de que todo homem é capaz de raciocinar e aumentar as suas capacidades. Daí advém a importância que se dará ao autodidatismo, à crítica racional às instituições políticas e religiosas, ao republicanismo consciente e ao internacionalismo. Assim, qualquer forma de submissão ou diferença de *status* era vista como insultos à dignidade humana e, por isso, todo cidadão num comitê desempenharia alguma tarefa, a presidência seria ocupada por rodízio e as pretensões dos líderes seriam mantidas sob vigilância. Seria injusto julgar a conformação das idéias jacobinas à luz das evoluções posteriores, afinal, há muitos problemas sociais a serem resolvidos e nós mesmo não estamos no final da evolução. A importância do aprendizado político que suscitou não poderá mais ser ignorado. (v. [Partido Político de Direita](#))

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

BONGIOVANNI, Bruno. Jacobinismo, In Norberto BOBBIO et alii, *Dicionário de Política*, vol.1. Brasília, UnB, 1995. 8ªed.

COCHIN, Augustin. *L'esprit du jacobinisme*. Paris, PUF, 1979.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

FURET, François; OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

THOMPSON, E.P.. *A formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. São Paulo, Paz e Terra, 1997. (vol.1). 3ª ed.

TOCQUEVILLE, Alexis. *The Old Regime and the French Revolution*. New York, Doubleday Anchor Books, 1955.

JOVENS TURCOS. O surgimento dos “jovens turcos” está associado à atuação do General Hermes da Fonseca, ministro da [Guerra](#) do governo Afonso Penna (1906-1910). Dentre as iniciativas do ministro, destaca-se a aprovação da lei do serviço militar obrigatório em 1908. Contudo, tal lei permaneceu como letra morta. Incentivado pelo Barão do Rio Branco, Hermes da Fonseca enviou oficiais para estagiar durante dois anos no exército alemão, o melhor de seu tempo. Ao todo foram três grupos, sendo que o último e mais importante – formado por vinte e um oficiais – permaneceu na Alemanha entre julho de 1910 e outubro de 1912. Concluído o estágio, três desses oficiais decidiram editar uma revista de assuntos militares. Em setembro de 1913, saiu o primeiro número de *A Defesa Nacional*. Tinha como diretores os primeiros-tenentes Bertoldo Klinger (o líder do grupo), Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis Neto; como secretário, havia o segundo-tenente Paula Cidade. Além destes, o grupo de fundadores era formado pelos capitães Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues e Francisco Jorge Pinheiro, e pelos primeiros tenentes Mário Clementino de Carvalho, Brasília Toborda, Euclides de Oliveira Figueiredo, José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti e Amaro Azambuja Villanova. (v. [Liga de Defesa Nacional](#)) Destes doze, sete haviam estado na Alemanha. Por sua atuação reformista, receberam o apelido de “jovens turcos”, em analogia aos jovens oficiais que, na Turquia, lutaram em prol da reforma das Forças Armadas de seu país. Estes também haviam estagiado na Alemanha e editaram uma revista cujo título foi adotado pelos “jovens turcos”.(v. [ATATÜRK, Mustafá Kemal](#))

Mesmo sendo uma publicação de assuntos militares, *A Defesa Nacional* comentava com desembaraço temas políticos nacionais e internacionais. A conjuntura de guerra foi observada atualmente e os “turcos” combateram, nas páginas da revista, o [imperialismo](#) das nações Aliadas, o socialismo e as idéias que chamavam “pacifistas”. (v. [Anticomunismo](#)) Em todos os textos sobressaía a “ótica alemã” empregada para analisar a realidade. A partir dela, os “turcos” elaboraram um diagnóstico do Exército e da nação brasileira. Na Alemanha, haviam percebido o importante papel que o prussiano desempenhara na construção da nação alemã. (v. [Prussianismos Brasileiros](#)) Ao observarem a nação brasileira, o que se lhes apresentava era uma nação “nascente” e “improvisada”. (v. [Atraso & Ocidente](#)) Só o exército poderia concluí-la por ser o único fator realmente nacional. O Exército deveria ser o “volante da máquina nacional” cuja engrenagem seria o espírito militar. (v. [Militarismo](#)) Este deveria ser inculcido desde cedo, nos lares e nas escolas, para que o recruta, ao chegar no Exército, pudesse ser convenientemente treinado. Nesse processo de construção da nação pelo Exército, o serviço militar obrigatório atuaria decisivamente, inculcando nos jovens valores, hábitos e atitudes que levariam consigo em sua volta à vida civil. (v. [Civismo](#) & [Coronelismo](#)) O Exército, nas nações nascentes como o Brasil, não se restringiria apenas à defesa externa; a defesa interna lhe caberia e, assim, deveria ser capaz de deter as “enxurradas sociais”, como as manifestações operárias e a revolta do Contestado, que ocorriam naquele momento. (v. [Centenário de Nascimento de Olavo Bilac](#) & [Revolução](#))

Os “turcos” revelaram-se bastante críticos ao analisar o Exército Brasileiro, ou “exército colonial”. Os problemas encontrados agrupavam-se em dois grandes conjuntos: recursos materiais e humanos e questões organizacionais, ambos responsáveis pelo baixo nível profissional que caracterizava a corporação. As principais deficiências materiais eram o armamento e o equipamento, mas havia sérios problemas quanto a instalações, fardamentos e mobiliário. Os recursos humanos, tanto os que compunham a base da corporação quanto aqueles que dirigiam, eram indesejáveis. A base do Exército até 1916, quando começou a ser implantado o serviço militar obrigatório, era preenchida pelos voluntariado, formado por homens sem condições físicas, analfabetos, miseráveis e que se alistavam repetidas vezes. Os “turcos” os viam como “detritos da sociedade”. (v. [Conservadorismo no Brasil República & Eugenia](#)) O seu olhar sobre os soldados era um olhar superior, preconceituoso, que não

aceitava ser o país defendido por negros pobres e analfabetos. Daí a importância do serviço militar obrigatório, que levaria para as fileiras jovens oriundos de outros segmentos sociais mais confiáveis. (v. [Natureza](#)) No plano da oficialidade, era preciso combater duas graves deformações profissionais: os “bacharéis”, com formação científica, e os “tarimbeiros”, com formação empírica. Da parte dos “inferiores”, a principal ameaça veio dos sargentos, que tentaram se revoltar entre os anos de 1914 e 1916, configurando uma perigosa quebra de hierarquia. As questões organizacionais também apontavam para duas direções: para a base, concentrando-se na questão chave do recrutamento; para o topo, como a formação, distribuição e rejuvenescimento do quadro de oficiais. (v. [Conservadorismo & Ideologia](#)) Tendo construído para si mesmos uma imagem de estrito profissionalismo e apoliticismo, os “turcos” pregavam, na verdade, o afastamento dos militares somente da “politicagem”, isto é, das disputas interoligárquicas que tanto haviam desgastado o Exército, defendendo a participação na política quando se tratasse de questões nacionais, como a derrubada da Monarquia, na qual a corporação atuou unida, sem quebra da hierarquia. As idéias defendidas pelos “jovens turcos” ganharam ressonância no pós-1930. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#))

Leila Maria Corrêa Capela

Referências Bibliográficas:

- CAPELA, Leila Maria Corrêa. As malhas de aço do tecido social: a revista *A Defesa Nacional* e o serviço militar obrigatório. Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, UFF, 1985(mimeo.)
- CARVALHO, José Murillo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador; In: FAUSTO, Boris(org), *História Geral da Civilização Brasileira*, t.3, v.2. São Paulo, Difel, 1977.
- CARVALHO, José Murillo de.. Forças Armadas e Política, 1930-1945; In: *A Revolução de 30*, seminário realizado pelo CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Setembro de 1980. Brasília, Editora da UnB (Col. Temas Brasileiros, 54), 1983.
- COELHO, Edmundo Campos. Em busca da indentidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.
- McCANN, Frank D.. A nação armada: ensaios sobre a história do exército brasileiro. Recife, Guararapes, 1982.

JUDAÍSMO. Em espanhol é sinônimo de hebraísmo, ou seja, pregação da lei antiga ou de Moisés que em português corresponde aos seguidores da lei de Moisés e ritos judaicos. O judaísmo pode ser visto como acervo religioso de um povo, o judaico, que engloba a cultura, a [tradição](#) e a [história](#) com todas as suas peculiaridades. Não importa apenas considerá-lo como um sistema de dogmas ou doutrinas, mas antes como uma tradição de relações existenciais do povo de Israel para com seu Deus, para consigo mesmo, com cada um dos seus filhos ou adeptos, tradição que perdura como doutrina e prática, isto é, moral e culto, ademais da legislação escrita e consuetudinária. Para SCLAR (1985), o judaísmo pode ser visto como um grupo étnico, caracterizado por passado histórico, língua e tradições em comum, por uma cultura com certas características próprias e ainda por certo comprometimento, mesmo que negativo, com o Estado de Israel, não aceitando o judaísmo como um bloco monolítico, imune às dissensões. Para esse autor, o judaísmo foi ponto de partida para uma filosofia de vida e, sobretudo, para uma pujante cultura. (v. [Ideologia](#))

Para ROSENBERG & BECKERMANN (1988), o judaísmo é um conceito que abrange todo um mundo de significados. É necessária a convivência de três conceitos para defini-lo: religião, povo e nacionalidade, que compõem o mundo judaico e seus símbolos específicos mesclados harmoniosamente – língua, símbolos, destino histórico, tradições, valores, idéias, preceitos, festividades e território. SORJ & GRIN (1993) diferenciam o judaísmo moderno do judaísmo pós-moderno. Para esses autores, o judaísmo moderno corresponde aos diversos esforços de traduzir a tradição judaica rabínica em conceitos e valores da modernidade. Significou o abandono da auto-organização comunal e a autonomia cultural e judiciária dos judeus que o rolo compressor do Estado moderno não podia suportar. (v. [Burocracia](#)) Nos termos discursivos da modernidade, a significação do judaísmo ficou reduzido a duas grandes direções: a primeira foi a de transformar o judaísmo em religião, eliminando os conteúdos nacionais e místicos da tradição rabínica para integrá-la de forma não conflitiva ao discurso liberal e à [cidadania](#) nacional; a outra tendência foi transformar o judaísmo numa nação com características *sui-generis* e que deveria ser normalizada por ter uma estrutura política autônoma, similar aos outros povos. (v. [JABOTINSKY, Vladimir Zeev](#))

O judaísmo moderno afastou-se da síntese rabínica que organizou a vida judaica durante dois mil anos. Para esses autores, a coerência das práticas do judaísmo rabínico se orientou no sentido de manter e reproduzir o judaísmo. O judaísmo moderno, em contraposição, quer ser sistemático e coerente, centrado no outro, isto é, procurando forçar a convergência e mesmo a identidade ente os valores judaicos e os valores modernos. (v. [Alteridade](#)) O judaísmo moderno corresponde ao período histórico que se estende do Iluminismo e a [Revolução Francesa](#) até o [Holocausto](#) e a criação do Estado de Israel judeu. (v. [Geopolítica](#)) Caracteriza-se pela procura de absorção, integração e legitimação do judaísmo nos valores modernos, mostrando que o judaísmo é capaz de conviver e se expressar em termos universais. Assume, assim, um caráter auto-justificatório, no qual procura abandonar todo o conteúdo que pudesse implicar a não aceitação pelo Outro. (v. [Inimigo](#)) O judaísmo moderno foi um judaísmo político enquadrado nos grandes movimentos ideológicos de sua época. O ponto central da reflexão do judaísmo moderno é identificar o que é a essência do judaísmo, o que é ser [judeu](#). O judaísmo moderno, em nível individual, foi vivido como uma crise de identidade entre tradição e modernidade, entre lealdade aos laços primários e ao conjunto da sociedade, entre o privado e o público, entre sentimento e razão.

O *judaísmo pós-moderno* ou *pós-holocausto* mantém como parâmetro os valores iluministas da modernidade, mas no mundo pós-moderno o judaísmo deixou de ser uma presença constante na vida cotidiana dos judeus tal como era no período rabínico, perdendo a vontade racionalizadora, doutrinária e discursiva do judaísmo moderno. O judaísmo passou a ter caráter modular, construído como um *mix* de acordo com o gosto individual, lembrando a tradição, mas de forma não muito exigente. (v. [Conservadorismo](#))

STERN (1989) define o *judaísmo messiânico* como o que aceita Yeshua (Jesus) como Messias, pois o judeu messiânico identifica-se com a história judaica e com a história cristã. Segundo Stern, a fé messiânica teve início com o judaísmo. No século II, os judeus messiânicos foram excluídos da comunidade judaica e deixaram de existir como movimento identificável no século V, com reduzidas exceções. Do século V aos XVIII, não houve espaço na Igreja ou na comunidade judaica para os judeus messiânicos que desejavam conservar sua dupla identidade. A história do judeu messiânico deixa de ser comunal e torna-se as histórias de crentes judeus individuais em relacionamento com as comunidades judaicas, cristãs e secular. O atual reavivamento do judaísmo messiânico tem início como campo de idéias e aproximações cristãs durante os séculos XVII e XVIII na Alemanha e Holanda, paralelamente ao movimento cristão-hebraico na Inglaterra. (v. [Fundamentalismo Judaico](#))

Maria Rosa Borin

Referências Bibliográficas:

- ROSENBERG, Shalon; BECKERMAN, Ttzi. Bar-Mitzva: treze palestras sobre o judaísmo. Tel Aviv, Universidade Aberta, 1988.
- SCLIAR, Moacyr. A condição judaica: das tábuas da lei à mesa da cozinha. Porto Alegre, L&PM, 1985.
- SCLIAR, Moacyr. Judaísmo: dispersão e unidade. São Paulo, Ática, 1994.
- SORJ, Bernado; GRIN, Monica. Judaísmo e modernidade: Metamorfose da tradição messiânica. Rio de Janeiro, Imago, 1993.
- STERN, David H. Manifesto judeu messiânico. Rio de Janeiro, Louva-Deus/Comunidade Emanuel, 1989.

JUDEU. Definido raciologicamente no campo da extrema-direita, o judeu congrega o povo de origem semita, considerada uma raça biologicamente distinta e inferior às demais. (v. [Eugenia & Natureza](#)) Sendo uma raça inferior, a sobrevivência do judeu significaria uma degeneração para a humanidade. (v. [Darwinismo Social](#)) A sua religião se distinguiria da cristã por não ser missionária e por ter leis dietéticas especiais. Neste sentido, mesmo os judeus que se convertem não podem ser considerados cristãos posto que o seu sangue é impuro. Além disso, do ponto de vista de sua inserção social, é visto como um parasita desenraizado ávido em adquirir riquezas e criar/aproveitar as/das crises financeiras. (v. [Leis de Nuremberg & EICHMANN, O Caso](#)) Além disso, se o judeu exacerba tudo que há de ruim no capitalismo que é preciso ser extirpado, no outro pólo do campo de forças política teria criado o comunismo para enfraquecer o Estado. Em contraponto a isso, o Estado deveria ter o controle da economia do partido, o monopólio da comunicação e do terror policial. O estigma do judeu como comunista ecoa fortemente depois da vitória do Partido Comunista na [Revolução Russa](#), em cujos quadros dirigentes era possível encontrar judeus, alguns dos quais foram afastados do partido. (v. [Fascismo](#))

A idéia do judeu como usuário explorador das riquezas da comunidade “estranha” que o “acolhe” surge na Idade Média, quando é expulso de vários países em diversas vezes. (v. [Inimigo](#)) Por sua participação ativa no comércio de varejo e de grosso trato, foi culpado inúmeras vezes pela carestia dos alimentos nos momentos de crise de colheitas e devastações da economia agrária por guerras contínuas entre nobres. Culturalmente, o judeu diferenciava-se dos demais membros das comunidades medievais pela obrigatoriedade de aprender a ler desde cedo, pois esta é uma condição fundamental para a prática religiosa.

A partir da criação do Estado de Israel é considerada judia “toda pessoa nascida de mãe judia ou que se tenha convertido ao judaísmo e não pertença a outra religião”. Bernard Dov Hercenberg vai mais adiante e utiliza o conceito de André Neher: *“o judeu é o homem das origens, que se remete à origem, não permanecendo mas afastando-se, dizendo, assim, que a verdade do começo está na separação. Israelita, ele está no reino. Judeu, está no Exílio. E como está destinado a fazer do Exílio o reino se é ao mesmo tempo errante e instalado? É precisamente essa contradição que faz do homem judeu [um] judeu.”*

Nanci Nigri

Referências Bibliográficas:

BARNAVI, Élie (org). História universal dos judeus. Lisboa, Contexto, 1992.

HERCENBERG, Bernard Dov. O exílio e o poder de Israel no mundo: Ensaio sobre a crise dos Limites da Representação do Poder. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

JOHNSON, Paul. A História dos judeus. Rio de Janeiro, Imago, 1995.

JUSTIÇA. O conceito de justiça vem sendo debatido por filósofos e pensadores há mais de vinte séculos, sem que se tenha chegado a um consenso. A justiça é mais fácil de se compreender do que se definir, pois consiste numa noção genérica que não pode ser desvinculada das conjunturas históricas em relação às quais ela atua como valor básico. Assim, para que se compreenda a importância da sua visão histórica, basta verificar o exemplo da Grécia antiga, na qual a [democracia](#) convivia com a escravidão e ambas eram consideradas justas. Por isso, alguns juristas entendem que o seu conceito não é científico e sim de ordem moral. Essa é, por exemplo, a opinião de Hans Kelsen ao concluir que o conceito de justiça tem natureza meramente axiológica e não científica.

A questão relevante sobre a justiça, segundo Miguel Reale, é a de se saber que espécie de valor ela representa. Citando Nicolai Hartman, Reale afirma que a justiça é o valor básico, fundamental, que permite a realização dos demais valores de uma sociedade. (v. [Cidadania & Conservadorismo](#)) Dessa forma, a justiça é qualificada como essencial, pois é ela que permite que os demais valores tenham importância. Hodiernamente, há consenso no sentido de que a harmonia social é inseparável do valor de justiça, que é sempre uma expressão de igualdade não absoluta, o que significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. (v. [Ideologia](#)) Em sua obra *Filosofia do Direito*, Miguel Reale destaca que a noção de justiça evoluiu de um conceito subjetivo, onde preponderava a virtude individual, para o plano de sua realização social, como bem comum. Em síntese, justiça social e bem comum seriam expressões sinônimas, de tal modo que uma sociedade será tanto mais justa quando mais os homens se harmonizem entre si, com a participação cada vez maior de todos para a plena realização social, o que é exatamente o sentido do bem comum. (v. [Política & Sociedade Civil](#)) Em consequência, a definição de justiça seria uma questão cultural, sendo inútil qualquer tentativa de defini-la em desacordo com essa perspectiva histórica. (v. [História & Tradição](#))

As várias características da justiça, tendo em vista a sua visão histórica, torna vão todos os esforços para enumerar os seus parâmetros, cuja análise se desdobra em uma série infindáveis de conceitos, que vão desde a equidade à isonomia, demonstrando o vasto campo conceitual do que seja o justo. Deve-se afastar qualquer meta de alcançar um conceito genérico de justiça, como o de reduzi-la a um conjunto de requisitos formais capazes de legitimar as relações jurídicas, pois ela é inseparável de sua concreta projeção na experiência. A justiça é um atributo básico da sociedade, cuja característica fundamental consiste na realização dos seus demais valores, de acordo com os critérios de igualdade adotados através das várias fases da história. É razoável identificar no conceito de justiça um ideal, talvez utópico, de uma sociedade harmônica e, portanto, justa, onde os homens conviveriam livremente, respeitando-se mutuamente. Em conclusão, é possível constatar a existência de um elo entre justiça, liberdade e igualdade, visando realizar a plenitude da pessoa humana em harmonia com os demais membros de uma comunidade, identificada com frequência pelo conceito de democracia. (v. [Jacobinismo](#))

Paulo Penalva Santos

Referências Bibliográficas:

- GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Filosofia do Direito*. Forense, 1996.
JACQUES, Paulino. *Curso de Introdução ao Estudo do Direito*. Forense, 1981.
NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. Forense, 1990.
REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. Editora Saraiva, 1990.
REALE, Miguel. *Horizontes do Direito e da História*. Editora Saraiva, 1977.

JUSTICIALISMO. Corpo da doutrina com a qual [Juan Domingo Perón](#) sustentou suas proposições. Partido político formado em 1949, sob o nome de Partido Peronista, denominase posteriormente Partido Justicialista para implementar essa doutrina, cujos princípios ideológicos entrecruzam e colidem elementos da filosofia tomista medieval, da [falange espanhola](#), princípios do [Estado do Bem-Estar Social](#) e um pseudo-marxismo reinterpretado por apóstolos provenientes da esquerda tradicional e convertidos ao novo evangelho. (v. [Autarquia](#) & [Estatismo](#)) O tratamento dado ao Justicialismo, sobretudo pelos militantes peronistas, era de verdadeiro culto à personalidade do *Líder* e de crença incontestável em suas idéias. Perón tentara converter o Justicialismo em *religião cívica*, os peronistas se autodenominaram *crentes* e as idéias justicialistas eram sintetizadas pelas *Vinte Verdades*, que enfatizavam permanentemente as noções de [justiça](#), patriotismo, soberania e igualdade, ao mesmo tempo que o movimento se auto-definia como humanista e cristão. (v. [Civismo](#) & [Conservadorismo](#)) A lealdade ao regime era exigida em nome da identidade nacional: *Nenhum argentino de bem pode negar sua coincidência com os princípios básicos de nossa doutrina, sem renegar primeiro da dignidade de ser argentino.* (v. [Nacionalismo](#) & [Subsecretaría de Informaciones](#)) Como expressão e fundamento do sistema, o Justicialismo promove uma reforma constitucional e da legislação vigentes, permitindo, a partir de 1949, a reeleição indefinida para o cargo de presidente da república. Ao mesmo tempo, a influência de Eva Perón, como intermediária entre o presidente e os trabalhadores, atingiu seu apogeu. Ela era endeusada pelos trabalhadores e parecia pretender transformar o regime em uma teocracia, sustentando que a sua única religião era o peronismo e que seu único dogma era a fé em Perón: *O general Perón, seguindo o exemplo de Jesus, buscou seus amigos entre os pobres...Não conhecemos a história de outro governante que seu ocupou, como o general Perón, de cumprir o que Tu, Senhor, disseste: Venham a mim criancinhas!* (v. [Populismo](#)) A política de justiça social, auspiciada pela doutrina justicialista, foi alvo de críticas inclementes por parte da [direita argentina](#) nacionalista que tinha apoiado inicialmente a Perón. (v. [Governabilidade](#)) Consideravam que as reformas sociais estavam indo muito longe e não respondiam mais às aspirações de *harmonia de classes* ou *equilíbrio social* que preconizavam como adequadas. (v. [Baderna](#) & [Corporativismo: Teoria](#)) Qualificavam a política peronista de *cesarismo plebiscitário* e consideravam a justiça social de Perón uma fórmula de ganhar eleições e manter-se no poder. Além do mais, o Justicialismo provocou a ira da Igreja católica, sobretudo dos intelectuais de direita, ao tempo em que Perón suprimiu vários feriados religiosos e restringiu o ensino religioso nas escolas. (v. [Intransigentismo](#)) Em 1950, Perón instituiu na obrigatoriedade do ensino da doutrina justicialista nas escolas e substituiu os ultraclericales por peronistas para inculcar na juventude argentina uma lealdade cega ao regime. (v. [Totalitarismo](#)) O nacionalista Franceschi alertava para a luta entre o Justicialismo e a Igreja Católica, dizendo que os professores já não eram devotos dos ensinamentos da Igreja, mas que *escreveram textos de leitura nos quais ensinavam as crianças a equiparar essa mulher de antecedentes conhecidos* (referia-se a Eva Perón) *à Virgem Maria!* (v. [Peronismo](#))

As relações entre Perón e a Igreja ficaram mais abaladas depois da morte de Eva Perón e a negativa da Igreja de reconhecer-lhe a santidade. Em 1955, o Congresso, formado majoritariamente por peronistas, instituiu o divórcio, legalizou a prostituição e começou a preparar uma emenda constitucional para a separação Igreja/Estado.(v. [Casamento](#) & [Família](#)) A partir de então, os conflitos se aceleraram e a batalha contra o regime atingiu seu clímax. A direita nacionalista estava convencida de que Perón havia se convertido em *agente do comunismo, instrumento do marxismo internacional* e, segundo Sánchez Sorondo, Perón havia adotado a *ideologia* de seus *inimigos* iniciais, *os comunistas, que lhe influenciaram no insensato enfrentamento com a Igreja católica.* (v. [Aliança Anticomunista Argentina](#)) A combatividade do Justicialismo, enquanto doutrina peronista, restringiu-se ao período em

questão, ou seja, entre 1949 e 1955. Posteriormente, uma política de alianças com a Igreja, os nacionalistas e outros opositores será a postura mais comum do movimento. (v. [Ditadura & Partido Político de Direita](#))

Claudia Wasserman

Referências Bibliográficas:

KAPLAN, Marcos. Cinquenta anos de história argentina (1925-1975): o labirinto da frustração. In: GONZALES CASANOVA, Pablo. *América Latina História de meio século I*. Brasília, UnB, 1988.

LUNA, Felix. Perón y su Tiempo II: La comunidad organizada, 1950-1952. Buenos Aires, Sudamericana, 1987.

MIGUENS, José Henrique; TURNER, Frederick, C . (org.). Racionalidad del Peronismo. Buenos Aires, Planeta, 1988.

ORTIZ, Alicia Dujovne. Eva Perón: La biografía. Buenos Aires, Aguilar, 1995.

ROCK, David. La Argentina autoritaria: Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida pública. Buenos Aires, Ariel, 1993.

JUVENTUDE. O termo juventude tem sido usado num sentido amplo, que envolve vários grupos e classes sociais entre as faixas etárias da adolescência e os primeiros anos da maturidade, mas sem limites precisos de idade. As suas manifestações sócio-políticas são das mais diversificadas, embora o senso comum costume associar a idéia de juventude com a contestação à ordem estabelecida, concluindo a partir disso o seu esquerdismo, o que talvez seja influência da memória dos movimentos libertários de 1968. (v. [Guerra & Natureza](#)) Qualquer análise mais aprofundada da história do século XX indicará que nem sempre os jovens podem ser considerados de esquerda, tendo presença marcante também em movimentos abertamente de direita. Assim, por exemplo, a mistificação e o culto da juventude e de seus supostos atributos – audácia, agressividade, saúde, virilidade, etc – caracterizaram as ideologias do [fascismo na Alemanha](#) e do [fascismo na Itália](#), que proliferaram a partir da Europa na primeira metade do século e tem ganhado terreno junto a grupos juvenis hodiernos, talvez como resposta ao desemprego e à falta de perspectivas políticas que acompanham o fim do modelo econômico baseado no [Estado do Bem-Estar Social](#). (v. [Skinheads & Anomia](#)) No Brasil, uma parcela dos jovens modernistas – que fundariam os movimentos estéticos Verde-Amarelo e Anta nos anos de 1920 – valorizava a juventude na constituição de uma Nação como totalidade orgânica. (v. [Sociedade Integral](#)) Alguns deles se engajaram na construção do Partido Integralista, caso de [Plínio Salgado](#), líder principal do que seus adversários rotularam como "[fascismo tupiniquim](#)". Em 1940, a ditadura de Vargas criou a Juventude Brasileira, ligada ao Ministério da Educação. A entidade era mais próxima da Mocidade Portuguesa (salazarista) do que das organizações juvenis fascistas e nazistas, devido a seus traços sobretudo de educação moral, cívica e física, esvaziando qualquer estímulo a uma mobilização paramilitar: buscava inculcar na juventude uma consciência patriótica, convocando-a para desfiles nas grandes datas nacionais – portanto, enquadrada na ritualística do regime. O [Estado Novo no Brasil](#) também apoiou a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937-38. (v. [Nacionalismo](#)) A direção da UNE seria, em seguida, recuperada pelas forças anti-varguistas. (v. [LACERDA, Carlos](#)) De 1950 a 1956, durante a [Guerra Fria](#) – no período conhecido como "os tempos do Paulo Egydio", ex-presidente da entidade –, a direita viria a dominar a UNE. (v. [Partido Político de Direita](#)) Tratava-se de uma nova direita, ligada à UDN, associada aos interesses norte-americanos. Entre meados e finais da década de 1950, a esquerda voltou a ser hegemônica na UNE, mas alguns universitários foram coniventes com o golpe de 1964 – foi o caso das diretorias das Uniões Estaduais de Estudantes de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Também houve presença marcante de jovens em diversos movimentos católicos de direita ao longo do século XX, como no Centro D. Vital nos anos de 1920 e na [Tradição, Família e Propriedade \(TFP\)](#). Esta se mobilizou ativamente contra o "perigo comunista" no pré e no pós-1964 – quando outros setores da juventude fizeram parte de organizações paramilitares, caso do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). (v. [Anticomunismo & Repressão e Violência](#)) Institucionalmente, o partido do governo criou a pouco conhecida [Arena-Jovem](#), além de divulgar uma [ideologia](#) ufanista e de suposta valorização da juventude. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) Nos anos de 1980, com o final da ditadura no Brasil, surgiram novos movimentos juvenis de direita, alguns dos quais articulados em torno de candidatos a cargos públicos majoritários. Por outro lado, certos grupos organizados da juventude da periferia das grandes cidades brasileiras, como os [Skinheads](#), apresentariam características de racismo e violência próximas ao nazi-fascismo. (v. [Punk: conceito e comportamento](#))

Marcelo Ridenti

Referências Bibliográficas:

BRITO, Sulamita de (org.). Sociologia da juventude. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. (4 vols.)
CARDOSO, Ruth; Sampaio, Helena (org.). Bibliografia sobre a juventude. São Paulo, EDUSP, 1995.
FILHO, João Roberto Martins. Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968. Campinas, Papirus, 1987.
LEVI, Giovanni; Schmitt, Jean-Claude (org.). História dos jovens, vol.2: A época contemporânea. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. Tempos de Capanema. São Paulo, EDUSP, 1984.

K

KU KLUX KLAN. A Ku Klux Klan é uma organização ultraconservadora originada no Sul dos Estados Unidos, logo após a Guerra Civil, no chamado período da Reconstrução. Foi fundada em 24 de dezembro de 1865, em Pulaski (Tennessee) por veteranos confederados sulistas. O seu nome é uma adaptação da palavra grega *kuklos*, cujo significado é “círculo”. É em torno de uma releitura de elementos presentes no imaginário das antigas culturas grega e celta que os membros desta sociedade secreta irão se organizar e estabelecer sua hierarquia, elegendo para a sua liderança o *Grande Mago do Império*, seguido de outras autoridades, como os dez *Gênios*, o *Grande Dragão do Reino*, as oito *Hidras*, o *Grande Titã do Domínio* – assistido pelas seis *Fúrias* –, o *Grande Ciclope da Caverna* e dois Falcões da Noite. Numa convenção em Nashville (1867), denominada *Império Invisível do Sul*, foram consolidadas as diretrizes políticas da Ku Klux Klan, que versaram sobre como dever-se-ia estabelecer a hierarquia do grupo, declarar lealdade à Constituição dos Estados Unidos e ao governo, e marcar a sua determinação de “*proteger os fracos, inocentes e indefesos;... eliminar a injúria e a opressão; e... eliminar o sofrimento, sobretudo das viúvas e órfãos de soldados confederados*”. (v. [Masculino/Feminino](#))

Em seus primórdios, concentrou-se na oposição radical aos negros, acreditando na sua inferioridade inata; aos governantes da Reconstrução Republicana, que concederam aos negros o direito ao voto; e aos nortistas que migravam para o Sul. (v. [Eugenia](#) & [Natureza](#)) Apelando para a extrema violência em defesa da suposta superioridade da raça ariana, os membros da Klan faziam incursões noturnas para intimidar e castigar aqueles que não defendessem os interesses de sua raça. (v. [Tortura](#)) Vestiam-se em mantos brancos, com capuzes em forma de cone, como aqueles dos carrascos, que dificultavam a identificação e “para se protegerem contra os prejuízos” causados por seus inimigos eleitos. Espancavam, linchavam, incendiavam imóveis, destruíam colheitas, enfim, espalhavam o terror pelo Sul dos Estados Unidos com o aval de grande parcela da população. Esse grupo radical, de religião protestante, tem como símbolo, reverenciado em suas cerimônias, a tradicional cruz, “*que representa os ideais da Civilização Cristã (...), símbolo do sacrifício*”, em chamas, “*para significar que Cristo é a luz do mundo*” e para “*purificar as nossas virtudes pela queima dos nossos vícios*”. A adoção da cruz em chamas também é uma referência ao passado e denota mais uma vez o apelo à [tradição](#): segundo os próprios membros da organização, tem origem escocesa e foi utilizada em sinal de oposição à tirania e em obediência a Deus.

Devido a seu comportamento, a Ku Klux Klan sofreu em vários períodos de sua existência severas retaliações do Congresso Americano, dissolvendo-se por várias vezes, reorganizando-se tempos depois e atuando clandestinamente. Na década de 1870, por exemplo, em função das fortes punições, o movimento enfraqueceu-se, chegando a dar sinais de extinção. Em 1915, porém, a Klan retomou suas atividades, contando com a participação de antigos combatentes da Primeira Guerra Mundial e com o reforço de um importante aliado: D. W. Griffith, diretor do polêmico filme “O Nascimento de uma Nação”(1916), que teve boa parte da arrecadação revertida para a Ku Klux Klan. (v. [Cinema](#)) Em seu filme, um estrondoso sucesso na época, a Klan instaura a ordem, a “supremacia branca”, ao vencer o caos e a barbárie representados pelos negros, livrando os Estados Unidos da ameaça da miscigenação e mostrando aos negros qual o seu lugar. (v. [Autarquia](#) & [Sociedade Civil](#))

Em tempos de crises agudas, a atuação da Klan tendeu a se radicalizar. Nos anos de 1920, com a Grande Depressão, foram contabilizados 4 milhões de adeptos, que elegeram de suas fileiras senadores, congressistas e alguns membros dos júris municipais. Além dos tradicionais, foi considerado novo [inimigo](#) da raça e da organização social o [judeu](#) – “devastadores da economia mundial” –, os católicos, os estrangeiros ou “*metecos*” (numa nova referência à cultura grega) e os subversivos – comunistas e sindicalistas. (v. [Anticomunismo](#) & [Repressão e Violência](#)) Na década de 1940, manifestou grande simpatia pelo [fascismo na Alemanha](#), promovendo um grande comício em Nova Jersey em parceria

com o Partido Germano-Americano, uma organização que recebia verbas do governo alemão. (v. [Fascismo](#)) Nos anos de 1960, chegou às páginas da imprensa mundial, chocando a opinião pública pelo assassinato de três jovens no Mississippi e encontrando resistência cada vez mais forte do movimento negro, liderado por Martin Luther King e Malcom X. (v. [Política e Direitos Humanos](#) & [Repressão: Debate Historiográfico](#))

Numa época de mal-estar generalizado e de ausência de paradigmas, o movimento recrudescer: “É hora de resgatar a América”. (v. [Geopolítica](#)) A sua plataforma não difere muito da original: mantém o posicionamento em defesa da Constituição, da pureza e salvação da raça e agrega-se a outros grupos em busca da implantação –“por meios violentos se necessário”– das *Nações Arianas*, proclamando a “*solidariedade ariana nacional e internacional*”. (v. [Nacionalismo](#)) O ódio ao Outro é periodicamente atualizado: horror aos homossexuais, no seu entender responsáveis pela disseminação da [AIDS](#); desprezo às políticas em favor da globalização; abominação dos mercados comuns, como o Nafta; e repúdio à instalação de empresas e à ajuda financeira aos países do Terceiro Mundo. (v. [Europa](#) & [Homossexualidade e Revolta](#)) Os modernos *Klansmen*, que se utilizam da mídia e da *Internet* para propaganda e recrutamento de novos filiados, também não escapam à censura, sendo obrigados a mudar constantemente seu endereço eletrônico na tentativa de driblar a oposição do governo norte-americano, de organizações de direitos humanos e de defesa dos judeus, que são acusados, nessas *homepages*, de “*inimigos da liberdade*”, “*inimigos do livre pensamento*”, “*inimigos do livre discurso*”. Para eles, no melhor estilo voltairiano, é tolerável que não se concorde com suas idéias, mas a liberdade de expressão precisa ser garantida. (v. [Conservadorismo](#) & [Democracia](#)) Hoje, a Ku Klux Klan continua apoiando e elegendo candidatos conservadores para os cargos políticos. (v. [Partido Político de Direita](#)) A sua história é preservada e cultuada através do Museu Histórico da Ku Klux Klan, localizado no estado de Indiana. A organização segue pregando o elogio à diferença e à igualdade entre os diferentes, encerrando uma de suas páginas da *internet* com a ilustração de um casal admirando um bebê com a seguinte legenda: “*é a simples realidade que... nascer BRANCO é uma honra e um privilégio*”. (v. Família) Privilégio que se baseia na exclusão da maioria da população americana. (v. [Justiça](#) & [Neo-racismo Diferencialista](#))

Valéria Lima Guimarães

Referências Bibliográficas:

- A Dictionary of Americanisms on Historical Principles. USA, The University of Chicago Press, 1956. pp. 939, 943, 944.
- AZEVEDO, Antônio C. do Amaral. Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990. p. 234.
- CARNES, Mark C. Passado Imperfeito – A História no cinema. São Paulo, Record, 1997.
- Enciclopédia Universo. Rio de Janeiro, Editora Delta, 1975. (Vols. 7), p. 3004.
- The Ku Klux Klan: An Encyclopedia. USA, Garland, 1991.
- RIDGEWAY, James. Blood in the Face: The Ku Klux Klan, Aryan Nations, Nazi Skinheads, and the Rise of a New White Culture. USA, Thunder Mouth, 1991.
- SYRETT, Harold C. (org). Documentos Históricos dos Estados Unidos. São Paulo, Cultrix, 1988. p.225.
- TOURGEE, Albion. The Invisible Empire. USA, Louisiana State, 1989.
- WADE, Wyn Craig. The Fiery Cross: The Ku Klux Klan in America. USA, Simon & Schuster, 1988.

Bibliografia virtual

Encarta'95. The Complete Interactive Multimedia Encyclopedia. USA, Microsoft Corporation, 1994.

Internet

Arian Nations. <http://www.pafb.af.mil/deomi/arvan.htm>

Knights of the Ku Klux Klan. <http://www.k-k-k.com/belief.h>

Knights of the Ku Klux Klan Realm of Ohio. <http://www.celticen...rises.com/whiteb>

L

LACERDA, Carlos (1914-1977). Jornalista, deputado federal (Distrito Federal) entre 1955 e 1960, Governador do Estado da Guanabara entre 1960 e 1965, Carlos Frederico Werneck Lacerda nasceu no Rio de Janeiro a 30 de abril de 1914. Registrado em Vassouras (RJ), filho de Maurício Paiva Lacerda e Olga Werneck Lacerda, marcou a [política](#) nacional com sua habilidade de orador e sua capacidade de criar polêmicas. Político extremista nos seus objetivos, não se constringia em apoiar a instalação de Estados de exceção no país para a tomada do poder. Foi um dos maiores anticomunistas de nossa história, apesar de iniciar sua carreira como simpatizante do PCB. Participou ativamente de momentos chaves da história política recente do Brasil, como o fim do Estado Novo em 1945, o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e a instalação do Governo Militar no poder em 1964. Foi filiado durante toda sua carreira política à União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1945, além de integrar movimentos como o *Clube da Lanterna* de 1953 e a *Frente Ampla* com Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1966.

Criado em um meio político onde seu pai, seu avô e alguns tios participaram ativamente na política nacional, Lacerda iniciou a sua carreira jornalística em 1929, escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*. Em 1932, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, curso que largou dois anos depois por incompatibilidade ideológica. Neste período, inicia aproximação com a [juventude](#) comunista, participando da fundação da [Aliança Nacional Libertadora \(ANL\)](#) em 23 de março de 1935. Na noite de 30 de março, compareceu na seção de instalação da Aliança, lançando o nome de Luís Carlos Prestes – líder comunista supostamente exilado do país – para Presidente de Honra do movimento. Em 5 de julho, a leitura efetuada por Carlos Lacerda de um manifesto de teor revolucionário redigido por Prestes provocaria o fechamento da ANL pelo governo de Getúlio Vargas no dia 11 de julho. A partir daí, os comunistas, que estavam ampliando sua influência na ANL, passaram a elaborar um plano de derrubada do governo. Este movimento – chamado pela situação de Intentona Comunista – eclodiu em 23 de novembro de 1935 e foi rapidamente reprimido. Temendo uma possível prisão, embora não tivesse participado do levante, Lacerda refugia-se na casa de amigos, seguindo para Vassouras, onde passara breve período. Com a situação mais calma, Lacerda e um grupo de estudantes iniciam o ano de 1937 fazendo campanha para José Américo de Almeida – então candidato “mais à esquerda” – para as eleições presidenciais de 1938. Viajava pelo interior de Minas Gerais e Bahia, quando recebeu a notícia, em 1º de outubro de 1937, de que o governo havia declarado estado de sítio e reiniciado as prisões e cassações aos “[inimigos](#) do regime”. Lacerda, temendo novamente sua prisão, isola-se na ilha de Itaparica (BA), mas é encontrado, preso e transportado para o Rio de Janeiro. Dentro da prisão, assiste ao golpe de novembro que resultou na criação do [Estado Novo no Brasil](#). Mesmo em tal conjuntura política, Lacerda é liberado por falta de provas.

Em 1939, Carlos Lacerda trabalhava nas revistas *O Observador Econômico* e *Diretrizes*, onde convivia com grande parte da intelectualidade brasileira da época, além de colaborar com a revista baiana *Seiva* e ser secretário de redação de *O Jornal*, de propriedade de Assis Chateaubriand. É neste período que Lacerda rompe com o comunismo, depois de escrever um artigo encomendado pelo [Departamento de Imprensa e Propaganda \(DIP\)](#) ao *Observador Econômico*, narrando a história do comunismo no Brasil e como o Estado Novo havia desmantelado o PCB. Lacerda negou-se inicialmente a realizar tal tarefa visto que era um simpatizante do comunismo. Porém, após conversar com membros do Partido, obteve o apoio dos dirigentes e realizou o trabalho. Logo após a sua publicação, o PCB lançava folhetos acusando o jornalista de traidor, negando a sua versão dos fatos. Este torna-se automaticamente *persona non grata* na esquerda e tem sérias dificuldades de trabalhar como repórter. Além disso, o próprio Lacerda posteriormente admite que já estava questionando o comunismo por temer um caráter ditatorial intrínseco ao regime.

Após o divórcio com o comunismo, Lacerda passa à oposição do governo de Vargas, aproximando-se do grupo de políticos que redigira o “Manifesto dos Mineiros”, um documento em prol da democratização do país. Este grupo, na tentativa de derrubar o governo através da quebra da censura, articula uma entrevista com o ex-candidato à presidência, José Américo de Almeida, tendo como entrevistador o próprio Carlos Lacerda. Após a hesitação dos jornais, a entrevista é publicada no *Correio da Manhã*, onde o jornalista trabalhava como *free-lancer*. José Américo traça um quadro caótico do Estado Novo e ali se inicia um processo de deterioração do governo frente à opinião pública, que culminou na deposição de Vargas da presidência, efetuada pelos militares em 29 de outubro de 1945. Nesta altura, as candidaturas à presidência estavam se definindo. A recém-criada UDN – nesta ocasião uma frente ampla – lança o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato de oposição. Outro partido criado nesta época, o Partido Social-Democrático (PSD), alia-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e lança a candidatura do Marechal Eurico Gaspar Dutra, que tinha o apoio do governo. No dia 2 de dezembro de 1945, Dutra vence a eleição e a UDN passa a ser a principal oposição ao seu governo. Nesta eleição, Lacerda inicia a sua caça ao comunismo, perseguindo o candidato à presidência pelo PCB, o engenheiro Iedo Fiúza. Com o intuito de destruir sua candidatura, Lacerda publica um trabalho desmoralizante, intitulado *O Rato Fiúza*. É em 1946 que Carlos Lacerda inicia no jornal *Correio da Manhã* uma coluna intitulada “Na tribuna da imprensa”. Com este mesmo nome, Lacerda funda em 27 de dezembro de 1949 o seu próprio jornal, *Tribuna da Imprensa*, que seria durante muitos anos o palco de denúncias e veículo de oposição ao “getulismo” e ao comunismo. Durante este período, identifica-se com o catolicismo, influenciado por amigos como Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção. Casa-se no religioso com Letícia Azambuja Lacerda em 1947 e batiza os seus dois filhos, Sérgio e Sebastião. Também em 1947 é eleito vereador pelo Distrito Federal. Porém, em protesto à interferência do Senado nas decisões da Câmara Municipal, proibindo esta de analisar os vetos do prefeito, Lacerda renuncia dois meses depois.

Em 1950, iniciam-se as articulações para as eleições presidenciais, marcadas para outubro. Apesar de uma forte campanha de desestímulo por parte de Lacerda, a UDN lança mais uma vez a candidatura de Eduardo Gomes, o que Lacerda mais tarde classificaria em seu *Depoimento* como “talvez o maior erro político da UDN”. Temendo a candidatura de Getúlio Vargas e sua vitória, Lacerda resigna-se a apoiar o Brigadeiro. Passa a atacar os abusos do Estado Novo através da *Tribuna da Imprensa* e tenta persuadir o candidato do PSD, Cristiano Machado, a desistir da candidatura e transportar seus votos para o candidato da UDN. Isto não se realiza e Lacerda e seu partido amargaram sua segunda derrota eleitoral. A partir daí, com Getúlio Vargas no poder, a UDN adota uma postura radical de oposição: houve uma tentativa de impugnar a eleição de Vargas através do argumento da maioria absoluta de votos, que é derrotada no TSE em 18 de Janeiro de 1951.

Durante o governo Vargas, Carlos Lacerda procurou através de seu jornal manter a postura agressiva contra o presidente. Em 1951, inicia a campanha contra o jornal *Última Hora*, de propriedade de seu ex-companheiro de trabalho e jornalista Samuel Wainer. Alegando um empréstimo desonesto de 250 milhões de cruzeiros do Banco do Brasil para a fundação do jornal de Wainer, Lacerda tentava atingir diretamente Getúlio Vargas, já que o jornalista era amigo íntimo do Presidente. Apesar de conseguir a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1953 e de obter o apoio maciço de outros meios de comunicação, como a TV Tupi de Assis Chateaubriand, Lacerda não consegue incriminar Vargas. É desta época a fundação do *Clube da Lanterna*, uma agremiação oposicionista de cunho radical criada em 1953 pelo então Deputado Amaral Neto e por udenistas, tendo por base as idéias legalista de Lacerda. Apesar de Lacerda negar posteriormente qualquer envolvimento com este grupo, foi eleito o seu presidente de honra.

Com este clima de enfrentamento, Lacerda passa a andar constantemente com uma escolta, formada voluntariamente por oficiais da aeronáutica solidários à sua “causa democrática”. No dia 5 de agosto de 1954, Lacerda sofre um atentado que resulta na morte do Major Rubens Florentino Vaz. O crime, ocorrido em frente ao seu apartamento em Copacabana, ficou conhecido como o “Atentado da Toneleiros” e é o princípio de uma crise política que culminaria com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto, após a constatação de ligações entre a guarda pessoal do Presidente e o atentado a Lacerda. Após o suicídio de Vargas, Lacerda e a UDN passam a pregar o adiamento das eleições de 1954 para deputado federal – apesar da sua candidatura pelo Distrito Federal – e para a presidência no ano seguinte, temendo o impacto emocional que o suicídio do “pai dos pobres” teria nas urnas. É neste período que Lacerda passa a estreitar seus laços com alguns setores das forças armadas, incitando sua interferência no processo político nacional. A eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência e a eleição de João Goulart para vice – resultado da aliança entre PSD e PTB – fizeram com que Lacerda e o *Clube da Lanterna*, cada vez mais uma ala radical da UDN, denunciassessem uma herança getulista no poder. Este seria um motivo suficiente para uma campanha aberta pelo golpe militar. Sempre em defesa da “democracia”, Lacerda afirmaria, entretanto, a validade de um golpe para impedir a posse dos vencedores do pleito de 1955. (v. [Conservadorismo](#)) Para ele, era preferível ferir a democracia a ver o povo sustentar um governo de “contraventores e criminosos”. (v. [Baderna, Ideologia & Governabilidade](#)) Apesar de lutar pelo adiamento das eleições de 1954, Lacerda foi o candidato mais votado do Distrito Federal para a Câmara, iniciando uma campanha maciça de oposição ao governo. Sustentou acusações de corrupção a João Goulart – o “caso Brandi” – e, após o resultado da eleição presidencial de 1955, Lacerda e a UDN iniciam nova campanha pela ilegalidade da vitória de Kubitschek e Goulart, repetindo o argumento da maioria absoluta. Em novembro de 1955, o Presidente Café Filho – vice-presidente de Getúlio Vargas, empossado após sua morte – sofre problemas graves de saúde e passa o cargo para Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. Este, simpático ao movimento golpista de Lacerda e de uma ala das Forças Armadas, entra em choque com o Marechal Henrique Lott, chefe da pasta de guerra do governo e defensor da posse de Kubitschek. No dia 11 de novembro, ocorre uma tomada da capital federal e do governo pelas forças armadas “legalista” e Carlos Luz é substituído por Nereu Ramos, que cumpre mandato até as posses de Juscelino e João Goulart. Este episódio ficou conhecido pela resistência de Luz e Lacerda a bordo do cruzador *Tamandaré*, numa tentativa de se criar um governo paralelo em São Paulo. Em virtude do seu apoio aos golpistas, o deputado se exila primeiro em Cuba e depois nos EUA.

Com a posse do novo Presidente, Lacerda – que desembarca no Rio de Janeiro em 11 de novembro de 1956 – se envolve em mais um caso de denúncia de corrupção. O “caso Lacerda”, em 1957, surge a partir de sua denúncia sobre uma exportação de madeiras entre Brasil e Argentina, envolvendo João Goulart e o presidente da Argentina, [Juan Domingo Perón](#). O pagamento desta operação teria sido revertido para a campanha presidencial de Getúlio Vargas em 1950. Lacerda obteve esta informação a partir de um telegrama do ministério das relações exteriores. A divulgação do conteúdo do telegrama em pleno congresso causa protestos por parte do ministro, alegando ser um crime a divulgação de informações sigilosas, já que Lacerda lera em público códigos diplomáticos. Com o apoio de todo o congresso e da intelectualidade nacional, Carlos Lacerda não teve seu mandato cassado, como queria o ministro José Carlos Macedo Soares. Nesta ocasião, Lacerda teve o acesso ao rádio e à televisão vedado pelo governo federal. Em 1958, foi reeleito para o seu segundo mandato de Deputado Federal e, no início de 1959, começaram as articulações dentro da UDN para a eleição de Jânio Quadros, na época um político paulista de grande apelo popular, como candidato do partido à presidência nas eleições do ano seguinte. Com uma forte disputa interna entre Jânio e Juracy Magalhães, um “legítimo” udenista, Lacerda apoia

ostensivamente a candidatura do primeiro através da *Tribuna da Imprensa*. No dia 8 de novembro, a candidatura de Jânio Quadros foi homologada em convenção nacional da UDN. A participação de Carlos Lacerda na candidatura de Jânio Quadros não foi tão intensa como nas outras eleições. A sua principal preocupação era a sua própria candidatura ao governo do recém-criado Estado da Guanabara nas eleições de 1960. Candidato natural dentro dos quadros da UDN carioca, Lacerda viu a oportunidade de marcar a sua carreira com uma administração eficiente e anti-corrupta, em sintonia com a campanha de Jânio Quadros, voltada basicamente para as camadas médias urbanas. Com um discurso que pregava soluções para os problemas locais do estado, como saneamento e educação primária, Lacerda vence a eleição de forma apertada, com 35% dos votos, derrotando Sérgio Magalhães, candidato dos PSB/PTB, o general Ângelo Mendes do PSD e Tenório Cavalcanti do PST. Simultaneamente, Jânio vence as eleições presidenciais e João Goulart se reelege vice-presidente. Este quadro, pela primeira vez favorável à UDN, torna Lacerda um líder político de destaque no país e sua liderança no partido é inquestionável. (v. [Partido Político de Direita](#))

O seu governo no Estado da Guanabara foi marcado por uma mudança na administração do estado, descentralizando suas funções. Além disso, investiu na área de segurança e educação, além de desenvolver um programa viário e ampliar o abastecimento de água e esgoto da cidade. Estes dois últimos, juntos com a remoção de favelados para conjuntos habitacionais na zona norte carioca, foram as áreas de maior investimento de seu governo, bancadas por um apoio ostensivo de capital norte-americano obtido através da Aliança Para o Progresso. O [anticomunismo](#) de Lacerda e o seu alinhamento pró-EUA durante a guerra-fria renderam bons dividendos para sua administração. Porém, Lacerda ficaria marcado negativamente por dois fatos de ampla repercussão nacional e mundial: um incêndio de causas misteriosas na [favela](#) do morro do Pasmado, onde sua população não aceitava ser removida para os conjuntos habitacionais do governo, e o episódio da morte de mendigos no Rio da Guarda em 1962, dando ao governador a alcunha de “Mata mendigos”. No plano nacional, as relações entre Lacerda e o Presidente Jânio Quadros não eram das melhores frente à política externa que este realizava. A aproximação com países do leste-europeu e o reconhecimento do governo de Fidel Castro em Cuba eram diferenças incontornáveis para a postura pró-EUA do Governador da Guanabara. (v. [Guerra Fria](#) & [Neocolonialismo](#))

Apesar de não defender o uso político do binômio direita/esquerda, Lacerda era antes de tudo um anticomunista. Estas diferenças levaram-no a denunciar, em rede de televisão, um convite do governo para sua participação em uma manobra política visando a criação de um Estado de Emergência, dando plenos poderes ao presidente. A situação se agrava com a renúncia inesperada de Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961. A partir daí, Carlos Lacerda entra em sintonia política com setores das forças armadas, apoiando ostensivamente ações antidemocráticas que culminariam no golpe militar de março de 1964. Ele fez campanha através da *Tribuna da Imprensa* contra a posse de João Goulart, porém, em 2 de setembro de 1961, o congresso aprovou o Ato Adicional que instituía o regime parlamentarista no país, mantendo Goulart no poder. O governo de João Goulart, que retomou o regime presidencial em janeiro de 1963, foi marcado pelo aprofundamento da bipolarização direita/esquerda no país. Mais do que nunca, Lacerda e os setores radicais da UDN investiam na intervenção militar, alegando que o governo estava em preparação para um golpe e a instalação de uma ditadura comunista. Com o pedido de estado de sítio rejeitado pelo congresso e a tentativa de prender Carlos Lacerda em outubro de 1963, o governo fica em posição desconfortável frente a estas acusações. No início de 1964, a radicalização deste quadro por ambos os lados é inevitável. João Goulart assume o caráter popular de seu governo e as forças armadas, já articuladas em torno do General Humberto Castelo Branco, iniciam seus movimentos. Lacerda fazia sua parte, liderando uma frente de governadores “pró-[revolução](#)” e insuflando o movimento na classe média com as “marchas com Deus e pela [família](#)”, realizadas nas

principais capitais do país. Em 31 de Março, é deflagrado o movimento político-militar, instaurando no Brasil um regime de exceção que se transformaria em uma [ditadura](#) militar de 20 anos. (v. [Militarismo](#)) Lacerda, que precisou defender-se de um suposto ataque por forças pró-Jango nesta ocasião, preparava neste momento o maior passo de sua ambiciosa carreira: com prestígio no campo político e frente à população, inicia sua campanha para a eleição presidencial que se realizaria em 1965. Após a instalação do governo militar, com Castelo Branco no poder, Carlos Lacerda vai à Europa no mês de maio em viagem oficial para divulgar os objetivos do novo governo. Porém, as decisões políticas deste governo não contavam com Lacerda e a UDN. Aos poucos, Lacerda torna-se, mais uma vez, opositor de um governo. Fez campanha contra a prorrogação de um ano do mandato de Castelo – mas desta vez sem o seu jornal, vendido em 1961 –, percebendo que a aprovação desta tese seria o fim de suas aspirações à presidência. Em 22 de julho, a proposta é aprovada no congresso, mantendo Castelo Branco no poder até março de 1967. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) Mesmo assim, Lacerda tem a sua candidatura homologada na convenção nacional da UDN, realizada em novembro de 1964.

Em 1965, ocorrem eleições para Governador e a oposição ao regime ganha em estados-chave para a federação, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, ambos com vitória do PSD. Estas conquistas da oposição fizeram o governo baixar o Ato Institucional nº 2 (AI-2) e o Ato complementar nº 4. Estes, entre outras arbitrariedades, determinavam a eleição indireta via congresso para a presidência em 1966 e a extinção dos partidos políticos, permitindo um sistema bipartidário: [Aliança Renovadora Nacional \(ARENA\)](#) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ciente da impossibilidade de eleger-se presidente pelo voto indireto, Lacerda parte para a oposição aberta ao regime militar. A sua principal tentativa de retomada política foi com a elaboração da Frente Ampla, lançada em 26 de outubro de 1966. Para compor esta Frente, Lacerda procurou as principais lideranças nacionais alijadas do processo político pelo golpe: Juscelino Kubitschek, que encontrava-se exilado em Lisboa após ter seus direitos políticos cassados com o golpe de 1964, e João Goulart, exilado em Montevidéu, seriam estas lideranças. As relações com o regime iam piorando conforme os participantes da Frente Ampla se entendiam. Com a adesão definitiva de Goulart em 1967, a oficialidade “linha dura” – Costa e Silva já era o presidente do País – retira o seu apoio a Lacerda. Este, já proibido de falar na televisão, participa de comícios populares pela Frente Ampla, gerando uma situação de enfrentamento que culminaria com a proibição de todas as atividades do movimento no dia 5 de abril de 1968. Mas o pior ainda estava por vir: com o agravamento da crise política no ano de 1968, o governo Costa e Silva edita Ato Institucional nº 5 (AI-5) no dia 13 de dezembro. (v. [Ditadura e Violência](#)) No dia seguinte, Carlos Lacerda, com 44 anos, é preso pela Polícia Militar no Regimento Marechal Caetano do Rio de Janeiro. Após fazer [greve](#) de fome durante uma semana, foi libertado. No dia 30 do mesmo mês, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Com o fim de sua vida política, Lacerda dedica-se ao jornalismo, trabalhando para *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, e à gestão de seus negócios particulares, como a Editora Nova Fronteira e a Construtora Novo Rio. Carlos Lacerda faleceria no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1977. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#))

Frederico Oliveira Coelho

Referências Bibliográficas:

BARRETO, Vicente; PAIM, Antônio. *Evolução Política do Pensamento Brasileiro*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EdUSP, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, v.150)
BOBBIO, Norbert. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp, 1995

LACERDA, Carlos. Depoimento. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.

NETO, João Pinheiro. Carlos Lacerda: um raio sobre o Brasil. Rio de Janeiro, Gryphus, 1998.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

LE BON, Gustave. Embora vários autores tenham discordância quanto às primeiras manifestações intelectuais que teriam dado origem à preocupação sistematizada em relação às multidões, ao seu [comportamento](#) político e à sua psicologia, foi no século XIX e, mais especificamente, depois da segunda metade, que apareceram os mais importantes estudos sobre este fenômeno contemporâneo que já aturdiu o mundo por ocasião da [Revolução Francesa](#). (v. [Política](#) & [Sociedade Civil](#)) O aprimoramento de trabalhos ditos científicos sobre o fenômeno da multidão coincidia com a imensa revolução de valores e julgamentos que vieram através da criação da Criminologia, da Antropologia Criminal, do Direito Positivo e das teses de higienização social construídas neste mesmo período. (v. [Natureza](#)) O estudo das multidões, na verdade, tinha por campo de análise bem mais do que a verificação de “uma alma coletiva”, mas os fenômenos psicológicos da sociedade em seu conjunto e sua organização permanente. Dentre todos, Gustave le Bon, um médico francês, nascido em Nogent-Le-Rotrou em 1841 e morto em Paris em 1931, foi o teórico das multidões que mais se notabilizou nesta especialidade, ao lado de Gabriel Tarde (outro francês) e do italiano Scipio Sighele. (v. [PENNA, Belisário](#))

Bem cedo, Gustave le Bon deixou a profissão médica e viajou pela [Europa](#), Ásia e África. Dirigiu por longo tempo a *Biblioteca de Filosofia Científica*. O seu interesse de estudos dirigiu-se ao trabalho de higiene social e à psicologia médica e, depois, à psicologia social e à psicologia política. (v. [Eugenia](#) & [Prussianismos Brasileiros](#)) De todas as suas publicações, a mais conhecida e vulgarizada, com traduções em vários países do mundo e que influenciou os médicos (inclusive, Sigmund Freud), o Direito, a Antropologia e a Sociologia, foi *A Psicologia das Multidões*, escrita em 1895. Neste trabalho, Le Bon analisa as motivações psicológicas que atingem as multidões, a lei de sua unidade mental, a impulsibilidade, a mobilidade e irritabilidade, a sugestionabilidade e credulidade, o [autoritarismo](#) e o [conservadorismo](#) das multidões, a imaginação popular como base da força dos estadistas, a dominação da multidão pelo inconsciente e sua sugestionabilidade, os aspectos singulares do indivíduo que se anula, a predominância absoluta dos instintos no comportamento de multidão e a tendência à ação heróica ou criminal, etc... (v. [Guerra](#) & [Juventude](#)) Enfim, uma série de aspectos que mais tarde seria fundamental no tratamento dos regimes autoritários para o domínio das massas. (v. [Holocausto](#) & [Operação Eutanásia](#)) Todas estas questões colocadas por Le Bon visavam não só abrir as comportas para a fundamentação de técnicas eficazes de controle social, mas também para explicar – aceitando as influências da Antropologia Criminal e do Direito Positivo – o comportamento humano como proveniente de fatores biológicos, psicológicos e sociais através da visualização do comportamento da multidão como um fenômeno da sociedade contemporânea e da negativa em aceitar o crime como uma abstração da lei. (v. [Asilo](#) & [Sociobiologia](#))

Era candente o desconforto de Le Bon frente ao mundo contemporâneo. Por isso, não se furtaria em escrever – perplexo frente ao avanço do socialismo “e pelos paraísos que ele propõe”, em sua obra *Psicologia dos Novos Tempos*, de 1920, publicado no Brasil em 1922 – que “*A alma humana, qualquer que seja o seu nível, sempre teve ânsia de ilusões míticas a fim de sustentar as suas aspirações e orientar a sua conduta. É por isso que, não obstante todos os progressos da ciência, as influências místicas que têm tantas vezes perturbado o mundo ainda o agitam (...). Nos nossos dias, as crenças políticas substituíram as crenças religiosas; mas, na realidade, são apenas religiões novas. Uma fé cega é o seu verdadeiro guia, embora ela incessantemente invoque a razão*”. (v. [Anticomunismo](#)) Além de sua *Psicologia das Multidões* e de *Psicologia de Novos Tempos*, Gustave Le Bon escreveu: *O homem e a sociedade, sua origem e sua história* (1881); *A Civilização dos Árabes* (1884); *As Civilizações da Índia* (1887); *As primeiras civilizações* (1888-1889); *As leis psicológicas da evolução dos povos* (1894); *A psicologia do socialismo* (1898); *Psicologia da Educação* (1902); *A evolução das forças* (1907); *A psicologia política* (1910); *A Revolução Francesa e*

a psicologia das revoluções (1912); *O desequilíbrio do mundo* (1923); *A evolução atual do mundo* (1927). (v. [Baderna](#) & [Ideologia](#))

Elizabeth Cancelli

Referências Bibliográficas:

CANCELLI, Elizabeth. Criminosos e não criminosos na história. In *Textos de História – Revista da pós-graduação em história da UnB* – vol. 3. Brasília, UnB, 1995(1).

COCHAN, Dominique. As multidões e a comuna: análise dos primeiros escritores sobre psicologia das multidões. In *Revista Brasileira de História*, março/agosto – vol. 10. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1990 (20).

LE BON, Gustave. *A psicologia política*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, s/d.

LE BON, Gustave. *A psicologia das multidões*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1938.

OLIVEIRA, Elias. *Criminologia das Multidões*. São Paulo, Edições Saraiva, 1966.

LEFEBVRE, Marcel (1905-1991). Teórico principal do catolicismo integral depois do Concílio do Vaticano II, nasceu em uma família burguesa que deu cinco dos seus oito anos de infância à Igreja. O seu pai, preso pelos nazistas, morreu durante a deportação em 1944. (v. [Regime de Vichy e os Judeus](#)) Lefebvre foi ordenado padre em 1929, após estudos no seminário francês de Roma, que então estava submetido à influência doutrinal da [Action Française](#). Tornado membro da congregação dos Padres do Santo Espírito, Lefebvre atua como missionário na África, de início no Gabão, depois tornar-se bispo de Dakar (Senegal) em 1948, onde permaneceu até 1962. (v. [Neocolonialismo](#)) Desde 1949-1950, ele se aproxima do movimento teológico-político *La Cité Catholique* e prefacia a obra mestra de seu fundador, Jean Ousset, “Por quem ele reina?”. Hostil ao modernismo na liturgia e na doutrina – ligado à doutrina social da Igreja –, Lefebvre funda com os bispos brasileiros Proença Sigaud e Castro Mayer o *Coetus Internationalis Patrum*, que reuniu os padres conciliares opostos a João XXIII. (v. [Modernismo no Catolicismo](#) & [Revolução](#)) Lefebvre combateu o ecumenismo e a liberdade religiosa e considerou inoportuna a declaração conciliar de outubro de 1964 sobre as relações com o [judaísmo](#). (v. [Catolicismo Social: século XIX](#) & [Rerum Novarum](#))

A sua nomeação ao pequeno bispado de Tulle (França) em 1962 foi um sinal de desgraça. Mesmo assim, em seis meses tornou-se o superior geral dos Padres do Santo Espírito, permanecendo nesta posição até 1968. Em 1970, Lefebvre obteve do Vaticano a autorização para criar na Suíça a Fraternidade Sacerdotal São Pio X. Situando-se, portanto, dentro da Igreja, contenta-se em formular suas objeções num livro publicado em 1968, o *Vadecum do Católico Fiel*. A sua primeira ruptura com Roma data de sua declaração de 1975, na qual “recusa a seguir Roma na tendência neo-modernista e neo-protestante claramente manifesta durante o Vaticano II”. Por conta disso, foi retirado o consentimento da Fraternidade Sacerdotal São Pio X e Lefebvre é suspenso *a divinis* após ter consagrado os padres em junho de 1976. A 29 de agosto de 1976, ele pronuncia uma homilia política e faz apologia ao regime argentino do general Videla, ao regime chileno de [Pinochet](#) e ao regime do general Franco que, somados ao [Estado Novo em Portugal](#), constituíram o seu ideal político. (v. [Franquismo](#) & [Salazarismo](#)) Regalista convicto, Lefebvre foi contra-revolucionário, mas se reconhecia mais no Syllabus, em Louis Veuillot e no Cardeal Pio do que em [Maurras](#), Maistre e Bonald. (v. [Conservadorismo](#), [Intransigentismo](#) & [Integrismo](#))

A 27 de fevereiro de 1977, os seus fiéis, ajudados pelos militantes regalistas e do Partido das Forças Novas, ocuparam a igreja parisiense de Saint Nicola du Chardonnet, que permanecia como o principal lugar de culto lefebvrista. Malgrado o seu encontro com o Papa em 1978, Lefebvre recusa reconhecer a nova missa e marcha inexoravelmente em direção ao cisma, que se consumou a 30 de junho de 1988, quando consagrou quatro bispos (a 28 de julho de 1991, foi consagrado um quinto bispo, Licínio Rangel, na diocese de Campos). Os padres e os fiéis, recusando o cisma, criaram a Fraternidade de São Pedro, fiel ao Vaticano. Aqueles que o aceitaram permaneceram na Fraternidade de São Pio X, existente hoje em mais de quarenta países. Lefebvre expressou, em 1989, a sua hostilidade em relação aos muçulmanos que viviam na França e permaneceu fiel ao anti-judaísmo pré-conciliar da Igreja. (v. [Nouvelle Droite](#)) Em 1985, já havia encorajado a ação de [Jean-Marie Le Pen](#), fundador da [Frente Nacional](#). Publicou várias obras desde então: *Carta aberta ao católicos perplexos*; *Eles o descoroaram*; *Eu acuso o Concílio*; *O golpe de mestre de Satan*. Marcel Lefebvre faleceu a 25 de março de 1991 na Suíça. (v. [Aborto](#))

Jean-Yves Camus

Referências Bibliográficas:

CONGAR, Yves. La crise dans l'Eglise et Mgr Lefebvre. Paris, Éditions du Cerf, 1976.
GOLIAS. Le retour des croisés. Villeurbanne, Éditions Golias, 1991.

LAFARGE, Franck. Du refus au schisme: le traditionalisme catholique. Paris, Éditions du Seuil, 1989.

PENANSTER, Alain de. Un papiste contre les papes. Paris, La Table Ronde, 1988.

TERNISIEN, Xavier. L'extrême-droite et l'Eglise. Paris, Éditions Brepols, 1996.

LEGIÃO CEARENSE DO TRABALHO. Fundada no Ceará em 1931 pelo tenente [Severino Sombra](#), fez parte de um movimento de natureza corporativista, integralista e católico de organização e mobilização de trabalhadores. (v. [Autarquia](#) & [Estatismo](#)) Antecessor da Ação Integralista Brasileira criada por [Plínio Salgado](#), manteve-se em atuação até 1937, quando Getúlio Vargas decretou o [Estado Novo no Brasil](#), dissolvendo entidades de representação de classe. (v. [Autoritarismo](#) & [Ditadura](#)) O seu surgimento está associado à expansão do pensamento de direita no Brasil nos de 1920-1930, distinguindo-se dos demais por sua opção pelos trabalhadores, quando na maioria das vezes era a classe média o alvo principal desse ideário conservador. (v. [Comitês Anticomunistas](#)) Teve como co-fundadores o tenente Jeová Mota e o padre Helder Câmara. A maioria das suas lideranças tinha a experiência adquirida nos Círculos Operários Católicos, na União dos Moços Católicos, Ligas dos Professores Católicos e na [Juventude](#) Operária Católica. Nascido das preocupações sobre o destino social do país, tem suas hostes compostas basicamente de jovens católicos anti-liberais e anticomunistas e militares opositores da [Revolução](#) de 1930. (v. [Conservadorismo no Brasil República](#)) Esteve ligado ao projeto de recristianização da sociedade moderna planejado pela Igreja Católica através do apostolado leigo, reunindo em torno do seu ideário concepções herdadas de matrizes políticas como os [fascismos](#) italiano e português. Combatendo os chamados vícios do mundo industrial e materialista – tônica do discurso social da [Ação Católica](#) – e conclamando as classes sociais a cooperarem entre si para a recuperação dos ideais humanistas, publicou o jornal “O Legionário”, através do qual difundiu seus ideais e suas conquistas. (v. [Corporativismo: Teoria](#))

Pensando organizar os trabalhadores do Ceará e posteriormente do Brasil através da Legião Brasileira do Trabalho, Severino Sombra tentou cooptar diversas lideranças profissionais e [sindicatos](#) de categorias combativas daquele momento. Em pouco tempo, a legião se tornou uma das entidades mais fortemente representadas devido à adesão de associações ligadas à tradição do mutualismo e do assistencialismo beneficente, representando os interesses de 71 associações e cerca de 20 mil trabalhadores assalariados e autônomos (cf. Montenegro. p. 45). Dentre as categorias profissionais que passaram a pertencer aos seus quadros, estavam: tecelões, bombeiros, trabalhadores portuários e gráficos, empregados da Light, automobilistas, ambulantes, padeiros, empregados de hotéis e cafés, engraxates, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, lavadeiras e pedreiros.

Ficou marcado na história do movimento legionário cearense o embate com o Governo Provisório de Getúlio Vargas em torno do projeto de sindicalização apresentado pelo ministro [Lindolfo Collor](#). (v. [Legislação Trabalhista no Brasil](#)) De acordo com essa proposta, ficaria estabelecida a unicidade da representação sindical, a obrigatoriedade de isenção [política](#) e religiosa dos sindicatos e a vinculação dessas entidades ao Estado através da solicitação de inscrição e prestação de contas junto ao Ministério do Trabalho. (v. [Sociedade Civil](#)) Estava em jogo, portanto, a própria sobrevivência da legião na disputa com o [burocracia](#) estatal, tendo sido ameaçada sua pretensão de ser a liderança política e espiritual dos trabalhadores. No seu projeto político mais amplo, havia a proposição de uma sociedade de feições corporativas, onde predominaria a solidariedade entre as classes sociais e um Estado forte e centralizado, concordante com os princípios éticos e morais da Igreja Católica e, paradoxalmente, elegendo o mundo medieval europeu como modelo de sociedade ideal a se contrapor ao avanço do laicismo, do materialismo e do comunismo. (v. [Antigo Regime](#) & [Estatismo](#)) A partir de 1932, enquanto esteve sob a direção de Jeová Mota e de Helder Câmara em razão do exílio do seu fundador em Portugal, a legião se aliou com a Ação Integralista Brasileira, fundindo o discurso de arregimentação de trabalhadores e a farda cáqui com a pregação pequeno-burguesa e a camisa verde do integralismo pliniano. (v. [Sociedade Integral](#))

Antes mesmo de ser decretada a sua dissolvência pelo Estado Novo, passou por um processo de enfraquecimento político devido às divergências internas e externas. A exemplo disso, o próprio Severino Sombra, ao romper com a AIB, fundou em 1934 a “Campanha Legionária”, sem conseguir, no entanto, atingir o sucesso conquistado na Legião. No que concerne aos confrontos do espectro esquerda/direita naquele momento, o legionarismo recebeu a oposição tanto do trabalhismo varguista quanto dos grupos ligados ao Partido Comunista. (v. [Partido Político de Direita](#))

Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Referências Bibliográficas:

- CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. A Legião do Trabalho: Política e Imaginário no Integralismo Cearense, 1931-1937. Fortaleza, Tese de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1992.(mimeo)
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O Integralismo no Ceará: Variações Ideológicas. Fortaleza, IOCE, 1986.
- PARENTE, Josênio C. Anauê: Os Camisas Verdes no Poder. Fortaleza, Edições UFC, 1986.
- PONTE, Sebastião Rogério Barros da. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza, UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989. pp. 359-375.
- TRINDADE, Hégio. O Integralismo: o fascismo brasileiro da década de ‘30. São Paulo, Difel, 1979.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL. Legislação Trabalhista é o conjunto de leis e medidas jurídicas que tem por objetivo disciplinar e normalizar as relações de produção entre patrões e empregados e controlar as condições e o mercado de trabalho nas sociedades contemporâneas, sobretudo naquelas que alcançaram algum progresso industrial. (v. [Estatismo](#)) A discussão sobre uma legislação social de proteção aos trabalhadores e suas famílias surge na Europa do século XIX a partir das grandes transformações sociais, econômicas e políticas oriundas da [revolução](#) industrial. (v. [Economia](#)) No Brasil, corolário dessa situação, a “questão social” aparece com maior nitidez no debate político a partir da República e da promulgação da sua primeira constituição em 1891. (v. [Conservadorismo no Brasil República](#)) Tanto na Europa quanto no Brasil, esse debate esteve calcado nos princípios do [liberalismo](#), que propunha uma auto-regulação e controle do mercado de trabalho e uma rígida proteção aos trabalhadores a partir de uma extensa legislação social. (v. [Empresários & Greve](#)) Nesse sentido, as classes dominantes – pressionadas pela classe operária, sobretudo, aquelas frações organizadas em sindicatos e partidos políticos – tiveram um papel fundamental na configuração desse movimento histórico. (v. [Oposição/Situação](#)) A literatura clássica consolidada sempre buscou periodizar, para melhor exemplificar, a discussão em torno da legislação trabalhista. Partindo da atuação concreta desempenhada pelo Estado brasileiro no controle do mercado do trabalho e dos trabalhadores no século XX, temos alguns períodos fundamentais:

1891-1919: período caracterizado pela elaboração da legislação sindical que, de certa forma, apontou para uma revolução nas relações de trabalho, com a substituição do contrato individual pelo contrato coletivo. Este período se caracteriza ainda pela existência de um mercado de trabalho livre de um maior controle do Estado e com uma forte influência da ação organizada da classe operária, embora os sindicatos devessem ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

1919-1935: período caracterizado pela elaboração da maioria das leis trabalhistas. Com a assinatura do Tratado de Versalhes e da filiação do país à Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil deveria cumprir algumas recomendações a favor dos trabalhadores. Com isso, também aumentava a responsabilidade do Estado no sentido de poder intervir nas relações econômicas e sociais entre empregados e empregadores.

1935-1946: período caracterizado por uma intensa ação do Estado em regular e disciplinar todos os fatores envolvidos no mercado de trabalho. O Estado assume uma forma plenamente corporativa, redefinindo sua atuação frente ao movimento operário e sindical, assim como a própria atuação do movimento operário. (v. [Estado Novo no Brasil](#)) Toda a legislação trabalhista e sindical é reunida em única lei, que resulta na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943. (v. [Nacional-Populismo](#))

1946-1964: período marcado por uma nova estruturação nas relações entre o capital e o trabalho. Surge a [Justiça](#) do Trabalho, que terá a função de encaminhar e resolver os conflitos coletivos e individuais entre patrões e empregados. A “questão social” sai das hostes do Estado, transferindo-se para o judiciário. O [sindicato](#) consegue adquirir uma natureza privada, embora sua autonomia seja restrita já que continua atrelado ao Ministério do Trabalho. Percebe-se uma diminuição da intervenção do Estado – comparativamente à fase anterior – na regulação do mercado de trabalho, que passa a ter uma maior liberdade de movimentação. (v. [Baderna & Governabilidade](#))

1964-1988: período marcado por um forte controle do mercado de trabalho e dos sindicatos. Cria-se uma legislação que inviabiliza as atividades independentes das classes operárias, submetendo-a a um forte controle policial. (v. [Segurança Nacional](#)) São tomadas medidas repressivas contra qualquer atividade das classes subalternas. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#))

1988 em diante: período marcado por profundas transformações nas relações de trabalho e na legislação social e previdenciária. Importantes conquistas sociais dos trabalhadores estão sendo contestadas e revogadas à luz de um discurso neoliberal e globalizado. (v. [Burocracia & Consenso de Washington](#))

Outro ponto que deve ser considerado e que é muito realçado pela historiografia está relacionado ao processo de elaboração da legislação trabalhista no Brasil. Algumas interpretações consideram que a legislação foi doada aos trabalhadores pelo Estado, que conseguiu se antecipar aos movimentos reivindicatórios e, por isso mesmo, pode colocá-los sob seu controle. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) Por outro lado, essa idéia é combatida com o argumento de que essas interpretações fazem parte da chamada “[ideologia](#) da outorga” elaborada pelo governo Vargas e sucessores, e que visa suprimir da memória o poder de organização e de reivindicação dos trabalhadores, estigmatizando-os como impotentes e incapazes de lutar pelos seus direitos. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#))

Angelo Priori

Referências Bibliográficas:

- COSTA, Sérgio Amad. Estado e controle sindical no Brasil. São Paulo, T.A Queiroz, 1986.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- MORAES FILHO, Evaristo. O problema do sindicato único no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Col. Tudo é História, Vol. 32).
- VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA RURAL. Historicamente, a [legislação trabalhista no Brasil](#) atingiu primeiramente o operariado urbano e não os assalariados rurais, camponeses ou outro tipo de trabalhador do setor. A própria CLT (Consolidação da Leis do Trabalho), editada em 1943, excluía os trabalhadores rurais dos benefícios sociais da legislação. Isso se deve em parte à atuação política da oligarquia rural na primeira metade do século, que procurava excluir de todas as formas as relações de trabalho do mundo agrário do debate em torno da legislação. (v. [Populismo](#) & [Camponês e Política](#)) O debate acerca da legislação rural só tomou corpo a partir da década de 1950, motivado por dois fatores: a atuação de Getúlio Vargas em seu último mandato, visando estender a legislação social aos homens do campo; os diversos movimentos de camponeses que eclodiram nessa mesma década em todo o país – Ligas Camponesas no Nordeste, revolta de Trombas e Formoso em Goiás, Revolta de Porecatu e do Sudoeste no Paraná, proliferação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Sul/Sudeste do Brasil são alguns dos muitos exemplos que se poderia citar. (v. [Estado Novo: Historiografia](#))

No entanto, o debate ganhou corpo a partir da apresentação no Congresso Nacional do projeto de lei visando criar um Estatuto para o trabalhador rural, feito pelo então deputado Fernando Ferrari em 6 de maio de 1960. Os principais pontos do projeto eram: garantia de salário mínimo, férias remuneradas, aviso prévio, estabilidade no emprego, indenização por demissão sem justa causa, além de extensos pontos sobre a regularização da sindicalização rural. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) A apresentação do projeto de lei e sua aprovação três anos depois (Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963 – Estatuto do Trabalhador Rural) recebeu importantes críticas das classes dominantes rurais. (v. [Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade](#)) Entre as mais contundentes, estavam a questão da estabilidade no emprego e da sindicalização rural, já que direitos como salário mínimo, férias, aviso prévio estavam garantidos pela CLT, embora nunca tenham sido respeitados pelos proprietários rurais. Com relação à estabilidade no emprego, o discurso ruralista enfatizava que essa poderia gerar algumas “incompreensões sociais” que poderiam dificultar o relacionamento harmonizado entre trabalhadores e patrões. (v. [Corporativismo: Teoria](#)) Para esses, os trabalhadores rurais, andarilhos por [natureza](#) e fascinados pela aventura do nomadismo, estariam sempre tentados a mudar recorrentemente de emprego com o propósito de receber a indenização pela estabilidade. Já no que tange à sindicalização, a preocupação das classes dominantes rurais era que essas entidades poderiam perturbar a paz social reinante no campo, enveredando-se por um caminho de modificações da estrutura econômica, social e jurídica da sociedade, já que essas entidades seriam passíveis da influência de “agitadores profissionais”. (v. [Anticomunismo](#))

A própria Sociedade Rural Brasileira, órgão máximo de representação das classes dominantes rurais, não negava a legislação trabalhista rural ou a sindicalização. (v. [Sindicato](#)) No entanto, apelava que tanto os sindicatos como as leis deveriam servir como instrumentos de paz social, visando corrigir as incontestáveis iniquidades da estrutura agrária brasileira. (v. [Governabilidade](#)) Na realidade, sabiam os ruralistas que a publicação de um Estatuto do Trabalhador Rural serviria não só para controlar as relações de trabalho no campo mas também como um paliativo a uma ameaça mais séria: a luta pela reforma agrária. Para finalizar, deve-se lembrar que a legislação trabalhista rural nada mais é que uma extensão da legislação trabalhista urbana ao homem do campo. O projeto do Estado e das classes dominantes era pensado a partir de uma estrutura e práticas sociais concretas: as relações de trabalho do assalariado urbano, não sendo consideradas as características constitutivas da existência camponesa, ou seja, as práticas e relações sociais dos trabalhadores rurais. (v. [Partido Político de Direita](#) & [Sociedade Civil](#))

Angelo Priori

Referências Bibliográficas:

- CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base, 1930-1964. In: FAUSTO, Bóris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1983.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- MORAES FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- PRADO JÚNIOR, Caio. O estatuto do trabalhador rural. *Revista Brasiliense*, Vol. 47. São Paulo, 1963. pp. 1-9.
- PRIORI, Angelo. Legislação social trabalhista: a exclusão do trabalhador rural. *História*, Vol. 15. São Paulo, Unesp, 1996. pp. 287-302.

LEIS DE NUREMBERG. Expressão utilizada para caracterizar duas leis raciais do governo Nacional-Socialista, promulgadas em setembro de 1935 no Congresso do Partido, em Nuremberg: a Lei de Proteção ao Sangue Alemão e a Honra Alemã e a Lei de Cidadania do [Reich](#). Adotadas por unanimidade pelo Parlamento, reunido em sessão extraordinária em Nuremberg, [Hitler](#) justificou as medidas como réplica ao boicote [judeu](#) no exterior. Marcadas pelo caráter eugênico da Visão de Mundo – *Weltanschauung* – já apresentada nos Vinte e Cinco Pontos do Programa do Partido Nazista e em [Mein Kampf](#), as leis procuravam definir a essência racial de um legítimo alemão, tomando-a como base jurídica para a segregação dos judeus do corpo social. Esta situação, que já vinha sendo gradativamente implementada desde a chegada de Hitler ao poder, teve sua primeira expressão institucionalizada com a operação boicote no dia 1º de abril de 1933. (v. [Totalitarismo](#)) Alguns dias mais tarde, as Leis de Restauração da Função Pública excluíram os judeus de diversas áreas profissionais e limitaram a participação de alunos judeus em escolas e universidades. Em julho de 1933, uma lei retroativa revogou as naturalizações judaicas realizadas na República de Weimar, especificamente no caso de judeus da [Europa](#) Oriental. (v. [Fascismo](#) & [Inimigo](#))

Em Nuremberg, a Lei de Cidadania do Reich estabeleceu uma distinção entre os que tinham sangue alemão, considerados cidadãos do Reich (*Reichsbürger*) – e, por isso, detentores de direitos políticos e civis – e aqueles que eram portadores de sangue judeu, que passavam a ser considerados membros subordinados do Estado Alemão (*Staatsangehörige*), sem o *status* de cidadãos do Reich. (v. [Völkisch](#)) Nessa esteira anti-semita, muitas discussões se seguiram para definir mais precisamente o direito positivo do judeu. As diferentes esferas do poder Nacional-Socialista debatiam acirradamente suas posições em torno da questão. Enquanto Hjalmar Schacht, Ministro da Economia, apontava que a moderação em relação à questão judaica garantiria uma repercussão positiva aos interesses econômicos alemães no panorama internacional, Walter Gross, responsável pela Agência de Política Racial do Partido Nazista, exigia maior clareza e atitude em relação à definição do problema, possibilitando a aplicabilidade imediata das Leis de Nuremberg. Em novembro de 1935, a definição foi estabelecida a partir da premissa que o judeu é aquele que possui três avós puramente judeus, sendo esta ancestralidade estabelecida a partir do pertencimento à comunidade religiosa judaica. Os “casos duvidosos” eram analisados por diversas comissões de “especialistas”, responsáveis por medições antropométricas e outras identificações de caracteres somáticos hereditários tidos como típicos de judeus. Uma obra basilar neste sentido foi desenvolvida por Otto von Verschuer, o *Manual de Eugenia e Hereditariedade Humanas*, verdadeiro referencial para os aferidores do critério racial judaico. (v. [Natureza](#)) A estes “especialistas” se juntaram milhares de padres católicos, disponibilizando à [burocracia](#) nazista registros de casamento e batismo, o que tornava a aferição em torno da pureza de sangue mais eficaz. (v. [Conservadorismo](#) & [Ideologia](#))

A segunda lei estabelecida em Nuremberg, a Lei de Proteção ao Sangue Alemão, estabelecia o impedimento de casamentos ou qualquer intercuro sexual entre judeus e alemães. Um de seus artigos proibia que qualquer alemã com menos de 45 anos trabalhasse na casa de judeus. As penas aos infratores variavam entre trabalhos forçados e prisão, tendo sido radicalizadas com a noção de crime contra a raça (*Rassenschande*), levando à pena de morte. (v. [Autoritarismo](#), [Ditadura](#) & [Repressão e Violência](#)) Uma vez que o sangue constituía um elemento central dentro da concepção nazista, considerado responsável pela transmissão de caracteres nacionais e raciais, as restrições impostas aos judeus foram, um pouco mais tarde, também estendidas a negros e ciganos. (v. [Alteridade](#) & [EICHMANN, O Caso](#))

Mais de 200 decretos referentes à questões raciais foram implementados depois da aplicação das Leis de Nuremberg. Em 1941, foi estabelecido que todo judeu deveria usar publicamente presa à roupa a estrela de David amarela com a inscrição “*Jude*” em preto, tornando-os

claramente identificáveis. Em 1943, antecipando a Solução Final, um último decreto fez dos judeus estrangeiros na Alemanha. (v. [Holocausto](#) & [Campos de Concentração](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

ARENDR, Hannah. Eichmann em Jerusalém. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

BURRIN, Philippe. Hitler e os judeus. Porto Alegre, L&PM, 1990.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. Os Carrascos Voluntários de Hitler. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

MARRUS, Michael R. The Holocaust in History. Londres, Penguin Books, 1987.

POLIAKOV, León. Breviaire de la Haine. Paris, Éditions Complexe, 1986.

LE PEN, Jean-Marie. (Nascido a 20 de junho de 1928). Fundador e atual presidente da [Frente Nacional](#) francesa, nasceu em uma [família](#) de pescadores da Bretanha. Muito cedo tornara-se órfão de pai e fez seus estudos secundaristas no ensino católico. Malgrado afirme ter combatido a ocupação nazista com os *maquisards*, nada prova que ele tenha pertencido à Resistência: ele mesmo reconhece ter mantido consigo, até 1945, uma foto de Pétain e ter lido [Maurras](#) e Brasillach. (v. [Regime de Vichy e os Judeus](#)) Em 1947, torna-se estudante de direito em Paris e milita brevemente (1948) com os regalistas, que editam o jornal *Aspectos da França*. (v. [Revolução](#)) Em 1950-1951, Le Pen preside um sindicato estudantil, a *Corporação dos Estudantes de Direito*, claramente orientada para a direita, e participa da campanha eleitoral do deputado Jacques Isorni, antigo advogado de Pétain. Em 1953-1954, ele se engaja voluntariamente na armada francesa que combate no Vietnã. (v. [Neocolonialismo](#))

O seu primeiro efetivo combate político data de 1955: ele se torna um dos dirigentes do movimento populista e xenófobo de Pierre Poujade e, em 1956, é eleito deputado deste último (permanecendo deputado até 1962). (v. [Autarquia](#)) Durante a guerra da Argélia, Le Pen dirige alguns grupos favoráveis à Argélia francesa, como a *Frente Nacional dos Combatentes* e a *Frente Nacional pela Argélia Francesa*, mas não faz parte da OAS. (v. [Geopolítica](#)) Atingido pela onda gaullista consecutiva à questão do *putsch* militar de 1961, Le Pen reaparece em 1965 como o diretor da campanha presidencial de Jean-Louis Tixier-Vignacourt, candidato da extrema-direita que obteve 5,27% dos votos. (v. [Partido Político de Direita](#)) Desde essa época, ele guardou um anti-gaullismo visceral e uma xenofobia anti-árabe bastante virulenta. Logo em seguida, ele desaparece da cena [política](#) até 5 de outubro de 1972, data da fundação da Frente Nacional, da qual se tornou presidente. Sucessivamente eleito municipal de Paris (1983), deputado europeu (1984) e deputado na Assembléia Nacional (1986), Le Pen exerce no aparelho da FN uma autoridade toda-poderosa. Ele é o *élément fédérateur* que permite as tendências ideológicas opostas do partido (católicos integristas, novos-pagãos, conservadores reacionários) coexistir; além disso, o seu talento de tribuno facilitou o impacto do discurso do partido na opinião pública. (v. [Conservadorismo](#), [Fascismo](#) & [Ideologia](#))

Le Pen não é um ideólogo: indiferente à questão religiosa, é um pessimista conservador, herdeiro de Barrès e das ligas dos anos de 1930. O seu ideal é um governo autoritário não democrático, nacionalista e visceralmente anticomunista, xenófobo e hostil ao [judaísmo](#). (v. [Anticomunismo](#), [Autoritarismo](#) & [Ditadura](#)) Em matéria de [economia](#), é um partidário da pequena empresa, favorável a um Estado não intervencionista. (v. [Burocracia](#) & [Estado do Bem-Estar Social](#))

Favorável aos Estados Unidos durante a [Guerra Fria](#), Le Pen evoluiu em direção do anti-americanismo e é bastante contrário a toda forma de união supranacional europeia. (v. [Europa](#) & [Chauvinismo](#)) Pouco numerosos, os livros de Le Pen não fazem mais do que repetir e comentar o programa da FN. (v. [Aborto](#)) Pode-se registrar: *Les français d'abord* (1984) e *La France est de retour* (1985). (v. [Nouvelle Droite](#) & [Neo-racismo Diferencialista](#))

Jean-Yves Camus

Referências Bibliográficas:

- BRESSON, Gilles; LIONNET, Christian. Le Pen: biographie. Paris, Éditions du Seuil, 1994.
CAMUS, Jean-Yves. Le Front national: histoire et analyses. Paris, Éditions Olivier Laurens, 1996.
DARMON, Michaël; ROSSO, Romain. L'après Le Pen. Paris, Éditions du Seuil, 1998.
MAYER, Nonna; PERRINEAU, Pascal (Dirs.). Le Front National à découvert. Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996
PERRINEAU, Pascal. Le symptôme Le Pen. Paris, Fayard, 1997.

LIBERALISMO. Duas noções parecem centrais para a compreensão deste conceito: *indivíduo* e *mercado*. Como não são termos exclusivos do liberalismo, seria interessante poder percebê-los em seu limite a partir daquilo que negam e afirmam e os enquadramentos possíveis no campo da direita. O indivíduo como agente político e agente econômico se constrói a partir da negação daquilo que o anularia: a organização política e social concebida nos termos da [Revolução](#) Francesa como [Antigo Regime](#). Eliminadas as barreiras jurídicas e políticas da sociedade estamental-patrimonial que impediam a expressão do indivíduo como categoria [política](#), ele está livre para se tornar potencialmente um agente político pleno. Aqui há um elemento de universalidade que os conservadores anti-liberais criticariam como mera “abstração” iluminista distante das necessidades “históricas” de cada lugar: todo homem é potencialmente ator político. Para completar esta idéia, segue-se a abstração do mercado: todos os indivíduos atuantes na produção de bens, ao concorrerem livremente entre si com vista ao lucro, acabam por produzir uma riqueza que através do próprio sistema comercial é redistribuída. Neste sistema, o Estado atua como quem mantém a ordem (no sentido policial), ou seja, protege a propriedade e elimina todas as barreiras que possam impedir o livre fluxo de bens e pessoas – e, indiretamente, idéias e valores. (v. [Burocracia](#))

Antes da experiência democrática de 1848 na França, o liberalismo não se confundia com igualitarismo social. O tema da igualdade foi constituído originalmente em termos estritamente jurídicos como resposta aos sistema dos privilégios no Antigo Regime; daí, em relação a este, soava revolucionário apregoar a “igualdade perante as leis”. O indivíduo liberal poderia, assim, desabrochar: a afirmação de tal igualdade significava a eliminação de todos os privilégios jurisdicionais que impediam a unidade econômica e fiscal dos territórios nos termos da compreensão de mercado no pensamento econômico liberal. Sob tais novas bases, o sucesso ou o fracasso econômico não seria algo dado previamente pelo nascimento, mas uma questão de mérito individual. A equação entre este tipo de mérito e a capacidade política foi logo institucionalizada com a montagem do sistema parlamentar baseado no voto censitário. Em termos simples, pode-se dizer que a capacidade política plena (votar e ser votado) tinha como elemento ratificador a desigualdade social e, diferentemente da crítica conservadora anti-liberal, pressupunha a arena política como lugar de expressão do conflito de idéias e interesses – embora este lugar esteja enquadrado num parlamento *aristoi* –, que não é, pois, uma exclusividade da [democracia](#). Por isso, poder-se-á falar, nos termos do século XIX, em conservadores liberais e conservadores anti-liberais, estando ambos em oposição ao alargamento da capacidade política do indivíduo nos termos da isonomia democrática, reivindicada pelos liberais-democratas. (v. [Baderna](#)) Como a capacidade política é ratificada pela riqueza e não pelo nascimento, a nova *aristoi* pode se gabar de estar fazendo um governo *para o povo*, embora não *do povo* ou *através do povo*: o governo é para o povo uma vez que os meritocratas ativam o fluxo do mercado e, assim, tornam-se os principais agentes econômicos na circulação de bens, pessoas e informação, possibilitando que outras individualidades possam se manifestar em diferentes lugares. No entanto, não se deve confundir: no Brasil oitocentista, durante o período de vigência da escravidão, o escravo fazia parte da *população* e não do *povo* – este sim tinha uma capacidade política reconhecida como em potência. (v. [Conservadorismo](#) & [Conservadorismo no Brasil Império](#))

Durante a primeira metade do século XX, a chamada *questão social* tornar-se-ia algo que não mais se poderia resolver com um Estado policialesco a proteger os bens dos meritocratas e com o suposto efeito auto-regulativo do mercado na distribuição de bens. O Estado tornar-se-ia um agente social a interferir no mercado a partir de leis sociais a proteger o trabalhador dos efeitos avassaladores da concorrência econômica, atenuando a exclusão social e os potenciais abalos à ordem estabelecida. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Seja em versão mais politicamente democrática (liberal-democracia) ou em versão mais politicamente antidemocrática ([fascismo](#)), o Estado social seria uma alternativa fora dos termos do

liberalismo econômico para a manutenção do capitalismo, reduzindo as pressões sociais. (v. [Ideologia](#)) Este modelo entraria em crise entre as décadas de 1970 e 1990, reacendendo os apelativos do mercado como elemento de progresso social e o agora encarado “paternalismo de Estado” como um entrave à livre expressão das iniciativas econômicas individuais que pesou injustamente por décadas sobre as [elites empresariais](#). (v. [Darwinismo Social & Natureza](#))

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

- BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, UNESP, 1995.
- RÉMOND, René. O Século XIX, 1815-1914. São Paulo, Cultrix, 1974.
- RENAUT, Alain. O Indivíduo: reflexões acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro, DIFEL, 1998.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Mutações do Mundo do Trabalho. Rio de Janeiro, SENAC, 1999.

LIGA DE DEFESA NACIONAL. Criada em 1916 e existente até hoje, surgiu numa conjuntura de intenso debate político e ideológico. Por um lado, havia a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crítica que lhe fazia um leque variado de opositores: socialistas, anarquistas e “pacifistas”. Por outro lado, internamente, o *status quo* era ameaçado por movimentos como a guerra do Contestado (1912-1916) e as [greves](#) operárias, que tiveram o seu auge em 1917. (v. [Camponês e Política](#) & [Revolução](#)) Os partidos políticos, nessa conjuntura, mostravam-se despreparados para o combate ideológico, daí o surgimento de uma organização como a Liga de Defesa Nacional que, mesmo sem ter vínculo político-partidário, atuou com bastante desenvoltura na defesa dos interesses nela representados. A Liga foi a instituição que viabilizou no mundo civil, particularmente entre as até então arreadas camadas dirigentes, a efetivação do serviço militar obrigatório. (v. [Prussianismos Brasileiros](#)) O entusiasmo com que incorporou essa campanha iniciada com um grupo militar demonstra a existência de um projeto comum. Este projeto é o do Exército que assegura a defesa nacional contra os [inimigos](#): externos e internos. E, além disso, havia um entendimento único a respeito da intervenção militar na política. Esta só seria aceitável quando imperasse a “necessidade nacional”, isto é, nas grandes questões nacionais, como a proclamação da república, em que o Exército atuou sem quebra da hierarquia. (v. [Militarismo](#)) Assim, deveria ser vedado ao Exército a interferência nas questões interoligárquicas, como a “[Política](#) das Salvações” levada a cabo pelo presidente Hermes da Fonseca. (v. [Centenário de Nascimento de Olavo Bilac](#))

Idealizada por Pedro Lessa e Miguel Calmon, a Liga de Defesa Nacional teve em Olavo Bilac o seu mais brilhante tribuno. A direção ficava a cargo de 50 membros e a lista de seus primeiros ocupantes demonstra o quanto as camadas mais favorecidas da sociedade brasileira estavam interessadas neste tipo de iniciativa: havia ministros de Estado, deputados, senadores magistrados, representantes do comércio, da indústria, da agricultura e do mundo acadêmico, militares graduados, dirigentes esportivos, professores, jornalistas e ainda um membro da Igreja Católica. (v. [Conservadorismo no Brasil República](#)) Nas palavras de Bilac, o esforço da Liga se fazia necessário porque o patriotismo estava se perdendo e se dispersando e, para completar, a desorganização resultantes da combinação de diversos fatores propiciava o desânimo e o descontentamento. (v. [Conservadorismo](#)) A Liga vinha, assim, protestar e reagir contra “esse fermento de anarquia e essa tendência para o desmembramento”. A defesa nacional, que era o que dava nome à Liga, abarcava toda a vida social. Embora a Liga tenha surgido no bojo da campanha pela implantação do serviço militar obrigatório, ela não se esgotava na perseguição desse propósito, não só porque o conceito de defesa nacional era bastante amplo, mas também porque o fim último da Liga era a coesão operada, naturalmente, por quem estava apto a fazê-la: as elites representadas no Diretório Central. (v. [Autarquia](#)) Nas finalidades definidas em seu Estatuto, a palavra-chave é integridade, que se opõe à dispersão, à desorganização, à anarquia. A coesão e a integridade se fazem com prosperidade e segurança, o que só diz respeito àqueles que têm algo a preservar. A integridade nacional, que é a integridade de uma determinada nação que as elites procuram construir, obtinha-se por dois movimentos: o primeiro é a busca de todas as adesões possíveis, através de uma ampla campanha de educação cívica complementada pela educação militar, que atingiria desde escolas, instituições de caridade e seminários até as associações comerciais, industriais e esportivas, passando ao largo das concentrações de trabalhadores. (v. [Civismo](#)) Esse processo de adesão deveria incluir, ainda, os núcleos coloniais de imigrantes, isolados da “vida nacional”. O segundo movimento era o combate a tudo aquilo que não pudesse ser integrado à nação. Essa massa de indesejáveis já havia sido nomeada pelos “[jovens turcos](#)” e por Bilac: era o “rebotallo da sociedade”, que provocava aquela “efervescência” tão indesejada e as “[enxurradas sociais](#)” que só o Exército poderia deter. (v. [Natureza](#)) Constituíam, pois, um

segmento social para o qual não havia lugar naquela nação ideal – uma vez depurada de mestiços, vagabundos e analfabetos. (v. [Eugenia](#) & [PENNA, Belisário](#))

O encaminhamento dessa luta, que buscava simultaneamente a inclusão e a exclusão de segmentos sociais, necessitava de uma estrutura que a sustentasse. A Liga ficou organizada da seguinte maneira: o presidente seria o Presidente da República; abaixo dele viria o Diretório Central, composto por 50 personalidades, substituídas geralmente por falecimentos; dentre elas seria escolhido um presidente, 11 vice-presidentes, uma Comissão Executiva e um Conselho Fiscal. Ao Diretório Central caberia a tarefa de “superintender toda a ação material e moral da Liga”, o que faria auxiliado pelos dois órgãos citados e pelos Diretórios Regionais, que o Diretório Central também nomearia. A primeira Comissão Executiva do Diretório Central foi composta pelos idealizadores da Liga: o presidente seria Pedro Lessa; o vice-presidente seria Miguel Calmon; o secretário-geral seria Olavo Bilac. Decorridos dois meses de sua criação, já era grande o número de sócios beneméritos, remidos e efetivos: empresas, fábricas, clubes, associações patronais e de empregados e, ainda, militares, políticos, profissionais liberais. Ao terminar o ano de 1916, já estavam construídos 19 Diretórios Regionais. (v. [Ideologia](#))

Leila Maria Corrêa Capela

Referências Bibliográficas:

CAPELA, Leila Maria Corrêa. As malhas de aço do tecido social: a revista *A Defesa Nacional* e o serviço militar obrigatório. Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985. (mimeo.)

LIGA ELEITORAL CATÓLICA – LEC. Associação civil de âmbito nacional, criada em 1932 no Rio de Janeiro por Dom Sebastião Leme Silveira Cintra e auxiliado por Alceu Amoroso Lima. Foi construída pela Igreja Católica visando influir de modo direto na vida política do país, de forma a mobilizar o eleitorado católico no apoio a candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal e as assembleias constituintes estaduais. Esta preocupação surge pelo fato de a Igreja, no período de 1930, ter mudado o seu estatuto jurídico na sociedade brasileira no sentido de prestar seu concurso espiritual e ideológico ao fortalecimento do Estado e do bloco das classes dominantes face à ascensão política das classes subalternas. Como não agradava à cúpula da Igreja a fundação de um partido político, optou-se por esta frente suprapartidária. (v. [Política](#) & [Revolução](#)) Possuía como finalidade a instrução, congregação e alistamento do eleitorado católico para assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis. (v. [Partido Político de Direita](#)) Para ser candidato da LEC, ou por ela apoiada, o pretendente precisava defender o programa estipulado em dez pontos: promulgação da constituição em nome de Deus; defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência das famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao [casamento](#) religioso; incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias e normais da União, do Estado e do município; regulamentação da assistência religiosa facultativa nas prisões, hospitais, etc; liberdade de sindicalização, de modo que os [sindicatos](#) católicos, legalmente organizados, tivessem as mesmas garantias dos sindicatos neutros; reconhecimento dos serviços eclesiais de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar; decretação da legislação trabalhista inspirada nos preceitos da [justiça](#) social e nos princípios da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividade subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis; combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica. (v. [Ação Católica](#) & [Rerum Novarum](#)) A política social defendida pela LEC incluía a regulamentação dos salários de modo a atingir um "salário familiar" sem prejuízo econômico para as empresas; a instituição do seguro social para casos de doença, acidente e desemprego; a administração política e a representação legislativa das organizações profissionais nos conselhos nacionais de trabalho e economia; a unificação da legislação trabalhista e a criação de cooperativas de produtores e consumidores. As questões sociais, assim como os sete últimos pontos do programa, não eram considerados imprescindíveis para o apoio da LEC a um candidato. O programa mínimo se baseava nos três primeiros pontos do programa. A constituição de 1934 consagraria a assistência espiritual nos estabelecimentos oficiais e militares, o casamento religioso adquiriria validade civil e o divórcio seria proibido; o ensino religioso seria inserido dentro das disciplinas escolares; os membros das ordens religiosas passariam a ter direito de voto; as escolas católicas passariam a receber subvenção oficial do Estado e algumas facilidades jurídicas seriam dadas às associações religiosas. Tais conquistas não foram retiradas com a implantação do [Estado Novo no Brasil](#) em 10 de novembro de 1937 – embora neste período a LEC tenha ficado inativa – e nem mesmo com a constituinte de 1946. Nas eleições presidenciais de 1945, apoiou Eduardo Gomes e, nas de 1950, Getúlio Vargas. Em 1964, a LEC passou a denominar-se Aliança Eleitoral pela [Família](#). (v. [Camponês e Política](#) & [Governabilidade](#))

Histórico. Em 1925, no governo de Artur Bernardes, homem inclinado à reforma constitucional, D. Leme e Jackson de Figueiredo, fundadores do centro Dom Vital, iniciaram uma campanha para a aprovação de emendas religiosas à Constituição de 1891 que diziam respeito à educação religiosa nas escolas públicas e ao reconhecimento do catolicismo como religião oficial do país. Todavia, essas questões só entraram realmente na pauta política a

partir de 1930, quando o governo Vargas, percebendo a força da Igreja junto à opinião pública, concede a ela privilégios que equívalem a um reconhecimento oficial, como a permissão para o ensino religioso nos cursos primário, secundário e normal e a liberdade para a organização sindical, o que na prática se referia a certa autorização para que aquela instituição organizasse sindicatos católicos. Adotadas em 1931, essas iniciativas significaram uma aproximação política entre a Igreja Católica e o governo provisório de Vargas. A reação do clero frente aos acontecimentos de 1930 foi de estranhamento, já que toda a sua lealdade estava com as oligarquias regionais, que até então dominavam a política nacional. Entretanto, as medidas adotadas favoráveis à Igreja serviram para uma aproximação entre os dois poderes. As lideranças católicas organizadas por D. Leme e Alceu Amoroso Lima aproveitaram o momento para implementar uma ofensiva política. Em 1932, foi criada a Coligação Católica, reunindo o Centro Dom Vital, a Ação Universitária Católica e a Confederação de Operários Católicos. Ao mesmo tempo, recuperaram o projeto da década de 1920, envolveram todas as organizações católicas e iniciaram uma série de manifestações que veiculavam às reivindicações da Igreja romana. Após muitos embates políticos, o governo provisório terminou por marcar eleições para a Assembléia Nacional Constituinte para o dia 3 de maio de 1933. Estavam, portanto, dadas as condições necessárias para que o projeto de mobilização da Igreja fosse implementado. Nesta oportunidade, Alceu Amoroso Lima e Heráclito Sobral Pinto, membros do Centro Dom Vital, sugeriram ao Cardeal D. Leme a possibilidade de a Igreja organizar um partido católico. Todavia, esta não era a estratégia de D. Leme, que pretendia atuar apartidariamente, aglutinando os fiéis de modo a torná-los um forte grupo de pressão política. Diante dessa estratégia, as lideranças clericais e laicas passaram a organizar, a partir do Centro Dom Vital, aquilo que se tornou a Liga Eleitoral Católica, ou seja, um grupo de pressão que atuava acima dos partidos com grande desenvoltura e força. (v. [Comitês Anticomunistas](#))

Estrutura organizacional. A organização da entidade assentava-se sobre uma junta de âmbito nacional, estadual, regional e local. A sua presidência foi entregue a Pandiá Calógeras (título simbólico, pois a direção era de fato exercida pelo Cardeal Leme), um nome laico e conhecido em todo o país. Ele certamente daria à entidade o prestígio necessário. A secretaria-geral da Junta Nacional estava a cargo de Alceu Amoroso Lima, sendo constituída ainda por Aníbal Porto, Jônatas Serrano, Heitor da Silva, Plácido de Melo e Everardo Backhernser, todos homens da extrema confiança do Cardeal. A principal função da entidade era ser um grupo capaz de atuar na política nacional, publicar materiais relativos à campanha e potencializar os esforços da liga. As Juntas Estaduais ficariam submetidas à Junta Nacional e serviriam como caixa de ressonância das decisões da direção nacional naquilo que era o verdadeiro alvo da entidade: a indicação ou não de partidos ou candidatos comprometidos com o programa católico. As Juntas Regionais resolveriam os problemas de sua área de atuação, além de intermediar as Juntas Estaduais e Locais, que, por sua vez, atuavam como núcleo de organização de base e, sob a direção dos padres, funcionavam como elemento de mobilização, inscrição do eleitor e garantia dos votos dos católicos. Estatutariamente, a LEC era uma sociedade civil e laica, porém, na prática, a sua dinâmica organizacional e de poder era determinada pelos bispos e estava também estritamente vinculada ao Centro Dom Vital e ao Cardeal Leme. (v. [Ideologia](#))

Estratégia, programa e apoios. Imediatamente após a fundação da LEC, o Cardeal Leme tratou de trabalhar a sua implantação em todas as dioceses do país, criando uma verdadeira rede de apoio baseada na atuação paroquial. A partir de 1932, a liga intensificou sua propaganda através de artigos em diferentes jornais contra o Estado laico, o divórcio, a favor do ensino religioso e da divulgação dos nomes daqueles candidatos e partidos que mereciam ou não o voto católico. Às vésperas das eleições para a Constituinte, em março de 1932, a LEC divulgou seu programa, centrado em duas questões básicas: a defesa dos interesses

políticos da Igreja Católica e de uma política social baseada nos princípios da sua doutrina social, propondo, desse modo, a promulgação da Constituinte em nome de Deus, a defesa do direito de propriedade e contra a subversão da ordem por qualquer legislação que pudesse sugerir a oposição aos princípios fundamentais da doutrina católica, o reconhecimento constitucional da indissolubilidade do matrimônio e da validade civil do casamento religioso; a adoção do programa de instrução religiosa na rede de ensino público de nível primário e secundário e, como programa mínimo, a assistência religiosa oficial às Forças Armadas, hospitais e prisões. Em relação ao mundo do trabalho, a liga propunha a pluralidade e liberdade sindical para que a organização de trabalhadores católicos pudessem ter as mesmas garantias dos sindicatos neutros. Era também de seu interesse a elaboração de uma legislação trabalhista para os clérigos inspirada nos princípios da doutrina do serviço militar obrigatório. A não-intervenção do Estado, cujo papel deveria ser apenas o de coordenador dos interesses gerais, e o discurso contra a “subversiva” doutrina socialista ainda marcaram o perfil ideológico da LEC. (v. [Anticomunismo](#)) Ela recebeu o apoio de diversos setores sociais, sendo que as diversas organizações católicas não só apoiaram mas também foram fundamentais no processo de convencimento do conjunto da sociedade. Outro apoio importante foi o da Ação Integralista Brasileira (AIB), expresso através das páginas da revista [A Ordem](#) de Alceu Amoroso Lima e [Plínio Salgado](#). Contudo, a liga não indicou particularmente a AIB ao eleitorado porque, segundo orientação do Cardeal Leme, ela deveria ficar acima dos partidos. Nesse sentido, a instituição chegou a proibir que membros das suas juntas se candidatassem por qualquer legenda política, havendo apenas uma única exceção: a [Liga Eleitoral Católica no Ceará](#) transformou-se num partido aglutinador das forças anti-tenentistas interventoras no estado, lançando candidatos próprios à Constituinte. A Liga Eleitoral Católica expandiu-se no Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Nos demais estados, juntamente com o Centro Dom Vital, também aliado das oligarquias locais, a liga exerceu influência sobre os principais partidos políticos, constituindo-se, pois, em um grupo de pressão aliado das legendas estaduais e contra as tendências liberais ou socialistas. (v. [Sociedade Civil](#))

A Constituinte de 1933. No dia 8 de novembro de 1933 foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte. A questão do divórcio e do ensino religioso esquentou os principais debates travados por católicos liderados por Antônio Carlos de Andrada, deputado pelo Distrito Federal e presidente da Assembléia, pelo padre pernambucano Arruda Câmara e por quase toda a bancada paulista. O grupo de oposição à LEC, chamado de “[inimigos da Igreja](#)”, pertencia ou não à Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, entidade fundada no Distrito Federal no dia 7 de setembro de 1931 com a finalidade declarada de lutar contra a oficialização do catolicismo como religião do Estado. O seus integrantes eram intelectuais não-católicos, crentes ou não. A promulgação da Constituinte, sob a insígnia “colocando a nossa confiança em Deus”, aconteceu em julho de 1933, havendo a vitória das principais propostas da liga já que, diante da fragilidade doutrinária dos partidos políticos do campo conservador, o seu programa era o único que tinha base ideológico consistente. A partir de então, passou a ser permitida a assistência religiosa nos estabelecimentos oficiais, o casamento religiosos adquiriu validade civil, proibiu-se o divórcio e a educação religiosa foi prevista dentro do horário escolar. Além disso, os membros das ordens religiosas adquiriram o direito de voto, as escolas religiosas passaram a receber subvenções do Estado e foram asseguradas facilidade jurídicas às associações religiosas. Com a Constituição de 1934, foram rejeitadas as cláusulas promulgadas na sua antecessora (1891), consideradas pela Igreja como obstáculos à consecução dos seus objetivos. (v. [Conservadorismo](#))

Jessie Jane Vieira de Sousa

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel. Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária/FGV/CPDOC, 1984.
- AMORIM, Carlos. A influência do clero na constituinte de 1934. Rio de Janeiro, Ed. Moderna, 1925.
- AMOROSO, Alceu Lima. Indicações políticas: da revolução à constituição. Rio de Janeiro, Agir, 1936.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de '30, o Estado Novo e a Redemocratização. In FAUSTO, Bóris (coord.). História da Civilização Brasileira, v.11. São Paulo, Ed. Difel, 1986.
- BRUNEAU, Thomas C. Catolicismo brasileiro em época de transição. São Paulo, Ed. Loyola, 1974.
- CAUVILLAR, Waldir. O pensamento de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) na década de '30. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC, 1992.
- HOORNAERT, Eduardo et alii. História da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1977.
- SILVA, Raul. Influência política da Igreja Católica na Assembléia Nacional Constituinte de 1933-1934. Brasília, Dissertação de Mestrado, UNB, 1978.
- SILVA, Zélia Lopes da. O arcaico e o moderno na Constituinte de 1933-1934. São Paulo, Tese de Doutorado-USP, 1992.
- VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

LIGA ELEITORAL CATÓLICA NO CEARÁ. No Estado do Ceará, a [Liga Eleitoral Católica](#) se formou enquanto partido político e estava vinculada diretamente à Ação Integralista Brasileira de [Plínio Salgado](#) – partido de cunho fascista –, contando com a presença de Helder Câmara em seus quadros dirigentes. Como diz José Beozzo, "esta militância política da Igreja no seio do Integralismo local fará com que o Ceará seja o único Estado brasileiro em que a LEC perca o seu caráter estritamente suprapartidário para se envolver como um partido aliado ao Integralismo e aos coronéis do interior para disputar as eleições de 1933 [para Assembléia Constituinte], 1934 [para Constituinte Estadual] e 1935 [eleição indireta para Governador], ganhas pela LEC". Neste Estado, a LEC aglutinava os setores chamados de "decaídos". (v. [Coronelismo](#), [Política](#) & [Sociedade Civil](#))

No Ceará, a luta política do período inicial da reorganização da vida político-administrativa pós-30 dividia-se entre o interventor civil (Fernandes Távora) e os tenentes revolucionários, e entre o interventor civil e as facções oligárquicas que perderam suas posições de mando político (os decaídos). Os setores tenentistas pressionaram o governo central pela substituição de Fernandes Távora, a quem acusavam de favorecer exclusivamente a seus correligionários. Távora é substituído por Carneiro de Mendonça, "militar, neutro politicamente e estrangeiro", que na perspectiva do tenentismo seria o ideal para garantir o afastamento dos interventores das forças políticas locais. Carneiro de Mendonça, entretanto, irá adotar uma política de "relativa 'conciliação' com os grupos políticos locais", conseguindo uma estabilidade política e o retorno de setores decaídos à máquina administrativa do estado. (v. Governabilidade) As eleições para a constituinte de 1933, onde a LEC elege sete dos dez deputados do Estado, provoca a ira dos tenentistas, que acusavam a imparcialidade de Carneiro de Mendonça pela derrota do PSD e exigem a sua substituição "se não a um militante do PSD, pelo menos a um homem digno que lhe seja francamente simpatizante". Mendonça é substituído pelo Coronel Felipe Moreira Lima, aliado das forças tavoristas que atua de forma ofensiva na defesa do PSD nas eleições da constituinte estadual de 1934. A LEC, entretanto, elege 17 dos 30 deputados e consegue maioria para eleger Menezes Pimentel como governador nas eleições indiretas do ano seguinte. (v. [Partido Político de Direita](#) & [Conservadorismo](#))

Altemar da Costa Muniz

Referências Bibliográficas:

- MOTA, Aroldo. História Política do Ceará, 1930-1945. Fortaleza, Stylus Comunicações, 1989.
- SOUSA, Simone (coord.). História do Ceará. Fortaleza, Ed. UFC e Fundação Demócrito, 1989.
- SOUSA, Simone de et alii. Fortaleza: A Gestão da Cidade. Fortaleza, Fundação Cultural de Fortaleza/BNB/UFC, 1994.

LIGA PANGERMÂNICA (*Alldeutschenverband*). Associação de caráter ultranacionalista, fundada em 1890 na Alemanha e dissolvida em 1939. Contava com o apoio de inúmeras outras entidades e partidos. A maioria de seus membros era de profissionais de classe média, merecendo destaque o expressivo número de professores (37% dos membros e, deste percentual, 57% de professores universitários). Ao adotar um conceito étnico de nação e de nacionalidade, legitimou a sua principal doutrina, que seria posteriormente empregada por [Adolf Hitler](#): a necessidade de ampliação do espaço vital (*Lebensraum*). (v. [Völkisch](#)) Esta noção é responsável pela forma peculiar com que o [imperialismo](#) alemão se desenvolveu: ao lado da disputa por colônias em outros continentes, a Liga preconizava ainda a anexação ou exercício de hegemonia econômica em quaisquer territórios onde houvesse descendentes de alemães. (v. [Reich](#)) Os seus principais objetivos consistem na *divulgação e propagação dos planos expansionistas da germanidade, luta pelo fortalecimento da sua frota naval e união integral da germanidade em todo mundo*, ao que se acrescentou, no século XX, a luta contra a presença do [judeu](#) no país. (v. [Conservadorismo](#) & [Geopolítica](#))

A sua estratégia de propaganda era bastante similar àquela que seria utilizada pelo Partido Nacional-Socialista: divisão da entidade em grupos locais, panfletagem, organização de comícios e festas, fomento a atividades filantrópicas para as mulheres, dirigidas principalmente aos “alemães do exterior” e, ao lado disso, a manutenção de um corpo de pesquisadores sobre assuntos estratégicos: política colonial, economia, questão racial, política, recursos naturais dos países com presença germânica numericamente significativa. O seu principal ídolo era Otto von Bismarck, não por ter ele apoiado em algum momento a entidade, mas por ter empreendido a unificação a partir da Prússia, cuja cultura política entendiam ser a mais autêntica alemã. Elegeram como seu mentor intelectual Karl Peters (1856-1918), um militante nacionalista que defendeu tanto o imperialismo direto quanto o imperialismo indireto, administrou várias colônias na África e influenciou politicamente o parlamento para que se estabelecesse um programa de defesa dos alemães no exterior. Segundo o seu entendimento, a tirania e a violência exercidas como único conteúdo de sua política na África valiam para um povo estrangeiro e inferior, mas não para seus companheiros de etnia (*Volksgenossen*) como, por exemplo, aqueles residentes na América Latina. (v. [Eugenia](#) & [Guerra](#)) A propósito, Peters não hesitou em reivindicar que a Alemanha interferisse na política brasileira quando alguns teutos foram perseguidos por participarem de agitações ocorridas no Rio Grande do Sul em 1891. Nesta ocasião, insistiu para que seu governo enviasse forças militares para a região e defendesse os seus “compatriotas”. (v. [Ideologia](#))

Com o lema, *Bedenke dass du ein Deutscher bist* (Lembra-te de que és um alemão), a Liga se fez presente também entre a população de origem germânica na América Latina, uma das regiões de ultramar mais almejada pelos imperialistas alemães. Sonhavam desde meados do século XIX que, devido à emigração em massa, tal contingente – uma vez conquistado para a causa nacionalista de seu país de origem – seria representante de seus interesses no Novo Mundo. Daí os pesados investimentos na Região Sul do Brasil, na Argentina e no Chile. Aliás, a sua cooperação foi decisiva na formação dos exércitos chilenos e argentino; eram também alemães muitos proprietários de firmas portuárias de exportação e importação, que contavam com o apoio dos emigrados para seus investimentos. Porém, além das atividades econômicas, apoiaram diversas entidades que gradativamente foram tornando-se adeptas do [pangermanismo](#): igrejas, escolas, associações recreativas e imprensa. Nestes e em outros países em que atuou, a Liga Pangermânica criou uma elite local totalmente voltada para os interesses da Alemanha. Somente no Brasil, por exemplo, à época da Primeira Guerra Mundial, a ela se filiaram 6.000 pessoas, que enviaram quantias significativas para apoiar o esforço de guerra alemão. Neste período, a força política da entidade se transferiu da Alemanha para o exterior – entre os *Auslanddeutschen*. Quando o partido nazista assumiu o governo, a elite da entidade afirmou entusiasticamente que este partido era filho legítimo da

Alldeutschenverband, o partido que concretizaria suas utopias. (v. [Fascismo na Alemanha](#))
Porém, seria exatamente este novo poder de natureza totalitária que impor a sua dissolução,
não sem antes nutrir-se de seus principais ensinamentos. (v. [Totalitarismo](#))

Marion Brepohl de Magalhães

Referências Bibliográficas:

ARENDT, Hannah. O sistema totalitário. Lisboa, Dom Quixote, 1978.

DREHER, Martin. Igreja e germanidade. Caxias do Sul, Sinodal, 1984.

KRUCK, Alfred. Geschichte des Alldeutschen Verbandes: 1890-1939. Wiesbaden: Franz sul
do Brasil. UNICAMP, Tese de Doutorado, Campinas, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis, Fundação Catarinense
de Cultura, 1982.

LIKUD. Partido israelense formado nos anos de 1960 a partir da coligação de partidos de centro e de direita, sob a liderança de Menachem Begin. (v. [Conservadorismo](#)) Os principais integrantes foram o Jerut (liberdade) – coligação da União dos Sionistas Revisionistas, fundado por [Vladimir Jabotinsky](#), que tinha por lema a utilização do capital judaico para levar os judeus para a Palestina –, o movimento juvenil Betar – organizado por Menachem Begin, cujo objetivo principal era o de despertar a consciência do jovem [judeu](#) no sentido de que esse imigrasse para o estado de Israel – e o movimento Irgun Zvai Lumi, surgido em 1936 para responder aos ataques árabes liderados pelo Mugti, governador da região. (v. [Geopolítica](#)) Formaram também o Likud o Partido Liberal, sucessor dos Sionistas Gerais, e o Partido Centro Livre – uma dissidência do Jerut. O Likud contou com o apoio de grupos e partidos religiosos como Agudat Israel Gush Emunim e Shas, entre outros, que encararam o acordo de Oslo feito pelo ex-ministro Yitzhak Rabin – líder do Partido Trabalhista assassinado em 1995 – como inaceitável, pois o controle judeu sobre a terra natal é fundamental. Entre esses grupos, os mais radicais pregam que o “final dos dias está próximo e que o controle da terra de Israel pelos judeus é um passo essencial para a redenção final”, desta forma o que está em jogo são os princípios da fé. (v. [Fundamentalismo Judaico](#))

A [ideologia](#) do Likud se baseia no revisionismo de Vladimir Jabotinsky, que postula o direito histórico dos judeus a toda a terra de Israel. Menachem Begin, um dos principais líderes do partido, compartilhava com a população judaica de origem árabe a opinião de que “seria um insulto aos seus mortos a idéia de que caberia aos árabes escolher se deveriam conceder ou negar a Israel o direito de existência”. (v. [Judaísmo](#)) A grande preocupação do Likud continua sendo com a fixação dos colonos israelenses nos territórios ocupados após a Guerra dos Seis Dias em 1967. O seu principal objetivo, a partir do Acordo de Oslo em 1993, é o de ocupar as terras de Israel até as fronteiras do Mandato Britânico na região. Para o Likud, a Palestina não será um Estado, mas uma entidade que se organizará de forma independente, porém, sob a autoridade de Israel. Quanto à sua política econômica, é favorável à redução da intervenção governamental e da venda das estatais, porém, os seus gastos com os assentamentos de colonos judeus nos territórios ocupados foram e são muito altos. (v. [Consenso de Washington](#)) O seus eleitores são em grande parte os judeus orientais, os religiosos e os líderes dos assentamentos que conseguiram durante o governo do Likud habitações a preços baixos nos territórios ocupados.

Nanci Nigri

Referências Bibliográficas:

- JOHNSON, Paul. História dos judeus. Rio de Janeiro, Imago, 1995.
ROFFE, Ariel. Begin, perfil político y humano. Tel Aviv, Editorial Aimora LTDA, 1978.
The Jerusalem Post. Yitzhak Rabin, o soldado da paz. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.
Le Monde Diplomatique - Manière de Voir 33. fev. 1997, par Geoffrey Arouson.

LOBOS BRANCOS (White Wolves) & COMBAT 18. Grupos neonazista britânicos de forte atuação em Londres e responsáveis, ao longo de 1999, por uma série de atentados terroristas – em especial contra paquistaneses e bengalis – e defensores de uma Inglaterra exclusivamente branca, autoritária e imperial. (v. [Chauvinismo](#) & [Neo-racismo Diferencialista](#)) O Combat 18 foi alvo de inúmeros processos judiciais entre 1997 e 1999 em virtude de uma série de cartas ameaçadoras enviadas aos líderes de movimentos antifascistas, assim como pela publicação de listas negras de intelectuais de esquerda e [judeus](#), inclusive com endereços pessoais. (v. [Repressão e Violência](#)) Tais grupos, notoriamente terroristas, competem com *British National Party* pela hegemonia na extrema-direita, que assume nitidamente uma postura legalista e participa ativamente da vida política britânica. (v. [Fascismo](#) & [Partido Político de Direita](#)) Nas eleições de 1997, atingiram cerca de 1.5% dos votos, conseguindo mais de três mil adesões. (v. [CSU](#), [Frente Nacional](#), [Partido da Liberdade Austríaco](#), [Pólo da Liberdade](#) & [União Democrática do Centro](#)) O *British National Party* caracteriza-se por um forte anti-semitismo e por uma postura claramente negacionista em relação ao [Holocausto](#). (v. [Revisionismo/Negacionismo](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

(Ver Fascismo)

L.U.C.E/Istituto Nazionale L'Unione Cinematographica Educativa. Fundado em setembro de 1924 pelo governo fascista italiano e nacionalizado pelo decreto-lei de 5 de novembro de 1925, originou-se de uma associação privada criada durante a Primeira Guerra Mundial cujo objetivo era utilizar o [cinema](#) como meio de educação popular. O L.U.C.E tornou-se uma sociedade anônima controlada diretamente pelo Estado, sediada em Roma e considerada órgão técnico do [Partido Nacional Fascista Italiano](#), pois o cinema foi considerado meio de propaganda privilegiado por [Mussolini](#). (v. [GOEBBELS, Joseph](#)) Ele era “L’arma più forte” – idéia original de Lenin – para divulgar as idéias do [fascismo na Itália](#) e acabou sendo colocado sob total controle do Estado a partir de 1935. (v. [Ideologia](#)) O L.U.C.E foi responsável pela produção e distribuição de curtas-metragens, documentários e atualidades – mais de 2000 entre 1930 e 1943 – com temáticas precisas: educativa, cultural e científica, pondo sempre em destaque as realizações do regime e a figura de Benito Mussolini. (v. [Ditadura & Totalitarismo](#)) O decreto-lei de 3 de abril de 1926 tornou obrigatória a exibição da produção do instituto em todas as salas italianas, levando à criação em 1927 do Cinegiornale L.U.C.E. Este tinha como temas, além dos já citados, os seguintes: assuntos políticos, eventos culturais, curiosidades como “Lo sapevate che...” (Você sabia que...), notícias esportivas e destaques internacionais, principalmente grandes desastres como terremotos e acidentes envolvendo meios de transporte. (v. [Esporte & Guerra](#)) Em 1929, novo decreto aumentou a competência do instituto: divulgar a cultura popular e fazer propaganda do regime também no exterior. Em comemoração aos 10 anos de regime fascista, o L.U.C.E produziu CAMICIA NERA, um longa-metragem misto de documentário e ficção, dirigido por Giovancchino Forzani, que estreou em todas as grandes cidades da Itália em 23 de março de 1933. O filme conta a história de um camponês que vai à guerra em 1915, nela é ferido e perde a memória, permanecendo hospitalizado muito tempo na Alemanha. Retorna à Itália justamente durante a marcha sobre Roma empreendida por Mussolini em 1922. O filme termina mostrando todas as realizações fascistas de 1922 até 1932, comparando uma Itália frágil e caótica de antes da ascensão de Mussolini com uma Itália em progresso contínuo. (v. [Autarquia & Estatismo](#)) Este progresso teria sido conseguido, segundo o filme, graças ao [fascismo](#) – que resolveu os conflitos sociais dando trabalho aos artesãos, camponeses, operários – e à coragem e vontade do povo italiano unido pela busca do desenvolvimento social e econômico. (v. [Corporativismo: Teoria & Revolução](#)) Em 1935, o exército italiano ocupou a Etiópia e coube ao L.U.C.E fazer a cobertura da guerra. (v. [Geopolítica & Imperialismo](#)) Os documentários que realizou enalteciam a bravura, a invulnerabilidade, a superioridade tecnológica e a missão civilizadora da armada italiana. (v. [Atraso & Ocidente](#)) IL CAMINO DEGLI EROI de 1937, dirigido por Corrado D’Errico, foi um desses filmes. A Guerra Civil espanhola também mereceu atenção do instituto, que realizou o documentário ESPANA UNA, GRANDE, LIBRE de Giorgio Ferroni, mostrando a vitória do exército de Franco. (v. [Franquismo](#)) A Segunda Guerra Mundial enviou os operadores do instituto às diferentes frentes do exército italiano. O L.U.C.E foi responsável pelo treinamento e surgimento de inúmeros documentaristas italianos de qualidade, tais como: Corrado D’Errico, Romolo Marcellini, Giorgio Ferroni, Ubaldo Magnaghi. (v. [D’ANNUNZIO, Gabriele](#))

Rosângela de Oliveira Dias

Referências Bibliográficas:

- GENTILE, Emilio; FELICE, Renzo de. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo. São Paulo, Ícone, 1988.
- GILI, Jean A.. L’Italie de Mussolini et son cinéma. Paris, Henr Veyrier, 1985.
- GROMO, Mario. Cine italiano. Buenos Aires, Ediciones Losange, 1955.
- MARGADONNA, Ettore M. et alii. Fifty years of italian cinema. Roma, Carlos Bestetti-Edizioni d’Arti, 1954.

RACOLTA DELLE LEGGI E DEI REGOLAMENTI AMMINISTRATIVI BRUNETTA,
Gian Piero. "Mise en page dei cinegiornali e mise en scène mussoliniana". In: REDI, Ricardo
et alii. Cinema italiano sotto il fascismo. Venezia, Marsilio Editori, 1979.

M

MAÇONARIA. As feições da maçonaria moderna remontam ao final do século XVII e início do século XVIII na Inglaterra, logo se espalhando pela Europa e resto do mundo. Neste período, a maçonaria abandonou sua origem ligada às velhas confrarias de pedreiros medievais, permitindo a admissão de novos elementos: eram os "maçons aceitos". No decorrer do século XVIII, ela se transformou em espaço de afirmação de uma cultura [política](#) iluminista, ou seja, espaço do debate, das práticas eletivas, da representação, da circulação de idéias, da deliberação, do caráter associativo livre. Todavia, singularizava-se em relação aos outros espaços de "sociabilidade ilustrada" por ser uma sociedade iniciática, secreta, cosmopolita, marcada por uma rígida hierarquia e por rituais profundamente influenciados pelo esoterismo. A base da estrutura organizacional maçônica é a Loja. Um grupo de Lojas em nível nacional forma uma Obediência ou Potência que poderá ser um Grande Oriente (formado por Lojas de vários ritos) ou uma Grande Loja (um único rito). (v. [Revolução](#))

Apesar do reduzido número de estudos acadêmicos sobre a história da Maçonaria no Brasil, pode-se afirmar que ela não foi uma instituição monolítica e unitária, apresentando várias cisões internas. Criado em 1822, o Grande Oriente do Brasil encontrou, e ainda encontra, muita dificuldade para se afirmar como Obediência central da Maçonaria Brasileira. Dentre as várias crises internas, destacam-se: a divisão do Grande Oriente do Brasil em Grande Oriente do Brasil da rua do Lavradio e Grande Oriente do Brasil da rua dos Beneditinos entre 1863-1883; a criação, em 1927, das Grandes Lojas Estaduais que, a partir de 1966, passaram a se congregar na Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; e a fundação, em 1972, dos Grandes Orientes Estaduais Independentes, que passaram a se congregar na Confederação Maçônica Brasileira. A eclosão da chamada "Questão Religiosa" em 1872 constitui um ponto de inflexão na história da maçonaria brasileira. (v. [Conservadorismo](#)) Através do parlamento e da imprensa, os maçons desencadearam uma verdadeira luta contra os adversários da liberdade de pensamento, do racionalismo, da liberdade religiosa, da educação laica, do [casamento](#) civil, do registro civil, da secularização dos cemitérios. (v. [Família](#)) Ao se definir como uma escola de formação moral da humanidade, a maçonaria assumiu o compromisso das "Luzes" de combater as "Trevas", representadas pela ignorância, pela superstição e pela religião revelada. O que acabou por direcionar a atuação dos maçons brasileiros para as atividades de auxílio mútuo e beneficência, para a criação de escolas, bibliotecas, jornais e para a ocupação de cargos na administração pública.

As primeiras condenações pontifícias à maçonaria remontam ao século XVIII (papas Clemente XII e Bento XIV). A partir deste período, essas condenações se sucederam ininterruptamente, atingindo o seu apogeu na segunda metade do século XIX, durante os pontificados de Pio IX (1848-78) e Leão XIII (1878-1903). (v. [Catolicismo Social](#) & [Intransigentismo](#)) A encíclica *Humanum Genus* (1884) pode ser considerada como o último documento a se ocupar expressamente da maçonaria, sendo sua condenação reafirmada no Código de Direito Canônico de 1917. Durante o Concílio Vaticano II (1962-1965), ocorreu uma tentativa de aproximação das duas instituições, mas sem grandes resultados práticos, tendo em vista que o Código de Direito Canônico de 1983, embora não mencione explicitamente a maçonaria, tenha mantido as punições aos católicos que fizessem parte dela. A série de condenações diretas e sistemáticas da Igreja em relação à maçonaria contribuiu para reforçar, especialmente entre os católicos, uma visão da maçonaria identificada com o perigo e com a subversão. (v. [Sociedade Civil](#)) Para o discurso católico, a maçonaria, na sua origem, é uma inimiga em potencial da Igreja visto que ela descende da Ordem dos Templários e atua sob a proteção do protestantismo. Como afirmou, em 1873, D. Antônio Macedo Costa, bispo de Belém do Pará, em sua instrução pastoral (*A Maçonaria em oposição à Moral, à Igreja e ao Estado*), a maçonaria deveria ser condenada em três aspectos: sob o ponto de vista moral por ser intrinsecamente má, em decorrência do seu caráter secreto; sob o ponto de vista religioso por ser o anti-cristianismo organizado defensor da escola laica, do

casamento civil e da secularização dos cemitérios; e sob o ponto de vista social por ser um poderoso instrumento de desorganização social, "escola preparatória" de revoluções. Embora a atuação da maçonaria no final do século XX tenha se diferenciado substancialmente em relação ao século XIX, onde ela desempenhou importante papel na luta por uma sociedade mais secularizada, a sua singularidade organizacional contribuiu para que o discurso anti-maçônico ganhasse, especialmente a partir dos anos de 1930, novas faces: de "escola de revoluções", a maçonaria passou a ser associada à seita satânica, constituindo-se numa anti-Igreja, ou vista como centro do complô internacional judaico. Segredo, Iniciação, Hierarquia, Cosmopolitismo revelam-se, para o discurso anti-maçônico, instrumentos necessários para o êxito de um grande empreendimento que sempre será associado ao tema da subversão maléfica, da dominação, em síntese, da conspiração. (v. [Alteridade](#), [Baderna](#) & [Inimigo](#))

Alexandre Mansur Barata

Referências Bibliográficas:

- AZEVEDO, Célia M. de. Maçonaria: história e historiografia. In *Revista USP*. São Paulo, Dez-Fev/96-97(32): 178-189.
- BARATA, A. M. A Maçonaria e a Ilustração Brasileira. In *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, v.I. Rio de Janeiro, Jul-Out/94(01): 78-100.
- BASTIAN, Jean-Pierre (org.). *Protestantes, liberais y francmasones: Sociedades de ideas y modernidad en America Latina, siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.
- BENIMELI, J. A. F. et alii. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. São Paulo, Paulinas, 1983.
- MELLOR, Alec. *Dicionário da Franco-Maçonaria e dos franco-mações*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

MALTHUS, Thomas Robert (1766-1834) recebeu sua formação sacerdotal no Colégio de Jesus da Universidade de Cambridge. Graduou-se em 1788, completou o *Master of Art Degree* em 1791 e recebeu as ordens eclesiásticas em 1797. Se a importância de uma obra pode ser medida pela influência por ela exercida sobre grandes pensadores, J.M. Keynes não exagerou quando o considerou “o primeiro dos economistas de Cambridge”. Alfred Russel Wallace encaminhara os originais de seu trabalho, surpreendentemente semelhante ao de Charles Darwin, para que este os apresentasse à Royal Geological Society. (v. [Darwinismo: Teoria](#)) Quando, após a apresentação simultânea àquela instituição, os dois autores da teoria da evolução se encontraram, Darwin perguntou a Wallace onde ele se inspirara. Doente e recolhido a um hospital nos confins do mundo, Wallace se lembrara do livro de Robert Malthus, *Essays in the Principle of Population*. Charles Darwin confessou-lhe que também tivera em Malthus o seu inspirador quando escreveu *Origem das Espécies* – é que a *concorrência entre os capitalistas, entre os comerciantes e entre os trabalhadores*, tal como a concorrência entre os seres vivos em geral, era parte da “luta pela sobrevivência”, que se explicaria pela escassez de alimentos em relação à população. (v. [Darwinismo Social](#))

A [economia](#) se apresenta como a “ciência da escassez”. A enorme eficiência do sistema capitalista tenderia a abolir esta escassez e, com ela, a própria ciência econômica. Karl Marx criticaria tal transposição aos mercados capitalistas do *struggle for life*: a parte da população mais bem alimentada, os capitalistas, era justamente a menos numerosa, enquanto a parcela mais numerosa, a do proletariado, era a mais castigada pela escassez de alimentos.

Malthus se opôs ao pensamento econômico de Ricardo e dos discípulos de Jean Baptiste Say, que consideravam que a oferta criava a sua própria demanda e que, portanto, a produção poderia aumentar sempre, sem que a demanda limitasse a produção. Malthus considerava que o capitalismo se caracterizava por gerar um nível de “demanda efetiva” que impedia que a produção atingisse sua capacidade máxima – a de pleno emprego. “Quando lanço meu olhar sobre o mundo e vejo imensas forças produtivas desempregadas e pergunto por quê, só posso responder que isto se deve à insuficiência de demanda efetiva”, diagnóstico que J. M. Keynes adotou 110 anos depois. Para Robert Malthus, a demanda efetiva se define como “vontade de comprar, acompanhada de poder comprar”. Os trabalhadores pobres têm enorme vontade de comprar, mas pouco poder de compra; os capitalistas ricos, pouco numerosos, têm muito poder de compra, mas pouca vontade de comprar. As contradições entre as condições da produção e as condições do consumo coletivo estrangulavam a capacidade produtiva e impediam que ela atingisse a eficiência máxima. Malthus, como Keynes, propusera que o governo financiasse investimentos improdutivos, empregasse trabalhadores improdutivos – o funcionários públicos, militares, construções de estradas, atividades não apenas parcialmente dissipadoras (*wasteful*) mas também “completamente dissipadoras”, como Keynes acabaria por advogar. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Assim, a simples distribuição da renda nacional não resolveria o problema de insuficiência da demanda: a alta de salários faria aumentar o nível de vida e o padrão de alimentação dos trabalhadores; a oferta de mão-de-obra elevar-se-ia e os salários cairiam, dizimando a população.

Segundo Malthus, a felicidade humana é inatingível sob o capitalismo – nem mesmo a eliminação da propriedade privada proposta por um de seus interlocutores, Godwin, resolveria os problemas da sociedade. A insuficiência de demanda efetiva, por sua parte, induziria à deflação, à queda de preços, deprimiria os lucros e faria reduzir os volumes de emprego e de produção. O contingente de consumidores improdutivos sustentado pelo governo ou pela classe rica inverteria essa tendência, produziria uma “pressão da demanda sobre a oferta”, os preços se elevariam, a taxa de lucro subiriam, os capitalistas contratariam mais trabalhadores e aumentariam a escala de produção. Além de tais considerações, Malthus – ao invés de considerar a moeda como um simples numerário à maneira de Say e dos neoliberais –, afirmava que a oscilação de sua quantidade atuava sobre todas as grandezas da economia,

afetava a relação salário-lucro, influía no nível de produção e de emprego, no volume de obras públicas e no nível de preços. (v. [Liberalismo](#))

Robert Malthus enuncia, principalmente no que diz respeito à sua “lei de crescimento da população”, a “lei em abstrato”. Malthus enuncia a tendência segundo a qual a população tenderia a crescer em progressão geométrica e, portanto, esbarraria com a escassez de alimentos, que cresceriam em progresso aritmético –“lei in abstrato”. Como existiriam fatores preventivos que atuavam no sentido de impedir o crescimento populacional (abstinência sexual, celibato, [aborto](#), práticas anti-conceptivas, freios morais, preventivos) e freios (*constraints*) repressivos (fome, guerras, revoluções, epidemias), seria difícil saber qual seria a taxa real de variação da população. Diante do decréscimo da população de dado conglomerado humano, Malthus afirmaria que sua lei continuava válida porque os freios preventivos e os repressivos estariam atuando a ponto de inverter a tendência, enunciando em abstrato uma sociedade livre daqueles freios. “Deus existe”, escreveu Robert Malthus, “quer como espírito, quer como energia em matéria”. Ao cercar todas as hipóteses, até um materialista afirmaria a existência de Deus... (v. [Conservadorismo](#))

Lauro Álvares da Silva Campos

MARINETTI, Filippo Tommaso. Nascido a 22 de dezembro de 1876 em Alexandria (Egito). O seu pai, advogado italiano que enriquecera com a questão da legalização de terras por ocasião da abertura do canal de Suez, propiciou-lhe uma rica infância. Ali realizou os seus primeiros estudos sob orientação jesuítica, fundando uma revista, *Papyrus*, de cunho *estético-literário*. Em 1893, viajara para Paris, freqüentando a Sorbonne e fazendo vários amigos nos círculos simbolistas e decadentistas. Foi em meio às rodas boêmias que começou a ser conhecido e aceito pelos intelectuais de seu tempo. Em 1895, Marinetti vai à Pavia e, a seguir, para Gênova, onde fará o curso de Direito. Contudo, é na vertente *poético-literária* que manifestará a sua maior força, contribuindo para as vanguardas européias de forma categórica. No campo literário, é com uma colaboração para a revista franco-italiana *Anthologie Revue* que inicia a sua atividade. O seu poema em versos livres, *Les vieux marins*, vai torná-lo ainda mais conhecido. Em 1902, publica *La conquête des étoiles*; em 1904, *Destruction* e, em 1905, funda em Milão a revista pré-futurista *Poesie* e publica a tragédia satírica *Le Roi Bombance*. Com a perda de seus pais e irmão, torna-se herdeiro de grande fortuna, o que lhe confere meios econômicos estáveis com os quais levará à frente as suas idéias literárias. Porém, a força de Marinetti viria com seus manifestos incendiários, dando o tom de ruptura a agressividade que faltava até então aos movimentos modernos. (v. [Revolução](#))

A 20 de fevereiro de 1909, o Jornal *Le Figaro* publica em Paris o primeiro Manifesto Futurista, onde o poeta já denunciava a Itália como *o grande mercado de quinquilharias*, querendo livrá-la *de sua gangrena de professores, arqueólogos, cicerones e de antiquários* que levavam o homem a viver de um passado que seria necessário eliminar para se poder construir um novo tempo, razão pela qual a [guerra](#) se torna *a única higiene do mundo*. Proclama *o trabalho, o prazer e a revolta* como forças capazes de movimentar as grandes multidões, cultuando a velocidade expressa pelas locomotivas e pelos aeroplanos como símbolos da modernidade e da verdade futurista. (v. [D'ANNUNZIO, Gabriele & Juventude](#))

A partir daí, Marinetti se dedica essencialmente a construir o [Futurismo](#). Com ele estão Francesco Cangiulo, Giovanni Papini, Enrico Prampolini e até mesmo Guillaume Apollinaire. Ele afirma suas idéias e faz denúncias através de seus manifestos, fazendo deles verdadeiro gênero literário em si mesmos. Quase à mesma época, publica o romance *Mafarka le futurisme* e, em 1911, o poema *Le bombardement d'Andrinople*. A 11 de maio de 1912, com o Manifesto Técnico da Literatura Futurista, lança os fundamentos teóricos da poesia futurista e anuncia os seus princípios básicos. Mais tarde, Marinetti acede ao [fascismo na Itália](#) e, desta forma, estabelece uma controvertida relação com o futurismo, colocando-se ao lado daqueles a quem sempre combatiera por significarem o conservadorismo a que sempre se opunha. (v. [Fascismo & Conservadorismo](#))

Como permanente e infatigável animador do movimento, ele congrega poetas e artistas, atraindo pintores para colaborarem em suas *soirées futuristes*. Na verdade, Marinetti pretendia eliminar as fronteiras das artes, buscando em suas interfaces um campo de continuidade para expandir suas teorias. Ele faz intervenções sobre os cenários de peças teatrais, consagrando vários manifestos ao [teatro](#), como: *Le théâtre de verité* (1913); *Le théâtre futuriste synthétique* (1915); *Le théâtre de la surprise* (1922); *Le théâtre radiophonique* (1933); *Le théâtre total* (1933). Entre as suas obras mais significativas para a pintura futurista, encontram-se: *Tuons le clair de lune* (1909); *L'homme multiplié et le regne de la machine* (1911); *L'imagination sans fil* (1913); *La splendeur géométrique et mécanique et la sensibilité numérique* (1914); *La nouvelle religion-morale de la vitesse* (1916); *Le tactilisme* (1921). Para difundir o culto da velocidade onipresente, marca de suas idéias futuristas, Marinetti faz inúmeras viagens pela Europa, visitando inclusive Moscou e S. Petersburgo. Morreu em Bellagio a 2 de dezembro de 1944. (v. [Arte Degenerada & Modernismo nas Artes](#))

Ângela Âncora da Luz

Referências Bibliográficas:

ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

ATKINS, Robert. Petit lexique de l'art moderne, 1848-1945. Paris, Abbeville, 1993.

CALVESI, M.. Le futurisme. Paris, Tête de feuilles, 1976.

NASH, J.M.. O cubismo, o futurismo e o construtivismo. Barcelona, Labor S.A., 1976.

TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

MASCULINO/FEMININO. Sob impacto da chamada [Revolução Comportamental](#) que varreu o [Ocidente](#) nos anos de 1960 – principalmente nos Estados Unidos, e face à ação de grupos organizados em torno de lutas específicas (ao menos em relação à insistência dos partidos marxistas em dissolver na luta de classes as demais *explorações*), como aqueles travadas pelo Movimento de Libertação Feminina e o Gay Power –, surgiu uma forte reação dos setores conservadores e tradicionalistas em favor da reafirmação dos papéis tradicionais atribuídos ao homem e à mulher na sociedade. (v. [Homossexualidade e Revolta](#)) A maior parte dos movimentos de libertação comportamental baseava-se em dois supostos fundamentais: o caráter cultural (e, portanto, aprendido) dos papéis sexuais – inclusive com o suposto freudiano da bissexualidade inata – e a igualdade intelectual de ambos os sexos. Assim, para Kate Millet, por exemplo, “...os estereótipos sexuais são desprovidos de toda base biológica”, não havendo diferenças inatas para além da fisiologia da procriação, erguendo-se os desempenhos sexuais a partir de uma condição pan-sexual ou bissexual inerente ao ser humano – só os condicionamentos culturais conformariam diferentes papéis. (v. [Sexualidade](#)) A partir de um ponto de partida comum, no caso, a bissexualidade, a sociedade ergueria performances diferenciadas com projetos educacionais (do tipo *carrinho para meninos, bonecas para meninas*) calcados na violência impositiva (do tipo *homem não chora!*). Assim, em vez de *educar* pessoas, a *educação* estaria *educando* para o papel masculino e feminino, impondo como padrões conceitos e valores histórico-culturais, ou seja, relativos a uma cultura e a uma época e afirmados como naturais e/ou divinos. Sendo um papel imposto, a condição feminina (assim como a masculina) decorreria de um ato de violência e visaria perpetuar a situação favorável a um grupo (o masculino) em detrimento de um outro (o feminino) no acesso aos bens e benesses existentes na sociedade. Da mesma forma, a imposição de um papel masculino geraria desconforto e dor psicológica a todos aqueles homens que não se enquadrassem perfeitamente no modelo culturalmente vigente, inclusive levando à aceitação de uma masculinidade deficitária. Assim, para uma grande maioria de homens, a privação de uma série de emoções e prazeres considerados como femininos resultaria, através do recalque, numa devolução neurótica à sociedade do mal-estar gerado. (v. [Alteridade & Chauvinismo](#)) Desta forma, a extrema agressividade do modelo masculino, a homofobia, a [misoginia](#), etc... inscrever-se-iam na violência da imposição do modelo masculino, o que explicaria uma certa convergência inicial dos movimentos de rebeldia dos anos de 1960. Entretanto, apesar do [inimigo](#) comum – o macho chauvinista e os preconceitos decorrentes de sua dominação –, as mulheres começaram a sentir-se desconfortáveis face ao Gay Power e ao movimento de lésbicas, ambos mitificando uma figura masculina (ora como objeto de desejo, ora como modelo gestaltiniano) que na realidade as mulheres tinham desprezo. Assim, o movimento de mulheres tornou-se independente e assumiu o caráter de questionamento da maioria das regras sociais vigentes. Não era apenas a relação doméstica desigual e a divisão das tarefas no lar que mobilizavam as mulheres. As oportunidades de trabalho, a desigualdade de salários e tarefas, as regras para promoções e a convivência nos locais de trabalho tornaram-se alvos de protestos cada vez mais estridentes. (v. [Burocracia](#)) Ora, o sistema social e econômico ocidental fora montado – particularmente o [Estado de Bem-Estar Social](#) do pós-Segunda Guerra – em torno do pleno emprego masculino e uma gestão feminina do lar. A mulher não era encarada como parte ativa no modelo e sim uma beneficiada em decorrência da condição de filha e depois esposa. As condições de acesso aos benefícios decorrentes do Estado Providência pautavam-se em uma série de normas que deveriam ser aceitas no âmbito da vida e conduta pessoal, em especial o matrimônio. (v. [Casamento](#)) Os salários pagos às mulheres poderiam, assim, ser reduzidos em relação aos salários gerais, posto que seriam salários complementares à renda e não base de sustentação de uma [família](#). Explicar-se-ia, desta forma, a máxima chauvinista tão cara aos anti-feministas e aos misóginos: “...as mulheres não ganham mal, casaram mal”.

Os movimentos conservadores de caráter geral ou aqueles temáticos (como o anti-[aborto](#)) assumiram, desde logo, uma postura que variava da ortodoxia religiosa – a obediência devida pela mulher ao marido – até um cientificismo duvidoso para afirmar a necessidade de a mulher “retornar ao lar”. (v. [Fundamentalismo Cristão](#)) No caso europeu, em particular da [Nouvelle Droite](#) e do GRECE, tratava-se de redirecionar para outros alvos a rebeldia das mulheres. (v. [Neo-racismo Diferencialista](#)) Coerentes com sua postura de defesa da “civilização européia”, apontaram os Estados Unidos como um local de desvalorização da mulher, e não a [Europa](#). Na verdade, como a direita européia afirmava, a supervalorização do dinheiro nos Estados Unidos, a perda dos valores tradicionais ligados a um Estado forte e a um papel dominante dos valores viris levaram as mulheres a exigir salários iguais como uma forma de ter acesso ao elemento que mais se identificava com a dominação masculina naquela sociedade. (v. [Estatismo](#)) Assim, operar-se-ia um desejo falocrata de as mulheres disporem do elemento que faz um homem nos Estados Unidos preencher o seu papel masculino: a posse do dinheiro. Ocorre que, segundo a visão de direita do GRECE, a posse e o acúmulo de dinheiro não são verdadeiramente valores masculinos e sim um típico elemento feminino (conservação/ aprisionamento/ recepção), o que caracterizaria a sociedade americana como dominada por valores femininos (“toda [democracia](#) é de essência feminina”, diria Benoist). (v. [Conservadorismo](#)) Assim, os homens americanos estariam aprisionados em uma lógica feminina acumulativa/retensora, só conseguindo extravasar as suas pulsões masculinas numa série de rituais domesticados, como as equipes de [futebol](#) universitário, o prestígio do *box* e demais formas de luta, assim como na irrupção dramática do uso prestigioso de armas (forma básica de prolongamento fálico), consagrado na forma mítica do macho americano: o *cowboy*. (v. [ARMAS, Posse de](#)) A irrupção do [feminismo](#) nos Estados Unidos e sua exportação enquanto moda não seriam, pois, estranhos a esse caráter altamente feminino da sociedade americana. Na verdade, os críticos de direita do feminismo identificam democracia e condição feminina, enquanto o Estado forte (Estado-potência) teria as condições viris típicas. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#)) Assim, a sociedade americana enfatizaria o poder da opinião pública (em oposição à [autoridade](#) do Estado) e imporá um Estado que não age, apenas reage. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Neste sentido, as mulheres americanas só se revoltam porque os papéis sexuais em sua sociedade estão confusos – sub-representados – e, por conta disso, acabam por buscar uma igualdade que não é natural.

Um segundo vetor menos sutil em direção ao qual a direita européia aponta as suas armas é o Oriente. Na verdade, toda a gritaria sobre a opressão masculina seria válida no Oriente, onde as mulheres de fato teriam um papel subordinado imposto por mecanismos repressores. Para tais direitistas, o Oriente seriam os [judeus](#) e o Islã. Historicamente, poder-se-ia constatar, conforme os integrantes do GRECE, que toda a opressão às mulheres adveio do Oriente, em especial através da religião judaico-cristã, “...onde a desvalorização social da mulher é parte da estrutura religiosa” (J.-M. Aubert) – subalternização inscrita inclusive na cosmogonia judaica, onde a mulher é criada em segundo lugar, da costela (“o lado”) do homem, sendo, portanto, derivada da própria [natureza](#) do homem. Enquanto o homem espelhava a condição divina, expressa no sopro sobre o barro, a mulher advinha da natureza, do material, da carne preexistente, guardando em si o pendor do retorno à natureza: a perdição que traz a própria perda ao homem. A aliança de Deus com o homem é selada através da circuncisão – da qual a mulher não participa. Mesmo do ponto de vista jurídico-normativa, como no *Exodus* (XX,17,7 e XXI, 7), a mulher é igualada, enquanto propriedade, ao gado. O cristianismo teria herdado todas as concepções anti-femininas do [judaísmo](#), embora nas suas origens tenha surgido como uma religião feminina. Assim, o grupo de mulheres – miseráveis, prostitutas e outras que abandonam o lar e suas obrigações – domina a figura masculina de Cristo, criando uma profunda tensão no própria seio do cristianismo entre o culto a Maria (o marianismo) e o culto a Cristo (a cristologia). Às tentativas “ocidentais” de masculinizar o (associação do

Cristo com Hércules, Thor ou Apolo), contrapõem-se as tendências pietistas de culto às diversas “virgens”. Embora o cristianismo pareça valorizar a figura feminina, a mulher existente na imagem de Maria não é uma mulher (“Não foi uma mulher, foi uma mala”, cf. Fernando Pessoa), posto que não exerceu as suas funções de procriar, negando-se as suas obrigações com o marido. Assim, a mulher idealizada não é a mulher real, aquela capaz de gerar filhos fortes – guerreiros e trabalhadores – e sim alguém que recusa a natureza do matrimônio e gera um homem contrário aos valores viris da [guerra](#) e que, além disso, oferece a outra face. Assim, mesmo com sua coorte de mulheres santas, o cristianismo seria uma religião feminina, de dominados – da ralé – que reviviam os cultos lunares – sub-terrenos – do Oriente e eram contrários aos cultos solares da Europa – valorizadores das figuras viris. Sob uma falsa aparência de elogio à mulher, o cristianismo teria imposto dois milênios de opressão em virtude de seu caráter Oriental, muito particularmente através das imposições rabínicas de Saulo/Paulo, normatizando a nova religião conforme os cânones judaicos (Julio Evola). A Europa apresentaria uma visão diferenciada, com a mulher deusa/heroína – de Palas Atenas até as Valquírias – capaz de competir em igualdade com os homens, inclusive num sistema politeísta contrário à figura de um deus-pai. As grandes mutações sociais e comportamentais da modernidade não teriam, conforme a *Nouvelle Droite* (Alain de Benoist), emancipado a mulher do interdito judaico-cristão. Karl Marx, por exemplo, e todos os seus seguidores teriam se mantido no campo da inveja do prazer feminino, negando à mulher – tal como no cristianismo – a sua função específica de mãe e, portanto, de ser sexuado. Segundo Benoist, a insistência de Marx em ver a mulher como um ser humano igual ao outro masculino e em encerrar a sua luta no casulo da classe trabalhadora, impondo um [comportamento](#) de fraternidade operária, excluiria a condição de ser sexual, de amante, da mulher. A própria idealização da figura feminina no socialismo reafirmaria o seu papel subordinado a partir do mito da superioridade da classe operária: as mulheres pintadas e esculpidas em monumentos públicos soviéticos, por exemplo, aparecem como parceiras camponesas do homem operário na luta e no trabalho. Uma mulher “camarada” estaria pudicamente excluindo uma mulher “amante”. Freud, apresentado como um recurso básico para a Revolução Comportamental, teria reafirmado de forma ainda mais tirânica – posto que interiorizada – a dominação masculina, expressa na ontogênese dos papéis sexuais masculino/feminino através da disputa de dois machos pela posse da fêmea (O *Oedipus* original). Por fim, todos os símbolos de “libertação” evidentes na altamente permissiva sociedade de consumo seriam na verdade elementos de desqualificação da mulher, reduzida a objeto hiper-erotizado e sendo mais uma vez desprovida de elementos básicos de sua própria natureza, como a maternidade. Com tal argumentação, a Nova Direita procura atingir vários alvos simultaneamente: por uma lado, critica a sociedade americana – o *american way* –, sendo encarada como materialista, sem bases na [tradição](#) e sem conteúdo espiritual, estando voltada exclusivamente para o valor do dinheiro e mal escondendo a sua inveja tipicamente pequeno-burguesa; por outro lado, desqualifica a luta feminista na Europa, entendendo ser desnecessária, e aponta um velho inimigo – o judaísmo – como a fonte de todos os males das mulheres modernas. Entretanto, um traço distingue-se no interior da direita: enquanto a direita mais tradicional apoiada nos diversos grupos integristas cristãos cessa na culpabilização dos judeus a sua análise da subordinação da mulher, a direita neofascista do GRECE e os grupos italianos ligados ao culto de Julius Evola evoluem em direção à culpabilização de todo o universo judaico-cristão, inclusive revalorizando as temáticas pagãs clássicas no interior do [fascismo](#) histórico. Por fim, a Nova Direita acaba por apontar um novo alvo para as feministas: o Islã, com sua obrigação do uso do *chador* (o *foulard*) e da prática da circuncisão feminina.

Nos Estados Unidos, por sua vez, a reação anti-feminista foi buscar na bio-genética os elementos fundamentais para subsidiar uma campanha de “volta ao lar”. O argumento básico

residiria na idéia de que a condição humana só se vive como homem **ou** como mulher, contrapondo-se ao universalismo humanista, ao marxismo e à psicanálise. (v. [Fundamentalismo Cristão e Política](#)) Um autor de grande sucesso nos Estados Unidos chegará a afirmar que “...os cérebros do homem e da mulher e, por conseguinte, a sua maneira de pensar não são certamente idênticos, e eu protesto quanto à afirmação segundo a qual não existe cérebro masculino nem feminino” (Gilbert-Dreyfuss). Ao se estabelecer na fisiologia e não na cultura as diferenças inatas entre homem e mulher, a condição dos homossexuais se tornaria ainda mais desconfortável visto que necessariamente seria resultado de “falhas” cerebrais, possivelmente residentes no hipotálamo! Explicar-se-ia, assim, o grande número de pesquisas que vem se desenvolvendo nos Estados Unidos – e difundidas como o *último avanço* da ciência em programações do tipo *Discovery Channel* – em cérebros de mulheres e gays, num ridículo retorno às práticas pseudo-antropológicas do cientificismo do século XIX e que redundaram nas “pesquisas médicas” dos [campos de concentração](#). (v. [Asilo & Homossexualidade e Política](#)) A maioria de tais pesquisadores possui uma sólida formação em genética, patologia cerebral e microneurologia, e consideram os seus *instrumentos e conceitos científicos* suficientes para explicar tudo – neste sentido, o ditador da Sérvia padeceria de deficiência na produção de serotonina, o que explicaria as suas tendências neuróticas e assassinas. (v. [Sociobiologia](#)) Assim, em vez de democratizar o país, seria suficiente uma boa receita de Prozac para evitar a guerra e a limpeza étnica. (v. [IUGOSLÁVIA, Guerra da](#)) Além disso, os testes de inteligência e aptidões – instrumentos altamente questionados nos últimos anos – confirmariam um QI médio para as mulheres, sem grandes variações, enquanto no homem os mesmos testes apontariam para grandes variações, atingindo inclusive os patamares da genialidade – raro no caso das mulheres. Tal essencialidade da condição feminina, originária de bases fisiológicas inatas, espelhar-se-ia numa também inata psicologia feminina e em clara oposição a uma psicologia masculina. Poder-se-ia, assim, distinguir um universo de atitudes típicas: o **feminino** seria permeado pela *submissão, passividade, sensibilidade, ternura, receptividade, conservação, tradição, intuição*, pelo *instinto protetor* e pelo *detalhismo*; o **masculino** seria permeado pela *agressão, resistência, combatividade, energia, conquista, inovação, revolução*, pelo *domínio*, pelo *instinto caçador* e pelo *descontínuo*. Este modelo dual possui outras variações presentes em grande número de publicações, inclusive nas chamadas revistas femininas, abstraindo-se inteiramente os elementos relacionados à cultura, à educação, à força conformadora de instituições como a família, a escola e a igreja – matrizes originais da submissão feminina e da preeminência masculina – e insistindo-se no caráter natural-biológico das diferenças e, conseqüentemente, da condição patológica – no homem ou na mulher – de qualquer revolta contra o modelo estabelecido.

Em um *best-seller* absolutamente reacionário, o zoólogo britânico R. Baker insistiria no caráter positivo do estupro para a espécie, já que garantiria a reprodução de um macho predador mais forte e eficiente. (v. [Darwinismo & Darwinismo Social](#)) Uma conseqüência dramática de tal modelo, em especial a caracterização do homem moderno ocultando em si o bárbaro caçador do Neolítico, é a “compreensão” de uma série de atos violentos praticados contra as mulheres. Assim, estas não deveriam nunca esquecer que em cada homem *realmente macho* – para além do verniz de milênios de cultura do politicamente correto – reside um caçador, conquistador e guerreiro; logo, a infidelidade e o estupro estariam escritos nos cromossomos ou quem sabe no hipotálamo do homem. A reafirmação de uma diferenciação, em si bastante positiva e estimulante, entre a condição *masculina* e a condição *feminina* para além da cultura – e, portanto, provisória do ponto de vista histórico – encerraria todo o medo masculino face à mulher e a sua incapacidade – em especial em lugares públicos – de lidar com a competição entre sexos, de aceitar a liderança feminina e de disputar igualmente o que

é oferecido pela sociedade, guardando as diferenças para uma relação de aceitação mútua no universo do que é particular a cada um.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

BAKER, Robin. A Guerra do Esperma. Rio de Janeiro, Record, 1997.

EVOLA, Julius. Essais Politiques. Puiseaux, Pardès, 1988.

PEIXOTO, Carlos Augusto. Metamorfoses entre o sexual e o social. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

ROUDINESCO, E.. Por que a psicanálise? Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

TAYLOR, Timothy. A pré-história do sexo. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

MAURRAS, Charles (1868-1952). Escritor, jornalista e político francês, principal animador do jornal e do movimento [Action Française](#). Nascido em uma família tradicional da Provence, sofreu desde criança de surdez, o que tolheu sua vocação original, a marinha francesa. Dedicou-se profundamente aos estudos clássicos, de caráter humanista, constituindo-se numa vertente bastante original do pensamento conservador, recusando o [autoritarismo](#) modernizante em voga no início do século XX e que desembocaria nos diversos fascismos. Maurras, ao contrário, defendia um retorno ao tradicionalismo da sociedade de [Antigo Regime](#) – a sociedade anterior à [Revolução](#) Francesa de 1789 – e considerava o abandono da [tradição](#) como a origem de dois erros básicos da sociedade moderna: por um lado, um erro político, a crença na [democracia](#) e na igualdade de todas as pessoas; por outro, um erro moral, o relaxamento da [autoridade](#), da moralidade e da ordem. A única forma de restaurar os verdadeiros valores da sociedade francesa seria o retorno à tradição através do que Maurras denominava de “revolução integral”. (v. [Integrismo](#) & [Intransigentismo](#))

A base filosófica da revolução integral seria o axioma de que *na natureza há um princípio básico de desigualdade: a seleção*. A Revolução Francesa de 1789, com seu princípio de *Igualdade, Fraternidade e Liberdade* teria inoculado a França – e por extensão o mundo – com a falácia, segundo Maurras, de que os homens são iguais. (v. [GOBINEAU, Arthur de](#)) Com uma forte base biologizante, de origem darwinista, considerava que a igualdade não existia na natureza, marcada pela disputa feroz entre as espécies e entre os indivíduos da própria espécie. (v. [Eugenia](#) & [Guerra](#)) A Revolução de 1789 produzira o erro de considerar todos os homens iguais, impondo uma ordem igualitária, geradora da mediocridade. A Revolução Integral propunha a salvação da França através do retorno ao *costume*, compreendido como o retorno da sociedade de Antigo Regime através: (a) da restauração da monarquia, que deveria substituir o parlamento e os partidos, síntese do regime democrático; (b) da preeminência da aristocracia, uma elite natural formada por nascimento, com vocação de grupo dirigente do país; (c) do restabelecimento do poder normativo da Igreja (embora o próprio Maurras não fosse religioso, considerava a Igreja como um dos pilares da ordem e da tradição). Concebia-se, assim, um regime onde a monarquia desempenharia um papel funcional, uma garantia contra o facciosismo dos partidos e das disputas políticas, enquanto a Igreja era pensada como mantenedora da ordem e das mentalidades – muito mais através da moral pública e da educação do que através de seu papel sagrado e sobrenatural. (v. [Darwinismo Social](#), [Sociedade Civil](#) & [Jacobinismo](#))

Maurras e a Action Française. A *Action Française* surge em 1898 enquanto uma revista que anima um grupo de intelectuais conservadores em torno dos jornalistas Maurice Pujo e Henri Vaugois. Nessa primeira fase, o movimento guarda grande apego à forma republicana de governo, marcando seu direitismo através uma postura anti-semita e autoritária. É a chegada de Maurras ao movimento que altera profundamente o caráter da *Action Française*, rompendo com o quadro institucional republicano e assumindo-se enquanto corrente monarquista e tradicionalista. A originalidade da *Action Française*, sob a influência de Maurras, reside em seu tradicionalismo centrado em bases intelectuais, recusando o irracionalismo das demais correntes congêneres; da mesma forma recusa a modernização e os valores absolutos do progresso. Assim constituiu-se em movimento contrário à ampliação da participação das massas na vida pública – mesmo uma participação simbólica – em favor do que chamava de elites naturais, a nobreza, única vocacionada ao poder. Ao lado de jornalistas como Léon Daudet e Jacques Bainville, Maurras desenvolveu um estilo próprio, inédito na vida [política](#) francesa, com artigos de incrível virulência e de argumentos de baixíssimo nível, tudo ao lado de matérias de grande alcance político e mesmo filosófico. Tal tipo de ação atraiu a atenção de um grande número de jovens intelectuais fascinados pelas denúncias de decadência da França e da necessidade de restauração nacional (entre os aderentes da *Action Française* contava-se, então, Georges Bernanos, Jacques Maritain, Daniel Halévy e Pierre

Gaxotte). (v. [Juventude](#)) Em 1908, a revista dá lugar a um jornal diário, ampliando enormemente a audiência do movimento; ao mesmo tempo, surge uma verdadeira tropa de choque a serviço dos interesses monarquistas e anti-semitas, os chamados *Camelots du Roi*. Ao lado da crítica ferina à República e ao regime parlamentar, Maurras alinha um virulento anti-germanismo, constituindo-se quase que em voz única de advertência quanto à fraqueza militar da França. (v. [Chauvinismo](#)) Entretanto, ao mesmo tempo, Maurras elogia abertamente a Itália de [Mussolini](#) e a Espanha de Franco, chegando a propor um alinhamento anti-alemão na [Europa](#). (v. [Franquismo](#))

A ênfase nas idéias sobre as elites naturais e no seu papel dirigente leva Maurras a desenvolver uma severa crítica ao Novo Testamento – “escrito por quatro judeus” –, textos onde via as origens de um perverso igualitarismo semita, base das teses do [liberalismo](#) e do socialismo, afirmação que causa escândalo nos meios católicos. Ao mesmo tempo, a insistência de Maurras na crítica ao sistema de segurança coletiva europeia, como o proposto por Briand (França) e Stresseman (Alemanha), acaba por irritar o Vaticano (alinhado com o [conservadorismo](#) católico alemão), que lança, em 1926, um interdito sobre o jornal *Action Française* (o jornal é colocado no Índice das obras proibidas), afastando os católicos tradicionalistas do movimento. Com a consolidação do [fascismo na Itália](#) e o crescimento dos movimentos similares na Alemanha, Hungria e Áustria, aumenta a pressão sobre o movimento no sentido de adotar uma postura mais autoritária-modernizante. (v. [Autarquia](#)) Assim, a partir de meados da década de 1920, o movimento *Action Française* é corroído em suas bases: por um lado, pelo boicote do Vaticano, que afasta do movimento os tradicionalistas seus fiéis e, por outro lado, pela corrente modernizantes que se aproximam mais e mais do [fascismo](#).

Maurras e os fascismos. Face aos movimentos concorrentes no campo da direita, Maurras afina suas idéias e aprimora um sistema filosófico e político que irá influenciar fortemente o [Regime de Vichy](#). Um dos pontos centrais do pensamento maurrassiano será a insistência em restaurar os chamados *corpos intermediários da sociedade* – a [família](#), as localidades, as corporações – como interlocutores do Estado, em substituição aos partidos e sindicatos, acusados de dividir e enfraquecer a nação. Da mesma forma, critica a idolatria do Estado e a mobilização exacerbada das massas, características do fascismo. Identifica “quatro aliados” que operam a destruição da unidade e da grandeza da França e contra os quais deveria ser travada uma luta sem tréguas: o [judeu](#), o protestante, o franco-mação e aqueles que Maurras denominava de *metecos*, os estrangeiros que invadem, traem e abastardam a França. (v. [Maçonaria](#) & [Nacionalismo](#)) É notável como esta lista de inimigos elaborada no seio de debates travados nas páginas da *Action Française* aponta, simultaneamente, para o caráter arcaizante do movimento, sua clara filiação tradicionalista, reeditando os inimigos do Antigo Regime – maçons e protestantes – e, semelhante aos modernos fascismos, identificando judeus e estrangeiros como inimigos da pureza nacional. (v. [Alteridade](#)) Sem dúvida, o anti-semitismo maurrassiano influirá fortemente o *anti-semitismo de Estado* do Regime de Vichy, assim como fará ouvir seus ecos em movimentos atuais, como o *Front Nacional* de [Le Pen](#) (muito especialmente na análise fantasiosa da invasão da França por estrangeiros, os metecos). A identificação do [inimigo](#) como o antinacional levará Maurras a um violento sentimento xenófobo, nacionalista e imperialista. (v. [Repressão e Violência](#)) Entretanto, a tática defendida para a derrubada da República e a instauração do Estado Nacional Integral, o que seria feito através de um golpe de Estado – ecos do fenômeno Boulanger –, mostrar-se-á ineficaz e sem esperanças. Grande número de jovens acabaram por abandonar a *Action Française* em favor de movimentos mais organizados e dispostos a tornarem-se movimentos de massa nos moldes dos fascismos italiano e alemão. Aí residirá um impasse para Maurras: a sua incapacidade de fazer um apelo às massas, à plebe, para a instauração de seu regime hierárquico e aristocrata, levando a si e a seu movimento a um beco político sem saída. Os

juvens extremistas de direita, ao contrário, vão competir entre si na organização de partidos de caráter fascista, modernizante e capazes de usar a mobilização política do povo contra a República. Assim, elementos dinâmicos da extrema-direita, como Robert Brasillach, Lucien Rebatet e Joseph Darnand, abandonarão a *Action Française* para reunirem-se em torno de movimentos claramente fascistas, como o animado pelo jornal *Je suis Partout* e *Le Nouveau Siècle*. Assim, a *Action Française* tornar-se-ia o principal celeiro fornecedor de uma elite de fascistas que assumirão ora a colaboração com os alemães – grande horror de Maurras –, ora o apoio à colaboração de Estado praticada pelo Regime de Vichy. Além disso, servirá também como uma matriz ideológica para os movimentos fascistas franceses. A derrota francesa frente aos alemães em 1940, pressentida e anunciada por Maurras, surgirá como a oportunidade – chamada por ele de “divina surpresa” – de varrer do cenário político francês toda a herança do Iluminismo e da Revolução de 1789. Maurras apoiará firmemente o Marechal Pétain e verá no Regime de Vichy o ponto de partida para a construção de seu modelo político arcaizante e tradicionalista, sendo até mesmo considerado um triunfo tardio de suas idéias (E. Nolte). Apoiará e incentivará a perseguição aos judeus e qualificará os resistentes anti-nazistas franceses de “terroristas”. Entretanto, a própria dinâmica da guerra, a colaboração oficial com a Alemanha nazista, levará os concorrentes fascistas, tais como Jacques Doriot e Marcel Déat, a superarem politicamente a *Action Française*. O jornal deixará de circular em agosto de 1944, momento em que desaba o domínio alemão sobre a França. Preso em 1945, Maurras será condenado à prisão perpétua por traição, sendo indultado em 1952, pouco antes de sua morte.

A caracterização política de Maurras e da *Action Française* originou um longuíssimo debate historiográfico, ainda vivo. Ernst Nolte foi o primeiro especialista em fascismo a apontar para evidências identificadoras da *Action Française* e do fascismo, chegando a afirmar que *o movimento antecipa de fato e em certa medida o fascismo e isto não se dá somente no domínio sutil da ideologia*; a organização das tropas dos *Camelots du Roi*, o papel da imprensa como elemento de propaganda política, a criação de centros de “estudos” e editoras seriam elementos a se somar aos aspectos doutrinários. (v. [Partido Político de Direita](#)) Zeev Sternhell aprofundou a análise de Nolte e procurou na França – o que foi considerado grave injúria por muitos historiadores franceses – as origens do fascismo. (v. [Historiografia do Fascismo](#)) O anti-semitismo, o elogio à violência (com Georges Sorel) e a doutrina e prática da *Action Française* colocavam a França como antecessora do fascismo. Ainda uma vez, uma tese de Nolte sustentaria a análise de Sternhell: somente a França, entre todas as nações européias no início do século XX, vivia um regime democrático, baseado nos princípios da igualdade, portanto, seria o único *locus* para o surgimento de seu absoluto contrário, o fascismo. Enfim, tal tese seria um elogio e não uma ofensa à França. Dois especialistas franceses, Pierre Milza e Serge Bernstein, por sua vez, manifestar-se-ão claramente contrários a tal interpretação, insistindo na tese das diferenças radicais entre o movimento *Action Française* (ancorado numa visão tradicionalista do Antigo Regime) e o fascismo (estatizante, autoritário, modernizante e “popular”). Tal debate transbordará sobre a análise da natureza do Regime de Vichy, com o qual Maurras tanto se identificou, transformando-se em temática básica da história do tempo presente na França. (v. [Revisionismo/Negacionismo](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- MAISONNNEUVE, J.-L. L'extrême droite sur le divan. Paris, Imago, 1992.
MILZA, P. Les fascismes. Paris, Seuil, 1991.
NOLTE, Ernst. Les mouvements fascistes. Paris, Calmann-Lévy, 1991.

STERNHELL, Z. et alii. Naissance de l'idéologie fasciste. Paris, Fayard, 1989.
WEBER, Eugen. L'Action française. Paris, Stock, 1964.
WINOCK, M. (Org.). La droite depuis 1789. Paris, Seuil, 1995.

MEIN KAMPF (MINHA LUTA). Livro basilar do Nazismo, concebido por [Hitler](#) enquanto esteve preso na fortaleza de Landsberg, após o fracasso do *Putsch* de Munique em novembro de 1923. (v. [Fascismo](#)) A obra foi ditada por Hitler a alguns companheiros de prisão, tendo se destacado nas anotações o seu secretário Rudolf Hess. O título original – “Quatro Anos e Meio de Luta contra Mentiras, Estupidez e Covardia” (“*Vierinhalf Jahre Kampf gegen Lüge, Dummheit und Feigheit*”) – foi sintetizado obedecendo às exigências de mercado. Publicado em dois volumes, o *Mein Kampf* foi relançado em 1930 em edição única e formato popular. Às vésperas de Hitler chegar ao poder, cerca de um milhão de exemplares já haviam sido vendidos. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Durante a dominação nazista, o livro compulsoriamente passou a fazer parte de cerimônias sociais, sendo que nos casamentos passou a ser um presente do Estado oferecido aos noivos. (v. [Estatismo](#) & [Totalitarismo](#)) *Mein Kampf* fez de Hitler um homem bastante rico, já que o número de exemplares chegou a quase dez milhões por volta de 1943. (v. [Hitler: Historiografia](#))

Na concepção do livro, Hitler procurou estabelecer uma doutrina mais precisa que os Vinte e Cinco Pontos do Partido Nazista, propondo-se analisar a evolução da Alemanha, além de esboçar sua própria trajetória pessoal. Eivado de digressões incoerentes e conclusões pseudo-científicas, o livro acabou tornando-se um guia sobre a Visão de Mundo – *Weltanschauung* – que o verdadeiro alemão devia ter. (v. [Nacionalismo](#)) Nele estão apresentadas as teorias centrais da desigualdade racial nazista, baseadas em idéias retiradas das concepções de [Joseph Arthur Gobineau](#), além das posições anti-semitas de Houston Stewart Chamberlain. O resultado de tais interpretações convergiam para a idéia de que os alemães formavam uma raça superior, cabendo-lhes suprimir a influência nefasta que os judeus haviam constituído na civilização ocidental. (v. [Eugenia](#) & [Natureza](#)) Mesclando sua visão racial com o retrato de sua história pessoal, Hitler descreveu em *Mein Kampf* o momento em que se deparou com um judeu, segundo ele, uma das experiências marcantes de sua vida: “Um dia em que passeava pelas ruas centrais da cidade, subitamente deparei com um indivíduo vestido em longo *caftan* e tendo longos cachos pretos pendidos à cabeça. Meu primeiro pensamento foi: isso é um [judeu](#)? [...] Observei o homem, disfarçada mas cuidadosamente, e quanto mais eu contemplava aquela estranha figura, examinando-a traço por traço, mais perguntava a mim mesmo: isso é também um alemão?” (v. [Alteridade](#) & [Protocolos dos Sábios de Sião](#))

Na visão de Hitler, cabia ao Estado concretizar a noção do *Führerprinzip*, mais adequada aos novos tempos do que a [democracia](#), sistema tido como incapaz de contornar a crise em que se encontrava a sociedade alemã. (v. [Historiografia do Fascismo](#)) Como corolário da centralização em torno do líder, *Mein Kampf* apresentou um capítulo defendendo a idéia de que o sistema federativo deveria ser substituído pelo [Reich](#) unitário e indissolúvel. (v. [Autarquia](#)) Em relação à política internacional, Hitler defendia a expansão territorial, meio de obtenção do Espaço Vital (*Lebensraum*), além de permitir à Alemanha recuperar seus territórios históricos. (v. [Imperialismo](#) & [Völkisch](#)) Em relação aos outros países, alianças com a Inglaterra e a Itália não eram descartadas, enquanto a França era vista como a principal inimiga da nação alemã, uma vez que foi considerada responsável pelo Tratado de Versalhes. (v. [Chauvinismo](#)) Na primeira página do livro, suas intenções em relação à Áustria apareciam com bastante clareza: “A Áustria alemã deve voltar a fazer parte da grande pátria germânica”. (v. [Conservadorismo](#)) Abordando questões referentes à propaganda, em grande parte influenciado pelas técnicas inglesas e norte-americanas, Hitler lançou as linhas gerais a serem seguidas pelo futuro Ministério da Propaganda e da Informação Pública, sob o controle de [Joseph Goebbels](#). Defendendo a utilização de uma propaganda simples e objetiva, marcada por maniqueísmos, Hitler afirmava: “A capacidade de compreensão do povo é muito limitada, porém, em compensação, a capacidade de esquecer é grande. Assim sendo, a propaganda deve-se restringir a poucos pontos. E esses deverão ser valorizados como

estribilhos, até que o último indivíduo consiga saber exatamente o que representa esse estribilho”. (v. [Suástica](#))

Apesar de ter sido uma obra bastante citada já em sua época, poucos dos estadistas europeus a consideraram um programa coerente o suficiente para ser colocado em prática por um político ou partido. (v. [Política](#) & [Partido Político de Direita](#)) À parte de teorias intencionalistas ou funcionalistas, [Churchill](#) resumiu a questão em torno do livro de forma bastante clara: “Estava tudo ali: o programa de ressurreição alemã e a técnica de propaganda partidária; o plano de combate ao marxismo, o conceito de Estado Nacional-Socialista [...], ali estava o novo Alcorão da fé e da [guerra](#): empolado, verborrágico e amorfo, mas carregado de sua mensagem”. (v. [Ditadura](#) & [Ideologia](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

HITLER, Adolf. Minha Luta. São Paulo, Editora Moraes, 1983.

KERSHAW, Ian. Hitler: Um Perfil de Poder. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

LUKACS, John. O Hitler da História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

MILZA, Pierre. Les Fascimes. Paris, Imprimerie Nationale, 1985.

STERN, J. P.. Hitler, le Führer et le Peuple. Paris, Flammarion, 1995.

MICHELS, Robert (1876-1936). Referência obrigatória na sociologia das organizações, o trabalho mais conhecido do alemão Robert Michels, *Sociologia dos partidos políticos*, publicado em 1911, é também uma crítica contundente à concepção clássica de [democracia](#) e ao socialismo. (v. [Ideologia](#)) O seu argumento central – ao qual denominou de lei de ferro da oligarquia – é o de que a igualdade, o autogoverno do povo e a soberania popular são impossibilidades práticas. Segundo ele, todas as organizações, qualquer que seja o seu escopo, sindicatos, partidos ou mesmo os Estados são inexoravelmente controlados por minorias que buscam perpetuar-se nas posições de mando ou transmiti-las aos seus herdeiros. Isto se dá mesmo nas organizações que se apresentam como defensoras e expressões maiores do igualitarismo e da democracia, como foi o caso dos partidos socialistas do início do século XX, especificamente estudados pelo autor. Na verdade, Michels era oriundo da social-democracia alemã, o que levou que fosse bloqueado o seu acesso ao magistério superior, vedado ao ingresso de professores socialistas ou [judeus](#). (v. [Inimigo](#)) Com sua carreira na Alemanha cortada, o sociólogo instalou-se na cidade de Turim (Itália) em 1907, onde se tornou discípulo de um outro crítico da democracia, o cientista político [Gaetano Mosca](#). A saída de seu país marcou igualmente o seu progressivo afastamento do socialismo. (v. [Conservadorismo](#) & [Revolução](#))

Se Michels se apropriou em suas teses de algumas das formulações de Mosca, também não há como desvinculá-las de sua passagem pela social-democracia, sendo influenciadas pelas intensas discussões que eram travadas, entre outros, por Rosa Luxemburgo, Vladimir I. Lenin e Karl Kautsky sobre a democracia direta e o caráter dos partidos operários. Por isso mesmo é que *Sociologia dos partidos políticos* foi alvo dos comentários críticos de intelectuais militantes de esquerda como Nicolai Bukharin, Antonio Gramsci e Georg Lukacs. Segundo o livro, o grande crescimento e a diversificação das sociedades havia tornado inviável o ideal de democracia direta, exercida através da livre participação dos cidadãos em assembléias. Com isso, tornavam-se cada vez mais necessárias organizações que representassem os interesses dos diversos grupos sociais. No desenvolvimento destas organizações, na medida em que se complexificavam suas tarefas, os seus delegados acabavam não apenas tendo que se dedicar a elas em tempo integral, mas também conformar habilidades e competências específicas necessárias à tomada de decisões urgentes, sem possibilidade de consulta às bases, diferenciando-se destas, tornando-se autônomos, independentes do seu controle. Por este mesmo processo, delegados e funcionários tornavam-se profissionais da organização. Eles passavam a depender dela para a sua sobrevivência, o que se dava numa escala tanto maior quanto mais afastados estavam de suas atividades profissionais originais. Mais do que isso, a própria sobrevivência das organizações passava a depender deles, que controlavam os seus meandros, os seus recursos, os seus mecanismos de funcionamento, o que justificava a sua permanência em seus cargos durante longos períodos. Operava-se, desta forma, uma simbiose entre delegados e organização, o que resultava em uma inversão nos objetivos e no sentido desta. Fugindo ao controle das bases, a organização passava a ser direcionada não para os interesses destas, mas sim para os interesses dos delegados ou para os interesses que eles sustentavam ser das bases. Os delegados e os representantes deixavam, assim, de ser servidores do povo para se tornarem, na expressão de Michels, seus patrões. O Estado socialista, como qualquer organização, não fugia a esta regra inexorável, ainda que fosse apresentado como a forma mais perfeita de democracia. Ele era um Estado dos socialistas e não das grandes massas, do proletariado. A vitória do socialismo, afirmava Michels em seu livro, seria não o triunfo da igualdade, mas sim o dos seus partidários. (v. [Jacobinismo](#))

Mario Grynszpan

Referências Bibliográficas:

ALBERTONI, Ettore A. Doutrina da classe política e teoria das elites. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

BOTTOMORE, T. B. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

GRYNSZPAN, Mario. “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”. Rio de Janeiro, RBIB, 1996 (41): 35-83.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MITZMAN, Arthur. Sociology and estrangement: Three sociologists of Imperial Germany. New Brunswick, Transaction Books, 1987.

MIGUEL REALE E A TEORIA DO ESTADO INTEGRAL. Ser especialista em estudos jurídicos e ocupar a chefia da Secretaria Nacional de Doutrina da Ação Integralista Brasileira conferiram a Miguel Reale uma posição proeminente como teórico do Estado Integral, a par das concepções fundamentais já delineadas por [Plínio Salgado](#), especialmente no Manifesto Doutrinário de 1932. A especificidade da reflexão teórica de Reale, que contrasta com a de Plínio, reside na abordagem técnico-jurídica com que trata a estrutura que deverá ter o Estado Integralista em vez de fazer reflexões de princípios. De certo modo, a formação católica de Plínio e mesmo o seu perfil intelectual como homem de letras levaram-no a valorizar mais a reforma do homem do que a do Estado. Em Reale, ao contrário, a sua formação jurídica e a trajetória política na vida universitária, que passou pelo [liberalismo](#) e pelo marxismo até chegar ao integralismo, fizeram-no conferir ao Estado uma posição central nas suas reflexões. Miguel Reale empreende sua reflexão teórica a partir de um conjunto de obras que versam sobre a história das idéias políticas, tais como: *Formação da Política Burguesa* (1934); *O Estado Moderno* (1935); *Atualidades do Mundo Antigo* (1936); *O Capitalismo Internacional - introdução à economia nova* (1935) e *Atualidades Brasileiras* (1937). As suas obras doutrinárias integralistas foram: *A Posição do Integralismo* (1933); *Perspectivas Integralistas* (1935) e *ABC do Integralismo* (1935). (v. [Conservadorismo](#))

Enquanto para Plínio Salgado o Estado deveria resultar da organização dos grupos naturais, com ênfase na [família](#), para Miguel Reale a base da construção do Estado residia na *organização sindical*. (v. [Natureza](#) & [Sindicato](#)) Essa primazia da estrutura de um sindicalismo ordenado – que culminaria na organização corporativa de todos os produtores e da qual deveria derivar, por último, o Estado, as suas instituições e as formas de representação – aproxima Reale de uma acirrada crítica à doutrina liberal e de uma adesão ao Estado como aquele do [fascismo na Itália](#). Assim, para Reale, o primado da ação organizativa da vida econômica moderna e de toda a atividade social deve caber a um Estado situado “acima das classes”, sendo superior a todas elas “pelos forças que deve dispor e pelos fins que deve realizar” (*ABC do Integralismo*). (v. [Autarquia](#) & [Governabilidade](#)) Ao referir-se ao sistema de representação, proclama que o Estado não é a soma dos indivíduos isolados – como pretendia o “naturalismo liberal” –, mas a unidade das classes produtivas organizadas: “só quem produz tem direito de votar e de ser votado”. Portanto, não são nem os partidos políticos vinculados à liberal-democracia e nem tampouco um sindicalismo socialista (resultado da simples indiferença do Estado liberal com a questão social) que devem compor as forças políticas organizadas da Nação, mas os “*trabalhadores intelectuais e manuais. Só a representação dos trabalhadores é representação popular*”. Nessa concepção de um Estado Sindical integralista, Reale confere ao sindicato “*as mesmas características da Nação: é um órgão de finalidades éticas, políticas, econômicas e culturais (...). É um órgão de direito público, sob imediata fiscalização e proteção do Estado*”. (v. [Política](#) & [Revolução](#))

Em seu ensaio sobre *O Estado Moderno*, Reale desenvolve os fundamentos teóricos e históricos que deram origem ao Estado Liberal, ao fenômeno fascista e, por último, à sua concepção do Estado Integral. Ele situa o final da Grande Guerra como a derrocada final da estrutura tradicional de poder, fazendo emergir o “Estado Moderno”, assumindo este duas formas distintas: a forma do Estado fascista e a do Estado bolchevista. “*O primeiro marca a reação do Estado contra as organizações que o queriam absorver; o segundo, a absorção da máquina do Estado por uma das organizações: a do proletariado*” (“Bases da Revolução Integralista”, *Op.cit.*) Sendo o bolchevismo, segundo Reale, a conseqüência final e indireta do liberalismo, ele vai optar pelo Estado fascista. O [fascismo](#), contudo, substitui a concepção do Estado jurídico e do cidadão pela concepção do Estado econômico e do produtor. Ao mesmo tempo, o fascismo, sendo uma das tendências naturais do Estado Moderno, acaba por restituir ao Estado sua plena soberania ao identificá-lo com a Nação. Reale destaca ainda duas tendências fascistas: uma “radical”, defensora de um Estado “totalitário”, e uma “moderada”,

que corresponde ao Estado Integral. (v. [Totalitarismo](#)) Ele se filiou a esta última visto que, ao contrário da forma “totalitária”, a tendência fascista “integral” confere uma maior autonomia para o indivíduo. Embora não estejam em oposição essas duas tendências, apresentam diferenças de resultados, pois a singularidade do Estado integral reside, ao fim de tudo, na sua vontade ética. A sua natureza específica não reside, portanto, nem na estrutura sindicalista e nem no corporativismo, mas em tomar em primeiro plano o homem e suas projeções morais. Se no Estado fascista “totalitário” a moral está subordinada ao Estado, no Estado fascista “integral” é o Estado que se subordina ao imperativo moral. Reale infere, então, que nessas condições o Estado Integral deve aceitar o “conceito dinâmico dos direitos fundamentais do homem”, que não são jurídicos e sim éticos. Reale considera que o resultado final desse processo será o Estado Integral construindo uma nova “[democracia](#)”. Não, por certo, uma democracia liberal com partidos políticos e sufrágio universal, mas uma democracia de tipo novo: *orgânica e elitista*. (v. [MICHELS, Robert](#)) Será, portanto, o regime em que o Estado, nas mãos das elites culturais, criaria as condições necessárias ao livre desenvolvimento das capacidades individuais, ampliando cada vez mais o conjunto da classe dirigente. (v. [Estatismo](#)) De forma piramidal, do ponto-de-vista do exercício da [autoridade](#), o Estado será “democrático na base”, devendo diminuir “a participação direta do povo à medida que se elevem os problemas a planos mais altos e mais complexos”. Na idéia de Reale sobre uma nova síntese a que corresponde o Estado Integral, está incorporada a idéia de “superação” do teórico do fascismo italiano Alfredo Rocco. Ela deve conter todas as concepções anteriores, ultrapassando-as, no entanto, para realizar a síntese entre o espírito medieval e o espírito moderno. Segundo Miguel Reale, a Idade Média conheceu as corporações, mas não conheceu o Estado; enquanto a Era Moderna, que se desenvolveu desde a Renascença e da Reforma até a Grande Guerra, criou o Estado, porém, depois de deturpar as corporações, declarando-as fora da lei com a Revolução Francesa. A síntese integralista recupera esses dois elementos preciosos de organização, dando-lhes nova feição e um novo ritmo. (v. [Corporativismo: Teoria & Antigo Regime](#))

Chega-se, então, à organização dessa nova estrutura jurídico-política que é o Estado integral, tal como é proposta por Reale. Os órgãos de representação do Estado seriam o Presidente da República, a Câmara Corporativa Nacional e o Conselho Nacional ou Senado. O sistema obedeceria ao princípio do sufrágio indireto e hierarquizado por todas as esferas dos organismos sociais; apenas no nível local a escolha dos membros do Conselho Municipal seria feita através da eleição direta pelos membros dos sindicatos. Dos municípios, cada classe profissional formaria um sindicato que teria reconhecimento oficial do governo. No interior do sindicato, as eleições levariam à escolha dos representantes sindicais em nível municipal. Os diversos representantes sindicais escolhidos constituiriam o Conselho Municipal que elegeria o prefeito local. No plano regional, os representantes sindicais de uma mesma profissão, todos reunidos, formariam as federações sindicais que iriam escolher por eleição os representantes provinciais. Da totalidade dos representantes de todas as federações, formar-se-ia o *Conselho Provincial* que deve eleger o governador da Província. As federações reunidas de uma mesma classe profissional formariam as confederações sindicais. Nesse mesmo nível, seriam organizadas as *corporações* integradas por representantes de diversas profissões de uma mesma área de produção. Cada corporação elegeria os seus representantes junto à *Câmara Corporativa Nacional*. O Conselho Nacional ou Senado seria formado por representantes das corporações sociais e culturais (sem caráter econômico, portanto) e deveria exercer o papel de controle sobre o estudo de qualquer problema considerado importante para que a Câmara Corporativa Nacional pudesse defender os interesses da Nação. A Câmara Corporativa Nacional e o Conselho Nacional ou Senado, quando reunidos, formariam o Congresso Nacional, cabendo-lhe eleger o Chefe da Nação. Portanto, quer no modelo proposto por Reale, quer na formulação doutrinária de Plínio, não haveria lugar para partidos

políticos no Estado Integral. Em Reale, contudo, essa impossibilidade obedece à própria lógica de uma Nação que se organiza totalmente a partir de todas as suas forças econômicas e culturais integradas no Estado. (v. [Coronelismo](#) & [Sociedade Integral](#))

Outros teóricos integralistas, como Olbiano de Mello (Estado sindicalista) e Anor Butler Maciel (Estado Corporativo), teorizaram a cerca do Estado Integral, tomando sempre como paradigma o Estado fascista italiano e sua organização sindical-corporativa. O historiador e líder da milícia integralista, Gustavo Barroso, em que pese a sua maior tendência ao anti-semitismo (que nunca foi endossada por Plínio), representou uma vertente *esotérica* de interpretação do integralismo e do Estado integral. A exaltação de uma visão da Idade Média que reforçava um espiritualismo totalitário cristão aproximava Barroso da concepção pliniana do Estado integral, da qual pretendeu ser sempre a interpretação mais original. (v. [Antisemitismo no Brasil](#) & [Ideologia](#))

José Brito Roque

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, R. Benzaquém de. Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1987.

CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

PAIM, Antonio; BARRETO, Vicente. Evolução do Pensamento Político Brasileiro. São Paulo, ITATIAIA/USP, 1989.

TAVARES, José Nilo. Conciliação e Radicalização Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1982.

TRINDADE, Hégio. Integralismo, o fascismo brasileiro da década de Trinta. São Paulo, DIFEL, 1979.

MILITARISMO. Pode-se definir militarismo como poder da instituição militar ou de parte dela sobre a [sociedade civil](#). Com tal conceituação, o estudo do militarismo não se circunscreve apenas aos golpes e governos militares, mas a todo o conjunto de princípios, ações e valores que, característicos da instituição castrense, são extrapolados para a sociedade e seu sistema político. (v. [Prussianismos Brasileiros](#)) Profissionais da violência legítima, guardiães da ordem, agentes da *ultima ratio* nos conflitos entre grupos sociais e/ou nações, as Forças Armadas sempre tiveram ao longo da história inegável importância e envolvimento político, geralmente assumindo posições conservadoras da ordem social, daí a sua tradicional associação com a política da direita. (v. [Partido Político de Direita](#)) No período que antecedeu à Primeira Guerra Mundial, governos e classes dirigentes da Europa concebiam exércitos como forças armadas de garantia do *status quo* imperialista, preservando as conquistas neocoloniais da concorrência de outras potências, assim como pacificando eventuais resistências nativas. (v. [Ideologia](#)) As Forças Armadas eram vistas também como símbolo e instrumento de garantia de valores como lealdade, disciplina, [civismo](#) e entusiasmo dos cidadãos, naquele momento inquietados por movimentos sociais de esquerda. (v. [Guerra & Juventude](#)) Os líderes da instituição militar enxergavam a si próprios como a "escola da nacionalidade", portadores da ciência e do progresso, no que recebiam apoio de todo o aparato nacional-militarista, assim como dos arsenais acumulados da corrida armamentista de mais de três décadas. (v. [Armamentismo](#), [Imperialismo](#) & [Neocolonialismo](#))

No período entre-guerras, o militarismo recrudesciu e se diversificou. Vários países adotaram políticas de economia de guerra durante a Depressão e a corrida armamentista acelerou vigorosamente. Os países vencedores da guerra mantiveram as Forças Armadas como elementos de defesa e consolidação do poder imperialista. Já em países como a Alemanha e a União Soviética, os partidos dominantes esforçaram-se por politizar suas instituições militares, reconstruídas e profissionalizadas. O fato novo do militarismo, porém, originou-se em algumas nações da América Latina: a profissionalização de suas Forças Armadas politizou seus oficiais, que se concebiam como membros de um grupo político que reunia competência, organização e espírito de corpo. Com tais credenciais, almejavam constituir-se em elementos-chave nos conflitos políticos ou ocupantes preferenciais dos vácuos de poder. Autoconcebidos como portadores da modernidade, tornaram-se, por vezes, elementos desestabilizadores da política em seus países. A vitória Aliada redimensionou o papel da instituição militar. (v. [Centenário de Nascimento de Olavo Bilac](#) & [Jovens Turcos](#))

No confronto bipolar da [Guerra Fria](#), o mundo capitalista procedia à combinação da expansão econômica com a expansão militar; acordos militares e de segurança mútua, acompanhados de financiamentos e programas de recuperação econômica, constituíram estratégias para criar ou renovar alianças por todo o planeta. (v. [Governabilidade](#) & [Segurança Nacional](#)) Como parte da corrida armamentista nuclear e convencional, compondo a estratégia de contenção do comunismo, era estruturado o chamado "Complexo Industrial Militar", que reunia o potencial militar, industrial, científico e político norte-americano. (v. [Guerra Fria e a Direita Norte-Americana](#)) Assim, a política militarista da direita compreendia estratégias variadas, como a ação direta em guerras de cunho convencional (Coréia, Vietnã), pressões estratégicas através da sofisticação crescente da corrida nuclear e a ajuda e apoio a militarismos anticomunistas na periferia capitalista (América Latina, nações recém-descolonizadas, etc). (v. [Anticomunismo](#)) Essa segunda modalidade do militarismo contemporâneo prossegue o desenvolvimento já citado no militarismo latino-americano dos anos entre 1930 e 1945. (v. [Ditadura](#) & [Estatismo](#)) Esses países, assim como as novas nações que surgiram dos processos de descolonização, produziram a maioria das intervenções militares do globo nas décadas de 1960 a 1980, muitas em nome da [democracia](#) e da modernização. Embora alguns cientistas sociais acreditassem no potencial modernizante dessas Forças Armadas, o debate sobre o caráter do militarismo no

"Terceiro Mundo" tendeu a enfatizar muito mais o seu papel conservador do que o reformador. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#))

Uma terceira modalidade de militarismo é a que mais espaço tem conquistado no mundo pós-Guerra Fria. Trata-se de ações para-estatais de grupos e facções políticas, étnicas e religiosas, sem interesse direto nas lutas entre Estados Nacionais ou pela tomada destes. Convivendo nos interstícios dos poderes militares estatais, armando-se com o semelhante equipamento bélico, esses grupos promovem um tipo de combate não regular, como ataques a instituições públicas e privadas, ações contra populações civis, atentados terroristas e o crime organizado.

Assim, para o entendimento histórico de cada dimensão do fenômeno militarista, tem-se, por um lado, registrado o esforço para compreender historicamente cada processo de profissionalização das Forças Armadas, as suas origens, as suas relações societárias, o seu grau de inserção no Estado, os seus posicionamentos perante a política internacional e, principalmente – uma vez que não são instituições monolíticas, mas permeadas por várias clivagens –, as suas divisões políticas internas. (v. [Burocracia](#)) Por outro lado, cada vez mais se faz necessária a compreensão das relações de forças entre os vários grupos componentes da sociedade (militares e civis), assim como as suas ligações transnacionais. Desta forma, é possível entender melhor o papel político das Forças Armadas, seja na época das guerras convencionais, seja no período da Guerra Fria, seja no mundo pós-Guerra Fria. (v. [Autoritarismo](#))

Francisco César Alves Ferraz

Referências Bibliográficas:

BERGHAHN, Volker R. Militarism: the history of na International debate, 1861-1979. London, Cambridge University Press, 1980.

HOST, Kalevi J. State, War and the State of War. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

JANOVITZ, Morris. The military in the political development of new nations. Chicago, The University of Chicago Press, 1971.

MANN, Michael. The roots and contradictions of modern militarism. London, New Left Review, 1987 (162).

ROUQUIÉ, Alain. O Estado militar na América Latina. São Paulo, Alga-Omega, 1984.

MISOGINIA. Definido em termos psicanalíticos como “ódio mórbido a mulheres”, a misoginia assumiu diferentes características no tempo. Embora a moderna psicanálise entenda que esse seja um estado mental extremo que pode ser causado, entre outros motivos, por desejos homossexuais reprimidos – em homens ou mulheres –, o sentimento misógino foi responsável por exclusões impostas às mulheres no universo sócio-político. (v. [Feminismo](#) & [Homossexualidade e Fascismo](#)) Dessa forma, as teorias médicas do século XVIII e XIX viam na mulher um ser humano imperfeito, dada a sua profunda ligação com a [natureza](#) – menstruando e tendo filhos. Essas mesmas teorias negavam-lhe também o desejo sexual de forma intensa, prerrogativa masculina, e quaisquer “desvios” eram punidos com tratamentos que variavam do internamento em hospícios a cirurgias (como a extirpação do clitóris). (v. [Asilo](#) & [Sexualidade](#)) De forma geral, as tentativas de médicos, advogados, políticos e literatos em excluir a mulher do espaço público, negando-lhe o direito ao voto, ao exercício profissional (com os mesmos salários pagos a seus equivalentes masculinos), à participação [política](#) em geral ou ao exercício de qualquer atividade fora do lar podem ser entendidas como um medo mórbido da concorrência feminina nesses campos (ao mesmo tempo que se fala na “desagregação da [família](#)”). (v. [Aborto](#) & [Casamento](#)) Assim, muitos dos argumentos utilizados para negar o acesso das mulheres à participação política e ao mercado de trabalho fundamentaram-se em termos misóginos que pretendiam estabelecer diferenças “naturais” responsáveis por uma “inferioridade biológica” da mulher. (v. [Comportamento](#) & [Sociobiologia](#)) Esse medo da participação da mulher no espaço público gerou práticas e políticas repressivas de cunho segregacional e baseadas da inferioridade biopsicológica da mulher. (v. [Alteridade](#)) O exemplo mais extremado de misoginia na literatura são os irmãos Jules e Eduard Gogourt, escritores franceses do século XIX que estabeleceram para sua obra um programa que consistia em retratar os três grandes atos da vida: parto, coito e morte. Através desse projeto, exercitaram o seu ódio à mulher dominadora, sedutora, inocente, etc... através de aforismos pejorativos de cunho naturalista. (v. [Ideologia](#) & [Masculino/Feminino](#))

Cláudio DeNipoti

Referências Bibliográficas:

- DEGLER, Carl. At odds, women and the family in the America from the Revolution to the present. Oxford, Oxford University Press, 1981.
- GAY, Peter. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- GOLDENSON, M.R.; ANDERSON, D.N..Dicionário do sexo. São Paulo, Ática, 1989.
- SEIDMAN, Steve. A força do desejo e o perigo do prazer: sexualidade vitoriana reconsiderada. In *História: Questões e Debates* 12, julho-dezembro. São Paulo, 1991(22/23): pp. 45-77.

MODERNISMO NAS ARTES. Neologismo surgido em meados do século XIX e usado de modo genérico posteriormente para designar, retrospectivamente, uma diversidade de tendências artísticas em vários campos: literatura, artes plásticas, música, [teatro](#), balé, [cinema](#) e [arquitetura](#). Em seus aspectos espaciais e temporais, o modernismo abrangeria manifestações ocorridas principalmente na Europa e na América até cerca de 1950. Embora as suas origens possam recuar a 1890 ou mesmo antes, data das primeiras décadas do século o aparecimento de alguns grupos de vanguarda dispostos a promover a ruptura cultural, tendo como fundamento a idéia do moderno contra o tradicional e o antigo. Entre manifestos e polêmicas, eles se lançaram à tarefa de criar uma arte anti-convencional e antiacadêmica baseada na livre experimentação de formas de [estética](#), cuja linguagem fosse capaz de estabelecer uma relação original com o público e cujo conteúdo trouxesse à tona as energias dinâmicas e conflituosas da vida contemporânea. (v. [Guerra](#)) Expressionismo, [futurismo](#), cubismo, dadaísmo e surrealismo foram as mais eloqüentes destas propostas, irredutíveis umas às outras ou mesmo contraditórias, mas que, todavia, irradiaram-se com rapidez pelas principais cidades européias, interagindo também com os grupos de vanguarda do outro lado do Atlântico. Outras expressões, como o construtivismo na arquitetura, o dodecafonismo na música, o balé mecânico, o cinema experimental russo ou alemão, o muralismo mexicano e mais algumas vertentes americanas, são também englobadas na mesma categoria. A periodização da fase inicial do modernismo estabelece os anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) como um marco divisor. Na época que a precede, as vanguardas parecem envolvidas numa animação utópica proporcionada pelo progresso econômico industrial e pelas tecnologias da *belle époque*. (v. [Ocidente](#)) Os manifestos futuristas representam muito bem esse clima no seu culto às máquinas e à velocidade dos novos meios de transporte e comunicação (ferrovia, automóvel, aeroplano, cinema). Tendo à frente [Filippo Tomaso Marinetti](#), um dos mais importantes propagandistas, os futuristas defendiam uma arte profética – “consciente do futuro” –, compatível com os ritmos das novas tecnologias, além de organizada num movimento “anti-tradicional, renovador, otimista, heróico, dinâmico e que se ergue sobre as ruínas do passado”. No entanto, a guerra abalou esse clima de otimismo, anunciando, com violência, uma época de profunda crise política, econômica e social. Se para os futuristas ela era louvada como promotora da “higiene do mundo”, a maioria dos artistas e intelectuais logo perceberia suas motivações e resultados: disputas entre as potências imperialistas, [militarismo](#), [nacionalismo](#) xenófobo, miséria, antagonismos sociais e destruição em larga escala. As manifestações de vanguarda no pós-guerra expressaram tal desencanto com novas formulações estéticas, com tomadas de consciência e opções de engajamento. Os dadaístas trouxeram à cena um tom niilista fortemente contestador; os expressionistas (só mais tarde definidos desse modo) abordaram o grotesco do mundo burguês e capitalista; os surrealistas exploraram as profundezas irracionais do homem. A maioria das vanguardas sentiu-se atraída pelos movimentos da esquerda [política](#), fortalecida desde a [Revolução Russa](#) de 1917, compartilhando com ela a idéia internacionalista da [revolução](#) social. Desde então, eles experimentariam as vicissitudes da ascensão dos regimes totalitários nos anos de 1920 e 1930 ([fascismo](#), nazismo, stalinismo), além de outros governos autoritários, como o espanhol. (v. [Totalitarismo](#)) Na Alemanha, a arte modernista foi banida como sinônimo de “arte degenerada”; na URSS, o realismo-socialista tornou-se o modelo oficial, reprimindo a investigação estética em curso. (v. [Autoritarismo](#)) Na Itália, contudo, a proposta futurista foi parcialmente aceita, ganhando apoio oficial desde a adesão do grupo de Marinetti ao regime de [Mussolini](#). Revelou-se, assim, sem disfarces, um futurismo nacionalista e de direita, ideologicamente complementar ao discurso fascista da [autoridade](#), da virilidade e das tradições latinas. (v. [Chauvinismo](#)) Cindindo do ponto de vista político as vanguardas, o avanço do nacionalismo e o avanço dos governos autoritários pelo mundo afora, esta vertente

estética contribuiu para a contenção das fontes utópicas e renovadoras do modernismo. (v. [Falange](#), [Fascismo na Alemanha](#), [Fascismo na Itália](#) & [Salazarismo](#))

Antonio Celso Ferreira

Referências Bibliográficas:

BELLUZZO, Ana Maria de M. (org.). Modernidade: vanguardas artísticas na América latina. São Paulo, Memorial-UNESP, 1990.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LISTA, Giovanni. Futurisme: manifestes, proclamations, documents. Lausanne, Éditions L'Age d'Homme S.A., 1973.

PRELOFF, Marjorie. O momento futurista: avant-garde, avant-guerre e a linguagem da ruptura. São Paulo, EDUSP, 1993.

MODERNISMO NO CATOLICISMO. No século XIX, o confronto entre a Igreja católica e o mundo moderno provocou a oposição entre catolicismo intransigente e catolicismo liberal. Do [intransigentismo](#) originou-se o [catolicismo social](#) e o [integrismo](#). Os integristas opuseram-se, de 1890 a 1914 aproximadamente, contra todas as tentativas de conciliação e transação com o mundo moderno por parte dos católicos sociais, dos católicos liberais e, sobretudo, dos modernistas. O modernismo “católico” foi um movimento poliforme que reivindicava uma reforma da disciplina eclesiástica tradicional e das formas de pastoral (modernismo reformador), um novo estilo de vida cristã engajado no mundo moderno (modernismo social), uma renovação intelectual da doutrina eclesiástica no confronto com as “novas ciências religiosas” (modernismo bíblico, teológico, filosófico). (v. [Sociedade Civil](#)) Esta vertente do modernismo foi a que causou mais impacto entre os jovens intelectuais e o clero jovem, e também a que foi mais duramente reprimida pelas autoridades eclesiásticas e mais visada pelos integristas. Novas orientações filosóficas (Kantismo, imanentismo), científicas (positivismo, [evolucionismo](#), cientismo), mas sobretudo a aplicação dos métodos da crítica histórica e literária à Bíblia e à dogmática, revolucionaram as “ciências eclesiásticas”, em particular a exegese, a filosofia religiosa, a apologética. (v. [Conservadorismo](#) & [Liberalismo](#)) O modernismo teve seu epicentro na França (Loisy, Laberthonnière, Le Roy), teve um grupo limitado mas representativo na Inglaterra (Tyrell, von Hügel), foi bastante diversificado na Itália (Buonaiuti, Murri, Fogazzaro) e manifestou-se pontualmente na Alemanha (Shell, Kraus, Ehrhard). Se a França e a Inglaterra desenvolveram mais o modernismo bíblico, teológico, filosófico, a Itália pendeu mais para o modernismo social e reformador. Houve, além do mais, uma tendência moderada (chamada “progressista” na época), suspeita mas tolerada, e uma tendência radical que foi condenada. As medidas disciplinares por parte das autoridades eclesiásticas foram desde as advertências até as sanções canônicas. Finalmente, ocorreu a condenação do modernismo como “a síntese de todas as heresias” pelo decreto do Santo Ofício, *Lamentabili* (julho 1907), e pela encíclica *Pascendi* (setembro 1907) de Pio X, completados pela exigência feita ao clero de um juramento anti-modernista (1910) e, finalmente, a condenação do *Sillon* de Marc Sangnier (1910). A condenação do modernismo parecia dar razão aos integristas. Estes criaram uma “frente anti-modernista” com sede em Roma: o *Sodalitium Pianum* ou *Sapinière* (1909-1921). O modernismo como movimento cultural inovador viu algumas das suas perspectivas atendidas pelo concílio Vaticano II (1962-1965). (v. [Política](#) & [Revolução](#))

Francisco J.S.Gomes

Referências Bibliográficas:

AUBERT, Roger. Nova História da Igreja: A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno, vol. 5, t.1. Petrópolis, Vozes, 1975.

MARTINA, Giacomo. La chiesa nell'età del totalitarismo, vol.4. Brescia, Morcelliana, 1979⁴.

POULAT, Émile. Histoire, dogme et critique dans la crise moderniste. Paris, Casterman, 1979².

RANCHETTI, M.. Cultura e riforma religiosa nella storia del modernismo. Torino, Einaudi, 1963.

SCOPPOLA, P. Crisi modernista e rinnovamento cattolico in Italia. Bologna, Il Mulino, 1979³.

MONICA LEWINSKY, O Caso. O rumoroso caso envolvendo a estagiária Monica Lewinsky e o presidente Bill Clinton transformou-se rapidamente num teste de força da direita e da direita fundamentalista cristã americana contra a [política](#) do partido Democrata no poder. (v. [Fundamentalismo Cristão e Política](#)) Em pouco tempo, a atuação do promotor especial Kenneth Starr, um notório fundamentalista, mobilizou uma ampla gama de organizações e personalidades de direita visando reduzir os poderes da presidência (bastante ampliados durante a administração Clinton no tocante aos programas sociais) e mesmo conseguir um possível impedimento do presidente. A campanha contra Clinton, fortemente baseada em princípios do [fundamentalismo cristão](#) americano (como a fidelidade matrimonial), foi iniciada em 1994, quando o jornal de extrema-direita *The American Spectator* começou a investigar e denunciar a conduta sexual do presidente. A denúncia do jornal referia-se diretamente ao caso do presidente com Paula Jones, que imediatamente considera a sua honra atingida e exige judicialmente desculpas do presidente, assim como uma considerável indenização. Ao mesmo tempo, acusava-se o presidente e a primeira-dama de negócios escusos quando atuavam como advogados em Arkansas e de manipulação fraudulenta de contas públicas. Sintomaticamente, Paula Jones começa a freqüentar as reuniões do *Comitê da Ação Política Conservadora*, um notório *lobby* da direita. (v. [Partido Político de Direita & Ideologia](#)) Dois funcionários da justiça de perfil altamente conservador foram indicados pela Suprema Corte para investigar o caso: por um lado, David Sentelle, amigo de dois senadores republicanos da extrema-direita, Jesse Helms e Lauch Faircloth, ambos da Carolina do Norte e, por outro lado, Kenneth Starr. Após mais de três anos de investigações e milhares de dólares gastos sem qualquer resultado positivo, Starr resolve voltar as suas investigações para a conduta pessoal do presidente, visando atingi-lo por impropriedade no exercício do cargo ou por perjúrio. No seu afã altamente político de inculpar Clinton, Starr repassou informações confidenciais para parlamentares republicanos, conseguindo abrir um processo de impedimento no Congresso e explicitando o uso político do cargo e da justiça.

O avanço do republicanismo radical contra o presidente se dá no momento em que Clinton supera as desconfianças do eleitorado e consegue uma boa votação nas eleições parlamentares e conquista o seu segundo mandato, ao mesmo tempo em que o líder republicano Newt Gingrich (que se propõe a dirigir uma [Revolução](#) Conservadora nos EUA) é derrotado e obrigado a abandonar o Congresso, além de se ver envolvido em uma série de escândalos financeiros. Mesmo a Coalizão Cristã, grupo da direita fundamentalista cristã, começou a duvidar da possibilidade de condenar Clinton na Justiça. Nessa ocasião, em janeiro de 1999, Clinton atingia um índice de 72% de aprovação popular, exasperando a oposição conservadora, que parte então para a tentativa de derrubar o presidente através de um julgamento político. Da mesma forma, um sopro de euforia varre o partido republicano na expectativa de uma reelaboração da memória sobre o presidente republicano Richard Nixon, levado à renúncia face à votação de um pedido de *impeachment* originado na justiça. Assim, tratava-se de uma vingança política contra os liberais e esquerdistas americanos. Clinton contra-atacou de forma eficiente, insistindo no caráter privado de seu erro – abrindo caminho para uma clara distinção entre o campo da política e a conduta pessoal – e formulando um grande projeto de ampliação dos programas sociais, em especial da previdência. (v. [Consenso de Washington & Estado do Bem-Estar Social](#)) Assim, pôde o presidente apresentar os seus opositores como reacionários empedernidos que na verdade visavam atingir os programas públicos dirigidos aos velhos e jovens. A atuação de sua esposa Hillary foi fundamental para garantir a sua precária credibilidade, assim como a atuação de sua advogada (*estigma* duplo na cena política: mulher e negra) ao lado de um notável advogado paralítico (Charles Ruff), destacando nitidamente os campos políticos em conflito. (v. [Democracia & Conservadorismo](#))

O clima de caça às bruxas instala-se rapidamente no Congresso norte-americano, com investigações sobre a conduta pessoal de inúmeros parlamentares, numa invasão indevida da vida privada e a imposição de um clima de falso puritanismo. (v. [Hollywood e o Macartismo](#)) A primeira vítima (e na verdade única) é abatida no campo da própria direita: o deputado Bob Levingston, presidente da Câmara dos Deputados, é levado à renúncia após confirmar inúmeros casos de adultério. Uma forte indignação sacode o Congresso e a opinião pública face às “forças irracionais e perigosas” (John Kerry) desencadeadas a partir da denúncia contra Clinton. O prosseguimento do julgamento político do presidente, imposto pela maioria republicana no Congresso, explicitava – contra a maioria da opinião pública – uma desforra das minorias conservadoras contra os movimentos de reforma social atuantes nos Estados Unidos desde os anos de 1960. Assim, Bill & Hillary simbolizavam “...os produtos rematados da década de 1960, dominados pelo [liberalismo](#) (progressismo nos EUA), pela desobediência civil, pelo desrespeito às leis, pela decadência do patriotismo, pelo uso recreativo de drogas, pela promiscuidade sexual e por uma excessiva satisfação dos próprios desejos” (M. Parrish, Los Angeles Times, 17.01.98). (v. [Homossexualidade e Revolta](#)) O fato de Clinton ter feito uso de maconha, ter se recusado a lutar no Vietnã, garantido direitos para os gays, mantido uma lésbica no gabinete e o fato de Hillary ter assumido uma atuante postura feminista contribuiriam para formar um quadro (falseado) de que os “barbudos” de 1968 estavam no poder. (v. [Baderna & Feminismo](#)) É contra 1968 que se arma o julgamento de Washington contra o presidente. A figura chave na oposição é Kenneth Starr, que confessa o seu grande prazer de rodar de carro com a esposa cantando hinos religiosos. O promotor especial e seus amigos da *Maioria Moral* e da *Coalizão Cristã* acreditavam que impedir a presidência de Clinton seria extirpar a década de 1960 da [história](#) americana. Não estavam conformados com o fim do consenso liberal que imperara na América entre a presidência Franklin Roosevelt e Richard Nixon, baseado em programas sociais, aumento dos gastos com o complexo industrial-militar e a dominância WASP (*white, anglo-saxon and protestant*). (v. [Burocracia](#)) O consenso garantiria o controle sobre as forças ditas esquerdistas tanto nos Estados Unidos quanto em todo o mundo, na certeza de que o governo dos Estados Unidos era a manifestação clara de uma missão cristã. (v. [Doutrina da Segurança Nacional](#)) O choque e o trauma decorrentes da renúncia de Nixon e da constatação do baixíssimo nível moral da política americana (Watergate, Vietnã, Papéis da CIA, Intervenção no Chile) necessitavam de uma ação exorcizante, capaz de restabelecer a presidência como um norte moral. (v. [Operação Condor e Memória](#)) Assim, Clinton acaba por personificar uma geração inteira, embora as suas credenciais para tanto sejam particularmente insuficientes. Mesmo assim, a maioria dos americanos ficou mais assustada com a desenvoltura de Starr “em abrir o armário sexual de Clinton” do que com as mentiras de Clinton. Desde o Relatório Kinsey de 1948 sobre a vida sexual do americano, via-se com clareza uma evolução liberal, acentuada nos anos de 1960 e confirmada com o advento de meios anticoncepcionais. A maioria acabou por considerar compreensível mentir sobre sua vida sexual, em vez de se ver obrigado a expô-la publicamente. Enquanto isso, os métodos de Starr foram considerados autoritários, excessivos e capaz de impor à América uma nova “idade das trevas”. Em fim, a vitória de Clinton e o rápido ocaso de seus oponentes representaram a vitória de um conceito de diferenciação entre conduta política e conduta pessoal, relegando esta última para o domínio privado. A opinião pública americana, contudo, não perdoou Clinton em um ponto: a deslealdade pessoal com a esposa. (v. [Família](#), [Casamento](#) & [Masculino/Feminino](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

MOSCA, Gaetano (1858-1943). Jurista e político italiano que se notabilizou nas Ciências Sociais por sua doutrina da classe [política](#) dirigente. Tal como expressa em seu livro mais conhecido, *Elementi di scienza politica* – traduzido para o inglês como *The ruling class* –, a doutrina era apresentada como uma visão nova dos sistemas políticos e, mais do que isso, como formulação de uma lei sociológica inexorável. Segundo ela, havia em todos os organismos políticos, independente de tempo ou lugar, mesmo nos que se apresentavam como igualitários, duas classes de pessoas: uma menos e outra mais numerosa, uma dirigente e a outra dirigida. O que distinguia a minoria da maioria, conferindo-lhe o poder de dirigir era inicialmente a organização. Organizada, coordenada, ela se impunha a uma maioria atomizada, desarticulada. A minoria também se destacava por possuir algum atributo, alguma qualidade altamente valorizada em termos sociais, como a força física, o contato direto com divindades, o saber, a riqueza e assim por diante. (v. [Burocracia](#)) Articulado a estes, outro importante elemento de diferenciação e acesso à classe dirigente era a hereditariedade. Ainda que fosse esta primordialmente associada aos sistemas de castas, onde o único critério de acesso era o do nascimento, era preciso notar, observava Mosca, que todas as classes dirigentes, inclusive as ditas democráticas, tendiam a tornar-se hereditárias. (v. [Liberalismo & Tradição](#)) Isto se dava, quando menos, porque a própria proximidade e a familiaridade com as funções de direção conformavam nos descendentes daquela classe uma maior competência, uma maior aptidão para exercê-las. A questão da hereditariedade conduzia a uma outra, igualmente fundamental, que era a da estabilidade e permanência da classe dirigente. Para dela dar conta, Mosca forjou a noção de fórmula política, que era o próprio princípio de legitimidade do poder. Nenhuma classe dirigente se sustentava somente na base da força, devendo escorar-se em algum princípio legal, moral ou religioso. (v. [Autoridade](#)) Um exemplo era a idéia de soberania popular – que informava as democracias e se materializava no sufrágio universal –, através da qual uma minoria eleita legitimava o seu governo e mantinha-se no poder. (v. [Sociedade Civil](#))

Mosca procurava mostrar que o fato de participar de eleições, por mais amplas que fossem as franquias, não significava que o povo efetivamente dirigia seu governo, ou até mesmo que escolhia seus governantes. (v. [Oposição/Situação](#)) Não era o eleitor que, livremente, escolhia o seu representante. Ele optava sempre a partir de um conjunto que lhe era dado de candidatos promovidos por grupos, por comitês, por minorias organizadas. (v. [Ideologia](#)) Deste modo, o representante é que se impunha. É certo, porém, que num quadro concorrencial, tendo-se que arrebatar votos, os candidatos eram obrigados a um esforço para obter a boa vontade dos eleitores, incorporando, assim, alguns de seus interesses e reivindicações. Mesmo que a [democracia](#), entendida enquanto igualdade entre os homens, soberania popular, governo da maioria, não pudesse se operar na prática, Mosca identificava na tendência democrática uma das formas de renovação da classe dirigente. Ela conformava uma classe dirigente aberta a elementos vindos de baixo, impedindo a sua ossificação, prevenindo-a da exaustão por meio da constante admissão de novos componentes, o que era fundamental para o progresso das sociedades. O seu contrário era a tendência aristocrática, na qual apenas um grupo fechado controlava o acesso a cargos e à administração do Estado. A tendência aristocrática predominaria, por exemplo, no sistema socialista. Ali o governo e a [economia](#) eram delegados às mesmas pessoas que, desta forma, acumulavam um enorme poder, tornando-se imunes a qualquer tipo de controle, ou o que Mosca chamava de defesa jurídica. (v. [Empresários](#)) Assim, por detrás de uma retórica igualitária, democrática, assistia-se à constituição de uma oligarquia mais poderosa e totalitária que jamais se havia tido notícia, o que se mostrava, na conclusão do autor, como um risco a ser firmemente evitado. (v. [Conservadorismo & Jacobinismo](#))

As teses de Mosca foram apropriadas por vertentes de pensamento que, na Itália das primeiras décadas do século XX, fizeram incidir uma forte crítica sobre o governo parlamentar, a

democracia e o socialismo. (v. [Anticomunismo & Fascismo](#)) Quando, porém, estas vertentes se tornaram politicamente dominantes, resultando na instituição do regime fascista, o autor assumiu uma postura de oposição, chegando mesmo a relativizar algumas de suas idéias iniciais. (v. [Historiografia do Fascismo](#)) Isto lhe valeu a exclusão da vida política e a limitação de suas atividades na Universidade de Roma, onde lecionava. (v. [MICHELS, Robert](#))

Mario Grynszpan

Referências Bibliográficas:

ALBERTONI, Ettore A. Doutrina da classe política e teoria das elites. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

BOBBIO, Norberto. On Mosca and Pareto. Genebra, Librairie Droz, 1972. (Travaux de Droit, d'Économie, de Sociologie et de Sciences Politiques, 91).

BOTTOMORE, T. B. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

GRYNSZPAN, Mario. "A teoria das elites e sua genealogia consagrada". RBIB, Rio de Janeiro, 1996(41): 35-83, 1º sem..

MOSCA, Gaetano. The ruling class. Nova York, McGraw-Hill, s.d.

MUSSOLINI, Benito. Figura emblemática da chamada extrema-direita, Mussolini conserva, junto com [Hitler](#), um lugar de primeira linha entre as lideranças direitistas. Isto não se deve apenas ao papel destacado que desempenhou como parceiro do nazismo na [política internacional](#) dos anos de '30 do século XX que desembocou na Segunda Guerra Mundial. (v. [Geopolítica](#)) Em sentido mais amplo, praticamente toda a sua atuação como líder fascista, englobando nela desde o agitador até o chefe de uma ditadura, apresenta uma contribuição apreciável para a articulação tanto teórica quanto prática das posturas de direita. (v. [Partido Político de Direita](#)) Nascido em 29 de julho de 1883 na Romagna, região italiana conhecida pelas seculares lutas sociais e políticas, o futuro *Duce* teve sua formação perpassada desde cedo por um clima de inconformismo e revolta latente, não muito diverso do que envolvia a imensa maioria de seus compatriotas. Tal clima deu o quadro de fundo da problemática situação política italiana após a unificação. O seu correspondente agravamento acompanhou as vicissitudes do país até a Primeira Guerra Mundial, chegando a um ponto crítico mais adiante com as grandes dificuldades do entre-guerras. (v. [Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas](#))

Mussolini começou sua militância política no socialismo, seguindo as opiniões de seu pai. Da sua juventude acidentada e errante – que incluiu uma estada na Suíça, com freqüentes perdas de emprego e dificuldades financeiras, a militância socialista, intensificada pelo seu temperamento rebelde e arredio a toda autoridade, perseguições e prisões –, Mussolini reuniu na experiência da agitação política, da liderança e do uso da oratória, assim como da sua carreira jornalística, elementos que se converteram mais tarde em trunfos para sua chegada ao poder. O seu discurso nos comícios e nos jornais, como em *La Lotta di Classe* e no *Avanti*, atacava a burguesia, a Igreja e toda forma de [autoridade](#) constituída, muitas vezes até seus próprios companheiros socialistas, tidos por pusilânimes. A monarquia recebia dele críticas freqüentes. Fazia denúncias contra o sistema parlamentar e as coligações eleitorais, pregando a ação revolucionária direta. (v. [Revolução & Arditi](#)) Porém, com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Mussolini contraria inesperadamente a posição pacifista dos seus camaradas socialistas para defender a participação italiana na luta. (v. [Imperialismo](#)) Rompendo com o partido, que logo o expulsará, sai da direção do *Avanti* e funda seu próprio jornal, *Il Popolo d'Italia*. Em 1915, a Itália entra na guerra e Mussolini vai ao *front*. A situação sócio-econômica alarmante do entre-guerras seria aproveitada por ele, quando retorna, para o sucesso de uma nova militância, agora à direita do espectro político. (v. [Fascismo: Movimento](#))

Em março de 1919, Mussolini funda em Milão o movimento fascista, que se torna partido em 1921. (v. [Partido Nacional Fascista Italiano](#)) Em outubro de 1922, acontece a marcha sobre Roma e forma o novo governo italiano. Encontrando uma fórmula de convivência, ou conivência, com a monarquia, os fascistas progressivamente montam um regime ditatorial a seu estilo, utilizando, solapando e depois extinguindo as instituições e as liberdades liberal-democráticas. (v. [Autoritarismo & Ditadura](#)) São suprimidos os partidos e jornais da oposição na Itália, estabelecendo-se o terror contra a oposição. (v. [Repressão e Violência & Tortura](#)) Mussolini torna-se chefe supremo do Estado, com o título de *Il Duce*. A caracterização que assumiu, fortemente propagandeada, de líder desprendido e carismático, enfatizando a paixão e a energia políticas do homem de ação, mostrava a influência conjugada de diversos pensamentos, associando modelos como o do super-homem nietzscheano, do líder maquiavélico e do homem providencial, representante dos anseios profundos de todo um povo. (v. [Futurismo & Guerra](#)) Diante da conjuntura mundial, tal tipo de liderança parecia-lhe necessária, desembaraçada da injunção dos debates parlamentares: “A responsabilidade tende a acentuar-se cada vez mais e a tomar forma humana visível na pessoa de um só homem, em lugar de dividir-se em [ideologias](#) nebulosas e vagas, evaporando-se nas assembléias de

parlamentos coletivos anônimos” (“A fascistização do mundo em 1934”, in *Aspectos da crise mundial*, pp. 230-31). (v. [L.U.C.E.](#) & [Toralitarismo](#))

Na formulação de suas concepções, o [fascismo](#) foi, no dizer de Leandro Konder, “buscar idéias no campo do [inimigo](#)” (*Introdução ao fascismo*, p.8). O próprio *Duce*, passando-se do socialismo para o campo da direita, certamente valeu-se de sua informação e experiência anteriores para contribuir com uma visão própria da teoria da luta de classes. ([Corporativismo: Teoria](#)) Para ele, Marx revelara um aspecto de ingenuidade em sua teoria, ao considerar que, na fase contemporânea da [história](#), a humanidade estava apta para dar fim à luta de classes e erigir o comunismo através da ação revolucionária do proletariado. (v. [Anticomunismo](#)) Divergindo destas considerações, para ele apocalípticas, Mussolini via a luta de classes como um aspecto permanente e insuperável da vida social. Diante disto, o que se poderia fazer era disciplinar esta realidade conflituosa. Para tanto, o único agente capaz de realizar tal tarefa seria uma elite de novo tipo, forte, decidida e disposta a tudo.(v. [Autarquia](#) & [Militarismo](#)) A liderança fascista credenciava-se para este papel. Aliás, é possível detectar a busca da conformação desta elite na criação do Grande Conselho Fascista e dos quadros dirigentes do Conselho Nacional das Corporações. O grande projeto de administrar os conflitos sociais em visível favorecimento à manutenção do poder econômico dos grandes industriais, comerciantes e dos senhores de terras traduziu-se na criação das corporações, elementos de controle estatal da economia, tal como o Grande Conselho e a Milícia de Segurança Nacional serviriam para o controle político do país. (v. [Estatismo](#) & [Sindicato](#)) Também no que tange à luta de classes, os teóricos socialistas teriam ignorado um aspecto que para Mussolini era até mais importante do que a luta entre burguesia e proletariado no interior das sociedades capitalistas como sistema: o aspecto da luta entre as nações proletárias e as nações capitalistas. Liga-se a este pensamento a caracterização de “mista” que o *Duce* fez da economia de seu país, recusando-lhe o nome de “capitalista” por acreditá-lo inadequado (*Discurso de Mussolini sobre la constitución de las corporaciones*, pp. 15-16). Neste desdobramento teórico, o conceito de “nação proletária”, aplicado por exemplo à Itália, mostrou-se um elemento habilmente articulado à busca de legitimação pela burguesia italiana de suas pretensões imperialistas frente às “nações capitalistas” que as contrariavam, Inglaterra e França. (v. [Chauvinismo](#)) O atendimento destas pretensões, sob a capa ideológica de cumprimento de uma vocação de grandeza nacional da Itália, conduziu a política externa de Mussolini, determinando uma postura de intervenção nos negócios europeus, a sua aliança com a Alemanha e as agressões visando a conquista de países vizinhos e territórios africanos. (v. [Império](#) & [Pacto Anti-Komintern](#))

Derrotado na Segunda Guerra Mundial, Mussolini é deposto pelo Grande Conselho e preso em 1943, mas é libertado pelos nazistas. Em 1945, Mussolini malogra em uma campanha para retomar o poder. Ele e alguns companheiros são aprisionados e posteriormente metralhados. (v. [Fascismo na Itália](#))

Sérgio Luiz Monteiro Mesquita

Referências Bibliográficas:

BIANCHI, Pietro. Mussolini. São Paulo, Melhoramentos, 1975.

DAUGUET-GÉRARD, Suzanne. Mussolini parle: des discours et des écrits de Benito Mussolini réunis et traduits en français par... Paris, Plon, 1928.

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro, Graal, 1991.

MUSSOLINI, Benito. Aspectos da crise mundial. Rio de Janeiro, Arturo Vecchi, 1934.

MUSSOLINI, Benito. Discurso de Mussolini sobre la constitución de las corporaciones (Asamblea del Consejo Nacional de las Corporaciones – 14 de noviembre 1933 – XII). Roma, Tip. de C. Colombo, 1933.

MUSSOLINI, Benito. Le fascisme, doctrine, institutions. Paris, Denoël et Steele, 1934.

MUSSOLINI, Benito. O pacto por quatro: discurso pronunciado no Senado do reino da Itália a 7 de junho, ano XI. Roma, Società Anonima Poligrafica Italiana, 1933.

PIGHETTI, Guido. Fascismo, sindacalismo, corporativismo: Esposizione ordinata e completa della dottrina fascista. Milano, Soc. An. Istituto Editoriale Scientifico, 1930.

N

NACIONALISMO. Constituiu um componente fundamental das [ideologias](#) de direita, estando presente nas doutrinas conservadoras germânicas, tais como aquelas de Treitschke, Gumplowickz e Gierke, nas anglo-saxãs – com prógonos como o inglês Chamberlain – e nas francesas representadas, entre outros, por [Gobineau](#) e [Maurras](#). (v. [Conservadorismo](#)) Ultrapassando as fronteiras dos países nas quais se originaram, as concepções informadoras dos nacionalismos de direita travestiram-se também em doutrinas imperialistas nos séculos XIX e XX, desabrochando com pujança com o [fascismo na Alemanha](#) e com o [fascismo na Itália](#). (v. [Reich](#) & [Império](#))

Os nacionalismos de direita assentavam-se no direito de a nação afirmar através do Estado os seus interesses de expansão, justificados pela superioridade racial ou cultural frente a outros povos, como os nazistas fizeram em relação aos eslavos ou como os povos europeus se comportaram frente aos povos africanos e asiáticos durante a expansão colonial. (v. [Imperialismo](#) & [Geopolítica](#)) Portadora, portanto, de uma missão civilizatória, a nação deveria gestar uma ordem social interna e externa que fosse adequada ao pleno desenvolvimento de sua suposta [natureza](#). (v. [Völkisch](#)) Glorificavam, desse modo, a desigualdade natural como lei superior da vida social, bem exemplificada no nacional-socialismo alemão pela apropriação distorcida dos seminais conceitos nietzschianos do “super-homem” e de uma “raça dos senhores”, utilizados na construção da superioridade da raça ariana da qual os alemães seriam ímpares representantes. (v. [Eugenia](#) & [Homossexualidade e Fascismo](#)) Embora os nacionalismos busquem a adesão ao seu ideário por vias românticas ou afetivas, os nacionalismos de direita exacerbaram essa tônica na medida em que constantemente criticavam o racionalismo de raiz iluminista. Partindo da idéia do [darwinismo social](#) de que só sobrevivem os mais fortes, muitos nacionalismos de direita inferiram que a grandeza nacional só se estabeleceria através da força e da violência. (v. [Repressão e Violência](#)) Essa faceta foi expressada, por exemplo, na doutrina do “espaço-vital” desenvolvido pelo nacional-socialismo alemão. (v. [Pangermanismo](#)) As [alteridades](#) em relação à nação foram freqüentemente tratadas como ameaçadoras ou inferiores, devendo ser submetidas ou eliminadas. (v. [Leis de Nuremberg](#) & [Operação Eutanásia](#)) Aos dominados, cabia a submissão e, paradoxalmente, a gratidão por lhes permitirem sobreviver e serem servos de povos tão superiores. (v. [Apartheid](#) & [Ocidente](#)) Daí, a apologia sacralizadora da [guerra](#) e de seu agente por excelência, o soldado, como guardião da nação, assim como a tendência de exaltação do [autoritarismo](#) na medida em que a força erigia-se em direito. (v. [Ditadura e Violência](#))

Os nacionalismos de direita exerceram constantemente uma violenta, xenófoba e elitista exclusão do estrangeiro, do inferior, do mais fraco, assim como dos nacionais que não aceitavam o modelo de sociedade proposto ou que não se enquadravam dentro dos critérios definidores do nacional. (v. [Asilo](#) & [Campos de Concentração](#)) Exemplos desse aspecto são o anti-semitismo propalado pelo nazismo e o racismo anti-negro difundido na atuação colonialista. (v. [Judeu](#) & [Holocausto](#)) Esta exclusão esteve sutilmente presente mesmo em práticas assimilacionistas aparentemente mais democráticas ou integradoras, mas que, na verdade, pregaram a mestiçagem ou desvanecimento da cultura do outro para suavemente elidi-lo da paisagem social. (v. [Favela](#) & [Prussianismos Brasileiros](#)) Frequentemente, os nacionalismos de direita possuíam visões organicistas de sociedade, nas quais os interesses do corpo nacional não apenas eram considerados superiores aos direitos individuais, mas também podiam transgredi-los, já que seria uma falácia o *indivíduo* concebido pelo [liberalismo](#). O verdadeiro sujeito só se constituiria ou se realizaria plenamente dentro do corpo social delimitado pelos contornos do corpo nacional. (v. [Antigo Regime](#) & [Sociedade Integral](#)) A nação era geralmente vista como possuidora de uma vontade e de uma consciência próprias acima e independente da soma da vontade da maioria de seus membros, sendo interpretadas por um partido único ou por um líder carismático. Os dissensos eram vistos como agentes de

morbidade, fragmentadores e enfraquecedores do corpo nacional, daí se tentar calar ou eliminar toda e qualquer oposição. Dessa forma, os nacionalismos de direita bem se adequaram à sustentação da sociedade de classes, já que vêem a luta de classes como uma doença do corpo social condicionada pelo individualismo liberal e fomentada pelo socialismo. (v. [Anticomunismo](#)) A igualdade estava no fato de todos pertencerem à mesma nação, porém, dentro dela cada um possuiria um lugar específico, resguardando as diferenças das partes dentro do todo, ou seja, a identidade nacional deveria se colocar acima de qualquer outra. (v. [Tradição](#)) A nação, e não a classe, como pretendia o socialismo, traçaria o curso da [história](#) e portaria o progresso. Como extensão desta visão orgânica, os nacionalismos de direita geralmente enalteceram as assimetrias de gênero, colocando a mulher no papel de matriz e de educadora das crianças, assim como no papel de amparo dos idosos, exaltando o vigor da [juventude](#) e o domínio da beleza viril do macho sobre a [família](#) e a sociedade. (v. [Masculino/Feminino](#))

Silvio de Almeida Carvalho Filho

Referências Bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo, Ática, 1989.
GELLNER, Ernest. Nações e Nacionalismo. Lisboa, Gradiva, 1993.
GUIBERNEAU, Maria Montserrat. Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
HOBSBAWM, Eric J.. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
SMITH, Anthony D. A Identidade Nacional. Lisboa, Gradiva, 1997.

NACIONAL-POPULISMO. O nacional-populismo vigorou no Brasil entre o início da década de 1930, quando Getúlio Vargas tornou-se presidente da república, e meados da década de 1960, quando foi deposto o presidente João Goulart (1964). No decorrer desse período, o nacional-populismo passou por duas fases distintas: uma autoritária, constituída ao longo dos anos de 1930 e início da década de 1940, e outra democrática, que vigorou de 1945 – quando do fim do [Estado Novo no Brasil](#) – até 1964, quando ocorreu a implantação do regime autoritário militar. (v. [Ditadura](#)) As bases do [populismo](#) foram constituídas, portanto, no primeiro governo Vargas e consolidaram-se ao mesmo tempo em que se modificavam e atualizavam ao longo das diferentes conjunturas por que passou o país naqueles anos. Na verdade, as modificações no referido regime foram decorrentes da pressão dos setores populares que postulavam por uma maior democratização do populismo, além da adoção de reformas sociais profundas pelos governantes vinculados à prática populista. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) Ao potencial reformismo do regime, que ameaçava se concretizar em decorrência das pressões populares, foi articulada uma profunda reação, o anti-populismo, que pode ser identificada como de direita. (v. [LACERDA, Carlos](#))

O conceito de nacional-populismo contém em si uma relativa imprecisão, decorrente da própria ambigüidade do regime que simultaneamente se propunha a incorporar e a controlar a participação dos trabalhadores e dos setores populares na vida pública nacional. (v. [Autarquia & Governabilidade](#)) A ambigüidade do regime, por sua vez, proporcionou que gradativamente o espaço de participação autônoma da [sociedade civil](#) se ampliasse. Dessa forma, a capacidade de controle do regime sobre a população foi perdendo força. (v. [Sindicato](#)) Tal fato levou autores como Weffort a considerar o nacional-populismo como uma estrada de mão dupla, como uma prática ambígua, que não propiciava segurança tanto aos setores conservadores quanto aos segmentos de direita da sociedade brasileira. (v. [Elites Empresariais](#)) No Brasil, bem como nas demais experiências latino-americanas, o populismo teve um marcante caráter urbano, podendo ser identificado como instrumento de modernização e industrialização. (v. [Justicialismo](#)) A sua implementação, de acordo com Dulci, corresponde à conjuntura pela qual passou o país: de transição de uma economia predominantemente agroexportadora para urbano-industrializada. Dentre as principais características desse regime de transição voltado para a modernização, destacam-se: a supervalorização da idéia de nação, um forte [estatismo](#), a emergência de líderes carismáticos, o pacto ou coligação de segmentos sociais diversificados em torno do projeto de modernização nacional, o superdimensionamento da idéia de “povo”, a identificação do povo com a nação, a transferência de conflitos para a órbita externa (anti-colonialismo, antiimperialismo, [anticomunismo](#)) e a mobilização – mas não organizada dos setores populares. (v. [Neocolonialismo](#)) Todavia, essa última característica foi perdendo consistência e, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, a população mobilizada apresentava uma potencial organização com autonomia. (v. [Legislação Trabalhista no Brasil](#))

Ao populismo e ao seu potencial reformismo, contrapôs-se desde o início dos anos de 1940 uma forte oposição sustentada por setores políticos e por segmentos sociais portadores de um projeto para a nação diferente do implementado pelo nacional-populismo. Um projeto anti-estatista de cunho liberal, mas simultaneamente intervencionista, que não hesitou em usar de inúmeros recursos para aceitar a “prática populista” da vida [política](#) brasileira. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) Para Dulci, a proposta anti-populista deve ser examinada “...sob dois ângulos específicos, se bem que interrelacionados: como projeto político institucional e como projeto de desenvolvimento”. (v. [Conservadorismo](#)) A sua formulação refere-se a duas conjunturas nas quais buscou se implementar: uma, de curta duração, relacionada à queda do Estado Novo, quando demarcou posição através de um discurso liberal, antifascista; e outra, mais prolongada no tempo, que consumiu grande parte dos anos de 1940, 1950 e o início dos anos de 1960, conjuntura marcada por uma posição

anti-esquerdista e anti-estatista. Dessa forma, o anti-populismo no Brasil incorporou os seguintes elementos: anti-estatismo, privatismo na [economia](#) e [liberalismo](#) na política; moralismo, através da defesa das “virtudes” da probidade e da integridade; forte elitismo político-social; [ideologia](#) tecnocrática, através do combate à interferência política nas instâncias decisórias; associação com o capital externo para se alcançar a meta do desenvolvimento econômico; e a crítica à “demagogia” tanto das lideranças quanto do próprio projeto populista. Além disso, o final dos anos de 1950 também se caracterizou por um discurso radicalmente anti-reformista e anticomunista. Os setores políticos, sociais e econômicos – que podem ser considerados anti-populistas por terem defendido e divulgado idéias e implementado práticas consoantes com as características acima relacionadas – foram os seguintes: classe média tradicional; segmentos das forças armadas e da tecno-burocracia; políticos da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Republicano (PR); proprietários rurais, burguesia financeira e industrial; representantes do capital internacional que investiam no Brasil e segmentos da Igreja Católica. O anti-populismo articulou-se de forma muito eficaz. Em 1964, interrompeu a experiência nacional-populista e, por consequência, o projeto reformista por ela gerado. (v. [Autoritarismo](#) & [Baderna](#))

Lucília de Almeida Neves

Referências Bibliográficas:

- DREIFFUS, René Armand. 1964: a Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DULCI, Otávio. A UDN e Anti-populismo no Brasil. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1986.
- GOMES, Angela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In TEMPO/Universidade Federal Fluminense. Departamento de História – vol. 1, nº2, dez 1996. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- IANNI, Otávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

NACIONAL-SINDICALISMO. Em Fevereiro de 1932, um grupo de estudantes fascistas criou em Lisboa um jornal acadêmico, *A Revolução*. Quase todo o grupo fundador pertencia ao setor estudantil do Integralismo Lusitano (IL), movimento monárquico de direita radical fundado nos anos de 1910 sob inspiração da *Action Française*. Meses mais tarde, o grupo decidiu convidar para seu diretor [Francisco Rolão Preto](#), o membro da Junta Central do IL que se encontrava mais próximo do ideal fascista que todos professavam. Lançado no verão desse ano, o Movimento Nacional-Sindicalista rapidamente se organizou em escala nacional sob a chefia carismática de Francisco Rolão Preto. O nacional-sindicalismo, expressão do [fascismo](#) enquanto movimento em Portugal, foi um fenômeno político tardio. Fundado em 1932, em plena transição para um regime autoritário, ele representa o último combate de uma “[família política](#)” que desempenhou um papel importante no processo de crise e de derrubada do [liberalismo](#) português, mas que foi secundarizada na edificação de uma alternativa ditatorial estável no início dos anos de 1930. Enquanto [partido político de direita](#), o nacional-socialismo foi o ponto tardio de unificação de uma corrente fascista constituída a partir da ampla mas dividida família da direita radical portuguesa do pós-guerra. Nele desembocaram as franjas mais radicais de partidos anteriores e grupos ideológicos de pressão criados durante os últimos tempos da República parlamentar (1910-1926) e da [Ditadura Militar](#) de 1926. Num curto espaço de tempo, edificaram uma organização, constituíram um núcleo não desprezível no Exército, manobram diversas tentativas golpistas contra Salazar, até serem ilegalizados (1934) e verem os seus dirigentes expulsos do país. (v. [Política](#))

No campo ideológico e político, o nacional-sindicalismo entrou em tensão crescente com as instituições do [Salazarismo](#), foram críticos violentos do partido único (a União Nacional) – que consideravam pouco dinâmico e conservador –, do sistema corporativo – que consideravam um compromisso com o [catolicismo social](#) – e do próprio Salazar, que recusava a introdução de um modelo mais carismático e milicial para o [Estado Novo em Portugal](#). (v. [Militarismo](#)) Os nacional-sindicalistas fizeram a propaganda do fascismo alemão, muito embora tivessem maior afinidade ideológica com o fascismo italiano e as JONS espanholas. (v. [Falange](#)) A sua imprensa acompanhou com entusiasmo a criação da Legião do Trabalho (chegando [Severino Sombra](#) a participar de comícios em Portugal) e também da Ação Integralista Brasileira. (v. [Estado Novo no Brasil](#)) Os dirigentes do nacional-sindicalismo eram na sua maioria jovens estudantes, elementos das profissões liberais e oficiais de baixa patente. (v. [Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas](#)) A organização contou com delegações nas principais cidades de Portugal e possuiu uma rede de imprensa regional importante. No início de 1933, o movimento desencadeou uma campanha de propaganda, com comícios por todo o país que tiveram a presença de Rolão Preto. As críticas ao governo da ditadura cresceram e Salazar iniciou o silenciamento da imprensa nacional-sindicalista através da censura, ao mesmo tempo que tentava cindir o movimento. (v. [Autoritarismo](#)) No final desse ano, na sequência de um congresso onde a maioria ficou com Rolão Preto, desencadeou-se uma cisão pró-salazarista que aderiu às instituições do Estado Novo. Alguns dos fundadores do nacional-sindicalismo participaram de uma tentativa de golpe de Estado contra Salazar em 1935 e passariam à oposição, nunca aderindo ao regime – caso de Rolão Preto e alguns outros. (v. [Oposição/Situação](#)) Os restantes iriam aderir ao Estado Novo na segunda metade dos anos de 1930. (v. [Conservadorismo](#) & [Populismo](#))

António Costa Pinto

Referências Bibliográficas:

MEDINA, João. Salazar e os Fascistas. Lisboa, Bertrand, 1977.

PINTO, Antonio Costa. Os Camisas Azuis: Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

NATUREZA. Para o pensamento de direita, trata-se de um recurso metafórico pelo qual se explicam os fatos sociais por processos que situam-se fora do social. (v. [Tradição](#)) Em acordo com a “natureza das coisas”, a desigualdade social é assim explicada e justificada. Se existe uma ordem natural identificável fora da sociedade, espera-se que os homens colham na natureza os princípios de uma moral e de uma [política](#). (v. [Masculino/Feminino](#)) A naturalização da [História](#) apontara também os limites do possível para a construção social do Homem. “A igualdade dos indivíduos é uma impossibilidade natural”, afirma R. Ardrey (apud DE BENOIST, p. 156), pois se os homens são desiguais por natureza, a sociedade de iguais é uma utopia irrealizável. (v. [GOBINEAU, Joseph Arthur de](#) & [MAURRAS, Charles](#)) Para encontrar os fundamentos da natureza desigual dos homens, considerar-se-á que as sociedades humanas partilham com as comunidades animais os mesmos instintos inatos de territorialidade, agressividade e dominação. (v. [Sociobiologia](#)) Uma “lei natural” aplica-se, assim, aos sistemas vivos em sua totalidade: tendo por base a suposta desigual repartição de aptidões, estabelecem-se hierarquias e dá-se vazão ao instinto de dominação sobre os semelhantes. (v. [Guerra](#) & [Imperialismo](#)) Um processo de “culturalização da natureza” explica a descrição das comunidades animais como competitivas e reguladoras pela sobrevivência dos mais aptos, como o fez Spencer por analogia aos princípios que ordenaram a própria sociedade capitalista do século XIX. (v. [Darwinismo: Teoria](#)) Um processo inverso e complementar de “naturalização da cultura” procura explicar a sociedade capitalista como naturalmente desigual, expressão lógica da sobrevivência dos biologicamente mais competitivos ou geneticamente mais aptos. (v. [Darwinismo Social](#)) Uma “biopolítica científica” considera, por sua vez, que o [comportamento](#) político do homem tem suas raízes na própria configuração biológica da espécie. (v. [Homossexualidade e Política](#)) O seu projeto é, pois, o de reestruturar o Estado e reordenar a sociedade a partir das aquisições de uma psicobiologia do comportamento político. Espera-se, assim, poder legitimar a ordem política a partir dos princípios científicos e objetivos da genética. Ao final do século XIX, Francis Galton e C.B. Davenport lançaram as bases do movimento de [eugenia](#) que resultou no racismo científico que classifica os homens em grupos genéticos superiores e inferiores. Associando à antropologia física caracteres culturais que consideram inatos, os eugenistas justificaram políticas contrárias à miscigenação e à imigração. Propostas de “eugenia positiva” pretendiam encorajar a reprodução dos “racialmente superiores” e propostas de “eugenia negativa” pretendiam prevenir o crescimento populacional dos “racialmente menos adaptados” através da segregação, da esterilização, da restrição aos casamentos inter-raciais e à imigração. O lançamento do livro “The Bell Curve” em 1994 nos EUA recolocou no espaço público a idéia de que a estratificação da sociedade exprime a estratificação cognitiva dos indivíduos. A inteligência – quantitativamente apreendida por um coeficiente mensural – seria desigualmente distribuída entre as raças. Abriu-se, assim, uma ofensiva contra as conquistas alcançadas pelo movimento negro norte-americano a partir das lutas desencadeadas nos anos de 1960 e consubstanciadas na chamada “ação afirmativa”, que propugna a destinação de recursos políticos e financeiros específicos para a redução das desigualdades sociais associadas à critérios raciais (KINCHELOE, p. 23) visto que, para os eugenistas, haveria mesmo uma “natureza étnica” a proteger contra a “poluição psíquica que degrada todas as crenças, todas as venerações”(DE BENOIST, p. 321). (v. [Neo-racismo Diferencialista](#) & [Nova Direita nos Estados Unidos](#))

A naturalização dos traços culturais da germanidade constituíra já um esforço obsessivo da propaganda ideológica nazista em seu projeto de preservar a “natureza racial ariana”. (v. [Leis de Nuremberg](#)) Uma ecologia nazista incorporara tradições do pensamento conservador romântico alemão: hostil ao capitalismo industrial e à vida metropolitana. (v. [Fascismo](#) & [Nouvelle Droite](#)) Os germanos eram apresentados como “filhos da natureza” e a pátria alemã como uma topografia física com tradições e linguagens enraizadas em seu solo. (v.

[Chauvinismo](#) & [Völkisch](#)) A natureza consistia, assim, naquilo que não fora desnaturado – uma raça biologicamente pura e tão natural para o seu solo quanto as árvores. (v. [Conservadorismo](#)) E para preservar tal natureza seria preciso excluir os estrangeiros do lugar, da comunidade, da Nação. (v. [Nacionalismo](#)) Com essa concepção de uma natureza inerente ao sangue alemão, a ecologia nazista transformou o racismo científico em um racismo politicamente institucionalizado, e o ódio ao Outro em uma prática naturalizada. (v. [Alteridade](#) & [Europa](#))

Henri Acselrad

Referências Bibliográficas:

- BRAMWELL, A.. Ecology in the 20th Century - A History. New Haven and London, Yale University Press, 1989.
- DE BENOIST, A.. Nova Direita, Nova Cultura - Antologia Crítica das Idéias Contemporâneas. Lisboa, Ed. Afrodite, 1981. (tradução portuguesa de *Vu de Droite*, sob a responsabilidade de Fernando Ribeiro de Mello).
- KINCHELOE, J. L.; STEINBERG, S. R.; GRESSON, A. D.. Measured Lies: The Bell Curve Examined. New York, St. Martin's Press, 1996.

NEOCOLONIALISMO. A expressão neocolonialismo passou a ser empregada a partir dos anos de 1950 como parte da descolonização afro-asiática e refere-se à manutenção de vínculos informais de dominação econômica, política, cultural e diplomático-militar. Em Bandung, o Presidente Sukarno referiu-se aos “novos moldes de colonialismo, na forma de controle intelectual, econômico e até mesmo físico por uma comunidade estrangeira”. (v. [Ocidente](#)) O processo de emancipação do mundo colonial ocorreu em três grandes ondas: a primeira delas teve lugar logo após à guerra na Ásia Oriental e Meridional (onde se deu a luta contra o Japão e o maior enfraquecimento do colonialismo europeu) e foi marcada por guerras e revoluções, adquirindo um conteúdo socialista (China, Coreia e Vietnã) ou fortemente nacionalista (Índia e Indonésia); a segunda ocorreu na década de 1950 no mundo árabe (Magreb-Machrek), com base no [nacionalismo](#) de perfil reformista (Egito, Iraque e Argélia); a terceira teve lugar na África Negra (ou subsaariana) na passagem para os anos de 1960 e foi grandemente controlada pelas ex-metrópoles européias, adquirindo fortes contornos neocoloniais. (v. [Império](#))

A via neocolonial afirmou-se a partir de vários fatores. Os EUA trataram de iniciar um processo de descolonização deste tipo concedendo a independência formal às Filipinas através da transferência do poder a uma elite que lhe fosse leal (“burguesia compradora”). Os europeus tentaram inicialmente impedir a ascensão à independência de seus domínios, mas sofreram derrotas, como a França na Indochina e Argélia e a Holanda na Indonésia. A Inglaterra, baseada na prévia experiência do *self-governement*, adotou uma atitude mais flexível. Uma vez reconstruída a [Europa](#) e tirados os devidos ensinamentos dos primeiros erros, além do fracasso anglo-francês em Suez em 1956, as antigas metrópoles resolveram antecipar-se aos acontecimentos, promovendo uma descolonização controlada que permitisse a manutenção de sua influência. Este foi o caso particularmente da África subsaariana. Antes que a consciência popular e o movimento independentista amadurecessem plenamente, a Inglaterra e a França articularam transições controladas, em aliança com as elites locais. Estudantes oriundos destes grupos foram enviados para estudos superiores nas Universidades metropolitanas, a administração foi paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos europeus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma burguesia e [burocracia](#) nativas previamente cooptadas. (v. [Guerra Fria](#))

A maioria dos países francófonos manteve vínculos com a ex-metrópole através da Comunidade Francesa de Nações, e os anglófonos com a *Commonwealth* britânica. Quase todos assinavam acordos bilaterais com a antiga metrópole colonial ou com os Estados Unidos, abrangendo várias áreas de cooperação. No campo militar, efetivava-se através da venda de armas, treinamento de oficiais, presença de assessores e missões e, às vezes, de bases militares. (v. [Operação Condor](#), [Ditadura](#) & [Segurança Nacional](#)) No plano educacional-cultural, o intercâmbio fazia com que até cartilhas de alfabetização viessem da Europa, onde também estudavam os filhos das elites africanas. Quanto à [economia](#), não só a dependência externa enquanto países exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas implicava a manutenção de vínculos de subordinação, agora modernizados, como no plano interno permaneciam quase inalterados os sistemas de produção e preservavam-se os interesses estrangeiros. A carência tecnológica e a falta de técnicos conferiam um caráter estrutural a esta subordinação. No tocante à diplomacia, a maioria das jovens nações africanas tinha pouca margem de manobra devido à falta de recursos e à dependência externa. Também constituem instrumentos de dominação neocolonial os programas de “ajuda externa”, a ação de certas Organizações Não-Governamentais e os programas de ajuste econômico do FMI e do Banco Mundial. O neocolonialismo garantiu a manutenção dos interesses político-econômicos metropolitanos durante o declínio do colonialismo tradicional. Se é verdade, por um lado, que ele representa um resultado mais ou menos inevitável da assimetria existente entre as economias avançadas e as em desenvolvimento, por outro é preciso considerar que as elites

locais também fomentam tal tipo de relação como condição necessária para a manutenção de seu poder. Um dos exemplos mais trágicos deste fenômeno fora representado por Mobuto no antigo Zaire. (v. [Ideologia](#) & [Imperialismo](#))

Paulo Fagundes Vizentini

Referências Bibliográficas:

FERRO, Marc. Historia das Colonizações: da conquista às independências. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HUNTINGTON, Samuel. O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997.

MADRIDEJOS, Mateo. Colonialismo e neocolonialismo. Rio de Janeiro, Salvat, 1979.

N'KRUMAH, Kwame. Neocolonialismo, último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

RANGEL, Carlos. O Ocidente e o Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1984.

SANTIAGO, Theo (Org.). Descolonização. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

(Ver também bibliografia sobre Imperialismo).

NEOFASCISMO NA ALEMANHA. De acordo com as fontes oficiais alemãs, existiriam no país cerca de 80 grupos, reunindo aproximadamente 68 mil pessoas, que poderiam ser classificados como “fascistas”. O mais importante grupo seria o Partido Republicano, os denominados “*reps*”, liderado por Franz Schomhuber, com sete deputados no *Bundestag*, ultrapassando com seus 7.5% de votos a marca do Partido Liberal (*Freidemokratische Partei*), membro da coligação governamental. Porém, o grande problema dos fascistas alemães, ao contrário dos italianos, é ausência de uma unidade organizativa. Os “*reps*” são desafiados em sua liderança pelo NPD (*Nationaldemokratische Partei Deutschland*) de Stuttgart, com seus 5.000 filiados, e ambos são desafiados pelo DVU (*Deutschevolks Union*), com membros espalhados por todo o país – algo em torno de 30 mil associados. A DVU, União Popular Alemã, é dirigida por Gerhard Frey, 61 anos, um dos homens mais ricos da Alemanha e um dos financiadores do Partido Liberal Democrático russo de Wladimir Jirinowski. (v. [Neofascismo na Rússia](#)) Frey é também o proprietário do jornal de extrema-direita *Deutsche National Zeitung* e é reconhecido por sua capacidade de fazer bons negócios: “filho de um pequeno comerciante do Palatinado (região renana), começou com pequenas publicações de extrema-direita. Hoje tem vários jornais e editoras, além de inúmeros imóveis valiosos em toda a Alemanha. Só em Berlin tem 20 prédios de apartamentos”. O NPD, liderado por Günter Deckert, 60 anos (em 2000), notabilizou-se em 1994 por promover com grande estardalhaço o processo de revisão histórica do [fascismo](#) alemão. (v. [Revisionismo/Negacionismo](#)) Assim, através de convites a “historiadores” dedicados ao tema, como David Irving e Fred Leuchter, procurou mostrar que o [Holocausto](#) não passava de uma invenção da imprensa mundial, dominada pelos [judeus](#). O povo alemão não deveria, desta forma, envergonhar-se de seu passado recente ou pedir desculpas por fatos decorrentes da [guerra](#). Deckert cita o extermínio dos índios por portugueses e espanhóis ou de palestinos por judeus como crimes muito mais graves. Na verdade, o objetivo de Deckert, como das demais lideranças fascistas, é afastar da imagem da guerra (passível, inclusive, de um tratamento heróico) a sombra do Holocausto, passando a limpo a [história](#) recente alemã. Livre do massacre odioso de civis, a atuação nazista na guerra inscrever-se-ia na crônica mundial da violência militar, sem qualquer especificidade. (v. [Historiografia do Fascismo](#)) A oposição antifascista alemã denunciou Deckert por propaganda fascista (constitucionalmente vedada) e incentivo ao ódio racial. (v. [Neo-racismo Diferencialista](#)) Surpreendentemente, a Corte de Justiça de Mannheim, importante centro industrial no Baden-Württemberg, não julgou como crime as seguidas afirmações de Deckert contra os judeus e, mesmo em face do clima de ódio racial e de atentados fascistas, considerou em agosto de 1994 que negar o Holocausto e denunciá-lo como propaganda judaica não constitui crime, não sendo, portanto, punível por lei. (v. [Democracia](#)) Já o depoimento do muniquense Ewald Althans (nascido em 1973) no filme de Bonengel rodado em pleno campo de Auschwitz (*Beruf Neonazi*, 1993) nega o uso e a finalidade dos campos de extermínio.

A proposta de Althans é talvez o melhor retrato do momento vivido pelo fascismo alemão. Althans reclama para si o êxito em ter unificado quase três dezenas de movimentos autônomos existentes antes de 1989 e alerta, com dureza e sem meias palavras, as demais organizações: *o momento da unidade é chegado e aqueles que quiserem um futuro para a Alemanha deverão aceitar agora uma liderança única visto que doravante serão considerados inimigos*. Fica evidente pelo depoimento *come out* de Althans a extrema necessidade de superar a fase inicial do movimento – secreta e conspiratória – e como as inúmeras organizações ainda não entenderam ou sentiram condições de assumir a “nova etapa”. A busca da unidade é, ao lado da propaganda e da agitação, ainda conforme Althans, a tarefa mais imediata do movimento. Tal processo estaria sendo obstado, entretanto, por divergências que aparentemente sustentavam-se em vaidades pessoais dos diversos

nationaleführer, pouco inclinados a abrir mão, em favor do jovem Althans, das suas próprias organizações.

A atuação escandalosa de Günther Deckert com sua forte propaganda anti-semita, agora com um verdadeiro aval dado pela justiça para tal tipo de propaganda, alcançou tamanho grau de notabilidade que em pouco tempo promoveu um largo avanço em direção à unificação dos movimentos fascistas alemães, superando o jovem Ewald Althans. Assim, Deckert aparece com grande sucesso nas tentativas de unificação de diversos grupos fascistas, em evidente concorrência com as propostas de Althans, pregando a reunião de todas “as forças nacionais” (“*aller nationalen Kräfte*”), dirigindo-se particularmente aos grupos como *Wikingjugend* (Juventude Viking), *Deutsche Liga für Volk und Heimat* (Liga Alemã do Povo e da Nação) e *Deutschen Kulturgemeinschaft* (Comunidade Alemã Cultural), entre outros. Entretanto, uma questão de fundo divide os fascistas alemães, como de resto o conjunto do movimento internacional: os fascistas *históricos*, que guardam total lealdade ao fascismo histórico, opõem-se aos *modernos*, que consideram prejudicial o apego de tipo antiquário ao hitlerismo e ao mussolinismo. Não só na Alemanha mas também na Bélgica, Espanha e Itália, o movimento fascista parece profundamente dividido entre *históricos* e *modernos*. Os primeiros, a quem se aplicaria com plena aceitação o prefixo “neo” (fascista ou nazista), insistiriam na herança histórica de [Hitler](#) e [Mussolini](#) e em sua simbologia, como uniformes, bandeiras, emblemas e datas históricas; enquanto os segundos prefeririam as denominações de “nacional-socialistas”, “nacional-revolucionários” ou simplesmente “pós” (como Gian Franco Fini, que se define como “pós-fascista”), estando voltados para uma elaboração mais moderna do fascismo, pensado como uma “terceira via” (nem capitalismo, nem socialismo), com uma agenda moderna ligada a temas como a “Fortaleza [Europa](#)” ou a reconstrução do estado. (v. [Ocidente](#)) Ao mesmo tempo, a violência contra estrangeiros e judeus e atos de vandalismo aumentaram enormemente ao longo do período de 1990-1994. Enquanto em 1992 ocorreram 2.500 atentados de caráter xenófobo, em 1993 este número elevou-se para 6.000! Grande parte destes atos são creditados aos [Skinheads](#). O serviço secreto alemão calcula que existam cerca de 3000 *Skinheads* nos territórios da antiga Alemanha Oriental e cerca de 1.200 nos territórios ocidentais. O mais surpreendente e novo no caso é o reconhecimento de que em vários ataques, como em Rostock, houve “apoio da população local”, como admitiu o ministro do exterior Klaus Kinkel. (v. [Skinheads e Anomia](#)) A própria atuação do governo, coligação CDS/[UDC](#)/FDP, mostra-se dividida quanto às soluções possíveis, e as instituições, como o *Bundestag* (o parlamento) e os partidos políticos, estão também divididas. Nesta divisão e na atuação vacilante dos partidos no governo, mostra-se a perspicácia da atuação dos grupos fascistas, em particular ao colocarem em cheque do [conservadorismo](#) não-fascista. (v. [Nouvelle Droite](#)) O SPD, a Social-Democracia, exige do governo como política imediata a criação de uma força especial de reação rápida para conter a onda de violência e, ao mesmo tempo, a multiplicação de agentes de serviço social – *sozialhilfer* – para atuar junto aos jovens e desempregados, criando novos centros de convivência (evidentemente, a maioria do pessoal com tal qualificação é social-democrata). Por sua vez, a coligação UDC/[CSU](#) propõe uma união nacional em torno de sua proposta de reforma da constituição. Tratar-se-ia de limitar o direito de asilo – um dos mais amplos da Europa, ao menos teoricamente – eliminando, assim, uma das bandeiras básicas dos fascistas. Assim, em vez de limitar e controlar a violência racista, a coligação UDC/[CSU](#) propõe a eliminação da sua causa: a presença de estrangeiros. Logicamente, estava embutida na proposta governamental feita em 1992 uma concordância tácita com o diagnóstico fascista: o excesso de estrangeiros na Alemanha. Desta forma, os fascistas conseguiram deslocar mais para a direita os partidos conservadores, ao mesmo tempo que os fazia parecer “atrasados” e hipócritas, já que se dedicavam ao problema somente depois da *atuação patriótica* dos próprios fascistas. Nas eleições europeias de 1994, ano eleitoral também para os alemães, a derivação para a direita da coligação UDC/[CSU](#) avançou

um pouco mais quando decidiram incorporar em sua plataforma política o “combate à excessiva presença estrangeira”. Segundo o influente ministro das finanças do governo Helmut Kohl, Theo Waibel da CSU, a inclusão do *slogan* racista dever-se-ia à crescente pressão popular de forma que: “...se a CSU não responder aos medos do cidadão comum, charlatões da política assumirão este papel”. Assim, ao menos em dois vetores básicos, os fascistas parecem estar alcançando os seus objetivos: por um lado, a revisão pública dos temas básicos vinculados ao Holocausto e, por outro lado, o deslocamento eleitoral e, portanto, oportunista da direita não-fascista, que passa a oferecer uma face artificial. Entretanto, nada garante que o movimento fascista alemão no atual momento venha encontrar uma liderança moderna e dinâmica, como [Le Pen](#) ou Gian Franco Fini, e muito menos que Deckert, Althans, Frey ou Schonhuber venham a ser tal liderança. (v. [Ideologia](#)) A sociedade alemã, em seu conjunto, prossegue com uma forte rejeição às formas de ódio racial mais evidentes: após o assassinato de mulheres turcas em Möll, em outubro de 1992, uma gigantesca manifestação antifascista de 500.000 pessoas, marcada por forte clima de festa e solidariedade, ocupou por horas as ruas de Berlim. Mesmo a polícia alemã, em torno da qual criou-se uma verdadeira mística da repressão, apresenta claros sinais de recusa a qualquer simpatia com o fascismo. (v. [Repressão e Violência](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- CAMUS, J.-Y. Les extrémismes en Europe. Paris, CERA, 1999.
DAHL, Göran. Radical Conservatism and the Future of Politics. Londres, Sage, 1999.
LEE, Martin. The beast reawakens. Londres, Little, Brown and Cia, 1997.
MOREAU, Patrick. Les héritiers du III^e. Reich. Paris, Seuil, 1994.

NEOFASCISMO NA RÚSSIA. Poucas pessoas poderiam imaginar que em apenas dois anos após o fim da União Soviética em dezembro de 1991 e do surgimento da Federação Russa (ao lado dos demais estados “sucessores”) um partido de tipo fascista tornar-se-ia a principal força política no país: surge na cena política da ex-URSS o Partido Liberal Democrático (PLD) dirigido pelo russo cazaquistão Wladimir Jirinowsky (1946), advogado que alcançou exatos 23.5% dos votos para a Duma (o novo parlamento russo) – 1 em cada 5 votos – nas eleições de 12 de dezembro de 1993. Assim, o PLD surgia como a maior força política russa quando considerada isoladamente. O pretensamente poderoso Opção Russa, partido do então presidente Boris Yeltsin, com toda a ajuda possível do próprio governo, ficava atrás do PLD e do Partido Comunista, recém-saído da clandestinidade após os conflitos de outubro de 1993 e que alcançara uma honrosa terceira posição. A principal novidade no processo eleitoral russo, além do impacto sobre as instáveis estruturas políticas do país, reside largamente na própria personalidade de Jirinowsky: até a véspera das eleições, o homem forte do PLD era tomado dentro e fora da Federação Russa como uma espécie de piada e poucos, muito poucos, levavam a sério a possibilidade de que alcançasse uma boa performance. (v. [Enéas Ferreira Carneiro: Fenômeno Político](#)) Além disso, outro elemento aparece de forma perturbadora: a vitória do PLD consolida uma tendência iniciada em 1991: Jirinowsky recebeu 6,2 milhões de votos para a presidência da República da Federação Russa. A vitória nas eleições parlamentares surgem, então, como uma estação em direção às eleições presidenciais de 1996, desta vez, com uma poderosa estrutura financeira e organizativa por detrás. Em plena campanha eleitoral, Jirinowsky atacou com frases bombásticas [judeus](#) e americanos, acusando Yeltsin de ser dirigido por “Washington e Tel Aviv”. Da mesma forma, ameaçou uma [guerra](#) nuclear contra a nova Alemanha, exigiu a devolução (!) do Alasca e vislumbrou um bombardeio das cidades dos países membros da OTAN em defesa da Sérvia. (v. [IUGOSLÁVIA, A Crise da & Völkisch](#)) Não hesitou, malgrado as graves controvérsias sobre a sua própria origem, em culpar os judeus pelos males atuais e passados da Rússia. (v. [Inimigo](#)) Da mesma forma, a sua campanha caracterizou-se por violentos ataques contra a criminalidade, um fato novo do cotidiano russo, prometendo o uso de recursos drásticos para por fim ao banditismo organizado em cerca de 5000 quadrilhas: “...para combater o crime”, afirma Jirinowsky, “necessita-se de justiça sumária para os mafiosos. O que o exército precisa ... são conflitos armados dentro e fora do país”. (v. [Militarismo](#)) No entanto, Jirinowsky não está só em sua cruzada: inúmeros pequenos grupos de extrema-direita gravitam em torno do PLD. A Unidade Nacional de Alexander Barkashov, com oficialmente 1.500 membros, publica um jornal nitidamente fascista, *A Ordem Russa*, onde propõe uma revisão da [história](#) recente da Rússia. A guerra com os alemães no tempo da União Soviética, considerada a Grande Guerra Patriótica, é vista como fruto da intriga do sionismo mundial que lançou dois países irmãos em uma luta fratricida. (v. [Pacto Germano-Soviético & Pacto Anti-Komintern](#)) Da mesma forma, o longo período comunista é encarado como uma ditadura do “judaísmo bolchevista”. Por sua vez, o *Pamiat* (Memória, em russo) reúne um vasto grupo de tradicionalistas e conservadores apaixonados pela velha Santa Rússia, pela monarquia e pela Igreja Ortodoxa. (v. [Revolução Russa e Direita](#))

Constituído em 1985 como um grupo dedicado à história e tradições eslavas, o *Pamiat* evoluiu rapidamente em direção a uma postura política claramente de direita. (v. [Democracia & Tradição](#)) Se por enquanto é excessivo considerá-lo fascista, já podemos perceber, entretanto, uma nítida aproximação com PLD, impulsionada com grande interesse pelo próprio Jirinowsky. Também o seu líder, Dimitri Vassiliev, apoia uma revisão histórica dos fatos do passado recente e uma revalorização das estruturas tradicionais da velha Rússia, inclusive com o tradicional anti-semitismo russo. (v. [Historiografia do Fascismo](#)) No entanto, parece-nos evidente que a força dominante no cenário político russo de direita é o PLD. As ligações de Jirinowsky com o [fascismo](#) internacional são evidentes, como se assinala no caso

de Gerhard Frey da DVU (*Deutschevolks Union*). (v. [Neofascismo na Alemanha](#)) Grupos fascistas na Áustria, Hungria, além da Alemanha ajudaram-no financeiramente na campanha eleitoral e o próprio Jirinowsky dá, sempre que possível, provas de simpatia a [Jean-Marie Le Pen](#). (v. [Extrema-Direita na Áustria & Nouvelle Droite](#)) Mais importante do que as ligações financeiras são as ligações políticas entre o PLD e o fascismo alemão. A DVU seria responsável por fornecer meios e cursos de formação para os fascistas russos, com a troca freqüente de militantes entre os dois países. O *Deutsche Nazional Zeitung*, de extrema-direita, reproduziu declarações de Frey no sentido de que os fascistas russos “ainda não adotaram uma posição bastante ofensiva em relação aos comunistas”. (v. [Anticomunismo](#)) Ao contrário dos próprios alemães, faltaria aos russos “estruturas sólidas” e uma “clara visão de mundo fascista”. Os russos, depois de tanto tempo sob dominação comunista, teriam ainda, conforme a DVU, a necessidade de aprofundar e aclarar as suas posições, embora já sejam “os arianos do Leste”. (v. [Neo-racismo Diferencialista](#))

Entretanto, não parece tão absurda, como assinalam alguns pesquisadores, a possibilidade de um fascismo russo em curto espaço de tempo após o fim do domínio soviético. Não se trata aqui da pura e simples aplicação da tese do [totalitarismo](#), onde a forma sobrepõe-se ao conteúdo, como aparece em inúmeros trabalhos. Ernst Nolte, em instigante trabalho de 1966, já havia levantado as possibilidades de um fascismo na Rússia e de como a Revolução Bolchevique em 1917 havia obstado o desenvolvimento pleno das formas fascistas, embora estas já estivessem presentes em vários momentos entre 1914 e 1919, muito especialmente em torno dos temas básicos do pan-eslavismo. Da mesma forma, Wolfgang Leonhard advertia na década de 1970 a possibilidade do “desenvolvimento de um estado nacionalista e autoritário russo”, com uma crescente substituição do marxismo-leninismo por um [nacionalismo](#) russo e um [chauvinismo](#) de grande potência. (v. [Guerra Fria & Olimpíadas](#)) Para tanto, o PCUS seria paulatinamente afastado em favor dos quadros superiores das forças armadas, com uma notável militarização da política externa e dos quadros dirigentes (fenômeno observado ao longo da Guerra do Afeganistão), acompanhado de um renascimento do ensino cívico-militar, de uma tendência à recuperação de temas e rituais da Igreja Ortodoxa e de uma grande valorização dos temas históricos ligados à imagem da Santa Rússia. Da mesma forma, Zeev Sternhell insiste nas profundas ligações entre a modernidade russa, as suas condições de desenvolvimento em um imenso e atrasado país ainda dominado por um Estado poderoso, modernizador e movido ideologicamente pelo fenômeno do fascismo. Sternhell marca as vinculações entre intelectuais futuristas russos, como Malevitc, e o futurista italiano [Marinetti](#). (v. [Futurismo](#)) Muitas das visões de mundo desenvolvidas até 1923, especialmente em Kiev, foram retomadas ao longo da Era Breznev/Chernenko. De qualquer forma, as temáticas básicas de revolta contra a homogeneidade da sociedade industrial de massas, em especial contra a gestão fordista no mundo socialista, já estão notavelmente presentes. (v. [Burocracia](#)) Também a questão da liderança ou do homem providencial, o denominado *führerprinzip*, aparece com freqüência na vida coletiva soviética, sendo que o líder do PLD mostrou-se um competente explorador do tema. (v. [Conservadorismo](#))

Quando foi chamado de fascista, Jirinowsky não apresentou nenhum evidente argumento em contrário, porém, considerou a questão positiva perante a população russa, afirmando: “se o chefe do partido em quem votamos é fascista e o partido em que votamos é fascista, então nós também somos todos fascistas”. Quando indagado sobre as razões de sua vitória, o líder do PLD alinha dois conjuntos significativos de fatores: por um lado, as propostas intervencionistas e anti-liberalizantes, reafirmando o cansaço da população russa com a experimentação neoliberal dos últimos dois anos; por outro lado, o medo desenvolvido no seio do povo em relação ao aumento vertiginoso da criminalidade. (v. [Liberalismo](#)) Em suma, o discurso da boa ordem e dos velhos tempos seria a chave para o sucesso de Jirinowsky. Na mesma linha, argumenta claramente em favor do *Führerprinzip*, tentando provar a

necessidade de o povo ter, principalmente em períodos de crise, um chefe: “...a nova era exige um líder. O povo precisa de um ponto aglutinador, uma estrela no céu, a lua na escuridão da noite. Sob este ponto de vista, é possível que eu seja um mito. Não é assim porque eu quero – é o desejo do povo”. Ao final do governo Yeltsin em 2000, com o crescimento da popularidade do então primeiro-ministro Vladimir Putin (depois eleito presidente) – em grande parte devido à manipulação bem sucedida da Segunda Guerra da Chechênia –, ocorreu uma nova aglutinação da direita tradicional não fascista em torno da nova liderança emergente. De certa forma, o crescimento da direita tradicional isolou e diminuiu as chances do partido de Jirinowsky. (v. [Ideologia](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

CAMUS, J.-Y. Les extrémismes en Europe. Paris, CERA, 1999.

DAHL, Göran. Radical Conservatism and the Future of Politics. Londres, Sage, 1999.

LEE, Martin. The beast reawakens. Londres, Little, Brown and Cia, 1997.

NEO-RACISMO DIFERENCIALISTA. No quadro da [Nouvelle Droite](#) francesa, o neo-racismo começa a tomar forma nos anos de 1970. A sua base teórica é a negação das teorias biológicas e desigualitárias das “raças” humanas, substituída pela adulação das diferenças culturais e das identidades grupais. (v. [Eugenia](#) & [Natureza](#)) Esse neofascismo parte, portanto, de um pluralismo cultural radical ou etno-pluralismo que justifica o direito de os povos preservarem a todo custo as suas identidades. (v. [Alteridade](#) & [Tradição](#)) Os membros da *Nouvelle Droite* afirmavam que os seres humanos não podiam ser definidos a partir do fato de serem representantes da espécie humana, mas sim do fato de pertencerem a comunidades culturais específicas, relativamente fechadas, que dão sentido e valor à sua existência. (v. [História](#)) Daí a defesa da “causa dos povos” e do “direito dos povos” em contraposição aos princípios individualistas e aos “direitos do homem”, denunciados como abstrações a serviço do “[imperialismo](#) do [Ocidente](#)”. (v. [Burocracia](#) & [Conservadorismo](#))

A absolutização das diferenças culturais e a abolição de uma referência comum à humanidade conduz à idéia de que há uma heterogeneidade radical entre as “tradições mentais” das diferentes “comunidades culturais”. (v. [Europa](#) & [LE PEN, Jean-Marie](#)) Dada a importância basilar da identidade cultural na vida do ser humano, torna-se fundamental preservar a especificidade de cada comunidade, que pode ser ameaçadas tanto pelo convívio de diferentes culturas quanto pela mestiçagem. Por conseguinte, reconhece-se como um total disparate a idéia de que uma sociedade multirracial possa ser viável, o que leva à defesa do retorno dos imigrantes não-europeus aos seus países de origem – já que, por sua “mentalidade” diversa, seriam “inassimiláveis” nas sociedades europeias. É importante observar, pois, que esse retorno é exigido em nome do próprio “direito à diferença” e do respeito às identidades culturais. (v. [Ideologia](#), [Inimigo](#) & [Democracia](#))

O neo-racismo diferencialista, ao romper com a temática biológica da “raça” e adotar a da etnicidade, procura legitimar-se em posições defendidas por etnólogos que professam o relativismo cultural, como Claude Lévi-Strauss. Daí a ampla aceitação da argumentação “culturalista” e “diferencialista” manipulada e difundida pela *Nouvelle Droite*, argumentação que a aproxima mesmo das posições defendidas pelos intelectuais de esquerda e que também é aceita por outros grupos nacionalistas e racistas. (v. [Chauvinismo](#) & [Fascismo](#))

Marcelo Ramalho

Referências Bibliográficas:

LAQUEUR, Walter. Fascism: past, present, future. New York, Oxford University Press, 1996.

TAGUIEFF, Pierre-André. Sur la Nouvelle Droite: Jalons d’une analyse critique. Paris, Descartes & Cie, 1994.

NOITE DE CRISTAL (KRISTALLNACHT). Eufemismo utilizado para caracterizar o grande *pogrom* contra os judeus realizado na noite de 9 para 10 de novembro de 1938 no [Reich](#) Nazista. (v. [Ideologia](#) & [Inimigo](#)) Apresentada oficialmente como uma onda de violência popular espontânea, a Noite de Cristal foi, na realidade, concebida por [Hitler](#) e [Joseph Goebbels](#), Ministro da Instrução e da Propaganda do Reich. No dia 7 de setembro, em Paris, Ernst Von Rath adido militar alemão em Paris, foi assassinado por um jovem [judeu](#) polonês indignado com o crescimento da onda anti-semita na Polônia. Von Rath ainda chegou a viver dois dias, tendo já neste intervalo ocorrido em toda Alemanha diversas manifestações anti-semitas localizadas. (v. [Alteridade](#)) No dia 9, reunidos em Munique para comemorar o *Putsch da Cervejaria*, Hitler e outros membros da cúpula nazista anunciaram a morte de Von Rath. O Führer passou instruções para que os chefes regionais – *Gauleiters* – comesçassem a mobilizar as SA, as SS e a [Juventude](#) Hitlerista no sentido de provocar distúrbios, desencadeando a ira popular contra os judeus. (v. [Guerra](#)) Simultaneamente, a polícia, a cargo de Reinhard Heydrich, recebeu instruções para não impedir nenhuma manifestação anti-semita, enquanto os bombeiros haviam sido alertados para que não combatessem o fogo provocado pelos incendiários. (v. [Holocausto](#)) Durante os acontecimentos, a idéia implícita de extermínio ficou impressa no comentário feito por Goebbels, ao ser notificado oficialmente do primeiro assassinato: “A morte de um judeu polonês não vai fazer a [História](#)”. Entre a noite de 9 de novembro e a manhã do dia 10, mais de 7500 lojas e empresas de judeus foram pilhadas e incendiadas, centenas de sinagogas destruídas, tendo sido provocadas cerca de 100 mortes e efetivadas aproximadamente 30.000 prisões, seguidas de transferências para [campos de concentração](#). (v. [Repressão e Violência](#))

O espetáculo das vitrines estilhaçadas deu margem à expressão Noite de Cristal, logo encampada pela máquina de propaganda nazista. Na noite de 10 de novembro, Goebbels foi ao rádio exigindo que a represália aos judeus chegasse ao fim. Seguiu-se a execução de um imposto coletivo aos judeus da ordem de um bilhão de marcos, sob acusação de terem provocado a cólera do povo alemão. Novas leis anti-semitas foram aprovadas, proibindo os judeus de entrarem em [teatros](#) e [cinemas](#), enquanto as crianças judias eram impedidas de freqüentarem as escolas oficiais.

As reações dos chamados “alemães ordinários” em relação à Noite de Cristal foram bem variadas, objeto de muitas polêmicas entre historiadores. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) Quanto às elites intelectuais e religiosas alemães, praticamente não houve protestos consistentes. Uma exceção foi o pronunciamento público do monsenhor Bernhard Lichtenberg, da catedral de Santa Edwigens, em Berlin, afirmando: “O templo que queimou ao nosso lado é também a casa de Deus”. Em breve, Lichtenberg seria preso pela [GESTAPO](#), morrendo a caminho do campo de concentração de Dachau, para onde seria enviado em 1943. A repercussão internacional do episódio foi marcada pela indignação, com o protesto formal de muitos governos democráticos do [Ocidente](#). A posição mais extrema foi a do governo norte-americano, chamando de volta seu embaixador em Berlin. (v. [Regime de Vichy e os Judeus](#)) Entretanto, a possibilidade de acolher judeus imigrantes, proposta pelo senador Wagner, foi rejeitada pelo Congresso americano. Quanto aos dirigentes franceses, os protestos foram muito limitados, uma vez que o governo Daladier aguardava a assinatura de um tratado franco-germânico, conhecido como os acordos Ribbentrop-Bonnet. A Santa Sé, sob o pontificado de Pio XI, não se pronunciou abertamente em relação ao episódio, mantendo uma postura de indiferença e silêncio em relação à questão judaica no Reich. (v. [Pio XII, O Caso](#)) Expressão do radicalismo anti-semita, continuação das medidas impostas a partir da chegada de Hitler ao poder, a Noite de Cristal acelerou na Alemanha o processo de emigração judaica: de 520 mil judeus em 1933, este número decaiu para 200 mil quando explodiu a Segunda Guerra Mundial. Muitos destes emigrantes haviam se instalado em áreas européias que em

breve fariam parte da Ordem Nazista na Europa, sendo enviados para os campos de extermínio quando foi implementada a Solução Final. (v. [Ditadura e Violência](#) & [Fascismo](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

ARENDETT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FONTELETTE, François de. História do Anti-Semitismo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.

MARRUS, Michael R.. The Holocaust in History. London, Penguin Books, 1987.

POLIAKOV, León. Breviaire de la Haine. Paris, Éditions Complexe, 1986.

SORLIN, Pierre. O Anti-Semitismo Alemão. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

NOUVELLE DROITE/NOVA DIREITA NA FRANÇA. A expressão *Nouvelle Droite* surgiu na mídia francesa, a partir de 1978, para designar o GRECE (*Groupement de recherche et d'études pour la civilisation européenne*), fundado em fins da década de 1960. A origem e a evolução dessa organização estão estreitamente ligadas à atuação de Alain de Benoist que, nas suas obras, procuraria sempre destacar a distinção entre os princípios da *Nouvelle Droite* e os dos demais grupos de direita – sejam eles conservadores, liberais, populistas ou neofascistas. O corpo doutrinal do GRECE sofreria inúmeras modificações, o que levaria à redefinição de suas referências originais – não sem divergências internas. (v. [Fascismo](#))

As origens do movimento encontram-se em organizações políticas francesas surgidas na década de 1950 e dissolvidas na década seguinte que defendiam um neonacionalismo centrado na idéia de uma [Europa](#) imperial, baseada na “raça branca” e na “herança indo-européia” de seus povos. (v. [Repressão e Violência](#)) Consoante com a valorização dessa “herança”, desde sua fundação, o GRECE se destaca pela oposição à tradição judaico-cristã e pela defesa do paganismo, visto como a “verdadeira religião” dos povos europeus. (v. [Alteridade](#) & [Judeu](#)) Por outro lado, o GRECE condenava os “nacionalismos estreitos”, que tinham por base o Estado-nação e não davam conta da “realidade biológica” europeia. (v. [Eugenia](#) & [Natureza](#)) Observa-se, portanto, uma forte ruptura com a direita tradicionalista francesa, profundamente católica e nacionalista. (v. [Conservadorismo](#)) Outro aspecto doutrinário importante eram as concepções elitistas do movimento: seus dirigentes afirmavam que a intenção primordial era reunir as elites do país, promover a definição de novas concepções culturais e não disputar o voto popular. (v. [Autarquia](#) & [Baderna](#))

O GRECE passa por uma reviravolta anti-ocidentalista na segunda metade dos anos de 1970, marcada pela crítica ao primado da [economia](#) e ao individualismo liberal. O [inimigo](#) primordial – em contraste com a ênfase inicial no “comunismo” – é identificado como o “[liberalismo](#) burguês”, denunciado por destruir identidades coletivas e produzir uniformização entre as culturas. (v. [Neocolonialismo](#)) Em consequência, desenvolve-se um forte anti-americanismo, base de denúncias contra o [Ocidente](#) “imperialista” e contra a “americanização” da França e da Europa. Paralelamente, acentua-se a defesa do pluralismo cultural radical, base do [neo-racismo diferencialista](#), que se afasta do racismo de base biológica defendido nos primeiros anos do GRECE. Já a partir da década de 1980 é possível identificar na *Nouvelle Droite* uma veemente defesa de um “terceiro-mundismo de direita”, decorrência do anti-ocidentalismo e da temática diferencialista. (v. [Tradição](#)) O objetivo é manter vivas todas as culturas, tentar salvar a diversidade do mundo, ameaçada pela “destruição cultural” representada tanto pela dominação americana quanto pela soviética. (v. [Burocracia](#)) Em outras palavras, a recusa de um alinhamento com Washington ou com Moscou leva à busca de uma “terceira via”, busca que receberia um novo alento com a queda dos regimes comunistas e a dissolução da União Soviética no início dos anos de 1990. Na Federação Russa, Alain de Benoist e outros dirigentes da *Nouvelle Droite* passariam a estreitar ligações com grupos que, assim como eles, afirmavam que a divisão do universo político entre esquerda e direita não fazia mais sentido no mundo atual. (v. [Política](#) & [Revolução](#)) Esses grupos defendiam a união entre “brancos” (monarquistas e diversos grupos direitistas) e “vermelhos” (comunistas) na luta contra o avanço da “nova ordem mundial do capitalismo americano”, identificado como o novo inimigo primordial pela *Nouvelle Droite*. (v. [Aborto](#) & [História](#))

Marcelo Ramalho

Referências Bibliográficas:

LAQUEUR, Walter. Histoire des droites en Russie: des Centuries Noirs aux nouveaux extrémistes. Paris, Éditions Michalon, 1996.

LAQUEUR, Walter. Fascism: past, present, future. New York, Oxford University Press, 1996.

TAGUIEFF, Pierre-André. Sur la Nouvelle Droite: Jalons d'une analyse critique. Paris, Descartes & Cie, 1994.

NOVA DIREITA NOS ESTADOS UNIDOS. Ao mesmo tempo que são desenvolvidas tecnologias avançadíssimas nos EUA, também surgem aí movimentos de direita intolerantes que põem em cheque o decantado espírito democrático americano. (v. [Hollywood e o Macartismo](#)) Por isso mesmo, pouco surpreende constatar que atitudes religiosas, políticas e sociais fundamentalistas também ganhem adesões entusiasmadas no país da [democracia](#). (v. [Fundamentalismo Cristão](#) & [Ku Klux Klan](#)) Apesar desta constatação – que poderia valer também para outros países em diferentes estágios de desenvolvimento –, há dentro da própria civilização norte-americana indícios de que certas atitudes do passado não estão ainda completamente descartadas. Bem ao contrário, há nuances cada vez mais diversificadas a comprovarem a inflexibilidade tanto religiosa quanto política ou social de certos movimento que surgiram no final do século XX. Não seria exagero afirmar que os EUA ainda sejam um país de extremismos. Consideradas essas vertentes, outras forças ainda podem surgir que, transformadas em movimentos sociais, agilizarão ou não o processo político de um país. De maneira geral, os EUA têm sido terreno fértil para muitas forças que, irrompendo no plano da religião, fluem para outras áreas, principalmente a [política](#). (v. [Fundamentalismo Cristão e Política](#)) Tal é o caso, por exemplo, do movimento social e masculino dos “guardadores de promessas”, baseado na manutenção de diversificadas promessas feitas, a exemplo dos votos de fidelidade matrimonial. (v. [Casamento](#) & [Família](#)) A área da religião, no entanto, serve como um catalisador para este e outros movimentos que por vezes se transformaram em aberrações. A idéia do que é politicamente correto em matéria de religião varia até de religião para religião dentro dos EUA, embora existam alguns traços comuns a todas as matizes do fenômeno. (v. [Tradição](#)) De maneira geral, as querelas religiosas tiveram ao longo do tempo a sua contrapartida no campo político. Assim sendo, diríamos que religiões extremistas encaminham os seus participantes para posições extremistas. (v. [Conservadorismo](#))

A relação política de movimentos extremistas com religiões tendeu para o estereótipo que destaca a vertente terrorista presente nestes movimentos em maior ou menor grau, embora se possa afirmar que essa conotação tornou-se mais visível a partir dos anos de 1960: o questionamento de valores políticos e sociais americanos foi realizado em escala nacional, sendo que Woodstock – um reunião da [juventude](#) encantada até o fanatismo pelos sons do [rock-and-roll](#) – desencadeou inúmeras formas e atitudes de rebeldia que se transformaram, começando com as fogueiras de sutiãs, em contestações à guerra do Vietnã, à moral burguesa, ao consumismo desenfreado de que eram acusados os ancestrais daquela geração. (v. [Burocracia](#) & [Neocolonialismo](#))

Os super-heróis e os milagres dos computadores que tanto encantaram a geração dos anos de 1990 estão na verdade incluídos na herança de sucesso e radicalismo pertencente ao passado americano, emergindo como sinais do bem e do êxito obtido, apesar das dificuldades. (v. [História em Quadrinhos](#)) A dissidência ficaria restrita aos guetos negros, hispânicos ou asiáticos, enquanto os anglo-saxões estariam teoricamente fora deste [comportamento](#) extremista por serem os donos da terra e guardiães da civilização transplantada para a América desde o início da colonização. (v. [Europa](#) & [História](#))

Apesar de relativas vitórias do comportamento individual e coletivo, os americanos ainda apresentam provas de insatisfação social e política pelos mais variados motivos, resvalando para posições contrárias à tolerância do politicamente correto que vêm permitindo a ascensão de valores opostos àqueles da civilização de seus ancestrais. A este tipo de atitude nomeia-se atualmente de Nova Direita. (v. [Nouvelle Droite](#))

Antônia Fernanda P.A. Wright

Referências Bibliográficas:

AYRES-WILLIAMS, Roz. The New Right Agenda. Journal Black Enterprise (BEN), Agosto/1997: pp. 85-90.

GORDON, Charles. The Right may complain, but it has itself to blame. Journal Maclean's, 28 de outubro de 1997: p.13.

LILLA, Mark. Apples and Oranges. Journal Foreign Affairs, Março/1997: p.157.

MERTES, Micheal. Kohl's Right. Journal Foreign Affairs, Março/1997: p. 158.

TINDALE, Stephen. Capturing the Political Imagination: Think Thanks of the Policy Process/ Think Thanks of the New Right. Journal Political Quarterly. Abril/1997: pp. 207-209.

O

OCIDENTE. O “Oriente”, Edward Said já o demonstrou, foi é uma invenção do Ocidente (SAID, E.W. *Orientalismo*. SP. Cia das Letras, 1980). Mas e este último, quais são seus criadores e qual ou quais são as feições dessa criatura, desde um ponto de vista à Direita? Começamos aludindo à importante oposição entre “Civilisation” (associada às formas polidas de comportamento/atitude; ao cosmopolitismo; à Razão, etc.) e “Kultur” (associada aos laços e valores do sangue, solo, raça; atenta às diferenças nacionais e identidades particulares de grupos, etc.) para a definição de “Ocidente”. Segundo Norbert Elias, “Civilização” é um conceito que “expressa a consciência que o Ocidente tem em si mesmo, coisa para diferentes nações ocidentais”. Em termos nacionais e esquematicamente, Inglaterra e França apresentariam uma tradição mais afeita à identificação com “civilização”, enquanto a Alemanha, por sua vez, preferiria a auto-associação com a idéia de Kultur. À Civilização caberia o lugar de um valor, mas de um “valor de segunda classe”. Disto tiramos que o *Ocidente não é uno na representação de sua autoconsciência*. Civilização e Kultur representam, dessa maneira, modos diferentes (e concorrentes) do Ocidente expressar sua consciência de si. Isto posto, já podemos traçar um brevíssimo e necessariamente incompleto perfil do desenvolvimento da antítese Kultur/Civilização no que tange ao problema do entendimento do que o Ocidente é, ou deveria ser, para alguns dos representantes do pensamento de Direita das décadas de 1910/1920 até os anos de 1990. (v. [Atraso](#))

Oswald Spengler (1880-1938) é referência obrigatória, muito por conta da sua maior obra, “A Decadência do Ocidente” (1919-1923), e também por escritos subsequentes. Na sua operacionalização da mencionada antítese, Spengler entende a civilização como expressão de uma etapa (comum a toda cultura superior) de inexorável decadência. As “civilizações são os estados extremos mais artificiosos que uma espécie de homens é capaz de atingir. São um término”. Dado o espraiamento da “cultura ocidental”, civilizada, com seu louvor ao intelecto, com suas metrópoles cosmopolitas dirigidas pelo dinheiro (que é “o poder da civilização”), o Ocidente estaria condenado. (v. [Judeu](#)) Não obstante, boa parte dos intérpretes atribui-lhe um clamor à possibilidade de salvação (HERF, J.. *O Modernismo Reacionário*. SP, Ensaio, 1993). Um chamamento ambíguo mas existente em algum lugar entre o pessimismo cultural e a esperança de reverter politicamente o estado de caos – da “Decadência do Ocidente” à sua salvação e/ou superação. É disto que vai tratar o pensamento conservador e, posteriormente fascista, ao longo do entre-guerras e quando da ascensão do [fascismo](#), diante do [inimigo](#) co-unificado numa identidade e interesse igualmente comuns, situados a oeste de Moscou. (v. [Conservadorismo](#)) Simultaneamente – indicando uma possível ambigüidade para com “Ocidente” –, tratava-se de superá-lo (temática da terceira via) ou, de forma também freqüente, de (re)fundar, ressuscitar, anunciar uma nova civilização que recuperasse os verdadeiros valores do Ocidente, cada vez mais degenerado dado a sua associação com o [liberalismo](#), [democracia](#), racionalismo e com o emasculamento da discussão parlamentar. Os testemunhos, nesse sentido, poderiam ser arrolados à vontade. Eles envolveriam, a par das diferenças substanciais entre os mesmos, figuras como Van Den Bruck, Otto Strasser, [Mussolini](#), [Hermann Göring](#), [Hitler](#), etc. (v. [Ideologia](#))

Lançando o olhar para o pós-guerra, podemos destacar duas posições básicas que o pensamento de Direita toma como referência ainda hoje. Com a vitória da “Civilização” frente à Kultur nas duas grandes guerras, o Ocidente fortaleceu-se em univocidade interna. Isto e a radicalização da bipolarização mundial do pós 1945 fizeram permanecer com mais força e consistência o tema da salvaguarda do Ocidente frente ao persistente inimigo comum. (v. [Guerra Fria e a Direita Norte-Americana](#)) Assim, por exemplo, o “Manifesto de Malmo” (Suécia), lançado em 1951 pelo Movimento Social Europeu, tem como seus dois primeiros pontos a defesa da cultura ocidental contra o comunismo e, como segundo item, a criação de

um [império](#) europeu – tema este que se tornará recorrente. (v. [Anticomunismo](#)) Já entrando na década de 1960, importantes grupos de direita na França aliavam ao seu [nacionalismo](#) a bandeira mais geral da defesa do Ocidente. (v. [Alteridade](#))

Tomemos a revista “Europe-Action”, ligada ao direitista Mouvement Nationaliste du Progrés (MNP) que se apresentava, com efeito, como “a revista do homem ocidental”. Nas páginas de seu exemplar de maio de 1963, podemos encontrar a publicação de um “Dicionário do Militante” no qual o “Ocidente” é caracterizado assim: “Comunidade de povos brancos. Comunidade de Cultura”. Ademais, é reafirmada a “incontestável superioridade da cultura ocidental” sobre as demais. Em 1968, forma-se o posteriormente afamado GRECE (sigla em francês para o grupo de pesquisa e estudos para a civilização européia) e, em 1974, surge o “Club de L’Horloge”. Na França, a etiqueta [Nouvelle Droite](#) é inicialmente atribuída indistintamente a ambas as associações. Conforme Pierre-André Taguieff, o GRECE – cujo maior mentor intelectual foi Alain de Benoist – vai passar por amplas inflexões em suas posições intelectuais desde a sua fundação até a década de 1990. A virada mais importante, para os nossos objetivos aqui, refere-se à guinada do grupo de uma tradicional e hegemônica postura de defesa incontestável dos valores da sociedade ocidental para uma veemente denúncia da mesma (postura plenamente estabelecida durante a década de 1980). Reatualizando a distinção entre Kultur e civilização (utilizando-se de Spengler, Julius Evola e muitos outros), o GRECE “constata” e lamenta a perda de uma identidade original enraizada numa herança comum, advinda de uma antiga sociedade indo-européia. Esta identidade teria sido subjulgada através de um processo milenar: inicialmente, pela invasão do [judaísmo](#)-cristianismo e, posteriormente, pelo materialismo igualitarista do americanismo. O Ocidente passa agora a ser identificado com esses elementos “estrangeiros”: o judaísmo-cristianismo, o americanismo e a civilização daí decorrente (que é oposta à idéia revalorizada de Kultur). Uma nova antítese se impõe: [Europa](#) (lar daquela herança cultural milenar, lugar de valores nobres – os mesmos que são relacionados à Kultur) versus *Ocidente*. Trata-se, finalmente, de “por um termo à Civilização Ocidental” (título de um artigo assinado por G. Faye, publicado na revista “Éléments” – do GRECE –, n. 34, 1980. Citado por TAGUIEFF, P.A., 1994. p. 194). (v. [Neo-racismo Diferencialista](#))

Luiz Carlos Ribeiro Santana

Referências Bibliográficas:

- BENOIST, Alain de. Nova Direita, Nova Cultura. Lisboa, edições Afrodite, 1981
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Uma História dos costumes, Vol. 1. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.
- GRIFFIN, Roger (org.). Fascism. Oxford, New York, Oxford University Press, 1995.
- SPENGLER, O. A Decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da história universal. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- TAGUIEFF, Pierre-André. Sur la Nouvelle Droite: Jalons d’une analyse critique. Paris, Descarte & Cie., 1994.

OLIMPIADAS E POLÍTICA. O lema do Barão de Coubertin, o criador dos Jogos Olímpicos modernos – *o importante não é vencer, mas competir* – mostrar-se-ia, desde cedo, distante da realidade dos Jogos. (v. [Esporte](#)) Já na primeira Olimpíada, a presença da família real grega, de seus protegidos e apoiados é óbvia. O próprio rei aproveita cada momento para promover a imagem da dinastia frágil e estranha ao povo grego. O mesmo se dá nos Jogos de Londres em 1908, chegando ao apogeu nos Jogos de Estocolmo em 1912, quando o rei da Suécia troca gentilezas e promove o seu amigo, o Czar da Rússia, convidando-o para premiar os vencedores. Embora Coubertin declarasse os Jogos estranhos à [política](#) e totalmente autônomos, não se cansava de elogiar a atuação das autoridades, que eram uma fonte fundamental de financiamentos – e o prestígio que advinha para os Jogos com a presença das cabeças coroadas da Europa. Em outros aspectos, aferrou-se teimosamente sobre as suas próprias idéias. Só com muita dificuldade aceitou a presença de mulheres (competidoras desde 1900) e reafirmou fortemente os ideais de amadorismo que evitavam a presença das classes populares nos Jogos. Exigia que o atleta fosse completamente autofinanciado, vigiando para que homens pagos, ou apoiados, não participassem dos Jogos. (v. [Liberalismo](#)) Assim, a juventude aristocrata da Europa, os jovens oficiais dos principais exércitos – logo, pagos pelo Estado – e a nova juventude ociosa oriunda da alta burguesia dominavam os Jogos. O elitismo de Coubertin via nos competidores os ideais saídos dos relevos gregos: aristocratas e brancos ou, na expressão de um autor, procurava evitar o dissabor de ver os filhos da aristocracia vencidos por seus empregados. (v. [Eugenia](#))

Rapidamente aumentam as adesões ao COI (Comitê Olímpico Internacional) e, assim, as Olimpíadas tornam-se um evento mundial. Os treze países de 1896 dão lugar a vinte e oito nos Jogos de Estocolmo em 1912 e vinte e nove nos Jogos de Antuérpia em 1920. Os governos reconhecem a importância do evento e o prestígio que poderiam arrancar de belas vitórias nas provas. (v. [Nacionalismo](#)) Assim, surgem mecanismos capazes de burlar o amadorismo exigido por Coubertin e permitir o apoio direto de governos aos esportistas. Os Estados Unidos dão o passo inicial e abrem caminhos para a democratização do alistamento de competidores. Com um sistema bastante desenvolvido de universidades e *colleges*, concedem bolsas de estudos, na verdade apoio direto, aos seus melhores atletas, viabilizando a participação de jovens das classes populares nos Jogos. Outros países nomeiam os seus atletas oficiais nas Forças Armadas, com a missão única de se preparar para os Jogos – medida, aliás, amplamente utilizada pelos países socialistas depois de 1945.

O reconhecimento dos Jogos como um equivalente para a disputa entre as nações chega ao seu clímax em 1936, com a realização dos Jogos em Berlin, então capital do Terceiro [Reich](#) de [Adolf Hitler](#). (v. [Chauvinismo](#)) O governo nazista percebe a realização dos Jogos como uma oportunidade única para demonstrar o renascimento da Alemanha, o vigor do governo e a liderança de seu *Führer*. Muitos haviam protestado veementemente contra a realização dos Jogos – com os seus ideais de paz e convivência harmônica – numa nação que recém promulgara leis estabelecendo juridicamente a diferença entre os *arianos superiores* e os *untermenschen*, as sub-gentes, os [judeus](#). (v. [Inimigo](#) & [Leis de Nuremberg](#)) Alguns tentaram ainda a realização de Jogos alternativos em Barcelona; no entanto, a eclosão da Guerra Civil Espanhola impediria a sua concretização. Os comitês holandês e norte-americano enviaram emissários à Alemanha para verificar a situação *in loco*, tendo concluído que Hitler oferecia condições inigualáveis para a realização da Olimpíada. Teve importância particular a atuação de Avery Brundage, membro dos comitês olímpicos americano e internacional, que relata ao presidente Franklin Roosevelt as garantias de Hitler e elogia a eficiência dos trabalhos preparatórios. O próprio Brundage dirigia nos Estados Unidos um clube onde era vedada a entrada de negros e já manifestara inúmeras vezes o seu desagrado por ver negros e índios representando os Estados Unidos nas Olimpíadas. O conjunto do COI decide-se, enfim, pela

realização dos Jogos, capitulando perante a grandiosidade dos preparativos oferecidos pelo Führer. Assim, o COI tornava-se presa do seu pretensão apoliticismo, considerando a ordem e o estabelecido como sempre corretos. (v. [Autoridade](#)) Hitler, [Göring](#) e [Goebbels](#) não pouparam esforços para a realização dos Jogos: Berlin sofreu inúmeras intervenções arquitetônicas, com melhorias de ruas, estradas e aeroportos. (v. [Urbanismo](#)) Coube ao Estádio Olímpico concentrar, entretanto, o conjunto das atenções. Hitler ordena a reconstrução completa do velho estádio berlinês, o *Deutsches Stadium*, tarefa encomendada ao arquiteto Werner March, filho de Otto March, que desenhara o estádio original. March apresenta um projeto modernista, envolvendo estruturas metálicas aparentes e vidro, numa metáfora dos pinheiros que florescia nas imediações do estádio em Grunewald. (v. [Arquitetura](#)) Hitler se irrita e declara que jamais poria os pés numa caixa de vidro. (v. [Arte Degenerada](#)) Como arquiteto do Terceiro Reich, [Albert Speer](#) retoma o projeto e o recobre de citações helênicas, superdimensiona as proporções e abre gigantescos espaços para a evolução de massa das SS, SA e da Juventude Hitlerista. Na abertura dos Jogos, centenas de canhões de luz desenhavam sobre a multidão a catedral de luz... A imponência dos Jogos e a grandiosidade arquitetônica do estádio Olímpico deveriam mostrar a todo o mundo a grandeza do *Reich dos Mil Anos*. Trágica ironia, não muito longe dali ficava o campo de concentração de Oranienburg, onde Hitler internava seus opositores. (v. [Campos de Concentração & Ditadura e Violência](#))

Os Jogos de Berlin constituem a primeira grande manifestação mediática de massas, seguindo o modelo já inaugurado pelo [fascismo](#) e o nazismo nas grandes manifestações públicas. Os Jogos de 1936 aparecem, assim, como uma espécie de *obra de arte total fascista*, como explicaria Peter Reichel, mistura de consagração nacional e ópera wagneriana, fenômeno quase religioso em sua concepção que transformava uma competição pacífica entre nações numa explosão de violência secreta, de terror de Estado e de preparação dos corações e mentes para a [guerra](#). (v. [Alteridade](#)) Toda a área é decorada com estátuas e relevos gigantescos, enaltecendo uma ou outra abstração dos Jogos, porém, na verdade, reproduzindo ícones e emblemas da superioridade ariana. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#)) As estátuas-monumento de Josef Wackerle, Josef Thorak, Erwin Huber e Arno Breker exprimem os ideais misóginos, racistas e falocratas do *Terceiro Reich*: são super-homens fisicamente impressionantes (bem ao contrário do físico médio e adequado à flexibilidade e leveza das competições), todos nus, com olhares distantes e superiores, sempre sós – a própria efígie do líder solitário. (v. [Misoginia](#)) Por fim, uma multidão de atletas é convocada para formar, esculpir e desenhar com seus próprios corpos os emblemas olímpicos e nazistas – práticas seguidas daí em diante por outras Olimpíadas, como em Seul (1988). Hitler tem surpresas no seu Estádio monumental: negros e judeus norte-americanos superam as marcas dos super-homens arianos. O negro norte-americano Jesse Owens, neto de escravos do Alabama, conquista quatro medalhas de ouro e, no revezamento 4 por 100, dois judeus substituem dois negros, conquistando o ouro olímpico. Em compensação, a delegação francesa, ao passar em frente à tribuna do *Führer* no desfile olímpico, cumprimenta-o com a saudação nazista – a mão erguida e o *Heil Hitler*. (v. [MAURRAS, Charles](#)) Coubertin ainda era vivo e agradeceria sensibilizado o apoio alemão. Morreria no ano seguinte e, antes disso, nada viu no evento que considerasse contrário ao espírito dos Jogos...

Avery Brundage terá longa vida no COI, voltando a se destacar nos Jogos Olímpicos do México em 1968. Desde o início, a realização dos Jogos estava ameaçada: Brundage defendera a inclusão da África do Sul, apesar do regime de [apartheid](#), provocando uma ameaça de boicote dos países africanos e socialistas. A localização dos Jogos gerava desconfiança, assim como a onda de protestos populares no bojo da Revolta Mundial dos Jovens, marcada na Cidade do México. Interessados em manter o controle sobre a ordem pública e viabilizar o México como país seguro e ordeiro, o governo do partido único – o *PRI*,

Partido Revolucionário Institucional – ordena abrir fogo sobre jovens reunidos na Praça das Três Culturas: 300 pessoas são mortas na antevéspera de abertura dos Jogos – trata-se do Massacre de Tlatelolco. (v. [Ditadura & Repressão e Violência](#)) Avery Brundage é inflexível: *the games must go on !*, declara o poderoso organizador dos Jogos. No entanto, será duramente enfrentado na Cidade do México quando os jovens recordistas negros dos Estados Unidos, Tommie Smith e John Carlos, saúdam com o gesto dos Panteras Negras a vitória nos 200 metros. Os jovens atletas são afastados da delegação norte-americana sob pressão do COI. (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Em protesto, a delegação de Cuba oferecerá suas medalhas ao líder do movimento *Black Power*, Stockley Carmichael.

A [Guerra Fria](#), a disputa pela supremacia mundial entre as duas superpotências (a URSS e os EUA) também afetará duramente as Olimpíadas. Em 1980, em protesto pela invasão do Afeganistão pela URSS, os países ocidentais boicotarão os Jogos de Moscou; em 1984, os russos e o bloco socialista, em protesto ao projeto norte-americano *Guerras nas Estrelas*, boicotará as Olimpíadas de Los Angeles. Hoje, entretanto, o maior perigo advém do terrorismo internacional, cuja estréia foi feita nos Jogos de Munique de 1972, quando terroristas palestinos atacaram a delegação israelense. Ao contrário de toda a propaganda da mídia, ou mesmo dos vagos ideais dos organizadores, os Jogos Olímpicos foram desde sua origem um palco de disputas entre nações, correntes de opinião e cenário para exibição de visões de mundo eivadas de ideais elitistas. (v. [Conservadorismo](#)) Malgrado tudo isso, os Jogos resistem como um ideal, tal como a chama que os iluminam. (v. [Ideologia](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- BENTON, Dawn et alii. *Art and Power*. Londres, Thames and Hudson, 1995.
GAY, Peter. *O Cultivo do Ódio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
LANCELLOTTI, Sílvio. *Olimpíadas 100 Anos*. São Paulo, Abril, 1996.
REICHEL, Peter. *La Fascination du Nazisme*. Paris, O. Jacob, 1993.

OLIVEIRA VIANNA (1883-1951). Nasceu em 1883 numa fazenda no município de Saquarema e concluiu seus estudos primários e secundários em Niterói. Graduou-se, em 1906, pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, passando a lecionar em colégios particulares e na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Assumiu o seu primeiro cargo público em 1926 (diretor do Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro), época em que já tinha alcançado considerável projeção como ensaísta dos problemas sociais pela publicação do primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil* e de *O Idealismo da Constituição* (ambos em 1920). (v. [Coronelismo](#)) A sua reputação no meio intelectual levou-o a desempenhar importantes funções administrativas por ocasião da [revolução](#) de 1930. De 1932 a 1940, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e contribuiu na elaboração de leis da previdência social e seus regulamentos. (v. [Legislação Trabalhista no Brasil](#)) Foi também co-autor de um anteprojeto de constituição apresentado à assembléia constituinte de 1933-1934 e, mais tarde, durante o [Estado Novo no Brasil](#), integrou a comissão revisora de leis. Em 1940, tomou posse de uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, ano em que também foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, cargo em que permaneceu até a sua aposentadoria.

Numa época em que a busca pelo *Ser Nacional* e pelas instituições adequadas à nossa realidade se tornara obsessiva, Oliveira Vianna surgiu como notável pensador realista de cunho autoritário. (v. [Nacionalismo](#) & [Natureza](#)) A sua preocupação em investigar as especificidades nacionais desenvolveu-se não sem influência de teorias importadas. As bases de seu cientificismo são buscadas seja no positivismo, seja nas teorias de Lapouge, [Gobineau](#), Ammon e [Le Bon](#) – autores que considerava fundamentais para uma orientação verdadeiramente científica da [política](#). O seu método, mencionado por ele mesmo como “filosofia da [história](#)”, apoiava-se nas chamadas ciências da natureza e da sociedade, o que lhe conferia o rigor necessário. (v. [Baderna](#))

Uma das vertentes básicas de sua obra é o estudo da formação institucional brasileira. Remonta, para isso, aos tempos do Brasil colônia, quando o agrupamento de pessoas segundo laços tanto de consangüinidade quanto de afinidade definiam a unidade básica de estruturação social: o “clã parental”. (v. [Ideologia](#)) Às famílias tradicionais agregavam-se colonos e compadres que, unidos inicialmente pela necessidade de enfrentar conjuntamente os obstáculos à conquista do meio (invasões de índios e mais tarde de estrangeiros), construía amplas redes de solidariedade e fidelidade que se sedimentaram ao longo dos séculos de colonização em verdadeiras unidades autárquicas alheias a quaisquer imposições externas. (v. [Prussianismos Brasileiros](#)) Tal organização pré-política baseada em relações familiares de favor e compadrio teriam perpassado três séculos de colonização e atingido desastrosamente o Império e a República. Desse período de estruturação social, decorre a formação de uma cultura política que, baseada nas relações afetivas, mostrava-se incapaz de distinguir a esfera pública da privada. (v. [Burocracia](#) & [Sociedade Civil](#)) Essa lógica patrimonialista que nos foi legada e que faz parte de nossa subjetividade coletiva constituiria, segundo sua visão, obstáculo intransponível ao estabelecimento de autênticas instituições representativas. (v. [Liberalismo](#) & [Conservadorismo no Brasil República](#)) Assim, a partir do século XIX, quando as idéias democráticas vindas da [Europa](#) se propagaram pelo território nacional, teriam encontrado no Brasil esse contexto de formação clânica do poder e a ele tiveram que se ajustar. O advento do Regime Democrático e do Sufrágio Universal, segundo Oliveira Vianna, seriam modelos de organização do universo político e de participação sem qualquer respaldo na realidade nacional. (v. [Atraso](#) & [Ocidente](#)) O *povo-massa*, que subitamente passou a constituir elemento essencial nas disputas eleitorais, não estava absolutamente preparado para desempenhar tal papel. Sendo fruto da mistura com raças inferiores, esse povo não possuiria o discernimento necessário ao exercício da [democracia](#). (v. [Conservadorismo](#))

Delimita-se a partir daí outra vertente essencial do pensamento de Oliveira Vianna: o racismo. Considerando o preconceito racial mecanismo fundamental para a afirmação de um processo seletivo que excluía a ascensão das raças de índole inferior às classes sociais mais abastadas, o autor deixava claro o seu desprezo por negros e índios. (v. [Eugenia](#)) Sendo pouco dotados da capacidade de se civilizar, tais povos em nada teriam contribuído para o desenvolvimento colonial. Mesmo esforçando-se para manter a sua inteligência e pureza moral, o homem branco teria, entretanto, misturado-se por vezes a tais elementos inferiores. Esse processo de miscigenação, tão presente na formação de nossa sociedade, teria tomado em geral dois rumos: um que gerava uma parcela mínima de homens suscetíveis à arianização, homens que são resultado de um cruzamento feliz onde prevaleceram os caracteres da raça superior e que, ao atingirem posições sociais elevadas, não o faziam por afirmação de sua psicologia mestiça, mas, muito pelo contrário, por uma adesão incondicional à raça ariana; o outro rumo, muito mais expressivo em termos numéricos, seria o que reproduzia elementos que não conseguiram se livrar do estigma do sangue bárbaro e que se aglomeravam na chamada plebe rural, estando fadados à 'miséria física e moral'. (v. [Comportamento](#))

Cristina Buarque de Hollanda

Referências Bibliográficas:

- SODRÉ, Nelson Werneck. Oliveira Vianna: o racismo colonialista. In : *A Ideologia do Colonialismo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.
- VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1956.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1974.
- VIANNA, Oliveira. *Problemas de Política Objetiva*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1974.
- VIANNA, Oliveira. *Problemas de Organização e Problemas de Direção*. Rio de Janeiro, Record, 1974.

ONU (Organização das Nações Unidas). Organização internacional construída pelos Estados que aceitaram cumprir as obrigações estabelecidas na Carta da Nações Unidas assinada em São Francisco em 26 de junho e 1945. Começa a funcionar oficialmente em 24 de outubro do mesmo ano, data de entrada em vigor da Carta. Com vocação precipuamente [política](#), pretende assegurar a manutenção da paz através da “segurança coletiva”– sistema sob a égide do qual a [guerra](#) deve ser evitada pela associação de Estados que se protegem mutuamente contra os abusos da força. (v. [Geopolítica](#)) Visa, igualmente, criar uma rede de cooperação econômica, social, cultural e humanitária. (v. [Política e Direitos Humanos](#)) Tem por fundamento o princípio universalista e a crença de que uma maior democratização do sistema internacional e o primado do direito assegurariam a paz mundial. (v. [Justiça](#)) Pretende, assim, negar a existência do quadro interestatal clássico, que reconhece a fragilidade dos tratados e o caráter normal da violência no sistema internacional, cuja segurança só pode ser de fato garantida pela manutenção de fortes aparelhos militares nacionais. (v. [Guerra Fria](#)) A pretensão à democratização do sistema internacional encontra a sua mais evidente contradição na estrutura que assume a organização internacional. Os seus principais órgãos são o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral. O Conselho de Segurança é um órgão de constituição restrita que age em nome de todos os membros da ONU. É formado por dez membros eletivos (até 1965, o número era de seis), com mandato de dois anos, e cinco membros permanentes que detêm o direito de veto. Consagra-se juridicamente, portanto, a desigualdade entre os Estados quando se atribui a responsabilidade principal da manutenção da paz e da segurança internacionais às cinco potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, admite-se a hierarquização intrínseca e, conseqüentemente, natural e inelutável na distribuição de responsabilidades na esfera internacional. (v. [Natureza & Neocolonialismo](#)) Por outro lado, a Assembleia Geral é composta por todos os membros da organização internacional em pé de igualdade: cada Estado tem direito a um voto. A sua competência limitada é, por sua vez, o corolário da ficção da igualdade entre os Estados: em matéria de paz e segurança, a Assembleia Geral pode somente fazer recomendações, sendo seu poder de recomendação sobre outras matérias suspenso quando o Conselho de Segurança as discute. O seu poder de decisão limita-se ao campo do funcionamento da ONU: eleições para os órgãos restritos, orçamento, etc. Vê-se, pois, que os problemas mundiais acabam, finalmente, por ser refletidos de forma realista na própria configuração institucional da organização internacional.

O direito à autodeterminação dos povos é outro princípio norteador da Carta da ONU e, sob seu impulso, várias nações tornaram-se independentes, particularmente a partir dos anos de 1960. Essa vaga independentista foi determinante para trazer para o seio da ONU a discussão do tema do desenvolvimento e, com ela, a falsa expectativa voluntarista de se poder superar os obstáculos que impediriam a melhoria das condições sócio-econômicas de regiões fadadas à pobreza por não possuírem os mesmos elementos materiais e humanos dos países industrializados. (v. [Atraso](#)) Em 1948, a Assembleia Geral adotou a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” que, além dos direitos civis e políticos tradicionais, consagrou direitos econômicos, sociais e culturais, tais como: o direito à instrução, ao trabalho, à segurança social, etc., cuja proteção é assegurada sobretudo coletivamente, o que implica necessariamente o agravamento do intervencionismo estatal. (v. [ONU e a Nova Ordem Mundial](#))

Norma Breda dos Santos

Referências Bibliográficas:

ABI-SAAB. Georges.(ed.). Le concept d’organisation internationale. Paris, UNESCO,1980.
CARR, E.H. Twenty years of Crisis, 1919-1939. Londres, Macmillan, 1946.

DEUTSCH, Carl. Análise das relações internacionais. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

HOFFMAN, Staley. Organisations internationales. Paris, Armand Colin, 1995.

KEOHANE, Robert; HOFFMAN, Stanley. The New Community, Decision-Making and Institutional Change. Colorado, Westview Press, 1991.

KISSINGER, Henry. Diplomacy. New York, Simon & Schuster, 1994.

MONGENTHAU, Hans. Politics among Nations. New York, Knopf, 1996.

SMOUTS, Marie-Claude. Les organisations internationales. Paris, Armand Colin, 1995.

VIRALLY, Michel. Les Organisations internationales. Paris, Armand Colin, 1972.

WALTZ, Kenneth. Man, the State and War. New York, Columbia University Press, 1959.

ONU E A NOVA ORDEM MUNDIAL. A [ONU](#) é uma organização internacional intergovernamental mundial. Foi fundada em 1945 por 51 países como consequência da Segunda Guerra Mundial, buscando atuar como um mecanismo internacional capaz de evitar a [guerra](#). As suas principais proposições são: manter a paz e a segurança internacionais; fomentar relações de amizade entre as Nações; realizar a cooperação internacional. A sua atuação toma como referência a igualdade soberana entre os Estados. A sua estrutura institucional é composta de seis órgãos principais: a Assembléia Geral, da qual participam todos os Estados-Membro; o Conselho de Segurança, composto por cinco potências permanentes e 10 países rotativos; uma Secretaria Geral; o Conselho Econômico e Social; o conselho de Curadorias e a Corte Internacional de [Justiça](#). A estes órgãos somam-se os diversos organismos especializados. A Assembléia Geral reúne-se anualmente para tratar de questões gerais e cada país tem o direito a um voto. Não tem um caráter deliberativo mas sim propositivo. A sua maior força reside no campo político, tratando-se de um foro onde os países podem manifestar a sua opinião aprovando condenações ou incentivos. É o Conselho de Segurança que detém o poder decisivo sobre as questões colocadas: é formado, por um lado, pelos Estados Unidos, Rússia (União Soviética, até seu desmembramento), China, França e Reino Unido como membros permanentes e que têm o direito de vetar qualquer proposta apresentada e, por outro, por países que são eleitos para participar do Conselho por tempo limitado – que não têm poder de veto. Esta dinâmica se baseia na percepção de que o equilíbrio de poder para paz se apoia na unanimidade entre as grandes potências. Na prática, a existência do mecanismo do veto paralisou as atuações do Conselho durante grande parte do período da [Guerra Fria](#) e, até hoje, limita seu arco de ação. (v. [Oposição/Situação](#)) No entanto, houve uma perspectiva do Conselho ser reformado em relação ao número e condição de seus participantes que foi debatida na Assembléia da Nações Unidas de 1997.

Logo depois de sua formação com o início da Guerra Fria, as Nações Unidas ficaram com um espaço estreito de atuação pela composição do Conselho de Segurança, enquanto que a Assembléia Geral respondia mais aos interesses do bloco ocidental. A partir dos anos de 1960, com o processo de descolonização da África, a composição das Nações Unidas se modifica com a entrada de novos países que se articulam em torno da consigna terceiro-mundista. (v. [Neocolonialismo](#)) Neste processo, a Assembléia foi dominada por temas da problemática relação Norte/Sul. (v. [Atraso](#)) O esforço dos Estados Unidos será de neutralizar a sua ação. Nos anos de 1980, estes movimentos perderam vigor e a Assembléia recuperou uma posição mais identificada com o [Ocidente](#). Na passagem para os anos de 1990, com a conformação da Nova Ordem, as Nações Unidas passaram a ser um espaço de ação também para potências ocidentais, como no caso da Guerra do Golfo (1990-1991).

Miriam Gomes Saraiva.

Referências Bibliográficas:

ARMSTRONG, David; LLOYD, Lorna; REDMOND John. From Versailles to Maastricht: International organization in the twentieth century. London, Macmillan Press, 1996.

BERTRAND, Maurico. A Onu. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.

Departamento de Información Pública de Las Naciones Unidas. ABC de las naciones unidas. Nueva York, Naciones Unidas, 1995.

MERLE, Marcel. Sociologia das relações internacionais. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

OSMANCZYK, Edmund Jan. Enciclopédia mundial de relaciones internacionales y Naciones Unidas. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

TOMASSINI, Luciano. “As nações Unidas em um mundo pós-moderno”. Contexto Internacional, Vol.17–n.2. Rio de Janeiro, IRI-PUC/RJ, jul./dez 95. p. 211-228.

OPERAÇÃO CONDOR. Operação conjunta entre os órgãos de repressão dos países sob ditadura do Cone Sul idealizada pelo coronel Manuel Contreras, chefe da DINA (Dirección de Inteligencia Nacional), a polícia secreta do governo de [Augusto Pinochet](#). (v. [Serviço Nacional de Informação](#)) Criada a partir de uma reunião entre os principais órgãos de inteligência da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai em Santiago, entre os dias 25 de novembro a 1 de dezembro de 1975, a operação tinha como sede a própria DINA, mas os países membros não estavam submetidos a orientação central, tendo liberdade para ação. Um dos principais objetivos da Operação Condor era a montagem de um banco de dados sobre organizações e pessoas envolvidas em atividades políticas de oposição. O ideal chileno era criar uma similar da Interpool na América do Sul, porém, voltada para o combate à subversão. (v. [Anticomunismo](#) & [Revolução](#))

O *modus operandi* da Operação Condor pode ser dividido em três fases: aquela dedicada à formação de um banco de dados acerca da subversão e, para tanto, foram criados códigos que impedissem a compreensão da mensagem caso ela fosse interceptada por algum membro estranho à Operação; aquela marcada pela existência de ações conjuntas em território dos países membros e, através dela, foi possível a troca de prisioneiros sem qualquer registro oficial de entrada ou saída do país, assim como o envio dos agentes de investigação; a terceira e última fase tinha como objetivo formar equipes que atuassem em qualquer parte do mundo no combate aos "[inimigos](#)". (v. [Baderna](#)) O caso mais vultoso desta fase diz respeito ao assassinato de Orlando Letelier, ex-ministro do governo de Salvador Allende (Chile), em Washington, no dia 21 de setembro de 1976, através da explosão de uma bomba controlada por controle remoto. Para a execução de atentados de tal tipo, os países membros da Operação forneciam placas de carros falsas, assim como documentos e vistos de viagem também falsificados.

A existência de uma operação como a Condor só foi possível graças à ausência de fronteiras ideológicas uniformizadas pela [doutrina da segurança nacional](#), que estabeleceu o comunismo internacional como o inimigo a ser combatido. (v. [Guerra Fria e a Direita Norte-Americana](#)) Além disso, a impunidade e a conivência norte-americana – influenciada pelo contexto da [Guerra Fria](#) – foram fatores fundamentais para a atuação deste "mercosul do terror". (v. [Operação Condor e Memória](#))

Samantha Viz Quadrat

Referências Bibliográficas:

- GUENA, Márcia. Arquivo do Horror, documentos secretos da ditadura do Paraguai, 1960-1980. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1996.
- MARIANO, Nilson Cezar. Operación Cóndor. Buenos Aires, Lohlé-Lumen, 1998.
- QUADRAT, Samantha Viz. Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)

OPERAÇÃO CONDOR E MEMÓRIA. O esforço dos governos saídos de transições democráticas em promover a união nacional e o esquecimento do passado recente em diversos países da América Latina – o exemplo mais atual é do Chile face à prisão do general [Augusto Pinochet](#) – vai ser, entretanto, contrariado pela própria sociedade, insatisfeita com a *grande conciliação* proposta pelos políticos e abalada por uma série de notícias sobre o funcionamento da repressão no continente. (v. [Ditadura e Memória](#))

Na Argentina, uma página especialmente brutal da história da [ditadura](#), em meio a tantas brutalidades, lançará luz aos porões da repressão. (v. [Repressão e Violência](#)) Trata-se do caso do seqüestro de recém-nascidos, cujos pais – opositores do regime – foram assassinados. Durante a ditadura, muitas crianças, algumas nascidas nos porões da *Escola de Mecânica de la Armada, ESMA*, em Buenos Ayres, foram seqüestradas logo após o seu nascimento. Tais crianças foram entregues a casais de militares sem filhos, com documentos forjados pelas autoridades públicas. A ação incansável, meio desesperada, das chamadas *Abuelas de La Plaza de Mayo* – grupo que sucede as *Madres de la Plaza de Mayo* –, que buscam os filhos dos seus filhos desaparecidos, pôde identificar até hoje 240 casos de seqüestro de crianças, com a recuperação da identidade de 61, das quais 30 optaram por ficar com seus avós naturais, abandonando os pais adotivos. Em dois casos, ao menos, os próprios jovens, na casa dos vinte anos, compareceram em juízo para buscar a sua verdadeira identidade, chamada de *reparación histórica*. O caso do seqüestro das crianças, levado perante a justiça civil, foi considerado fora da anistia de 1990 dada pelo presidente Carlos Ménen, levando de volta para a prisão em 1998 os chefes das *Juntas* militares. Assim, buscando punir um dos aspectos da repressão, inúmeros chefes militares e notórios torturadores são chamados a depor, acabando por lançar luz sobre os *anos de chumbo* no continente. Figuras de triste lembrança, como o capitães Astiz e Jorge Acosta são indiciados, assim como os comandantes militares. O capitão Jorge Acosta, *el tigre* (como era conhecido por seu furor em torturar), agia na *Escola Mecânica de la Armada*, onde cerca de cinco mil pessoas foram torturadas e mortas. A notoriedade da *Escola Mecânica de la Armada* acaba por levar o então presidente Carlos Ménen a anunciar a intenção de demolir o prédio e erguer no seu lugar um parque com um monumento: um mastro com a bandeira argentina. O argumento do presidente, provocando indignação nos familiares das vítimas de Acosta e sequazes, é a necessidade do esquecimento e da união nacional, bem representada na bandeira nacional, símbolo da *reunión nacional*. Os familiares e sobreviventes, ao contrário, desejam transformar o prédio em um museu do horror e da repressão, negando-se a aceitar o esquecimento.

No caso brasileiro, a Nova República negou enfaticamente qualquer apoio em promover uma averiguação sistemática dos crimes da ditadura. Desde os seus primeiros dias, com a doença e morte de Tancredo Neves – a grande esperança de mudanças – e acuados por um sentimento de orfandade, os próceres da Nova República buscaram na Polícia Federal e no Alto Comando as garantias face a uma imaginada comoção social. Os governos Sarney, Collor e Itamar Franco, por sua vez, negaram-se a fazer uma reintegração ampla dos expulsos das forças armadas, assim como de muitos funcionários da administração civil e judiciária. Da mesma forma, o monumento *Tortura Nunca Mais*, cuja construção foi promovida pela associação de mesmo nome, como um projeto doado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi sistematicamente boicotado, tornando-se um símbolo de tudo que a Nova República queria esquecer. Apenas em 1994, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciou-se um processo de indenização das vítimas assassinadas na ditadura. Mais grave ainda, quando foi construído pelos [sindicatos](#) um monumento às vítimas assassinadas pela repressão militar durante a invasão da Companhia Siderúrgica Nacional – uma tentativa de a [sociedade civil](#) firmar a memória de um doloroso evento – na cidade industrial de Volta Redonda (no Rio de Janeiro), as forças especiais do exército dinamitaram a estrutura planejada pelo mesmo Oscar Niemeyer. O surpreendente é que o ato terrorista deu-se em plena transição democrática no

governo Sarney e mostrou a persistência da ação terrorista de uma instituição pública, assim como a sua autonomia face a uma [política](#) que buscasse a conciliação. A ação do exército – denunciada pelo capitão Dalton de Mello Franco, banido da instituição por ter se negado a obedecer as ordens do seu comando – foi realizada em conexão com o crime organizado, que forneceu os explosivos, visando despistar qualquer investigação. Por sinal, a associação entre a repressão e a criminalidade floresce na transição, com ex-torturadores assumindo o controle do jogo e do lenocínio. Muitas figuras do regime anterior terão seus nomes envolvidos no tráfico de armas, inclusive para traficantes de drogas.

Um outro aspecto da ação repressiva, não coberta pelas auto-anistias, surge do trabalho incansável de um advogado paraguaio, o ex-presos político Martín Almada. Através de um trabalho incansável, Almada localizou um amplo arquivo da repressão no continente – o chamado *Arquivo do Terror* –, relacionando os serviços secretos da Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Brasil sob coordenação da temível polícia política chilena, a DINA, e montado pelo SNI brasileiro. Sob inspiração direta do general Augusto Pinochet e com técnicas e incentivos brasileiros, organizou-se no continente a [Operação Condor](#), visando dar caça em todos os países do Cone Sul (e mesmo mais além, inclusive nos Estados Unidos) aos opositores políticos, privando-os, assim, de qualquer refúgio no continente. (v. [Ditadura e Violência](#)) Armava-se uma verdadeira *multinacional da repressão*, sob a batuta do mais cruel dos ditadores do continente, Augusto Pinochet. A sua prisão em Londres, sob mandato do juiz espanhol Baltazar Garzón, trazia a esperança não só de superar a secular impunidade vigente no continente, mas também de se lançar uma nova luz sobre as ações clandestinas de suas ditaduras. Da mesma forma, um interrogatório formal de Pinochet poderia esclarecer a atuação da CIA na preparação e treinamento dos agentes da repressão, inclusive relacionando figuras notórias da política americana, como o ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger. (v. [Segurança Nacional & Guerra Fria](#)) A surpreendente decisão de o ministro britânico Jack Straw querer libertar Pinochet por motivos médicos – desmentidos pelas ações do mesmo em menos de vinte e quatro horas – foi negociada meses antes na cúpula do Mercosul e da União Européia, com interferência dos Estados Unidos, Argentina, Brasil e do próprio Chile e Grã-Bretanha. O medo que envolvia as lideranças destes países provinha da possibilidade de um interrogatório público de Pinochet levar aos verdadeiros responsáveis pela Operação Condor tanto na CIA quanto no [Serviço Nacional de Informação \(SNI\)](#). Assim, evitava-se que os diversos envolvidos com a repressão das ditaduras no continente (a *Junta* argentina, Alfredo Stroessner do Paraguai, João Figueiredo do Brasil e o próprio Pinochet) pudessem ser responsabilizados por crimes cometidos para além das fronteiras nacionais – violando a soberania de estados nacionais – e não cobertos pelas anistias. O trágico da situação baseia-se na argumentação de vários líderes latino-americanos (Chile, Uruguai, Brasil e Argentina) de que um julgamento aberto e correto feria a soberania nacional e mostrava-se como um [neocolonialismo](#). (v. [Democracia](#))

As notícias envolvendo o seqüestro de crianças, a existência da *multinacional do terror* e a tentativa de destruição de arquivos e lugares de memória da ditadura são, em grande parte, obra de um jornalismo investigativo praticado por jovens profissionais. Isto provocou uma verdadeira *fome de história* no continente, com o surgimento de filmes, livros e documentários sobre os *anos de chumbo*, opondo uma memória militante ao esquecimento oficial. A este jornalismo investigativo corresponde um relativo silêncio por parte das pesquisas acadêmicas e universitárias. Apenas nos últimos anos alguns centros de investigação histórica, em particular os arquivos responsáveis pela guarda da documentação das ditaduras, começaram a desenvolver projetos visando a recuperação de uma memória ameaçada (e ameaçadora para alguns). (v. [Transições Tuteladas](#)) Assim, o trabalho parece se dirigir a dois campos fundamentais: por um lado, a recuperação e salvaguarda dos arquivos e acervos sobre as ditaduras e sua atuação (ameaçados no Brasil, Argentina, Chile e Paraguai),

assim como a garantia de livre acesso dos pesquisadores; por outro, a preservação dos lugares de memória e a promoção do debate sobre o papel dos monumentos como marcos na luta contra o esquecimento. Desta forma, na Argentina e no Brasil, o debate se centra na preservação da *Escola Mecânica de la Armada* em Buenos Ayres e da *Sede da Polícia (a Relação)* no Rio de Janeiro, locais de [tortura](#) e mortes, assim como na identificação de lugares de referência para a memória do tempo presente. Da mesma forma, o trabalho incansável da imprensa nos diversos países do Cone Sul em busca da verdade sobre a Operação Condor constituiu-se em base fundamental de estabelecimento de uma memória militante contra o esquecimento oficial. (v. [Fascismo](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário, 1968-1978. Bauru, EDUSC, 1999.
- CARVALHO, Alessandra. Do Autoritarismo à Democracia. Rio de Janeiro, IFCS/ PPGHIS, dissertação de mestrado, 2000. (mimeo.)
- QUADRAT, Samantha Viz. Poder e Informação: O sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Rio de Janeiro, IFCS/PPGHIS, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)
- RESNICK, Luís. A polícia política no Brasil do Pós-Guerra. Rio de Janeiro, IUPERJ, tese de doutoramento, 2000. (mimeo.)
- O GLOBO. “Símbolo da Tortura Mobiliza a Argentina”, 09.01.98.
- O GLOBO. “Carrasco da ditadura argentina se entrega”, 30.12.1998.
- JORNAL DO BRASIL. “Mais um militar é preso na Argentina”, 30.12.1998.
- JORNAL DO BRASIL. “Polícia argentina prende torturador”, 14.01.1999.
- TRES PUNTOS (Buenos Ayres). “Astiz habla!”, 28.12.1998.

OPERAÇÃO EUTANÁSIA. Antes de os nazistas chegarem ao poder, já se discutia na Alemanha, assim como em outros países europeus, a questão da eliminação de indivíduos considerados incapacitados. (v. [Alteridade](#) & [Ideologia](#)) Em 1920, o jurista Karl Binding e o psiquiatra Alfred Hoche apresentaram propostas neste sentido no livro *Die Freigabe der Vernichtung lebensunwerten Lebens (Permissão para Destruição da Vida Indigna de ser Vivida)*. (v. [Conservadorismo](#)) Durante o período entre-guerras, os debates em torno destas questões cresceram na sociedade alemã, principalmente a partir de argumentos que defendiam a redução de custos do Estado com a manutenção de deficientes físicos e mentais. (v. [Asilo](#) & [Totalitarismo](#))

Em julho de 1933, apenas alguns meses após [Hitler](#) ter sido nomeado Chanceler, foi promulgada na Alemanha a Lei sobre Prevenção da Transmissão de Doenças Hereditárias, primeira demonstração no poder do caráter eugênico do Nacional-Socialismo. (v. [Leis de Nuremberg](#)) O seu texto estabelecia a esterilização compulsória nos casos de debilidade mental inata, esquizofrenia, epilepsia, insanidade maníaco-depressiva, epilepsia e alcoolismo grave. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#)) A partir de 1938, todos os nascimentos de crianças com deformações ou problemas mentais passaram ser comunicados compulsoriamente. Nos doze anos de existência do Terceiro [Reich](#), presume-se que 300. 000 pessoas tenham sido submetidas a esterilização forçada. (v. [Eugenia](#) & [Natureza](#))

À medida que os investimentos no rearmamento cresciam na Alemanha, os gastos com asilos e hospitais passaram a ser criticados não só pelos dirigentes nazistas, mas também por elementos do meio médico. A eliminação dos seres inferiores passou a ser considerada como uma solução imediata e a propaganda, a cargo de [Joseph Goebbels](#), não poupou esforços para quebrar a barreira moral da sociedade contra estas idéias. Com esse propósito, em 1938, foi lançado nos [cinemas](#) o filme *Eu Acuso! (Ich klage an!)*. (v. [AIDS](#) & [Inimigo](#)) Envolvendo a questão familiar em torno de uma mulher acometida de múltipla esclerose, o enredo mostra o desespero do marido em conviver com a piora do quadro da esposa. A doença evoluiu a ponto de torná-la praticamente uma inválida, o que levou o marido a ministrar-lhe uma injeção fatal. A questão acaba sendo encaminhada para um tribunal, onde os argumentos a favor da eutanásia são abordados de forma didática e tendenciosa. (v. [Família](#))

Hitler confiou o projeto de eliminação dos considerados seres inferiores à direção do Doutor Philipp Bouler. Eufemisticamente chamado de **Operação Eutanásia**, o programa foi lançado secretamente, junto à irrupção da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939. Tendo como um dos principais centros de operação no número 4 da *Tiergartenstrasse*, em Berlim, ficou por isso conhecido pelo código T-4, contando com um comitê de especialistas formado por vinte e cinco psiquiatras. Através de transferências manipuladas por médicos identificados com o programa, pacientes oriundos de diversos hospitais eram encaminhados aos institutos onde a operação era executada. A maior parte deles era transportada por uma divisão especial da SS, a GEKRAT, criada especialmente para este fim.

Estima-se que a Operação Eutanásia, entre janeiro de 1940 e agosto de 1941, tenha eliminado cerca de 70. 000 pessoas. A técnica utilizada foi a asfixia por monóxido de carbono, já que em muitos asilos e hospitais as câmaras de gás haviam sido instaladas exatamente com este objetivo. (v. [Holocausto](#)) Após a incineração dos corpos em fornos crematórios, os familiares recebiam uma carta do Ministério do Interior, esclarecendo que poderiam receber os restos mortais, caso desejassem. (v. [Autoritarismo](#) & [Ditadura](#))

Apesar de ser mantido em sigilo, alguns aspectos do programa acabaram vindo à público. Ainda em 1940, círculos religiosos protestantes já haviam se pronunciado, enviando pedidos de esclarecimento para o Ministério do Interior. Os efeitos das vitórias militares nazistas, entretanto, atenuaram qualquer oposição mais consistente. Em um curto espaço de tempo, figuras proeminentes do alto clero católico alemão também se pronunciaram, se bem que de

forma mais aberta. O caso mais notório foi o do bispo de Munster, Clement-August von Galen, que através de sua oratória vibrante denunciava a Operação Eutanásia como assassinato, sendo seguido em suas críticas por outros bispos alemães. Muitos dos sermões de Galen - logo conhecido como Leão de Munster – foram reproduzidos e difundidos por toda a [Europa](#), em muitos casos por jornais clandestinos.

Os efeitos do programa sobre a opinião pública foram absolutamente desastrosos. Mesmo para os mais ardorosos defensores do regime, a eliminação dos incapacitados envolvia o caso dos feridos na Primeira Guerra Mundial, considerados verdadeiros semideuses da nação. Nesta hora, a própria cúpula nazista divergiu a respeito do programa. [Himmler](#) e Keitel eram favoráveis à interrupção das operações, enquanto [Bormann](#) acreditava que a eliminação de von Galen arrefeceria os ânimos da oposição. Na visão de Goebbels, eliminar o bispo seria transformá-lo em um mártir, correndo-se o risco de perder o apoio da população católica da Westfália em um momento crítico da Segunda Guerra: o da invasão da União Soviética. (v. [Pacto Anti-Komintern](#)) Por outro lado, argumentava, a própria população católica do Reich aumentara muito depois da anexação da Áustria – *Anschluss* – em 1938. Hitler concordava com Goebbels, tendo enviado em 24 de agosto de 1941 uma carta à Chancelaria onde dava por encerrado o programa. Desde que havia chegado ao poder, sete anos antes, o Führer não havia sofrido um revés tão significativo, tomando-se, segundo os elementos mais próximos a ele, uma derrota pessoal.

Mesmo com o anúncio oficial do fim da Operação, os antigos pacientes dos hospitais onde o programa havia sido desenvolvido continuavam sob ameaça constante. Se a morte por gás foi descartada, a estratégia agora foi reduzir drasticamente as provisões alimentares ou eliminar crianças mongolóides com injeções letais. Paralelamente, muitos dos especialistas da Operação Eutanásia, conhecedores das técnicas de extermínio com gás, acabaram sendo transferidos para a Polônia onde a Solução Final começou a ser implementada. (v. [Campos de Concentração](#)) Esta foi encarada por alguns ideólogos do regime como modelo paradigmático de Eutanásia Racial. (v. [EICHMANN, O Caso & Fascismo](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. Os Carrascos Voluntários de Hitler. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

LEVISSE-TOUZÉ, Christine; MARTENS, Stefan (orgs). Des Allemands contre le Nazisme. Paris, Éditions Albin Michel, 1997.

MÜLLER HILL, Benno. Science nazie, Science de Mort. Paris, Éditions Odile Jacob, 1989.

REEVES, Nicholas. The Power of Film Propaganda: Myth or Reality? New York, Cassel, 1999.

SEMELIN, Jacques. Sans armes face à Hitler. Paris, Éditions Payot, 1989.

OPOSIÇÃO/SITUAÇÃO. O termo oposição é um dos conceitos críticos em qualquer teoria da [democracia](#), ou melhor, ele expressa uma característica fundamental da própria [política](#). Alguns teóricos clássicos desta disciplina como, por exemplo, [Carl Schmitt](#), postula como essência da política a relação diática entre amigo-inimigo.(v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Nessa tradição teórica, o termo oposição adquire significado de luta ou [guerra](#) entre grupos ou nações. A intenção primordial desta abordagem é a de distinguir o conflito tipicamente político de outros tipos de conflitos sociais e psicológicos. O conflito político seria aquele cuja intensidade colocaria os atores em situação beligerante, onde somente o uso da força seria suficiente para solucionar o conflito. Não é este, entretanto, o conceito de oposição de uso mais corrente na literatura política. O significado contemporâneo deste termo decorre diretamente da expansão dos regimes democráticos do [ocidente](#) desde o final do século XIX, cujos traços característicos formam a inclusão universal dos cidadãos adultos na condição de atores políticos – com direito de votarem e de serem votados por seus pares – e a institucionalização de regras e normas que regulam o comportamento destes atores na *polis*. (v. [Sociedade Civil](#)) A partir de então, a [tradição](#) conservadora no pensamento político, especialmente aquela de origem norte-americana, vê na oposição um elemento essencial não da beligerância política, mas da estabilidade e equilíbrio dos sistemas democráticos. (v. [Governabilidade](#) & [Sindicato](#)) A oposição política, normalmente concebida como oposição parlamentar, faz parte da regra primeira do regime democrático: garantir a legitimidade do poder da maioria na medida em que garante a expressão da minoria. A essa cabe aceitar e obedecer às decisões da maioria como decorrência do contrato constitucional anterior ao jogo político. Nesta tradição intelectual, não há lugar para a oposição política além das fronteiras constitucionais que regulam o regime como, por exemplo, aquela que contesta de forma revolucionária a legitimidade das próprias regras do jogo político. (v. [Ditadura](#) & [Revolução](#)) Recentemente, um dos pensadores políticos mais expressivos da tradição conservadora, Robert A. Dahl (1966), elaborou um artifício analítico para classificar comparativamente os vários modelos de oposição decorrentes das características ou traços da organização política dos regimes democráticos. O seu esquema analítico privilegia, entre outras dimensões, o grau de concentração dos opositores, a visibilidade distintiva da oposição, os seus objetivos e estratégias. Tomando-se estas dimensões como referência, R. Dahl tenta descrever e interpretar as várias formas de oposição nos sistemas democráticos contemporâneos. Este modelo analítico é potencialmente frutífero para a análise das condições que definem a forma, por exemplo, da oposição vigente – se de caráter parlamentar ou extra-parlamentar, se mais ideológica, globalizante ou orientada para mudanças estruturais, se instrumental ou tópica – e, desta maneira, procede-se com relação a outras características da oposição em um dado sistema político. (v. [Ideologia](#)) De qualquer forma, todas as formas de oposição são vistas como elementos internos e não ameaçadores do pacto constitucional. (v. [Baderna](#) & [Liberalismo](#))

Antonio Augusto Pereira Prates

Referências Bibliográficas:

- BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992.
- BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia: Uma Defesa das regras do Jogo. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.
- DAHL, A. Robert. Political Opposition in Western Democracies. New Haven, Yale University Press.
- DAHL, A. Robert. Democracy and its Critics. New Haven, Yale University Press, 1989.

ALFORD, R. Robert; FRIEDLAND, Roger. Powers of Theory: Capitalism, the State and Democracy. London, Cambridge University Press, 1985.

ORDEM, A. Na década de 1920, a crescente urbanização, a secularização da cultura e a emergência do PCP enfraquecem a liderança tradicional do catolicismo. (v. [Urbanismo](#)) Para fazer frente a esse contexto de mudanças, D. Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, lidera o movimento de mobilização das forças católicas. Esse movimento teve como desdobramentos a criação do Centro D. Vital (1920) e da revista *A Ordem*, ambos sob a direção de Jackson de Figueiredo. *A Ordem* tem três fases distintas: fase Jackson de Figueiredo, fase Tristão de Athayde e fase da [Ação Católica](#). (v. [Modernismo no Catolicismo](#)) De 1921 a 1928, dirigida por Jackson de Figueiredo, a revista assume uma linha predominantemente político-doutrinária. A proposta era de reagir ao [liberalismo](#), ao socialismo, à [revolução](#) e às demais religiões. (v. [Intransigentismo](#)) Opõe-se aos comunistas, tenentistas, protestantes, espíritas e maçons. (v. [Maçonaria](#)) Inspirada no pensamento tradicionalista europeu de Joseph de Maistre, Louis de Bonald, Donoso Cortés e [Charles Maurras](#), a revista defende a ordem, a [autoridade](#), a contra-revolução. O governo Artur Bernardes é identificado como reação à onda revolucionária. Nesta fase, uma das palavras de ordem da publicação é: *“a pior legalidade é ainda melhor do que a revolução”*.

Ao assumir a direção do Centro Dom Vital em 1928, Tristão de Athayde transforma *A Ordem* numa revista de cultura católica. A filosofia e a sociologia, particularmente a análise do caráter nacional brasileiro, são objetos de estudos constantes. Entre 1929 e 1930, a revista confere pouca ênfase aos assuntos políticos, reafirmando o caráter não partidário da Igreja. A partir de março de 1931, surge uma nova sessão de crônica [política](#), assinada por Sobral Pinto. Nela, critica-se a Revolução de 1930, o [militarismo](#), a [ideologia](#) sindicalista, defendendo-se a reconstitucionalização dos país como obra cristã. (v. [Sociedade Integral](#)) Por pressões do governo, essa sessão é encerrada em outubro de 1933. Em dezembro de 1931, é inaugurada a estátua do Cristo Redentor no Corcovado. O evento é transformado em demonstração popular religiosa. Nesta ocasião, a revista transcreve o documento enviado a Vargas onde a Igreja apresenta as suas reivindicações e defende o direito de intervenção na ordem política. (v. [Autarquia](#)) Em 1932, através da [Liga Eleitoral Católica](#), a Igreja articula-se com a ordem política, fazendo os seus próprios candidatos. Neste mesmo ano, é criado o Instituto Católico de Estudos Superiores.

A partir de 1935, através da [Ação Católica](#), a revista passa a defender a união entre o clero e os leigos. Apela para a atuação social como uma necessidade moral. (v. [Catolicismo Social](#)) A revista insiste na distinção terminológica entre ação de católicos e [Ação Católica](#). Argumenta que o ideal é que a atuação dos católicos esteja vinculada à hierarquia eclesial. (v. [Comitês Anticomunistas](#)) Em 1937, reforçando a carta pastoral de D. Sebastião Leme, onde denuncia o comunismo ateu, *A Ordem* publica vários artigos advertindo contra a ameaça universal do comunismo. (v. [Anticomunismo](#)) Baseando-se nas idéias do filósofo Jacques Maritain, busca-se conciliar a unidade cristã com o pluralismo político: *A Ordem* apresenta-se como defensora do estado ético corporativo. A partir daí, é crescente a participação da Igreja no governo Vargas. *A Ordem* identifica-se com os princípios dos regimes autoritários, tais como: hierarquia, dever, ordem, autoridade, mas condena a hipertrofia do Estado e se constituiu num dos principais veículos de difusão da ideologia do grupo católico conservador. (v. [Casamento](#) & [Estatismo](#)) Teve uma continuidade expressiva na vida editorial brasileira, considerando-se que foi lançada em 1921 e, embora com periodicidade bastante irregular, conseguiu chegar aos anos de 1980. (v. [Conservadorismo](#))

Monica Velloso

Referências Bibliográficas:

TODARO, Margareth Patrices. Pastors, prophets and politicians: a study of brazilian Church, 1916-45. Columbia University, Phd, 1971.

VELLOSO, Monica Pimenta. A ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. In: Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, FGV, 21(3), 1978.

ORTEGA Y GASSET, José (Madri 1883-Santillana de Mar 1955). Filósofo e político espanhol nomeado em 1910 após o retorno dos estudos da Alemanha, professor de Metafísica na Universidade de Madri. Pertenceu à chamada Geração de 1898, um grupo de intelectuais disposto a pensar a realidade do [atraso](#) cultural da Espanha. O conjunto de suas obras abrange filosofia, estética, [política](#), teoria da [história](#), sociologia, crítica literária, etc. Desde seus estudos na Alemanha, dedicou-se a direcionar o seu pensamento às circunstâncias vistas e vividas em Espanha. Nunca se afastara da [estética](#) como uma questão política e afirmava que aos espanhóis *la salvación* viria por uma associação entre estética e política, e esta é a perspectiva teórica que culmina em 1914. (v. [Modernismo nas Artes](#)) O autêntico manifesto de sua geração é o discurso pronunciado num [teatro](#) de Madri sob o título de *Vieja y Nueva Política*. Neste, a convicção de que o problema político de Espanha é um problema de falseamento sobre os mitos que reforçam a prescrita identidade espanhola faz com que o filósofo se dedique a uma nova abordagem sobre o casticismo. (v. [Europa](#)) Ainda no ano de 1914, rompendo definitivamente com a visão de uma trágica realidade espanhola proposta por Miguel de Unamuno, publica *Meditaciones del Quijote* e, desde já, propõe a salvação da circunstância espanhola por meio do resgate da alma de Dom Quixote, de seu entusiasmo e de sua coragem. (v. [Guerra](#)) No âmbito político, participaria da fundação da *Liga de Educación Política* em 1913, unindo-se ao Partido Reformista. (v. [Revolução](#))

Durante a ditadura de Miguel Primo de Rivera (1923-1929), a produção de Ortega y Gasset foi abundante, começando com *España Invertebrada* (1923) e terminando com o clássico *La rebelión de las massas* (1929). Nesse período, o filósofo foi acusado por seus adversários de “colaboracionista” com o regime. Entretanto, a sua demissão da Universidade de Madri em 1929 esclareceria com fatos a sua prática situacionista. (v. [Oposição/Situação](#)) Sem dúvida, a sua posição ambígua em relação à [ditadura](#) contrastava com figuras como as de Unamuno, Blasco Ibañes e Valle-Iclán, que a todo o momento se colocavam contra a intervenção militar. (v. [Militarismo](#)) Numa época de intensa agitação, nos artigos de *La rebelión de las massas*, o filósofo atribui a crise da cultura ocidental à dominação das massas desprovidas de qualquer compreensão a respeito da fragilidade da civilização ou de seu caráter trágico. (v. [Ocidente](#)) Todavia, o filósofo projetava uma sociedade entregue ao comando dos mais sábios, dotados de uma razão suficientemente clara, capazes de identificar a civilização contemporânea como um produto do desenvolvimento histórico e não como a conquista singular de uma época. (v. [Autoridade](#)) Ortega y Gasset propunha uma sociedade entregue ao comando dos mais sábios e capazes, minimizando o confronto das massas com essas minorias num processo recorrente de culturalização e de naturalização. (v. [Autarquia](#))

Desde a *Liga de Educación Política* até a *Agrupación al Servicio de la República* em 1931, Ortega y Gasset contribuiu em vários diários, muitos dentre eles sob sua orientação, influenciando decisivamente na opinião pública de seu tempo. Suspenso da Universidade em 1929 pelo ditador Primo de Rivera, seria eleito deputado pelas Cortes Constituintes da II República em 1931, afastando-se da política parlamentar dois anos mais tarde para nunca mais retornar. De 1936 a 1945, exilar-se-ia da Espanha sem interferir diretamente na vida política. Mesmo sem nunca ter se associado diretamente a uma [ideologia](#) de direita – ainda que habitassem em sua órbita figuras representativas da direita quando esteve na vida parlamentar como deputado das Cortes –, Ortega y Gasset sofreria uma série de apropriações por parte dos membros da [Falange](#). José Antônio Primo de Rivera recuperaria algumas das suas idéias. Os seus anos de vida parlamentar foram definidos pelo historiador Ramón Tamames como *Bienio transformador*. Ortega y Gasset aspiraria, numa conferência intitulada *Rectificación de la República*, à organização de uma República espanhola propondo a fundação de um *Partido Nacional* de coalizão aos moldes de um difuso [nacionalismo](#) orgânico e anti-classista de

rígida disciplina interna do qual compactuassem trabalhadores e [empresários](#). (v. [Corporativismo: Teoria](#)) Esta idéia associaria por um bom tempo a imagem do filósofo ao estertores do [fascismo](#). (v. [Conservadorismo](#) & [Franquismo](#))

Francisco Rogido Fins

Referências Bibliográficas:

MORÁN, Gregorio. “El maestro en el erial: Ortega y Gasset y la cultura del franquismo”. In Colección Andanzas. Barcelona, Tusquets Editores S.A, 1998.

ORTEGA Y GASSET, José. “La rebelión de las masas”. Madrid, Alianza Editorial S.A., 1994.

ORTEGA Y GASSET, José. “Discursos políticos”. Madrid, Alianza Editorial. S.A., 1990.

ORTEGA Y GASSET, José. “Meditación sobre la técnica”. In Colección El Arquero. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1966.

ORTEGA Y GASSET, José. “História como Sistema”. In Colección El Arquero. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1975.

P

PACTO ANTI-KOMINTERN. O Pacto Anti-Komintern, assinado entre a Alemanha nazista e o Japão em Berlim a 25 de novembro de 1936, foi um elemento importante para a constituição do Eixo. O seu significado ideológico é explícito, mas não exclusivo, na medida em que envolvia também interesses político-estratégicos bem definidos. (v. [Geopolítica](#)) O caráter ideológico anticomunista do Pacto vincula-se ao contexto da época na medida em que se apresenta como resposta ao VII Congresso da Komintern (Internacional Comunista, ou III Internacional) e sua [política](#) de frente única antifascista. (v. [Frentes Populares Antifascistas no Brasil](#)) Deve-se levar também em consideração o fato de que foi firmado durante o acirramento da Guerra Civil Espanhola. Explicitamente, o Pacto constava de três artigos: o primeiro manifestava a concordância alemã e japonesa em trocar informações sobre as atividades da Komintern e em adotar medidas contra ela; o segundo fazia um apelo a outras nações que viessem a ser ameaçadas para adotar medidas defensivas semelhantes; finalmente, o terceiro estabelecia um período de cinco anos para validade do pacto. (v. [Imperialismo](#)) Esse não fazia qualquer menção ao Estado Soviético. Contudo, ele comportava também três cláusulas secretas, cujo preâmbulo destacava estar o governo soviético orientando e estimulando a estratégia da Internacional Comunista, pretendendo inclusive empregar o Exército Vermelho para tal fim. Sucintamente, os três artigos estabeleciam um compromisso entre a Alemanha e o Japão de manterem consultas mútuas em caso de ameaça ou ataque por parte da URSS. A Itália aderiu ao Pacto em janeiro de 1937 e a Espanha em janeiro de 1939. (v. [Anticomunismo](#)) O resultado prático da dimensão ideológica do Pacto Anti-Komintern foi o estabelecimento de uma ação coordenada dos órgãos policiais e serviços secretos contra as organizações e os militantes de esquerda, que resultaram em milhares de prisões e mortes. (v. [Autoritarismo](#) & [Tortura](#)) É conveniente ressaltar que tal ação não se restringiu apenas aos governos signatários e aos elementos socialistas-comunistas, pois, ainda que informalmente, a colaboração estendeu-se a outros países, inclusive liberal-democráticos, e também dirigiu-se contra elementos antifascistas “indesejáveis” e não esquerdistas. (v. [Inimigo](#))

A par de formalmente contrapor-se à suposta “ameaça vermelha”, o Pacto servia claramente como instrumento de afirmação de facções alemãs e japonesas interessadas em sobrepular os grupos políticos conservadores tradicionais que controlavam a diplomacia e limitavam os interesses dos setores militares de ambos os países. (v. [Militarismo](#)) Prova disto é que as negociações foram iniciadas e desenvolvidas sem conhecimento do Ministro de Relações Exteriores do [Reich](#), o Barão Von Neurath (favorável à aliança com a China) e do Embaixador japonês em Berlim, Mushakoji. Os contatos foram iniciados pelo comerciante alemão Friedrich Hack, que informou ao adido militar japonês em Berlim (Major-General Oshima) que *Herr Ribbentrop* (que na época não era Ministro do Exterior) e a cúpula nazista estavam interessados numa aliança com o Japão. Para a Alemanha, então desenvolvendo sua política expansionista, o pacto representava uma espécie de legitimação internacional como “cruzado anticomunista” do mundo cristão. (v. [Fascismo na Alemanha](#) & [HITLER, Adolf](#)) Isto também era válido para o Japão que, além disso, buscava no Terceiro Reich um aliado militar expressivo em sua política de neutralização da URSS na Ásia. Para o exército nipônico, particularmente, tal aproximação era fundamental como forma de afirmar-se face a um governo que considerava vacilante frente à situação social interna e à política em relação à China. Quanto ao primeiro aspecto, é importante ressaltar que os efeitos da Grande Depressão de 1929-1933 foram particularmente severos no Japão, agravando a situação sócio-política com o incremento da mobilização dos trabalhadores e forças de esquerda e com a tentativa de golpe militar de extrema-direita (formalmente fracassada, mas que reforçou a posição do exército). (v. [Fascismo no Japão](#)) Com relação à China, multiplicavam-se os incidentes. O exército desejava um conflito armado, pois temia os crescentes sinais de aproximação entre o Partido Comunista e o Kuomintang para o estabelecimento de uma frente anti-japonesa. Para

uma ação mais decisiva contra os chineses, era necessário manter a URSS neutralizada, como forma de garantir o flanco norte das forças nipônicas. Assim, alguns meses depois de assinado o Pacto, produziu-se o Incidente da Ponte Marco Polo, em Pequim, desencadeando a Guerra Sino-Japonesa. Esta longa guerra, ironicamente, criou condições para o triunfo da [Revolução](#) Chinesa, produzindo resultados opostos ao pretendidos pelo pacto.

Paulo Fagundes Vizentini

Referências Bibliográficas:

- DUROSELLE, Jean-Baptiste. Histoire Diplomatique de 1919 a nos jours. Paris, Dalloz, 1978.
MAISKI, I. Quem ajudou Hitler. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
RENOUVIN, Pierre. Historia de las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX. Madrid, Akal, 1982.
TAYLOR, A. J. P. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
VIZENTINI, Paulo. A Segunda Guerra Mundial (1931-1945). Porto Alegre, Mercado Aberto, 1989.

PACTO GERMANO-SOVIÉTICO. Constitui um dos acordos diplomáticos mais polêmicos do século XX e é enfocado geralmente de forma passional e maniqueísta. Acadêmicos e políticos liberais e de certas correntes de esquerda argumentam, a partir de um enfoque predominantemente ideológico, que se tratou de um “pacto de ditadores” que teria sido responsável pela destruição do Estado polonês e pelo desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. Contudo, raramente leva-se em consideração tanto a percepção da política anglo-francesa de *apaziguamento* pela diplomacia soviética quanto os aspectos tático-estratégicos da direita fascista. Para uma compreensão minimamente objetiva a respeito do Pacto, é indispensável analisar a conjuntura internacional dos anos de 1930.

Em primeiro lugar, é necessário identificar os interesses em jogo e as forças em luta. Muito mais do que o enfrentamento entre “[democracias](#) e [ditaduras](#)”, deve-se pensar numa diplomacia triangular fortemente condicionada pelos efeitos sociais e econômicos da Grande Depressão. Os países do Eixo foram os mais afetados e buscavam uma revisão do *status quo* internacional, enquanto as metrópoles coloniais européias (depois reforçadas pelos EUA) oscilavam entre enfrentar o desafio econômico representado por uma possível expansão dos primeiros sobre suas áreas de influência e a cooperação com eles visando a contenção dos conflitos sociais na Europa e na própria URSS. Esta, por sua vez, oscilava entre conter a Alemanha nazista através de uma aliança com a Inglaterra e a França (Segurança Coletiva, via Liga das Nações) ou isolar-se para manter-se fora da guerra, explorando as rivalidades intercapitalistas. De fins de 1933 até meados de 1939, a primeira opção foi dominante durante a gestão de Litvinov à frente da diplomacia soviética. Contudo, à medida que a política anglo-francesa de *apaziguamento* (*apeasement*), liderada pelo Primeiro Ministro Chamberlain, deixava espaço para o fortalecimento e expansão da Alemanha, Stalin passou a considerar a segunda opção. (v. [Pangermanismo](#) & [Reich](#)) A política de Londres e Paris em relação à Guerra Civil Espanhola e ao Acordo de Munique, através do qual os Sudetos tchecos foram entregues à Alemanha, reforçaram a percepção soviética de que esta diplomacia estava voltada a preparar uma invasão alemã à URSS, que no mesmo ano sofrera um ataque japonês em Lago Kassin no Extremo Oriente. Em março de 1939, [Hitler](#) anexou o restante da república tcheca, impôs um acordo que lhe dava o controle sobre a economia da Romênia (na fronteira soviética) e rompia o acordo de não-agressão com a Polônia, exigindo a entrega de Dantzig. Logo depois, a Alemanha ocupou parte da Lituânia. (v. [CHURCHILL, Winston Leonard Spencer](#))

A resposta da França e da Grã-Bretanha foi apenas retórica, mas o Kremlin lançou uma última tentativa de aliança militar com esses países, enquanto simultaneamente Molotov (adepto do isolamento) assumia a diplomacia soviética e iniciava conversações secretas paralelas com a Alemanha. É preciso também lembrar que o Japão estava desencadeando simultaneamente operações militares contra a URSS na Mongólia. (v. [Pacto Anti-Komintern](#)) Os governos anglo-francês, sem se preparar militarmente, enviaram a Moscou diplomatas e militares de segundo escalão sem poder de decisão para conversações que se arrastavam, enquanto a ditadura polonesa se negava a aceitar ajuda soviética contra Hitler. Stalin concluiu que Chamberlain pretendia jogar sua última cartada, permitindo que a *Wehrmacht* ocupasse a Polônia, atingindo a fronteira soviética e, muito provavelmente, atacasse a União Soviética. Foi então que os soviéticos fizeram o seu grande lance diplomático: Molotov ofereceu bruscamente à Alemanha um Pacto de Não-Agressão, assinado em 24 de agosto de 1939, o qual deixou a Itália e o Japão confusos. Liberais, trotskistas, social-democratas e os governos conservadores da França e Inglaterra, numa única voz, condenaram “a traição de Stalin”. Para este, tratava-se de “virar Hitler para o Oeste”, dando uma resposta ao Acordo de Munique e ganhando tempo para preparar-se militarmente. (v. [Geopolítica](#)) O item secreto de “partilha” da Polônia devolvia à URSS os territórios etnicamente russo-ucranianos, a leste da Linha Curzon, que os poloneses haviam ocupado militarmente em 1920, o que aumentava

simultaneamente a zona defensiva soviética em 200 km. (v. [Völkisch](#)) Para Hitler, era uma oportunidade de explorar a debilidade (e a tolerância...) anglo-francesa visando ampliar a sua expansão e melhor preparar-se militarmente. Além disso, os acordos econômicos com a URSS possibilitariam contornar um possível bloqueio comercial ocidental. No fundo, foram as rivalidades imperialistas que levaram Hitler a não desejar ser apenas um peão da política anti-soviética dos Aliados e sim utilizá-las como parte de sua própria estratégia. (v. [Império](#)) O Pacto Germano-Soviético, ainda que celebrado entre os inimigos extremos, constituiu uma vitória tática inegável enquanto instrumento de defesa da URSS. O erro da liderança stalinista (carente de legitimação) veio depois, ao tentar justificá-lo como estratégia. Além disso, teve um elevado custo político para o movimento comunista, que ficou paralisado por dois anos até a URSS ser atacada, período durante o qual a direção soviética negligenciou medidas necessárias para a defesa. Isto se deve tanto à tentativa de “não provocar a Alemanha” quanto de haver de certa forma assumido teoricamente como estratégia uma medida meramente tático-diplomática que considerou a Segunda Guerra meramente como um conflito interimperialista. (v. [Imperialismo](#))

Paulo Fagundes Vizentini

Referências Bibliográficas:

- DUROSELLE, Jean-Baptiste. Histoire Diplomatique de 1919 a nos jours. Paris, Dalloz, 1978.
MAISKI, I. Quem ajudou Hitler. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
RENOUVIN, Pierre. Historia de las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX. Madrid, Akal, 1982.
TAYLOR, A. J. P. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
VIZENTINI, Paulo. A Segunda Guerra Mundial (1931-1945). Porto Alegre, Mercado Aberto, 1989.

PAES, Sidônio Bernardino Cardoso da Silva (1872-Coimbra/1918-Lisboa). Professor de matemática na Universidade de Coimbra e oficial de artilharia, ainda estudante conspirou contra a monarquia em 1891. Deputado na Assembléia Nacional Constituinte de 1911 e Ministro do Fomento do primeiro governo constitucional republicano chefiado por João Chagas. Foi representante do governo nas manifestações do primeiro aniversário da implantação da república, tendo assinado o auto do lançamento da primeira pedra para o monumento comemorativo da [revolução](#) republicana em 1910. (v. [Conservadorismo](#)) Em 17/8/1912, foi nomeado Ministro (embaixador) de Portugal em Berlin, cargo que desempenhou até que a Alemanha declarou [guerra](#) a Portugal em 9/3/1916. Durante a sua permanência em Berlin, Sidônio Paes deslumbrou-se com a grandeza militar, com o aparato das paradas, com as exibições marciais, com a obediência, a disciplina e a passividade de quase todo o povo alemão perante os poderes do Estado. (v. [Estatismo](#)) A sua simpatia pela Alemanha levou alguns autores a apontarem que deve ter derivado daí a sua paixão pelo presidencialismo. Filiou-se ao Partido Unionista, o qual tinha Brito Camacho por chefe superior. (v. [Militarismo](#))

Com sua volta a Portugal, congrega os descontentes com a situação caótica que se encontrava o país. Lidera um movimento revolucionário a 5/12/1916, que depõe Bernardino Machado da presidência e institui um regime “presidencialista” de direita, tornando-se o cabeça do novo Estado. Com a vitória da insurreição, Sidônio insere vários suplementos ao Diário do Governo, proclamando ao país que a república venceu a demagogia e a tirania; ao mesmo tempo, publica um decreto por meio da junta revolucionária na qual se nomeia Presidente do Ministério e Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros e, posteriormente, decreta a 27/12/1917 que o Presidente do Ministério assumiria as funções de Presidente da República. Dar-se-ia início a mais uma ditadura em Portugal. (v. [Autoritarismo](#)) O seu governo começa uma nova onda de assassinatos políticos e pilhagens. Em 7/4/1918, o Partido ao qual é filiado rompe com sua política e, apesar dos apelos, coloca Portugal na guerra. Apesar das dificuldades e da união de Evolucionistas e Unionistas, e mesmo com o crescimento da animosidade de uma grande parte da opinião pública contra a política de guerra, Sidônio institui o sufrágio universal e acaba se beneficiando: foi eleito Presidente da República com grande maioria de votos. Sidônio dá margens para que elementos centristas e sidonistas fundassem um novo Partido, o Partido Nacional Republicano. Neste momento, ocorre um malogrado atentado contra Sidônio, que colocou toda uma nação sob suspeita. (v. [Inimigo](#)) Com isto, ele manda destruir a sede da [maçonaria](#) e, em 14/12/1918, foi alvejado a tiros por José Júlio da Costa, antigo sargento do exército que se batera na África contra os alemães. (v. [FERRO, Antônio Joaquim Tavares](#))

Marcelo Solino Cristino

Referências Bibliográficas:

GOUVEIA, Sérgio. De Sidônio Paes à República Nova (1910-1918). Lisboa, 1918.

MARQUES, Antônio H. de Oliveira. A primeira República Portuguesa. Lisboa, Ed. Portuguesa, 1981.

SERRÃO, Joel. Dicionário de História de Portugal, vol. III.

PANGERMANISMO. Para que se entenda o pangermanismo é necessário que se defina tal manifestação social, pelo menos em princípio, a partir de três dimensões que, embora distintas, foram mescladas em diferentes contextos: como uma produção cultural de inspiração utópica, como uma [ideologia](#) política e como um movimento de caráter extremista. Além disto, há de se atentar para o fato de que o pangermanismo oscila, como é típico dos fenômenos nacionalistas, de uma posição defensiva – um povo oprimido a reivindicar seus direitos – para uma posição ofensiva – a negar direitos a quaisquer outros que não sejam considerados seus iguais. A noção de pangermanidade (*Deutschtum*) surge na segunda década do século XIX com os primeiros românticos (Herder, Goethe, Schiller, Arendt), também conhecidos como românticos ilustrados. (v. [Conservadorismo](#))

Para Herder, a ênfase na racionalidade dos iluministas franceses desconsiderava a unidade entre julgamento intelectual e imaginação – que estaria nitidamente expressa nas invenções coletivas de pessoas comuns, cuja singularidade era irreduzível a generalizações, motivo pelo qual o universalismo iluminista não podia ser aceito. (v. [Tradição](#)) Para o autor, se cada cultura traz consigo uma experiência intransferível, qualquer povo é um todo organicamente conformado e não uma mera soma das partes. (v. [Eugenia](#) & [Natureza](#)) Denota-se aí uma herança religiosa em processo de secularização. A nação “revela” um corpo cujos membros se integram num mesmo espírito (*Volksgeist*), o que não é fruto das ações racionalmente intentadas, mas muito mais de invenções inconscientes. Este corpo que se exterioriza no universo da cultura é conformado no passado, devendo sua história orientar o futuro, donde a necessidade de uma ação pedagógica para inculcar nos jovens a consciência, sentimento e idéias nacionais. Como um substituto emocional da religião, esta sorte de [nacionalismo](#) germânico é concebida como a exteriorização de um invisível, porém, poderoso sentimento: o de unicidade. (v. [Ocidente](#))

Esta produção intelectual – que motivou diversas reações no campo da arte à época da dominação napoleônica – animará os movimentos de unificação na [Europa](#) de língua alemã – influenciando não apenas as regiões que formariam o Estado Alemão em 1871, mas também a Áustria e as minorias residentes em outros países da Europa e das Américas. (v. [Reich](#)) Aí, a *nação como manifestação divina* é associada à identidade étnica, o que leva a um sentimento de [alteridade](#) radical, justificado ironicamente pela idéia de *povo eleito* inspirado no [judaísmo](#). Com ele, recusa-se o pluralismo e explica-se o auto-isolamento em relação a outras culturas. Esta doutrina foi instrumentalizada politicamente pelo [imperialismo](#) alemão que, diferentemente dos países que já possuíam colônias de ultramar, objetivava a expansão territorial no próprio continente europeu. Entre os camaradas de etnia (*Volksgenossen*), pregava-se o apelo à consciência tribal: *nossa maior possessão é nossa cultura; temos que criar um corpo do tamanho de nossa cabeça*. No entanto, aos membros de outras etnias dispensava-se o mesmo tratamento que os demais imperialistas dispensavam aos nativos de ultramar. Aí, os sentimentos de superioridade étnica, o senso missionário e o expansionismo militante se dirigiam a quaisquer países ou localidades onde residissem germânicos. Esta doutrina foi particularmente importante nos anos que precederam à Primeira Guerra: apelos populistas, propaganda massiva, oposição extra-parlamentar e um estridente anti-semitismo. Dado o seu conceito de transterritorialidade, criam-se diversas associações, organizadas como corporações multinacionais para alocar recursos, privilégios, orientação pedagógica e pressão política em favor de mitos irracionais de unidade – no limite, ter-se-ia a restauração do Império de Oto I. (v. [Liga Pangermânica](#))

Os pangermanistas perdem sua relevância política ao final da Primeira Guerra, mas não a sua ideologia. Pelo contrário, ela se torna oficial por ação de [Adolf Hitler](#) que, aliás, já tinha confessado em 1924, no livro [Mein Kampf](#), a sua admiração pelo pangermanismo. Foi este, segundo suas próprias palavras, que o ensinou a eleger um único [inimigo](#) para eletrizar as massas e a importância do nacionalismo biológico sobre o patriotismo dinástico. Com esta

convicção, Hitler se concentrou na idéia-força do conceito [völkisch](#), empregado pelos seus antecessores não como popular, mas como *racial*, em permanente oposição a uma contra-raça (*gegenrasse*), o [judeu](#). Apropriada pelo [fascismo na Alemanha](#), esta doutrina assume um caráter extremista no qual a violência substitui as palavras; o movimento substitui as instituições; a xenofobia transforma-se em neurose coletiva; e a disposição à destruição e à autodestruição tornam-se sinônimos – afinal, para que a nação seja eterna é preciso que os vivos morram por ela. (v. [Fascismo](#) & [Leis de Nuremberg](#))

Marion Brepohl de Magalhães

Referências Bibliográficas:

KOHN, Hans. Die idee des Nationalismus. Heildeberg, 1950.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. Alemanha mãe pátria distante: utopia pangermanista no sul do Brasil. UNICAMP, Tese de Doutorado. Campinas, 1993

NIPPERDEY, Thomas. Nachdenken über die Deutsche Geschichte. München, C.H.Beck, 1986.

SCHORSKE, Carl. Viena fin de siècle: política e cultura. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SNYDER, Louis. Macro-nationalism: a history of the pan-movements. Westport-Connecticut, Greenwood Press, 1984.

PARETO, Vilfredo Frederico Damaso (1848-1923). De origem nobre, engenheiro de formação e reconhecido como um dos pais da [economia](#) matemática e igualmente da sociologia, o italiano Vilfredo Pareto também teve o seu nome associado ao [fascismo](#), do qual foi diversas vezes apontado como um profeta. De fato, [Benito Mussolini](#) a ele se referiu, em repetidas ocasiões, como um dos maiores pensadores da Itália, chegando mesmo a nomeá-lo senador. Pareto, contudo, nunca chegou a ter vínculos efetivos com o fascismo e morreu apenas um ano após a ascensão de Mussolini, quando ainda o regime não havia mostrado a sua face mais negativa e era apoiado pelo Partido Liberal. (v. [Fascismo na Itália](#)) Foi a teoria das elites de Pareto que o projetou nas origens da disciplina sociológica e, da mesma forma, em larga medida, que deu base à leitura positiva que dele foi feita pelos setores anti-igualitários, antidemocráticos. Expressa em vários trabalhos do autor, esta teoria foi formulada de modo mais sistemático no *Trattato di sociologia generale*, publicado pela primeira vez em 1916. Segundo ela, havia em todas as esferas, em todas as áreas da ação humana, indivíduos que se destacavam dos demais por seus dons, por suas qualidades superiores. Eles compunham uma minoria distinta do restante da população – uma elite. Havia, portanto, uma elite de guerreiros, uma elite religiosa, uma elite econômica, uma elite de ladrões e assim por diante. O termo, como se vê, tinha para Pareto um sentido classificatório e não simplesmente valorativo, designando uma aristocracia – isto é, os melhores, os mais competentes, os mais aptos de cada atividade –, fosse socialmente sancionada ou não. (v. [MICHELS, Robert](#))

As aristocracias não eram eternas. Na verdade, a [história](#), na formulação consagrada de Pareto, era um cemitério de aristocracias. Da mesma forma que as células humanas morriam, as aristocracias eram substituídas por outras num processo contínuo que o autor chamava de circulação das elites. Assim como o fluxo sanguíneo, que mantém vivo o organismo humano, a circulação das elites assegurava o equilíbrio e a longevidade do corpo social. (v. [Natureza](#)) Quando a circulação cessava, ou se tornava demasiado lenta, observava-se uma degeneração da elite. (v. [Conservadorismo](#)) Ela passava a concentrar elementos de qualidade inferior, ao mesmo tempo que, abaixo dela, nas camadas inferiores, ocorria um acúmulo de indivíduos de traço superior. Conformava-se, deste modo, um quadro sério de perturbação e crise, propício à derrubada violenta da elite governante, à sua substituição por via de uma [revolução](#). De fato, havia em todas as sociedades, ao longo do tempo, uma luta constante entre a elite no poder e os grupos dele excluídos. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Não se tratava, porém, de uma luta de classes, como acreditavam os marxistas, e sim de uma luta de elites. (v. [Política](#)) Tratava-se de uma luta que não cessava nunca, mesmo quando extintas as classes sociais, dado que ainda assim se assistia à formação de elites. Isto significava dizer que uma revolução socialista, na visão de Pareto, nada mais era do que a substituição de uma elite burguesa capitalista por outra socialista. Longe, portanto, de ser igualitária, conforme se propalava, a sociedade socialista, como todas as demais, era também dominada por uma elite. (v. [Jacobinismo](#)) Não era possível, por conseguinte, haver um governo das massas, um governo em que fosse soberana a vontade popular. Todo governo era de uma minoria e nem mesmo a imposição do sufrágio universal era capaz de alterar este quadro. A tese democrática, na visão de Pareto, não tinha base real. Ainda assim, ela podia operar como um importante elemento propulsor, agindo como um credo, evocando sentimentos, insuflando esperança, principalmente nos indivíduos das classes baixas que necessitavam suportar as agruras do dia-a-dia, levando-os à mobilização, impulsionando-os à ação. (v. [Ideologia](#)) Por isso mesmo, a retórica democrática se constituía num valioso instrumento, numa poderosa arma para os grupos que buscavam alcançar o poder mas que, para tanto, precisavam do apoio das massas. (v. [Democracia](#)) Uma vez galgado o poder, os ideais democráticos podiam se afirmar como um elemento fundamental para a legitimação da nova minoria. O problema todo se colocava quando as novas elites no poder deixavam de perceber estes ideais como aquilo que efetivamente eram,

ideais, elementos de dissuasão, entregando-se ao que Pareto chamava de religião humanitária, recusando-se a empregar meios violentos contra os seus [inimigos](#) que, assim, tinham livre o seu campo de ação. (v. [Oposição/Situação](#)) Era isso que, na visão do autor, vinha ocorrendo com a burguesia européia, renunciando o fim do seu ciclo de dominação. (v. [MOSCA, Gaetano](#))

Mario Grynszpan

Referências Bibliográficas:

ALBERTONI, Ettore A. Doutrina da classe política e teoria das elites. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo-Brasília, Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1982.

BOBBIO, Norberto. On Mosca and Pareto. Genebra, Librairie Droz, 1972. (Travaux de Droit, d'Économie, de Sociologie et de Sciences Politiques, 91).

GRYNSZPAN, Mario. "A teoria das elites e sua genealogia consagrada". RBIB, Rio de Janeiro, 1996(41): 35-83, 1º sem..

PARETO, Vilfredo. Traité de sociologie générale. Paris, Payot, 1933.

PARTIDO DA LIBERDADE AUSTRIACO (Freiheitliche Partei Österreichs, FPÖ).

Criado em 1956 com um grande número de militantes (cifras não são publicadas pelo partido) e com um bom desempenho nas eleições de 1999 (28.1%), tornou-se o segundo partido nacional da Áustria, o que o habilitou a formar um governo em coligação com os conservadores. (v. [Extrema-Direita na Áustria](#)) A chegada ao poder do FPÖ representa um grande impacto no jogo político europeu, posto ser o primeiro partido reconhecidamente neofascista (excetuando a breve participação da Aliança Nacional, ex-MSI, de Gian Franco Fini no poder com a coligação de Berlusconi na Itália). A base eleitoral do partido reside nas províncias rurais, em especial na Caríntia (42% dos votos), com forte apelo tradicionalista e católico. A maioria dos eleitores do FPÖ assume com nitidez o papel da Áustria na Segunda Guerra Mundial como suporte do nazismo e declaram mesmo simpatia a [Adolf Hitler](#), são jovens (18% possuem menos de 30 anos em 1990) e têm poucas informações sobre a guerra e o [Holocausto](#). (v. [Fascismo](#)) Pequenos proprietários (33%) e operários (21%) constituem as duas categorias sociais mais representadas no seio do partido, que conhece ainda um grande sucesso entre as mulheres (30% do eleitorado). (v. [Conservadorismo](#))

Desde 1986, Jörg Haider exerce amplo domínio sobre o partido, praticando um jogo duplo, astuto e eficiente: por um lado, suprime as manifestações de tipo *antiquário* (de desfiles, uniformes e bandeiras nazistas), enquanto por outro lado exercita um discurso racista e xenófobo. (v. [Alteridade](#), [Baderna](#) & [Chauvinismo](#)) Durante a sua indicação como líder nacional do FPÖ, *führer* em alemão, em 1986, os militantes o saudaram com o grito nazista de *Sieg Heil*. Haider colhe impressionantes resultados ao praticar uma revisão da história da Segunda Guerra Mundial, colocando a Áustria como vítima e não agressora. (v. [Historiografia do Fascismo](#) & [Pacto Germano-Soviético](#)) O mais surpreendente é a noção de que são vítimas não de Hitler e sim de Stálin e [Churchill](#), considerados como “as figuras mais abomináveis do século XX”, ao mesmo tempo em que reconhece os méritos da [política](#) de Hitler (o pleno emprego, por exemplo). (v. [Estatismo](#)) Da mesma forma que [Le Pen](#), Haider considera os partidos políticos prisioneiros de um “parlamento fantasma”, constituído pelos grupos de pressão, profundamente imbricados na vida política e responsáveis por um “governo paralelo, sem legitimação democrática”. (v. [Antigo Regime](#) & [Democracia](#)) Daí a necessidade de uma nova república, primeiro passo para a incorporação da Áustria à Alemanha, tal como fez Hitler (o Anschluss). Da mesma forma, Haider reconhece o caráter parcial e ilusório da desnazificação na Áustria, quando afirma: “o FPÖ não é uma continuação do Partido Nacional-Socialista (Nazista). Se fosse, ele teria já a maioria absoluta”. (v. [Neofascismo na Alemanha](#), [Frente Nacional](#), [Pólo da Liberdade](#) & [União Democrática do Centro](#))

A ascensão do FPÖ provocou grande impacto na [Europa](#), com o reconhecimento pela Comunidade Européia do caráter racista do partido de Haider e do perigo de a Áustria se transformar em território livre para a propaganda neonazista. Malgrado todas as desculpas de Haider, o FPÖ aparece como o verdadeiro herdeiro político do Partido Nazista, da mesma forma que a Aliança Nacional, ex-MSI, é o herdeiro do [Partido Nacional Fascista Italiano](#). (v. [Ideologia](#) & [Partido Político de Direita](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

(Ver Extrema-Direita na Áustria)

PARTIDO NACIONAL-FASCISTA ITALIANO. Para a tomada do poder, o [fascismo](#) necessitava de um partido político. O Movimento Fascista Italiano dá as bases para o Partido Nacional-Fascista Italiano, criado em Roma a 7 de novembro de 1921. Os fascistas conseguem adeptos em todas as classes sociais. Cerca de 70% do total dos membros pertencem às camadas médias da população, operários, camponeses e 30% do total são compostos por industriais, proprietários de terras e profissionais liberais. (v. [Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas](#)) O fascismo se estende por todas as regiões da Itália e seus adeptos compõem 15% da população rural. O movimento se alastra, revelando um poder de expansão que nenhum outro partido demonstrara no período. O cenário político italiano no pós-guerra é marcado pela fragilidade partidária, com a desagregação de velhos partidos e o surgimento de novos. No programa do Partido Nacional-Fascista estavam definidos tanto os seus princípios quanto a sua organização. Em relação a seus princípios, propunha-se reconhecer a função social da propriedade privada e a pacificação da sociedade a partir da criação dos fascios de combate. (v. [Fascio](#))

Nas eleições de 1921, [Mussolini](#) é eleito deputado e escolhido como líder da direita no Parlamento Italiano, recebendo expressiva votação. No seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados, ratifica os ideais do fascismo e prega a união da burguesia e classes trabalhadoras da cidade e do campo num esforço comum que é o do trabalho. (v. [Corporativismo: Teoria](#)) O Estado deveria garantir a harmonia entre as classes e a Nação. O PNFI torna-se o principal partido do país e o único a garantir a pacificação nacional. O Partido Socialista, após ter sido responsável pelas lutas sociais italianas, acomoda-se e começa a fazer parte do próprio governo burguês através da participação em gabinetes de coalizão. As campanhas nacionais para auxiliar [D'Annunzio](#) e seus companheiros de luta serviram para armar uma parcela significativa da população. (v. [Arditi](#)) Os esquadrões fascistas de combate surgiram nesta ocasião. A população armada passou a ser um perigo constante para a estabilidade não só do regime político mas também do próprio sistema. (v. [Fascismo na Itália](#))

A tomada do poder pelos fascistas depois de todas as manifestações de poder bélico e poder político, seja nas expedições punitivas, seja através do apoio popular, era apenas uma questão de tempo. (v. [Fascismo: Movimento](#)) A “Marcha sobre Roma” foi o coroamento do trabalho e da organização fascistas. O primeiro-ministro Facta pediria demissão ao rei e que fosse decretado o estado de sítio. (v. [Ditadura](#)) Vítor Emmanuel aceita a primeira proposta e recusa a segunda. Mussolini é chamado para organizar o ministério. Industriais e proprietários de terras haviam insistido em sua designação para formar o gabinete. O rei acede ao pedido da burguesia e, desta forma, mantém a coroa e perde o poder. Mussolini assume o poder de forma legal e legítima. A transição entre o Estado Liberal italiano e o Estado Fascista se dá de forma gradativa. Em poucos anos, o Estado Liberal torna-se fascista através de medidas coercitivas. O PNFI permanece no poder até 1943, quando Mussolini é derrubado do cargo e foge para o norte da Itália, onde forma, sob a proteção alemã, a República de Salò (1943-45), sendo morto por guerrilheiros comunistas. (v. [Conservadorismo](#))

Lorraine Slomp Giron

Referências Bibliográficas:

FERMI, Laura. Mussolini. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.

GIRON, Lorraine Slomp. As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Parlanda, 1994.

MUSSOLINI, Benito. Scritti e discorsi. Milano, Hoelpli, 1935.

PARIS, Robert. As origens do fascismo. São Paulo, Perspectiva, 1976.

TRENTIN, Silvio; TRENTO, Angelo. O fascismo italiano. São Paulo, Ática, 1986.

PARTIDO NAZISTA NO BRASIL. Apesar de existir na Alemanha desde o início da década de 1920, no Brasil o NSDAP veio a constituir uma estrutura organizativa somente em princípios da década de 1930, tendo como data referencial de seu estabelecimento no Brasil o ano de 1931, sendo que os primeiros núcleos a se formarem são os do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) e de Porto Alegre (capital do Rio Grande do Sul). O NSDAP, em sua seção brasileira, nunca procurou estabelecer qualquer vínculo jurídico com o Estado no Brasil. De fato, nunca houve qualquer indício que demonstrasse o seu interesse em participar do jogo político brasileiro, buscando conquistar, através de pleitos eletivos, cargos ou mesmo funções em espaços formalizados de gerência do Estado ou mesmo ao nível legislativo. O NSDAP, desde o início de suas atividades no Brasil, ocupou este espaço de organização extralegal visto que suas preocupações eram direcionadas para a intervenção em espaços políticos que remetessem de forma direta ou indireta à [política](#) alemã, mesmo que realizada no estrangeiro, o que é espelhado pelo fato de ser composto em sua quase totalidade por cidadãos alemães que viviam no Brasil. (v. [Völkisch](#)) Por mais que as pesquisas até agora desenvolvidas não habilitem quaisquer conclusões mais definitivas sobre a interferência de Berlin no processo de construção do NSDAP no Brasil, é precisamente no ano de 1931 que a direção do partido na Alemanha cria a *Auslandsorganisation* (AO) – um “departamento” específico para a organização do partido nazista no exterior. Porém, apesar de a possibilidade deste tipo de intervenção da AO aqui no Brasil não ser tão remota, o partido não é fundado de uma maneira centralizada por meio de uma reunião dos partidários existentes no Brasil ou qualquer fórum correlato. Os núcleos organizados inicialmente (Porto Alegre, Capital Federal, cidade de São Paulo) estabeleceram-se autonomamente, sem qualquer tipo de centralização em termos de uma organização central ou uma coordenação das atividades partidárias no Brasil. Exemplo desta situação nos é dado pelo estabelecimento do núcleo de São Paulo. Até 1931, haviam 5 indivíduos filiados ao partido em todo o estado e, na capital, cerca de 40 simpatizantes que, neste ano, organizaram-se em um núcleo. Para isso fizeram uma reunião na qual foi eleita uma diretoria provisória, composta por três membros. Os seus nomes, assim como a própria existência da organização, deveriam ser, como foram, remetidos à Alemanha para serem confirmados pela AO. (v. [Liga Pangermânica](#))

Progressivamente constituíram-se outros núcleos até a primeira reorganização na primeira metade de 1933, quando o partido passa a contar com uma direção centralizada para todo o Brasil e a estruturar-se tanto no que diz respeito à constituição de hierarquias para todos os âmbitos da organização quanto pela formalização de áreas geográficas submetidas às diversas direções intermediárias. A necessidade de trabalho político, o surgimento de grupos locais em estados que não possuíam um círculo e mesmo a definição de áreas para o trabalho político nas quais não houvessem militantes suficientes para constituir um círculo ou grupo local foram fatores que fizeram com que se maleabilizassem os limites de suas áreas de abrangência. Com esta estruturação, a organização do partido ficou distribuída da seguinte maneira: Direção Central (com sede na Capital Federal), Círculo Centro e Norte (com sede na Capital Federal), Círculo São Paulo e Paraná (sede na cidade de São Paulo), Círculo Santa Catarina e Círculo Rio Grande do Sul. (v. [Conservadorismo](#))

Ao nível internacional, o Partido no Brasil, cujos grupos regionais encontravam-se até então vinculados diretamente à AO, torna-se parte da estrutura do partido na América do Sul, cujos diversos *Landesgruppe* (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Bolívia e Uruguai) passaram a ser subordinados a uma instância dirigente intermediária, única no partido e imediatamente subordinada à *Auslandsorganisation*: o comissariado da América Latina. Entre meados de 1933 e 1934, o partido reestrutura-se em termos organizacionais e realoca seu centro dirigente. Conta agora com um *Landsleiter* (pessoa que dirige o partido no país), muda sua sede para São Paulo e é redividido, surgindo com isso novos círculos, direções regionais e os *stuckpunkt*, chamados de “pontos de apoio”. O estabelecimento de estruturas partidárias nesta

ou naquela região mantém uma relação bastante próxima com as prioridades para o trabalho de construção partidária, o grau de independência administrativa desejável e/ou necessária para as direções locais e o número de militantes existente ou potencial de cada uma dessas regiões. Ao final, a malha organizativa que permanecerá até a dissolução do partido por ato do governo brasileiro (1938) constituiu-se, seguindo o modelo alemão, da seguinte forma: Direção Central do Partido no Brasil, com sede em São Paulo e, após a proibição do funcionamento do partido, no Rio de Janeiro, contando com uma “diretoria” composta por algo em torno de dez pessoas; Círculo-Rio de Janeiro com sede no DF; Círculo-São Paulo com sede na capital; Círculo-Paraná; Círculo-Santa Catarina; Círculo-Rio Grande do Sul; *Ortsgruppen* – Bahia, Vitória, Recife, Belo Horizonte, Terenos (MT), Rio Tinto (PB) e grupos menores em outras localidades. Ao lado desta estrutura formal do partido existia uma malha secundária de organismos, associações e instituições que com ele mantinham vínculos das mais diferentes ordens, indo desde as organizações para-partidárias e estatais alemãs, cuja estrutura se reproduz também no Brasil (como a [Juventude](#) Hitlerista, aqui chamada Círculo da Juventude Teuto-Brasileira, a Frente Alemã do Trabalho e a Associação de Mulheres Nacional Socialistas), até organizações alemãs e teuto-brasileiras formalmente não partidárias (como as associações de ex-combatentes e as associações e clubes recreativos). Após o decreto que proibia o funcionamento do partido, verificam-se atividades organizadas até 1942, deixando de existir enquanto organização a partir de então. (v. [Fascismo & Frentes Populares Antifascistas no Brasil](#))

Luís Edmundo de Souza Moraes

Referências Bibliográficas:

- GERTZ, René. O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Nazismo, Integralismo. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1996. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- SEYFERTH, Giralda. O Nazismo e a Imprensa Teuto-Brasileira do Estado de Santa Catarina. In: *Revista do Museu Paulista*, nova série, vol. XXVI, USP, 1979.
- SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e Identidade Étnica. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

PARTIDO POLÍTICO DE DIREITA. Todo o partido é um grupo social secundário que reúne componentes de opinião [política](#) semelhante, comporta numerosas relações primárias e informais e tem como objetivo a gestão dos assuntos políticos/públicos através da direção da ação estatal. (v. [Ideologia](#)) Não obstante deva estar integrado à ordenação jurídica do Estado no interior do qual se localiza, pode ter como objetivo alterá-la estruturalmente. (v. [Revolução](#)) A partir dessas características descritivas genéricas, desenvolve-se toda uma série de diferenciações entre os partidos, os quais têm a sua história incrustada na evolução das demais instituições sociais contemporâneas. Os partidos políticos de direita, como os de esquerda, nasceram das alterações ideológicas provocadas pela Revolução Francesa. O Povo – um novo sujeito político – entrava para a história, levando a uma ruptura fundamental que criou a política moderna: a soberania deveria transferir-se ao conjunto dos habitantes do país. Assim, os partidos políticos modernos nasceram em torno de um dilema fundamental: a quem deveria pertencer a soberania. (v. [Jacobinismo](#))

Joseph de Maistre, grande teórico da direita, contestou a representação popular, negando o Iluminismo e o racionalismo dos revolucionários. Dizia ele que ter a razão como fundamento da política significaria levar a sociedade ao caos e afirmava que só o monarca podia conter a soberania (1797). Tendo nascido, portanto, em oposição aos direitos do homem e do cidadão, a direita terá de alterar suas posições políticas ao longo das décadas seguintes visto que ser-lhe-ia impossível deixar de corresponder à diferentes conjunturas históricas. Porém, setores significativos das suas fileiras permanecerão sempre contrários à completa implementação daqueles direitos. Aqui se encontra o núcleo básico de manutenção do conceito de direita até a contemporaneidade. O [liberalismo](#) merece um comentário especial visto que, compondo o mesmo universo ideológico nascido com a Revolução Francesa, admitiu a soberania popular, procurando, no entanto, limitar a representação a setores da população "mais capazes de exercê-la corretamente". (v. [Conservadorismo](#)) Se a essa situação geral une-se a interpretação de mundo advinda da filosofia idealista alemã – conceito de alienação, segundo o qual a liberdade humana significaria domínio sobre a história humana – como caminho para a emancipação humana, tem-se uma visão de conjunto do ambiente intelectual que propiciou o nascimento dos partidos de esquerda e direita na cultura ocidental, com os de esquerda apoiando e os de direita opondo-se a tal correlação. ([Oposição/Situação](#))

No século XX, com as sociedades de massas, alguns partidos de direita passaram a admitir a política como um campo de luta para a manutenção de comportamentos e tradições. (v. [Tradição](#)) Dessa forma, por exemplo, de avessa à idéia de um [nacionalismo](#) que colocava a nação como centro da soberania política, setores da direita tornar-se-ão defensores do uso do conceito de nação como comunidade orgânica consolidada pelas tradições, pela memória, pela religião. Pode-se dizer então que, ao lado de movimentos de direita ultraconservadora, passou a existir uma direita que admitia a modernidade: o triunfo do capitalismo que antes apenas assustava, agora servirá também como veículo da sua afirmação. Assim, o [fascismo](#) e a formação dos partidos únicos de direita em vários países do mundo ocidental procuraram conciliar essa busca de segurança com a admissão de comportamentos políticos modernos, ou seja, no âmbito da organização da vida cotidiana e da incorporação de modelos igualitaristas não-democráticos – e anti-liberais –, o fascismo representou a procura de uma modernização popularesca, porém exclusivista, de modo que satisfizesse ideais de segurança da nação definida como corpo unitário. (v. [Autoritarismo](#) & [Ditadura](#)) Por isso, pode reunir em si – sem nunca perder o caráter de mescla heterogênea – interesses diversos de remanescentes das decadentes aristocracias européias, de setores militares incrustados nos aparelhos estatais e de novas massas de população que estavam à procura de um espaço no novo mundo capitalista. (v. [Corporativismo: Debate Político](#))

Nos EUA dos anos de 1950, o macartismo representou o modelo da direita: não apenas radicalmente contra qualquer forma de socialismo, mas também contra o liberalismo,

guardando uma certa proximidade com atitudes do fascismo na medida em que centrava sua ação no anti-semitismo e no antiintelectualismo. (v. [Hollywood e o Macartismo](#)) Na década de 1980, com a falência da narrativa de tipo revolucionária do marxismo, o liberalismo de direita pareceu tornar-se hegemônico em diversos centros políticos. (v. [Atraso & Economia](#)) Governos importantes como o de [Reagan](#) nos EUA e Thatcher na Inglaterra muito contribuíram para reforçar princípios tradicionalmente identificados com a direita: uma espécie de [darwinismo social](#) aliado à limitação do Estado a funções “mínimas indispensáveis”. (v. [Consenso de Washington](#))

A partir de 1989, um verdadeiro corte histórico pode ser notado. Junto com a queda do muro de Berlin e as mudanças geográficas a ela relacionadas, uma verdadeira revolução cultural esteve em curso, alterando os padrões explicativos das ciências sociais: em oposição às narrativas globalizantes e à supervalorização da história político-econômica, desenvolve-se a idéia de que as sociedades só podem ser entendidas através de seus comportamentos imateriais. (v. [História](#)) Apenas pela ação de fatores culturais, pelo reconhecimento de uma simbologia do poder, seria possível obter um conhecimento mais eficiente e abrangente. De forma paralela, sem que se possa estabelecer um relacionamento de causa e efeito, diversos discursos de direita ganharam força com essa nova disposição das ciências sociais. (v. [Nouvelle Droite](#) & [Nova Direita nos Estado Unidos](#)) Os partidos neofascistas, que sempre centraram o conteúdo de suas mensagens contra o caráter materialista da vida moderna – valendo-se de princípios simbólico-moralistas como, por exemplo, o pertencimento a uma comunidade étnico-cultural imaculável –, acreditam dispor agora de um instrumental teórico favorável. O desenvolvimento de um nacionalismo de tipo étnico excludente em oposição a um nacionalismo de cunho igualitário pode também constituir parte do mesmo fenômeno. (v. [Neo-racismo Diferencialista](#)) Também os partidos de direita liberal puderam ser favorecidos pelo mesmo processo na medida em que as propostas de esquerda ligadas ao falido comunismo entraram em completa decadência, deixando livre o caminho à “democracia do consumo”. Em diversos países, eles partem do que chamam “superação da cultura política do século XIX” e se afirmam *liberais* na medida em que, primeiro, declaram lutar em favor do cidadão contra o seu sufocamento pelo aparelho burocrático estatal e, depois, atribuem às pessoas enquanto indivíduos a capacidade de construir o futuro “com as próprias mãos”. (v. [Burocracia](#)) Definem-se também como *sociais* visto que buscam favorecer a solidariedade entre indivíduos e entre eles e o Estado. Aproveitando-se do processo de politização da vida cotidiana intensificado nas últimas décadas do século XX, esses partidos reivindicam para si uma visão pragmatista no encaminhamento das questões administrativas, pois seriam os únicos a juntar objetivos genéricos a uma potencial liberdade de movimentos no nível da ação política individual. Tal disposição teórica pode, muitas vezes, funcionar como justificativa para procedimentos políticos carentes de responsabilidade diante de um plano geral de desenvolvimento das sociedades. Mas é justamente contra essa possibilidade de planejamento que o consenso tende a se estabelecer: também nos demais partidos se tem admitido um conceito de [democracia](#) essencialmente caracterizado pela incerteza e o imprevisto. (v. [Neofascismo na Alemanha](#), [Neofascismo na Rússia](#) & [Sociedade Civil](#))

Frederico Alexandre de Moraes Hecker

Referências Bibliográficas:

- BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília, Ed.UnB, 1986.
BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Editora da Unesp, 1995.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. El péndulo de la modernidad: una lectura de la era moderna despues de la caída del comunismo. Barcelona, Ediciones Duverger, s/d.
MICHELS, M. La sociologia del partido politico. Il Mulino, Bologna, 1966. (ed.orig. de 1911)
RÉMOND, Réne (org.). Pour une histoire politique. Paris, Seuil, 1988.
SARTORI, G. Partiti e sistemi di partito. Firenze, Ed. Universitaria, 1964.

PENNA, Belisário (1868-1939). Belisário Augusto de Oliveira Penna, médico higienista de formação científica pastoriana em medicina tropical, produziu nas primeiras décadas do século XX uma considerável obra com vistas à efetivação política de seu projeto médico para o Brasil: para ele, a recuperação e a reintegração do sertão de seu estado de abandono e doença configurariam a mais premente *questão nacional* do período. (v. [Natureza & Prussianismos Brasileiros](#)) Os seus escritos sobre o Brasil dizem respeito à construção simbólica de formas de ordenação social e [política](#), fundadas na reposição da [autoridade](#) da chamada Tradição Nacional, ou seja, da ‘[tradição](#) rural’, da valorização da agricultura e do homem do campo, identificados como a nossa mais genuína e fiel herança nativa e como um poder a ser reinstituído de forma a superar a inadequação entre as instituições políticas e as formas mais “autênticas” de organização social no Brasil, que permitiria, por sua vez, a formulação da homogeneidade nacional e a definitiva incorporação do país à *civilização* – valor fundamental a nortear o projeto político do autor. (v. [Atraso & Ocidente](#)) Os sintomas da doença do corpo político – o abandono do sertão, o [liberalismo](#), a república e a [democracia](#) como “idéias fora do seu lugar original”, a alteridade racial e cultural – clamariam, segundo Belisário, pela cura, pela terapia política que possibilitasse a transposição da crise social, motivada exatamente pela inautenticidade nacional. (v. [Conservadorismo & Oliveira Vianna](#))

Nascido no ano de 1868 em Barbacena (MG), filho de Lina Lage Penna e do Barão e Visconde de Carandaí de mesmo nome, Belisário Penna forma-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1903, torna-se vereador em Juiz de Fora e, em 1904, transfere-se para a Capital Federal, ingressando na Diretoria Geral de Saúde Pública, sendo nomeado para o posto de Inspetor Sanitário. Em 1905, incorpora-se à Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela, trabalhando ao lado de Oswaldo Cruz na Campanha pela erradicação da mesma doença no Rio de Janeiro. No ano de 1912, empreende uma Expedição Científica ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, juntamente com Arthur Neiva para o estudo das condições sanitárias e mapeamento das principais doenças encontradas nestas áreas. É a partir de então que Belisário Penna passa a dedicar-se exclusivamente à criação e institucionalização do movimento pelo saneamento rural, do que chamou a “*campanha em prol da consciência sanitária nacional*”, pelo descerrar do esquecimento em que viviam as populações do interior, até então, segundo ele, absolutamente preteridas se comparadas à atenção política conferida aos projetos de reforma e embelezamento urbano das capitais do litoral. (v. [Baderna & Favela](#)) Com a publicação dos Relatórios da Viagem Científica pelo Instituto Oswaldo Cruz em 1916, o movimento pelo saneamento público no Brasil, com efeito, ultrapassa a sua fase urbana. O sertanejo, até então pensado como um deficiente inexpugnável da raça e como um inapto para o trabalho, terá sua “fraqueza física e moral” explicada pelas diversas moléstias mórbidas que o atingiriam – o desvirtuamento político brasileiro fundamental estaria centrado na propagação crescente das doenças endêmicas no sertão do país. (v. [Coronelismo](#))

Deste modo, em 1918, Belisário Penna publica o seu mais importante e conhecido livro, *Saneamento do Brasil*, fundando também a Liga Pró-Saneamento do Brasil com a intenção de atingir um vasto público e de receber o apoio de médicos e políticos. (v. [Asilo](#)) Com efeito, a ela adere grande parte da elite dos intelectuais do Rio de Janeiro da época. Cria-se uma representação da Liga em São Paulo e seus integrantes são os mesmos da Sociedade Eugênica. Um ponto de inflexão basilar na visão de mundo de Belisário se refere precisamente à Questão Racial – a sua projeção médica para a realização de um dado perfil nacional ideal funda-se na positividade da indiferenciação racial, na percepção da diferença como correlativo lógico do conflito, da desordem, como impossibilidade da restauração do próprio sentimento nacional. (v. [GOBINEAU, Arthur de](#)) A via do crescente cruzamento entre os modelos raciais suprimiria o desequilíbrio, impondo a imutabilidade racial como destino histórico, característica fundamental das chamadas “raças puras” das “nações civilizadas”. O

seu produto inovador, uma norma redundantemente exemplar, genuinamente nacional, o sertanejo, garantiria a conservação dos costumes nativos agregados. (v. [Eugenia & Ideologia](#)) Em 1924, Belisário irá apoiar em carta aberta a revolta que irrompera no mesmo ano em Sergipe, Amazonas e São Paulo contra o governo de Artur Bernardes, sendo, por isso, preso por um período de seis meses. Nos anos de 1927, 1928 e 1929, permanece como dirigente do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, além de engajar-se na preparação da [Revolução](#) de 1930; no mesmo ano, é nomeado Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública. Em 1931, assume o Ministério de Educação e Saúde, onde permanece por três meses, para voltar a ocupá-lo interinamente em 1932. Neste ano, exonera-se do Departamento Nacional de Saúde Pública para filiar-se à Ação Integralista Brasileira, tornando-se membro da Câmara dos 40, órgão máximo do movimento integralista. A partir disto, os seus escritos passam a apregoar a feição de uma sociedade radicalmente homogênea do ponto de vista higiênico, a ser fundada na harmonia, no largo e absoluto predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na extensão ilimitada da esfera pública e na regulação das forças sociais em função de princípios exclusivamente comunitários.(v. [Sociedade Integral](#)) A sua idéia totalizante da crescente unidade nacional indicava que o Estado – de [autoridade](#) incontestável – seria o fator principal da reformulação da ordem social, o estímulo fundamental da integração e uniformização do *povo brasileiro*. O tema da peculiaridade brasileira, assegurada pelo igualitarismo racial e cultural, o qual corresponde à figura do sertanejo – produto da total irmanação das diferenças suprimidas no tempo futuro que se anuncia como utopia política (herança e transmissão) –, constituía a chave interpretativa da visão de mundo do autor. A sua preocupação maior consistia em esboçar e unificar o todo nacional a partir de uma campanha pedagógica e doutrinadora de ensinamentos sobre saúde e higiene no sentido de conferir à própria totalidade racial e cultural o estatuto de símbolo nacional. (v. [Cassiano Ricardo](#)) O movimento pelo saneamento rural deveria crescentemente primar pela conscientização popular da necessidade de regeneração física e moral do país, única possibilidade da conquista da soberania e coesão nacionais. Belisário Penna falece em 1939 no Rio de Janeiro. (v. [Centenário de Nascimento de Olavo Bilac](#))

Dominichi Miranda de Sá

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1988.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983, vol.3. Rio de Janeiro, Forense Universitária/FGV-CPDOC, 1994. p. 2667.
- PENNA, Belisário. Saneamento da População Agrária do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. Mascote, 1917.
- PENNA, Belisário. Saneamento do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. Revista dos Tribunais, 1918.
- SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. In: **Revista DADOS**, v. 28-2. Rio de Janeiro, 1985.

PERÓN, Juan Domingo (1895-1974). Presidente da Argentina (1946-1955; 1973-1974). Nasceu em Lobos, província de Buenos Aires. Ingressou no exército ainda na adolescência e, em 1930, participou do golpe de Estado que derrubou o general Uriburu. Entre 1938 e 1940 foi ainda militar junto à Itália de [Mussolini](#). De volta à Argentina, foi chefe e organizador da sociedade militar secreta GOU (Grupo de Oficiais Unidos) e foi um dos redatores da proclama revolucionária que derrubou o presidente Ramón Castillo em 4 de junho de 1943. Entre 1943 e 1946, ascendeu rapidamente à posição de general e galgou os setores mais importantes da administração do regime: Secretário do Trabalho e Previdência desde 1943, Ministro da Guerra e vice-presidente da república desde 1944. O regime militar que representava, acumulando os três postos fundamentais, continha características familiares a todos os movimentos de direita da Europa mediterrânea. (v. [Fascismo](#) & [Partido Político de Direita](#)) Nos debates internos do GOU, Perón demonstrava ser profundamente anticomunista, temer a projeção da Frente Popular e justificava a necessidade do golpe de Estado, estabelecendo um paralelo entre a situação argentina e a situação espanhola anterior à Guerra Civil. (v. [Anticomunismo](#) & [Militarismo](#)) Transformou a Secretaria de Trabalho e Previdência na entidade mais poderosa do regime, tornou-se defensor e promotor da *justiça social*, cujo significado específico era a necessidade de controlar os [sindicatos](#) para evitar a infiltração comunista. (v. [Estatismo](#)) Conseguiu acordos favoráveis aos trabalhadores ferroviários (final de 1943) e concluiu o ano solicitando abono natalino aos [empresários](#), campanha que foi amplamente aceita e divulgada pelo jornal *Cabildo*, porta-voz da direita nacionalista. Os dirigentes sindicais lhe outorgaram o título de *El Primer Trabajador* e até 1946 Perón obteve a unidade do movimento operário através do controle da união Operária Metalúrgica, do Sindicato dos Ferroviários e da CGT. (v. [Populismo](#)) Foi responsável pelo Estatuto de peão que instituiu salário mínimo para os trabalhadores do campo e conseguiu que a CGT participasse do desfile militar em comemoração à [Revolução](#) de 1810. Como Ministro da Guerra, triplicou o efetivo militar e criou o Banco de Crédito Industrial para financiar a produção de armamento bélico. No final de 1944, as pressões norte-americanas pela realização de eleições e as pressões internas pela adesão do país às potências Aliadas promovem uma sutil transformação no discurso de Perón. Ao invés de insistir na idéia de seus companheiros nacionalistas de que a verdadeira [democracia](#) era antítese da democracia liberal, Perón passou a reconhecer a necessidade de devolver ao país o seu sentido institucional. Tentava assim cooptar os partidos políticos opositores que congregavam parte das classes dominantes argentinas e grupos médios urbanos intelectualizados. (v. [Oposição/Situação](#)) Acusado por estes últimos de fascista e considerado como regime totalitário por parte dos Estados Unidos, representado pelo combativo embaixador Spruille Braden, Perón percebeu que o apoio ao seu poder só poderia vir dos trabalhadores e das massas pobre do campo e das cidades: *“Desse momento em diante, compreendi que não podia contar com os radicais e comecei a formar um movimento popular com base nos sindicatos”*. No começo de 1945, a transformação do discurso peronista se acelerou com a assinatura da Ata de Chapultepec, com o comprometimento de convocar eleições e com a declaração de guerra à Alemanha. No final do ano, Perón exortava os trabalhadores a garantir suas conquistas e introduzia comparações inusitadas entre a situação argentina e as revoluções russa e francesa, tidas até então como antítese do processo de *justiça social*, como entendiam os companheiros do GOU. (v. [Ideologia](#) & [Política](#)) Os grupos nacionalistas de direita do GOU, da FORJA (Força de Orientação da [Juventude](#) Argentina), do Instituto Juan Manuel Rosas e da Aliança da Juventude Nacionalista passaram – através de periódicos como *Cabildo*, *Tribuna* e *Presencia* – a demonstrar desconfiança em relação ao [peronismo](#) e arrependimento por terem participado ativamente em sua ascensão ao poder. Em 1945, Julio Menville escrevia no jornal *Presencia* que *Perón excita os humildes levando-os ao ressentimento, prometendo coisas que não se podem cumprir ou que, se forem cumpridas,*

trarão inconvenientes maiores. A [direita argentina](#) passou a considerar extremamente perigosa a política sindical de Perón, a qual qualificam de *obrerista* e possível geradora de *anarquia*. Eleito pelo voto popular em 1946, Perón passou a considerar a direita mais como adversária do que como inspiradora e costumava chamar os seus partidários popularmente de *espanta-votos*, querendo dizer que ser apoiado por eles significava perder eleitores ao invés de ganhá-los. Como presidente entre 1946 e 1955, Perón implantou todas as idéias da doutrina justicialista (v. [Justicialismo](#)), criando instituições capazes de manter a estabilidade do regime, promovendo nacionalizações de setores fundamentais e ampliando a base de apoio social ao movimento através da atuação de sua esposa e correligionária Eva Perón (1919-1952), que intermediava todas as relações entre o “Líder” e os trabalhadores. Apoiado em condições econômicas iniciais muito favoráveis, Perón consegue avançar na negociação dos conflitos de classe, que eram assim obliterados. A política sindical era apresentada como garantia de controle das massas trabalhadoras, da ordem e da paz social. (v. [Baderna & Governabilidade](#)) Mesmo assim, as relações entre Perón e a direita nacionalista eram contraditórias. (v. [Conservadorismo](#)) Na verdade, os nacionalistas que apoiavam o regime eram exceções. O custo excessivo da manutenção do regime era o motivo do conflito latente entre Perón e a direita nacionalista. As relações entre Perón e a direita argentina realmente entraram em rota de colisão quando a crise de 1950 atinge o país, impossibilitando a continuidade dos programas sociais de Perón e Eva, sem ferir os interesses fundamentais das classes dominantes argentinas. Em 1951, Perón foi reeleito presidente (possibilidade criada em 1949 através de reforma constitucional) com ampla vantagem. No entanto, a crise econômica que atingiu o país, a corrupção governamental, a morte de Eva Perón (vítima de câncer), a oposição da Igreja e dos grupos de direita – que tinham sido de certa maneira responsáveis por sua ascensão – levam ao golpe militar de 16 de setembro de 1955. Perón foi exilado para a Espanha, de onde continuou exercendo grande influência até 1973, quando então volta e é eleito presidente – depois da renúncia de Héctor Cámpora (correligionário) – num clima de difícil acomodação das forças políticas do país e, principalmente, no interior do peronismo. Perón morre em 1 de julho de 1974, vítima de ataque do coração, mas o movimento que ele iniciou sobrevive até hoje, cercado de contradições e com a difícil tarefa de criar quadros tão brilhantes e carismáticos quanto o de seu fundador numa Argentina tão diferente daquela que suscitou Perón. (v. [Aliança Anticomunista Argentina – AAA & Ditadura](#))

Claudia Wasserman

Referências Bibliográficas:

- ELOY MARTINÉZ, Tomás. La Novela de Perón. Buenos Aires, Planeta, 1991.
- KAPLAN, Marcos. Cinquenta anos de história argentina (1925-1975): o labirinto da frustração. In: GONZÁLES CASANOVA, Pablo. **América Latina: História de meio-século, vol.I.** Brasília, UnB, 1988.
- MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. Estudios sobre los orígenes del peronismo. México, Siglo XXI, 1971.
- QUATROCCHI-WOISON, Diana. Los males de la Memoria y política en la Argentina. Buenos Aires, Emecé Ed., 1995.
- RUBIO, Luis. Argentina: a promessa não cumprida. In: CUEVA, A. **Tempos Conservadores.** São Paulo, Hucitec, 1989.

PERONISMO. Termo implicado aos princípios, políticas e objetivos representados por [Juan Domingo Perón](#) (1895-1974). Movimento político que marcou profundamente a sociedade argentina, tendo levado seu líder máximo por três ocasiões à presidência da república (1946-1951; 1952-1955 e 1973-1974). A identidade ideológica do peronismo constitui um dos problemas mais controversos da realidade argentina, a ponto de a historiografia considerar o tema frustrante já que é muito difícil situar comodamente o peronismo nas categorias familiares da [política](#). O seu maior paradoxo parece ser, por um lado, a repulsa que o movimento nacionalista de tendência filofascista passa a ter em relação à sua continuidade e, ao mesmo tempo, a acusação por uma parte significativa da historiografia argentina e mundial de constituir-se num movimento de caráter fascista. O próprio Perón declarava: *Nós conhecemos perfeitamente bem nossos objetivos e marchamos diretamente até eles, sem nos influenciar por aqueles que o puxam para a direita nem por aqueles que o puxam para a esquerda.* (v. [Revolução](#)) A evolução do movimento obedece a seguinte cronologia: **1943-1955**, etapa fundacional e hegemônica em nível nacional, sendo que, partir de 1943, o condutor do movimento é também chefe de Estado; **1955-1973**, período marcado pela oposição a diversos governos – nenhum dos quais plenamente democrático – e no qual Perón esteve exilado; **1973-1974**, renova-se a hegemonia nacional com a condução do movimento e chefia do Estado voltando a coincidem-se, mas não sem sérios enfrentamentos internos; **1974-1976**, morte de seu fundador e crise do movimento e do governo; **1976-1983**, renova-se a etapa opositora em um regime autoritário; **1983-1989**, etapa de oposição em um regime democrático e de reorganização do movimento. **Desde 1989**, a acomodação das diversas tendências do movimento, a condução e a chefia do Estado coincidem por dois mandatos consecutivos. (v. [Partido Político de Direita](#))

Embora o peronismo tenha combinado, ao longo da sua existência, elementos de variada procedência – trabalhadores, massas pobres do campo e das cidades, setores empresariais, militares, intelectuais, etc. –, foi Perón que montou sua estrutura ideológica através das diversas influências que recebeu: doutrina social da Igreja; idéias políticas dos nacionalistas de direita, oficiais do GOU; impressões de sua estada na Europa, especialmente na Itália de [Mussolini](#); e modelos como o de Getúlio Vargas. (v. [Nacional-Populismo](#)) As temáticas principais do movimento, desenvolvidas entre 1946 e 1955, eram a [justiça social](#), a *independência econômica* e a *soberania nacional*. No tema da justiça social, Perón criara uma poderosa aliança com os [sindicatos](#) através do controle dessas organizações e da concessão de uma série de benefícios, tais como: os acordos favoráveis nas negociações salariais e o Estatuto do Peão (salário mínimo rural); Declaração dos Direitos dos Trabalhadores em 1947. (v. [Justicialismo](#)) Em relação à independência econômica, Perón inicia um processo de nacionalização das ferrovias, da telefonia e do Banco Central, que passa a subsidiar atividades industriais; criou o IAPI (Instituto Argentino de Promoção de Intercâmbio) – órgão que passa a monopolizar todas as atividades ligadas ao comércio exterior – e ainda repatriou parte da dívida externa argentina. (v. [Subsecretaría de Informaciones](#))

O princípio da soberania nacional apresentava uma imagem dual do [inimigo](#): de um lado, o capitalismo ocidental e, do outro, o [imperialismo](#) soviético. (v. [Fascismo](#)) Assim, cristalizava-se uma idéia de *Terceira Posição* que propunha equidistância entre as potências mundiais e apoiava, baseado em dois Planos Quinquenais, um projeto de desenvolvimento autônomo. (v. [Neocolonialismo](#)) Entre 1946 e 1955, um considerável número de pessoas da direita nacionalista ocupou posições acadêmicas, culturais e judiciais no regime peronista. A revista *Dinâmica Social*, confluência de intelectuais de matizes integristas e fascistas, aprovava a idéia da *Terceira Posição*: representação corporativa, intervenção do Estado na economia e apoio à concepção de Perón sobre os sindicatos. (v. [Corporativismo: Debate Político & Estatismo](#)) O peronismo fora apoiado e tolerado pelas camadas altas da sociedade argentina enquanto a situação econômica continuava proporcionando recursos para cumprir uma

política de equilíbrio e freio. (v. [Ideologia](#)) O gradual desaparecimento das condições econômicas favoráveis a partir da década de 1950 multiplicou as tensões e atritos internos e criou conflitos de todos os tipos, rompendo o equilíbrio social e apontando para um transbordamento das massas por cima das estruturas defensivas do regime. O peronismo tornava-se, assim, inútil e perigoso, sobretudo na medida em que, por seus compromissos sociais e políticos com suas próprias bases, relutava para tornar-se plenamente antipopular e demasiadamente complacente para com as grandes empresas nacionais e estrangeiras. Em 1955, as organizações de extrema-direita, representada por intelectuais como Meinville e Franceschi, menosprezavam o peronismo, condenavam o conceito de *justiça social* e consideravam que as reformas sociais estavam indo longe demais, ocultando *sementes do marxismo e promovendo a exacerbação da luta de classes*. (v. [Direita Argentina](#)) Na década de 1970, a extrema-direita estava inserida nas franjas do poder através da organização terrorista da [Associação Anticomunista Argentina \(AAA\)](#) e tentava exercer influência ideológica sobre os quadros dirigentes peronista, lamentando a presença de elementos liberais e socialistas; entretanto, a maioria de suas teses não era compatível com os conteúdos do peronismo central. (v. [Conservadorismo](#)) O terrorismo da *Triple A* e as atividades de organizações de direita como o *C. de O* (Comando de Organização), *CNU* (Concentração NACIONAL Universitária) e *JPra* ([Juventude](#) Peronista da República da Argentina) tentavam debilitar a corrente sindical do peronismo central, destruir inclusive a esquerda não insurrecional do movimento e encobrir políticas econômico-sociais reformistas; exaltavam lemas anti-semitas e lutavam contra a *anarquia* e a *partidocracia bolchevique e liberal*. (v. [Anticomunismo](#) & [Guerra Fria](#))

Até a sua morte, Perón conseguiu manter-se como árbitro das diversas tendências do movimento, definindo as correntes como *apressadas* ou *retardatárias* por serem contrárias à sua própria posição, ou seja, a de equilíbrio. No entanto, preocupava-se com a institucionalização do movimento e com a disciplina partidária, que não mostravam sinais de progresso. Com a sua morte e a sangrenta [ditadura](#) militar que assolou Argentina, todas as correntes peronistas debilitaram-se. (v. [Militarismo](#)) A partir de 1983, as figuras mais destacadas da reorganização peronista – Bittel, Luder, Cafiero, Robeldo, Menen, Grosso, etc. – representaram matizes diversos dentro da tradição do peronismo central. Os setores de extrema-direita e extrema-esquerda não reapareceram com a virulência ou com o peso político comparáveis ao que tiveram no período de 1973 a 1976. (v. [Autoritarismo](#) & [Baderna](#))

Claudia Wasserman

Referências Bibliográficas:

- KAPLAN, Marcos. Cinquenta anos de história argentina (1925-1975): o labirinto da frustração. In: GONZÁLES CASANOVA, Pablo. **América Latina: História de meio-século, vol. I**. Brasília, UnB, 1988
- MIGUENS, Juan Henrique; TURNER, Frederick C.(org.). Racionalidad del Peronismo. Buenos Aires, Planeta, 1988.
- MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. Estudios sobre los orígenes del peronismo. México, Siglo XXI, 1971.
- ROCK, David. La Argentina autoritaria. Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida pública. Buenos Aires, Ariel, 1993.
- RUBIO, Luis. Argentina: a promessa não cumprida. In: CUEVA, A. **Tempos Conservadores**. São Paulo, Hucitec, 1989.

PINOCHET, Augusto. Nascido na cidade de Valparaíso a 25 de novembro de 1915, Augusto Pinochet Ugarte casou-se com Maria Lucía Hiriart Rodríguez e teve cinco filhos, dois homens e três mulheres. Dedicou grande parte de sua vida às Forças Armadas, em especial, ao Exército. Torna-se conhecido na configuração política internacional ao subir ao poder liderando o golpe militar de 11 de setembro de 1973 que derrubou o presidente socialista Salvador Allende, morto durante a invasão do Palácio de La Moneda em Santiago. (v. [Militarismo](#)) Na época, surge a versão de que Allende haveria se suicidado, sob pressão dos militares, para esquivar-se à renúncia ou à deposição. Instaura-se um Estado de exceção onde a [tortura](#) e o assassinato ceifam os opositores ao regime. ([Autoritarismo](#) & [Oposição/Situação](#)) Em 14 de setembro de 1973, o novo Governo dissolve o Parlamento, elege o comunismo como o principal [inimigo](#) do país e elimina o pluripartidarismo vigente. (v. [Ditadura](#)) Iniciava-se, assim, uma das mais sangrentas ditaduras da América Latina. (v. [Anticomunismo](#) & [Guerra Fria](#)) Em março de 1974, Pinochet viajaria ao Brasil para homenagear a posse do novo presidente, general Ernesto Geisel. Tornar-se-ia aliado próximo do governo brasileiro – ainda à época do golpe, agentes das Forças Armadas seriam enviados ao Chile para auxiliar o ditador em início de carreira. Em junho do mesmo ano, Pinochet elabora a DINA (Administração da Inteligência Nacional), polícia política responsável pelo combate à subversão. Em dezembro, Pinochet publica o decreto que lhe torna chefe supremo do Estado chileno. Em 1976, o coronel Manuel Contreras, chefe da DINA, planeja o assassinato do ex-ministro socialista Orlando Letelier, exilado nos EUA desde o golpe de Estado. Letelier e sua secretária, Ronni Moffitti, foram mortos em Washington após a explosão de uma bomba instalada no automóvel que usavam. Em 1980, um plebiscito de idoneidade duvidosa aprova uma nova Constituição a qual estende por dez anos o mandato de Pinochet. Dois anos depois, um crime choca a oposição: o recalcitrante sindicalista Tucapel Jiménez aparece decapitado na periferia de Santiago. Em 1984, na esteira do neo-liberalismo, o ditador põe à venda empresas públicas, objetivando atrair o capital privado para o país. (v. [Consenso de Washington](#)) Em 1986, Pinochet escapa de um atentado, também na zona periférica de Santiago, onde morrem cinco membros da escolta presidencial. Após dois anos, a efervescência política se agrava e Pinochet suspende o estado de sítio que vigorava desde 1973 e mais da metade dos cidadãos chilenos se opõem, em plebiscito, à proposta do ditador para prolongar seu poder até 1997. Iniciava-se o processo de crise do regime militar: em 1989, o líder democrata-cristão Patricio Aylwin é eleito presidente com mais de 55% dos votos; no ano seguinte, Pinochet passa a Presidência às mãos de Aylwin e reabre o Parlamento. Estima-se que a ditadura pinochetista foi responsável pelo desaparecimento ou morte de 3.197 opositores políticos. (v. [Doutrina da Segurança Nacional](#)) Em 1994, o líder democrata-cristão Eduardo Frei é eleito presidente. No ano posterior, o general Manuel Contreras, ex-chefe da DINA, e o brigadeiro Pedro Espinoza são condenados à prisão pela morte do chanceler Orlando Letelier. Em 1998, Pinochet cede o comando do exército ao general Ricardo Izurieta e torna-se senador vitalício, seguindo os preceitos da constituição de 1981 concebida por ele próprio. Em 11 setembro de 1998, o Chile comemora pela última vez o dia do golpe militar contra Allende. O senado eliminaria o feriado, considerado um dos principais emblemas da ditadura. Em 17 de outubro, o ex-ditador é detido em Londres após a solicitação do juiz espanhol Baltazar Garzón, que acusa Pinochet de genocídio, tortura e terrorismo, envolvendo noventa e quatro pessoas de diferentes nacionalidades (espanhóis, argentinos, chilenos, americanos e ingleses). O Governo chileno atua concomitantemente em várias frentes para obter a libertação do general e tenta reconhecer, junto ao Tribunal Superior da Grã-Bretanha, a sua imunidade enquanto chefe de Estado relativa à época que se referia as acusações contra ele. Inicialmente, a [justiça](#) inglesa legitima a imunidade de Pinochet. (v. [Ditadura e Memória](#)) No entanto, no mês seguinte, a Câmara dos Lordes – câmara alta do parlamento britânico que funciona também como corte

suprema – decide que o ex-ditador chileno não pode desfrutar de tal direito, pois crimes como tortura e seqüestro não são funções de chefes de Estado. Apesar da reação conservadora, em dezembro de 1998, o ministro do interior Jack Straw autoriza a abertura de um processo de extradição à Espanha contra Pinochet. (v. [Operação Condor e Memória](#) & [Conservadorismo](#))

Carlos Leonardo Bahiense da Silva

Referências Bibliográficas:

Jornal O Globo - (Rio, 12/01/98; Rio, 15/01/98; Rio, 20/10/98; Rio, 23/10/98; Rio, 26/11/98; Rio, 02/12/98; Rio, 09/12/98; Rio, 10/12/98; Rio, 18/12/98, 08/01/99)

Jornal do Brasil – (Rio, 09/01/98; Rio, 15/01/98; Rio, 26/04/98; Rio, 15/10/98; Rio, 24/10/98; Rio, 29/10/98; Rio, 26/11/98; Rio, 28/11/98; Rio, 29/11/98; Rio, 04/12/98; Rio, 05/12/98; Rio, 10/12/98; Rio, 11/12/98; Rio, 18/12/98; Rio, 08/01/99)

Jornal Folha de São Paulo – (São Paulo, 22/10/98)

PIO XII, O Caso. Nascido a 2 de março de 1876 em Roma, fazendo parte de uma família de juristas da Igreja, Eugenio Pacelli foi eleito Papa em março de 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. A sua trajetória começou em 1904, quando destacou-se nos estudos de Direito Civil e Canônico, alcançando em seguida o posto de camarista papal, com o título de monsenhor. Uma de suas primeiras tarefas foi a elaboração do Código do Direito Canônico, documento que reformulou as relações entre o Papado e a Igreja, dirimindo os particularismos locais existentes e estabelecendo os critérios da supremacia incontestada da Santa Sé. Pacelli dedicou-se também às questões de âmbito diplomático, tornando-se um especialista nas relações internacionais do Vaticano. Em 1911, foi promovido ao posto de subsecretário do Departamento de Assuntos Extraordinários, atuando diretamente na assinatura de uma Concordata com a Sérvia (24/6/1914), visando projetar a influência da Igreja Católica na [Europa](#) Oriental. Em 1917, à medida que a Primeira Guerra Mundial caminhava para seus momentos finais, Eugenio Pacelli foi transferido para a Alemanha, onde permaneceria como núncio por treze anos. Nos últimos meses do conflito, participou de campanhas de assistência da Santa Sé, distribuindo alimentos e roupas em campos de prisioneiros. Com o fim da guerra, vivendo em Munique durante a [Revolução](#) de Kurt Eisner, Pacelli expressou em carta enviada a um superior sua repulsa aos judeus, em uma linguagem muito próxima daquela que [Hitler](#) usaria poucos anos mais tarde em [Mein Kampf](#): “A cena do palácio era indescritível. A confusão era total e caótica, a sujeira repugnante; soldados e operários armados entravam e saíam (...) No meio de tudo isso, um bando de mulheres de aparência duvidosa, judias, como todos ali, refestelava-se em todas as salas, com uma atitude devassa e sorrisos sugestivos (...) Esse Levien [um dos líderes] é jovem ainda, em torno de 30 ou 35 anos, também russo e [judeu](#). Pálido, sujo, olhos de drogado, voz rouca, vulgar, repulsivo, com um rosto que é ao mesmo tempo inteligente e astucioso.” (v. [Alteridade](#) & [Eugenia](#)) Pacelli encaminhou as relações diplomáticas entre a Santa Sé e o governo de Weimar, sendo o primeiro diplomata a se apresentar à jovem República Alemã. Nomeado cardeal em 1929, Pacelli desenvolveu uma indelével postura anticomunista, utilizando regularmente a expressão Triângulo Vermelho para caracterizar a ameaça comunista na Espanha, na União Soviética e no México, onde a presidência de Plutarco Elías Calles assumiu um caráter anti-clerical. (v. [Anticomunismo](#)) Em 1933, com a chegada de Hitler ao poder, Pacelli atuou diretamente na assinatura de uma Concordata com o novo governo alemão, estabelecendo as relações entre a *Weltanschauung* (Concepção do Mundo) nazista e a Santa Sé, através da determinação das áreas de atuação do Estado e da Igreja Católica na Alemanha. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Entretanto, o desrespeito de Hitler à Concordata, seguida do silêncio de Pacelli, contribuíram para que os Bispos alemães se pronunciassem. Reunidos em Fulda, uma comissão de bispos alemães, pediu a interferência do Papa Pio XI, a esta altura já atormentado por diversos problemas de saúde que em breve causariam a sua morte. Em Maio de 1937, a Santa Sé lançou uma encíclica – *Mit Brennender Sorge* (*Com Ardente Preocupação*) –, denunciando a violação da Concordata de 1933 e o neopaganismo nazista, além de reafirmar a primazia papal. (v. [Concordata e Fascismo](#), [Operação Eutanásia](#) & [Tratado de Latrão](#)) Com a morte de Pio XI, Pacelli foi eleito Papa a 2 de março de 1939 em um dos conclaves mais rápidos da História da Igreja. Escolhendo o nome de Pio XII, sua coroação ocorreu dez dias mais tarde, sendo a primeira a ser transmitida pelo rádio e filmada integralmente, sugerindo a capacidade do Papado de expressar as opiniões da Igreja por todo o mundo. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, entretanto, a posição de Pio XII foi marcada pela omissão em relação à violência nazista, particularmente o extermínio dos judeus. (v. [Campos de Concentração](#) & [Regime de Vichy e os Judeus](#)) Em um pronunciamento no natal de 1942, o Papa fez sua crítica mais direta aos horrores da [guerra](#), declarando: “A humanidade deve esse voto às centenas de milhares de pessoas que, sem qualquer culpa pessoal, às vezes apenas por razão de sua nacionalidade ou raça, estão marcadas para a morte ou extinção gradativa.”

(v. [Inimigo](#) & [Natureza](#)) Esta declaração, apesar do caráter vago e impreciso, foi muito mal recebida tanto por Mussolini quanto pelo embaixador alemão Ribbentrop. Os aliados, por sua vez, também a criticaram, acusando a ausência da palavra nazista ou mesmo de qualquer menção direta aos judeus.

Durante a guerra, Pio XII demonstrou grande preocupação em manter Roma livre dos bombardeios. O Pontífice envolveu-se também em uma conspiração inglesa para depor Hitler, não levada adiante por questões de segurança. Apesar das evidências em torno de seu caráter omissivo em relação ao [Holocausto](#), chegou a auxiliar um grupo de judeus romanos quando estes iriam ser deportados pelo esquema [Eichmann](#). Com o final da guerra, Pio XII empenhou-se em identificar desaparecidos, chegando a contabilizar cerca de 12 milhões de casos, atitude muito bem recebida pela comunidade internacional. Sua postura anticomunista, entretanto, continuou aguçada, chegando a declarar em 1949 que excomungaria todos aqueles que ingressassem no Partido Comunista Italiano. (v. [Autoritarismo](#)) Ainda em relação à política italiana, três anos mais tarde, tornou o Vaticano uma peça chave na aliança anticomunista entre democratas cristãos e grupos de extrema-direita, incluindo neofascistas. (v. [Fascismo](#)) Além de uma série de medidas episcopais, o fim do pontificado de Pio XII foi marcado pela crítica aberta ao regime comunista húngaro. O caso do cardeal Joseph Mindszenty, preso e torturado pelo regime, foi denunciado repetidamente. (v. [Tortura](#)) Quando a Revolução Húngara foi esmagada pelas tropas soviéticas, em 1956, Pio XII lançou três encíclicas em apenas dez dias, todas elas denunciando as arbitrariedades e as violências comunistas. Na mensagem de natal, afirmou com veemência: “Houvéssemos silenciado, teríamos de temer muito mais o julgamento de Deus.” (v. [Conservadorismo](#))

Com a morte de Pio XII, em 9 de outubro de 1958, as polêmicas em relação a sua postura na Segunda Guerra Mundial acenderam com intensidade. Em 1963, a peça *O Representante*, de Rolf Holchhuth, tratava Pacelli como um ardoroso anti-semita, não só omissivo, mas claramente disposto a não cooperar com os judeus caçados pelos nazi-fascistas em Roma. Um ano mais tarde, *Pio XII e o Terceiro Reich*, de Saul Friedländer, representou um marco historiográfico para a questão. Em 1965, o livro de um ex-padre, Carlo Falconi, *The Silence of Pius XII*, acusou Pacelli de conhecer e cooperar com as tropas ustaches na Croácia, uma das experiências mais violentas da Segunda Guerra Mundial. A reação do Papa Paulo VI foi delegar uma comissão de historiadores jesuítas como propósito de investigar as questões referentes a Pio XII e o nazismo. Pronta, a obra foi editada em onze volumes entre 1965 e 1981, com o título *Actes e Documents relatifs à la Seconde Guerre Mondiale*. Na década de 1980, as investigações em torno de criminosos nazistas que fugiram para a América do Sul com ajuda da Santa Sé, trouxeram novamente à tona o caso Pio XII. Com o avanço do processo de canonização de Pio XII, a cargo dos jesuítas, novas denúncias foram feitas em relação a postura de Pacelli durante a Segunda Guerra. A principal referência neste sentido é o livro *Hitler's Pope: The Secret History of Pius XII*, escrito pelo historiador inglês John Cornwell e lançado em 1999. Apesar de duramente criticado pela Santa Sé, que o chamou de ficção histórica, mesma adjetivação dada à peça de Holchhuth, o livro de Cornwell promoveu por parte de historiadores da Igreja uma nova investigação das atitudes do Papa Pio XII, interrompendo, apenas temporariamente, segundo afirmam os representantes do Papa João Paulo II, o processo de canonização. (v. [Ideologia](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

CORNWELL, John. *Hitler's Pope: The Secret History of Pius XII*. New York, Viking Penguin, 1999.

Dossier “Les Combats des Papes”, In **Revista Historia**, setembro 1996, número 529.

DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores: História dos Papas. São Paulo, Cosac & Naify Edições, 1998.

LEVISSE-TOUZÉ, Christine; MARTENS, Stefan (orgs). Des Allemands contre le Nazisme. Paris, Éditions Albin Michel, 1997.

PLÍNIO SALGADO (Trajetória política e idéias). Romancista, poeta, ensaísta, político, fundador e chefe do integralismo brasileiro, nasceu a 22 de janeiro de 1895 em São Bento do Sapucaí (São Paulo). Aos dezoito anos, juntando-se a alguns líderes da região, criou o Partido Municipalista, primeira organização [política](#) destinada a defender os interesses municipais no País. Dedicou-se a diversas atividades sociais, logo demonstrando espírito de liderança. Interessando-se pelas atividades jornalísticas, cria o semanário “Correio de São Bento”. Chega à capital paulista em 1919, desenvolvendo a partir de então uma intensa atividade jornalística no Correio Paulistano. Em 1922, participa ativamente da Semana de Arte Moderna, onde define sua posição pelo [nacionalismo](#), juntando-se ao grupo “Verde-amarelista”, com Menotti Del Picchia, [Cassiano Ricardo](#), Jeovah Motta, Raul Bopp, do qual sairá o “Manifesto da Anta”. Com esse manifesto, o grupo marca posição divergente do grupo “Pau Brasil”, que reunia Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e outros em torno do “Manifesto Antropofágico”. (v. [Modernismo nas Artes](#))

Em 1926, Plínio escreve e lança o seu primeiro livro, *O Estrangeiro*, romance de caráter político que o torna nacionalmente conhecido pelo sucesso literário que obteve, já marcadamente moderno em seu estilo, onde se antecipam as preocupações do autor em procurar a causa da degradação moral da sociedade, o potencial e a disponibilidade dos intelectuais e a ação corrosiva do comunismo – fatores estes que lhe sugerem as dores e os desacertos de uma sociedade em mudança, na busca angustiada de seu próprio caminho. (v. [Atraso & Prussianismos Brasileiros](#)) Em 1928, juntando-se ao grupo liderado por Júlio Prestes, é eleito deputado estadual pelo partido Republicano Paulista com expressiva votação. A sua atuação parlamentar o leva para tentar renovar os quadros do PRP, modernizando-o, mas suas iniciativas são frustradas frente à reação oligárquica da máquina partidária. (v. [Conservadorismo no Brasil República](#)) A sua “dissidência” leva-o a demitir-se do *Correio Paulistano*, órgão máximo do situacionismo paulistano. Passará, então, a trabalhar no escritório do advogado Alfredo Egídio de Souza Aranha.

O ano de 1930 será marcante na trajetória política de Plínio Salgado por uma “ausência” significativa. Estará afastado dos episódios que marcaram a [revolução](#) de outubro porque permanecia em viagem pela [Europa](#) e pelo Oriente, indo como preceptor do filho de Egídio de Souza Aranha. A viagem foi duplamente importante, permitindo-lhe observar as mudanças que ocorriam nas velhas nações, particularmente, as iniciativas transformadoras do [fascismo na Itália](#), chegando a entrevistar-se com [Mussolini](#). Por outro lado, o seu distanciamento do fato revolucionário que se desenrolava no Brasil possibilitou-lhe uma avaliação mais crítica do novo contexto político nacional que então surgia com o advento da segunda república: “Não é esta a revolução (de tipo liberal) que precisamos”, diria. Desde que se desencantara com sua atuação parlamentar e partidária nos quadros do PRP, Plínio passou a acalentar a idéia da impossibilidade de se empreender uma ação política de renovação e modernização da vida brasileira dentro do quadro partidário vigente no País. (v. [Coronelismo](#)) Somente um movimento político de novo tipo seria capaz de enfrentar com êxito os graves problemas nacionais – econômicos, sociais, políticos e morais – que o sistema político vigente era incapaz de resolver. Plínio Salgado chegou a confidenciar aos amigos a sua intenção de criar algo politicamente novo tão logo retornasse de sua viagem. Assim, *O Esperado*, seu segundo romance político, publicado em 1931, revelará a inquietação dos que pensam e sofrem nas metrópoles tentaculares. Ele mesmo interpretará essa sua obra como um esboço do que seria a chave capaz de decifrar as angústias econômicas e sociais geradas pela atuação do capitalismo internacional, enquanto se enunciam os índices do materialismo e do espiritualismo na vida da Nação.

Em 1932, explode a Revolução Constitucionalista a partir de São Paulo. Plínio funda a Sociedade de Estudos Políticos (SEP) e escreve diariamente artigos políticos para o jornal *A Razão*, onde aplaude as iniciativas centralizadoras do novo governo provisório chefiado por

Vargas. Tais artigos irritam os “constitucionalistas”, que empastelam o jornal. Assim que termina a Revolução, com a vitória das forças do governo central, Plínio julga chegada a hora para lançar o Manifesto de Outubro, que dará início à Ação Integralista Brasileira (AIB). Em dezembro, sai publicado *O Cavaleiro de Itararé*, que é dedicado à mocidade das Escolas e do Exército Nacional, onde expõe o fantasma das revoluções sangrentas. (v. [Jovens Turcos](#)) Segundo Plínio, este livro completará a sequência de três estudos-depoimento: *Um Aviso*, *Um Prognóstico* e *Uma Glorificação*. Em 1933, ele publica *Psicologia da Revolução*, que é dedicado aos intelectuais, e *O que é o Integralismo?*, dedicado à massa popular, uma orientação doutrinário-ideológica bem definida. Segue-se intensa publicação de livros doutrinários: *A Quarta Humanidade*, em 1934; *Palavra Nova de Tempos Novos*, em 1935; *Doutrina do Sigma*, em 1936; e *Páginas de Combate*, em 1937. (v. [Sociedade Integral](#)) Em 1934, em meio ao crescimento vertiginosos do integralismo por todo País, é promulgada a Carta Constitucional, confirmando o mandato de Vargas por mais quatro anos. Em princípios de 1935, é criada a [Aliança Nacional Libertadora \(ANL\)](#), congregando forças políticas de centro-esquerda numa frente única *antifascista*. (v. [Frentes Populares Antifascistas no Brasil](#)) Em março desse mesmo ano, reúne-se o 2º Congresso Nacional Integralista em Petrópolis, no qual a A.I.B se transforma em partido político, sendo Plínio Salgado confirmado como Chefe Nacional. O novo partido propõe-se a respeitar os termos legais da Constituição de Julho de 1934, lutando por meios pacíficos para implementar seus objetivos, quais sejam: “culto a Deus, à Pátria e à [Família](#); unidade nacional; princípio da Ordem e da [Autoridade](#); prestígio do Brasil no Exterior; [Justiça](#) Social e Paz entre as famílias brasileiras mediante o sistema orgânico e cristão das corporações; economia social; grandeza e prestígio das Forças Armadas; união de todos os brasileiros”.(v. [Corporativismo: Teoria](#)) A radicalização ideológica e política não tarda a produzir conflitos sangrentos entre aliancistas e integralistas. Em novembro de 1935, explode a insurreição comunista em quartéis do Rio de Janeiro e de algumas capitais do Nordeste. A rebelião é prontamente sufocada pelas forças governamentais. Segue-se o desmantelamento da ANL. O movimento da Ação Integralista expande-se por várias centenas de municípios em todos os estados da União. Em 1937, Plínio Salgado é lançado como candidato oficial do Integralismo à Presidência da República, em disputa com outros dois candidatos: Armando Salles Oliveira (dos setores mais liberais de oposição a Vargas) e o ex-ministro José Américo, que articulava setores oligárquicos (de Minas Gerais, da Bahia e de Pernambuco) mais próximos do governo. Em 10 de novembro, porém, Vargas, por meio de um golpe de Estado, suprime a Constituição em vigor e implanta o [Estado Novo no Brasil](#). Uma nova Constituição é outorgada e todos os partidos políticos são dissolvidos. Uma tentativa de derrubar Vargas e o novo regime é ensaiada em maio de 1938, com a participação de integralistas e liberais, visando a restauração democrática. O fracasso do “putsch” resultará na prisão de Plínio Salgado, seguida do seu exílio em Portugal, onde irá desenvolver fecunda atividade intelectual. Em 1942, publicará uma *Vida de Jesus*, em três volumes. Em 1946, com a redemocratização, retorna ao Brasil e funda o Partido de Representação Popular (P.R.P) do qual será o Presidente. Em 1955, candidata-se novamente à Presidência da República, disputando com Juarez Távora, Ademar de Barros e Juscelino Kubitschek de Oliveira. Em 1958, elegeu-se deputado federal pelo Paraná e, em 1962, por São Paulo. Após a Revolução de Março de 1964, Plínio ingressará na [Aliança Renovadora Nacional \(ARENA\)](#), partido governista, renovando seu mandato de deputado federal em 1964, 1970 e 1974 e participando ativamente da Comissão de Educação e Cultura do Congresso Nacional. Em 1973, Plínio cria o MORENA (Movimento de Renovação Nacional), proclamando não ser esse um movimento com objetivos políticos, porém, com finalidades cívicas e culturais. Plínio Salgado virá a falecer a 7 de dezembro de 1975 em São Paulo. Alguns estudiosos e comentaristas têm observado que, no homem público Plínio Salgado, o talento do homem “de idéias” foi sempre superior ao do homem “de ação”. Concorde-se ou

não com esta assertiva, o fato insofismável é que, desde o início de sua trajetória na vida pública até encerrá-la em 1975, aquando de seu sexto mandato de deputado, toda a sua atividade política obedeceu sempre escrupulosamente ao imperativo absoluto das idéias que formulava nos anos de 1920 e 1930. É somente levando isso em consideração que se pode entender em Plínio a subordinação da ação ao império das convicções. Assim, na formação do seu pensamento político-social, Plínio Salgado toma por base dois conjuntos de leituras bem diferenciadas e que estão dispostas em momentos próprios de sua formação intelectual: de 1922 a 1926, absorveu textos de [Marinetti](#), Apollinaire, Nietzsche, Max Jacob e outros, que despertaram sua reflexão para a problemática da filosofia da arte e do novo senso estético moderno; de 1926 até 1930, emerge a problemática social e o seu encontro com as teorias socialistas e marxistas foi inevitável – são as leituras de Feuerbach, Hegel, Marx, Lênin, Sorel, Trotsky, Plekhanov, Riazanov. Entretanto, a adolescência de Plínio também foi marcada por intensas leituras de Lamarke, Haeckel, [Le Bon](#), Buchner, Spencer e, principalmente, Farias Brito. Esta última leitura reforçou em Plínio as matrizes de um espiritualismo revigorado e ativista em convergência com a formação católica que já recebera no lar doméstico. (v. [Evolucionismo](#) & [Natureza](#))

Entre 1927 e 1930, Plínio Salgado parece ter firmado a base de suas convicções: o amálgama das idéias que havia recolhido e a experiência já adquirida na política convenceram-no de que nada de novo poderia ser iniciado no Brasil dentro do velho esquema dos partidos políticos tradicionais. Não eram expressões do espírito da nacionalidade e das energias populares represadas e estancadas. Eram, antes, expressões de interesses regionalistas, de partidarismos individualistas que, vez ou outra, descambavam para alianças revolucionárias que punham sob ameaça a prodigiosa mas frágil unidade nacional. Assim, uma política nova era urgente para declarar guerra de morte aos regionalismos. Em 1930, Plínio chegou à convicção da urgência de uma verdadeira *revolução*. No entanto, esta deveria ser precedida de uma reformulação do pensamento nacional, ou seja, antes de chegar às massas, deveria despertar as elites intelectuais para a reconstrução desse pensamento nacional: vinculado ao estudo das nossas realidades, longe do formalismo e do academicismo, de forma que desvendasse o conhecimento das bases geográficas, étnicas, lingüísticas e históricas reveladoras do caráter e da alma do povo brasileiro; que ao mesmo tempo se afastasse definitivamente das fórmulas políticas e dos preconceitos intelectuais importados do exterior – expressões do imperialismo cultural que nos escravizava. (v. [Oliveira Vianna](#)) Desse empreendimento, deveria resultar: um novo sentimento de crença nas possibilidades do nosso povo; a afirmação da nacionalidade; a criação de instituições e costumes políticos novos, adequados às nossas peculiaridades de povo e arraigados às nossas tradições espiritualistas e cristãs. A idéia revolucionária é, portanto, de ruptura com o ceticismo e com a descrença – produzindo uma nova ordem moral – e de restauração do orgulho por nossas origens formadoras, que haviam resultado numa civilização ímpar no solo da América. Era sobre essa base conservadora que a revolução nacional deveria chegar às massas, despertando suas energias, mobilizando-as para o imenso trabalho de construção da grande Pátria Brasileira. (v. [Centenário de Nascimento de Olavo Bilac](#))

Nos anos de 1920 e 1930, além do tema do nacionalismo, Plínio meditou e desenvolveu suas reflexões sobre a doutrina social da Igreja, a falência do [liberalismo](#) e da [democracia](#) parlamentar, o problema da Autoridade e da Ordem e a busca de formas de organização do Estado que escapassem ao dilema liberalismo/[totalitarismo](#). Num texto de 1927, ele marcaria a sua posição, alertando para os últimos acontecimentos do drama europeu: “*A nossa obra não é, não pode ser ainda, de sistematização filosófica, mas será de integração espiritual da nacionalidade. É o bandeirismo num sentido novo. Nosso trabalho é mais de ação do que de pensamento. Precisamos agir no sentido de fundar sobre a pura tradição brasileira um espírito de afirmação e de independência*”. E acrescenta: “*Não se pode negar o contingente*

da ação espiritual na economia dos povos. Essa força, que é inegável na história de humanidade, poderá ser a salvação do mundo contemporâneo”. Ainda não havia sistematizado um corpo doutrinário mas apenas esquematizara as grandes linhas da sua posição filosófica, partindo de uma coerente ordenação social e política com enraizamento profundo na *alma da nacionalidade*. (v. [PENNA, Belisário](#)) Entretanto, desde os primeiros trabalhos, o projeto doutrinário de Plínio Salgado mostrava uma evolução sempre orientada num sentido bem definido e do qual jamais se afastará: criar uma doutrina nacional-brasileira capaz de abranger o conjunto integral da atividade social, dando-lhe coerência e significado. A doutrina a que chega será o *integralismo*. (v. [Plínio Salgado e a Teoria do Estado Integral](#)) Assentada na própria história das raízes nacionais que originaram o povo brasileiro – o tradicionalismo –, extrai dela a projeção da sua verdade através do conjunto de princípios que vertem da própria sociedade. Esses princípios são imutáveis e são de ordem *espiritual*, permanentes, e se constituem na essência da *nacionalidade*. Eles condicionam o sentido e o ritmo próprio da dinâmica social no curso da sua atualização constante. O primeiro princípio pertence ao plano transcendente, na ordem da divindade, o segundo pertence ao plano moral e, portanto, imanente à questão do dever; o terceiro determina a questão da responsabilidade. Estes e os demais princípios dos quais facultarão deduzir o corpo da doutrina, organizar uma análise da realidade e apresentar os indicadores do projeto de um Estado Integral estão no Manifesto Doutrinário de Outubro de 1932. Deles se pode perceber a procedência conseqüente e lógica de que a luta pela afirmação e independência nacional, tal como a reconstrução das relações sociais e da vida econômica sob o signo da ordem justa, resulta numa luta sem quartel contra as diversas expressões do materialismo: contra a liberal-democracia e o comunismo; o utilitarismo burguês, o espírito de facção e o niilismo; a inorganicidade dos partidos, do sistema do sufrágio e a demagogia socialista. Preocupado de que o movimento que dirigia fosse identificado com o totalitarismo, Plínio Salgado assim se pronunciava no *Manifesto Programa* de 1936: “A democracia pode ser considerada como a expressão da liberdade do povo. O Integralismo quer salvar a democracia identificando o Estado com a Nação e não com uma pessoa, um partido ou uma classe, substituindo, pois, o sufrágio atômico dos partidos pelo voto orgânico das corporações. Os estudos históricos afastam do movimento a tendência à *ditadura*”. (v. [Tradição & Völkisch](#))

Plínio Salgado e o Integralismo. Dentro do Integralismo, o pensamento de Plínio Salgado constituiu-se basicamente numa variante do tradicionalismo católico que foi dominante no movimento, embora outras vertentes também encontrassem o seu espaço e expressão própria. A partir dos anos de 1970, dos estudos feitos sobre o pensamento de Plínio Salgado, quando a problemática do pensamento autoritário brasileiro e da modernização conservadora suscitavam grande interesse na investigação acadêmica, alguns trabalhos sobre o integralismo apareceram. (v. [Conservadorismo](#)) Dentre esses, cumpre assinalar:

Hélgio Trindade, *O Integralismo (o fascismo brasileiro da década de '30)* – provavelmente, foi um estudo pioneiro pela profundidade com que aborda e analisa a Ação Integralista Brasileira, abarcando desde os seus antecedentes, o seu desenvolvimento, a estrutura organizacional, a composição social, as clivagens ideológicas, o perfil da militância. Acompanha a sua pesquisa uma farta exploração da documentação. Continua sendo uma obra de referência histórico-sociológica para qualquer estudo referente ao integralismo brasileiro. No que toca ao pensamento político de Plínio Salgado, Trindade o situa no campo doutrinário do *tradicionalismo católico*, da filosofia *tomista*, influenciado pelos teóricos do integralismo lusitano, tais como: Antônio Sardinha, [Rolão Preto](#), Oliveira Salazar, João Ameal e Hipólito Raposo.

J. Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*, onde o autor faz um estudo do pensamento político de Plínio Salgado, avaliando a sua obra literária e doutrinária, assim como as relações possíveis com sua atuação política desde os primórdios dos anos de 1920 até a fundação da

A.I.B. O autor, utilizando-se de uma metodologia marxista ortodoxa e com forte inclinação ao dogmatismo, recusa uma natureza “fascista” ao pensamento de Salgado, concluindo por considerá-lo a expressão ideológica de um “regressivismo” que seria produto de um “capitalismo hiper-tardio” em desenvolvimento no Brasil nos anos de 1920 e 1930. No entendimento do autor, a consciência integralista de Plínio Salgado é um apelo desesperado (daí o radicalismo que assume tons “fascistas”) de regressão às bases ruralistas da vida social e política de um Brasil arcaico que se desintegra pelo desenvolvimento tardio e lento, porém irreversível, das forças produtivas do capitalismo industrial e urbano. Em Salgado, pois, não haveria fascismo algum a ser proposto, mas a irracionalidade mais branda de um reacionarismo patriarcal-autoritário de regresso à ruralidade.

Ricardo Benzaquém de Araújo, em *Totalitarismo e Revolução, o Integralismo de Plínio Salgado*, é o mais recente e também o mais criativo dos estudos até agora feitos sobre o pensamento político de Plínio Salgado. Embora utilize um conceito polêmico (“Totalitarismo”), que ainda não foi plenamente esclarecido e reavaliado no campo da linguagem conceitual das ciências sociais, o autor opera criteriosamente, discutindo as possibilidades do seu emprego de modo pertinente a fim de captar o imaginário político de Salgado. Tomando a noção de totalitarismo revalidada e ampliada por Hanna Arendt (*The Origins of Totalitarianism*) e outros autores que nos anos de 1960 e 1970 dinamizaram o conceito, Benzaquém busca aplicá-lo na tentativa de interpretar a matriz pliniana dentro do movimento integralista. Opera, então, com a distinção entre “Estado Totalitário” e “Estado Autoritário”, entre “Estado Totalitário” e “Movimento Totalitário”. Estabelece a pertinência entre “movimento totalitário” e as idéias modernas de “revolução” e “democracia”, cuja compatibilidade se faz presente em função do papel de destaque que tem a *ideologia* na mobilização política intensa nas modernas sociedades de massas. Os movimentos totalitários modernos caracterizam-se-iam pelos dois elementos cruciais que os distinguem do conservadorismo e do [autoritarismo](#): uma ideologia revolucionária e a intensa participação das massas, mobilizadas permanentemente pela ideologia e motivadas no culto à figura do chefe ou líder. Analisando as obras doutrinárias e textos políticos de Salgado, Benzaquém conclui que o seu pensamento político, ao contrário do pensamento de Reale e o de Barroso, constitui-se em algo distante de um conservadorismo autoritário e está totalmente identificado com a idéia revolucionária, concebendo o integralismo como uma doutrina capaz de realizar a libertação do Brasil com a participação de todos os brasileiros. (v. [Miguel Reale e a Teoria do Estado Integral](#))

José Brito Roque

Referências Bibliográficas:

A obra completa de *Plínio Salgado* foi publicada em 20 volumes pela Editora das Américas, de São Paulo, no período de 1954-1956: VOLUME I - A Vida de Jesus (1942); VOLUME II - A Vida de Jesus (1942); VOLUME III - A Vida de Jesus (1942); VOLUME IV - Geografia Sentimental (1937), Viagens pelo Brasil, O Poema da Fortaleza de Santa Cruz, Nosso Brasil, 1954; VOLUME V - A Quarta Humanidade (1935); VOLUME VI - Aliança do Sim e do Não (1948). Primeiro Cristo (1946), O Rei dos Reis, 1955; VOLUME VII - Psicologia da Revolução (1934), Palavra Nova dos Tempos Novos (1936), Madrugada do Espírito, 1955; VOLUME VIII - A Imagem daquela noite e outros escritos, São Judas Tadeu e São Simão, A mulher do Século XX, Conceito Cristão de Democracia (1946); VOLUME IX - O que é o Integralismo? (1933), O Integralismo perante a nação (1946); VOLUME X - Despertemos a Nação, Página de Ontem, Discursos (1935); VOLUME XI - O estrangeiro (Romance, 1926), Pio IX e seu tempo, 1955; VOLUME XII - O Esperado (Romance, 1931); VOLUME XIII - O cavaleiro de Itararé (Romance, 1933); VOLUME XIV - A voz do Oeste (Romance histórico, 1934); VOLUME XV - O Espírito da burguesia, Mensagem às pedras do deserto; VOLUME

XVI - O ritmo da história (ensaios políticos, 1949); VOLUME XVII - A tua vez, Senhor (1946), A inquietação espiritual na atualidade brasileira, 1956; VOLUME XVIII - Como nasceram as cidades do Brasil? (1946), Roteiro e crônicas de mil viagens, Oriente (impressões de viagens, 1930); VOLUME XIX - Literatura e política (1927); VOLUME XX - Discurso às Estrelas (Contos e crônicas, 1927).

ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

CHASIN, J. O Integralismo de Plínio Salgado. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

TRINDADE, Hélió. Integralismo, fascismo brasileiro da década de Trinta. São Paulo, Difel, 1979. (2ªed.)

PLÍNIO SALGADO E A TEORIA DO ESTADO INTEGRAL. A noção de Estado Integral aparece mais ou menos delineada em seus postulados fundamentais já no manifesto de 7 de outubro de 1932, que lançaria o Integralismo em nível nacional. Porém, ao longo do tempo em que se desenvolveu a sua atuação [política](#) e doutrinária, a concepção integralista do poder, do seu exercício e da natureza própria do Estado que almejava implantar foi sendo enriquecida. Tão logo terminara derrotada a [Revolução](#) Constitucionalista de 1932 pelas forças do governo Central, Plínio Salgado, à frente de um grupo de integralistas, decide-se por lançar o movimento, já tendo redigido o Manifesto Doutrinário contendo o esboço das principais teses integralistas. A sua divulgação nas principais capitais do País é logo seguida pela adesão de numerosos intelectuais, muitos dos quais já participavam da SEP – Sociedade de Estudos Políticos – com sede em São Paulo, mas com ramificações em outras capitais brasileiras. Esta sociedade, formada por Plínio Salgado, destinada aos estudos filosóficos e políticos e ao enfoque de todos os principais temas da realidade nacional e mundial, buscava uma reflexão que apontasse para soluções completas do problema nacional. As principais obras que orientavam esses estudos eram os trabalhos de Euclides da Cunha, Alberto Torres e [Oliveira Vianna](#). Esses autores, por assim dizer, haviam despertado, em boa parte dos intelectuais dos anos de 1920 e 1930, uma nova consciência dos problemas brasileiros que apontava na direção tanto do nacionalismo quanto de um Estado Forte. Desse modo, a SEP foi sem dúvida o berço de gestação das idéias integralistas, levadas a público no Manifesto de Outubro. No conjunto de princípios nele contidos e posteriormente desenvolvidos em outros textos teóricos do próprio [Plínio Salgado](#), [Miguel Reale](#) e Gustavo Barroso, podemos sintetizar, muito genericamente, as seguintes idéias:

1º Uma concepção totalista ou totalitária do universo e do homem de nítida inspiração cristã: "*Deus dirige o destino dos povos, sendo o Homem uma realidade integrada de matéria, inteligência e espírito*". (v. [Fascismo](#) & [Totalitarismo](#))

2º O entendimento da nação brasileira a partir do seu povo organizado em classes profissionais as quais devem constituir a vida política. (v. [Corporativismo: Debate Político](#))

3º Afirmação do Princípio da [autoridade](#) pela constatação de que a sociedade brasileira carece de "hierarquia, confiança, paz e respeito".

4º Afirmação do [Nacionalismo](#), ao mesmo tempo que havia o repúdio ao capitalismo burguês e apátrida e ao comunismo ateu, instrumento do [imperialismo](#) russo, sendo ambos fruto de uma época moderna de decadência.

5º Repúdio ao regime liberal-democrático apoiado no sistema de partidos e na fórmula falaciosa do sufrágio universal, o que implica numa crítica veemente aos rumos da nossa experiência republicana. (v. [Democracia](#) & [Liberalismo](#))

6º Repúdio às formas usuais da política baseadas em *conspiratas* e na *politicagem* de grandes grupos e facções, preconizando que a disputa política se faça em torno de idéias.

7º A *Questão Social*, como considera a Ação Integralista Brasileira, deve ser resolvida pelo que inspira a doutrina social da Igreja, isto é, "pela cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar"; recusa absoluta à solução marxista e afirmação do direito de propriedade como fundamental.

8º A [Família](#) e a Nação, sendo a primeira o sustentáculo de um Estado Forte por ser o grupo natural fundamental e que precedeu a própria constituição do Estado, sendo a proteção à família essencial para que o Estado Integralista leve a Nação a realizar os seus destinos.

9º O *Município*, centro das famílias, célula da Nação.

10º O *Estado Integralista*, prescindindo dos partidos políticos, apoiado nas classes produtoras (Sindicatos e Corporações), no município e na família, fazendo funcionar os poderes clássicos, segundo os impositivos da Nação organizada.

Em síntese, pode-se verificar que a doutrina contida no Manifesto de Outubro de 1932 propõe claramente um *municipalismo* (superando o federalismo), um *sindicalismo corporativista*, sendo, ao mesmo tempo, *tradicionalista*, *espiritualista* e reivindicando um nacionalismo voltado para a modernização através dos mecanismos proporcionados pelo *Estado Revolucionário: o Estado Integralista*. O Estado Integral define-se política, econômica e culturalmente de modo a exprimir e integrar a totalidade das forças materiais e espirituais da nação numa comunidade de destino. (v. [Corporativismo: Teoria](#))

Concepção Pliniana do Estado Integral. Depois do Manifesto de 1932, Plínio Salgado divulgou *Diretrizes Integralistas* (1933), nas quais desenvolve os princípios já expostos no Manifesto – desdobrados agora em 27 teses. A sua preocupação fundamental voltou-se para os aspectos da dinâmica da organização política, de tal sorte que facultasse um aperfeiçoamento sucessivo a partir da própria ação do organismo social, no caso, a organização das classes, a responsabilidade e a conseqüente legitimação do poder. Essa avaliação resultava da própria compreensão que Plínio tinha da idéia de “revolução” como um “processo criador, transformador das circunstâncias pelo interferente da idéia” e que deverá ser incorporada ao novo Estado. (v. [Modernismo nas Artes](#)) Este, dotado de um poder revolucionário permanente, será capaz de interferir onde os elementos sociais se hipertrofiarem em detrimento de outros. Ao invés da luta de classes, desorganizadora da economia, haveria o equilíbrio social promovido em uma *democracia orgânica* com base no *corporativismo econômico e político*. O Estado define-se, então, como instituição jurídico-política e ética atenta às *superiores finalidades humanas* – sendo ao mesmo tempo mantenedor e modernizador das demais organizações sociais – e que procura permanentemente a evolução de sua própria estrutura. Cabe-lhe assegurar todas as condições para a realização dos direitos da pessoa como meta dos ideais da sociedade voltados para o bem comum. O Estado Integral, *orgânico* e *ético*, torna-se, assim, o instrumento necessário à realização do bem particular e da qualidade de vida. Os temas da autoridade e da liberdade, sempre antitéticos e dicotômicos na lógica liberal, são equacionados por Plínio, superando a dicotomia pela ênfase na *responsabilidade*. Ao lado dos *direitos* estão os *deveres*, em mútua correspondência, pois quem não os reconhece não segue os preceitos da boa ordenação social (cujo fundo é moral) e, portanto, aliena-se. O Estado assume a tarefa de integrar, harmonizar, desenvolver e modernizar a sociedade, estando imbuído de um sentido *finalista* do seu empreendimento e da sua função, que consiste em elevar os indivíduos, a sociedade e a Nação à realização máxima de suas potencialidades. (v. [Estatismo](#)) Nas *Diretrizes Integralistas*, Plínio afirma que tal projeto não pode ser realizado nem pelo Estado Liberal nem pelo Estado Comunista: o primeiro, por alhear-se das questões mais pertinentes à dignidade da pessoa, atém-se apenas a uma liberdade sem a devida responsabilidade do poder; o segundo, pela prepotência e usurpação dos direitos essenciais da pessoa, atinge de início o princípio fundamental que é de ordem espiritual. Promover a educação, proteger e amparar a família, apoiar a iniciativa religiosa, prestigiar e engrandecer as forças armadas são atitudes do Estado Integral a fortalecer as suas próprias bases, que são de ordem moral. (v. [Cornelismo & Sociedade Integral](#))

Estado e Revolução. O pensamento político de Plínio Salgado expressa a confluência de dois grandes temas referentes à contextualização do debate político e intelectual dos anos de 1920 e 1930: o *nacionalismo* e o *tradicionalismo católico*. O primeiro foi alimentado em suas origens pelos trabalhos de Alberto Torres de crítica política ao constitucionalismo liberal republicano, pela crítica social de Euclides da Cunha e ampliado pela crítica cultural da Semana de Arte Moderna. O segundo foi revigorado pela atuação de Jackson de Figueiredo e do Centro Dom Vital, propondo um catolicismo militante e social capaz de restaurar o primado da *espiritualidade* na vida brasileira. Dessa dimensão irão sobressair, em especial, os valores da Ordem, da Autoridade e da Disciplina, articulados com a idéia do engajamento

social. (v. [Liga Eleitoral Católica](#) & [ORDEM, A](#)) Do nacionalismo resultarão os apelos plinianos à necessidade de uma reflexão sobre os problemas brasileiros e a busca de uma solução política própria, nascida de uma perspectiva doutrinária autêntica de recusa à importação de modelos ideológicos, levando-se em conta nossas próprias raízes históricas, nossos costumes, as peculiaridades do nosso povo, os condicionantes étnicos, geográficos, históricos, sociais, econômicos e culturais que nos modelam enquanto tal. Este seria, pois, o caminho único e verdadeiro capaz de criar nossa própria filosofia e nossa própria revolução. Dessa mesma vertente nacionalista, Plínio elaborou e desenvolveu, concomitantemente, a sua reflexão sobre a componente *revolucionária* que deve estar contida no Estado Integral para realizar tanto a modernização da Nação quanto a justiça na sociedade. O modo próprio como Plínio absorveu e elaborou essas duas grandes vertentes temáticas permitiu-lhe produzir um pensamento político sofisticado, onde estão presentes tanto o *tradicional* quanto o *moderno*, a *idéia conservadora* e a *idéia revolucionária*. (v. [Conservadorismo](#)) O sentido de *síntese* que sua elaboração intelectual propiciou responde, em parte, pela enorme receptividade encontrada pelo movimento que concebeu e liderou, assim como pela primazia da sua concepção integralista dentro do próprio movimento do [Sigma](#).

Valor Relativo do Estado. Ainda em 1934, Plínio publicou “Psicologia da Revolução”, obra destinada ao público mais intelectualizado, como ele mesmo definiu, e que pretendia esclarecer as relações existentes entre o Estado e a Sociedade tal como ele os concebeu. O objetivo era também elucidar dúvidas sobre a natureza do Estado integralista e as suspeitas de conotação totalitária que lhe eram atribuídas pelos adversários da Ação Integralista. Para distingui-lo do Estado Fascista Italiano e, ainda mais, do Estado Bolchevista Russo, Plínio Salgado afirma que o Estado tem para os integralistas um valor relativo, que é uma consequência do próprio relativismo dos movimentos sociais. Da *idéia de Estado em transformação permanente* decorre a necessidade das *revoluções*: “*A Revolução é função da sociedade na sua fase destrutiva e função do Estado na sua fase construtiva*”. O Estado que se afirma numa *ordem nova* deve recompor a sua estrutura no curso do tempo. Sendo expressão da própria sociedade, a sua vitalidade dependerá do progresso da vida social. “Mas o Estado”, diz Plínio, “*é também uma expressão do pensamento, que se renova pelo dinamismo da IDÉIA-FORÇA. A sua fisionomia, portanto, não pode independe da IDÉIA-FORÇA em que se exprime a vontade da Nação. A Nação, realidade social, existiu antes do Estado, que é realidade jurídica*”. O Estado realiza, por conseguinte, dois dinamismos autônomos que se interferem: o do Espírito Criador e o da Matéria no seu constante movimento. Assim, julga distinguir a sua concepção de Estado do *Estado Totalitário* que, a seu ver, é absorvente e tende a cristalizar-se num formalismo rígido, excessivamente burocrático, “*burocratizando a vida, como ocorre no regime russo*”; torna-se estático, ao invés de ser dinâmico, para acompanhar o dinamismo da Nação. (*Op.cit.*p.72). Ao contrário daquele, o Estado Integral se renova, sendo integral justamente por captar o movimento e não apenas as formas. Portanto, “*o Estado Integral é revolucionário porque, considerando a sociedade enquanto substância e forma, considera-a também como movimento e relação de movimentos. Movimento espontâneo da sociedade é EVOLUÇÃO. Movimento pela interferência do ESPÍRITO é REVOLUÇÃO*”. (*Op.cit.* p. 75) Portanto, a relação entre o Estado e a Sociedade deve ser orgânica, isto é, por meio dos mecanismos da representação corporativa, visto que a corporação, em vez de ser o organismo meramente econômico da visão fascista, assume dupla expressão (econômico-política) na visão integralista. E nela a eficiência e a dignidade do VOTO são garantidas moral e materialmente. “No Estado Integral, o grupalismo assegura que todos os brasileiros atuem na formação do poder político”. (Diretrizes Integralistas, 1933) Esses conteúdos – expressos em todos os documentos oficiais da Ação Integralista desde o Manifesto de Outubro de 1932 – vão sendo melhor pontuados a partir das *Diretrizes Integralistas de 1933*, revelando-se com maior nitidez um pensamento

filosófico-político sempre vinculado a uma concepção *espiritualista* do Universo, da História e do Homem, da qual deriva todas as projeções sociais e políticas e o próprio sentido da ação nos indivíduos. Dela resultará a proeminência conferida à Família que, “*por sua natureza ao mesmo tempo biológica e moral, é o nascedouro da vida social e o repositório das mais lídimas tradições da Pátria*” (Tese XI, *Diretrizes*). Cabe-lhe forjar o caráter moral dos indivíduos, o senso correto da liberdade em suas proporções e limites, a noção da responsabilidade e da correspondência entre direitos e deveres. Visto desse modo, os elos que unem a Família, o Município, os sindicatos, corporações e demais organizações culturais devem se estreitar no mais profundo sentimento grupalista que, por sua vez, deve ser a alma viva da Nação. E ao Estado Integral cabe ser a expressão desse vitalismo, coordenando-lhe os ritmos e orientando-o nas finalidades superiores do bem comum. Incorpora, portanto, a idéia democrática sem o democratismo individualista das assembléias e dos partidos aos moldes liberais que, segundo tal visão, rebaixa e desmoraliza a representação.

José Brito Roque

Referências Bibliográficas:

- CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
TRINDADE, Hégio. Integralismo, o fascismo brasileiro da década de Trinta. São Paulo, DIFEL, 1979. (2ª ed.)
ARAÚJO, R. Benzaquém de. Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1987.
TAVARES, José Nilo. Conciliação e Radicalização Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1982.
PAIM, Antonio; BARRETO, Vicente. Evolução do Pensamento Político Brasileiro. São Paulo, Ed. ITATIAIA / USP, 1989.

POLÍTICA. No mundo antigo, a política dizia respeito à *polis*, ou seja à cidade, lugar onde os iguais se encontravam para tratar dos temas de interesse do conjunto dos cidadãos e, portanto, do Estado. A política no mundo antigo caracterizava-se, como destaca H. Arendt, pelo não emprego da força e da coerção, mas pelo convencimento por meio das palavras e das ações. Já a constituição dos Estados Feudais baseou-se, como bem observou N.Elias, na conquista do Monopólio da Violência Física e do Monopólio Fiscal. As lutas feudais conduziram à centralização do poder na corte, controlada pelo Rei. As relações foram fundadas na suserania e na vassalagem, ou seja, entre o Rei, ungido de Deus, e seus súditos. A finalidade da política era o *bom governo*, compreendido como a realização dos interesses do Estado, confundido com o soberano. Na sociedade moderna, a situação é completamente diferente: as revoluções Americana e Francesa do século XVIII fundaram a ordem política e social no interesse do indivíduo, entendido como cidadão de um Estado cujo poder deveria ser limitado. Na medida em que a soberania reside na Nação e que o poder emana do povo, todos os cidadãos contribuem para a elaboração da lei, expressão da vontade geral, de modo direto ou através de seus representantes. Assim, na sociedade democrática, o poder não pertence a *ninguém* especificamente, mas ao povo, que escolhe livremente os seus representantes através das eleições. Abre-se o caminho para que as classes e os grupos disputem o poder para efetivar o seu *projeto de sociedade*. É contra essa [democracia](#) liberal que a aristocracia se insurge. (v. [Conservadorismo](#)) Nas Sessões da Assembléia Nacional Francesa, os defensores do [Antigo Regime](#) – a aristocracia e o clero – sentavam-se à direita, os revolucionários à esquerda. A partir daí surge essa topografia que divide até o presente o universo político. (v. [Ideologia](#))

N.Bobbio sugere uma distinção tomando como referência as relações – sempre historicamente definidas – que os grupos políticos mantêm com as idéias de *Liberdade e Igualdade*. A partir daí é possível fazer uma diferenciação dos matizes políticos à direita, sendo os principais: 1) O *neoconservadorismo*, que tem como projeto uma sociedade hierárquica na qual os homens seriam governados pelos *aristói* (os melhores, do ponto de vista do mérito e do nascimento), na qual a legitimidade do poder e o princípio da [autoridade](#) estão fundados na moral, na religião ou na identidade da nação – sendo contrário ao [liberalismo](#) e ao individualismo, o *neoconservadorismo* acaba por aproximar-se de uma concepção política totalitária, que tem por fundamento uma coletividade orgânica, a nação por exemplo, como é o caso do *neonazismo* e do *neofascismo*, que se insurgem na [Europa](#) contra os regimes social-democratas e contra o liberalismo político e econômico –; 2) O *neo-liberalismo*, cujo projeto de sociedade repousa na retomada dos valores do liberalismo clássico que, por conceber os homens como livres e iguais do ponto de vista jurídico e político, postulava a limitação do poder do Estado e a não interferência deste nas relações sociais e econômicas. (v. [Estatismo](#) & [Fascismo](#)) Nesta perspectiva, a democracia se efetiva quando os homens livres se encontram no *mercado* – instância que passa a definir a política – para comprar e vender força de trabalho e mercadorias. A desigualdade econômica e social (repartição dos benefícios) é justa e legítima na medida em que os homens contribuem de maneira desigual – segundo suas capacidades e talentos – para o bem comum. Decorre dessa concepção a idéia de desregulamentação da [economia](#) e do social: a desmontagem do [Estado do Bem-Estar Social](#) (extinção dos benefícios sociais), uma vez que oneraria o setor produtivo da sociedade com os impostos através dos quais são financiados aqueles benefícios; o fim das medidas protecionistas, o fim da política de subsídios e a privatização dos setores estatais da economia. Estas medidas aparecem como a correção necessária ao desvirtuamento de uma forma de sociedade cuja finalidade é *a produção de riquezas* e não a promoção da *igualdade social*. A função do Estado fica restrita, então, à proteção desta ordem por meio das políticas de segurança, ou seja, pelo exercício da violência legítima. Por outro lado, o neo-liberalismo não prescinde do protecionismo e do monopólio – agora em escala global – para a promoção do

desenvolvimento econômico. O surgimento dos blocos econômicos (NAFTA, ECU, Mercosul) demonstra este último aspecto do neo-liberalismo. (v. [Burocracia](#) & [Sociedade Civil](#))

José Miguel Arias Neto

Referências Bibliográficas:

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Editora da UNESP, 1995.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro, Zahar, 1994. 2 vols.

LEFORT, Claude. Pensando o político. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

MERQUIOR, José Guilherme. O liberalismo antigo e moderno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS. Originalmente, os direitos humanos foram enunciados contrapondo-se à ordem estamental do [Antigo Regime](#). Proclamando-se a igualdade jurídica de todos os homens, abolia-se as diferenças fundadas a partir de critérios meritocráticos e de nascimento. As revoluções liberais do século XVIII buscaram nas doutrinas jusnaturalistas a legitimidade da enunciação dos direitos, entendidos então como naturais ao homem. Na França, tratava-se de abolir a ordem social existente que estava fundada nas *distinções naturais* entre os homens. (v. [Tradição](#)) Nos Estados Unidos, assim como na América Latina de colonização espanhola e portuguesa, tratava-se de legitimar as independências frente às metrópoles colonialistas – Inglaterra, Espanha e Portugal. (v. [Ideologia](#)) Os burgueses do século XVIII enfatizavam a idéia de liberdade [política](#) e econômica, advogando então o fim dos regimes de monopólios que impediam o desenvolvimento comercial e industrial. (v. [Economia](#)) Nesse quadro, o direito à propriedade foi considerado inalienável e o Estado concebido como protetor da burguesia emergente. Por isso mesmo, os novos regimes liberais conviveram, sem maiores problemas, com a desigualdade econômica e social e com estruturas políticas restritivas à participação popular. As constituições censitárias francesas e a manutenção da escravidão na América Latina e nos EUA não estavam em contradição com estas concepções. No entanto, os grupos sociais excluídos – operários, camponeses, índios e escravos – tiveram uma compreensão diferente desses valores abstratos, que redundou em uma série de lutas – anticolonialistas e sociais – visando o estabelecimento de sociedades mais democráticas e, portanto, igualitárias. (v. [Burocracia](#)) A enunciação dos direitos provoca, segundo Lefort, uma mutação na [natureza](#) do poder na medida em que o direito é separado de uma instância divina – corporificada no rei – e fixado no homem em virtude de um contrato escrito: as Constituições. Com o direito estabelecido no homem, em uma natureza presente em cada indivíduo, emerge a representação de uma sociedade soberana e ao mesmo tempo dividida, posto que há o reconhecimento dos diversos modos de existência, de atividades, de comunicação, cujos efeitos são indeterminados, assim como há a descoberta da transversalidade das relações sociais, o que em última instância significa a instituição de uma esfera pública – a [sociedade civil](#) –, espaço do desenrolar da trama dos negócios humanos. Na medida em que o homem não possui uma natureza estática e imutável, também isto ocorre com a sociedade civil, o que significa dizer que os direitos não são imutáveis e permanentes. Ao contrário, a efetivação de direitos conquistados conduziu à reivindicação de novos direitos. Por exemplo, os direitos civis e políticos (provenientes do pensamento liberal) permitiram a organização dos trabalhadores em [sindicatos](#) e associações para reivindicarem direitos econômicos e sociais (trabalhistas, sociais, etc.). (v. [Legislação Trabalhista no Brasil](#)) É esta indeterminabilidade que caracteriza o Estado Democrático para além do Estado de Direito e traça as linhas da política contemporânea: as lutas pela promoção dos direitos adquiridos e novos sustentam-se em uma legitimidade cujos fundamentos encontram-se para além dos marcos legais tecidos pelo poder, ou melhor dizendo, em uma *consciência dos direitos* que engendra um *poder social*. No mundo contemporâneo, surgem novos direitos, como o direito ao desenvolvimento, à paz, ao patrimônio comum da humanidade, a um meio ambiente saudável, etc. Como evidencia Bobbio, hoje não se trata mais de *justificar* estes direitos, mas sim de *promovê-los*. A [democracia](#) contemporânea foi ainda mais longe em dois sentidos: 1) as Declarações de Direitos do Século XX não se restringem mais às esfera doméstica nacional, mas se pretendem universais; 2) por outro lado, tanto a Carta de São Francisco quanto a Declaração e o Programa de Ação aprovados na Conferência de Viena em 1993 reconhecem os direitos civis e políticos, econômicos e sociais como relacionados e interdependentes, a democracia como o único regime compatível com sua promoção e a paz internacional como sua finalidade fundamental. (v. [Conservadorismo](#)) Essa concepção constitui uma nova linguagem de legitimação da política contemporânea e, apesar de sua fragilidade, torna-se um imenso

obstáculo à consecução dos projetos neoconservadores e neoliberais. (v. [Nouvelle Droite & Nova Direita nos Estados Unidos](#)) Como as lutas democráticas do século XIX se opuseram aos regimes puramente liberais do período, a idéia de Direitos Humanos representa hoje o contraponto universal ao neo-[liberalismo](#) globalizante. (v. [Consenso de Washington & Repressão e Violência](#))

José Miguel Arias Neto

Referências Bibliográficas:

ALVES, José A. Lindgren. Os direitos humanos como tema global. São Paulo, Perspectiva, 1994.

ARENDT, Hannah. Da revolução. São Paulo/Brasília, Ática/ Editora da UNB, 1990.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Editora da UNESP, 1995.

LEFORT, Claude. A invenção democrática. São Paulo, Brasiliense, 1983.

PÓLO DA LIBERDADE. Coligação de direita organizada pelo empresário midiático italiano Silvio Berlusconi e formada pela Força Itália, Liga Norte e Aliança Nacional, sendo vitoriosa nas eleições de 1994. (v. [Partido Político de Direita](#)) O Pólo da Liberdade conseguiu com sua vitória substituir a longa dominação [política](#) da Democracia Cristã após os escândalos que desacreditaram o partido como possibilidade de governo. (v. [Governabilidade](#)) A derrocada democrata-cristã abriu um grande vazio na direita, que era o tradicional esteio de poder na Itália (Norberto Bobbio), ao mesmo tempo em que o avanço das idéias liberais – particularmente a mágica do livre mercado – alimentou o medo face a um Partido Democrático de Esquerda ainda muito identificado com o antigo Partido Comunista Italiano e sob o impacto da derrubada do Muro de Berlim, o que acabou por criar a sensação de um nivelamento onde qualquer forma de socialismo era confundida com o [totalitarismo](#) stalinista. (v. [Baderna](#), [Conservadorismo](#) & [Jacobinismo](#)) Embora tivesse enterrado de vez o comunismo italiano, a reforma partidária operada por Achille Occhetto não conseguiu ganhar a confiança da maioria da população. (v. [Frente Nacional](#), [União Democrática do Centro](#) & [Partido da Liberdade Austríaco](#)) Foi neste vazio que Berlusconi conseguiu construir uma imagem de empreendedor vitorioso, capaz de oferecer a cada italiano um sonho de consumo *high-tech*, americanizado e ultra-liberal. (v. [Consenso de Washington](#) & [Neofascismo na Rússia](#)) O programa econômico de Berlusconi aproximava-se imensamente do *thatcherismo*, vendo a desestatização e a redução dos impostos como receitas básicas para o crescimento econômico. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Os companheiros de Berlusconi no Pólo apresentavam um perfil ainda mais complexo: Umberto Bossi, líder da Liga Norte, prega uma [revolução](#) nacional, entendendo nacional como o norte italiano, rico e desenvolvido, e que deveria proclamar a sua independência, recusando os encargos fiscais e sociais derivados da obrigação de *sustentar* o sul, atrasado e indolente (v. [Atraso](#) & [Europa](#)); já a Aliança Nacional de Gian Franco Fini surge como uma evolução do MSI, o Movimento Social Italiano, fundado por Giorgio Almirante, partidário de [Mussolini](#) e defensor declarado de idéias fascistas, inclusive de uma Itália unificada sob um poder centralizado. (v. [Liberalismo](#) & [Democracia](#)) Logo após a publicação dos resultados eleitorais, centenas de jovens em *camicie nere*, como na época fascista, saíram às ruas de Roma fazendo a saudação nazista e Fini declarou que Mussolini foi o maior estadista do século XX. (v. [Fascismo](#) & [Skinheads e Anomia](#)) Assim, o Pólo da Liberdade surge como um coquetel improvável de plataformas políticas inconciliáveis e somente reunidas por grande oportunismo político. Berlusconi conseguiu um uso extremamente eficiente dos meios de comunicação e soube combiná-los com a extrema popularidade advinda de sua bem exercida direção do time de [futebol](#) Milan A.C. Na verdade, a televisão é o caldo de cultura onde os tele-populistas se alimentam (Any Bourrier). (v. [Populismo](#)) Em pouco tempo de governo, Silvio Berlusconi viu-se envolvido em inúmeros escândalos de corrupção e de mau uso dos recursos públicos. Na verdade, desde o início Berlusconi encarou o governo da Itália como a gestão de uma grande empresa, onde a concorrência desleal com os adversários, a mentira e a manipulação das informações seriam recursos válidos e cotidianos. Mais perigosamente, coube a Berlusconi reciclar os fascistas da Aliança Nacional, tornando-se o primeiro governo europeu do pós-guerra composto por fascistas. Assim, o experimento Berlusconi representou um esforço vitorioso de legitimação do fascismo como moderna alternativa de poder. (v. [Neofascismo na Alemanha](#) & [Extrema-Direita na Áustria](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

(v. Fascismo)

POPULISMO. Diversos são os movimentos ou regimes políticos caracterizados como populistas, assim como diversas são as suas lideranças. Tanto à direita quanto à esquerda, vários são aqueles que apontam a existência de correntes políticas definidas como sendo populista. Entretanto, se preferirmos tomar cuidado com a origem do conceito, deveremos restringir aquilo que é considerado populismo a poucos fenômenos. Grosso modo, tanto em sua matriz norte-americana quanto russa, no século XIX, populismo era entendido como um movimento de caráter radical e agrarista no sentido de que se opunha a processos de modernização capitalista e industrializante. O termo “populismo” origina-se na defesa das tradições populares e em uma certa postura mítica diante do povo. Ser um populista é “ir ao povo”, integrar-se. Se nos restringirmos, portanto, aos fenômenos americano e russo, aos outros movimentos assim entendidos dever-se-á dar uma nova definição. (v. [Ideologia](#)) Na América Latina, o “populismo” – que surge como alternativa à crise liberal dos anos de 1920 – guarda diferenças significativas com relação ao populismo das origens. (v. [Caudilhismo](#) & [Coronelismo](#)) A começar que, tomando como referência governos como os de Getúlio Vargas no Brasil e [Juan Domingo Perón](#) na Argentina, ou partidos políticos como a APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) do Peru e o PRI (Partido Revolucionário Institucional) do México, o projeto político que se constata tem uma postura modernizante e anti-agrarista. (v. [Peronismo](#) & [Justicialismo](#)) Além disso, como se instituem na oposição a uma hegemonia liberal, tais movimentos caracterizam-se pela defesa de um forte Estado interventor e regulador das relações sociais. (v. [Conservadorismo](#) & [Estatismo](#)) Em todos estes movimentos ou partidos, há de fato uma idéia e uma postura acentuada no sentido de enaltecimento das qualidades do povo. (v. [Nacional-Populismo](#)) Entretanto, guarda profundas distâncias em relação à necessidade do aprendizado e da integração com o povo: o que se vê é a presença de movimentos que, a partir “de cima”, convidam o povo a integrar-se ao projeto político que se apresenta. (v. [Prussianismos Brasileiros](#)) Curiosamente, movimentos políticos radicais existentes na América Latina e que se comportavam a partir de uma perspectiva de integração popular jamais foram chamados de populistas. Referimo-nos aos movimentos de guerrilheiros que se opuseram às [ditaduras](#) militares impostas, sob o patrocínio dos Estados Unidos da América, durante as décadas de 1960 e 1970. Neste caso, estariam mais próximos do populismo personagens como Che Guevara e Carlos Mariguela do que os já citados Vargas e Perón. A razão de tal desvirtuamento da idéia de Populismo se encontra no fato de que, originalmente, além de fortemente identificado com uma idéia de Estado forte, para o caso latino-americano o termo significa uma desqualificação. Como o que se convencionou chamar de populismo na América Latina tem um perfil modernizante e anti-agrarista, apesar de se verificar em muitos momentos um compromisso entre o Estado industrializante e as elites agrárias, foram exatamente os setores aliçados do poder que, no embate político, escolheram o termo populismo como sintoma de demagogia e manipulação. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) A [cidadania](#) conquistada pelos trabalhadores urbanos, embora sob o controle e a regulação de um Estado autoritário, é vista como uma forma de enganar o povo e destituí-lo de seus mecanismos de representação, como os partidos políticos e o parlamento. (v. [Oposição/Situação](#) & [Sindicato](#)) Assim, a idéia de populismo para a direita é constituída originalmente sob a perspectiva do [liberalismo](#) excludente agroexportador que caracterizou os primeiros governos republicanos da América Latina. (v. [Camponês e Política](#))

Francisco Carlos Martinho

Referências Bibliográficas:

IANNI, Octávio. A formação do Estado Populista na América Latina. São Paulo, Ática, 1989.
IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

LACLAU, Ernesto. Política e ideologia na teoria marxista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
TABAK, Fanny (org.). Ideologias - Populismo. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.
WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

PORFÍRIO DÍAZ (Biografia Política). Militar ligado ao Partido Liberal que chegou ao poder no México em 1876, acabando por governar o país até a Revolução Mexicana, com apenas uma breve interrupção, durante o governo de Manuel González (1880-1884). Nascido em Oaxaca, em 15 de setembro de 1830, Porfirio estudou direito, apesar de ser atraído pela vida militar. A sua ascensão ocorreu durante a desastrosa aventura do Imperador Maximiliano de Habsburgo (1864-1867), quando Porfirio se destacou na Batalha de Puebla e na libertação da própria capital mexicana. A partir destes episódios, seu prestígio cresceu significativamente entre o grupo de liberais moderados que se opunha ao governo do presidente Sebastian Lerdo de Terrada. Com base nesse apoio, Díaz aproveitou-se de uma cisão governamental e articulou um golpe de Estado, em janeiro de 1876, lançando o Plano de Tuxtepec, baseado na questão da autonomia provincial, tradicional reivindicação dos setores oligárquicos mexicanos. Na presidência, Díaz imediatamente tratou de destituir dos cargos governamentais estratégicos os “caciques” – chefes locais – leais ao antigo presidente. (v. [Coronelismo](#) & [Caudilho](#)) Na verdade, no decorrer do governo, os próprios “caciques” – mesmo os que inicialmente se opunham à nova ordem – seriam contemplados pela política agrária governamental de venda de terras públicas, aspecto que atenuou o descontentamento dos grandes proprietários com o centralismo porfirista. (v. [Caudilhismo](#))

Utilizando o lema positivista de *Ordem e Progresso*, o governo Díaz transformou-se em um modelo de civilização para a elite na América Latina. (v. [Autoritarismo](#)) Os políticos da primeira geração republicana, no Brasil, elogiaram sua administração em diversas oportunidades. Tendo o Poder Legislativo rigidamente controlado, o próprio Porfirio Díaz era responsável pela escolha dos deputados, a partir de uma lista prévia dos candidatos. (v. [Autarquia](#)) A imprensa, por sua vez, bastião do [liberalismo](#), foi severamente controlada pela “Lei Mordaza”, responsável pela institucionalização da censura e pelo encarceramento dos jornalistas opositores. (v. [Ditadura](#) & [Tortura](#)) Enquanto limitava a margem de manobra da oposição, Díaz constituía uma plutocracia governamental baseada em um grupo de políticos, inspirados no positivismo, denominados *científicos*, tendo como principal representante o ministro da Fazenda, José Ives Limantour, responsável por inúmeras reformas financeiras e administrativas. (v. [Atraso](#) & [Civismo](#))

Uma das características mais marcantes do governo Díaz, as altas taxas de crescimento econômico, foram proporcionadas pelo afluxo significativo de investimentos estrangeiros. O impulso industrial, correlato à entrada de capital, mesmo que voltado para o setor de exportação, representou um momento extremamente importante na história do capitalismo do México. O petróleo despontaria como combustível indispensável no mundo capitalista, sendo os poços de Tampico e Tuxpan arduamente disputados pelos trustes norte-americanos e ingleses. (v. [Imperialismo](#)) O paralelo crescimento da rede ferroviária significava, para além das implicações simbólicas, muito exploradas pela propaganda governamental, o alargamento da infra-estrutura básica, aspecto fundamental para o setor exportador, notadamente a mineração, cujo sistema de concessões favoreceu os investidores norte-americanos. Por outro lado, o papel da malha ferroviária possibilitava também a própria valorização da propriedade rural e o deslocamento de mão-de-obra, cada vez mais desenraizada de suas tradições. Vinculada à modernização da estrutura produtiva, o processo de expropriações das terras indígenas contribuiu para a desorganização do trabalho nas áreas rurais, principalmente os *ejidos* indígenas, empurrando os camponeses para o cruel sistema das *tiendas de raya* - semelhante ao sistema brasileiro do barracão. (v. [Favela](#)) As revoltas indígenas foram duramente reprimidas pelo governo, destacando-se a insurreição dos Yaquis (1885-1901). No decorrer da onda repressiva, Díaz utilizou não só o exército, favorecido pela integração geográfica proporcionada pelas ferrovias, mas também os temidos *rurales*, grupo formado majoritariamente por ex-bandoleiros, alçados circunstancialmente à categoria de homens da lei.

Durante cerca de trinta anos, o governo Díaz conseguiu controlar os movimentos de oposição e abrandar o descontentamento existente entre grupos oligárquicos dissidentes. (v. [Sociedade Civil](#)) Esta situação, entretanto, foi abalada entre 1900-1910, já que este período representou não só o crescimento das forças oposicionistas – notadamente do movimento operário – como o esgotamento da *Pax Porfiriana* e suas próprias bases de sustentação. (v. [Política & Oposição/Situação](#)) Em termos conjunturais, a crise na economia norte-americana, pronunciada em 1907, abalou os investimentos no México, acarretando o fechamento de minas e outros negócios. Neste mesmo momento, a agricultura e a pecuária foram afetadas por desvios climáticos, ocasionando perda da metade da produção. Se os segmentos mais pobres da população foram profundamente abalados, os médios investidores também sofreram o impacto da crise: os bancos, geralmente controlados por grupos estrangeiros, elevaram as taxas de juros e cobravam os atrasados com uma intolerância sem precedentes. Por outro lado, o governo aumentava os impostos das empresas médias e dos setores oligárquicos que não mantinham estreitas ligações com os científicos. Nesta conjuntura, irrompeu no cenário político mexicano um rico fazendeiro do Norte do país: Francisco Madero. Tendo estudado administração de empresas na [Europa](#) e economia agrícola na Califórnia, Madero despontou como um possível sucessor de Díaz. O seu livro, *A Sucessão Presidencial em 1910*, transformou-se em um grande êxito para os oposicionistas, principalmente porque parecia representar a possibilidade de transferência de poder sem agitações e tumultos em um momento em que o próprio Díaz afirmara em entrevista a um jornalista norte-americano a possibilidade de deixar o cargo. (v. [Partido Político de Direita](#)) Inviabilizado um acordo sucessório, Madero acabou lançando-se como candidato à presidência com uma plataforma tipicamente liberal, mas também com promessas vagas de melhorias de vida para os operários e camponeses. Acusado de incitar os camponeses, Madero foi excluído do processo eleitoral e preso, tendo Díaz sido reeleito em junho de 1910. Alguns meses mais tarde, entretanto, aproveitando as comemorações do centenário da independência, os partidários de Madero conseguiram libertá-lo, promovendo o seu exílio no Texas. Neste momento, foi redigido o Plano de San Luís de Potosí, manifesto maderista contra a eleição de Díaz, conclamando a luta armada como via legítima para chegar ao poder. Enquanto Madero planejava a [Revolução](#), ainda em território americano, movimentos camponeses foram organizados em vários pontos do México. Nesse momento, Emiliano Zapata destacou-se como líder camponês em Morelos (zona sul do Centro México), enquanto no Norte do país Pancho Villa – através dos contatos feitos com um líder maderista – convocou os seus homens para a derrubada de Porfírio Díaz. O estado de beligerância de Norte a sul do país foi crucial para a desestabilização do governo porfirista. Após algumas derrotas militares, a renúncia presidencial era inevitável. Em maio de 1911, Porfirio Díaz embarcou para a Europa onde morreria quatro anos depois, não antes de escrever suas *Memórias*. Na verdade, mais que uma mera trajetória pessoal, Díaz deixou uma biografia que se confunde com um dos momentos mais emblemáticos da história mexicana. (v. [Conservadorismo](#) & [Ideologia](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

- BAZANT, JAN. Breve Historia do México. México, Ediciones Coyoacán, 1979.
- BETHELL, Leslie (org). Historia de América Latina, 1870-1930. Barcelona, Editorial Crítica, 1992.
- KRAUZE, Enrique. Porfirio Díaz: Místico de la autoridad. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- WOMACK JR, John. Zapata e a Revolução Mexicana. Lisboa, Edições 70, 1980.

PRETO, Francisco Rolão (1896–1977). Rolão Preto foi o mais jovem dos fundadores do Integralismo Lusitano, movimento monárquico, tradicionalista e anti-liberal fundado em Portugal nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. Estudante monárquico emigrado, ele foi o primeiro secretário da *Alma Portuguesa*, revista publicada na Bélgica, em 1913, por jovens exilados, alguns dos quais tinham participado nas incursões de Paiva Couceiro contra a jovem república implantada em 1910. (v. [Ideologia](#)) Com 17 anos apenas, Rolão Preto foi secretário de redação deste primeiro órgão do integralismo, uma das muitas publicações fundadas por estudantes emigrados na França e na Bélgica sob influência direta da [Action Française](#). Com a fundação do diário integralista *A Monarquia* em 1917, Rolão Preto começou a assinar regularmente crônicas sobre a situação internacional e “a questão social”, tornando-se o responsável pela “ação sindical” do integralismo no início dos anos de 1920. O projeto corporativo do integralismo Lusitano desenvolvido por Preto previa um vasto conjunto de instituições sindicais de operários e patrões de base regional e por área de produção, complementado por “Câmaras Sindicais” que deveriam regulamentar salários, arbitrar os conflitos de trabalho e representar os setores respectivos nos organismos superiores do sistema. Esta programa foi utilizado como bandeira de agitação e propaganda desde o final da guerra, permitindo ao Integralismo Lusitano dispor de uma linguagem nova na qual o aristocrático elitista se metamorfoseava em “anticapitalismo”, radicalizando os temas anti-plutocráticos. (v. [Corporativismo: Teoria & Sociedade Integral](#))

Rolão Preto começou a apoiar o [fascismo na Itália](#) quando este ultrapassou a sua confusão ideológica inicial, tornando-se uma força [política](#) e eleitoral em 1921. A grande admiração que desde logo expressou ia para o método de ação política, para o primado da ação. (v. [Revolução](#)) Acompanhando o avanço do [fascismo](#) no verão de 1922, Rolão Preto assumiu-se imediatamente como seu defensor. Com a progressiva participação dos militares na vida política, Rolão Preto, como aliás a direção integralista, virou-se para a constituição de núcleos nas Forças Armadas, participando em várias conspirações conservadoras no pós-guerra. (v. [Militarismo](#)) A 28 de Maio de 1926, acompanhou Gomes da Costa até Lisboa, quando este chefiou o golpe que instaurou a [Ditadura Militar](#). (v. [Conservadorismo](#)) Aliás, seria o agitado mês de junho de 1926 – durante o brevíssimo consulado do general Gomes da Costa – um período da sua carreira política em que Rolão Preto esteve mais perto do poder. Em conjunto com jovens militares que rodeavam o velho general, este ensaiou a constituição de uma organização política com pretensões de milícias que pudesse servir de máquina de apoio a um golpe palaciano, destinado a colocar no governo da ditadura elementos próximos do Integralismo Lusitano. Com a queda de Gomes da Costa, Rolão Preto continuou apoiando a opção milicial e fascizante da Ditadura Militar e criou o [nacional-sindicalismo](#) em 1932, do qual seria o chefe carismático. Em 1934, na seqüência da repressão ao nacional-sindicalismo, Rolão Preto foi preso e expulso do país, não sem antes ter sido abandonado por vários quadros do partido que aderiram ao [Salazarismo](#). Rolão Preto participou então de uma tentativa de golpe de Estado contra Salazar.

A 10 de setembro de 1935, os fascistas coligados com outros setores da oposição e com trãnsfugas do 28 de maio tentaram derrubar Salazar. Depois da dissolução do nacional-sindicalismo clandestino, Rolão Preto afastar-se-ia não só do fascismo mas também de alguns mestres da contra-revolução do início do século XX. A sua evolução ideológica conduziu-o a dúvidas crescentes sobre a política do fascismo no poder. (v. [Historiografia do Fascismo](#)) Em 1938, quando reeditou os artigos polémicos de 1922 sobre o fascismo italiano, Rolão Preto situava-se ainda na sua defesa entusiástica, mas interrogava-se se este saberia “evoluir” no plano da “[justiça](#) social”, “formar uma nova elite” e moderar os “seus vôos dominadores”. (v. [PARETO, Vilfredo](#)) Em 1945, Rolão Preto recuperou um projeto “social” cujos contornos via agora na vitória trabalhista em Inglaterra. Como os seus outros companheiros do nacional-sindicalismo, Rolão Preto participou de imediato nas movimentações para derrubar Salazar,

em conjunto com a oposição democrática. Rolão Preto seria então uma figura constante das manifestações eleitorais da oposição, assumindo particular destaque a da candidatura à presidência de outro dissidente do [Estado Novo em Portugal](#), aquela do General Humberto Delgado em 1958. No campo ideológico, retomou o magma ideológico integralista, recuperando a sua vertente monárquica, descentralizada, orgânica e popular, que seria a base da formação de um movimento monárquico independente por vezes nas margens, por vezes na oposição, ao Salazarismo. (v. [Antigo Regime](#)) Após o estabelecimento da [democracia](#) em 1974, seria dirigente do Partido Popular Monárquico. ([Plínio Salgado e a Teoria do Estado Integral](#))

António Costa Pinto

Referências Bibliográficas:

PINTO, António Costa. Os Camisas Azuis: Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

PROTÓCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO. Fraude elaborada pela polícia czarista –*Okhrana* – onde estão apresentados os planos de conquista do mundo de uma suposta organização secreta judaica, os Sábios de Sião. (v. [Ideologia](#)) Produzido no final do século XIX, o documento foi baseado em uma sátira escrita por Maurice Joly contra o imperador Napoleão III, intitulada *Diálogos no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*. Neste texto, apreendido pelas forças de repressão francesas, nenhuma menção era feita aos judeus, sendo Napoleão III tratado como um farsante sem escrúpulos, disposto a usurpar a herança do tio e conquistar o mundo. Descobrindo o texto, funcionários do Czar Nicolau II o adaptaram, substituindo as alusões a Napoleão III pelos denominados Sábios de Sião, associando-o ainda a elementos da novela *Biarritz*, de Herman Goodsche. Visando atacar o [liberalismo](#) e legitimar os *pogroms*, o texto foi publicado em São Petersburgo, em 1905, como capítulo adicional do livro *O Grande no Pequeno*, de Serge Nilus, funcionário do Sínodo, entidade para-estatal russa. O seu impacto não seria tão decisivo até a [Revolução Russa](#), quando foi levado a diversos países por refugiados. Com isso, alcançaria bastante popularidade em um curto espaço de tempo, vindo a se transformar em um dos mais influentes textos do anti-semitismo moderno. Passando a ser editado isoladamente, o escrito era composto por 24 capítulos, tidos como transcrições de discursos e minutas dos congressos da organização, onde são abordados temas em torno de instituições e sistemas políticos e econômicos que contribuiriam para a dominação judaica no mundo, dando ênfase ao caráter desagregador do Liberalismo: “Todavia no mundo, as palavras Liberdade, Igualdade, Fraternidade puseram em nossas fileiras, por intermédio de nossos agentes cegos, legiões inteiras que arvoraram com entusiasmo nossos estandartes. Contudo, tais palavras eram os vermes que roíam a prosperidade dos não-judeus, destruindo por toda a parte a paz, a tranquilidade, a solidariedade, minando todos os alicerces de seus estados. Vereis [...] como isso serviu para o nosso triunfo”. (v. [Inimigo & Revolução](#)) No texto, estão apresentados também o papel do Socialismo, da [Maçonaria](#), das finanças internacionais, da imprensa – “ela caiu em nossas mãos” –, e de outros importantes mecanismos de uma manobra internacional judaica, sempre tratados como peças de uma grande conspiração em marcha. (v. [Noite de Cristal](#))

Na Alemanha, o responsável pela introdução do texto foi o ex-oficial czarista, Fyodor Vinberg, defensor do extermínio de todos os judeus do mundo. (v. [Holocausto](#)) A influência decisiva que o documento provocou nos círculos nacionalistas anti-semitas pode ser avaliada pela associação que os assassinos de Walter Rathenau, empresário e político de origem judaica, estabeleceram entre sua ação e os *Protocolos*: Rathenau, segundo eles, era um dos Sábios de Sião! Nos Estados Unidos, a edição foi patrocinada por Henry Ford, alcançando milhares de exemplares. Em meio à espiral de popularidade do documento, em 1921, o *Times* publicou uma comparação entre os *Protocolos* e a sátira de Maurice Joly, apontando sua ilegitimidade. Nesse momento, entretanto, em um mundo que ainda sofria os impactos decorrentes da Primeira Guerra Mundial, a idéia de uma conspiração judaica ganhava projeção e, não poucos, acusaram o *Times* de fazer parte do controle [judeu](#) que o próprio texto se referia. Escrevendo em 1924, quando a polêmica sobre a legitimidade dos *Protocolos* ainda era intensa, [Hitler](#) citou o documento em [Mein Kampf](#), considerando-o autêntico: “A melhor crítica desses escritos é fornecida entretanto pela realidade. Quem examinar a evolução histórica do último século sob o prisma deste livro, logo compreenderá também o clamor da imprensa judaica, pois no dia em que o mesmo for conhecido de todo o povo, nesse dia estará evitado o perigo do [judaísmo](#).” (v. [História](#)) Quando Hitler chegou ao poder, já haviam sido publicadas trinta e três edições dos *Protocolos* na Alemanha, número que continuou a crescer com a hegemonia Nacional-Socialista. A suas idéias influenciaram em larga escala o pensamento de [Alfred Rosenberg](#), um dos mais importantes teóricos do Nazismo, assim como boa parte do *staff* nazista. Os seus argumentos maniqueístas, baseados em idéias de conspiração e suspeita, foram facilmente manipulados e insistentemente divulgados pelos

inúmeros recursos da máquina de propaganda do governo, acentuando o anti-semitismo já existente nas áreas sob o controle do Terceiro [Reich](#). (v. [Fascismo](#))
No Brasil, *Os Protocolos dos Sábios de Sião* foram traduzidos em 1933 pelo integralista Gustavo Barroso, que desenvolveu a idéia de Conspiração Judaica em seus escritos anti-semitas. (v. [Anti-semitismo no Brasil](#)) Em 1937, o livro já alcançava sua terceira edição, tendo seus argumentos obtido grande reverberação no conjunto da sociedade, o que contribuiu para legitimar as medidas anti-semitas adotadas pelo [Estado Novo no Brasil](#). ([Ditadura & Repressão e Violência](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Anti-Semitismo na Era Vargas, 1930-1945. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.
GOLDHAGEN, Daniel Jonah. Os Carrascos Voluntários de Hitler. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
HITLER, ADOLF. Minha Luta. São Paulo, Editora Moraes, 1983.
JOHNSON, Paul. História dos Judeus. Rio de Janeiro, IMAGO Editora, 1995.
MAIO, Marcos Chor. Nem Rotschild, nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, IMAGO Editora, 1992.
Os Protocolos dos Sábios de Sião. São Paulo, Editora Júpiter, (?).

PRUSSIANISMOS BRASILEIROS. O ensaísmo brasileiro possui dois autores emblemáticos na reflexão sobre a nossa “ocidentalização” conservadora. (v. [Neocolonialismo & Ocidente](#)) Reagindo ao “uniformismo e à personalização do americanismo do amor ao progresso mecânico”, o “prussianismo” de Gilberto Freyre radica em nossos traços de formação socialmente plástica a vocação de uma nação destinada a viver na “tolerância de contrários” e no “equilíbrio de antagonismos”, uma situação democraticamente pluralista. (v. [Coronelismo](#)) Porém, este meio “plasticamente brasileiro” ainda precisaria ser moldado por um ente perfeito em organização – o Exército –, único disponível, segundo ele, para a ação reitora nos momentos disruptivos e dono de uma trajetória de moderação sem atos de submissão da nação a “estreito interesse, credo ou aspiração”. (v. [Ideologia & Militarismo](#)) Freyre lembra que os militares se recusaram a ser “capitães do mato”, fizeram o tenentismo e o 1945, sendo Canudos mais um erro das elites ante os “desajustamentos de cultura” entre o Sertão e o Litoral. (v. [Atraso & Natureza](#)) O golpe militar de 1964 – convocatória de “outras energias construtivamente nacionais e sinceramente democráticas” – seria uma das nossas “revoluções brancas” de *recasting of the social order*. (v. [Estatismo & Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) Para o autor de *Casa Grande & Senzala, Sobrados & Mocambos e Ordem & Progresso*, aquela correção visava apenas superar o comodismo civil, não devendo o Exército converter-se em ator de fins próprios em uma “paisagem de nação”. O “intervencionismo militar intermitente” seria evitado à medida que se afirmasse no seio dos próprios homens públicos (civis e militares) o senso de “coordenação dos contrários”, preservando-se a unidade do ser nacional. (v. [Centenário de Nascimento de Olavo Bilac](#)) Já a sociologia [política](#) de Jaguaribe, *avant la lettre*, discute as relações entre [economia](#) e política no contexto do trânsito do tradicional para o moderno, tema que ele extrai da [Revolução](#) de 1848. Da França de Luís Bonaparte, traz o modelo de arbitragem social exercida por um Estado relativamente autônomo em relação às classes burguesas; da Alemanha, traz o tema do prussianismo propriamente dito, exemplar na figura de Bismarck, homem de Estado à frente de uma “revolução de cima” de êxito modernizador. (v. [Autarquia](#)) O bismarckismo de Jaguaribe se reveste, porém, de especificações: é uma arbitragem bonapartista (ele cita com propriedade quase poulantziana o *Dezoito Brumário* de Marx), mas de estilo alemão pela maior determinação deste em direcionar o industrialismo e, por certo, contemporâneo, incorporando as experiências de De Gaulle e de Adenauer – na verdade, um neobismarckismo imaginado a partir do novo patamar de renda e cultura alcançado no pós-guerra mediante as políticas do [Estado de Bem-Estar Social](#). Trata-se, pois, de um desenvolvimentismo centrado na questão dos obstáculos políticos. O seu tema é o da falta de representatividade do nosso processo político – o Estado é cartorial e privatista e a práxis política é de clientela – a impedir a reforma do Estado e, assim, colocá-lo a serviço da modernização. (v. [Oliveira Vianna](#)) A tarefa histórica consistiria em remover essas estruturas semi-coloniais ainda de pé mesmo com a industrialização pós-1930, ou seja, o ponto de Jaguaribe, como no paradigma do capitalismo tardio, é o do “condicionamento político do desenvolvimento econômico”. Sem o sistema ocidental de governo mediado pela política (interesses, sindicatos, regimes de participação; votos em partidos, racionalização de demandas e políticas públicas), estaríamos condenados a viver uma crise social sob o paradoxo da “irresponsabilidade intransitiva”, vale dizer, “quanto mais predominante se torna a votação das massas na constituição dos governos, menos responsáveis ficam estes perante seus eleitores, face ao cerco a que se acham sujeitos por falta de mediação com a comunidade” (1948: 50). (v. [Burocracia](#)) Esse déficit de [democracia](#) leva Jaguaribe a pensar a ocidentalização brasileira enquanto processo liderado pelo “partido do desenvolvimento”, como teriam sido o Vargas da aliança PSD-PTB e, principalmente, Juscelino. Seria esse “partido desenvolvimentista” a partir do Congresso de Nerhu (sic) – mas Jaguaribe pensa numa configuração de governo mannheimiana – que iria exercer aqui uma arbitragem entre os

estratos sociais para lograr “o máximo de poder de investimento tolerável pela comunidade, regulando o regime de participação de cada estrato de acordo com sua efetiva capacidade política de reivindicação e assegurando aos [empresários](#) nacionais a liderança na promoção do desenvolvimento da comunidade, concebida como nação, de acordo com a programação traçada pelo Estado” (idem: 68). ([Corporativismo: Teoria](#)) Portanto, propondo um rateio o mais consensual possível entre os estratos sociais e a “criação da burguesia”, Jaguaribe também quer evitar a perenização do intervencionismo estatal, pois achava que, convertido em fonte principal de poupança e investimento, ele tornar-se-ia base para o fechamento da sociedade. (v. [BULHÕES, Otávio Gouveia de](#) & [CAMPOS, Roberto](#))

Esses prussianismos brasileiros compartilhavam a idéia de que “a marcha hegeliana de Napoleão pela [Europa](#) feudalista” – sem classe universal, numa nova era de “revolução/restauração”, como chamou Gramsci o pânico burguês do pós-1789 – teria de ser aqui levada a cabo por entes “transeuntes” chamados a superar a “passivação” duradoura da nossa organização civil. (v. [Civismo](#)) Enquanto Freyre, ibérico, punha-se em guarda diante do interesse privado, segundo ele, sempre reativo ao bem geral, Jaguaribe, ao modo americano, concebia-o como elemento da democracia pluralista, embora não vá insistir no tema da democracia política como o conceito-chave da interpelação a que estarão expostos os atores políticos na hora difícil do pós-64, como há de ser, apesar da sua cultura política avessa, para a esquerda brasileira. (v. [Baderna](#), [Conservadorismo](#) & [Governabilidade](#))

Raymundo Nonato Santos

Referências Bibliográficas:

FREYRE, Gilberto. Nação e Exército. In *Seis conferências em busca de um leitor*. Rio de Janeiro, José Olympio Editor, 1965.

JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

Vários autores. O processo revolucionário brasileiro. Brasília, AERP, s/d.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

PUNK (conceito e comportamento). Fazendo uma breve etimologia do termo *punk*, poderemos observar que, em um espectro de significações, este signo adquire o sentido mais comum de “desclassificado” ou “vagabundo”. Entretanto, quando se observa a lógica interna dos diversos grupos jovens organizados, o termo *punk* poderia ser interpretado no sentido de “por-se numa margem” e não “à margem da sociedade”. O fenômeno punk não tem caráter homogêneo, tomando características singulares conforme os locais e, mais ainda, conforme o tempo. Talvez o que seja mais surpreendente no universo punk é a fluidez que adquire na conformação das identidades grupais. O motivo disto talvez esteja na própria raiz do fenômeno, que nunca fora pensado inicialmente como movimento de caráter político, mas uma difusa e suposta reação à inclusão nos valores da sociedade urbana de meados da década de 1960. Nunca houve uma doutrina punk para além da idéia central que permanece comum a todas às épocas de sua manifestação: “faça você mesmo”, “seja você mesmo”. (v. [Ideologia](#))

As primeiras manifestações punks apareceram entre os jovens suburbanos ingleses de origem operária, que passaram a usar roupas e penteados específicos com o objetivo de expor uma postura anti-social e heterodoxa perante a compreensão da sociedade. (v. [Revolução](#)) O estilo que desponta logo chegou aos EUA em começos dos anos de 1970 e incentivou ainda mais o surgimento de grupos amadores que tocavam um [rock-and-roll](#) mais acelerado e agressivo, reativo às normas do “bom-gosto” da indústria musical do entretenimento. Todo espetáculo se voltaria, então, à necessidade de fornecer um tipo de energia sonora que liberasse os “impulsos de ódio” oprimidos num cotidiano que não oferecia grandes horizontes de sucesso sócio-econômico; os shows tornar-se-iam espaços de “liberação” onde seria quebrada a hierarquia entre palco e platéia. (v. [Juventude & Natureza](#)) Tornada mercadoria e difundida para faixas sociais que ultrapassavam os bairros operários, a [estética](#) punk vestiria diversas bandeiras; no entanto, pode-se delinear uma paridade de [comportamento](#) no pressuposto da necessária manutenção de uma postura agressiva no âmbito estético – embora nem sempre ficasse restrito a este campo –, alimentada pelo fantasma de “não se tornar sistema”, de não ser modismo ou artigo de consumo. (v. [Inimigo](#)) Para tanto, apropriou-se dos bens da indústria da cultura para torná-los estranhos às convenções, elegendo e criando seus próprios bens culturais, sua música, sua roupa, buscando escapar da “mediocridade”, do tédio, da massificação, da imposição da indústria da moda. Os jovens punks recriariam, portanto, um canal de comunicação com a sociedade: “do it yourself” é a chave das manifestações; rejeitar-se-ia os grandes aparatos ou a especialização durante o processo criativo – a rusticidade deveria marcar a distinção com o virtuosismo da criação massificada. Desta forma, os jovens punks criaram a sua margem de atuação dentro do “sistema”, forjando o seu modo de diversão e/ou protesto em um meio urbano modernizado, mas ainda pobre de opções e altamente excludente. (v. [Oposição/Situação](#)) No entanto, o ciclo trágico da inclusão é difícil de ser evitado face ao poder altamente absorvente da indústria do entretenimento que atua sobre os estratos sociais jovens e planeja a obsolescência com produções a escopo. É por conta disso que os agrupamentos jovens que constroem uma identidade em torno da “maneira punk de ser” são extremamente presentistas e efêmeros: não se encaram como “dissidências” de algo que não poderia ser classificado como movimento e sim como “evoluções”, julgam-se mais próximos de uma “essência punk” e se acham guardiães da mesma, desclassificando tudo que não seja o “mesmo” que construíram. (v. [Alteridade](#)) A forma de se definir o punk como anti-sistema ou contra o estabelecido guardaria, então, uma grande ironia: o “sistema”, tão zelosamente “posto para fora” da casa, entra pela porta dos fundos.

Ademais, quando um grupo se considera uma ilha discursiva irredutível ao Outro não faz mais do que reproduzir as tendências políticas calcadas no diferencialismo cultural tão em voga hoje em muitos partidos de direita europeus que pregam que a imigração é uma ameaça à identidade cultural francesa, alemã, inglesa, holandesa, etc. (v. [Europa & Nouvelle Droite](#)) Por outro lado, a fragmentação em ilhas identitárias alimenta a lógica industrial do

capitalismo avançado, caracterizada justamente pela expansão da venda de signos efêmeros de identidade. (v. [Tradição](#) & [Homossexualidade e Revolta](#)) Uma “maneira punk de ser” nunca é suficiente para a definição identitária dos grupos jovens; surge, isto sim, como um elemento intensificador – em alguns casos, bastante austero – das bandeiras que os grupos levantam, sejam estas favoráveis aos direitos das minorias, da liberdade de expressão, contrárias ao maltrato ou consumo de animais, nacionalistas, sexistas, xenófobas, chauvinistas, anarquistas ou nazistas. (v. [Skinheads](#) & [Skinheads e Anomia](#)) Por tudo isso, qualquer estudo que se venha a fazer sobre grupos punks não poderá abandonar a postura crítica e analítica que um trabalho científico requer, jamais poderá limitar-se a simplesmente descrever como se comportam e o que pensam de si mesmos. (v. [Conservadorismo](#)) Deve-se, portanto, apagar falsas dicotomias e assumir a relação dialética entre os elementos materiais e os ideais da vida social como possibilidade filosófica e arcabouço teórico de análise. (v. [História](#))

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

- ABRAMO, Helena Wendel. Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo, Scritta Editorial, 1994.
- CONNOR, Steven. Cultura pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1993.
- KAPLAN, E. Ann(org.). O mal-estar no pós-modernismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1993.
- LA FONT, Hubert. As turmas jovens. In **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- TAGUIEFF, Pierre-André(org.). Face au Racisme. Paris, La Découverte, 1991. (2 vols.)
- TAGUIEFF, Pierre-André. La force du préjuge: essai sur le racisme. Paris, Gallimard, 1990.
- VIANNA, Alexander Martins. Caracterizações e Dimensões: o universo punk carioca nos anos ‘90. Rio de Janeiro, TEMPO/UFRJ/FAPERJ, 1995. (mimeo)

Q

QUISLING, Vidkun. Nascido em 1887, Vidkun Quisling formou-se na Academia Militar Norueguesa e, ainda jovem, foi enviado a Petrogrado como adido militar. Após abandonar a farda, permaneceu alguns anos na URSS e, de volta ao seu país, iniciou uma meteórica carreira política, com um discurso radicalmente anticomunista. (v. [Anticomunismo](#)) Em 1931, tornou-se Ministro da Defesa no governo do Partido Agrário (*Bondepartiet*), onde notabilizou-se pelo combate ao Partido Trabalhista e aos sindicatos. Com a queda do governo, fundou, em 1933, o partido União Nacional (*Nasjonal Samling*), cujo programa defendia um socialismo norueguês baseado na união das classes, um governo forte, constituído pelo princípio do líder, a superioridade racial nórdica e um intenso anti-semitismo. (v. [Estatismo & Eugenia](#)) Em 1934, organizou a *Hird*, réplica das SA nazistas e, em 1936, a Organização de Batalha, inspirada nas SS. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Além de envolver-se em batalhas campais contra operários socialistas, a *Hird* exercia funções rituais em paradas, procissões à luz de velas e acampamentos, nos quais o partido procurava identificar-se ao passado viking. (v. [Nacionalismo](#)) Com vistas a ganhar o apoio do eleitorado nacionalista, a União Nacional defendia a anexação da Groelândia à Noruega, atacava a Liga das Nações e, por identidade ideológica, apoiou a invasão da Etiópia por [Mussolini](#). Toda esta movimentação resultou eleitoralmente infrutífera. Ao longo de quatro eleições entre 1933 e 1937, a União Nacional nunca obteve mais do que 2,5% dos votos. Diante deste quadro, Quisling acabaria por desistir de chegar ao poder pela via legal. Em 1939, apresentou a [Hitler](#) um plano, semelhante ao executado no *Anschluss* austríaco, em que ele faria o papel de Seyss-Inquart. Para os nazistas, a Escandinávia era uma região importante, dado que a indústria bélica alemã utilizava o minério de ferro sueco transportado através do mar territorial norueguês. (v. [Geopolítica](#)) No entanto, desde que este fluxo de minério estivesse assegurado, Hitler preferia manter a região neutra. O plano acabou por ser arquivado, mas a Guerra Russo-Finlandesa viria a alterar o quadro. Devido a rumores de envio de uma força expedicionária anglo-francesa através do território norueguês para auxiliar os finlandeses, às escaramuças navais com os ingleses na costa norueguesa e à crescente pressão do almirantado alemão no sentido da ocupação das estratégicas bases navais norueguesas, Hitler ordenou, mesmo com o fim da Guerra Russo-Finlandesa em 12 de março, a invasão da Noruega e, com ela, da Dinamarca. A 9 de abril de 1940, junto com os canhões, os nazistas apresentaram um ultimato para que estes países aceitassem a “proteção” alemã. Em Copenhagen, embora sob protesto, tal “proteção” foi aceita. Na Noruega, no entanto, o rei Haakon e o Parlamento recusaram-se a aceitá-la, deixando Oslo em direção ao norte para organizar a resistência. Foi então que Quisling, mais uma vez, mostrou porque seu nome tornou-se, após o término da Segunda Guerra Mundial, sinônimo de traidor em diversas línguas. Sem o consentimento alemão, proclamou-se chefe do governo e ordenou a cessação de todas as hostilidades contra os alemães. Este ato, no entanto, acabou por incentivar a resistência, já auxiliada por tropas inglesas e francesas. A transferência destas tropas para o teatro ocidental, após a invasão alemã da Holanda e da Bélgica, fez com que a resistência norueguesa entrasse em colapso. Em 12 de junho, os noruegueses capitularam e o rei e o governo partiram para um exílio de 5 anos em Londres. Quisling, no entanto, permaneceria somente até 15 de abril como primeiro-ministro, dado que os nazistas buscaram fazer uma política de acomodação com os noruegueses, um povo considerado racialmente ariano, e seu nome era amplamente rejeitado por todos os segmentos da sociedade. De abril a setembro, o *Reichskomissar* Josef Terboven buscou tal acomodação, mas a exigência da deposição formal do rei e do Parlamento levou ao fracasso tal iniciativa. Em setembro, a Dinamarca foi transformada em Protetorado, todos os partidos, com exceção da União Nacional, foram colocados na ilegalidade e foi indicado um gabinete de 13 integrantes para cuidar da administração interna. Todos os seus membros eram *quislings*, ou seja, membros da União Nacional. Neste período, os *quislings*, através da *Hird* e ao lado da [GESTAPO](#), reprimiram violentamente a oposição, buscaram, sem sucesso, *quislinizar* o

serviço público e a Universidade e deram início à perseguição aos [judeus](#). (v. [Fascismo & Regime de Vichy e os Judeus](#)) Em 1942, Quisling foi finalmente nomeado primeiro-ministro, mas seu poder de fato era quase nulo. Ainda assim, buscou agradar em tudo a seus protetores alemães, que o tinham finalmente levado ao poder. Ao fim da Guerra, foi julgado por crime de traição, condenado à morte e executado em 24 de outubro de 1945. (v. [Ditadura & Militarismo](#))

Flávio Limonic

Referências Bibliográficas:

HOIDAL, Oddvar Karsten. “Vidkun Quisling’s decline as a political figure in prewar Norway, 1933-1937”. In *The Journal of Modern History*, Vol. 43, setembro de 1971(3): pp. 440-467.

SHIRER, William. Ascensão e queda do Terceiro Reich. Rio de Janeiro, Editora da Civilização Brasileira, 1964.

WORM-MÜLLER, Jacob. Norway revolts against the nazis. Londres, Lindsay Drummond, 1942.

R

REAGAN, Ronald. Nascido em uma [família](#) católica de origem irlandesa a 6 de fevereiro de 1911. O seu pai, John Edward Reagan, era vendedor de sapatos em Tampico (Illinois) e sua mãe, Nelle Wilson Reagan, uma protestante que tinha ancestrais escoceses e ingleses. (v. [Fundamentalismo Cristão](#)) Graduiu-se no Eureka College em 1932, prosseguindo a sua carreira mediática como anunciador esportivo das rádios WOC e WHO de Davenport em Iowa – que mais tarde se fundiriam –, como ator de cinema em Hollywood e como anunciador de TV. A sua carreira *movie* começou em 1937, quando foi à Califórnia para fazer a cobertura jornalística de uma partida de *baseball*, havendo conhecido um agente da Warner Brothers que o iniciou nas telas com o filme *Love is on the Air*. Ele fez o seu último filme em 1964, totalizando mais de 50. (v. [Hollywood e o Macartismo](#)) A sua carreira em Hollywood foi momentaneamente interrompida em 1942, quando serviu por três anos no Exército dos EUA, para o qual fez filmes de treinamento.

Deixando o Exército com o título de Capitão, Reagan iniciou a sua carreira [política](#) em 1947, quando foi eleito presidente do [sindicato](#) dos artistas (*Screen Actors Guild*), que reunia diversas personalidades que eram filiadas à Federação Americana do Trabalho. Ele foi eleito durante cinco mandatos anuais sucessivos e foi o responsável por inúmeras negociações de contratos do sindicato. Inicialmente favorável ao *New Deal* democrata, Reagan foi mudando as suas crenças políticas até o final dos anos de 1950, acreditando honestamente que infiltrações comunistas estavam solapando as instituições do país. Mudando de postura, Reagan gradualmente vai abandonando a sua carreira artística e torna-se o porta-voz da General Electric Company, viajando por todo o país a pregar a sua mais nova [ideologia](#) conservadora de desenvolvimento. (v. [Economia & Darwinismo Social](#)) Em 1962, depois de desagradar a direção da GE, Reagan é despedido e, no mesmo ano, filia-se ao Partido Republicano, devotando-se aos seus assuntos. O seu crescente envolvimento na política custou-lhe o [casamento](#) com a atriz Jane Wyman, com a qual tinha dois filhos, concretizando o divórcio em 1949. Em 1952, casaria com Nancy Davis, que conhecera enquanto gravava um filme em 1949, tendo também com ela dois filhos. Nancy Davis era conhecida por suas firmes posições conservadoras e possivelmente influenciou o marido. (v. [Partido Político de Direita](#)) Ronald Reagan insurge na cena política em 1964, durante uma mensagem direcionada ao Senador Barry Goldwater para reacender a sua campanha pela presidência. Na última semana de campanha, durante 30 minutos falou em cadeia nacional de televisão que os EUA viviam um tempo de escolha – “A Time for Choosing”. Depois de seu discurso, um grupo de homens de negócios sugeriu que se candidatasse para o governo do estado da Califórnia, mas o seu recente ingresso no partido Republicano dava-lhe pouca base neste estado. Entretanto, com histriônica campanha contra as propostas democratas de Edmund G. Brown, Reagan pintou pra si o retrato do homem comum, afável e bem humorado, posicionando-se contra a “falácia” de suas propostas na área de bem-estar e, para a surpresa de Brown, conseguiu 64,7% dos votos, tornando-se governador da Califórnia em 1966 com a larga margem de 1 milhão de votos de vantagem – a maior até então alcançada numa disputa por governo de estado nos EUA. Esta experiência começou a alimentar as suas expectativas a respeito de uma eleição para presidente, mantendo-se conservador particularmente no que se referia à classe trabalhadora, no seio da qual o aborrecia os movimentos por direitos civis, o ativismo de estudantes e os desconfortáveis efeitos políticos da Guerra do Vietnã – não devemos esquecer que, entre os centros de descontentamento estudantil, a Universidade da Califórnia foi o grande centro onde o “movimento pelo livre pensamento” mais se aproximou de um estágio de confrontação. (v. [Baderna, Burocracia & Greve](#)). Seis dos oito anos em que esteve como governador da Califórnia fizeram com que Reagan experimentasse a viva oposição da legislatura local, dominada pelos democratas. Muitos de seus pontos de campanha não puderam ser cumpridos tanto por seus erros de avaliação enquanto administrador quanto pela marcada oposição dos democratas. Os três pontos-chave de sua administração foram a

redução das taxas de juros e gastos administrativos, reformas no sistema previdenciário que contemplassem tais reduções, incluindo a ampliação dos fundos investidos na educação média (*high school*) – marcadamente técnica – e a redução em 1/3 dos fundos universitários.

Durante a preleção interna do Partido Republicano de 1968 para as eleições presidenciais, perderia para Richard Nixon (1969-1974), mas não sem reclamar do apoio de Barry Goldwater, que em sua opinião havia favorecido uma “ala radical” da direita norte-americana. Em 1976, mais uma vez tentaria sair como candidato do partido, mas perderia por uma pequena margem para Gerald Ford (1974-1977), cuja imagem ficou bastante prejudicada depois de conceder um controvertido perdão a Richard Nixon. Esta campanha no interior do partido permitiu a Reagan testar as suas bases de apoio no sul e no oeste dos EUA e, finalmente, conseguiria ser candidato pelo partido em 1980, vencendo as eleições sobre o candidato democrata Jimmy Carter (1977-1981), que tentava a sua reeleição. Eleito para o mandato de 1981 e reeleito em 1985, governando os EUA como o quadragésimo presidente até 1989, Reagan seria sucedido por seu vice, George Bush (1989-1993).

Usando uma mensagem de otimismo, consenso e confiança no futuro, Reagan havia vencido o candidato democrata com uma esmagadora vantagem. Os efeitos da crise econômica que acompanhavam a virada da década de 1980 e um certo cansaço frente aos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 favoreceram a sua retórica simples em torno de pontos que mexiam com a necessidade de consenso e cooperação para se superar a crise econômica mundial. (v. [Conservadorismo](#)) Entretanto, se internamente era a imagem do pai conciliador que aparecia, o mesmo não se poderia dizer de sua política externa – transformada numa verdadeira cruzada da [democracia](#) contra o comunismo e o extremismo árabe, sendo este acusado de causar a crise econômica que abalava a economia americana, em vez de questionar a próprio modelo de crescimento econômico que dava sinais de esgotamento desde finais da década de 1960. No combate ao “[totalitarismo](#)” comunista, não poupou esforços ao enviar tropas para América Latina em apoio a guerrilhas e [ditaduras](#) de direita, como em Granada, El Salvador e Nicarágua – sendo este último país marcado pela ostensiva violência da guerrilha dos *Contras* sobre a população civil. A invasão de Granada ocorrera dois dias após um ataque terrorista sofrido pela “força de paz” no Líbano em outubro de 1983, quando morreram 241 norte-americanos em serviço, reforçando a idéia de um “cerco comunista” capitalizado desde um incidente ocorrido no começo deste mesmo ano: um avião sul-coreano foi abatido por um avião do exército soviético. (v. [Ditadura e Violência](#) & [Anticomunismo](#)) Além disso, ainda no clima de *Guerras nas Estrelas*, onde o *império do mal* (URSS) parecia contra-atacar, aumentou os incentivos para o programa de defesa nuclear, alimentado diversos protestos, desde grupos civis organizados até o cinema (*Day After* e *Terminator* são a síntese desse mal-estar de meados da década de 1980). No combate ao “terrorismo” e ao “fundamentalismo” árabes, ordenou uma fracassada operação militar em Beirute (1985) e autorizou um bombardeio aéreo na Líbia em 1986, colocando toda a população sob suspeita posto que os alvos não foram bases militares, mas supostos lugares de organizações terroristas em prédios da capital (Trípoli). (v. [Alteridade](#) & [Inimigo](#)) Finalmente, teve que alterar a sua base retórica a respeito do “império do mal” quando progressivamente Mikhail Gorbachev – Secretário-Geral do Partido Comunista da URSS entre 1985 e 1991– destacou-se no cenário mundial em 1985 como símbolo de boa vontade, afirmando a necessidade de desarmamento nuclear bilateral e do fim da [Guerra Fria](#). Neste mesmo ano, houve um encontro cordial de Reagan e Gorbachev em Genebra. Além disso, Reagan colheu em seu penúltimo ano de mandato os efeitos de décadas de apoio a ditaduras na América Latina por parte dos EUA num caso constrangedor: o ditador do Panamá, General Manuel Noriega, acusado de tráfico de drogas, desafiou o poderio norte-americano ao se manter firme no governo, não aceitando qualquer negociação em contrário. (v. [Guerra Fria e a Direita Norte-Americana](#) & [Operação Condor](#))

Internamente, o governo de Ronald Reagan aplicou o choque econômico no sentido mais ortodoxo do [liberalismo](#), desmontando muitos anteparos sociais do [Estado do Bem-Estar Social](#), ampliando a autonomia fiscal-previdenciária dos estados, reduzindo as taxas de juros, ao mesmo tempo que o preço das mercadorias declinavam no mercado mundial e ampliava-se o déficit econômico com os gastos militares. Tais medidas – que afetavam a qualidade de vida do norte-americano médio e diminuíram os custos sociais do trabalho para os empresários – passaram a ser divulgadas na imprensa como “*Reaganomics*” e a “desregulamentação” passou a ser a palavra-chave de sua administração – como os britânicos já vinham sentindo na administração da primeira-ministra Margaret Thatcher (1979-1990). (v. [Consenso de Washington](#)) Já no início de seu mandato em janeiro de 1981, Ronald Reagan capitalizaria bons frutos com a libertação de 52 norte-americanos que estiveram como reféns no Irã por 444 dias e, dois meses depois, sofreria um atentado à bala que o deixaria preso no hospital por algumas semanas. Frente a tal evento, pôde posar como vítima/herói e apelar mais uma vez para o consenso interno, conseguindo o seu segundo mandato com uma esmagadora maioria de votos. Apresentando já alguns sinais de problema de saúde, este segundo mandato fora marcado pelo escândalo *Irã-Contra* em 1985, quando veio à tona que pessoas ligadas ao Coronel Oliver North do Conselho de Segurança estavam vendendo armamento de guerra para o Irã através de Israel; tal armamento chegaria aos terroristas libaneses que, em troca de tal transação, libertariam reféns ocidentais presos em Beirute e no Líbano. Tal escândalo se somou à já citada questão das guerrilhas anticomunistas na Nicarágua. Malgrado essas vicissitudes, Reagan manteve-se como o mais popular presidente em exercício nos EUA. Tanto esta base popular de apoio quanto a falta de provas mais conclusivas que ligassem o caso *Irã-Contra* a ele ou ao seu vice, George Bush, evitaram que se produzisse um processo de impedimento no Congresso, como ocorrera com Richard Nixon. Em 1994, divulgou-se que Reagan progressivamente parecia com uma doença cerebral degenerativa, o mal de Alzheimer.

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- KUMAR, Krishan. *Da Sociedade pós-industrial à Sociedade pós-moderna*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.
- PALMOWISKI, Jan. *Dictionary of Twentieth Century: World History*. Oxford/New York, Oxford University Press, 1998.

REGIME DE VICHY E OS JUDEUS. O Regime de Vichy, chamado *Estado Francês*, sucedeu à Terceira República a 17 de junho de 1940, após a ocupação de Paris pela armada alemã. O Marechal Philippe Pétain obteve do Parlamento plenos poderes. (v. [Ditadura e Violência](#)) Numa França dividida, a partir do armistício de 22 de junho de 1940, entre uma zona ocupada pelos nazistas e uma zona “livre”, o governo instalado em Vichy decidiu imediatamente colaborar com o [Reich](#). Animado por um anti-semitismo menos racial que de inspiração católica, o regime torna-se não somente auxiliar técnico, mas também o parceiro ideológico da [política](#) nazista de exterminação. (v. [Holocausto](#) & [Repressão e Violência](#)) A 27 de setembro de 1940, o ocupante promulga uma ordenança impondo aos judeus se fazer recensear pela administração francesa e assinalar a sua religião nos umbrais de suas casas comerciais. (v. [Fascismo](#) & [Leis de Nuremberg](#))

Entretanto, o regime de Vichy, que tanto reclamou pra si a filiação com as ligas *dreyfusardes* e anti-semitas, vai bem além das exigências nazistas em matéria de discriminação racial. Assim, por sua própria iniciativa, instaura a 18 de outubro de 1940 o “estatuto do [judeu](#)”, que define quem é considerado como judeu, permite assinalar na residência quem eram os judeus estrangeiros e exclui os judeus da maior parte das profissões. (v. [Inimigo](#)) Este texto, largamente devido ao Ministro da [Justiça](#) Raphael Alibert, jurista formado por [Maurras](#) e pela [Action Française](#), organiza também a espoliação dos bens dos judeus cujas propriedades imobiliárias e mobiliárias são “arianizadas”, ou seja, transferidas sem indenização a um proprietário não-judeu. Esta lei foi aplicada nas duas zonas da França metropolitana, assim como na África do Norte francesa, em todas as colônias e no protetorado da Síria e do Líbano. O regime de Vichy transformou os judeus em cidadãos de segunda categoria. (v. [Alteridade](#)) A 29 de março de 1941, é criado o Comissariado Geral para Questões Judias, encarregado de executar as leis anti-semitas e dirigido pelo advogado Xavier Vallat, discípulo da *Action Française* e do catolicismo social de Albert de Mun. Ele organiza grandes exposições de propaganda anti-semita, preparadas com a ajuda de grupos colaboracionistas, tais como o Partido Popular Francês de Jacques Doriot, a Milícia e o Centro de Ação e de Documentação Anti-Maçônica de Henry Coston. (v. [Maçonaria](#)) Essa *frenesi* anti-semita foi dividida por aquela parte da esquerda que circulava na Colaboração em torno de Marcel Déat e que retomava a tradição anti-semita presente em uma parcela do movimento trabalhador guedista ou blanquista.

É, portanto, por convicção ideológica que o regime de Vichy – que via nos judeus os responsáveis pela decadência e pela derrota – ajudou a política nazista de deportação. A primeira razia foi organizada em Paris a 14 de maio de 1941: as pessoas presas foram internadas nos [campos de concentração](#) de Pithiviers e Beaune la Rolande, administradas pelas autoridades francesas, e depois deportadas para o leste-europeu. A razia de 20 de agosto de 1941, que atingiu 4.232 pessoas, foi inteiramente executada pela polícia francesa. Se Vichy recusa, a 29 de maio de 1942, a imposição pelo ocupante de que os judeus usassem a estrela amarela na zona sul e começa a recusar a deportação de judeus franceses, no final das contas, acaba por ceder: a 2 de julho de 1942, o prefeito René Bousquet dá à polícia francesa a ordem de ajudar na prisão dos judeus franceses e estrangeiros nas duas zonas; a 4 de julho, o próprio chefe de governo Pierre Laval propõe que os judeus estrangeiros de menos de 16 anos sejam deportados. (v. [EICHMANN, O Caso](#)) É neste contexto que se desenrola a razia mais mortífera: aquela de Vélodrome d’Hiver, a 16 de julho de 1942, quando 12.884 judeus foram presos, internados no campo de Drancy e, depois, expatriados. A partir de 1942, uma parte da opinião pública, assim como da Igreja Católica, até então indiferentes às perseguições, protestam contra as razias. Embora a deportação continue até agosto de 1944, essa solidariedade de uma parte dos franceses e, em particular, dos meios cristãos, explica porque a comunidade judia da França foi menos atingida pelas deportações que alhures: houve 76.000

deportados, algo em torno de 25% da população judia de 1939, enquanto essa proporção foi de 80% nos Países-Baixos e 45% na Bélgica. (v. [Revisionismo/Negacionismo](#))
Com a *Libération*, os responsáveis administrativos da deportação foram condenados a penas leves ou fugiram: René Bousquet e Jean Leguay retomaram suas carreiras de homens de negócio; Henry Ingrand se refugiou na Argentina. O regime de Vichy foi considerado após a guerra como tendo simplesmente obedecido às exigências dos nazistas por obrigação. Seria necessário esperar os anos de 1990 e os processos de Klaus Barbie, Paul Touvier e Maurice Papon para que a responsabilidade do *Estado Francês* na deportação de judeus fosse aceita. (v. [Historiografia do Fascismo](#)) Tal responsabilidade foi reconhecida oficialmente pela primeira vez, em julho de 1995, pelo Presidente Jacques Chirac. (v. [LE PEN, Jean-Marie](#))

Jean-Yves Camus

Referências Bibliográficas:

- ABITBOL, Michel. Les Juifs d'Afrique du nord sous Vichy. Paris, Maisonneuve et Larose, 1983.
- KASPI, Andrés; KRIEGEL, Annie; WIEVIORKA, Annette (Dirs.). Les Juifs de France pendant la Seconde Guerre Mondiale. In **Revue Pardès**, Outubro. Paris, Éditions du Cerf, 1992.
- KLARSFELD, Serge. Vichy, Auschwitz: le rôle de Vichy dans la solution finale de la question juive en France. Paris, Fayard, 1985.
- MARRUS, Michael; PAXTON, Robert. Vichy et les Juifs. Paris, Calmann-Lévy, 1981.
- WELLERS, Georges. L'étoile jaune à l'heure de Vichy. Paris, Fayard, 1973.

REICH. O termo alemão “Reich”, traduzido como [Império/Reino](#), não se restringe historicamente ao significado de uma monarquia, geralmente importante, com seu território. Conforme Paolo COLLIVA (1986:621-622), o Império, “*modelo tipicamente romano, representou uma solução para todos aqueles regimes e instituições que, chegados a um determinado momento crítico de sua evolução, procuraram descobrir e definir uma forma superior de poder local e internamente centralizador a fim de superar as suas dificuldades*”. Assim, “Reich” foi também a organização do Estado, uma forma de governo. Na História alemã, o chamado “Primeiro Reich” é referido ao Sacro Império Romano da Nação Germânica (“Heiliges Römisches Reich Deutscher Nation”), remetendo ao governo de Frederico Barbarossa (1152-1190) com seu projeto de construção de uma unidade alemã. A lenda que se criou em torno dele transformou-o num “mito fundador” que, ao despertar/renascer, renovaria o “Reich” alemão em substituição ao Sacro Império Romano-Germânico liquidado por Napoleão Bonaparte em 1806, mas impondo uma “União Alemã” integrada por 36 “Vaterländer”. A [tradição](#) invocada elidiu que a expressão “Deutscher Nation” fora um acréscimo feito ao “Heiliges Römisches Reich” quando este passara à denominação dos Habsburgos com Carlos V. Ao contrário do antigo modelo romano e medieval, a definição se fazia “cada vez mais em termos linguísticos, territoriais e ambientais” (COLLIVA, 1986:625-626). (v. [Pangermanismo](#))

A apropriação de um passado mitificado vinha ao encontro de interesses identificados com o processo de unificação da Alemanha. A ideologização de uma nação alemã – que na verdade não existia e, portanto, precisava ser construída – foi instrumentalizada politicamente. (v. [Völkisch](#)) “*Na Alemanha, a palavra ‘Reich’ significou algo que se perdera. Os alemães mantiveram vivo o grande Império alemão do passado em seus pensamentos. Conceitos como ‘Reich’ ajudaram a perpetuar a memória. Formas ulteriores do Estado foram apresentadas como renovações do antigo império*”. (ELIAS, 1997:285-286). O “Segundo Reich” (“Kaiserreich”, de 1871 a 1918) inaugurou uma unificação da Alemanha sob a liderança da Prússia, teve no [militarismo](#) e [autoritarismo](#) sua expressão e “Reich” significou um Estado onde a tradição fundamentava um poder excessivamente concentrado na [autoridade](#). (v. [Autarquia](#)) Se a derrota do “kaiserreich” na Primeira Guerra Mundial representou o fim de uma monarquia aristocratizada, onde o igualitarismo era uma influência ausente, não significou, no entanto, a abolição do “Reich” fundado por Bismarck, confirmando a República de Weimar a historicidade do termo “Reich” na Alemanha. Apesar dos ataques da esquerda, a Constituição promulgada a 11 de agosto de 1919 consagrou “das Deutsche Reich ist eine Republik”. “Reich” torna-se a organização do Estado alemão sob a forma de governo republicano. Com o termo milenar – “Reich” – procurou-se salvar um pedaço da [História](#) e reiterou-se o dever de o povo alemão – do qual emanava todo o poder da autoridade – permanecer cômico de sua história ocidental (“LÖWENSTEIN”, 1954:479-480). (v. [Nacionalismo](#)) As discussões travadas na Assembléia Constituinte sobre as cores nacionais mostravam [ideologias](#) em confronto, antecipando os levantes de esquerda e direita (estes já com conotações anti-judaicas) que contribuiriam para o desmoronar da República de Weimar e o conseqüente advento do “Terceiro Reich”. Se a direita queria como cores da bandeira o preto, o branco e o vermelho, atestando que sua visão histórica não recuava além do “Reich bismarquiano”, a adoção pela Constituinte do preto, branco e dourado lembrava o Sacro Império Romano-Germânico – cujo símbolo já havia sido reiterado na abortada [Revolução](#) de 1848, significando liberdade para os cidadãos e unidade para o Estado alemão. (v. [Imperialismo](#))

Quando o “Terceiro Reich” foi implantado – para as dúvidas, desconfianças e receios que o nacional-socialismo suscitou –, havia uma resposta: se na Alemanha sempre se falou em “Reich”, associação à unidade, como podia haver algo de mau no movimento? O certo é que o regime não repousou sobre o povo e/ou nação, equívaleu, isto sim, ao partido e ao Führer

(LÖWENSTEIN, 1954:519). “Na frase de [Hitler](#), a Alemanha consistia de *ein Volk, ein Reich, ein Führer*” (HOBSBAWM, 1990:212), o que indicava o unitarismo nacional (em lugar do federalismo) e, se o Estado era considerado autoritário, isto elidia o seu caráter totalitário. (v. [Fascismo](#) & [Totalitarismo](#)) Se para Hitler “Volk” tanto significava povo quanto nação e se, na prática, a palavra teve conotações étnicas, o “Terceiro Reich” também deve ser considerado um Estado racista. (v. [Campos de Concentração](#), [Holocausto](#) & [Leis de Nuremberg](#)) Afirmar que “Reich” é a designação oficial do Estado Nacional Alemão de 1871-1945 é não tomar em consideração da historicidade do conceito, que tem conotações diferentes conforme o momento político. (v. [Fascismo na Alemanha](#))

Helga Iracema Landgraf Piccolo

Referências Bibliográficas:

- COLLIVA, Paolo. Império. In: **Dicionário de Política**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1986. pp. 621-626.
- ELIAS, Norbert. Os Alemães: A luta pelo poder e pela evolução dos habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- LÖWENSTEIN, Hubertus Prinz zu. Deutsche Geschichte: Der Weg des Reiches in zwei Jahrtausende. Frankfurt am Main, Verlag Heinrich Scheffler, 1954.
- ORTHBANDT, Eberhard. Deutsche Geschichte: Lebenslauf des deutschen Volkes. Laupheim, Hermann Pfahl Verlag, 1954.

REPRESSÃO: DEBATE HISTORIOGRÁFICO. Em inúmeros países recém-saídos de regimes ditatoriais, constituiu-se um novo campo de estudos históricos: a [história](#) da repressão. (v. [Repressão e Violência](#)) Uma das vertentes mais copiosa, tal como foi desenvolvida na Alemanha sobre a [GESTAPO](#), é a *história administrativa da polícia e da repressão*. Grandes trabalhos foram realizados para reconstruir o funcionamento das máquinas repressivas, sua estrutura, formas de se organizar e de alistamento de seus quadros. Esta vertente sempre foi mais fácil de explorar, oferecendo menores dificuldades teóricas – e éticas –, além de contar com um vastíssimo acervo de fontes, no mais das vezes decretos, leis, ordens de serviço. Os próprios tribunais e corpos policiais eram extremamente minuciosos na guarda e organização dos textos legais que estabeleciam sua capacidade de agir sobre a sociedade. (v. [Ditadura e Violência](#)) Desta forma, a história administrativa da repressão valia-se dos arquivos da própria repressão e dos seus cuidadosos organogramas, permitindo ao pesquisador mapear a extensão tentacular de sua ação.

De forma mais complexa, com envolvimento éticos evidentes, surge uma *história das vítimas*, onde o indivíduo surge, em decorrência de alguma escolha teórica ou política, como o *outro conveniente* ou o [inimigo](#) objetivo. Aqui a pergunta básica permanece sempre de pé, embora já tenham sido dadas inúmeras respostas: *por quê?* Trata-se de elucidar o por quê desta ou daquela categoria social, grupo étnico ou religioso, desviante sexual, social ou simplesmente um diferente ter se constituído em alvo da ação repressiva do Estado. (v. [Alteridade](#) & [Homossexualidade e Política](#))

Outro campo de investigação aberto é a *história da resistência*, permeada desde a hora zero da redemocratização dos países que passaram por experiências ditatoriais, por objetivos políticos, muitas vezes confundiu-se com o cacife político e moral dos grupos políticos de oposição. (v. [Ideologia](#)) Foi assim, por exemplo, com a história do FTP francesa ao buscar o seu crédito na história, ao qual corresponderia um lugar central na reconstrução da França pós o [Regime de Vichy](#); foi assim, com os *partigiani* na Itália ou com os diversos grupos de oposição após a derrubada das ditaduras latino-americanas. (v. [Ditadura e Memória](#))

A história da resistência abre-se, por sua vez, em várias possibilidades específicas, tais como: (i) *a resistência organizada*, até pouco tempo atrás considerada a única forma de narrar o fenômeno da resistência, ocupando-se predominantemente com as organizações clandestinas, os seus líderes e a ação subterrânea; uma outra possibilidade (ii) é a *resistência individual*, mais passiva, isolada, quase imperceptível, ocorrendo nas fábricas, nas escolas e mesmo nas forças armadas; e, enfim, (iii) *a resistência em pequenos círculos*, conforme a expressão de Buschak, ocorrendo sem lideranças ou movimentos organizados, mas reunindo um punhado de pessoas – na maioria das vezes, a partir de grupos religiosos em fábricas, como Testemunhas de Jeová ou Adventistas – e determinados círculos militares.

Um outro campo aberto é a *história da vitimização do outro*: ocupa-se, aqui, com a análise do discurso do poder e de suas agências – tais como, os discursos jurídicos, policiais, médicos, pedagógicos, militares, etc...– sobre a conveniência da repressão e do uso da violência. Foi assim que o *Reichsjustizministerium* consultou inúmeros especialistas médicos sobre a questão dos doentes mentais, da eutanásia e dos homossexuais. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#) & [Operação Eutanásia](#)) A pergunta referia-se sempre sobre as possibilidades de dano que tais grupos poderiam infringir à raça ariana, decorrendo daí as estratégias de ação policial e de decisão jurídica nos tribunais. (v. [Leis de Nuremberg](#)) Da mesma forma, o Supremo Tribunal Militar no Brasil buscou no corpo médico as bases de sua ação face ao homossexualismo, assim como o Tribunal de [Segurança Nacional](#) consultava a polícia para saber da periculosidade de determinados indivíduos. Tais agências, a clínica ou a polícia, por exemplo, tinham autonomia própria para formular diagnoses capazes de orientar a ação de tais tribunais, moldando uma *praxis* repressiva adaptada às necessidades dos regimes ditatoriais. Assim, poderíamos distinguir aqui duas aproximações possíveis para o campo: por

um lado, *o discurso do poder sobre as vítimas* e, por outro, *a vítima perante a repressão*. Se na primeira possibilidade procura-se perceber como o Estado e seus agentes produzem a vítima (o *outro conveniente*) para a repressão, na segunda possibilidade a análise centra-se no [comportamento](#) da vítima, nas suas reações e relações com seus algozes e com os companheiros de infortúnio. (v. [Tortura](#)) Aqui surgem os mecanismos de sobrevivência, as estratégias visando manter-se vivo e usar os restos de identidade, dignidade e capacidade de ver além do presente imediato como meio de sobreviver. O mimetismo, a colaboração, o conformismo, a ironia e a rebeldia são elementos centrais de tais estratégias. (v. [Estado Novo: Historiografia & Ditadura](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- GELLATELY, Robert. *The Gestapo and German Society: Enforcing Racial Policy, 1933-1945*. Oxford, University Press, 1990.
- MAMMACH, Klaus. *Widerstand 1933-1939*. (Resistência - 1933-1939). Berlin, Akademie Verlag, 1984.
- PAUL, G.; MALLMANN, Klaus. “*Auf dem Wege zu einer Sozialgeschichte des Terrors*”. In: *Die Gestapo, Mythos und Realität*. Darmstadt, Primus Verlag, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. “*O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944)*”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996. pp. 103-130.
- SCHILDE, Kurt et alii. Sob o título *SA-Gefängnis Papestraße*. (Os prisioneiros da SA na Rua Pape) Berlin, Overall Verlag, 1996.
- STEINBACH, Peter; SCHMÄDEKE, Jürgen (Orgs.). *Der Widerstand gegen den Nationalsozialismus*. (A Resistência contra o nacional-socialismo) Munique, Piper Verlag, 1994.

REPRESSÃO E VIOLÊNCIA. Embora não reste dúvidas sobre o caráter repressivo e violento das [ditaduras](#) contemporâneas, dois pontos foram, em verdade, muito pouco tratados pela historiografia: por um lado, a adesão entusiástica das grandes massas; por outro, a capacidade de resistência dos indivíduos (supondo como correto que nas ditaduras as instituições de resistência coletivas tenham sido desbaratadas, restando portanto apenas aquilo que Buschak denominou de *resistência em pequenos círculos*). (v. [Repressão: Debate Historiográfico](#)) Trabalhos como de Maria Helena Capelato, sobre o varguismo e o peronismo, ou de Peter Reichel, sobre o nazismo, procuram mostrar os mecanismos sutis e poderosos de convencimento de massas, a sedução exercida sobre as grandes multidões pelos regimes autoritários. Outros, como Jorge Ferreira, trabalham com a resistência possível, a apropriação dos objetivos do Estado pelos indivíduos e sua transmutação em estratégias de resistência. Esta é, também, uma preocupação básica de Wolfgang Ayaß ao analisar os “associais”, a categoria de marginais transformada em [inimigos](#) do Estado pelo regime nazista. Sílvia Zanirato Martins, ao estudar a luta contra a cultura da malandragem, contra o ócio e favorável à imposição de uma ordem para o trabalho no [Estado Novo no Brasil](#), aproxima claramente a [ideologia](#) estadonovista do produtivismo do [fascismo na Itália](#). (v. [Estado Novo: Historiografia](#))

Os novos questionamentos não mais se detêm perante certas constatações estruturais, como do tipo acima descrito, e avançam sobre a prática cotidiana da violência e do terror. A introdução de novos argumentos teóricos – como os propostos, por exemplo, por Peter Gay e Tzvetan Todorov – permitiu direcionar o foco da análise para a distribuição social da violência, a sua justificativa, os seus agentes e, logicamente, as suas vítimas. Foi isso que um grupo de jovens historiadores alemães denominou de *história social da violência*. Ao lado da análise das formas de convencimento, da propaganda e de seus meios de sedução das massas, como trabalham Peter Reichel e M.H. Capelato, ou da recepção de tais mecanismos de sedução, como o faz Jorge Ferreira, deve-se destacar o uso da violência como a outra face do mesmo processo. Convencimento e violência são, assim, o *modus operandi* fundador das ditaduras. Claro está que todos os Estados agem através de tal combinatória. A diferença reside no estabelecimento da violência como recurso aberto, cotidiano e justificado por parte do Estado para assegurar a sua continuidade. (v. [Ditadura e Violência](#)) Trata-se da imposição violenta da ordem, da coerção cotidiana e capilar exercida pelo Estado e seus agentes no interior da sociedade. Assim, os novos temas voltam-se para a organização e administração da violência e, em especial, a violência contra formas de ser e viver que estariam em confronto com as expectativas do Estado. (v. [Alteridade](#)) É neste contexto que a proposição de Ernst Nolte de compreender os movimentos ditatoriais do século XX como *metapolítica* assume grande importância. Além da lealdade [política](#) aparente, era necessária a adesão de corpo e alma, viver plenamente o novo homem que os regimes autoritários imaginavam. (v. [Masculino/Feminino](#)) Assim, não bastavam os sinais exteriores de aceitação ou conformidade, buscava-se agir de acordo com as novas regras. É por esta razão que os chamados “apolíticos” dos mais variados tipos – criminosos de direito comum, doentes, *gays*, Testemunhas de Jeová, ciganos, etc...– tornaram-se alvo dos tribunais especiais. Em seu conjunto, por razões totalmente diferenciadas, não se adaptavam ou mesmo aceitavam os princípios fundantes das ditaduras contemporâneas e acabaram por compartilhar um destino comum. (v. [Holocausto](#)) Tal ação estatal, denominada por uns de fascistização da sociedade, como na Itália, ou *Gleichschaltung* ou reordenamento, como no Terceiro [Reich](#), ou *reajustamento do país* no Estado Novo, impunha duas características básicas à ação das ditaduras contemporâneas: por um lado, a invasão do político sobre o conjunto da sociedade – a exacerbação da politização do cotidiano – e, por outro, a *terrorismo de Estado*. (v. [Noite de Cristal](#))

O interesse redobrado nos anos de 1990 sobre os estudos das ditaduras originou o reviver de antigos estudos sobre o tema, o descarte de vários modelos de análise e o surgimento de novas possibilidades comparativas. Assim, o estudo comparativo das instituições repressivas permite lançar novas luzes ao debate sobre a natureza das ditaduras contemporâneas – a análise das instituições policiais e judiciárias abre caminho para a visualização das características mais marcantes de tais regimes. Como afirmou Ayçoberry, tal exacerbação política manifestou-se com *a extrema politização do cotidiano*, com a transformação de temas corriqueiros e da vida privada dos indivíduos – tais como a [sexualidade](#), o lazer, a instrução e o trabalho – em alvos da ação estatal. Bandeiras, símbolos, fardas e hinos penetraram em esferas do viver até então vedadas às manifestações políticas: altares de Igrejas, cerimônias de [casamento](#), a escola, os tribunais, hospitais, por exemplo, passaram a ostentar os símbolos dessa extrema politização. (v. [Família & Homossexualidade e Política](#)) Devemos ter claro aqui o fato de que tais regimes foram decisivamente marcados pela rejeição às formas de representação política de tipo liberal. Qualquer que seja a caracterização que se busque para o *Terceiro Reich*, a Itália fascista ou o Estado Novo, salta-nos aos olhos a completa rejeição de tais regimes ao [liberalismo](#). Uma das conseqüências básicas da recusa das formas liberais-representativas pelas ditaduras foi a concomitante recusa à clássica distinção entre a esfera pública e a esfera privada, matriz básica da construção da ordem liberal-burguesa. (v. [Antigo Regime](#)) Tornava-se, assim, livre a ação do Estado para intervir no [comportamento](#) privado do indivíduo, não só nas relações de trabalho mas também na criação dos filhos, no trato médico dos enfermos, no comportamento religioso ou sexual. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#)) Reside aí, bem ao contrário do que muitos analistas pensam, a chave de entendimento do que [Mussolini](#) afirmava ser o *Estado Total* ou *totaler Staat* dos nazistas: nenhum impedimento, nenhum obstáculo, para a ação estatal em todos os domínios da vida do indivíduo – aqui estaria a natureza principal do [totalitarismo](#). É a isso que se remete Pierre Ayçoberry ao falar da extrema politização da vida cotidiana sob as ditaduras, em especial sob o [fascismo](#). Os tribunais especiais deveriam garantir a aplicação dos novos princípios emanados do poder para a construção do novo homem. Cabia a eles exercer a violência estatal na direção do total domínio dos objetivos do Estado, ocupando o espaço aberto pelo fracasso do convencimento. Ali onde o convencimento fosse insuficiente, os tribunais especiais exerciam a violência legalizada. (v. [Governabilidade](#)) Ademais, a existência de tais tribunais especiais serviam de exemplo para os outros recalcitrantes – somente a sua existência e a possibilidade de lançar seus braços sobre qualquer indivíduo já exercia terror suficiente na direção de garantir os objetivos do Estado. (v. [Corpos Francos](#), [DOI-CODI](#) & [GESTAPO](#)) Desta forma, a violência era exercida por tais tribunais não só de forma real, direta, viabilizando a segregação, o desterro, a [tortura](#) e o assassinio, mas também exercitavam uma violência imaginária que penetrava nas mentes dos indivíduos e paralisava a possível ação de rebeldia. Assim, os tribunais e suas polícias não só exerceram um terror calculado sobre os milhares que passaram por seus bancos, mas também sobre outros milhões que permaneceram reconditamente massacrados ante o medo de serem alcançados por tais ações. A recusa de inúmeros institutos básicos do Direito Civil, a retroatividade das leis, os julgamentos secretos, o cerceamento da defesa eram elementos fundamentais para o funcionamento pleno do terror judiciário das ditaduras.

Uma dura ironia histórica reside nesta rejeição e escarnecimento do liberalismo pelos regimes ditatoriais: tanto na Itália quanto na Alemanha ou no Brasil, a máquina repressiva usada para punir a oposição teve suas origens em plena vigência do regime liberal, tal como as chamadas leis de [segurança nacional](#). (v. [Doutrina da Segurança Nacional](#) & [Operação Condor](#)) A segunda característica fundamental das relações entre tribunais e ditaduras surge como decorrência do anterior: o Estado, através de suas agências, exercita um constante terrorismo contra seus cidadãos. Aqui visualiza-se uma das inversões básicas da ordem liberal-burguesa:

a criação de tribunais e legislações de defesa do Estado. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Este – ou sua metáfora onipresente, a ordem pública – é considerado carente de proteção, permitindo a invasão da vida privada e o esbulho dos direitos de defesa dos cidadãos. O cerceamento das garantias individuais, em pleno funcionamento do tribunal do regime ditatorial, demonstra com clareza que tais regimes não buscavam as garantias individuais de felicidade. Antes, a felicidade dos indivíduos só seria possível no seio do Estado e enquanto manifestação da felicidade pública. Assim, mesmo quando o indivíduo não é considerado culpado – casos raríssimos, já que o comparecimento perante a um tribunal especial pressupõe a culpa – ou, depois de decorrida a pena, o indivíduo não adquire novamente os seus direitos de [cidadania](#). Tais tribunais garantiam o reenvio para [campos de concentração](#) ou extermínio, como no caso alemão, ou a vigilância permanente, como no caso brasileiro. (v. [Baderna](#)) No dizer de um juiz do Tribunal de Segurança Nacional, a alta periculosidade de seus réus, mesmo cumprida a pena, residia no fato de não serem criminosos ou degenerados e sim homens de bem. Assim, o terrorismo de Estado exercia um papel fundamental de coesão interna, visando inibir *ab ovo* qualquer manifestação de descontentamento. (v. [Política e Direitos Humanos](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- AYAß, Wolfgang. Asoziale im Nationalsozialismus (Marginais sob o Nacional-Socialismo). Stuttgart, Klett-Cotta, 1995.
- AYÇOBERRY, Pierre. La société allemande sous le III^e. Reich. Paris, Seuil, 1998.
- BENJAMIN, Walter. Zur Kritik der Gewalt. Gessammelte Schriften, v. II. Suhrkamp, Frankfurt, 1977.
- BUSCHAK, Willy. Arbeit in kleinsten Zirkel (Trabalho em Pequenos Círculos). Hamburg, Ergebnisse Verlag, 1993.
- FRIEDRICH, Carl J. “Dictadura”. In: Marxismo y Democracia. Série Política 2. Madrid, Rioduero, 1975. pp. 102-118.
- HAASE, Norbert. Das Reichskriegsgericht und der Widerstand gegen die Nationalsozialistische Herrschaft. Berlin, G. D. W., 1993.
- PAUL, G.; MALLMANN, Klaus. “Auf dem Wege zu einer Sozialgeschichte des Terrors”. In: Die Gestapo, Mythos und Realität. Darmstadt, Primus Verlag, 1996.
- REICHEL, Peter. La fascination du nazisme. Paris, Jacob Editions, 1993.
- SANDVOß, Hans-Rainer. Widerstand in einem Arbeiterbezirk (Resistência em um bairro operário). Berlin, Gedenkstätte Deutscher Widerstand, 1987.
- STEINBACH, Peter; SCHMÄDEKE, Jürgen (Orgs.). Der Widerstand gegen den Nationalsozialismus. (A Resistência contra o nacional-socialismo). Munique, Piper Verlag, 1994.
- TODOROV, T. Uma tragédia francesa. Rio de Janeiro, Record, 1997.

RERUM NOVARUM. Carta encíclica “sobre a condição dos operários” de Leão XIII (1878-1903) que foi a primeira intervenção oficial do mais alto magistério da Igreja católica sobre a Questão Social, coroando os esforços teóricos e práticos de muitos católicos, de alguns elementos do clero e de certos bispos. Na encíclica, publicada a 15 de maio de 1891, o papa teve a coragem de pronunciar-se num terreno reservado até então aos socialistas, em parte para se demarcar deles – houve até quem rezasse pela conversão de “um papa socialista”. Nos primeiros treze anos de seu pontificado, Leão XIII esteve absorvido prevalentemente pelas grandes questões políticas, consideradas mais graves e urgentes, herança do “[intransigentismo](#)” de Pio IX e Antonelli – a Questão romana, o *Kulturkampf*, o regime republicano na França –, e pela preocupação de aclarar a postura da Igreja diante do mundo moderno, mantendo a intransigência no domínio dos princípios (“teses”), mas mostrando-se flexível nas medidas práticas (“as hipóteses”), daí resultando as encíclicas da década de 1880: *Diuturnum illud* (1881), sobre a origem do poder; *Immortale Dei* (1885), sobre a constituição cristã do Estado; *Libertas praestantissimum* (1888), sobre a liberdade humana e o [liberalismo](#); *Sapientiae christianae* (1890), sobre os deveres do cidadão cristão. (v. [Integrismo](#)) No final da década, vários elementos da conjuntura reforçaram a idéia do papa de que já era tempo de intervir oficialmente na Questão Social também: relatórios regularmente recebidos da União de Friburgo (a partir de 1884); peregrinações da “França do trabalho” a Roma, organizadas por Léon Harmel (a partir de 1885); o surgimento de um tímido sindicalismo confessional e aconfessional na Alemanha, Bélgica, França (entre 1886-90); o Congresso de Liège (1890), que aprovou a legitimidade da intervenção do Estado na economia dentro de certos limites e condições; o apoio dado à [greve](#) dos estivadores de Londres (1890) pelo cardeal Manning, arcebispo de Westminster; e, sobretudo, a intervenção do cardeal Gibbons a fim de evitar a condenação dos *Knights of Labour* pelo Santo Ofício (1888). Com efeito, a primeira frase da encíclica situa bem este contexto imediato da RN: “A sede de inovações (*rerum novarum*) que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social”(RN1). (v. [Modernismo no Catolicismo](#)) Hoje, dispomos de meios para compreender o processo redacional da RN graças à publicação, em 1957, dos esquemas e rascunhos que levaram ao texto definitivo. Aquele processo passou por quatro fases:

1ª fase – Um primeiro texto foi redigido em italiano pelo Padre Liberatore, jesuíta, redator de *La Civiltà Cattolica*, com um enfoque anti-liberal inequívoco. Um segundo texto foi escrito, também em italiano, pelo cardeal dominicano Zigliara, com um enfoque antisocialista.

2ª fase – Os dois textos, fundidos num texto único, foram traduzidos para o latim pelo secretário pessoal do papa, monsenhor Volpini.

3ª fase – O texto é refundido por monsenhor Boccali, também ele secretário pessoal do papa, que modificou as partes dedicadas à Igreja e ao Estado.

4ª fase – Vários rascunhos sucessivos com pequenas variantes redacionais e a rasura de última hora, o célebre inciso de punho do próprio papa sobre as associações profissionais: “Assim, com prazer nós vimos irem-se formando por toda parte sociedades deste gênero, *quer compostas só de operários* (grifo nosso), quer mistas, reunindo ao mesmo tempo operários e patrões” (RN 69).

Texto escrito a várias mãos, pendeu, por decisão de Leão XIII, para o esquema de Zigliara e para a Escola de Liège. A visão neo-escolástica do papa está, contudo, sempre presente, particularmente, na reação à concepção individualista e liberal da sociedade e da propriedade, à concepção do socialismo doutrinário da época quanto ao coletivismo e [estatismo](#). Entre o

liberalismo e o socialismo já se anunciava a futura “terceira via” da “doutrina social” da Igreja. (v. [Ação Católica](#)) Texto de consenso que tenta atender em graus diversos a todas as correntes católicas, mostra-se um texto repleto de prudências, matizes, hesitações. Se os católicos liberais se satisfizeram com a inegável defesa da propriedade privada, do assistencialismo paternalista, os católicos sociais mais moderados se contentaram com o organicismo social, com um corporativismo matizado, com a intervenção limitada do Estado, enquanto os católicos sociais radicais alegraram-se com a necessidade da intervenção estatal e com os [sindicatos](#). (v. [Catolicismo Social](#) & [Corporativismo: Teoria](#)) A Rerum Novarum apresenta as seguintes partes: uma Introdução (RN 1-6); a 1ª parte é dedicada ao Socialismo (RN 7-23), o qual é desqualificado como solução para a Questão Social; a 2ª parte trata do concurso obrigatório da religião e da Igreja para uma solução da Questão (RN 24-45); a 3ª parte destaca o papel do Estado segundo o princípio da subsidiariedade (RN 46-67); a 4ª parte trata da ação conjunta de patrões e operários para solucionar a Questão Social, sobretudo implementando o associacionismo (RN 68-81); e uma Conclusão (RN 82-85). As diretrizes da encíclica podem ser resumidas em quatro pontos: a defesa enérgica da propriedade privada; a necessidade de uma ética econômica fundamentada no direito natural e no primado da [justiça](#) – o justo salário, o uso comum das riquezas –; uma ética encarnada em instituições – uma legislação social (papel do Estado), associações profissionais (papel da [sociedade civil](#))–; uma ética subordinada à perspectiva religiosa da fé cristã (visão escatológica).

Entusiasticamente recebida como a “magna carta” dos trabalhadores nos meios católicos, a RN recebeu, no campo socialista, a crítica de ser reacionária, antisocialista, irrelevante para a emancipação dos trabalhadores. (v. [Ideologia](#)) A encíclica surgiu tardiamente, recorre a uma argumentação abstrata (da neo-escolástica), está presa nostalgicamente a um modelo retrospectivo de sociedade – a sociedade rural e artesanal da Cristandade medieval pré-industrial e pré-capitalista – e contém considerações moralizantes. (v. [Antigo Regime](#)) A bem da verdade, a RN foi inspirada em parte pelo temor de que os operários católicos aderissem ao socialismo. Há, no entanto, aspectos mais positivos, tais como: libertou a “doutrina social” católica do utopismo romântico; aceitou, um pouco a contragosto, o sindicalismo; proclamou os direitos dos operários; denunciou as injustiças do sistema liberal; enfatizou a necessidade da ética na economia; insistiu no papel do Estado na economia. O discurso da RN propõe fins, não meios. Por isso, a proposta da Igreja para a Questão Social em 1891 soava e soa a muitos como conservadora. (v. [Conservadorismo](#))

Francisco J.S.Gomes

Referências Bibliográficas:

ANTONAZZI, G.. L'Enciclica Rerum Novarum. Testo autentico e redazioni preparatorie dei documenti originali. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1957.

CAMACHO, Ildefonso. Doutrina Social da Igreja: Abordagem histórica. São Paulo, Loyola, 1995.

JARLOT, G. Doctrine pontificale et histoire: L'enseignement social de Léon XIII, Pie X et Benoît XV vu dans son ambience historique. Rome, Presses de l'Université Grégorienne, 1964.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*, Carta Encíclica sobre a condição dos operários. São Paulo, Loyola, 1991. (Edição comemorativa do 100º aniversário de sua promulgação).

RÉGNIER, Jérôme. Cent ans d'enseignement social de l'Eglise. Paris, Desclée, 1991.

REVISIONISMO/NEGACIONISMO. De acordo com MAIO (1992), há dois tipos de enfoque sobre revisionismo. O primeiro tem como princípio básico a negação absoluta de relevantes episódios da era hitlerista, como é o caso da centralidade do genocídio, procurando deslocar este fato para o “domínio do mito, da fabulação e da fraude”. (v. [Campos de Concentração](#)) Invariavelmente, baseia-se na idéia de que a [história](#) da era nacional-socialista teria sido deturpada pelos judeus, imbuídos da missão de denegrir a imagem de [Hitler](#) e do povo alemão. (v. [Ideologia](#) & [Protocolo dos Sábios de Sião](#)) O segundo enfoque tem como ponto de partida a polêmica inaugurada na antiga Alemanha Ocidental em torno do tema da singularidade do nazismo, a chamada “Querela dos Historiadores” (*historikerstreit*). (v. [Hitler: Historiografia](#) & [MAURRAS, Charles](#)) A questão central deste debate diz respeito à identidade alemã, à história alemã, com sua continuidade e descontinuidade. Ainda segundo MAIO (1995), o revisionismo é a releitura do passado, onde o nazismo perderia a sua maligna singularidade, servindo de fonte fundamental para a construção de novas identidade políticas. (v. [Nouvelle Droite](#))

Para NAQUET (1996), os revisionistas negam o genocídio nazista na sua totalidade, mas destacam a negação das câmaras de gás como instrumento de extermínio por considerá-las um signo de uma técnica muito pobre, ao contrário dos fornos crematórios, considerados instrumentos aperfeiçoados que representavam a industrialização da morte, ou seja, os matadouros. (v. [Holocausto](#)) Os revisionistas preocupam-se em estabelecer as desventuras do mundo contemporâneo: a partir de comparações numéricas e históricas, banalizam o sofrimento dos povos humanos como “mero detalhe” diante de outros eventos. Os revisionistas transformaram o insólito em natural, pinçando alguns fatos que pudessem identificar o nazismo com outras situações políticas, rescrevendo assim a história. Para este autor, o discurso revisionista pertence a uma reflexão teórica sobre a mentira, como se pratica desde Platão, e não a uma análise de linguagem histórica. O seu intuito é dissimular o crime que os nazistas praticaram mediante a linguagem cifrada de “tratamento especial”, mais precisamente a partir de 1943, quando sob a pressão da derrota do leste e depois do oeste queimavam os cadáveres e destruíam sistematicamente as armas do crime. (v. [Leis de Nuremberg](#) & [EICHMANN, O Caso](#))

KUPERMAN (1992) reproduz uma entrevista com Habermas que diz ser os revisionistas historiadores conservadores em busca do restabelecimento de uma autoconfiança forte e nacionalista que proporcione uma postura firme no cenário internacional. (v. [Conservadorismo](#)) Tentam despertar no povo um sentimento de orgulho que venha sufocar a consciência crítica que, para eles, prejudica a continuidade saudável de toda história. (v. [Historiografia do Fascismo](#)) Para CARNEIRO (1996), no seu conjunto, a somatória dos argumentos que compõem as obras de caráter revisionistas tem em comum o apelo ao absurdo, à perversidade, à vulgaridade e à banalidade, características modernas do mito da conspiração mundial judaico-sionista. (v. [Regime de Vichy e os Judeus](#))

Marta Rosa Borin

Referências Bibliográficas:

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A trajetória de um mito no Brasil: os protocolos dos Sábios de Sião. In NOVINSKY, Anita; KUPERMANN, Diane (org.), **Ibéria Judaica: Roteiro da memória**. Rio de Janeiro, Expressões Cultura/São Paulo, EDUSP, 1996.

KUPERMAN, Diane. Anti-semitismo: Novas facetas de uma velha questão. Rio de Janeiro, Pontal, 1992.

MAIO, Marcos Chor. Nem Rotschild, nem Trotsky: O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

MAIO, Marcos Chor. Marcas de uma trajetória: A militância anti-semita de Gustavo Barroso. In NOVINSKY, Anita; KUPERMANN, Diane (org.), **Ibéria Judaica: Roteiro da memória**. Rio de Janeiro, Expressões Cultura/São Paulo, EDUSP, 1996.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Los judíos, la memoria y el presente. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1996.

REVISIONISMO HISTÓRICO ARGENTINO. Consistiu numa corrente historiográfica que se desenvolveu em oposição à interpretação liberal da [história](#) argentina. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) A fundação dessa corrente ocorreu na década de 1930, tendo à frente um conjunto de intelectuais da ascendente direita nacionalista. (v. [Conservadorismo](#)) Considerando-se membros da reação conservadora do entre-guerras, tais intelectuais empunharam uma luta pela construção de uma “nova ordem” interna que bloqueasse o avanço da [democracia](#) e da mobilização das classes populares, restabelecendo o poder das minorias qualificadas. (v. [PARETO, Vilfredo](#)) O [liberalismo](#), o socialismo, o capitalismo internacional, o movimento operário e os [judeus](#) foram os principais [inimigos](#) dessa direita que abraçou desde o catolicismo ultramontano até posturas integralmente fascistas. (v. [Direita Argentina & Ultramontanismo](#))

Um dos traços marcantes do revisionismo histórico foi a recuperação da figura dos caudilhos federais, erigidos em símbolos maiores da nacionalidade, ao lado da detração dos governos, políticos e idéias liberais. (v. [Caudilhismo](#) & [Caudilhismo: Debate Historiográfico](#)) Inverteu-se o sinal ideológico que definira a interpretação liberal do passado argentino, consagrada a partir dos trabalhos de Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López na segunda metade do século XIX. Os revisionistas valorizaram, entre outros aspectos, o hispanismo, o catolicismo, o espírito aristocrático e militar, por eles considerados elementos fundamentais da identidade nacional argentina. (v. [Nacionalismo](#)) Segundo essa visão, a Argentina era a principal herdeira da [tradição](#) greco-latina e da Espanha em terras americanas. Adotaram uma visão decadentista da história, segundo a qual a Argentina teria ingressado num ciclo de decadência desde a vitória dos liberais sobre o [caudilho](#) Juan Manuel de Rosas na Batalha de Caseiros (1852). A partir de então, o país teria sido praça dos econômicos e diplomáticos britânicos. (v. [Imperialismo](#)) Tudo isso faria parte de uma vasta conspiração para colocar a Argentina numa situação neocolonial. (v. [Neocolonialismo](#)) Considerando-se depositários da verdadeira “consciência nacional”, os historiadores revisionistas, mais que estudar o passado segundo os cânones das ciências históricas, julgaram e escreveram a história do ponto de vista da “salvação da nação”. Filiados à visão de [Charles Maurras](#) sobre a utilidade [política](#) da interpretação histórica, fizeram da escrita da história uma arma para combater os inimigos políticos do presente e afirmar seu projeto autoritário-nacionalista. (v. [Ideologia](#)) A maior parte dos historiadores revisionistas era composta por amadores que encaravam seu ofício não como uma profissão, mas como uma atividade intelectual de intervenção política, dos quais destacamos os seguintes autores e obras: os irmãos Júlio & Rodolfo Irazusta, *La Argentina y el Imperialismo Británico*, 1933; Ernesto Palácio, *La Historia Falsificada*, 1939; Manuel Gálvez, *Vida de Juan Manuel de Rosas*, 1940; e Julio Irazusta, *Ensayos Históricos*, 1952.

Em 1938, os revisionistas fundaram o “Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas”, que se apresentou como contraponto à Academia Nacional de História, espaço consagrado à perspectiva liberal da história. O revisionismo teve enorme repercussão na historiografia argentina e na formação da memória coletiva nas décadas posteriores à sua criação, quando o [peronismo](#) desempenhou grande importância. (v. [Ditadura e Memória](#)) A partir do final dos anos de 1930, o revisionismo foi apropriado por intelectuais de esquerda críticos do liberalismo. Estes buscaram dar-lhe uma perspectiva popular por meio da sua associação com o marxismo e contribuíram sobremaneira para a penetração do revisionismo na universidade e na [juventude](#).

José Luíís Bendicho Beired

Referências Bibliográficas:

BUCHRUCKER. Nacionalismo y peronismo: La Argentina en la crisis ideológica mundial, 1927-1955. Buenos Aires, Sudamericana, 1987.

JAURETCHE, Arturo. Política nacional y revisionismo histórico. Buenos Aires, Peña Lillo, 1974.

NAVARRO GERASSI, Marysa. Los Nacionalistas. Buenos Aires, Jorge Alvarez, 1968.

PLÁ, Alberto. Ideología y método en la historiografía argentina. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972.

QUATTROCHI-WOISSON, Diana. "Discours historiques et identité nationale en Argentine". In **Vingtième Siècle**. Paris, 1990(28): pp. 41-55.

ROCK, David. La Argentina autoritaria: Los nacionalistas, su historia su influencia en la vida pública. Buenos Aires, Ariel, 1993.

REVOLUÇÃO. A noção ou categoria de revolução surge na Renascença, século XVI. Advinda originalmente das ciências naturais, sobretudo da astronomia, passou a ser utilizada para caracterizar o movimento cíclico de rotação dos corpos celestes. Foi com este sentido empregada por Nicolau Copérnico em seu estudo denominado *Sobre a revolução das órbitas celestes* (1543). No século XVII, o termo ganha conotação [política](#), aproximando-se do sentido de *alteração* ou, melhor dizendo, *retorno* a um estado precedente, a uma ordem anterior que havia sido transtornada – neste sentido, a *Revolução Inglesa* de 1688 representaria o fim de uma era de guerra civil e turbulências e a restauração da estabilidade monárquica. É somente a partir da Revolução Francesa de 1789 que o termo passou a portar um sentido histórico-político determinado, adquirindo o caráter de mudança brusca, de ruptura drástica, súbita, convulsiva, insurrecional, concentrada num curto espaço de tempo, que subverte a antiga ordem ou estado de coisas reinante e constrói uma outra, radicalmente nova. O seu paradigma passaria a ser o episódio da tomada da Bastilha pelo povo parisiense a 14 de julho de 1789 e os seus desdobramentos: a abolição dos privilégios e instituições feudo-absolutistas e a introdução dos princípios da igualdade, liberdade, soberania popular, direitos do homem e do cidadão, etc... (v. [Antigo Regime](#))

Se para a esquerda este passaria a ser o modelo a ser perseguido para a realização de uma revolução socialista, para a direita constituir-se-ia em um exemplo a ser evitado. Não é por acaso que seus principais pensadores e teóricos encararam a Revolução Francesa como um acontecimento recorrente. Todos, com maior ou menor ênfase, defrontaram-se com os fatos e atores daquela revolução. Ainda no calor da hora, o inglês [Edmund Burke](#) expressou em suas *Reflexões sobre a Revolução Francesa* (1789) o temor da universalização das concepções revolucionárias francesas e, assim, como contraponto, defendeu a Constituição Inglesa, onde estariam definidos os princípios da hierarquia, da propriedade e da continuidade. (v. [Ideologia & Tradição](#)) Para Burke, a desigualdade seria natural, enquanto a igualdade levaria à subversão da ordem. (v. [Conservadorismo](#)) Em meados do século XIX, outro pensador e político atormentado pela Revolução Francesa foi Alexis de Tocqueville, para quem as revoluções trariam em seu bojo o perigo do igualitarismo que, por sua vez, carregaria consigo o risco do despotismo, da “tirania da maioria”, da abolição da liberdade. (v. [Ditadura](#)) Para ele, as revoluções se desencadeiam em países ou Estados onde a sociedade (ou a classe dominante) seria incapaz de conduzir e garantir a liberdade; acreditava que seria necessário para manter a ordem combater as várias correntes socialistas que pregavam a igualdade em detrimento da liberdade. (v. [Baderna & Liberalismo](#)) Seguindo a mesma trilha, mas já no século XX, Hannah Arendt trabalharia a tese de que a liberdade foi melhor preservada onde não houve revolução. (v. [Sociedade Civil](#)) Como Tocqueville, ela elogiou a “Revolução Americana” por ter instaurado os valores da liberdade sem recorrer à violência. Recentemente, François Furet procurou, através da análise histórica, “desmistificar a herança revolucionária de 1789”, apropriada, segundo ele, por comunistas e socialistas. (v. [Jacobinismo](#)) Ainda no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, aquelas preocupações ganhavam versões rudes e até mesmo brutais: foram elaboradas, a partir da justificativa da defesa da liberdade, diversas doutrinas da *contra-revolução* ou *contra-insurgência preventiva* para serem postas em prática em locais ou regiões onde, segundo os governos dos países dominantes (EUA), houvesse germes, condições ou potencial revolucionário. (v. [Democracia](#)) Neste caso, as preocupações se voltaram para o interesse de impedir revoluções como a soviética (1917), a chinesa (1949) ou a cubana (1959). (v. [História](#))

José Antonio Segatto

Referências Bibliográficas:

ARENDDT, H.. Da Revolução. São Paulo, Ática, 1988.
BOBBIO, N.. Dicionário de Política. Brasília, UnB, 1986.
BURK, E.. Reflections on the revolution in France. New York, Delphin Books, 1971.
FURET, F.. Pensando a Revolução Francesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
TOCQUEVILLE, A.. O Antigo Regime e a Revolução. Brasília, UnB, 1979.
WEFFORT, F.C.(Org.). Os clássicos da política. São Paulo, Ática, 1989. 2 vols.

REVOLUÇÃO RUSSA E DIREITA. Em fevereiro de 1917, quando chegaram os telegramas informando sobre uma [revolução](#) na Rússia e que o czarismo, um regime que parecia invencível, fora derrubado, além da surpresa e do espanto, houve expectativas controvertidas no complexo universo das direitas em torno de uma questão básica: a permanência da Rússia na Guerra. Para evitar problemas relativos à localização temporal, vale lembrar que o calendário Juliano observado pela Rússia ortodoxa registrava uma diferença de 13 dias em relação ao calendário Gregoriano. Daí porque a primeira revolução russa de 1917, em fevereiro no calendário Juliano, tenha sido registrada em março pelos países que observavam o calendário gregoriano, e a de outubro tenha sido registrada em novembro. A partir de fevereiro de 1918, por decisão do governo revolucionário, a Rússia optou também pelo calendário gregoriano, desaparecendo as referidas distinções. Nos países da Entente, houve grande alarido face ao ocorrido na Rússia: esta sustentava a frente oriental na Primeira Grande Guerra. Se ela se retirasse, assinando uma paz em separado, seria um desastre. Nos chamados Impérios Centrais havia tal esperança: se tal acontecesse, seria possível concentrar a guerra no ocidente e talvez ganhá-la antes que os colossais recursos dos Estados Unidos pudessem alterar a correlação de forças. A decisão do Governo Provisório de honrar as alianças elaboradas pelo regime czarista depositeu pareceu resolver a questão, permanecendo na [guerra](#) e no campo da Entente. No entanto, tal governo não era sólido, como logo se constatou. No quadro instável suscitado pela maré montante dos movimentos sociais, enquanto a Rússia deslizava para o caos, as direitas permaneceram divididas, como que insensíveis ao perigo de uma outra revolução que se prefigurava: por um lado, Paris e Londres, com a ajuda de Washington, tentavam a todo o custo conservar a Rússia ao seu lado, multiplicando pressões e ameaças, sem querer ver as tensões que se acumulavam, ameaçando explodir; por outro lado, Berlin e Viena faziam o possível e o impossível em sentido contrário, dispostos a tudo, inclusive deixar passar pelo seu território líderes revolucionários extremistas, desde que isto, de algum modo, pudesse contribuir para enfraquecer, ou derrubar, o regime político então existente na Rússia. Em suma, tomadas pela defesa do que imaginavam ser seus interesses nacionais vitais, as direitas subestimaram profundamente a iminência de uma revolução social. (v. [Geopolítica & Imperialismo](#))

Assim, tenderam a ver a insurreição de Outubro e os grandes decretos revolucionários subsequentes como episódios a mais de um quadro extremamente confuso e que, de todas as maneiras, reverteria aos padrões considerados normais tão logo a guerra terminasse. (v. [Oposição/Situação](#)) Apesar da inquietação, ninguém acreditou que os bolcheviques fossem capazes de permanecer no poder por muito tempo – o que foi mais um erro de avaliação. Enquanto durou a guerra, até fins de 1918, as direitas permaneceram divididas. Em março, quando os bolcheviques finalmente assinaram a paz em separado com os Impérios Centrais (Paz de Brest-Litowski), complementada um pouco mais tarde com acordos secretos que previam negócios vantajosos e a suspensão mútua de propaganda hostil, tenderam a ser tratados por Berlin e Viena com compreensão e indulgência. Já nos países da Entente, as direitas vociferavam: os bolcheviques eram agentes dos alemães, mais uma razão para eliminá-los tão logo fosse possível. Em consequência, as tropas começaram a desembarcar na Rússia: da França e da Inglaterra em Arkangelsk e Odessa; do Japão e dos EUA no Extremo-Oriente. A Rússia tornar-se-ia uma imensa semi-colônia, uma nova China?

A rendição dos Impérios Centrais pareceu clarear o horizonte. Porém, foi só uma aparência, posto que contradições importantes continuaram a dividir as direitas. Naturalmente, havia um acordo geral contra as [políticas](#) que o governo revolucionário formulava para enfrentar os problemas da Guerra Civil. Tudo ali era abominável: a estatização geral da economia, a ditadura política, o Terror vermelho, a supressão da moeda e do comércio privado. (v.

[Ditadura e Violência](#) & [Estatismo](#)) Sucediã-se as denúncias contra um regime que não reconhecia as liberdades, perseguia os intelectuais, fuzilava os opositores; sem contar a expropriação de capitais sem indenização, o não reconhecimento das dívidas contraídas pelo czarismo e, ainda por cima, investia contra a [família](#), coletivizando mulheres e crianças, destruindo igrejas, matando sacerdotes. (v. [Autoritarismo](#) & [Tortura](#)) Entretanto, se era fácil chegar a consensos na denúncia e na crítica, na demonização do [inimigo](#) comum, não havia meio de chegar a acordos quanto às alternativas. (v. [Partido Político de Direita](#)) As direitas russas aí também não ajudavam, igualmente divididas entre tendências incompatíveis: liberais, candidatas a czar ou a ditadores – uma cacofonia interminável e inaudível. Os problemas complicavam-se porque as tropas desembarcadas em solo russo começaram a emitir sinais de descontentamento – rumores, ameaças de motins e, na França e na Inglaterra, manifestações contra a continuidade da guerra, agora em solo russo apenas. Depois da sangria da Guerra, haveria agora uma outra guerra? Em defesa de que exatamente? Além disso, as potências miravam-se com desconfiança. Não seria simples chegar a um acordo de divisão da Rússia. Finalmente, mas não menos importante, continuava a predominar a idéia de que aquilo não poderia durar, o governo revolucionário era tão incompetente e cruel, tão ridículo e ignorante que desabaria vítima de sua própria inconsistência. Desta forma, as direitas assistiram à consolidação do poder dos bolcheviques. Apesar de terem conjuntamente muito mais forças políticas, econômicas e militares, as direitas não souberam reuni-las para destruir uma revolução que se colocou, enquanto o século durou, como a alternativa mais ameaçadora à ordem na qual todas elas se apoiavam. (v. [Ideologia](#) & [Elites Empresariais](#))

Daniel Aarão Reis

Referências Bibliográficas:

- FAY, V. (org.) La révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen. Paris, EDI, 1967.
FERRO, M. L'Occident devant la révolution soviétique. Belgique, Ed. Complexe, 1980.
FONTAINE, A. L'Histoire de la Guerre Froide. Paris, Fayard, 1967
HAMMER, A.; LYNDON, N. Hammer. Um capitalista em Moscou. São Paulo, Ed. Best-Seller, 1989.
HOOVER, J.E. Estudo sobre o Comunismo. Belo Horizonte, Itatiaia, 1964.
KAROL, K.S. Kruchtchev et l'Occident. Paris, Julliard, 1960.
KENNAN, G.F. A Rússia e o Ocidente. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1966.
KUPFERMAN, F. Au pays des soviets. Paris, Archives-Gallimard, 1979.
MARCOU, L. (org.). Les Staline. Paris, Ed. Archives/Gallimard, 1979.
SAYERS, M.; KAHN, A. A grande conspiração: A guerra secreta contra a União Soviética. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1959.

RIEFENSTAHL, Leni. Nascida em 1902, cineasta e atriz alemã que, embora tendo dirigido e atuado em filmes desde a década de 1920, tornou-se conhecida pela direção de documentários de propaganda nazista após [Hitler](#) chegar à Chancelaria do [Reich](#) Alemão em 1933. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Trabalhou em colaboração com Dr. Arnold Frank (o cineasta alemão que foi, segundo Kracauer (1988:133), o *pai* dos chamados “filmes de montanha”) ainda na década de 1920 e em alguns filmes dos quais o de maior destaque foi certamente *Das blaue Licht* (A Luz Azul - 1932). Nele Riefenstahl dirige e atua no papel de “uma moça que preferiu o sonho à vida e era incapaz de vencer as exigências da realidade”, através do qual ganha popularidade e a admiração de Hitler (Furhammar e Isaksson, 1976: 101; Steinert, 1991: 576) No entanto, é na década de 1930 que Riefenstahl imortaliza-se ao se tornar diretora de filmes de propaganda nazista, dentre os quais destacam-se dois “documentários” já bastante divulgados: *Triumph des Willens* (O Triunfo da Vontade -1934) e *Olympia* (Olímpia - 1936). (v. [Homossexualidade e Fascismo](#)) Com o objetivo de ter um “instrumento de propaganda passível de ser exportado”, Hitler convidou diretamente Riefenstahl para produzir um filme da comemoração do Congresso de 1934 do NSDAP no “Dia do Partido” a se realizar em Nuremberg, sem passar pelos departamentos do Ministério da Propaganda, responsáveis pela produção cinematográfica, colocando à sua disposição os recursos técnicos e humanos de que precisasse. (v. [Cinema](#) & [GOEBBELS, Joseph Paul](#)) Para Furhammar e Isaksson (1976), *O Triunfo da Vontade* é certamente “uma das maiores realizações, talvez a mais brilhante de toda história da propaganda cinematográfica”. Nele, Riefenstahl incorpora determinados recursos há algum tempo já cultivados pelo cinema alemão e explora tanto a arte de edição quanto as potencialidades da narração, da imagem e do som para construir “uma obra de arte magnificamente controlada”, marcando o “começo de uma nova tradição de propaganda visual cuidadosamente encenada” (1976: 97 e 37). Há aqui, para além dos aspectos estéticos, a evocação do carisma do *Führer*, portador da verdade inabalável sobre o destino da Alemanha. Nas primeiras seqüências do filme, Hitler atravessa as nuvens que cobrem Nuremberg em um avião bimotor e chega ao cenário onde multidões perfiladas encontram-se à sua espera, como um Deus que ganha materialidade. Nada muito diferente acontece com *Olympia*, em torno dos Jogos Olímpicos de Berlin (1936). Aqui também Riefenstahl conta com meios técnicos bastante consideráveis para mostrar ao mundo a potência alemã sob a liderança legítima de seu *Führer*. (v. [Esporte](#)) Depois da [Guerra](#), tendo sofrido prisão e perseguições por sua colaboração com o Terceiro Reich, discussões surgem em relação ao trabalho de Leni Riefenstahl. (v. [Historiografia do Fascismo](#)) Por um lado, nunca ficou de fato muito claro o comprometimento ideológico de Riefenstahl em relação à visão de mundo nacional-socialista, apesar de sua colaboração intensa e qualificada para o suporte do regime hitleriano tanto no exterior quanto internamente. (v. [Ideologia](#)) Infield nos indica que, ao mesmo tempo que Riefenstahl coloca todo o seu talento e experiência a serviço da causa hitleriana, não se pode perder de vista uma dimensão propriamente “oportunista” relacionada em grande medida à possibilidade de contar com recursos ilimitados fornecidos pelo Estado para este fim (1987: 67). (v. [Revisionismo/Negacionismo](#)) Por outro lado, Furhammar e Isaksson apontam o fato de que, mesmo não se podendo dizer que Riefenstahl tenha sido uma entusiasta do [fascismo](#), há uma dimensão moral de seu trabalho como cineasta a serviço do Terceiro Reich que não pode ser esquecido. Em *O Triunfo da vontade*, por exemplo, o que vemos “*não é uma reportagem (...). De fato, Riefenstahl descreve a realidade tal como Hitler queria vê-la.*” (v. [Völkisch](#)) *Leni Riefenstahl criou um hino para a grandeza do Führer, a força do Partido e a unidade da nação. Um brilhante oratório cinematográfico. Mas a beleza aqui é, na verdade, o começo do horror*”. (1987:102-103). (v. [Estética](#) & [Totalitarismo](#))

Referências Bibliográficas:

- FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. Cinema e Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- INFIELD, Glenn B. Leni Riefenstahl et le III^e Reich. Paris, Seuil, 1978.
- KRACAUER, Singfried. De Caligari a Hitler: Uma História Psicológica do Cinema Alemão. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1988.
- STEINERT, Marlis. Hitler. Paris, Fayard, 1991.

ROCK-AND-ROLL. Enquanto gênero musical específico, surgiu em meados dos anos de 1950 nos EUA. O seu aparecimento é atribuído à fusão da música *country and western* com o *rhythm and blues*. O *country and western* tem sido apresentado pela maioria dos especialistas no assunto como uma variante da música *folk*, introduzido nos EUA desde a época colonial pelos colonos, principalmente aqueles de origem irlandesa. Desprezado pelas elites brancas, que sempre preferiram manifestações musicais mais “eruditas”, o *folk* e o *country* popularizaram-se rapidamente junto aos pequenos e médios agricultores dos estados de Arkansas, Texas, Louisiana, Mississippi e, sobretudo, Tennessee. Neste último estado, o *country and western* atingira um nível de difusão tão grande que duas de suas cidades, Nashville e Memphis, acabariam se convertendo em verdadeiros símbolos deste estilo. Já o *rhythm and blues* representa uma variante urbana e eletrificada do *blues* tradicional do sul dos EUA. As suas origens remontam aos *spirituals* (cânticos religiosos) e às *worksongs* (cações de trabalho) entoadas pelos negros sulistas nas plantações de algodão do Mississippi. Como resultado da migração de expressivos contingentes de população negra das áreas da *plantation* sulista para as grandes cidades dos EUA, surgem nas décadas de 1940 e 1950 várias derivações do *blue* original, como *boogie-woogie* (*blue* tocado fundamentalmente ao piano) e o *jump* (*blue* adaptado à execução por grandes orquestras). Sob a denominação de *city blues*, *electric blues* e *Chicago blues*, seria identificado o som das bandas do gênero que utilizariam um instrumental característico: guitarra, teclado, bateria e contrabaixo elétricos. Com base no uso deste instrumental e da introdução das notas agudas (a estrutura do *blue* original apoiava-se essencialmente nas notas graves), surgiu então o *rhythm and blue*.

Essa amálgama de influências, presente já nas origens do *rock-and-roll*, fez com que este gênero musical tivesse sido, desde cedo, marcado por uma grande diversidade sonora. Por causa desta diversidade, o crítico musical Charlie Gillet, em seu livro *The sound of the city*, subdividiu esta forma de música em várias classificações: o som de *Bill Haley & His Comets* foi definido como “*rock-and-roll* do norte”; a música de Carl Perkins, Elvis Presley e Buddy Holly como “*country rock* de Memphis”; as produções de *Fats Domino* e *Little Richard* como “*New Orleans Dancing Blues*”; a categoria *rhythm and blue* foi conferida a Chuck Berry e Bob Didley; e o som mais melódico dos grupos vocais antecessores da *Motown Records* (*Orioles*, *Platters*, *Penguins*) como *rock-and-roll* de grupos vocais. Além desta diversidade de classificações, há que se registrar as modificações que o *rock-and-roll* original haveria de sofrer, já no início dos anos de 1960, em decorrência da ampliação do interesse da indústria do disco e das empresas radiofônicas em suas comercialização. Assim, uma nova geração de intérpretes do gênero, como *Pat Boone*, *Paul Anka*, *Tommy Sands* e *Neil Sedaka*, reforçaria os elementos melódicos e orientariam esta forma de música no sentido de sua reconciliação com os padrões musicais mais convencionais, constituindo-se nos chamados *new rockers*.

A segunda metade dos anos de 1960 registraria um novo florescimento e o aparecimento de diferentes estilos no seio do gênero musical *rock-and-roll*. A partir do diálogo deste com a *pop art* (conjunto de manifestações culturais “alternativas” que se contrapunham ao conceito de *classic art*), surgiria o conceito de *pop rock* ou, simplesmente, *pop music*. Desta maneira, um dos mais expressivos festivais musicais dos anos de 1960 seria denominado *Monterrey Pop Festival*. Nesta época, os conceitos de *pop* e *rock-and-roll* se confundiriam: ambos remeter-se-iam à idéia de “música jovem”. A incorporação de experiências sonoras de vanguarda no final dos anos de 1960 lançaria as bases para o aparecimento do que ficaria conhecido como *progressive rock*. O reencontro do *rock-and-roll* com uma de suas matizes, *folk music*, propiciaria o surgimento do *folk rock*; o uso intenso da distorção, a ampliação da velocidade e do peso na execução das músicas conduziria ao aparecimento do *hard rock* ou *heavy rock* (matriz do atual *heavy metal*). A carnavalização do gênero no início da década de

1970 (acentuação do uso de roupas extravagantes, máscaras, purpurinas e lantejoulas) e a absorção de algumas características da música negra norte-americana (*soul music*) levaria ao aparecimento do *glitter rock*. Em fins dos anos de 1970, o retorno à visceralidade básica e original do gênero gerou o advento do *Punk Rock*.

Ao longo de seus mais de 40 anos de existência, o *rock-and-roll* manteve uma relação problemática e contraditória com o *establishment* político e econômico. (v. [Revolução](#)) Do ponto de vista econômico, verificou-se uma tensão permanente entre certos aspectos contestatórios e liberatórios presentes na produção musical de alguns intérpretes desde os seus primórdios e os esforços de assimilação e apropriação do fenômeno por parte da indústria cultural. Desde Elvis Presley e os “*new rockers*”, mas sobretudo a partir dos *Beatles* e dos *Rolling Stones*, o *rock-and-roll* se mostrou uma fonte inesgotável de lucros para o *show business*. Contudo, esse casamento da música jovem com a indústria conheceu percalços significativos na trajetória musical de nomes como Chuck Berry e Jerry Lee Lewis, o primeiro Bob Dylan e Joan Baez, Frank Zappa e boa parte dos *punk rockers*. Do ponto de vista político, vários músicos do gênero emprestaram suas vozes às manifestações de crítica ao sistema de poder nos EUA, Grã-Bretanha e outros países ocidentais. O *rock* tem sido a música mais ouvida nas manifestações estudantis destes países, inclusive em processos cruciais como a Guerra do Vietnã e o maio parisiense de 1968. (v. [Nova Direita nos Estados Unidos](#))

A Batida Dissonante da Direita. Embora historicamente o rock tenha surgido num ambiente de transgressão e crítica ao estabelecido, sob o impacto da crescente maré conservadora, várias bandas tiveram uma trajetória bastante conservadora nos anos de 1970. (v. [Conservadorismo](#)) Podemos exemplificar com algumas bandas americanas do início dos anos de 1970 que marcam claramente a adoção de um universo mental e ideológico de direita: o *Styn* (cujo nome é uma alusão ao rio que atravessa o Hades, o Estige, em português) originário de Chicago e os nova-iorquinos *Kiss* e *The New York Dolls*. Todos terão o seu período de maior sucesso durante a Era [Reagan](#), com grande ênfase ora na necessidade de reconstruir um poder forte, ora no puro e simples pessimismo. (v. [Fascismo](#)) O *Styn*, por exemplo, corre num leito de flagrante [chauvinismo](#), onde o lema de Reagan “a América está de volta” cabe bem. Já *The New York Dolls* assume um agressivo transsexualismo, lançando mão do grotesco e das alusões perversas. (v. [Homossexualidade e Revolta](#)) Nas suas performances, o palco é povoado por grandes [suásticas](#). Entretanto, é o *Kiss* que avança mais rapidamente em direção a uma estetização da violência e ao elogio do mal: roupas de couro expondo uma sexualidade perversa – make-up que lembra o *Alice Cooper* –, correntes e instrumentos de [tortura](#) compõem o cenário do show-horror da banda. Na produção da logomarca do *Kiss*, o duplo 's' formara a runa das tropas nazistas (SS). (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Mais tarde, o vocalista Gene Simmons protagonizará um líder nazi-punk no *trash-movie* *Never too Young to die*, exibindo todo o ardor caricato-infantil de um palhaço sado-masoquista. Indagado sobre a violência gratuita de textos e gestos, responderá: “Duzentos milhões de americanos não estão interessados em sutilezas”. Duas outras bandas, já em meados dos anos de 1980, caracterizarão o encontro do punk com a fascistização. Em Nova Iorque, o *Public Enemy*, organizado desde 1984 e, em Hollywood, no ano seguinte, o *Guns n' Roses*. Ambas as bandas representam, bem ao contrário das demais, a irrupção das camadas mais pobres e *out siders* da sociedade norte-americana – no caso, nem classe média, nem proletariado. (v. [Skinheads e Anomia](#)) Na verdade, um *lumpen* flutuante convivendo promiscuamente com o mundo do crime, com o caos urbano e a violência policial. O *Public Enemy* espelha bem o clima urbano e paranóico dos quarteirões negros da *New York City*, gerador de uma constante insegurança e da sensação de vazio. Politizado e consciente do seu papel de pop star, embora com um enorme déficit cultural, o *Public Enemy* volta-se contra o “poder branco”, contra o FBI, contra os *dealers* que vendem a morte aos jovens negros, contra as garotas negras que renegam “as raízes”. (v. [Tradição](#)) Elogiam Malcolm X e contestam o

domínio branco: "...gatos miam, cães ladram, brancos mentem e matam". (v. [Neo-racismo Diferencialista](#)) As declarações do Prof. Griff, vocalista da banda e auto-intitulado *Minister of Information* – numa clara alusão a [Goebbels](#) –, são marcadas pelo ódio racial e a discriminação contra outras minorias. (v. [Democracia](#)) É assim que declara: "...viados nada trazem para a construção da sociedade negra, eles não terão lugar em nossa cultura". (v. [Masculino/Feminino](#)) A convivência multi-racial e cultural dos guetos nova-iorquinos, tal como é retratada nos filmes de Spike Lee, em vez de gerar um melhor conhecimento mútuo, originou um profundo ódio entre negros, judeus e italianos. Sob influência direta do líder racista negro Louis Farrakhan (um declarado admirador de [Hitler](#)), o *Public Enemy* defende o extermínio de judeus e os acusa de ter criado a [AIDS](#) com experiências feitas em negros na África do Sul. (v. [Apartheid](#))

Na outra margem dos EUA, o *Guns n' Roses* surge com personagens sociais fragmentados, já típicos do estranhamento social do fim da prosperidade do bem-estar social das décadas anteriores. Como o seu carismático vocalista, Axl Rose assume desafiadoramente a postura anti-social: pancadaria, gestos obscenos, *no safe sex* são alguns dos recursos de palco da banda. Porém, em bares ou hotéis, o carrossel do *Guns* continua a girar... O caráter contraditório e confuso dos textos da banda é plenamente assumido: "...nós sabemos que somos confusos..." diria Axl Rose, refletindo claramente o caráter *lumpen*, periférico dos componentes da banda. Mesmo com uma educação formal bastante adequada – Axl é advogado –, a sua opção é nitidamente *out sider*. O passado anterior ao sucesso do *Guns N' Roses* é claramente assumido, por exemplo, na poesia *14 years* de Axl e Stradlin: "*But it's been/14 years of silence/ It's 14 years of pain/ 14 years that are gone forever/ And I'll never have again*". As suas relações com as mulheres são sempre de extrema dependência e, simultaneamente, de ódio aberto; são homens que amam as mulheres como amam os seus carros e as suas pistolas, guardando para elas os mesmos adjetivos atribuídos a estes mesmos objetos: "...*Well, they are all used-up has been/ out of the game*"; ou "*Cause you could be mine/ But you are way out of line / With your bitch slap rappin'...*", culminando na cena aberta de desdém e amor M&S na poesia de *Pretty Tied Up*: "*I know this chick she lives down on Melrose/ She ain't satisfied without some pain / Friday night is goin'up inside her again/ Well crack the whip/ cause that bitch is just insane/ I'm serious*". (v. [Misoginia](#)) Ao mesmo tempo, um sentimento de abandono e insegurança plenamente adolescente perpassa a poesia dos membros do *Guns N' Rose*, que se sentem permanentemente sozinhos, perdidos em uma noite fria e sem fim: "*I can't stop thinkin'/ thinking 'bout sinkin' down in my bed/ I call my mother, she's just a cunt now...*". Os exemplos espalham-se, ácidos e corrosivos como líquido de bateria sobre o conjunto da obra do *Guns*. Mulheres, polícia, negros e viados, todos recebem sua cota de amargura: alvos do ódio do *Guns*? Difícil de dizer. (v. [Inimigo](#)) A figura da mãe (enquadramento permanente de todas as mulheres), a imagem falocrata, a ordem vilipendiada confundem-se com um desejo intenso de segurança, de preencher um vazio, de completar o hiato da ansiedade. (v. [Neofascismo na Rússia](#)) Um traço, porém, é marcante: a valorização de características inatas, próprias e impossíveis de se roubar ou degradar – a necessidade do eterno em meio a perverso cotidiano de efemeridades, que é saciada no pertencimento à raça branca e na superioridade do macho, idéias escoradas nas imagens da moto Harley-Davidson e do rifle. (v. [Eugenia](#) & [Sociobiologia](#)) Na exaltação destes valores, cristaliza-se uma postura fascizante, extensa e popular na Califórnia (basta ver o cult *Point Break*, de Keanu Reeves e Patrick Swayze). Na canção *One in a Million*, o *Guns* exprime todo o seu chauvinismo branco: "...imigrantes e viados não fazem nenhum sentido para mim..." (v. [Alteridade](#)) Entretanto, em conjunto, fica uma sensação de garotos abandonados que as instituições se apressam em diagnosticar como psicopatas – o caso narrado pelo próprio Axl de sua estadia numa instituição social serve como exemplo. (v. [Asilo](#)) O estranhamento, por sinal, título de uma canção, ainda é contornado pela consciência da vulnerabilidade do outro e de si mesmo, como

na canção *Rigth Next Door To Hell*: "My mama never really said/ much to me/ She was much too young and scared to be/ Hell!" Assim, a poesia do *Guns*, largamente obra de Izzy Stradlin e de Axl Rose, beira a um novo lirismo – violento, pornográfico e que invade constantemente o campo do perverso. Porém, brota de forma verdadeiramente autêntica, longe da teatralidade encenada do *Alice Cooper* ou do *Black Sabbath*. Um grande número de bandas, entretanto, não assume claramente uma postura tão extremista e muitas procuram uma rebeldia difusa, perversa e uma visão de mundo ingênua, centrando toda a sua agressão contra o estabelecido num uso radical do sexo e das drogas. (v. [Punk: conceito e comportamento](#)) Aqui não se dá nem a vivência autêntica do estranhamento, como com o *Guns*, nem o oportunismo mercadológico do *Alice*. (v. [Ideologia](#)) É o caso, por exemplo, da banda *Van Halen*, criado na Califórnia em 1974. O cenário urbano dadaísta é plenamente assumido, como declara o vocalista David Lee Roth: "... nossa música é a cidade: Crash! Boom! Boom! Bang!" Socialmente conservador, pessimista, beirando à psicose, surge o *Talking Heads* em 1975 na cidade de Nova Iorque, que procede a fusão do rock-and-roll com ritmos africanos, alcançando resultados de alta qualidade e, simultaneamente, desestruturantes. A presença marcante é do escocês David Byrne, que traz para a banda o caráter doentio do mundo expresso, por exemplo, na canção *Psycho Killer*. A dissolução dos valores sociais do mundo branco e burguês apavora e diverte num exercício sado-masoquista de fuga em direção à neurose. No horizonte vazio, não adormece o sol, mas espreitam milhares de crianças famintas do Terceiro Mundo. (v. [Europa](#)) Um traço comum reúne todos estes grupos: o cenário urbano pós-industrial, pós-moderno, decadente e, por isso mesmo, *dark*. O horizonte político é a Segunda [Guerra Fria](#), a possibilidade anunciada do apocalipse nuclear, a Guerra nas Estrelas de Reagan, a época em que a "América contra-ataca". Dificilmente são pessoas incultas ou proletários revoltados contra todas as utopias – todos são informados e, muito pelo contrário, o que se vê são informações demais, imagens demais, palavras demais. Acelera-se no cotidiano o fim do [Estado do Bem-Estar Social](#), a superação ideológica da sociedade do trabalho e do reino da segurança; a utopia agora adormece nos versos críticos, ao contrário da alienação direitista dominante de *The Cure*: "*The innocence of sleeping children/dressed in white/ and slowly dreaming/ Stops all time*".

Francisco Carlos Teixeira da Silva
Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

- BIVAR, Antonio. O que é punk? São Paulo, Brasiliense.
BLAIR, D.; ANSCOMB, E.. Punk-Punk Rock. New York, Urizen, 1978.
BOSTON, Virgínia. Punk, Rock. New York, Penguin Books, 1978.
JAMES, David. "Poesia/Punk/Produção: alguns textos recentes em Los Angeles". In: KAPLAN, Ann. **O mal-estar no Pós-Moderno**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993. pp. 206-234.
KAISER, Rolf-Ulrich. O mundo da música Pop. Porto, Livraria Passagem.
MUGGIATTI, Roberto. Rock: de Elvis à beatlemania. São Paulo, Brasiliense.
MUGGIATTI, Roberto. Rock: da utopia à incerteza. São Paulo, Brasiliense.
PENTH, Boris; FRANZEN, Günther. Last exit. Punk: Leben im toten herz der Städte. Frankfurt, RoRoRo, 1982.
SCHIMIDT-JOOS, S.; GRAVES, B.. Das neue Rock Lexikon. Frankfurt, RoRoRo, 1993.
REVISTAS: Billboard/ New Music Express/ Sound/ Bizz/ Fama.
THE STORY OF ROCK – Smash Hits and Superstars. Londres, Thames and Hudson

RÖHM, Ernst (1887-1934). Nascido em Munique no dia 28 de novembro de 1887. Militar de carreira, terminou a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) como capitão do Reichswehr. Ao final do conflito, participa junto com outros oficiais alemães da criação dos [Corpos Francos \(Freikorps\)](#), formações paramilitares organizados com a finalidade de confrontar a ação das forças revolucionárias da esquerda. (v. [Política](#) & [Repressão e Violência](#)) Militante de primeira hora do DAP (Deutsche Arbeiterpartei – antecessor do NSDAP). A partir de 1920, organiza e comanda as tropas de assalto do NSDAP, as SA (Sturm Abteilung). As SA haviam sido criadas com a finalidade de proteger as reuniões do partido nazista, espancar os [judeus](#) e dissolver as reuniões dos partidos adversários. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Ernst Röhm discordaria com [Hitler](#) acerca do papel das SA: para ele as milícias de assalto deveriam ser o embrião de um futuro exército revolucionário, em contraposição à concepção estritamente instrumental e defensiva de Adolf Hitler. (v. [Militarismo](#)) Participa do “Putsch da cervejaria de Munique” em 1923, sendo encarcerado por pouco tempo. Egresso da prisão, concorre as eleições, sendo eleito deputado em 1924. Entra em choque com Hitler a respeito da estratégia legalista para a conquista do poder, defendida pelo futuro führer após a sua saída da prisão.(v. [Fascismo: Movimento](#)) Em decorrência de tal divergência, é substituído no alto comando das SA por [Hermann Göring](#). Röhm decide então deixar a Alemanha, indo se engajar no exército boliviano, onde permanece até 1930. Devido ao fracasso de seus sucessores à frente das SA, é chamado de volta por Hitler. Integrou, juntamente com os irmãos Strasser, a chamada tendência “social” (Giorgio Gali) ou “populista” do Partido Nacional-Socialista. Chegaria a ter sob seu comando cerca de três milhões de “camisas pardas” (Ambelain). Após a conquista do poder, teria manifestado expressamente o desejo de substituir o exército regular pelas SA e, através destas, iniciar uma “nova [revolução](#)”, revolvendo as bases da sociedade alemã. Apontado como “homossexual ativo”, seria vitimado pelos acordos firmados entre a cúpula nazi e os hierarcas do exército alemão. (v. [Homossexualidade e Fascismo](#) & [Partido Político de Direita](#)) Estigmatizado por suas preferências sexuais heterodoxas e concepções tidas, após o triunfo nazista, como subversivas, pereceria por ordens de Hitler – na seqüência da Noite dos Longos Punhais – a 1º de julho de 1934 no interior da prisão de Stadelheim, sob a acusação de alta traição. (v. [GESTAPO](#)) Após o seu desaparecimento, as SA – outrora prestigioso braço armado do NSDAP – tiveram os seus efetivos reduzidos, sendo completamente subordinadas às SS. (v. [Ditadura e Violência](#) & [Fascismo](#))

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

- ARENDDT, Hanna. Totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro, Editora Documento, 1979.
- FRANÇOIS-PONCET, André. Souvenirs d'une Ambassade à Berlin. Paris, Flammarion, 1946.
- MARABINI, Jean. A vida cotidiana em Berlin no tempo de Hitler. Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, 1987.
- MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. Dictionnaire Historique des fascismes et du nazisme. Bruxelles, Éditions Complexe, 1992.
- POLIAKOV, Léon; WULF, Josef. Das Dritte Reich und seine Denker - Dokumente. Berlin-Grunewald, 1959.

ROSENBERG, Alfred. Nascido a 12 de janeiro de 1893 em Reval na Estônia, sendo membro de uma família germano-báltica. Em 1910, ingressou na Escola Técnica Superior de Riga. Entre 1915 e 1918, estudou na Universidade de Moscou, obtendo ali o diploma de arquiteto. (v. [Arquitetura](#)) Fugindo da [Revolução](#) de Outubro e do regime soviético, transferiu-se para Berlim em 1918, indo mais tarde para Munique. (v. [Revolução Russa e Direita](#)) Em Munique, militou ativamente no interior dos círculos de emigrados russos – mais tarde entraria em contato com vários grupos esotéricos, em particular a Thulegesellschaft. Assiste na capital bávara à fundação do NSDAP, do qual se torna um dos primeiros inscritos em 1919. (v. [Fascismo: Movimento](#)) Segundo algumas fontes, teria sido através de Rosenberg que [Hitler](#) teria conhecido o pensamento de autores como [Gobineau](#), Nietzsche, Darwin e Houston Stewart Chamberlain, provocando, ademais, profunda impressão no futuro führer com a fundamentação pseudo-científica de seu racismo. (v. [Darwinismo Social](#) & [Eugenia](#)) Entre 1920 e 1921, escreveu panfletos anti-maçônicos e anti-semitas, tais como: “A trajetória judaica ao longo do tempo” (1920), “O Amoralismo no Talmude” e “O Crime da Franco-maçonaria” (1921). (v. [Inimigo](#) & [Judeu](#)) Em 1923, publicou uma edição do libelo anti-semita “[O Protocolo dos Sábios de Sião](#)”, acompanhada de um comentário de sua lavra. Em 9 de Novembro de 1923, participou do Putsch da cervejaria de Munique. Investido de grande prestígio no seio do partido, com a prisão de Adolf Hitler recebeu deste a incumbência de dirigir o movimento. Após a libertação do dirigente máximo do nazismo, Rosenberg foi designado como chefe de redação do diário do partido, o *Völkischer Beobachter* (“O observador popular”). (v. [Ideologia](#) & [Repressão e Violência](#)) Em 1930, Rosenberg produziu sua obra máxima, denominada “*Der Mythos des 20 Jahrhunderts (O mito do século XX)*”, que teve uma tiragem de 950.000 exemplares em 1941. Em 1937, tornou-se o primeiro vencedor do “Prêmio Nacional Alemão”. Funcionário do partido de 1933 a 1945, foi Reichsleiter (Presidente) da Divisão de política externa do NSDAP e Mandatário do Führer para a fiscalização de todo o sistema de educação e formação espiritual e ideológica do NSDAP. (v. [Fascismo](#) & [Totalitarismo](#)) Embora especialista em Relações Internacionais, jamais ocuparia o cargo de Ministro do Exterior do [Reich](#), posição que esteve sucessivamente a cargo de Konstantin von Neurath (1933-1938) e Joachim von Ribbentrop (1938-1945). Como Ministro do Reich para as regiões ocupadas da Europa Oriental a partir de 17 de Julho de 1941, pôde levar à prática os seus projetos de supremacia racial e germanização. (v. [EICHMANN, O caso, Pangermanismo](#) & [Völkisch](#)) Julgado e condenado em Nuremberg por crimes contra a humanidade, foi executado a 16 de outubro de 1946. (v. [Holocausto](#), [Leis de Nuremberg](#) & [Operação Eutanásia](#))

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

- AMBELAIN, Robert. Os arcanos negros do hitlerismo. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.
GALLI, Giorgio. Hitler e o nazismo mágico. Lisboa, Edições 70, 1990.
MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. Dictionnaire Historique des fascismes et du nazisme. Bruxelles, Éditions Complexe, 1992.
POLIAKOV, Léon; WULF, Josef. Das Dritte Reich und seine Denker - Dokumente. Berlin-Grunewald, 1959.
ROSENBERG, Alfred. Der Mythos des 20 Jahrhunderts: Eine Wertung der seelish-geistigen Gestaltenkämpfe unserer Zeit. München, Hohenenchein Verlag, 1933.

S

SALAZARISMO (1933–1974). O regime político implantado em Portugal em 1933 expressou, por um lado, o pensamento do próprio presidente do Conselho de Ministros e ministro das finanças, Antônio de Oliveira Salazar (1889–1970) e, por outro, produziu algumas clivagens conceituais na historiografia sobre a natureza política do Salazarismo. (v. [Ideologia](#)) À ditadura militar de 28 de maio de 1926, que antecedeu a organização corporativa dos anos de 1930, Salazar ensaiou caracterizá-la como sendo uma [ditadura](#) do tipo romana: um “Governo de Crise”, temporário, assentado, entretanto, em um “Comitê de Salvação” – a União Nacional (1923) –, objetivando a base de sustentação do novo Estado constitucionalizado. (v. [Oposição/Situação](#) & [Sociedade Civil](#)) O corporativismo português representou, no pensamento de Salazar, uma alternativa entre o [liberalismo](#) e o socialismo, com predomínio do sistema associativo em detrimento do sistema partidário: “Mais uma vez se abandona uma ficção – o partido – para aproveitar uma realidade – a associação.” (v. [Corporativismo: Teoria](#)) À semelhança de um poder monocrático ou de uma “ditadura soberana”, o [Estado Novo em Portugal](#) deveria engendrar um organicismo social, através das Corporações, como substitutivo das instituições representativas, transferindo a soberania do povo para a [autoridade](#) do Estado. (v. [Antigo Regime](#) & [Estatismo](#)) Na historiografia tanto portuguesa quanto internacional, as diferentes interpretações giraram em torno da [natureza](#) fascista do regime. (v. [Baderna, Política](#) & [Revolução](#))

A análise comparativa entre os regimes italiano e português elaborada por Manuel Lucena sugeriu classificar o sistema corporativo do “Estado Novo” como “um [fascismo](#) sem movimento fascista”: em primeiro lugar, a existência do partido único em Portugal (UN), ainda que não tivesse mobilizado as massas, teria cumprido, no entanto, a função de impedir a pluralidade de partidos; em seguida, quanto à forma de Estado, em ambos os países havia uma ditadura sob o princípio da colaboração de classes e apoiada pelos setores da burguesia nacional, além do poder estar centralizado em um único homem. (v. [Historiografia do Fascismo](#) & [Sociedade Integral](#)) As formas políticas deste “[nacionalismo](#) exacerbado”, porém, não dependiam “estritamente das suas origens”. Por ter possuído instituições estáveis, aprisionando as classes sociais e os grupos profissionais na organização corporativa, o “Estado Novo” possuiria um caráter fascista. (v. [Autarquia](#) & [Estado Novo: Historiografia](#))

Os demais estudos internacionais excluíram o “Estado Novo” da “família do fascismo europeu pela ausência aqui de elementos considerados fundamentais para caracterizar este fenômeno histórico”. O Salazarismo teria consistido tão somente em um regime autoritário, com perspectivas de restauração dos valores tradicionais: a [família](#), a propriedade e o patriotismo. (v. [Tradição](#)) Estabeleceu-se em Portugal, até a morte do ditador em 1970, um neo-hobbesianismo conjugado com um neo-sebastianismo na figura de Salazar, ameaçados posteriormente com o continuismo de Marcelo Caetano. (v. [Conservadorismo](#) & [FERRO, Antônio Joaquim Tavares](#))

Maria Luiza Nabinger de Almeida

Referências Bibliográficas:

DUARTE SILVA, E. et alii. Salazar e o Salazarismo. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

FERRO, Antônio. Salazar: Le Portugal et Son Chef. Paris, Édition Bernard Grasset, 1934. (Traduit du portugais par Fernanda de Castro, précédé d’une note sur l’idée de ditadure par Paul Valéry de l’Académie Française)

FASCISMO EM PORTUGAL. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980. Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.

PATRIARCA, Fátima. A questão social no salazarismo, 1930-1942. s/l, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995. 2 vols.

SALAZAR – ANTOLOGIA. Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas, 1909-1955. Lisboa, Editorial Vanguarda, 1955.

SCHMITT, Carl. Autor de uma vasta obra que se estende por quase setenta anos de atividade intelectual, Carl Schmitt é com certeza um dos maiores pensadores políticos do século XX. No entanto, o reconhecimento da sua estatura intelectual teve na sua própria biografia política o principal adversário. Nascido em 1888, em Plettenberg, na Alemanha, Carl Schmitt realizou uma trajetória [política](#) na República de Weimar que o levou da condição de professor universitário ligado aos meios católicos à posição de jurista influente junto ao governo e conselheiro constitucional nos momentos finais do regime. (v. [Ideologia](#)) Dono de um estilo elegante, ao mesmo tempo conciso e concentrado, destacou-se como um dos principais representantes da oposição intelectual ao formalismo jurídico dominante na Alemanha e como crítico das instituições e do pensamento liberal. A sua crítica se voltava simultaneamente contra os fundamentos políticos e institucionais. Para Schmitt, a crença liberal na possibilidade de uma ordem que fosse capaz de regular a si mesma e o resultado automático do intercâmbio entre os indivíduos representava em última análise uma ameaça à própria ordem. (v. [Governabilidade](#)) Ao mesmo tempo, a sua polêmica contra o [liberalismo](#) estava dirigida contra os princípios em que, ao seu ver, se baseava a organização jurídico-política da Alemanha de Weimar: o parlamentarismo e o Estado de direito. Tanto num caso quanto no outro, o reconhecimento dos conflitos inerentes à existência política cedia lugar ao ideal de uma ordem autoregulada: no parlamentarismo, através da transformação da decisão política no resultado final do confronto público de argumentos racionais; no Estado de direito, pela subsunção do conjunto da vida política a um sistema fechado de normas gerais e abstratas. No entanto, acreditava Schmitt que a nova realidade surgida com as modernas democracias de massa evidenciava o caráter ilusório das crenças liberais: diante das práticas dos partidos de massa, os princípios de publicidade e discussão do parlamentarismo se revelavam obsoletos; a tendência de interpretação das esferas do Estado e da sociedade tornava inadequado o ideal do constitucionalismo liberal de limitação do poder do Estado. (v. [Burocracia & Democracia](#))

Como alternativa à paralisia resultante dos compromissos liberais da carta de 1919, Carl Schmitt defendia o exercício dos poderes de exceção que o artigo 48 da Constituição conferia ao presidente do [Reich](#). (v. [Ditadura](#)) A seus olhos, somente através da capacidade de decisão soberana do presidente seria possível enfrentar o quadro de crise vivido na República de Weimar. Nos anos finais do regime, período do seu envolvimento mais direto na vida política, Schmitt assume a defesa ativa de um presidencialismo de [natureza](#) plebiscitária como meio de contornar o que seriam os riscos decorrentes do apego liberal aos procedimentos legais de legitimação da atividade política. Segundo ele, a associação entre legalidade e legitimidade anulava as diferenças políticas substantivas ao fazer da legitimidade uma questão de procedimentos legais. Assim, ao conceder igualdade de chances a todas as tendências políticas, esta perspectiva acabava por lhes colocar à disposição os “prêmios políticos” resultantes da posse legal do poder, ou seja, assegurava-lhes uma “mais-valia política” que, em situações de radicalização dos antagonismos políticos, poderia significar a derrogação da própria ordem legal. Por essa razão, segundo Schmitt, partidos contrários à ordem constitucional, como os nazistas e comunistas, não poderiam desfrutar dessa igualdade de chances. (v. [Conservadorismo](#))

No entanto, com a chegada de [Hitler](#) ao poder em 1933, Carl Schmitt veio a se tornar um colaborador dos nazistas. Em maio de 1933, ele se filiou ao partido e, a partir de então, passou a ocupar posições públicas de destaque; ao mesmo tempo, através dos seus escritos procurava estabelecer as bases constitucionais do novo regime. Não demorou muito, porém, para Schmitt cair em desgraça junto aos nazistas. Já em 1936, quando as investigações internas do partido em torno do seu nome começam a se avolumar e a sinceridade da sua adesão é

questionada, temendo pela própria vida, Schmitt retira-se da cena pública e passa a se dedicar exclusivamente à atividade acadêmica. Acabada a [guerra](#), foi preso, conduzido a Nuremberg, interrogado, sem ser, contudo, acusado perante o tribunal. Libertado em 1947, retornou à sua cidade natal, onde viveu até 1985 afastado da vida universitária e publicando até uma idade avançada (seu último artigo data de 1978).

O envolvimento de Carl Schmitt com os nazistas custou-lhe não apenas o ostracismo político, mas também o isolamento intelectual. Transformado num autor maldito, a sua obra tornou-se objeto de acusação ou silêncio. (v. [HEIDEGGER, O Caso](#)) Pouco lidas, de uma forma geral condenadas, as suas idéias ficaram praticamente à margem do debate acadêmico. Este quadro começou a mudar na década de 1970 e sobretudo na de 1980, quando se iniciou uma reavaliação do seu pensamento e, em especial, do período mais fecundo da sua atividade intelectual: a República de Weimar. Uma possível via de aproximação das idéias de Schmitt nesse período está justamente na sua crítica ao liberalismo. (v. [Nouvelle Droite](#)) Por oposição às formas de neutralização do conflito político características do pensamento liberal, Carl Schmitt busca afirmar a inevitabilidade do político como uma experiência associada à condição humana. Para ele, o político supõe um grau de associação/dissociação entre os grupos humanos cuja intensidade resulta na distinção entre amigo e [inimigo](#). (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Esta natureza conflituosa seria constitutiva da vida política e a própria tentativa de negá-la traria consigo um significado polêmico. Nesta perspectiva, Schmitt vai ver no liberalismo uma recusa política do político e na crença liberal do caráter espontâneo da ordem uma forma de ocultação do seu fundamento concreto e polêmico. (v. [Estado do Bem-Estar Social & Sindicato](#)) Por esse motivo, Schmitt procura pensar a ordem a partir da exceção: mais do que uma perturbação ocasional da normalidade de uma situação, o estado de exceção (*Ausnahmezustand*) seria uma circunstância reveladora das condições de instauração de uma ordem normal. Para Schmitt, não há ordem que seja capaz de instituir a si mesma e somente a repetição cotidiana de um mesmo estado de coisas é que permite esquecer as condições da sua instauração. (v. [Tradição](#)) A partir do ponto de vista da exceção, a ordem deixa de ser vista como algo previamente dado para ser pensada como um problema: a suspensão do seu funcionamento ordinário traz consigo a questão do seu fundamento e põe em evidência o fato de que ela é instituída por uma decisão soberana. Ao afirmar o papel criador da decisão soberana, Carl Schmitt concebe a ordem política como uma realidade parcial que emerge de uma situação concreta e que tem no conflito a sua condição de instauração. À crença no automatismo de uma vida social autoregulada, Carl Schmitt vai opor o resgate do conceito de soberania. Daí a insistência com que se repete nos seus textos o dito de Thomas Hobbes: “*auctoritas, non veritas facit legem*” (“a autoridade, e não a verdade, faz a lei”). Dessa forma, partindo de uma crítica do pensamento liberal, ele chega a uma fundamentação literalmente autoritária da ordem política. (v. [Oposição/Situação](#))

Bernardo Ferreira

Referências Bibliográficas:

Face às dimensões da obra de Carl Schmitt e o caráter de referência deste dicionário, vão indicados na bibliografia apenas os seus livros traduzidos para o português. Estes textos se encontram entre os mais importantes e representativos da sua produção na República de Weimar. Cabe observar que, além das reedições em alemão, Carl Schmitt vem sendo amplamente traduzido em francês, inglês e italiano, sem contar o espanhol, língua em que nunca deixou de ser publicado. Quanto aos textos sobre Carl Schmitt, estão listados alguns trabalhos que permitam seja uma introdução à sua obra, seja uma apreciação global do seu pensamento.

- ALBANASE, Luciano. *Il Pensiero politico di Schmitt*. Bari, Laterza, 1998.
- BENDERSKY, Joseph. *Carl Schmitt: Theorist for the Reich*. Princeton, Princeton University Press, 1983.
- FREUND, Julien. "Les lignes de force de la pensée politique de Carl Schmitt". In **Nouvelle École**. 1987(n° 44): pp.11-27 (existe uma tradução para o inglês publicada na revista Telos [n° 102, 1995] com o título "Schmitt's political thought").
- FREUND, Julien. "Vue d'ensemble sur l'oeuvre de Carl Schmitt". In **Revue Européens des Sciences Sociales - Cahiers Vilfredo Pareto**, vol. XVI. 1978(n° 44): pp.7-37.
- GALLI, Carlo. *Genealogia della politica: Carl Schmitt e la crisi del pensiero politico moderno*. Bolonha, Il Mulino, 1996.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis, Vozes, 1992. (tradução de *Der Begriff des Politischen*, 1927, 1932⁴, 1963⁵).
- SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo, Scritta, 1996. (tradução de dois livros: *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, 1923, 1926², *Politische Theologie*, 1922, 1934²).
- SCHWAB, George. *The Challenge of the exception*. Nova York, Greenwood, 1989.
- STRAUSS, Leo. "Remarques sur la notion de politique de Carl Schmitt". In SCHMITT, Carl. **Parlamentarisme et démocratie**. Paris, Seuil, 1988. pp. 187-214 (também existe uma versão para inglês: "Comments on Carl Schmitt's *Der Begriff des Politischen*". In SCHMITT, Carl. **The Concept of the political**. New Brunswick, Rutgers University Press, 1976. pp.81-105).

SEGURANÇA NACIONAL. O conceito de *Segurança Nacional* foi construído progressivamente, a partir do final da Primeira Guerra Mundial, quando surgiu a concepção de Guerra Total. (v. [Geopolítica](#) & [Repressão e Violência](#)) Como assinalou o general alemão Erick von Ludendorff em 1935, esse novo tipo de [guerra](#) não se restringe às Forças Armadas, mas envolve integralmente a população e os recursos materiais do país; a [política](#) deve, pois, servir à guerra; o aspecto básico é a coesão anímica do povo. O general Góis Monteiro, admirador do exército alemão, compartilhava essas idéias, que influenciaram o projeto político-militar do [Estado Novo no Brasil](#). Durante a Segunda Guerra Mundial, formara-se nos Estados Unidos um gigantesco e poderoso complexo industrial-militar. A sua influência no pós-guerra fez com que a combinação de grandes interesses econômicos com uma visão predominantemente militar das relações internacionais fosse decisiva na definição dos novos rumos da política externa norte-americana, da qual resultou a [Guerra Fria](#) (1947). (v. [Anticomunismo](#) & [Neocolonialismo](#)) Era preciso conter o avanço do comunismo no mundo: onde quer que ele ameaçasse povos livres, a segurança dos EUA estaria em risco; assim, contra uma ameaça global e permanente, haveria uma política de segurança com as mesmas características. (v. [Armamentismo](#) & [Guerra Fria e a Direita Norte-Americana](#))

No pós-guerra, os Estados Unidos empenharam-se na criação de um sistema militar interamericano, visando a consolidação da hegemonia no continente como parte de sua política de segurança global. No Brasil, a [Escola Superior de Guerra \(ESG\)](#) foi criada em consonância com essa política. Já em 1953, o seu segundo comandante, general Juarez Távora, apresentou de forma doutrinária os conceitos básicos que deveriam fundamentar os trabalhos: a segurança nacional *é o maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, contra a ação adversa de fatores internos e externos.* O conceito de estratégia se amplia, tornando-se sinônimo de política de segurança nacional. (v. [Conservadorismo](#)) Em sua *Geopolítica do Brasil*, o general Golbery do Couto e Silva considera que a guerra moderna – total e permanente – perdura com a Guerra Fria ou se amplia globalmente. O conceito de segurança nacional (1959) é basicamente o mesmo, mas os fatores adversos, que chama de *antagonismos*, podem ser tanto reais como *presumíveis*. A partir de 1960, uma conjunção de fatores – em especial as experiências de Indochina, Argélia e Cuba – contribuiu para identificar a guerra revolucionária como a nova estratégia do comunismo internacional, cujo alvo preferencial eram os países do Terceiro Mundo. (v. [Revolução](#)) A [doutrina da segurança nacional](#) incorporou essa concepção e cresceu a importância dos serviços de informações, empregados contra o “[inimigo](#) interno”. (v. [Baderna](#)) A ênfase na guerra revolucionária perdurou, porém, à medida que avançava o processo de abertura, a doutrina incorporava novos conceitos como participação, oposição e eleições. (v. [Oposição/Situação](#)) A essência do conceito de segurança nacional, porém, foi mantida, como se constata nas várias edições do Manual Básico da ESG. Somente na de 1983 surge uma alteração relevante: a responsabilidade pela segurança nacional não é mais exclusiva do Estado, estendendo-se a toda nação. A última, de 1993, considera que a segurança nacional é uma garantia apenas relativa e a conquista dos objetivos nacionais um processo. (v. [Ditadura e Violência](#))

Sérgio Murillo Pinto

Referências Bibliográficas:

BRASIL, Escola Superior de Guerra. Manual Básico. Várias edições.
CALVO, Roberto. La doctrina militar de la seguridad nacional. Caracas, San Cristobal, Universidad Catolica Andres Bello, 1979.

COMBLIN, Pe. Joseph. A ideologia da segurança nacional – o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GURGEL, José Alfredo Amaral. Segurança e democracia: uma reflexão política. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). Órgão de cúpula do sistema brasileiro de inteligência entre os anos de 1964 a 1990 que foi criado pela lei nº 4.341 em 13 de Junho de 1964. O seu objetivo era supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações em todo o território nacional. As origens do SNI remontam ao governo de Juscelino Kubitschek, quando este afiançou a criação de órgãos especializados na coleta e processamento de informações em âmbito nacional, a saber: o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959). No momento da criação do SNI, estes dois órgãos foram absorvidos por ele, assim como o extenso fichário com informações das principais lideranças políticas, sindicais e empresariais criado pelo general-de-exército Golbery do Couto e Silva, idealizador do SNI quando ainda trabalhava no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). (v. [Operação Condor e Memória](#))

Atualmente, estima-se que o SNI tenha acumulado cerca de 250.000 fichas. Entretanto, devemos observar que qualquer número envolvendo o SNI é sempre uma incógnita. O seu quadro de pessoal também é uma estimativa: calcula-se 2.000 pessoas entre os seus membros permanentes, além de voluntários esporádicos. (v. [Ditadura e Violência](#)) O seu chefe, que poderia ser civil ou militar, tinha *status* de ministro e comandava uma cadeia composta por três órgãos: a chefia, a agência central e as agências regionais. Em entrevista ao Jornal do Brasil a 31 de Janeiro de 1983, o general Newton Cruz afirmou que a agência central do SNI, em Brasília, era composta por cinco secretarias: a psicossocial, com missão de acompanhar as atividades dos sindicatos e da Igreja; a econômica, com missão de vigiar as transações das empresas privadas com o exterior; a política, que controlava os parlamentares e atividades partidárias em todo o país; a responsável pela subversão, que controlava todas as agremiações clandestinas ou não que fossem consideradas sob influência do comunismo internacional; por último, a secretaria administrativa. Ainda sob a coordenação do SNI estava a Escola Nacional de Informações (ESNI), criada em 1971 e responsável por formar os novos quadros de pessoal especializado em informações. (v. [Anticomunismo & Baderna](#))

Embora fosse o órgão de coordenação, o SNI jamais conseguiu controlar as atividades dos demais órgãos de informações, especialmente os militares. No entanto, isto não permitiu que dois presidentes militares tivessem exercido a chefia do órgão e somente saído para tomar posse da presidência: Emílio G. Médici e João Baptista Figueiredo. Este último, presente no SNI desde a sua criação na Casa da Borracha (Rio de Janeiro). Neste momento inicial, ao lado de Golbery e Figueiredo, estavam também futuras lideranças, os então tenentes-coronéis Octávio Aguiar de Medeiros e Newton Cruz. Além de Golbery, Médici, Figueiredo e Medeiros, foram chefes do SNI: Carlos Alberto da Fontoura – organizador do Plano Nacional de Informações – e Ivan de Souza Mendes. (v. [Conservadorismo](#))

O SNI contava com as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) e as Divisões de Segurança Nacional (DSIs). As primeiras eram órgãos de informações das entidades subordinadas ou vinculadas ao ministério – como empresas estatais e autarquias – e as segundas eram órgãos centrais de informações em um ministério civil. A função do SNI era o controle ideológico. (v. [Ideologia](#)) Em nenhum momento o SNI foi um órgão de operação – apesar de grampos telefônicos, censura postal e investigações. A parte operacional de prisões, interrogatórios e combate à subversão cabia ao setor militar propriamente dito. (v. [Ditadura & Repressão e Violência](#)) Entretanto, na hoje desvendada [Operação Condor](#), podemos nos certificar que o SNI era um órgão de ponta de um verdadeiro "mercosul do terror". Ainda com relação às questões de âmbito externo, o SNI também era responsável pelo contato com a CIA e pelo setor de contra-informação no Brasil como, por exemplo, a presença de espões estrangeiros da própria CIA, do KGB, da DINA, etc. (v. [Subsecretaría de Informaciones](#))

Com tantas atribuições, o SNI se tornou uma máquina administrativa muito forte. O poder acumulado pelos seus funcionários, que recebiam gratificações especiais por estarem lotados

no SNI, fez crescer também uma classe de privilegiados detentores de informações preciosas. Neste sentido, as acusações de corrupção foram frequentes, como foi o escândalo envolvendo o desvio de recursos da Agropecuária Capemi. O SNI foi extinto em 1990 por decisão do presidente da República Fernando Collor de Mello, que sofrera impedimento por acusação de corrupção em 1992.

Samantha Viz Quadrat

Referências Bibliográficas:

- LAGÔA, Ana. SNI: como nasceu, como funciona. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- QUADRAT, Samantha Viz. Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)
- RAPOSO FILHO, Amerino. O Serviço Nacional de Informações. Rio de Janeiro, ESG, 1966.
- STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- STEPAN, Alfred. Repensando a los militares en política: cono sur – un análisis comparado. Buenos Aires, Planeta, 1998.

SERVIÇO SOCIAL RURAL (SSR). Nome dado a uma autarquia criada pelo Estado na década de 1950 e que tinha como finalidade a prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da população, especialmente no que concerne à alimentação, saúde, habitação, educação e assistência sanitária, além de fomentar a economia de pequenas propriedades e incentivar a criação e organização de comunidades, cooperativas ou associações rurais. (v. [Ação Social Brasileira](#)) O projeto de um Serviço Social Rural foi elaborado no início do segundo governo Vargas em 1951 e aprovado pelo Congresso Nacional em 1955. Na exposição de motivos que fez ao Congresso, Vargas comparava a situação do trabalhador rural com a situação do trabalhador urbano. Para o então Presidente, a população urbana constituía-se de uma “camada superior” da sociedade, alfabetizada e educada com renda média elevada, o que proporcionava um padrão de vida melhor, enquanto que a população rural estava desprovida das possibilidades de ensino e de serviços sociais, subalimentada, exposta a graves endemias, tinha uma renda muito baixa e frequentemente instável, além de viver inteiramente à margem de quaisquer providências da política social que beneficiava a população urbana. (v. [Legislação Trabalhista no Brasil](#)) Diante dessa disparidade, Vargas estava preocupado com o constante êxodo rural, decorrente também do processo de modernização e de industrialização que se intensificava a partir da década de 1950. E para conter esse problema considerava importante atuar em duas frentes: incentivar o processo de colonização de novas áreas (“Marcha para o Oeste”) e estender a legislação trabalhista ao campo. Com relação ao segundo ponto, Vargas propunha então, o Serviço Social Rural, que deveria amenizar as diferenças sociais entre o campo e a cidade. Para ele, o SSR significaria um veículo para levar ao interior do país condições de estabilidade à população, indispensáveis para uma situação de equilíbrio que deveria existir em uma nação com forte tradição rural como o Brasil. (v. [Populismo](#)) Para o trabalhador rural, o Serviço Social também foi significativo, à medida que efetivamente marcou o início da intervenção do Estado nas relações sociais do campo. (v. [Estatismo](#)) É neste momento que o Estado inclui, definitivamente, o trabalhador rural no âmbito das suas preocupações sociais. É certo que tanto o SSR quanto os políticos, proprietários rurais e mesmo Vargas não falavam explicitamente de “trabalhador rural”. As denominações mais utilizadas eram: “meio rural”, “população rural”, “classe rural”, “rurícola”, “ruralista”, “agrário” etc. (v. [Camponês e Política](#)) No entanto, o importante é perceber o projeto do Estado visando ampliar o controle social dos trabalhadores, inclusive dos rurais. (v. [Nacional-Populismo](#) & [Sindicato](#)) No que tange ao resultados que pudessem beneficiar os trabalhadores rurais, o SSR proporcionou muito pouco. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) Com uma estrutura administrativa complexa, serviu muito mais como pretexto das classes dominantes rurais para impedir qualquer avanço concreto nas questões sociais trabalhistas em um momento conturbado no campo brasileiro: a década de 1950. (v. [Ideologia](#)) Por outro lado, abriu o caminho para a futura discussão de um projeto amplo de legislação social para os trabalhadores rurais: o Estatuto do Trabalhador Rural. (v. [Legislação Trabalhista Rural](#))

Angelo Priori

Referências Bibliográficas:

PRIORI, Angelo. O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná, 1954-1964. Maringá, Ed. da UEM, 1996.

STOLCKE, Verena. Cafeicultura: homens, mulheres e capital, 1850-1980. São Paulo, Brasiliense, 1986.

VARGAS, Getúlio. O governo trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. 5 vols.

SEXUALIDADE. A sexualidade humana – capacidade de agir em resposta a estímulos eróticos e derivar prazer de práticas sexuais em um amplo espectro, que vai desde as carícias preliminares ao coito ou à masturbação – é “fundamentalmente cultural, portanto, variável histórica e geograficamente” (Mott). Porém, não está somente relacionada aos órgãos genitais, envolvendo “zonas erógenas” do corpo e, principalmente, as “vontades, desejos e fantasias associadas ao sexo” (Anderson & Goldenson). Se na antiguidade Clássica as manifestações e [comportamentos](#) sexuais apontam para a existência de uma *outra* sexualidade, a dominação do [Ocidente](#) por uma religião monoteísta, cujo pilar central de doutrina era (e ainda é) a obliteração do prazer, levou à repressão da sexualidade em diversos aspectos (o que, de resto, é comum aos monoteísmos orientais). A base teológica do *prazer-como-pecado* e as idéias de impureza que essa teologia associa(va) à menstruação e ao parto relegaram a sexualidade para o campo do tabu. (v. [Masculino/Feminino](#)) Assim, o cristianismo institucionalizado em um primeiro momento na Igreja Católica e posteriormente na Igreja Ortodoxa e nas diversas denominações protestantes tentou excluir das sociedades qualquer comportamento sexual que não fosse aquele voltado puramente à reprodução da espécie, expurgando o prazer. (v. [Asilo](#)) O pudor exagerado de sociedades protestantes como os *quackers* e a eficiente instituição do sacramento da confissão católica – principalmente a partir da Contra-Reforma – foram responsáveis pela ampliação deste princípio, que visava enclausurar e redirecionar a sexualidade para a fé e a devoção às práticas religiosas, ao mesmo tempo em que tentavam destruir práticas consideradas pagãs (portanto, com prováveis raízes pré-cristãs) ligadas à sexualidade. (v. [Ideologia](#)) A atual posição das igrejas cristãs (assim como do [judaísmo](#) e do islamismo) com relação às práticas sexuais denota a firme opinião de que o sexo só deve servir para a reprodução da espécie humana. É nesse sentido que a negação da Igreja Católica em recomendar práticas anti-conceptivas, com suas óbvias conseqüências, deve ser compreendida, pois quaisquer outras atividades sexuais podem levar ao desperdício de sêmen (dom divino) e são, ato contínuo, condenadas. (v. [Aborto](#) & [Família](#))

No campo da medicina, sempre coube aos médicos manifestações sobre a sexualidade, mas foi a partir do século XVIII e, principalmente, no século XIX que eles passaram a dissecar todos os aspectos da sexualidade. Em geral, o tom era de reprovação e busca de moderação, ainda que uns poucos pregassem, em um ou outro momento, o amor livre ou a busca do prazer. Para os médicos mais conservadores, responsáveis juntamente com alguns educadores e políticos por uma verdadeira “cruzada anti-masturbação”, tratava-se de uma questão de patriotismo, ou seja, somente os indivíduos sadios e fortes poderiam gerar cidadãos e, particularmente, soldados sadios e fortes. (v. [Guerra](#) & [Operação Eutanásia](#)) Os “desvios”, como a masturbação e a homossexualidade, provocaram ou derivaram de um sem número de doenças ou perturbações, impossibilitando a sadia reprodução da espécie. (v. [Homossexualidade e Política](#) & [Homossexualidade e Fascismo](#)) É significativo que nesse período tenha nascido o estudo da sexualidade – como a sexologia de von Kraft-Ebbing – não em busca das manifestações normais do prazer sexual, mas da aberração e do desvio (no entendimento que essas palavras assumiam então). É somente do final desse período a teoria que transformaria a sexualidade e sua repressão na principal causa de doenças psíquicas, a psicanálise de Freud, que condenaria e superaria, por exemplo, as noções de que as mulheres fossem dotadas de um desejo sexual menos intenso do que os homens ou de que as crianças não tivessem qualquer tipo de sexualidade. (v. [Misoginia](#) & [Natureza](#))

Em geral, uma atitude conservadora com relação à sexualidade apega-se às questões de que a normalidade atém-se ao sexo com fins de reprodução dentro do [casamento](#), buscando negar, principalmente às mulheres, o prazer como elemento fundamental do sexo. As revoluções sexuais assistidas pelo Ocidente foram geralmente encabeçadas por mulheres, daí a sua repressão ser mais acentuada, fosse na adoção de meios contraceptivos que possibilitaram a “transição demográfica” da [Europa](#) no século XVIII, fosse o movimento pelo sufrágio

feminino dos EUA no século XIX, ou o movimento feminista dos anos de 1960. (v. [Feminismo](#)) Este último período marcou uma maior concessão ao prazer sexual e à liberdade de escolha de parceiros, mas sofreu um forte refluxo em função da propaganda de exclusão feita em torno da explosão da [AIDS](#) nos anos de 1980, onde os maiores responsabilizados pelo surto epidêmico foram, além dos homossexuais, pessoas que, tendo diversos parceiros, não se limitavam à sexualidade considerada normal tanto pelo saber médico quanto por prédicas religiosas e moralizadoras. (v. [Conservadorismo](#))

Cláudio DeNipoti

Referências Bibliográficas:

BÉJIN, André; ARIÈS, Philippe (Orgs.). Sexualidades ocidentais. São Paulo, Brasiliense, 1987.

DEGLER, Carl. At odds, women and the family in the America from the Revolution to the present. Oxford, Oxford University Press, 1981.

FLANDRIN, Jean-Louis. O sexo e o ocidente: evolução das atitudes e do comportamento. São Paulo, Brasiliense, 1988.

GOLDENSON, M.R.; ANDERSON, D.N.. Dicionário do sexo. São Paulo, Ática, 1989.

MOTT, Luiz. O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição. Campinas, Papyrus, 1988.

SIGMA. No "Dicionário de Símbolos" de Juan-Eduardo Cirlot (São Paulo, Editora Moraes, 1984), lê-se esta definição de Sigma: "A figura do S vertical ou horizontal, e todas as derivadas, que se designam em conjunto na arte ornamental com o nome técnico de 'enrolamentos' simbolizam a relação e o movimento, o ritmo em continuidade aparente". Ortiz assinala que, como a aspiral, os signos signóides foram usados como símbolos do vento, mas correspondem mais à formação de torvelinhos, seja no ar ou na água... A suástica curvilínea é uma duplicação do sigma em cruz. Um sentido diferente, mais amplo e profundo (ainda em conexão estreita com o torvelinho e o furacão como síntese dos elementos e "movimento" cósmico por excelência) é dado por Schneider, para quem o sigma, particularmente em sua posição vertical, imita as formas serpentinadas dos rios ao descer pelas ladeiras das montanhas, constituindo, assim, um símbolo característico do eixo vale-montanha (terra e céu, hierogamia). Acrescenta que o referido S parece ser formado por uma lua minguante e outra crescente, isto é, pelos símbolos das duas fases do processo de evolução e involução, alternância que rege as relações sacrificiais do céu e da terra. Acredita que por tais razões o sigma aparece com tanta frequência na ornamentação primitiva. (v. [Suástica](#))

Não foram poucas as referências místicas ao Sigma nos textos integralistas, o que revela bastante a importância da sua significação [política](#). Seja como símbolo matemático do cálculo integral, seja como um ente da simbologia cósmica, o sigma parece expressar uma síntese em todos os sentidos – a mesma que o integralismo pretendia representar enquanto movimento político de síntese de todas as aspirações humanas: materiais, intelectuais e espirituais. Uma concepção totalitária do Universo e da Vida. (v. [Sociedade Integral](#)) Aqui, a influência positivista não deixa de se fazer notar, ainda que, de certo modo, rompida com o esquematismo e os preceitos característicos daquela matriz. Caberá a [Plínio Salgado](#) vincular o símbolo à configuração estelar do Cruzeiro do Sul contida na bandeira do Brasil. Em seu livro "O Integralismo perante a Nação", o chefe nacional e fundador do integralismo, designa o Sigma como lembrança de "uma filosofia e um conceito de vida, um sentimento e uma mística" e, além de sinal matemático tirado do cálculo integral, também é tido como indicativo da estrela austral que figuraria na bandeira do Brasil, e complementa: "...que Deus, do alto do céu, onde o sigma resplandece, nos comande! E que salve o Brasil." Numa referência mais explícita à bandeira brasileira, Plínio Salgado, ainda no mesmo texto, assim menciona: "Nessa esfera azul e branca, os positivistas de '89 colocaram um estrela que pertence à Constelação do Oitante e que se chama Sigma. Foi uma profecia dos positivistas". E acrescenta: "As cores verde e amarela serão sustentadas, por todo o sempre, pelas cores azul e branca e pela inspiração simbólica da Estrela Polar, anunciadora de uma nova civilização no hemisfério austral". E quanto ao sentido de síntese que o símbolo pretenderia exprimir, hei-lo como a voz silenciosa da própria doutrina: "O sinal que adotamos nos uniformes dos 'camisas verdes' e na bandeira do integralismo indica em matemática o símbolo do cálculo integral. Quer dizer que a nossa preocupação é somar tudo, considerar tudo, nem nos perdendo na esfera exclusivista da matemática, nem nos deixando arrastar pela unilateralidade do materialismo." O Integralismo brasileiro adotou o Sigma – letra do alfabeto grego – como símbolo identificador do movimento. Sinal do somatório, no cálculo integral de sua doutrina política. (v. [Plínio Salgado e a Teoria do Estado Integral](#))

Como movimento de massa interessado em penetrar em todas as camadas e grupos etários, sem exceção, o integralismo investiu maciçamente na simbologia, por meio da qual uma liturgia ritualística minuciosa atuava como instrumento eficaz de propaganda e socialização política. (v. [Revolução](#)) Neste sentido, o Sigma ocupa lugar de destaque no centro de um conjunto de outros sinais e signos, visto que confere a identidade própria ao movimento, enquanto síntese de uma mensagem, anunciador de uma praxis e submissão a uma idéia. Com efeito, a presença do sigma era difundida incessantemente por meio da sua publicidade: quer na imprensa integralista, nos boletins partidários, nos uniformes dos militantes, em medalhas,

condecorações e distintivos hierárquicos, estandartes e flâmulas das "milícias", além da própria bandeira azul e branca com o sigma no centro, o que identificava a Ação Integralista Brasileira (AIB) enquanto partido político nacional. Assim, a identidade simbólica dos adeptos e simpatizantes do movimento tem na força desse signo um dos elementos cruciais da sua construção, reforçando os laços de solidariedade, resposta à convocação, à mobilização e à militância numa ação comunitária. Para tanto, o símbolo deve ir além das cerimônias públicas, dos festivais e reuniões políticas, deve, antes, penetrar na vida comum, estar presente nos breves instantes do cotidiano, desde os bares e ornamentos até louças, talheres e demais objetos de uso pessoal dos "camisas verdes". A onipresença do sigma confere à doutrina esse papel em todo instante mobilizador, totalizador e ativista que caracterizou a breve mas intensa atuação política do integralismo. (v. [Guerra](#)) Isto levou muitos estudiosos a encontrarem aí o sintoma de uma concepção totalitária do exercício da política. (v. [Fascismo & Totalitarismo](#)) O Sigma – enquanto símbolo identificador da [ideologia](#) do movimento integralista – era também o modo sintético-simbólico de expressar a idéia de "somatório": "ela lembra que o nosso movimento é no sentido de integrar todas as forças sociais do país na suprema expressão da nacionalidade". Além dessa significação, os Protocolos e Rituais da AIB atribuíam ao Sigma outras invocações, tais como: "é a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicaram a palavra Deus", ou também a "Estrela Polar do hemisfério sul". Acrescida ao Sigma, a AIB adotará como divisa "Deus, Pátria e [Família](#)", o que evidencia de forma hierarquizada a ênfase conferida a determinados valores. (v. [Conservadorismo](#)) Além da bandeira de fundo azul tendo ao centro uma esfera branca, com o Sigma inscrito em preto nos uniformes dos "camisas verdes" e outros distintivos, o Sigma preto é colocado sobre um mapa do Brasil em Azul, que é circunscrito por um círculo prateado, tal como era determinado nos Protocolos e Rituais da AIB. (v. [Nacionalismo](#))

José Brito Roque

Referências Bibliográficas:

- CIRLOT, Juan Eduardo. Dicionário de Símbolos. São Paulo, Editora Moraes, 1984.
- SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a Nação**. São Paulo, Editora das Américas, 1955. vol.9 (1ª ed.: 1946)
- TRINDADE, Hégio. Protocolos e Rituais da AIB, artigo 12, monitor integralista, 5(8), abril de 1937. In **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de '30**. Corpo e Alma do Brasil, 1974.

SINDICATO. Sindicatos e movimentos sindicais variam no tempo e no espaço, assim como a reação da direita aos mesmos. (v. [Ideologia](#)) Sabe-se que a origem dos sindicatos associa-se à necessidade de autodefesa dos trabalhadores diante das condições de trabalho impostas no interior da indústria capitalista. (v. [Economia](#)) Em sua forma extremada, esta busca de autodefesa transformar-se-ia, eventualmente, em luta [política](#) contra o modo de produção capitalista e a dominação burguesa por ele engendrada. O sindicalismo nasce, portanto, com o desenrolar da [Revolução Industrial](#) no século XIX como um movimento tipicamente de esquerda, ocasionando a reação dos liberais que, até a passagem ao século XX, eram majoritariamente contrários não apenas à consecução da maior parte das medidas reivindicadas pelos sindicatos mas também à própria existência e ação destas entidades. (v. [Autarquia](#)) No postulado liberal, o impulso à prosperidade nacional surge a partir da livre ação individual no mercado. A ação sindical em proveito da implementação de medidas coletivas de regulação do trabalho, ao atentar contra os princípios liberais, é rejeitada. (v. [Greve & Legislação Trabalhista no Brasil](#))

No entanto, com o avançar do século XX, a visão da direita alterar-se-ia em função de um duplo movimento verificado nos sindicatos. Guardadas as peculiaridades de cada contexto nacional, observar-se-ia uma tendência linear em direção ao crescimento dos sindicatos por conta da ampliação de suas bases, decorrente do declínio da exigência de especialização nas fábricas, dada a introdução de novas tecnologias e da racionalidade científico-administrativa. Este crescimento fortalece os sindicatos, aumentando seu poder de pressão e barganha junto ao patronato e ao Estado. Contudo, este mesmo fenômeno que conduz ao fortalecimento dos sindicatos contribui, também, para sua desradicalização e oligarquização. Este duplo movimento é responsável pelo reconhecimento, por parte do empresariado, dos sindicatos como interlocutores válidos para tratar dos assuntos referentes à relação capital/trabalho. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) Assim, se o crescimento dos sindicatos impede a direita de desconhecer a ação sindical, a abertura às negociações apresenta-se como uma estratégia de manutenção de sua dominação, já que tende a acelerar a passagem de um sindicalismo de conteúdo revolucionário para um sindicalismo reformista. Neste, a reação contra a estrutura fabril, o sistema capitalista e a dominação burguesa é substituída pela busca de melhores condições de vida e trabalho no âmbito do capitalismo.

Para os fins desta abordagem, é pertinente subdividir o período compreendido entre a década de 1920 e os anos de 1990 em três etapas. Entre os anos de 1920 e 1950, a direita liberal supera a visão negativa que seus antecessores haviam desenvolvido em relação aos sindicatos e os reconhece como agentes válidos para representar os interesses dos trabalhadores nas negociações entre capital e trabalho. (v. [Sociedade Civil](#)) Em países de tradição democrática, como França e Inglaterra, tal ocorre em bases pluralistas. Os sindicatos são autônomos e não sofrem intervenção do Estado. (v. [Estatismo](#)) Neste ponto, o caso dos Estados Unidos merece destaque, já que ali uma parcela significativa da direita mantém uma grande desconfiança em relação aos sindicatos. (v. [Partido Político de Direita](#)) Via de regra, a reação do *Big Business* às reformas rooseveltianas com vistas ao pleno emprego era de oposição. Conforme M. Kalecki, se bem que estas reformas permitissem a retomada econômica e os lucros permanecessem elevados, predominava entre o patronato o temor de que o pleno emprego pudesse afetar sua posição social. Na Inglaterra, ao contrário, a percepção quanto às vantagens de um sindicalismo forte é bastante precoce. Desde cedo, representantes do Partido Conservador viram no fortalecimento dos sindicatos um meio de evitar que ações de protesto espontâneas e desorganizadas pudessem afetar o modelo de acumulação vigente. (v. [Baderna & Conservadorismo](#)) Nos países de capitalismo tardio, nos quais a [democracia](#) recente revelara-se ineficaz para solucionar a crise econômica decorrente da Primeira Grande Guerra e da Crise Internacional de 1929, como Itália e Alemanha, a extrema-direita emerge no cenário político, assume o poder e implementa formas corporativas de intermediação como

tentativa de controlar a ação dos sindicatos e acelerar a recuperação econômica sem os entraves que uma eventual radicalização do movimento sindical poderia ocasionar. (v. [Corporativismo: Debate Político](#)) Tratava-se de substituir o conflito de classes pela colaboração, em nome do interesse da Nação. (v. [Fascismo](#) & [Mussolini](#)) O Corporativismo Dirigista vincula-se à máxima mussoliniana, segundo a qual tudo deveria situar-se dentro do Estado, nada fora do Estado. (v. [Carta del Lavoro](#) & [Totalitarismo](#)) As corporações fascistas que agrupavam patrões e empregados eram colocadas a serviço do Estado e asseguravam a unidade e a supremacia desta entidade. Através de uma rigorosa disciplina militar, controlava-se os trabalhadores, aos quais era ofertada uma legislação social. (v. [Militarismo](#)) Entre as principais fontes inspiradoras do corporativismo mussoliniano e de sua derivação nazista, encontram-se as formulações de Lagardelle, discípulo de Sorel, La Tour du Pin, seguidor de [Maurras](#) e a concepção nacionalista de Alfredo Rocco.

No período situado nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, as democracias liberais da Europa Ocidental reestruturavam sua economia com base na fórmula keynesiana e o intervencionismo adquiria legitimidade em tempos de paz. Não obstante a hostilidade que o modelo produzia entre liberais, como von Hayek, o grande consenso alcançado pela fórmula keynesiana levaria até mesmo um M. Friedman a reconhecer que “somos todos keynesianos”. Ao atribuir papel central aos altos salários e ao pleno emprego como meio de prevenir crises de superprodução, o keynesianismo contribuía para o fortalecimento do movimento sindical. Num quadro de pleno emprego, o poder de barganha dos sindicatos dilatava-se de um modo tal que o mercado já não poderia dar conta de dirimir os conflitos capital/trabalho nos moldes pluralistas. Adotar-se-ia, assim, nos locais onde o movimento sindical revelava-se mais forte e centralizado, o modelo neocorporativo de intermediação de interesses, como resultado de acordos estabelecidos entre Estado, [empresários](#) e sindicatos. Os sindicatos adquiriam *status* público e participavam das instâncias tripartites juntamente com representantes empresariais e tecnocratas, que definiam as políticas trabalhistas e sociais de acordo com as necessidades tanto do Trabalho como do Capital. Num contexto de hegemonia dos partidos sociais-democratas e democratas-cristãos nos governos das principais democracias europeias, os liberais percebiam que o acordo que sustentava o neocorporativismo constituía uma forma de resguardar sua hegemonia no campo econômico. Por seu turno, derrotada na Segunda Guerra Mundial, a extrema-direita encontrava-se “adormecida” no cenário político europeu, eximindo-se de opinar sobre as diretrizes políticas e econômicas, senão em pequenos grupos. Todavia, entre a década de 1970 e os anos de 1990, o quadro é novamente de crise do capitalismo e o [Estado do Bem-Estar Social](#) torna-se alvo de críticas irradiadas por vertentes ideológicas variadas. Mancur Olson assinala que a presença de coalizões distributivas enrijece a economia, as decisões tornam-se por demais lentas e a adoção de políticas de racionalização econômica é obstada, reduzindo-se, assim, o ritmo de crescimento econômico. No âmbito da direita, as críticas partem especialmente de sua vertente “moderada”. A competitividade no mercado internacional é colocada no centro do debate e os custos da [cidadania](#) – tudo aquilo que havia sido consagrado como direito do trabalhador para além do salário – são percebidos como fatores de redução da competitividade da economia nacional no mercado globalizado. No âmbito do discurso, ocorre como que a retomada de uma visão difundida entre os liberais do século XIX, que percebiam a organização dos trabalhadores como uma ameaça ao desenvolvimento das potencialidades individuais, tão caras ao Século do [liberalismo](#). (v. [Burocracia](#)) Argumentando que o Estado do Bem-Estar Social vive um desequilíbrio fiscal, o setor da direita que viria a ser chamado de neoliberal, reunindo economistas monetaristas e neoclássicos, decretaria a inviabilidade do modelo que predominara no pós-guerra. Demasiado pesado e altamente burocratizado, o Estado já não poderia manter o sistema de proteção social em vigor, sob pena de desincentivar o trabalho – dadas as garantias oferecidas aos desempregados – e desestimular o investimento produtivo por conta da alta taxação sobre

os lucros. A partir desta constatação, os neoliberais defenderiam o desmonte do Estado interventor e decretariam a supremacia da Lei de Say, de acordo com a qual a oferta cria sua própria demanda, sendo desnecessária, ou mesmo prejudicial, a atuação institucional para além de seu objetivo de permitir que o capital cumpra o papel de garantir sua reprodução continuada. (v. [MALTHUS, Thomas Robert](#)) A desorganização social tornar-se-ia secundária desde que as instituições não fossem ameaçadas. (v. [Governabilidade & Oposição/Situação](#)) O crescimento econômico futuro é dissociado da ação estatal no sentido de promover políticas sociais e de pleno emprego, consideradas como fontes de desequilíbrios econômicos artificiais. Ao provocarem uma alta muito grande dos salários, as políticas de pleno emprego constituiriam um distúrbio, cuja solução só poderia ser encontrada na livre ação do mercado. (v. [Darwinismo Social](#)) Ao condenarem tais políticas, os neoliberais atingem em cheio os sindicatos, cuja pressão sobre o Estado no sentido de garantir as políticas sociais como direitos seria acusada de provocar desequilíbrios constantes. Assim, depreciando a classe operária, os novos agentes do liberalismo condenam os sindicatos a uma posição defensiva. Os benefícios conquistados deixam de ser vistos como direitos e são agora percebidos como distúrbios a serem superados pelo mercado. Deste modo, tal como se observou durante o governo Thatcher, a direita busca reduzir a importância dos sindicatos na sociedade como meio de liberar a via para a consecução das reformas pró-mercado. (v. [Consenso de Washington](#))

Valéria Marques Lobo

Referências Bibliográficas:

- BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília, Ed. da UNB, 1986.
- BRUNHOFF, Suzanne. A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.
- DAHRENDORF, Ralf. O Conflito Social Moderno: um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro/São Paulo, Zahar/EDUSP, 1992.
- MOSCA, Gaetano. História das Doutrinas Políticas. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- OFFE, Claus. Capitalismo Desorganizado. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- OFFE, Claus. Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991.
- OLSON, Mancur. The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation, and Social Rigidities. Yale University Press, 1982.
- PANITCH, L. Os Sindicatos e o Estado no Capitalismo Avançado. In: **Revista de Cultura e Política**. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1987 (nº 5 e 6, abr/jun e jul/set).

SKINHEADS. O movimento skinhead é uma forma de cultura urbana que se expandiu desde os anos de 1970 entre a [juventude](#) e está fundado no culto à violência, na aparição simbólica e ideológica dos temas fundamentais da extrema-direita, no uso de uma [estética](#) que se manifesta em vestimentas e traços físicos característicos (cabeça raspada, tatuagem, uniforme paramilitares), assim como pelo gosto por uma música derivada do rock [punk](#): a *oi music*. (v. [Rock-and-Roll](#)) Nos EUA e na [Europa](#), particularmente em certos países da Europa do norte (Alemanha, Suécia e Noruega) ou central e oriental (República Tcheca, Eslováquia, Hungria), os skinheads são alguns milhares e são responsáveis por uma boa parte da violência contra algumas minorias (*tsigane*, particularmente na Europa do leste), assim como pela atividade militante neonazista. (v. [Comportamento](#)) É necessário bem compreender que o movimento skinhead não está organizado segundo uma lógica nacional e sim supranacional: há grupos em todos os países da Europa, nos EUA e no Canadá, na Austrália e Nova Zelândia, assim como na maior parte dos países da América Latina. (v. [Neofascismo na Alemanha](#) & [Neofascismo na Rússia](#)) Eles intercambiam jornais, participam de algumas manifestações comuns e se comunicam pela Internet. Além disso, a tecnologia do CD tem permitido a grupos musicais vender suas produções a baixo preço e para além das fronteiras do país de que um grupo skin é originário (assim, na França, foram vendidos CDs de grupos skins brasileiros em 1998). (v. [Guerra](#) & [Skinheads e Anomia](#))

Historicamente, o movimento skinhead apareceu no interior da classe operária da Grã-Bretanha por volta de 1968. Tratava-se de uma revolta anti-burguesa que reivindicava os valores da comunidade e da solidariedade da classe operária, um fenômeno de banda e de moda onde o racismo estava ausente: os skinheads escutavam duas variedades de música negra, o *ska* e o *steady beat*. (v. [Burocracia](#) & [Tradição](#)) Depois, no começo dos anos de 1970, ocorreu uma evolução fundamental: os jovens trabalhadores brancos e os jovens negros divergiram musicalmente quando o *reggae* tornou-se uma música de reivindicação cultural do *rastafarismo*. O movimento skinhead cessa, então, de ser multirracial e a radicalização ideológica dos skinheads começa: alguns tornam-se membros do *National Front* ou do *British Movement*, outros engrossam a fila dos [hooligans](#) nos estádios de [futebol](#). (v. [Esporte](#)) Esse movimento se acentua no começo dos anos de 1980: os skinheads aparecem nos EUA e na Europa Ocidental, a música *oi* exalta mais abertamente a superioridade racial da raça branca, a violência contra estrangeiros, a apologia ao Terceiro [Reich](#). Um *cult-group* domina essa cena musical de 1976 até 1993: Skrewdriver, dirigido pelo inglês neonazista Ian Stuart Donaldson. (v. [Neo-racismo Diferencialista](#) & [Revisionismo/Negacionismo](#))

A cultura skinhead se difunde principalmente através de pequenos jornais que circulam entre militantes: os fanzines. A música é sempre chamada *oi* ou *white power rock* – é o elemento unificador do movimento, vendido por correspondência e por firmas especializadas. Ela gera alguns ganhos financeiros substanciais que são em parte reinvestidos na ação [política](#). Desde mais ou menos três anos, o movimento se dividiu, em plano mundial, em várias facções que concorrem entre si de forma impiedosa: por um lado, os *Hammerskins*, de origem americana, ligados em sua origem aos grupos religiosos neo-pagãos dos *Identity Churches*, como *Aryan Nation* ou a *Igreja do Criador*; por outro, o movimento *Blood and Honour*, de origem britânica, próximo dos neonazistas terroristas de *Combat 18*. As principais sociedades de produção de música skinhead são a *Resistance Records* nos EUA (onde existem cerca de 3000 skinheads) e *Nordland* na Suécia (2 a 3 mil militantes), e ambas editam os magazines mais importantes na cena (cerca de 12 mil exemplares). Entretanto, é na Europa Oriental que o fenômeno tem conhecido crescente inquietude: na República Tcheca e na Eslováquia, os skinheads são os responsáveis pelas numerosas violências contra os gitanos (os *Roms*). Na Alemanha, nas antigas Landers da RDA, eles estão na origem dos ataques mortíferos aos lares de imigrantes asilados. (v. [Alteridade](#) & [Inimigo](#)) Na Hungria, eles compõem o essencial do movimento neonazista reagrupado em torno do antigo deputado Izabella Kiraly. É, entretanto,

difícil para os partidos de extrema-direita tradicionais recuperar o movimento skinhead. (v. [Partido Político de Direita](#)) De fato, este se mostra rebelde a qualquer forma de organização e de disciplina partidária. (v. [Conservadorismo](#)) Daí que se venha a distinguir, como fez Patrick Moreau para os skinheads alemães, os *patei skins*, filiados a ou próximos de um partido extremista, e os skins *apolíticos* que, em tudo professando os valores racistas, não são explicitamente militantes. Existe do outro lado da Europa um movimento skinhead antifascista, os *redskins*, próximos da extrema-esquerda autônoma ou do anarquismo. (v. [Fascismo](#) & [Nouvelle Droite](#))

Jean-Yves Camus

Referências Bibliográficas:

- ANTI-DEFATION LEAGUE: The skinhead international. New-York, ADL, 1995.
HUBERT, Daniel; CLAUDE, Yves. Les skinheads et l'extrême-droite. Montreal, 1991.
LOOW, Hélène. Nazismen i Sverige 1980-1997: den rasistiska undergroundrorelsen, musiken, myterna, riterna. Stockholm, Ordfront forlag, 1998.
MORREAU, Patrick. Les héritiers du III^e Reich. Paris, Seuil, 1994.
RAMET, Petra. Rocking the state: rock music and politics in Eastern Europe and Russia. Boulder, Westview Press, 1994.

SKINHEADS E ANOMIA. Movimento social que se originou em Londres dos anos de 1970 como reação ao desemprego e à pauperização das classes trabalhadoras, sendo composto por jovens, em sua maioria, do sexo masculino. Identificava-se tais grupos pelo seu visual e por seu [comportamento](#) agressivo: cabeças raspadas, uso de jaquetas e coturnos semelhantes aos de militares e calças típicas de operários, os autodenominados [skinheads](#) ou nazi-skins, andavam em bandos pela periferia da cidade, em bares e praças ou nos estádios de [futebol](#). (v. [Guerra](#) & [Esporte](#)) Não se comprometiam, entretanto, com qualquer tipo de militância, até que, com o agravamento da crise econômica, direcionaram seus ressentimentos contra imigrantes e asiáticos, vistos como os seus concorrentes no mercado de trabalho. (v. [Europa](#) & [Inimigo](#)) Da Inglaterra, esta subcultura inspira outros jovens proletários em diversos países do [Ocidente](#) (Espanha, Alemanha, Itália, Bélgica, Suécia, Brasil) e também nos países do Leste-Europeu pós-comunista (como a antiga República Democrática Alemã, Hungria, República Tcheca, Polônia e Romênia), onde suas práticas são declaradamente fascistas. (v. [Fascismo](#)) Embora não se possa tratá-los como um grupo homogêneo (posto que não possuem organicidade interna), alguns comportamentos e atitudes lhes são comuns: o primeiro deles diz respeito à sua forma de auto-representação, pois utilizam-se de símbolos nazistas, soco inglês, canivetes e pedaços de pau; suas roupas são propositadamente puídas e sua linguagem propositadamente chula, muito provavelmente para provocar rejeição da sociedade, o que reflete também sua auto-rejeição. (v. [Punk: conceito e comportamento](#) & [Rock-and-Roll](#)) Entendem-se como os lixos da sociedade, porquanto inferiores socialmente, e é justamente a partir desta condição que retiram elementos para a construção de sua identidade, como que afirmando, *nós somos tudo isto, mas estamos unidos*. (v. [Natureza](#) & [Alteridade](#)) E se agradam do medo e da aversão que os outros nutrem por eles. Trata-se de uma solidariedade negativa ou, no limite, uma forma de liberar seu instinto de destruição e de autodestruição. À identidade de pobre e marginal, associe-se o sentimento de pertencimento a um determinado território, donde sua hostilidade para com o estrangeiro (“o outro”) e sua ênfase no [nacionalismo](#). (v. [Conservadorismo](#)) Entretanto, este nacionalismo não deve ser entendido como sinônimo daquele que se desenvolveu no final do século XIX. O termo nação, para eles, é um substituto para tribo, ou mais primitivamente, *habitat*. Como adolescentes, identificam-se muito mais com seu bairro e sua turma do que com a nação. (v. [Juventude](#)) Nesse sentido, proteger de invasões seu pequeno espaço e temer a chegada de outros que ocupem seu lugar expressam a necessidade de delimitar fronteiras, tanto geográficas como existenciais. Esta agorafobia é entendida por Márcia Regina Costa como uma disputa que se desenvolve justamente num contexto em que o processo de globalização e desterritorialização, característico do mundo contemporâneo, tende a eliminar todas as particularidades culturais com que aqueles jovens podiam se identificar (p.258). (v. [Democracia](#)) Por isto, a regressão para um comportamento tribal deve ser considerada como um mecanismo mais o menos inconsciente de despertar de seu instinto de preservação. Sendo assim, quando empregam o termo pátria, bairro, nação ou estado, estão na verdade querendo o seu instável lugar de fixação. (v. [Neofascismo na Alemanha](#) & [Neofascismo na Rússia](#)) Uma outra característica a assinalar é o “culto ao corpo”. Os *skins* esforçam-se para aparecer como *fortes, sadios e limpos*. Detecta-se aí um sentimento narcisista, mas também uma atitude derivada da cultura [política](#) que se desenvolveu no final do século XIX: a crença na superioridade biológica do ariano, motivo pelo qual seu ódio a membros de outras etnias é explícita e agressivamente manifesto. (v. [Eugenia](#)) O impulso à destruição e à autodestruição, o racismo, a xenofobia e o narcisismo se somam à prática da violência, expressa, por exemplo, em suas canções: (...) *Nós não estupramos uma mulher africana, afinal, as africanas são tão somente fêmeas*, (...) *Se chegarem perto de nós morre na hora* (...), *Os asiáticos fedem* (...), *Os nordestinos que saiam daqui* (...), são frases que evidenciam o desejo de subjugar outras etnias, senão militar ou politicamente, por meio de seus corpos. Mas matar, surrar, espancar, aterrorizar, escarnecer

dos mais fracos são práticas que estão a falar também da necessidade de exorcizar seu próprio medo. Afinal, o medo, segundo os psiquiatras, suscita uma agressividade muito mais intensa do que o ódio por algo ou alguém. Por essa razão, pode-se entender o espancamento ou o homicídio praticado por este grupo como um rito de iniciação (todo aspirante a *skinhead* tem de cometer um atentado para ser aceito na tribo), como uma forma de inaugurar uma nova vida: ao serem aceitos na tribo, sentem-se fortes e protegidos. E é por isto também que se pode compreender sua adesão a movimentos de ultra-direita: a angústia pelo seu futuro e a ausência de um passado que lhes sirva de referência, uma vez que rejeitam sua própria [história](#), canalizam, na maioria das vezes, as suas energias em busca de um líder forte e de um Estado protetor. Não por acaso, eles têm-se vinculado a partidos políticos como o *Partido Republicano Alemão* (REP), o *Partido Liberal da Áustria* (FPO) a [Frente Nacional](#) na França, o *Movimento Sociale Italiano*, o *British Nacional Front* na Inglaterra, o *Movimento Europeu Social* na Suécia, a [Ku Klux Klan](#) nos Estados Unidos e o *Partido de Reedificação da Ordem Nacional* (PRONA) no Brasil. E, no Leste-Europeu, aproximam-se cada vez mais da [ideologia](#) nacional-socialista e de suas utopias totalitárias. Se a tendência ao extremismo político for confirmada e as autoridades oficiais continuarem a tratar tais grupos como meros delinquentes, estes e sua liderança sentir-se-ão mais seguros para coordenar as *guerras moleculares* praticadas, entre outros, pelos *skins*, em favor de seus anseios e os dos grupos que querem ver no poder. (v. [Enéas Ferreira Carneiro: Fenômeno Político](#))

Marion Brepohl de Magalhães

Referências Bibliográficas:

- BACKES, Uwe; JESSE, Echard. Politischer Extremismus in der Bundesrepublik Deutschland. Bonn, Bundeszentrale für politische Bildung, 1993.
- COSTA, Márcia Regina da. Os “carecas do subúrbio”: caminhos de um nomadismo moderno. São Paulo, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. Guerra Civil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOCKENOS, Paul. Livres para odiar: neonazistas, ameaça e poder. São Paulo, Scritta, 1995.
- MERTEN, Otto. Rechtsradikale Gewalt im vereinigten Deutschland. Bonn, Bundeszentrale für politische Bildung, 1993.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE (TFP). Associação civil criada em 1960 pelo então professor de História da Civilização e de História Moderna e Contemporânea nas Universidades Católicas de São Paulo, Plínio Corrêa de Oliveira. Tem a sua origem vinculada à Ação Universitária Católica de São Paulo (AUC-1929), este sim um órgão político voltado para o combate das idéias liberais dentro da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. (v. [Partido Político de Direita](#)) A TFP se formou a partir do lançamento do livro *Revolução e Contra-Revolução* no qual o seu autor, Plínio Corrêa de Oliveira, analisa a vida no [Ocidente](#) desde a Idade Média até os tempos modernos. (v. [Atraso & Coronelismo](#)) Ainda em sua formação, contou com o aval de Dom Antônio de Castro Mayer, de Campos (RJ), e de Dom Geraldo Proença Sigaud, de Diamantina (MG). Embora não seja um partido, a TFP transformou-se em um grupo político de extrema-direita que tem como base uma [ideologia](#) monarquista, anticomunista, antisocialista e contrária às mudanças modernizadoras da Igreja Católica. (v. [Modernismo no Catolicismo & Rerum Novarum](#)) A [tradição](#) na qual se refere a TFP é definida pelas palavras de Plínio de Oliveira como sendo "*a soma do passado com um presente que lhe seja afim. A tradição não pretende eliminar o progresso, mas salvá-lo dos desvios que o transformam em barbárie organizada.*" (v. [Conservadorismo no Brasil República](#)) E mais, a [família](#) "*é a família monogâmica, indissolúvel, numerosa, com muita solidariedade entre seus ramos mais distantes, que se perpetua através das gerações.*" (v. [Conservadorismo](#)) Para este fim, a relação sexual só é consentida para fins de procriação e a mulher, dentro desta visão tradicional, não é aceita como membro da associação de modo a não ficar exposta. (v. [Masculino/Feminino & Sexualidade](#)) Por fim, entende-se como propriedade "*a propriedade familiar privada. Propriedade e domínio da coisa por uma família, para o bem de uma família e condicionada ao bem comum. A propriedade individual é um elemento da ordem natural da coisas.*" (v. [Camponês e Política](#))

A TFP é dirigida por um Conselho Nacional de vinte membros e por uma Diretoria Nacional para assuntos financeiros e administrativos. Reúne entre seus membros as grandes e tradicionais famílias do Brasil e o recrutamento de um novo militante é feito cuidadosamente através de entrevistas para saber as suas opiniões acerca de política e religião. Após esta fase, vem o período da persuasão com reuniões e conferências onde é exposta a doutrina da TFP. A estes jovens é cobrado um comportamento rigidamente disciplinado com uma grande dedicação à associação. Nos anos de 1960, a TFP ganhou destaque como um dos grupos que clamou a saída do presidente João Goulart, identificado como um partidário das idéias comunistas. (v. [Anticomunismo, Baderna & Ditadura](#)) Em 1966, organizou uma campanha contra o divórcio, na qual conseguiu um milhão de assinaturas. (v. [Aborto & Casamento](#)) Dois anos depois, em 1968, voltava a organizar uma nova campanha, agora pela expulsão dos "padres comunistas" da Igreja Católica. Neste sentido, um dos alvos era o então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, chamado de "arcebispo vermelho". Com a nova campanha, a TFP conseguiu cerca de um milhão e seiscentas assinaturas. A TFP voltaria a ter destaque em 1993, quando foi organizado o plebiscito para definir a forma de governo a ser adotada no Brasil. Durante as campanhas, empenhou-se na defesa pela volta da Monarquia. (v. [Sociedade Civil](#))

Samantha Viz Quadrat

Referências Bibliográficas:

LIMA, Délcio Monteiro de. Os senhores da direita. Rio de Janeiro, Antares, 1980.
Revista Veja, 20.05.1970.

SOCIEDADE CIVIL. O termo “sociedade civil” é um dos mais controvertidos na história do pensamento social. O seu significado varia desde o sentido de ordem e racionalidade na convivência social até o de caos e incertezas no convívio entre os seres humanos. (v. [Oposição/Situação](#)) O paradigma intelectual da direita tende a se situar próximo ao pólo de idéias que enfatizam a dimensão da ordem e racionalidade no conceito de sociedade civil. Talvez seja a doutrina do jusnaturalismo a maior inspiradora do paradigma da direita no que diz respeito ao conceito de sociedade civil. De acordo com esta doutrina, a sociedade civil é equivalente à sociedade [política](#), ou seja, aquela onde prevalece a racionalidade e a convivência civilizada opondo-se, portanto, ao “estado de [natureza](#)” no qual predominava as paixões, desejos e a insegurança própria da barbárie. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Os teóricos do contrato social – Hobbes, Locke, Rousseau, entre outros –, embora divergentes quanto às soluções, concordavam que o dilema central da civilização estava em como criar ou instituir a ordem que garantisse ao mesmo tempo a obediência e a liberdade, ou seja, em como construir o Estado. No entanto, certamente, o fiel da balança entre a díade obediência-liberdade pendia sempre, na concepção dos contratualistas, especialmente para Hobbes, para o lado da obediência. (v. [Autarquia](#)) Esta díade expressa bem a tensão e a direção entre o pensamento conservador e o liberal pela ênfase que colocam sobre um ou outro lado da balança: o primeiro na obediência e o segundo na liberdade. (v. [Partido Político de Direita](#)) A solução kantiana que distingue, no plano individual, as dimensões do pensamento onde deveria estar a liberdade e da ação onde deveria estar a obediência, embora seja elegante e esteticamente bela, é puramente formal, deduzida da razão e, portanto, insuficiente para resolver a questão no plano do mundo sensível da política. (v. [SCHMITT, Carl](#)) O pensamento conservador, ainda que comporte muita variação interna, sempre foi unânime em postular a equivalência do termo civil com a obrigação política, cuja decorrência “natural” seria o estabelecimento da ordem. (v. [Civismo](#) & [Conservadorismo](#)) Mesmo Hegel, com sua dura crítica à doutrina do direito natural dos jusnaturalistas, não deixa de reafirmar a idéia de ordem política no seu conceito de sociedade civil. (v. [Revolução](#)) Na concepção deste filósofo, a sociedade civil é um momento de transição entre o reino privado da [família](#) para o âmbito universal do Estado. A sociedade civil, de acordo com Hegel, ainda incorpora o egoísmo e os interesses privados dos membros da sociedade, mas também é regulada pelo Direito e leis do Estado ainda incipiente como corpo político organicamente totalizador. (v. [Liberalismo](#)) Nos dias de hoje, o pensamento político e social de direita tende a conceber a sociedade civil como o estado natural da sociedade regulada pelas leis e lógica próprias do mercado. Em oposição à idéia tradicional do pensamento clássico jusnaturalista que postulava a presença do Estado como fonte inspiradora e mantenedora da ordem, na concepção contemporânea da “nova direita” resgata-se a teoria spenceriana da suficiência das leis de mercado para regular e deixar florescer espontaneamente as regras de convivência social. (v. [Governabilidade](#)) Ao Estado caberia o papel de no máximo supervisionar e corrigir, sem desfigurar, o sistema natural de desigualdades geradas pela própria natureza dos indivíduos e da competição econômica. (v. [Darwinismo Social](#)) A doutrina neoliberal do Estado mínimo expressa bem esta concepção. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Por outro lado, entretanto, a concepção de sociedade civil da nova direita não prescinde dos postulados jusnaturalistas de que a harmonia social é conseqüência natural da racionalidade que preside a *solidariedade orgânica*, para utilizar a terminologia durkheimiana, gerada “naturalmente” pela dinâmica da vida social. (v. [História](#))

Antonio Augusto Pereira Prates

Referências Bibliográficas:

AVERINI, Shlomo. The Social & Political Thought of Karl Marx. London, Cambridge University Press, 1975.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992.

MACPHERSON, C.B. A teoria política do Individualismo Possessivo. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

WEFFORT, C . Francisco (org.). Os Clássicos da Política. São Paulo, Editora Ática, 1991.

SOCIEDADE INTEGRAL. A idéia de sociedade que está na base do pensamento integralista constitui-se numa formulação ideológica de inclinação corporativista, apresentando-se como a possibilidade [política](#) de reequilíbrio da ordem social cindida pela modernidade industrial-capitalista. (v. [Integrismo](#)) Estabelecendo como tarefas básicas da sua práxis doutrinária o estímulo à conciliação entre as classes sociais, à colaboração entre os setores produtivos e à eliminação das disputas políticas, a sociedade integral é de fato uma proposta de [natureza](#) totalitária. (v. [Corporativismo: Teoria & Totalitarismo](#)) Trata-se de um libelo contra o acirramento da luta de classes suscitado pelo comunismo, a modernização da economia acelerada pela mecanização do sistema produtivo e as conquistas promovidas pela experiência democrático-liberal no plano dos direitos do cidadão. (v. [Ideologia](#)) Ao tomar como exemplo de perfeição o mundo estratificado da [Europa](#) medieval, este ideário regressista propugna uma sociedade hierarquizada na definição dos papéis dos sujeitos individuais e coletivos, católica quanto aos seus fundamentos religiosos, anti-laica nas relações com o Estado e com as instituições e disciplinada para fomentar a fraternidade entre os diversos segmentos sociais. (v. [Antigo Regime & Autarquia](#)) Uma organização social na qual as suas diferentes estruturas viveriam sob o signo da indistinção, ou seja, não existiriam necessariamente fronteiras amplas e profundas entre as esferas econômica, social, política e espiritual. De certa maneira, uma holística que toma de empréstimo da religião e da administração católica as diretrizes do seu projeto social. (v. [Catolicismo Social](#)) Para dirigir esta sociedade haveria um Estado forte e centralizado, cuja responsabilidade principal seria organizar os meios econômicos e regular as relações de trabalho, estabelecer as normas da convivência social e proteger os princípios éticos e morais integralistas. (v. [Estatismo](#)) Considerando as diferenças sociais como um acontecimento accidental na vida humana, o aparelho estatal seria composto de um conjunto de mecanismos voltados para a manutenção do equilíbrio entre as vontades e as capacidades individuais e os interesses coletivos. (v. [Sociedade Civil](#)) Averso à colaboração entre a ciência e a produção, o pensamento social integralista defende uma limitação preventiva dos “maquinismos” na economia a fim de impedir a degeneração dos valores originais do trabalho. Como alternativa ao modelo urbano-industrial, sugere um tipo de sociedade de feições rurais, composta por pequenas comunidades auto-suficientes cuja base econômica estivesse assentada no cooperativismo e em um mínimo de sofisticação dos instrumentos de produção. (v. [Plínio Salgado e a Teoria do Estado Integral](#))

Apropriando-se sem muito aprofundamento filosófico da terminologia do humanismo cristão, o ideário integralista pensa uma sociedade mantida pela mobilização constante dos chamados sentimentos profundos da alma humana – honra, bravura, lealdade, etc. – na vida cotidiana das pessoas. (v. [Guerra & Revolução](#)) Em uma palavra, um empreendimento que emerge dos alicerces da liturgia romântica do século XIX, manifestando uma tendência anti-intelectualista, anti-racionalista e anti-individualista em favor da reabilitação da plenitude do homem sufocada pela Modernidade. Para estabelecer definitivamente a sua essência sociológica, assim como o lugar de origem a partir do qual se instaura esta opção, ratifica sem cessar a distinção entre os conceitos de Comunidade – universo típico de relações sociais orgânicas, caracterizado pela proximidade solidária dos agentes sociais e pela valorização de um modo de vida bucólico e auto-suficiente – e Sociedade – ordem social complexa marcada por contradições, tais como: o individualismo, o egoísmo e a ambição expressos pela concorrência sem limites entre interesses particulares opostos. (v. [Conservadorismo & Liberalismo](#))

Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Referências Bibliográficas:

CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-Tardio. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

ROMANO, Roberto. Conservadorismo Romântico: Origem do Totalitarismo. São Paulo, Brasiliense, 1981. (série *Primeiros Vôos*)

SADEK, Maria Tereza Aina. Machiavel, Machiavéis: A Tragédia Octaviana. São Paulo, Símbolo, 1978.

TRINDADE, Hégio. O Integralismo: O Fascínio Brasileiro da Década de 30. São Paulo, Difel, 1979.

VASCONCELOS, Gilberto. Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista. São Paulo, Brasiliense, 1979.

SOCIOBIOLOGIA. A sociobiologia é o ramo da etologia (especialidade da biologia que estuda o [comportamento](#) de animais e homens) que se interessa primariamente pelo comportamento *social*. A sua metodologia está fundada na utilização de modelos neodarwinistas aplicados aos dados tradicionais da própria etologia e da psicologia combinados à ecologia e à genética de populações, buscando determinar como os grupos sociais evoluem e se adaptam aos seus ambientes. É uma disciplina francamente darwinista, no sentido de conceder importância central à evolução do comportamento social com base no mecanismo da seleção natural. A sociobiologia é o corolário de uma série de novas teorias e modelos sobre o comportamento e sobre a seleção natural formulados nos anos de 1960 e 1970, sistematizados em duas obras de divulgação: *Sociobiology: The New Synthesis* (1975), de Edward O. Wilson, e *The Selfish Gene* (1976), de Richard Dawkins. Na origem da disciplina está a tentativa de se responder a uma das principais interrogações da ciência do comportamento: como é possível o altruísmo? Nesta tentativa, a sociobiologia construiu uma poderosa crítica às explicações propostas pela etologia clássica a respeito dos comportamentos sociais. Esta etologia – tal como formulada por K. Lorenz, N. Tinbergen, D. Morris, R. Ardrey e outros – estava fortemente baseada na noção de “instinto”, entendido como um comportamento estereotipado e imutável, e na idéia de que a seleção natural atua não sobre as variações individuais, como queria Charles Darwin, mas sobre grandes grupos de indivíduos, como as espécies no caso dos animais e raças e nações no caso dos humanos. (v. [Eugenia](#)) A noção de que as adaptações comportamentais eram selecionadas com vista ao “bem-da-espécie” foi apresentada muitas vezes de forma bastante ingênua: assim, a evidência de que os combates entre indivíduos da mesma espécie muitas vezes assumem uma forma ritualizada foi apresentado como uma adaptação para o benefício da espécie como um todo, sem nenhuma explicação dos mecanismos através dos quais os indivíduos possam retirar algum benefício desta fidelidade ao conceito, muito humano, de “espécie”. (v. [Guerra & Natureza](#))

A partir dos anos de 1970, uma série de autores (George C. Williams, John Maynard Smith, William D. Hamilton, Robert Trivers) passou a criticar esta perspectiva “holística” em alguns artigos semanais. A premissa básica destes trabalhos era – ao contrário da teoria do “bem-da-espécie” – baseada efetivamente no [darwinismo](#): *a seleção natural atua sobre os genes e sobre suas “máquinas de sobrevivência” que são os organismos individuais*, e jamais sobre as espécies ou mesmo sobre entidades biologicamente fantasmagóricas como as raças ou as classes sociais. (v. [Liberalismo](#)) Desta maneira, qualquer discussão sobre as sociedades animais – humanos incluídos – deve fazer referência às vantagens auferidas *pelos indivíduos*. (v. [Sociedade Civil](#)) Assim, por exemplo, autores como J. Maynard Smith utilizaram-se da Teoria dos Jogos para mostrar que os combates ritualizados servem para que os indivíduos avaliem a força ou os recursos do oponente e possam fazer opções estratégicas, como lutar até a desistência do oponente mais fraco ou desistir perante um mais forte, preservando desta forma a possibilidade de que seus genes possam ser beneficiados em uma ocasião mais propícia. É claro que os animais nada sabem sobre genes: o que acontece é que a seleção natural eliminou aqueles indivíduos que simplesmente se atiravam ao combate sem uma avaliação de suas possibilidades de vitória – e que eventualmente acabavam por serem mortos – e aqueles indivíduos que sempre fugiam, permanecendo os genes daqueles indivíduos que apresentavam um comportamento estratégico e oportunista. Isto acabou por se tornar um dos pontos básicos do raciocínio sociobiológico: os animais não agem por “instintos” (termo, aliás, ausente na maioria dos trabalhos de sociobiologia) imutáveis, mas antes têm a possibilidade de fazer opções dentro de uma gama herdada de comportamentos possíveis. É a partir deste princípio – de que a seleção natural atua sobre os genes – que se constituíram os conceitos básicos da sociobiologia, conceitos que tentam explicar o altruísmo com base nos benefícios para os indivíduos e *seus* genes. O primeiro destes conceitos é o de *aptidão inclusiva* (“inclusive fitness”): a seleção natural favorece aqueles comportamentos que

difundem os genes de um indivíduo não apenas ao aumentar o número de seus próprios descendentes, mas também os de seus parentes próximos, como irmãos e irmãs, que possuem muitos dos mesmos genes. O que a evolução privilegia é o comportamento que aumenta o total *inclusivo* dos genes de um indivíduo em gerações sucessivas e não simplesmente o comportamento que aumenta cegamente seus descendentes diretos. Daí advém o princípio da *seleção de parentesco* (“kin selection”): os indivíduos tenderão a ajudar mais a seus parentes próximos que carregam uma maior porcentagem de seus próprios genes. É isto que explica, em parte, a existência de indivíduos estéreis em várias espécies (como formigas e cupins): eles ajudam a reproduzir cópias de seus genes através de indivíduos aparentados férteis, como a rainha em uma colméia. (v. [Darwinismo e Evolução](#)) Os genes não precisam “conhecer” a árvore genealógica de seus possuidores, sendo suficiente que a seleção favoreça comportamentos vagos, como “ajude aqueles chimpanzés que cresceram junto de você!” ou “ajude aqueles castores que têm o mesmo cheiro que você!”. (v. [Evolucionismo](#))

E como explicar os comportamentos altruísticos, como muitos dos comportamentos humanos, dirigidos a indivíduos que não partilham os mesmos genes? Isto é explicado pelos sociobiólogos através do *altruísmo recíproco* (“reciprocal altruism”), conceito retirado diretamente da Teoria dos Jogos: a evolução favoreceu aqueles comportamentos baseados na estratégia do “tit for tat” (olho por olho), isto é, privilegiou os genes que levam os indivíduos a ajudarem não-parentes na medida, e somente na medida, em que exista uma expectativa de reciprocidade por parte do indivíduo que recebe o benefício. Os indivíduos que sempre agiram de forma totalmente egoísta, nunca retribuindo os benefícios recebidos, acabaram por não receber mais benefícios, deixando de produzir novas cópias de seus próprios genes. Contudo, sempre que houver a possibilidade oportunista de se auferir algum benefício sem a devida reciprocidade é esperado pela teoria sociobiológica que surjam indivíduos abertamente egoístas. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Características humanas como a ética, a religião ou as leis possuem, para a sociobiologia, uma profunda razão de ser em termos de seleção natural: elas surgiram como mecanismos de punição aos indivíduos que procuram fugir da reciprocidade, fornecendo uma base para a vida social em uma espécie cuja principal adaptação é a produção de cultura. Fica difícil entender, a partir deste relato, como a sociobiologia ficou tão associada, especialmente pelos cientistas sociais, a uma crassa e vulgar *ideologia de direita*. Ora, a sociobiologia é um dos principais instrumentos teóricos formulados pelas ciências naturais para a crítica à ideologia biologista da direita: ela é anti-essencialista na medida em que não aceita a existência de “instintos” imutáveis e sim de estratégias comportamentais flexíveis; ela critica, e mesmo ridiculariza, a idéia de que as raças e classes diferem em sua capacidade intelectual e em outros traços importantes por conta de diferenças genotípicas. Os sociobiólogos estão interessados nos *universais* da espécie humana, buscando explicá-los em termos de seleção natural, e aceitam plenamente o fato de que os seres humanos apresentam muitas características oriundas da cultura e não dos genes: “*existe uma forte evidência de que quase todas, mas provavelmente não todas, as diferenças entre culturas têm sua base na aprendizagem e na socialização mais do que nos genes*” (Edward O. Wilson); “*creio que finalmente será demonstrado que a maior parte das variações culturais entre os povos atuais não têm virtualmente nada a ver com suas diferenças genéticas*” (Richard Alexander). A sociobiologia merece ser criticada pelas *suas* falhas, que aliás são muitas – entre elas, um reducionismo muitas vezes crasso e um adaptacionismo muitas vezes ingênuo) – e não pelos absurdos propostos pelo biologismo de direita. O fato, porém, é que a sociobiologia foi “lida” como uma forma moderna de [darwinismo social](#), até mesmo por conta de um mau uso de metáforas (como a do gene *egoísta*) pelos divulgadores da sociobiologia e pela presença de algumas inconsistências teóricas e metodológicas graves: Wilson, por exemplo, faz em vários momentos afirmações próximas às do darwinismo social, em contradição com os princípios de seleção do gene

defendidos e divulgados por ele mesmo, além de cometer erros vulgares em matéria de antropologia. A leitura “social-darwinista” da sociobiologia foi feita tanto pelos críticos de esquerda (S. J. Gould, R. Lewontin, S. Rose, L. Kamin, M. Sahlins, P. Kitcher; muitos deles fazendo também críticas metodológicas e teóricas pertinentes) quanto por alguns membros da direita, que viram na sociobiologia uma confirmação “científica” de seus próprios preconceitos. Isto ocorreu principalmente na [Europa](#), particularmente com o *National Front* inglês e a [Nouvelle Droite](#), já que o materialismo e ateísmo abertos da sociobiologia exerceram relativamente pouca atração sobre a extrema-direita norte-americana, marcada pelo “evangelismo” da era [Reagan](#). (v. [Fundamentalismo Cristão e Política](#)) Na França, o principal teórico da Nouvelle Droite, Alain de Benoist, acolheu com entusiasmo a sociobiologia, imaginando que esta iria conferir dignidade “científica” à sua mescla de preconceitos retirados do darwinismo social e daquilo que os sociobiólogos chamam de “etologismo pop”, isto é, as obras de autores como R. Ardrey (*O Imperativo Territorial*) e D. Morris (*O Macaco Nu*). (v. [Masculino/Feminino](#)) Segundo Alain de Benoist, a sociobiologia “prova” que as diferenças de classe correspondem a diferenças genéticas, que o homem apresenta um “instinto territorial” (idéia de R. Ardrey que é aceita por Wilson mas que tem muito pouco a ver com a maior parte do que é feito em sociobiologia). Isto justificaria o racismo e xenofobia de [Jean-Marie Le Pen](#) e a perseguição aos imigrantes estrangeiros, assim como o ataque a toda forma de igualitarismo. (v. [Neo-racismo Diferencialista](#)) Este é, por conseguinte, o paradoxo da sociobiologia: por um lado, tornar-se um dos principais paradigmas contemporâneos da biologia do comportamento; por outro, ser encarada por muitos como uma mera ideologia biologizante de direita. Obras como *O Animal Moral* (Robert Wright) ou o artigo de P. Bateson, citados na bibliografia, são indispensáveis para qualquer um que pretenda construir uma visão crítica e não preconceituosa desta importante corrente da biologia e antropologia contemporâneas. (v. [Conservadorismo](#))

João Azevedo Fernandes

Referências Bibliográficas:

- BATESON, Patrick. “Sociobiologia e política humana”. In ROSE, Steven; APPIGNANESI, Lisa(eds.), **Para Uma Nova Ciência**. Lisboa, Gradiva, 1989.
- CRONIN, Helena. *A Formiga e o Pavão: altruísmo e seleção sexual de Darwin até hoje*. Campinas, Editora Papirus, 1995.
- DAWKINS, Richard. *O Gene Egoísta*. Belo Horizonte/São Paulo, Editora Itatiaia/EDUSP, 1979.
- WILSON, Edward O. *Da Natureza Humana*. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1981.
- WRIGHT, Robert. *O Animal Moral*. Rio de Janeiro, Campus, 1996.

SOMBRA, Severino. Nascido em Fortaleza (1907), após uma formação básica no Colégio Cearense da ordem marista, ingressou na Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro), vindo a se tornar tenente em 1931. Educado nos princípios do catolicismo praticante, dedicou-se desde cedo aos estudos humanísticos. Influenciado por pensadores católicos e pela doutrina social da Igreja, através da encíclica [Rerum Novarum](#) de Leão XIII compartilhou do clima intelectual-reformista dos anos de 1930, tendo como expoentes [Oliveira Vianna](#), Alberto Torres, Tristão de Atayde e Jackson de Figueiredo. (v. [Modernismo no Catolicismo](#)) Enquanto adepto de ideais conservadores, colocou-se imediatamente contra o [liberalismo](#) proposto pela [Revolução](#) de 1930. (v. [Conservadorismo](#)) Esta atitude lhe valeu uma punição em forma de prisão quando prestava serviço em Porto Alegre. As suas críticas naquele momento se dirigiam ao modelo de Estado e ao tratamento dispensado à questão social apresentados pelo Governo Provisório. (v. [Prussianismos Brasileiros](#)) Do mesmo modo e em consonância com o pensamento integralista, foi anticomunista e crítico da sociedade industrial, identificando no laicismo, no materialismo e no capitalismo as fontes das desvirtudes do mundo moderno. (v. [Sociedade Integral](#)) Depois de algum tempo escrevendo em jornais cearenses, utilizando o pseudônimo de Agathon, fundou em 1931 a [Legião Cearense do Trabalho](#). Esta entidade foi criada para organizar e representar os trabalhadores “desprotegidos e explorados”. A partir dela, Severino Sombra iria difundir a [ideologia](#) corporativista, centralizadora e anti-liberal, baseando-se na tese da colaboração entre as classes sociais e visando construir uma sociedade sem conflitos, hierarquizada e disciplinada. (v. [Corporativismo: Teoria](#)) A Legião funcionou até 1937, quando ocorreu a deflagração do golpe de Estado de 1937.

Com a intenção de por em prática o seu projeto de criação da Legião Brasileira do Trabalho, viajara em 1932 a São Paulo para um encontro com [Plínio Salgado](#), convidado a ser o preposto legionário naquele estado. Ao defrontar-se com o início da Revolução Constitucionalista, decidiu retornar ao Ceará com o propósito de organizar uma força de apoio àquele movimento antigovernista. Quando chegou à Fortaleza, foi preso e em seguida exilado em Portugal, passando um ano naquele país. Após seu retorno ao Brasil, teve uma breve passagem pela Ação Integralista Brasileira, rompendo definitivamente com o integralismo três meses depois. Durante o Congresso de Vitória (fevereiro de 1934), chegou a concorrer com Plínio Salgado pela direção daquela entidade, sendo derrotado pela vontade da ampla maioria dos congressistas. Como a Legião Cearense do Trabalho tinha se filiado à AIB, Sombra funda uma nova entidade, a “Campanha Legionária”, disputando a liderança operária com os seus antigos aliados e com os adversários da esquerda. Em 1954, retorna à [política](#), candidatando-se a deputado federal pelo PSD. A sua militância se caracterizou pela veemência de seus discursos, sua atitude voluntarista e messiânica diante dos obstáculos reais e imaginários para a divulgação do legionarismo. Para isto, contou com o apoio estratégico da Igreja Católica através dos Círculos Operários Católicos, da União dos Moços Católicos, etc. Publicou o livro doutrinário “Ideal Legionário”, onde apresentava aos seus seguidores o conjunto de valores e de normas que deveriam ser seguidos pelo legionário. (v. [Liga Eleitoral Católica](#))

Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Referências Bibliográficas:

- CORDEIRO Jr, Raimundo Barroso. A Legião do Trabalho: Política e Imaginário no Integralismo Cearense (1931-1937). Fortaleza, Tese de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1992.(mimeo.)
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O Integralismo no Ceará: Variações Ideológicas. Fortaleza, IOCE, 1986.

PARENTE, Josênio C. Anauê: Os Camisas Verdes no Poder. Fortaleza, Edições UFC, 1986.
PONTE, Sebastião Rogério Barros da. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone (coord.). **História do Ceará**. Fortaleza, UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989. pp. 359-375.
TRINDADE, Hégio. O Integralismo: O Fascínio Brasileiro da Década de 30. São Paulo, Difel, 1979.

SPEER, Albert (1905-Manheim/1981-Londres). Arquiteto e político alemão, a sua carreira política teve início em 1931, quando se filiou ao Partido Nacional-Socialista. (v. [Arquitetura](#)) Simpatizou-se com [Hitler](#), o Führer, deste a primeira vez que o viu. Apresentado a [Goebbels](#), terceiro homem no partido, logo chega a conhecer Hitler pessoalmente através dos trabalhos em que fez construir, num monumental estilo neoclássico, a grande chancelaria (destruída) e remodelou o campo de Marte. (v. [Guerra & Ideologia](#)) Em 1933, liderou em Tempelhof uma grande manifestação de apoio ao Partido, no auge do prestígio de Hitler, onde comemorou-se o dia nacional do trabalho, maior demonstração de massas que a Alemanha jamais tinha visto. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) Em reconhecimento ao seu trabalho, Hitler confiou-lhe a construção da nova sede da organização nazista em Nuremberg. Inspirava-se em Karl Friedrich Schinkel (1781-1841), grande arquiteto que praticamente reconstituiu Berlin e Potsdam. (v. [Arte Degenerada & Fascismo](#))

Filho de uma família de classe média, teve uma vida tranqüila onde capitou idéias autoritárias em sua terra, além da idéia do papel central que a Alemanha deveria ter como Nação. (v. [Pangermanismo](#) & [Völkisch](#)) Teve uma rápida ascensão no Partido nazista, chegando a Ministro de Armas e Munições em fevereiro de 1942 e Ministro da Economia de Dönitz em 1945. Nesta função, promoveu a mobilização total da Alemanha, levando a produção bélica a um nível monumental para a época e contrastante com os períodos anteriores. (v. [Armamentismo](#)) Íntimo do Führer, manteve-se sempre a par de todas as ações do governo nazista, embora tenha tentado colocar a culpa somente em Hitler durante o julgamento de Nuremberg e tenha relatado que nada sabia. Por fim, foi o único que se responsabilizou pelos crimes de guerra de que foi acusado. (v. [EICHMANN, O Caso](#))

Autoritário e criativo, formou batalhões de operários-escravo e ainda colaborou com a SS na montagem dos [campos de concentração](#). (v. [Repressão e Violência](#)) Foi condenado a 20 anos de prisão no julgamento de Nuremberg, juntamente com Baldur von Schirach, líder da [juventude](#) nazista. Cumpriu a sentença em Spandau, onde escreveu diários secretos. Após a libertação, publicou-os num livro intitulado: “Spandau, os diários secretos”. Mais tarde, escreve “Por dentro do Terceiro [Reich](#)”, onde tenta dar a impressão de que os nazistas eram vítimas e onde denunciava a cumplicidade implícita do povo alemão. Morre aos 76 anos em Londres. (v. [Historiografia do Fascismo](#))

Marcelo Solino Cristino

Referências Bibliográficas:

- SHIRER, William L. Ascensão e queda do Terceiro Reich. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 3 vols.
SPEER, Albert. Por dentro do Terceiro Reich. São Paulo, Círculo do livro, 1975.
SPEER, Albert. Spandau, os diários secretos. Rio de Janeiro, Artnova, 1977.

SUÁSTICA. Considerada um dos antigos símbolos produzidos pelo ser humano. Ela pode ser encontrada nas inscrições rupestres das paredes das cavernas habitadas pelo homem pré-histórico. Diversas civilizações antigas a conheceram, sendo, inclusive, venerada por algumas. Segundo o escritor René Guenon, similares da suástica eram reproduzidos pelos antigos chineses para caracterizar “...a dupla ação da força cósmica, que no fundo é a mesma coisa, sob todos os aspectos, que a dualidade do Ying e do Yang”. Jean-Michel Angebert registra a hipótese enunciada por autores ligados às tradições herméticas, segundo os quais a suástica era utilizada em antigos ritos bramânicos com a finalidade de gerar o *fogo sagrado*. A sua imagem poderia também ser notada nos vestígios de Tróia, na simbologia do budismo japonês, na Assíria, na Caldéia, no Egito e na Fenícia. É o que argumentam Louis Pauwels e Jacques Bergier, autores de um dos clássicos do realismo fantástico. Em *Os Arcanos Negros do Hitlerismo*, Robert Ambelain associa os *significados ocultos* da suástica às tradições numerológicas arcaicas, à geomancia árabe, ao *I Ching* e até mesmo à *Kabalah* judaica. Apropriada pelo cristianismo primitivo como representação alegórica do instrumento do martírio de Jesus, a cruz gamada apareceria na história do cristianismo ocidental nos altares e nos outros locais de culto freqüentados pelos cátaros da França meridional. Objeto das mais diversas estilizações, adquiriria na história do ocidente o *status* de um dos mais representativos signos da cultura esotérica. É nessa condição que o signo vai ser apropriado pelo nacional-socialismo. (v. [Ideologia](#) & [Sigma](#))

Antes do aparecimento formal do partido nacional-socialista, existiram no mundo germânico algumas sociedades mítico-políticas nas quais se fundiam o cultivo dos mitos nórdico-germânicos, o [nacionalismo](#) e o anti-semitismo. (v. [Liga Pangermânica](#) & [Reich](#)) Destas sociedades, as mais importantes eram: *Thule Gesellschaft*, a *Ordem do Vril*, a *Ahnenerbe* e a *Germanenorden* (Ordem dos Germanos). Tais entidades aglutinavam em seu seio indivíduos interessados no estudo das origens dos povos indo-europeus, na veneração do martelo de Thor, na manifestação de seu inconformismo frente aos termos do Tratado de Versalhes e na militância anti-liberal e antisocialista. (v. [Chauvinismo](#) & [Völkisch](#)) O mais importante destes grupos, a *Thule Gesellschaft*, possuía como símbolo principal a cruz suástica. (v. [Política](#) & [Revolução](#)) Estando a sua base de atuação na região da Baviera, foi a matriz do DAP (*Deutsche Arbeiterpartei* – Partido dos Trabalhadores Alemães), fundado na cidade de Munique em 1918. É este partido que recebe em suas fileiras o ex-cabo de uma divisão bávara do Reichswehr, [Adolf Hitler](#), cujo ingresso no partido, segundo Bernstein e Milza, ocorreu na qualidade de agente de informações do exército. Uma vez inscrito no DAP, Hitler conheceria uma ascensão vertiginosa na estrutura deste partido, tendo logrado já no ano de 1920 a sua máxima direção. (v. [Fascismo na Alemanha](#)) É a partir de tal posição que ele orientará a redação do programa de 25 pontos do partido, a sua mudança de nome para NSDAP (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei) e a adoção da suástica como símbolo também do partido. De acordo com o relato de Giorgio Galli, ao sugerir a adoção da suástica como símbolo do NSDAP, Hitler teria tido também a preocupação de inverter a posição deste signo de sua forma levógira – tal como era utilizada pelos adeptos da *Thule* – para o sentido dextrógiro. Segundo as investigações de Jean-Michel Angebert, a inversão do sentido da suástica representou um ato repleto de implicações esotéricas uma vez que, no dizer de seus adeptos, a suástica em seu sentido sinitrógiro, tal como foi utilizada pelos hindus, representaria a ação das forças do destino sobre o homem. Já em sua versão dextrógiro, que passaria a figurar nos estandartes nazistas, associar-se-ia à ação do homem contra o destino, podendo atrair a energia “concentrada de raios de fogo interior” ou mesmo “as forças maléficas do universo” para se constituir, assim, em um “sinal de catástrofe e morte”. (v. [Guerra](#) & [Modernismo nas Artes](#)) Variações da suástica também foram utilizadas por outros movimentos de inspiração fascista ou fascistizante, como as *cruzes sagitadas* na Hungria. (v. [Fascismo](#))

Referências Bibliográficas:

AMBERLAIN, Robert. Os arcanos negros do hitlerismo. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

ANGEBERT, Jean-Michel. Hitler e as religiões da suástica. Lisboa, Livraria Bertrand.

BERSTEIN, S.; MILZA, P.. Dictionnaire historique des fascismes e du nazisme. Bruxelas, Éditions Complexe.

GALLI, Giorgio. Hitler e o nazismo mágico. Lisboa, Edições 70.

PAUWELS, Louis; BERGIER, Jacques. O despertar dos mágicos. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.

SUBSECRETARÍA DE INFORMACIONES. Sob controle de Raúl Alejandro Apold, a *Subsecretaría de Informaciones* – órgão peronista equivalente ao [Departamento de Imprensa e Propaganda](#) do [Estado Novo no Brasil](#) – atuou juntamente com a *Secretaría de Prensa e Difusión* no sentido de divulgar a doutrina justicialista, dar publicidade às realizações governamentais e ressaltar a figura de [Perón](#) e Evita, aspectos que, nas palavras de Mariano Plotkin, visavam *peronizar* o Estado e a Sociedade. (v. [Direita Argentina](#)) Utilizando diversas técnicas de propaganda inspiradas no [fascismo](#), empenhada mais em impressionar e sugerir do que convencer e explicar, a *Subsecretaría* organizou diversas manifestações em torno dos princípios de fidelidade à nação e às lideranças. (v. [Baderna & Serviço Nacional de Informações](#)) Neste sentido, Apold foi responsável por um dos *slogans* mais famosos do [peronismo](#), “Perón cumple, Evita dignifica”, além de organizar diversos rituais cívicos, como a eleição da Rainha Nacional do Trabalho, a entrega das medalhas da lealdade – que ele mesmo chegou a receber publicamente – e produzir manuais e cartilhas escolares identificados com a [política](#) oficial. (v. [Governabilidade & Populismo](#))

Junto com a *CGT*, a *Subsecretaría* atuou no sentido de controlar as festas cívicas. O Dia da Lealdade, 17 de outubro, incorporado à memória peronista ainda antes de Perón chegar à presidência, transformou-se em uma data cada vez mais controlada pelo aparato propagandístico, perdendo o seu caráter espontâneo original. O mesmo ocorreu com o Primeiro de Maio, onde o peronismo processou a reinvenção de uma [tradição](#), já que a data havia sido incorporada ao universo de valores do trabalhador nacional ao longo da década de 1920. Toda a possibilidade de confronto e manifestação popular foi habilmente dissimulada em torno de valores “verdadeiramente argentinos”, anunciando a idéia de um novo tempo e rompendo com o arcaísmo do passado. (v. [Atraso & Revisionismo Histórico Argentino](#))

Durante o período peronista, os meios de comunicação de massa passaram a ser rigidamente policiados pelo governo. (v. [Ditadura](#)) Cabia à *Subsecretaría* controlar e distribuir as notícias oficiais, além de limitar a circulação dos jornais oposicionistas, principalmente através do controle do fornecimento de papel. Diversas revistas foram criadas para divulgar de forma mais informal as posições governamentais, destacando-se o *Mundo Peronista*, com a mensagem de capa: “Para un Peronista no puede haber nada mejor que otro Peronista”. (v. [Alteridade & Inimigo](#)) Diante dos resultados do processo de oficialização em marcha, Perón chegou a declarar entusiasticamente: “conseguimos purificar nossa imprensa”. (v. [Ditadura e Memória & Repressão e Violência](#)) Quanto ao rádio, o peronismo aproveitou-se amplamente do sucesso que o novo meio havia conseguido ao longo dos anos de 1940. Na Argentina, muito raramente antes de Perón, os homens públicos haviam explorado as potencialidades do rádio. O papel de Eva Perón foi bastante relevante, já que sua inserção no mundo artístico havia se dado por meio dele. O aparato oficial rapidamente enquadraria os rádios dentro da estratégia populista, decretando a obrigatoriedade de seguir o *Manual de instrucciones para as estaciones de radiodifusión*. O controle de importantes cadeias de rádio – Rádio Belgrano, Radio El Mundo, Rádio Splendid – davam ao governo a possibilidade de cobrir praticamente toda a nação.

O tango vivia o seu esplendor na década de 1940 e o peronismo procurou enquadrá-lo dentro de seus objetivos. Na verdade, este enquadramento nunca foi plenamente realizado, se bem que alguns grandes nomes do tango foram incomodados pelas exigências oficiais. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)) Osvaldo Pugliese, por exemplo, líder de uma grande orquestra do período, chegou a ser preso algumas vezes em função de suas posições comunistas. (v. [Anticomunismo](#)) O rádio nas mãos do governo era a garantia de que os artistas opositores teriam espaço reduzido, perdendo espaço para a música folclórica, considerada mais genuinamente nacional. Paralelamente, a política oficial procurava descaracterizar o lado mais boêmio do tango – *cartas, mujeres e copetines* –, valorizando o trabalhador enquadrado pelo [Justicialismo](#).

O [esporte](#) foi peça fundamental da estratégia de propaganda do [nacionalismo](#) peronista, sendo bastante incentivado e divulgado pelo governo. As grandes torcidas de [futebol](#) formaram-se nesta época e muitas vezes serviram para extravasar tensões políticas. Perón anunciou a sua preferência pelo Racing Club, time que trazia estampada na camisa as cores da Argentina (o azul e o branco). Em 1946 e 1947, a Argentina seria a campeã sul-americana de futebol, acirrando rivalidades “seculares” com Brasil e Uruguai. Nas [Olimpíadas](#) de Londres – a primeira depois da Segunda Guerra Mundial – a Argentina conseguiu bons resultados, ficando, por exemplo, com a medalha de ouro na maratona. Neste período, Juan Manuel Fangio começava a sua carreira meteórica nas pistas européias. Em 1950, o basquete transformou-se no esporte da moda, depois que a seleção argentina conseguiu vencer a poderosa equipe norte-americana. (v. [Ideologia](#))

Componente fundamental do aparato propagandístico, a censura e a repressão aos opositores tornou-se uma tônica do regime peronista. (v. [Ditadura e Violência](#)) Grevistas, intelectuais, políticos de oposição – destaque para a prisão arbitrária do deputado radical Ricardo Balbín – e estudantes foram alguns dos alvos do [autoritarismo](#) governamental, sendo a *Subsecretaría* responsável pela filtragem de informações. Jorge Luís Borges, um dos alvos do autoritarismo peronista, deixou em sua obra diversas mensagens de repúdio ao autoritarismo governamental, no qual a *Subsecretaría*, na visão do intelectual, era uma das faces mais repressoras. Em 1947, Borges e Adolfo Bioy de Casares escreveram juntos “La fiesta del monstruo”, texto que só veio a público com a queda de Perón em 1955, onde as críticas ao nacionalismo autoritário da política oficial apareciam na forma de sátira. (v. [Aliança Anticomunista Argentina](#)) Em outro artigo menos satírico, escrito um pouco antes, Borges afirmara: “Ditaduras fomentam a opressão, ditaduras fomentam a servidão, ditaduras fomentam a crueldade – o mais abominável é o fato de que elas fomentam a idiotice ...”. (v. [Conservadorismo](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

CAPELATO, Maria Helena R.. Multidões em cena. Campinas, Papyrus,1998.

PLOTKIN, Mariano. Mañana es San Perón. Buenos Aires, Ariel, 1994.

SINDICARO, Ricardo. Juan Domingo Perón. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1996.

WOODALL, James. Jorge Luís Borges: o homem no espelho do livro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

T

TEATRO. Em toda sua existência milenar, o teatro sempre foi político. Porém, do ponto de vista da intervenção, é no decorrer do século XX que ele efetivamente se engaja nas lutas sociais. (v. [Política](#)) Inicialmente, há uma recusa por parte das vanguardas estéticas em continuarem filiadas a uma tradição artística que não radicalize no sentido da transformação. (v. [Revolução](#)) Especialmente em relação ao teatro, denunciou-se o caráter conservador presente no Naturalismo e no Drama Burguês, estabelecendo, assim, uma das primeiras demarcações entre o Teatro Conservador e um Teatro Progressista. (v. [Conservadorismo](#)) No entanto, durante a [Revolução Russa](#), esse engajamento será instrumentalizado com a perspectiva de constituir um Teatro de Esquerda. Após a vitória dos bolcheviques, novas promessas revolucionárias começaram a surgir na [Europa](#). Na Alemanha, mesmo contra a derrota da Liga Espartaquista, o projeto continuou no horizonte e o teatro assumiu mais uma vez a sua face engajada. Experiências como as do diretor/dramaturgo Erwin Piscator foram fundamentais para a constituição de uma idéia do que seria um Teatro Engajado de Esquerda. Entretanto, serão as reflexões de Bertolt Brecht que irão demarcar o campo entre um Teatro de Esquerda e um Teatro de Direita. (v. [Partido Político de Direita](#)) Para ele, tornava-se mais que urgente realizar a crítica da tradição do Teatro Ocidental, que ele denominou de aristotélico, em favor de um teatro chamado Épico, que deveria se dirigir à razão e não à empatia. (v. [Comportamento](#)) Nesse sentido, para Brecht, um Teatro de Direita encorajaria o espectador a envolver-se no drama, fazendo-o aceitar o desenvolvimento proposto pela trama sem ao menos questionar outras possibilidades. Ao mesmo tempo, o Teatro de Direita oculta as contradições existentes na sociedade burguesa na medida em que explora a dimensão individual e psicológica da personagem a partir da construção da identidade entre a personagem e o ator que a está interpretando. (v. [Ideologia](#)) Além disso, a ilusão de que se está diante de um fragmento da realidade impossibilita ao espectador o reconhecimento do teatro como entretenimento que reflita sobre o seu momento histórico. (v. [Modernismo nas Artes](#)) Esta caracterização brechtiana acerca do Teatro de Direita não foi aceita com unanimidade porque, em primeiro lugar, existiu na Alemanha uma produção teatral em sintonia direta com o ideário nazista, assentada em uma dramaturgia épica que exaltava a cultura nórdica e o anti-intelectualismo. (v. [Fascismo](#)) Em segundo lugar, no interior da esquerda, houve um debate intenso para definir qual seria a [estética](#) revolucionária por excelência. No centro desse debate, estiveram G. Lukacs e B. Brecht. O primeiro retoma a idéia de Engels pela qual a estética revolucionária seria o Realismo, que no passado servira à burguesia, porém, no presente, só o proletariado poderia utilizá-lo sob a perspectiva de apresentar as contradições e exprimir a “totalidade”. (v. [Sociedade Civil](#)) Esta proposição será rechaçada por Brecht e por aqueles que compartilham de suas reflexões teóricas e estéticas, demarcando, nesse sentido, a existência de um Teatro de Direita e a existência de um Teatro de Esquerda entre os comunistas que, evidentemente, será definido a partir do ponto de vista adotado no interior do debate. Estas divergências se tornam mais acirradas se forem resgatadas as diferenciações estabelecidas entre Brecht e A. Artaud, para quem o drama seria um instrumento revolucionário capaz de reorganizar a existência humana, transformando o homem não do ponto de vista social e sim psicológico. (v. [História & Tradição](#)) Aliás, esse pressuposto esteve presente em trabalhos profundamente críticos em relação à sociedade burguesa, como os do Living Theatre nos E.U.A e os do Grupo Oficina em São Paulo. No Brasil, estabelecer esta distinção também não é tarefa fácil, posto que se tomarmos, por exemplo, a ótica dos fundadores do Teatro de Arena de São Paulo, como Oduvaldo Vianna Filho, percebemos que o Teatro Brasileiro de Comédia, apesar das inovações técnicas, fora qualificado como um “teatro alienado”, “burguês”, na medida em que não resgatava a realidade brasileira pela ótica dos oprimidos. (v. [Democracia](#))

Rosângela Patriota

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas, vol. 1: magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CARLSON, Marvin. Teorias do teatro. São Paulo, UNESP, 1997.

DORT, Bernard. O Teatro e sua realidade. São Paulo, Perspectiva, 1977.

PEIXOTO, Fernando (org). Vianinha: teatro, televisão e política. São Paulo, Brasiliense, 1983.

ROSENFELD, Anatol. Teatro alemão, I Parte: esboço histórico. São Paulo, Brasiliense, 1968.

TEORIA AMIGO-INIMIGO. A teoria amigo-inimigo está associada à concepção do jurista e teórico político alemão [Carl Schmitt](#) a respeito do que é o político (das Politische) como dimensão da experiência humana. Por essa razão, talvez seja mais adequado falar de uma teoria do político em que a distinção amigo-inimigo ocupa um lugar central. A distinção amigo-inimigo é proposta por Schmitt como uma forma de determinação conceitual do político. Para ele, as diferentes esferas da ação e do pensamento humano se estruturam em torno de *distinções últimas*. Assim, no campo do estético corresponderiam as idéias de belo e feio; ao âmbito moral, bom e mau; à esfera econômica, útil e inútil, rentável e não rentável. Da mesma forma, as ações especificamente políticas poderiam ser remetidas à diferenciação entre amigo e inimigo. No entanto, ao contrário do que acontece com as esferas anteriormente mencionadas, Schmitt não concebe o político como apenas mais uma dimensão autônoma da experiência humana. As categorias de amigo e inimigo, como ele mesmo faz questão de frisar, não designam conteúdos específicos, mas um critério a partir do qual se pode reconhecer quando uma ação adquire uma forma política. Os critérios do político, tal como concebido por Carl Schmitt, são meramente formais e designam a intensidade de uma associação-dissociação entre os grupos humanos, ou seja, o ponto em que a divisão entre os grupos humanos adquire uma feição política. Mas o que é este “ponto” do político? Em outros termos, o que torna uma inimizade propriamente [política](#)?

Segundo Schmitt, o [inimigo](#) político é um inimigo público, contra quem não é preciso nutrir ódio ou antipatia privada. A inimizade política apõe coletivos humanos e não indivíduos particulares, e resulta do reconhecimento da possibilidade extrema de um conflito. Não existe parâmetro que defina antecipadamente quem é o inimigo. (v. [Fascismo](#)) A inimizade resulta de uma situação concreta em que o adversário é reconhecido como alguém capaz de colocar em questão ou ameaçar a minha própria identidade coletiva e contra quem se vislumbra a possibilidade extrema de uma luta, da [guerra](#). Portanto, insiste Schmitt, o reconhecimento do inimigo é existencial. Todo antagonismo pode alcançar uma dimensão política, seja ele econômico, moral, estético ou religioso. (v. [Revolução](#)) O que define um conflito como político não é, vale insistir, o seu conteúdo, mas a intensidade da associação-dissociação dele resultante. Quando o antagonismo atinge o ponto extremo de separação entre amigos e inimigos, quando ele coloca a possibilidade extrema da luta entre grupos humanos, ele se torna político. (v. [Democracia](#) & [Sociedade Civil](#))

Algumas observações podem ser feitas a respeito da teoria de Schmitt. Em primeiro lugar, como deve ter ficado claro, o momento forte da concepção de Schmitt é o da inimizade. No par amigo-inimigo, a identificação do inimigo desempenha um papel central na definição da própria amizade. O inimigo é existencialmente outro, por meio de quem a minha identidade concreta é reforçada e ganha contornos mais nítidos. (v. [Alteridade](#)) Em última análise, a inimizade é o fator responsável pela dissociação política. Em segundo lugar, o fato de que o político seja governado pela possibilidade concreta do conflito não significa dizer que a sua [natureza](#) é a luta, nem que a guerra é o conteúdo último da vida política. (v. [Darwinismo Social](#) & [Sociobiologia](#)) A possibilidade concreta da luta e da guerra, segundo Carl Schmitt, deve ser entendida como o “caso extremo” (Ernstfall) que determina o [comportamento](#) especificamente político e que exige a distinção entre amigo e inimigo. Isso nos leva a um terceiro ponto: Schmitt não pretende definir a essência do político. Para ele, a distinção amigo-inimigo é tão-somente um critério de reconhecimento de quando o conflito atinge o “ponto político”. Ele se recusa a definir a essência do político porque este, em última análise, não possuiria uma natureza própria, não constituiria mais um domínio da existência, mas seria inerente à própria condição humana. Daí a sua insistência no fato de que o político pode extrair sua força dos mais diferentes setores da vida humana. Mais ainda, esse caráter difuso do político é tributário de uma antropologia pessimista, ou seja, de uma concepção a respeito do caráter belicoso ou perigoso da natureza humana. O político seria, portanto, algo de

inescapável, um destino da condição humana. Quarta observação: essa insistência na inexorabilidade do político é por definição anti-universalista. A dissociação entre amigo e inimigo, característica do político, é a negação de todo universalismo pacifista ou humanista. Para Carl Schmitt, um mundo político é dividido, inevitavelmente pluralista e irreduzível a esquemas normativos. (v. [História](#) & [Nouvelle Droite](#)) A política feita em nome da humanidade ou da paz perpétua não faria outra coisa senão ocultar ou recalcar o seu caráter belicoso. Em última análise, ela seria uma forma de intensificação do conflito. Finalmente, a teoria de Schmitt tem um adversário em vista: a sua afirmação do político se opõe à crença liberal numa ordem que seja o resultado espontâneo da convivência social entre indivíduos livres. (v. [Governabilidade](#)) No mundo liberal, o conflito político é neutralizado visto que a ordem deve ser fruto da livre concorrência entre agentes econômicos e da autonomia moral dos indivíduos. Ao pretender banir a inimizade política do horizonte da experiência humana, o [liberalismo](#) teria ignorado o caráter polêmico da sua própria pretensão, ele esconderia de si mesmo a natureza política de sua recusa do político. Ocultada por detrás da fachada universalista do seu individualismo, a “má consciência política” do liberal seria uma forma de intensificação do conflito político. (v. [Conservadorismo](#))

Bernardo Ferreira

Referências Bibliográficas:

- ALBANASE, Luciano. *Il Pensiero politico di Schmitt*. Bari, Laterza, 1998.
- BENDERSKY, Joseph. *Carl Schmitt: Theorist for the Reich*. Princeton, Princeton University Press, 1983.
- FREUND, Julien. “Les lignes de force de la pensée politique de Carl Schmitt”. In **Nouvelle École**. 1987(nº 44): pp.11-27 (existe uma tradução para o inglês publicada na revista Telos [nº 102, 1995] com o título “Schmitt’s political thought”).
- FREUND, Julien. “Vue d’ensemble sur l’oeuvre de Carl Schmitt”. In **Revue Européens des Sciences Sociales - Cahiers Vilfredo Pareto**, vol. XVI. 1978(nº 44): pp.7-37.
- GALLI, Carlo. *Genealogia della politica: Carl Schmitt e la crisi del pensiero politico moderno*. Bolonha, Il Mulino, 1996.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis, Vozes, 1992. (tradução de *Der Begriff des Politischen*, 1927, 1932⁴, 1963⁵).
- SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo, Scritta, 1996. (tradução de dois livros: *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, 1923, 1926², *Politische Theologie*, 1922, 1934²).
- SCHWAB, George. *The Challenge of the exception*. Nova York, Greenwood, 1989.
- STRAUSS, Leo. “Remarques sur la notion de politique de Carl Schmitt”. In SCHMITT, Carl. **Parlamentarisme et démocratie**. Paris, Seuil, 1988. pp. 187-214 (também existe uma versão para inglês: “Comments on Carl Schmitt’s *Der Begriff des Politischen*”). In SCHMITT, Carl. **The Concept of the political**. New Brunswick, Rutgers University Press, 1976. pp.81-105).

TORTURA. Agonia a que é submetido alguém de forma que a sua finalização em morte seja retardada ao máximo (ou evitada, a critério de quem a pratica) e, desta forma, intensificar o sofrimento. Além do sentido de dor física a que se submete alguém, a tortura pode ter um significado mais figurativo: sofrimento moral intenso; angústia. A tortura foi definida pela Associação Médica Mundial, em assembleia realizada em Tóquio (10 de outubro de 1975), como “a imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas, atuando por própria conta ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com o fim de forçar uma ou outra pessoa a dar informações, confessar, ou por outra razão qualquer”. O psicanalista Hélio Pellegrino dizia que “a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve a cisão entre o corpo e a mente”. (v. [Inimigo](#))

A tortura foi ao longo dos séculos um direito do senhor sobre os escravos, ou aplicada em função de sentenças criminais. O princípio de Talião (“olho por olho, dente por dente”) estava fundado na legalidade de se obter o ressarcimento de um mal causado através da aplicação do mesmo mal a quem o causara. No século XVII a.C., o Código de Hamurabi, na Babilônia, dizia que os criminosos deveriam ser submetidos à empalcação, à fogueira e à amputação de órgãos e quebra de ossos. No Direito Romano, onde os processos se baseavam na confissão e auto-acusação e não nas provas e nas testemunhas, a tortura era admitida como legal. Embora no início da era cristã tenham Tertuliano e Lactânio condenado a prática da tortura, a Igreja sob o Papa Inocêncio I (401-417) muda o seu pensamento ao dar consentimento implícito às normas processuais romanas. Somente com as invasões bárbaras é que a tortura perde sua força como prática sistemática e legal. Porém, com a reafirmação do Direito Romano no século XII, a tortura passa a fazer parte dos códigos processuais de Castela sob Afonso X, da Sicília sob Frederico II e da França sob Luís IX, com o apoio da Igreja sob Inocêncio IV. No entanto, o uso da tortura pela Igreja fica mais sistematizado no *Manual dos Inquisidores* de Nicolau Emérico (séc. XIV). Sobre o interrogatório do acusado, diz: “aplicar-se-lhe-á a tortura a fim de lhe poder tirar da boca toda a verdade”. Mas o avanço do pensamento humanista fez recuar essa prática e, no século XVIII, influenciado por Thomasius, os iluministas conseguiram proibi-la na Suécia e na Prússia. Embora excluída da legislação, a tortura voltou a ser amplamente adotada depois da Primeira Guerra Mundial, especialmente na Alemanha de [Hitler](#) e na URSS de Stalin. Mas é vigorosamente condenada em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (v. [Política e Direitos Humanos](#))

No Brasil, a tortura foi institucionalmente usada nos períodos de exceção – mais intensamente durante os governos militares que se seguiram depois de 1964. (v. [Conservadorismo Durante a Ditadura Militar](#)) Os aparelhos repressivos foram sofisticados e foram criadas coordenações nos Estados, os [DOI-CODIs](#), como parte de uma política de aniquilamento e desestímulo dos movimentos de oposição. (v. [Ditadura & Militarismo](#)) Embora tenha sido considerada crime pela Constituição de 1988, a tortura continua sendo vista pelos que a praticam como um método eficaz que garante a rapidez das investigações policiais. Por isso mesmo, continua sendo utilizada em muitos países contra “presos comuns” (aqueles envolvidos em delitos “não políticos”). O principal argumento usado na defesa da aplicação da tortura é o de que ela é necessária para impedir que o silêncio do acusado traga conseqüências graves para a sociedade. (v. [Ditadura e Memória & Governabilidade](#)) Entretanto, não se poderia caracterizar este argumento como de direita. Governos de exceção, reconhecidos como de uma ou outra posição, não raramente aplicam a tortura. (v. [Ideologia](#)) Em ambos os casos, predominaria o que identificamos como uma “politização da ética” – ou seja, a submissão de valores às necessidades (definidas pelos líderes no poder) da política do Estado. (v. [Oposição/Situação](#))

Alcir Henrique da Costa

Referências Bibliográficas:

Arquidiocese de São Paulo. Brasil, nunca mais. Petrópolis, Vozes, 1985.

CALDAS, Álvaro. Tirando o Capuz. Ed. Codecri, 1981.

COSTA, Alcir Henrique da. Barão de Mesquita, 425: a fábrica do medo. Ed. Brasil Debates, 1982.

Grupo Tortura Nunca Mais - RJ, 1º Seminário do. Petrópolis, Vozes, 1987.

TOTALITARISMO. O termo tem sido empregado pela maioria dos pensadores políticos para caracterizar os regimes implantados na URSS stalinista e na Alemanha de [Hitler](#). Do ponto de vista da filosofia [política](#), o totalitarismo é um fenômeno novo e único na [História](#), e decorre ou da falência da [democracia](#) liberal ou de uma [revolução](#). (v. [Baderna](#)) Em primeiro lugar, diferentemente das velhas tiranias e dos regimes despóticos, os regimes totalitários prescindem de uma legitimação exterior a eles próprios. (v. [Tradição](#)) Os regimes absolutistas, por exemplo, encontravam sua legitimidade na teoria do direito divino, cujos fundamentos colocavam limites à atuação do príncipe: o monarca era a expressão da Lei mas deveria submeter-se às suas determinações visto que esta emanaria de Deus. Já nas democracias, o princípio da legitimidade reside na soberania popular, fundamento do poder dos representantes do povo, periodicamente substituídos por meio de eleições. A [ideologia](#) totalitária, ao contrário, é a revelação de uma verdade absoluta: a superioridade da raça ariana na Alemanha Nazista ou a realização histórica da sociedade comunista perfeita no caso da URSS stalinista. Esta verdade constitui em si, e por si, o princípio da legitimação do regime e da ordenação de todos os aspectos da vida social – as artes, a ciência, o jurídico, a economia, a história e até os menores detalhes da vivência social. O Líder é intérprete da verdade e da história, encarnação e expressão da própria sociedade. Não há, portanto, separação entre Estado e [Sociedade Civil](#). A imagem que melhor corresponde a esta sociedade é a do corpo – expressão da idéia de totalidade orgânica. (v. [Corporativismo: Teoria](#)) A esta representação contrapõe-se a imagem do outro, que é sempre o [inimigo](#). Disto decorre uma segunda característica: o terror sistemático e constante se torna uma forma de governo onde a oposição real deve ser eliminada; e a existência do regime depende da luta e da permanente vigilância contra um inimigo imaginário onipresente que ameaça constantemente a integridade do corpo social. (v. [Teoria Amigo-Inimigo](#)) Isto impede – como evidencia Hannah Arendt – a estabilização do regime e a normalização da vida social, garantindo, assim, a dependência de todos em relação ao Líder. (v. [Ditadura](#)) Daí o caráter policial destes regimes: os campos de extermínio representam, como nota Tzvetan Todorov, o coroamento lógico do projeto e os países totalitários podem ser vistos como campos de regime abrandado. (v. [Campos de Concentração](#)) Uma terceira característica do totalitarismo é a existência do partido único. É através deste que o Líder e a sociedade se expressam. Cabe ao partido, através de suas inúmeras organizações disseminadas no conjunto social, promover a mobilização das massas objetivando transformar os princípios ideológicos em realidade. (v. [Oposição/Situação](#)) Para tanto, o partido reproduz em seu interior todas as estruturas do estado e da sociedade e é por meio dele e sobre ele que o Líder exerce o poder. (v. [Partido Político de Direita](#)) A própria [burocracia](#) é periodicamente exterminada e o poder é deslocado de um órgão a outro, ficando também o aparelho administrativo e político dependente da vontade do Líder. (v. [Guerra & Hitler: Historiografia](#)) É importante observar que a disseminação da ideologia, o exercício do terror e, conseqüentemente, o controle social e a adesão das massas só se tornaram possíveis devido ao controle dos meios de comunicação e ao monopólio da tecnologia industrial. (v. [Fascismo & GOEBBELS, Joseph Paul](#))

De acordo com alguns autores, a noção de totalitarismo seria aplicável a certas sociedades da Antigüidade, como o Egito, Esparta e Roma sob o governo de Diocleciano. Esta aplicação indistinta no tempo e no espaço contribui, no entanto, para a descaracterização do fenômeno e do conceito, uma vez que estes perdem todas as especificidades históricas. O termo também é aplicado, de modo muito discutível, para caracterizar os regimes comunistas do Leste-Europeu, da China, de Cuba e ditaduras monopartidárias de direita como a Itália fascista, a Espanha franquista, entre outros. Embora possuam alguns elementos totalitários, estes regimes jamais chegaram a constituir sociedades totalitárias em sua forma completa. A direita criou a idéia nos anos de 1920, proclamando que os regimes totalitários seriam a solução para a crise das democracias liberais e o corretivo à expansão do comunismo. (v. [Sociedade](#)

[Integral](#)) No contexto da [Guerra Fria](#), entretanto, o termo totalitarismo tornou-se elemento chave na propaganda anticomunista levada a cabo pelos partidos liberais e conservadores do [Ocidente](#). (v. [Anticomunismo](#) & [Neocolonialismo](#)) Atualmente, a maioria dos autores considera que, na medida em que objetiva a obediência absoluta, o totalitarismo busca transformar os homens em autômatos e a instituição destes regimes implica na mais completa e sistemática destruição dos Direitos Humanos. (v. [Ditadura e Violência](#), [Política e Direitos Humanos](#) & [Tortura](#))

José Miguel Arias Neto

Referências Bibliográficas:

- ARENDR, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
CASTORIADIS, Cornelius. Os destinos do totalitarismo e outros escritos. Porto Alegre, LP&M, 1985.
LEFORT, Claude. A invenção democrática: os limites do totalitarismo. São Paulo, Brasiliense, 1987.
TODOROV, Tzvetan. Em face do extremo. Campinas, Papyrus, 1995.

TRADIÇÃO. Conjunto de saberes, práticas, costumes produzidos e conservados em uma sociedade ou comunidade que possibilita pensar e agir sobre si mesma, sobre o mundo natural e o sobrenatural. Nesta perspectiva, puramente antropológica, tradição se confunde com cultura. Outra forma de entender tradição diz respeito à continuidade de um determinado grupo no poder e à conservação, mesmo que relativa, de seu modo de vida. Esta é a acepção desenvolvida por Arno Mayer, que fala de uma “persistência do [Antigo Regime](#)”, entendendo por isso a continuidade de membros das grandes famílias nobres nas principais atividades econômicas e políticas da Europa *no longo* século XIX, que estariam, neste sentido, condicionadas ainda pela paisagem rural. Ao seguir tal perspectiva, Mayer desconsidera que tanto as instituições políticas quanto a economia não mais estavam inseridas na fragmentação estamental dos privilégios, que efetivamente eram a base definidora do assim chamado Antigo Regime. Interessa-nos aqui apreender tradição como categoria [política](#) moderna de análise. Assim, apresentá-la-emos a partir de três referências: em relação à [democracia](#), em relação ao [liberalismo](#) e em relação ao multiculturalismo. (v. [Neo-racismo Diferencialista](#))

Na sociedade tradicional, a lei e as regras do viver em comum parecem vir de fora do indivíduo – da profundidade dos tempos, do saber ancestral da *comunitas* – e o mundo social é apreendido como um dado imutável. Neste sentido, o passado é sempre uma fonte constante de legitimação. Se o mundo social é entendido como imutável, isto não significa que a tradição o seja; pelo contrário, para fazer durar algo, a tradição é necessariamente plástica e seu tempo é o presente visto que é a partir deste que o passado é revisitado e toma forma. Numa concepção tradicional da vida política, o homem negocia com seu destino – portanto, é sujeito de vontade – mas não é senhor do mesmo; de igual forma, negocia com a [autoridade](#) constituída mas não se sente responsável perante ela; e, do ponto de vista da atuação política, analisa os sinais presentes com os olhos atentos aos exemplos de ações resgatadas do passado – eis a *virtù* do príncipe de Maquiavel, que torna imanente a tradição para jogar mais luz sobre o novo. Portanto, o que vai diferenciar o indivíduo neste tipo de sociedade do indivíduo da democracia moderna não será a existência da atitude voluntarista e sim o lugar submisso que ocupa no projeto social. (v. [Natureza](#) & [Totalitarismo](#))

Na sociedade tradicional, há uma hierarquia social preestabelecida onde o sujeito da ação política só é reconhecido a partir de sua posição de nascimento numa dada ordem jurídico-política. Portanto, qualquer negociação que trave com as outras ordens acima ou abaixo de si tem força e forma referendadas nos usos, costumes e privilégios reconhecidos à sua ordem. Neste sentido, a sua capacidade política está definida pelo seu nascimento – embora, diferente da sociedade de castas, a sua condição de nascimento não seja imutável e possa mudar de uma geração para outra. De qualquer forma, a hierarquia social é reconhecida por todos como certa e são zelosos por aquilo que possa subverter o seu sentido: uma mudança brusca de estado sem estar acompanhada da assunção do papel social que determinada posição implicaria ou, mais superficialmente, um comportamento condizente a ela – os humores do corpo individual submetido ao humor do *corpus* sócio-estamental. (v. [Corporativismo: Teoria & Ideologia](#))

A experiência da [Revolução](#) Francesa trouxe dois paradigmas de participação e negociação política que contrastariam com a forma tradicional, desde então entendida por Antigo Regime. Do ponto de vista das reformas liberais, aboliu-se o sistema de privilégios e todos os cidadãos seriam iguais perante a lei, ou seja, a posição de nascimento não mais definiria a capacidade jurídica ou o acesso a cargos administrativos e sim o mérito e a riqueza; a sociedade foi politicamente nivelada e, desde então, não mais corpos e sim indivíduos autônomos seriam eleitos ou teriam capacidade de voto conforme o seu nível de renda. Ratificando as reformas liberais quanto ao nivelamento político-jurídico da sociedade, a experiência democrática moderna jacobina trouxe à tona a curta experiência da democracia direta (v. [Jacobinismo](#)).

O pensamento conservador do século XIX reclamaria saudosamente a volta da tradição, ou seja, aquilo que passou a ser entendido como Antigo Regime: a volta da sociedade de corpos

como sistema verdadeiro de participação política visto que cada indivíduo encontraria o resguardo em seu *corpus* em vez de se perder – tópico constante da crítica – em meio à atomização política do jogo parlamentar liberal e, pior ainda, em meio aos riscos da isonomia democrática. (v. [Conservadorismo](#)) Fazendo já uma releitura do Antigo Regime com parâmetros liberais quanto à homogeneização político-institucional, a crítica conservadora ao sistema parlamentar-liberal e ao sistema liberal-democrático veria na experiência eletiva dos estados-gerais uma participação política mais autêntica uma vez que as vozes dos mais longínquos rincões se faziam ouvir por seus delegados, deputados ou procuradores. Haveria, neste sentido, um elo orgânico que uniria a sociedade de uma ponta a outra, sem as disputas de interesses particulares do jogo parlamentar liberal que, distante do calor da sociedade, pouco representaria as suas várias vozes e, portanto, o assim constituído interesse público.

É interessante observar que este é um ponto que voltou ao plano político nos anos de 1960 e 1970 do século XX, quando o processo de descolonização afro-asiático e a defesa dos direitos civis de minorias – marcadamente na [Europa](#) e nos EUA – trouxeram tópicos de crítica ao sistema representativo liberal-democrático e suas hierarquizações. (v. [Burocracia](#)) Mulheres, estudantes, marginais, pobres, minorias (étnicas, religiosas, sexuais, etárias) saíram do anonimato e do esquecimento para por em cheque a morte do sujeito decretada pelos estruturalistas. (v. [História](#) & [Homossexualidade e Revolta](#)). No entanto, paradoxalmente, passou-se a viver em meio a um pluralismo crescente que vinha acompanhado de um ceticismo generalizado acerca de se defender algum princípio moral e, por fim, tem-se silenciado aquilo que é fundamental para o jogo democrático: o diálogo. Assim, ao mesmo tempo que as sociedades se tornaram economicamente interdependentes – unidas pela globalização dos mercados e pelas novas formas de comunicação de massa –, as suas várias partes se esforçaram em expressar tradições irreduzíveis ao Outro para impor suas vozes antes silenciadas. Poder-se-ia afirmar que – das tradições inventadas e violentamente homogeneizantes dos estados-nação de dentro e fora da Europa no século XIX e até o segundo terço do século XX – se passou ao pluralismo de várias vozes irreduzíveis dentro de cada país. (v. [Nacionalismo](#), [Teoria Amigo-Inimigo](#) & [Völkish](#))

Talvez o exemplo mais paradigmático deste reviver das tradições sejam os EUA, onde a autonomia do indivíduo tendeu a desaparecer em vários momentos do cotidiano e sua responsabilidade voltou a diluir-se no pertencimento a um novo tipo de *corpus*, esperando-se que sua posição seja marcada com certa atitude e comportamento perante os Outros, ou seja, conforme as marcas do visível, a cada indivíduo é imposto um grupo: ser negro, ser judeu, ser católico, ser protestante, ser evangélico, ser gay, ser muçulmano, ser xicano, ser adolescente, ser mulher, ser branco, ser ítalo-americano, ser afro-americano; bairro negro, bairro branco, bairro chinês, bairro italiano... O desejo de se tornar senhor de seu próprio destino, de se submeter às suas próprias leis, que deveria ser uma exigência política, tornou-se uma exigência social e especialmente restrita, ameaçando as possibilidades da tolerância e impossibilitando que os indivíduos tenham definitivamente a impressão de participar da condução dos assuntos públicos. (v. [Alteridade](#) & [Sociedade Civil](#))

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

- KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- MAYER, Arno. La Persistence de l’Ancien Régime. Paris, Flammarion, 1990 (1981).
- RENAUT, Alain. O Indivíduo: reflexões acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro, DIFEL, 1998.

SILVA, Maria Manuela Souza e. A História em tempos de pós-modernidade – Alguns Comentários. Rio de Janeiro, Phoênix, 1998(4): pp. 345-361.

TODOROV, Tzvetan. O Homem Desenraizado. Rio de Janeiro, Record, 1999.

VIANNA, Alexander Martins. O Ideal e a Prática de governar: o Antigo Regime no Brasil colonial, 1640-1715. Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)

TRANSIÇÕES TUTELADAS. Na Argentina e no Brasil, os regimes militares não possuíam recursos nem projetos para a crise econômica e financeira que se abateu a partir de meados do anos de 1970 sobre o continente e recolhiam-se de forma acabrunhada ao imobilismo, enquanto manifestações de massa ocupavam as ruas. Foi nesse clima que se organizou a transição entre [ditadura](#) e um regime democrático-representativo. A questão básica residia na forma que tal transição assumiria, com seus riscos e conseqüências. Guillermo O'Donnell distinguiu, nesse processo, duas formas clássicas de transição: as rápidas, com forte ruptura com o regime vigente, denominadas de *transição por colapso*; as lentas e graduais, seguras para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças interessadas na mudança. Estas seriam denominadas *transições pactuadas*.

Desde logo, podemos perceber que a Guerra das Malvinas em 1982 e a derrota humilhante dos militares argentinos acelerou o processo de transição naquele país, enquanto no Brasil o relativo êxito dos militares em qualificar os atores para o diálogo em vista do retorno do Estado de Direito prolongou, até 1985, a presença da ditadura e criou as bases para a tutela posterior do regime democrático.

Na Argentina, a saída dos militares do cenário político em 1983, com a eleição de Raúl Alfonsín da União Cívica Radical (UCR) – um crítico solitário da aventura bélica dos militares – e o convencimento da UCR de que a defesa dos direitos humanos e a punição dos seus violadores eram o meio de diferenciação e de ganhos face ao [peronismo](#), identificando o governo Alfonsín com a punição dos militares. (v. [Política e Direitos Humanos](#)) O peronismo estava convencido de sua superioridade eleitoral e, ao mesmo tempo, de ser o principal antagonista dos militares, o que leva um grupo jovem de políticos do justicialismo a propor o *esquecimento* e a *união nacional* como melhor forma de levantar o impedimento que as forças armadas haviam lançado sobre o partido. (v. [Ditadura e Memória](#)) Esta linha de ação, mais tarde fundamentada na imperiosidade da estabilidade, será a marca dos dois mandatos do presidente Carlos Ménen.

No Brasil, entretanto, as forças políticas de oposição, lideradas por políticos tradicionais – alguns haviam apoiado o golpe de 1964 ou propunham-se como interlocutores qualificados da ditadura –, como Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, articulavam simultaneamente a transição para o Estado de Direito e a exclusão da [sociedade civil](#) da cena [política](#). Assim, em plena mobilização popular pela eleições *Diretas Já!*, o comando da oposição aceitava a possibilidade de disputar as eleições no colégio eleitoral organizado pela ditadura. (v. [Oposição/Situação](#)) Dessa forma, a necessidade de conquista de votos longe dos comícios e manifestações de rua promoviam amplos acordos e partilhas de poder, principalmente com os dissidentes do partido oficial que, organizados no PFL, indicavam grande número de políticos que haviam servido os militares para cargos ministeriais no novo governo. Mais importante do que isso, *Aliança Democrática* (AD) no mesmo momento que proclama a Nova República, expressão do presidente eleito Tancredo Neves, permite ampla autonomia dos militares, transformando o ministro do exército, Leônidas Pires Gonçalves – intimamente associado ao empresariado e muito popular junto à principal cadeia de rádio, jornais e TVs do país –, em uma espécie de guardião da transição. Um acordo acertado entre a liderança da AD – Tancredo Neves, Ulisses Guimarães – e a dissidência da ditadura – o ex-presidente Ernesto Geisel e o vice-presidente Aureliano Chaves –, denominado o *Acordo de Minas Gerais*, dará garantias de que, em troca dos votos do partido da ditadura (o PDS), o novo governo garantiria o decreto da anistia (recíproca), evitaria processos por violação dos direitos humanos e por corrupção e garantiria a presença dos militares nos altos e lucrativos cargos da economia estatal. Assim, os militares estavam *dentro* do processo de transição, ocupando e limitando o trajeto para a [democracia](#).

Na Argentina, o colapso do governo militar não permitira a plena tutela das forças armadas sobre o novo regime democrático. Assim, todos os atos de limitação do poder civil deveriam

ser tomados entre a derrota nas Malvinas, em 1982, e a posse de Alfonsín, em 1983. Fazia parte desse arsenal de auto-inocentação a *Ley de Pacificación Nacional* e o *Documento Final Sobre la Lucha Contra la Subversión e el Terrorismo*, ambas de 1983, e o decreto nº 2726/83, que decide a destruição dos arquivos públicos com dados sobre a *Guerra Sucia*. Alfonsín (1983-1989), entretanto, cria uma *Comisión Nacional Sobre Desaparición de Personas (CONADEP)*, presidida pelo escritor Ernesto Sábato, que passa a investigar, com o auxílio de inúmeras instituições da sociedade civil, a [tortura](#) e os desaparecimentos. (v. [Repressão e Violência](#)) Aos poucos, um mundo de horror e brutalidade emerge do relatório produzido pela comissão: seqüestros, assassinatos, estupros, seqüestro de crianças, atentados e os inimagináveis *vôos da morte*, quando os opositores eram lançados vivos pelos aviões nas águas geladas do Atlântico Sul.

Alfonsín revoga, através da Lei no. 23.040, a auto-anistia dos militares e, através dos decretos 157/83 e 158/83, abre caminho para o julgamento dos líderes militares e dos *guerilleros* de esquerda. Da mesma forma, inicia uma ampla reforma das forças armadas e o processo para sua plena inclusão no novo sistema democrático, distinguindo os atos de violação dos direitos humanos cometidos sob a ditadura das forças armadas enquanto instituição nacional. O Comando Supremo das Forças Armadas reage, já em 1984, e questiona a suspensão da anistia, enquanto a baixa oficialidade prepara-se novamente para intervir. Os atos de rebelião militar, doravante, terão um aspecto diferente e marcarão o cenário político argentino dos anos de 1980 com o fenômeno dos *carapintadas*, os militares que tomam seus próprios quartéis em protesto contra o governo. Não se trata aqui de uma verdadeira tentativa de golpe, nem mesmo havia consenso nas forças armadas para uma nova aventura. Na verdade, os militares tentavam paralisar a ação do governo, demonstrando que poderiam dificultar muito a administração Alfonsín, já envolvida em uma catástrofe econômica. O governo e a opinião pública dividem-se, então, entre aqueles que defendiam a punição exemplar – que deveria mostrar que novas aventuras militares seriam exemplarmente castigadas – e aqueles que acreditavam que o esquecimento – revestido da idéia de *pacificación* e *unión nacional* – era o melhor caminho para a estabilidade da política do país. Assim, as rebeliões protagonizadas pelo tenente-coronel Aldo Rico, em 1987, e pelo coronel Mohamed Ali Seineldin, *el turco*, em 1989, pressionam o governo a encerrar as medidas judiciais contra os militares, o que culmina na *Lei da Obediência Devida* de 1988, isentando o oficialato médio, e a *Lei do Ponto Final* de 1987, limitando os processos contra os militares. A derrocada do governo Alfonsín e a eleição de Carlos Ménen (peronista) acabam por isentar os militares de outras responsabilidades. Face a um novo levante *carapintada*, em 1990, Ménen concede indulto geral aos militares, anistiando inclusive os chefes das juntas militares da ditadura, que são libertados. Assim, o Alto Comando Militar e o peronismo são reconciliados em detrimento das demandas da sociedade civil por [justiça](#).

No caso brasileiro, a manifestação frontal das forças armadas tornou-se desnecessária. Os militares estavam perfeitamente incorporados à Nova República e, já na Constituição de 1988, através de ostensiva ação junto aos partidos de direita, haviam conseguido incorporar ao texto constitucional um artigo que garantia o papel das forças armadas como responsáveis pela segurança e pelas ordens *externa* e *interna* da nação. (v. [Partido Político de Direita](#)) Aliás, a Constituinte que devolve o Estado de Direito ao Brasil é marcada pelo seu caráter limitado e tutelado. Os trabalhos são abertos e dirigidos pelo Supremo Tribunal Federal, que estabelece um sem número de cláusulas pétreas, intocáveis pelos constituintes. O interessante a notar é que o Supremo Tribunal, com membros indicados pelo executivo ditatorial, mantivera-se em silêncio durante toda a ditadura. Da mesma forma, o chamado *Centrão* – reunião de partidos de centro e direita – acata uma série de imposições das forças armadas – inclusive, a intocabilidade da chamada comunidade de informações –, apoiando a extensão do mandato do presidente José Sarney, 1985-1989 – vice indicado pela AD na chapa de Tancredo Neves,

falecido antes da posse –, estendendo ao máximo a transição e criando as chamadas MPs, medidas provisórias, que davam ao executivo capacidade de legislar em qualquer campo da administração pública. Mantinha-se, assim, uma das características centrais da ditadura militar: o poder de legislar do executivo. Portanto, malgrado os começos diferenciados das transições argentina e brasileira – uma por colapso, outra negociada –, os processos acabam convergindo para uma abertura incompleta e tutelada. As pautas comuns dos pactos de abertura – tanto na Argentina quanto no Brasil, Chile e Paraguai – são alcançadas, principalmente o esquecimento sobre as violações dos direitos humanos e os crimes de corrupção. (v. [Baderna](#) & [Ditadura e Violência](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

- CHERESKY, I.; CHONCHOL, J.. Crise e Transformação dos Regimes Autoritários. Campinas, UNICAMP, 1986.
- MacSHERRY, P.. Incomplete Transition. Military Power and Democracy in Argentina. New York, St. Martin's Press, 1996.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L.. Transiciones desde un gobierno autoritario. Buenos Ayres, Paidós, 1988.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1968: Memórias, Esquinas e Canções. In: ACERVO/Arquivo Nacional. Brasília, 1998(11): pp. 7-24.

Site: <http://www.ukinet.com/desaparecidos/castellano/numeros.htm>.

TRATADO DE LATRÃO. Expressão utilizada para caracterizar os tratados assinados entre a Santa Sé e o governo fascista italiano em 11 de fevereiro de 1929, assim denominado em homenagem à igreja episcopal do papa, São João de Latrão. Pondo fim à chamada Questão Romana, como ficara conhecido o conflito entre Estado e Igreja Católica advindo da Unificação em 1870, os termos do Tratado foram elaborados por Francesco Pacelli, irmão do futuro Pontífice [Pio XII](#). As suas origens remontam ao ano de 1925, quando [Mussolini](#) designou uma comissão para estudar uma possível reformulação eclesiástica. No ano seguinte, contatos secretos entre o Estado Fascista e os representantes do Papa Pio XI foram realizados, destacando-se as conversações entre o cardeal Pietro Gaspari e Domenico Barone, conselheiro do Estado. Após regularizar as relações do [Fascismo](#) com a monarquia e com os setores militares, o interesse de Mussolini em estabelecer um acordo com a Igreja veio a público. (v. [Franquismo](#) & [Salazarismo](#)) Neste momento, com assessoria do Ministro da Justiça Alfredo Rocco, o *Duce* assumiu as rédeas da negociação, visando capitalizar a popularidade que o acordo poderia lhe proporcionar. (v. [Concordata e Fascismo](#))

Três questões principais foram definidas pelo Tratado: as primeiras disposições – denominadas Tratado de Conciliação – estabeleciam o reconhecimento mútuo entre o Estado e a Santa Sé, garantindo a soberania da Igreja no denominado Estado da Cidade do Vaticano (*Stato della Città del Vaticano*), abrangendo 44 hectares, juntamente com direitos territoriais sobre várias edificações em Roma; a segunda parte do Tratado – denominada Convenção Financeira – regulava questões financeiras entre o Estado Fascista e a Santa Sé, e Mussolini se comprometeu em pagar como indenização por danos causados pelos quase sessenta anos da questão romana a quantia de 1,75 bilhão de liras; terceiro acordo – denominado Concordata – fixou a religião católica como a única reconhecida no país, eliminando o caráter laico das instituições nacionais. (v. [Baderna](#) & [Ditadura](#)) O papado se comprometeu em manter-se afastado de toda e qualquer disputa temporal entre as nações, assim como de congressos internacionais, enquanto o clero era proibido de atuar em partidos políticos. Foi estabelecida também a obrigatoriedade do ensino da religião católica, enquanto o [casamento](#) religioso passou a ser reconhecido pelas autoridades civis. (v. [Família](#))

O Tratado de Latrão garantiu a Mussolini um prestígio político cada vez maior, levando-o a afirmar: “Estou feliz por alcançar a vitória sobre um problema debatido em vão por estadistas do calibre de Cavour e por santos como D. Bosco”. A partir deste momento, os retratos oficiais mostrá-lo-iam ao lado do Rei e do Papa, possibilitando-o projetar-se como figura de referência para católicos no mundo todo. Mais famosa ainda ficaria a declaração do Papa Pio XI ao afirmar que Mussolini fora o “homem que a Providência nos fez encontrar”, já que o *Duce* não só estabelecera a soberania da Igreja como eliminara do cenário político os tradicionais [inimigos](#) da Igreja: os comunistas e os maçons. (v. [Anticomunismo](#) & [Maçonaria](#)) Nas eleições de Março, poucos meses após o acordo com o Estado, o papado estimulou o apoio dos padres aos quadros fascistas. Como estabelecido nas disposições preliminares à assinatura do Tratado, Pio XI retirou o apoio ao Partido Popular Católico (*Partito Popolare*), partido democrático de expressão semelhante ao *Zentrum* alemão. D. Luigi Struzzo, líder do partido, exilou-se em Londres. Paralelamente, o Vaticano estimulou a [Ação Católica](#) (*Azione Cattolica*) – organização leiga criada por Pio IX – que, em um primeiro momento, veio a representar uma das poucas brechas para uma organização política paralela em meio a um modelo unipartidário, já que era reconhecida pelo Fascismo através do artigo 43 da Concordata. Estas disposições foram, entretanto, sistematicamente desrespeitadas pelos fascistas, levando Pio XI a editar a Encíclica *Non Abbiamo Bisogno* em junho de 1931. Em muitos aspectos, os acordos estabelecidos no Tratado de Latrão inspiraram a Concordata de 1933 com a Alemanha Nazista. Com a queda do [fascismo na Itália](#), as disposições do Tratado foram referendadas pela Constituição Republicana de 1948, tendo sido revisado apenas em 1984. (v. [Fascismo: Movimento](#))

Referências Bibliográficas:

DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores: História dos Papas. São Paulo, Cosac & Naify Edições, 1998.

MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. Le fascisme italien, 1919-1945, Paris, Éditions du Seuil, 1980.

PAYNE, Stanley G.. Historia del Fascismo. Barcelona, Editorial Planeta, 1995.

TANNENBAUM, Edward R.. La experiencia fascista. Madri, Alianza Universidad, 1975.

U

UNIÃO DEMOCRATA CRISTÃ (UDC). A idéia de criação de um partido popular cristão na Alemanha teve origem ainda na década de 70 do século XIX. O propósito do bispo Ketteler, deputado do Parlamento Imperial, levou muitos anos para tornar-se finalmente realidade na forma da União Democrata Cristã – UDC. (v. [Catolicismo Social](#)) Foi só após o término da Segunda Guerra Mundial, mas ainda em 1945, que a UDC começou a se estruturar efetivamente. A primeira fase de organização do partido se deu somente no âmbito dos estados. Em Berlim, a liderança coube ao Dr. Andreas Hermes. O clérigo Kaspar Schulte foi o principal responsável pelo trabalho de arregimentação partidária em Essen. A Westfalia do Norte mostrou-se desde início como um dos estados mais ativos. O grupo de Colônia contou com a militância daquele que seria, mais tarde, o grande nome da União Democrática Cristã, ou seja, Konrad Adenauer. O movimento se espalhou por todo o território nacional, sendo mais intenso na zona sob administração britânica. A etapa seguinte, entre 1946 e 1948, caracterizou-se pela organização do partido em nível regional. Criaram-se, assim, as associações partidárias representativas dos estados. A terceira e última fase de consolidação da UDC foi a que levou a agremiação à condição de um partido nacional presente em todos os estados da Alemanha com exceção da Baviera. (v. [Partido Político de Direita](#) & [Neofascismo na Alemanha](#))

A forma de surgimento do partido – de agremiações locais, passando por estruturas regionais até chegar a ser uma organização nacional – marcou completamente a sua dinâmica interna e fez a UDC um efetivo partido de massa com forte poder de decisão e implementação a nível de suas bases locais – fato que o caracteriza até hoje. (v. [Ideologia](#)) A União Democrática Cristã é um partido de centro-direita, menos conservador que a União Social Cristã, mas igualmente comprometido com a defesa de valores da tradição cristã e da ordem econômica liberal. (v. [Conservadorismo](#) & [Modernismo no Catolicismo](#))

A UDC formou o primeiro Gabinete Federal após a criação da República Federal da Alemanha, sob a liderança do chanceler Konrad Adenauer. Adenauer permaneceu no poder de 1949 a 1963, tendo sido sucedido por seu colega de partido Ludwig Erhard, que seria sucedido pelo terceiro político da União Democrata Cristã a ocupar o posto de Chefe de Governo na República Federal Alemã, Kurt Georg Kiesinger. Assim, a UDC esteve no poder ininterruptamente por 20 anos. Em 1982, com Helmut Kohl, a União Democrática Cristã conquistou a liderança [política](#) outra vez e, desde então, manteve-se à frente do Governo Federal. A UDC conta atualmente com mais de 650 mil militantes ativos e, para apoiar seu trabalho político-ideológico, recorre a diferentes organizações internas, entre as quais as mais importantes são: o Congresso Federal do Partido, a Comissão Federal e a Direção Federal. Ao longo de sua história, a União Democrática Cristã manteve um intenso debate interno onde sempre se destacavam três temas: o compromisso com os valores do Cristianismo, a ordem democrática liberal e a questão social. (v. [Democracia](#) & [Oposição/Situação](#))

Franklin Trein

Referências Bibliográficas:

- GUTJAHR-LÖSER, P.. CSU – Porträt einer Partei. München, Olzog Verlag, 1986
HÖLLER/ZWICK, Taschenatlas – Wahlen 1986 – Bundesrepublik Deutschland. Braunschweig, 1986
OLZOG/LIESE. Die politischen Parteien München. Olzog Verlag, 1987.
SCHÖNBOHRN, W.. CDU – Porträt einer Partei. München, Olzog Verlag, 1986
SCHUBERT/KLEIN. Das Politischelexikon. Bonn, Dietz Verlag, 1987.

UNIÃO DEMOCRÁTICA DO CENTRO (Union Démocratique du Centre). Partido político suíço recriado em 1971 a partir do antigo *Parti des Paysan, Artisan et Bourgeois*, criado em Zurique em 1917. Hoje, a UDC reúne cerca de 70 000 militantes filiados e muitos milhares de simpatizantes dispersos em várias associações diretamente dependentes da UDC, tais como a *Associação por uma Suíça Independente e Neutra*, o *Partido da Liberdade* e movimentos temáticos como o *Droit à Vie* (anti-[aborto](#)), todos com forte caráter anti-União Européia. (v. [Nacionalismo](#) & [Conservadorismo](#)) A base eleitoral da UDC é bastante diversificada, incluindo um grande número de camponeses e pequenos comerciantes, mantendo, entretanto, uma forte presença nos meios da alta finança – os grandes empresários e centenas de milionários. A UDC atingiu mais de 20% dos votos nas eleições de 1999, conseguindo três lugares no Conselho Federal, responsável pelo governo suíço. Vários membros da UDC emitiram numerosas opiniões racistas nos últimos anos, em especial contra os eslavos, islâmicos e ciganos. (v. [Alteridade](#) & [Neo-racismo Diferencialista](#)) A sua principal liderança é exercida por Christoph Blocher, um notório [inimigo](#) da União Européia com assento no Conselho Federal, que considera a unificação econômica européia um meio de limitar a soberania da Suíça, abrindo o país à invasão estrangeira. (v. [Ideologia](#) & [Partido Político de Direita](#)) Da mesma forma, Blocher tem se declarado fortemente contrário às medidas visando indenizar os [judeus](#) que tiveram as suas contas e pertences apropriados pelos bancos suíços durante a Segunda Guerra Mundial, caracterizando as demandas judias como uma questão de dinheiro e não de reparação moral. (v. [Fascismo](#) & [Historiografia do Fascismo](#)) Da mesma forma que seus congêneres – Haider na Áustria e [Le Pen](#) na França –, Blocher mostra-se crítico em relação ao sistema parlamentar e declara seguidamente a classe política suíça como “doente”. (v. [Antigo Regime](#) & [Democracia](#)) Do ponto de vista econômico, um pouco diferente da extrema-direita tradicional, Blocher mostra-se um liberal convencido, acusando os sociais-democratas e os verdes de “comunistas”, pregando a retirada total do Estado da economia e uma redução brusca dos impostos sobre a renda como forma de retomada econômica. (v. [Estado do Bem-Estar Social](#)) Do ponto de vista social, Blocher apresenta-se como um conservador clássico, associando a liberdade e o prazer com a decadência, fazendo que a atual geração seja física e moralmente mais fraca do que as gerações anteriores, explicitando assim os riscos do regime democrático para a população. (v. [Baderna](#) & [Família](#)) A UDC na Suíça, ao lado dos partidos com os quais guarda grande afinidade, como a [CSU](#) na Baviera, o [Partido da Liberdade Austríaco](#) (FPÖ) e a [Frente Nacional](#) na França, além da Aliança Nacional na Itália, compõem um forte bastião de extrema-direita no centro da Europa, assumindo com prazer o papel de uma muralha na “Fortaleza [Europa](#)”, fechada aos islâmicos e eslavos. (v. [Nouvelle Droite](#), [Neofascismo na Alemanha](#), [Pólo da Liberdade](#), [Extrema-Direita na Áustria](#) & [Neofascismo na Rússia](#))

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

(Ver Fascismo)

ULTRAMONTANISMO. Termo que designa a tendência do Catolicismo no século XIX de buscar o fortalecimento do Papado, tanto no governo quanto no magistério da Igreja. Em função disso, os católicos deveriam ver no Sumo Pontífice o principal líder e o mediador entre a sociedade e o mundo espiritual. Além disso, os leigos e os religiosos deveriam ser submissos às iniciativas e às diretrizes da Santa Sé. Tal perspectiva inaugurou uma série de conflitos dentro da instituição católica entre as tendências mais particularistas, como o ***Galicanismo***, com os setores que defendiam o desenvolvimento de um processo centralizador em torno do bispo de Roma. (v. [Conservadorismo](#))

O movimento em prol da centralização da Igreja com características ultramontanas encontrou uma grande acolhida entre leigos e religiosos, que viam no reforço da [autoridade](#) do Pontífice uma forma de combater os abusos de poder dos bispos, fato que vinha ocorrendo em diversas dioceses da [Europa](#). Os papas Gregório XVI e Pio IX, preocupados com o avanço das idéias laicizantes na Europa e, sobretudo, com os defensores da separação da Igreja e do Estado, viram nas idéias ultramontanas e no apoio popular a elas uma alternativa para o seu fortalecimento e aquele da Igreja. Portanto, o movimento ultramontano nasceu da convergência dos interesses do clero e dos leigos com os dos bispos de Roma. (v. [Casamento & Catolicismo Social](#))

Para diversos intelectuais católicos franceses como De Maistre, autor da obra *Du Pape* (1819), o reconhecimento da importância do poder e da liderança do Papa seria importantíssimo para o restabelecimento na França da ordem social e [política](#) centrada na aliança entre o *Trono e o Altar*, abalada durante a [Revolução](#) Francesa. (v. [Antigo Regime & Tradição](#)) O ultramontanismo desenvolveu-se em países tradicionalmente católicos na Europa, mobilizando uma parte significativa do clero e dos leigos que era favorável ao absolutismo monárquico. O movimento ultramontano expandiu-se também para a América Latina, conseguindo a adesão de importantes clérigos e intelectuais ligados à Igreja. As iniciativas leigas e religiosas de propagação e afirmação do Ultramontanismo ganharam o reforço dos Papas que, por conseguinte, passaram a interferir nas reuniões dos bispos que demonstrassem resistências ao processo de centralização da Igreja. Além disso, publicações e revistas discordantes tiveram sua circulação proibida.

Apesar das restrições às vozes discordantes, desencadeou-se entre os católicos uma verdadeira campanha de expansão dos ideais centralizadores, suscitando um grande movimento popular na Europa em defesa da Igreja e do Sumo Pontífice. Além disso, muitos partidários das idéias ultramontanas pensavam que o reforço da autoridade papal livraria a Igreja das pressões e dos comprometimentos com a política dos Estados. Na França, em 1830, muitos católicos ultramontanos, como Lamennais, acreditavam que, ao se exaltar o poder do Papa, a Igreja na França estaria se libertando da interferência do Estado nos assuntos eclesiásticos. (v. [Estatismo & Integrismo](#)) No entanto, para que a Igreja fosse realmente livre, esta deveria apoiar a defesa das liberdades política e civil, econômica e de imprensa para conseguir a sua independência frente ao poder temporal. (v. [Modernismo no Catolicismo](#))

Diante de tal posicionamento, o Papa Gregório XVI – preocupado com o crescimento de uma vertente ultramontana que, a seu ver, começava a extrapolar os limites ao ousar determinar o que a instituição católica deveria ou não admitir e, que ameaçava fugir do controle tanto do Estado quanto da Igreja – impôs sérias proibições e restrições que culminaram com a ruptura de Lamennais com a cúria romana (1834). Os ultramontanos apostaram na criação de alternativas intelectuais, teológicas e políticas para combater o [Liberalismo](#), o Cientificismo, o Socialismo e as correntes de pensamento que defendiam a laicização do Estado, relegando a Igreja à supremacia no domínio do mundo e do poder espiritual. (v. [Ação Católica](#))

Ao buscar dentro de si mesma alternativas para combater e negar o mundo moderno, a Igreja Católica abriu espaço para que intelectuais leigos e, sobretudo, clérigos que não eram de

origem nobre ascendessem na carreira intelectual e eclesiástica dentro da instituição. O objetivo era a criação de um clero fiel às prerrogativas do poder papal e desligado dos particularismos e dos compromissos com os prelados galicanos e com os que eram contrários ao processo de centralização da Igreja em torno do Papa. O maior investimento do movimento ultramontano foi a reestruturação da atividade missionária da Igreja dentro e, principalmente, fora da Europa a fim de que se estruturassem na África e na Ásia circunscrições eclesiásticas que seriam, desde o nascedouro, afinadas ao processo de subordinação e respeito à autoridade do papado. O poder papal na Igreja na vertente ultramontana foi consagrado com a proclamação do dogma da infalibilidade do Papa durante o Concílio Vaticano I (1870), iniciado e não concluído no pontificado de Pio IX.

Patrícia Teixeira Santos

Referências Bibliográficas:

- AZZI, R. O altar unido ao trono um projeto conservador. São Paulo, Paulinas 1992.
- BOFF, Lina. Espírito e missão na teologia: um enfoque histórico e teológico, 1850-1930. São Paulo, Paulinas, 1998.
- BOUTRY, Phillippe. Le mouvement vers Rome et le renveau missionnaire. In RÉMOND, René; LEGOFF, Jacques. Histoire de la France Religieuse, v. 3. Paris, Éditions du Seuil, 1991.
- CHRISTOPHE, Paul. Pequeno dicionário de História da Igreja. São Paulo, Paulinas, 1997.
- CORRIGAN, R. A Igreja e o século XIX Rio de Janeiro, Agir, 1946.
- ENCHIRIDION DELLE ENCICLICHE. no. 2. Gregório XVI - Pio IX 1831-1878. Bologna, Edizione Dehoniane Bologna, 1998.
- FLICHE, A.; MARTIN, F.. Histoire de l'Église, v. 24. Paris, 1924.
- GONZALEZ, Fidel. Movimento missionario e storia della sanità nel Piemonte del sec. XIX. In Archivio Comboniano 1995/2. Verona, 1995.
- LAMENNAIS, Félicité de. Palavras de um homem de fé. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- SANTOS, Patricia Teixeira. Regenerar a África pela África: o projeto de evangelização da África Central de D. Daniele Comboni, vigário apostólico (1864-1881). Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História/UFF, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)

URBANISMO. Estudo macro do desenho urbano, ou seja, estuda-se o plano da cidade. O espaço urbano começa onde é o limite externo da [arquitetura](#), guardadas as devidas proporções. Este planejamento ocorre na definição da infra-estrutura e espaços aparentes do uso comum da cidade. Neste sentido, atuará necessariamente na morfologia da cidade e nas suas estruturas de funcionamento. A definição e a utilização destes espaços diferem-se com o passar do tempo. Após a Revolução Industrial, houve uma grande reformulação do espaço público. O sistema fabril foi o responsável por inúmeros êxodos populacionais que resultaram num crescimento urbano acelerado, embora a maioria da população ainda permanecesse no campo. O crescimento das cidades ia sendo sentido ao mesmo tempo em que as fábricas se multiplicavam e a população se concentrava ao seu redor. A industrialização e o surto demográfico tornaram premente às cidades a necessidade de expansão. No entanto, a construção de habitações não acompanhou tal crescimento demográfico de uma forma planejada. Assim, as acomodações em casas de cômodo, em quartos de porão e em cortiços deixavam muitas vezes a população desprovida de água, esgoto e luz.

A presença das fábricas e a situação precária de alimentação, de saúde e de moradia fizeram crescer uma ameaça à saúde dos mais desprovidos. O cólera, o tifo e a tuberculose estavam entre as mais comuns endemias urbanas. Em função deste problema, começa a se desenvolver um discurso higienista nas cidades pelo qual se legitima a extinção deste tipo de moradia e o conseqüente fechamento e desmoraçamento dos cortiços. (v. [Favela](#)) Na cidade do Rio de Janeiro, a derrubada do cortiço “Cabeça de Porco” foi um exemplo deste tipo de [política](#). (v. [PENNA, Belisário](#)) Reformas urbanas foram sendo implementadas, conhecidas num conjunto maior como reformas urbanas de Pereira Passos e o discurso político de [cidadania](#) cederia espaço a um discurso médico. (v. [Eugenia](#)) O medo da proliferação de doenças por parte das elites governantes sustentou uma ação de despojamento desta população pobre de suas antigas e precárias moradias – próximas ou inseridas no lugar de seus trabalhos –, sendo transferida para áreas específicas determinadas pelo governo. A maioria se localizava nos arredores da cidade e distante do centro urbano. (v. [Conservadorismo](#))

De uma forma geral, as sociedades ao longo dos tempos sentem a presença mais marcante da urbanização que se desenvolve dentro de padrões de seu tempo e governo. Na Alemanha nazista, por exemplo, foram postos em prática planos de reformas gigantescas, abrindo grandes vias por onde o Exército e toda a sua indumentária poderiam desfilar e se locomover rapidamente – quadras ortogonais bem definidas e com limites claros faziam parte do plano urbanístico deste regime. O eixo monumental que corta a malha urbana e serve de palco principal para o desfile das tropas se torna uma marca quase que obrigatória para este tipo de intervenção. (v. [Guerra & Militarismo](#)) Os grandes espaços livres urbanos foram largamente utilizados nas grandes transformações feitas nesta época, como o exemplo da cidade de Berlim, que foi quase toda reformada e reprojeta para atender as necessidades da modernidade e a responsabilidade da sua eminente sina: ser capital mundial. (v. [Modernismo nas Artes](#)). No Brasil, a abertura da Avenida Presidente Vargas do Rio de Janeiro, com suas vias bastante largas para a época, além de fazer parte de uma política estadonovista de valorização do líder – Getúlio Vargas –, também é característica de uma construção urbanística de acordo com os modelos dominantes – modelos estes de monumentalidade e de grandeza na forma que enquadrasse a população como massa numa participação política marcada pela “[estética](#) em cena” que criava um elo orgânico e funcional entre os diferentes agrupamentos sociais. (v. [Populismo](#)) No entanto, o mesmo espaço aberto que serve para a multidão esteticamente “fazer a cena” serve também para um fácil deslocamento das forças da repressão a tudo que questionasse a sua ordem funcional. (v. [Estado Novo: Historiografia](#)). Neste sentido, o espaço expressa poder e o urbanismo tem influência mais ou menos direta na vida das pessoas. O entendimento urbano é muito mais amplo que o seu similar arquitetônico,

pois o traçado urbano é geralmente mais complexo que a peça arquitetural, no sentido de que a cidade possui uma abrangência de interesses bem maior e de acomodação espacial nem sempre a-conflitual. Um traçado urbano pode tanto supor este conflito quanto negá-lo, incorporando as diferenças funcionalmente e aludindo na harmonia dos traços uma harmonia social. (v. [Fascismo](#))

Fernanda Guimarães Correia

Referências Bibliográficas:

- BURNS, Edward. História da Civilização Ocidental. São Paulo, Globo, 1995. v.2
HOBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
KOCH, Wilfried. Dicionário dos Estilos Arquitetônicos. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
PEVSNER, Nikolas. Panorama da Arquitetura Ocidental. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
REICHEL, Peter. La fascination du nazisme. Paris, Ed.Odile Jacob,1993.

V

VÖLKISCH. O termo, conforme o “Deutsches Wörterbuch” (1985), significa o que é relativo a um Povo (Volk), sua particularidade (Eigen-art), o que dele deriva (ausgehend). Já no “Deutsches Universal Wörterbuch” (1989), lê-se que “völkisch” foi o significado peculiar de “Volk und Rasse” (Povo e Raça) dentro do racismo e anti-semitismo da [ideologia nacional-socialista](#) e, conforme o “Langenscheidts Grosswörterbuch” (1993), o termo foi usado frequentemente nos escritos do nacional-socialismo com o significado de étnico e de racista. (v. [Eugenia](#)) O que dizem outros dicionários sobre os termos etnia e raça?

Conforme Aurélio Buarque de Holanda no seu “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, “etnia” é definida como “grupo biológico e culturalmente homogêneo”; “raça” é “o conjunto de indivíduos cujos caracteres somático, tais como a cor da pele, a conformação do crânio e do rosto, o tipo de cabelo, etc, são semelhantes e se transmitem por hereditariedade, embora variem de indivíduo para indivíduo”. Entre tais termos não há sinonímia. Ao definir “etnia”, Lúcio LEVI (1986:449) também não faz uso da raça como critério essencial e isto por falta de fundamentação científica. Para ele, os únicos fins com que se tem usado a raça para definir a etnia são para “justificar a discriminação e alimentar o ódio racial e manter a hostilidade entre os grupos humanos”. (v. [Alteridade](#)) Assim, é possível perceber como o nacional-socialismo se apropriou ideologicamente de um vocábulo derivado de “Volk”, associando-o à etnia e à raça. (v. [Leis de Nuremberg](#) & [Reich](#)) Mas as dificuldades e as confusões de [natureza](#) lingüística se tornam ainda maiores se lembrarmos que em alemão *Volk* tanto pode ser povo quanto nação (HOBSBAWN, 1990). Ainda conforme Lúcio LEVI (1986:450), para quem “etnia é um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território”, observando-se os caracteres étnicos fica evidente que eles “definem grupos que são diferentes dos grupos nacionais”. Assim, “etnia” distingue-se de “nação”, sendo arbitrária a “pseudo-teoria dos caracteres nacionais que dá por verdadeira a existência de uma afinidade étnica entre os membros dos Estados Nacionais”. Esta pseudo-teoria fundamentou a lenda sobre a origem da nação como sendo anterior ao Estado, quando “a experiência histórica demonstra que é o Estado que cria a nação”. (v. [Conservadorismo](#) & [Nacionalismo](#))

Vendo a “nação” como ideologia de um determinado Estado (ROSSOLILLO, 1986:797), a “nação” reflete o “tipo de situação de poder”. “O caráter ideológico da Nação explica também as mudanças de enfoques – nas diferentes situações históricas – com que são abordados seus diversos e contraditórios conteúdos representativos”. “Por ser a ideologia de um Estado, precisará adaptar-se no seu conteúdo às diferentes exigências da razão do Estado”. E foi isto que o nacional-socialismo fez com seu programa racista e especificamente anti-semita. (v. [Inimigo](#)) É preciso lembrar com Nicola MATTEUCCI (1986:1061) que foram o nacionalismo – para o qual uma nação é superior às outras – e depois o [imperialismo](#) – obrigado a justificar o domínio colonial – que deram novo impulso à difusão de teorias racistas. Assim, no decorrer do século XIX, a idéia de nação é identificada com a de raça. “O sangue passou a ocupar o lugar da língua e o primitivo se converte num mistério mítico e mitológico: está aberta a porta do misticismo da raça superior”. E “no caso alemão, concepções de superioridade racial estão presentes nas diferentes expressões do nacionalismo que marcaram a construção ideológica da nação alemã desde o início do século XIX” (SEYFERTH, 1994:19). (v. [Liga Pangermânica](#) & [Suástica](#))

O partido de [Hitler](#), que desde o começo pertenceu a grupos anti-semitas e etnicamente alemães (“deutsch-völkisch”), foi influenciado, entre outros, por [Gobineau](#) com a sua teoria das raças, à qual deu um colorido anti-semita, sendo o [judeu](#) a “encarnação do mal”, considerado aquele que podia corromper o sangue puro da raça ariana. (v. [Protocolos dos Sábios de Sião](#)) Para os nazistas, o alemão judeu seria sempre um impostor. Os judeus, devido ao sêmen de Abraão, seriam sempre judeus, não importando qual fosse o passaporte que carregassem consigo ou as línguas que falassem ou lessem (ANDERSON, 1989:162). O judeu

não era um “deutschvölkischer Individuum” (isto é, um indivíduo etnicamente alemão) e, por isso, não estaria interessado na renovação germânica (“germanische Erneuerung”). (v. [Pangermanismo](#)) A idéia central do programa do partido era a fusão de todas as partes do Povo numa comunhão nacional (excluindo a luta de classe, amainando as diferenças sociais) e o extermínio do [judaísmo](#). (v. [Corporativismo: Teoria](#)) O “Völkisch” – presente no movimento político de conotações racistas – era desvinculado da origem da palavra, sendo a etimologia substituída pela ideologia. (v. [Repressão e Violência](#) & [Fascismo](#))

Helga Iracema Landgraf Piccolo

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo, Ática, 1989.

BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília, UnB, 1986. (v. verbetes **Etnia, Nação e Racismo**)

HOBBSBAWN, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas, Ed. ULBRA, 1994.

W

WALT DISNEY (BIOGRAFIA POLÍTICA). Walter Elias Disney Jr. nasceu em 1901, em Chicago, sendo o quarto filho de uma rígida família fundamentalista. (v. [Fundamentalismo Cristão](#)) Marcado por uma infância difícil, sofrendo com os constantes castigos físicos aplicados pelo pai, Walter se alistou no exército quando os Estados Unidos entraram na Primeira Guerra Mundial. Mesmo tendo ainda 17 anos, forjando assinaturas para legitimar a maioridade, foi enviado para a França, onde serviu na assistência de feridos. Nesta época já pintava caricaturas e outros desenhos para os seus colegas de tropa, enviando regularmente ensaios para firmas de publicidade. Com o fim da guerra, Walter transferiu-se para Kansas, onde conheceu o universo da animação – uma técnica que se desenvolvia rapidamente. (v. [História em Quadrinhos](#)) Associado ao irmão Roy, empenhou-se na produção de *cartoons*, desenhos animados geralmente exibidos antes da atração principal dos cinemas, obtendo um progresso expressivo nesta área. O lançamento do desenho sonorizado *Steamboat Willie* em 1928 projetou o camundongo Mickey, tornando-se um grande sucesso e alçando os Disney para vãos cada vez mais altos. Transformado em ícone da América, Mickey Mouse representava a virtude e o otimismo necessários para vencer a Grande Depressão. (v. [Nova Direita nos Estados Unidos](#)) A imagem do simpático ratinho amenizava as críticas que Hollywood recebia de setores mais conservadores da sociedade americana, que viam no [cinema](#) um produtor de mensagens de violência e lascívia. (v. [Homossexualidade e Política](#)) O sucesso de Mickey possibilitou a Walt Disney idealizar uma galeria de outros personagens. Lançado em 1933, o desenho *Os Três Porquinhos*, baseado em uma história dos irmãos Grimm, emplacou a canção *Quem tem medo do lobo mau?* que, segundo alguns analistas da época, teria inspirado Roosevelt no famoso jargão do New Deal: “*The only thing we have to fear, is fear itself*” (A única coisa que devemos temer é o próprio temor). A cena em que o lobo mau aparece à espreita dos inocentes porquinhos vestido com o estereótipo do mascote [judeu](#) – roupão, óculos redondos e barba – gerou uma instantânea reação de organizações judaicas. Para muitos círculos anti-semitas norte-americanos, um dos grandes méritos de Disney, um protestante bem-sucedido, estava justamente em conseguir abrir espaço em meio a uma área dominada por judeus. (v. [Fundamentalismo Cristão e Política](#)) Em uma espiral de sucesso e reconhecimento, Disney aventurou-se na produção do primeiro longa-metragem animado, *Branca de Neve e os Sete Anões*, lançado em 1937, considerado um dos melhores filmes do ano. (v. [Alteridade](#)) Nesta época, o “tio Walt”, como gostava de ser chamado, freqüentava reuniões do Partido Nazista Americano, embora procurasse não aparecer filiado ao [fascismo](#), preferindo optar pelo ingresso na *American First* (Primeiro da América), assumindo a franca postura de isolacionista nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

A projeção que Disney alcançara em Hollywood levou o FBI a cooptá-lo para a sua rede de informação, tendo no mundo do cinema uma das mais importantes áreas de atuação. A influência dos artistas para opinião pública somava-se à crescente participação dos [sindicatos](#) entre os profissionais da área. (v. [Inimigo](#)) Contactado por J. Edgar Hoover, Disney comprometeu-se em enviar periodicamente relatórios a respeito de atividades consideradas subversivas em troca de ajuda do FBI para esclarecer algumas dúvidas que lhe atormentavam desde a infância: desconfiava ser filho adotivo e gostaria de saber quem seriam os seus verdadeiros pais. A cooperação com o FBI foi ainda reforçada por questões profissionais imediatas, quando os trabalhadores de seu estúdio entraram em [greve](#). (v. [Conservadorismo](#)) Evitando o desgaste de sua imagem em um momento crítico, Disney concordou em fazer uma viagem pela América do Sul, estreitando as relações dos Estados Unidos com estes países em meio à Política da Boa Vizinhança. Anunciado como *Embaixador Walt Disney, um Patriota Americano em Ação*, desenvolveu em sua estadia no Brasil as primeiras idéias do filme *Você já foi à Bahia?*, claramente identificado com a divulgação do ideal pan-americano. (v. [Imperialismo](#) & [Neocolonialismo](#)) Combinação de desenho animado com atores reais, Zé

Carioca apresentou o Brasil ao Pato Donald, tendo o amigo norte-americano se encantado com os ritmos brasileiros, as belezas naturais e a graça das baianas, aliás todas brancas, sendo excluídas até mesmo as mulatas. (v. [Eugenia](#))

Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, Disney foi convidado a produzir filmes animados de treinamento para os soldados. A popularidade dos seus personagens, entretanto, logo o fez também produzir filmes de propaganda, com destaque para *Der Führer's Face*, onde o Pato Donald aparecia debochando de [Hitler](#). Ao mesmo tempo em que se destacava como patriota empenhado na guerra, sugerindo que cada um na América tinha que fazer a sua parte, Disney tornou-se um dos sócios fundadores da *Motion Picture Alliance for the Preservation of American Ideals* – MPA – (Aliança do Cinema Americano para a Preservação dos Ideais Norte-Americanos), comprometida com a erradicação do comunismo no meio artístico. (v. [Baderna](#)) Crítica do que considerava indulgência de Roosevelt com os comunistas, a MPA – a esta altura tendo Walt Disney na vice-presidência – logo integrou-se a House Un-American Activities Committee (Comissão das Atividades Anti-Americanas), atacando muitos dos talentos de Hollywood e prenunciando o Macartismo. (v. [Hollywood e o Macartismo](#))

Com a morte Roosevelt ao final da Segunda Guerra Mundial e o início da [Guerra Fria](#), a atuação de Disney na caça aos comunistas ganhou um terreno ainda mais propício. Com a intimação de quase cinquenta grandes nomes do meio cinematográfico para depor contra o comunismo, a HUAC teve Disney como uma das “Testemunhas Cooperativas”, como ficaram conhecidos aqueles que prestaram depoimento por espontânea vontade. Em 1949, em oposição ao seu virulento [anticomunismo](#), a União Soviética proibiu a exibição de seus filmes em suas áreas de influência, angariando a Disney ainda mais reconhecimento interno e abrindo-lhe novas oportunidades. Em 1953, começaram os projetos para aquele que considerava ser o maior projeto da sua vida: a Disneylândia, inaugurada dois anos depois. Disney faleceu em dezembro de 1966, deixando uma marca de projeção mundial e um nome indelevelmente ligado ao universo de valores americanos e ao entretenimento familiar. (v. [Casamento](#), [Família](#) & [Masculino/Feminino](#))

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

- DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. How to Read Donald Duck: Imperialist Ideology in the Disney Comic. New York, International General, 1975.
- ELIOT, Marc. Walt Disney, o Príncipe Sombrio de Hollywood. Porto Alegre, Marco Zero, 1995.
- MOURA, Gerson. Tio Sam chega ao Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- SMOODIN, Eric. Animating Culture: Hollywood cartoons from the sound era. New Jersey, Rutgers University Press, 1993.

Z

ZANINE, Armando. Nascido no Rio de Janeiro, em 1930, Armando Zanine, um oficial da Marinha Mercante e ex-militante do Partido Socialista Brasileiro, tornou-se conhecido ao fundar, em 1985, o PNSB (Partido Nacional Socialista Brasileiro), baseado no partido nazista alemão. Esse partido, que se denominava sem rodeios de nazista, pleiteou por várias vezes o seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral a fim de lançar candidatos próprios aos diversos cargos políticos, obtendo a rejeição do TSE em todas as suas investidas por se chocar com vários pontos do artigo 17 da Constituição Brasileira, que se refere à liberdade de criação de partidos políticos desde que sejam resguardados os direitos fundamentais da pessoa humana. Ainda que não tenha sido legalmente registrado, o PNSB, dissolvido há poucos anos, contava com filiados em vários estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná. O seu principal grupo de sustentação era o movimento dos *carecas*, considerados os [skinheads](#) brasileiros. Quando em atividade, o PNSB esperava lançar como estratégia eleitoral candidatos infiltrados em outros partidos que, num primeiro momento, não apresentariam sua inclinação nazista, temendo a impugnação de suas candidaturas. O partido chegou a esboçar a criação de alguns movimentos pretensamente de massas, como a *Força Nacional-Socialista dos Trabalhadores*, a *Ação Feminina* e a *Juventude*, além de idealizar o *Centro Cultural Gustavo Barroso*, em homenagem ao intelectual integralista e anti-semita. (v. [Antisemitismo no Brasil](#) & [Juventude](#)) Nas entrevistas concedidas à imprensa, Zanine – simpatizante das idéias de [Hitler](#), [Mussolini](#) e [Enéas Ferreira Carneiro](#) (“*os carecas e o Enéas foram as melhores coisas que surgiram nesses últimos anos no que se refere a Brasil*”) – expõe com convicção e sem hesitar o seu pensamento nitidamente conservador que tem atraído muitos adeptos e provocado grande polêmica. (v. [Fascismo](#)) A base de seu raciocínio é o [nacionalismo](#) exacerbado, xenófobo, apoiado na construção do que denomina “*raça brasileira*”, na qual seriam aceitas pessoas de todas as raças e religiões “*obrigatoriamente brasileiras*”. (v. [Prussianismos Brasileiros](#)) Ao contrário do racismo nazista, negros e mestiços seriam bem-vindos já que “*raça ariana só existe na Europa*”. (v. [Neo-racismo Diferencialista](#)) A religião ideal, por seu turno, deveria ser voltada para “*Deus, natureza, humanidade e Pátria*”, à semelhança do discurso da [Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade \(TFP\)](#). Além do extinto PNSB, Zanine também é mentor do movimento “*Força Nacionalista Brasileira*”, levando adiante o seu projeto de construção da “*raça brasileira*” e anunciando a plataforma de uma Pátria genuinamente nacionalista. Nela, os serviços básicos como educação, saúde e telecomunicações seriam estatais; as empresas a serem privatizadas não poderiam ser vendidas para o capital estrangeiro para evitar que as estatais fossem entregues ao “imperialismo judeu” (v. [Protocolos dos Sábios de Sião](#)); “crimes contra a Pátria, como naturalização de brasileiros e integração do continente através do Mercosul”, seriam punidos através da instituição da pena de morte; haveria controle de natalidade, com a esterilização de casais “que não pudessem gerar filhos sadios para formar a raça brasileira” (v. [Operação Eutanásia](#)); haveria a obrigatoriedade do serviço militar e do voto; proibição da imigração (“*estrangeiros só os turistas*”) e da geração de filhos de mãe ou pai estrangeiro. (v. [Nouvelle Droite](#)) Os movimentos separatistas, como os manifestados no Sul do País, também são fortemente criticados pela *Força Nacionalista Brasileira*, considerando que a alteração das fronteiras só poderia ser feita sob a condição de ampliá-la, jamais de reduzi-la, pois isto poria em risco a unidade da pátria. (v. [Imperialismo](#) & [Reich](#)) Quanto à forma de governo, o ex-líder do PNSB sugere a criação de uma nova modalidade, “baseada na [democracia](#)”, com cargo vitalício para o presidente e mudança dos demais cargos a cada quatro anos. (v. [Conservadorismo](#)) Embora não possa se manifestar formalmente sob um partido político próprio, Zanine tem procurado outros canais de divulgação de suas idéias nazistas e vem obtendo relativa aceitação, especialmente entre os mais jovens, desenganados com o mal-estar

generalizado das últimas décadas do século XX. (v. [Ideologia](#), [Ditadura e Memória](#) & [Skinheads e Anomia](#))

Valéria Lima Guimarães

Referências Bibliográficas:

FILLIPI, Marcos. Nacionalista quer criar raça brasileira. In: **O ódio branco ataca novamente**. Revista Bizz. Ano 11, nº 02, edição 115, fevereiro, 1995. pp. 43-47.

SPITZCOVSKY, Jaime. Rezek descarta o registro para o partido das 'viúvas de Hitler'. Folha de São Paulo, 12 de março de 1990.

ÍNDICE

A

ABORTO - Francisco Carlos Teixeira da Silva
AÇÃO CATÓLICA - Francisco J.S.Gomes
AÇÃO SOCIAL BRASILEIRA - Samantha Viz Quadrat
ACTION FRANÇAISE - Frederico José Falcão
AIDS - João Bôsko Hora Góis
ALIANÇA ANTICOMUNISTA ARGENTINA (AAA) - José Luís Bendicho Beired
ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL) - Anita Leocádia Prestes
ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) - Lúcia Grinberg
ALTERIDADE - Ronaldo Vainfas
ANTICOMUNISMO - Rodrigo Patto Sá Motta
ANTIGO REGIME - Alexander Martins Vianna
ANTI-SEMITISMO NO BRASIL - Maria Luiza Tucci Carneiro
APARTHEID - Sílvio de Almeida Carvalho Filho
ARDITI - Mario Cacciaglia
ARMAMENTISMO - Francisco César Alves Ferraz
ARMAS, Posse de - Francisco Carlos Teixeira da Silva
ARQUITETURA - Fernanda Guimarães Correia
ARTE DEGENERADA - Carlos Gilberto Werneck Agostino
ASILO - Maria Clementina Pereira Cunha
ATATÜRK, Mustafá Kemal (Biografia Política) - Alexander Martins Vianna
ATRASO - Antonio Paulo Rezende
AUTARQUIA - Antonio Paulo Rezende
AUTORIDADE/TRADIÇÃO - Maria Efigênia Lage de Resende
AUTORITARISMO - Maria Efigênia Lage de Resende

B

BADERNA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
BORMANN, Martin Ludwig Sabrina Evangelista Medeiros
BULHÕES, Otávio Gouveia de - Marta Skinner de Lourenço
BURKE, Edmund - Sabrina Evangelista Medeiros & Alexander Martins Vianna
BUROCRACIA - Alexander Martins Vianna

C

CAMPONÊS E POLÍTICA - José Carlos Barreiro
CAMPOS, Roberto - Angela Moulin S. Penalva Santos
CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO - Marta Rosa Borin
CARTA DEL LAVORO - Mário Kléber Lanna Jr.
CASAMENTO - Angela Mendes de Almeida
CASSIANO RICARDO - Alessandra Carvalho
CATOLICISMO SOCIAL (SÉCULO XIX) - Francisco J.S.Gomes

CAUDILHISMO - César Augusto Barcellos Guazzelli
CAUDILHISMO: DEBATE HISTORIOGRÁFICO - Francisco Carlos Teixeira da Silva
CAUDILHO - César Augusto Barcellos Guazzelli
CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE OLAVO BILAC (1965)- Alexander Martins Vianna
CHATEAUBRIAND, François René de - Jean-Yves Camus
CHAUVINISMO - Paulo Fagundes Vizentini
CHURCHILL, Winston Leonard Spencer - Alexander Martins Vianna
CIDADANIA - Paulo Penalva Santos
CINEMA - Alcides Freire Ramos
CIVISMO - Lincoln de Abreu Penna
COLLOR, Lindolfo (1890-1942) - Renato Lemos
COMITÊS ANTICOMUNISTAS - Carlos Augustos P. dos Santos
COMPORTAMENTO - João Azevedo Fernandes
CONCORDATA E FASCISMO - Carlos Gilberto Werneck Agostino
CONSENSO DE WASHINGTON - Jean Mac Cole Tavares Santos
CONSERVADORISMO - Alexander Martins Vianna
CONSERVADORISMO DURANTE A DITADURA MILITAR - Carlos Fico
CONSERVADORISMO NO BRASIL IMPÉRIO - Marcello Otávio N. de C. Basile
CONSERVADORISMO NO BRASIL REPÚBLICA - José Murillo de Carvalho
CORONELISMO - Lucília de Almeida Neves
CORPORATIVISMO (Teoria)- Valéria Marques Lobo
CORPORATIVISMO (Debate Político) - Francisco Carlos Martinho
CORPOS FRANCOS (FREIKORPS) - Muniz Ferreira
CSU - Franklin Trein

D

D'ANNUNZIO, Gabriele - Mario Cacciaglia
DARRÉ, Walther - Muniz Ferreira
DARWINISMO (Teoria) - Flávio Silva Farias
DARWINISMO E EVOLUÇÃO - Francisco M. Salzano
DARWINISMO SOCIAL - João Azevedo Fernandes
DEMOCRACIA - Alexander Martins Vianna
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA [DIP] - Daryle Williams
DIREITA ARGENTINA - José Luís Bendicho Beired
DIREITA NO PERU - Lúcio Flávio Vasconcelos
DITADURA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
DITADURA E MEMÓRIA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
DITADURA E VIOLÊNCIA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
DOI-CODI - Luís Edmundo de Souza Moraes
DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL - Francisco César Alves Ferraz
DUSE, Eleonora - Mario Cacciaglia

E

ECONOMIA - Bernardo Kocher
EICHMANN, O Caso - Carlos Gilberto Werneck Agostino

ELITES EMPRESARIAIS - Eli Diniz
EMPRESÁRIOS - Bernardo Kocher
ENÉAS FERREIRA CARNEIRO(BIOGRAFIA) - Carlos Leonardo Bahiense da Silva
ENÉAS FERREIRA CARNEIRO (FENÔMENO POLÍTICO) - Carlos Leonardo Bahiense da Silva
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – Sérgio Murillo Pinto
ESPORTE - Maurício Murad
ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL - Sônia Fleury
ESTADO NOVO: HISTORIOGRAFIA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
ESTADO NOVO EM PORTUGAL - Maria Luiza Nabinger de Almeida
ESTADO NOVO NO BRASIL - Francisco Carlos Martinho
ESTATISMO - Francisco Carlos Martinho
ESTÉTICA - Rosângela Patriota
EUGENIA - Flávio Limoncic
EUROPA - Estevão de Rezende Martins
EVOLUCIONISMO - Francisco M. Salzano
EXTREMA-DIREITA NA ÁUSTRIA - Brigitte Bailer-Galanda & Wolfgang Neugebauer
EZRA POUND (1885 - 1972) - Sabrina Evangelista Medeiros

F

FALANGE ESPANHOLA - Carlos Alberto Coutinho Neves de Almeida
FAMÍLIA - Angela Mendes de Almeida
FASCIO - Loraine Slomp Giron
FASCISMO - Francisco Carlos Teixeira da Silva
FASCISMO: MOVIMENTO - Loraine Slomp Giron
FASCISMO NA ALEMANHA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
FASCISMO NA ITÁLIA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
FASCISMO NO JAPÃO - Carlos Leonardo Bahiense da Silva
FAVELA - Denise Nonato
FEMINISMO - Rachel Soihet
FERRO, Antônio Joaquim Tavares - Marcelo Solino Cristino
FRANQUISMO - Carlos Alberto Coutinho Neves de Almeida
FRENTE NACIONAL - Francisco Carlos Teixeira da Silva
FRENTES POPULARES ANTIFASCISTAS NO BRASIL - Ibirapuan Bernasconi Nunes Avênia Puertas
FUNDAMENTALISMO CRISTÃO - Marion Brepohl de Magalhães
FUNDAMENTALISMO CRISTÃO E POLÍTICA - Marion Brepohl de Magalhães
FUNDAMENTALISMO JUDAICO - Flávio Limoncic
FUTEBOL - Carlos Gilberto Werneck Agostino
FUTURISMO - Ângela Âncora da Luz

G

GENTILE, Giovanni.- Mário Kléber Lanna Jr.
GEOPOLÍTICA - Williams Da Silva Gonçalves
GESTAPO (GEHEIME STAATSPOLITIZEI - POLÍCIA SECRETA DO ESTADO) - Muniz Ferreira

GOBINEAU, Joseph Arthur de - Francisco Carlos Teixeira da Silva
GOEBBELS, Joseph Paul (Biografia Política) - Carlos Gilberto Werneck Agostino
GÖRING, Hermann - Carlos Gilberto Werneck Agostino
GOVERNABILIDADE - José Luís Fiori
GREVE - Marco Aurélio Santana
GUDIN, Eugênio - Angela Moulin S. Penalva Santos
GUERRA - Paulo Fagundes Vizentini
GUERRA FRIA - Sidinei Munhoz
GUERRA FRIA E A DIREITA NORTE-AMERICANA - Sidinei Munhoz

H

HEIDEGGER, O Caso - Roberto Charles Feitosa de Oliveira
HIMMLER, Heinrich - Carlos Gilberto Werneck Agostino
HISTÓRIA - Maria Manuela Ramos Souza e Silva
HISTÓRIA EM QUADRINHOS - Muniz Ferreira
HISTORIOGRAFIA DO FASCISMO - Francisco Carlos Martinho
HISTORIOGRAFIA DO FASCISMO (Interpretações Marxistas) - Alessandra Carvalho
HITLER, Adolf (Biografia Política) - Carlos Gilberto Werneck Agostino
HITLER: HISTORIOGRAFIA - Carlos Gilberto Werneck Agostino
HOLLYWOOD E O MACARTISMO - Antônia Fernanda P.A. Wright
HOLOCAUSTO - Keila Grinberg
HOMOSSEXUALIDADE E FASCISMO - Francisco Carlos Teixeira da Silva
HOMOSSEXUALIDADE E POLÍTICA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
HOMOSSEXUALIDADE E REVOLTA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
HOOLIGANS - Carlos Gilberto Werneck Agostino
HORTHY, Miklos - Muniz Ferreira
HUGENBERG, Alfred - Muniz Ferreira

I

IDEOLOGIA - Leandro Konder
IMPERIALISMO - Paulo Fagundes Vizentini
IMPÉRIO - Paulo Fagundes Vizentini
INIMIGO - Ronaldo Vainfas
INTRASIGENTISMO - Francisco J.S.Gomes
INTEGRISMO - Francisco J.S.Gomes
IUGOSLÁVIA, Crise da - Francisco Carlos Teixeira da Silva

J

JABOTINSKY, Vladimir Zeev - Michel Gherman
JACOBINISMO - Alexander Martins Vianna
JOVENS TURCOS - Leila Maria Corrêa Capela
JUDAÍSMO - Marta Rosa Borin
JUDEU - Nanci Nigri

JUSTIÇA - Paulo Penalva Santos
JUSTICIALISMO - Claudia Wasserman
JUVENTUDE - Marcelo Ridenti

K

KU KLUX KLAN - Valéria Lima Guimarães

L

LACERDA, Carlos - Frederico Oliveira Coelho
LE BON, Gustave - Elizabeth Cancelli
LEFEBVRE, Marcel - Jean-Yves Camus
LEGIÃO CEARENSE DO TRABALHO - Raimundo Barroso Cordeiro Jr.
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL - Angelo Priori
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA RURAL - Angelo Priori
LEIS DE NUREMBERG - Carlos Gilberto Werneck Agostino
LE PEN, Jean-Marie - Jean-Yves Camus
LIBERALISMO - Alexander Martins Vianna
LIGA DE DEFESA NACIONAL - Leila Maria Corrêa Capela
LIGA ELEITORAL CATÓLICA – LEC - Altemar da Costa Muniz & Jessie Jane Vieira De Sousa
LIGA ELEITORAL CATÓLICA NO CEARÁ - Altemar da Costa Muniz
LIGA PANGERMÂNICA (*Alldeutschenverband*) - Marion Brepohl de Magalhães
LIKUD - Nanci Nigri
LOBOS BRANCOS (White Wolves) & COMBAT 18 - Francisco Carlos Teixeira da Silva
L.U.C.E/Istituto Nazionale L'Unione Cinematographica Educativa - Rosângela de Oliveira Dias

M

MAÇONARIA - Alexandre Mansur Barata
MALTHUS, Thomas Robert - Lauro Álvares da Silva Campos
MARINETTI, Filippo Tommaso - Ângela Âncora da Luz
MASCULINO/FEMININO - Francisco Carlos Teixeira da Silva
MAURRAS, Charles - Francisco Carlos Teixeira da Silva
MEIN KAMPF (MINHA LUTA) - Carlos Gilberto Werneck Agostino
MICHELS, Robert (1876-1936) - Mario Grynszpan
MIGUEL REALE E A TEORIA DO ESTADO INTEGRAL - José Brito Roque
MILITARISMO - Francisco César Alves Ferraz
MISOGINIA - Cláudio DeNipoti
MODERNISMO NAS ARTES - Antonio Celso Ferreira
MODERNISMO NO CATOLICISMO - Francisco J.S.Gomes
MONICA LEWINSKY, O Caso - Francisco Carlos Teixeira da Silva
MOSCA, Gaetano (1858-1943) - Mario Grynszpan
MUSSOLINI, Benito - Sérgio Luiz Monteiro Mesquita

N

NACIONALISMO - Silvio de Almeida Carvalho Filho
NACIONAL-POPULISMO - Lucília de Almeida Neves
NACIONAL-SINDICALISMO - Antonio Costa Pinto
NATUREZA - Henri Acselrad.
NEOCOLONIALISMO - Paulo Fagundes Vizentini
NEOFASCISMO NA ALEMANHA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
NEOFASCISMO NA RÚSSIA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
NEO-RACISMO DIFERENCIALISTA - Marcelo Ramalho
NOITE DE CRISTAL (KRISTALLNACHT) - Carlos Gilberto Werneck Agostino
NOUVELLE DROITE/NOVA DIREITA NA FRANÇA- Marcelo Ramalho
NOVA DIREITA NOS ESTADOS UNIDOS - Antônia Fernanda P.A.Wright

O

OCIDENTE - Luiz Carlos Ribeiro Santana
OLIMPIADAS E POLÍTICA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
OLIVEIRA VIANNA - Cristina Buarque de Holanda
ONU - Norma Breda dos Santos
ONU E A NOVA ORDEM MUNDIAL - Miriam Gomes Saraiva
OPERAÇÃO CONDOR - Samantha Viz Quadrat
OPERAÇÃO CONDOR E MEMÓRIA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
OPERAÇÃO EUTANÁSIA - Carlos Gilberto Werneck Agostino
OPOSIÇÃO/SITUAÇÃO - Antonio Augusto Pereira Prates
ORDEM, A - Monica Velloso
ORTEGA Y GASSET, José - Francisco Rogido Fins

P

PACTO ANTI-KOMINTERN - Paulo Fagundes Vizentini
PACTO GERMANO-SOVIÉTICO - Paulo Fagundes Vizentini
PAES, Sidônio Bernardino Cardoso da Silva - Marcelo Solino Cristino
PANGERMANISMO - Marion Brepohl de Magalhães
PARETO, Vilfredo Frederico Damaso - Mario Grynszpan
PARTIDO DA LIBERDADE AUSTRIACO - Francisco Carlos Teixeira da Silva
PARTIDO NACIONAL FASCISTA ITALIANO - Loraine Slomp Giron
PARTIDO NAZISTA NO BRASIL - Luís Edmundo de Souza Moraes
PARTIDO POLÍTICO DE DIREITA - Frederico Alexandre de Moraes Hecker
PENNA, Belisário - Dominichi Miranda de Sá
PERÓN, Juan Domingo - Claudia Wasserman
PERONISMO - Claudia Wasserman
PINOCHET, Augusto - Carlos Leonardo Bahiense da Silva
PIO XII, O Caso - Carlos Gilberto Werneck Agostino
PLÍNIO SALGADO - José Brito Roque

PLÍNIO SALGADO E A TEORIA DO ESTADO INTEGRAL - José Brito Roque
POLÍTICA - José Miguel Arias Neto
POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS - José Miguel Arias Neto
PÓLO DA LIBERDADE - Francisco Carlos Teixeira da Silva
POPULISMO - Francisco Carlos Martinho
PORFÍRIO DÍAZ - Carlos Gilberto Werneck Agostino
PRETO, Francisco Rolão - Antônio Costa Pinto
PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO - Carlos Gilberto Werneck Agostino
PRUSSIANISMOS BRASILEIROS - Raymundo Nonato Santos
PUNK (conceito e comportamento) - Alexander Martins Vianna

Q

QUISLING, Vidkun - Flávio Limonic

R

REAGAN, Ronald - Alexander Martins Vianna
REGIME DE VICHY E OS JUDEUS - Jean-Yves Camus
REICH - Helga Iracema Landgraf Piccolo
REPRESSÃO: DEBATE HISTORIOGRÁFICO - Francisco Carlos Teixeira da Silva
REPRESSÃO E VIOLÊNCIA - Francisco Carlos Teixeira da Silva
RERUM NOVARUM - Francisco J.S.Gomes
REVISIONISMO/NEGACIONISMO - Marta Rosa Borin
REVISIONISMO HISTÓRICO ARGENTINO - José Luís Bendicho Beired
REVOLUÇÃO - José Antonio Segatto
REVOLUÇÃO RUSSA E DIREITA - Daniel Aarão Reis
RIEFENSTAHL, Leni - Luís Edmundo de Souza Moraes
ROCK-AND-ROLL - Francisco Carlos Teixeira da Silva & Muniz Ferreira
RÖHM, Ernst (1887-1934) - Muniz Ferreira
ROSENBERG, Alfred - Muniz Ferreira

S

SALAZARISMO - Maria Luiza Nabinger de Almeida
SCHMITT, Carl - Bernardo Ferreira
SEGURANÇA NACIONAL - Sérgio Murillo Pinto
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO (SNI) - Samantha Viz Quadrat
SERVIÇO SOCIAL RURAL (SSR) - Angelo Priori
SEXUALIDADE - Cláudio DeNipoti
SIGMA - José Brito Roque
SINDICATO - Valéria Marques Lobo
SKINHEADS - Jean-Yves Camus
SKINHEADS E ANOMIA - Marion Brepohl de Magalhães
SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE (TFP) - Samantha Viz Quadrat

SOCIEDADE CIVIL - Antonio Augusto Pereira Prates
SOCIEDADE INTEGRAL - Raimundo Barroso Cordeiro Jr.
SOCIOBIOLOGIA - João Azevedo Fernandes
SOMBRA, Severino - Raimundo Barroso Cordeiro Jr.
SPEER, Albert - Marcelo Solino Cristino
SUÁSTICA - Muniz Ferreira
SUBSECRETARÍA DE INFORMACIONES - Carlos Gilberto Werneck Agostino

T

TEATRO - Rosângela Patriota
TEORIA AMIGO-INIMIGO - Bernardo Ferreira
TORTURA - Alcir Henrique da Costa
TOTALITARISMO - José Miguel Arias Neto
TRADIÇÃO - Alexander Martins Vianna
TRANSIÇÕES TUTELADAS - Francisco Carlos Teixeira da Silva
TRATADO DE LATRÃO - Carlos Gilberto Werneck Agostino

U

UNIÃO DEMOCRATA CRISTÃ (UDC)- Franklin Trein
UNIÃO DEMOCRÁTICA DO CENTRO - Francisco Carlos Teixeira da Silva
URBANISMO - Fernanda Guimarães Correia
ULTRAMONTANISMO - Patricia Teixeira Santos

V

VÖLKISCH - Helga Iracema Landgraf Piccolo

W

WALT DISNEY - Carlos Gilberto Werneck Agostino

Z

ZANINE, Armando - Valéria Lima Guimarães